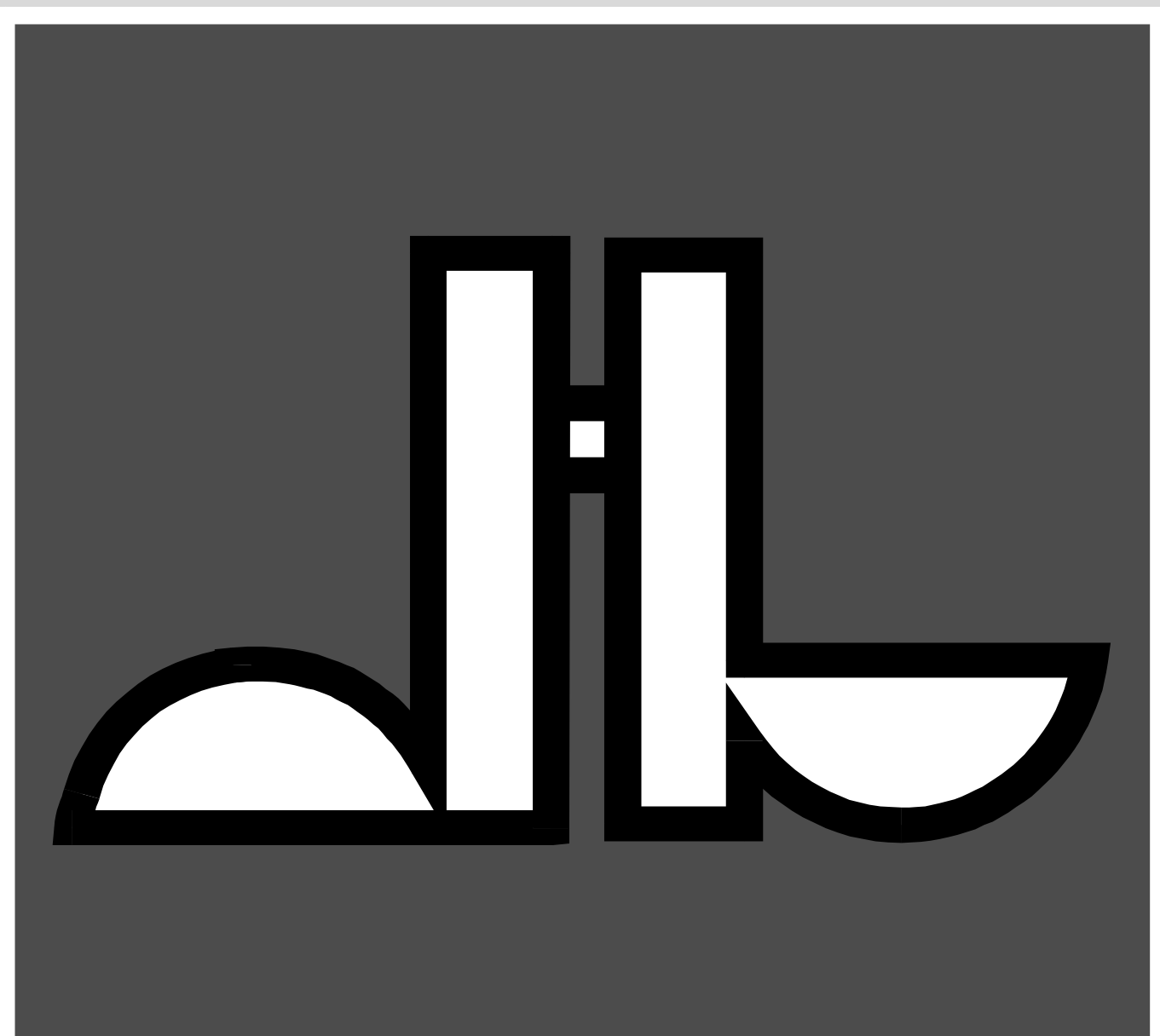




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LIX- SUP. AO Nº 006 QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2004 -BRASILIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PFL – PE

2º Vice-Presidente

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

1º Secretário

Deputado **GEDDEL VIEIRA LIMA** – PMDB – BA

2º Secretário

Senador **ALBERTO SILVA** – PMDB – PI

3º Secretário

Deputado **NILTON CAPIXABA** – PTB – RR

4º Secretário

Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** – PTB – RS

**ELABORADO PELA
SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

**1 - ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 e 15 de maio de 2003.....	005
7ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2003.....	018
8ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 e 29 de maio de 2003.....	037
4ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 03 de junho de 2003.....	072
5ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2003.....	098
9ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 e 12 de junho de 2003.....	111
10ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24, 25 e 26 de junho de 2003.....	124
1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 e 10 de julho de 2003.....	174
2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 e 24 de julho de 2003.....	176
11ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12, 13 e 14 de agosto de 2003.....	202
12ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2003.....	220
Termo de Reunião nº 4 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, datado de 21 de agosto de 2003.....	222
13ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 e 28 de agosto de 2003.....	224
14ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de setembro de 2003.....	286
15ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de setembro de 2003.....	301
6ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2003.....	328
16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 e 11 de setembro de 2003.....	387
17ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 e 25 de setembro de 2003.....	395
1ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª	

Legislatura, realizada em 08 e 14 de outubro de 2003.....	397
19ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 e 15 de outubro de 2003.....	399
20ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 e 23 de outubro de 2003.....	411
7ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2003.....	413
2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de outubro de 2003 (Realizada em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal).....	425
22ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 e 06 de novembro de 2003.....	466
23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11, 12 e 13 de novembro de 2003.....	472
8ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2003.....	504
24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 e 20 de novembro de 2003.....	525
9ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de novembro de 2003.....	571

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 13 E 15 DE MAIO DE 2003.

Aos treze e quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Leonardo Mattos, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Efraim Morais, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Correia, Josué Bengtson, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Vander Loubet e Welinton Fagundes. - **Senadores suplentes:** Antero Paes de Barros, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Heráclito Fortes e Paulo Octávio. Registrou-se a presença do Deputado não-membro Coriolano Sales. O Deputado Machado e o Senador Mozarildo Cavalcanti justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Arnon Bezerra, Elaine Costa, Gilberto Nascimento, Jorge Bittar, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Mauro Lopes, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino e Paulo Bernardo; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Duciomar Costa, Garibaldi Alves Filho, Heloísa Helena, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Romero Jucá e Serys Slhessarenko. **ABERTURA:** Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia treze de maio, o Presidente em exercício, Deputado Claudio Cajado, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dezoito horas e vinte e dois minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reiniciou a reunião e suspendeu-a novamente, em razão da persistência da falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quinze do mesmo mês, o Presidente retomou condução dos trabalhos informando que não seria apreciada naquele momento a ata da 5ª Reunião Ordinária, tendo em vista a falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. **AVISOS:** **1)** O Presidente informou, conforme questão de ordem apresentada pelo Deputado Alberto Goldman e aprovada na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 31/08/99, que foi solicitada à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, bem como à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, elaboração de nota técnica conjunta sobre o teor das Mensagens nºs 314 a 322, 336 a 343 e 348/2002-CN e a de nº 10/2003, referentes à abertura de créditos suplementares por decreto. Anunciou, ainda, que a referida Nota Técnica será encaminhada aos membros oportunamente. **2)** O Presidente comunicou a abertura do prazo, de 15 a 16 de maio de 2003, para apresentação de emendas aos Relatórios e aos Projetos de Decreto Legislativo referentes aos Avisos nºs 92-137 e 57/2002-CN. Em seguida, solicitou ao Deputado Ary

Vanazzi que procedesse à leitura da correspondência recebida pela Comissão.

EXPEDIENTE: Correspondência interna recebida: - Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: **1)** Ofício nº 31, de 24 de fevereiro, do Senador Aloizio Mercadante, indicando o Deputado Sérgio Miranda como representante da Liderança do Governo. **2)** Ofício nº 159, de 26 de fevereiro, do Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, indicando o Deputado Welinton Fagundes. **3)** Ofício nº 27/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merss. **4)** Ofício nº 635, de 29 de abril, do Deputado Jutahy Júnior, Líder do PSDB, indicando o Deputado Anivaldo Vale. **5)** Ofício nº 353, de 06 de maio, do Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB, indicando o Deputado Renato Casagrande. No Senado Federal: **1)** Ofício nº 94, de 28 de abril, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando o Senador Sérgio Guerra. **2)** Ofício nº 148, de 28 de abril, do Senador Tião Viana, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, indicando a Senadora Serys Slhessarenko. **3)** Ofício nº 107, de 28 de abril, do Senador José Agripino, Líder do PFL, indicando o Senador Leomar Quintanilha. **4)** Ofício nº 75, de 29 de abril, do Senador Antônio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando o Senador João Capiberibe. **5)** Ofício nº 79, de 29 de abril, do Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, indicando o Senador Almeida Lima. **6)** Ofício nº 167, de 29 de abril, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Luiz Otávio. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 53, da Senadora Heloísa Helena, e Ofício nº 83, do Senador Antero Paes de Barros, de 11 de março, justificando ausência à reunião realizada na mesma data. **2)** Ofício nº 37, de 24 de março, do gabinete do Deputado Cleonânio Fonseca, justificando ausência no período de 12 a 27 de março. **3)** Ofício nº 98, de 25 de março, do Senador Antero Paes de Barros, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 18 e 25 de março e 1º e 08 de abril. **4)** Ofícios nºs 154 e 155, de 08 e 09 de abril respectivamente, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 01 a 03 e de 08 a 10 de abril. **5)** Ofício nº 93, de 10 de abril, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 27 de março. **6)** Ofício nº 112, de 22 de abril, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência à reunião realizada na mesma data. **7)** Ofício nº 167, de 23 de abril, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 14 a 16 de abril. **8)** Ofício nº 115, de 23 de abril, do gabinete do Deputado Milton Monti, justificando ausência nos dias 08 e 10 de abril. **9)** Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência no dia 23 de abril e nos dias 28 a 30 do mesmo mês. **10)** Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23, 28 e 30 de abril. **11)** Ofício nº 138, de 28 de abril, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando ausência nos dias 21 a 25 de abril. **12)** Ofício nº 36, de 29 de abril, do Deputado Anivaldo Vale, justificando ausência no dia 29 de abril. **13)** Ofício nº 35, de 30 de abril, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no dia 29 de abril. **14)** Ofício nº 121, de 06 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência nos dias 24 e 29 de abril. **15)** Ofício nº 103, de 07 de maio, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no dia 07 de maio. **16)** Ofício nº 134, de 07 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência nos dias 29 de abril e 06 de maio. - Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004: . Ofício nº 28/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Paulo Bernardo, do PT/PR. - Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007: . Ofício nº 016/2003 – Bloco, de 24 de abril, encaminhado pelo Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Roberto Saturnino, do PT/RJ. - Expedientes diversos: **1)** Ofício nº 063, de 27 de fevereiro, do 1º Vice Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, encaminhando Ofício do Presidente do Banco Central do Brasil, que trata da *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços*. **2)** Ofício nº 050, de 27 de março, do Senador Romero Jucá, solicitando emissão de parecer desta Comissão acerca da redução da meta de superávit primário para o setor público que, estando consolidada em 3,75 por cento do PIB para 2003, conforme Anexo de Metas Fiscais

constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, foi ampliado por Decreto Presidencial para 4,25 por cento, conforme explicitado no Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2003, de autoria do Senador Romero Jucá. O Presidente informou que o Deputado Sérgio Miranda havia sido designado para relatar a referida matéria. **3)** Ofício nº 26, de 14 de abril, do Deputado João Leão, em que solicita, na qualidade de relator do Aviso nº 04/2002-CN, seja dado conhecimento ao Plenário da Comissão do Estudo realizado e das informações solicitadas ao Banco do Nordeste e ao Tribunal de Contas da União para embasar seu Relatório acerca do referido Aviso, que “*Encaminha as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, § 4º, da Lei 7.827, de 27.09.89.*” O Presidente informou que cópia desse estudo já havia sido distribuída ao Plenário e que o pleito do Deputado João Leão estava atendido. **4)** Aviso nº 263, de 28 de abril, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Waldir Pires, encaminhando o Balanço Geral da União referente ao exercício de 2002. **5)** Ofício Pres/Interno nº 030, de 30 de abril, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, através do qual encaminha convite para participação de audiência pública a ser realizada no dia 07 de maio, às 14 horas, no plenário 03 da Câmara dos Deputados, para ouvir dirigentes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sobre a utilização de recursos de emenda ao Orçamento da União de autoria daquela Comissão. **6)** Ofício nº 114, de 13 de maio, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando correção de emenda de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. - Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 356 de 13 de dezembro, enviado pelo Secretário de Controle Externo de Rondônia, Fábio Arruda de Lima, encaminhando cópia da Decisão nº 253, de 2002, e do Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira no trecho Porto Velho – Foz do Madeira. **2)** Expediente nº 96 de 26 de dezembro, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, encaminhando resposta ao Ofício nº 459, desta Presidência. **3)** Ofício Circular nº 01, de 29 de janeiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público, encaminhando a programação de cursos para 2003 e o programa de Curso sobre Convênios Federais. **4)** Ofício nº 08, de 11 de fevereiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, encaminhando o programa do Seminário Internacional sobre “A Colaboração dos Poderes do Estado na Administração”, a ser realizado em Santiago, no Chile, no período de 31 de março a 04 de abril. **5)** Ofício nº 82, de 20 de fevereiro, da assessoria parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando o comparecimento no dia 25 de fevereiro do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal. **6)** Ofício Conjunto nº 74 do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, propondo a data de comparecimento perante o Plenário da Comissão, com vistas a prestar esclarecimentos sobre o Contingenciamento dos recursos do Orçamento Geral da União para 2003, para o dia 18/03/2003, às 15 horas. **7)** Expediente 852, de 13 de março, da assessoria parlamentar do Banco Central do Brasil, em que confirma a participação do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do referido Banco, na reunião de audiência pública conjunta a ser realizada no dia 1º de abril, às 15 horas, no plenário desta Comissão. **8)** Expediente de 21 de março, do Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, Dr. Antônio Carlos Monteiro, encaminhando documentação referente à reunião conjunta a ser realizada no dia 01 de abril, em atendimento ao disposto no art. 9º § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. - Aviso/GP, de 20 de dezembro, enviado pelo (então) Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: . Aviso nº 1.590, em atendimento aos Decretos Legislativos nºs 14, 39 e 46, de 05/07/2002, encaminhando informações sobre o acompanhamento físico financeiro dos contratos relativos aos referidos Decretos. - Avisos/SGS, de 23 e 30 de janeiro, respectivamente, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 002 (Acórdão nº 012/2003): auditoria realizada em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 22, de 2002, sobre o subtítulo Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí. **2)** Aviso nº 40 (Acórdãos nºs 35 e 40/2003): recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. - Aviso/SGS, de 05 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 74 (Acórdão nº 74/2003):

inspeção realizada no Projeto “Perímetro de Irrigação Salangô”, em cumprimento à Decisão nº 693/97-TCU. - Aviso/SGS, de 14 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 120 (Acórdão nº 95/2003): auditoria realizada para verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal – Setor “C” do Complexo Penitenciário da Papuda/DF. - Aviso/SGS, de 19 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 132 (Acórdão nº 123, 125 e 126/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem Umari, em Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte. - Avisos/SGS, de 26 de fevereiro, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 204 (Acórdão nº 168/2003): Representação sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os quilômetros 606 e 640. **2)** Aviso nº 209 (Acórdão nº 157/2003): inspeção referente à implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Xingó em Pernambuco (180 km de linha de transmissão em 500 KV e de 6 subestações com 1.240 MVA). **3)** Aviso nº 210 (Acórdão nº 159/2003): auditoria realizada na licitação relativa às obras da adutora Alto Sertão e sertaneja, no Estado de Sergipe. **4)** Aviso nº 224 (Acórdão nº 130/2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal. - Avisos/SGS, de 19 de março, enviados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: **1)** Aviso nº 293 (Acórdão nº 245/2003): auditoria realizada pela SECEX/PI nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí. **2)** Aviso nº 314/2003 encaminhando os seguintes Acórdãos: Acórdão nº 236/2003: auditoria nas obras de recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuário dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, na Bahia. Acórdão nºs 237/2003: auditoria realizada em Contrato firmado pela CODERN, referente às obras de ampliação do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte. Acórdão nº 238/2003: auditoria relativa ao acompanhamento semestral da execução físico-financeira do trecho Calafate-Barreiro, da obra do Trem Metropolitano de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Acórdão nº 250/2003: Representação referente à auditoria realizada na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. Acórdão nº 252/2003: fiscalização realizada pelo Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG para acompanhar as limitações de empenho e de movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo. **3)** Aviso nº 335 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (obra incluída no Quadro VII da Lei 10.407/2002). **4)** Aviso nº 336 (Acórdão nº 241/2003): auditoria operacional para avaliar o desempenho dos controles aduaneiros relacionados ao Regime Especial de Admissão Temporária de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural e à Valoração Aduaneiro de mercadorias. **5)** Aviso nº 338 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. - Aviso/SGS, de 26 de março, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 357 encaminhando os seguintes Acórdãos: Acórdão nº 266/2003: inspeção nas obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal. Acórdão nº 268/2003: auditoria nas obras de conservação preventiva a, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso. Acórdão nº 269/2003: auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso. Acórdão nº 270/2003: inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS e dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso no Estado do Rio Grande do Sul. - Aviso/SGS, de 28 de março, enviado pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Mota: Aviso nº 382/2003 (Acórdão nº 456/2003): tomada de contas especial sobre representação sobre o pagamento de serviços em duplicidade e de indícios de superfaturamento na planilha de serviços extras da obra de construção do edifício-sede do TRT/RN. - Aviso/SGS, de 02 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 406/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos: . Acórdão nº 304/2003: inspeção na execução de convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Cristiano Varela, destinados à construção, à aquisição de equipamentos e à manutenção do Hospital do Câncer, em Muriaé-MG, em decorrência de solicitação da Comissão Mista de Orçamento. . Acórdão nº 310/2003: auditoria nas obras

de recuperação da infra-estrutura portuária do Porto de Santos, em São Paulo . Acórdão nº 312/2003: construção de ponte sobre o Rio Poty em Teresina, no Piauí. . Acórdão nº 313/2003: obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém. - Aviso/SGS, de 09 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 452/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos: . Acórdão nº 342/2003: auditoria realizada nas obras de construção das eclusas do Rio Tocantins. . Acórdão nº 343/2003: auditoria relativa à construção de pontes no Corredor Oeste-Norte – BR-319/RO. . Acórdão nº 346/2003: auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica - Sistema de Integrados de Abastecimento D'água das Barragens de Inhúmas II/Mundaú II/Pacas, em Pernambuco. . Acórdão nº 347/2003: obras de Macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió, Alagoas. - Avisos/SGS e GP, de 16 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 508/2003 (Acórdão nº 377/2003): auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza, no Ceará. **2)** Aviso nº 509/2003 (Acórdão nº 378/2003): auditoria realizada nos demonstrativos contábeis do Banco Central do Brasil – BACEN – de 1994 a 2000. **3)** Aviso nº 517/2003 (Acórdão nº 380/2003): relatório de impacto de auditoria de desempenho realizada no Reforsus. **4)** Aviso nº 403-GP/2003: em resposta ao Ofício nº P-90/2003-CMO, de 08 de abril, desta Presidência, informa que foram tomadas as providências cabíveis junto à Unidade Técnica competente daquele Tribunal quanto à análise e avaliação de relatórios de gestão fiscal. **5)** Aviso nº 503 (Acórdão nº 374/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, rodovia BR-330/PI, no trecho que vai de Bom Jesus/PI à divisa entre os Estados do Piauí e do Maranhão. - Expediente encaminhado em atendimento ao disposto no *art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003*: . Ofício nº 515, de 30 de dezembro de 2002, do Ministério dos Transportes. - Avisos/SGS de 23 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 542 (Acórdão nº 396/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de construção, fornecimento e instalação de equipamentos e sistema do Aeroporto Internacional de Palmas, no Estado do Tocantins. **2)** Aviso nº 545 (Acórdão nº 397/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, no Estado do Pernambuco. - Aviso-GP de 30 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 466-GP, que encaminha informações sobre os acompanhamentos físico-financeiros da execução dos contratos sobre empreendimentos especificados nos Decretos Legislativos do Congresso Nacional nºs 49, 51, 52, 55, 56, 59 a 63, de 08/11/2002; 64, de 18/11/2002 e 75, de 25/11/2002. - Avisos/SGS, de 30 de abril, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 566 (Acórdão nº 419/2003): pedidos de reexame pelos responsáveis contra o Acórdão nº 230/2000 sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP. **2)** Aviso nº 571 (Acórdão nº 420/2003): pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis contra o Acórdão nº 128/99, sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP. **3)** Aviso nº 576 (Acórdão nº 425/2003): auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga, no Estado do Rio de Janeiro. **4)** Aviso nº 579 (Acórdão nº 429/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de obras de infra-estrutura-aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo, em Alagoas. **5)** Aviso nº 580 (Acórdão nº 430/2003): auditoria realizada na execução orçamentária referente à implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS, no Estado de Minas Gerais. **6)** Aviso nº 582 (Acórdão nº 431/2003): tomada de contas especial instaurada pelo extinto INAMPS contra o ex-Prefeito de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, sobre a construção de hospital psiquiátrico. **7)** Aviso nº 593 (Acórdão nº 424/2003): auditoria realizada nas obras de melhoria da infra-estrutura na retroárea do Cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo. **8)** Aviso nº 597 (Acórdão nº 427/2003): auditoria realizada nas obras de construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins Noroeste (BR-060/GO). - Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos *artigos 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal*, e *artigo 5º da Lei nº 10.028/2000*, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2002, dos seguintes órgãos:

[illegible]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Cajado) - Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação.

Convoco a continuação desta reunião para as 18h de hoje.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na representação do Senado Federal.

Convoco a continuação desta reunião para a quinta-feira, 15 de maio, às 10h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11/2003.

Temos as atas das reuniões dos dias 6 e 7 de maio de 2003.

Aguardaremos número no Senado — faltam ainda dois Senadores para que se chegue ao *quorum* regimental — para darmos início à votação.

Avisos.

1) Conforme questão de ordem aprovada em 31 de agosto de 1999, foi solicitada às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a elaboração de nota técnica conjunta sobre o teor das Mensagens nºs 314 a 322, 336 a 343 e 348/2002-CN e a de nº 10/2003, referentes à abertura de créditos suplementares por decreto.

Posteriormente será encaminhada aos membros da Comissão as referidas notas técnicas.

2) Informo a abertura do prazo para apresentação de emendas aos relatórios e aos projetos de decreto legislativo referentes aos Avisos nºs 92-137 e 57/2002, de 15 e 16 maio de 2003.

Convido o Deputado Ary Vanazzi para sentar-se à Mesa, a fim de proceder à leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Correspondência interna recebida:

- Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- Na Câmara dos Deputados:

1) Ofício nº 31, de 24 de fevereiro, do Senador Aloizio Mercadante, indicando o Deputado Sérgio Miranda como representante da Liderança do Governo.

2) Ofício nº 159, de 26 de fevereiro, do Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, indicando o Deputado Welinton Fagundes.

3) Ofício nº 27/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merss.

4) Ofício nº 635, de 29 de abril, do Deputado Jutahy Junior, Líder do PSDB, indicando o Deputado Anivaldo Vale.

5) Ofício nº 353, de 6 de maio, do Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB, indicando o Deputado Renato Casagrande.

- No Senado Federal:

1) Ofício nº 94, de 28 de abril, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando o Senador Sérgio Guerra.

2) Ofício nº 148, de 28 de abril, do Senador Tião Viana, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, indicando a Senadora Serys Slhessarenko.

3) Ofício nº 107, de 28 de abril, do Senador José Agripino, Líder do PFL, indicando o Senador Leomar Quintanilha.

4) Ofício nº 75, de 29 de abril, do Senador Antônio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando o Senador João Capiberibe.

5) Ofício nº 79, de 29 de abril, do Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, indicando o Senador Almeida Lima.

6) Ofício nº 167, de 29 de abril, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Luiz Otávio.

- Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: 1) Ofício nº 53, da Senadora Heloísa Helena, e Ofício nº 83, do Senador Antero Paes de Barros, de 11 de março, justificando ausência à reunião realizada na mesma data.

2) Ofício nº 37, de 24 de março, do gabinete do Deputado Cleonânio Fonseca, justificando ausência no período de 12 a 27 de março.

3) Ofício nº 98, de 25 de março, do Senador Antero Paes de Barros, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 18 e 25 de março e 1º e 8 de abril.

4) Ofícios nºs 154 e 155, de 08 e 09 de abril respectivamente, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 01 a 03 e de 08 a 10 de abril.

5) Ofício nº 93, de 10 de abril, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 27 de março.

6) Ofício nº 112, de 22 de abril, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência à reunião realizada na mesma data.

7) Ofício nº 167, de 23 de abril, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 14 a 16 de abril.

8) Ofício nº 115, de 23 de abril, do gabinete do Deputado Milton Monti, justificando ausência nos dias 08 e 10 de abril.

9) Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência no dia 23 de abril e nos dias 28 a 30 do mesmo mês.

10) Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23, 28 e 30 de abril.

11) Ofício nº 138, de 28 de abril, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando ausência nos dias 21 a 25 de abril.

12) Ofício nº 36, de 29 de abril, do Deputado Anivaldo Vale, justificando ausência no dia 29 de abril.

13) Ofício nº 35, de 30 de abril, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no dia 29 de abril.

14) Ofício nº 121, de 06 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência nos dias 24 e 29 de abril.

15) Ofício nº 103, de 07 de maio, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no dia 07 de maio.

16) Ofício nº 134, de 07 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência nos dias 29 de abril e 06 de maio.

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004:

. Ofício nº 28/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Paulo Bernardo, do PT/PR.

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007:

. Ofício nº 016/2003 — Bloco, de 24 de abril, encaminhado pelo Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Roberto Saturnino, do PT/RJ.

- Expedientes diversos:

1) Ofício nº 063, de 27 de fevereiro, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, encaminhando Ofício do Presidente do Banco Central do Brasil, que trata da *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços*.

2) Ofício nº 050, de 27 de março, do Senador Romero Jucá, solicitando emissão de parecer desta Comissão acerca da redução da meta de superávit primário para o setor

público, que, estando consolidada em 3,75% do PIB para 2003, conforme Anexo de Metas Fiscais constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, foi ampliada, por decreto presidencial, para 4,25%, conforme explicitado no Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2003, de autoria do Senador Romero Jucá.

Informo que o Deputado Sérgio Miranda foi designado para relatar esta matéria.

3) Ofício nº 26, de 14 de abril, do Deputado João Leão, em que solicita, na qualidade de Relator do Aviso nº 04/2002-CN, seja dado conhecimento ao Plenário da Comissão do estudo realizado e das informações solicitadas ao Banco do Nordeste e ao Tribunal de Contas da União para embasar seu relatório acerca do referido aviso, que *“encaminha as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989”*.

Cópia deste estudo já foi distribuída ao Plenário. Portanto, a solicitação do Deputado João Leão já foi atendida.

4) Aviso nº 263, de 28 de abril, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Waldir Pires, encaminhando o Balanço Geral da União referente ao exercício de 2002.

5) Ofício do Presidente Interno nº 030, de 30 de abril, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, através do qual encaminha convite para participação de audiência pública a ser realizada no dia 07 de maio, às 14 horas, no Plenário nº 03 da Câmara dos Deputados, para ouvir dirigentes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua sobre a utilização de recursos de emenda ao Orçamento da União de autoria daquela Comissão.

6) Ofício nº 114, de 13 de maio, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando correção de emenda de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

- Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 356, de 13 de dezembro, enviado pelo Secretário de Controle Externo de Rondônia, Fábio Arruda de Lima, encaminhando cópia da Decisão nº 253, de 2002, e do relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira, no trecho Porto Velho—Foz do Madeira.

2) Expediente nº 96, de 26 de dezembro, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, encaminhando resposta ao Ofício nº 459, desta Presidência.

3) Ofício Circular nº 01, de 29 de janeiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público, encaminhando a programação de cursos para 2003 e o programa de Curso sobre Convênios Federais.

4) Ofício nº 08, de 11 de fevereiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público — ABOP, encaminhando o programa do Seminário Internacional sobre *A Colaboração dos Poderes do Estado na Administração*, a ser realizado em Santiago, no Chile, no período de 31 de março a 04 de abril.

5) Ofício nº 82, de 20 de fevereiro, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando o comparecimento, no dia 25 de fevereiro, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal.

6) Ofício Conjunto nº 74, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, propondo a data de comparecimento perante o Plenário da Comissão, com vistas a prestar esclarecimentos sobre o contingenciamento dos recursos do Orçamento Geral da União para 2003, para o dia 18 de março de 2003, às 15 horas.

7) Expediente nº 852, de 13 de março, da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, em que confirma a participação do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do referido Banco, na reunião de audiência pública conjunta a ser realizada no dia 1º de abril, às 15 horas, no plenário desta Comissão.

8) Expediente de 21 de março, do Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, Dr. Antônio Carlos Monteiro, encaminhando documentação referente à reunião conjunta a

ser realizada no dia 1º de abril, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Aviso/GP, de 20 de dezembro, enviado pelo então Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

Aviso nº 1.590, em atendimento aos Decretos Legislativos nºs 14, 39 e 46, de 05 de julho de 2002, encaminhando informações sobre o acompanhamento físico-financeiro dos contratos relativos aos referidos decretos.

- Avisos/SGS, de 23 e 30 de janeiro, respectivamente, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 002 (Acórdão nº 012/2003): auditoria realizada em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 22, de 2002, sobre o subtítulo *Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí*.

Aviso nº 40 (Acórdãos nºs 35 e 40/2003): recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

- Avisos/SGS, de 05 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 74 (Acórdão nº 74/2003): inspeção realizada no Projeto Perímetro de Irrigação Salangô, em cumprimento à Decisão nº 693/97, do Tribunal de Contas da União.

- Aviso/SGS, de 14 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 120 (Acórdão nº 95/2003): auditoria realizada para verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal — Setor “C” do Complexo Penitenciário da Papuda, Distrito Federal.

- Aviso/SGS, de 19 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 132 (Acórdão nº 123, 125 e 126/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem Umari, em Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte.

- Avisos/SGS, de 26 de fevereiro, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 204 (Acórdão nº 168/2003): representação sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os quilômetros 606 e 640.

Aviso nº 209 (Acórdão nº 157/2003): inspeção referente à implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Xingó em Pernambuco (180 km de linha de transmissão em 500 kw e de 6 subestações com 1.240 mw).

Aviso nº 210 (Acórdão nº 159/2003): auditoria realizada na licitação relativa às obras da adutora Alto Sertão e Sertaneja, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 224 (Acórdão nº 130/2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal.

- Avisos/SGS, de 19 de março, enviados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta:

Aviso nº 293 (Acórdão nº 245/2003): auditoria realizada pela SECEX/PI nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí.

Aviso nº 314/2003, encaminhando os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 236/2003: auditoria nas obras de recuperação e melhoramento da infraestrutura portuária dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, na Bahia.

Acórdão nº 237/2003: auditoria realizada em contrato firmado pela CODERN, referente às obras de ampliação do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte.

Acórdão nº 238/2003: auditoria relativa ao acompanhamento semestral da execução físico-financeira do trecho Calafate—Barreiro da obra do Trem Metropolitano de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Acórdão nº 250/2003: representação referente à auditoria realizada na Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN.

Acórdão nº 252/2003: fiscalização realizada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental — SEMAG para acompanhar as limitações de empenho e de movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo.

Aviso nº 335 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (obra incluída no Quadro VII da Lei nº 10.407/2002).

Aviso nº 336 (Acórdão nº 241/2003): auditoria operacional para avaliar o desempenho dos controles aduaneiros relacionados ao Regime Especial de Admissão Temporária de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural e à Valoração Aduaneiro de mercadorias.

Aviso nº 338 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Aviso/SGS, de 26 de março, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 357 encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 266/2003: inspeção nas obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal.

Acórdão nº 268/2003: auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso.

Acórdão nº 269/2003: auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso.

Acórdão nº 270/2003: inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS, e dragagem de aprofundamento do canal de acesso no Estado do Rio Grande do Sul.

- Aviso/SGS, de 28 de março, enviado pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Mota:

Aviso nº 382/2003 (Acórdão nº 456/2003): tomada de contas especial sobre representação sobre o pagamento de serviços em duplicidade e de indícios de superfaturamento na planilha de serviços extras da obra de construção do edifício-sede do TRT/RN.

- Aviso/SGS, de 02 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 406/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 304/2003: inspeção na execução de convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Cristiano Varela, destinados à construção, à aquisição de equipamentos e à manutenção do Hospital do Câncer, em Muriaé/MG, em decorrência de solicitação da Comissão Mista de Orçamento.

Acórdão nº 310/2003: auditoria nas obras de recuperação da infra-estrutura portuária do Porto de Santos, em São Paulo.

Acórdão nº 312/2003: construção de ponte sobre o Rio Poty em Teresina, no Piauí.

Acórdão nº 313/2003: obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte — BR-163/PA — Divisa MT/PA — Santarém.

- Aviso/SGS, de 09 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 452/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 342/2003: auditoria realizada nas obras de construção das eclusas do Rio Tocantins.

Acórdão nº 343/2003: auditoria relativa à construção de pontes no Corredor Leste-Norte — BR-319/RO.

Acórdão nº 346/2003: auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica — Sistema de Integrados de Abastecimento D'água das Barragens de Inhúmas II/ Mundaú II/ Pacas, em Pernambuco.

Acórdão nº 347/2003: obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió, Alagoas.

- Avisos/SGS e GP, de 16 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 508/2003 (Acórdão nº 377/2003): auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza, no Ceará.

Aviso nº 509/2003 (Acórdão nº 378/2003): auditoria realizada nos demonstrativos contábeis do Banco Central do Brasil — BACEN, de 1994 a 2000.

Aviso nº 517/2003 (Acórdão nº 380/2003): relatório de impacto de auditoria de desempenho realizada no REFORSUS.

Aviso nº 403-GP/2003: em resposta ao Ofício nº P-90/2003-CMO, de 08 de abril, desta Presidência, informa que foram tomadas as providências cabíveis junto à unidade técnica competente daquele Tribunal quanto à análise e avaliação de relatórios de gestão fiscal.

Aviso nº 503 (Acórdão nº 374/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, rodovia BR-330/PI, no trecho que vai de Bom Jesus/PI à divisa entre os Estados do Piauí e do Maranhão.

- Expedientes encaminhados em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003:

Ofício nº 515, de 30 de dezembro de 2002, do Ministério dos Transportes.

- Avisos/SGS de 23 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 542 (Acórdão nº 396/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de construção, fornecimento e instalação de equipamentos e sistema do Aeroporto Internacional de Palmas, no Estado do Tocantins.

Aviso nº 545 (Acórdão nº 397/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, no Estado de Pernambuco.

- Aviso-GP de 30 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 466-GP, que encaminha informações sobre os acompanhamentos físico-financeiros da execução dos contratos sobre empreendimentos especificados nos Decretos Legislativos do Congresso Nacional nºs 49, 51, 52, 55, 56, 59 a 63, de 08/11/2002; 64, de 18/11/2002 e 75, de 25/11/2002.

- Avisos/SGS, de 30 de abril, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 566 (Acórdão nº 419/2003): pedidos de reexame pelos responsáveis contra o Acórdão nº 230/2000 sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá — FUNASA/CORAP.

Aviso nº 571 (Acórdão nº 420/2003): pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis contra o Acórdão nº 128/99, sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá — FUNASA/CORAP.

Aviso nº 576 (Acórdão nº 425/2003): auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos campos petrolíferos de Barracuda e Caratinga, no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 579 (Acórdão nº 429/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de obras de infra-estrutura e aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo, em Alagoas.

Aviso nº 580 (Acórdão nº 430/2003): auditoria realizada na execução orçamentária referente à implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 582 (Acórdão nº 431/2003): tomada de contas especial instaurada pelo extinto INAMPS contra o ex-Prefeito de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, sobre a construção de hospital psiquiátrico.

Aviso nº 593 (Acórdão nº 424/2003): auditoria realizada nas obras de melhoria da infra-estrutura na retroárea do Cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo.

Aviso nº 597 (Acórdão nº 427/2003): auditoria realizada nas obras de construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins Noroeste (BR-060/GO).

- Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 5º da Lei nº 10.028/2000, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2002, dos seguintes órgãos:

Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª a 3ª, 5ª, 8ª, 9ª a 11ª, 13ª, 15ª, 17ª a 21ª, 23ª e 24ª.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, nobre Deputado.

Passaremos à apreciação da ata da 5ª reunião ordinária realizada em 6 e 7 de maio de 2003, já que alcançamos o *quorum* no Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno das Comissões, a ata é declarada aprovada.

Ordem do Dia.

Apreciação do Relatório apresentado para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela eficácia da seguinte Medida Provisória:

Item 1.

Medida Provisória nº 31, de 2002, que “abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Anivaldo Vale, que opinou pelo arquivamento da matéria.

Esta matéria já foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e apenas espera nossa manifestação para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela referida medida provisória.

O parecer do Relator está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado João Almeida tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, cheguei agora a esta reunião e fiquei perplexo. V.Exa. invocou a opinião dos Srs. Senadores, mas estão presentes apenas V.Exa. e o outro ilustre Senador que compõe a Mesa. A Comissão está inteiramente esvaziada. Não temos número para conduzir os trabalhos. Os Deputados presentes somos apenas eu, que cheguei agora, e o ilustre Deputado Pedro Novais, que é mais aplicado. Desse modo, acho sensato suspender a reunião da Comissão, porque não há como deliberar sem a presença sequer do Relator da matéria em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É evidente que não há *quorum* no plenário, embora haja no livro.

No entanto, tendo em vista a manifestação do Deputado João Almeida contra a diminuta presença de membros da Comissão para tomar resoluções, encerramos a reunião, marcando outra a próxima para terça-feira, dia 20, às 14h30.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2003.**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pautas nº 11-A e 12/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, José Pimentel, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Luiz Carreira, Mário Negromonte, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas e Telma de Souza. - **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho e Delcídio Amaral. Registrou-se a presença do Deputado não-membro Coriolano Sales. O Senador César Borges justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Carlito Merss, Dr. Rosinha, Elaine Costa, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, João Leão, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Nârcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Roberto Balestra, Sérgio Miranda e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Heloísa Helena, Lúcia Vânia e Magno Malta. **ABERTURA:** Às quinze horas e dois minutos, o Presidente declarou aberta a reunião informando que não seria apreciada naquele momento a ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003, tendo em vista a falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Procedeu, em seguida, à leitura da correspondência recebida pela Comissão. **EXPEDIENTE** - Correspondência interna recebida: - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: Ofício nº 179, de 15 de maio, do Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Cezar Silvestri como representante da Liderança do PPS. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: Ofício nº 124, de 07 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 07 de maio. Ofício nº 405, de 14 de maio, do Deputado Roberto Jefferson, Líder do PTB, justificando ausência do Deputado Félix Mendonça nos dias 06 e 07 de maio. Ofício nº 219, de 15 de maio, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 13 a 15 de maio. Ofício nº 43, de 14 de maio, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 15 de maio. - Expedientes diversos: . Ofício nº 214, de 16 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, em que solicita a retirada de pauta do Requerimento nº 06/2003, de sua autoria. Correspondência externa recebida - Avisos/SGS, de 07 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 624 (Acórdão nº 471/2003): auditoria realizada nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. **2)** Aviso nº 627 (Acórdão nº 473/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor

Araguaia-Tocantins – BR-235 – Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso. **3)** Aviso nº 631 (Acórdão nº 461/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-386/RS – Lajeado – Canoas, no Rio Grande do Sul. **4)** Aviso nº 633 (Acórdão nº 464/2003): auditoria realizada nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Estado de São Paulo. **5)** Aviso nº 635 (Acórdão nº 467/2003): relatório de inspeção realizado nas obras de ampliação e modernização das instalações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 76/2002. **6)** Aviso nº 637 (Acórdão nº 472/2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Amapá. - Aviso/SGS, de 09 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 648 (Acórdão nº 692/2003): auditoria realizada na Caixa Econômica Federal no período de abril de 1996 a março de 1997. - Avisos/SGS, de 14 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 685 (Acórdão nº 514/2003): auditoria realizada nas obras complementares relativas à Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás. **2)** Aviso nº 686 (Acórdão nº 506/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-226/RN, no trecho que vai de Currais Novos/RN à divisa entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. **3)** Aviso nº 688 (Acórdão nº 507/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte, Rodovia BR-432/RR, no trecho entrada BR-401/RR – entrada BR-174, que vai de Cantá a Novo Paraíso. **4)** Aviso nº 690 (Acórdão nº 508/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação e instalação do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina. **5)** Aviso nº 692 (Acórdão nº 509/2003): auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, da Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó, no Rio Grande do Norte. **6)** Aviso nº 693 (Acórdão nº 510/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – construção de trechos rodoviários no Estado de Goiás. **7)** Aviso nº 694 (Acórdão nº 511/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação de infra-estrutura portuária no Porto de Santos, São Paulo. **8)** Aviso nº 699 (Acórdão nº 513/2003): auditoria realizada nas obras de Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim. **9)** Aviso nº 705 (Acórdão nº 515/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da Ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz. **10)** Aviso nº 710 (Acórdão nº 517/2003): auditoria realizada no programa de recuperação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina. Às quinze horas e onze minutos, tendo persistido a inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente suspendeu os trabalhos. A reunião foi reiniciada às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. O Presidente procedeu à apreciação da Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **AVISOS:** o Presidente ressaltou a importância do comparecimento às reuniões da Comissão, que não têm sido realizadas por inexistência de quorum no Livro de Presença e/ou no recinto. Em seguida, solicitou o efetivo comparecimento dos parlamentares às reuniões, tendo em vista o estabelecido no *§ 1º do art. 6º da Resolução nº 01/2001-CN*, que dispõe sobre o desligamento de membro titular. **2)** O Presidente informou que até a última sessão legislativa da legislatura anterior, o Comitê de Acompanhamento e Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira era composto por sete membros, sendo cinco Deputados e Senadores. Em seguida, solicitou aos representantes de Liderança junto à Comissão o encaminhamento da indicação dos membros para integrarem o referido Comitê. **ORDEM DO DIA - PAUTA Nº 11-A /2003.** O Presidente informou aos membros que iniciaria a apreciação pelas matérias cujos relatores estivessem presentes no recinto do plenário. Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Avisos: **Item 05** - Aviso nº 052/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º Trimestre de 2002”. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Voto: pelo arquivamento da matéria. Estando na condução dos trabalhos, o Presidente solicitou ao Senador Mozarildo Cavalcanti que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas

representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 18** - Aviso nº 087/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 875, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação da hidrovia do Rio Madeira, no trecho entre Porto Velho e a foz, que abrange o chamado “Corredor Oeste-Norte”. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Voto: Pelo arquivamento da matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional. O Presidente solicitou ao relator que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 19** - Aviso nº 098/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 996, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus, compreendendo 313,3 km de linha de transmissão e subestações associadas com 645,3 Mva (PT 25.752.0297.3398.0013) (TC nº 003.485/2002-0)”. Relator: Deputado João Magno. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao relator que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, tendo em vista a ausência do Deputado Pedro Novais, o Presidente consultou os membros sobre a possibilidade de indicar outro parlamentar para a leitura dos votos referentes aos Pareceres de sua relatoria. O Plenário assentiu. **Item 02** - Aviso nº 006/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul / BR-386 / RS - trecho Lageado - Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte (PT 26.782.0233.5727.0013) (TC nº 003.602/2001-0)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao Deputado Ary Vanazzi que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 03** - Aviso nº 023/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 109, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizado na construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins/BR (BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo), firmado entre o extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão - DER/MA (TC nº 004.187/2001-4)”. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao Deputado Vignatti que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 04** - Aviso nº 031/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 152, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Relatório de Auditoria sobre as irregularidades em obras de barragens da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI (TC nº 011.588/1999-3). Relator: Deputado Pauderney Avelino. Voto: pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Presidente solicitou ao Deputado Elimar Máximo Damasceno que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de apreciação em bloco das matérias correspondentes aos itens 06, 08 a 15, 17, 20 a 24 e 26 da Pauta nº 11-A, tendo em vista o relator, Deputado Pedro Novais, haver manifestado em seus Pareceres voto pelo arquivamento das respectivas matérias. O Deputado Ary Vanazzi discutiu o assunto. O Deputado Vignatti concordou com a apreciação em bloco, à exceção dos itens 13, 17 e 26. O Plenário assentiu. Em votação, a apreciação em bloco dos itens **06, 08 a 12, 14, 15, 20 a 24** da Pauta nº 11-A foi **aprovada** unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 06** - Aviso nº 056/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 621, de 2002-TCU, (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na construção do açude Tingüis, em Piracuruca/PI -

COMDEPI (TC nº 004.742/2001-5)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 08** - Aviso nº 060/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 217, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, CODESP (TC nº 003.606/2001-9)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 09** - Aviso nº 062/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 653, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção (conclusão) do Hospital Central do Estado de Mato Grosso (TC nº 004.949/2002-5)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 10** - Aviso nº 063/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 666, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão Associado à UHE de Xingó, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, no Estado de Pernambuco (TC nº 003.646/2002-2). Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 11** - Aviso nº 066/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 664, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria realizada na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa/GO, cujas obras encontram-se concluídas e em funcionamento desde 1998 (TC nº 003.256/2002-7)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 12** - Aviso nº 071/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 695, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - 10º Distrito Rodoviário Federal/RS, Adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-386/RS - Lajeado - Canoas (TC nº 003.396/2002-8)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 14** - Aviso nº 075/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 765, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/PI nas obras de construção da barragem Poço do Maruá e adutoras, no Município de Patos/PI, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - Comdepi (TCs nº 004.750/2001-7, 003.520/2002-0 e 003.521/2002-8)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 15** - Aviso nº 080/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 838, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RN nas obras de construção das penitenciárias de Alcaçuz, Panamirim, Canguaretama e Presídio Provisório de Caraúbas, relativas ao Programa de Trabalho nº 14.421.0661.1844.0031 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº 008.580/2001-3)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 20** - Aviso nº 102/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1134, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de Auditoria na Construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira Norte BR-364/AC em Rio Branco (TC nº 007.373/2002-1)." Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 21** - Aviso nº 106/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1257, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria para acompanhamento da construção de trechos rodoviários no Corredor Leste BR-365/MG - Ervália - Muriaé - Divisa MG/RJ (TC - 004.535/2002-8)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 22** - Aviso nº 110/ 2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 360, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (em extinção), sobre a utilização de R\$ 265.000,00 (viaduto do corredor do Mercosul/BR-116/RS, situado no cruzamento da Rua Rincão, em Novo Hamburgo, subrecho entroncamentos RS-239-p Campo Bom - e RS - 116/RS com a Av. Sete de Setembro, em Novo Hamburgo - Km 240-6 ao Km 241,6. (TC nº

003.603/2001-7)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria.

Item 23 - Aviso nº 111/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1390, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a verificação de irregularidades em contratos firmados pela Construtora IKAL com órgãos da Administração Pública Federal, na execução das obras da Barragem de Ingazeira/PE (TC nº 006.457/1999-1)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria.

Item 24 - Aviso nº 114/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1643, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de implantação do projeto de irrigação denominado Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo, no Estado do Maranhão. (TC - nº 008.969/2002-6)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Não houve debate. Em votação em bloco, os Pareceres do relator, Deputado Pedro Novais, referentes aos **Avisos 56, 60, 62, 63, 66, 71, 75, 80, 102, 106, 110, 111 e 114**, todos de 2002, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Item 13 - Aviso nº 073/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 772, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a relatório de auditoria nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP (TC nº 003.615/2002-6)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente.

Item 17 - Aviso nº 086/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 885 e 886, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que as fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RR, em cumprimento à Decisão Plenária nº 098/2002, de 20.02.2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira-norte, BR-401/RR com início no km 106,2 e término no km 184". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente.

- Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Projeto de Decreto Legislativo: **Item 26** - Projeto de Decreto Legislativo Nº 10/2000-CN, referente à liberação da execução orçamentária ao subtítulo "Obra de conclusão do edifício-anexo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro - RJ", contida no Decreto Legislativo nº 08/2000-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: **Item 07** - Aviso nº 58/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 623, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL (TC nº 004.946/2002-3)". Relator: Deputado Félix Mendonça. Voto: pelo arquivamento da matéria. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Vignatti fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Anivaldo Vale solicitou o encerramento dos trabalhos, tendo em vista a inexistência de quorum no recinto. O Presidente, ao manifestar concordância com o exposto, informou que havia, no Livro de Presença, quorum para deliberação. Continuando, informou que as matérias apreciadas tinham parecer pelo arquivamento e reafirmou a dificuldade para realização das reuniões ordinárias da Comissão. Em seguida, solicitou ao Deputado Anivaldo Vale que retirasse a solicitação. Os Deputados Vignatti, Wasny de Roure e Ary Vanazzi concordaram com o Presidente. O Deputado Jorge Bittar apresentou proposta no sentido de que o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizassem reunião para exame prévio das matérias a serem incluídas na pauta. O Deputado Pauderney Avelino solicitou ao Deputado Anivaldo Vale que retirasse a solicitação para encerramento da reunião e, em seguida, apresentou o **Requerimento de Informação nº 07/2003**, em que solicita esclarecimentos ao Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, sobre previsões de despesas com subsídios e subvenções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesa, referente ao 1º bimestre de 2003. Em seguida, o Deputado Anivaldo

Vale atendeu à solicitação do Presidente e solicitou à Secretaria da Comissão que contactassem os gabinetes dos membros da Comissão para que se encaminhassem ao Plenário. Em seguida, o Deputado Jorge Bittar apresentou o **Requerimento nº 08/2003**, em que solicita seja formulado convite ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para expor a orientação estratégica do Plano Plurianual/2004-2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao parlamento na sua elaboração. O Deputado Jorge Bittar solicitou a inclusão deste Requerimento na pauta. O Presidente consultou o Plenário acerca da inclusão dos dois Requerimentos em extrapauta. O Plenário assentiu. Em votação, o Requerimento de Informação nº 07/2003, de autoria do Deputado Pauderney Avelino foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, Requerimento nº 08/2003, de autoria do Deputado Jorge Bittar, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação das demais matérias constantes da pauta. **Item 25** - Aviso nº 002/2003-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 095, de 2003-TCU (Plenário), aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 12/02/2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento da Auditoria, realizada pela 3ª Secex no Departamento Penitenciário Nacional - Depen, unidade do Ministério da Justiça no período de 21/03 a 12/04/2002, objetivando verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal - (TC nº 004.550/2002-4)". Relator: Senador Romero Jucá. Voto: Pelo arquivamento da matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional. Em virtude da ausência do relator, o Senador Jonas Pinheiro fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. - Apreciação do Relatório apresentado à seguinte Mensagem: **Item 27**- Mensagem nº 379/2001-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do artigo 14 da Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001, os esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas quanto ao programa Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR 174/AM -Divisa MT/AM Divisa AM /RR". Relator: Deputado João Grandão. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Wasny de Roure fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.- Apreciação dos seguintes Requerimentos: **Item 28** - Requerimento nº 004/2003. O Presidente declarou o Requerimento **prejudicado**, conforme o estabelecido no *artigo 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal*. **Item 29** - Requerimento nº 005/2003. O Presidente declarou o Requerimento **prejudicado**, conforme o estabelecido no *artigo 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal*. **Item 30** - Requerimento nº 006/2003. O Presidente informou que o Requerimento havia sido retirado de pauta pela autora, Senadora Lúcia Vânia, em 16/05/2003. Em seguida, o Presidente informou que não havia consenso para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12/2003. **ENCERRAMENTO:** Às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e sete de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nºs 11-A e 12, de 2003.

Tão logo haja número suficiente, votaremos a apreciação da ata da reunião anterior.

Expediente.

Correspondência interna recebida.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 179, de 15 de maio, do Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Cezar Silvestri como representante da Liderança do PPS.

Expedientes encaminhando justificativa de falta a reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 124, de 7 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência de S.Exa. nesse dia.

2) Ofício nº 405, de 14 de maio, do Deputado Roberto Jefferson, Líder do PTB, justificando ausência do Deputado Félix Mendonça nos dias 6 e 7 de maio.

3) Ofício nº 219, de 15 de maio, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 13 a 15 de maio.

4) Ofício nº 43, de 14 de maio, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 15 de maio.

Expedientes diversos:

Ofício nº 214, de 6 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, em que solicita a retirada de pauta do Requerimento nº 6, de 2003, de sua autoria.

Correspondência externa recebida.

Avisos/SGS, de 7 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 624 (Acórdão nº 471, de 2003): auditoria realizada nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.

2) Aviso nº 627 (Acórdão nº 473, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins — BR-235, divisa Tocantins-Mato Grosso, trecho Pedro Afonso.

3) Aviso nº 631 (Acórdão nº 461, de 2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários do Corredor MERCOSUL — BR-386, Lajeado-Canoas, no Rio Grande do Sul.

4) Aviso nº 633 (Acórdão nº 464, de 2003): auditoria realizada nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Estado de São Paulo.

5) Aviso nº 635, Acórdão nº 467, de 2003): relatório de inspeção realizado nas obras de ampliação e modernização das instalações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — TJDF, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 76, de 2002.

6) Aviso nº 637 (Acórdão nº 472, de 2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Amapá.

Aviso/SGS, de 9 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 648 (Acórdão nº 692, de 2003): auditoria realizada na Caixa Econômica Federal no período de abril de 1996 a março de 1997.

Avisos/SGS, de 14 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 685 (Acórdão nº 514, de 2003): auditoria realizada nas obras complementares relativas à Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás.

2) Aviso nº 686 (Acórdão nº 506, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-226, Rio Grande do Norte, no trecho que vai de Currais Novos/RN à divisa entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

3) Aviso nº 688 (Acórdão nº 507, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte, Rodovia BR-432, no trecho entrada BR-401, Roraima, entrada BR-174, que vai de Cantá a Novo Paraíso.

4) Aviso nº 690 (Acórdão nº 508, de 2003): auditoria realizada nas obras de recuperação e instalação do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

5) Aviso nº 692 (Acórdão nº 509, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, da Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó, no Rio Grande do Norte.

6) Aviso nº 693 (Acórdão nº 510, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, construção de trechos rodoviários no Estado de Goiás.

7) Aviso nº 694 (Acórdão nº 511, de 2003): auditoria realizada nas obras de recuperação de infra-estrutura portuária no Porto de Santos, São Paulo.

8) Aviso nº 699 (Acórdão nº 513, de 2003): auditoria realizada nas obras de Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, e Guaramirim.

9) Aviso nº 705 (Acórdão nº 515, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da Ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz.

10) Aviso nº 710 (Acórdão nº 517, de 2003): auditoria realizada no programa de recuperação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Não há *quorum* regimental no Senado Federal. Em face disso, suspendemos a reunião e a transferimos para as 16h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está reaberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11-A e 12, de 2003.

A apreciação data da seguinte reunião: 6ª reunião ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, devido à sua distribuição antecipada.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, a ata está aprovada.

Ressalto a necessidade de comparecimento dos membros da Comissão para realizarmos as reuniões normais de trabalho, tendo em vista o estabelecido no § 1º do art. 6º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, que dispõe:

“Art. 6º.....

§ 1º *Será desligado da Comissão o membro titular que não comparecer, durante a sessão legislativa, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 39 desta Resolução”.*

Nova composição do Comitê de Acompanhamento e Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira.

Até a última Sessão Legislativa da Legislatura anterior, o comitê era composto por 7 membros, sendo 5 Deputados e 2 Senadores.

Se o Plenário concordar que continue desta forma, esta Presidência fará a indicação de novos membros.

Então, solicito aos representantes de Liderança junto à Comissão que encaminhem a indicação dos membros para integrar este Comitê. *(Pausa.)*

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que leia o relatório do Item 5, do qual sou o Relator.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI - O relatório do Item 5, referente ao Aviso nº 52, de 2002, do Congresso Nacional, é pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 18 tem como Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estou pulando alguns, porque os Relatores não estão presentes — o princípio é que só se coloque em votação a matéria quando o Relator estiver presente. Quase todos eles são de autoria do Senador Pedro Novais, que está ausente.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI - Trata-se da apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 87, de 2002, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 875, de 2002, do Tribunal de Contas da União (Plenário) (...)*”

O voto é pelo arquivamento da matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 19. O Relator é o Deputado João Magno. Trata-se do Aviso nº 98, de 2002 - CN, que *“encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 996, de 2002, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus, compreendendo 313,3 quilômetros de linha de transmissão e subestações associadas com 645,3 MVA (...)”*

Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, vale informar inicialmente que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estar a obra ali relatada incluída no Quadro II anexo à Lei Orgânica de 2002, mantendo sua execução suspensa até a deliberação desta Comissão.

Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão ao longo do exercício de 2002. Verifica-se que, em relação à obra, objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos e restos a pagar. De forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras e identificados indícios de graves irregularidades pelo Tribunal de Contas da União durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro II anexo à Lei Orgânica de 2003, no qual a obra sob análise não foi incluída. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras dos indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à Lei Orgânica de 2003, elaborado com base nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União. De forma que o presente aviso nada acrescenta em face daquele quadro. Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito em face da prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seu principal efeito, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA 2002.

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 98, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na maioria dos processos em que o Relator é o Deputado Pedro Novais S.Exa. opina pelo arquivamento.

Consulto ao Plenário se poderemos designar um presente para fazer a leitura e colocar em votação.

Item 2: Aviso nº 006, de 2002-CN, que *“encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários do Corredor MERCOSUL — BR-386, Rio Grande do Sul, trecho Lageado-Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras de arte (...)”*

Com a palavra, em substituição ao Deputado Pedro Novais, o Deputado Ary Vanazzi.

É o Item 2.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, é só para ler o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Só o voto.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI -

“Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estar a obra nele relatado incluída no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Esta Comissão, acompanhando parecer apresentado pelo nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, concluiu, em 20 de maio de 2002, pelo não saneamento das irregularidades, mantendo suspensa a execução da obra.

Foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre a referida obra, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003 (Aviso nº 1467-GP/TCU, de 2002, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003, no qual a obra sob análise não foi incluída.

Verifica-se que, em relação à obra objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Nesse sentido, entendo que não é cabível um novo exame das informações referentes à obra em tela quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seu principal efeito, que é a liberação dos recursos contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento no Aviso nº 6, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.”

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*. Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*. Aprovado no Senado Federal.

O Item 3 da pauta tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

S.Exa. encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 109, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado na construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, (BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo), firmado entre o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Maranhão.

Peço ao Deputado Vignatti que proceda à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Voto do Relator.

Diante do exposto, considerando que a forma encontrada é de indícios graves de irregularidades na obra ora em tela e que a mesma se encontra inscrita no Quadro VII da Lei nº 10.640, de 2003, e da LOAS, de 2003 — e o Tribunal de Contas da União tomou medida acerca do ordenamento jurídico e a matéria não requer também providência adicional alguma no âmbito do Congresso Nacional —, opinamos que esta Comissão tome conhecimento da decisão já referida, considerando que a do TCU não se manifestava sobre a desordenação da obra mencionada, assim como nenhuma informação adicional foi traduzida a respeito do mérito da questão. Mantenha-se a inscrição do quadro da obra no indício da irregularidade no Orçamento de 2003 da Lei nº 10.640/03.

Sala das Comissões. 15 de março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*.

Aprovado.

Item 4. Aviso nº 31, de 2002, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 152, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria sobre as irregularidades em obras de barragens da Companhia do Desenvolvimento do Piauí — COMDEPI (...)*”

O Relator é o Deputado Pauderney Avelino. Como S.Exa. está ausente, de acordo com entendimento do Plenário, solicitamos ao Deputado Elimar Máximo Damasceno que faça a leitura do Item 4 do parecer.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO -

“Voto do Relator:

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação às obras objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que as obras objeto do presente aviso não estão incluídas no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 31, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala das Comissões, março de 2003.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os relatórios dos Itens 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 24 e 26 são pelo arquivamento da matéria e foram relatados pelo Deputado Pedro Novais.

Indago ao Plenário se concorda que se faça votação global de todos eles. **O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** - Sr. Presidente, pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão, que tem tido dificuldade de *quorum* para adiantarmos a pauta — e logo adiante vamos discutir a LDO, o Orçamento —, nós, da bancada do PT, concordamos que todos esses pareceres sejam votados em bloco.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, por precaução, solicito que se repitam os números. Não temos encaminhamento contrário, mas é apenas para verificar se há concordância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - São somente os relatórios assinados pelo Deputado Pedro Novais: Item 6, Aviso nº 056; Item 7, Aviso nº 058; Item 8, Aviso nº 060; Item 9, Aviso nº 062; Item 10, Aviso nº 063; Item 11, Aviso nº 066; Item 12, Aviso nº 071; Item 13, Aviso nº 073; Item 14, Aviso nº 075; Item 15, Aviso nº 080; Item 17, Aviso nº 086; Item 20, Aviso nº 102; Item 21, Aviso nº 106; Item 22, Aviso nº 110; Item 23, Aviso nº 111; Item 24, Aviso nº 114; e Item 26, que trata do Decreto Legislativo nº 10, também pelo arquivamento. Todos têm como Relator o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, há concordância, exceto em relação aos Itens 13, 17 e 26, que, se for possível, devem ser discutidos à parte. Nos demais, há concordância pelo pleno arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, em discussão os demais itens, com exceção dos de nºs 13, 17 e 26, por solicitação do Deputado Vignatti.

Em discussão.

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o arquivamento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Voltemos agora ao Item 13.

Peço que, em substituição ao Deputado Pedro Novais, o Deputado Ary Vanazzi faça a leitura do parecer do Item 13 — Aviso nº 073, de 2002, do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI -

“Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas e incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação às obras objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 73, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 9 de maio de 2003.

Deputado Pedro Novais."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório que propõe o arquivamento.

Com a palavra o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, não sei qual é o procedimento, tendo em vista que o Relator não está aqui para responder. Persiste uma dúvida entre nós: se a obra prosseguir em irregularidade grave em 2003, achamos que fica difícil arquivar, porque teria de haver resposta saneadora. É a mesma situação do Item nº 17.

Então, no meu entendimento, não estariam sanadas todas as dúvidas necessárias para possibilitar o voto de arquivamento na data de hoje. Não sei se podemos remeter tal indagação, tendo em vista que o Relator não está presente, ou se devemos tirar os itens indicados de pauta e retomá-los em outro momento, quando S.Exa. estiver aqui. Tanto o de nº 17 como o de nº 13 estão na mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado se refere aos Itens nºs 13, 17 e 26.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Isso. O de nº 26 é outra situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mas é parecida, porque o Relator também não está presente.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - É, também o de nº 27.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, em face das ponderações justas do Deputado Vignatti, retiramos de pauta os Itens nºs 13, 17 e 26 para examiná-los em uma próxima reunião.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item nº 7. Aviso nº 58, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 623, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Arapiraca. Também pelo arquivamento. O Relator é o Deputado Félix Mendonça.

Como o Deputado Félix Mendonça não está presente, peço que o Deputado Vignatti relate a matéria.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI -

"Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas e incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até a deliberação da Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação à obra objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de iniciar a execução da mesma no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003.

Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação das obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que a obra objeto do presente aviso não está incluída no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade que gerasse seus feitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 58, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Deputado Félix Mendonça.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão o parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora ao Item 16.

Aviso nº 82/2002-CN, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 828, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela SECEX Piauí em cumprimento ao Plano Especial de Auditoria em Obras referentes à implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí (...)*”

O Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O voto é pela anexação dos Avisos nºs 50 e 51, de 2002, do Congresso Nacional, e pelo arquivamento da matéria.

Vou pedir ao Deputado Ary Vanazzi que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI -

“Análise da matéria.

O contingenciamento dos recursos orçamentários para as obras do Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Estado do Piauí foi determinado pelo Congresso Nacional, em face de indícios de irregularidades graves, apuradas pelo Tribunal de Contas da União na execução do Contrato nº 17/87, celebrado entre o DENOCS e a EIT — Empresa Industrial Técnica S/A, responsável pela execução das obras do projeto.

Ao confrontarmos o relatório do TCU, que encaminha o resumo dos relatórios de levantamentos de auditoria de obras realizados em 2002, verificamos que aquela Corte de Contas reconhece existirem indícios de irregularidade de contas; porém, que não é recomendável a paralisação da obra.

Verificamos que não existem inscrições em restos a pagar em 2002, não ensejando liberação posterior.

Trata-se, como se pode perceber, de obra com 15 anos de execução, já que o Contrato nº 17 data do ano de 1987. Essa, na verdade, é uma das grandes chagas existentes no País, em que empreendimentos têm início e arrastam-se indefinidamente por conta da falta de escrúpulos de administradores mancomunados com empresas contratadas. Nesse processo, a sociedade é a grande perdedora, especialmente a sofrida população do Nordeste brasileiro, que, com muita frequência, enfrenta as

vicissitudes decorrentes de condições climáticas hostis ao homem que ali habita. Uma obra que poderia trazer esperança a milhares de pessoas volta-se contra essas mesmas pessoas, na medida em que são apenas com o pagamento de tributos e não vêem resultar em benefícios o produto desse sacrifício.

Em que pese a necessidade de responsabilizar o(s) agente(s) por eventuais prejuízos ao Erário, parece-nos descabida a paralisação de uma obra com 98% de seu Plano de Trabalho concluído, sujeitando-a a cinco anos de deterioração e privando a sociedade em cinco anos de seus benefícios.

É o relatório.

Voto do Relator.

Diante do exposto e considerando que a obra objeto deste parecer não mais se encontra entre as constantes do Quadro VII da LOA/2003 (Obras com Índícios de Irregularidades Graves) e a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos por que esta Comissão:

- a) dela tome conhecimento;*
- b) anexe a ela os Avisos nºs 50 e 51 do TCU (nºs. 6.523 e 6.532, na origem); e*
- c) delibere pelo envio dos autos ao arquivo.*

Sala da Comissão, em 29 de março de 2003.

Senador José Carlos Aleluia, Presidente.

Senador Jonas Pinheiro, Relator da matéria."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, eu queria apelar para V.Exa. no sentido de suspender a reunião, considerando a nítida ausência de Deputados e Senadores. Trata-se de uma Comissão altamente representativa, a mais importante do Congresso Nacional, com quase 80 membros. Já votamos a metade da pauta. Apelamos aos Deputados para que compareçam. Assim, evitaremos verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em princípio, o nobre Deputado tem razão. No entanto, é visível que a Comissão não tem tido a presença de seus membros com a assiduidade devida. As matérias têm-se acumulado. A pauta tem de ser esgotada. Há muitos itens cujos processos são passíveis de arquivamento. Se nós esperarmos sempre o *quorum* visual e não o virtual, tão cedo teremos sessões.

Peço a V.Exa., Sr. Deputado, por questão de elegância com a Comissão, que retire a proposta.

Daremos continuidade à reunião para esgotar a pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, é compreensível e pertinente a preocupação do Deputado que me antecedeu. Cabe às Lideranças partidárias e a esta Comissão encaminhar correspondência aos Deputados para explicar a necessidade da presença nesta Comissão.

Porém, Sr. Presidente, concordo com o encaminhamento de V.Exa. Por 3 oportunidades estive na Comissão e não houve reunião. Poderíamos votar as matérias que não são polêmicas. Deixaremos aquelas que são polêmicas para serem votadas quando houver *quorum* qualificado. Se houver divergência em relação a alguma matéria, nós a

votaremos em outro momento. Podemos fazer acordo nesse sentido. Enquanto isso, ganhamos tempo. Daqui a pouco discutiremos as emendas relativas à LDO e ao PPA, que irão tomar muito tempo da Comissão. Com certeza, a Casa estará cheia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, reforço as palavras do Deputado Vignatti. Mais grave ainda é que nem os próprios Relatores da matéria estão presentes. Qualquer tentativa de obtenção de esclarecimento adicional ficará prejudicada. Como a maioria dos pareceres tem sido pelo arquivamento, não vejo maior dificuldade. Mas creio que a ausência dos Relatores na Comissão — repito — prejudica bastante a apreciação das matérias.

Concordo com a orientação do Deputado Vignatti para que aceleremos os trabalhos, a fim de que esta Comissão não fique com a pauta acumulada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, faço uma ponderação. A proposta de suspensão desta reunião tem embasamento jurídico e regimental. Mas é importante salientar que é inconcebível o número de vezes que suspendemos as sessões desta Comissão. Marcamos uma outra para terça-feira, depois para quinta-feira. Conseguimos *quorum* no livro que registra a presença dos Deputados, mas para o debate S.Exas. não estão aqui.

Esta é uma das Comissões mais importantes da Câmara dos Deputados, pois debate o orçamento. Temos essa responsabilidade. É evidente que outras atividades estão ocorrendo, inclusive no plenário. As matérias que estamos votando, embora não chamem muito a atenção, tratam do Orçamento de 2002 e 2001. Há obras que não têm verbas previstas para o Orçamento de 2003. Precisamos limpar a pauta para realizar um profundo debate sobre a LDO e o Plano Plurianual, posteriormente.

Sr. Presidente, faço essa ponderação para seguir o encaminhamento de V.Exa., no sentido de dar continuidade à discussão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - ...eu tive oportunidade de conversar um pouco com os Parlamentares e percebi que existe preocupação no sentido de que, antes de construirmos a pauta de nossas reuniões, realizarmos sempre aquilo que se tornou tradição: uma reunião dos Líderes, para que se possa, de alguma maneira, fazer um exame prévio da matéria. Assim as coisas ficam melhor encaminhadas. Desta vez não foi possível se fazer isso. Eu acho que não haveria problema. Apelo para que prossigamos com a reunião, para que seja retirada a solicitação de verificação de *quorum*, a fim de que possamos dar continuidade aos trabalhos de hoje. Mas que haja o compromisso para as reuniões futuras de previamente reunir o Colégio de Líderes desta Comissão com o objetivo de analisar as matérias, determinar as prioridades, enfim, proceder a tudo aquilo que é tradição nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para o nobre Deputado Anivaldo Vale. Esta reunião é praticamente administrativa. Ela tem por escopo principalmente a apreciação de um sem-número de propostas, de avisos e questões que a meu ver não ensejam discussão tão acirrada que leve a Oposição, no caso o PFL e o PSDB do nobre Deputado Anivaldo Vale, a pedir verificação de *quorum*.

No momento oportuno, também estarei atento quando não houver *quorum* em reunião importante. Neste caso, tomaremos posição de oposição. Mas agora acredito que não haja nenhuma necessidade de proceder à verificação. Apelo para o companheiro Anivaldo Vale nesse sentido.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de levantar questão relevante. Terei de me ausentar, em função da votação que está havendo. Na qualidade de Relator do decreto de contingenciamento, Deputado Jorge Bittar, nós solicitamos por intermédio da Consultoria

da Comissão de Orçamento informações sobre os subsídios implícitos desse decreto e não obtivemos sucesso. Então, tomamos a iniciativa de fazer um requerimento de informações, que eu gostaria de passar ao Presidente para ser formalizado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esse requerimento visa obter informação do Executivo sobre volume e metodologia aplicada relativamente ao contingenciamento, a fim de que possamos incluir os dados no relatório. Não queremos criar problema para o Executivo quando da elaboração desse relatório. Nós queremos as informações e também que haja respeito com o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, passo às mãos de V.Exa. o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, vou atender ao apelo do Deputado Jorge Bittar, Líder do novo partido governista, e do Deputado Pauderney Avelino, meu companheiro e Vice-Presidente da Comissão. Vamos dar andamento aos trabalhos e votar as matérias, mesmo porque há medida provisória na pauta.

De minha parte, faço um apelo à Presidência da Comissão no sentido de que peça à nossa secretária que telefone para os gabinetes dos Deputados e Senadores solicitando comparecimento. Os temas que estão na pauta são verdadeiramente importantes, sim. Quero ser elegante, como sempre procurei ser, enquanto membro do partido do Governo, mas quero também ter a sensação do dever cumprido.

É natural que esta Comissão acorde na reunião de Líderes, discuta e vote, mesmo não contando com a presença física de todos os Deputados. Os Relatores da maioria desses processos — inclusive, medida provisória — também não estão presentes.

Vou atender ao apelo de V.Exa. Vamos dar continuidade à votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, quero levantar questão de interesse de todos os Parlamentares presentes, referente ao Ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ontem, segundo a imprensa, S.Exa. apresentou na reunião ministerial orientações estratégicas para a elaboração do PPA dos próximos anos, entre elas metodologia de consulta aos Governos Estaduais, à sociedade e ao próprio Parlamento.

Como se trata de matéria de enorme relevância, penso que esta Casa e particularmente esta Comissão não devem estar ausentes desse debate. Por isso, solicito seja incluído na pauta de hoje requerimento de minha autoria no sentido de que o Sr. Ministro Guido Mantega seja convidado para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca do Plano Plurianual e da metodologia de consulta à sociedade. Queremos saber também como nós, Parlamentares, iremos oferecer nossas contribuições para a elaboração do PPA.

Como há uma série de dúvidas em torno dessa matéria, aproveitaremos a presença do Ministro para indagar a S.Exa. sobre o contingenciamento e outras questões de interesse da Casa. Por isso, solicito a inclusão desse requerimento na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há uma questão regimental a ser considerada. Pela rotina processual, os 2 requerimentos teriam de entrar em pauta para serem votados. Neste caso, somente na próxima reunião.

No entanto, se o Plenário concordar — e o Plenário é soberano para tomar essa decisão —, poderemos submeter os 2 requerimentos à votação ainda hoje.

Em discussão.

Primeiro trataremos do requerimento do Deputado Pauderney Avelino, que pede esclarecimentos ao Sr. Ministro da Fazenda. Depois, do requerimento do Deputado Jorge Bittar, que convida o Ministro Guido Mantega para prestar esclarecimentos sobre o PPA.

Em votação na Câmara dos Deputados a inclusão dos requerimentos.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal a inclusão dos requerimentos.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Pauderney Avelino.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal, o requerimento do Deputado Pauderney Avelino.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Jorge Bittar.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal, o requerimento do Deputado Jorge Bittar.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Daremos continuidade à pauta.

Item 25. Aviso nº 002/2003-CN, que tem como Relator o Senador Romero Jucá.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que proceda à leitura do relatório, do voto e das razões do arquivamento. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 002/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 095, de 2003, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

Passo a ler a conclusão do Senador Romero Jucá, Relator da matéria.

“Voto do Relator.

Diante do exposto e considerando que a obra objeto deste parecer não consta do Quadro VII (Obras com Indícios de Irregularidades Graves) da Lei nº 10.407/2002 (LOA 2002) nem do correspondente quadro da lei orçamentária para o presente exercício de 2003 (Lei nº 10.640/2003) e que a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos no sentido de que esta Comissão:

a) dela tome conhecimento;

b) delibere pelo envio dos autos ao arquivo.”

Esse é o voto do Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 26 foi retirado de pauta.

Item 27. Mensagem nº 379/2001-CN, que *“encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, os esclarecimento sobre as medidas saneadoras adotadas quanto ao programa Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte — BR 174/AM — Divisa MT/AM, Divisa AM-RR”*.

O Relator é o Deputado João Grandão.

Tendo em vista que o Relator não está presente, peço ao Deputado Wasny de Roure que proceda à leitura.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Do relatório e do voto, Sr. Presidente, ou só do voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Só do voto.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE -

Voto do Sr. Relator.

Vale informar, inicialmente, que a presente Mensagem foi encaminhada tendo em vista o fato de estarem as obras nela relatadas incluídas no Quadro V anexo à LOA/2001, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão.

Verifica-se que, em relação às obras objeto de aviso em exame, não há recursos relativos a orçamentos anteriores ao atual inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àqueles exercícios.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que as obras objeto do presente aviso não estão incluídas no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2001.

Em face ao exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 379 do Congresso Nacional e determine o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento.

Agradeço, Deputado Wasny de Roure, a leitura do voto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Os Itens 28 e 29 estão prejudicados, de acordo com o art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. E o Item 30, o Requerimento nº 06/2003, foi retirado por solicitação da autora, em 16 de maio de 2003.

Assim, fica encerrada a Pauta nº 11, com 3 itens transferidos para a pauta da próxima reunião.

A Pauta nº 12 trata de matérias polêmicas e sujeitas a discussão. Então, é visível que contraria o que foi acertado aqui.

Em face disso, encerro a presente reunião, convocando outra para terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 27 E 29 DE MAIO DE 2003.**

Aos vinte e sete e vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 13/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Roberto Balestra, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Almir Moura, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, João Correia, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Silas Brasileiro, Telma de Souza, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho, Heráclito Fortes e Romeu Tuma. Registrou-se a presença dos Parlamentares não-membros, Deputados Alexandre Santos, Coriolano Sales e Gastão Vieira; e Senador Papaléo Paes. Os Senadores João Ribeiro e Lúcia Vânia justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Benedito de Lira, Dr. Evilásio, Herculanio Anghinetti, Jackson Barreto, José Priante, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Ricardo Barros e Sérgio Miranda; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Duciomar Costa, Heloísa Helena, Reginaldo Duarte e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia vinte e sete de maio, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação. Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove do mesmo mês, o Presidente reiniciou os trabalhos e procedeu à apreciação da Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **AVISOS:** O Presidente convidou os parlamentares a participarem da 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS - rede virtual de comunicação do Legislativo. Palestrante convidado: Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tema: Orientação estratégica do Plano Plurianual/2004-2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao parlamento na sua elaboração. Data: 03/06/2003 (terça-feira), às 15 horas. Local: auditório do Interlegis localizado na Av. N-2, Edifício Anexo "E" do Senado Federal. Acrescentou que a reunião contará com a presença dos relatores indicados para o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, Senador Roberto Saturnino, do Projeto

de Lei Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar, e do Relator do Projeto de Lei nº 02/2003 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004), Deputado Paulo Bernardo.

EXPEDIENTE: Correspondência interna recebida: - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: Ofício nº 468, de 15 de maio, do Deputado Eunício Oliveira, indicando o Deputado José Borba como representante da Liderança do PMDB. Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 24, de 21 de maio, do Deputado Júlio César, justificando ausência nos dias 13 e 15 de maio. **2)** Ofício nº 126, de 21 de maio, do Senador César Borges, justificando ausência no dia 20 de maio. **3)** Ofício nº 28, de 27 de maio, do gabinete do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 27 de maio. **4)** Expediente de 27 de maio, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 20 a 23 de maio. **5)** Ofício nº 104, de 27 de maio, do Deputado João Ribeiro, justificando ausência no período de 29 de maio a 19 de junho. - Aviso-SGS, de 14 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 722 (Acórdão nº 518/2003): Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – construção do sistema de abastecimento de água Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores – Alagoas. - Aviso-GP, de 20 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 574, de 20 de maio (Acórdão nº 468/2003): Obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO. - Avisos-SGS, de 21 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 757, (Acórdão nº 550/2003): Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí. **2)** Aviso nº 768 (Acórdão nº 548/2003): obras de ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica de Alagoas. - Expediente encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos artigos 54 e 55, da *Lei de Responsabilidade Fiscal*, e artigo 5º da *Lei nº 10.028/2000*, referente ao 1º quadrimestre de 2003, dos seguintes tribunais: **1)** Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 11ª e 13ª Regiões. **2)** Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro, Amapá e Goiás. **3)** Tribunal de Contas da União. **4)** Supremo Tribunal Federal. **ORDEM DO DIA:** PAUTA Nº 13. **Item 01** - Aviso nº 001/ 2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 074, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório da Inspeção realizada no Projeto Perímetro de Irrigação Salangô da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação e Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Maranhão, no Município de São Mateus (TC Nº 350.268/1997-5)”. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Voto: Pela continuidade da vedação da execução. O Parecer foi alterado pelo Relator, em 15/05/2003. Estando ausente o relator, o Presidente solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente propôs ao Plenário que fossem apreciados inicialmente os Pareceres com voto do relator pelo arquivamento. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 05** - Aviso nº 073/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 772, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP (TC nº 003.615/2002-6)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando o relator ausente naquele momento, o Presidente solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **rejeitado** na representação do Senado Federal. O Parecer do relator foi **rejeitado**, conforme o disposto no art. 43, § 1º, do *Regimento Comum, do Congresso Nacional*. **Item 06** - Aviso nº 086/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 885 e 886, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que as fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RR, em cumprimento à Decisão Plenária nº 098/2002, de 20.02.2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira-norte, BR-401/RR com início no KM 106,2 e término no KM 184”. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria: Estando ausente o relator naquele momento, o Presidente

solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **rejeitado** na representação do Senado Federal. O Parecer do relator foi **rejeitado**, conforme o disposto no *art. 43, § 1º, do Regimento Comum, do Congresso Nacional*. Em seguida, o Presidente consultou o Plenário sobre a retirada de pauta das matérias cujos relatores se encontravam ausentes do recinto. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado manifestou-se favorável à substituição do relator nos casos de ausência a reuniões consecutivas. Não havendo consenso entre os membros, o Presidente retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 02** - Aviso nº 057/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 622, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado nos serviços de duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano, divisa MG/SP, DNIT (TC nº 003.954/2002-0)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando o relator ausente naquele momento, o Presidente solicitou ao Deputado Gilmar Machado que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior apresentou **Requerimento** de inversão de pauta para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000-CN. Em votação, o Requerimento de inversão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 08** - Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000-CN, referente à liberação da execução orçamentária ao subtítulo “Obra de conclusão do edifício-anexo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ”, contida no Decreto Legislativo nº 08/2000-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Às onze horas e seis minutos, estando ausente o relator naquele momento, o Senador Geraldo Mesquita Júnior procedeu à leitura do Relatório. Ao discutir a matéria, o Deputado Félix Mendonça solicitou vista do Parecer. Em virtude do disposto no *art. 38, inciso IV, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, o Presidente comunicou a impossibilidade de concessão de vista. Em seguida, o Deputado Félix Mendonça solicitou o adiamento da apreciação da matéria. O Deputado Gilmar Machado propôs o retorno da apreciação na reunião seguinte. No uso da palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior ressaltou que o Relatório estaria sendo retirado de pauta pela segunda vez. Finalizando, houve consenso no Plenário pelo **adiamento** da matéria. Após, o Deputado José Rocha usou da palavra para comunicar a apresentação de Requerimento de sua autoria para inclusão na pauta do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 119, de 2003. Em virtude do encerramento do prazo de tramitação da matéria na Comissão ser naquela data, o Presidente anunciou que a matéria passaria a ser item da Pauta, não havendo necessidade de apresentação do referido requerimento. Em discussão, o Deputado Anivaldo Vale posicionou-se contrário à matéria, não contra o mérito, mas afirmou haver desigualdade de tratamento em relação a outras Medidas Provisórias, que deixaram de ser apreciadas pela Comissão. No uso da palavra, os Deputados João Grandão, Ary Vanazzi e Wasny de Roure posicionaram-se favoravelmente à apreciação da matéria. O Presidente informou que era prerrogativa da Comissão a apreciação de medida provisória com abertura de crédito extraordinário à lei orçamentária anual, conforme o estabelecido no *art. 2º, § 6º, da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional*. O Deputado Pauderney Avelino teceu comentários acerca das dificuldades de quorum para realização das reuniões da Comissão. Referindo-se à iniciativa do Poder Executivo de lançar Fóruns Estaduais para sugestões na elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004/2007, a ser lançado no dia trinta de maio seguinte, o Deputado ressaltou a prerrogativa do Congresso Nacional para a apreciação do referido Plano. Salientou, ainda, o fato do Poder Executivo não ter encaminhado o Anexo de Metas e Prioridades ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, ressaltando que o Partido da Frente Liberal havia apresentado emendas a esse Anexo. Quanto à apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004/2007, o Presidente respondeu que a matéria, a exemplo do que ocorre com o Projeto de Lei de Orçamentária Anual, compõe-se de duas fases distintas, a executiva e a legislativa. Explicou que o momento em questão seria o da fase executiva, enquanto a fase legislativa se daria a partir de 31 de agosto, com o início da tramitação da Proposta Orçamentária no âmbito do Poder

Legislativo. Em seguida, o Presidente considerou incluída na pauta, com a anuência do Plenário, a Medida Provisória nº 119, de 2003. Após o Deputado Anivaldo Vale fazer uso da palavra, o Presidente retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 03** - Aviso nº 064/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 672, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nos serviços de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte – BR-432/RR - Ent.BR-401-Cantá-Novo Paraíso-Entr. BR-174/210, do Governo do Estado de Roraima (TC nº 004.501/2002-0)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Fazendo-se presente ao recinto do plenário, o relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente reiterou o convite aos membros para a 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS. O Deputado Pauderney Avelino solicitou que a reunião fosse realizada no plenário da Comissão, ressaltando que os trabalhos poderiam ser transmitidos através da TV-Câmara e da TV-Senado. O Senador Amir Lando informou que haveria restrições de ordem técnica para a realização da audiência no referido plenário. O Presidente acrescentou que embora o local adequado para os trabalhos fosse o plenário da Comissão, a reunião seria no auditório do INTERLEGIS em razão de ser dotado de equipamentos específicos para interatividade. O Deputado Pauderney Avelino concordou com as considerações feitas. O Senador Roberto Saturnino também discutiu o assunto, observando que na Câmara dos Deputados somente o Auditório Nereu Ramos possuiria equipamento compatível para a realização da videoconferência. O Presidente encerrou a discussão do tema acrescentando que solicitaria estudo para verificar a possibilidade de realização das próximas reuniões com videoconferência no plenário da Comissão. A seguir, retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 04** - Aviso nº 072/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 766, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria no açude Algodão II no Estado do Piauí, realizado na Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI (TCs nºs 005.289/2001-9 e 003.522/2002-5)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 07** - Aviso nº 92/2002 que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”, quanto aos itens: 092-001, 092-003, 092-010, 092-013, 092-014, 092-015, 092-018, 092-023, 092-024, 092-028, 092-031, 092-032, 092-037, 092-039, 092-041, 092-043, 092-045, 092-049, 092-051, 092-054, 092-057, 092-059, 092-062, 092-064, 092-065, 092-068, 092-069, 092-071, 092-072, 092-074, 092-075, 092-076, 092-077, 092-079, 092-082, 092-083, 092-085, 092-086, 092-087, 092-088, 092-090, 092-092, 092-094, 092-095, 092-096, 092-097, 092-098, 092-099, 092-103, 092-108, 092-110, 092-111, 092-112, 092-114, 092-118, 092-122, 092-123, 092-124, 092-126, 092-128, 092-134, 092-137, 092-139, 092-141, 092-144, 092-145, 092-146, 092-147, 092-150, 092-151, 092-155 e 092-158/2002-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução do Item 92-137, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado e o pelo arquivamento das demais matérias. O relator leu o voto. Os Deputados Ary Vanazzi e Wasny de Roure discutiram a matéria. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto de abstenção do Senador Augusto Botelho. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino encaminhou à Mesa o Requerimento nº 09/2003, de sua autoria, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas do grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Em seguida, o Presidente passou à apreciação do Relatório

apresentado à **Medida Provisória nº 119/2003-CN**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica”. Relator: Deputado José Rocha. Foram apresentadas 40 emendas. Voto: Favorável à aprovação da Medida Provisória na forma proposta pelo Poder Executivo, com rejeição das emendas apresentadas. O relator fez a apresentação do Parecer. O Senador Amir Lando, na qualidade de Líder do Governo no Congresso Nacional, posicionou-se favoravelmente. O Deputado Anivaldo Vale manifestou-se contrariamente, ao tempo em que solicitou esclarecimentos do relator. O Deputado Pauderney Avelino solicitou o adiamento da matéria, não tendo sido atendido pelo Presidente, visto que o prazo para tramitação na Comissão seria encerrado naquele dia. O Deputado Pedro Novais manifestou-se favoravelmente, e permanecendo polêmica sobre o assunto, explicou que o propósito da referida matéria seria para corrigir erros anteriores. O Senador Amir Lando, teceu esclarecimentos sobre o assunto. O Deputado João Almeida propôs a suspensão dos trabalhos para dirimir as dúvidas e sua proposta não foi acatada pelo Presidente, em virtude da exigüidade do prazo para apreciação da matéria. Os Deputados Pauderney Avelino, João Almeida e Anivaldo Vale solicitaram que o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, firmasse compromisso no sentido de resolver a questão. O Deputado César Silvestri discutiu o assunto. Tendo sido encerrado o debate, o Presidente passou à votação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 119/2003-CN, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente anunciou o **requerimento** do Deputado Pauderney Avelino para inclusão na pauta do Requerimento nº 09/2003, de sua autoria, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas pertencentes ao grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Não houve discussão. Em votação, o requerimento para inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento nº 09/2003**, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas pertencentes ao grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Não houve debate. Em votação, o Requerimento nº 09/2003 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Wellington Roberto apresentou **requerimento** para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Aviso nº 005/2003-CN. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA Nº 01 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 005/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso, (TC nº 005.958/2002-9) e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso TC nº 006.835/2002-3)”. Relator: Deputado Wellington Roberto. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator fez a leitura do Relatório. Encerrada a leitura, o Deputado Ary Vanazzi manifestou-se favoravelmente. Em votação, o Parecer do Relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento** para inclusão na pauta do Relatório apresentado à Mensagem nº 201/2002-CN. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA Nº 02 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 201/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 18 da Lei nº 10266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o segundo quadrimestre de 2002”. Relator: Deputado Pauderney Avelino. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o voto do seu Parecer. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos

Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou os membros para as reuniões a serem realizadas no dia três de junho de 2003, de acordo com as seguintes informações: às 15 horas - 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do Interlegis; e às 16 horas - reunião extraordinária, a ser realizada no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Às treze horas e nove minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental para abertura da reunião, mas inexistindo para votação, suspendemos esta reunião e marcamos a próxima para as 10 horas da manhã de quinta-feira.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número legal, declaro reiniciada a 8ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 13, de 2003.

Apreciação da ata da 7ª reunião ordinária, realizada em 20 de maio de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da mesma por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 9º do Regimento Interno desta Comissão, declaro aprovada a ata.

Avisos:

Convido os Srs. Parlamentares a participarem da 4ª reunião de audiência pública, a ser transmitida para as Assembleias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema INTERLEGIS (rede virtual de comunicação do Legislativo).

Convidado: Dr. Guido Mantega, Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tema: orientação estratégica do Plano Plurianual 2004/2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao Parlamento na sua elaboração.

Data: 3/6/2003 (terça-feira), às 15 horas.

Local: auditório do INTERLEGIS, localizado na Av. N-2, Edifício Anexo E do Senado Federal (ao lado da Gráfica do Senado).

A reunião contará com a presença dos Relatores indicados para o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004/2007, Senador Roberto Saturnino, do Projeto de Lei Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar, e do Relator do Projeto de Lei nº 02/2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Deputado Paulo Bernardo.

Correspondência interna recebida:

Expediente encaminhando a indicação para o Colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão.

Na Câmara dos Deputados:

Ofício nº 468, de 15 de maio, do Deputado Eunício Oliveira, indicando o Deputado José Borba com representante da Liderança do PMDB.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões de Comissão:

Ofício nº 24, de 21 de maio, do Deputado Júlio Cesar, justificando ausência nos dias 13 e 15 de maio.

Ofício nº 126, de 21 de maio, do Senador César Borges, justificando a ausência no dia 20 de maio.

Ofício nº 28, de 27 de maio, do gabinete do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 27 de maio.

Expediente do dia 27 de maio, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 20 e 23 de maio.

Ofício nº 104, de 27 de maio, do Deputado João Ribeiro, justificando ausência no período de 29 de maio a 19 de junho.

Aviso-SGS, de 14 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 722 (Acórdão nº 518, de 2003): construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica e construção do sistema de abastecimento de água Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores, em Alagoas.

Avisos-SGS, de 21 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 574, de 20 de maio (Acórdão nº 468, de 2003): obras de adequação do trechos rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-060/DF, Divisa DF/ Goiás.

Aviso de 20 de maio da mesma autoridade:

Aviso nº 757: perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí.

Aviso nº 768 (Acórdão nº 548, de 2003): obras de ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica de Alagoas.

Expediente encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, referente ao primeiro quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 11ª e 13ª Regiões.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro, Amapá e Goiás.
- Tribunal de Contas da União.
- Supremo Tribunal Federal.

ORDEM DO DIA

Ampliação dos relatórios apresentados nos seguintes avisos:

Item 01 - Aviso nº 001/2003-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 074, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório da Inspeção realizada no Projeto Perímetro de Irrigação Salangô, da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação e Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Maranhão, no Município de São Mateus". Relator: Senador Jonas Pinheiro. Voto: Pela continuidade da vedação da execução.

O Relator está ausente. Há um entendimento na Comissão no sentido de que, quando o Relator está ausente, consultamos o Plenário sobre a possibilidade de designar outro Parlamentar para apresentar o relatório. Assim, se V.Exas. concordarem, designaremos outro Parlamentar para proceder à leitura do relatório. Como ninguém se manifestou, aprovado.

Designo, então, o Deputado Félix Mendonça para proceder à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Leitura do relatório:

"Análise da matéria. O contingenciamento de recursos orçamentários para as obras do Projeto Perímetro de Irrigação Salangô, no Município de São Mateus, no Maranhão, foi determinado pelo Congresso Nacional em face de indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas na exceção do Contrato nº 14 de 1993, celebrado pela Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Maranhão e a empresa COESA Engenharia Ltda., responsável pela execução das obras do projeto.

Ao confrontarmos o relatório do Tribunal de Contas, que encaminha o resumo dos relatórios do levantamento de auditoria e obra realizada em 2002, verificamos que aquela Corte de Contas reconhece existir indícios de irregularidades de contas que recomendam sua manutenção no Quadro de Obras com indícios de irregularidades graves — Quadro 7º, LOAS/2003.

Ao analisarmos os dados constantes do sistema de fiscalização de obras do TCU, verificamos que foram realizados 98% da obra, sendo necessário R\$ 2. 515. 810, 16 para realização de adutoras e 6% do total, rede viária 7% e cerca de 16% do total. A transformação do processo administrativo em tela, em tomada de conta especial, e o envio de cópia da decisão do Ministério Público, procedida pelo Tribunal de Contas da União, parece-me, dentro do ordenamento jurídico vigente, a medida adequada para o caso em tela no art. 47 da Lei nº 8.444/92.

Diante do exposto e considerando que foram encontrados indícios graves de irregularidades na obra em tela, que a mesma se encontra inscrita no Quadro 7º da Lei nº 10.604 e LOA/2003, que o Tribunal de Contas tomou as medidas constantes do Orçamento jurídico e a matéria não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional:

a) opinamos para que esta Comissão tome conhecimento da decisão;

b) considerando que a decisão do Tribunal de Contas não se manifesta no sentido da exoneração da obra em tela e que não foi trazida nenhuma informação adicional sobre o mérito da questão da decisão em tela, mantenho a inscrição no Quadro de Obras com indícios de irregularidades na Lei Orçamentária de 2003, Lei nº 10.604.

Salas da Comissões.

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia.

Relator, Senador Jonas Pinheiro.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agradeço ao Deputado a leitura do relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, considero encerrada a discussão.

Em votação o parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa)*.
Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa)*.
Aprovado.

O Relator do Item 2 é o Deputado Pedro Novais, que está se dirigindo para a Comissão. Como S.Exa. opina pela continuidade da obra e terá de dar explicação ao Plenário, consultamos o Plenário se podemos passar para aqueles em que ele opina pelo arquivamento e depois voltaríamos aos que merecem discussão.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta permaneçam como se encontram *(Pausa)*. Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta permaneçam como se encontram *(Pausa)*. Aprovada.

Discutiremos apenas aqueles que dizem respeito ao arquivamento, ou seja, os Itens 1 e 5. Permanece a Pauta 11-A, de 2003.

Aviso 073, de 2002, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 772, de 2002, do TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria nas obras de dragagem do Porto de Santos/SP, na Companhia Docas do Estado de São Paulo, CODESP”. O Relator foi o Deputado Pedro Novais. O parecer é pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça, para que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Voto do Relator:

“Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relacionadas incluídas no Quadro 7º, anexo da LOA, de 2002, mantendo a sua execução até deliberação da Comissão.

Contudo, as informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão ao longo do exercício de 2002. Verifica-se, em relação às obras objeto do aviso em exame, que não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos nos Restos a Pagar, de que toma a possibilidade de iniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício. Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves no Tribunal de Contas da União durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentário de 2003, as quais culminam com a elaboração do Quadro 7º, anexo da LOA, de 2003.

Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro

7º, Anexo LOA/2003, o qual foi elaborado com base nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, mais utilizadas do que o objeto do presente aviso.

Nesse sentido entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito em face de sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam: a liberação da execução, recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto e determino seu arquivamento.

É o voto do Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Senador Geraldo.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Meu voto é contrário ao parecer.

(Não identificado) - O meu também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Voto contra? A matéria foi rejeitada no Senado Federal.

A matéria então está rejeitada.

Item nº 6. Encaminho ao Congresso Nacional cópia das Decisões nº 885 e nº 886, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que as fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizada pela SECEX/RR, em cumprimento à Decisão Plenária nº 98/2002, de 20 de fevereiro de 2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira norte, BR-401/RR, com início no Km 106,2 e término no Km 184".

O Relator foi o Deputado Pedro Novais, que é pelo arquivamento. Pediremos ao Deputado Félix Mendonça que leia o relatório.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Voto do Relator.

"Vale informar inicialmente que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas incluídas no Quadro 7º, Anexo da LOA/2002, mantendo a execução suspensa até elaboração desta Comissão.

Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão ao longo do exercício de 2002. Verifica-se em relação às obras objeto do aviso em exame que não há recurso relativo no... É o mesmo? De forma que há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange ao atual exercício.

Além disso, foram examinadas no Congresso Nacional novas informações sobre as obras, em que foram identificados indícios de irregularidades graves do Tribunal de Contas. Durante a apreciação do projeto, foi a Lei Orçamentária 2003 as quais culminaram com a elaboração do Quadro 7º, Anexo da LOA/2003.

Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro 7º, Anexo da LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas ao TCU, mais realizada que o objetivo do presente aviso.

Nesse sentido entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito. Em face da prejudicialidade

decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados: quais sejam, a liberação da execução de recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 86, Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento”.

Sala das sessões, 5 de maio de 2003, Deputado Relator, Pedro Novaes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer, que é pelo arquivamento da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, meu voto é contrário ao parecer.

O SR. DEPUTADO ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, essa matéria foi retirada de pauta anteriormente por solicitação do PT, sob a justificativa de que havia irregularidades que tinham sido detectadas e não saneadas. Persistindo a mesma situação, votamos contrariamente também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria foi rejeitada no Senado Federal.

Temos aqui várias matérias em que o Relator opina pelo arquivamento, parecidas com esta. E o Relator não está presente. Não estando presente o Relator e como há discordância do Plenário sobre a matéria, retiramos essas matérias de pauta para a próxima reunião, já que os Senadores já rejeitaram duas matérias a esse respeito.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Quais são os números das matérias que estão sendo retiradas de pauta? Todas elas estão na pauta?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, só uma informação. É evidente que V.Exa. vai construir uma forma para que possamos trabalhar. Quando o Relator não estiver presente, retira-se a matéria. Mas penso que poderíamos estabelecer um critério de pelo menos uma ou duas sessões e, na terceira, que pudéssemos ter outro Relator. Tenho estado nesta Comissão há algum tempo e, infelizmente, é normal algumas pessoas pegarem relatoria e ficarem duas ou três reuniões sem participar. Então, que na segunda sessão o Relator pudesse ser substituído, ou alguém ler o relatório por S.Exa. Senão vamos ter muitas dificuldades no final. Por enquanto, estão tranquilas as reuniões, mas sabemos que no segundo semestre principalmente o trabalho irá se avolumar. Se se cria uma regra, depois há burocracia para se tentar alterá-la. Penso que poderíamos ter um critério, uma indicação. Gostaria de dialogar com V.Exa. para que pudéssemos ter essa regra. Numa reunião, retira-se, mas, na segunda, em que o mesmo Relator estiver ausente, que outra pessoa possa fazer ou ler o relatório que ele já deixou montado. Essa a solicitação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O que ocorre, nobre Deputado, é que, na reunião passada, o Relator, Deputado Pedro Novaes, estava presente, e hoje S.Exa. avisou que estava vindo. Aquelas matérias que poderiam suscitar discussão colocamos de lado, esperando a vinda dele. Estamos discutindo apenas aquelas que S.Exa. opina pelo arquivamento. Em princípio está sendo feito assim. Mas essas matérias estão sendo rejeitadas sem a presença do Relator. Em face disso, encaminho a retirada de pauta, para que possa haver uma contestação ou pelo menos uma defesa do relatório. Mas, em princípio, é correto isso, fazer as discussões só com a presença do Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, mas na segunda vez em que S.Exa. não estiver presente, que possamos andar, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o que está sendo feito.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É o que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em face das colocações feitas, vamos continuar com a discussão e votação da pauta como está indicado.

Vamos voltar ao Item 2. Encaminho ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 622/2002, do TCU, Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada no serviço de duplicação de trecho rodoviário no corredor transmetropolitano, divisa Minas Gerais/São Paulo, DENIT (TC nº 003.954/2002). Relator, Deputado Pedro Novaes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela autorização da execução da obra.

Solicito ao Deputado Gilmar Machado...

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Gostaria de solicitar, se possível, a inversão da pauta, para apreciação do Item 8, tendo em vista que teremos agora sessão solene do Congresso Nacional e precisamos nos retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Item 8?

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - O Item 8, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Colocaremos em votação seu requerimento. O Deputado Gilmar Machado fará a leitura do relatório do Item 2.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Passo a ler:

“Como a matéria já foi distribuída, em face do exposto, voto pela autorização da execução dos recursos eventualmente inscritos em Restos a Pagar no âmbito da dotação consignada no Orçamento fiscal da União de 2002, na classificação funcional programática 26782023157430003, duplicação de trecho rodoviário no corredor transmetropolitano BR-381, São Paulo, divisa Minas Gerais/São Paulo, entroncamento BR-116, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo”.

Era o que tinha a ser relatado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na extrapauta da apreciação do meu relatório sobre a Medida Provisória nº 119, de 2003, que abre crédito extraordinário a favor do Ministério dos Transportes, no valor de 89 milhões, 128 mil reais, para fins que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, tão logo termine esta votação, submeteremos ao Plenário o requerimento. O Deputado Gilmar Machado leu o relatório do Item 2, do Aviso nº 57.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os. Sr. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

O Senador Geraldo Mesquita Júnior requereu inversão da pauta para colocar em votação o Item 8.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos ao Item 8.

Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000-CN28, referente à liberação da execução orçamentária ao subtítulo "Obra de conclusão do edifício-anexo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ", contida no Decreto Legislativo nº 08/2000-CN.

O Relatório do Deputado Pedro Novais é pelo arquivamento da matéria.

Peço ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Leitura do relatório:

“Decreto Legislativo nº 08/2000, autoriza a execução orçamentária consignada no Orçamento Fiscal da União

conclusão do edifício-anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ, da unidade orçamentária 12.103, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no valor de 1 milhão, 358 mil e 44 reais.

Trata o presente parecer do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2000, ao qual foram posteriormente anexados resultados de inspeção realizada pelo TCU em atendimento às determinações contidas no art. 2º caput do aludido decreto legislativo, o qual autorizou a execução orçamentária relativa às obras de conclusão do edifício-anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ.

Vale informar inicialmente que as obras relativas à conclusão do edifício encontram-se concluídas, conforme consta do relatório encaminhado pelo TCU ao Congresso Nacional em setembro de 2002, a fim de subsidiar a apreciação do projeto nos termos da LDO 2003. Naquele relatório verifica-se a inexistência de quaisquer irregularidades ainda pendentes contra a obra.

No tocante à tomada de contas especial destinada a verificar responsabilidade por atos praticados antes da conclusão da obra, o mesmo relatório encaminhado pelo TCU consigna que foi realizada a citação dos responsáveis para que apresentem suas alegações de defesa. O procedimento de tomada de contas especial não se refere à adoção de recursos propriamente dito, sendo inerente àquela Corte de Contas, para imputação de débitos, garantir o contraditório e ampla defesa. Assim, tal procedimento não tem reflexo nas decisões a serem tomadas por esta Comissão.

Nesse sentido, em face da conclusão da obra e da continuação da apuração da responsabilidade pelo TCU, entendo, segundo o Relator, que não é necessário qualquer outro exame atinente ao processo em tela, pela inexistência de outros aspectos a serem observados, podendo o mesmo ser arquivado definitivamente.

Em face do exposto, ainda segundo o Relator, o voto é para que esta Comissão determine o arquivamento definitivo do processo relativo às obras de conclusão do edifício anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro.

É o relatório.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento. Em discussão.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Félix Mendonça, na Comissão de Orçamento, não existe a figura do pedido de vista.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Nesse caso, voto contra a matéria e solicito verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há necessidade de apoio.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Peço a retirada de pauta, então, em razão de norma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Retiramos o projeto de pauta para não prejudicar a sessão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, gostaria de solicitar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há um requerimento do Deputado José Rocha para inclusão extrapauta do relatório à Medida Provisória nº 119, de 2003, que reabre o crédito ao Ministério dos Transportes.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, no Decreto Legislativo nº 8, de 2000, há algumas solicitações. Já que o projeto foi retirado de pauta, peço ao Relator que, se possível, traga essas informações na próxima reunião, porque nos ajudariam na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Relator, Deputado Pedro Novais, vai providenciar isso na época própria.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, segundo informação, o Item 8 já foi retirado de pauta, por solicitação do PT, na reunião passada. Consulto se há possibilidade de retirá-lo mais uma vez, como solicitado pelo nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Se o Plenário concordar, pode ser retirado; se não concordar, é levado a voto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ele é retirado nesta reunião e volta na próxima para discussão.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, não há número suficiente de Deputados presentes neste instante. Acho que devemos retirar o item de pauta. Trata-se de projeto polêmico, que entendo deve ser discutido com mais profundidade. É melhor retirar o item de pauta do que eu pedir verificação de *quorum*. Dessa forma, podemos dar prosseguimento à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os Srs. Parlamentares que concordam com a retirada de pauta desse item permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Retirado de pauta.

O projeto voltará na próxima reunião.

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta do relatório à Medida Provisória nº 119, de 2003, apresentado pelo Deputado José Rocha.

Em discussão.

Para discutir o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, a inversão solicitada não merece ser acolhida por esta Casa, mesmo porque o Executivo não tem dispensado tratamento igual.

Quanto à suplementação de recursos e à estadualização da obra feita pelo Ministério dos Transportes, não temos nenhuma restrição. O que achamos deve merecer reflexão é que Estados como o meu, o Pará, que tem a pior malha viária do País, está com solicitação de recursos, e foi um dos primeiros a protocolá-la. Isso está sendo feito Estado por Estado. Deveria ser dado atendimento que contemplasse todos os Estados, e não atendimento a um e a outro não.

Particularmente, acho que não deve merecer acolhida a inversão de pauta, mesmo porque até pode ser objeto de pedido de verificação de *quorum*, e queremos que a sessão continue. O tratamento que está sendo dispensado não é justo. Se deixarmos a pauta correr normalmente, ganhamos mais tempo e evitamos o comprometimento da sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Anivaldo Vale, está havendo um equívoco. Não está sendo solicitada inversão de pauta, mas a inclusão em pauta extra do relatório à medida provisória.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Acho que não deve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Estamos discutindo o requerimento, se deve ou não ser incluído o relatório.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É isso mesmo que acho que não deve ocorrer, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Pauta extra para ser discutida hoje?

(Não identificado) - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Já fui esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, não vejo o motivo da oposição do Deputado Anivaldo Vale no sentido de que essa matéria não seja incluída extrapauta, mesmo porque hoje seria o último dia para que fosse incluída na pauta.

Trata-se de medida provisória que apenas ratifica a transferência de créditos já feita para o Estado do Mato Grosso do Sul, por parte da União, para as estradas federais que o Estado deve atender.

Por exemplo, o Ministério dos Transportes, no Extrato de Transferência nº 16/2003, celebrado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, efetuou a transferência, para o domínio do Estado, de parceria da malha rodoviária federal constante no anexo 1 ao presente termo. O valor do repasse da União ao Estado será nos termos do disposto na Medida Provisória nº 119, de 15 de maio de 2003.

A medida provisória já está promovendo os efeitos da transferência da malha rodoviária para o Estado, mas é preciso autorização do Congresso Nacional para que os recursos sejam também transferidos.

Não vejo por que essa oposição do Deputado Anivaldo Vale, mesmo porque estaríamos prejudicando o Estado do Mato Grosso do Sul.

Solicito a S.Exa. que reconsidere sua posição, para que possamos discutir essa questão da Medida Provisória nº 119.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Um esclarecimento ao plenário. Sendo o último dia em que a medida provisória deverá ser votada pela Comissão, automaticamente ela está incluída na pauta, para ser discutida ao final desta reunião.

Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, sou do Estado do Mato Grosso do Sul e não entendo por que essa situação agora, uma vez que várias medidas provisórias já foram inclusive aprovadas — Minas Gerais, por exemplo, foi a primeira a aprovar. E um detalhe: se se observar, veremos que dificilmente se discute uma medida provisória nesta Comissão. Não sei qual é, na verdade, a intenção de querer prejudicar. Estamos cumprindo o que está determinado. Agora que se vem discutir uma medida provisória na Comissão do Orçamento, não querem discutir. Quando a matéria chega ao plenário, a reclamação é a de não foi discutida na Comissão do Orçamento — estou falando como Deputado do Mato Grosso do Sul — e quando vem para a Comissão de Orçamento para ser discutida, vem um Deputado — não sei qual é a sua intenção — querer provocar esse tipo de discussão.

Isso para nós, Sr. Presidente, principalmente em uma Comissão como a de Orçamento. E outra coisa, a medida provisória tranca a pauta. Se ela não for votada aqui, vai para o plenário para ser votada, quer dizer, é uma questão de compreensão. Nunca foi discutida medida provisória nesta Comissão. A primeira que vem, tem esse tipo de tratamento. É complicado esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mesmo porque, Sr. Presidente, Sr. Deputado João Grandão, o Pará também está contemplado na Portaria nº 766, de 16 de dezembro, da mesma maneira, na transferência de rodovias e essa medida provisória estará chegando a esta Casa, se ainda não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, estava querendo dialogar com o Deputado Anivaldo, porque na verdade são três questões fundamentais. A primeira é essa a que o Deputado João Grandão se reporta, que é importante, porque é uma das poucas vezes que a Comissão de Orçamento tem a possibilidade de discutir medida provisória. É uma inovação ou vai ser uma prática permanente nesta Casa, e precisamos discutir e aprofundar as questões sobre as medidas provisórias que passarão na Casa.

Caso não votarmos ela aqui, agora, automaticamente ela irá para o plenário, que vai deliberar sem a possibilidade de os Deputados aqui nesta Comissão discutirem. Portanto, quero dizer aqui que é importante fazermos uma discussão sobre o mérito da medida provisória e posteriormente deliberarmos sobre ela na Comissão de Orçamento.

Segundo, Deputado Anivaldo, quando o Governo Federal fez esta medida provisória de repasse das rodovias aos Governos, aos Estados, houve um grande acordo com a maioria dos Governos Estaduais. Evidentemente que agora, no que se refere às medidas provisórias que beneficiarão cada Estado, depende muito da disposição do Estado também de buscar entendimento, buscar sentar com o Governo Federal para poder elaborá-las e fazer o repasse definitivo dos recursos, inclusive.

Acredito que tínhamos que aprovar aqui a inversão de pauta, para que o Plenário pudesse discutir essa medida provisória, importante para o Mato Grosso, mas pela estrutura das rodovias federais nos Estados brasileiros que poderão começar a decidir daqui por diante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Uma parte das medidas provisórias é atribuição desta Comissão, as de crédito extraordinário. Se não era utilizada, vai ser utilizada agora, vai ser adotada.

Pela ordem, Deputado Anivaldo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero deixar muito claro, inclusive para os colegas do Mato Grosso do Sul, que a nossa posição não é contra o crédito para Mato Grosso do Sul. Muito pelo contrário, achamos que o crédito é justo. O que acho injusto é estabelecer uma fila de espera para os pleitos que estão no Ministério dos Transportes. Gostaria que o representante do Governo dissesse aqui por que não mandou também o crédito do Pará, que está em uma precária condição. Hoje estamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Posso prestar um esclarecimento a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Acredito que estou com a palavra, não é Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Gostaria de prestar um esclarecimento a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - No tempo oportuno.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quero esclarecer a pergunta que V.Exa. está fazendo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - No tempo oportuno. Ainda não concluí meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo com a palavra ainda.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A situação do Estado do Pará é precária. Hoje o frete está se constituindo em um dos mais caros do Brasil em função do estado precário das nossas estradas. Temos trechos na Belém-Brasília que estão interrompidos, como o trecho Belém/Castanhal. No trecho Santarém a Cuiabá não há nem condição de trânsito, a Transamazônica. Não compreendo por que se estabelece uma fila de espera no Ministério. O Pará, na época oportuna entrou, como seu pedido, através do Governador do Estado, e não mereceu nenhuma consideração. Não quero prejudicar o Estado do Mato Grosso do Sul, mesmo porque compreendo que ele também precisa desses recursos. O que não quero mesmo é que meu Estado seja prejudicado, passar isso no meu nariz e não cheirar.

Aqui está uma emenda nossa que representa o nosso reclamo, que é também o do nosso povo. Estamos aqui não com o objetivo de obstar nenhuma votação. Queremos sim é um tratamento igual, porque a situação é igual. Não queremos tratamento desigual para situações iguais.

É essa a nossa consideração, Sr. Presidente. E mais, nenhuma medida provisória foi discutida nesta Comissão. As medidas provisórias estão saindo direto da Comissão para o plenário para serem votadas. Nenhuma foi incluída na pauta para ser votada. Estou fazendo um reclamo que representa o anseio e a reivindicação do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O grande problema, antes de conceder a palavra ao Deputado Wasny de Roure...

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de fazer um apelo para que a ordem das inscrições fosse respeitada, porque o fura-fila parece

que foi um projeto que não prosperou. Concordo com o Deputado Anivaldo. Uma das heranças mais nefastas que este Governo recebeu, foi o caos nas rodovias.

É verdade que não podemos administrar olhando para trás, mas também não podemos entender que as coisas são feitas num passe de mágica. Quero parabenizar os responsáveis pela execução desse projeto. Não sou nem do Mato Grosso, nem do Pará, mas entendo que é necessário. Essa é a discussão. Não se trata de uma questão de escala desse ou daquele que é mais importante. São todos brasileiros que têm as suas vidas ceifados por irresponsabilidade dos gestores públicos, que não priorizaram o caos das nossas rodovias. O que cabe ser ressaltado é isso, a irresponsabilidade dos gestores públicos que viram acidentes e acidentes...

Por incrível que pareça, ontem, o IPEA fez uma demonstração de uma pesquisa em que mostra — e esses números serão públicos muito em breve — que, só na cidade de São Paulo, o custo com acidentes corresponde a quase 10% do próprio orçamento da cidade.

Quero ressaltar essa crise e naturalmente encaminhar pelo extrapauta, para podermos acelerar os trabalhos, a fim de que esta Casa não interrompa um processo que precisa avançar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Srs. Parlamentares, esta Comissão tem a obrigação e a atribuição legal de seguir o que estabelece a Resolução nº 1, de 2002, em seu art. 2º, § 6º, que diz:

“Art. 2º.....

§ 6º. Quando se tratar de Medida Provisória que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição, o exame e o parecer serão realizados pela Comissão Mista, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, observando-se os prazos e o rito estabelecidos nesta Resolução.”

Essa é uma prerrogativa da Comissão. Agora, é importante que saibamos usá-la. Que os Relatores apresentem o relatório na época, na data, no tempo certo, e a Comissão se reúna para discutir e votar a matéria, para que então vá para o plenário instruída pela Comissão competente para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, estamos vivendo neste momento a fase do aquecimento das turbinas na Comissão de Orçamento. Muitas vezes V.Exa. tem que abrir e encerrar a reunião desta Comissão devido à ausência tanto de Deputados quanto de Senadores. Nas 2 últimas semanas, isso foi prática recorrente. Mas isso é salutar, já que não temos o hábito de nos reunir em Comissão específica para analisar medida provisória. Na realidade, desde que a medida provisória foi instituída pela Constituição de 1988, nunca houve reuniões das Comissões Mistas para analisá-la, mesmo depois da alteração do rito da sua tramitação.

Sr. Presidente, estamos na fase do aquecimento das turbinas, repito, e foi encerrado o prazo de entrega de emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Temos de votar a LDO, a fim de que até o dia 30 de junho ela seja votada também no plenário do Congresso Nacional. Mas uma coisa se impõe: temos que analisar as medidas provisórias, principalmente as que tratam de créditos, de investimentos, porque fazemos as emendas, e os Relatores não nos dão nenhuma satisfação a respeito.

Sr. Presidente, outra questão que me preocupa é que amanhã, sexta-feira, dia 30, uma Comissão do Executivo e alguns membros do Legislativo, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, devem ir a Manaus cumprir agenda que se inicia no Estado do Amazonas e visa tratar do Plano Plurianual — estou com a agenda que acredito ser da Secretaria-Geral da Presidência da República —, apelidado de “PPA participativo”.

Em primeiro lugar, acho uma descortesia e não sei quais as intenções embutidas nessa história de PPA participativo. Começa agora com o PPA participativo e isso nos remete às Assembléias Legislativas e às Câmaras Municipais das Prefeituras governadas pelo PT, onde na maioria das vezes estes Governos, por força desta bonita história do orçamento participativo, tentam passar por cima das Casas Legislativas Municipais e Estaduais.

Com essa história de PPA participativo agora e depois com Lei de Diretrizes Orçamentária participativa ou Orçamento participativo, não venham passar por cima do Congresso Nacional, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização!

Faço este alerta porque não sei quem estará presente além do Ministro Guido Mantega. Mas é importante fazer este registro para que depois o Congresso Nacional não fique a reboque das suas ações. Não vamos servir de suporte para decisões que estão fora do âmbito do Congresso Nacional.

São este registro e esta a denúncia que tínhamos a fazer. Não vamos aceitar isso em nenhum momento. O Governo não enviou o anexo das metas de prioridades físicas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nós, do PFL, fizemos questão que constassem mais de 200 emendas das quase 2 mil apresentadas que visam recuperá-las.

Portanto, estamos, sim, fazendo propostas. Não há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ninguém com maior legitimidade para dizer o que é prioritário para os seus Estados, para as suas regiões do que os Senadores e Deputados Federais, representantes eleitos democraticamente pelo voto do povo dos seus Estados e regiões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sem querer cortar o direito de cada membro da Comissão se expressar, quero dizer ao Deputado Pauderney Avelino que seu alerta é importante. No entanto, é preciso levar em conta que os projetos de Lei Orçamentária e o PPA têm duas fases, a primeira cabe ao Poder Executivo, que levanta as necessidades de cada organismo e da sua política de desenvolvimento e faz, então, a elaboração do projeto, que deverá enviar ao Congresso Nacional até o dia 30 de agosto. Mas esta fase é estritamente executiva. E o Poder Executivo resolveu ir aos Estados — isso é elogiável — para consultar os Governadores, os Prefeitos e a sociedade sobre os maiores problemas da região para elaborar sua proposta. O nome que dão a essa participação não importa, mas, sim, o conteúdo que virá ao Congresso Nacional, a partir do dia 30 de agosto, para analisarmos o documento apresentado. Esta é a sistemática da elaboração do PPA, do Orçamento e da aprovação do Congresso Nacional.

Nesta fase, nós, do Congresso Nacional, não temos por que participar dessas viagens ou dessas discussões entre Ministros e Governos, mesmo por que nos estaríamos desviando de nossa função, de examinar a matéria, quando for apresentada ao Congresso Nacional, pois o Relator também terá que conferir essas prioridades, entrar em contato com os Estados e elaborar seu parecer. Essa é a técnica que deverá ser adotada.

Estávamos discutindo a inclusão na Ordem do Dia de matéria que regimentalmente está incluída. Por isso, peço licença ao Plenário para encerrar a discussão e considerar incluída na Ordem do Dia a Medida Provisória nº 119, a fim de ouvirmos *a posteriori* o relatório do Relator Deputado José Borba e voltarmos ao Item 3.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Compreendo perfeitamente a preocupação da Presidência, louvo a exposição de V.Exa., Sr. Presidente, mas não podemos deixar de registrar o nosso ponto de vista. O Deputado Pauderney Avelino disse que várias emendas de Deputados, às vezes, deixam de ser consideradas. Isso é verdade. Acredito que S.Exa. fez isso com o propósito de aprimorar o relacionamento do Parlamentar com os Relatores. Isso é louvável. E mais do isso, Sr. Presidente, o Relator, Deputado José Rocha, refere-se em seu parecer à emenda que apresentei à Medida Provisória nº 119.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Anivaldo Vale, não estamos discutindo o relatório.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não estou discutindo. Quero fazer um registro em função da fala do Deputado. Foi dito por S.Exa. que era para eu retirar essa posição e que ele não sabia a que interesse eu estaria servindo ao solicitar que a MP não entre em pauta. Estou servindo aos interesses do meu Estado.

O que ocorre é o seguinte: afirma-se que todos os pleitos estão sendo examinados desde que tenham sido apresentados na época própria. O nosso foi apresentado em época própria. Então, quero saber quando será apreciado. Eu não quero ver essa fila de espera, porque acho isso equivocado, injusto. O Deputado está sendo prejudicado. É isso, Sr. Presidente, que quero esclarecer na discussão sobre a inclusão ou não da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. tem todo o direito de defender os interesses do povo paraense, pois foi para isso que lhe elegeram, mas a matéria em discussão seria a inclusão ou não na pauta de uma medida provisória. O Relator não pode responder em nome do Governo por que mandou uma e não mandou outra. Essa é uma discussão que deve travada depois com as Lideranças.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas ele escreveu, Presidente. Está escrito aqui no voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, essa matéria, na hora da discussão do relatório, poderá ser apresentada.

Voltaremos ao Item nº 3 da pauta, que é o Aviso nº 064, de 2002, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 672, de 2002, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada no serviço da construção do trecho rodoviário do corredor Fronteira Norte, BR-432/RR- Ent. BR-401-Cantá/Novo Paraíso, BR-174/ 210, do Governo do Estado de Roraima (TC nº 004.501/2002-0)". Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas e o voto é pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ler o final do relatório.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos recursos eventualmente inscritos em Restos a Pagar, no âmbito da adoção consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, na classificação funcional programática 26782.0238.5711.0103, construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte, BR-432, Roraima, e entroncamento BR-401, Cantá/Novo Rosário; entroncamento BR-174, Entroncamento BR-174/210, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

O decreto legislativo diz: fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar, relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2002, no subtítulo que já mencionei, construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte, BR-432, etc. O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico/financeiro da execução dos recursos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União, para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 31 de agosto de 2003. Esse decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 4. Antes, um esclarecimento: na terça-feira, às 15h, a reunião da Comissão de Orçamento será no auditório da INTERLEGIS, no Senado Federal, ao lado da gráfica, com a presença do Ministro Guido Mantega e pela Comissão estarão também os Relatores do PPA, Senador Roberto Saturnino; do Orçamento, Deputado Jorge Bittar, e da LDO, Deputado Paulo Bernardo.

Essa reunião é importante, pois é da Comissão, e todos os membros estão convidados a participar. O Ministro vai expor não só para a Comissão, mas para o Brasil inteiro, especialmente para as Assembléias Legislativas, as idéias que norteiam a orientação da elaboração do PPA. Isso é consequência do requerimento feito pelo Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero aqui, com o mesmo intuito de preservar a Comissão de Orçamento, fazer um apelo ao V.Exa, e o estendo ao Plenário, no sentido de que essa audiência seja feita no plenário da Comissão de Orçamento. Veja bem, temos aqui uma sala e todas as condições para fazer essa discussão. Não temos aqui aquele sistema de videoconferência, mas isso é plenamente dispensável, já que todas as nossas ações são transmitidas ao vivo, quando não há sessão no plenário da Câmara ou do Senado, pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*.

Portanto, não podemos nos ausentar. Se é um evento da Comissão Mista de Orçamento, ele deve ser feito aqui e não lá no PRODASEN.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero ressaltar a importância do evento de terça-feira. Quanto ao local, por restrições meramente técnicas, talvez não poderá acontecer aqui, porque esse evento alcançará o Brasil inteiro, como V.Exa., Sr. Presidente, acaba de anunciar. É evidente que é um momento de enriquecimento para a Comissão de Orçamento.

Se for possível que a reunião seja feita aqui, estou de pleno acordo, mas há essas restrições de ordem técnica, porque é muito importante aproveitarmos a proposta desse encontro, que é a videoconferência para todas as Assembléias Legislativas, para o Brasil inteiro.

Deixo esse ponto ao alvitre de V.Exa. Se puder ser aqui, será muito bom para a Comissão, mas, se isso não for possível, o mais importante é amplitude desse encontro, porque é um momento em que sociedade brasileira vai participar através de seus representantes e de nós, da Comissão, e de todos os demais Parlamentares que assim o desejarem, e aí, como disse V.Exa., serão traçadas sobretudo as metodologias na edificação desse PPA, que tem de ser participativo.

Temos projetos, inclusive, junto com a Comissão, para apresentar, *a posteriori*, como poderemos interagir mais ainda, como poderemos dar uma contribuição de qualidade e, sobretudo, dos reclamos da gente que todos nós representamos.

Ressalto a importância do evento, mas deixo a V.Exa. como conduzir melhor, porque a amplitude desse evento é maior do que a Comissão, que, neste momento, deve renunciar a seu local, se for necessário, para dar essa grandeza, esse momento de participação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Entendi bem a colocação do Deputado Pauderney Avelino e a do Senador Amir Lando. Efetivamente o fórum das discussões da Comissão de Orçamento é aqui. No entanto, esta reunião, por se tratar de uma primeira aprovada pelo Plenário em ocasião anterior, dada a necessidade de interatividade entre a Comissão, os expositores, os Relatores do Plano e as Assembléias Legislativas, somente com a instalação de todos os equipamentos seria possível fazê-la.

Como a INTERLEGIS já está preparada para isso, pelas razões técnicas que o Senador Amir Lando apresentou, esta primeira será feita na INTERLEGIS. A partir daí, teremos tempo para que todas as reuniões que tratarem de assuntos que necessitem de interação sejam realizadas aqui e que a nossa sala seja equipada para isso. Esse é o esclarecimento que presto, para justificar o porquê dessa reunião na terça-feira.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - De acordo, Sr. Presidente. V.Exa., como sempre, busca o equilíbrio e a convergência.

Portanto, concordo com a proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Almeida, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Peço a V.Exa. que seja condescendente com um atrasado.

Não ouvi a proposta, mas gostaria de ouvi-la porque tenho muito interesse. Trata-se da proposta com a qual acaba de concordar o Deputado Pauderney Avelino. Parece ser sobre a sessão de terça-feira.

V.Exa. pode repetir o que foi acordado? Sinceramente, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Essa reunião de terça-feira é uma reunião em que o Ministro Guido Mantega vai atuar, interativamente, com as

Assembléias Legislativas dos Estados, com os Relatores da LDO, do PPA e do Orçamento e com os membros da Comissão. Estaremos interagindo com os Parlamentos Estaduais.

Como não havia tempo útil para que, tecnicamente, se colocasse aqui na Comissão os equipamentos necessários para essa interatividade, foi aprovado, na reunião anterior, que esta reunião seria na INTERLEGIS, que tem todo o equipamento, está preparada e já tem feito isso. Então, essa primeira reunião acontecerá lá. Mas qualquer outra reunião posterior será feita aqui, no plenário da Comissão, porque haverá tempo de entrarmos em contato com a INTERLEGIS, a fim de que os equipamentos sejam utilizados para essa interação. Isso foi aprovado em reunião da Comissão.

Com a palavra o Sr. Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, acho que a solução de V.Exa. foi inteiramente sábia. Gostaria apenas de acrescentar que, pelo que estou informado, no âmbito da Câmara dos Deputados, só existe um plenário em que se pode instalar o equipamento para a videoconferência, o Auditório Nereu Ramos, que não será utilizado na terça-feira porque já estava previamente reservado para um seminário internacional, cuja natureza não conheço bem.

Talvez seja possível, ainda haja tempo, se V.Exa. assim decidir, que as próximas reuniões, mesmo quando forem videoconferências, sejam realizadas aqui e que se instale um ponto de transmissão. Não sei se isso é possível. É importante buscar a competência técnica do INTERLEGIS para saber da possibilidade de se instalar aqui um ponto de transmissão, a fim de que as próximas videoconferências possam ser realizadas aqui, e nós não tenhamos de ir para o Auditório Nereu Ramos, que tem um ponto pronto tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos pedir à área técnica da Câmara dos Deputados que faça esse estudo, para que as próximas reuniões possam ocorrer no plenário da Comissão.

Item nº 4 da Pauta: Aviso nº 072, de 2002, do Congresso Nacional, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 766, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria no açude Algodão II, no Estado do Piauí, realizado na Companhia de Desenvolvimento do Piauí — COMDEPI (TCs 005.289/2001-9 e 003.522/2002-5)". O Relator é o Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. E o relatório é pela autorização da execução, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio a parte final do relatório.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos recursos eventualmente inscritos em Restos a Pagar no âmbito do Orçamento Fiscal da União de 2002, na classificação programática 1854405153517002, construção do açude Algodão II, no Estado do Piauí.

O relatório se baseia na informação enviada pelo Tribunal de Contas da União, que diz: "*a irregularidade concernente a esta obra, motivando sua inclusão no Quadro 7 da Lei tal, foi objeto de deliberação deste Tribunal, que, mediante Decisão nº 1.093, de 2001, Plenário, determinou providência no sentido de regularizar a situação*". A COMDEPI atendeu à determinação contida na referida decisão. Com o saneamento dessa irregularidade, as obras em questão podem ter prosseguimento.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discuti-lo, está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, só queria uma informação: a MP nº 119 está automaticamente incluída na pauta, em função do prazo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não, ela é extrapauta.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sim, mas ela está...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está automaticamente incluída.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - É o que queria saber. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item 7: Aviso nº 92, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002". Há a relação de vários itens. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução dos itens 92 a 137, na forma do projeto de decreto legislativo anexo e o arquivamento das demais matérias.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, leio o final do voto.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos recursos eventualmente inscritos em Restos a Pagar, no âmbito da dotação consignada no Orçamento da União de 2002, na classificação funcional programática 2678302325769.0103, construção de contornos ferroviários no Corredor Sudoeste, no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e pelo arquivamento quanto aos demais itens do Aviso nº 92, de 2002.

Decreto Legislativo: fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2002, no subtítulo 2678302325769.0103, construção de contornos ferroviários no Corredor Sudoeste, no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na Unidade Orçamentária 39252, DNIT.

O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico e financeiro da execução dos recursos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista, de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, em caso de identificação de novos indícios de irregularidades graves, nos termos do disposto no art. 87, § 5º, da Lei nº 10.524, de 27 de julho de 2002, LDO 2003.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está em discussão o relatório.

Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, embora nós, da bancada do PT, votemos favoravelmente ao voto do Relator, cabe, neste momento, uma indagação.

Nas últimas sessões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, debruçamo-nos aqui, enormemente, sobre o debate de várias medidas provisórias, projetos em que o Tribunal de Contas indicava irregularidades e, logo após, elaborava uma conclusão de que deixavam de existir as irregularidades.

Este caso específico chama-nos a atenção porque, em maio do ano passado, o Tribunal de Contas da União fez uma observação dizendo que havia graves irregularidades sobre um número muito grande de obras no País.

Em setembro, outubro, quando se discutiu o Orçamento para 2003, o Tribunal afirmou que essas irregularidades efetivamente não existiam mais.

Nossa preocupação é a seguinte: ou o Tribunal de Contas da União adotou um critério muito rigoroso quando foi avaliar essas obras e, logo em seguida, redefiniu seus critérios em função dessa avaliação, ou os critérios não estão muito claros em relação à avaliação que se faz de tema tão importante sobre o número elevado de obras que votamos agora. Em todo caso, apesar de fazer essa indagação, vamos votar favoravelmente à proposição do Relator. Mas é sempre bom lembrar que, ao debater temas tão importantes como esse da irregularidade, é importante que nós, Parlamentares, tenhamos elementos substanciais, métodos ou avaliações que nos têm sido enviado pelo Tribunal de Contas para arquivamento.

Queria fazer apenas essa indagação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Houve uma alteração de critérios e, por isso, a mudança ocorreu: o aviso é de maio de 2002 e a LDO bem posterior a esses novos critérios. Em face disso, foi feito esse novo parecer.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Presidente, como um neófito nesta Comissão, gostaria de perguntar a V.Exa. o seguinte: temos as obras que foram consideradas irregulares pelo Tribunal; o Tribunal está liberando a retomada dessas obras, em forma de um relatório. Como teremos conhecimento das obras que foram declaradas irregulares? Ou seja, qual é seu parecer? Isso passa pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado, a Lei Orçamentária tem um quadro, o Quadro 7, em que estão listadas essas obras.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - No quadro 7, está a relação das obras irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As obras que são vetadas.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - E essas liberações aqui são as obras...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - São do exercício anterior.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Esta Presidência informa que o Senador Augusto Botelho se abstém de votar.

Então, a matéria está aprovada, com a abstenção do Senador Augusto Botelho.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pela ordem, Presidente.

Como foi encerrada a pauta ordinária, gostaria de encaminhar requerimento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Presidente.

Não foi encerrada a pauta ordinária; falta a matéria ainda.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Estou com a palavra.

Estou encaminhando à Mesa requerimento de informações para que Presidente da PETROBRAS, o Dr. José Eduardo Dutra, compareça a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas do Grupo PETROBRAS. Veja, Presidente, a PETROBRAS nos apresentou projeto de créditos adicionais que gostaríamos de discutir com o Presidente da empresa, antes de apreciá-lo, já que temos notícias de que a PETROBRAS vem batendo recorde na produção de petróleo e de lucros também. Desse modo, é salutar, por se tratar de uma empresa que é orgulho nacional, que o Presidente da empresa nos venha prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de colocar o requerimento em votação, passaremos à discussão da Medida Provisória nº 119, extrapauta.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Jorge.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JORGE - Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, coube-me relatar a Medida Provisória nº 119.

É o relatório.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem nº 185/03, a Medida Provisória nº 119/03, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de 89 milhões, 128 mil reais, para os fins que especifica.

A medida provisória em análise destina recursos para operação especial denominada "recursos em decorrência da transferência parcial da malha rodoviária para os Estados e Distrito Federal", MP nº 82/02. Segundo a exposição de motivos nº 138/03, e MP que acompanha, a ação refere-se à transferência do domínio de parte da malha rodoviária federal ao Estado do Mato Grosso do Sul, correspondente a 685,6 quilômetros dos 984,5 quilômetros previstos inicialmente nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de julho de dezembro de 2000, e Portaria do Ministério dos Transportes nº 766, de 16 de dezembro de 2002, e em suas alterações.

Foram apresentadas 40 emendas da medida provisória em exame no prazo regimental.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apresentado o relatório.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ JORGE - Segue o voto.

No exame da medida provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância, urgência e previsibilidade prescrita dos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal. De conformidade com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01/02 do Congresso Nacional, o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da medida provisória abrange análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, além do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária da União.

No que tange às emendas apresentadas de número 1 a 8 e número 10 a 40, fazamos a seguinte análise.

Propõem essas a utilização de parte da suplementação prevista na medida provisória para a realização de obras diversas no Ministério dos Transportes, porém não relacionadas com a situação urgente e previsível que ensejou a edição da MP. A esse respeito deve ser observado que a responsabilidade e a iniciativa constitucional para equacionar o problema que sustou a adoção da medida provisória é manifestamente do Executivo.

A matéria objeto do crédito extraordinário é excepcional por natureza e por esse motivo foge do controle constitucional que rege a tramitação dos projetos de lei referentes a outros tipos de crédito adicional, que admite uma intervenção mais flexível do Legislativo.

A adoção do crédito extraordinário remete a um fato consumado de despesas já realizadas em princípio, o que limita o poder do Congresso Nacional de alterá-la. No caso em tela, a transferência do domínio de rodovias federais que está vinculada ao repasse de recursos objeto dessa MP nº 119/03 já foi efetivada e está materializada pelo termo de transferência nº 16/03, cujo extrato foi publicado no *Diário Oficial* da União de 19 de maio de 2003.

Assim, na análise do crédito extraordinário, o Congresso Nacional não deveria alterá-lo no que tange à inclusão de programação inicialmente não contemplada, o que aponta para a rejeição das emendas supracitadas, não obstante o seu elevado mérito.

Quanto à Emenda nº 09, em contraposição ao afirmado em sua justificação, verificamos que a Portaria nº 766/02, do Ministério dos Transportes, posterior às alterações, revela a previsão de realização e transferência de recursos de semelhantes natureza para outros entes da Federação, de acordo com os interesses manifestados consoante o disposto no art. 6º da MP nº 82/02.

Por conseguinte, resolvemos pela rejeição da Emenda nº 09, que considera que sua aprovação descaracterizaria a programação original do crédito.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da MP nº 119/03, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a rejeição das Emendas de número 001 a 040.

Sala da Comissão.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o parecer percuciente, exaustivo, demonstra a saciedade, a urgência e a relevância que faz a admissibilidade da presente medida provisória.

Por outro lado, ressaltem-se os aspectos de mérito, porque essa medida provisória encontra um entrosamento, um pressuposto, sobretudo na Medida Provisória nº 82, de dezembro de 2002, que versa sobre a União repassar recursos para os Estados que receberam o domínio de estradas até então federais. É nessa linha de compromisso que a presente medida provisória se edifica.

Por isso, o Governo recomenda a aprovação do parecer em todos os aspectos elucidadores, que trazem a nós a consciência e a convicção de que deve ser aprovado integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Liderança do Governo no Congresso é favorável.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale. Depois, falará o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, gostaria de reforçar o meu entendimento de que a postura na condução desse assunto vem prejudicar sobremaneira o Estado do Pará.

A Emenda nº 9, de nossa autoria, objetiva sobretudo buscar um reparo justamente nesse tópico, já que não somos contra o processo de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul e compreendemos que aquele Estado necessita também do recurso, mas achamos que a forma de atendimento — colocar os Estados na fila, muito embora aqueles Estados que entraram com a sua solicitação em época própria não mereceram do Ministério dos Transportes nenhuma satisfação ao ofício do Governador — agora agride também os Parlamentares do Estado que participam desta Comissão.

Vejam o que o Relator disse, com o qual não posso concordar, quanto à Emenda nº 9, em contraposição ao afirmado em sua justificação, que não é verdadeiro: *“Verificamos que a Portaria do Ministério dos Transportes nº 766/2002 e posteriores alterações revelam a previsão de realização de transferência de recursos de semelhante natureza para outros entes da Federação”* — seria muito interessante isso mesmo — *“de acordo com interesse manifestado, consoante o art. 6º da Medida Provisória nº 82/2002. Por conseguinte, resolvemos pela rejeição da Emenda nº 9 ao considerar que a sua aprovação descaracterizaria a programação original do crédito.”*

Veja, Sr. Presidente, o que consta da mensagem presidencial do dia 20 de maio: *“O Presidente veta a Medida Provisória nº 82”*. E aí caracteriza mais, é mais grave. Ao vetar, proíbe o Estado do Pará de receber o seu repasse, a menos que esse processo esteja sendo conduzido pelo Ministério dos Transportes, e antes dessa medida provisória, de que não temos conhecimento, de que o Relator não tem conhecimento; e o Líder do Governo não traz esse conhecimento aqui.

Eu queria que o povo do Pará soubesse que foi prejudicado. As nossas estradas vão continuar cheias de buraco. O nosso frete vai continuar sendo o mais caro e ninguém vai querer levar mercadoria para lá, sob pena de termos a Belém—Brasília interrompida, o tráfico da BR-316 interrompido e outras estradas interrompidas.

É de destacar ainda que, no dia 28, foi feito um empenho, e pago; na medida provisória já foi feito o empenho. E a medida provisória que veta, a 82, é do dia 20. Então, eu precisava de alguns esclarecimentos. Qual razão desse procedimento de atropelar o disposto no veto? Por que prejudicar o Estado do Pará, se o próprio Relator concorda que os entes receberão tratamentos iguais, porque a situação também é igual? E por que o Estado do Pará, lá periférico, vai continuar tendo as suas estradas interrompidas e o seu frete mais caro, ficando isolado?

Sr. Presidente, quero contribuir. Não sou pessoa de obstar nada nesta Comissão. Estou aqui há muitos anos, todo o tempo procurando ajudar. Mas não posso concordar com o que prejudica o nosso povo.

Para concluir, Sr. Presidente, não é justo dar um tratamento desigual para situações iguais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa já aprovou recentemente algumas medidas provisórias nos mesmos termos, que beneficiaram os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Tocantins e Amazonas.

E os Estados do Pará, Roraima, Amapá — Tocantins já foi — estão contemplados pela Portaria nº 766, de 16 de dezembro de 2002, que versa sobre a União transferir para o Estado 233 quilômetros de estradas, cujos recursos serão repassados ao Governo do Pará da mesma maneira que estão sendo repassados para todos esses Estados. Portanto, não vejo em que o Pará está sendo prejudicado. Pelo contrário. O Pará está sendo também contemplado na Portaria nº 766.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, chegou-nos agora, através da nossa consultoria, a informação de que a Medida Provisória nº 119 está arriada

à Medida Provisória nº 82, cujo objeto foi vetado pelo Presidente da República. Não havendo a Medida Provisória nº 82, deixaria de ter cobertura legal a Medida Provisória nº 119.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que aqui há um imbróglio legal. Peço a V.Exa. que adie a discussão e a votação dessa matéria por uma sessão, para que pudéssemos dirimir essa dúvida. Na sessão seguinte, traremos a matéria para votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lamentavelmente, Deputado Pauderney Avelino, hoje é o último dia dessa medida nesta Comissão. Aprovada ou não, ela irá ao plenário da Câmara dos Deputados. Em face disso, não é possível fazer o adiamento.

Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Quero louvar a atitude do Deputado Anivaldo Vale, que defende com amor e determinação os interesses do seu Estado. Quero dizer que não respondi nada, porque nada me havia sido indagado. A indagação veio exatamente no curso da sua exposição. Eu apenas defendi o parecer, que me parece correto.

Mas gostaria de situar uma dúvida jurídica. A Medida Provisória nº 82, enquanto vigia — e os seus atos foram mantidos —, deu suporte à Portaria nº 765, em que os casos todos foram equacionados. É evidente que a decisão anterior de um entendimento de acordo já deu suporte legal a esse ato administrativo. Conseqüentemente, não há mais um vínculo de dependência, mas estabelece um vínculo no que foi acordado, no que foi objeto de entendimento. Neste ponto quero superar a eventual ilegalidade apontada pelo nobre Deputado representante do Amazonas.

Quanto à portaria anterior, está perfeitamente respaldada.

Era só, para deixar claro esse aspecto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, só para corroborar com o Líder do Governo Amir Lando.

A MP foi emitida no dia 15 de maio. Portanto, a 82 estava em pleno vigor.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, essa medida provisória visa apenas regularizar uma situação existente. Parece-me que o encaminhamento feito pelo Executivo foi todo errado.

O § 3º do art. 167 da Constituição Federal diz:

“A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprescindíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (...)” — o que não é o caso.

Para regularizar essa situação, concordo em aprovarmos a medida provisória. Mas enfatizo que houve um erro inicial a partir da aprovação da Medida Provisória nº 119, porque nela o Governo já devia ter aberto o crédito especial para resolver a questão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, ainda para discutir este assunto, foi muito bom ouvir o colega Pedro Novais, decano desta Comissão, que sabe muito bem o que é certo e o que é errado, inclusive que esse procedimento, eivado de uma série de atropelos, prejudicará o Estado do Pará, porque a Resolução nº 766 foi cancelada, e o empenho só foi feito dia 28, depois do cancelamento.

Por que referendar algo eivado de uma série de erros, inclusive o de não atender o Pará e outros Estados citados pelo Relator?

É verdadeiramente complicado para nós o Relator afirmar que seremos atendidos pela Resolução nº 766, e o Presidente vetar a Resolução nº 82.

Como bem observou o Deputado Pedro Novais, há uma série de erros.

O Líder do Governo poderia nos dizer como serão atendidos o meu Estado e os outros. Não é justo sermos prejudicados. Se não formos, aprovarei; se formos, peço verificação de *quorum*, a fim de não votarmos essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, esclareço ao Deputado Anivaldo que em relação à Portaria nº 765, de 17 de setembro de 2002, o compromisso já está selado. É evidente que há uma negociação caso a caso e que esse ponto determinará a expedição de outras medidas provisórias, outros créditos suplementares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, algumas situações foram alegadas de forma bem pontual, especificamente para a MP 119, quando, por exemplo, o nobre Parlamentar alega questão constitucional.

Já estou no segundo mandato e tenho plena convicção de que várias medidas provisórias votadas aqui não abordaram, explicitamente, calamidade, etc.

O grande debate a ser feito é que estamos diante de uma situação completamente possível.

Quanto à questão das estradas, já havia prerrogativa no Governo anterior. Mato Grosso do Sul e vários Estados desembolsaram dinheiro. O Governo de Lula está tentando consertar uma situação já prevista. Eu participei, inclusive, do processo de construção dessa situação, que exigia uma série de documentos, uma série de estudos e uma série de procedimentos contábeis. Mas alguns Estados não conseguiram cumprir em tempo hábil e outros não se habilitaram. Não é Poder Executivo que diz ao Estado o que ele vai fazer. Ao contrário. É o Estado que diz ao Poder Executivo se quer fazer ou não.

Sr. Presidente, há outra questão. De repente, a situação do Pará é simplesmente de recuperação de rodovia, que não é a mesma do Mato Grosso, que desembolsou esse dinheiro. Mas não pára por aí. A quantia desembolsada para Mato Grosso do Sul é muito mais que 89 milhões.

Vamos usar, nesta Comissão, a mesma coerência quando íamos votar aqui, há alguns meses, medida provisória. Esse é o grande debate que tem de ser feito.

Sr. Presidente, foi alegada aqui a questão do PPA. Vamos ser coerentes, Srs. Parlamentares. Não há possibilidade de um Governo com 4 meses de mandato mandar um PPA à Comissão para ser discutido. Por que isso não foi alegado em 2002, que é a mesma situação?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Em 2002, não houve PPA.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Desculpe, no ano de 2000. Esse é o grande detalhe que tem de ser discutido.

Sr. Presidente, temos de ter coerência do que estamos falando. Inclusive, é preciso deixar claro que se esta Comissão de Orçamento não andar, não será somente o PT o prejudicado, mas os demais partidos. Se há algumas questões pontuais, isso é outra discussão.

A MP 119 foi de fundamental importância para Mato Grosso do Sul. O atual Governo daquele Estado, o Zeca do PT, luta, desde o Governo anterior, para recuperar esse crédito. No Governo Lula, tanto Mato Grosso do Sul quanto todos os Estados têm possibilidade de ressarcir esse crédito, coisa que não foi feito no Governo passado.

Por isso, Sr. Presidente, apelamos para que esta medida provisória seja aprovada.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, a maioria dos Parlamentares concorda que uma medida provisória de abertura de crédito tem de ser discutida aqui, não em uma Comissão Especial. Concordamos que esta medida provisória é para corrigir erros anteriores e atuais. O próprio Relator menciona que a medida provisória não contraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem o PPA, que o Deputado erradamente mencionou.

Portanto, estamos prontos para votar.

O meu voto será favorável, com a ressalva de que o Governo cometeu vários erros a partir do instante em que expediu a Medida Provisória nº 119 no momento de abertura de crédito especial para pagar essas despesas e não crédito extraordinário.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, fiz uma solicitação ao Líder do Governo, que me respondeu com muita presteza. Tenho, pelo Senador Amir Lando, profunda consideração, profundo respeito. S.Exa. afirmou que, através da 766, o Estado do Pará será contemplado, não será prejudicado, como outros Estados não serão prejudicados.

A par disso, antes de externar meu apoio, quero dar uma colaboração ao Líder do Governo. Toda despesa, ou todo empenho feito a partir do dia 20 de maio é errado, é inconstitucional. Essa despesa, esse empenho feito no dia 28 de maio, depois do veto do Presidente, teria que ir para o rol dos erros praticados com os Estados do Pará, do Tocantins e outros, como bem diz o Relator, para ser corrigido. Não quero obstar, mas, sim, contribuir para traçarmos rumos corretos. Esta Comissão tem que andar, mas dentro do que se constitui base de condições de trabalho da Comissão e não atropelando os itens constitucionais, que temos de respeitar.

Esse empenho feito no dia 28 agride a Constituição brasileira. E não podemos referendar isso. Ele tem que entrar no rol de correções do que for injustiça com o Estado do Pará e com outros Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, não se trata aqui absolutamente de nenhuma tentativa de prejudicar o Mato Grosso do Sul, muito menos sendo questão trazida pelo ilustre Deputado João Grandão, companheiro que tem colaborado tanto nesta Comissão de Orçamento. Trata-se de compreender, primeiro, a legalidade dos atos, porque, se a legalidade não está preenchida, não vamos poder admitir que isso continue sendo feito; segundo, entender — e isso não é nada mais do que tem sido sempre feito aqui — qual é o mecanismo que estabelece a prioridade do Mato Grosso sobre o Pará, que está na fila há tanto tempo.

Então, seria prudente suspender a reunião, para que a questão seja esclarecida. Não estou conseguindo entender, sinceramente, V.Exa. sabe que sou meio burro, tenho dificuldades, a legalidade disso, se está preenchido ou não o requisito legal. Se o requisito legal estiver preenchido, o Líder do Governo na Comissão poderia assumir compromisso com o Pará de dar atenção, prioridade, dentro das possibilidades. A alegação do Deputado João Grandão não confere com a do Deputado Anivaldo Vale, ambos interessados em defender seu Estado, baseados na experiência e na vivência contributiva que têm tido nesta Comissão.

Então, seria prudente avaliarmos a questão cuidadosamente. Estando resolvido de fato o problema legal, poder-se-á resolver o assunto por um compromisso do Líder do Governo na Câmara, de dar atenção e prioridade à questão do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Almeida, a solicitação de V.Exa. poderia, em condições normais, ser aceita. No entanto, temos um prazo fatal: hoje é o último dia para a Comissão votar a medida provisória. Ou vota hoje, ou ela vai direto para a Câmara dos Deputados. Então, se não dermos nossa opinião, estaremos nos demitindo de uma atribuição da Comissão. Se nos demitirmos da primeira que discutirmos aqui, a Comissão perderá totalmente a razão de apreciar as futuras medidas provisórias idênticas sobre crédito. Daí, apelo a V.Exa. para que retire a sugestão, a fim de podermos votar essa medida provisória, dando o exemplo do que será o procedimento da Comissão daqui por diante.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Mas, Sr. Presidente, veja V.Exa.: cabe-nos também analisar a legalidade dos pleitos. É parte da nossa responsabilidade não analisar somente o mérito, mas a legalidade também. O que se alega aí é um absurdo legal, e não se pode corroborar o que está feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Em uma discussão, evidentemente, cada Parlamentar é soberano, e eu tenho de ouvi-los, o que tenho feito com muito respeito. Mas gostaria de esclarecer um ponto da legalidade: que suporte deu a Medida Provisória nº 82? Deu suporte até o momento da elaboração da Portaria nº 766, de 17 de dezembro de 2002. Então, o que temos? A portaria foi edificada exatamente nessa legalidade. A anterior, de nº 765, também de dezembro, já vinha dando essa sustentação de legalidade. Então, nessas condições, a legalidade existe, a medida provisória teve vigência e produziu efeitos até aquele momento, mas é o suficiente. Quem está dando a cada caso a legalidade é cada medida provisória. Se me perguntassem por que a Bahia saiu antes do Mato Grosso do Sul,

Minas Gerais já saiu... No âmbito de um entendimento, de aporte da relação inclusive documental — não quero debitar a diligência ou a não-diligência de outros —, o andamento do processo nem sempre é do conteúdo de cada demandante. É evidente que nessa linha o processo do Pará — não tenho informações, esse fato me veio agora — certamente está em tramitação, e tudo será resolvido paulatinamente. Quero pedir especial compreensão para o fato de o Amazonas ter saído na frente e não o Pará. Então, são situações que estão conformes com o andamento do processo, são providências bilaterais do Estado e também da União. É isso que marca a celeridade de cada processo.

Por isso assumi aqui, disse publicamente que todos os casos serão tratados de acordo, evidentemente, com os entendimentos que estão sendo feitos. Nada mais posso acrescentar. Não posso assumir nenhum compromisso maior, não posso assumir, por exemplo, que o valor do Pará tenha de ser menor ou maior do que o do Amazonas, porque tudo é proporcional à malha e também aos investimentos realizados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, tenho grande respeito pelo Senador Amir Lando e gostaria de obter o compromisso de S.Exa. Se eu tiver o compromisso do Senador, vou votar a favor; se não tiver, não vou votar, mesmo porque estou estribado, até ofereci oportunidade ao Líder de, junto com os órgãos de Governo, reparar esses erros.

Olhem o que diz o veto do Presidente da República:

“De outra parte, vetado integralmente o projeto, caberá ao Congresso Nacional editar decreto legislativo dispondo sobre a convalidação dos atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 82, os quais permaneçam regidos por essa ausência até a edição do referido ato.”

Então, a Medida nº 82 acabou no dia 20, e o empenho foi feito no dia 28. É inconstitucional! Estou dando uma colaboração, porque isso pode levar a um processo de irresponsabilidade de quem não está observando a instrução, por dolo ou por desídia, não sei a forma que seria.

Esse ato é inconstitucional. Tendo o compromisso do Senador de examinar o pleito do Pará — o qual foi dado entrada em sintonia com a medida provisória, em época própria, e que não mereceu até hoje a consideração do Ministro para dizer se está certo ou errado —, e não estou discutindo o valor, fechamos esse compromisso, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Não gostaria mais de intervir. Vou encerrar minha intervenção dizendo que o Governo não tem preocupação com a questão jurídica. Bem disse o Deputado Anivaldo, os efeitos perduram e vão perdurar até que o Congresso diga “sim” ou “não”. Até lá há validade. Mudou inclusive todo o sentido do art. 62 na dicção original da Constituição. Hoje, há uma modificação, uma presunção de validade. Continuam válidas. Se o Congresso manifestar-se contrariamente, as nulidades poderão acontecer. No momento, não há preocupação. Temos de exatamente analisar os fatos de acordo com a extensão que a lei oferece, e, se houver eventual erro da administração, ela vai corrigir. O desejo não é errar, é acertar, mas há convicção de que esteja certo. O Congresso fiscaliza e qualquer irregularidade será apontada. Nessas circunstâncias, há respaldo legal. Há, sobretudo, efeitos jurídicos que sobrevivem à própria medida, à revogação. Até que o Congresso aprecie, a validade permanece plena e absoluta. Está à disposição do Deputado Anivaldo a situação do Pará, que será analisada na sequência natural, de acordo com as providências de ambas as partes.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento por parte do ilustre Líder ou de quem mais possa esclarecer. Entendo que houve a edição da medida provisória, não sei o número, que contemplou todos os Estados. Estabeleceu as condições para que todos os Estados se habilitassem. Habilitou-se Minas Gerais, que foi quem criou, a Bahia, outros receberam. Portanto, foram beneficiados com o que propunha ou estabelecia a medida provisória. Na sequência, o Ministério dos Transportes baixou portaria que regula a situação, habilitando todos os outros a depender do encaminhamento das responsabilidades bilaterais. Por aí também estaria habilitado o Mato Grosso do Sul, o Pará e os outros. Entendo agora que a medida provisória original foi revogada. Pior: foi

vetada. A iniciativa foi do Governo Federal, que vetou depois; não sei se Fernando Henrique ou Lula.

Para atender Mato Grosso do Sul edita-se nova medida provisória...

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Não, não, a mesma.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Como a mesma? Estamos votando qual?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - A Medida Provisória nº 119.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Para o Pará ser atendido tem de haver uma outra medida provisória?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Então, a tal portaria não garante nada. O que vai garantir é uma nova medida provisória?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Essa é a lógica. Exatamente isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Vetou a medida provisória anterior e a medida provisória que contempla o Mato Grosso do Sul arrima-se na medida provisória de lá?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - E qual a razão do veto dessa medida provisória? Ela deveria ter sido mantida.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - V.Exa. me permite um aparte? Para produzir os efeitos que dão suporte legal. V.Exa. sabe disso, nobre Deputado. Ela, enquanto viger, produz os efeitos legais mais evidentes.

(Não identificado) - Até dia 20. Depois do dia 28 não tem efeito mais.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Produziu efeitos. E agora serão, como foram em todos os casos, medidas especiais.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Mas, Senador, jabuti em árvore é complicado. Ou tem enchente ou mão de gente. Não vejo lógica. Examino, pela lógica, o veto à medida provisória. Por que teria sido ela vetada? Com que objetivo, se foi editada para atender aos Estados? Nem todos foram atendidos por razões as mais diversas. Ela poderia ter ficado aí. Se o propósito é atender a todos, não havia razão para vetá-la. Ela continua a viger. Alguma razão houve para o veto. Pode ter sido a necessidade de se fazer a triagem de cada caso: atender a quem interessa, por critérios não discriminatórios, do ponto de vista político, e não atender a quem não interessa. Nesse caso, o pleito do Pará tem razão. O Estado quer saber se vai ser atendido ou não.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Dou a última explicação a V.Exa. A lei de conversão foi vetada, não a medida. A lei de conversão introduziu uma série de elementos que levou o Governo ao veto. Esta é a explicação do veto. Não a medida provisória, mas o texto é da lei de conversão. O Presidente só veta leis, não pode vetar medidas.

(Não identificado) - Sim, lógico. É uma lei de conversão, um projeto de conversão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, encaminho solução para a questão. Ouvida a competente consultoria do Orçamento, entendi e particularmente estou convencido, há hiato legal, de que poderia ser corrigido a partir de decreto legislativo votado por esta Comissão para regular os efeitos da Medida Provisória nº 82.

Ao encaminharmos essa solução, regularemos, daqui para a frente, todos os atos que cessaram por conta da medida provisória. Seria a solução plausível para dar celeridade ao processo legislativo, porque, a meu ver, se não aprovarmos ou se derrotarmos a medida provisória hoje, ela já foi empenhada, não sei se liquidada. Caso não tenha sido, deveria ter a reversão do empenho. Não queremos prejudicar o Estado do Mato Grosso do Sul que deveria ter tido o Governador do PT mais célere como outros Governadores foram: Itamar Franco, Aécio Neves, e demais Governadores que receberam recursos através da Medida Provisória nº 82. Não queremos prejudicar o Estado do Mato Grosso do Sul. Seria uma solução para o caso.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, pela ordem. Não é verdade que o Governo do Mato Grosso do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - O problema é que a questão da documentação do Mato Grosso do Sul não foi em função da medida provisória, mas de situações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, apelo aos membros da Comissão que atentem para o seguinte: a Medida Provisória nº 119 produziu seus efeitos. Houve relações jurídicas que precisam ser convalidadas com o decreto legislativo, mas isso não proíbe, não coíbe, nem supre a necessidade do crédito, eu diria, especial e que o Governo chamou de extraordinário. Ele é essencial. Portanto, acho que devemos aprovar a medida provisória — é o apelo que faço — e aprovar, em seguida, o decreto legislativo de convalidação das relações jurídicas. É o que temos a fazer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, o entendimento é o de que os atos praticados teriam de ser feitos até a vigência da medida provisória. No dia 20 ela foi vetada. O ato praticado, o empenho, foi no dia 28. Deixo bem claro aos colegas que o ato praticado é inconstitucional.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Entra com uma representação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Posso entrar com a representação, mas, por enquanto, estamos discutindo antes o acordo com o Líder do Governo e oferecendo contribuição de correção. Porém, no bojo de todas as irregularidades está o procedimento que alija o Estado do Pará e outros Estados. Qual o porquê disso, Líder?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Anivaldo Vale, a medida provisória foi editada dia 15 de maio.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vetada no dia 20.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A MP nº 82 foi vetada no dia 20. Portanto, há uma anterioridade plausível.

Deputado Anivaldo Vale, vamos juntar forças para que o glorioso Estado do Pará, tão bem representado por V.Exa., possa também ser recompensado, não sofra prejuízos, e V.Exa. tenha, no nosso partido, um aliado, a fim de construirmos uma solução para o seu Estado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Decreto legislativo seria interessante.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Claro. A proposição está encaminhada e penso que podemos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, dentro do aspecto do empenho, citado pelo Deputado Anivaldo Vale, a partir do momento em que, no dia 15 de maio, a medida provisória é editada, ela já tem previsão orçamentária. O empenho, então, é ato contínuo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, o Líder do Governo esclareceu ao ilustre Senador Amir Lando a razão do veto. A lei de conversão foi além do propósito da medida provisória, razão pela qual o Executivo a vetou. Não há que se interpretar que ele não queira fazer valer o objeto da medida provisória, porque, como não se permitiu o veto parcial, de alguma forma se teve que vetar tudo. Mas há aí uma outra coisa que é absolutamente ilegal. Talvez porque já tenha vencido o prazo para fazer o empenho, fizeram o crédito extraordinário.

A Constituição não permite crédito extraordinário para essa situação, a não ser que a estrada a ser beneficiada tenha sido objeto de uma tromba d'água que a tenha levado toda e deixado a população sem condições de se comunicar. Fora isso, o uso do crédito extraordinário é ilegal. Não se aplica isso. A Constituição é clara em relação aos casos a que se aplica o crédito extraordinário e só por isso não seria razoável aceitar a medida provisória. Repito: ela é inconstitucional do ponto de vista da utilização do crédito.

Por que o Governo fez assim? Porque como crédito especial não podia mais ser e porque as relações jurídicas, decorrentes da MP que beneficiou Minas, Bahia e outros

Estados, foram suspensas pelo veto e deixaram de existir. Até que haja um decreto legislativo regulando essas relações jurídicas, fica tudo suspenso. Não se pode fazer empenho como crédito especial, salvo se, originalmente, o outro Presidente tivesse feito crédito especial para atender a todos os Estados.

Veja V.Exa. e os ilustres Parlamentares que a coisa foi arranjada mesmo. Está-se procurando dar um arranjo legal ao que não há legalidade. Nós até podemos fazer um acordo, desde que o Líder do Governo possa garantir que cometerá a mesma ilegalidade para quem reclama, no caso o Pará, porque a situação está completamente ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, eu prometi que não iria mais falar porque temos que votar, mas tenho que fazer uma consideração especial ao nobre Deputado João Almeida.

Deputado, essa é a praxe. Talvez não possa lhe dar absoluta certeza, mas na maioria das medidas provisórias foram editados créditos extraordinários, inclusive nos demais Estados a coisa andou da mesma maneira.

O Deputado Pedro Novais levanta uma questão. No Direito, a interpretação é ampla a respeito do que é emergente, do que é emergência, do que é calamidade. Se fizermos uma leitura dos jornais, a toda hora fala-se que as estradas estão em estado de calamidade pública. São circunstâncias de calamidade pública porque, sendo um bem público, a estrada serve à população.

Portanto, vamos levar isso em conta, mas o Governo tem total certeza de que praticou os atos com absoluta legalidade. Eu já havia dito antes que, durante a vigência, houve o empenho. Quer dizer, as consequências jurídicas estão em vigor até que haja o decreto legislativo.

Hoje a Constituição mudou. Há uma presunção de legalidade que perdura até a apreciação do Congresso, ou seja, da Câmara e do Senado. Um decreto legislativo é que vai dizer da validade ou não desses atos. Mas sempre entendo que o bom senso há de perdurar. Assim aconteceu com o Plano Real em que as medidas provisórias foram reeditadas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Era outro rito.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Era outro rito, mas de qualquer maneira resalto que essas medidas foram sendo reeditadas. Ao final, o Congresso jamais usaria o contra-senso de tomar uma posição absurda de negar os atos praticados durante a vigência de todas aquelas medidas provisórias. Elas foram editadas mais de uma centena de vezes. Entendo que aqui também o Congresso não faltará em homologar e dar validade aos atos praticados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - O que me preocupa é a reticência do ilustre Líder em assumir o compromisso ...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Mas o ilustre Líder está reticente em assumir esse compromisso. Isso nos preocupa sobretudo porque os compromissos que assumimos nesta Comissão sempre foram honrados. O ilustre Líder, advogado competente que é, vai encontrar no Direito as saídas para não assumir o compromisso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O PFL associa-se também aos Deputados João Almeida e Anivaldo Vale no pleito para o atendimento ao Estado do Pará e para o compromisso de V.Exa.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Penso que nós temos que ser absolutamente corretos. Eu já afirmei publicamente que será dado encaminhamento, mas é evidente que não posso antecipar nada porque não há resultado final. O andamento será dado, desde que as partes cumpram com suas precípuas obrigações. Nada mais disso posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri, último orador.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Na minha humilde justificação, considero que estamos procurando justificar o injustificável. Mesmo diante da alegação do Líder do Governo que diz que a medida provisória não foi vetada, até porque não se veta medida provisória, existia um projeto de lei de conversão.

No momento em que votamos o projeto de lei de conversão — quando digo nós refiro-me ao Congresso Nacional, porque estou chegando agora a esta Casa —, logicamente a medida provisória foi derrubada. No momento em que se vota o projeto de conversão, ele passa a valer assim como o substitutivo geral. Esse projeto de conversão foi vetado no dia 20. Logicamente que o empenho posterior ao veto ocasiona um hiato e um buraco negro. Se entrarmos nessa questão, não vamos cumprir exatamente o que o Presidente nos apela.

Embora hoje seja o último prazo para votação, votarei favoravelmente, mas não poderia deixar de levantar essa questão, porque penso que estamos com uma ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão, em votação.

Em votação o parecer do Relator na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, nós queremos fazer uma ressalva. A matéria vai ser apreciada pelo Congresso Nacional, no plenário da Câmara. Se essa questão não estiver devidamente clara, vamos pedir verificação de *quorum*. Nós fizemos aqui o acordo para atender ao Deputado João Grandão e para consagrar o princípio de que essa matéria deve ser apreciada nesta Comissão e não numa Comissão Especial. Nós temos compromisso no plenário, se não a partir dos esclarecimentos que pedimos sobre o projeto.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A matéria está vencida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há requerimento sobre a mesa sobre convite ao Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer a esta Comissão Mista, para prestar esclarecimentos a respeito da redefinição de prioridades de investimentos das empresas do grupo PETROBRAS, objeto dos Projetos de Lei nºs 6 e 7, ambos de 2003. O Requerimento é de autoria do Deputado Pauderney Avelino.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, nós, do PT, votaremos favoravelmente ao requerimento, a fim de que o Presidente da PETROBRAS compareça aqui para discutirmos o andamento, os investimentos e os projetos estratégicos que a empresa tem desenvolvido ao longo do tempo e, principalmente, neste ano.

Ressalto algo que considero extremamente importante. Primeiro, não podemos tratar essa questão com 2 pesos e duas medidas. O nobre Deputado do PFL que falou anteriormente fez uma crítica muito dura: a discussão do PPA entre o Governo brasileiro, em âmbito nacional, e as entidades, os Governadores de Estado, poderá trazer prejuízo a este Congresso Nacional. É bom discutirmos o que interessa. Interessa ao PFL debater as questões relativas à PETROBRAS. Nós, do Governo, não temos nenhum problema em ouvir a sociedade brasileira sobre as metas de desenvolvimento econômico e crescimento do nosso País, porque essa é a nossa responsabilidade. Evidentemente, impera o medo dos que governaram este País, ao longo dos anos, com mão de ferro. Agora, queremos inverter essa lógica, como bem falou o nobre Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Portanto, discutir com a sociedade a questão da PETROBRAS é fundamental, assim como a questão do PPA. Trata-se de um discurso contra a lógica que recentemente foi desenvolvida neste País. O Presidente da República foi um dos poucos presidentes que esteve no Congresso, valorizando-o, para fazer o discurso de abertura dos nossos trabalhos. Portanto, não é pertinente transformar um debate democrático tão importante, que envolve a sociedade, em um debate que coloca medo do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Certamente, assumiremos o nosso papel na hora certa, para fazer emendas e debater esse grande projeto.

Portanto, votamos favoravelmente a esse requerimento, porém com essas ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que alerte os nobres Deputados para que permaneçam em plenário, pois há outros assuntos em pauta, além de requerimentos. Vamos dar seqüência à votação. Já que o prato do dia é Mato Grosso, temos muito a discutir.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção: a Abertura de Créditos é de nºs 5 e 6 e não 6 e 7, como anunciado no nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Primeiro, estamos votando a inclusão do requerimento na pauta para, posteriormente, discutirmos o mérito.

Em votação a inclusão do requerimento na pauta. A seguir, a votação do mérito.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Requerimento, do Deputado Wellington Roberto, para inclusão em extrapauta do relatório apresentado ao Aviso nº 52, para ser apreciado na data de hoje.

Aviso nº 5, de 2003, com o mesmo objetivo.

Em votação a inclusão do requerimento na pauta.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Requerimento do Aviso nº 5, que “Encaminha ao Congresso cópia dos Acórdãos nº 268 e 269, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Mato Grosso e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso”.

Relator, o nobre Deputado Wellington Roberto.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução.

Com a palavra o Relator, Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, trata-se do Aviso nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, na origem, que “Encaminha cópia ao Congresso Nacional dos Acórdãos nºs 268 e 268 do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que os fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso do Sul, (Tribunal de Contas nº 005.958/2002-9) e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso, (Tribunal de Contas nº 006.835/2002-3)”.

Voto.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos Contratos nºs PD/11-014/01, PD/11-019/2001, PD/11-020/2001, PD/11-021/2001, PD/11-022/2001 e PD/11-027/01 e do Processo PR-2215/01 com os recursos das dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União de 2003 nas classificações funcional-pragmáticas 26.782.0220.2834.0051 — Restauração de Rodovias Federais no Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 — Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI - Sr. Presidente, apenas um registro: somos favoráveis ao voto do Relator, embora o Tribunal de Contas da União não tenha incluído no seu relatório final o Contrato nº 11, que posteriormente deve vir para esta Casa para ser debatido.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação o parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Parlamentares, fica convocada reunião para terça-feira, conforme explicado no INTERLEGIS.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pela ordem, Sr. Presidente, há o relatório da Mensagem nº 201, que trata da avaliação do cumprimento da meta do resultado primário do orçamento fiscal e da seguridade social, e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o segundo quadrimestre de 2002, na qual eu sou o Relator, contida extrapauta a pedido dos nossos ilustres Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que me pedem para fazer a solicitação de inclusão na pauta, que encaminho a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão a inclusão do requerimento na pauta.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em discussão no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em apreciação o parecer.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, farei a leitura das conclusões e recomendações.

A meta fiscal programada foi cumprida com folga. Neste ano, também está sendo cumprida com muita folga pelo Governo PT, sobrando. Desde o segundo semestre de 1998, o Governo Federal vem empreendendo esforços para o ajuste fiscal.

O ano de 2002 foi o quarto seguido em que se obtém expressivos superávits primários. Esse desempenho é notável e essencial para garantir o equilíbrio macroeconômico do País. Tudo em nome do equilíbrio macroeconômico.

Felizmente, o novo Governo vem sinalizando no sentido de que dará continuidade a tal políticas.

Recomendo fortemente que o faça, para criar as condições necessárias ao crescimento sustentável que o Brasil tanto almeja.

Recomendo, ainda, o arquivamento do processo.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido os Srs. Parlamentares a participarem de reunião de audiência pública no plenário da INTERLEGIS, na terça-feira, às 15h. A seguir, faremos reunião extraordinária da Comissão, às 16h, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2003.**

Aos três dias do mês de junho do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob a Presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, no auditório do Interlegis, localizado na Av. N-2, Edifício Anexo “E” do Senado Federal. A reunião foi convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para discorrer sobre a orientação estratégica do Plano Plurianual/2004-2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao Parlamento na sua elaboração. Os trabalhos foram transmitidos para as Assembleias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS (rede virtual de comunicação do Legislativo). Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: - **Deputados titulares:** Carlito Merss, Dr. Evilásio, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Félix Mendonça, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Wasny de Roure e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Carlos Nader, Leonardo Monteiro e Rogério Teófilo; - **Senadores suplentes:** Amir Lando e Romeu Tuma. Justificaram ausência os seguintes Parlamentares: Deputada Elaine Costa, Deputado Helenildo Ribeiro, Deputado Machado e Senador João Ribeiro. **ABERTURA:** Ao iniciar os trabalhos, às quinze horas e três minutos, o Presidente informou aos membros que a reunião havia sido convocada em atendimento ao Requerimento nº 08/2003, aprovado na 7ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 20 de maio último, e de autoria do Deputado Jorge Bittar, relator indicado para o Projeto de Lei Orçamentária para 2004. Em seguida, anunciou a composição da Mesa de trabalhos: Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Dr. Sebastião Soares, Secretário de Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Deputado Paulo Bernardo (PT/PR), relator do Projeto de Lei nº 02/2003 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004). O Presidente anunciou que ainda não se encontravam no recinto para compor a Mesa o Deputado Jorge Bittar (PT/RJ), autor do Requerimento e relator indicado para o Projeto de Lei Orçamentária para 2004, bem como o Senador Roberto Saturnino (PT/RJ), relator indicado para o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a exposição, não podendo ser apertado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Ao ser chamado para fazer a sua interpelação, o parlamentar deveria encaminhar-se à tribuna, identificando-se com o nome, partido e respectiva unidade da Federação. O Presidente informou, ainda, a participação no debate de interlocutores presentes nas assembleias legislativas estaduais pelo sistema de videoconferência. Após, anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Ministro Guido Mantega. O palestrante fez sua explanação utilizando-se de projetor “data-show” instalado no auditório. Encerrada a apresentação, às quinze horas e quarenta e um minutos, o Presidente comunicou que os participantes das Assembleias Legislativas poderiam inscrever-se no debate a partir do sistema “hot-line”. Em seguida, já presentes à Mesa de trabalhos, o Deputado Jorge Bittar e o Senador Roberto Saturnino teceram comentários acerca da apresentação do Ministro. Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente anunciou o início dos debates e comunicou que haveria alternância no uso da palavra entre os parlamentares presentes no auditório e os

representantes das assembleias legislativas estaduais. O Deputado Pauderney Avelino, primeiro parlamentar inscrito, apresentou questionamentos ao Ministro. Em seguida, o Presidente solicitou aos participantes do debate observância ao prazo regimental para o uso da palavra. Após, efetuaram perguntas ao Ministro os demais inscritos do primeiro bloco: Dr. Lízio, Secretário Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins; Deputado Gilberto Nascimento; e Deputado Estadual Sebastião Helvécio, da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Às dezesseis horas e dezesseis minutos, o Ministro Guido Mantega prestou esclarecimentos aos quatro debatedores iniciais. O Deputado Jorge Bittar realizou aparte concedido pelo Ministro para complementar as respostas ao Deputado Pauderney Avelino. Em seguida, o Presidente observou que não seriam permitidos debates paralelos. O Ministro Guido Mantega retomou os esclarecimentos solicitados pelos debatedores do primeiro bloco. No prosseguimento dos trabalhos, manifestaram-se os seguintes participantes: Senador Amir Lando, na qualidade de Líder do Governo no Congresso Nacional; Deputada Estadual Ana Lúcia, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; Deputado Carlito Meriss, na qualidade de Representante do Partido dos Trabalhadores no Colégio de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão; Deputado Wasny de Roure; Sr. João Martins, Diretor das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo; e Deputado Edson Ezequiel. Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente anunciou o encerramento de inscrições referentes às assembleias legislativas e transferiu a palavra ao Ministro Guido Mantega, que respondeu aos seis debatedores do segundo bloco. Em seguida, o Presidente teceu considerações acerca do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, ressaltando o fato de também haver sido Presidente da Comissão durante a apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2000-2003. **ENCERRAMENTO:** Ao agradecer a presença do Ministro Guido Mantega e do Dr. Sebastião Soares, o Presidente encerrou a reunião, às dezessete horas e quarenta e dois minutos. Antes, informou que não seria realizada a reunião extraordinária marcada para o mesmo dia às dezesseis horas, tendo em vista a ausência de matérias para apreciação. Convocou, ainda, os membros para a reunião de audiência pública a ser realizada no dia dez de junho, terça-feira, às quinze horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados, com a presença do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a 4ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS (Rede Virtual de Comunicação do Legislativo).

Esta reunião foi convocada para atender ao Requerimento nº 08/2003, aprovado na 7ª reunião ordinária da Comissão, realizada em 20 de maio último, de autoria do Deputado Jorge Bittar, Relator indicado para o Projeto de Lei Orçamentária de 2004.

O palestrante convidado é o eminente Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que irá discorrer sobre a orientação estratégica do Plano Plurianual 2004/2007, bem como sobre a metodologia de consulta à sociedade e ao Parlamento na sua elaboração.

A Mesa está constituída pelo Ministro Guido Mantega; pelo Dr. Sebastião Soares, Secretário de Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento; pelo Senador Roberto Saturnino, relator indicado para o projeto de lei do Plano Plurianual 2004/2007.

Ainda não estão presentes os Deputados Paulo Bernardo e Jorge Bittar.

Para melhor andamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Ao ser chamado para fazer a sua interpelação, o Parlamentar deverá encaminhar-se à tribuna, identificar-se pelo nome, partido e unidade da Federação a que pertence, tendo em vista que a reunião está sendo transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais.

Haverá participação interativa das Assembléias Estaduais.

A lista para o debate está aberta.

Concedo a palavra ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Boa-tarde a todos. Exmo. Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Exmo. Senador Roberto Saturnino, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados das Assembléias Legislativas que nos ouvem pela INTERLEGIS, senhoras e senhores, tenho o prazer de apresentar o Plano Plurianual 2004/2007.

O Governo do Presidente Lula pretende transformar o Plano Plurianual em verdadeiro plano de desenvolvimento para o Brasil. Há muito tempo não se vê no Brasil um plano, muito menos de desenvolvimento econômico e social. Diria que há pelo menos 20 anos estamos debruçados sobre questões de curto prazo. Estamos ocupados com a inflação, a dívida externa e outros problemas de curto prazo, sem que haja no País um crescimento adequado e a resolução dos problemas sociais e econômicos.

O último grande plano de desenvolvimento foi o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento no final dos anos 1970. De lá para cá, houve só planos de estabilização. Está mais do que na hora de recolocarmos na ordem do dia a agenda de desenvolvimento. O propósito da implantação do Plano Plurianual é recriarmos uma agenda de desenvolvimento.

Ressalto que o nosso Governo não pretende apresentar um plano de desenvolvimento pronto e acabado para a sociedade, como muitas vezes aconteceu no Brasil, onde a tecnocracia, uma burocracia de iluminados produz um projeto, um plano, e, depois, tenta impô-lo para a sociedade civil e as forças políticas brasileiras.

O desejo do Presidente é de que esse plano seja discutido com a sociedade civil e com as forças políticas da Nação, de modo que seja feito em conjunto, com a contribuição de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Evidentemente, não é fácil fazer um plano dessa envergadura com a participação da sociedade brasileira. Temos um território muito extenso, uma sociedade muito grande, mas

é possível desenvolver alguns mecanismos para discutir questões centrais do plano de desenvolvimento.

Demos início, na sexta-feira da semana passada, às reuniões dos fóruns regionais. Foram marcados 27 fóruns regionais, 1 em cada Estado do País. Nós nos deslocamos para uma determinada capital. Iniciamos por Manaus. Lá tivemos a oportunidade de discutir com 90 entidades da sociedade civil, com o Governador do Estado, o Prefeito da Capital e Parlamentares que estavam presentes.

O sistema será repetido em todo o País. Haverá mais 26 fóruns regionais, em que discutiremos as prioridades do plano de desenvolvimento. Além disso, outros mecanismos de participação estão sendo instaurados. Já tivemos pelo menos duas reuniões com os Secretários de Planejamento de todo o Brasil, que nos trazem as preocupações e as ansiedades das várias regiões.

Pretendemos intensificar a discussão com a classe política, que, em vez de apenas participar depois que já entregarmos o plano pronto, em 31 de agosto, poderá colaborar na elaboração dos projetos que vão definir o Plano Plurianual. Dessa maneira, poderemos desembocar num plano feito em conjunto e que tenha a força do consenso.

Na verdade, vou falar não do Plano Plurianual propriamente dito, porque ele consiste num conjunto de projetos e ações de governo a serem praticadas ao longo dos próximos 4 anos. Vou referir-me à primeira etapa do Plano Plurianual: discussão de um projeto de desenvolvimento.

A elaboração dos programas e das ações de governo a serem praticadas nos próximos 4 anos têm que ter a definição de um projeto de desenvolvimento. Portanto, o objetivo da nossa conversa de hoje é discutir o projeto de desenvolvimento que vai nortear o Plano Plurianual. Na verdade, pretendemos discutir as diretrizes estratégicas que vão orientar esse plano.

O objetivo mais geral do plano é promover o desenvolvimento sustentado no Brasil, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Dito de modo genérico, esse é o objetivo central do plano de desenvolvimento.

É preciso salientar que esse plano tem nítida prioridade social. Talvez pela primeira vez na história a questão social vai ser colocada na frente da econômica. Antigamente se dizia que bastava alcançar o desenvolvimento econômico para o social vir como subproduto. Muitas vezes nos frustramos. Temos até crescimento econômico, mas não o desenvolvimento social. Queremos inverter essa equação e colocar o econômico subordinado ao social, como meio de atingir os objetivos sociais.

Quais são os principais objetivos sociais? Infelizmente, o Brasil ainda é atrasado. Por mais que nos doa reconhecer, um país que tem mais de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, que tem cerca de 13% da população analfabeta, que tem trabalho infantil e escravo e outras mazelas possui nível razoável de atraso. Queremos combater esse atraso, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais que existem no Brasil.

Outro aspecto muito importante é atacar a questão regional. O Brasil é um país com grandes desigualdades regionais. Será prioridade reduzi-las.

Queremos implantar um projeto de desenvolvimento nacional que seja sustentado e que abranja 3 eixos principais: programas sociais diversos, programa de desenvolvimento econômico acelerado e programas de desenvolvimento regionais.

Os programas sociais já estão sendo praticados pelo Estado e poderão ser ampliados ou racionalizados, melhorados na sua eficiência, na área de educação, saúde, bem-estar e tudo mais, como os programas emergenciais da fome.

Todos conhecem as limitações fiscais do Estado, que, à semelhança de outros Estados, depara com limitações de ordem fiscal. Não é possível aumentar indefinidamente os gastos sociais. Há limites muito estritos para isso.

Para se atingir o crescimento sustentado, é preciso que, ao lado de programas sociais, seja também promovido um programa de crescimento acelerado. Refiro-me a um crescimento da ordem de 4,5% a 5,5% do PIB ao ano.

Temos que promover no País um crescimento sustentado, porque só o crescimento acelerado, acima de 4% a 5%, possibilita a criação dos empregos de que precisamos. Nesse sentido, o crescimento acelerado é um dos principais antídotos contra a pobreza, uma vez que cria empregos. Também aumenta a renda da população e constitui um mercado

consumidor importante para o crescimento. Além disso, aumenta a receita fiscal. O Estado arrecada mais durante o crescimento econômico e tem mais recursos para serem investidos nos programas sociais.

Quais são as bases para o crescimento sustentado? Crescimento sustentado é aquele que não é efêmero e volátil como o que estamos vendo no Brasil ao longo dos anos. É um crescimento que se consolida e repete a cada ano, mantendo o seu vigor. As bases para um crescimento sustentado é, em primeiro lugar, a redução da vulnerabilidade externa, que pode interromper o crescimento a cada crise no cenário internacional.

Outro ponto importante para que o crescimento seja duradouro é a recuperação e a expansão da infra-estrutura no País. Não há crescimento possível com estradas esburacadas, sem meios de comunicação, sem capacidade de exportação de produtos pelos portos e aeroportos. A recuperação e a expansão da infra-estrutura brasileira são fundamentais para viabilizar o crescimento acelerado e sustentado.

Além disso, é necessário que se ponha em prática amplo programa de financiamento, sem o que não é possível fazer obras de infra-estrutura nem sequer estimular os setores para aumentarem as exportações e fazerem substituição de importações. Então, um amplo programa de financiamentos faz parte também das bases do crescimento sustentado.

Ademais, é preciso implementar programas de desenvolvimento regional, porque as regiões pobres não se desenvolvem por livre e espontânea vontade ou por ação espontânea do mercado. É preciso que haja ação do Estado nos vários níveis para fomentar esse desenvolvimento.

Vou deter-me um pouco em cada um desses eixos do crescimento sustentado. A vulnerabilidade externa é um ponto muito importante. Nos últimos anos fomos presas fáceis de todas as crises internacionais. Ocorre uma crise na Ásia, no México ou na Argentina e o crescimento no Brasil é interrompido. Sofremos, nos últimos 10 anos, 5 crises importantes no cenário internacional. Todas nos atingiram e interromperam o processo de crescimento. Então, é imprescindível que se reduza a vulnerabilidade externa para que o crescimento seja sustentado. Isso se faz estimulando o comércio exterior brasileiro.

O Brasil é um país que ficou para trás no comércio internacional, ao longo dos últimos 10 anos. Perdemos terreno. Nesse período o comércio cresceu muito. Outros países avançaram, principalmente os asiáticos e o México. E nós ficamos tímidos, importando mais do que exportando. Temos que reverter esse quadro e ampliar a participação do Brasil no comércio internacional.

Uma política de comércio exterior mais agressiva significa fazer melhores acordos comerciais e abrir novos mercados para o Brasil. Estamos ampliando nossas exportações para a China, por exemplo, que se tornou nosso primeiro parceiro comercial.

Temos que promover um processo de substituição de importações, porque há uma série de produtos que o Brasil importa, mas que podem ser produzidos aqui, o que ajudará a desenvolver o domínio de processos tecnológicos locais. Com tudo isso, vamos adquirindo uma vacina contra as perturbações externas, e é isso que queremos. Isso ocorrerá quando tivermos reservas em dólares e uma capacidade de gerar superávit comerciais importantes.

Além disso, o segundo ponto importante é a recuperação e ampliação da infra-estrutura. Sem energia, transporte, água e saneamento não é possível desenvolver o País. Sabemos que há fortes restrições, inclusive de caráter físico, à expansão da produção brasileira. Se quiséssemos crescer a uma taxa de 4% a 5% ao ano, esbarraríamos nos chamados gargalos da infra-estrutura. Poderia faltar energia, combustível e meios de transporte. Então, é prioridade do Governo fazer investimentos em infra-estrutura, recuperar a malha viária, a malha de transporte, explorar mais o transporte hidroviário e ferroviário, recuperar as rodovias do País que estão em situação bastante precária. Um dos instrumentos é aumentar o investimento público. Mas aí novamente esbarramos em algumas limitações, porque temos poucos recursos, principalmente no primeiro ano de Governo. Nos anos seguintes, teremos mais e vamos criar mecanismos para estimular o investimento privado. De que maneira? Em primeiro lugar, melhorando o marco regulatório, porque o investimento privado tem medo de aventurar-se em setores nos quais não conheça as regras do jogo, as regras para a recomposição de tarifas e a garantia do setor. Então, vamos melhorar o marco regulatório. Isso é importante principalmente para o setor de energia, que teve um marco regulatório meio frágil e problemas com o modelo energético do

Governo anterior. Estamos finalizando um projeto de modelo energético para o País que viabilizará a atração de muitos recursos privados para investimentos em energia.

Outro ponto importante são os programas de desenvolvimento regional. Como eu já disse, o mercado por si só não estimula o desenvolvimento de regiões mais pobres. É preciso que haja ação do Governo principalmente em duas esferas.

Na primeira esfera, deve habilitar os trabalhadores para que possam trabalhar nas atividades modernas, econômicas, existentes na atualidade, promovendo programas que elevem o nível de educação das populações e o nível de saúde, evidentemente, porque sem saúde não dá para trabalhar.

Fundamentalmente, é necessária também a implantação de infra-estrutura. Existem regiões do País que apresentam grandes potenciais econômicos, onde o custo da agricultura é reduzido e há produção de grãos. Estava conversando hoje no almoço a respeito disso. Refiro-me à região amazônica e ao Centro-Oeste. Porém, sem energia elétrica, sem meios de transporte, não é possível implantar atividades nessas regiões. Então, é preciso escolher as hidrovias mais convenientes, as ferrovias e os portos que devem ser feitos, aumentar o calado em certos portos e facilitar o embarque dessas mercadorias para o exterior.

Faltam nas regiões carentes energia, transporte e comunicação, sem falar no saneamento. E a base de tudo isso é o financiamento, porque sem ele nada acontece. O que mais falta hoje no País é financiamento. É preciso criar fundos específicos para essas regiões, fundos especiais para o financiamento do desenvolvimento regional. Isso consta da proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional.

Ainda no âmbito do desenvolvimento regional, é preciso aproveitar as vocações regionais e a biodiversidade. Não se trata de impor às regiões um modelo de fora para dentro, mas de aproveitar a vocação da região e fazer uso racional e sustentável dos recursos naturais, porque a questão ambiental é muito importante. É necessário que o desenvolvimento seja sustentado e sustentável, ou seja, que ele possa se repetir respeitando os recursos naturais e o meio ambiente. É muito importante estimular os *clusters* regionais. Foram identificados vários *clusters* regionais, e cabe ao Governo dar-lhes sustentabilidade. Enfim, há que se conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente.

A base de tudo isso é um amplo programa de financiamento. Conforme sabemos, o Brasil é hoje um dos países capitalistas que menos tem financiamento no mundo. O nosso nível de crédito em relação ao PIB é da ordem de 23,5%. É um país capitalista sem capital. O Chile, por exemplo, tem 65% do PIB em créditos; os Estados Unidos, 114%, e assim por diante. E nós temos perdido crédito. Então, para viabilizar o crescimento econômico, para financiar investimento, é preciso crédito, e crédito a taxa de juros baratas.

O Governo vai mobilizar os bancos públicos para que exista esse impulso inicial ao crédito no País. E isso já está sendo feito. Desses 23,5% de crédito, boa parte é dos bancos públicos; o setor privado se retraiu no crédito.

Em primeiro lugar, racionalizar e orientar o crédito dos bancos públicos, aumentá-lo o máximo possível – BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil; alavancar o máximo possível de crédito que esses bancos possuem e podem oferecer ao público; procurar reduzir o custo financeiro dessas linhas e também criar condições para o crédito privado, que tem que voltar a atuar na economia brasileira.

Temos que criar condições para que isso se verifique. Claro que uma das condições é a redução da SELIC, o custo básico financeiro no País, o custo de captação, e isso virá a seu tempo. Vou passar rapidamente por este ponto que tem sido muito controverso.

Aumento da concorrência no setor financeiro. O Brasil é um país que tem pouca concorrência no setor financeiro. Os bancos ganham muito com pouco esforço, oferecendo pouco crédito à população. Isso pode ser combatido, por exemplo, com a criação de cooperativas de crédito que possam oferecer crédito mais barato à população de média e baixa renda. Isso também já está sendo feito; estamos finalizando projetos de cooperativas de crédito.

Ampliação do mercado de capitais. Precisamos aumentar o mercado de capitais brasileiro, que também é dos mais restritos do mundo, com novos fundos de investimento, trazendo os fundos de pensão para os investimentos produtivos, tradicionalmente grandes gestores de capital, e trazendo crédito externo. Falo do crédito, principalmente das agências multilaterais, o crédito do BID, do Banco Mundial, que são os mais baratos que

encontramos hoje e de longo prazo. Os bancos comerciais emprestam, em geral, a curto prazo. Estamos também trabalhando nesse sentido. Já estamos conseguindo que o BID dê linhas de crédito para o setor privado. Para o setor público há muita linha de crédito, mas ele está no limite do endividamento, não pode tomar dinheiro emprestado. Então, vamos trazer o dinheiro para dar diretamente ao setor privado. Trouxemos já uma linha de crédito de 900 milhões de dólares para o financiamento do comércio exterior. Estamos pleiteando recursos para a pequena e a média empresa, via BNDES, e vamos ampliar ao máximo a captação de recursos desses organismos multilaterais, que, aliás, estão dispostos. Os Presidentes desses organismos têm falado comigo que têm crédito, inclusive para infra-estrutura. O BID está oferecendo crédito para a infra-estrutura diretamente ao setor privado. Basta que façamos um plano e nos habilitemos de maneira correta para poder pegar esse dinheiro, que é um empréstimo de longo prazo e barato.

Também temos que completar as cadeias produtivas e promover avanços tecnológicos. O Brasil é um país que, no passado, quase completou sua cadeia produtiva, no final dos anos 1970. Depois, nos anos 1980 e 1990, houve certa decadência, e, hoje, nossa cadeia produtiva tem alguns elos fracos, alguns buracos de tecnologia e de ramos produtivos. Temos que estimular esses ramos.

Vou citar um exemplo: o setor eletroeletrônico. Esse setor se tornou grande importador. Uma parte do déficit comercial que tínhamos no passado devia-se ao setor eletroeletrônico. Chegamos a ter em 2001 um déficit comercial de 8 bilhões de dólares. No ano passado, caiu para 5,8 bilhões de dólares, não por substituição de importações, mas por queda do nível de atividade; e caiu a importação no País. Temos que estimular o processo de substituição de importações desse e de outros setores que nos permitem o domínio de tecnologia básica e também avançada. Só produzindo certos produtos, como semicondutores, *chips* etc. se domina a tecnologia, envolve-se a universidade, fazem-se associações com as empresas e, com isso, estimula-se a tecnologia.

Temos que estimular também os setores que geram maior valor agregado. O Brasil está sendo bem-sucedido no comércio exterior; está exportando cada vez mais — porém, o produto que exportamos tem baixo valor agregado. Temos que estimular o aumento do valor agregado dos produtos brasileiros. Em vez de apenas exportar toneladas e toneladas, talvez beneficiar parte desses produtos no País, agregando valor e faturando mais com isso.

Finalmente, estimular atividades geradoras de emprego e renda. Não basta crescer a 4%, 4,5%, 5% ao ano para gerar os empregos de que o Brasil precisa, pois parte do crescimento se dá em setores modernos, que têm tecnologia avançada e empregam pouca mão-de-obra. Ao lado de crescimento, é preciso estimular o desenvolvimento de setores geradores de emprego — por exemplo, a pequena agricultura familiar e as pequenas e médias empresas, que geram muitos empregos no País —, o que significa oferecer a tais segmentos crédito especial. No caso da pequena agricultura familiar, implica também oferecer infra-estrutura, porque o trabalho no campo depende muito disso, senão não vai para frente. Dessa maneira, ampliaremos também a geração de empregos.

O último ponto de que quero tratar, pois acho que já ultrapassei um pouquinho os meus 20 minutos, diz respeito à constituição do mercado de consumo de massa no País. A constituição do mercado de consumo de massa se dá, em parte, pelo próprio estilo de desenvolvimento que será implantado: crescimento com distribuição de renda. Isso significa que os segmentos mais pobres da população terão acesso a mais recursos, terão aumento de rendimentos. Com isso, será fortalecido o mercado interno.

No primeiro momento, a aceleração do crescimento já exerce esse papel. Estamos há algum tempo com baixo nível de crescimento e, portanto, com elevado nível de desemprego. Nessas condições, a correlação de forças tem sido desfavorável, e, portanto, a renda média do trabalhador vem caindo; ou seja, o trabalhador tem ganhado salários menores. À medida que se acelera o crescimento, aumenta a demanda por emprego, o que faz com que os salários comecem a crescer. É o primeiro passo para a constituição de mercado de massa.

Entretanto, a questão não pára nisso. Há outros mecanismos de constituição de mercado de massa. O investimento do Governo em instrução e em qualificação de mão-de-obra também faz com que a renda média do trabalhador aumente. O trabalhador com mais educação e mais qualificado recebe salário maior, ou habilita-se a perceber salário maior. A promoção de mecanismos de transferência de renda via programas sociais também participa

do processo. Programas como Bolsa-Escola, Bolsa-Renda, Bolsa-Fome etc. transferem renda para os trabalhadores, aumentando seu poder aquisitivo. E, também, a utilização da estrutura tributária com a implantação da progressividade é outro meio de conferir maior poder aquisitivo aos trabalhadores — transfere-se renda dos setores que têm mais recursos, riquezas maiores, para os setores de baixa renda, promovendo-se a redução dos preços de bens e serviços essenciais. Como se faz isso? Fundamentalmente, reduzindo tributos, o ICMS da cesta básica, por exemplo. Reduzir o custo do segmento de alimentação e consumo dos trabalhadores confere-lhes maior poder aquisitivo.

O aumento do salário mínimo também é um mecanismo importante para elevação do mercado de renda, bem como o estímulo à concorrência, porque quanto mais concorrência houver na economia menos oligopólios agirão, e os preços serão reduzidos.

A economia brasileira tem alto nível de oligopolização. Então, zelar para que a concorrência prevaleça na economia é outro mecanismo de constituição de mercado de massa.

Isso tudo nos levará a um círculo virtuoso. Sairemos do círculo vicioso em que estamos hoje para o círculo virtuoso do mercado de massa.

Com o aumento do mercado interno e também do mercado externo, que estamos ocupando, teremos um grande mercado para estimular as indústrias brasileiras. E se vai ampliar a escala de produção. Quanto maior o mercado, maior a escala de produção, a redução de custos e o aumento de produtividade das empresas.

O fator produtividade é muito importante para o modelo que estamos apresentando. O aumento da produtividade levará as empresas a promoverem inovações tecnológicas. O importante é que se garanta que boa parte do aumento de produtividade seja transferido aos salários, e não ao capital, como vem sendo feito ao longo de muitos anos; que se equilibre mais o jogo, permitindo-se que parte do aumento de produtividade seja absorvida pelos trabalhadores. Dessa maneira, o mercado interno se fortalece e se cria o círculo virtuoso: aumenta o mercado, aumenta a produtividade das empresas, aumentam os salários e a renda dos trabalhadores, volta o estímulo às empresas, e assim por diante.

Grosso modo, essa seria a estratégia básica desse modelo de desenvolvimento.

A fase de definição das diretrizes estratégicas que vão nortear a elaboração das políticas é apenas a primeira etapa do Plano Plurianual. O próximo passo é o desenvolvimento, pelos vários Ministérios, de políticas específicas que atendam às diretrizes estabelecidas. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento define uma política industrial que atenda às nossas prioridades, como diminuir a vulnerabilidade externa e assim por diante. O Ministério da Agricultura também vai colocar em prática essas diretrizes e orientações numa política agrária, numa política de comércio exterior e em todas as políticas sociais, porque o Plano Plurianual, é bom que se lembre, contém todos os programas sociais que o Governo deverá praticar ao longo dos próximos 4 anos.

Uma vez definidas as políticas, passa-se para a fase de definição dos programas, para as ações específicas: qual rodovia se vai construir? quais projetos estruturantes das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste serão executados? quais hidrovias, hidrelétricas e redes de transmissão serão contempladas? quais programas na área de educação e saúde serão implementados? E assim por diante.

Espero ter a oportunidade de voltar a esta Comissão quando o PPA estiver nesse nível de detalhamento, para discutir os projetos estruturantes propriamente ditos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Renovo a informação de que os Srs. Parlamentares que quiserem fazer perguntas devem inscrever-se.

As Assembléias Legislativas que quiserem interagir com esta Comissão poderão fazer perguntas, mas, antes, terão de inscrever-se no *Hot Line 2022*.

Concedo a palavra ao autor do requerimento de convocação do Sr. Ministro, o Deputado Jorge Bittar, indicado para Relator do Orçamento do próximo ano.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes, estamos vivendo momento especial no País. Vivemos um círculo de fortalecimento do processo democrático com a alternância de poder que acaba de ocorrer como resultado das últimas eleições. Entretanto, o período inicial do novo Governo é de dificuldades muito acentuadas na área

econômica, com graves repercussões do ponto de vista social, que são do conhecimento de todos. O Governo se viu obrigado a adotar medidas austeras, no que diz respeito ao ajuste fiscal e ao controle da inflação, e conseguiu obter resultados bastante positivos no curto prazo, tais como a redução do Risco Brasil, o declínio do processo inflacionário — que chegou a assustar todos os brasileiros, pois a taxa de inflação atingiu patamar próximo a 30%, processo realmente preocupante — e a queda do dólar, outro indicador visível do processo de melhora da economia brasileira, de redução da vulnerabilidade externa e de aumento da credibilidade no Governo e na economia brasileira, tanto por parte do mercado externo, quanto do mercado interno.

Penso que estamos em processo de elaboração de nova estratégia de desenvolvimento, que inclui necessariamente reformas, sobretudo as previdenciária e tributária, procurando criar um ambiente econômico que permita redução acentuada e duradoura da taxa de juros, condição *sine qua* para o desenvolvimento de uma nova estratégia de crescimento para o País.

Deixa-me feliz a abordagem do Sr. Ministro Guido Mantega por apresentar uma estratégia de desenvolvimento para o País, que, ao mesmo tempo em que procura encontrar um caminho de crescimento acentuado para a economia brasileira — e o Ministro falou em taxas de crescimento superiores a 4% ao ano (4,5% , 5% e até 5,5%), e a economia brasileira tem condições para isso —, combina S.Exa. a noção de crescimento com a de resgate da dívida social do País, entendendo que inclusão social não seja algo que ocorra de forma lateral ao modelo de desenvolvimento econômico, como resultado de políticas compensatórias, mas como algo estruturante, vertebrador do projeto de desenvolvimento do País, imaginando que se possa criar um ciclo virtuoso de trabalho, renda, consumo, incremento da produtividade pela ampliação do mercado interno de massa e com todas as premissas necessárias para isso, que envolvem investimentos públicos em infra-estrutura, área precária em nosso País. Como exemplo temos a área de energia elétrica: o sistema de energia brasileiro viveu crise aguda e dramática de abastecimento e ainda vive crise de desestruturação do marco regulatório do setor. Outro exemplo é o sistema de transporte e logística, que, sem exagero, está quase sucateado, com as estradas em situação absolutamente precária. Além disso, os demais modais de transportes, como o ferroviário e o aquaviário, ainda são extremamente insuficientes para dar conta de uma nova perspectiva de crescimento da economia brasileira.

Há um elemento bastante interessante que tem sido repetido à exaustão nos discursos do Presidente da República e tem sido objeto de iniciativas práticas e objetivas. Refiro-me à possibilidade de maior integração política e econômica da América do Sul. O fato é relativamente novo, porque vivemos período de desestruturação do MERCOSUL.

Recentemente, surgiu a possibilidade de recuperação do MERCOSUL, mas, mais do que isso, de o Brasil funcionar como liderança política e elemento integrador, numa nova visão de crescimento, mais harmônica, da América do Sul, uma vez que nosso País, talvez pelo cacoete histórico da colonização, sempre esteve mais voltado para relações econômicas e políticas com a América do Norte ou com a Europa. Então, é importante que o Brasil, no afã de reduzir sua vulnerabilidade externa e de ampliar exportações, busque unificar a América do Sul para que possa adotar com a ALCA e a União Européia estratégia de relacionamento que preserve seus interesses de integração com o comércio internacional, no sistema econômico internacional, de forma a resguardar sua soberania, não se submetendo a situações típicas da grande assimetria que atualmente marca o mundo globalizado.

Até por feliz coincidência, vemos o Presidente da República retornar de viagem à Europa, onde participou de reuniões: do G-8 na França e, posteriormente, da OIT, em Genebra, na Suíça. Nas reuniões, S.Exa. demarcou novamente a postura clara de nosso País no sentido de cobrar mudanças significativas no sistema econômico e de comércio internacional, de se eliminarem medidas protecionistas, barreiras econômicas e outras que verdadeiramente impedem nosso País de exportar e de resolver seu problema crônico e histórico no que diz respeito às relações internacionais.

A história brasileira das últimas décadas é de crises sucessivas nas contas externas. A superação do problema inclui necessariamente política agressiva de comércio exterior. Essa questão é fundamental e estrutural no que diz respeito a desenvolvimento econômico, na medida em que estimula a economia brasileira.

Outro elemento é o de mercado interno de consumo de massas, a meu ver, essencial para produzirmos desenvolvimento econômico justo socialmente e do ponto de vista territorial. As Regiões do País historicamente subdesenvolvidas e abandonadas devem ser incluídas, mas por novo processo de integração regional.

Gostaria de ouvir um pouco mais o Ministro sobre a questão da integração regional do País. Não é exagero afirmar que nas últimas décadas muitos bilhões de reais foram alocados em programas de desenvolvimento regional. Os resultados, porém, são insuficientes — para dizer o mínimo. Devemos clamar não apenas por zelo e ética na aplicação dos recursos, mas também por novas estratégias de desenvolvimento regional. A Europa conseguiu integrar países com PIB e renda *per capita* muito inferiores aos dos países desenvolvidos — caso de Portugal e Espanha —, que em uma década alcançaram níveis de desenvolvimento muito próximos dos níveis dos países mais desenvolvidos da Europa.

O Brasil tem todas as condições necessárias para melhor utilização dos recursos dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento e do Fundo de Desenvolvimento Regional, que serão criados pela reforma tributária, e o estabelecimento de lógica que seja verdadeiramente federativa. É preciso estreitar relações entre Governos Federal, Estaduais e Municipais, fazendo com que o interesse público se sobreponha aos interesses políticos ou eleitorais imediatos, de modo a implementar desenvolvimento sustentável do País.

Gostaria de ouvir do Ministro algo sobre como integrar gradualmente as parcelas excluídas de nossa população, do ponto de vista social, ao mercado de trabalho. Muitas vezes, o crescimento econômico acaba sendo excludente, do ponto de vista do sistema de oferta e procura de emprego, em razão da eficiência e dos ganhos de produtividade derivados da automação e da racionalidade empresarial. Crescimento econômico não necessariamente gera novas oportunidades de trabalho, pelo menos na escala de que necessitamos no País.

O Governo tem de preocupar-se com esta questão: como incorporar ao mercado enormes contingentes de nossa população que, não tendo acesso a trabalho, não têm renda nem, conseqüentemente, condições de consumo?

É claro que existem políticas compensatórias, como, por exemplo, bolsa de renda mínima. Mas elas devem ser vistas como tais, ou seja, compensatórias. É preciso pensar em como elaborar uma visão de desenvolvimento que seja estruturante. Outra questão é a regional, que também me parece essencial para que o Brasil chegue a uma situação próxima de nossos sonhos: com justiça, equilíbrio e plena democracia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Uma correção: para as Assembleias Legislativas que queiram inscrever-se para o debate, o *Hot Line* é 8022.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, indicado para Relator do PPA.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Relatores, Srs. Parlamentares, público presente e o que nos ouve e nos vê por vídeo, realmente, este momento é especial na vida política mais recente do País — fato muito bem salientado pelo Deputado Jorge Bittar. O momento marca a retomada da atividade de planejamento, nos últimos tempos relegada a plano inferior às decisões do mercado, soberano.

É importante ressaltar o momento atual, que possibilita reunião como esta, em que se pede e se suscita — e se confia em sua ocorrência — grande inter-relacionamento dos meios políticos ligados ao Governo Federal com a sociedade e os meios políticos estaduais.

O Governo reconhece — o Sr. Ministro Guido Mantega foi muito claro com relação a isto — que não só o desenvolvimento regional, mas também o próprio desenvolvimento nacional não se fazem espontaneamente por decisões de mercado. Tanto um quanto outro requerem, especialmente dos países retardatários no processo econômico, atividade de planejamento orientadora do processo econômico, responsabilidade do Estado, que mobilize recursos não só públicos, mas também privados, destinando-os da maneira mais produtiva possível, em termos de desenvolvimento econômico.

É da natureza política do atual Governo que o planejamento tenha forma participativa, isto é, não seja resultado da atividade de técnicos ou de burocratas, por mais competentes e sérios que sejam, mas da elaboração de um plano na prancheta — prancheta, não; é coisa do passado —, no computador, fruto da interação mesma entre o Governo e a sociedade, tão representada quanto possível nos ambientes em que o plano seja

discutido. A operação não é fácil porque não temos experiência desse tipo em âmbito nacional. Temos experiências de orçamento participativo em níveis municipal e estadual; porém, no âmbito federal, é a primeira vez que vamos fazer. Então, é claro que vamos enfrentar dificuldades.

Esta sessão tem como propósito precisamente isto: chamar a sociedade espalhada em todo o território nacional para participar da atividade, que praticamente se inicia hoje, embora já tenha havido uma primeira sessão em Manaus, com resultados muito animadores.

Assim será elaborada a proposta governamental, que parte do Executivo e chega ao Congresso Nacional no fim de agosto. Aí caberá ao Congresso a discussão, o aperfeiçoamento, a votação e a palavra final. A decisão é prerrogativa intransferível do Congresso Nacional, responsabilidade de Deputados e Senadores, e, naturalmente, para exercê-la, os Srs. Parlamentares captarão tantos elementos enriquecedores quantos puderem no processo que hoje iniciamos nesta reunião. Por essa razão é de todo conveniente que os Srs. Parlamentares já tomem parte do processo de elaboração, responsabilidade do Executivo, mas que também participem das próximas etapas, especialmente da segunda, de âmbito regional, que vamos desenvolver em todo o País. Isso é importante para que os Parlamentares tenham noção bastante clara da integração do Plano em âmbito nacional — integração mesmo das diferentes regiões — e das limitações de natureza fiscal a que naturalmente o Plano terá de submeter-se.

O Sr. Ministro fez sua exposição de forma absolutamente clara, e o Deputado Jorge Bittar complementou muito bem. Eu quero só ressaltar que este momento é muito especial, pois marca a retomada do planejamento, a utilização de novo método na elaboração do planejamento, e o apelo aos brasileiros residentes em todos os Estados no sentido de sua participação na elaboração do Plano Plurianual, o PPA, que será discutido, aperfeiçoado e votado pelo Congresso Nacional até o fim do ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Daremos início aos debates.

Relembro que há necessidade de o Parlamentar identificar-se pelo nome, o partido e a Unidade da Federação a que pertence, pois esta reunião está sendo transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais.

Já há inscrições de Assembléias Legislativas. Alternadamente, haverá a participação dos Srs. Parlamentares e das Assembléias, a fim de dar boa dinâmica ao processo.

O primeiro inscrito é o Deputado Pauderney Avelino, pelo PFL do Amazonas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Gilberto Mestrinho; Sr. Ministro do Planejamento, Guido Mantega; Sr. Senador Roberto Saturnino, Relator do Plano Plurianual; companheiro Deputado Jorge Bittar, que será o Relator do Orçamento de 2004; companheiro Deputado Paulo Bernardo, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias; Srs. Parlamentares; senhores da imprensa, analisando o documento que traz a orientação estratégica de governo — crescimento sustentável, emprego e inclusão social —, que, acreditamos, seja o referencial básico para a elaboração do Plano Plurianual de 2004/2007, já denominado Plano Brasil de Todos — antes era “Avança, Brasil”; agora é “Plano Brasil de Todos: Desenvolvimento, Participação e Inclusão” —, confessamo-nos surpreendidos pelos megaobjetivos propostos. Mas, sem dúvida, o que está sendo proposto compreende o interesse de todos os brasileiros.

Os megaobjetivos estabelecidos pelo Governo são: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento, com geração de trabalho, emprego e renda, sustentável do ponto de vista do meio ambiente e redutor das desigualdades; promoção e expansão da cidadania; e fortalecimento da democracia.

Tais promessas não são estranhas a planos de Governos passados, incluído mesmo o combate às desigualdades regionais, como exposto pelo Sr. Ministro. O problema, Sr. Ministro, é que atualmente tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa metas fiscais inibidoras de investimentos para os próximos 3 anos. Os mega-superávits primários fixados pelo Governo do Presidente Lula, de 4,25% do PIB, não deixam espaço para que sejamos otimistas quanto às possibilidades de investimentos públicos. Não foram apenas os 4,25% do PIB, Sr. Ministro. No relatório do Tesouro Nacional consta que, neste primeiro quadrimestre, já atingimos a meta de superávit primário de

4,97% do PIB. A meta compactuada com o Fundo Monetário Internacional é de 2,45% do PIB. Portanto, já a excedemos em mais de 100%.

Veja, Sr. Ministro, que, neste primeiro ano do atual Governo, já quase na metade do exercício fiscal, os investimentos realizados representam apenas 134 milhões de reais, ou seja, 0,94% do programado. Enquanto isso, foram gastos em juros e amortizações da dívida, incluído o refinanciamento, o montante de 191,9 bilhões de reais, sendo 19,9 bilhões de reais com juros e 172 bilhões de reais com amortização.

Para que não tenhamos a infelicidade de ver apenas mais um plano de papel elencar bravatas oficiais, eu pergunto, Sr. Ministro: não seria a hora de não sermos assim tão rígidos em relação às metas de superávit primário e ficarmos apenas com o superávit compactuado com o Fundo Monetário Internacional, de 4,25%, em vez de termos um superávit consolidado, já nos primeiros 4 meses, de mais de 60% do PIB? Esses recursos não poderiam ficar para fazermos investimentos e aí, sim, darmos seqüência e conseqüência a planos e orçamentos, ao Plano Plurianual, e termos efetivamente propostas orçamentárias exequíveis na Lei de Diretrizes Orçamentárias?

Quero afirmar que sou da Oposição. Realmente é difícil fazer oposição, visto que proponho apenas que o excesso do superávit primário seja aplicado, enquanto alguns Deputados da base do Governo, do PT, como a Deputada Luciana Genro e o Deputado Babá, fazem emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias propondo zerar o superávit primário. Não queremos que seja zerado porque entendemos a responsabilidade que o Governo tem na condução dos negócios públicos, mas queremos, Sr. Ministro, que esses recursos sejam aplicados — refiro-me apenas ao excedente do já enorme superávit primário —, para que possamos ter estradas, por exemplo.

Isso inclui a questão da CIDE. Criamos a CIDE para dar viabilidade orçamentária e financeira à execução de obras em nossas estradas, que realmente estão capengas. Ainda ontem eu assisti, no *Jornal Nacional*, a uma matéria sobre empresas extremamente modernas que investem em tecnologia e são muito eficientes, mas que, ao distribuírem seus produtos, enfrentam a barreira das estradas quase destruídas de norte a sul e de leste a oeste do nosso País. A CIDE foi criada exatamente para evitar isso; no entanto, já está compondo parte do orçamento da Seguridade Social.

É lamentável. É preciso que a Lei Orçamentária seja respeitada. É preciso respeitar as decisões que o Congresso Nacional toma.

Pergunto também: não poderíamos definir que os recursos da CIDE fossem aplicados conforme aprovamos no Congresso Nacional, em estradas, no meio ambiente, fazendo até um colchão de amortização do impacto do preço do petróleo nas contas externas do Brasil? Tudo bem, mas vamos aplicar conforme determinou o Congresso Nacional.

Outra questão refere-se aos juros, assunto hoje tão propalado e sobre o qual V.Exa. discorreu rapidamente. Acho que precisamos colocar ordem no debate, porque não é a Taxa SELIC a principal vilã do processo, e sim o *spread* bancário. É esse que mete a mão no bolso do empresário e faz com que o crédito fique sobrando, o parco crédito que temos hoje no Brasil, em torno de vinte e poucos por cento. V.Exa. falou em 23% do PIB. Isso é muito pouco para um País do tamanho do Brasil, com necessidades várias. Que empresário será maluco, será louco a ponto de ir a um banco, mesmo um federal, de fomento, ou a agências estaduais de fomento, os agentes de que o Governo se utiliza para fazer chegar o crédito ao tomador, e tomar um empréstimo com taxas de juros que chegam a 180% ao ano? Isso é imoral!

Portanto, precisamos ordenar a discussão sobre juros. A Taxa SELIC não é a principal vilã, repito, porque ela deve resultar em torno de 8% a 10% de juro real, descontada a inflação. Então, Sr. Ministro, feitas essas observações, gostaria de ouvir de V.Exa. uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço aos Srs. Parlamentares que se atenham ao problema específico do PPA, acerca da metodologia e dos objetivos que se quer alcançar. Não há a intenção de cercear a palavra de ninguém, apenas de ordenar os trabalhos e o tempo de explanação de cada um.

Antes de o Sr. Ministro responder às perguntas, ouviremos o Sr. Lívio William Reis de Carvalho, Secretário Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins.

Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO - Em primeiro lugar, parabeno o Governo Federal pela iniciativa de nos dar oportunidade de participar das fases iniciais de elaboração do Plano Plurianual.

Sr. Ministro Guido Mantega, há 2 grandes gargalos: o estrangulamento fiscal e a vulnerabilidade externa. Todas as mudanças, em termos de combate às desigualdades regionais e de prioridade do social sobre o econômico, requerem investimentos. Na verdade, se descontarmos o pagamento de pessoal ativo e inativo e o pagamento da dívida etc., praticamente não sobra nada. Gostaria de saber de onde virão os investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento. Peço a V.Exa. que se limite ao tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Ministro, parte de minha pergunta já foi feita pelo Deputado que me antecedeu.

Acho muito difícil falarmos sobre Plano Plurianual, projeto de tamanha envergadura, sem questionarmos a taxa de juros. De uma forma ou de outra, o tema estará implícito na discussão. Dificilmente conseguiremos fazer planejamento se não soubermos até quando os banqueiros continuarão a fixar taxas de juros que chegam à loucura — o Deputado que me antecedeu falou em 190%; algumas financeiras de São Paulo chegam a cobrar 348%, numa cidade em que o desemprego atinge mais de 2 milhões de pessoas, ou seja, 20% da força de trabalho. Portanto, pergunto: até quando consentiremos em que banqueiros ganhem tanto e a economia seja cada vez mais prejudicada? Até quando o Governo adiará a resolução do problema? Qual será o momento certo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Deputado Estadual Sebastião Helvécio, membro da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O SR. SEBASTIÃO HELVÉCIO - Senador Gilberto Mestrinho, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com muita alegria, agradeço a oportunidade de participar da presente audiência pública.

Sr. Ministro Guido Mantega, ficou bastante claro na exposição de V.Exa. que o Plano Plurianual do Governo está baseado fundamentalmente no binômio desenvolvimento sustentável e diminuição de desigualdades regionais.

Para nós da Assembléia Legislativa de Minas Gerais — e acredito que para a maioria das Assembléias — seria fundamental restabelecer neste debate o verbo “federar”. Deveríamos incluir no Plano Plurianual um instrumento eficaz para que as propostas de correção das desigualdades regionais possam ser quantificadas.

Tudo que o Ministro disse lembra muito o modelo de federalismo transnacional hoje implantado na União Européia, onde foram fixados números para que pudessem ser implantados os planos de correção de desequilíbrio regional. São 4 fundos estruturais e 1 fundo de coesão e solidariedade. Para termos uma idéia da importância desses números, a média do PIB da Irlanda, quando entrou para a União Européia, estava em torno de 73% da média dos países membros. Hoje esse índice já chega a 107%.

Estou convicto de que, se incluirmos no debate o verbo “federar”, se houver respeito da União para com os entes federativos, teremos um plano plurianual mais eficiente no sentido de corrigir as diferenças regionais que tanto afligem os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Ministro responderá as perguntas dos Deputados Federais Pauderney Avelino e Gilberto Nascimento, do Sr. Lívio William Reis de Carvalho, Secretário Estadual de Planejamento do Estado de Tocantins, e do Deputado Estadual Sebastião Helvécio, membro da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Sr. Ministro Guido Mantega.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

De fato, o Plano Plurianual é ambicioso, pois fixa objetivos não alcançados pelo País desde há muito tempo. Mas se queremos alcançá-los teremos de ousar. Mesmo porque não se trata de um mero sonho, um mero — como dizem os americanos — *wishfull thinking*, um exercício de imaginação. Estamos baseando-nos nos potenciais do País. O Brasil tem um dos maiores potenciais de crescimento do mundo, mas não estamos sabendo aproveitar isso. Todos conhecem esses potenciais: recursos humanos, recursos naturais, territoriais etc. Portanto, temos condições de alcançar o desenvolvimento sustentado e talvez pela

primeira vez enfrentar a questão social, eixo principal das nossas preocupações, o que não se contrapõe às metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

De fato, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece metas de superávits fiscais elevados; no entanto a meta definitiva é apenas para o próximo ano, 2004. Para os outros anos, teremos de discuti-las com o Congresso Nacional.

Já falamos sobre o mecanismo anticíclico. Ele poderá atenuar ou aumentar essas metas ao longo do tempo. Iniciamos com uma política fiscal mais rígida justamente para dar ao País condições de se desenvolver. Precisamos de muita clareza acerca disso. O País encontrava-se em situação muito difícil na virada do ano, diria até perigosa. Havia riscos, falava-se em moratória e tudo mais, o que seria uma catástrofe para toda a população brasileira. Então, tivemos de inverter essa situação, e não foi nada fácil. Tomamos medidas duras, difíceis, entre elas a de aumentar o patamar do superávit primário. De fato, é um remédio doloroso; significa menos recursos disponíveis para gastos em investimentos. Mas com essa manobra, com essa estratégia, criamos as condições para inverter o quadro, baixar o Risco País, recuperar os créditos internacionais e a confiança.

Hoje o empresariado e a população — basta ver as pesquisas — têm confiança no País. E sem confiança não se vai a lugar nenhum, diga-se de passagem. Com desconfiança o País não vai para a frente, ninguém faz investimentos, o dinheiro vai embora etc. A primeira condição, portanto, foi a recuperação da confiança, da credibilidade, mostrando que este é um país sério, que sabe administrar suas contas com equilíbrio e tem como prioridade a justiça social, e até mesmo foram implantados logo no início do Governo alguns programas sociais.

O superávit de 4,25% foi um dos fiadores desse processo. Ele permitiu-nos ganhar a confiança em que a dívida pública, que tinha fugido do controle, seria controlada. No final do ano passado, caminhávamos para uma relação dívida/PIB perigosa: 66% do PIB. Se quando estava em torno de 30% já era um volume arriscado, imaginem então 66%! Assim, tínhamos de manter isso sob controle, e diria que fomos bem-sucedidos.

Antes de o Governo Lula assumir, a inflação tinha atingido a casa de 2 dígitos. Isso é muito perigoso para qualquer país, e o Brasil estava acostumado com taxas de inflação elevadas. Esse vício parece com o do alcoolismo, que a pessoa larga, mas é só bobear que ele volta. Então, não podemos permitir a volta da inflação.

Repito: o superávit primário de 4,25% possibilitou-nos ganhar confiança, reduzir o Risco País, trazer créditos para o Brasil, baixar a cotação do dólar, o que reduziu a pressão inflacionária. Daqui a pouco alcançaremos também as condições para que as taxas de juros caiam, e nesse ponto estará terminado o período inicial de ajustamento. Trata-se de um remédio doloroso, mas necessário. Como disse, foi importante para, digamos, viabilizar esse ajuste inicial. Daqui a pouco as taxas de juros vão começar a cair, todos ficarão aliviados, não haverá mais a polêmica de hoje e essa será uma questão superada.

Foi mencionado que estamos praticando um superávit primário acima daquele estabelecido pela LDO. Ora, se observarmos a execução orçamentária dos Governos anteriores, poderemos verificar que no início dos mandatos o superávit primário sempre foi maior, porque a velocidade de gasto é menor. É assim que funciona. O Deputado Jorge Bittar foi Secretário de Planejamento e sabe como o processo funciona na prática.

Posso dizer a V.Exas. que nosso gasto, nos 4 primeiros meses deste ano, foi superior ao de 2002. Posso demonstrar isso em termos percentuais. Dos recursos disponíveis — que é a conta OCC, ou seja, aqueles recursos com que realmente contamos —, o Governo anterior gastou 19% no primeiro quadrimestre. Posso repassar as planilhas em mãos para V.Exas. Nós gastamos 23% do disponível. É normal que na segunda metade do ano os gastos sejam acelerados. Os Governadores sabem que é assim que funciona.

Esse superávit de 4,95% vai desaparecer. Nosso objetivo é atingir o superávit global de 4,25% — 2,45% por parte do Orçamento federal, e depois vêm as empresas estatais. Então, Deputado, serão somente 2,45% de superávit no final do ano. Daí para a frente haverá aceleração de gastos. É a trajetória normal: a curva começa mais embaixo e depois se eleva. Não almejamos um superávit maior.

Em função de uma reação da receita, na semana passada liberamos uma parte do contingenciamento, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, para aplicação no tão carente setor de infra-estrutura, conforme mencionado por V.Exa. Concordo plenamente: as estradas estão

em petição de miséria, e é preciso recuperá-las urgentemente. Estamos dando atenção especial ao setor. O Ministério dos Transportes tinha mais de R\$ 700 milhões para a recuperação de estradas. Acrescentamos R\$ 300 milhões e a verba foi para R\$ 1 bilhão. O Ministério vai pôr em prática um programa de recuperação de estradas. Trata-se de uma questão prioritária, que envolve o bem-estar da sociedade brasileira.

Quanto aos juros, sem dúvida eles estão proibitivos para a economia brasileira, não só por causa dos juros SELIC mas do *spread* que o setor financeiro cobra, como muito bem mencionou V.Exa. Por acaso, na semana passada tive a oportunidade de me declarar a esse respeito. Não sei se V.Exa. tomou conhecimento disso. Estive almoçando na FEBRABAN com o Presidente do BID para anunciar créditos internacionais que estamos trazendo. Como Governador do Brasil no BID, tenho a tarefa de tentar trazer mais recursos para o País. Nesse almoço eu disse, publicamente — depois a imprensa noticiou —, que os banqueiros têm de fazer a sua parte, pois o *spread* bancário está muito alto no País.

Concordo plenamente com V.Exa.: é impossível uma economia funcionar com juros acima de 100%, com uma inflação que daqui para a frente vai para 8%, 9%, 10%. Daqui para frente, interessa controlar a inflação, que tem que ser 8,5%, ou 8%, 9%, 10%. Pagar juros no cheque especial, como o Deputado Gilberto Nascimento mencionou, acima de 300% é, digamos, um disparate, um assalto à mão armada.

Também estive no BRADESCO e mencionei que o *spread* estava muito alto. O Presidente do BRADESCO respondeu-me que não está muito alto, que cobravam 2%, 2,5% ao mês. Retruquei: mas por que 2% ou 2,5% de *spread*? Sei que o capital de giro para as empresas no geral está na faixa de 50%, 60% ao ano. O cheque especial, todo o mundo sabe, pois a maioria usa, cobra 8%, 9%, 10%, 12% ao mês. Portanto, é uma conta astronômica.

Temos, sim, de baixar o *spread*. O Governo tem de se empenhar para isso, e temos de pressionar os senhores banqueiros, porque estamos numa situação relativamente desconfortável nessa questão. No entanto, precisamos ver os mecanismos. Temos de aumentar a competição nesse setor, porque não há competição no Brasil; para isso temos de usar os bancos públicos e criar cooperativas, o que não é muito fácil. Quando conseguirmos baixar a SELIC, haverá menos interesse nas aplicações em renda fixa, nos chamados ganhos de tesouraria. Aí os bancos vão ter de emprestar, pois, para poder ganhar, também é bom dar crédito para a população, porém a taxas razoáveis. Certamente, esse é um dos gargalos importantes que temos de resolver no País.

Não sei se o Deputado Gilberto está satisfeito com a resposta, porque a sua questão era fundamentalmente em relação aos juros.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Isso vai me comprometer. (Risos.)

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O descontingenciamento da CIDE não é possível pelo seguinte: esse recuo não existe, porque a CIDE, teoricamente, teria uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, mas, colocada no bolo geral, não sobram hoje mais do que R\$ 1,4 bilhão, R\$ 1,5 bilhão para transporte. Quando consultamos o Orçamento e fazemos as contas, teoricamente deveria haver R\$ 8 bilhões a mais só para transporte, mas não há, porque se computarmos o aumento de gastos com a Previdência, que não tinha sido computado no Orçamento original, o aumento de gastos com a folha de pagamento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - São inevitáveis, obrigatórios, temos de pagá-los, e não podemos suspender o pagamento das aposentadorias nem a folha de salários da União. Além disso, temos de ajustar os demais gastos, administrar os demais gastos em educação e saúde, também obrigatórios. Não sobra nada. Então, o problema da CIDE é que não há dinheiro, não há os R\$ 8 bilhões. Eu gostaria que houvesse, porque são necessários R\$ 8 bilhões para isso.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministro, apenas uma pequena observação. Quero lembrar ao Deputado Pauderney Avelino que, como ele bem sabe, os recursos da CIDE, como os dos fundos setoriais, de ciência e tecnologia e parte dos recursos do FAT, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST, não foram

contingenciados pelo atual Governo; eles vieram na proposta orçamentária do Governo passado, apoiado por V.Exa.

Não há como descontingenciar recursos da noite para o dia; tem-se que criá-los. São R\$ 12 bilhões, Deputado Pauderney Avelino, que estão contingenciados no Orçamento do Governo passado, recursos vinculados que estão contingenciados.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Esse é outro aspecto. O Deputado está confundindo. O contingenciamento deu-se exatamente porque houve problemas entre receitas e despesas, e foi preciso fazer o ajuste para que coubesse o superávit primário capaz de reduzir a relação dívida/PIB, tão bem-sucedida operação econômica feita pelo Governo Lula.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Regimentalmente não são permitidas discussões paralelas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Responderei ao Secretário de Planejamento de Tocantins, Dr. Lívio, que me perguntou onde vamos conseguir dinheiro para fazer os investimentos, se há recessão fiscal e externa.

Realmente, num primeiro momento, a capacidade de investimentos do Governo é restrita. Neste primeiro ano, por exemplo, há uma capacidade reduzida de fazer investimentos; porém, a partir do próximo ano, ela vai aumentar. Mesmo com o superávit de 4,25%, a perspectiva é de que em 2004, principalmente a partir do crescimento do PIB — superior ao deste ano —, projetado em 3,5% no mínimo, haverá mais receita fiscal. A partir das reformas tributária e previdenciária, haverá maior disponibilidade dos fundos públicos, de modo que poderemos fazer um maior investimento público.

É importante também estimular e induzir o investimento privado, porque o investimento público não é suficiente. Vamos facilitar os canais de investimentos privados, estimular parcerias público-privadas. Estamos normatizando isso. Trata-se de uma nova modalidade de parceria, que exige regulamentação especial e vai atrair investimentos do setor privado para infra-estrutura, estradas, hidrovias, hidroelétricas, que o setor público não pode fazer, porque não tem recursos. Em breve apresentaremos essa proposta e mostraremos que ela é viável. Além disso, contamos com o financiamento do BID, que tem US\$ 2,8 bilhões disponíveis para o crédito privado em infra-estrutura.

Estive outro dia na ABDIB, em São Paulo, com o Presidente do BID, que me mostrou as possibilidades de recursos e disse que daria para conseguir mais, mas não tem havido demanda para esses créditos. Criando-se a normatização, um modelo com regras claras — o setor privado quer regras claras, porque não pode correr o risco de perder dinheiro —, estabelecendo-se os mecanismos e as áreas para onde poderão ser canalizados os investimentos, o setor privado vai sentir-se seguro para investir.

Diga-se de passagem, hoje está sobrando crédito no mundo. O Brasil e outros países emergentes são as promessas de crescimento para os próximos anos. Não sei se as análises são corretas ou não, mas diz-se que os países desenvolvidos têm pouca chance de desenvolvimento nos próximos anos. A bola está nos pés dos países emergentes. Brasil, Coréia e outros poderão crescer, nos próximos anos, 4% a 5%, enquanto os Estados Unidos, a União Européia e mesmo o Japão não vão crescer nada. Portanto, poderá haver estímulo ou atração de capitais para o nosso País.

Estaremos financiando os investimentos necessários para viabilizar o desenvolvimento econômico e social. O Deputado Estadual de Minas Gerais Sebastião Helvécio enfatizou os programas regionais de desenvolvimento. Sem dúvida, essa é uma das prioridades do Plano Plurianual. Há muito tempo não se dá a devida atenção às várias Regiões do País, principalmente às Regiões pobres. No passado até houve programas de desenvolvimento regional. Não vou avaliá-los, mas ultimamente eles têm estado ausentes.

Como disseram muito bem o Senador Saturnino e o Deputado Jorge Bittar, o desenvolvimento das Regiões pobres não se dá espontaneamente. É preciso haver uma indução, uma intervenção do Estado no sentido de criar essas condições, canalizar recursos, gerar condições de infra-estrutura para que essas Regiões possam desenvolver-se. Estamos fazendo isso no melhor espírito federativo. Não estamos impondo nem querendo transplantar algum modelo que tenha sido desenvolvido nos escritórios de Brasília. Estamos

indo discutir com as Regiões. Vamos discutir, com os Parlamentares das Regiões, quais são realmente as necessidades de infra-estrutura e as ações sociais necessárias. O espírito federativo está garantido na ação que pretendemos empreender.

A União Européia, mencionada pelos Deputados Jorge Bittar e Sebastião, é excelente exemplo de como uma integração regional pode funcionar. Não sei se poderemos criar fundos específicos para isso no Brasil. Fundos regionais já temos alguns, mais um está previsto na reforma tributária, e o Governo está tentando remontar a SUDENE e a SUDAM, naturalmente em novas bases. Poderemos pensar em novos instrumentos, mas de modo a que se garanta que as Regiões mais atrasadas e pobres recebam proporcionalmente mais do que as Regiões adiantadas. Acho que esse é um princípio que certamente queremos praticar no Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Líder do Governo no Congresso, Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Srs. Parlamentares, Relatores do PPA, da LDO e da Lei Orçamentária, Eximo. Sr. Ministro Guido Mantega, estamos ouvindo com atenção a exposição de V.Exa. e as intervenções que se sucederam. E não apenas o Congresso, mas o Brasil está ouvindo-nos. Este é um momento de participação, de unidade nacional, por intermédio das Assembléias Legislativas, naquilo que é a democracia representativa. O Brasil participa não da elaboração, mas da discussão preliminar do PPA. É um momento, como já foi ressaltado, em que a Nação se volta para si mesma. Esse parece-me ser o ponto central do PPA ora implementado.

Não é o Brasil apenas olhando para fora, como foi o PPA de 2000/ 2003, em que os eixos mais traduziam uma preocupação com a exportação, sobretudo com o exterior, do que propriamente com o mercado interno. Hoje o Brasil pensa em primeiro lugar em si mesmo, e tem potencialidades que devem ser destacadas. Enfim, é um mercado consumidor de 170 milhões de almas. Essa é a preocupação com o desenvolvimento desse mercado, e pelo consumo de massa vamos realizar a inclusão social.

A inclusão é decisiva, não apenas em termos de ocupação, mas sobretudo em termos de participação na construção deste País. Preocupa-nos a exclusão na medida em que dispensamos um batalhão imenso, um exército de reserva de mão-de-obra.

O mundo tem de entender, sobretudo nossos credores, Sr. Ministro, que queremos e vamos pagar a dívida, mas é preciso que nos deixem trabalhar. Na medida em que criarmos condições para a inclusão social, estaremos incorporando no processo produtivo milhões de braços hoje inúteis, sem destino, sem condições de dar sua contribuição para a geração de riqueza e renda. Por isso, eu quero destacar que este é um momento elevado, é um momento em que estamos olhando para dentro das nossas fronteiras, Sr. Presidente, porque só assim poderemos realmente construir o País.

E aqui se resgata o planejamento. O que é o planejamento, senão a edificação do futuro de um país à imagem e semelhança das suas necessidades, dos seus sonhos e aspirações, sobretudo dos imperativos nacionais? Por isso, planejar é inventar o futuro à moda e à fotografia do povo brasileiro. Planejar — é o que temos de fazer. A realidade transforma-se a partir da idéia, e a concepção dessa metodologia é hoje perseguida pelo planejamento.

O Governo Lula mostra ao País que vamos atrás do mercado nacional, do povo brasileiro, a fim de realizar as metas essenciais de desenvolvimento, progresso e bem-estar.

É por isso que eu quero de V.Exa. apenas uma análise, Sr. Ministro Guido Mantega: como V.Exa. analisa o PPA dos eixos 2000/2003 e o PPA que vamos elaborar com a participação? Isso é democracia participativa, é o momento mais elevado, porque implica responsabilidades, sobretudo a força do povo, que participa, decide e apresenta cumplicidade. Essa cumplicidade da Nação com ela mesma é que queremos edificar no PPA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Passamos à Assembléia de Sergipe.

Com a palavra a Deputada Estadual Ana Lúcia, da Assembléia Legislativa de Sergipe.

A SRA. ANA LÚCIA - No primeiro momento, parabenizo a Casa pelo evento e saúdo a Mesa e todos os participantes, na pessoa do Ministro Guido Mantega. A administração

interativa não é surpresa para mim, porque é a orientação dos militantes do Partido dos Trabalhadores, mas é uma felicidade, no início da elaboração desse programa, poder opinar sobre o Plano Plurianual.

Nesse sentido, no primeiro momento, quero registrar nossa expectativa, como nordestina, de que a recriação da SUDENE não seja só para captar recursos para o desenvolvimento da Região Nordeste. Não só os Parlamentares mas também a sociedade civil organizada deveremos de fato fiscalizar para que na nossa história não haja mais a marca da má aplicação dos recursos, que só vem prejudicando esta tão sofrida região.

Ministro, a minha pergunta é diretamente relacionada a (*ininteligível*). Pergunto o seguinte: se a prioridade líquida é tão essencial, quanto ao Produto Interno Bruto, vamos aumentar o percentual de aplicação na educação?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, Ministro Guido Mantega, Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, companheiro Jorge Bittar, este momento é muito importante para nós do Partido dos Trabalhadores.

O Senador Roberto Saturnino disse que temos boas experiências em Municípios — algumas excelentes, outras nem tanto — e também algumas parciais nos Estados. Atuando durante 4 anos nesta Comissão, não tenho dúvidas de que com participação, discussão e transparência, vamos falar de Orçamento, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual de forma mais correta.

Uma das frustrações que tenho — mas, graças a Deus, parece-me que a proposta está sendo consenso hoje — é o velho jogo de cena que se fazia principalmente na discussão do Orçamento, em que o emendavam e criavam expectativas que depois não se concretizavam.

Tenho de ser justo com o Governo anterior no período em que o ex-Ministro Martus Tavares procurou dar nova cara ao planejamento. Foi algo semelhante. Elogiei muito a vontade do ex-Ministro Martus Tavares. Esse esboço de participação, portanto, nós já tivemos. E sempre dizia que seria bom se pudéssemos, talvez a partir do ano seguinte, efetivar essa forma de discussão do País, porque não é possível chegarmos à constatação da herança que nos foi deixada. Nós, que atuamos na Comissão de Orçamento, sentimos mais do que qualquer outro Parlamentar as angústias dos Deputados Estaduais e dos Governadores. Não tenho dúvida de que essa série de audiências que teremos nos Estados mostrarão isso. Já temos marcada para o dia 15 de julho — espero que o nobre Ministro esteja em Florianópolis, a Capital do nosso Estado — a discussão sobre o assunto.

Boa parte dos meus questionamentos foram levantados por alguns membros das Assembléias Legislativas. Fundamentalmente, gostaria que V.Exa. aprofundasse um pouco mais a discussão acerca do desenvolvimento sustentável e, principalmente, sobre a importância e a urgência da criação de um mercado de massa.

Entendemos fundamental melhorar o nosso superávit comercial. Tive o prazer, há duas semanas, de acompanhar o Ministro Luiz Fernando Furlan à Rússia. A imprensa hoje aponta a China como nosso segundo maior parceiro comercial. Com o início de um trabalho mais agressivo, pretendemos vender mais e melhorar nossa balança e principalmente a nossa pauta. Não é possível, por exemplo, que 85% da nossa exportação ainda sejam referentes a carnes e açúcar. Essa é a pauta do século passado, dos anos 20 e 30! Hoje temos qualidade, nossa produção é avançadíssima, temos de exportar produtos com valor agregado. Mas não podemos esquecer que, para recuperar socialmente este País, temos de criar um grande mercado interno.

Em suma, desejo que V.Exa. fale mais sobre o desenvolvimento sustentável e o grande mercado interno de massa, porque o bolo cresceu muito nos últimos anos e não foi dividido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. João Martins, Diretor das Comissões das Assembléias Legislativas do Estado do Espírito Santo. (*Pausa.*)

Terminaremos, então, esse bloco ouvindo 2 Deputados.

Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Sr. Ministro Guido Mantega; integrantes da Mesa, inicialmente, Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e demais membros da Comissão pela iniciativa. Lamento a pequena participação de Parlamentares neste debate, que é de extrema importância. Creio que isso prejudica a qualidade dos trabalhos da Comissão.

Parabenizo o Ministro, o Governo e esta Comissão por introduzirem o conceito participativo. Diga-se de passagem que, na última reunião da Comissão, houve crítica no sentido de que haveria uma substituição do papel que cabe ao Congresso Nacional. Nós, que já temos um pouco a experiência do que foi o Orçamento Participativo e o processo de planejamento participativo, sabemos que se trata muito mais da tentativa de se somar com o poder e capacidade dos Srs. Parlamentares.

Feito este registro, desejo fazer 3 indagações. Em primeiro lugar, ressalto que o Governo acertou com relação a duas estratégias.

Primeira: estimular as exportações, demonstrar a nossa enorme capacidade de exportar — e o desempenho até o mês de maio comprova isso — e alavancar um desenvolvimento de um setor que foi extremamente prejudicado, sobretudo quando a moeda esteve supervalorizada em relação ao dólar e teve enormes prejuízos. Com isso, o Governo retoma o caminho correto e impulsiona uma série de setores que têm na exportação sua finalidade prioritária.

Segunda: a retomada do planejamento regional. Em face das denúncias, o Governo acabou com o planejamento regional e as restituições, em vez de aprofundar as investigações e punir os responsáveis pelo mau uso do dinheiro público. Essa foi uma tentativa de queima de arquivo. Felizmente, o Governo retoma agora o planejamento e as instituições regionais, sobretudo para nós do Centro-Oeste. O Presidente da República conversou com o Ministro da Integração Nacional, que resistia à retomada do desenvolvimento econômico no Planalto Central.

Aproveito para felicitar a recriação das 3 instituições de planejamento regional: SUDAM, SUDENE e SUDECO.

Enfim, gostaria que o Sr. Ministro falasse mais acerca dos recursos internacionais captados, sobretudo por intermédio de empréstimos internacionais, o que tem gerado enorme esforço por parte dos Municípios, dos Estados e da União. Há, por parte do Governo Federal, entendimento no sentido de que esses recursos não passarão pelo contingenciamento e serão liberados para serem aplicados nas finalidades para as quais foram captados no mercado internacional.

Gostaria também de saber se, de fato, o Governo está se preparando para potencializar a taxa de retorno dos investimentos que poderiam ser obtidos com os recursos provenientes das instituições financeiras públicas, como o BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e alguns bancos regionais que ainda subsistiram ao vendaval da privatização. Há a tentativa de estabelecer prioridades quanto aos investimentos dessas instituições?

Por último, sabemos que a gestão das terras do Governo é responsabilidade do Ministério do Planejamento. É notório que há no Distrito Federal enorme déficit habitacional, principalmente para a população de baixa renda. O Governo de Cristovam Buarque desenvolveu conceito extremamente eficiente, as chamadas cooperativas habitacionais em que os próprios beneficiários eram os construtores das suas casas. Lembro-me muito bem de que era possível construir uma casa de 50 metros quadrados com 2 mil e 500 ou 3 mil reais.

Desejo saber se o Governo Federal pensa utilizar os estoques de terras disponíveis para promover uma política direcionada aos servidores públicos federais, os mais penalizados ao longo dos últimos 8 anos, com salários bastante arroxados, talvez com a exceção dos integrantes das chamadas carreiras de Estado, que não tiveram a mesma dificuldade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Diretor das Comissões da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, Sr. João Martins.

O SR. JOÃO MARTINS - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Sr. Ministro Guido Mantega; Sr. Relator do PPA, Senador Roberto Saturnino; Sr. Relator da LOA, Deputado Jorge Bittar, Sr. Relator da LDO, Deputado Paulo Bernardo, boa-tarde a todos.

Primeiramente, quero dizer ao Sr. Ministro que será uma honra muito grande para, os capixabas, recebê-lo em nosso Estado no dia 28 de julho, quando faremos amplo debate com a sociedade civil.

Sr. Ministro, recentemente os capixabas foram pegos de surpresa com a decisão do grupo de trabalho interministerial do Ministério da Integração de retirar do projeto de recriação da SUDENE 27 Municípios. Pergunto: quais serão os mecanismos de compensação e os instrumentos para acabar com essa desigualdade regional?

O nosso Estado possui algumas características do Nordeste. Alguns historiadores já diziam que ele era o Nordeste sem SUDENE. O assunto está no programa do Governo Lula. Aliás, S.Exa. tem se preocupado com isso desde a época da campanha eleitoral quando andou pelo País afora e viu que as desigualdades regionais se faziam presentes não apenas no Nordeste mas em quase todas as regiões do País. Diante desse fato, nós, capixabas, gostaríamos que V.Exa. se posicionasse sobre a questão.

A outra pergunta é sobre inclusão social. Qual é o pensamento do Governo Lula acerca do assunto e como este está inserido do PPA? Pode parecer uma heresia, mas na minha opinião a inclusão deveria ser acrescentada ao PPA, uma vez que o problema do desemprego é grande no País. Pergunto-lhe: como está a questão da redução da jornada de trabalho, bandeira do Movimento Sindical brasileiro e de todos os trabalhadores brasileiros?

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para convidar todos os Parlamentares para também visitarem nosso Estado no dia 28 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Edson Ezequiel.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL - Atendendo ao ritual prescrito pela Mesa no início dos trabalhos, vou apresentar-me: sou o Deputado Edson Ezequiel, do PSB do Rio de Janeiro, titular da Comissão Mista de Orçamento.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, e seus colaboradores por este evento que é um marco da democracia e da transparência. No momento em que estivermos na Comissão debatendo o PPA já teremos um documento base tirado daqui e também as palavras do Sr. Ministro para norteiar nosso pensamento nos trabalhos que virão em seguida.

Aqueles que me conhecem pessoalmente, como o querido Senador Saturnino Braga, sabem perfeitamente que não sou pessoa de fazer elogios fartos, mas, sinceros. De toda a equipe econômica, considero o Ministro Guido Mantega daqueles que apresentam as questões com maior transparência e seriedade, não pondo panos quentes nas dificuldades e procurando, ao mesmo tempo, ser ousado, como foi dito aqui, em termos de proposições à frente do Planejamento, área tão importante para o País.

Parabenizo o Dr. Sebastião Soares, provavelmente um dos nossos grandes colaboradores; o Secretário de Investimentos Estratégicos, Deputado Jorge Bittar, e o Deputado Paulo Bernardo.

Existe vantagem em ser o último a falar, porque em face do conjunto de oradores que se expressaram antes, grande parte das dúvidas foram expostas e sanadas. Quero, contudo, relembrar duas oportunidades anteriores: a primeira vez em que o Ministro Guido Mantega esteve na Comissão Mista de Orçamento e a segunda, em um seminário do IPEA que tratou das desigualdades sociais. Nesta última ocasião disse S.Exa., de maneira muito concreta, que o crescimento sustentado não era suficiente para promovermos a inclusão social. Há muita diversidade regional no País. O desemprego e a fome são problemas sérios que têm de ser debatidos. O Brasil necessita de planejamento estratégico. Percebo inclusive, nesse pontapé inicial do PPA, um direcionamento nesse sentido. Por isso, parabenizo, mais uma vez, o Ministro.

Muitas das minhas dúvidas, como disse, foram sanadas; então, vou ser breve. Meu primeiro questionamento é com referência à Taxa SELIC e ao *spread* bancário. O *spread* bancário já foi amplamente explorado nesta Comissão. Todos nós discordamos das altas taxas de juros praticadas no País. Pergunto: qual é a importância da Taxa SELIC no contexto do cenário macroeconômico?

Pelos números aos quais tenho acesso — posso estar enganado —, os títulos da dívida pública brasileira atrelados à SELIC estão da ordem de grandeza de 52%. Então, falar em juros da Taxa SELIC é o mesmo que falar em significativo desembolso de caixa. Isso é grave. Além de não ter havido redução, sequer houve viés de baixa. Ou seja, só se pode mexer nos juros quando houver a próxima reunião do COPOM.

Concordo com todo o mundo quanto ao *spread* bancário. Temos de acabar com os juros escorchantes. Peço ao Ministro que nos diga como o Governo está pensando em atacar esse problema. A Taxa SELIC é também um problema muito polêmico. Estava querendo muito mais caracterizar a importância do seu impacto — em face do volume de títulos atrelados a ela — no Tesouro do nosso País.

A outra questão o Ministro já respondeu, mas não sei se entendi bem.

Disse o Deputado Pauderney Avelino, da Oposição, que o superávit primário atual está superior aos 4,25 acertados; o Ministro, pondera que isso ocorreu no início de Governo e que ao final do ano haverá ajustamento para que ele seja apenas aquele acertado, ou seja, 4,25, e o excedente será deslocado para investimentos de modo geral na área social e de infra-estrutura.

Sr. Ministro, será que V.Exa. não pode ajudar o Brasil fazendo *lobby*? Se não me engano, 3,75 já era um bom número para o superávit primário. Não sou daqueles que defendem — vamos dizer assim — zero de superávit primário. Sou responsável. Creio que 3,75 é um bom número. É muito importante conversarmos com a comunidade internacional e mostrar que esses 0,5 somado a 3,75 chegam a 4,25. Essa conversa é necessária para a alavancagem do desenvolvimento do País.

O contingenciamento é outra questão que naturalmente está retardando a implementação de investimentos de modo geral. Acredito, contudo, que a partir de agora — o Ministro pode confirmar — a coisa vai alavancar.

Sobrou-me a seguinte dúvida: disse o Ministro, de maneira muito ousada, que espera um aumento do PIB da ordem de 4% a 5%. Ora, se não me engano, tivemos no ano passado 1,5, segundo projeção dos maiores especialistas — por acaso gosto do ramo, procuro estudar o assunto. Esses mesmos especialistas afirmam que neste ano podemos fechar no máximo em 2%.

Sr. Ministro, em que premissas — até para minha tranquilidade, gosto de absorver os conhecimentos — V.Exa. se baseia para projetar esse maravilhoso cenário de 5% de crescimento do Produto Interno Bruto? Se isso ocorrer, poderemos atender aos programas que tanto desejamos, como os de infra-estrutura, de educação etc. Enfim, poderemos caminhar rumo à Pátria soberana a que todos nós almejamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho. O Senador Amir Lando disse muito bem que o espírito do Plano Plurianual é o de fazer com que a Nação reflita sobre si mesma, envolva-se na reflexão sobre o desenvolvimento, na escolha do caminho certo e volte a planejar o futuro pensando a médio e a longo prazos. Temos de olhar para o Brasil que queremos no futuro. Isso é fundamental. Temos olhado muito para trás e pouco para a frente, quando deveríamos fazer o contrário.

Temos de retomar a discussão que estava até meio desaparecida no Brasil. Se examinarmos as pautas das discussões que temos — até disse isso num seminário do IPEA — notaremos que temos de recolocar na ordem do dia o desenvolvimento. Temos de encontrar os caminhos do desenvolvimento. E aí passo a responder a questão do Avança Brasil.

O Deputado perguntou que restrições eu faria ao Programa Avança Brasil, por que ele não deu certo, e as diferenças entre ele e o Plano Plurianual.

Nobre Deputado, havia, em primeiro lugar, contradição no Governo anterior. Estamos propondo a retomada do planejamento — isso implica determinada atuação do Estado e significa planejamento de longo prazo, política industrial e de comércio exterior; portanto, ação mais efetiva do Estado na promoção desse desenvolvimento. No Governo anterior — talvez até o Ministério do Planejamento tivesse essa intenção, mas esbarrava na

área econômica, que era contrária ao planejamento, às políticas industrial e de comércio exterior — não havia sincronia nas ações. Então, essa é a primeira diferença.

A segunda diferença é a questão da participação da sociedade. O Avança Brasil não contemplava a participação da sociedade, embora o Carlito tenha dito que havia intenção do Ministro Martus Tavares de envolvê-la na discussão. Não sei, contudo, como era o método de apresentações. Havia reuniões. O Bittar, que foi Secretário de Planejamento no Rio de Janeiro, narrou como fizeram o Plano. Três dias antes de aprová-lo, apareceram lá e, em reunião com S.Exa. e mais algumas autoridades, apresentaram o Plano e disseram: *“Aqui está o Plano. Os senhores têm alguma observação a fazer? Daqui a 3 dias ele tem de estar pronto”*. Ninguém tinha nada a dizer a respeito, afinal, ele já estava feito e definido.

O Avança Brasil, do ponto de vista da sociedade, deixou muito a desejar. Então, começamos já a discutir as premissas do Plano, o projeto mais geral e as diretrizes. Queremos discutir etapa por etapa informalmente e que a sociedade, os políticos, os Governadores e Secretários de Planejamento ajudem a defini-lo. A discussão terá de ser feita antes e depois. Evidentemente, o Parlamento é soberano e vai modificar alguma coisa quando ele chegar a esta Casa. Melhor seria se o Parlamento já participasse na definição dos projetos. Dessa forma, o Plano já chegaria aqui com os interesses comuns definidos.

Já notamos que o Presidente Lula não faz distinção entre partidos políticos ao definir os projetos regionais. Vamos discuti-los com todos os Governadores — e a maioria não é do PT nem da coligação aliada. Não temos orientação para fazer distinção. É a necessidade da região que está em jogo. Portanto, todos serão tratados em pé de igualdade. Para isso, os Parlamentares também vão opinar sobre quais são os projetos estruturantes, as suas regiões, as necessidades locais e tudo o mais, juntamente com a população.

Espero que dê certo. É uma tentativa de ampliar a participação de toda a sociedade civil junto ao poder político. Não temos muito tempo para isso. Temos de nos adaptar aos limites de tempo. O projeto tem de estar nesta Casa no dia 31 de agosto, pois existem problemas sérios para o Presidente da República.

Nesse período, vamos fazer a discussão que for possível. Há positiva disposição por parte da sociedade. Fizemos o primeiro fórum de debates em Manaus, do qual as entidades da sociedade participaram amplamente. A população — é claro — não consegue participar individualmente. Queremos a participação do Parlamento, afastando, portanto, qualquer idéia de que estamos tentando pular esta instância de Poder. Pelo contrário, queremos incluir o Parlamento na discussão antes de o projeto ser apresentado, diferentemente do que se fazia normalmente.

Trata-se de discussão muito mais produtiva. Os Parlamentares do Rio de Janeiro, por exemplo, dirão que a necessidade do seu Estado é o anel ferroviário e mais não sei o quê; os de São Paulo dirão que lá as necessidades são outras, e assim por diante. Vamos identificar os projetos estruturantes e discuti-los. Na hora em que o projeto vier para cá, já estará com meio caminho andado e com a marca de todos os senhores.

Esse processo de inclusão representa uma diferença em relação ao projeto anterior. Dele todos participam. Ninguém pode dizer que um Ministério ficou falando sozinho e não conseguiu viabilizar todos os projetos.

Pretendemos fazer um projeto mais modesto e realístico. Não adianta fazermos um megalomaniaco, no qual se vai investir 1 trilhão de não sei o que e depois não se consegue realizá-lo. Vamos fazer tudo com o pé no chão, dentro das possibilidades. Aliás, vamos definir bem os recursos do setor público, porque estamos fazendo essa avaliação.

Importante componente do Plano Plurianual é o volume de recursos que está disponível na esfera federal, nos bancos públicos, na atração de investimento do setor privado e de recursos dos bancos multilaterais. Vamos apresentar a planilha com os dados. Aliás, a equação já está sendo feita. Os bancos já estão trabalhando conosco, assim como estamos trabalhando com os Ministérios em grupos setoriais. Os bancos públicos estão trabalhando com o Ministério do Planejamento, estão avaliando os recursos que podemos captar da área externa. Aí poderemos dizer qual é o ponto forte de investimento do próprio Governo Federal, como dos bancos públicos, do setor privado, o que pretendemos atrair do BID e a parceria com os Estados e Municípios. As parcerias também serão contempladas. E vamos ter um volume de recursos — é o que realisticamente espero para que possamos realizar os projetos.

A Deputada Ana Lúcia, de Sergipe, perguntou-me sobre a recuperação da SUDENE. Se quisermos fazer política regional, é fundamental haver fundos de financiamento. O Governo anterior fez o quê? Pegou um sofá velho que havia na sala e o jogou fora. Isso não resolve o problema. A SUDENE tem de ser reconstituída — e isso já está sendo feito. Ela tem de ser fiscalizada para não vir com os vícios anteriores. Temos de eliminar os vícios — e, de fato, eles existem —, não a SUDENE, instrumento que, no passado, foi suficientemente bom e passou por uma crise. É necessário reconstruirmos esses fundos. O financiamento é fundamental, desde que haja boa aplicação dos recursos.

Quanto à prioridade em educação, não resta a menor dúvida: educação é um dos pontos básicos quando abordamos as questões sociais do Brasil. Temos de investir nesse setor. As despesas com educação em geral são protegidas. Há uma margem de recurso protegida que é ampliada a cada ano, a partir do aumento da receita — e pretendemos reforçar os recursos em educação neste primeiro ano. Foi complicado porque os recursos foram escassos e não foi possível fazer isso. Nos próximos orçamentos a educação será contemplada.

Quanto à pergunta do Deputado Wasny de Roure. Já respondi que a preocupação era se o Congresso participaria ou não, ou se seria afastado. S.Exa. também mencionou a retomada do planejamento regional, que certamente está sendo retomado de forma diferente, com a participação da região. Os planos de desenvolvimento regional são diferentes para cada região. Se formos à região amazônica, veremos determinadas necessidades; na Região Sudeste, as necessidades são outras. Então, as regiões têm de participar da definição dos planos de desenvolvimento regional, trazendo suas peculiaridades.

Na Amazônia existe o problema de energia; na Região Sul, não. É preciso contemplar tais problemas, fazendo com que a própria região se manifeste.

O Deputado Carlito Merss pergunta sobre o desenvolvimento sustentado com mercado de massas *versus* saldo comercial. Na verdade, numa primeira abordagem, pode parecer contradição. Temos de diminuir a vulnerabilidade externa; portanto, estimular o saldo comercial e potencializar as exportações. Então, como fica o mercado interno? As duas coisas são complementares. Uma empresa apenas se torna competitiva lá fora se é forte aqui. Primeiro, ela se fortalece internamente; depois, ocupa o mercado externo, onde a competição é acentuada e dura. Tendo base no mercado interno, ela tem mais condições de competir.

Se olharmos a história da Coréia, observaremos mais ou menos isso. As empresas, os grupos se fortaleciam internamente, depois exportavam 20%, 30% da produção. No Brasil, fazemos um jogo: quando não há mercado interno, exportamos; quando o mercado interno volta, deixa-se de exportar. Temos de consolidar o mercado interno, porque temos o problema da fragilidade. A concentração de renda do País — desigualdade social e de distribuição — sempre deixou o mercado interno enfraquecido.

O Brasil é um dos países com maior mercado interno em potencial do mundo. Esse é o trunfo que temos. Hoje, metade da população nacional não faz parte, de forma vigorada, do mercado consumidor. São 80, 90 milhões de habitantes que têm pequena capacidade de consumo. Imaginem colocarmos 50 milhões de habitantes, mais do que a Argentina e Chile juntos, no mercado interno. Isso dá vigor e alarga a capacidade das empresas brasileiras, aumenta a produtividade, e elas ficam fortes para ocupar o mercado externo.

Tem de haver participação do Estado na transferência de renda, uma vez que ela não se dá espontaneamente. Aumentar o emprego ajuda, porque hoje a relação é desfavorável. Além disso, esse é o papel do Estado que se preocupa com a questão social: transferir renda para os setores mais pobres.

Os programas de desenvolvimento regional já fazem isso. Escolhem a região mais pobre, liberam mais recursos para ela, desde que eles beneficiem a população mais pobre.

Os programas sociais para as regiões mais carentes têm de ser fortalecidos por meio de mecanismos fiscais, de infra-estrutura e de estímulo à pequena e média empresa geradora de emprego. Tudo isso acaba beneficiando e criando um mercado em massa.

Não estou dizendo nenhuma novidade. Os Estados Unidos se consolidaram como nação capitalista forte com grande mercado de massa e fortaleceram o mercado interno. Podemos fazer o mesmo no Brasil, desde que haja política explícita, planejamento,

direcionamento para tal, porque o mercado não faz isso. Se dependermos do mercado, nem as regiões pobres se desenvolvem nem as populações mais carentes serão socialmente incluídas. A inclusão social é uma política de Estado, assim como o é a inclusão das regiões mais pobres.

Em relação aos empréstimos internacionais, de fato existe hoje grande volume de recursos disponíveis no Banco Mundial e no Banco Interamericano que não estão sendo acessados por nós. São, inclusive, projetos aprovados. Temos numa carteira, apenas com o Banco Interamericano, 5 bilhões de dólares parados. Temos projetos aprovados que não estão sendo acessados por causa do nosso alto nível de endividamento, que nos impede de dispor desses recursos.

A situação vai modificar-se, porque estamos reduzindo a relação dívida/PIB. No ano passado, chegamos a 66% do PIB; hoje, estamos em torno de 54%.

Vamos ter oportunidade de novamente tomar empréstimos e, dessa forma, ampliarmos a possibilidade de os Estados usarem recursos internacionais. Estamos preocupados com isso.

Nesse primeiro momento, não conseguimos a liberação de empréstimos por causa do nosso endividamento. A partir do segundo semestre, isso será possível. Projetos novos que vão ter impacto em 2004 estão tramitando normalmente. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado ou Município, para poder contrair empréstimo, não pode ter mais do que duas vezes a sua receita como dívida. E há vários Municípios que têm capacidade de contrair endividamento. Isso vai ser solucionado e relaxado em breve.

Indagaram-me também sobre a utilização dos recursos públicos. De fato, uma das nossas preocupações é a de potencializá-los. Estes, no momento, são a principal fonte de crédito da economia brasileira. Tais recursos foram mal utilizados no passado, direcionados sem critérios e orientação. Na medida em que estamos definindo prioridades e a orientação, racionaliza-se o uso desses recursos.

O BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil participam de um grupo. O próprio Presidente da República coordena o grupo que define o volume de recursos disponíveis e sua utilização por parte dessas instituições de financiamento, que são as únicas de fomento existentes hoje no País. Então, isso está sendo racionalizado e canalizado para as nossas necessidades, coordenando as prioridades.

Em relação ao déficit habitacional, estamos cogitando a utilização de parte das terras do Distrito Federal por alguns servidores. Isso ainda não está formulado, é um projeto que estamos desenvolvendo.

O Deputado João Martins, do Espírito Santo, pergunta sobre a retirada da SUDENE de 27 Municípios do Espírito Santo. Infelizmente não posso responder a essa questão. Não participei da decisão. A responsabilidade disso é do Ministério da Integração Nacional. É uma polêmica saber se o Espírito Santo faz parte do Nordeste ou do Sudeste, depende da situação.

Há uma polêmica em curso sobre qual não gostaria de me pronunciar. Não tenho autoridade nem conhecimento para tanto, tampouco o Ministro Ciro Gomes pode tomar essa decisão. A SUDENE está sendo reconstituída e poderá permitir essa discussão. Aliás, podemos debater várias questões, não sei se o Deputado teve ocasião de discuti-las com o Ministro Ciro Gomes — seria o caso de fazê-lo.

A redução da jornada de trabalho no futuro, não sei se próximo ou distante, permitirá aumentar os postos de trabalho. Não me parece que este seja o momento adequado para isso, porque não é medida fácil de ser implantada, haja vista as dificuldades ocorridas na França, país com experiência nessa área. Isso é muito perigoso. A redução gradativa da jornada de trabalho nada resolve, não conseguiremos acrescentar postos de trabalho. As empresas se adaptam, é uma discussão importante, mas gostaria de não entrar nela neste momento e deixá-la para pessoas mais qualificadas do que eu no assunto.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Deputado Edson Ezequiel as generosas referências que me fez — são mais fruto da sua generosidade que da minha capacidade. Certamente S.Exa. salienta a questão de que o crescimento por si só não produz os benefícios sociais, não consegue abordar a questão social espontaneamente. Esta é uma lição que aprendemos nos últimos anos. O Brasil foi o País que teve mais dinamismo no século passado. Obteve um dos maiores estágios de crescimento e, no entanto, acumula as

maiores desigualdades do mundo. Estamos entre os países com maior índice de desigualdade. Esta é a prova fragrante de que o crescimento por si não promove a inclusão social.

Se pegarmos a curva de concentração de renda dos últimos 30 anos, veremos que é uma reta, as alterações são mínimas, imperceptíveis. Isso demonstra a necessidade de que o Estado promova a inclusão social no País e mencione o *spread* bancário da Taxa SELIC. Certamente são duas questões importantes. Todos olhamos para a SELIC de 26,5% e para o *spread* bancário, que é desse tamanho. Fatura-se muito com o *spread* bancário. Deve-se olhar para isso também. O que o consumidor e o investidor pagam é a soma das duas coisas: começa com a SELIC, que é o custo inicial, depois é acrescido um custo magnífico.

Quanto à SELIC posso garantir que o Governo está fazendo todo o esforço. Ninguém mais interessado do que ele em baixar a Taxa SELIC, mas da maneira certa e no momento adequado, sem jogar fora as condições que conseguimos e que não eram fáceis de conquistar no início de um Governo com todos os riscos e perigos que havia.

Se não tivéssemos conseguido a estabilidade que se estabeleceu no País, estaríamos em maus lençóis. Então, tivemos todo o cuidado, para não jogar fora essa conquista, a Taxa SELIC será reduzida no momento adequado, sem precipitações. Entendo perfeitamente a ansiedade de todos os brasileiros. O Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Presidente da República também têm essa ansiedade. São 52% dos títulos que pagam a Taxa SELIC. Então, 1% ao ano significa algo como 5, 6, 7 bilhões a menos. Nossa preocupação é essa, apenas não queremos nos precipitar. Estamos dando passos de maneira prudente. Posso, porém, assegurar que a taxa de juros vai cair no País e que depois poderemos caminhar para as outras conquistas.

Quanto ao superávit primário, ele é sempre maior em início de Governo, não propositadamente, não porque o Governo faça alguma restrição, mas porque os próprios Ministérios no início gastam menos. Eles têm uma velocidade menor de gastos. Nos 4 primeiros meses do ano alguns Ministérios terminaram com crédito. Podiam ter gasto mais e não o fizeram. Ou porque estavam revendo os planos dos Ministérios, ou porque os Ministérios foram constituídos em fevereiro, março. Não nos esqueçamos de que fizemos uma reestruturação de todo o Governo e houve Ministérios, como por exemplo o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar — MESA —, criados em fevereiro, março. O MESA começou a funcionar com duas pessoas: o Ministro Graziano e uma assessora e tinha 1 bilhão e 800 milhões de recursos. Não dava para aplicar esse dinheiro. Hoje está constituído, já tem sede, e a velocidade de investimentos e de gastos será acelerada daqui para frente. Isso, posso garantir. E o superávit primário não será superior àquele estabelecido. Mas repito que isso é normal, é a trajetória normal.

O primeiro ano de um Governo é mais difícil. Ele está na fase de adaptação, de redefinição de planos. O Ministro dos Transportes, por exemplo, teve de rever todos os programas que lá estavam — em alguns havia problemas inclusive de corrupção — fazer um balanço e definir outros planos e projetos. Isso se deu em vários Ministérios. O Ministério da Integração Nacional também fez isso. Lá havia problemas em vários programas. Isso é normal. Daqui para frente, os gastos vão se acelerar, portanto, o superávit não será superior àquele estabelecido.

Não posso fazer *lobby*, como me sugeriram. Isso não fica bem no Governo. Mesmo porque fui favorável aos 4,25. No passado, fui contra, mas naquelas condições não havia outra saída. Tinha de haver superávit primário maior por causa das condições por que o País estava passando no ano passado. Temíamos pela nossa sorte, pelo equilíbrio fiscal e tudo o mais. Então tivemos de fazer esse esforço adicional para colher os frutos. Plantamos alguma coisa para colher os frutos mais tarde. Vamos acelerar a queda dos juros. Se o superávit fosse menor, a confiança seria menor também. Poderiam perguntar: “Será que eles vão conseguir segurar a dívida?”. Então, estamos acelerando a queda dos juros com um superávit maior. Essa foi a estratégia. Fazer uma política fiscal mais dura no início para poder fazer uma política monetária diferente, a fim de libertar a política monetária dessa situação. Essa foi a estratégia.

A questão do PIB, como mencionei, 4,5, 5%, não é para este ano, infelizmente. E estamos falando do Plano Plurianual de 4 anos. Então, para o próximo ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estamos prevendo um PIB de uns 3,5%. Pode ser mais. Para este

ano, acredito que 2% está de bom tamanho, uma vez que já é maior do que o do ano passado, mesmo tendo em vista toda a tempestade que atravessamos. Vamos recuperar as atividades no segundo semestre; no próximo ano teremos um crescimento sustentado e atingiremos a taxa de 4, 4,5% de crescimento.

O Brasil tem condições de atingir tais taxas de crescimento, pois o cenário é favorável. Há confiança externa e interna e condições concretas: aumento de produtividade, de exportação e competitividade. Como disse o Senador Amir Lando, temos mão-de-obra disponível para trabalhar, recursos naturais, insumos básicos, enfim, todas as condições favoráveis. Precisamos apenas nos organizar. O Estado tem de criar condições para crescermos a taxas maiores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sr. Ministro, por coincidência, quando foi elaborado o PPA 2000/2003, eu era Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agora, quando se elabora o novo PPA 2004/2007, estou novamente na Presidência. Acompanhei os 2 — o primeiro e este. Efetivamente, a filosofia de elaboração de um planejamento está sendo obedecida como pregava o sábio chinês Lao Tse: *“Quem planeja tem resultados a alcançar”*.

Ora, o PPA 2000/2003 foi feito praticamente por uma empresa estrangeira que disse ao Brasil o que ele teria de fazer. Não tivemos participação.

Por quê? Porque quem planejava era o neoliberalismo. O neoliberalismo entrega toda a força da sua confiança ao mercado. Lenin ensinava e pregava que deviam dar todo o poder aos soviéticos. Na vida real, porém, é diferente. O planejamento tem de ser feito sem ideologia quando se quer alcançar um objetivo correto. E agora está sendo feito um planejamento em que se faz audiência com os interessados, que é a sociedade. Depois, busca-se o conjunto daqueles que racionalizam o pensamento da sociedade, os Secretários de Estado, os técnicos etc., e, finalmente, os Parlamentares, que são os legítimos representantes do povo, para chegar ao resultado final. Quem planeja somos nós todos. E o Lao Tse dizia que um planejamento só é bom quando, ao fim, se pode dizer que foi feito por nós.

Todos estamos planejando. O que estamos planejando? Um quadro novo para o Brasil, uma imagem nova, uma integração, não apenas redução das desigualdades regionais, mas social.

O Brasil tem 170 bilhões de habitantes, mas não tem 50 milhões de consumidores. Disse o Ministro que esse potencial pode ser integrado no mercado de consumo. Isso vai gerar atividade econômica, crescimento. Só vamos acabar com a fome quando houver trabalho e renda para todos, enfim, quando houver rendimento para a sociedade. Assim, fico muito feliz da forma como está sendo feito o planejamento. Esse PPA, efetivamente, representa um retrato do quadro brasileiro e um mapa orientador do caminho que se deve seguir na busca do desenvolvimento.

Chegou a hora de o Brasil deixar de ser o País do futuro e ser o do presente!

Acredito, Ministro, que com esse planejamento bem-feito, ouvindo a sociedade e com consciência da realidade nacional, poderemos ter um Brasil diferente. Todos ficaremos satisfeitos, porque teremos participado.

A reunião ordinária de hoje da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não foi realizada porque não há pauta. Convoco nova reunião para terça-feira, às 10h, com a presença do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.

Agradeço ao Ministro e aos Secretários a presença.

Vamos à luta! Vamos trabalhar para dar ao País um PPA efetivo, viável, exequível e efetivamente bom para a sociedade brasileira.

Está encerrada a reunião.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2003.

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e três, às quinze horas e cinco minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que discorreu acerca da *avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2002, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Jackson Barreto, João Leão, João Magno, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Lúcia Vânia, Luiz Otávio e Roberto Saturnino; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Vander Loubet, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro. Não houve registro de Senadores suplentes. Foi registrado o comparecimento dos Deputados não-membros, Dr. Heleno, José Chaves e Pompeo de Mattos. **ABERTURA:** O Presidente declarou iniciada a reunião, anunciando a presença, junto à Mesa de trabalhos, do Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Ariosto Antunes Culau. Continuando, esclareceu que de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Senhor Secretário do Tesouro Nacional disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que discorreu sobre o tema em apreço. Encerrada a exposição, às quinze horas e trinta e cinco minutos, o Presidente deu início aos debates. Usaram da palavra os Deputados Alberto Goldman, Pauderney Avelino e Eduardo Valverde. O Secretário Joaquim Vieira Ferreira Levy respondeu aos três parlamentares. Após, efetuaram questionamentos os Deputados Júlio César e Anivaldo Vale, tendo sido esclarecidos pelo Secretário. O Deputado Júlio César utilizou o direito de réplica e foi atendido. Em seguida, o Deputado Anivaldo Vale teceu comentários finais. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e quinze minutos, o Presidente agradeceu a presença dos Secretários e encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que vai discorrer sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2003, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença também do Dr. Ariosto Antunes Culau, Secretário Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser apartado. Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para os debates está aberta.

Com a palavra o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho; Exmos. Srs. Parlamentares, membros da Comissão; senhoras e senhores, é com satisfação que comparecemos a esta Comissão Mista para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, nos termos do disposto no § 2º do art. 15 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2003, e no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma pequena apresentação do pano de fundo, diria até dos efeitos da realização de metas desse primeiro quadrimestre, mostrando como a evolução fiscal se tem refletido em algumas variáveis importantes, em alguns dos aspectos importantes das contas públicas, em particular na dívida pública, que também está sob a responsabilidade do Tesouro e é um bom espelho do efeito do que vamos discutir a seguir.

O primeiro ponto para o qual chamo a atenção é a evolução da taxa de juros, esperada para o final do ano. No começo do ano, a curva mais em cima indicava uma taxa de juros para dezembro da ordem de 35%. Hoje, nos papéis vendidos pelo Tesouro — vamos ver a seguir —, essa taxa está na ordem de 24%, 23% ao ano. Então, espera-se uma significativa queda da taxa de juros no segundo semestre. Já acreditamos que isso seja, em grande parte, função da execução orçamentária e da decisão de metas até agora.

Esse *slide* mostra a taxa de juros requerida pelos investidores nos leilões de Letras do Tesouro Nacional, executadas a partir de março de 2003. Deve-se notar que esses papéis só conseguem ser vendidos em mercado quando há segurança de estabilidade econômica, de previsibilidade, porque são papéis de risco para o investidor. E o que vemos é que — entre aspas — *“para o Ministério da Fazenda, para o Tesouro, para cada um de nós contribuintes a taxa de juros já vem caindo, em função da execução fiscal”*. No primeiro leilão que fizemos, a taxa de juros era de 28%, aproximadamente. Hoje, estamos vendendo a 24%, 23%. No leilão de hoje, que já é um leilão para, na verdade, abril de 2004, vendemos a 23% os papéis pré-fixados do Tesouro. A venda de papel pré-fixado, que, como eu disse, é um indicador importante da segurança da economia, tem crescido de maneira bastante significativa desde que começamos essas operações.

Aqui também vemos outro aspecto do quadro fiscal que foi desenhando-se nos últimos meses, que vem a ser a capacidade do Tesouro de voltar a alongar a dívida. No final do ano passado, o Tesouro conseguiu no máximo emitir papéis de 9 a 12 meses. Agora vemos que estamos emitindo papéis até 2006. Hoje, as LFTs são de final de 2005 e começo de 2006, mostrando um alongamento extremamente positivo das novas emissões.

Outro aspecto que mostra a maior confiança na perspectiva fiscal do Governo é o ágio cobrado sobre os papéis de LFTs. Como se sabe, as LFTs são papéis de taxas flutuantes. Mas, mesmo assim, no ano passado começou a surgir um enorme ágio sobre esses papéis, chegando a mais de 2,5%. Como podemos verificar no lado direito do gráfico,

esse ágio vem caindo de maneira sistemática a cada leilão; hoje, por exemplo, caiu. Para os papéis de mais curto prazo, até o final de 2003, meados de 2004, o ágio praticamente desaparece, mais uma vez mostrando a previsibilidade fiscal que se desenha.

Este gráfico merece ser um pouquinho explicado. Ele não é óbvio. Cada curva dessas representa um leilão. No eixo vertical ele mostra o ágio e no eixo horizontal ele mostra a maturidade do papel, o prazo do papel vendido no leilão. E o que observamos é que ao longo do tempo as curvas estão deslocando-se para a direita e para baixo; ou seja, a cada semana o Tesouro Nacional tem sido capaz de vender papéis mais longos a preços mais baixos — na verdade, a juros mais baixos.

Esse gráfico mostra-nos o efeito do trabalho referente à mudança do perfil da dívida, que no começo do ano tinha uma concentração bastante significativa para os primeiros meses, em particular no segundo trimestre, e que conseguimos rolar até agora sem nenhuma dificuldade, pelo contrário, empurrando o risco para a frente, diminuindo a proporção de papéis vencendo em 12 meses. Acreditamos que isso é também um reflexo da política fiscal conduzida até agora. É um fruto que já estamos colhendo.

Essa é a relação dívida/PIB. Mais uma vez, temos um indicador bastante interessante. Ele registra uma significativa queda dessa relação dívida líquida/PIB, não só do Tesouro, mas do setor público como um todo, e tendo em vista a estabilização da economia, que se tem refletido também na taxa de câmbio e nas taxas de juros dos papéis mais longos, esse índice caiu de maneira significativa nos últimos meses, voltando agora a um patamar abaixo de 54%.

Finalmente, como V.Exas. devem ter ouvido hoje, mais uma vez o Brasil conseguiu acesso ao crédito externo. Temos aqui o indicador conhecido como Risco País. Podemos perceber que ele caiu dos excessos do ano passado, 2.400 pontos, para algo em torno de 750 pontos. Pela segunda vez, tivemos sucesso. Conseguimos vender a taxas extremamente competitivas papéis no exterior para investidores americanos e europeus, principalmente.

Tomei a liberdade de apresentar esses gráficos para mostrar o efeito que já temos tido sobre a taxa de juros, o perfil da dívida e sobre a relação dívida/PIB, a qual, como o Governo enfatizou desde o começo, tem sido um dos parâmetros essenciais a guiar a política fiscal e econômica. Tivemos bons resultados nesses primeiros meses.

Como é do conhecimento de V.Exas., a meta de resultado primário do Governo Federal para o exercício de 2003 foi fixada na LDO em R\$ 39,8 bilhões, apenas 2,8% do PIB, sendo R\$ 32 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB, para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e R\$ 7,8 bilhões, 0,55% do PIB, para as empresas estatais federais.

Tendo em vista que em janeiro e fevereiro de 2003 a meta de resultado primário do setor público consolidado foi estabelecida em 4,25% do PIB, diante das mudanças no cenário econômico observadas desde o envio da LDO em abril de 2002, e de forma a assegurar uma trajetória declinante da relação dívida líquida/PIB nos próximos anos, o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, referente à Programação Orçamentária e Financeira, estabeleceu o superávit primário do Governo Federal em R\$ 50 bilhões, 3,15% do PIB, dos quais R\$ 39,1 bilhões, o equivalente a 2,45% do PIB, relativos ao Governo Federal, e R\$ 11,2 bilhões, 0,7% do PIB, às estatais federais.

Em atendimento ao disposto no art. 8º da LRF e no art. 15 da LDO de 2003, o Decreto nº 4.591, de 2003, estipulou o cronograma de desembolso mensal e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias de órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo constantes da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2004 — a Lei Orçamentária Anual, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. Preventivamente, o referido decreto limitou o pagamento e a movimentação e empenho das despesas discricionárias do Poder Executivo a R\$ 48 bilhões, resultando em um contingenciamento efetivo de R\$ 14,1 bilhões. Ressalte-se que, do limite total de pagamento autorizado, destinou-se uma reserva de R\$ 700 milhões para alocação futura das despesas com vistas ao atendimento de ações prioritárias.

Decorrido o primeiro bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e ao § 5º do art. 67 da LDO de 2003, em 23 de março de 2003, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional relatório de avaliação das estimativas das receitas não-financeiras e das despesas obrigatórias da União. Confirmou-se, na oportunidade, a manutenção, para o Poder Executivo, dos limites constantes no Decreto. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto

no § 3º do referido artigo da LDO, foi informado aos demais Poderes e ao Ministério Público da União o montante atribuído a cada um na limitação do empenho e movimentação financeira, sendo R\$ 61,5 milhões relativos ao Poder Legislativo, R\$ 195,1 milhões ao Poder Judiciário e R\$ 17,8 milhões ao Ministério Público da União.

Ao final do mês de maio, procedeu-se à reavaliação referente ao segundo bimestre das receitas não-financeiras e das despesas obrigatórias do Governo Central, bem como das estimativas de resultado primário das estatais federais, na forma do § 5º do art. 67 da LDO de 2003.

A estimativa de arrecadação do Tesouro Nacional em 2003 foi elevada em R\$ 5,7 bilhões, no momento dessa reavaliação, em relação ao previsto no Decreto nº 4.591, de 2003, sendo R\$ 3,2 bilhões nas receitas administradas e R\$ 2,5 bilhões nas demais receitas. Entre as receitas administradas, houve revisão para baixo do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, no valor de R\$ 774 milhões, e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a CIDE, em R\$ 1 bilhão, devido em boa medida a decisões judiciais que permitiram e continuam permitindo aos contribuintes o recolhimento desses tributos, em particular a CIDE, em montante inferior ao previsto no quadrimestre. Por outro lado, a receita esperada do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aumentou em R\$ 2,9 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente. Nesses casos, a reestimativa da receita projetada para o ano está associada, entre outros fatores, a mudanças no cenário econômico, à expectativa de aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória nº 107, efetivamente transformada na Lei nº 10.684, e à receita típica do período passado, principalmente devido aos efeitos de depreciação do real e da alta do preço do barril de petróleo sobre o lucro trimestral da PETROBRAS. Também devido ao câmbio e ao preço do petróleo, a receita da cota-parte de compensações financeiras (*royalties* e participações especiais) superou a previsão para o primeiro quadrimestre, elevando a expectativa das receitas não-administradas no ano. A estimativa da arrecadação da Previdência Social, por sua vez, foi revista para baixo em R\$ 150 milhões.

A projeção das transferências aos Estados e Municípios foi elevada em R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 875 milhões em razão do aumento do conjunto das receitas do Imposto de Renda e do IPI, base de cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, e R\$ 1,1 bilhão pelo aumento das receitas de compensações financeiras, parcela das quais é repartida, por força de leis, com outras esferas de governo. Excluídas as transferências a Estados e Municípios, o acréscimo na estimativa das receitas líquidas do Tesouro Nacional para 2003 foi de R\$ 3,7 bilhões.

A melhora do cenário fiscal, com a expectativa de maior arrecadação ao longo do ano, permitiu assim a cobertura de gastos obrigatórios e possibilitou a ampliação das despesas discricionárias do Tesouro Nacional, totalizando, no conjunto, um aumento de previsão de gastos da ordem de R\$ 1,4 bilhão. Desse acréscimo, R\$ 237,9 milhões foram alocados para subsídios e subvenções econômicas, em função do aumento do limite de financiamento para o setor agrícola, bem como dos encargos decorrentes da elevação da TJLP; R\$ 108,2 milhões foram alocados para despesas relacionadas à Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS, em decorrência do reajuste do salário mínimo acima do estimado inicialmente; e o restante foi distribuído para atendimento de outras necessidades, dentre as quais a ampliação das despesas discricionárias.

Além disso, a revisão das receitas projetadas permitiu a compensação do aumento de R\$ 1,9 bilhão no déficit projetado para o ano da Previdência Social, tendo em vista sobretudo o acréscimo dos benefícios estimados para o ano, devido à revisão dos parâmetros de reajuste de benefícios, incluindo aqueles referentes a benefícios acima do piso.

O novo cronograma de desembolso mensal e os novos limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo foram estabelecidos no Decreto nº 4.708, de 28 de maio de 2003. Os limites de pagamento e de movimentação e empenho do Poder Executivo passaram para R\$ 48,7 bilhões. Do limite de pagamento autorizado, destinaram-se R\$ 700 milhões para reserva técnica, visando à alocação futura em gastos com ações prioritárias.

Dado o aumento das despesas discricionárias, foi comunicada também a possibilidade de incremento proporcional dos limites de pagamento e de movimentação e empenho dos demais Poderes e do Ministério Público da União, fixados após a avaliação,

:

como dito, do primeiro bimestre do corrente exercício. Esse aumento dos limites foi de R\$ 34,8 milhões, reduzindo-se a limitação dos gastos de R\$ 274 milhões para R\$ 240,4 milhões.

Exmos. Srs. Parlamentares, relativamente à execução no primeiro quadrimestre, cabe informar que o Governo Federal apresentou um superávit primário de R\$ 25,4 bilhões, R\$ 4,7 bilhões superiores à expectativa inicial apresentada no Decreto nº 4.591. O resultado referente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social foi superavitário em R\$ 25,1 bilhões, ou seja, R\$ 6,3 bilhões acima do valor esperado. As empresas estatais federais não-financeiras, por outro lado, apresentaram superávit de R\$ 297,3 milhões, quando a expectativa para o período era de superávit de R\$ 1,9 bilhão. Cabe registrar, por oportuno, que o § 1º do art. 15 da LDO de 2003 prevê a compensação entre as metas estabelecidas para o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social e para as empresas estatais federais.

Evidencia-se assim o efetivo cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pelo Governo Federal no período em avaliação — temos a tabela que apresenta as metas.

Não obstante o resultado atingido superar a meta, o excedente de resultado deverá ser absorvido ao longo dos próximos meses na execução das despesas do Tesouro Nacional e da Previdência Social.

É importante destacar ainda que as áreas de saúde, educação e assistência social apresentaram percentual de execução financeira em relação ao limite autorizado superior ao das demais áreas do Governo.

Assim, os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Federal no quadrimestre, relativamente às estimativas constantes do Decreto nº 4.591, são os seguintes: as receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo o Banco Central) de restituições e de transferências a Estados e Municípios foram superiores em R\$ 86,5 milhões de reais. As despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em R\$ 6,4 bilhões — um desvio de 12,4% do estimado. O déficit da Previdência Social ficou R\$ 427 milhões acima do projetado, num desvio de 7,9%, e o superávit primário das empresas estatais foi inferior em R\$ 1,6 bilhão, num desvio de 84% do projetado.

Por sua parte, as receitas do Tesouro (líquidas de restituição e de transferência) totalizaram R\$ 76,3 bilhões até abril, ante a estimativa de R\$ 76,2 bilhões. As receitas administradas ficaram R\$ 262,8 milhões acima do previsto, um desvio de 0,3%. As receitas não-administradas ficaram R\$ 369 milhões abaixo do projetado, um desvio de 3,1%. E as referentes a contribuições ao FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110, de 2001, mantiveram-se R\$ 18,2 milhões inferiores ao previsto.

Entre as receitas administradas, os principais tributos que apresentaram ingressos superiores a projeções no quadrimestre foram: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, com arrecadação de R\$ 1,9 bilhão acima do esperado, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com uma arrecadação R\$ 746,1 milhões superior à projetada. Esses incrementos são explicados, em grande medida, pelo lucro maior que o esperado por parte da PETROBRAS no primeiro trimestre do ano, com conseqüente acréscimo na arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas. Igualmente, cabe destacar que o desempenho do setor financeiro em 2002 produziu efeitos positivos na arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas recolhido em 2003 através da declaração de ajuste relativa ao ano calendário 2002.

Os tributos que ficaram abaixo do esperado foram principalmente o IPI, em R\$ 931 milhões, um desvio de 13,5%, e a CIDE-Combustíveis, em R\$ 640,4 milhões, um desvio de 21,5%. Esses desvios deveram-se, como mencionado anteriormente, à concessão de liminares judiciais que desobrigaram diversos contribuintes do seu recolhimento, com base em vários argumentos, desde a complexidade da contribuição até questionamentos quanto à utilização dos recursos arrecadados nas áreas mencionadas na legislação.

As receitas não administradas atingiram o montante de R\$ 11,7 bilhões, R\$ 369,5 milhões inferior à projeção expressa no Decreto nº 4.591. Por outro lado, o pagamento de dividendos à União situou-se em R\$ 1,1 bilhão, contra uma estimativa inicial de R\$ 2,3 bilhões. Vale destacar que tal comportamento, abaixo de esperado, não configura necessariamente a frustração da arrecadação para o ano, tendo em vista que o recolhimento por parte de algumas empresas, previsto para o primeiro quadrimestre, deverá ocorrer nos

:

próximos meses. Por outro lado, com o aumento do preço do petróleo ainda no trimestre, as receitas com a cota parte de compensações financeiras superaram a estimativa em R\$ 900 milhões.

Apesar do incremento da arrecadação do Imposto de Renda, as transferências a Estados e Municípios ficaram abaixo das projetadas em R\$ 211,4 milhões, um desvio 1,1%. Tal comportamento é explicado em parte pela realização do IPI abaixo dos valores inicialmente previstos e pelo fato de uma parcela expressiva do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas ingressada nos últimos dias de abril ter sido repassada, conforme determina a legislação, apenas no primeiro decêndio de maio.

As despesas do Tesouro Nacional, por seu lado, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R\$ 45,6 bilhões, situando-se R\$ 6,4 bilhões abaixo do previsto no decreto em referência. Os dispêndios com pessoal e encargos totalizaram R\$ 25 bilhões no quadrimestre, apenas R\$ 93,3 milhões de reais inferiores à previsão inicial. As despesas com custeio e capital, por sua vez, atingiram R\$ 20,6 bilhões, R\$ 6,3 bilhões abaixo do estimado.

As despesas discricionárias do Poder Executivo foram R\$ 3,5 bilhões menores que o previsto, um desvio de 21,4%. Cabe destacar que, não obstante os Ministérios das áreas sociais — Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social — utilizarem cerca de 90% de seus limites de pagamento, o percentual de realização de despesas nos demais Ministérios situou-se em torno de 70%. Esse nível de realização pode ser considerado normal, em razão da necessidade de redefinição de prioridades do novo Governo relativamente a cada área setorial, sobretudo no contexto do ajuste fiscal realizado.

Acompanhando essa dinâmica, as despesas não discricionárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União também apresentaram desvio de R\$ 108,9 milhões, situando-se 11,1% abaixo do projetado.

As despesas não-discricionárias de custeio e capital ficaram R\$ 2,7 bilhões abaixo do estimado para o período, em função da dinâmica de execução dos órgãos, além de aspectos específicos ao comportamento de determinadas rubricas, tais como sentenças judiciais transitadas em julgado e precatórios. Os cronogramas de execução desses gastos, por exemplo, priorizaram a liquidação financeira no primeiro semestre para evitar custos com a correção dos valores. O fato de a execução não se ter comportado como o esperado até o mês de abril não representa, contudo, alteração da expectativa dos desembolsos autorizados no exercício.

A Previdência Social apresentou um déficit de R\$ 427 milhões acima da previsão realizada para o primeiro quadrimestre. A arrecadação líquida com contribuições foi R\$ 953,1 milhões inferior à estimativa, devido ao fato de a massa salarial nos primeiros meses ter ficado abaixo das projeções apresentadas no Decreto. Essa redução de contribuições foi parcialmente compensada pelo comportamento dos benefícios previdenciários, que ficaram R\$ 526,1 milhões abaixo das expectativas.

Por fim, não obstante o superávit primário no montante de R\$ 2,5 bilhões das empresas estatais federais no primeiro trimestre, essas encerraram o quadrimestre com seu resultado aquém da previsão do decreto: R\$ 297,3 milhões contra R\$ 1,9 bilhão. Cabe destacar que a inflexão ocorrida no mês de abril se deveu, em boa medida, ao pagamento de tributos, bem como à distribuição de dividendos, ambos com reflexos positivos no resultado primário do Governo Central.

Embora o resultado das empresas estatais federais se tenha situado abaixo do montante inicialmente estimado, foi mantida a perspectiva de superávit de R\$ 11,2 bilhões para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de desvios gerados por fatores não previstos, porém sem interferência nas estimativas atuais.

Em vista de os resultados do Governo Central e das estatais federais terem excedido as metas, fica assim demonstrado o cumprimento da meta fiscal do Governo Federal aprovada pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO/2003.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Iniciaremos agora os debates. A lista de inscrição está sobre a mesa.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

:

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Joaquim, estamos recebendo este material agora, o que evidentemente nos dificulta uma análise mais profunda, mas já podemos retirar alguns elementos.

V.Sa. terminou a sua exposição dizendo que está cumprido o compromisso do superávit primário/resultado primário. Diria que, pelo contrário, as tabelas mostram que não foi cumprido, porque, quando o nosso Orçamento estabeleceu determinados valores de superávit, não disse que aqueles valores estabelecidos eram o mínimo nem o máximo, mas que eram os valores de superávit previstos, e que, no conjunto do setor público, chegariam a 4,25% do PIB. Quando se vê aqui o resultado primário do Governo Federal no quadrimestre, em função das previsões, chega-se à conclusão de que a meta era de R\$ 20,7 bilhões e chegaram a ser realizados R\$ 25,4 bilhões. Eu diria que isso demonstra que a meta não foi cumprida. Ninguém disse que a meta é o mínimo. A meta é a meta. Cumprir abaixo da meta é não cumpri-la; cumprir acima dela é não cumpri-la da mesma forma. Portanto, a meta não está sendo cumprida.

Algumas coisas ressaltam nesses valores. Por que ela não foi cumprida? Bem, há um dado que deveria ter um resultado contrário: o resultado primário das empresas estatais. A previsão era de R\$ 1,9 bilhão, e foi realizado R\$ 0,3 bilhão. Gostaria de entender. Se isso se der dessa forma, a previsão total, para o corrente exercício, do resultado das empresas estatais — se não me engano, R\$ 11,2 bilhões — não será cumprida. Ou será que vamos agora buscar cerca de R\$ 10 bilhões das empresas estatais como superávit? O que aconteceu? O que acontece nas empresas estatais não-financeiras?

Em segundo lugar, é visível que a receita vem sendo aproximadamente cumprida. Quanto aos resultados da receita, da previsão da receita líquida, R\$ 76,2 bilhões, foram realizados R\$ 76,3 bilhões; portanto, a receita está dentro de uma margem de erro bastante razoável — bastante pequena, aliás. Mas no item “despesas” isso não acontece: da previsão de R\$ 52 bilhões, de janeiro a abril, realizaram-se R\$ 45 bilhões. E nesse valor isso não se dá com pessoal e encargos. O resultado com pessoal e encargos está praticamente correto, de R\$ 25,1 bilhões a R\$ 25 bilhões, mas está em outras despesas correntes de capital, mais especialmente em 2 itens: as despesas não-discrecionárias, em que a previsão era de R\$ 9 bilhões e o realizado atingiu R\$ 6,3 bilhões, e as despesas discrecionárias do Poder Executivo, cuja previsão era de R\$ 16,3 bilhões e o realizado ficou em R\$ 12,8 bilhões. No resultado das despesas, no total, portanto, há um diferencial de R\$ 6,4 bilhões. E é isso que, praticamente, no final deu um resultado primário de R\$ 4,7 bilhões no quadrimestre.

Se imagino que no quadrimestre foram R\$ 4,7 bilhões, gostaria de saber como é que o Governo pensa em gastar, porque os gastos podem não ser perfeitamente lineares durante o ano. Eles não são lineares, mas têm um certo grau de homogeneidade. Não é possível gastar num determinado momento aquilo que não se gastou no outro. Pode-se apressar algumas coisas, pode-se investir mais, mas não se pode gastar durante um ano, ou nos últimos 3 ou 6 meses do ano, algo que não se gastou no primeiro semestre do ano. Então, de duas, uma: ou existe, apesar das exigências da lei, um represamento proposital, no sentido de se ter não apenas uma folga... Aquele famoso raciocínio: vamos deixar uma folguinha para não ficar no fim do ano muito apertado, o que é uma coisa maluca, um contra-senso; não se investe por causa da perspectiva de não termos no final do ano o fechamento do resultado primário. Não se investe, portanto não se produz, não se geram empregos, não se gera crescimento econômico, pelo menos na área do setor público.

E se disserem que essa é uma sinalização do setor privado, estamos vendo que é o contrário; o setor privado também não está investindo. Se isso fosse uma sinalização para o setor privado investir... Mas é o contrário que está acontecendo: o setor privado também não está investindo nesse primeiro semestre. Ora, então é um represamento totalmente descabido. No final do ano não teremos como gastar isso, não há como fazer isso. Vai-se chegar ao que se está chegando agora: ao invés de uma previsão de 4,25%, contando apenas o quadrimestre, chegamos a seis vírgula alguma coisa do resultado primário em relação ao PIB.

Ou é isso, repito, ou existe dinheiro que está disponível e os Ministérios não conseguem gastar, o que é uma demonstração de incompetência fantástica.

Eu não tenho levantamentos atualizados. Eu tenho um levantamento do dia 1º de maio. No dia 1º de maio, nos investimentos, no levantamento que eu fiz, o gasto foi de 1,3%

:

do total. Naquele momento, o contingenciamento foi de 72%: 28% estavam liberados dos investimentos, e 72% contingenciados. Bem, 28% estavam liberados, mas usou-se até o dia 1º de maio 1,3%.

Eu fico sem saber onde é que está o problema. É represamento, para que o Governo ao final do ano possa demonstrar um superávit maior? Ou — quem sabe? — já é uma preparação para um superávit maior? Aliás, eu ouvi uma declaração do Ministro Antonio Palocci esses dias no seguinte sentido: não, se for necessário vamos fazer uma coisa mais dura, mais forte ainda; se não derem os 4,25%, se for preciso chegar a 5%, nós vamos chegar a 5%. Eu posso imaginar que já seja de fato uma preparação, até porque, do jeito que as coisas vão, o Governo não vai conseguir fazer 4,25%. Ele vai ter que fazer mais. Ele não vai cumprir o resultado primário, não porque não cumpre pelo valor menor, mas porque não vai chegar lá. E vai sobrar dinheiro. Por quê? Ou porque se está prevendo de fato um aumento formalizado desse resultado primário, ou por incapacidade dos Ministérios, que não funcionam.

Outro dia eu levantei o valor do que foi gasto no Programa Fome Zero. Até meados de maio, cerca de 3% do Fome Zero tinham sido gastos nesse programa. Ora, assim não vai dar para haver 3 refeições por dia, Dr. Joaquim Levy. De manhã, de tarde e de noite, para todo o mundo que precisa, 3 refeições por dia, gastando 3% do R\$ 1,8 bilhão que nós colocamos no Orçamento? Se foram gastos R\$ 50 milhões, para onde é que vai esse dinheiro? O que é que vão fazer com isso? Simplesmente deixar lá, para aumentar o superávit ainda mais?

Minha conclusão é esta: não foi cumprida a lei. A lei não diz que os 4,25% são o mínimo. A lei diz que 4,25% é a meta. Se fosse abaixo, não teria sido cumprida. Sendo acima, também não é cumprida. Diferenças pequenas a gente pode admitir, são razoáveis. Mas a diferença foi muito grande.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Deputado, eu admiro a observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu vou chamar mais um debatedor e depois V.Sa. responderá aos dois.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Secretário, eu tenho que lamentar a ultra-ortodoxia que a equipe econômica do atual Governo está praticando, a ultra-ortodoxia na macroeconomia, na condução da política econômica do Governo. Dados do Tesouro Nacional, relativos ao primeiro quadrimestre do ano passado, a título de comparação: o superávit primário de janeiro a abril de 2002 situou-se em 4,08%, comparativamente a janeiro e abril de 2003, em que foi de 4,97%. Daí, mais uma vez, nós acreditamos e não podemos deixar de considerar a máxima produzida pelo Ministro da Fazenda, no início do Governo, de que ele estaria à direita de Pedro Malan. Realmente, nós podemos perceber na prática, agora, e com os números que nos remete o Executivo, que há uma ultra-ortodoxia na política econômica do atual Governo.

Sr. Presidente, isso nós estamos sentido na prática, na situação da população brasileira, que é de quase desespero com os altos índices de desemprego, de mais de 20% na Grande São Paulo, Deputado Alberto Goldman. Há queda na arrecadação do ICMS em todos os Estados brasileiros. Há ainda os dados aqui anunciados pelo Deputado Alberto Goldman, os quais constam do relatório e demonstram que estamos vivendo uma brutal recessão. A queda da atividade econômica realmente é uma questão que nos preocupa sobremodo. Preocupa mais ainda, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o fato de vermos publicado ontem, em artigo na *Folha de S.Paulo*, que o Ministro da Fazenda já prevê arrocho maior ainda na economia, projetando elevação do superávit primário.

Ora, Sr. Presidente, nós entendemos que há algo fora de lugar. Será que é esse remanescente inercial dessa inflação que tanto está apavorando o atual Governo? Será que realmente é isso? Será que este é o problema? Será que é por isso que não se baixam as taxas de juros que o Banco Central está praticando?

Fico extremamente preocupado quando percebo que este excesso de arrecadação, este excesso de superávit primário que está sendo realizado pelo Executivo Federal, vem atender um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu acho que é o art. 80. Lá está dito que o excesso de arrecadação, o superávit financeiro gerado pelo superávit primário do ano anterior, poderá ser utilizado para compensar as receitas condicionadas na proposta

:

orçamentária. Ou seja, se a CPMF não passasse, essas receitas poderiam ser utilizadas como receitas financeiras no ano seguinte, em 2004. Se a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda — ou de 35%, já que estão lucubrando por aí sobre a possibilidade de o Executivo mandar um projeto de lei para que o Congresso aumente a alíquota —, não passar, essas receitas poderão ser utilizadas.

Mas a CPMF, infelizmente, vai passar. Deveria se extinguir do dia 31 de dezembro, com essa alíquota de 0,38%, mas, infelizmente, vai passar. E quanto às receitas do superávit financeiro, Sr. Secretário, geradas pelo superávit primário deste ano, o que vai acontecer com elas?

Também me causa estranheza, e uma preocupação muito grande me assalta, o fato de que o aumento da meta de superávit das estatais federais de 0,55 para 0,70, este ano, provocará o desinvestimento dessas empresas nos seus respectivos setores. No ano passado, elas não conseguiram atingir 0,55; ficaram em 0,48%. E este ano, com mais arrocho, com certeza, não conseguirão atingir a meta. E tomara que não consigam atingir a meta de 0,70.

Tudo isso está sendo feito, Sr. Presidente, sem que se dê conhecimento ao Congresso Nacional. Mais uma vez, ficará aqui lavrado o meu protesto, porque o Executivo está devendo um projeto de lei desde quando aumentou o superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB. O Executivo nos deve um projeto de lei ou, pelo menos, uma emenda à LDO de 2003, que até hoje não veio. Então, tudo isso está sendo feito à revelia do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, em que pese a pertinência das questões que estão sendo levantadas, o tempo tem de ser limitado, e V.Exa. já extrapolou o seu tempo. Assim, gostaria que V.Exa. finalizasse o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu finalizo, Sr. Presidente, também lamentando que, nos primeiros 4 meses do ano, o Executivo já tenha cumprido metade da meta do superávit primário que foi estipulado. Tudo isso significa recessão no nosso País. Sr. Presidente, tudo isso que o Executivo está fazendo significa desemprego, significa fome, falta de atividade econômica. Lamentavelmente, essa é a realidade do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos dar a palavra ao terceiro inscrito, e, a seguir, o Sr. Secretário responderá as questões formuladas.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, ainda vão ecoar nesta Casa muitos discursos demagógicos e, principalmente, ainda haverá muita falta de memória. Nós vivemos durante 8 anos com baixo crescimento econômico, a economia crescendo em torno de 2,4% ao ano. E essa situação de baixo crescimento, aliada à irresponsabilidade fiscal, à farra cambial, fez com que o Brasil chegasse, hoje, a essa situação de extrema fragilidade. Ora, não se resolve esse problema com uma vara mágica ou, simplesmente, fazendo críticas à condução da política econômica.

Hoje, pela manhã, a Casa promoveu um debate sobre a autonomia do Banco Central. Um dos principais críticos da atual política econômica, o economista Paulo Nogueira Batista, aponta a nossa fragilidade externa como um dos principais problemas que afetam a economia nacional.

De fato, eu considero que a nossa fragilidade externa é uma das principais causadoras dessa situação de baixo crescimento, porque durante muito tempo nós financiamos essa pauta de importação sem nos preocuparmos com uma política industrial de incremento da nossa competitividade, de abertura de parcerias com os demais países, principalmente da América do Sul. Nós resolvemos financiar as nossas importações com empréstimos de curto prazo, com capital volátil, e a nossa economia foi intoxicada por esse capital volátil que, até hoje, ainda consegue se impor, dada a necessidade que temos dele para poder fechar as nossas contas, principalmente o nosso balanço de transações correntes.

Eu creio que a política adotada pelo Governo, embora dura, embora com resultados de curto prazo que vêm causando alguns transtornos à sociedade brasileira, é um remédio amargo que tem de ser tomado, para podermos superar uma doença que nos legou 8 anos com baixo crescimento. É uma atitude corajosa, apesar de toda a pressão que está sendo feita pelo sistema financeiro, por alguns setores industriais, comerciais, para redução da taxa de juros. Mas a conduta correta do Presidente do Banco Central, pondo em prática

:

uma autonomia que não existe formalmente, mas que existe na prática, mostra a firmeza com que o Governo está cuidando da economia nacional, para superar esses obstáculos.

Eu louvo o debatedor do Tesouro Nacional pela iniciativa de mostrar de maneira clara a todos nós aqui a condução correta da política monetária brasileira, a questão da receita.

Faço uma pergunta ao debatedor. Em que pese a taxa de juros elevada como um instrumento amargo, mas necessário, no curto prazo, qual a capacidade da economia nacional de responder ao incremento do crescimento econômico? Ou seja, a nossa capacidade industrial é suficiente para atender o aumento da demanda em caso de crescimento econômico? Qual seria a taxa de investimento suficiente para poder possibilitar crescimento industrial sustentável sem pressionar inflação de demanda?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra, para responder as perguntas, o Sr. Secretário Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - De um modo geral, como sublinhamos, a execução orçamentária tem-se dado em um ritmo próprio. É muito importante notar que mais um dos aspectos do sucesso da transição foi a perfeita suavidade, por exemplo, na execução de todos os gastos sociais. Não houve absolutamente nenhuma solução de continuidade. Mais uma vez a máquina do Governo funcionou bem. A provisão dos serviços, das transferências, dos pagamentos, da saúde, a educação, tudo, enfim, o coração do trabalho governamental, da ação do Estado, foi mais um exemplo da maturidade do País, pois houve a continuidade absoluta de todos esses serviços. Onde houve reorientação estratégica, ações discricionárias, reavaliação, nós já estamos começando a observar, hoje, uma aceleração de ritmo.

Como sublinhou o material que eu tive oportunidade de ler, e o próprio relatório, não é objetivo do Governo aumentar a meta do ano. Ao contrário, ao final do quadrimestre, quando foi estimado que havia um espaço, um adicional de receitas — adicional que impactou, obviamente, o resultado do primeiro quadrimestre, como observamos por ocasião da apresentação do resultado do Tesouro —, a identificação de receitas adicionais, que foi um dos fatores do que podemos chamar de desempenho acima do esperado, refletir-se-ia, no momento seguinte, numa liberação de limite, que o Presidente da República, mediante decreto, efetivou, e que já é operacional.

Ou seja, dando consistência ao que vem sendo dito, que o objetivo é alcançar a meta, obviamente de um mês para outro pode haver uma variação mais significativa. Aliás, como foi o caso das estatais, em que, na verdade, o desempenho bastante positivo da PETROBRAS, já pela excelência das suas operações, permitiu resultado — lucro — acima do esperado. Esse lucro, como aliás é adequado, foi traduzido em aumento de impostos. Firms lucrativas são fontes de recursos para uso do Orçamento, para a sociedade como um todo, e coincidiu também com o pagamento de dividendos.

Então, momentaneamente, o desempenho do setor estatal foi menos forte do que o imaginado, sem que haja, no entanto, expectativa de problemas para o ano como um todo.

Mais uma vez, esse pagamento adicional por parte da estatal teve reflexo e também contribuiu para um resultado mais robusto do superávit do Tesouro Nacional.

De modo geral, a economia, obviamente, está numa transição. Outros terão dito de maneira melhor que eu possa dizer sobre a extraordinária capacidade da economia brasileira, das grandes empresas ao mais simples trabalhador, em absorver um choque externo muito importante. A economia continuou crescendo, ainda tem perspectivas significativas de crescimento este ano, apesar da magnitude do choque. Poucos países absorveriam a variação da balança de pagamentos que o Brasil absorveu. Perdemos disponibilidade de recursos da ordem de 30 bilhões de dólares, 100 bilhões de reais, e, ainda assim, não deu um soluço. Continua, com sacrifícios, é óbvio, porque há menos recursos disponíveis, mas a resposta da economia foi aumentar as exportações e continuar crescendo.

Nesse sentido, aproveito para responder a pergunta sobre que tipo de crescimento é esse. Pode ser um crescimento não inflacionário. Acreditamos que esse crescimento é impulsionado pelos investimentos e também acreditamos que um fator absolutamente essencial, ingrediente para qualquer investimento, é a confiança.

Acho que aqueles gráficos que tive a oportunidade, talvez abusando um pouco da sua paciência, de apresentar no começo desta reunião, demonstram o aumento de confiança na economia brasileira. Um dos gráficos, o primeiro ou o segundo, demonstra a expectativa, cada vez mais robusta, de diminuição das taxas de juros, fator mencionado de maneira recorrente como afetando, com toda a razão, o investimento. Hoje o empresário já começa a ver uma taxa de juros que em vez de 37% é de 22% ou 23%. Ainda é difícil dizer se essa é a taxa que o motiva a investir, mas, certamente, é mais favorável.

Como disse o Deputado com muita propriedade, não se consegue soluções da noite para o dia, mas, enfim, acreditamos que sim, estamos construindo as condições para esse crescimento não inflacionário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, estou com o quadro da arrecadação, previsão das receitas, e o efetivo realizado.

No Item 26 do relatório que V.Sa. acaba de ler, diz que, apesar do incremento na arrecadação no Imposto de Renda, as transferências a Estados e Municípios ficaram abaixo do projetado.

Quando eu vejo, Sr. Presidente, que entre o perde-ganha do Imposto de Renda e do IPI houve discreto aumento entre a previsão e o efetivo realizado, eu pergunto ao Secretário que sistemática foi adotada para a redução dos fundos constitucionais dos Estados e dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria cumprimentar em especial o Secretário do Tesouro, Dr. Joaquim Levy, e fazer uma pergunta. Há uma constatação no Relatório de Execução Orçamentária, com base no SIAFI, de que, dos 14,2 bilhões para investimentos, autorizados inclusive na Lei Orçamentária, pelo Congresso Nacional, foram empenhados, até dia 25, 591 milhões de reais, ou seja, 4,16%, e pagos 134 milhões.

Na própria exposição, o relatório que está sendo apresentado diz que extrapola em 6,3 bilhões o superávit primário nesse quadrimestre. No entanto, está sendo reservado esse recurso para atender a despesas do Tesouro Nacional e também da Previdência Social.

Eu fico preocupado, porque o próprio Ministério dos Transportes, na hora em que há um descontingenciamento, deixa de aplicar esse recurso em investimentos e está aplicando-o em obras de custeio, obras emergenciais. No meu Estado, o Pará, o que foi feito? Certamente não foram feitas consultas sobre o interesse do povo paraense, já que 77 milhões de investimentos vão ser remanejados e apenas 18 milhões serão gastos na despesa de recuperação dessas estradas. Esses 77 milhões são fruto de um empenho da bancada do Estado do Pará nesta Comissão para levar recurso de investimento em obras estruturantes para o Estado do Pará.

A economia parou, o Brasil parou. Não é questão de ter memória curta, não, é memória bem longa. Em 1994, o capital volátil desse País era assustador, mas, com medidas corretas aplicadas ao longo desse tempo, grande parte desse capital foi transformado em investimento de médio e longo prazo.

Agora, assusta-me um superávit dessa natureza, sobretudo assusta-me mais na medida em que estão sendo postergadas essas obras. Isso pode até, no meu entender, prejudicar não só a área de transporte, que é específica do meu Estado, mas também de todo o País, como obras estruturantes alavancadoras do emprego, da renda, da melhor qualidade de vida do povo brasileiro, comprometendo sobretudo a credibilidade do Governo.

O Governo se comprometeu na campanha em criar 10 milhões de empregos. Nós estamos no 6º mês de administração, e o que estamos vendo é perda de emprego. Então, terão que se criados os 10 milhões mais os que se perderam nesses 6 meses.

Só a usina de Vila Pacal — e está até havendo uma audiência aqui dos presidentes de cooperativas do Pará — está tomando prejuízo de 3 mil empregos imediatos, além daquilo que pode ser gerado de economia, de combustível, de açúcar para a região, uma região periférica como é o Estado do Pará e principalmente uma região pioneira, como é a da Transamazônica.

:

Então, Sr. Secretário, eu queria compreender um pouco dessa engenharia financeira, dessa estratégia administrativa que possa sobretudo valorizar o segmento produtivo, dando uma resposta, porque, no meu entendimento, isso está — não sei se as pessoas pensam diferente — afetando a própria credibilidade do Presidente da República.

Para finalizar, Sr. Presidente, penso que a história brasileira ainda não tinha conhecido superávit no patamar em que nós o estamos experimentando. Agora, a postergação desses investimentos me preocupa, porque a consequência, como bem disse o Deputado Pauderney Avelino, é a falta de emprego, a falta de renda, o País pára, e é o que nós estamos experimentando.

O grande superávit está no setor público. E a iniciativa privada? O aquecimento que se vinha experimentando na construção civil parou. É isso, Sr. Presidente, o que constitui a minha preocupação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Secretário Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - Obrigado.

Deputado, como foi mencionado brevemente na apresentação, na verdade, a diminuição da transferência se deu, vamos dizer assim, por um momento de corte. Como parte significativa do aumento de arrecadação dos impostos se deu no final do período — e V.Exa. sabe que essa transferência se dá por decêndios —, isso foi pago no começo de maio. Essa transferência não aparece aqui porque acabamos no final de abril, mas ela se refletirá no começo de maio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CÉSAR - Sr. Secretário, no relatório, está “acumulado de janeiro a abril”. Não está dito nada de maio.

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - O relatório encerra-se no dia 30 de abril, mas V.Exa. sabe que isso são transferências, as quais se dão de 10 em 10 dias. Portanto, a última transferência de abril, que não aparece no relatório, mas que captura as receitas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, V.Exa. terá direito a réplica. Deixe o Secretário terminar a exposição dele.

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - Perfeito. Esse aumento já está refletido nos recursos disponíveis para Estados e Municípios. Foi apenas uma decalagem de poucos dias que a fez sair, vamos dizer assim, da janela deste relatório. No próximo relatório, essa transferência deve estar presente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pediria uma réplica para ficar mais claro. Quer dizer que esses impostos foram pagos efetivamente em abril?

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - Isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas só entrarão no compartilhamento dos fundos em maio? É essa explicação?

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - Exatamente, porque o procedimento é de 10 em 10 dias.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado.

O SR. JOAQUIM VIERA FERREIRA LEVY - De um modo geral, como muitos dos senhores sabem, o Tesouro Nacional não participa exatamente da execução dos gastos dos Ministérios setoriais. A nossa atuação encerra-se em disponibilizar os recursos para a realização dos gastos. Temos dado fiel cumprimento ao decreto de pagamento, ou seja, disponibilizando os recursos nas datas programadas pelo Decreto nº 4.589 e agora pelo novo.

Essa seria a informação que poderia disponibilizar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Alguma réplica? Não? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, o Secretário está nos respondendo tecnicamente, mas o assunto, além de técnico, tem um componente político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo mais debatedores, agradeço ao Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Tesouro Nacional, e ao Dr.

:

Ariosto Antunes Culau, Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as presenças.

A reunião está encerrada.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 10 E 12 DE JUNHO DE 2003.

Aos dez e doze dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação da matéria constante da Pauta nº 14/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino e Sérgio Guerra; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Vander Loubet, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro. - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando e Ana Júlia Carepa. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros Coriolano Sales, Dr. Heleno e Pompeo de Mattos. Os Senadores Heloísa Helena, João Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Benedito de Lira, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Herculanio Anghinetti, José Borba, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Rose de Freitas e Virgílio Guimarães; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Reginaldo Duarte, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko. **ABERTURA:** Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de junho, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação. Antes, convocou os membros para a continuação dos trabalhos após a realização da 5ª Reunião de Audiência Pública, com início às quinze horas, para ouvir o Senhor Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy. Às dezesseis horas e dezoito minutos do mesmo dia, a reunião foi reiniciada. O Presidente comunicou a persistência da falta de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal e solicitou empenho dos membros com relação ao comparecimento à reunião, visto que constava da pauta matéria de deliberação terminativa, com votação nominal em cada Casa do Congresso Nacional, com a exigência do *quorum* mínimo de 33 Deputados e 12 Senadores presentes no recinto, em cumprimento ao disposto no *artigo 109 do Regimento Interno do Senado Federal*. O Deputado Welinton Fagundes discutiu o assunto. Às dezesseis horas e vinte minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dez horas e trinta e dois minutos do dia doze do mesmo mês, o Presidente retomou a condução dos trabalhos. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissões: 1) Expediente de 27 de maio, da Senadora Heloísa Helena justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 13 e 20 de maio. O Presidente indeferiu a justificativa de falta do dia 13

:

de maio, em virtude do não cumprimento do prazo estabelecido no *art. 11 do Regulamento Interno da Comissão*. Ofício nº 29, de 29 de maio, da Deputada Elaine Costa, justificando ausência nos dias 02 a 07 de junho, por estar em missão oficial. **2)** Ofício nº 50, de 05 de junho, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência nos dias 03 e 04 de junho, por estar de licença médica. **3)** Ofício nº 258, de 30 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, justificando ausência no dia 29 de maio, por estar por estar presidindo outra Comissão. **4)** Ofício nº 51, de 05 de junho, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 03 de junho, por estar participando de outra reunião. **5)** Ofício nº 255, de 05 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 03 de junho, por estar em outra audiência. **6)** Ofício nº 288, de 06 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 09 a 12 de junho, para cumprimento de compromissos político-partidários. **7)** Ofício nº 303, de 09 de junho, justificando ausência da Senadora Serys Slhessarenko no período de 09 a 12 de junho, para cumprimento de missão oficial no México. **8)** Ofício nº 068, de 10 de junho, do Deputado Rogério Teófilo, justificando ausência em face de compromissos assumidos anteriormente. - Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: **1)** Ofício nº 489, datado de 29 de abril e recebido na Comissão em 04 de junho, do Deputado Pedro Henry, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Balestra. **2)** Ofício nº 39, datado de 21 de maio e recebido cópia na Comissão em 11 de junho, do Senador Tião Viana, Líder do PT, indicando o Senador Roberto Saturnino em substituição à Senadora Serys Slhessarenko. - Expedientes diversos: **1)** Ofício nº 160, de 28 de maio, do Deputado Wagner Lago, solicitando a retirada da emenda nº 1.527, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. **2)** Ofício nº 202, de 29 de maio, do Deputado Milton Monti, Vice-Líder do PL, em que encaminha cópia da ata na qual consta sua eleição como coordenador-geral da Bancada do Estado de São Paulo. - Expediente encaminhando indicações para o Comitê de Acompanhamento da Fiscalização da Execução Financeira e Orçamentária: Ofício nº 549, de 03 de junho, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Pauderney Avelino (PFL/AM), em substituição ao Deputado Pedro Fernandes. **II)** Correspondência externa recebida: Ofício nº 1.135, de 23 de maio, da Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa, em que informa sobre o Curso de Gestão de Recursos de Defesa. - Expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 658-GP, de 30 de maio, que encaminha informações sobre o acompanhamento físico-financeiros da execução dos contratos referentes aos Decretos Legislativos do Congresso Nacional de nºs 65, de 18/11/2002; 66, 67, 69 a 74 e 76, de 25/11/2002; 79 e 80, de 29/11/2002; e 81, 87, 88, 91 a 94, 96 e 97, de 20/12/2002. - Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 813 (Acórdão nº 603/2003): auditoria nas obras de reforma e modernização do Bloco A do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília. **2)** Aviso nº 830 (Acórdão nº 602/2003): auditoria nas obras de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão. **3)** Aviso nº 834 (Acórdão nº 584/2003): auditoria nas obras de 2ª etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe. **4)** Aviso nº 836 (Acórdão nº 587/2003): auditoria nas obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR – 101, no Estado do Rio Grande do Sul – Divisa SC/RS – Osório. **5)** Aviso nº 874 (Acórdão nº 583/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206, 1 KM. **6)** Aviso nº 875 (Acórdão nº 591/2003): auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Paraná – pavimentação da BR-476/PR, trecho Adrianópolis/Bocaiúva do Sul). **7)** Aviso nº 877 (Acórdão nº 592/2003): auditoria nas obras de melhoria das instalações do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte. **8)** Aviso nº 878 (Acórdão nº 593/2003): auditoria na obra de recuperação da infra-estrutura portuária no Porto de Santos. **9)** Aviso nºs 879 e 880 (Acórdãos nºs 594 e 595/2003): auditoria nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, no Porto de Santos/SP. **10)** Aviso nº 881 (Acórdão nº 596/2003): auditoria nas obras de construção do trecho da BR-487, entre Porto Camargo e Campo Mourão – construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul. **11)** Aviso nº 889 (Acórdão nº 600/2003): auditoria na Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA-

:

construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – construção da Adutora Pirapama, no Estado de Pernambuco. **12)** Aviso nº 895 (Acórdão nº 586/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos da BR-153 entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara/GO. **13)** Aviso nº 897 (Acórdão nº 588/2003): auditoria nas obras de construção de implantação de hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins. **14)** Aviso nº 899 (Acórdão nº 589/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-060, no Estado de Goiás – Divisa DF/ - entroncamento BR-153/GO. **15)** Aviso nº 900 (Acórdão nº 590/2003): auditoria nas obras de construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – construção de contornos/ acessos em rodovias federais no Estado de Santa Catarina. **16)** Aviso nº 902 (Acórdão nº 597/2003): auditoria nas obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-364/163/MT – Adequação do Trecho Trevo do Lagarto – Entroncamento MT-246. - Avisos/SGS, de 04 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 970 (Acórdão nº 639/2003): auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação do Rio Bálsamo, no Estado de Alagoas. **2)** Aviso nº 972 (Acórdão nº 644/2003): auditoria na obra de Despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luiz do Maranhão (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **3)** Aviso nº 978 (Acórdão nº 631/2003): auditoria nas obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, no trecho Calçada-Paripe. **4)** Aviso nº 980 (Acórdão nº 632/2003): auditoria nas obras de construção do edifício da Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em Curitiba/PR. **5)** Aviso nº 981 (Acórdão nº 634/2003): auditoria nas obras de Adequação de Contornos Rodoviários na BR-116, em Curitiba, Contorno Leste, no Estado do Paraná. **6)** Aviso nº 983 (Acórdão nº 635/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Paraná. **7)** Aviso nº 985 (Acórdão nº 636/2003): auditoria nas obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC-Divisa SC/RS - duplicação com restauração (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **8)** Aviso nº 986 (Acórdão nº 638/2003): auditoria nas obras de pavimentação de rodovias no Estado de Mato Grosso – MT-475 (trecho Glória D'Oeste / entroncamento com a BR-174) e a MT-250 (trecho Mirassol D'Oeste / entroncamento com a MT-170, em Curvelândia) (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **9)** Aviso nº 990 (Acórdão nº 640/2003): auditoria no programa de Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Construção do Sistema de Abastecimento de Água Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores/AL. **10)** Aviso nº 992 (Acórdão nº 641/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba, trecho João Pessoa/Campina Grande. **11)** Aviso nº 993 (Acórdão nº 642/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura dos *campi* das universidades estaduais da Bahia. **12)** Aviso nº 995 (Acórdão nº 643/2003): auditoria nas Obras Complementares no Complexo do Prodasen – Senado Federal. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos *artigos 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 5º da Lei nº 10.028/2000*, referente ao 1º quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: - Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 13ª, 17, 18ª, 20ª, 21ª e 24ª. - Tribunal Superior Eleitoral; - Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe; e Senado Federal. Em seguida, o Presidente informou que o *quorum* havia sido atingido na representação do Senado Federal e procedeu à Apreciação das Atas da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27 e 29 de maio e da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 03 de junho de 2003. Por concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou as Atas **aprovadas. ORDEM DO DIA:** O Deputado Gilmar Machado apresentou requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 07/2003-CN. O Presidente informou que o requerimento seria analisado após a apreciação da matéria da pauta. PAUTA Nº 14. - Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Aviso: Item 01 - **Aviso nº 005/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número legal, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação. Assim sendo, suspendo esta reunião, que terá continuação após a realização da audiência pública, que será aberta a seguir.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 14, de 2003.

Não há *quorum* para deliberação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Temos, na pauta, o Aviso nº 5 do TCU, que exige votação nominal nas duas Casas. De acordo com os avisos do TCU, de 2003, os projetos serão votados nominalmente nas duas Casas. Como não há *quorum* nem na Câmara nem no Senado, convocamos reunião para a próxima quinta-feira, às 10 horas, deixando claro que deve haver *quorum* para que haja votação nominal.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Em nome do Mato Grosso, gostaria de pedir a esta Comissão, à Presidência e ao Líder do Governo esforço no sentido de mobilizarmos os Deputados e conseguirmos *quorum* para a próxima reunião, porque se trata de obras extremamente importantes. Todo o Brasil hoje encontra-se com suas estradas esburacadas.

Enfim, já votamos esse assunto, mas infelizmente é preciso votação nominal. Por isso, repito, peço mobilização de toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Reitero a informação de que precisaremos de presença, não apenas no livro, de pelo menos 33 Deputados e 12 Senadores, segundo o art. 109 do Regimento do Senado Federal. As decisões deliberativas nas Comissões serão tomadas com presença nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Assim, faço um apelo aos Srs. Líderes para que convoquem seus liderados, a fim de realizarmos a votação na próxima quinta-feira, às 10 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 14/2003.

Expediente.

Expediente de 27 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 13 e 20 de maio.

Esclareço que foi indeferida a justificativa de falta do dia 13 de maio, em virtude do não-cumprimento do prazo estabelecido no art. 11 do Regimento Interno da Comissão.

Ofício nº 29, de 29 de maio, da Deputada Elaine Costa, justificando ausência nos dias 2 e 7 de junho, por estar em missão oficial.

Ofício nº 50, de 5 de junho, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência nos dias 3 e 4 de junho, por estar de licença média.

Ofício nº 258, de 30 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, justificando ausência no dia 29 de maio, por estar presidindo outra Comissão.

Ofício nº 51, de 5 de junho, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 3 de junho, por estar participando de outra reunião.

Ofício nº 255, de 5 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 3 de junho, por estar em outra audiência.

:

Ofício nº 288, de 6 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 9 a 12 de junho.

Ofício nº 303, de 9 de junho, justificando ausência da Senadora Serys Slhessarenko no período de 9 a 12 de junho.

Ofício nº 68, de 10 de junho, do Deputado Rogério Teófilo, justificando ausência em face de compromissos assumidos anteriormente.

Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

Ofício nº 489, datado de 29 de abril e recebido na Comissão em 4 de junho, do Deputado Pedro Henry, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Balestra.

Ofício nº 39, datado de 21 de maio, cuja cópia foi recebida na Comissão em 11 de junho, do Senador Tião Viana, Líder do PT, indicando o Senador Roberto Saturnino, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Expedientes diversos.

Ofício nº 160, de 28 de maio, do Deputado Wagner Lago, solicitando a retirada da Emenda nº 1.527, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Ofício nº 202, de 29 de maio, do Deputado Milton Monti, Vice-Líder do PL, em que encaminha cópia da ata da qual consta sua eleição como coordenador-geral da bancada do Estado de São Paulo.

Expediente encaminhando indicações para o Comitê de Acompanhamento da Fiscalização da Execução Financeira e Orçamentária.

Ofício nº 549, de 3 de junho, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Pauderney Avelino, do PFL do Amazonas, em substituição ao Deputado Pedro Fernandes.

Correspondência externa recebida.

Ofício nº 1.135, de 23 de maio, da Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa, em que informa sobre o Curso de Gestão de Recursos de Defesa.

Expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 658-GP, de 30 de maio, que encaminha informações sobre o acompanhamento físico-financeiro da execução dos contratos referentes aos Decretos Legislativos do Congresso Nacional de nºs 65, de 18 de novembro de 2002; 66, 67, 69 a 74 e 76, de 25 de novembro de 2002; 79 e 80, de 29 de novembro de 2002, e 81, 87, 88, 91 a 94, 96 e 97, de 20 de dezembro de 2002.

Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 813 (Acórdão nº 603/2003): auditoria nas obras de reforma e modernização do Bloco "A" do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília.

Aviso nº 830 (Acórdão nº 602/2003): auditoria nas obras de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão.

Aviso nº 834 (Acórdão nº 584/2003): auditoria nas obras de segunda etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 836 (Acórdão nº 587/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul.

Aviso nº 874 (Acórdão nº 583/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206,1 quilômetros.

Aviso nº 875 (Acórdão nº 591/2002): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL — construção de trechos rodoviários no Estado do Paraná — pavimentação da BR-476/PR, trecho Adrianópolis—Bocaiúva do Sul.

Aviso nº 877 (Acórdão nº 592/2003): auditoria nas obras de melhoria das instalações do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte.

Aviso nº 878 (Acórdão nº 593/2003): auditoria na obra de recuperação da infraestrutura portuária no Porto de Santos.

:

Aviso nº 881 (Acórdão nº 596/2003) : auditoria nas obras de construção do trecho da BR-487, entre Porto Camargo e Campo Mourão — construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL.

Aviso nº 889 (Acórdão nº 600/2003): auditoria na Companhia Pernambucana de Saneamento — COMPPESA — construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica; construção da Adutora Pirapama, no Estado de Pernambuco.

Aviso nº 900 (Acórdão nº 590/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL — construção de contornos/ acessos em rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Aviso nº 902 (Acórdão nº 597/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte

Avisos de 4 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 970 (Acórdão nº 639/2003): auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação do Rio Bálsamo, no Estado de Alagoas.

Aviso nº 972 (Acórdão nº 644/2003): auditoria na obra de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão (obra constante do Quadro VII da lei orçamentária para 2003).

Aviso nº 978 (Acórdão nº 631/2003): auditoria nas obras de recuperação do sistema de trens urbanos de Salvador, no trecho Calçada—Paripe.

Aviso nº 980 (Acórdão nº 632/2003): auditoria nas obras de construção do edifício da Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em Curitiba, no Estado do Paraná.

Aviso nº 981 (Acórdão nº 634/2003): auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários na BR-116, em Curitiba, Contorno Leste, no Estado do Paraná.

Aviso nº 983 (Acórdão nº 635/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Paraná.

Aviso nº 985 (Acórdão nº 636/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC—divisa SC/RS — duplicação com restauração. Obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003.

Aviso nº 986 (Acórdão nº 638/2003): auditoria nas obras de pavimentação de rodovias no Estado de Mato Grosso.

Aviso nº 990 (Acórdão nº 640/2003): auditoria no Programa de Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica — construção do Sistema de Abastecimento de Água Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores/AL.

Aviso nº 992 (Acórdão nº 641/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba.

Aviso nº 993 (Acórdão nº 642/2002): auditoria nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura dos *campi* das universidades estaduais da Bahia.

Aviso nº 995 (Acórdão nº 643/2003): auditoria nas obras complementares no Complexo do PRODASEN — Senado Federal.

Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, referente ao primeiro quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões — 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 13ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 24ª ; Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados — Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Sergipe ; Senado Federal.

Avisos nºs 879 e 880 (Acórdãos nºs 594 e 595/2003): auditoria nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, no Porto de Santos/SP.

Aviso nº 895 (Acórdão nº 586/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos da BR-153 entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara/GO.

Aviso nº 897 (Acórdão nº 588/2003): auditoria nas obras de construção de implantação de hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins.

Aviso nº 899 (Acórdão nº 589/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-060, no Estado de Goiás — Divisa DF — entroncamento BR-153/GO.

Tendo-se completado o *quorum* no Senado Federal, passaremos à apreciação das atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27 e 29 de maio de 2003, e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 3 de junho de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica liberada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, solicito inclusão na Ordem do Dia de hoje do item Extrapauta nº 3: o Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre crédito aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tão logo termine a apresentação da Ordem do Dia, colocaremos em votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apreciação do relatório apresentado ao seguinte aviso:

Item 1. Aviso nº 005/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso.

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução da obra, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Informo que a matéria está retornando à pauta para votação nominal em cada Casa, em cumprimento ao disposto no art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal, que leio a seguir:

“Art. 109. As deliberações terminativas nas Comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros”.

Como é evidente que não há *quorum* suficiente em plenário, a matéria sai de pauta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - A LDO de 2003 diz que a votação dos Avisos do TCU tem caráter terminativo. O art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal diz que, nessas condições, a votação terá de ser nominal. Como estamos com problema de *quorum* para votação nominal, encaminhei à Mesa projeto de resolução que altera esse dispositivo para que a votação em caso terminativo seja simbólica. A matéria encontra-se com a Mesa. Trata-se de item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tão logo seja votado o requerimento do Deputado Gilmar Machado, o requerimento de V.Exa. será apresentado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tão logo seja votado o item extrapauta solicitado pelo Deputado Gilmar Machado, passarei à votação do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O.K.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Requerimento para inclusão na pauta do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O requerimento está em discussão. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

:

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O requerimento está em votação no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos à apreciação do Item Extrapauta nº 03.

Apreciação do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Relator: Deputado Ricardo Barros.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é pelo desmembramento do projeto, na forma dos substitutivos apresentados.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Srs. colegas, não obstante o que indica a ementa, já lida pelo Sr. Presidente, este projeto de crédito especial extravasa o conteúdo típico dos créditos adicionais ao propor, de forma inusitada, também a modificação do texto da lei orçamentária, ao dispor sobre alterações nos limites e especificações estabelecidos na Lei Orçamentária Anual — LOA em vigor, Lei nº 10.640, de 2003 (em seu Anexo VI), no que tange às autorizações para despesas com pessoal (criação de cargos e concessão de benefícios). Caracterizamos a iniciativa como inusitada por 3 razões: primeira, porque, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, em seu art. 169, § 1º, tal autorização deve ser dada de maneira específica pela Lei de Diretrizes Orçamentárias; segunda, porque o fato de a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO vigente ter, de modo discutível, delegado, por seu art. 77, à lei orçamentária anual o detalhamento de tais autorizações por intermédio de anexo específico não significa automática autorização para a posterior modificação desse anexo, vez que o ato de delegação se restringe às autorizações constantes de anexo específico sem estendê-lo às modificações posteriores; terceira, porque tal autorização, ainda que entendida legítima, deve ser buscada não por meio de crédito especial — que tem finalidade específica na ordem jurídica vigente (incluir dotações) —, mas, sim, por projeto de lei ordinária especificamente orientado para mudança do texto da lei orçamentária anual, uma vez que o Anexo VI é instrumento de detalhamento desta, ou seja, orientado para fixar disposições normativas e não a explicitação de dotações.

Conforme assinalamos, a LDO delegou à LOA o atendimento ao dispositivo constitucional anteriormente referido por meio de anexo específico com tais autorizações. Apontamos que isso nos parece questionável, por achá-lo impróprio, em conflito com o que estabelece o art. 165, § 8º, da Constituição Federal, que exclui, de forma clara e peremptória, das LOAS as matérias estranhas que não sejam relacionadas ou com previsão de receita ou com fixação de despesa, excetuando apenas as autorizações para abertura de créditos suplementares e as contratações de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Portanto, ainda que admitida como legítima a delegação feita pela LDO, mesmo porque esta já foi implementada com a concordância do Legislativo e do Executivo, sem recursos ao Judiciário, isso não quer dizer que a utilização de crédito especial para a modificação do Anexo VI seja o procedimento correto.

O projeto enviado pelo Sr. Presidente da República pretende num só ato obter 3 efeitos distintos: primeiro, alteração do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 2003, com a definição do limite de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, destinados à concessão de vantagem pecuniária individual, no valor de R\$59,87, a todos os servidores públicos federais, ativos e inativos, e aos pensionistas; segundo, elevação do número de vagas para admissão de pessoal de nível superior e intermediário no âmbito do Poder Executivo, relativamente à área de seguridade social, passando de 4.200 para 4.800 vagas no INSS; terceiro, autorização, por meio de crédito especial, para realização das despesas.

De outra parte, cumpre-nos informar que o presente projeto de lei, além de conflitar com as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, que orienta no sentido de que matérias distintas sejam tratadas por projetos específicos, contraria também o disposto na

:

LDO para 2003, em seu art. 61, § 7º, que estabelece que os créditos adicionais destinados a despesa de pessoal e encargos sociais devam ser encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Em que pese aos argumentos acima discutidos, é necessário considerar que a atual lei orçamentária já contempla em seu texto tais imperfeições, o que, de certo modo, propicia a ocorrência de novas, embora se deva atuar no sentido do mais estrito acatamento às disposições constitucionais. Cabe-nos objetivar a retificação possível, tornando o projeto de lei factível de acolhimento, apesar de discordar, em tese, da associação, em diplomas legais comuns, de matérias díspares, que, em nosso entender, afronta toda a sistemática adotada pelo Direito Financeiro, e que foi revalidada pela Carta de 1988, no que tange ao processo orçamentário. Dessa forma, propomos o desmembramento do projeto de lei em 2 projetos autônomos, na forma dos substitutivos apresentados, solicitando a devida atenção desta Comissão para que no futuro proposições como esta constem ou sejam abjeto apenas de leis de diretrizes orçamentárias.

Emendas.

No prazo regimental, nesta Comissão, foi apresentada uma emenda, de autoria do Deputado Anivaldo Vale, objetivando separar em projeto autônomo os arts. 3º, 4º e 5º do presente projeto de lei.

Somos pela aprovação da emenda, entendendo ser esta a forma factível de dirimir a questão à luz do estabelecido pela conjugação do art. 166, *caput*, da Constituição Federal, com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, Resolução nº 1, de 1970.

Voto.

Desse modo, somos pelo desmembramento do Projeto de Lei nº 7, de 2003, constituindo 2 projetos autônomos, na forma dos substitutivos apresentados, passando o Projeto de Lei nº 7 a dispor apenas sobre o crédito adicional e o Projeto de Lei nº 7-A a conter a alteração do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Este é o voto. Gostaríamos de obter a apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão o parecer do eminente Relator, que é pelo desmembramento do projeto em 2 outros, conforme apresentado.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Deputado Ricardo Barros pelo parecer apresentado. Concordamos com o desmembramento, que está correto. Vamos votar favoravelmente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Ricardo Barros, que fez um ajuste técnico. Procedem inteiramente as ponderações feitas por S.Exa. no brilhante parecer. Juridicamente está correta a proposta de desmembramento.

Por isso, o Governo recomenda a aprovação dos substitutivos, ou seja, das duas proposições: Projetos de Lei nºs 7 e 7-A, de 2003.

A proposta atende plenamente ao objetivo da matéria, que a nada mais visa além de dar suporte ao aumento de pessoal e à bonificação estabelecida por lei, já em tramitação na Câmara dos Deputados. Para dar curso e efetividade a ela, tais recursos são indispensáveis.

Nesse sentido, o Governo se pronuncia favoravelmente ao parecer e pela aprovação de ambos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão o parecer.

Não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação o parecer no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

:

Requerimento, de autoria do Deputado Júlio Cesar, para inclusão na pauta do projeto de resolução que altera o art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

O requerimento está em discussão.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Gostaria de fazer a leitura e a justificação do projeto, uma vez que ele foi apresentado ontem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, agora estamos discutindo apenas a inclusão. Em seguida será a votação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão na pauta do item extrapauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Passaremos à análise de minuta de projeto de resolução que altera o art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trata-se de projeto de resolução que altera o art. 43 da Resolução nº, de 2001, do Congresso Nacional.

A proposição está assim redigida:

“Art. 1º. O art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 43. A aprovação pela Comissão de parecer que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável e terá caráter terminativo, salvo recurso ao Plenário do Congresso Nacional.

§ 1º O parecer a que se refere o caput será votado pelo processo simbólico, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Resolução.

§ 2º O recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional deverá ser assinado por um décimo dos representantes de cada Casa, e interposto no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação do avulso do Parecer da Comissão’.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, junho de 2003”.

O presente projeto visa a adequar a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, às necessidades de celeridade da execução orçamentária e financeira dos recursos federais sem retirar a eficácia do mecanismo desenvolvido pelo próprio Poder Legislativo para controle das obras com indícios de irregularidade há mais de 6 anos e que vem demonstrando ser de grande valia.

Indubitavelmente, a Comissão, como órgão técnico do Congresso Nacional em matéria orçamentária, por força de disposição constitucional expressa, encontra-se plenamente capacitada política e tecnicamente para apreciar, em caráter final, os Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, considerando saneadas ou não as obras constantes do Anexo de Obras com Indícios de Irregularidade existente nas leis orçamentárias.

:

Cumprе ressaltar estar resguardada a faculdade, presente nos Regimentos das Casas, de recurso ao Plenário do Congresso Nacional quando apresentado por um décimo dos senhores membros de ambas as Casas.

Sr. Presidente, eu pediria, se aprovado, fosse o projeto incluído na pauta da sessão do Congresso Nacional ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero esclarecer ao Plenário que estamos votando uma indicação...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Indicação de minuta de projeto a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Exatamente. A minuta será objeto de votação na primeira reunião do Congresso Nacional, como matéria de iniciativa da Comissão de Orçamentos.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, queremos louvar a Comissão pela iniciativa, sob a chancela do Deputado Júlio Cesar.

Trata-se de providência — parece-me — de ordem prática, que vai dar celeridade ao processo. Sabemos das dificuldades que tem a Comissão em aprovar matérias dessa natureza em votação nominal. Por isso, a Comissão verificou a necessidade de alterar a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Estamos de acordo. Em nome do Governo, sugerimos a aprovação da proposta da Comissão, de iniciativa do Deputado Júlio Cesar. Parabéns pela iniciativa! Nossa recomendação é a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, em nome do nosso partido, o PL, também parabenizamos o Deputado Júlio Cesar pela iniciativa.

Entendemos que a proposta dará mais celeridade ao processo. Temos encontrado dificuldades na Comissão: às vezes, quando há *quorum* na Câmara dos Deputados, não há no Senado Federal, e vice-versa. Além do mais, a Comissão tem realmente condições técnicas de apreciar a matéria de forma terminativa.

Portanto, também apoiamos a matéria. Temos certeza de que a medida contribuirá em muito para a celeridade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, também não poderia deixar de me manifestar sobre a matéria.

Se existe algo a reivindicar, seria, primeiro, o atendimento ao princípio do Direito de economia processual, que, em minha avaliação, tem tudo a ver com a matéria que estamos apreciando, e, em segundo, a celeridade do processo.

Se conseguíssemos fazer com que todos os processos atendessem a esses 2 princípios do Direito, tenho certeza de que poderíamos fazer justiça a tempo de atender à questão social.

Esta Comissão é diversa das outras, uma vez que — disto temos plena convicção — por ela passa praticamente a vida econômica do País.

Quero parabenizar o Deputado Júlio Cesar pela iniciativa e afirmar que votamos favoravelmente ao projeto com toda a tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria continua em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, mesmo concordando com a matéria, gostaria de apresentar uma sugestão.

O que temos visto na Casa é que às vezes o texto, por mais explícito que seja, ainda deixa dúvidas. Por exemplo, no art. 43 da Resolução em exame:

:

“Art. 43. A aprovação pela Comissão de parecer que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos ...”

Sugiro acrescentarmos a expressão “de obras ou serviços”. Por quê? Porque, na discussão, alguém argumentará que não está escrito que se trata de obras e de serviços, e ficará a dúvida.

Muitas vezes, fazer o pessoal entender as coisas é difícil. Se não estiver bem escrito, ninguém entende. No mais, está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Concordo plenamente. Fica mais explícito, mais claro. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vai ser acrescida também a palavra “contratos”.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Pediria também que fosse colocada a palavra “contratos”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação a matéria na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação a matéria no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, um esclarecimento, por favor. A alteração proposta pelo Deputado foi incluída, não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foi incluída.

Solicitamos às Lideranças e aos Srs. Parlamentares que façam gestão junto aos colegas para que a matéria seja objeto de votação hoje ainda no Congresso Nacional.

Esgotada a pauta, declaro encerrada a reunião

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 24, 25 E 26 DE JUNHO DE 2003.**

Aos vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pautas nos 15, 16 e 17/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros:

- **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Priante, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nárccio Rodrigues, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko

- **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Heleno Silva, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Pizzolatti, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Manato, Marcelino Fraga, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Telma de Souza, Vander Loubet e Welinton Fagundes

- **Senadores suplentes:** Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sibá Machado e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Coriolano Sales, Dr. Heleno, Paes Landim, Pompeo de Mattos e Romeu Queiroz. O Deputado Machado justificou a ausência. Foi registrada a ausência dos membros:

- **Deputados titulares:** Ary Vanazzi, Félix Mendonça, Humberto Michiles, Jackson Barreto, José Rocha, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho e Rose de Freitas

- **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Hélio Costa, Heloísa Helena, Mozarildo Cavalcanti e Reginaldo Duarte. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia vinte e quatro de junho, o Presidente declarou aberta a reunião e informou que somente seria encerrada após a votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, constante da Pauta nº 17, tendo em vista tratar-se da última semana de trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional. Em seguida, leu o disposto no *art. 57, § 2º, da Constituição Federal*: “A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.” Em virtude da inexistência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que não apreciaria as Atas naquele momento e suspendeu a reunião. Antes, fez a convocação para as reuniões do dia 25 de junho, nos seguintes horários: às 10 horas - reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias. Local: gabinete do Presidente da Comissão; e às 10h30min - continuação da 10ª Reunião Ordinária para apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 e outras matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16. Local: plenário 02 da Câmara dos Deputados. Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e cinco do mesmo mês, o Presidente deu continuidade à reunião. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião Ordinária, realizada em 10 e 12 de junho de 2003; e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 10

de junho de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. O Presidente declarou as Atas **aprovadas**, conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*. **EXPEDIENTE:** O Deputado Pedro Novais fez a leitura do expediente. Correspondência interna recebida: Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 256, de 05 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência nos dias 11 de março, 08, 15, 22 e 24 de abril. A justificativa foi deferida pela Presidência em caráter excepcional. **2)** Ofício nº 176, de 12 de junho, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 27 de maio, 4, 5, 10 e 12 de junho. A justificativa de falta referente o dia 27 de maio foi indeferida pela Presidência, conforme o disposto no *art. 11 do Regulamento Interno*. **3)** Ofício nº 57, de 16 de junho, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no período de 16 a 18 de junho por estar em missão oficial. **4)** Ofício nº 307, de 17 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 17 e 18 de junho por estar em compromissos político-partidários. **5)** Expediente de 17 de junho, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 10 e 12 de junho por estar relatando projeto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. **6)** Ofício nº 155, de 24 de junho, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência à reunião do dia 24 de junho, por estar tratando de assuntos de interesse do seu partido. **7)** Ofício nº 146, de 24 de junho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar participando do Seminário “Transgênicos e a Sociedade Brasileira.” **8)** Ofício nº 189, de 24 de junho, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar cumprindo compromissos partidários no Estado. - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: . Ofício nº 137, de 16 de junho, do Líder do PDT, Deputado Neiva Moreira, indicando o Deputado Dr. Hélio. Correspondência externa recebida: **1)** Aviso nº 244, de 20 de junho, do Ministro de Estado da Fazenda Interino, Dr. Bernard Appy, encaminhando os documentos referentes às previsões de despesas com subsídios e subvenções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 1º bimestre de 2003. O Presidente informou que o referido documento havia sido enviado à Comissão em resposta à solicitação contida no Requerimento de Informação nº 07/2003, de autoria do Deputado Pauderney Avelino. Comunicou, ainda, que cópia do Aviso havia sido encaminhada ao Deputado Pauderney Avelino em 24/06/2003. **2)** Relatório enviado através do correio eletrônico referente ao Precatório do Supremo Tribunal Federal para o exercício de 2004. - Avisos/SGS, de 11 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 975 (Acórdão nº 672/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – construção de trechos rodoviários no Estado do Espírito Santo. **2)** Aviso nº 976 (Acórdão nº 684/2003): auditoria realizada nas obras de construção de hospital em Itapipoca, no Ceará. **3)** Aviso nº 1.031 (Acórdão nº 670/2003): auditoria realizada nas obras referentes ao Programa de Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul. **4)** Aviso nº 1.032 (Acórdão nº 671/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado da Bahia. **5)** Aviso nº 1.033 (Acórdão nº 673/2003): auditoria realizada nas obras de duplicação de trechos rodoviários na BR-381 no Estado de São Paulo – Divisa MG/SP – Entroncamento BR-116. **6)** Aviso nº 1.034 (Acórdão nº 674/2003): auditoria realizada nas obras de construção e pavimentação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais. **7)** Aviso nº 1.036 (Acórdão nº 675/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários nas BR-101 e 376, entre Palhoça/SC e a divisa com o Estado do Paraná. **8)** Aviso nº 1.037 (Acórdão nº 677/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Eclusa de Lajeado no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins. **9)** Aviso nº 1.038 (Acórdão nº 678/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Nordeste – BR-330/PI – Bom Jesus – Divisa PI/MA. **10)** Aviso nº 1.039 (Acórdão nº 679/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR-040) - Piranga – Fervedouro. **11)** Aviso nº 1.041 (Acórdão nº 680/2003): auditoria realizada nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior – Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG. **12)** Aviso nº 1.043 (Acórdão nº

:

683/2003): auditoria realizada nas obras de construção de adequação do sistema viário dos municípios de Santos e São Vicente. **13)** Aviso nº 1.049 (Acórdão nº 676/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado de Mato Grosso do Sul. - Aviso/SGS, de 12 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 1.054, que encaminha o Relatório sobre as Contas do Governo da República do exercício de 2002 e os Pareceres Prévios aprovados pelo Tribunal de Contas da União, referentes às Contas do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Trabalhista, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União. Aviso/GP, de 13 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 841 (Acórdão nº 295/2003): Informa que não há óbice à liberação de recursos para as obras de execução de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, obras de arte especiais e obras complementares na Rodovia BR-163/MT. Aviso/GP, de 17 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 849 (Acórdão nº 577/2003): Recurso interposto pelo DNIT contra a Decisão nº 1.217/2002-TCU. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos artigos 54 e 55, da *Lei de Responsabilidade Fiscal*, e artigo 5º da *Lei nº 10.028/2000*, referente ao 1º quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: - Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 8ª, 15ª, 19ª e 22ª. - Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Pedro Novais solicitou inversão da pauta, no sentido de que a Pauta nº 17 fosse apreciada preliminarmente. O Deputado Pedro Chaves perguntou sobre a apreciação das matérias das Pautas nºs 15 e 16 e foi-lhe respondido que seriam apreciadas posteriormente. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** O Presidente reiterou o aviso dado anteriormente no sentido de que a reunião somente seria encerrada após a votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, constante da Pauta nº 17, em virtude de ser a última semana de trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional. Em seguida, leu o disposto no art. 57, § 2º, da *Constituição Federal*: “A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.” PAUTA Nº 17. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 002/2003-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências”. Relator: Deputado Paulo Bernardo. Foram apresentadas 2.022 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O Deputado Pedro Novais solicitou a dispensa da leitura do Parecer por ter sido distribuído antecipadamente. O Deputado Jorge Bittar solicitou que apenas os pontos mais relevantes fossem apresentados pelo relator e foi atendido. O relator fez a apresentação dos tópicos mais importantes do Parecer, ao tempo em que explicou ter sido realizada reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão no dia 18 de junho, em que solicitou a apresentação de sugestões ao seu Parecer até o dia 20 do mesmo mês. Em seguida, o relator leu o Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas no prazo fixado, incluindo as alterações propostas na reunião do Colegiado realizada naquela manhã. Às doze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente anunciou o início da discussão e a abertura de prazo para a apresentação de destaques. O Senador Geraldo Mesquita Júnior e o Deputado Eduardo Valverde comunicaram que apresentariam destaques. Em discussão, usou da palavra o Deputado Jorge Bittar. Após, o Presidente informou que seria rigoroso quanto ao prazo de três minutos a ser utilizado no debate e transferiu a palavra ao Deputado Paes Landim. Em seguida, o Deputado Roberto Balestra solicitou ao relator que prestasse esclarecimentos acerca do resultado da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizada naquela manhã. O relator fez uma recapitulação das últimas reuniões do Colegiado: explicou que durante a reunião ocorrida no dia dezoito daquele mês ficou acertado que receberia sugestões até o dia vinte. No dia vinte e cinco, pela manhã, o Colegiado reuniu-se novamente para chegar ao consenso quanto à apreciação do Adendo. Após a exposição do relator, o Deputado Roberto Balestra usou da palavra para propor a não apresentação de destaques tendo em vista o acordo

:

firmado entre os Líderes. Nesse sentido, o Presidente solicitou que os Representantes das Lideranças orientassem suas bancadas. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se contrário à proposta do Deputado Roberto Balestra, ressaltando a inadmissibilidade de cerceamento ao direito de apresentação de destaques. Acrescentou, ainda, que não havia tido acesso às modificações constantes do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado. O Deputado Welinton Fagundes discutiu o assunto. Em seguida, o Presidente propôs que os Representantes das Lideranças se pronunciassem a respeito do tema em questão. Manifestaram-se favoravelmente os Deputados Carlito Merss e Roberto Saturnino, na qualidade de Líderes do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente. A seguir, o Deputado Welinton Fagundes concordou em retirar os destaques de sua autoria. Posicionaram-se a favor do acordo os Deputados Renato Casagrande, pelo PSB, Cezar Silvestri, pelo PPS, e Sérgio Miranda, pelo Pcdob. O Deputado Pauderney Avelino solicitou ao relator pronunciamento acerca de suas demandas, tendo sido atendido. O Presidente retomou a condução do debate, passando a palavra aos Deputados Ricardo Barros, Wasny de Roure e Claudio Cajado, que solicitou registro em ata sobre seu posicionamento no sentido de que o Anexo de Metas constituísse parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. O Senador Sérgio Guerra solicitou esclarecimentos acerca do resultado da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizada naquela manhã. O Deputado Pauderney Avelino prestou os esclarecimentos ao Senador. Em seguida, o Presidente propôs ao membros o início da votação do relatório, ressalvados os destaques, que poderiam ser apreciados separadamente no período da tarde daquele dia. O Deputado Anivaldo Vale observou que o direito à apreciação dos destaques deveria ser preservado, a despeito da existência do acordo. Em seguida, manifestou-se o Senador Amir Lando. O Deputado Virgílio Guimarães teceu considerações sobre os destaques de sua autoria acerca de dotações relativas ao processo eleitoral. Solicitou ao relator que os referidos destaques constassem como parte integrante do acordo firmado pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. O Presidente informou que o pleito seria submetido ao Colegiado de Líderes. Nesse momento, o Deputado Pauderney Avelino observou que durante a reunião realizada naquela manhã os membros do Colegiado haviam discutido o assunto em questão, ao tempo em que solicitou ao relator para pronunciar-se a respeito. Após, o Presidente informou que os destaques apresentados pelo Deputado Virgílio Guimarães estavam acatados tendo em vista o acolhimento pelo Colegiado de Líderes, e passou a palavra ao relator para a leitura das alterações finais do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado. O Deputado Pauderney Avelino solicitou cópia do Adendo. Em seguida, o Presidente anunciou o encaminhamento para votação do Parecer do relator com as modificações decorrentes do Adendo, ressalvados os destaques. Usaram da palavra para encaminhar a votação os seguintes Parlamentares: Deputado Pauderney Avelino, pela representação do PFL; Deputado Anivaldo Vale e Senador Sérgio Guerra, pela representação do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente; Deputado Carlito Merss, pela representação do PT; e Deputado Roberto Balestra, pela representação do PP. Em votação, o Parecer do relator com as alterações finais do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado, ressalvados os destaques, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às treze horas e cinquenta e três minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou os membros para a continuação dos trabalhos às dezessete horas daquele dia, com vistas à apreciação dos destaques. Às dezessete horas e trinta e quatro minutos do mesmo dia, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, o Deputado João Leão, no exercício da Presidência, declarou reaberta a reunião suspendendo-a em seguida, em virtude da realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às vinte horas e trinta e três minutos, o Presidente deu continuidade aos trabalhos. Em seguida, passou a palavra ao relator para proferir parecer aos destaques apresentados. O relator deu parecer pela rejeição de todos os destaques. O Deputado Carlito Merss apresentou proposta de votação dos destaques em globo. Os Deputados Pauderney Avelino, Anivaldo Vale e Eduardo Cunha manifestaram-se contra. O Deputado Jorge Bittar propôs que alguns dos destaques fossem apreciados separadamente e o restante em globo. O Deputado Cezar Silvestri manifestou-se favorável à

:

proposta. Não havendo consenso no Plenário para votação dos destaques em globo, o Presidente iniciou o processo de chamada nominal dos membros cujos destaques seriam analisados separadamente. Embora tendo iniciado esse processo, o Plenário consensualmente decidiu adotar outra metodologia para análise dos destaques. Em seguida, o relator apresentou proposta no sentido de que todos os destaques e emendas com o objetivo de criação do Anexo de Metas tivessem parecer pela prejudicialidade. Debateram a proposta os Deputados Pauderney Avelino e José Priante. O Presidente anunciou que esse assunto já havia sido abordado em reunião com o Colegiado de Líderes com assento na Comissão. O Deputado Cláudio Cajado fez registro acerca do seu posicionamento contrário à exclusão do Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. Em votação, a proposta foi **aprovada** contra os votos dos Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Cajado e Anivaldo Vale, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Deputado Pauderney Avelino solicitou a interrupção dos trabalhos para realização de reunião com o Colegiado de Líderes com o objetivo de atingirem consenso acerca dos destaques. O Deputado José Priante discutiu o assunto. Após, às vinte e uma horas e vinte e um minutos, a reunião foi suspensa. O Presidente deu prosseguimento à reunião às vinte e duas horas e dezenove minutos do mesmo dia. Em seguida, leu a lista dos destaques decorrente do acordo efetuado no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. O Deputado Cláudio Cajado solicitou a manutenção do destaque 137 e, logo após, solicitou a sua retirada. Os Deputados João Grandão e Pauderney Avelino discutiram o assunto. Os Deputados José Borba e Anivaldo Vale solicitaram que o acordo do Colegiado de Líderes referente aos destaques fosse cumprido. A Professora Raquel Teixeira falou sobre o destaque 118, de sua autoria. O Senador Sérgio Guerra e os Deputados Jorge Bittar e Sérgio Miranda solicitaram ao relator que o acordo referente aos destaques fosse mantido. A seguir, o Deputado José Priante apresentou proposta no sentido de que os destaques do acordo fossem votados em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **I) Destaques com parecer do relator pela aprovação conforme o acordo realizado no Colegiado de Líderes:** destaque 33, à emenda 185, do Deputado Eduardo Cunha; 38, à emenda 1.161, do Senador Geraldo Mesquita Júnior; 104, à emenda 993, do Senador Leomar Quintanilha; Destaques 158 e 159, do Deputado Anivaldo Vale, às emendas 65 e 66, respectivamente; e nova redação para as emendas dos seguintes destaques: 74, à emenda 1.692, do Deputado Ricardo Barros, 166, à emenda 516, do Deputado José Priante e 168, à emenda 420, do Deputado José Borba. O Presidente informou que a nova redação para os destaques 74, 166 e 168 foi resultado do acordo realizado por todos os representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **II) Destaques apreciados separadamente:** **1) Destaque 69**, do Deputado Ricardo Barros, à emenda 1.681. O autor fez a apresentação do destaque. O Deputado Anivaldo Vale manifestou-se favorável e o Deputado Carlito Merss, contrário. O relator deu parecer contrário. O Presidente informou que havia anunciado o destaque nº 68 inicialmente e o autor havia apresentado o de nº 69. Em votação, o destaque 69 foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Ricardo Barros e Anivaldo Vale na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **2) Destaque 68**, do Deputado Ricardo Barros, à emenda 1.680. O autor fez a apresentação do destaque. O relator deu parecer contrário. O Deputado Sérgio Miranda questionou a admissibilidade do destaque. Os Deputados Anivaldo Vale e João Magno discutiram o assunto. O Deputado Jorge Bittar solicitou esclarecimentos sobre a dúvida levantada pelo Deputado Sérgio Miranda, em virtude do disposto no § 1º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal e não foi respondido pelo Presidente. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **III) Destaques com parecer pela prejudicialidade por já terem sido atendidos:** 122, 187, 239, 153 e 154. O Presidente declarou **prejudicados** os referidos destaques. **IV) Destaques com parecer contrário do relator:** Em votação em bloco, os demais destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, em

:

virtude do disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros anunciou que, conforme o acordo do Colegiado de Líderes, estava acertado que o destaque 33 não seria objeto do veto presidencial. O Deputado Jorge Bittar apresentou questão de ordem no sentido de excluir do Projeto de Lei nº 02/2003-CN os relatórios de avaliação da situação financeira e atuarial previstos no inciso IV, § 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando mantidas todas as outras peças integrantes do referido Projeto. O Presidente deferiu a questão de ordem, tendo em vista que o mesmo procedimento havia sido realizado no ano anterior. Às vinte e três horas e treze minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou sua continuação para o dia seguinte, às dez horas, com vistas à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16. A reunião foi reiniciada às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mesmo mês. Após o Presidente declarar inexistência de número regimental para deliberação, no recinto, o Deputado Welinton Fagundes solicitou que a reunião fosse suspensa e reiniciada após a realização da sessão do Congresso Nacional. O Parlamentar comunicou sua intenção em incluir na pauta da referida sessão o Projeto de Resolução que “Altera o artigo 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional”. O Presidente ressaltou que a sessão possivelmente seria marcada para às dezenove horas e que após o seu término haveria dificuldade de comparecimento efetivo dos membros na reunião da Comissão, embora já houvesse número regimental no Livro de presença. Em seguida, a reunião foi suspensa. Às quatorze horas e dezessete minutos do mesmo dia, de acordo com o art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional, o Deputado Sérgio Miranda, no exercício da Presidência, declarou reaberta a reunião.

ENCERRAMENTO:

Em virtude da realização, naquele momento, de sessão no Plenário do Congresso Nacional para apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nºs 15, 16 e 17, de 2003.

Não há número regimental para deliberação e votação das atas.

Informo aos Srs. Senadores e Deputados que, tendo em vista ser a última semana de trabalhos no Congresso Nacional, esta reunião somente se encerrará após a votação do relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, constante da Pauta nº 17.

O Art. 57, § 2º, da Constituição Federal dispõe:

“Art. 57.....

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.”

Portanto, temos de fazer um esforço conjunto. Amanhã, haverá reunião das Lideranças às 10h, e da Comissão às 10h30. Apelo para todos os Srs. Senadores e Deputados no sentido de comparecerem, porque, se a LDO não for aprovada, fica impedida a convocação extraordinária do Congresso Nacional. E os resultados se farão sentir na vida de cada um. *(Risos.)*

Após esta explicação, suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para amanhã, quarta-feira, às 10h30.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo *quorum* legal, declaro reaberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matéria constante das Pautas nºs 15, 16 e 17, de 2003.

Apreciação das atas das seguintes reuniões:

- 9ª Reunião Ordinária, realizada em 10 e 12 de junho, de 2003.

- 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 10 de junho de 2003.

Havendo concordância do Plenário, a leitura das atas, por terem sido distribuídas, será dispensada.

Não havendo discussão, e conforme estabelece a alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Expediente.

Peço ao Deputado Pedro Novais que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Expediente.

Correspondência interna recebida:

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 256, de 5 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência nos dias 11 de março, 8, 15 e 22 e 24 de abril.

A justificativa foi deferida pela Presidência.

2) Ofício nº 176, de 12 de junho, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas no dia 27 de maio, 4, 5, 10 e 12 de junho. A justificativa de falta referente ao dia 27 de maio foi indeferida pela Presidência, conforme o disposto no art. 11 do Regulamento Interno.

3) Ofício nº 57, de 16 de junho, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no período de 16 a 18 de junho, por estar em missão oficial.

4) Ofício nº 307, de 17 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 17 e 18 de junho, por estar em compromissos político-partidários.

5) Expediente de 17 de junho, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 10 e 12 de junho, por estar relatando projeto da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

6) Ofício nº 155, de 24 de junho, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência à reunião do dia 24 de junho, por estar tratando de assuntos de interesse do seu partido.

:

7) Ofício nº 146, de 24 de junho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar participando do Seminário *Transgênicos e a Sociedade Brasileira*.

8) Ofício nº 189, de 24 de junho, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar cumprindo compromissos partidários no Estado.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- Ofício nº 137, de 16 de junho, do Líder do PDT, Deputado Neiva Moreira, indicando o Deputado Dr. Hélio.

Correspondência externa recebida:

1) Aviso nº 244, de 20 de junho, do Ministro de Estado da Fazenda Interino, Dr. Bernard Appy, encaminhando os documentos referentes às previsões de despesas com subsídios e subvenções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 1º bimestre de 2003.

Este documento foi enviado à Comissão em resposta à solicitação contida no Requerimento de Informação nº 7, de 2003, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, cuja cópia foi encaminhada em 24 de junho último.

2) Relatório enviado através do correio eletrônico, referente ao precatório do Supremo Tribunal Federal para o exercício de 2004.

Avisos/SGS, de 11 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 975 (Acórdão nº 672/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste — construção de trechos rodoviários no Estado do Espírito Santo.

2) Aviso nº 976 (Acórdão nº 684/2003): auditoria realizada nas obras de construção de hospital em Itapipoca, no Ceará.

3) Aviso nº 1.031 (Acórdão nº 670/2003): auditoria realizada nas obras referentes ao Programa de Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul.

4) Aviso nº 1.032 (Acórdão nº 671/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado da Bahia.

5) Aviso nº 1.033 (Acórdão nº 673/2003): auditoria realizada nas obras de duplicação de trechos rodoviários na BR-381, no Estado de São Paulo.

6) Aviso nº 1.034 (Acórdão nº 674/2003): auditoria realizada nas obras de construção e pavimentação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais.

7) Aviso nº 1.036 (Acórdão nº 675/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários nas BR-101 e 376, entre Palhoça/SC e a divisa com o Estado do Paraná.

8) Aviso nº 1.037 (Acórdão nº 677/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Eclusa de Lajeado, no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins.

9) Aviso nº 1.038 (Acórdão nº 678/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Nordeste.

10) Aviso nº 1.039 (Acórdão nº 679/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste — BR-482/Minas Gerais.

11) Aviso nº 1.041 (Acórdão nº 680/2003): auditoria realizada nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior — Universidade Federal de Uberlândia — UFU/MG.

12) Aviso nº 1.043 (Acórdão nº 683/2003): auditoria realizada nas obras de construção de adequação do sistema viário dos Municípios de Santos e São Vicente.

13) Aviso nº 1.049 (Acórdão nº 676/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado de Mato Grosso do Sul.

Aviso/SGS, de 12 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

- Aviso nº 1.054, que encaminha o relatório sobre as contas do Governo da República do exercício de 2002 e os pareceres prévios aprovados pelo Tribunal de Contas da União, referentes às contas do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do

:

Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Trabalhista, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União.

Aviso/GP, de 13 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

- Aviso nº 841 (Acórdão nº 295/2003): informa que não há óbice à liberação de recursos para as obras de execução de serviços de terraplanagem e obras complementares na rodovia BR-163.

Aviso/GP, de 17 de junho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

- Aviso nº 849 (Acórdão nº 577/2003): recurso interposto pelo DNIT contra a Decisão nº 1.217/2002, do TCU.

Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e art. 5º, da Lei nº 10.028, de 2000, referente ao primeiro quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 8ª, 15ª, 19ª e 22ª.

- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia.

Expediente lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ordem do Dia:

Pauta nº 15.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, tendo em vista a premência do tempo, peço a V.Exa. a inversão da pauta, para que possamos iniciar a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, pauta nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado sugeriu a inversão da pauta, para inclusão, em primeira discussão, da pauta nº 17, que se refere à LDO e precisa ser votada na reunião de hoje.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Há matérias importantes que precisaríamos aprovar antes do recesso. Invertendo a ordem, aprovando a LDO, como ficariam essas outras matérias? Seriam votadas ainda hoje, ou ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Logo após seriam votadas outras matérias, senão, na reunião de amanhã, que já está convocada.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Certo. E no caso de matérias que precisam de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tudo, é demais. A votação nominal está dependendo da decisão do Congresso, de reformulação da Resolução nº 1. Já foi apresentada a minuta, está sendo...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Submeto à Câmara a proposta de inversão de pauta.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Passaremos, em primeiro lugar, à discussão e aprovação da Pauta nº 17. Informo aos senhores membros que esta reunião somente será encerrada após a votação do relatório apresentado ao projeto da LDO, constante da Pauta nº 17, tendo em vista que esta é a última reunião do Congresso Nacional. O art. 57, § 2º, da Constituição Federal, dispõe: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

Pauta nº 17.

Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 02/2003, que 'dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências'. Relator:

:

Deputado Paulo Bernardo. Foram apresentadas 2.022 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Bernardo, para apresentação do parecer.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vou ler o parecer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. “O Projeto de LDO foi encaminhado pelo Presidente da República...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, tendo em vista que toda a Comissão tem conhecimento do relatório do Deputado Paulo Bernardo, já apresentado há vários dias, pediria ao Plenário que considerasse a possibilidade de dispensarmos a leitura do mesmo e passarmos imediatamente à discussão, a fim de ganhar tempo.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, concordo com a solicitação do Deputado Pedro Novais. Apenas solicito que o Deputado Paulo Bernardo procure, em poucas palavras, externar os aspectos principais que motivaram a elaboração de seu relatório, para que as devidas ênfases sejam comunicadas ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 no prazo constitucional. Essa Comissão, através do Presidente, deu-me a incumbência de relatá-lo, e fizemos nosso parecer analisando antes 2.022 emendas.

Queria explicar inicialmente que cerca de 900 emendas foram apresentadas com o objetivo de incluir metas na LDO para 2004. Isso, na verdade, verificou-se inviável, porque, a exemplo do que aconteceu há 4 anos, temos, no primeiro ano de Governo, uma defasagem entre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e a falta de existência de um PPA para o quadriênio seguinte. Nós somente receberemos o PPA no final do mês de agosto, e esse projeto será discutido e votado até o final do ano. Portanto, não existe ainda o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007. Isso tornou inviável a acatção de emendas destinadas a incluir metas, até porque a Constituição exige que as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias sejam compatíveis com o Plano Plurianual. Não existindo Plano Plurianual, não temos como verificar, e podemos, inclusive, depois fazer a votação do Plano Plurianual com metas opostas ou divergentes.

Em função disso, optamos por não acatar essas emendas, e remeter esse debate, como aconteceu em 1999, para discussão do projeto de Plano Plurianual. Então, o Governo vai mandá-lo para nós no final de agosto — se não me engano, no dia 29 de agosto, em função de o dia 31 ser um domingo —, e vamos fazer a discussão do Plano Plurianual, mas também das metas para o Orçamento de 2004, que serão incluídas no PPA. E aí caberá a discussão em torno dessas emendas que foram apresentadas.

Além disso, Sr. Presidente, procuramos acatar o maior número de emendas no texto, ou emendas que apresentassem prioridades, algumas emendas que diziam respeito às regras para o contingenciamento. Acatamos também um número muito significativo de emendas que objetivavam, segundo os autores, Deputados e Senadores, estabelecer maior controle social e mais facilidade, maior transparência no acompanhamento da execução do Orçamento. Então, incluímos diversos dispositivos de iniciativa dos senhores e das senhoras Parlamentares, que, com certeza, aperfeiçoam a possibilidade de acompanhamento, não apenas pela Comissão Mista de Orçamento, pelo Congresso, mas também pelo cidadão comum. Até porque os Poderes terão obrigação de, mensalmente, prestar contas através da Internet, para que todos os cidadãos possam acompanhar as despesas e receitas dos 3 Poderes.

Além disso, Sr. Presidente, houve grande discussão sobre as agências oficiais de fomento, e optamos por determinar também, a pedido das emendas parlamentares, que 30%

:

dos recursos aplicados pelo BNDES sejam aplicados na área das micros, pequenas e médias empresas. E, no conjunto das agências oficiais de fomento, instituímos meta para que o Governo, em 2004, aumente em 50% o volume de financiamento para as micros, pequenas e médias empresas. Acredito que isso vai ter um significado especial, inclusive consonante com os objetivos que tem nosso Governo proclamado seguidamente.

Tivemos um debate na semana passada, Sr. Presidente, sobre o relatório, e disso resultou que os Líderes partidários e outros Parlamentares poderiam, até a última sexta-feira, apresentar sugestões, que seriam acrescentadas como adendos ao nosso relatório. Vários pontos foram incluídos, dentre eles uma discussão importante sobre obras irregulares. Havia uma divergência, uma discussão muito salutar, sobre a possibilidade de o Tribunal de Contas suspender liminarmente, cautelarmente, obras com indícios de irregularidade. Alguns Parlamentares consideram que isso é atribuição do Poder Legislativo, mas chegamos a acordo sobre essa questão e também incluímos, portanto, determinação relativa às obras irregulares.

Vários Parlamentares demonstraram preocupação com relação à rubrica restos a pagar, e, por conta disso, incluímos a determinação de que, no relatório quadrimestral que o Governo tem que enviar ao Congresso, à Comissão Mista, o Governo demonstre o cumprimento das metas estabelecidas e também daquelas estabelecidas para o pagamento dos restos a pagar.

Diversos artigos foram incluídos, com o objetivo de dar maior transparência e permitir a esta Comissão maior acompanhamento das contas da Previdência Social. Incluímos determinação para que o Tribunal de Contas proceda, até o dia 30 de setembro, e mande a esta Comissão, levantamento dos ativos imobiliários do INSS. Também reforçamos que o Tribunal de Contas acompanhe a inclusão de devedores do INSS no CADIN, conforme lei já existente, mas a argumentação de alguns Parlamentares não tem sido observada a contento. Fizemos emendas obrigando a discriminação da receita e da despesa... Não, desculpem, há uma emenda importante que foi acatada, a qual determina o seguinte:

“Havendo aumento das despesas obrigatórias” — por exemplo, com salários do funcionalismo, ou aumento do salário mínimo — “que o Poder Executivo fique obrigado a mandar os créditos necessários para fazer os remanejamentos, no primeiro semestre até o dia 31 de julho, e, no segundo semestre, até 15 de outubro, ou 15 de dezembro. Caso a lei exija que seja um projeto de lei, 15 de outubro, ou, por decreto, até dia 15 de dezembro”.

Houve diversas emendas destinadas a retirar da possibilidade de contingenciamento ações governamentais. Inicialmente, acatamos a exclusão do contingenciamento das ações de saúde, assistência e educação. E, na discussão com os Líderes, foi feito acordo onde também os recursos ligados a ações de ciência e tecnologia, os fundos de ciência e tecnologia, ficarão excluídos do contingenciamento.

Sr. Presidente, fizemos exaustivos debates com os Líderes. Estamos apresentando, portanto, um adendo que resulta dessa discussão, a qual relata as várias modificações que foram feitas no relatório por conta disso.

Sr. Presidente, esse é, resumidamente, o parecer que fizemos. Incluímos diversas disposições sobre a elaboração, execução e controle do Orçamento, aperfeiçoando o entendimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda no caso do INSS, a emenda, muito discutida e por nós acatada, determina que nas contas da Previdência Social sejam destacados os gastos com aposentadoria do trabalhador rural. Alguns Parlamentares entendiam que deveríamos determinar a retirada dessas contas e lançar esses pagamentos à conta do orçamento da Assistência. Isso não foi objeto de acordo, mas fica obrigado o Governo, por meio do Ministério da Previdência, a mandar destacados os pagamentos relativos ao trabalhador rural.

Essa é, portanto, Sr. Presidente, a tônica do debate. Houve muitas emendas relativas ao aumento do salário mínimo e dos salários dos servidores públicos. Em função de não termos ainda um quadro claro e completo sobre o comportamento da economia no segundo semestre, especialmente no ano que vem, ponderamos que seria mais adequado — e

chegamos a acordo — deixarmos a discussão sobre essas medidas para mais adiante, por ocasião da discussão da lei orçamentária.

Sr. Presidente, apenas para conhecimento, vou ler o adendo acordado entre os Líderes a ser acrescentado ao nosso parecer. O primeiro manda excluir, do Substitutivo os arts. 45 e 45-A, que se referem a transferências voluntárias da União. Havia divergência de entendimento, e optamos por não fazer constar esses 2 artigos que estão no Substitutivo. Além disso, incluímos no art. 10 o inciso III, com a seguinte redação: “*Ao pagamento de benefícios previdenciários ao trabalhador rural*”, como acabei de relatar, com o objetivo de separar os pagamentos de aposentadorias a trabalhadores rurais nas contas da Previdência.

Também criamos o art. 95-A, que diz o seguinte:

“Art. 95-A. O Tribunal de Contas da União verificará o cumprimento do disposto no art. 2º, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.522, de 2002, quanto à inclusão no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal — CADIN das pessoas físicas e jurídicas que se encontram em débito com o Instituto Nacional de Seguro Social — INSS e formará a comissão mista de que trata o art. 166, § 1º — Comissão Mista de Orçamento — às irregularidades e omissões verificadas”.

Como também já disse, esse artigo resultou de emenda com vistas a garantir o cumprimento do que diz a Lei do CADIN com relação aos devedores do INSS.

O item 4 incluiu o art. 89-A:

“Art. 89-A. O Tribunal de Contas da União remeterá à comissão mista de que trata o art. nº 166, Comissão Mista de Orçamento, até 30 de setembro de 2004, os resultados de auditoria realizada para avaliar a gestão dos ativos imobiliários constituídos de terrenos e edificações do INSS, da qual constará a relação dos imóveis com valores atualizados a preço de mercado, bem como os valores correspondentes à locação e às despesas de manutenção e conservação”.

No art. 3º-A, onde se lê:

“*I - relatórios quadrimestrais de acompanhamento da execução orçamentária e cumprimento de metas a serem encaminhados no prazo de 30 dias após o final de cada quadrimestre, demonstrando a conformidade da execução da programação de trabalho aprovada na Lei Orçamentária, considerados os ajustes determinados pelos decréditos de limitação de empenho, com os objetivos dos respectivos programas e com as prioridades e metas definidas para o Exercício de 2004*”,

Leia-se:

“*I - relatórios quadrimestrais de acompanhamento do cumprimento de metas e da execução orçamentária e financeira, inclusive dos restos a pagar, a serem encaminhados no prazo de 30 dias após o final de cada quadrimestre, demonstrando a conformidade da execução da programação de trabalho aprovada na Lei Orçamentária, considerados os ajustes determinados pelos decréditos de limitação de empenho com os objetivos dos respectivos programas e com as prioridades e metas definidas para o Exercício de 2004*”.

Item 6.

No art. 17, § 3º, substitua-se o escrito por:

“§ 3º. Pagamento dos bens e serviços contratados diretamente pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, no âmbito do orçamento fiscal e seguridade fiscal, dependerá de prévio registro dos respectivos contratos no SIASG, ou nos sistemas

:

próprios, devendo, neste último caso, ser efetuada a transferência eletrônica de dados na forma do § 1º deste artigo”.

Ainda no art. 17, § 4º, substitua-se o escrito por :

“§ 4º. As entidades constantes do orçamento de investimento das estatais deverão providenciar a transferência eletrônica de dados relativas aos contratos firmados para o SIASG, na forma e no nível de detalhamento a serem definidos junto ao gestor do sistema”.

Item 8.

Acrescente-se ao art. 67 o seguinte parágrafo:

“§ 10º. O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 5º deste artigo no prazo de 5 dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição”.

Item 9.

Inclua-se no Substitutivo o seguinte artigo:

“Art. 102-A. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no Exercício de 2004 deverão estar acompanhados de demonstrativos discriminando o montante estimado da diminuição da receita e do aumento da despesa para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2004 a 2006, detalhando a memória de cálculo respectiva.

§ 1º. O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado pelo Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 dias, a estimativa da diminuição da receita ou do aumento da despesa ou os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º. O Poder Executivo atribuirá a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo, no âmbito desse Poder”.

Está-se aqui dizendo que, quando houver projeto de impacto financeiro e orçamentário, o Poder Executivo deverá, a pedido de Presidente de Comissão do Poder Legislativo, informar o impacto financeiro e orçamentário.

O item 10 exclui o § 2º do art. 85, renumerando o restante para parágrafo único.

O item 11 troca a redação do § 6º para:

“§ 6º. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar na forma prevista no texto da Lei Orçamentária ou encaminhará projeto de lei adicional:

I - até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre;

II - até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de aberturas de crédito mediante projeto de lei ou por decreto, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre”.

Item 12.

A redação do art. 4º, § 1º, foi trocada para:

“I - os fundos de incentivos fiscais que figurarão exclusivamente com o demonstrativo anexo à mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária”.

Item 13. A redação do art. 5º, § 9º, foi trocada para:

“§ 9º. As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes de concessão, permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e de utilização de

:

recursos hídricos de que trata o art. 22 da Lei nº 9.433/97 constarão na Lei Orçamentária, com código próprio que as identifique conforme a origem da receita, discriminando-se, no mínimo, aquelas decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transportes, petróleo, eletricidade e recursos hídricos”.

Sr. Presidente, esses foram os itens incluídos no adendo. No entanto, como os Srs. Líderes incluíram mais alguns pontos, que estaremos recebendo dentro de poucos minutos, solicito a V.Exa. que eu possa, enquanto segue a discussão, proceder à leitura dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está iniciada a discussão e, ao mesmo tempo, aberto o prazo para a apresentação de destaques.

Concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu havia apresentado emenda que, infelizmente, não foi acolhida pelo ilustre e eminente Relator, Deputado Paulo Bernardo.

Solicito seja considerada sua apreciação na forma de destaque, que estou protocolando na Secretaria da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra pela ordem ao nobre Deputado Athos Avelino.

O SR. DEPUTADO ATHOS AVELINO - Sr. Presidente, também apresentei ao Relator algumas emendas com o fim de estimular os Estados com cobertura florestal, donos de reservas nativas ou indígenas. Esses Estados têm custo adicional com a preservação dessas reservas. Minhas emendas eram no sentido de conceder-lhes menor percentual de participação nos convênios com a União Federal.

Creio que a emenda beneficiaria principalmente a região amazônica, cujos Estados, em função de seu zoneamento agroecológico, têm de manter reservas florestais, ambientais, extrativistas, indígenas e, com isso, têm elevado custo de manutenção contra ocupação, destruição, incêndios, custos que acabam onerando as despesas de seus Governos.

Apresentei, portanto, proposta no sentido de a LDO abrigar a emenda que prevê que nos convênios firmados com a União, os Estados e os Municípios tivessem percentuais menores de participação de modo a serem compensados da manutenção de suas reservas preservadas.

Peço ao Relator que reconsidere em seu parecer essa sugestão de emenda; afinal, a região amazônica precisa ser estimulada a preservar sua cobertura florestal e, principalmente, a manter intacta suas reservas indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem o direito de apresentar destaque da emenda.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, em primeiro lugar, elogiar a qualidade do trabalho apresentado pelo nobre Relator, Deputado Paulo Bernardo.

Quero também enfatizar a ressalva já apresentada pelo Relator de que as metas e prioridades não foram tratadas nesta LDO em virtude de certa anomalia definida pela própria regra constitucional que rege PPA, Orçamento e LDO.

No primeiro ano de Governo, a LDO é apresentada antes da elaboração do PPA, o que impede que ela possa definir metas e prioridades, uma vez que o grande balizador das metas e prioridades de Governo é o próprio PPA. Então, esta matéria, naturalmente, ficará para a Lei Orçamentária do próprio ano e para a apreciação do PPA.

É, portanto, conveniente que esta Casa, ao receber o PPA, no último dia do mês de agosto, possa dar a devida prioridade a sua apreciação para que a própria Lei Orçamentária do próximo ano já reflita claramente essas metas e prioridades.

Ressalto ainda, Sr. Presidente, a ênfase que deu o Relator a que haja maiores avanços no sentido de promover mais rigor e mais eficiência, tanto na apresentação da proposta orçamentária quanto na sua execução, destacando uma série de aspectos

:

importantes quanto a critérios de aplicação de recursos, como a aplicação do IDH com essa finalidade, diminuindo a parcialidade ou aumentando a impessoalidade na transferência de recursos para Estados e Municípios.

É importante ressaltar a clara definição de que as metas de superávit sejam estabelecidas como um percentual do PIB, não como um valor absoluto, a fim de que se minimizem os impactos sociais do estabelecimento das metas fiscais, tão importantes para o País.

Aliás, sob esse aspecto, quero ressaltar que estamos num momento de importante inflexão das políticas de nosso Governo, que adotou, nos primeiros meses do ano, medidas duras e amargas quanto à situação fiscal do País; estamos colhendo os frutos do ajuste macroeconômico efetuado neste Governo. E eis a inflação convergindo para as metas, dado importante para a criação de ambiente favorável à redução dos juros e da enorme vulnerabilidade externa da economia brasileira, aprofundando a trajetória de superávit nas contas externas do País por conta de uma política agressiva de exportações e a conseqüente redução da taxa cambial, propiciando, inclusive, considerável redução da dívida interna pública brasileira.

Se o juros altos, ainda lamentavelmente praticados, empurram a dívida pública para cima, é importante registrar que a valorização do real frente ao dólar propiciou considerável redução da dívida pública, fazendo com que a relação dívida x PIB, principal referência, tenha caído significativamente nesses meses, estando próxima dos 50%, meta adequada fixada pelo Governo e por todo aqueles que de bom senso trabalham no sistema.

Acredito firmemente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que, com as reformas da Previdência e tributária, criaremos ambiente favorável à profunda redução da taxa de juros e à reanimação da economia brasileira. Aliás, nesse particular, quero ressaltar o novo plano de safra, o plano de financiamento da agricultura familiar, que representa enormes avanços na disponibilização de recursos para essa área, o plano de microcrédito, que o Governo deverá anunciar ainda esta semana, e o plano com vistas a aumentar o volume de crédito das agências oficiais do Governo brasileiro, que deverão irrigar a economia ao criar ambiente favorável ao aumento da taxa de investimentos e, portanto, à geração de empregos, já no segundo semestre deste ano.

Ainda, Sr. Presidente, ressalto alguns aspectos que me parecem bastante importantes relativamente ao crédito, sobretudo a feliz apresentação, pelo nobre Relator, da exigência de que o BNDES, na destinação de seus recursos a financiamentos no ano que vem, direcione às pequenas e médias empresas volume de recursos 50% superior à média apresentada nos últimos 3 anos, em sintonia com o que vimos trabalhado ao longo dos últimos anos — apresentamos nesse mesmo sentido, ano passado, emenda que, lamentavelmente, acabou vetada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Acredito que estamos iniciando uma trajetória de fortalecimento das médias, pequenas e microempresas, exatamente aquelas que geram empregos no País, e empregos são, exatamente, fundamentais no combate à exclusão social: combate-se a exclusão com políticas sociais, mas combate-se a exclusão, sobretudo, com políticas de desenvolvimento sustentável apoiadas nos pequenos e médios empreendedores deste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apesar de haver uma série de outros temas a serem tratados, pois a matéria é extensa, esta Casa está avançando no rigor e na transparência, visando influir cada vez mais na estruturação da matéria orçamentária e na fiscalização de sua execução, objetivos centrais para se garantir o avanço nas políticas públicas deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder-lhe a palavra, nobre Deputado, aviso a V.Exas. que o tempo de cada interveniente será de 3 minutos. Como há muitos pedindo a palavra, vamos observar rigorosamente esse tempo.

Tem V.Exa. a palavra, nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, gostaria apenas de pedir o requerimento de destaque na proposta da LDO, pois não o fiz no momento em que me pronunciei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Informo a V.Exa. que o requerimento escrito deverá ser encaminhado através da Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Leonardo Mattos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Sr. Presidente, além de salientarmos a apresentação de alguns destaques que achamos por bem serem absorvidos pelo valoroso relatório do nosso Relator, também salientamos a importância de um destaque adicional, que apresentamos neste momento, através do Ministério da Cultura, para a ampliação de recursos orçamentários do Ministério da Cultura para a ordem de 1%.

Como essa emenda, apresentada pela Senadora Roseana Sarney, não foi acatada no relatório do Relator, pedimos aos membros desta Comissão, Deputados e Senadores, que a analisem com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, os destaques são apresentados na Comissão. Oportunamente, serão objeto de defesa pelo autor e, posteriormente, de discussão pelos membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Sr. Presidente, nós, membros desta Comissão, apresentamos os destaques, e agora estamos simplesmente narrando-os.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Excelência, os destaques ainda não entraram em discussão.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, ouvi atentamente a exposição do nobre Relator, que a fez com competência e objetividade.

Entendi que S.Exa. deixou de aceitar as emendas, alocando determinadas obras da LDO, em razão de que no decorrer do próximo semestre iremos discutir o PPA. Se esta Comissão fosse realmente aparelhada para fazer análises comparativas entre o PPA passado, o desta vigência e o do futuro, perceberíamos que algumas dessas emendas vieram do próprio PPA do Governo, até do seu projeto original. De qualquer maneira, seria prudente que o Relator selecionasse a seu alvitre aquelas que considerasse importantes para a apreciação do Governo na elaboração do PPA. Ou seja, S.Exa. poderia analisar alguma dessas emendas que achasse factíveis e as encaminhasse ao Governo, a fim de que nosso trabalho não fosse em vão e a Comissão governamental levasse em consideração as nossas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A ponderação de V.Exa. será levada em conta.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, nós viemos da reunião, e, parece-me, ficou algo acordado.

Eu gostaria de saber do Relator se S.Exa. vai explicar para o Plenário que já existe um acordo para a aprovação, ao invés de todos ficarem aqui apresentando destaques. Ora, já sabemos antecipadamente que os destaques serão rejeitados. Então, seria de bom alvitre que o Relator explicasse o resultado da nossa reunião de Líderes, porque todos estão discutindo o problema dos destaques, mas se já há um acordo, eu acho que é inócua a discussão de agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, não vejo problema algum em cumprir o que me solicita o Deputado Roberto Balestra. Queria dizer, entretanto, que me parece que isso é algo que os Líderes de cada bancada têm de informar aos Deputados.

Nós fizemos uma reunião, quarta-feira, discutimos exaustivamente, e ficou aberto um prazo para que, por meio das Lideranças, fossem apresentadas as solicitações de modificações, as quais foram apresentadas até sexta-feira. Nós revisamos todo o parecer, apresentamos um adendo, e, hoje, na reunião com os Líderes, foram acrescentados alguns pontos, foi feito um novo adendo ao adendo. E foi feito um acordo para votação dessa forma.

Então, parece-me, como Relator, que minha obrigação é ouvir todos os Parlamentares que forem se manifestar. Agora, entendo que as Lideranças têm que se

:

manifestar no sentido de que houve um acordo, inclusive para fazer a votação simbólica do parecer, até considerando a exigüidade de tempo. Nós temos, pela Constituição, prazo para votação até dia 30, portanto, segunda-feira, no plenário do Congresso. Isso implica, inclusive, de acordo com a Constituição, que caso não seja votada a matéria, que o Congresso não poderá entrar em recesso.

Bom, eu, a pedido do Deputado Roberto Balestra, estou explicando que realmente houve um acordo dos Líderes nesses termos para votar, acrescentados os 2 adendos que foram produzidos não pelo Relator, mas pelo colegiado de Líderes da Comissão.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, ainda com a palavra, quero fazer um apelo sobretudo aos Parlamentares do PP, do meu Partido. Penso que nós não deveríamos sequer apresentar os destaques, porque realmente já houve um acordo, apesar do direito de cada um, que é legítimo, de apresentar os destaques. Mas como já há um acordo, acho desnecessário apresentar os destaques.

Na reunião com o Relator e o Presidente, os Líderes falaram em nome de cada Partido. Então, eu gostaria, imensamente, que os pares, que os Deputados do PP deixassem de apresentar esses destaques. Da mesma forma, solicitaria também dos demais Líderes que apelassem às suas bancadas nesse sentido, para que pudéssemos ganhar tempo. Penso que qualquer discussão, além disso, torna-se inócua, porque houve um acordo, e esta Casa vive de acordos, nós temos de cumprir os acordos.

É bom frisar que o Relator Paulo Bernardo, logicamente, não acolheu todas as emendas apresentadas, mas S.Exa. avançou bastante naquilo que foi apresentado, deixando, de certa forma, todos nós satisfeitos com o relatório final que está sendo apresentado para votação. Logicamente, nem todos estão atendidos, como eu também não fui atendido em tudo, mas, no mérito, nós temos de concordar com S.Exa., porque realmente o avanço que ele permitiu que acontecesse na LDO foi muito grande.

Eu quero, em nome do PP, cumprimentar o Deputado Paulo Bernardo pelo relatório e pela compreensão na análise das emendas apresentadas. Eu sei que não é fácil atender a todos os Deputados, e todos querem que suas emendas sejam aproveitadas. Foi feito o possível.

Então, faço apelo, mais uma vez, aos Líderes dos demais partidos, para que esclareçam as suas bancadas do acordo que foi celebrado na sala da Presidência.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em face das considerações feitas pelo Sr. Relator e agora pela Liderança do PP, pelo Deputado Balestra, solicitamos às Lideranças o pronunciamento de orientação as suas bancadas. A seguir concederei a palavra pela ordem ao Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Discordo do que disse o Deputado Balestra, porque ainda não temos o texto do que foi acordado.

Fiz 2 propostas ao Relator Paulo Bernardo. A primeira proposta é sobre a questão da saúde, que para nosso partido é fundamental. Não apenas para nosso partido, Sr. Presidente, mas para todos os Estados brasileiros essa é uma questão fundamental. Não obtive ainda um posicionamento do Deputado Paulo Bernardo, Relator dessa matéria.

Temos uma outra questão: as agências de fomento. Pedi um tratamento igualitário, similar ao que foi dado ao BNDES para as demais agências de fomento, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal. Ainda não obtive resposta do Deputado Paulo Bernardo.

Há outra questão, Sr. Presidente, o que acordamos na reunião foi não haver a verificação. Este Plenário e nenhum acordo pode tirar a prerrogativa do Parlamentar, o direito inalienável do Parlamentar de apresentar destaque. Portanto, acredito que devemos colocar as coisas como elas realmente são e como aconteceram, para que depois não haja mal-entendidos.

Estamos aqui dispostos a discutir todas essas questões. Entendemos que o Deputado Paulo Bernardo teve boa vontade no acatamento de algumas emendas, mas entendemos que precisamos discutir outras emendas, e só com a apresentação de destaques é que isso poderá ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney, nem o Relator nem a Mesa procuraram cercear os Parlamentares da apresentação de destaques, tanto que foi aberta inscrição para os destaques e há prazo de inscrição.

O que estamos solicitando agora é que as Lideranças partidárias dêem conhecimento aos seus Parlamentares daquilo que foi acordado na reunião de lideranças, para orientar o comportamento de cada um.

Por isso, concedo a palavra ao Deputado Carlito Merss, pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, creio ser anti-regimental o questionamento feito neste momento, porque acredito que, se o Deputado apresenta uma emenda, ela é rejeitada, ele tem direito de destacar. Isso está no Regimento Interno, até porque a Comissão prepara um relatório para ir para o douto plenário e isso cerceia o direito da representatividade do Deputado, que representa seu Estado, sua região, quer ver consolidadas suas emendas, que não foram, no primeiro momento, aceitas pelo Relator. Mas, através do destaque, vai defendê-las, e é regimental.

Então, acredito que está cerceando o direito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, os destaques estão sendo aceitos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Não foi isso que foi exposto aqui. Foi que os Líderes...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os destaques, não. Os Líderes estão esclarecendo o que houve na reunião, mas os destaques estão sendo aceitos e serão defendidos na discussão.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Creio que a própria Presidência poderia comunicar o acordo estabelecido na reunião. Se algum Líder...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não. A Presidência não pode falar pelas bancadas.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Não é falar pelas bancadas. Se algum Líder discordar do que a Presidência disser, porque é um acordo, manifesta-se; senão todas as Lideranças vão repetir a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - No princípio parlamentar, por suas bancadas, falam os Líderes; a Presidência nunca dá opinião, a não ser respondendo a questão de ordem.

Por isso, concedo a palavra ao nobre Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, Sr. Relator e Senador Amir Lando, Líder do Governo na Casa, avançamos muito.

É fundamental reconhecermos que, além de todos os aperfeiçoamentos que observamos neste projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, alguns ligados a idéias já aqui defendidas pelo Deputado Jorge Bittar e outros, tivemos hoje uma belíssima reunião, objetiva, como nunca havia visto acontecer nesta Casa: o Relator, Deputado Paulo Bernardo, acatando diversas sugestões, chegou a produzir adendo que, como dito por Deputados que me antecederam, absorveu muitas vontades angustiosas de Parlamentares.

É lógico que emendas individuais, inclusive as minhas, não foram acatadas. Compreendo os limites do Relator e, com os aperfeiçoamentos introduzidos nesse Substitutivo e os adendos que foram possíveis de serem acordados hoje de manhã, acredito que avançamos muito.

Por isso, fazendo minhas as palavras do Relator e de outros Deputados, solicito aos membros da bancada do Partido dos Trabalhadores que retirem suas inscrições. Vejam que não lhes peço que desistam do direito de destacar suas emendas, mas que façam com que o que ficou estabelecido em torno do magnífico relatório e os adendos aceitos hoje de manhã sejam passíveis de acordo — diversos Deputados apresentaram emendas, entre os quais eu,

mas o acordo de hoje de manhã foi um dos melhores que já vi nos 4 anos que estou nesta Casa.

Solicito também aos outros partidos da base do Governo que encaminhem no mesmo sentido, a fim de que tenhamos reunião proveitosa como a de hoje de manhã e possamos encaminhar, ainda hoje, a votação da LDO para 2004.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos alternar, ouvindo Deputados e Senadores.

Com a palavra o Senador Saturnino Braga, Líder do PT pelo Senado.

O SR. SENADOR SATURNINO BRAGA - Sr. Presidente, confirmando apenas o que já foi dito pelo Relator e pelo Deputado Carlito Merz, houve na reunião de hoje de manhã, a meu ver, um acordo geral, e nosso apelo aos companheiros de bancada é no sentido de que apresentem, sim, seus destaques, mas que reconheçam que o acordo fará com que a rejeição seja inevitável.

Que a votação se processo o mais rapidamente possível, tendo em vista os prazos a que estamos submetidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ausente o Deputado José Borba, do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, do PSDB. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes, que falará pelo PL.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, como os companheiros, entendemos que houve acordo e orientamos os Parlamentares do PL que retirem seus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Renato Casagrande, do PSB.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de mais nada quero parabenizar o Relator, Deputado Paulo Bernardo, pelo trabalho feito. É uma matéria difícil, em que muitos Deputados e Senadores apresentam emendas. E o Deputado está conseguindo conduzir esse processo, junto com o Presidente, para que nós possamos fechar uma posição no relatório e votar essa matéria.

Quero parabenizá-lo, porque acho que existem alguns indícios importantes, na lei que nós estamos apreciando e discutindo, que visam controlar a administração pública cada vez mais e amarrar gastos, para que não haja desvio de recursos.

Existe a determinação de ampliarmos em 50% os recursos para as micros e pequenas empresas. Isso é importante.

E existe a determinação de não se contingenciar recursos em áreas estratégicas e essenciais, como é o caso da área de saúde, de assistência social, de educação, de ciência e tecnologia.

Então, são decisões importantes, tomadas pelo Relator, que o Colégio de Líderes apoiou.

Sou o Líder do PSB na Câmara e ressalvo aqui também a posição do Senador Geraldo Mesquita Júnior, também do PSB, que tem destaques a apresentar. Mas nós estaremos aqui, como partido político, apoiando o relatório do Deputado. Logicamente, ressalvamos alguns destaques de interesse que por acaso tenhamos. Mas nosso interesse é votar logo, para que a gente possa levar essa matéria ao Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Cezar Silvestri. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Eu não me inscrevi, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela Liderança.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Ah, está certo.

Sr. Presidente, participei da reunião da última semana, e concordo com o acordo que foi feito. Acredito que devemos votar se possível já.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Dr. Hélio está presente? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, pelo PCdoB.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho a impressão de que nós chegamos na parte final a um acordo, em que ficou claramente definido que o Relator acatou inúmeras sugestões, abrindo mão inclusive de posições que tinha definido anteriormente. Na minha opinião, não vai haver pedido de verificação. Pode haver só o de destaques. Pode haver o debate político. Mas creio que o acordo leva a uma votação simbólica do conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, pelo PFL.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, conforme me referi anteriormente, já deixei claro a posição do Partido da Frente Liberal. Gostaria de ter a posição do Relator com relação às demandas que foram feitas pelo nosso partido. Sr. Presidente, temos esta posição de partido, que me foi passada também pelo Líder do partido na Câmara dos Deputados. Gostaríamos de ver solucionada essa questão.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, o nobre Deputado Pauderney Avelino indaga a respeito de 2 pontos.

Eu queria dizer o seguinte: primeiro, Deputado Pauderney Avelino, meu entendimento era um pouco diferente. Acredito que, depois da discussão, fizemos um acordo.

Com relação às agências de fomento, tivemos um avanço importante, primeiro, determinando o percentual de 30%, para as micros, pequenas e médias empresas, dos recursos gerenciados pelo BNDES e também determinando, para o conjunto das agências de fomento, uma meta de aumento de 50% dos recursos destinados a financiar essas empresas.

No caso da Saúde, temos divergência de como interpretar qual é exatamente o piso que tem de ser aplicado. A Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu um patamar, para o ano de 1999, acrescido de 5%, se não me engano. E, a partir daí, todo o ano esse patamar tem que ser reajustado de acordo com a variação do PIB. Eu acho que todo o mundo está de acordo com isso. Tem uma diferença, visto que, no ano de 2000, o Governo aplicou, além do que era exigido na emenda constitucional, aproximadamente um bilhão a mais. Portanto, isso gerou discussão. Hoje, de um lado e de outro, existem pessoas — Parlamentares e outros representantes da sociedade, como as entidades ligadas à Saúde — que acham que esse um bilhão tem que ser acrescido automaticamente ao valor.

Eu acho que seria muito bom se o entendimento final fosse esse, até porque significa um volume maior de recursos para a Saúde. Isso daria, hoje, em torno de 2 bilhões a mais.

O problema é que isso vai significar o seguinte: não esse Governo, mas qualquer Governo, ao longo dos tempos, não vai colocar nem um centavo a mais na Saúde a cada ano, até porque vai ficar com a obrigação de acrescentar isso no patamar.

Nós conversamos com representantes do Governo, tanto da equipe econômica quanto do Ministério da Saúde. Evidentemente, no Ministério da Saúde, a melhor interpretação é a de acrescentar na base anterior esse um bilhão. Mas a informação que nós temos, do Ministério do Planejamento, é de que o Governo também entende que tem que aumentar os recursos da Saúde e pretende, com um entendimento comum com o Ministério da Saúde, fazer isso já na proposta de Lei Orçamentária.

Então, não estamos acrescentando nenhum dispositivo e nem também tirando nada. Simplesmente estamos deixando que esse assunto seja convenientemente dirimido nas instâncias do Governo. E, caso não seja, o Congresso poderá, na hora de votar o Orçamento, exaurir essa discussão e finalmente definir essa questão.

Então, Deputado Pauderney Avelino, queria ponderar com V.Exa.. Eu acho que poderíamos deixar essa questão em suspenso na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não fizemos nenhuma menção. Nós não estamos dizendo nem que é uma interpretação e nem que é outra. Todos aqui com certeza são partidários da posição segundo a qual a Saúde seja reforçada, isto é, os recursos do Sistema Único de Saúde sejam reforçados.

Eu acho que podemos estabelecer um compromisso aqui, não apenas desta Comissão, mas em nome do Poder Legislativo como um todo, de que nós vamos agir no

sentido de dialogar, pressionar ou até, em último caso, se for a conveniência deste Poder, definir isso na votação durante a Lei Orçamentária. Assim, fica algo razoável.

Eu tenho a informação do nosso Governo de que há um compromisso de resolver essa questão de melhoria da situação da saúde.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Bernardo apresenta a situação realmente como ela está presente. E, nas discussões que vêm sendo travadas ao longo desses últimos anos, desde a aprovação da proposta de emenda à Constituição que se transformou na Emenda Constitucional nº 29, nós entendemos que realmente não é uma interpretação pacífica.

Tanto não é pacífica que o ilustre Senador Tião Viana, um dos Líderes do Governo, apresentou um projeto de lei complementar para dirimir essa dúvida. E a interpretação que o Senador Tião Viana dá é exatamente a que nós queremos dar.

O projeto de S.Exa. estabelece os percentuais do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados e Municípios. Essa é uma questão extremamente importante, Sr. Presidente. Eu gostaria da atenção do Plenário. É uma questão que envolve, como disse o Deputado Paulo Bernardo, algo como 2 bilhões de reais, que vão irrigar a área da saúde.

Nós temos inúmeros problemas.

Um dos problemas causados é exatamente termos estabelecido aqui, no ano passado, a equalização *per capita* do SUS para os Estados, e o Governo não estar cumprindo isso. Foi um ganho excepcional que o Congresso Nacional obteve com a aprovação na Lei Orçamentária para 2003.

Então, o que eu digo é o seguinte: os critérios, as ações, do serviço de saúde, como diz aqui o Senador Tião Viana, os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde, destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados, destinados aos seus respectivos Municípios, às normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde na esfera Federal, Estadual e Municipal... Enfim, S.Exa. estabelece no art. 1º: "*A União aplicará anualmente, em ações e serviços de saúde, o montante correspondente ao empenhado*" — eu faço aqui o grifo: ao empenhado — "*para essa finalidade no exercício financeiro anterior, acrescido de no mínimo o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto, ocorrida entre os dois exercícios financeiros imediatamente anteriores ao que se refere a Lei Orçamentária*".

O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, não é singular. Foi proposto pelo Senador Tião Viana quando Líder, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no ano passado. E S.Exa. é um dos Líderes do Governo atual no Senado.

O que nós queremos, Deputado Paulo Bernardo, é que a boa vontade que V.Exa. tem demonstrado até agora possa ter seqüência. Deixei isso claro para o ilustre Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente. Não posso dar continuidade, no plenário do Congresso Nacional, ao acordo que nós estabelecemos aqui. Tenho certeza de que, se não dermos um tratamento a essa emenda, reclamado pelo partido em geral e pelos Governadores, vamos ter dificuldades quando essa matéria for ao plenário. Provavelmente, se aprovarmos hoje, isso ocorrerá amanhã; senão, na próxima semana. Portanto, faço mais uma vez esse apelo, para que nós possamos estabelecer aqui um *modus operandi* para resolver essa questão, para darmos seqüência a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Por ocasião da discussão dos destaques, a matéria voltará ao Senado.

Voltaremos à discussão do parecer.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro gostaria de fazer um elogio ao trabalho do Deputado Paulo Bernardo, que, aliás, é experiente nesta Comissão e efetivamente procurou contemplar a maioria dos pleitos dos Srs. Parlamentares, feitos através de suas emendas.

Eu queria dizer que, especialmente, estou satisfeito com o acordo feito, no sentido de que não haverá contingenciamento na área de ciência e tecnologia. Eu sou membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. E nós até comunicamos isso, o Deputado Narcio Rodrigues e eu, na Comissão, na sua última sessão do primeiro semestre. Foi muito comemorada a decisão de não haver contingenciamento na área de

:

ciência e tecnologia, porque ela é a alavanca para o progresso, para o desenvolvimento do nosso País. Então, um dos nossos pleitos foi atendido em parte. Eu tinha pedido também que não houvesse contingenciamento dos recursos da CIDE. Mas fomos atendidos em parte.

Nós também tratamos com o Sr. Relator da questão do FAT-BNDES, no sentido de que houvesse uma conta exclusiva e que, através dela, pudéssemos, então, ter o controle dos contratos através do SIAF. Em cada contrato que o BNDES faz, em que ele empresta o dinheiro que é do Orçamento da União, os recursos são do Governo Federal.

Então, preparei alguns destaques que considero importantes, Sr. Presidente.

Eu até entendo, e vou dizer que estranho, porque fiquei na reunião quase até o final, quando me dirigi à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e não participei desse acordo de não haver destaque. Eu fui Líder do Governo nesta Comissão por anos, e nós nunca conseguimos isso da Oposição. Nós sempre conseguimos um acordo para votar. E esse acordo para votar será firmado. Nós vamos votar. Não vamos pedir verificação. Mas, acordo para não discutir, para não debater, isso eu acho que não é possível, Sr. Presidente. Nós temos que discutir aqui as questões e, sabendo que não haverá verificação, seremos eventualmente derrotados nos destaques. Mas vamos discutir.

Apresentei, portanto, destaques para que haja um fundo de reserva de 5%, fundamental para haver margem para os aumentos de salário mínimo e outras questões, especialmente o aumento do servidor. Há a questão de que o orçamento das estatais também constasse de contas separadas. Temos a questão da CIDE e da pesquisa, que foi atendida na Emenda nº 074. Em relação à transferência, isso foi atendido também.

Eu quero até elogiar o Sr. Relator, porque atendeu nosso pedido e o do PSDB no sentido de que a Previdência rural tivesse uma conta separada. Nós vamos saber quanto é a Previdência rural no peso da questão do INSS.

E discutirmos a questão das obras irregulares.

Eu acho que o relatório do Deputado Paulo Bernardo é muito amplo. Quando S.Exa. fala em potencial de irregularidades, em suspensão cautelar, é muito amplo. Eu não vou insistir na matéria. Vou retirar esses destaques, porque o Governo quer fazer dessa forma. Se tiver dificuldade em tocar suas obras, isso é um problema do Governo. Mas, de qualquer forma, o Deputado Paulo Bernardo também tratou desse assunto no seu relatório.

Vou fazer um destaque sobre o salário mínimo, como não podia deixar de fazer. O Presidente Lula prometeu 100% de aumento real do salário mínimo. Deu 3,6% de aumento real no primeiro ano do seu mandato. Faltam 97%. Portanto, há que se dar 25,5% de aumento de salário mínimo real nos próximos três anos. Há, então, uma emenda nossa pedindo exatamente que a Lei Orçamentária venha já com este aumento de 25,5% do salário mínimo no seu bojo, para que o Presidente Lula não corra o risco de, ao final do seu mandato, não cumprir a promessa que fez aos trabalhadores. Sendo S.Exa. do Partido dos Trabalhadores, isso não seria justo.

Fizemos uma emenda relativa ao crescimento. Nós temos que aumentar o crescimento do Brasil para 6%, 6,5% e 7%, até porque o Ministro Guido Mantega já disse aqui nesta Comissão que, para gerar 1,5 milhão de empregos, é preciso que o crescimento seja de um ponto percentual acima de 4,5%. Como o Presidente Lula prometeu 10 milhões de empregos, também estamos zelando aqui, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que S.Exa. não tenha também o constrangimento de chegar ao final do seu Governo sem gerar os 10 milhões de postos de trabalho que nós ouvimos na sua campanha como promessa. O povo acreditou, e nós queremos que S.Exa. cumpra o prometido.

Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Paulo Bernardo pelo seu parecer e pela sua capacidade de negociação.

Eu queria inclusive ressaltar, diante da palavra da Liderança do PFL, que a proposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias traz consigo um avanço, que é a avaliação das metas, via Comissões Permanentes desta Casa, quadrimestralmente. Portanto, nós teremos condições de avaliar a real execução do Orçamento com uma efetiva participação desta Casa.

:

Em segundo lugar, o Relator excluiu a saúde, a educação e a assistência social, inclusive o Programa Fome Zero, do processo de contingenciamento, estabelecendo, portanto, que essas áreas são prioritárias, porque elas são essenciais para a própria sobrevivência do povo brasileiro.

Além disso, o Relator inclui a necessidade de que, por meio de uma lei geral, seja estabelecido o processo das transferências voluntárias para entidades privadas, dando ao Orçamento e ao receptor, portanto, transparência na própria execução do Orçamento e na execução dos gastos transferidos.

Outro aspecto que considero extremamente relevante é a definição dos montantes de recursos do BNDES destinados aos programas das microempresas, que estabelecem uma perspectiva de reconstrução desse segmento que, conforme foi dito há pouco nesta Comissão, exerce o papel gerador de emprego. Trata-se de uma reformulação no texto original extremamente positiva, Sr. Presidente.

Finalizo minha fala ressaltando o retorno do critério do IDH como elemento auto-avaliador do processo da execução orçamentária.

Ao concluir, parabenizo o Relator por sua criatividade ao absorver não só emendas de sua autoria, mas sobretudo contribuições desta Casa, na perspectiva do aperfeiçoamento do texto ora apresentado.

Vale a pena registrar, Sr. Presidente, que a decisão do Conselho Monetário Nacional de ontem definiu as metas do Governo em matéria inflacionária e apontou, de fato, para uma perspectiva de saneamento da economia brasileira no que tange aos patamares inflacionários para os próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, do PFL da Bahia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, membros desta Comissão, a exemplo dos colegas que me antecederam, quero tecer elogios ao elevado trabalho do Relator, Deputado Paulo Bernardo. Sem dúvida alguma, S.Exa. dedicou-se com afinco e determinação a elaborar o melhor parecer, no qual pudessem convergir as opiniões diversas dos partidos assentados na Comissão e na Casa.

Contudo, Sr. Presidente, registro meu protesto por não se adotar nessa LDO o Plano de Metas, o que considero extremamente negativo, principalmente para a política de combate às desigualdades regionais, que deve ser prioritária para o Governo central. Aceitando o critério de S.Exa., o Relator, e dos Líderes partidários, deixo meu protesto, a fim de que não venhamos a repetir esse tipo de procedimento.

Sabemos que, por ser o ano inicial do Sr. Presidente da República do Brasil, não existe o PPA. É no primeiro ano de mandato presidencial que se apresenta o PPA, mas uma coisa não inviabiliza a outra. Não consigo entender por que não constar o Plano de Metas na LDO, se na apresentação do PPA se poderia fazê-lo, quando se excluía ou incluía aquele que tivesse sido excluído ou incluído na LDO.

Quero, portanto, deixar registrado meu protesto. Que ele conste da ata, para que não façamos disso uma regra, ainda que no mandato inicial dos futuros Presidentes da República.

Apresentei diversos destaques importantes. Parece-me que um deles está sendo acatado pelo nobre Relator, Deputado Paulo Bernardo, no que se refere à construção do fundo da cacauicultura no Estado da Bahia. É importante que o Estado da Bahia crie o seu fundo. Não podemos utilizar o fundo do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, em função de não estar previsto na LDO. Isso é uma exigência. Foi superada a questão de estar ou não aquiescido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais ainda: apresentei 20 emendas no sentido de incluir basicamente no art. 2º todas as ações que devem ser desenvolvidas no Estado da Bahia por conta do Governo Federal. Espero que mesmo em não havendo a possibilidade de verificação dos destaques apresentados, ao respeitar o acordo formulado pelos Líderes dos partidos nesta Comissão, espero que possamos, ao apresentar os destaques, discuti-los e aprová-los quando forem efetivamente sensatos, mantidos diante da regra regimental da Comissão e diante da necessidade e prioridade de cada ente da Federação.

Sr. Presidente, não vou neste momento dizer que destaques apresentei. Reservo-me para o momento exato da discussão de cada destaque apresentado pelos membros desta Comissão. Ao reconhecer o esforço do nobre Deputado Paulo Bernardo, quero paralelamente deixar registrada a minha insubordinação diante do critério de não-aceitação das metas na LDO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, último orador inscrito.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, infelizmente, não tive oportunidade de participar da maioria das reuniões havidas na Comissão e entre os Líderes para cuidar da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sempre tive a visão, compartilhada por muitos companheiros que hoje fazem parte do Governo, da absoluta necessidade de transformar essa lei em instrumento politicamente consistente, além de tecnicamente adequado, em relação às matérias que tivessem centralidade, verdadeiramente conteúdo e cuja repercussão fosse de interesse geral.

Uma dessas matérias seguramente sempre foi a questão do salário mínimo, que polarizou a discussão desta Comissão por anos e anos sucessivos. Estranhamente, não me parece que a questão esteja sendo discutida agora. Na leitura de destaques, constatei um de autoria do Deputado Sérgio Miranda que nada mais representa do que a confirmação de promessas públicas feitas pelo Presidente da República e pelo partido que ganhou a eleição.

Tivemos já, no Senado, discussão o salário mínimo, e estranhamente o PT pouco discutiu a matéria. Não é mudança politicamente aceitável, um partido que fez a sua história, a sua luta na defesa do salário de maneira geral e da recomposição do salário mínimo simplesmente não o discutiu, a orientação foi no sentido de dar ao assunto a menor audiência possível. Não pode prevalecer isso aqui também, não faz sentido. Seria absolutamente contraditório não apenas para o Partido dos Trabalhadores, mas para a maioria dos partidos, até para os que não fazem parte da base do Governo atual, permitir que esse assunto não seja exaustivamente examinado, pois entre todos é o politicamente mais sensível. Essa lei, em nossa opinião, deveria prever aumento real do salário no nível adequado, previsto e prometido pelo Governo, pelo Presidente da República em sua campanha, na qual os brasileiros acreditaram e votaram.

Então, não me parece sensato que a proposta e qualquer acordo, e estranho que se tenha feito acordo aqui para evitar discussão. Tenho 10 anos de Comissão e nunca ouvi falar que Lei de Diretrizes Orçamentária fosse feita sem discussão. É dramático para esta Comissão fugir da discussão dessa lei a pretexto ou a propósito de qualquer acordo. Isso nunca se fez e não deve ser feito. Se acordo houver com esse compromisso, gostaria que ele fosse explicitado. O acordo de não discutir a LDO neste plenário é absolutamente equivocado. Seguirei a orientação anunciada, porque não estava na reunião representando o meu partido. Se a bancada federal do PSDB, do PFL e dos demais partidos que estão conosco nessa oposição tiverem feito esse acordo, eu o aceitarei, mas indignado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pois não, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria de apartear o Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, não cabe aparte. V.Exa. só pode falar neste momento pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, então, peço a palavra pela ordem para dizer que não foi feito acordo com o objetivo de não discutir. Não fizemos em nenhum momento esse acordo, tanto que vamos apresentar destaques exatamente para discuti-los, assim como queremos debater os temas mais importantes que merecerem esses destaques.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, ouvi o esclarecimento do Deputado Pauderney Avelino e pergunto: nós não fizemos acordo para não discutir, mas agora os destaques serão votados?

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Serão votados, sim.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Não em globo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Na forma que o Plenário decidir. Votaremos agora o relatório e, à tarde, os destaques, como o Regimento manda, um por um.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Pelo que entendo, pelo esclarecimento da Mesa, votaremos a matéria agora ressaltados os destaques e, à tarde, vamos discutir e votar cada um deles.

Esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, registro justamente esse ponto: tivemos uma discussão no colégio de Líderes e não acordamos, em momento algum, que não seriam apresentados destaques, eles serão apresentados e discutidos. Quanto a votar os pontos acordados, tudo bem, votaremos o que foi motivo de acordo na discussão. Este é o ponto de vista que deixo registrado nesta reunião.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, destaco o exaustivo e percuciente trabalho do Relator, porque sabemos o quão difícil é conciliar interesses de todos os Parlamentares, mais do que de partidos, porque são os Parlamentares os verdadeiros representantes do povo, que trazem a esta Comissão os apelos, as demandas, as reivindicações, os sonhos e os sofrimentos dos seus representados. Não há dúvida de que o trabalho executado pelo Relator merece o nosso respeito, a nossa admiração, o nosso louvor.

Quero sobretudo dizer que ele é fruto do consenso, sem o que esta Comissão não consegue realizar sua tarefa. Parece-me absolutamente louvável, porque temos de buscar no Parlamento o entendimento, aquilo que representa a média das reivindicações dos representados, afinal estamos aqui representando o nosso povo, a nossa região e o nosso Estado.

Nesse sentido, destaco alguns pontos em que o Relator soube aproveitar as emendas que aprimoraram o projeto. Na condição de Líder do Governo, devo dizer que o Governo sempre esteve aberto a esse tipo de discussão e de entendimento. É por isso que quando vejo quase 50 emendas acolhidas no todo ou em parte, entendo merecer ser mais uma vez realçado o esforço do Relator em buscar esse entendimento, em buscar o consenso.

Sr. Presidente, antes de encerrar esta breve intervenção, destaco ainda o trabalho realizado pelos Líderes e por todos os membros desta Comissão, o esforço em buscar esse entendimento, e aqui há acordo em pontos que o Relator acaba de acolher em seu relatório.

Então, o projeto tem a mão de toda esta Comissão, dos representantes de todos os Estados, possivelmente, daqueles que realmente quiseram contribuir no sentido de aprimorar o projeto.

Por isso, o Governo sente-se à vontade para dizer que acolhe aquilo que foi trazido para melhorar o projeto. Por outro lado, não podemos deixar de destacar também o esforço no sentido de dar ao projeto transparência. Parece que mais do que nunca esta Comissão se tornou transparente. A população inteira pode fiscalizar porque estão na Internet todas as informações acerca da execução, das transferências voluntárias, das transferências obrigatórias, daquilo que constitui o movimento orçamentário. Esta lei é de diretrizes, é programática e deve ser materializada concretamente na Lei Orçamentária. E é lá então que vamos enfrentar alguns problemas que eventualmente ficaram ainda sem explicação e solução final e também a interpretação que se deve dar ao art. 77 da Constituição. Realmente é dicção constitucional um pouco confusa em torno da qual sempre houve discussão e dúvida.

Ressalto: jamais se pode retirar da Comissão o direito de discutir, jamais se pensou sobretudo que o acordo evitasse a apresentação de destaques e, sobretudo, as discussões inerentes ao Parlamento. O Parlamento é isso, são discussões e teses.

Por isso, nesta hora, quero ainda destacar esse grande esforço de dar transparência e mecanismos de fiscalização ao Orçamento para que desvios não ocorram. Este Governo tem compromisso com a ética, com a moral pública e está aberto a toda essa forma de participação do povo, das Lideranças e especialmente da sociedade organizada.

Sentimo-nos, portanto, bastante tranquilos pelas notificações oferecidas pelo Congresso.

Parabéns, Congresso e nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto — e peço a atenção do Sr. Relator — é relativa ao consenso das Lideranças partidárias na Comissão. Penitencio-me pelo fato de que hoje pela manhã eu estava no IPEA justamente com o Ministro Jobim, que foi quem solicitou que eu apresentasse essa emenda. Por infeliz coincidência, exatamente quando estava em companhia de S.Exa., aqui o acordo ocorria sem sua inclusão, por desatenção minha de acrescentar entre aqueles dispositivos que não podem ser objeto de contingenciamento os recursos previstos para as despesas com a eleição de 2004. Porque, Sr. Presidente, em 2004, as despesas começam desde o início do ano, são urnas com defeito, necessidade de investimentos etc.

A questão de ordem que levanto, Sr. Presidente, uma vez que todos os Srs. Líderes assinaram e participaram, é no sentido de que seja considerado, a partir desse documento que se encontra sobre a mesa, um destaque formalmente apresentado dentro do prazo, parte integrante do acordo, o que de fato é de evidência absoluta. Está aqui o pessoal do TSE aguardando ansiosamente o desfecho do caso. Peço, portanto, que seja considerado parte do acordo a inclusão desse dispositivo requerido pelo TSE, para que as despesas com a eleição 2004 fiquem fora do contingenciamento que todo ano ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não há questão de ordem a responder.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A questão de ordem é no sentido de que seja incluído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apenas a matéria deve ser encaminhada ao Colégio de Líderes, que terá condições de fazer a formulação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Ele já se pronunciou por meio das assinaturas, Sr. Presidente. Pediria ao Relator que considerasse como parte integrante. Estão aqui os Deputados Pauderney Avelino, Antonio Carlos Mendes Thame e vários outros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos encaminhar ao Sr. Relator, e a aprovação dependerá do conselho do Colégio de Líderes.

Antes de colocar em votação, o Relator Deputado Paulo Bernardo, vai dar conhecimento ao Plenário do adendo final consequente da reunião de hoje de manhã, quando houve acertos finais com o Colégio de Líderes.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever, como de fato já o fiz, a proposta que o Deputado Virgílio Guimarães apresentou à Mesa. Todos os Líderes a assinaram como parte integrante da reunião de hoje. Portanto, gostaria de ouvir do Relator se estaria acatada a emenda do TSE.

Sr. Presidente, depois que o nobre Relator usar a palavra, antes de V.Exa. iniciar a votação, gostaria fosse cumprido o rito do encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A solicitação do nobre Deputado Virgílio Guimarães vai ser aceita, porque contém a assinatura de todas as Lideranças.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Obrigado. Sr. Presidente, vou ler o trecho do adendo acordado pelos Srs. Líderes e que ficou faltando porque ainda estava sendo redigindo.

O item nº 14 muda a redação do § 6º do art. 86, que passa a ser o seguinte:

“Art. 86.....

§ 6º Observadas as vinculações de receitas vigentes e o disposto no art. 58, inciso I, desta lei, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas de que trata este artigo antes do cancelamento previsto no § 2º deste artigo, desde que destinadas ao atendimento de despesas obrigatórias de que trata o Anexo IV desta Lei.

I - Por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito ou por superávit financeiro apurado em

:

balanço patrimonial do exercício anterior no caso das despesas a conta de recursos decorrentes de alteração na vinculação das receitas.

II - Somente por excesso de arrecadação nos demais casos”.

No item nº 15, inclua-se inciso com a seguinte redação:

“As despesas com ações vinculadas à função ciência e tecnologia”.

Isso é exclusão da ciência e tecnologia do contingenciamento.

O item nº 16 inclui no Anexo II o seguinte inciso:

“Despesas realizadas com aquisição ou aluguéis e licenciamento de softwares nos exercícios de 2001 e 2002 e as estimadas para 2003 e 2004”.

No art. 87, §2º, a redação passa a ser a seguinte:

“Art. 87.....

§2º - Os indícios de irregularidades graves, para os fins deste artigo,” — aquilo com que o Deputado Ricardo Barros ficou bravo — “são aqueles que tornem recomendável à Comissão de que trata o caput” — esta Comissão — “a paralisação cautelar da obra ou serviço que, sendo materialmente relevantes, enquadrem-se em algumas das seguintes alterações, entre outras”.

No item nº 18, inclua-se o art. 49-A:

“Art. 49-A. Fica autorizada a transferência, mediante convênio, dos valores consignados na lei orçamentária a ações vinculadas ao estímulo e desenvolvimento da produção cacaueteira para fundos estaduais destinados a esta finalidade”.

E o item nº 19 inclui um inciso III no §1º do art. 67:

“Art. 67.

III

§ 1º As dotações constantes de programação específicas relativas ao processo eleitoral municipal de 2004”.

Sr. Presidente, essas são as alterações acordadas pelos Srs. Líderes.

Desculpe-me, Sr. Presidente, há também a inclusão de inciso III no art. 65:

“Art. 65.

III - Despesa com realização do processo eleitoral de 2004, constante de programação específica”.

Isso é o mesmo da emenda acordada pelos Líderes e que tem desdobramento em outro artigo.

Sr. Presidente, esses são os textos, os dispositivos acordados, por meio de adendo, pelos Srs. Líderes.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu gostaria de ter a cópia do que foi lido agora pelo nobre Relator, porque a matéria é muito complexa e há um adendo sobre o qual eu gostaria de dirimir uma dúvida antes da votação.

Eu gostaria de ler o texto impresso porque quero entender a supressão do que seria utilizável em termos de excesso de arrecadação, porque para mim não ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Passaremos agora à votação do Relatório, ressalvados os destaques.

Em votação.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Pelo PFL, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, estamos votando hoje nesta Comissão a fase inicial da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Entendo, Sr. Presidente, que estamos cumprindo ato para que possamos tornar cada vez mais clara para a sociedade brasileira a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária, enfim, os recursos do povo que são utilizados pelo Governo.

Sr. Presidente, apesar da boa vontade do Relator — e entendemos que S.Exa. teve boa vontade, inclusive no acatamento de algumas emendas —, algumas coisas temos de observar.

Lamentamos muito que neste relatório e na proposta que veio do Governo não constasse o ganho real do salário mínimo, que foi um compromisso firme do Presidente da República na sua campanha. O compromisso de campanha do Presidente da República não está incluído como compromisso na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. E o salário mínimo, Sr. Presidente, no ano de 2003, já não teve ganho real. Com um aumento de 1,2% ou 1,3%, vai ser muito difícil o Presidente cumprir o compromisso de duplicar o ganho real do salário mínimo nesses 4 anos.

Lamentamos que o Relator não tenha feito constar em seu relatório emenda nossa prevendo um ganho real, para o ano que vem, no montante de 25,5%, para que, no ano de 2005, o Governo também pudesse dar 25,5% e, no ano de 2006, último ano do Governo Lula, mais 25,5%, duplicando o ganho real do salário mínimo.

Nada disso, porém, foi feito. Não mandou o Governo na mensagem, no projeto de lei, e não acatou o Relator a nossa emenda, que previa já para o ano que vem o início da duplicação.

A nossa parte foi feita, Sr. Presidente. Estamos fazendo um alerta aqui, e um alerta ao Governo do PT, no sentido de que compromissos realmente têm de ser assumidos e compromissos assumidos têm de ser honrados. Se o Governo não os honrar, o povo saberá cobrar.

A outra coisa, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pediria que o Deputado...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Estamos fazendo o encaminhamento, Sr. Presidente.

Uma outra questão relevante — e já concluo — são as metas do superávit primário juntamente com as metas da inflação. Ainda ontem tivemos essas metas flexibilizadas: de 5,5% poderão chegar até 8%, dando um indicativo de que, apesar de termos flexibilidade para investir, não há nenhuma flexibilidade nesta LDO com relação às metas do superávit primário.

É lamentável que isso esteja acontecendo dessa forma, porque sempre ouvimos nesta Comissão a reclamação dos partidos outrora na oposição de que o Governo não investia, de que o Governo era rigoroso, de que o superávit primário não precisava ser daquela forma. Nós entendemos que o superávit primário está exagerado, e, lamentavelmente, o Relator não mudou.

Por fim, quero dizer que há ainda a questão da saúde, que precisamos resolver. Vamos destinar o expediente que teremos nesta Comissão para a votação dos destaques a fim de tentarmos resolver esse problema, que, mais uma vez repetimos, é de fundamental importância.

Portanto, ressaltados os destaques e ressaltadas essas questões que levantamos, vamos votar o texto do Relator Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Para encaminhar, Sr. Presidente, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de dizer que, apesar de uma série de pontos constantes do Relatório que serão apreciados por meio de destaque e que não merecem a nossa concordância, estamos dispostos a votar esse relatório.

A exemplo do Deputado Pauderney Avelino, queremos fazer um registro. Seria oportuno, até como forma de satisfazer os compromissos assumidos pelo Presidente, que se explicitasse o percentual de ganho do salário mínimo, o que não foi feito.

Outro aspecto também com o qual nós não podemos concordar é com relação ao fato de a CIDE ser alcançada por contingenciamento. Esse propósito vem de encontro àquilo que

:

é justamente a criação da CIDE: a recuperação das estradas. Ela não poderia ser alcançada pelo contingenciamento.

E mais, Sr. Presidente, o Relator, ao incluir o adendo, explicita uma série de pontos discutidos no Colégio de Líderes e que têm a nossa concordância, ainda que essa errata faça parte da votação do corpo da matéria.

A par disso, queremos dizer que a questão das prioridades que deixaram de ser acatadas e que vão ser discutidas também nos destaques é um ponto que acreditamos extremamente relevante, mas, com o objetivo de colaborar, com o objetivo de agilizar o processo de votação, vamos concordar com o Relatório, com essas observações feitas inclusive por S.Exa.

Obrigado, Presidente.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Senador Sérgio Guerra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, esta votação da LDO é a primeira relevante para a aprovação do primeiro Orçamento do Governo Lula. Todos nos lembramos, porque não faz muito tempo, mas apenas alguns dias, do discurso da base do Governo, de maneira especial, e do PT, em particular. O discurso era mais ou menos o seguinte: *“É impossível haver maior salário mínimo porque estamos trabalhando com o Orçamento da transição, o Orçamento herdado do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso”*.

Estamos construindo a Lei Orçamentária do Governo Lula, e a primeira providência do Governo, dos seus Líderes e da sua base é negar compromisso assumido por muitos anos de incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias ganho real de salário mínimo, desta vez previsível, porque previsto pelo Presidente da República.

É uma mudança de atitude que merece ser explicitada e assumida. Tudo bem. As pessoas podem mudar, mas devem dizer que mudaram. Não adianta responsabilizar governos anteriores por decisões absolutamente atuais. Não há mais Lei Fernando Henrique, Orçamento Fernando Henrique para o ano que vem. A lei é do Presidente Lula e do PT.

Estranho é que essa lei, de um partido que cresceu numa aliança com os funcionários públicos, com os trabalhadores, negue a estes e à população mais pobre deste País o direito de recuperação e de conquista concreta no salário mínimo. Devemos deixar isso muito claro nessa discussão, porque isso vai ser visto pelo Brasil todo, e todos devem prestar atenção à atitude dos diversos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Rapidamente, faço minhas as palavras do Senador Amir Lando no encaminhamento. Só lembro ao Senador de Pernambuco que, a não ser em 1994, quando da transição do antigo IVR, ou sei lá o nome que deram ao salário, desde aquela época, o maior aumento de salário mínimo foi este dado neste ano. Então, vamos fazer, no momento adequado, esta discussão.

Nós, pelo PT, votamos favoravelmente, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o PP participou das discussões. Logicamente, não fomos atendidos em todos os pleitos do partido, mas devemos reconhecer o esforço desenvolvido pelo Relator Paulo Bernardo.

Realmente, as discussões têm de acontecer, e o local ideal é este mesmo. Nós já estamos na Comissão há 13 anos, já vimos de tudo. Hoje, mais uma vez, Oposição e Situação mantêm as discussões de sempre.

Mas o PP é um partido ajuizado, partido que tem posições definidas e, depois do acordo feito, não tem nada a lamentar. Nada a lamentar. Vai votar conforme o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Não havendo mais oradores para o encaminhamento, passaremos à votação, ressalvados os destaques.

Votaremos o parecer do Relator com as modificações dos adendos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

:

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório foi aprovado.

Consulto o Relator sobre os destaques, que são mais de 200.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Às 16h.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Na verdade, Sr. Presidente, em função do número de destaques, o correto seria fazermos uma reunião amanhã, porque nós temos quase 300 destaques e vamos ter de analisar todos eles e evidentemente trazer...

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Não há por que não começar a discussão hoje.

(Não identificado) - *(Inaudível.)* Tem de ser amanhã e sexta-feira.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, não há por que não começar a discussão hoje, mesmo que ela se prolongue para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Nós temos vivido aqui dias de muita ausência e de dificuldades com o *quorum*. Então, discordo um pouco da proposta do Relator e convoco reunião para hoje às 17h.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - É mais democrático. Deixar para sexta-feira é reduzir o *quorum*. Precisamos discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) - Declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está suspensa a presente reunião.

Ela será reiniciada às 19h.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 10ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes da Pautas nºs 15, 16 e 17. A ordem foi invertida, e a Pauta nº 17 está sendo objeto de votação. Aprovamos, pela manhã, o relatório do Deputado Paulo Bernardo.

Passaremos à apreciação dos destaques ao relatório apresentado ao projeto de lei.

Com a palavra o Relator, Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, avaliamos cerca de 250 destaques e verificamos que um grande número deles já estava atendido por ter sido aprovado em parte ou totalmente. Consideramos, então, prejudicados os destaques. Além disso, rejeitamos todos os outros destaques.

Esse é o parecer dos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, não estou conseguindo identificar no texto quais os destaques que foram aprovados.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A Consultoria fez 3 relatórios. Um deles não tem o parecer do Relator. Os outros 2 têm o parecer, estão em ordem de número ou ordem de autor.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, com a afirmação do eminente Relator de que rejeitou todos os destaques, alguns de minha autoria, gostaria de tecer comentários, no momento oportuno, a respeito deles.

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, creio que, já pelo adiantado da hora e pelo acordo que fizemos pela manhã — e a própria votação nesta Comissão —, sugiro que as votações dos destaques sejam feitas por bloco em função da economia processual. Assim, facilitaremos nossos trabalhos, já que boa parte dos Parlamentares está cansada.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, lamentando a decisão do Relator de rejeitar os destaques, gostaria de tecer comentários a respeito dos destaques que apresentamos. Acreditamos ser da maior importância que os Parlamentares possam fazer comentários sobre esses destaques. A votação em globo, a meu ver, prejudicaria esse procedimento.

Portanto, solicito a V.Exa. que proceda à votação nominal dos destaques para que os autores possam se pronunciar.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para, no momento certo e até antes da votação dos destaques, poder argumentar com referência ao Destaque nº 39, que trata da verba anual de 100 milhões de reais, que é um compromisso constitucional com o Estado do Tocantins, num acerto do Estado com a União. Esse destaque é de autoria do Senador Leomar Quintanilha?

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Não. Da minha autoria é o Destaque nº 993, que tem o mesmo teor da Emenda nº 39.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Destaque nº 993?

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - O Destaque é de nº 74.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Destaque do Senador Leomar Quintanilha. Está aqui toda a bancada, ilustre Relator? Está aqui toda bancada com assento nesta Comissão: 3 Deputados e 2 Senadores, que pretendem discutir, até porque há um compromisso do Palácio do Planalto — e do Governo anterior que cumpriu esses compromissos —, porque é um acerto de um dispositivo constitucional que faz parte da lei que criou o Estado de Tocantins, a mesma lei que criou o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Portanto, no momento certo, pretendo discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há uma proposta do Deputado Carlito Merss de se fazer votação em globo. Mas o Deputado Pauderney Avelino, do PFL, não concordou e solicitou a votação destaque por destaque. Há uma praxe na Comissão de que ...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Quero transmitir o meu entendimento, que não é diferente do Deputado Pauderney Avelino: que discutimos e votemos cada destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, não havendo consenso, faremos a votação destaque por destaque.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, os 240 destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Os 240 destaques?

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a retirada de 5 destaques de minha autoria. Destaques nºs 26, 27, 32, 34 e 35.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, peço a V.Exa. que repita, por favor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Por gentileza, são os Destaques nºs 26, 27, 32, 34 e 35. Peço a V.Exa. a retirada desses destaques para facilitar nossos trabalhos.

:

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, o Deputado Carlito Merss, visando simplificar o processo de votação, propôs a votação em globo. Os Deputados Pauderney Avelino e Anivaldo Vale manifestaram-se discordantes.

Deveríamos buscar algum grau de consenso e identificarmos os destaques que os Parlamentares presentes julgam importantes ser submetidos a voto, separadamente, e votar o resto em globo, de acordo com o parecer do Relator. Não faz sentido votarmos um a um dos 240 destaques. Realmente, não é produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Se levarmos um minuto para cada um, serão 240 minutos, ou seja, 4 horas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - E não será um minuto por destaque, Sr. Presidente, já sabemos como é esse processo.

Portanto, Sr. Presidente, é de bom senso que identifiquemos os destaques que mereçam ser discutidos, do ponto de vista político, e votados separadamente. Quanto aos demais, que sigam a proposta do Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - No mesmo sentido, Sr. Presidente, sugiro que apenas os destaques solicitados pelos autores sejam apreciados. Os demais deverão ser apreciados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As propostas apresentadas pelos Deputados Jorge Bittar e Cezar Silvestri são pertinentes e racionais.

Chamaremos os autores dos destaques, que declinarão “sim” ou “não”, quanto à manutenção do destaque.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Pela ordem, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

Pergunto ao autor se os destaques que apresentei hoje foram colhidos ou se estão nesses avulsos, incorporados ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Deputado, àqueles não foram apresentados os destaques. Na verdade, o acordo de Lideranças foi incluído no adendo, refere-se à Justiça Eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, até para colaborar com a solução, embora eu seja suspeito, no caso, porque estou dando o parecer e, evidentemente, não deixei muita gente feliz a respeito, é o seguinte: temos, nesses 248 destaques, número expressivo, talvez mais da metade, referente ao anexo de metas, que colocamos no relatório. Existe entendimento consolidado nesta Comissão de que não temos como fazer o anexo de metas na LDO, neste ano, em função de não termos ainda aprovado o plano plurianual de investimentos para o próximo quadriênio.

A Comissão poderá, na próxima ocasião, firmar entendimento de que essas emendas têm que ser consideradas prejudicadas e não rejeitadas, porque não há como fazer o anexo de metas. As metas da LDO têm que ser compatíveis com o PPA, conforme está na Constituição. Como não existe PPA, não há como aferir essa compatibilidade. Então, seria razoável se tirássemos desse rol de 248 destaques todos aqueles que se referem à inclusão de metas no anexo, que não existirá. Evidentemente, ficará muito mais simples atender o que propôs o Deputado Jorge Bittar, que é tentar afunilar nos destaques que sobram, após esse procedimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, procurando colaborar com o andamento dos trabalhos desta Comissão, já que nós, do Colégio de Líderes, chegamos a um consenso sobre as questões do CADIN, da Previdência, e dos ativos e ociosos da União, peço a retirada dos Destaques n°s 215, 216 e 217, os demais permanecem, para serem discutidos no momento certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Chamarei por ordem alfabética os autores dos destaques. Os que não estiverem presentes não serão considerados para votação.

Deputado André Luiz. (*Pausa.*) Ausente.

:

Prejudicados os destaques.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V.Exa., novamente, para que os Deputados presentes, que tiverem interesse em seus destaques, que solicitem, pois agilizaríamos muito mais os trabalhos do que se tivermos que ler os 255. Não sei se o Regimento permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É mais prático fazer a chamada nominal porque a ausência é notável.

O Deputado Anivaldo Vale seria o seguinte, mas já retirou e manteve os outros.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Retirei os Destaques de nºs 217 e 216, 215 e mantenho os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Claudio Cajado, diga quais os destaque que mantém.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Todos.
Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já retirou?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Retirei e vou retirar mais um agora, o Destaque nº 28.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. mantém os demais?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Os demais eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Eduardo Seabra.
(Pausa.) Ausente.

Prejudicados os destaques.

Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.) Ausente.

Prejudicados os destaques.

Senador Geraldo Mesquita Júnior. Mantém? É só um destaque?

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Mantenho o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mantém o destaque.

Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mantém os destaques?

O SENADOR JONAS PINHEIRO - Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado José Borba. (Pausa.) Ausente.

Prejudicados os destaques.

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, tenho 2 destaques e sustento-os.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado José Rocha. (Pausa.) Ausente.

Prejudicados os destaques.

Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Vou manter todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mantém os destaques.

Deputada Laura Carneiro. (Pausa.) Ausente.

Prejudicados os destaques.

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, para economia processual, abro mão dos Destaques nºs 101, 102, 103, 105 e do nº 100, porque tem o mesmo propósito que o de nº 104, que mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Leonardo Mattos.
(Pausa.) Ausente. Prejudicado os destaques.

:

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Paes Landim. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mantém os destaques. Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)* Ausente. Prejudicado.

Deputado Pedro Novais retira os 2 destaques. Deputada Professora Raquel Teixeira. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, vou manter os meus destaques. Retiro os Destaques de nºs 71 e 72, porque já foram atendidos pelo Relator. Os demais eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Rogério Teófilo. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)* Ausente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, acabei de chegar e quero dizer que mantenho o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputada, na hora da chamada V.Exa. não estava presente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Mas V.Exa. me chamou quando estava chegando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Se o Plenário concordar. Em votação no...

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Podia encerrar com a professora a chamada e não se abre mais exceções.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está atendida a Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale, Destaque nº 155... Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. tem muitos destaques.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não é muito, Sr. Presidente. É pouco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em vez de discutir de um a um...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Um a um, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não. Preferiria que encaminhasse todos de uma vez.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Como? Não ouvi, Sr. Presidente. Peço para discutir um a um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, Destaque nº 155. O recurso, segundo o seguinte artigo. "Na execução de orçamento de investimento da União, com exercício em 2004, Grupo de Natureza de Despesa — GND-4, deverão ser liberados, obrigatoriamente, com prioridade, todos os recursos relativos a dotações decorrentes de emendas parlamentares individuais e de bancadas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Destaque nº 155 objetiva corrigir, de certa forma, uma injustiça, uma distorção que frustra os Parlamentares desta Casa. Queremos que as despesas de natureza de emendas parlamentares e de bancadas sejam colocadas com o código justamente para propiciar ao Parlamentar acompanhar por meio da execução orçamentária do Governo Federal o processo de liberação ou de empenho dessas despesas.

Lamentavelmente, os Parlamentares, ao longo do tempo, têm extrema dificuldade de acompanhar a execução orçamentária e até as emendas de sua autoria. Estamos propondo esse registro como forma de reparar um erro que compromete o Poder Legislativo.

Gostaria de merecer a atenção do Relator porque este assunto reputo de extrema importância. Então, a par desse processo, submeto a emenda à consideração do Relator e espero que S.Exa. reveja esse posicionamento de rejeição de nossa emenda.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

:

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, conversei com o nobre Relator e decidi retirar todas as minhas emendas e manter o Destaque nº 137. O número da Emenda é 1.876, que trata dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e ao semi-árido. Repito: Destaque nº 137 e Emenda nº 1.876.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quando o chamarmos V.Exa. poderá passar a informação.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, na verdade, estava confabulando com o nobre Deputado Júlio. Quero ponderar que podemos estabelecer um método para isso. Há cerca de 100 emendas para estabelecer metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se houver entendimento diferente, se formos incluir alguma meta, então, talvez, tenhamos que rever o parecer de 900 emendas que foram rejeitadas por incompatibilidade com o PPA. Seria razoável rejeitarmos todas essas emendas. Apelo para a Comissão, pois do jeito que se está procedendo nesta reunião vamos ficar num jogo de paciência. Todas as emendas que me forem apresentadas eu vou rejeitá-las, a menos que façamos uma seleção e por acordo votemos na Comissão. É muito razoável ou então vamos votar cada uma, rejeitando ou aprovando todas, conforme a disposição do Plenário, evidentemente.

Não tenho mais visão de conjunto nem como fazer avaliação exata do que estamos aprovando. Vamos ter de elaborar duas LDOs.

Sr. Presidente, podemos estabelecer um método para realizar o debate e selecionar o que é essencial. Não há como aceitar as emendas que propõem a inclusão de metas. Trata-se de impossibilidade técnica. Se não tivermos de acordo nesse ponto, teremos de votar, mas não vou concordar com isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, com todo respeito ao esclarecimento prestado pelo Relator, o meu destaque não se refere a metas e, sim, a despesas de investimentos. Não quero levar para o caminho das metas. Propusemos a identificação de cada Deputado e Senador para lhes propiciar — a atitude respeita o processo legislativo — o acompanhamento da execução orçamentária dessas despesas. Não tratei de metas. Parece que está havendo má interpretação ou confusão na interpretação da emenda.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o apelo do Relator, Deputado Paulo Bernardo, refere-se a um procedimento de votação, que obviamente desejamos fazê-lo. Podemos até concordar com isso, suspendermos a sessão por alguns minutos e elencarmos o que entendemos ser importante. Por exemplo, elaborei 8 destaques. Seria fundamental que o Plenário da Comissão conhecesse o conteúdo da emenda, que mencionei pela manhã, relacionada à saúde. Esse assunto não é de interesse apenas do PFL, mas de todos os Estados brasileiros, de toda a população do Brasil.

Outro destaque que apresentei dispõe de uma emenda constituída pelo Deputado Sérgio Miranda, talvez no intuito de preservar o Governo, porque S.Exa. compõe a base da atual administração. A matéria diz respeito ao aumento do ganho real do salário mínimo.

O outro destaque que elaborei coincide com a emenda do Deputado Fábio Souto e com 2 emendas do Deputado Jorge Bittar, futuro Relator do Orçamento. O Deputado Jorge Bittar, na Lei Orçamentária de 2003, apresentou as mesmas emendas do Deputado Fábio Souto. Vou citá-las: propõe a expansão de 5% na capacidade de geração e transmissão de energia elétrica em 2004 e busca a estimativa da complementação para o FUNDEF, com base na diferença positiva entre valor mínimo nacional, resultante do cociente entre a receita total prevista do Fundo e a matrícula total do ensino fundamental do ano anterior, acrescida das novas matrículas”. Repito, essa proposta é igual à exposta pelo Deputado Jorge Bittar.

Sem contar com a CIDE, assunto que precisamos discutir, entre as matérias importantes — se não fossem fundamentais não seriam destacadas —, vamos elencar as prioridades. O Deputado Anivaldo Vale também deve ter preferência por determinadas

:

emendas entre as que considera importantes. Entendo que o Presidente da Comissão deseja acelerar o processo de votação. Não pretendemos impedir o curso dos trabalhos utilizando a obstrução. Estamos aqui para cumprir missão da maior importância para o País. Sei que o Deputado Paulo Bernardo, Relator da matéria, também pode acrescentar algumas dessas emendas para que possamos fazer uma votação mais célere.

Portanto, sugiro que, se o Deputado Anivaldo Vale, Líder do PSDB, e os outros Líderes concordarem, adotemos esse procedimento, proposto pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foram apresentadas várias propostas.

(Não identificado) - Procedimento de suspender a sessão e discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Relator solicitou que fosse colocado à deliberação do Plenário se haverá ou não anexo de metas. Se o Plenário concordar que haverá, o procedimento será um; se disser que não, o critério será outro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão.

Ponderei com o Líder da nossa bancada, Deputado José Borba, sobre a possibilidade de suspendermos a reunião por alguns minutos e cada partido reunir os destaques dos Parlamentares sob as suas lideranças, para tentar, no universo de cada destaque apresentado por partido, afunilar e, aí, tentar, de alguma forma, reduzir os destaques segundo o critério de prioridade dos destaques apresentados pelos representantes dos diversos partidos. Talvez dessa forma diminuíssemos o número de destaques.

Então, essa sugestão fica estendida como a do nosso partido, o PMDB, para tentarmos de alguma maneira avançar nessa discussão, reduzindo os destaques talvez.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Reforço o que disseram os Deputados Pauderney Avelino e José Priante. Estamos prontos para suspender a sessão e discutir, mesmo porque a questão do anexo de metas foi debatida no Colégio de Líderes e não apresentamos, em respeito ao acordo feito, nenhuma emenda de metas. A proposição dos Deputados Pauderney Avelino e José Priante é oportuna. Concordo com a sugestão em nome do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A questão do anexo de metas, como acabou de dizer o Deputado Anivaldo Vale, foi discutida no Colégio de Líderes. Explicou-se a impossibilidade da existência desse anexo porque ainda não há o PPA.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Retirei minhas emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria é pacífica, no entanto a exclusão, com deliberação do Plenário, do anexo de metas facilita porque há queda muito grande no número de destaques. Por isso, vou submeter ao Plenário se mantemos ou não o anexo de metas, para que o Relator tenha uma orientação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, em respeito ao acordo, retirei nossas emendas de metas, porque não há anexo de metas. Então, se o anexo de metas voltar, vou querer um tempo para colocar minhas emendas novamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Anivaldo Vale, a ponderação não é em relação ao que V.Exa. colocou aqui antes — sabemos da sua compreensão no caso —, mas porque alguns não retiraram as emendas.

Então, vamos votar agora a retirada ou não do plano de metas, quer dizer, a prejudicialidade dos destaques que se referem ao anexo de metas. O Plenário vai dizer se está ou não prejudicado o destaque que faz referência ao anexo de metas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Lamento até não retirar porque não tenho nenhuma. As minhas já retirei em respeito ao acordo feito no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. fez muito bem.

Em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - No encaminhamento da discussão da LDO, posicionei-me inclusive elogiando o trabalho do nobre Relator Paulo Bernardo, mas fiz

:

registrar no meu pronunciamento que não concordava com a exclusão do anexo de metas. Entendo que, por não haver PPA, se pudéssemos emendar a LDO com os planos de metas que estamos propondo, não prejudicaria o PPA. Uma coisa não inviabilizaria a outra. Bastaria admitir-se no PPA que as emendas apresentadas poderiam fazer já parte do próprio PPA. Daí porque registrei.

Agora, em respeito ao acordado no Colégio de Líderes, votei, ressaltados os destaques, e conversando com o Relator retirei os meus destaques de metas, inclusive algumas outros que não dizem respeito a metas. Mas quero aqui deixar registrado que, mesmo votando, espero que não se faça nos anos vindouros, nos exercícios vindouros, uma espécie de procedimento rotineiro nesta Comissão, em não aceitar-se, em função de não haver plano de metas em início de um mandato presidencial, a LDO ser enviada sem o plano de metas.

Acho isso prejudicial, principalmente para a política de descentralização das regiões. Precisamos incentivar políticas que desenvolvam as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste do País. E só através de uma LDO haveremos de atingir esse objetivo. Daí porque faço questão de deixar registrado esse meu posicionamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Orientando a votação. Com a palavra o Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, ontem apresentamos 7 destaques. Observando e aguardando passo a passo, até por algumas avaliações que pude fazer com o Relator, entendemos e achamos por bem retirar das 7 6 e manter o Destaque nº 420, que visa a preservação dos futuros contingenciamentos com referência à CIDE e ao Fundo de Área de Tecnologia e Pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, repita o número do destaque, porque não existe Destaque 420.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Aliás, 168. E sugerir inclusive para o nosso Relator — quero crer que atenda e seja a vontade de todos os Líderes — ficou um pouco, quando da nossa reunião de líderes, aberta uma expectativa de fazer um estudo para contemplarmos um percentual da CIDE para o seu verdadeiro destino, para o que foi votada. Isso ainda não aconteceu.

Pediria ao nosso Relator, Deputado Paulo, que levasse seriamente em consideração, até para garantir a tranquilidade dos trabalhos de agora e do futuro — temos muitas tarefas a desenvolver juntos —, para não ficar o sentimento de que esse segmento ficou lesado, porque o objetivo principal da CIDE não está sendo atendido e muito menos cumprido.

Entendo que os Líderes todos ficariam bem felizes com a apresentação de uma emenda de Relator dando não como base o exercício atual, mas do exercício anterior e acrescentarmos um percentual. Aí sim acho que teríamos tranquilidade para darmos seqüência aos trabalhos, à votação e reconquistarmos a confiança da Casa. Acredito, nosso Relator, que desta forma a tranquilidade vai nos propiciar outros avanços que têm por vir. Desta forma, pedimos encarecidamente que seja destinado um recurso, um percentual a combinar junto com os nosso Líderes, mas não deixar aberto da forma que aqui está posto, inclusive pela reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Anotada a sugestão de V.Exa., passaremos agora à votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Presidente, pela ordem. Gostaria de encaminhar em nome da bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Queria, antes de mais nada, deixar bem claro que a nossa emenda e o nosso destaque não dizem respeito a plano de metas, mesmo porque o anexo de metas foi objeto de uma discussão no Colégio de Líderes. A par dessa discussão, respeitando essa discussão, retirei todas as emendas de metas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o que estamos propondo através do destaque da Emenda nº 54 e do Destaque nº 155 diz respeito justamente à despesa de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Anivaldo Vale, não estamos votando ainda os destaques de V.Exa.

:

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Qual vamos votar, então, Sr. Presidente? A retirada?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A proposta de retirada do anexo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os Deputados que concordarem que todos os destaques apresentados referentes à criação do anexo de metas e prioridades estejam prejudicados permaneçam como estão.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contra dos Deputados Pauderney Avelino, Claudio Cajado...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Contra o voto do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - ... Ricardo Barros e Anivaldo Vale.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que o voto não é do Deputado Pauderney Avelino, mas sim do PFL.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E também do PSDB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lamentavelmente, nobre Deputado Pauderney, não há voto de partido, de liderança. Há voto individual, pessoal.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, todos os destaques que se referem ao anexo de metas estão prejudicados.

Voltamos ao Destaque nº 155, do Deputado Anivaldo Vale.

Já foi feito o encaminhamento. Falta o parecer do Relator.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, há uma proposta encaminhada pelo Relator, atendida por mim, pelo Deputado Anivaldo Vale e pelo Deputado José Priante, para que suspendêssemos por alguns minutos a sessão para conversarmos com V.Exa., com o Relator da matéria e com os demais Líderes, para que pudéssemos elencar. Senão, vamos ter que votar um por um os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A proposta do Deputado Pauderney é pertinente, assim como a do Deputado Priante. Vamos suspender a sessão por alguns minutos, mas os Líderes vão encaminhar à Mesa, por escrito, os destaques que serão objeto...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, gostaria, para efeito de uma melhor praticidade, que a Mesa pudesse fornecer às lideranças os destaques dos respectivos Parlamentares que pertençam aos diversos partidos. Evidentemente, os destaques selecionados dos Parlamentos presentes, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Naturalmente será, tanto quanto possível, examinada a possibilidade de tirar do partido, mas é difícil pelo número. Então, os Líderes vão se reunir, vão anotar os destaques e encaminhar à Mesa, dando preferência naturalmente aos destaques de seus partidos.

A sessão está suspensa por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está reaberta a Sessão Ordinária nº 10 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das Pautas nºs 15, 16 e 17.

Conforme acordo realizado pelas Lideranças, serão votados os Destaques nºs 33, 158, 159, 104, 166, 168, que se refere ao mesmo assunto e dá nova redação à CIDE, e 38.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, conversei com o Relator e com o Deputado Pauderney Avelino e decidi retirar todas as emendas, antes de a exclusão

:

do plano de metas ter sido votada. Tenho aqui 8 emendas que não são de plano de metas, mas priorizei uma apenas. Ao conversar com o Sr. Relator percebi que o Destaque nº 137, Emenda nº 1.876, diz respeito ao art. 42 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição. Ela já existe. Estou solicitando que continue na LDO para assegurarmos recursos já garantidos pela Constituição.

O Deputado João Grandão me informou que aprovamos, em primeiro turno, a PEC 254, que altera a prorrogação de 15 anos, que terminaria este ano, segundo o artigo das Disposições Transitórias da Constituição, para 25 anos. O *site* da Câmara dos Deputados indica que foi retirado de pauta, está aqui em minhas mãos, apesar de o Deputado João Grandão me afirmar que foi votado em primeiro turno.

Faço este apelo para o Relator e para a Comissão — se já foi votado, se já está em trâmite para ser concluída a votação — para incluí-la na LDO, o que é, no meu modo de ver, uma necessidade, pois vai beneficiar as Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Espero que o Relator e os companheiros da Comissão aquiesçam, porque não tem absolutamente nenhum prejuízo, não se está colocando matéria nova, ela já existe. Em conversa anterior com o Relator, S.Exa. havia aquiescido, e a assessoria, concordado. Vejo que o Relator tem intenção de absorver, mas diante do acordo de priorizar apenas 3 emendas dos partidos — PFL, PSDB e PMDB — faço este apelo para que o aprovemos. Não há absolutamente nenhum problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, tivemos alguns cuidados em relação a esta matéria. Fiz seu histórico e vi que foi apreciada no ano passado e assinada pelos ex-Deputados Wellington Dias, hoje Governador do Piauí, Avenzoar Arruda, Manoel Vitorio e por mim. Nós 2 somos do Centro-Oeste e os 2 do Nordeste.

Minha preocupação é em relação ao art. 42 da Constituição, que diz que o prazo seria de 15 anos para irrigação do Centro-Oeste e Nordeste, que, segundo o artigo, terminaria este ano. Esta matéria foi apreciada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal. Tínhamos outras emendas, evidentemente, mas como naquele momento não éramos Governo o Senado as recusou e as enviou à Câmara dos Deputados. Por orientação do Governo, tivemos o cuidado de aprovar exatamente a redação do *caput* do artigo alterando o prazo de 15 anos para 25 anos.

Acabei de consultar o Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Waldemir Moka, também do Centro-Oeste, que estava conduzindo a discussão no plenário em nome do PMDB. S.Exa. confirmou isso e telefonou para outros parlamentares. Conversei com o Deputado Professor Luizinho era o responsável no plenário naquele momento. Nós estávamos conduzindo a votação sob responsabilidade do Plenário.

Sr. Presidente, essa matéria é constitucional. Portanto, não há nenhum problema em relação a essa questão. Ela já tem pressuposto, já há inclusive previsão de fundos para isso. Na nossa avaliação, não há necessidade de colocar na LDO. É uma precaução. Sou pelo princípio da precaução, evidentemente. Mas, nesse aspecto, o Relator pode ficar à vontade, porque é matéria constitucional e tenho plena convicção de que ela foi votada no Plenário desta Casa.

Essa a informação que gostaria de passar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero apenas reiterar a solicitação do Deputado Claudio Cajado. Entendemos ser importante para essas 2 regiões do País — e já havia sido aquiescido pelo nobre Relator, Deputado Paulo Bernardo. Portanto, o que abunda não prejudica, é importante que façamos constar, já que o nobre Relator também concorda com isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, o que foi relatado pelo Deputado Claudio Cajado é verdadeiro. S.Exa. defendeu com bastante ênfase essa questão da irrigação, e manifestei minha posição de que no mérito não tinha nada contra, até porque há 15 anos se procede dessa forma — e até considerando o que o Deputado João Grandão disse. Já aprovamos uma emenda constitucional em primeiro turno, que terá a

:

mesma redação, vai-se repetir por mais 10 anos — passa para 25 anos. Posteriormente, o PFL, o PSDB, o PMDB e outros partidos reuniram-se à parte e trouxeram uma proposta de acordo, na qual não estava incluído esse ponto. Foi só por isso que não colocamos.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, mas ainda está em tempo. Não houve a votação.

(Não identificado) - ... Nordeste. Eu não voto a favor disso.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Então, se houver...

(Não identificado) - A dificuldade é aplicar recursos...

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - ... acordo geral com os Líderes...

(Não identificado) - Sr. Presidente, o PP é a favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, o PMDB retira os destaques e mantém o acordo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, acho que V.Exa. deveria colocar em votação a proposta do Deputado Claudio Cajado.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vai ampliar o acordo?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, se for para incluir mais um, aí teremos de abrir discussão outra vez.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, esse destaque já havia sido recebido pelo Relator da matéria. Então, isso não vai prejudicar em absolutamente nada o acordo que fizemos. Ele já havia sido recepcionado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, se for para entrar mais uma... Estou tentando inserir essa emenda desde o início — que é o destaque do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que diz respeito justamente às prioridades, para o contingenciamento não alcançar as agências reguladoras. Esse assunto está até trazendo aborrecimento para o Deputado. O acordo sobre a CIDE foi pleiteado pelo PMDB, PSDB e PFL, e havia o entendimento de votarmos apenas esse imposto e negociarmos os outros. Agora, se for para entrar mais uma, acho que deveríamos incluir também o Destaque nº 218 da Emenda nº 26, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, esta Casa tem tradição de estabelecer acordos, encaminhamentos e cumpri-los. Conforme o Líder do PMDB já se manifestou, estamos retirando todos os destaques não porque sejam menos importantes do que as emendas que estão causando aborrecimento aqui ou acolá — segundo entendimento de determinado Parlamentar. Mas, se não fecharmos a questão, especificamente quanto ao que definimos na reunião com os partidos e que foi apresentado ao Relator, o PMDB será o primeiro a se retirar desse acordo. Portanto, ou definimos isso, e cada partido assume sua responsabilidade, ou então não há acordo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero informar à Comissão que tinha apresentado a retirada de todos os meus destaques, inclusive os que não se referiam ao plano de metas, e o Relator tinha aquiescido — na 137, apenas. Ou seja, quando nos reunimos... Foi uma negociação minha com o Relator. Anteriormente, S.Exa. havia aceito vários. Então, quando nos reunimos, por solicitação do Deputado Pauderney Avelino, aquiescido pela Comissão, para que os partidos pudessem apresentar as emendas, isso entrou no bojo. Mas ela já tinha sido apresentada previamente, inclusive a Assessoria já tinha estudado. Acho que estamos fazendo um campo de batalha, porque isso já está na Constituição, já votamos em primeiro turno.

O site oficial da Câmara informa que foi retirado de pauta — é atual. O Deputado João Grandão está nos informando que já foi votado em primeiro turno. Realmente não me

:

recordo, mas o *site* oficial da Câmara informa que não foi. Então, acho que isso não prejudica em nada. Pelo contrário. Todos os anos isso ocorre na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um encaminhamento pela bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão ao Deputado Claudio Cajado. Como coordenador do PT, comprometo-me a conversar, amanhã mesmo, com o Deputado João Paulo Cunha sobre a possibilidade de incluirmos, já na semana que vem, essa PEC, para que possamos resolver isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Então, se houver o compromisso de pelo menos incluirmos na convocação extraordinária e assegurarmos... Isso é um benefício para o Nordeste.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Amanhã de manhã, então?

(Não identificado) - A convocação já foi definida. Não vai entrar na convocação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se não for incluído, então será no mês de agosto.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Em agosto, se não for possível incluir.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pergunto: que prejuízo traz à Comissão aceitarmos isso na LDO?

(Não identificado) - Retrocede a negociação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não retrocede, porque o Relator já tinha aceito.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Na primeira sessão, Deputado Claudio Cajado.

(Não identificado) - O prejuízo é atropelarmos um acordo feito.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, o Destaque nº 118, da Deputada Professora Raquel Teixeira, foi acatado parcialmente pelo Relator — ele consta da relação. Mas, mantido o acordo, o PSDB retira esse e todos os demais. A Deputada Professora Raquel Teixeira quer registrar que lamenta o não acatamento de seu destaque.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, sou uma pessoa que cumpre acordos. Se o meu partido fez esse acordo, então retiro o Destaque nº 118. Mas eu não vou dormir em paz se não lamentar profundamente. Quero que os nobres colegas saibam do que se trata.

Havia um destaque para que as áreas Educação, Cultura e Desporto fossem preservadas do contingenciamento. O Relator aceitou parcialmente, preservando a área Educação, mas submetendo os setores Cultura e Desporto ao contingenciamento.

Hoje, um dos maiores desafios deste Governo é a questão da segurança e da juventude. Setenta por cento da criminalidade entre jovens de 15 a 20 anos ocorre nos finais de semana porque os eles não dispõem de quadras de esporte, de projeto cultural, não têm o que fazer, e a ociosidade leva ao crime organizado.

Os orçamentos da Cultura e do Desporto juntos resultam em 700 milhões de reais. É menos de 0,07% de um orçamento de 1 bilhão. Lamento profundamente, como educadora, que a oportunidade de efetivação projetos culturais e desportivos para os nossos jovens seja adiada, jogando-os na marginalidade, na criminalidade, no crime organizado e nas drogas. Não posso deixar de registrar minha insatisfação com o contingenciamento de uma parte ridícula do Orçamento, que significa a salvação para muitos jovens, futuro deste País.

Como último dado, cito censo do IBGE divulgado há 20 dias. O Brasil possui 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, o que significa 20% da população. E, considerando esse mesmo universo, o índice de morte violenta decorrente das drogas e do crime organizado é de 40%. Então, não posso deixar de lamentar que apenas 0,07% tenha sido impedido de ser alocado em programas que salvariam muitos jovens das drogas.

Muito obrigada.

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, os partidos se reuniram e estabeleceram um acordo. Naquele instante, ficou explicitado que o compromisso era com aquelas 3 proposições, uma delas do PFL — 5, porque uma se desdobrava em 2.

(Não identificado) - Seis.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Vejam bem. Os temas eram: a CIDE, a questão dos militares e a questão de Tocantins. Esse foi o objeto do acordo.

(Não identificado) - Há mais, Senador.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Pelos 3 partidos. Se esse acordo não prevalecer, haverá sempre a expectativa de companheiros que também tenham propostas apresentadas e que julguem que essas propostas devam ser acatadas — tinham a palavra do Relator, do Presidente, tinham a promessa de que seriam atendidos, enfim, os argumentos são muitos. Acho que já estaríamos avançando bastante se aprovássemos os 5 ou 6 destaques, enfim, essas 3 matérias que foram objeto desse entendimento. Portanto, nossa posição é pela manutenção do acordo e para que se vote dessa forma, pelo menos na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, interrompemos a sessão, ficamos durante muitos minutos construindo um acordo, não podemos agora levantar outras questões. Veja bem, são mais de 22h30min. Alguns pontos precisam ser apreciados, frutos do nosso entendimento. Faço um apelo a V.Exa. no sentido de apreciarmos os termos do acordo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir do reconhecimento desses destaques, inclusive impedindo o contingenciamento dos recursos das Forças Armadas e outros, gostaria de lembrá-los de que o título do anexo tem de ser alterado para não perder sua consistência técnica. As despesas que não serão objeto da limitação de empenho serão constituídas de 2 itens: as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as demais despesas ressalvadas. Essas que foram objeto do acordo são as demais despesas ressalvadas. Se não aprovarmos isso, perde-se a consistência técnica, porque aquilo que foi aprovado não são despesas de obrigação constitucional ou legal. A Assessoria fez questão de mencionar isso para dar consistência técnica.

Segundo aspecto. Sinceramente, estamos aqui há tanto tempo, nunca tivemos um Relator tão aberto para ouvir sugestões. Feito o acordo, é bater o martelo e irmos para a votação. O Relator acatou questões importantes. Então, essa é a sugestão que dou ao Deputado Paulo Bernardo. É o acordo e ponto final.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, vou retirar o destaque porque houve o compromisso do meu partido e de outros de podermos apresentar no plenário quando da votação da LDO. Então, não quero ser empecilho. *(Palmas.)* Entendi que já tinha sido aquiescido antes, por isso insisti. Mas não quero absolutamente constranger quem quer que seja. Pelo contrário. Faço questão de ressaltar a atenção e de avaliar as palavras do Deputado Sérgio Miranda em relação ao Relator. Efetivamente, foi um excelente trabalho, e dos melhores, que esta Comissão já fez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Passaremos a discutir os destaques constantes do acordo.

Destaque nº 33, do Deputado Eduardo Costa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, sugiro que possa ser votado em bloco o acordo, dispensado encaminhamento e discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta matéria tem de ser deliberada pelo Plenário. O Deputado José Priante propõe a votação do destaque do acordo.

:

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o Relator precisa ler o texto da CIDE, porque não é destaque a ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Será lido o texto. Primeiro vou submeter à votação global ou não, quando for feita votação global será lido o texto de cada acordo do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem de acordo com a votação em bloco permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que forem de acordo com a votação em bloco permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Paulo Bernardo, para fazer a leitura dos destaques, objeto de votação.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, os pontos acordados são os seguintes. A redação da CIDE será a seguinte: Dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico — CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, serão destinados no mínimo 30% para programas de investimentos na infra-estrutura de transportes, que abrangerá infra-estrutura aquaviária, ferroviária, portuária, rodoviária e multimodal de responsabilidade da União, inclusive nos seus componentes delegados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.

Este foi o texto do acordo.

O Destaque nº 33 inclui o parágrafo único no art. 34: Fica autorizada a inclusão na lei orçamentária de recursos para contrapartida de Estados e Municípios a empréstimos e financiamentos externos quando a União for avalista da operação.

Destaques nº 38 inclui o § 2º no art. 11: A reserva de contingência para aplicação do produto dos recolhimentos do encargo, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, na forma estabelecida pelo art. 3º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, não poderá ser superior a 20% da previsão de arrecadação do referido encargo.

O Destaque nº 104, diz respeito à dívida de Tocantins. Inclua-se o seguinte item ao texto: Promoção de desenvolvimento do Estado do Tocantins, recurso sob supervisão do Ministério da Fazenda, Constituição Federal, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 13, § 6º.

A redação dos Destaques nºs 158 e 159. A citação das atividades elencadas abaixo visa atendimento do disposto no inciso I, do art. 100, do projeto de LDO, de 2004: 46, alimentação de pessoal; 47, atendimento médico-hospitalar, fator custo; 48, manutenção dos serviços médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas; 49 - manutenção dos serviços médico-hospitalares e odontológicos a cargo da Aeronáutica; 50, manutenção dos serviços médico-hospitalares e odontológicos a cargo do Exército; 51, manutenção dos serviços médico-hospitalares a cargo da Marinha; 52, manutenção e suprimento de fardamento; 53, ensino preparatório para formação de oficiais; 54, ensino fundamental nos Colégios Militares; 55, ensino médio nos Colégios Militares; 56, ensino fundamental na Fundação Osório; 57, ensino médio na Fundação Osório e no 159 - inclusão de incisos do § 1º do art. 67.

O inciso III, despesas com ações nos fundos que interessam à Defesa Nacional; inciso IV, despesas financiadas por fundos oriundos de operações de crédito.

Sr. Presidente, lembramos que, em função desses 2 destaques, como defendeu o Deputado Sérgio Miranda, o anexo IV passa a ser denominado: Despesas que irão ser objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/ 2000, constituído dos seguintes itens:

- 1) Despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União.
- 2) Demais despesas ressalvadas.

Sr. Presidente, este é o acordo feito pelos Líderes na reunião, na sala da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos colocar em votação global os seguintes destaques: Destaques nºs 33, 38, 104, 158 e 159.

Com nova redação: O destaques nºs 74, 66 e 168.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Haverá ainda algumas votações. Há 2 destaques com parecer contrário, mas são acordos para ser discutidos.

Destaque nº 68, de autoria do Deputado Ricardo Barros, que altera a projeção do PIB real estimado para os seguintes anos: 2004, 6%; 2005, 6,5% e 2006, 7%.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o destaque se refere ao salário mínimo. Há promessa do Presidente Lula de que, durante o seu mandato de 4 anos, dará ganho de 100% ao salário mínimo.

Para zelar por esta promessa e para que não corramos o risco de, ao término do Governo, não se ter cumprido este acordo com os trabalhadores, já que é do Partido dos Trabalhadores, fizemos uma conta; percebemos que neste ano o aumento real do salário mínimo foi pouco mais de 3%, o menor dos últimos anos, mas para completar os 100% do aumento, cumulativamente, o Governo precisa acrescentar 25,5% no salário mínimo de 2004 e seguidamente em 2005 e 2006.

Nossa emenda propõe que a Lei Orçamentária já venha com acréscimo de 25,5% no salário mínimo, para o ano que vem. Garantiremos assim a promessa do Presidente Lula: aumentar, no seu mandato, em 100% o salário mínimo.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma reflexão sobre isso. É importante verificarmos que desde o Plano Real, na transformação de URV para o Real, houve um reajuste nominal de cerca de 40%. Esse último reajuste dado agora, de 20%, foi o maior desde o Plano Real. Claro que não foi ideal, sabemos disso, inclusive a recuperação do País, com a nossa credibilidade sendo novamente reconhecida fora do País e com a taxa de câmbio se modificando, se não fosse até hoje os interesses dos exportadores, talvez já estivéssemos com o salário mínimo valendo 100 dólares.

Mas, não temos dúvida de que, inclusive com a presença do Deputado Jorge Bittar, que será o Relator do Orçamento, faremos essa discussão com muita ponderação, seriedade e responsabilidade, porque entendemos que a questão do salário mínimo é fundamental tendo em vista que boa parte da população o recebe e que algumas pessoas nem isso recebem.

Poderemos fazer, com muita tranquilidade, esse importante debate, no momento da discussão do Orçamento para 2004, com a presença, repito, do Deputado Bittar, que, assim como o Partido dos Trabalhadores e os partidos aliados, não fugirá dele.

Somos contra esse destaque, porque entendemos ser o melhor momento o da discussão do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero dizer ao Deputado Carlito Merss que foi uma concessão da Mesa, porque, com esses destaques, somente o autor e o Relator podem se manifestar.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, agradeço sensibilizado o esforço do nosso colega, Deputado Ricardo Barros, e a preocupação que demonstra com o sucesso do Governo Lula. Essa questão do salário mínimo, com certeza, é um ponto vital para que o Governo seja bem sucedido. Todos sabemos do compromisso do Partido dos Trabalhadores, do Governo e do próprio Presidente Lula com essa questão.

A exemplo do que aconteceu em anos anteriores, inclusive em 2002, preferimos entender que no momento de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no final de junho, temos grandes dificuldades para fazer uma projeção com maior exatidão, com uma precisão necessária do comportamento da economia, dos juros, do PIB, da inflação, e, portanto, consideramos mais prudente fazer essa discussão com o nobre Deputado Ricardo Barros. Com certeza, o Congresso vai se mobilizar em torno disso na lei orçamentária.

Em função disso, mantemos a opção de rejeitar o destaque.

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Informo que anunciei o Destaque nº 68 e o autor, Deputado Ricardo Barros, encaminhou o Destaque nº 69.

Em votação, agora, o Destaque nº 69.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não cabe encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Pela Liderança do PSDB, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de falar sobre o processo. Não pode, pelo PSDB? É só para votar. Encaminhar, para a minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não há encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E pela ordem, posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pode falar, desde que seja pouco.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria apenas reforçar o entendimento do Deputado Ricardo Barros, mesmo porque, coincidentemente, Deputado, fiz destaque, por intermédio do Destaque nº 165, que já retiramos, mas gostaria de abordar sobre isso, porque diz respeito à proposta de emenda do Deputado Sérgio Miranda, que entendia que deverá haver vontade política para recuperação do salário mínimo e para o cumprimento da promessa de campanha de dobrar o salário mínimo.

Em razão disso, gostaria de me solidarizar com o Deputado Ricardo Barros, ao tempo em que agradeço ao Presidente pela deferência do uso da palavra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O destaque tem parecer contrário do Relator.

Vamos colocá-lo em votação. Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que rejeitam o destaque...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Registro o voto contra o PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Rejeitado, com votos contrários dos Deputados Ricardo Barros e Anivaldo Vale.
Rejeitado. Não vai ao Senado Federal.

Destaque nº 68, do Deputado Ricardo Barros. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, na mesma linha de raciocínio, de ser zeloso com os compromissos de campanha, porque o povo não gosta de ser enganado, gosta de ouvir as propostas de campanhas e vê-las cumpridas e como já disse o PDT inclusive, o Presidente Lula foi eleito para mudar o Brasil e não para mudar de lado.

Então, dentro desse contexto, que não é o que tem acontecido até agora no Governo, esperamos que, ao decorrer do tempo, o Presidente Lula possa efetivamente colocar em prática aqueles seus pensamentos que sempre o conduziram às campanhas eleitorais, esta vitoriosa, proponho a alteração da estimativa do PIB. Quando o Ministro Guido Mantega esteve nesta reunião, na sua primeira reunião, para prestação de contas à Comissão do cumprimento das metas, eu trouxe um livro que ele publicou depois da eleição do Presidente Lula, em novembro, num debate que ele fez, onde afirmava que para gerar 1,5 milhão de empregos seria preciso o crescimento de 1% percentual do PIB, acima de 4,5% de crescimento. Para cada 1,5 milhão de empregos gerados, era preciso que o PIB crescesse 1% acima de 4,5%.

Portanto, como o Presidente Lula prometeu 10 milhões de empregos aos brasileiros — o senhor sabe que a coisa está caótica —, estão aparecendo aí milhares de candidatos para poucas vagas. Aconteceu no Rio de Janeiro e também em Londrina, terra do nosso companheiro, Relator Paulo Bernardo, inscrição para a vaga de coveiro, que apareceram 15.000 candidatos, milhares de pessoas, para 15 vagas, na Prefeitura daquela cidade, com o salário de R\$500,00. No Rio de Janeiro, para a vaga de gari, também com um salário

:

pequeno, tivemos, só candidatos com as letras “a” e “b”, 17.000 inscritos para concorrer a essas vagas.

Então, Sr. Presidente, a questão do desemprego é fundamental. De novo, eu repito: o Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, certamente, vai zelar pela sua promessa do salário mínimo e do emprego. Para que ele possa cumprir a sua promessa, Sr. Presidente, é preciso que o Brasil cresça 6%, em 2004; 6,5%, em 2005 e 7%, em 2006, para que ele possa cumprir suas promessas nos parâmetros do entendimento técnico do Ministro Guido Mantega. Nós, novamente, estamos zelando para que o Presidente Lula termine seu mandato tendo cumprido os seus compromissos com o povo brasileiro, não o cumprirá com o servidor público e com determinadas categorias, mas, em geral, eu, como brasileiro, embora da Oposição, espero que o País vá bem.

Faço, então, uma proposição ao Relator: que acate a revisão do crescimento econômico na LDO, para que o Presidente Lula, ao terminar o seu mandato, certamente, possa retornar à sua casa, daqui a 3 anos, sabendo que cumpriu, pelo menos em relação aos trabalhadores, as suas promessas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu queria saber da Mesa se essa emenda é admissível. A proposta do Deputado é alterar um anexo de uma previsão de metas feita pelo Governo, com sua autoridade, de crescimento do País, pergunto: é admissível a emenda? Não sei qual a opinião do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, agradecer, muito sensibilizado, essa tentativa de reforço do nosso Deputado Ricardo Barros e também porque nós, mesmo que postumamente, podemos entender um pouco do pensamento econômico que imperou no Brasil nos últimos 8 anos.

A forma que está sendo expressa por V.Exa. me parece que denota bem, Deputado Ricardo Barros, com todo o respeito e com o clima de tranquilidade com que estamos discutindo, talvez por que nós tenhamos nos encontrado hoje nesta situação. Se realmente o Governo Fernando Henrique tinha esse tipo de pensamento a respeito de como conduzir as questões da macroeconomia, as questões do estabelecimento de metas orçamentárias ou de fixação de índices de crescimento, realmente essa herança hoje está muito pesada.

Nós temos um empenho muito grande do Governo em fazer o País sair desse atoleiro, de quebrar essa pasmaceira em que a nossa economia se encontra. Eu acho que os sinais que estão sendo dados de queda da inflação, uma queda consistente, controlada, sem risco de ter repique, de voltar, vai permitir uma diminuição gradual, segura — tenho convicção disso — e cada vez mais acelerada da taxa de juros.

E mais do que isso, considerando que o Governo fez um grande superávit neste primeiro semestre, muito além inclusive do que a própria equipe econômica se propunha inicialmente, evidentemente para atingir o superávit de 4,25%, nós vamos ter um segundo semestre com maior liberação de recursos, com maior volume de investimentos.

Isso me deixa muito otimista para acreditar que, de outra forma, com outro método, vamos atingir em parte o objetivo que pretende o Deputado Ricardo Barros, ou seja, vamos buscar o crescimento econômico, mas é muito razoável manter a meta que foi definida pelo Governo. Com certeza, há metodologia científica no seu cálculo do PIB de 3,5%, em 2004; de 4%, em 2005, e de 4,5% em 2006. Isso com certeza vai ser extremamente importante para a questão da geração de empregos.

Sr. Presidente, não posso aceitar a proposta do Deputado Ricardo Barros e encaminhar, então, pela rejeição.

O SR. DEPUTADO JÓRGE BITTAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÓRGE BITTAR - Sr. Presidente, V.Exa. me perdoe atropelar um pouco, mas penso que há uma questão levantada pelo Deputado Sérgio Miranda: se devamos apreciar o mérito dessa questão ou se devamos, preliminarmente, apreciar a admissibilidade dessa proposição de destaque.

Segundo o Deputado Sérgio Miranda — e eu concordo com S.Exa. — essas são metas estabelecidas pelo Poder Executivo a partir de simulações feitas com base num conjunto de informações macroeconômicas, que não podem ser alteradas isoladamente, sem prejuízo de se desfigurar o cenário macroeconômico constituído para elaboração desta LDO.

Portanto, não se trata de apreciar o mérito dessa questão, mas, sim, a sua admissibilidade.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, prestei atenção num assunto aqui, que inclusive foi colocado pelo Relator, sobre essa questão de querer transferir essa responsabilidade de forma muito pesada para o Presidente Fernando Henrique. Fico lembrando aquele assunto do medo e da esperança.

O que fez a inflação crescer, o endividamento aumentar, a falta de crédito surgir foi justamente o medo. Ao assumir, parece-me que o fato de haver aquele espírito do Fernando Henrique encarnado no Presidente Lula é que trouxe a coisa para a estabilidade.

No meu entendimento, quem prometeu 10 milhões de empregos e que nestes primeiros meses perde mais de meio milhão de empregos — já passaram 6 meses; faltam só 3 anos e meio — não tem que arrumar 10 milhões, tem que arrumar 10 milhões e 500 mil empregos. Com esse índice de crescimento, já sabemos de antemão que não vão ser gerados. É mais uma forma que ficou daquela questão de enganar a população.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Vou ser breve. Penso que o legado que nos foi deixado por esse Governo que encerrou agora, em 31 de dezembro, é triste e tem a ver com o modo de tratar o Estado e de tratar o povo na base da mentira. O Presidente Lula não está tentando enganar o povo.

S.Exa. tem sido o máximo direto, discutido a coisa de forma real com a população. Nós estamos vendo o dólar abaixar. Na posição em que estamos vendo hoje o Brasil ser conduzido — certamente um dos compromissos maiores é poder comer: almoçar, jantar e fazer pelos menos um lanche —, esperamos que isso venha realmente a acontecer. Teremos condições de fazer um crescimento econômico com os pés no chão, e não na forma como foi feito.

Os ilustres Deputados que tanto defenderam o Governo passado tentam agora descaracterizar o que o Presidente Lula vem fazendo. Tenho a certeza de que o povo brasileiro tem na memória a herança que recebemos ao longo de décadas, não só nos últimos 8 anos, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu penso que eles são os piores, pelo entreguismo, pela maneira como foram feitas as privatizações, pela maneira como o Estado brasileiro foi gerido.

Penso que a memória dos senhores está muito prejudicada, ao tentarem trazer contra o Governo do PT esse tipo de condenação. Na verdade, foram V.Exas. que fizeram isso no passado contra a população brasileira.

Nós estamos tentando administrar e tirar o Brasil do fosso em que o encontramos. Em seis meses, é impossível.

Portanto, as medidas defendidas pelo Relator são sérias e — tenho certeza — vão preparar o Brasil para a credibilidade, para que, em nível internacional, o nosso País passe a receber de todos os outros países a liderança do Presidente Lula, não só os países do Sul, os países em desenvolvimento, mas os países que se dizem desenvolvidos, a fim de que este País volte a ter condições de crescimento, de desenvolvimento, para inclusive eliminar a fome e garantir emprego e renda à população.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, eu levantei uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu posso até levantar melhor essa questão, que tem a ver com a questão de ordem argüida pelo Deputado Sérgio Miranda.

:

Como se sabe, a estimativa de receita tem relação direta com a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto do País, com a taxa de crescimento prevista. Diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu § 1º do art. 12º, que a *“reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnico ou legal”*.

Ora, Sr. Presidente, nós aqui não havíamos apresentado qualquer comprovação de erro técnico ou legal na projeção de PIB, portanto, nas estimativas de receita que constam das tabelas dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não me parece procedente.

Portanto, considero prejudicada a proposta de destaque apresentada. É nesse sentido que quero reforçar a questão de ordem apresentada pelo Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que rejeitam o destaque, que tem parecer contrário do Sr. Relator, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a rejeição.

A matéria não vai ao Senado.

Declaro prejudicados os seguintes destaques, por já terem sido atendidos: Destaques nºs 122, 187, 239, 153 e 154.

Em votação, em bloco, os demais destaques com parecer contrário do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Antes da votação, devo lembrar que, dentre os destaques aprovados e acatados pelo Relator, apenas o Destaque nº 33 não tem compromisso sobre o veto. Os demais, evidentemente, são acordos feitos entre todos os Partidos, inclusive o PT. Esperamos, então, que seja cumprida a manutenção desse texto na lei, após sancionado pelo Presidente. Apenas porque foi parte do acordo, feito na reunião de Líderes, deixo registrado que somente o Destaque nº 33 ficou sem o compromisso da sanção presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A observação de V.Exa. constará de ata, objeto do registro solicitado.

Em votação os demais destaques que tiveram parecer contrário ao do Relator.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o parecer do Relator, contrário a esse destaque, permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitados todos os destaques.

As matérias não vão ao Senado Federal.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, essa questão de ordem foi preparada pela nossa Consultoria no sentido de simplificar a publicação da peça final da LDO. Trata-se, portanto, do conteúdo do autógrafo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Não lerei o corpo todo da questão de ordem, apenas farei menção.

Os documentos que compõem a Lei de Diretrizes Orçamentárias são aqueles citados na Constituição, no art. 165, § 2º, adicionados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, há que se reconhecer ser de difícil defesa a manutenção no corpo da Lei de Diretrizes dos relatórios de avaliação da situação financeira e atuarial de fundos e programas com tal caráter, que são textos enormes, uma quantidade muito grande de páginas. Além de volumosas — no avulso compõe cerca de 120 páginas —, tais avaliações atuariais não apresentam qualquer utilidade para elaboração ou acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Portanto, propomos, conforme aprovado anteriormente, questão de ordem no sentido da exclusão do autógrafo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, PLN nº 02, de 2003, dos relatórios de avaliação da situação financeira e atuarial previstos no inciso IV, § 2º do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando mantidas no autógrafo todas as outras peças integrantes do projeto de lei.

É a questão de ordem que apresento a V.Exa.

:

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Presidência declara a V.Exa. que no ano passado já foi adotado esse procedimento. Assim, defere a questão de ordem.

Convoco para amanhã, às 10h, reunião para darmos continuidade à discussão das pautas.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há número regimental no livro de registros. Declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 15, 16 e 17, de 2003.

A Pauta nº 17 já foi apreciada.

No momento, é evidente a falta de *quorum*. Em face disso, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, sei que há uma resolução a ser apreciada pelo Congresso Nacional. Gostaria de fazer duas consultas a esta Presidência. Em primeiro lugar, pode ela intervir junto ao Presidente do Senado Federal, no sentido de que tal matéria seja incluída na pauta da sessão conjunta de hoje? Além disso, se a resolução for votada hoje pelo Congresso Nacional, há possibilidade de mantermos a reunião da Comissão, para que possamos apreciá-la simbolicamente, já que estaria aprovada pelas duas Casas?

Portanto, gostaria de saber se esse procedimento é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O problema é que a sessão do Congresso Nacional será às 19 horas e possivelmente se prolongará por 2 horas. Dificilmente teremos *quorum* na Comissão após esse horário.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, se mantivermos a sessão suspensa, teremos *quorum* para votação simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem razão em relação à lista de presença. No entanto, para a votação, é necessário um mínimo de presença física no recinto, o que acho difícil.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - A decisão é de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela aprovação da resolução, na semana que vem já...

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, teremos convocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ah, sim. Então, não poderemos. Somente após a convocação.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Por isso, faço mais uma vez o apelo. Mesmo que façamos uma tentativa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Poderíamos fazê-lo amanhã, embora eu não saiba se teremos *quorum* no recinto.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Como está tendo um grande empenho por parte da Presidência da Câmara dos Deputados, no sentido de manter *quorum* para contar prazo, poderíamos nos mobilizar para conseguir o número mínimo para deliberação.

Trata-se de uma sugestão. É claro que entendo que a decisão é do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há uma alternativa: poderemos marcar a continuação desta reunião para as 14h30. Teremos de fazer um esforço muito grande para conseguir o presença física no recinto, para votação nominal.

Portanto, suspenderei a reunião. Convoco seu reinício para as 14h30.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Miranda) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está convocada uma sessão do Congresso Nacional para as 14h30, quando será votada a LDO. Por conta disso, encerro a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

Primeira Sessão Legislativa Extraordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 08 E 10 DE JULHO DE 2003.**

Aos oito e dez dias do mês de julho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 01/2003, da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Félix Mendonça, Geraldo Resende Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Humberto Michiles, João Grandão João Magno, José Borba, José Carlos Elias, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nelson Meurer, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino e Serys Shlessarenko; - **Deputados suplentes:** Alex Canziani, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Athos Avelino, Carlos Nader, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Ildeu Araújo, João Correia, Jorge Alberto, Laura Carneiro, Luiz Carreira, Manato, Paulo Afonso, Robson Tuma e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho e Romeu Tuma. Registrou-se a presença do Parlamentar não-membro, Deputado Coriolano Sales. Os Senadores Delcídio Amaral, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Dr. Rosinha, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Helenildo Ribeiro, Herculanô Anghinetti, Jackson Barreto, João Leão, Jorge Bittar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino, Ricardo Barros, Rose de Freitas e Virgílio Guimarães; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Efraim Moraes, Heloísa Helena, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Reginaldo Duarte e Romero Jucá. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia oito de julho, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dez do mesmo mês, de acordo com o art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional, o Deputado José Borba, no exercício da Presidência, reiniciou os trabalhos.

ENCERRAMENTO: Ao comunicar a persistência da falta de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos, às dez horas e trinta e três minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária a ser realizada no dia quinze de julho de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na Câmara nem no Senado. Assim, a reunião está suspensa e convoco nova reunião para quinta-feira, 10 de julho, às 10 horas.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Borba) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 1ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Portanto, encerro a reunião e convoco os membros da Comissão para reunião ordinária a ser realizada no dia 15 de julho, terça-feira próxima, às 14 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Extraordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 22 E 24 DE JULHO DE 2003.**

Aos vinte e dois e vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 02 e 03/2003, da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Zé Gerardo; **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra; - **Deputados suplentes:** Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Athos Avelino, Carlos Nader, Eduardo Cunha, Gonzaga Patriota, Ildeu Araújo, João Almeida, João Batista, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Leonel Pavan, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp. Registrou-se a presença do Parlamentar não-membro, Deputado Coriolano Sales. O Deputado Wellington Roberto justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Arnon Bezerra, Carlos Melles, Dr. Hélio, Herculano Anghinetti, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Priante, Leonardo Mattos, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Roberto Balestra e Sérgio Miranda; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Gilberto Mestrinho, Heloísa Helena, João Ribeiro, Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte e Romero Jucá. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, declarou aberta a reunião, às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e dois de julho. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 10ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24, 25 e 26/06/2003 e da 1ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional, realizada nos dias 08 e 10/07/2003. Foi dispensada a leitura das Atas. Não houve debate. O Presidente em exercício declarou as Atas **aprovadas**, conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão. **AVISOS:** O Presidente em exercício comunicou que havia sido criado em 26/06/2003 o Grupo de Trabalho designado para discutir o contingenciamento de recursos orçamentários destinados às agências reguladoras. Coordenador: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP). Membros: Deputados Roberto Balestra, do PP/GO, Ricardo Barros, do PP/PR, e o Senador Augusto Botelho, do PDT/RR. **EXPEDIENTE:** O Presidente em exercício leu os seguintes expedientes. Correspondência interna recebida: Ofício nº 106, de 1º de julho, da Deputada Ann Pontes e apoiado pelos Deputados Michel Temer, Jäder Barbalho, Eliseu Padilha e Eunício Oliveira, que encaminha cópia do Relatório apresentado ao Aviso nº 81/2002-CN, cujo relator é o Deputado Olavo Calheiros, e solicita sua apreciação no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. O Presidente em exercício informou que a matéria

:

constava da pauta da reunião. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: antes da passar à leitura dos expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, o Presidente em exercício comunicou aos membros que a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não encaminham à Comissão as justificativas de falta dos parlamentares. É necessário que a autorização proveniente da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal seja anexada ao expediente de justificativa de falta a ser entregue na Secretaria da Comissão. **1)** Ofício nº 85, de 24 de junho, do Deputado Ricardo Barros, justificando ausências nos dias 27 de março, 16 de abril, 07 a 14, 22 e 29 de maio, e de 02 a 06 de junho por estar em viagem de missão oficial. O Presidente em exercício informou que a solicitação foi deferida excepcionalmente. **2)** Ofício nº 312, de 25 de junho, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 24 a 26 de junho para atendimento a compromissos político-partidários. **3)** Ofício nº 150, de 25 de junho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 25 de junho por participar de solenidade em Goiânia. **4)** Ofício nº 438, de 27 de junho, do Senador Magno Malta, justificando ausência nos dias 22, 24 e 29 de abril, e 06 e 20 de maio, para atendimento a compromissos político-partidários. O Presidente em exercício informou que a solicitação foi deferida excepcionalmente. **5)** Ofício nº 67, de 1º de julho, do Deputado Machado, justificando ausência nos dias 24 a 26 de junho para atendimento a compromissos político-partidários. **6)** Expediente nº 103, de 02 de julho, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23 a 27 de junho, por estar participando de palestra. **7)** Ofícios nºs 177, de 02 de julho, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência no dia 08 de julho para atendimento a compromissos político-partidários. **8)** Ofício nº 125, de 07 de julho, do Deputado Félix Mendonça, justificando ausência nos dias 24 a 26 de junho, em virtude de afastamento para missão oficial. **9)** Ofício nº 60, de 07 de julho, do gabinete do Deputado Ary Vanazzi, justificando ausência nos dias 23 a 27 de junho, conforme atestado de licença para tratamento de saúde apresentado. **10)** Ofício nº 202, de 08 de julho, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 08 de julho, conforme atestado de licença para tratamento de saúde apresentado. **11)** Ofício nº 365, de 08 de julho, do Deputado Milton Monti, justificando ausência às reuniões dos 16 e 24 de junho. **12)** Ofício nº 249, de 09 de julho, do Senador Sérgio Cabral justificando ausência à reunião do dia 10 de julho, para atendimento a compromissos político-partidários. **13)** Ofício nº 93, de 10 de julho, do gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, justificando ausência no período de 13 a 18 de julho. **14)** Ofício nº 176/2003, de 10 de julho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência à reunião do dia 10 de julho, para atendimento a compromissos político-partidários. - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças na Comissão: - Ofício nº 693, de 1º de julho, do Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Machado como representante do PFL. Correspondência externa recebida: Ofício nº 558, de 02 de julho, da Secretaria de Controle Externo do Estado de Goiás, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 720/2003, sobre as obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins-Imperatriz (MA) – Senador Canedo (GO) – Ferrovia Norte Sul. - Avisos/SGS, de 18 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.115 (Acórdão nº 712/2003): auditoria realizada nas obras de construção da rodovia BR-163/MT, entre o entroncamento da rodovia MT-320 e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará. **2)** Aviso nº 1.117 (Acórdão nº 713/2003): auditoria realizada nas obras de construção de barragens na Bacia do Rio Poxim, no Estado de Sergipe. **3)** Aviso nº 1.119 (Acórdão nº 714/2003): auditoria realizada nas obras de construção Ponte Aracaju/Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe. **4)** Aviso nº 1.120 (Acórdão nº 718/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR-304/RN – adequação do trecho Parnamirim – Macaíba (duplicação com restauração). **5)** Aviso nº 1.122 (Acórdão nº 719/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins – BR-080/GO – Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia. **6)** Aviso nº 1.123 (Acórdão nº 720/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins – Imperatriz (MA) – Senador Canedo (GO) – Ferrovia Norte-Sul. **7)** Avisos nº 1.125 e 1.127 (Acórdãos nºs 723 e 724/2003, respectivamente): auditoria nas

:

obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Estado da Bahia. **8)** Aviso nº 1.128 (Acórdão nº 725/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes no Estado do Amapá. **9)** Aviso nº 1.135 (Acórdão nº 728/2003): auditoria nas obras da 2ª fase da duplicação da Adutora São Francisco. **10)** Aviso nº 1.139 (Acórdão nº 717/2003): auditoria nas obras de construção da Rodovia do Contorno de Volta Redonda. - Aviso/SGS, de 18 de junho, do Tribunal de Contas da União, remetido à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.132 (Acórdão nº 727/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura da adutora do Italuís no Estado do Maranhão. **2)** Aviso nº 950-GP, de 25 de junho (Acórdão nº 130): acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal relativo ao 2º quadrimestre de 2002. - Avisos/SGS, de 25 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.282 (Acórdão nº 748/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Barragem Poço do Magro no município de Guanambi – Bahia. **2)** Aviso nº 1.283 (Acórdão nº 749/2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Trens Urbanos no Estado de S. Paulo – Linha 2, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. **3)** Aviso nº 1.285 (Acórdão nº 750/2003): inspeção realizada nas obras de implantação de projetos de irrigação em Serra Talhada no Estado de Pernambuco, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 68/2002-CN. **4)** Aviso nº 1.295 (Acórdão nº 754/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de Anéis Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais – em Belo Horizonte. **5)** Aviso nº 1.296 (Acórdão nº 755/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-316/PA – Adequação do Trecho Entroncamento KM 0 – Santa Maria – Divisa PA/MA (duplicação com restauração). **6)** Aviso nº 1.297 (Acórdão nº 756/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste – BR – 158/MS – Três Lagoas – Selvíria. **7)** Aviso nº 1.299 (Acórdão nº 759/2003): auditoria realizada nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Amazonas. **8)** Aviso nº 1.300 (Acórdão nº 760/2003): auditoria realizada nas obras de recapacitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, no Estado do Amapá. **9)** Aviso nº 1.301 (Acórdão nº 761/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz. **10)** Aviso nº 1.305 (Acórdão nº 763/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de implantação de contorno ferroviário no Município de Campo Belo/Minas Gerais. **11)** Aviso nº 1.307 (Acórdão nº 764/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco BR-135/MG – Itacarambi – Manga – Montalvânia – Divisa MG/BA. **12)** Aviso nº 1.308 (Acórdão nº 765/2003): auditoria realizada nas obras relativas à modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino – construção do Instituto da Criança e do Adolescente da FUB/HUB. **13)** Aviso nº 1.310 (Acórdão nº 766/2003): auditoria realizada nas obras de ampliação e reconstrução da infra-estrutura portuária do Porto de Paranaguá, no Paraná. **14)** Aviso nº 1.311 (Acórdão nº 768/2003): auditoria realizada nas obras de interligação das redes coletoras de esgoto dos bairros do Trapiche da Barra, Coréia e Prado do município de Maceió (bacia sudoeste). **15)** Aviso nº 1.323 (Acórdão nº 758/2003): inspeção nas obras de construção de trechos rodoviários Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho – Aragarças. - Avisos/SGS, de 25 de junho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.286 (Acórdão nº 751/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 66/2002-CN. **2)** Aviso nº 1.287 (Acórdão nº 752/2003): auditoria realizada nas obras de construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju, no Rio de Janeiro. **3)** Aviso nº 1.294 (Acórdão nº 753/2003): auditoria realizada nas obras de construção de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/Minas Gerais, referente à Linha 1 do metrô, trecho São Gabriel – Via Norte. **4)** Aviso nº 1.302 (Acórdão nº 762/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins (obras e serviços de terraplanagem,

:

pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves. **5)** Aviso nº 1.320 (Acórdão nº 757/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-364, no Estado do Mato Grosso/ Diamantino Sapezal/Comodoro. - Avisos/SGS, de 02 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.343 (Acórdão nº 788/2003): auditoria nas obras de implantação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG -Trecho Calafate – Barreiro. **2)** Aviso nº 1.344 (Acórdão nº 789/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro – Santa Cruz – Itacurussá (acesso a Sepetiba). **3)** Aviso nº 1.348 (Acórdão nº 791/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-116 no Estado do Paraná – Divisa SP/PR – Km 42,7. **4)** Aviso nº 1.350 (Acórdão nº 792/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-146/MG, Patos de Minas – Araxá – Divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. **5)** Aviso nº 1.351 (Acórdão nº 794/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco – BR-418/BA – construção do trecho Entroncamento BR-101 – Caravelas. **6)** Aviso nº 1.352 (Acórdão nº 795/2003): auditoria nas obras de construção de pontes no Corredor Sudoeste – ponte sobre o Rio Paraná entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS. **7)** Aviso nº 1.353 (Acórdão nº 799/2003): auditoria na execução das obras e serviços da Adutora do Agreste Alagoano. **8)** Aviso nº 1.372 (Acórdão nº 796/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão no Amapá. - Avisos/SGS, de 02 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.346 (Acórdão nº 790/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias – no Estado do Mato Grosso. **2)** Aviso nº 1.354 (Acórdão nº 800/2003): auditoria nas obras de construção de ponte sobre o Rio Poti, em Teresina/Piauí. **3)** Aviso nº 1.359 (Acórdão nº 805/2003): auditoria nas obras de modernização da infraestrutura aeroportuária/construção do Aeroporto de Palmas no Estado de Tocantins. **4)** Aviso nº 1.362 (Acórdão nº 804/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-230/TO – Divisa MA/TO – Divisa TO/PA. **5)** Aviso nº 1.368 (Acórdão nº 793/2003): auditoria nas obras de adequação de rodovias federais – contornos rodoviários federais no Estado de Goiás. - Avisos/SGS, de 09 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.410 (Acórdão nº 834/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício Anexo da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. **2)** Aviso nº 1.412 (Acórdão nº 835/2003): auditoria nas obras de construção, implantação e ampliação de sistemas de coletas de tratamento de esgotos – conclusão de obras de coletor-tronco, no Estado de São Paulo. **3)** Aviso nº 1.413 (Acórdão nº 838/2003): auditoria nas obras de dragagem de aprofundamento do canal de acesso aos portos do Rio de Janeiro e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. **4)** Aviso nº 1.414 (Acórdão nº 839/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais – Divisa GO/MG – Divisa MG/SP. **5)** Aviso nº 1.415 (Acórdão nº 840/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-101/RJ – Rio Bonito – Entroncamento BR-356 (Itaperuna – São João da Barra) – Divisa RJ/ES. **6)** Aviso nº 1.416 (Acórdão nº 841/2003): auditoria nas obras de manutenção na BR-493/RJ Entroncamento BR-101 (Manilha) – Entroncamento BR-040/116 – subtrecho; Entroncamento BR-101 (Manilha) – Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) – extensão de 26 Km, no Estado do Rio de Janeiro. **7)** Aviso nº 1.420 (Acórdão nº 843/2003): auditoria nas obras de eliminação de pontos críticos na BR-262 (Martins Soares e Manhumirim), BR-040 e BR-499 (Santos Dumont), no Estado de Minas Gerais. **8)** Aviso nº 1.423 (Acórdão nº 845/2003): auditoria nas obras de restauração na BR-365 (Entroncamento 122/135/251 – Montes Claros e Entroncamento MG-161, e da BR-116, Km 148 ao 202,2), no Estado de Minas Gerais. **9)** Aviso nº 1.424 (Acórdão nº 847/2003): auditoria nas obras de implantação de ciclo combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz no Estado do Rio de Janeiro. **10)** Aviso nº 1.426 (Acórdão nº 848/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas. **11)** Aviso nº 1.427 (Acórdão nº 849/2003): auditoria nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física

:

das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino do Estado do Rio de Janeiro. **12)** Aviso nº 1.429 (Acórdão nº 850/2003): auditoria realizada em instituições estaduais de ensino superior do Paraná. **13)** Aviso nº 1.430 (Acórdão nº 851/2003): auditoria operacional de convênios firmados no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). **14)** Aviso nº 1.435 (Acórdão nº 855/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-156 – Ferreira Gomes – Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa), no Estado do Amapá. **15)** Aviso nº 1.436 (Acórdão nº 856/2003): auditoria nas obras de construção no edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná, na cidade de Curitiba. **16)** Aviso nº 1.437 (Acórdão nº 857/2003): auditoria nas obras de implantação e modernização de espaços culturais – implantação de espaço cultural – complexo cultural da República em Brasília, Distrito Federal. **17)** Aviso nº 1.452 (Acórdão nº 852/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema metroviário da região metropolitana de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. **18)** Aviso nº 1.457 (Acórdão nº 859/2003): auditoria nas obras de construção de complexo agro-industrial de armazenamento e beneficiamento de grãos entre a SUFRAMA e o Governo do Estado de Roraima. **19)** Aviso nº 1.459 (Acórdão nº 861/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem do Córrego João Leite, no Estado de Goiás. - Avisos/SGS, de 09 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.407 (Acórdão nº 833/2003): auditoria nas obras de instalação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas no Estado do Ceará. **2)** Aviso nº 1.418 (Acórdão nº 842/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-101 até o entroncamento das BR-040, BR-116 e BR-101 (BR-493). **3)** Aviso nº 1.422 (Acórdão nº 844/2003): auditoria nas obras complementares no cais de Capuaba no Estado do Espírito Santo. **4)** Aviso nº 1.434 (Acórdão nº 854/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Mato Grosso. **5)** Aviso nº 1.439 (Acórdão nº 863/2003): auditoria nas obras de reforma de prédios da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Distrito Federal. **6)** Aviso nº 1.441 (Acórdão nº 862/2003): auditoria nas obras de implantação de projetos de irrigação – projeto Flores de Goiás. **7)** Aviso nº 1.443 (Acórdão nº 866/2003): auditoria nas obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. **8)** Aviso nº 1.454 (Acórdão nº 846/2003): auditoria nas obras de adequação de acessos rodoviários no Corredor Leste – BR-262/ES, em Vitória no Espírito Santo. **9)** Aviso nº 1.468 (Acórdão nº 860/2003): auditoria nas obras de construção de estrada de rodagem integrante do Corredor Fronteira Norte – Trecho Brasília – Assis Brasil da BR-317/AC. - Precatórios judiciais de responsabilidade do INSS a serem incluídos na proposta orçamentária para 2004, conforme o art. 23 da *Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004*, referentes aos Tribunais de Justiça dos seguintes Estados: Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. - Relatório de Gestão Fiscal encaminhado em cumprimento ao § 2º do art. 55 da *Lei de Responsabilidade Fiscal*: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará. **ORDEM DO DIA:** O Senador Efraim Morais encaminhou à mesa **requerimento** para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10/2003-CN. Não houve debate. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a votação do requerimento, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Carlito Merss apresentou requerimento de inversão na apreciação das Pautas, no sentido de que o Item 01 da Pauta nº 03 fosse apreciado inicialmente. O Senador Hélio Costa solicitou que o Item 15 da Pauta nº 02 fosse apreciado inicialmente ao tempo em que o Deputado César Borges solicitou que o Item 01 da Pauta nº 02 permanecesse como primeiro. De forma consensual, o Presidente em exercício apresentou **proposta** no sentido de que o Item 01 da Pauta nº 02 permanecesse como primeiro a ser apreciado, em seguida, daria-se a apreciação do Item 01 da Pauta nº 03 e, após, o Item 15 da Pauta nº 02 seria apreciado. O Plenário assentiu. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 02. I) Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos: Item 01 - **Projeto de Lei nº 03/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 4.078.834,00 (quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica". Relator: Senador César Borges. Não foram apresentadas

:

emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator fez a apresentação. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 03. Item 01 - **Projeto de Lei nº 12/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 604.926.830,00 (seiscentos e quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado José Borba. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Carlito Merss fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 02. Item 15 - **Ofício nº 11/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Balancete Patrimonial e a Demonstração do Resultado daquele Banco Central referente ao 1º trimestre de 2003, conforme determina o artigo 95 da Lei 10524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003)". Relator: Senador Hélio Costa. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator fez a apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente em exercício retomou a apreciação da PAUTA Nº 02. Item 02 - **Projeto de Lei nº 04/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de 22.259.462 (vinte dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator fez a apresentação do Relatório. Iniciado o debate, o Deputado Dr. Rosinha discutiu favoravelmente e o Deputado André Luiz, contra. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados André Luiz, Dr. Rosinha e Mauro Lopes, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Senador Aelton Freitas apresentou **requerimento** no sentido de incluir na pauta o Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10/2003-CN. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 10/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Defesa e da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$ 190.557.415,00 (cento e noventa milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Efraim Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Senador Aelton Freitas fez a leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Deputada Rose de Freitas, na qualidade de parlamentar do PSDB, apresentou questão de ordem acerca da proporcionalidade partidária para distribuição de matérias aos relatores. Comentaram o assunto o Senador Magno Malta, como Líder do PL no Senado Federal, e o Deputado André Luiz, do PMDB. O Presidente em exercício informou que as solicitações seriam encaminhadas ao Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho. O Presidente em exercício informou que havia na pauta Relatórios cujas matérias eram de caráter terminativo na Comissão, conforme estabelecido no *art. 86, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003*. Informou, ainda, que haveria necessidade de votação nominal em cada Casa, em cumprimento ao disposto no *artigo 109 do Regimento Interno do Senado Federal*. Nesse sentido, o Plenário assentiu que a apreciação dessas matérias fosse adiada. Comentaram o assunto os Senadores Duciomar Costa e Jonas Pinheiro. O Deputado Carlito Merss solicitou o adiamento da apreciação do Item 09 da Pauta nº 02 e foi atendido. O Senador Amir Lando, na qualidade de Líder do Governo no Congresso Nacional, informou da possibilidade de realização de sessão no Plenário do Congresso Nacional no dia seguinte para apreciação do projeto de alteração da Resolução nº 01/2001-CN sobre as matérias de caráter terminativo na Comissão. Tendo adentrado no recinto naquele momento, o Deputado João Almeida solicitou esclarecimentos sobre o assunto e foi atendido. O Presidente em exercício propôs que fosse seguida a ordem da

:

pauta, excluindo-se as matérias de caráter terminativo e houve concordância no Plenário. O Deputado André Luiz solicitou a apreciação inicial do Item 17 da Pauta nº 02. O Senador Amir Lando discutiu o assunto. A solicitação do Deputado André Luiz foi submetida ao Plenário, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 17 - **Requerimento nº 11/2003**, que “Solicita seja convidado o Diretor financeiro da Petróleo Brasileiro S/A- PETROBRÁS, Dr. José Sérgio Gabrielli, a comparecer a esta Comissão Mista para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas do Grupo PETROBRÁS, objeto dos Projetos de Lei de Abertura de Créditos Adicionais de números 05 e 06, ambos de 2003”. Autor: Senador Amir Lando. O Senador Amir Lando procedeu à apresentação do Requerimento. Debateram o assunto o Senador Geraldo Mesquita Júnior e os Deputados João Grandão e Edson Ezequiel. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 08 - **Aviso nº 092-021/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”, (Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – BR-101/RS – Divisa SC/RS – Osório). Relator: Senador Duciomar Costa. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Carlito Merss procedeu à leitura do voto. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 10 - **Aviso nº 92-130/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 343, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria relativo à construção de pontes no Corredor Oeste - Norte - BR-319/RO (TC - 008.426/2002-1). Relator: Deputado Humberto Michiles. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Senador Amir Lando procedeu à leitura do voto. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 11 - **Aviso nº 093/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras e contratos fiscalizados (obras complementares no complexo do Senado Federal e de apoio à instalação de posto avançado do INCOR em Brasília), no exercício de 2002, para adoção de providências necessárias”. Relator: Senador Luiz Otávio. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Pedro Chaves procedeu à leitura do voto. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** contra o voto do Deputado André Luiz na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Item 13 - **Mensagem nº 43/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 18 da Lei nº 9995, de 25 de julho de 2000, e do § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o relatório contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o exercício de 2001.” Relator: Deputado Gilmar Machado. Voto: Pelo arquivamento da matéria com recomendações ao Poder Executivo. O relator procedeu à leitura do voto. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 14 - **Mensagem nº 125/2002 - CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 2º do artigo 18 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas”. Relator: Deputado Gilmar Machado. Voto: Pelo arquivamento da matéria com recomendações ao Poder Executivo. O relator procedeu à leitura do voto. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou que o **Requerimento nº 10/2003**, do Deputado Paulo Rubem Santiago, bem como o **Requerimento nº 12/2003**, do Deputado Sérgio Miranda, teriam a apreciação **adiada** tendo em vista a ausência dos autores naquele momento. Após, às dezessete horas, a reunião foi suspensa. Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro do mesmo mês, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, o Deputado Pedro Chaves reiniciou os trabalhos.

ENCERRAMENTO: Ao comunicar a inexistência de quorum no recinto do plenário, em

atendimento ao disposto no art. 29, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, o Presidente em exercício encerrou a reunião, às dez horas e trinta minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e nove de julho de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME. Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 2 e 3, de 2003 e à apreciação das atas das seguintes reuniões: 10ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24, 25 e 26 de junho e da 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada nos dias 8 e 10 de julho.

Se houver concordância do Plenário, ficará dispensada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Gostaríamos de saber se alguém quer discutir o assunto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Havendo solicitação de dispensa da leitura, colocamos em votação.

Aqueles que estiverem favoráveis à aprovação por gentileza permaneçam como estão.
(Pausa.)

Declaro aprovadas as atas.

Informo que foi criado em 26 de junho último o grupo de trabalho para discutir o contingenciamento de recursos orçamentários destinados às agências reguladoras. Fazem parte de grupo, sob coordenação do primeiro, os seguintes Deputados: Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo; Roberto Balestra, do PP de Goiás; Ricardo Barros, do PP do Paraná; e Augusto Botelho, do PDT de Roraima.

Correspondência interna recebida.

Ofício nº 106, de 1º de julho, da Deputada Ann Pontes e apoiado pelos Deputados Michel Temer, Jader Barbalho, Eliseu Padilha e Eunício Oliveira, encaminhando cópia do relatório apresentado ao Aviso nº 81/2002, cujo Relator é o Deputado Olavo Calheiros, solicitando sua apreciação no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Informo que essa matéria está na pauta da reunião de hoje, a Pauta nº 2 do período de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão:

Antes de passar à leitura dos expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, desejo comunicar aos senhores membros que a Secretaria-Geral das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não encaminham a esta Comissão justificativas de falta dos Srs. Parlamentares. É necessário, portanto, que a autorização proveniente da Secretaria-Geral das Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal seja anexada ao expediente de justificativa de falta a ser entregue na Secretaria da Comissão pelos senhores membros.

Ofício nº 85, de 24 de junho, do Deputado Ricardo Barros, solicitando justificar as ausências nos dias 27 de março, 16 de abril, 7 a 14, 22 e 29 de maio, e de 2 a 6 de junho, por estar em viagem de missão oficial.

Essa solicitação foi deferida excepcionalmente.

Ofício nº 312, de 25 de junho, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, pedindo justificar ausência nos dias 24 a 26 de junho para atendimento a compromissos político-partidários.

Ofício nº 150, de 25 de junho, do Deputado Leonardo Vilela, justificando a ausência no dia 25 de junho por participar de solenidade em Goiânia.

Ofício nº 438, de 27 de junho, do Senador Magno Malta, justificando ausência nos dias 22, 24 e 29 de abril, e 6 e 20 de maio, para atender a compromissos político-partidários.

Essa solicitação foi deferida excepcionalmente.

Ofício nº 67, de 1º de julho, do Deputado Machado, justificando ausência nos dias 24 e 26 de junho para atendimento a compromissos político-partidários.

Expediente nº 103, de 2 de julho, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23 a 27 de junho, por estar participando de palestra.

Ofício nº 177, de 2 de julho, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência, no dia 8 de julho, para atendimento a compromissos político-partidários.

Ofício nº 125, de 7 de julho, do Deputado Félix Mendonça, justificando ausência nos dias 24 a 26 de junho, em virtude de afastamento para missão oficial.

:

Ofício nº 60, de 7 de julho, do gabinete do Deputado Ary Vanazzi, justificando ausência nos dias 23 a 27 de junho, conforme atestado de licença para tratamento de saúde.

Ofício nº 202, de 8 de julho, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 8 de julho, conforme atestado de licença para tratamento de saúde.

Ofício nº 365, de 8 de julho, do Deputado Milton Monti, justificando ausência às reuniões nos dias 16 e 24 de junho.

Ofício nº 249, de 9 de julho, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência à reunião do dia 10 de julho para atendimento a compromissos político-partidários.

Ofício nº 93, de 10 de julho, do gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, justificando ausência no período de 13 a 18 de julho.

Ofício nº 176/2003, de 10 de julho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência à reunião do dia 10 de julho para atendimento a compromissos político-partidários.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de representantes das Lideranças na Comissão:

Ofício nº 693, de 1º de julho, do Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Machado como representante do PFL.

Correspondência externa recebida:

Ofício nº 558, de 2 de julho, da Secretaria de Controle Externo do Estado de Goiás do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 720/2003 sobre as obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia—Tocantins—Imperatriz (MA) — Senador Canedo (GO), Ferrovia Norte Sul.

Avisos/SGS, de 18 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 1.115 (Acórdão 712/2003): auditoria realizada nas obras de construção da rodovia BR-163 do Mato Grosso sobre o entroncamento da Rodovia MT-320 e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará.

Aviso nº 1.117 (Acórdão 713/2003): auditoria realizada nas obras de construção de barragens na Bacia do Rio Coxim, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 1.119 (Acórdão 714/2003): auditoria realizada nas obras de construção de ponte Aracaju, barreira dos Coqueiros, do Estado de Sergipe.

Aviso nº 1.120 (Acórdão 718/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste — BR-304, Rio Grande do Norte — adequação do trecho Parnamirim—Macaíba (duplicação com restauração).

Aviso nº 1.122 (Acórdão 719/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-080, Goiás, Padre Bernardo—Uruaçu—São Miguel do Araguaia.

Aviso nº 1.123 (Acórdão 720/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Araguaia—Tocantins—Imperatriz (MA) — Senador Canedo (GO), Ferrovia Norte Sul.

Avisos nºs 1.125 e 1.127 (Acórdãos 723 e 724/2003, respectivamente): auditoria nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado da Bahia.

Aviso nº 1.128 (Acórdão 725/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Estado do Amapá.

Aviso nº 1.135 (Acórdão 728/2003): auditoria nas obras da 2ª fase da duplicação da Adutora São Francisco.

Aviso nº 1.139 (Acórdão 717/2003): auditoria nas obras de construção da Rodovia do Contorno de Volta Redonda.

Aviso/SGS, de 18 de junho, do Tribunal de Contas da União, remetido à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN).

São os seguintes:

Aviso nº 1.132 (Acórdão 727/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura da adutora do Italuís, no Estado do Maranhão.

Aviso nº 950-GP, de 25 de junho (Acórdão 130): acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal relativo ao 2º quadrimestre de 2002.

Avisos/SGS, de 25 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 1.282 (Acórdão 748/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Barragem Poço do Magro, no Município de Guanambi, Bahia.

Aviso nº 1.283 (Acórdão 749/2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Trens Urbanos no Estado de São Paulo — Linha 2, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Aviso nº 1.285 (Acórdão 750/2003): inspeção realizada nas obras de implantação de projetos de irrigação em Serra Telhada, no Estado de Pernambuco, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 68/2002-CN.

Aviso nº 1.295 (Acórdão 754/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de Anéis Rodoviários na BR-381, no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Aviso nº 1.296 (Acórdão 755/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins (BR-316, Pará). Adequação do Trecho Entroncamento KM 0 — Santa Maria — Divisa PA/MA (duplicação com restauração).

Aviso nº 1.297 (Acórdão 756/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste — BR-158/MS — Três Lagoas - Selvíria.

Aviso nº 1.299 (Acórdão 759/2003): auditoria realizada nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Amazonas.

Aviso nº 1.300 (Acórdão 760/2003): auditoria realizada nas obras de recapitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, no Estado do Amapá.

Aviso nº 1.301 (Acórdão 761/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz.

Aviso nº 1.305 (Acórdão 763/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de implantação de contorno ferroviário no Município de Campo Belo, em Minas Gerais.

Aviso nº 1.307 (Acórdão 764/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco BR-135/MG — Itacarambi—Manga—Montalvânia, divisa de Minas Gerais com a Bahia.

Aviso nº 1.308 (Acórdão 765/2003): auditoria realizada nas obras relativas à modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino - construção do Instituto da Criança e do Adolescente da FUB/HUB.

Aviso nº 1.310 (Acórdão 766/2003): auditoria realizada nas obras de ampliação e reconstrução da infra-estrutura portuária do Porto de Paranaguá, no Paraná.

Aviso nº 1.311 (Acórdão 768/2003): auditoria realizada nas obras de interligação das redes coletoras de esgoto dos bairros do Trapiche da Barra, Coréia e Prado, do Município de Maceió (bacia sudoeste).

Aviso 1.323 (Acórdão 758/2003): inspeção nas obras de construção dos trechos rodoviários Araguaia—Tocantins, BR-070(GO), Cocalzinho—Aragarças.

Avisos/SGS, de 25 de junho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional:

Aviso 1.286 (Acórdão 751/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica da Adutora do Oeste, no Estado de Pernambuco, em cumprimento do Decreto Legislativo 66/2002.

Aviso 1.287 (Acórdão 752/2003): auditoria realizada nas obras de construção do Terminal de Contêineres, no Cais do Caju, no Rio de Janeiro.

Aviso 1.294 (Acórdão 753/2003): auditoria realizada nas obras de construção de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, Minas Gerais, referente à Linha 1 do metrô, trecho São Gabriel—Via norte.

Aviso 1.302 (Acórdão 762/2003): auditoria realizada nas obras de adequação dos trechos rodoviários do Corredor Araguaia—Tocantins (obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080, Goiás, trecho Padre Bernardo—Uruaçu—São Miguel do Araguaia—Luiz Alves.

:

Aviso 1.320 (Acórdão 757/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários da BR-364, no Estado de Mato Grosso/Diamantino Sapesal/Comodoro.

Avisos/SGS, de 2 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso 1.343 (Acórdão 788/2003): auditoria nas obras de implantação do Sistema de Trens Urbanos em Belo Horizonte, Minas Gerais, trecho Calafate—Barreiro.

Aviso 1.344 (Acórdão 789/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado do Rio de Janeiro, Santa Cruz—Itacuruçá (acesso a Sepetiba).

Aviso 1.348 (Acórdão 791/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-116, no Estado do Paraná, divisa São Paulo e Paraná, km 42,7.

Aviso 1.350 (Acórdão 792/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste, BR-146, Minas Gerais, Patos de Minas—Araxá, divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Aviso 1.351 (Acórdão 794/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor São Francisco, BR-418, Bahia, construção do trecho Entroncamento BR-101 — Caravelas.

Aviso 1.352 (Acórdão 795/2003): auditoria nas obras de construção de pontes do Corredor Sudoeste, ponte sobre o Rio Paraná, entre Paulicéia, São Paulo, e Brasilândia, Mato Grosso do Sul.

Aviso 1.353 (Acórdão 799/2003): auditoria na execução das obras de serviços da Adutora do Agreste Alagoano.

Aviso 1.372 (Acórdão 796/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão no Amapá.

Avisos/SGS, de 2 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional:

Aviso 1.346 (Acórdão 790/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Mato Grosso.

Aviso 1.354 (Acórdão 800/2003): auditoria nas obras de construção de pontes sobre o Rio Poti, em Teresina, Piauí.

Aviso 1.359 (Acórdão 805/2003): auditoria nas obras de modernização da infraestrutura aeroportuária/construção do Aeroporto de Palmas, em Tocantins.

Aviso 1.362 (Acórdão 804/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários, no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-230, divisa Maranhão/Tocantins—divisa Tocantins/Pará.

Aviso 1.368 (Acórdão 793/2003): auditoria nas obras de adequação de rodovias federais, contornos ferroviários federais do Estado de Goiás.

Avisos/SGS, de 9 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso 1.410 (Acórdão 834/2003): auditoria nas obras em construção do Edifício Anexo da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Aviso 1.412 (Acórdão 835/2003): auditoria nas obras em construção, implantação e ampliação nos sistemas de coletas e tratamento de esgoto, conclusão de obras e coletor-tronco, no Estado de São Paulo.

Aviso 1.413 (Acórdão 838/2003): auditoria nas obras de dragagem de aprofundamento no canal de acesso aos portos de Rio de Janeiro e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 1.414 (Acórdão 839/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.415 (Acórdão 840/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste, Rio Bonito—Entroncamento BR-356, Divisa Rio de Janeiro/Espírito Santo.

Aviso nº 1.416 (Acórdão 841/2003): auditoria nas obras de manutenção na BR-493, Rio de Janeiro, Entroncamento BR-101 (Manilha) — Entroncamento BR-040/116 — subtrecho; Entroncamento BR-101 (Manilha) — Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina), extensão de 26 quilômetros, no Estado do Rio de Janeiro.

:

Aviso nº 1.420 (Acórdão 843/2003): auditoria nas obras de eliminação de pontos críticos na BR-262, na BR-040 e na BR-499, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.423 (Acórdão 845/2003): auditoria nas obras de restauração na BR-365 e na BR-116, quilômetro 148, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.424 (Acórdão 847/2003): auditoria nas obras de implantação de ciclo combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 1.426 (Acórdão 848/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica, no Estado do Amazonas.

Aviso nº 1.427 (Acórdão 849/2003): auditoria nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 1.429 (Acórdão 850/2003): auditoria realizada em instituições estaduais de ensino superior do Paraná.

Aviso nº 1.430 (Acórdão 851/2003): auditoria operacional de convênios firmados no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador — PLANFOR.

Aviso nº 1.435 (Acórdão 855/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-156, Ferreira Gomes—Oiapoque, no Estado do Amapá.

Aviso nº 1.436 (Acórdão 856/2003): auditoria nas obras de construção no edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná, na cidade de Curitiba.

Aviso nº 1.437 (Acórdão 857/2003): auditoria nas obras de implantação e modernização de espaços culturais, Complexo Cultural da República em Brasília, Distrito Federal.

Aviso nº 1.452 (Acórdão 852/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema metroviário da região metropolitana de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Aviso nº 1.457 (Acórdão 859/2003): auditoria nas obras de construção de complexo agroindustrial de armazenamento e beneficiamento de grãos entre a SUFRAMA e o Governo do Estado de Roraima.

Aviso nº 1.459 (Acórdão 861/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem do Córrego João Leite, no Estado de Goiás.

Avisos, de 9 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos ao Senado Federal, para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional:

Aviso nº 1.407 (Acórdão 833/2003): auditoria nas obras de instalação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, no Estado do Ceará.

Aviso nº 1.418 (Acórdão 842/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste, BR-101, até o entroncamento das BRs-040, 116 e 101.

Aviso nº 1.422 (Acórdão 844/2003): auditoria nas obras complementares no cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo.

Aviso nº 1.434 (Acórdão 854/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado de Mato Grosso.

Aviso nº 1.439 (Acórdão 863/2003): auditoria nas obras de reforma de prédios da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Distrito Federal.

Aviso nº 1.441 (Acórdão 862/2003): auditoria nas obras de implantação de projetos de irrigação — Projeto Flores de Goiás.

Aviso nº 1.443 (Acórdão 866/2003): auditoria nas obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Aviso nº 1.454 (Acórdão 846/2003): auditoria nas obras de adequação de acessos rodoviários no Corredor Leste, em Vitória, no Espírito Santo.

Aviso nº 1.468 (Acórdão 860/2003): auditoria nas obras de construção de estrada de rodagem integrante do Corredor Fronteira Norte, trecho Brasília—Assis Brasil da BR-317.

Precatórios judiciais de responsabilidade do INSS a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2004, conforme o art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, referentes aos Tribunais de Justiça dos seguintes Estados: Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Relatórios de Gestão Fiscal encaminhados em cumprimento ao § 2º do art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.

Após essa leitura, passaremos à Ordem do Dia.

:

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois, não, Senador.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Presidente, estou encaminhando à Mesa e a V.Exa. requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia. É matéria pacífica, de interesse do Comando da Aeronáutica, do Comando do Exército, da FUNAI. São recursos indispensáveis até para que se possa manter as aeronaves da Aeronáutica no ar. Portanto, estou solicitando de V.Exa. que inclua na pauta essa matéria, se possível, de preferência, como a primeira matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O requerimento de inclusão assinado pelo Senador Efraim Morais é aceito, está incluso na Ordem do Dia.

Coloco já em votação, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de relatório apresentado ao PLN nº 10, de 2003, para que seja submetido à elevada consideração dos integrantes desta Comissão.

Em votação, primeiramente, na Câmara.

Os que estiverem de acordo, por gentileza, mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os que estiverem de acordo, por gentileza, mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passa a fazer parte da Ordem do Dia, ao final dos itens constantes da pauta de hoje.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Gostaria também de aproveitar e solicitar a inversão de pauta, priorizando o item 1 da pauta nº 3, que é o Projeto de Lei nº 12/2003.

O SR. SENADOR HÉLIO COSTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR HÉLIO COSTA - Peço a V.Exa. a inversão, na pauta, do item nº 15. Trata-se de relatório ao Congresso Nacional sobre balancete patrimonial do Banco Central. Por estar participando de outra Comissão, pediria que se analisasse esse item assim que V.Exa. determinar. Pauta nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Tenho comparecido a esta Comissão para relatar projeto de interesse da Justiça Eleitoral em vários Estados brasileiros e pediria a V.Exa. que, se houver inversão de pauta, não mude a posição dessa matéria, que está como número 1 da Ordem do Dia. Estou vendo vários Srs. Senadores e Deputados pedindo inversão de pauta, mas quero que V.Exa. mantenha a pauta, pelo menos, para a leitura do relatório do item nº 1 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Temos 2 solicitações. A primeira solicitação é no sentido de que haja uma inversão de pauta, que será submetida à análise e consideração dos integrantes desta Comissão, no sentido de que o Projeto de Lei nº 12, de 2003, que é o primeiro item da pauta nº 3, passe a ser o primeiro item a ser votado.

Em seguida, há uma segunda solicitação, para o item 15 da Pauta 2. É o Ofício nº 11, cujo Relator é o Senador Hélio Costa.

Portanto, vamos colocar em primeiro lugar a primeira solicitação, sobre o Projeto de Lei nº 12. Gostaríamos de saber se há alguma manifestação.

Haveria a seguinte sugestão, para ver se teremos um acordo global, para uma apreciação conjunta das 2 solicitações. Se houver aprovação de todos, poderíamos fazer uma aprovação conjunta. Deixaríamos como primeiro item da pauta o projeto de lei do Senador César Borges e logo em seguida votaríamos o Projeto de Lei nº 12, do Deputado José Borba, e o Ofício nº 11, que corresponde ao item 15, do Relator Senador Hélio Costa.

Estaria bem assim?

Portanto, por favor, inicialmente, os Deputados que estiverem de acordo, por gentileza, mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

:

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, por gentileza, mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A ordem passa a ser, portanto: em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 3, de 2003, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de 4 milhões, 78 mil, 834 reais, para os fins que especifica.

Passamos a palavra ao Relator, Senador César Borges, para a apresentação do parecer.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere o art. 165, inciso III, da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 44, de 2003, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, que abre o Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de 4 milhões, 78 mil, 834 reais, destinados à conclusão das obras de construção dos cartórios eleitorais nos Estados de Pernambuco (700 mil reais), Acre (200 mil reais) e Goiás (421.635 reais); à construção de imóvel para a central de atendimento ao eleitor (450 mil reais) e à liquidação de despesas de exercícios anteriores referentes à obra de ampliação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (12.158 reais); e à aquisição de imóvel para o armazenamento de urnas eletrônicas e material de almoxarifado no Estado da Bahia (2 milhões, 295 mil, 41 reais).

Os recursos necessários são oriundos da anulação de dotações orçamentárias no âmbito da própria Justiça Eleitoral e, de acordo com o mesmo órgão, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução.

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas.

O referido crédito encontra-se de acordo com dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente o art. 167, inciso V, da Constituição, e o art. 41, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Cumpramos observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito do projeto de lei em exame, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2003, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente, favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, a discussão está encerrada.

O parecer do Relator está em votação, inicialmente, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Meus cumprimentos.

Na sequência da pauta, passamos ao Projeto de Lei nº 12, que originalmente correspondeu ao item nº 1 da Pauta nº 3.

Projeto de Lei nº 12, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de 604 milhões, 926 mil, 830 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

Com a palavra o Relator, Deputado José Borba.

Solicito ao Deputado Carlito Merss que proceda à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não, Sr. Presidente.

:

O Deputado José Borba diz em seu relatório que não foi apresentada nenhuma emenda a esse projeto. E, no seu voto, considera que o projeto de lei não colide com as disposições da LDO para 2003, não ferindo tampouco quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e também ao seu detalhamento, e acha-se conforme as exigências legais e os princípios da boa técnica orçamentária.

Portanto, o Sr. Relator é pela aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2003, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala de Sessões, Deputado José Borba.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem deseje manifestar-se, está encerrada a discussão.

O parecer está em votação, inicialmente, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O terceiro item da pauta correspondia inicialmente ao item 15.

Ofício nº 11, de 2003, que encaminha ao Congresso Nacional o Balancete Patrimonial e a Demonstração do Resultado daquele Banco Central referente ao primeiro trimestre de 2003, conforme determina o art. 95 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

Com a palavra o Relator, Senador Hélio Costa, para apresentação do seu parecer.

O SR. SENADOR HÉLIO COSTA - Sr. Presidente, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, determina, na forma do art. 7º, que as demonstrações financeiras trimestrais do Banco Central do Brasil sejam acompanhadas por nota explicativa contemplando: a) o impacto e o custo fiscal das operações; b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional; c) o custo de manutenção das reservas cambiais; e d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

A análise é feita em torno do impacto e do custo fiscal das operações; do custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional; do custo de manutenção das reservas cambiais; da rentabilidade da carteira de títulos e ainda com relação aos títulos da União e aos títulos de emissão própria, que apresentaram resultado positivo de 1 bilhão, 530 milhões, 869 mil, decorrente, em sua maior parte, das receitas com atualização cambial, contrapondo-se às despesas de juros com NBC.

O meu voto, Sr. Presidente, em face do exposto, é que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tome conhecimento das informações e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem solicite a palavra, está encerrada a discussão.

O parecer do Relator está em votação, inicialmente, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, por favor, permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Passamos para o item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 4, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito

:

suplementar no valor global de 22 milhões, 259 mil, 462 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

Com a palavra o Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 4, de 2003, abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito suplementar no valor de 22 milhões, 259 mil, 462 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O crédito sob análise visa reforçar dotações já consignadas na Lei Orçamentária para os seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho.

O referido crédito encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente ao art. 167, inciso V, da Constituição e o art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Cumprir observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito do projeto de lei em exame, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2003, na forma proposta pelo Executivo.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, não vou entrar no mérito do parecer, e votaremos a favor, mas creio que é importante chamar a atenção para o que estamos votando.

Tenho acompanhado desde o início, isso já há cerca de 3, 4 anos, as verbas que têm saído da Câmara Federal para apoio e instalação de posto avançado do INCOR em Brasília. Temos mais 6 milhões de reais que estamos votando para atender a essa finalidade.

Resumirei minhas preocupações a 2 basicamente. Uma: não cabe ao Poder Legislativo, ao Parlamento, financiar a construção ou o equipamento de hospital. Não é papel do Parlamento. E 6 milhões é dinheiro que a muitos Estados faz uma falta incrível. Vamos votar favoravelmente à matéria, mas há de se registrar isso.

Outra questão: nem todo o hospital está à disposição do SUS. Não estão disponíveis todos os leitos, mas apenas uma parte. Espero que esta Casa passe a debater o assunto com mais profundidade, para tentar corrigir essa distorção. Cabe ao Ministério da Saúde fazer investimentos na área de saúde, em hospitais públicos e filantrópicos. Historicamente, é aquele órgão que delibera sobre os recursos. Seis milhões de reais, Srs. Congressistas, é dinheiro que faz falta a todo e qualquer Município deste País.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Sr. Presidente, gostaria de pedir inversão para o PL nº 10, de 2003, a fim de que fosse logo votado, pois tenho compromisso em outra sessão e muito interesse nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Entramos agora em processo de votação, e, logo em seguida, deliberaremos sobre essa matéria.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, diante do que acontece nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro, a exemplo do Hospital de Bonsucesso, do Servidor Público, e em vista do que o nobre companheiro argumentou, voto contrariamente a essa matéria.

Entendo que o Congresso Nacional não tem de deliberar sobre esse crédito de 6 milhões de reais. O Ministério da Saúde é o órgão responsável por isso. Meu voto é contrário ao PL nº 4, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem.

Não havendo mais inscritos, está encerrada a discussão.

O parecer do Relator está em votação, inicialmente, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados favoráveis à sua aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

:

Aprovado, com 3 votos contrários, dos Deputados Mauro Lopes, do PMDB; André Luiz, do PMDB do Rio de Janeiro; e Dr. Rosinha.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Há solicitação de inversão de pauta para o PL nº 10.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Defesa e da Justiça, crédito suplementar no valor global de 190 milhões, 557 mil, 415 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Senador Efraim Morais.

Foi incluído através de requerimento, e submeto à consideração dos integrantes desta Comissão a possibilidade de que ele passe a ser o próximo item da pauta.

Os que estiverem favoráveis na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os que estiverem favoráveis à inversão no Senado Federal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos, portanto, à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10, cujo Relator é o Senador Efraim Morais, a quem concedo a palavra.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Sr. Presidente, se possível, faço *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Solicitamos que o Senador Aelton Freitas, por gentileza, possibilite-nos ouvir o relato preparado pelo Senador Efraim Morais.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Relato preparado pelo Senador Efraim Morais relativo ao Fundo Aeroviário.

Os recursos adicionais solicitados visam propiciar a adequação do funcionamento do Departamento de Aviação Civil — DAC e dos Serviços Regionais de Aviação Civil — SERAC, de forma a garantir a suplementação tarifária e o funcionamento do sistema de informações para o controle da aviação civil.

Esse crédito destina-se a suprir necessidades das ações “Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes” e “Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército”.

Por oportuno, convém esclarecer que parte dos recursos destina-se à substituição de equipamentos do Sistema da Defesa Antiaérea, os quais encontram-se hoje com defasagem tecnológica de cerca de 30 anos, assim como à reposição dos outros equipamentos e matérias essenciais à defesa terrestre, que igualmente apresentam-se obsoletos em quantidades incompatíveis com as reais necessidades do País.

O parecer do Senador Efraim é favorável, no mérito, à aprovação do Projeto nº 10/2003, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A matéria encontra-se em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje manifestar-se, encerramos a discussão.

O parecer do Relator está em votação, inicialmente, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estejam favoráveis à sua aprovação, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem. Retorno aos trabalhos da Comissão. V.Exa. é conhecedor de que fui vítima de acidente que me impossibilitou de comparecimento mais assíduo, mas desejo fazer uma observação acerca da distribuição das Relatorias da Comissão. Ela não obedeceu à proporcionalidade estabelecida pelo Regimento da Casa, que normalmente é seguida, até por uma questão de

:

critério. Não foi adotada sistematicamente na Comissão a proporcionalidade, no caso do PSDB, para escolha das Relatorias.

Observei que a distribuição das Relatorias ficou centralizada em 4 partidos. Peço a V.Exa., como Vice-Líder do meu partido, o PSDB, representado tão bem por V.Exa. hoje na Presidência da Comissão, que transfira à Mesa da Comissão a insatisfação de ver o nosso partido desqualificado na questão das Relatorias.

Faço essa observação até por que o critério tem sido normalmente respeitado em todas as Comissões da Casa. Não fez jus à proporcionalidade a representação do PSDB, que tem eticamente, politicamente, administrativamente, colaborado muito para o bom andamento do trabalho da Comissão.

Deixo registrada a estranheza quanto à distribuição dessas Relatorias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. SENADOR MAGNO MALTA - Sr. Presidente, faço também um registro da mesma natureza do feito pela Deputada Rose de Freitas. Sou líder do meu partido no Senado, o PL, e percebo que na distribuição de Relatorias meu partido foi altamente discriminado.

Solicito a V.Exa. que leve a discussão aos Líderes, à Mesa desta Comissão, seu Presidente, seus Relatores, no sentido de que seja observada a proporcionalidade, e, ainda que assim não seja, é necessário que todos os partidos da Casa sejam contemplados num processo extremamente importante como esse. Observa-se que há grande concentração em 4 partidos, de forma muito especial em 2, e os outros estão como coadjuvantes do processo.

Então, quero fazer esse registro na defesa dos interesses da coletividade e, de forma específica, chamando a atenção para o meu partido, que tem muito a colaborar.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, como Vice-Líder da bancada do PMDB, parabeno a Deputada Rose de Freitas e o nosso Senador. Concorro com a observação. Todos os partidos devem participar do pleito. É importante a participação do Legislativo neste momento, que todos estejam presentes. A divisão da Relatoria deve ser feita de acordo com o esquema partidário, contemplando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Acolhemos a reivindicação da Deputada Rose de Freitas, cuja presença é extremamente bem-vinda. Todos ficamos imensamente felizes de revê-la, e bem. Tenho certeza de que expressei a opinião de todos os integrantes desta Comissão.

Também acolhemos a reclamação do Senador Magno Malta.

Vou encaminhá-las e submetê-las ao Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, para que as submeta à consideração da Mesa.

Cumprimento o Deputado André Luiz, do PMDB, cujas ponderações também serão encaminhadas à Presidência da Comissão.

Muito obrigado.

Vamos submeter à análise dos integrantes desta Comissão presentes a seguinte consideração. Na seqüência, há diversos projetos, de caráter terminativo, com vários avisos, que dependem de votação nominal. Se formos proceder à votação nominal, poderemos incorrer na possibilidade de cair a sessão.

Gostaríamos de indagar se há concordância para que a pauta possa ser modificada, no sentido de que, à frente desses, possamos votar alguns projetos que não dependem de votação nominal.

O SR. SENADOR DUCIOMAR COSTA - Sr. Presidente, há uma votação nominal no Senado. Solicito a V.Exa. que ponha em pauta os itens 7 e 8, para que acompanhem a votação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O item 8 não depende de votação nominal. O item 7 é de caráter terminativo, portanto, depende de votação nominal, salvo melhor juízo.

:

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, e o item 9?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O item 9, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro, também depende de votação nominal.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, solicito a retirada do item 9, porque ainda existem algumas dúvidas sobre esse projeto, inclusive com a anuência do Senador. Talvez na próxima reunião tenhamos mais claros os problemas aventados pelo Tribunal de Contas da União.

Retiraríamos o item 9. Poderíamos usar esse processo para aproveitar hoje a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Inicialmente, solicitou a palavra o Senador Amir Lando e, logo em seguida, o Deputado Gilmar Machado.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, por uma razão de ordem prática, V.Exa. bem situou o Plenário de que as matérias terminativas neste momento não podem ser votadas, por carecer de *quorum*. Conseqüentemente, poderíamos desde logo excluí-las, como o item 9, que será excluído, porque é de caráter terminativo. Votaríamos as demais matérias, para dar inclusive sustentação a uma reunião do Congresso, possivelmente amanhã, porque temos matérias urgentes. Por exemplo, quero destacar sobretudo certos créditos suplementares, adicionais, que precisamos votar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Não, mas que amanhã levaremos para o Plenário. Isso que eu quero falar. Com isso, nós teremos no Plenário o que votar amanhã. Necessita-se de urgência. Por exemplo, a Força Aérea Brasileira hoje não disporá mais de combustível se não houver votação desse projeto já aprovado na Comissão, mas que submeteremos ao Congresso. Vamos, inclusive, apreciar emenda a resolução para dispensar a votação nominal e uma série de procedimentos, porque isso vai dar maior celeridade à nossa Comissão. V.Exa. tem toda a razão dando seqüência àquilo que é possível agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Interpreto sua manifestação como uma proposta que pode ser submetida à análise e consideração de todos os integrantes no sentido de que a ordem seja mantida, excluindo-se aqueles projetos que dependem de votação nominal.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - É a nossa proposta, que não deixa de ser a proposta de V.Exa., excluir todos aqueles que não podem obter agora votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, fui atendido, já que no item 13, Mensagem nº 43, e o item 14, Mensagem nº 125, não necessitam também da votação nominal. Nós poderemos votar. Eu sou Relator. Mas podemos seguir a ordem. Para mim, não há nenhuma dificuldade.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, sinceramente, cheguei atrasado, por razões que V.Exas. sabem, e não estou conseguindo entender o que depende de votação nominal e o que não depende de votação nominal. Parece que estamos com novas práticas nesta Comissão. Eu não tenho nada contra as novidades. Eu gosto de compreendê-las e entender se, de fato, elas valem a pena. Antes, nós nos reuníamos ali, os representantes dos partidos, e negociávamos uma pauta, para ver qual era a mais urgente para o Governo, o interesse dos partidos e tal, e trazíamos aqui para reuniões às vezes rápidas, para garantir celeridade ao processo. Mas eu não estou entendendo. Deixou-se de fazer lá e faz-se aqui agora? O que tem necessidade de votação nominal e não tem necessidade de votação nominal. Regimentalmente, para tudo que depende de voto pode ser requerida votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Então, não estou entendendo bem. Eu só queria entender, adiantando porém que, entre tudo que se fala — e estou chegando atrasado e quero desculpar-me por isso —, há uns créditos novos que cancelam emendas de Parlamentares, emendas de bancada, emendas... Eu não sei se o assunto já foi tratado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Tratado e aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não foi votado. Ainda não há nem o relatório. Acho que o Relator deve ter sido nomeado ontem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Foram lidos de 20 para frente, né?

:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Portanto, imagino que deve demorar ainda mais alguns...

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Porque há créditos ali da maior importância para o País, acredito. Há um do Ministério dos Transportes que vai viabilizar o trabalho. Precisam ser apreciados. Agora, não pode ser fora desse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vou fazer uma explicação, portanto, de caráter regimental ao nosso estimado companheiro e colega.

De acordo com o art. 86, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO de 2003, essa matéria tem caráter terminativo. E, como nós sabemos, no art. 109 do Regimento Interno do Senado, todas as matérias, todas as deliberações que têm um caráter terminativo nas Comissões já são obrigatoriamente tomadas por processo nominal, maioria de votos, presente a maioria dos membros. Essas matérias em que há indícios de irregularidades, nesse caso, precisam realmente ter a presença de todos.

Portanto, vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, o item 17, da lavra do Senador Amir Lando, precisa também de qualificação de *quorum*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Item 17, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Então, pediria a V.Exa. que o colocasse em pauta, porque é de extrema importância. O Requerimento nº 11, de 2003, de autoria do Senador Amir Lando, é para convidar a comparecer a audiência pública desta Comissão Mista o Diretor-Financeiro da PETROBRAS S.A., Dr. José Sérgio Gabrielli, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimento das empresas do Grupo PETROBRAS, objeto dos Projetos de Lei de Abertura de Créditos Adicionais nºs 5 e 6, ambos de 2003. É de extrema importância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Deputado, esse projeto não tem caráter terminativo. Está logo entre os primeiros. Se nos permitirem, se houver aprovação no sentido de que sejam votados...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Mas se V.Exa. pudesse inverter a pauta, porque é de extrema importância para o Estado do Rio de Janeiro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Mas já houve inversão de pauta, nobre companheiro. Acho que é importante também que possa atender as minhas necessidades, porque tenho que ir a outros lugares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Podemos colocar também em votação.

Tínhamos inicialmente a solicitação do Senador Amir Lando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Houve 3 inversões de pauta. Então, acho que o nobre companheiro chegou agora e não percebeu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Todas as inversões foram submetidas ao Plenário.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Que faça, Sr. Presidente, porque é de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Temos 2 solicitações. Se houver entendimento, colocamos as 2 num só contexto. Uma solicitação, que foi inicialmente feita pelo Senador Amir Lando, no sentido de que fossem sendo votados todos aqueles projetos (são muito poucos) que não têm caráter terminativo. Faltam muito poucos. O do V.Exa. deve ser o terceiro. Agora, há uma nova solicitação, do Deputado André Luiz, no sentido de que o de S.Exa. passe a ser o primeiro a ser votado.

Eu gostaria de ouvir o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Nobre Presidente, não há nenhuma objeção quanto à inversão da pauta. O importante é o critério. Parece-me que esse critério já está claro e assente. Essa pauta, só para esclarecer, foi uma pauta consensuada. Esta Comissão não funciona sem entendimento. Evidentemente, as Lideranças, em reunião preliminar, apreciam os itens que podem ser levados a Plenário. E é o que aconteceu. Mas, é claro,

:

como diz V.Exa., esses projetos com caráter terminativo não há como submeter à apreciação. É vetado expressamente, como V.Exa. acentua, de acordo com o Regimento. Portanto, não tenho nenhuma preocupação. A idéia era a de que pudéssemos andar naquela matéria que é possível apreciar neste momento, até, como eu disse, para dar maior substância, maior musculação à reunião do Congresso que queremos realizar possivelmente amanhã. Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nesse caso, submetemos à análise dos presentes a solicitação do Deputado André Luiz no sentido de que iniciemos a votação colocando em primeiro lugar o item 17. Logo em seguida, todos aqueles projetos que não têm caráter normativo.

Estão de acordo?

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, só para esclarecer. Tenho a impressão — a nossa competente Secretária pode nos ajudar — de que esta Comissão já aprovou um convite ao Presidente da PETROBRAS para essa mesma finalidade. Já está aprovado. Políticas de investimentos da PETROBRAS, vinculados a um texto que tramita aqui de interesse da empresa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Não, nobre companheiro. Existe aqui um diferenciamiento na questão do nobre Senador Amir Lando. Se V.Exa. ler direitinho, vai ver que há outra realidade. Pode ter certeza disso.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Nem li. Estou lembrando só porque pode ser o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Inicialmente, está em votação somente a inversão. Entraríamos, logo em seguida, no mérito dessa questão.

Os Srs. Deputados, inicialmente, que estiverem de acordo com essa inversão, por favor, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão, por gentileza, permaneçam como estão? *(Pausa.)*

Aprovada.

Colocaremos em discussão o item 17, relacionado com o Requerimento nº 11, de autoria do Senador Amir Lando, para que seja convidado o Diretor-Financeiro da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli.

Há questionamento a respeito da duplicidade desse assunto, uma vez que a convocação do Presidente da empresa para aqui prestar esclarecimento a respeito do mesmo assunto já teria sido aprovada pela Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, nossa proposta é específica para esse diretor. Nada impede que o Plenário aprove os 2 requerimentos. Trata-se de autoridades diferentes, embora o assunto seja o mesmo.

Entendemos ser importante a presença do Diretor-Financeiro da PETROBRAS, a cuja gerência cabe a aplicação de recursos. Essa gerência especial tem elementos e dados tecnicamente mais — parece-me — pertinentes e eficientes no sentido de esclarecer este Plenário, em suma, o Congresso Nacional.

Nossa proposta visa meramente esclarecer, ajudar, informar. O Governo quer exatamente que o Congresso Nacional participe. Nós, mais do que nunca, estamos realizando neste País a idéia de um planejamento participativo e também de uma execução participativa.

É importante que o Congresso Nacional, através desta Comissão Mista, saiba, julgue, aprecie e faça sugestões sobre a aplicação de recursos em investimentos. O Congresso Nacional pode até fazer indicações contrárias a eventuais investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Concedo a palavra ao nobre Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, a matéria se diferencia quando fala nos Projetos de Abertura de Créditos Adicionais nºs 5 e 6, ambos de 2003. Isso é investimento na plataforma de petróleo de bilhões de dólares, o que não está acostado no outro requerimento.

Por isso, temos interesse em ouvir o Dr. José Sérgio Gabrielli a respeito desse grande investimento, dessa abertura de crédito de extrema importância, até porque o Estado do Rio de Janeiro detém hoje 83% da extração de petróleo em todo o Brasil. É muito importante que ele venha a esta Comissão falar sobre os Projetos de Créditos Adicionais n°s 5 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, devido à importância desse projeto, que propõe mudanças expressivas nos planos de investimento, acho natural a discussão. É natural discutir. Isso até demonstra segurança e transparência no processo de discussão. Entretanto, é preciso verificar se a Comissão adotou esse critério em outros projetos dessa envergadura. Outros projetos também propuseram alterações em outros Ministérios, houve alterações, e esta Comissão não fez nenhuma exigência nesse aspecto.

Trata-se de projeto importante, mas entendo desnecessária a explicação. Entretanto, não tenho nada contra a vinda do diretor. Isso até engrandece ainda mais esta Comissão e demonstra que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos com boa vontade para fazer a discussão de todas as matérias que entrarem aqui.

Lembro que a Medida Provisória n° 119 foi a única votada nesta Casa em relação a créditos para Mato Grosso do Sul.

Então, não vai alterar absolutamente nada o fato de discutir ou não.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Deputado João Grandão.

Entendo perfeitamente a preocupação do Deputado André Luiz. Estamos adentrando esta Comissão neste ano. Então, S.Exa. gostaria de ter esclarecimentos por parte do diretor da PETROBRAS, tendo em vista a importância para a economia do Estado do Rio de Janeiro, de tal forma que, ao proferir o voto na questão, tivéssemos uma melhor condição.

Então, faço um apelo. Se alguém pedisse verificação de *quorum*, cairia a sessão, todo o mundo sabe disso, mas estamos aqui, tentando cooperar para que os trabalhos corram tranqüilamente. Conseqüentemente, faço um apelo para que aproveemos a solicitação do Deputado André Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não havendo mais inscritos, está em votação, inicialmente, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.).

Aprovado por unanimidade.

Passamos ao próximo item, que é o n° 8.

Aviso 92, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002.

Refere-se à adequação de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL — BR-101/RS, divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, em Osório.

O Relator é o Senador Duciomar Costa, que não está presente.

Pergunto ao Senador Amir Lando se poderia proceder à leitura da matéria. (Pausa.)

Solicito ao Deputado Carlito Merss que proceda à leitura da matéria.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do item n° 8 da pauta, Aviso n° 92, de 2002. O Relator é o Senador Duciomar Costa, que no seu voto sustenta que esta Comissão tome conhecimento do aviso e determine o arquivamento da matéria.

:

Esse é o voto do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeitamente.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, colocamos em votação, inicialmente, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estejam favoráveis, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que estejam favoráveis à matéria, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 10.

Aviso nº 92.130, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 343, de 2003, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria relativo à construção de pontes no Corredor Oeste/Norte — BR-319/Roraima. Tribunal de Contas 008.426/2002-1.

O Relator é o Deputado Humberto Michiles.

Gostaria de solicitar ao Senador Amir Lando que proceda à leitura do relatório.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído para esta Comissão, que tem conhecimento da plenitude de seus termos, cabendo apenas opinar no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 92.130, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Esse é meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem deseje discuti-la, colocamos em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que estiverem favoráveis, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo item é o nº 11, referente ao Aviso nº 93, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras e contratos fiscalizados (obras complementares no complexo do Senado Federal e de apoio à instalação de posto avançado do INCOR em Brasília), no exercício de 2002, para adoção de providências necessárias.

O Relator é o Senador Luiz Otávio. Não estando S.Exa. presente, solicitamos ao Deputado Pedro Chaves que proceda à leitura da matéria, por gentileza.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, trata-se do Aviso nº 93, de 2002.

Vamos direto ao voto do Relator.

Voto.

Diante do exposto, como nenhuma providência adicional deverá ser adotada, voto para que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tome conhecimento das informações e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Senador Luiz Otávio, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discuti-la, em votação.

Inicialmente, os Srs. Deputados que forem favoráveis ao assunto permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com o voto contrário do Deputado André Luiz.

:

Na seqüência, em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao próximo item, o nº 13. Mensagem nº 43, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, e do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o relatório contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o exercício de 2001.

O Relator é o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pelo arquivamento da matéria, a Mensagem nº 43, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira manifestar-se, encerramos a discussão e passamos ao processo de votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis à aprovação, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada

Item 14. Mensagem nº 125, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 18 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

O Relator também é o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Uma vez que a meta de superávit primário foi cumprida, no critério “abaixo da linha” pela compensação com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e no critério “acima da linha” com significativa margem, voto pelo arquivamento do processo e reafirmo a importância das recomendações feitas no relatório.

Era o que tinha a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão a matéria.

Não havendo quem deseje discuti-la, passamos ao processo de votação, inicialmente, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que são favoráveis, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Temos ainda hoje 2 requerimentos. São os itens 16 e 18, dos Deputados Paulo Rubem Santiago e Sérgio Miranda, que, no entanto, não estão aqui para defendê-los.

Nesse sentido, submetemos à apreciação dos integrantes desta Comissão a possibilidade de deixar a análise, consideração e votação desses requerimentos para a próxima reunião.

Encerrada a pauta, declaramos encerrada esta sessão.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos a presença de todos.

Declaramos suspensa esta reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) - Havendo número regimental, declaro reaberta a segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional.

Não há número regimental para deliberação.

Encerro esta reunião e convoco os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia 29 de julho, terça-feira próxima, às 14 horas e 30 minutos.

A reunião está encerrada.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 12, 13 E 14 DE AGOSTO DE 2003.**

Aos doze, treze e quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 20/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Vignatti, Wasny de Roure e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alex Canziani, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Athos Avelino, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Heleno Silva, Ildeu Araújo, João Almeida, João Batista, João Correia, José Pimentel, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcos Abramo, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Silas Brasileiro, Telma de Souza, Waldemir Moka, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando e Augusto Botelho. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Benedito de Lira, Coriolano Sales e Gastão Vieira. O Deputado Zé Gerardo e o Senador Sérgio Guerra justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Ary Vanazzi, Dr. Rosinha, Herculanio Anghinetti, João Leão, Mauro Lopes, Osvaldo Coêlho, Professora Raquel Teixeira, Rose de Freitas, Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães; - **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Fernando Bezerra, Lúcia Vânia e Magno Malta. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia doze de agosto, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dezoito horas e nove minutos, de acordo com o art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional, o Deputado Carlito Merss, no exercício da Presidência, reiniciou os trabalhos. Porém, tendo em vista a realização simultânea da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, a reunião foi suspensa. Havendo número regimental, às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia treze do mesmo mês, o Presidente reabriu os trabalhos, procedendo à apreciação da Ata da 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada nos dias 22 e 24 de julho de 2003. Com a aquiescência do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. O Presidente declarou a Ata **aprovada**, conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão. Após, com a anuência do Plenário, anunciou que adiará a leitura do expediente. **ORDEM DO DIA** – Item 01 - **Projeto de Lei nº 09/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 59.653.549,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado João Grandão. Não foram

;

apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Deputado Carlito Merzss procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 - **Projeto de Lei nº 11/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de R\$ 231.033.545,00 (duzentos e trinta e um milhões, trinta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gilberto Kassab. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Deputado João Magno procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente comunicou aos membros que aguardaria a chegada do Deputado Anivaldo Vale, relator do item 03 - Projeto de Lei nº 13/2003-CN, prosseguindo com a apreciação dos demais itens da pauta. O Plenário assentiu. Item 04 - **Projeto de Lei nº 14/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 12.107.035,00 (doze milhões, cento e sete mil e trinta e cinco reais), para reforçar dotações constantes na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Humberto Michilis. Foram apresentadas 08 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 05 - **Projeto de Lei nº 15/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 95.109.031,00 (noventa e cinco milhões, cento e nove mil e trinta e um reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Sérgio Cabral. Foram apresentadas 02 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Senador Amir Lando procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 06 - **Projeto de Lei nº 16/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.165.967.527,00 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado João Magno. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator procedeu à leitura do Voto. Em discussão, o Deputado Alberto Goldman solicitou maior aprofundamento dos debates em torno das matérias sob apreciação. O Deputado João Almeida sugeriu a realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão com o objetivo de proceder à análise das matérias constantes da pauta. O Presidente solicitou empenho dos parlamentares na apreciação das matérias, tendo em vista a dificuldade para se atingir o quorum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 07 Projeto de Lei nº 17/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 24.770.920,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Dr. Rosinha. Foram apresentadas 159 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Tendo em vista o projeto em questão promover o cancelamento de emendas de parlamentares, o Presidente, com a anuência do Plenário, anunciou o **adiamento** da apreciação da matéria para após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Com a palavra, o Senador João Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 13/2003-CN, prestou esclarecimentos solicitados pelo Deputado Alberto Goldman, acrescentando que entregaria o Relatório do referido Projeto de Lei na secretaria da Comissão até o dia seguinte à reunião. Após, manifestaram-se o Deputado Ricardo Barros, o Senador Amir Lando e o Deputado Anivaldo Vale, que questionou a forma de condução de acordos firmados no âmbito da Comissão. Em

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há número regimental para a abertura da 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação no Senado Federal.

Em face disso, suspendo a reunião e convoco outra para às 18 horas.

(A reunião é suspensa)

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Havendo número regimental, declaro reaberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Há número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Porém, em virtude de realização simultânea da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, suspendo a reunião e convoco sua continuação para amanhã, dia 13 de agosto, quarta-feira, às 14h30min neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 20/2003.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Apreciação da ata da 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, do Congresso Nacional, realizada nos dias 22 e 24 de julho de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo quem queira discuti-la, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do regulamento desta Comissão, declaro-a aprovada.

O Expediente deixará de ser lido, porque é longo. Logo mais terá início a Ordem do Dia da Câmara, assim, temos que aproveitar todo o tempo nas votações das matérias em pauta.

Ordem do Dia:

Item nº 1:

"Projeto de Lei nº 9, de 2003, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 59.653.549,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente'.

Relator: Deputado João Grandão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto."

Como o Relator não está presente, peço ao Deputado Carlito Merss que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 09/2003, ao qual não foram apresentadas emendas.

O voto do Relator, Deputado João Grandão, do PT do Mato Grosso do Sul, é o seguinte:

"Considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, não ferindo, tampouco, quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 2003-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo."

;

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado na Câmara.

Em discussão no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado no Senado.

Item nº 2:

“Projeto de Lei nº 11/2003-CN, que ‘Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de R\$ 231.033.545,00 (duzentos e trinta e um milhões, trinta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente’.

Relator: Deputado Gilberto Kassab.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.”

O Relator não está presente. Solicito ao Deputado João Magno que faça a leitura do voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO -

“Nas Emendas de nºs 00001 a 00003, de autoria do nobre Deputado Anivaldo Vale, argumenta-se que as ações do FND a serem suplementadas por meio do Projeto de Lei nº 11, de 2003-CN, não apresentaram qualquer execução no corrente exercício, pelo que não haveria justificativa para o acréscimo solicitado.

O FND, de acordo com o art. 2º do Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991, tem por finalidade promover recursos para a realização de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

Informações obtidas junto ao Poder Executivo dão conta de que a execução das dotações do FND passa por diversas fases até a aprovação de programação de desembolsos pelo Conselho de Orientação do Fundo. Com isso, a execução orçamentária deve concentrar-se no segundo semestre de 2003.

Cabe ressaltar que os recursos apontados para a abertura do crédito (superávit financeiro de 2002 e exercício de arrecadação) são, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), vinculados ao FND, o que inviabiliza sua utilização em outra unidade orçamentária.

Do ponto de vista fiscal, cumpre ainda mencionar que as ações suplementadas contemplam apenas despesas financeiras, que não afetam as metas de superávit primário estabelecidas para 2003.

Por fim, verificamos que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000 (Plano Plurianual), à lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (LDO/2003) e à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 (LOA/2003), e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

;

Diante do exposto, votamos pela rejeição das Emendas nº 00001 a 00003 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2003-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é favorável. Em Discussão na Câmara dos Deputados.

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa)*

Aprovado no Senado.

Item nº 3

"Projeto de Lei nº 13/2003-CN, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 6.181.787,00 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente'.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Não foram apresentadas emendas."

Como o Deputado Anivaldo Vale está se dirigindo a esta Comissão, vamos aguardar sua chegada. Passaremos para o próximo item.

Item nº 4:

"Projeto de Lei nº 14/2003-CN, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 12.107.035,00 (doze milhões, cento e sete mil e trinta e cinco reais), para reforçar dotações constantes na Lei Orçamentária vigente'.

Relator: Deputado Humberto Michiles.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto."

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, vou ler apenas o voto.

Do exame do projeto verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com a Plano Plurianual 2000/2003 (Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000), ou com sua revisão (Lei nº 10.297, de 26 de outubro de 2001), e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 — LDO/2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002).

Consoante determinação do art. 30, da Resolução nº 1, de 2001, o Quadro I a seguir apresenta execução orçamentária recente (até 4 de julho de 2003) dos subtítulos a serem suplementados e o Quadro II, os a serem cancelados, em face do projeto de lei ora sob apreciação, comparada com os valores das suplementações e cancelamentos propostos no projeto.

QUADRO I**R\$1,00**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS SUPLEMENTAÇÕES PROPOSTAS					
UO/Título/Subtítulo	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Liq./Aut.	Suplementação
Ministério do Meio Ambiente					
Administração da Unidade — Nacional	13.687.545	8.964.239	6.969.380	50,92	2.930.527
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados — Nacional	37.428	37.425	25.105	67,08	15.100
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados — Nacional	83.000	82.997	82.997	100,00	119.439
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados — Nacional	203.300	175.076	140.784	69,25	119.634
IBAMA					
Administração da Unidade — Nacional	48.004.833	26.483.063	22.106.544	46,05	3.408.357
ANA					
Administração da Unidade — Nacional	12.977.938	9.279.310	5.989.828	46,15	2.182.978
CODEVASF					
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais	1.658.040	666.252	456.064	27,51	3.331.000

QUADRO II
Valores em R\$1,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CANCELAMENTOS PROPOSTOS					
UO/Título/Subtítulo	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Liq./Aut.	Cancelamento
Ministério do Meio Ambiente					
Conservação Ambiental da Bacia do Rio São Francisco — Nacional	6.194.739	0	0	0,00	3.184.700
IBAMA					
Conservação e Manejo Integrado de Ecossistemas — Nacional	2.850.000	765.353	558.777	19,61	815.000
Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental — Nacional	8.669.578	2.102.098	2.068.140	23,86	1.133.043
Modernização do Gerenciamento Descentralizado do IBAMA — Nacional	4.396.862	0	0	0,00	1.460.314
ANA					
Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas — Nacional	74.468.894	0	0	0,00	2.182.978
CODEVASF					
Implantação de Projetos de Irrigação — Perímetro de Irrigação Vale do Iuiú	3.093.859	0	0	0,00	1.770.979
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Pirapora no Estado de Minas Gerais	112.432	269	224	0,20	8.757
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Ceraima no Estado da Bahia	129.777	145	145	0,11	47.023
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Estreito I/III no Estado da Bahia	341.554	21.385	1.223	0,36	45.845
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Estreito IV no Estado da Bahia	723.189	11.248	1.249	0,17	127.682
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Curaçá no Estado da Bahia	393.400	45.705	43.732	11,12	108.683
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Manicoba no Estado da Bahia	397.369	63.039	61.308	15,43	100.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho no Estado de Pernambuco	1.311.465	276.956	267.593	20,40	180.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Betume no Estado de Sergipe	596.241	113.555	113.467	19,03	176.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Cotinguiba/Pindoba no Estado de Sergipe	409.356	95.909	57.204	13,97	98.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Boacica no Estado de Alagoas	662.233	43.734	43.734	6,60	113.031

Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Itiúba no Estado de Alagoas	319.119	48.341	47.767	14,97	50.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul no Estado da Bahia	217.212	4.246	409	0,19	80.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Propriá no Estado de Sergipe	453.449	69.297	43.477	9,59	200.000
Emancipação de Perímetros de Irrigação — Perímetro de Irrigação Lagoa Grande — Estado de Minas Gerais	87.587	240	48	0,05	25.000
Implementação do Projeto Amanhã no Vale do Rio São Francisco	641.680	13.474	10.617	1,65	200.000

Fonte: SIAFI/STN-COFF/CD-PRODASEN

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira acumulada até 4 de julho de 2003, elaborado pelo COFF/CD e PRODASEN, a partir de dados do SIAFI/STN, mostra que, até essa data, havia disponibilidade de recursos para cancelamento na dotação oferecida como fonte para o atendimento do pleito.

Quanto às emendas apresentadas pelos nobres pares, verifiquei que as dotações que seriam beneficiadas com o atendimento de emendas encontram-se com baixa execução, além do que as que são objeto de suplementação, na proposição, referem-se basicamente a custeio administrativo das unidades orçamentárias contempladas. Assim, em que pese o elevado mérito das emendas, não me vejo em condições de atendê-las sem prejuízo das dotações que estão sendo suplementadas.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 14, de 2003-CN na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando-se as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer do Sr. Relator.

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5.

“Projeto de Lei nº 15, que ‘Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 95.109.031,00 (noventa e cinco milhões, cento e nove mil e trinta e um reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente’.

Relator: Senador Sérgio Cabral.

Foram apresentadas 2 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.”

Como o Senador Sérgio Cabral não está presente, peço ao Senador Amir Lando para que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR AMIR LANDO -

“Foram apresentadas 2 emendas ao PL nº 15/03. Tais emendas propõem que não se proceda aos cancelamentos propostos pelo PL nas funcionais 17.512.0122.3959.0010 (‘Implantação de serviços de saneamento básico em Municípios com população de até 75.000 habitantes — Região Norte’), nos valores de R\$ 1.171.026,00 e de R\$ 1.040.326,00, respectivamente.

As emendas afiguram-se meritórias, vez que pretendem resguardar ações de abastecimento de água e de saneamento básico para atendimento dos Municípios da Região Norte.

E, Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2003-CN, CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com a rejeição das Emendas nº 1 e nº 2.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer do Sr. Relator.

Não havendo quem queira manifestar-se, está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6.

;

Projeto de Lei nº 16/2003-CN, que 'Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.165.967.527,00 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente'.

Relator: Deputado João Magno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto."

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Exposição de Motivos nº 196, de 13 de junho de 2003, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado objetiva garantir, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a continuidade dos pagamentos dos benefícios abono salarial aos trabalhadores e seguro-desemprego aos pescadores artesanais, em razão do aumento do salário mínimo acima do inicialmente previsto e também do número de beneficiários, totalizando 479 milhões e 209 mil reais.

Pelas mesmas razões, os recursos destinados ao Ministério da Assistência Social visam a assegurar a continuidade do pagamento do benefício de prestação continuada às pessoas portadoras de deficiência e às idosas no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, totalizando 686 milhões e 67 mil reais.

Voto

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a percepção deste Relator é de que as adições à programação pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo o princípio da boa técnica orçamentária.

Em consequência, somos pela aprovação do PL nº 16/2003-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, esse projeto abre o Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor de 1 bilhão e 165 milhões.

Têm ocorrido aqui várias convocações de reuniões e, em todas elas, ausência de *quorum* para votação.

Ainda ontem estive aqui e conversei com V.Exa. no momento do início da reunião. Não havia *quorum*, e V.Exa. marcou a reunião para as 18h, que ontem evidentemente não pôde ser realizada em função da votação das matérias do plenário.

Temos tido aqui um atropelamento muito grande, Plenário e Comissões. Tivemos, ontem, reuniões do Plenário da Câmara dos Deputados das 9h da manhã até as 10h da noite, 3 sessões extraordinárias sequenciais, com intervalo de 5 minutos entre a primeira e a segunda e de 3 minutos entre a segunda e a terceira.

Isso aqui nos credencia não para o Pan-Americano, mas para as Olimpíadas, certamente, mais que o Pan-Americano.

Apesar do meu esforço, não tenho sido campeão de maratona. Sou campeão de meia maratona. Mas, como nesta Casa, instituiu-se o sistema da maratona, do tanque, do atropelamento, quero dizer a V.Exa. que essa não é a forma de levarmos adiante a discussão das matérias.

Não sei se fui avisado hoje em tempo para esta reunião às 14h, pelo menos não recebi essa comunicação. Não sei se a falha foi aqui, da Secretaria, ou do meu gabinete. Mas saí daqui praticamente quase no início desta sessão do Plenário das 13h e fui surpreendido, neste momento, com essa matéria, toda ela já sendo discutida. E sou surpreendido no Item 6, tendo sido aprovados 5 itens.

Não tenho nenhuma intenção de fazer qualquer tipo de obstrução pela obstrução, gratuitamente, mas não estou disposto a ser atropelado também. Não estou disposto a ser tratado sem a dignidade do meu mandato, com a devida dignidade do meu mandato. Não é só pela minha pessoa, é pelo meu mandato.

A matéria constante do Item 6 da pauta, relatada pelo Deputado João Magno, a mim parece tratar-se de uma suplementação válida, apesar dos valores elevados — porque são valores bastante elevados —, por referir-se a benefícios de abonos salariais, LOAS, prestação continuada, enfim, questões de assistência social — não parece que possam causar qualquer óbice.

Portanto, nessa matéria, não me vou pronunciar contra, mas em nenhum momento vou admitir qualquer projeto que tenha questionamento sem que o discutamos a fundo. Não vim aqui para exercer o mandato apenas *pro forma*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado e peço as minhas escusas a V.Exa. e a todos os companheiros, mas acredito que estamos discutindo o Item nº 6 da pauta. Antes que V.Exa. anuncie o nº 7, quero retornar à discussão que tivemos na última sessão, na qual não contávamos com a presença de V.Exa., que estava impedido de estar presente.

Naquela sessão, lembrei que aqui, embora se diga que nada mudou, tudo está mudando, porque V.Exa. e todos os companheiros que militam nesta Comissão sabem que aqui é onde se processam os maiores entendimentos da Casa. Esta Comissão só anda, de fato, por entendimento.

Nos últimos anos tivemos a capacidade, quando estávamos no Governo, de trabalhar essa questão com todo o cuidado. V.Exa. foi Presidente desta Comissão e se houve muito bem como tal, tudo na base do entendimento. Entendimento para aprovar ou entendimento de procedimento para conduzir a votação quando não havia consenso.

Tenho observado — na última reunião, o ilustre Líder do Governo, Senador Amir Lando, garantiu-me que não — e vejo de novo que estamos apreciando vários projetos que, ao que se saiba, não teve uma conversa prévia no Colégio de Líderes, são da maior importância e outros que alteram substancialmente todas as práticas que vínhamos desenvolvendo aqui e toda uma relação consolidada entre os partidos.

O projeto do Item nº 7 que V.Exa. colocará em análise na sequência, se não for outra decisão tomada, cancela um número enorme de emendas de Parlamentares e de bancadas, prática que nunca se usou nesta Casa durante os últimos 12 anos. Nesse tempo nunca houve uma proposta de cancelamento de emenda de Parlamentar nem de emenda de bancada ou de Comissão para fazer suplementação a outros projetos.

Precisamos que V.Exa., que é o nosso Presidente, conduza esse processo. Se vamos alterar o nosso estilo na Comissão, tudo bem, vamos então nos preparar para a batalha permanente e constante que é o que resta de alternativa à Oposição neste plenário, mas não podemos passar de uma situação a outra sem pelo menos um aviso prévio de que as coisas mudaram. Agora vai ser desse jeito. Esse, talvez, seja o estilo petista de governar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - O nobre Deputado não deixa de ter razão, no entanto, na oportunidade, vamos discutir esse problema, porque efetivamente houve esse acúmulo de projetos por não ter havido reunião, por não haver número na Comissão.

Várias vezes estivemos aqui, tentando ter número, não houve oportunidade de falar, sequer conversar com as Lideranças. Então, colocamos em pauta, porque há vários órgãos do Governo praticamente parados em face de não haver resolução da Comissão. Haverá uma reunião do Congresso para aprovar aquelas mais urgentes de que necessitam os Ministérios a fim de dar andamento aos seus trabalhos, por isso esse acúmulo.

Observaremos logo a seguir, no Item nº 7, cujo Relator é o Dr. Rosinha, essa questão que foi suscitada aqui de projetos que pedem cancelamento de emendas parlamentares.

;

Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Sr. Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como estão, com exceção do voto contrário do Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Meu voto é favorável também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Muito bem.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFEDO - Próximo item, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - O próximo é o Item nº 17, que anula emendas de Parlamentares. Então, vamos acertar com as Lideranças que todos os projetos que contenham essa anomalia, vamos chamar assim, serão objeto de discussão e acordo ou não das Lideranças.

Então, o Item nº 17 será retirado de pauta.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, pediria a V.Exa., aproveitando a presença do Senador João Ribeiro, que também antes do PL nº 23, que não é cancelamento de emenda de Parlamentares, mas cancelamento de algo pelo qual há muitos anos temos trabalhado, uma ponte de ligação do Estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul...

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - O meu PL é o 23, inclusive estarei entregando o relatório amanhã. Ele já está redigido.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Então, pediria a V.Exa. que conversasse conosco a respeito dessa questão, porque é um cancelamento de uma obra que está 60% já feita pelo Governo do Estado de São Paulo e a outra metade a ser feita pelo Governo Federal, em andamento. Pediria a V.Exa., antes de entregar esse relatório, que trocássemos umas idéias sobre o assunto. Sei que V.Exa. é o Relator, mas, se for possível, para termos o entendimento sobre a matéria.

Já conversei com o Deputado Carlito Merss sobre essa questão e pediria que o Relator concordasse que pudéssemos conversar a respeito do assunto antes dele entregar o relatório.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Se quiserem conversar hoje, porque devo apresentar o relatório amanhã, até porque o Governo tem pedido urgência no sentido da aprovação deste PL e dos outros que estão aqui.

Gostaria de antecipar, Sr. Presidente, até aproveitando a indagação do nobre Deputado Alberto Goldman, que adotei o seguinte critério neste PL. Vou antecipar, porque, se algum Parlamentar quiser discutir essa questão antes da apresentação do meu relatório, que houve aquele acordo entre o Presidente da República e os Governadores na questão da recuperação das estradas. E houve, sim, um corte de 33% de todas as emendas de bancada no sentido de colocar dinheiro para a recuperação das estradas. Isso é público e notório, o Brasil inteiro sabe e esta Casa também o sabe.

Tentei recompor aqueles Estados que perderam, sobretudo aqueles acima dos 33%. Então, adotei este critério. Não pude atender a nenhuma solicitação de rubrica nova, exatamente porque não tinha nem tenho dinheiro para tanto, senão, descaracterizava totalmente a proposta do Governo.

Então, o relatório está sendo redigido nesse sentido. Agora, quem quiser conversar comigo, deve fazê-lo ainda hoje, porque já mandei confeccionar o relatório. Isso não quer dizer que não possa alterá-lo, são 87 milhões de crédito suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, V.Exa. já adiantou a questão do PL nº 17; o Dr. Rosinha cancelou todas as emendas individuais dos ex-Parlamentares, os que não foram eleitos.

V.Exa. sabe que abominamos isso aqui na Comissão de Orçamento. O orçamento é enorme, as emendas representam 1% do valor e ainda o Partido dos Trabalhadores vem

;

querer sobre essas emendas fazer o cancelamento e transferir ao Ministro o poder de distribuir esse recurso.

Então, V.Exa. já adiantou a retirada de pauta. Faço coro com V.Exa. pela retirada de pauta. Vamos fazer uma análise; já falei a respeito com o Líder do Governo, Senador Amir Lando, porque foram 159 emendas apresentadas pedindo para cancelar o cancelamento. Ou seja, os Parlamentares não foram eleitos, mas existem outros representantes desses Municípios que aqui estão, que foram eleitos e que querem confirmar essas destinações de verbas. É fundamental que respeitemos as emendas individuais e as emendas de bancada que são feitas nesta Comissão.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Faço um apelo a V.Exa. exatamente seguindo o raciocínio do Deputado Ricardo Barros de buscar hoje, nesta Comissão, aquelas matérias mais consensuais para desobstruirmos a pauta o tanto quanto possível. Matérias de outra natureza serão discutidas com as Lideranças. Aqui sempre se buscou o acordo e o entendimento. Os entendimentos são essenciais para o funcionamento desta Casa, sobretudo desta Comissão.

Portanto, vamos discutir, encontrar consensos e realmente dar ao País as mudanças no Orçamento tão requeridas e necessitadas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só gostaria de fazer uma retificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu citei o PL nº 23, do Senador João Ribeiro, mas é o de nº 24 — foi um erro meu —, cujo Relator é o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já está presente o Deputado Anivaldo Vale, Relator do Item 3.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Antes do Item 3, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, faço uma ponderação a V.Exa porque nós, do PSDB, estamos dispostos a colaborar e ajudar a desobstruir a pauta.

Conversei na semana passada com V.Exa. para restabelecer aquilo que sempre foi tradição nesta Casa, a discussão preliminar da pauta no Colégio de Líderes junto à Presidência. Sinceramente, ontem estive presente à reunião da Comissão, embora tenha chegado atrasado por outros compromissos, e não fui atendido no meu apelo. Portanto, acredito que não devemos continuar a reunião. Temos que discutir esta pauta e estamos prontos para ajudar.

Como bem disse o Senador Amir Lando, esta Comissão sempre foi exitosa na medida em que busca o consenso e os acordos, porque eles têm que ser cumpridos também. No entanto, na discussão da LDO, projetos foram discutidos com os Deputados e acordos foram feitos, mas estes últimos não foram honrados. E agora trazem uma pauta deste tamanho para ser discutida e votada apressadamente? Sinceramente, Sr. Presidente, vamos ter que dar uma parada para conversar, porque considero que o que preside é justamente o entendimento.

Dentro desse propósito, sou Relator do Item 3, continuarei fazendo a relatoria, mas antecipo que vou pedir verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item nº 3.

“Projeto de Lei nº 13/2003-CN, que ‘Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 6.181.787,00 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente’.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.”

;

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, Relator do Item 3.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 13, de 2003-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 6.181.787,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Permita-me, Sr. Presidente, ler o voto do Relator.

Voto do Relator.

Do exame proposto do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000-2003 (Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000) ou com sua revisão (Lei nº 10.297, de 26 de outubro de 2001) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 — LDO/2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002).

Consoante determinação do art. 30 da Resolução nº 1, de 2001- CN, o Quadro 1 a seguir apresenta a execução orçamentária recente (até 4 de julho de 2003) do subtítulo a ser suplementado mediante o projeto de lei analisado, comparada com o valor da suplementação proposta.

Quadro 1.

Fomento à pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações na Fundação CPqD — Nacional. Autorizado, R\$ 39.221.430,00. Empenhado, R\$ 18.597.439,00. Liquidado, R\$ 18.597.439,00. Liquidado e autorizado, 47,4%. Suplementação, R\$ 6.181.787,00.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira, acumulada até 4 de setembro de 2003, elaborado pelo COFF/CD/PRODASEN, a partir dos dados da SIAF e da Secretaria do Tesouro Nacional, mostra que, até esta data, havia disponibilidade de recursos para o cancelamento na dotação oferecida como fonte de atendimento do pleito.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2003-CN, na forma proposta pelo Executivo.

Sala das Comissões, 24 de julho de 2003.

Deputado Anivaldo Vale, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto do Relator é favorável.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, quero dizer que é um privilégio muito grande verificar o voto do Deputado Anivaldo Vale. O Projeto de Lei nº 13/2003-CN abre o Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério das Comunicações. Fico muito feliz em ver o voto do Deputado Anivaldo Vale. Esse projeto abre créditos que se destinam ao fomento de vários projetos de pesquisa em telecomunicações, desenvolvidos pela Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, CPqD, principalmente os que têm a ver com regência de redes, sistemas móveis, comunicações óticas, tecnologias de serviços de telecomunicação e inovação em sistema de suporte e operações de telecomunicações.

Ficamos realmente felizes em verificar a qualidade do voto do Relator no exame feito e fundamentalmente sua postura favorável. Nesse sentido, declaro que votarei conforme o voto do Deputado Anivaldo Vale.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero aqui fazer uma ponderação. Gostaria de dizer-lhe que seremos favoráveis a esta proposta do Executivo, relatada agora pelo Deputado Anivaldo Vale, mas pediria a V.Exa. que após esta votação suspendesse os trabalhos, porque precisamos, ao meu ver, dar certa ordem no procedimento das votações.

Portanto, era esta proposição que gostaria de fazer a V.Exa. Como o Presidente João Paulo ficou de iniciar a Ordem do Dia às 3h da tarde, como este assunto, a votação ainda

;

em primeiro turno da reforma da Previdência é de extrema relevância e como não temos condições de estar em 2 lugares ao mesmo tempo, porque estou discutindo a proposta de Emenda Constitucional da Previdência, não teremos como nos debruçar sobre as matérias desta Comissão. Aqui consta que já foram votadas 4 proposições, e não tive como acompanhá-las, por estar em outro evento.

Neste momento, para que não haja a descontinuidade do relatório do Deputado Anivaldo Vale, nós votaríamos e V.Exa. suspenderia a sessão. Depois, na quinta-feira ou na próxima semana, poderíamos nos reunir para definir o calendário e o procedimento dessas votações. Existem alguns relatórios que estão sendo votados, como, por exemplo, o relatado pelo Deputado Humberto Michiles, que está fazendo cancelamento de emendas de Parlamentares para suprir orçamento para pagar cargo comissionado. Isso, ao meu ver, precisa ser melhor discutido.

A minha proposta, se V.Exa. a acatar, é votarmos o relatório do Deputado Anivaldo Vale, com sua anuência, é claro, sem pedirmos a verificação, e suspendermos a sessão. Gostaria de ouvi-lo a respeito.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação ao nobre Deputado no sentido de verificar a possibilidade de, pelo menos, votarmos os projetos que não gerem dúvida ou questionamento, como o Projeto de Lei nº 17, apesar de o Deputado Dr. Rosinha não estar presente. Acompanhei um pouco a discussão do Projeto de Lei nº 17. Em tese, esse projeto derrubou emendas individuais, mas, na verdade, são cerca de 79 milhões de reais de restos a pagar já cancelados na época.

Portanto, penso que daria para separarmos projetos como esse. Pondero no sentido de verificarmos a possibilidade de votar pelo menos aqueles projetos que não têm nenhum tipo de questionamento. Gostaria de apresentar este apontamento ao Deputado Pauderney Avelino, até porque, por diversas reuniões, não estamos tendo *quorum* e temos tido dificuldades de votar.

Votaríamos hoje aqueles projetos que são efetivamente mais tranquilos e cujos relatores estão presentes. Casos como o do Item 7 seriam votados em separado. Também concordo, se fosse possível hoje ou no mais tardar amanhã, em realizar uma reunião das lideranças para tentarmos chegar a um acordo de procedimento na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, a minha proposta continua e gostaria de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Pauderney Avelino propôs a suspensão da sessão após a votação deste projeto, e o Deputado Carlito Merss sugere que se vote aqueles projetos que não são objeto de discussão e com os quais todos estão de acordo; com os demais projetos, faríamos reunião das Lideranças.

Penso que é uma ponderação correta e boa, porque a Comissão não pode ficar parada indefinidamente, já que estamos atrasados com o processo. Há Ministérios já enfrentando dificuldades. Embora o esforço esteja sendo redobrado, pois reconhecemos que a Câmara está fazendo um esforço muito grande na discussão da reforma da Previdência e quase concessões contínuas, é preciso que a máquina do Governo funcione, e ela não funcionará se continuarmos aqui não discutindo por falta de presença.

Assim, a Mesa pretende colocar em votação aqueles projetos que não são objeto de deliberação; os demais, levaremos para a reunião com as Lideranças na próxima terça-feira, às 11h da manhã, se todos estiverem de acordo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, tenho certeza de que na reunião de liderança, sob o comando de V.Exa., iremos avançar e muito. Agora, se ficar desta forma e não houver votações, fatalmente os trabalhos não irão andar. É por isso que estou propondo — e gostaria que o Deputado Carlito Merss entendesse — não simplesmente obstruir a pauta, mas ter realmente uma participação efetiva nessas votações, porque entendo que alguns dos projetos que estão sendo relatados nesta Comissão não condizem com os propósitos que queremos defender.

Desta forma, queremos a reunião de Líderes para definirmos o procedimento de votação até para facilitar o andamento das votações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, quero apenas fazer um adendo à proposta. Suspenderíamos esta reunião. V.Exa. convocaria reunião dos Líderes ao término da sessão da Câmara dos Deputados, caso a mesma não avançasse por muito tempo à noite. Não pudesse ser hoje, ficaria para amanhã de manhã, numa reunião rápida, em que selecionaríamos, como fazemos sempre, os projetos que não têm dificuldade de tramitação, numa sessão sem *quorum* mesmo, como é a praxe, e resolvemos a questão de vez. É muito complicado fazer essa seleção agora no plenário. V.Exa. sabe disso. A tradição é fazermos a seleção prévia dos projetos que podem ser votados, na reunião de Líderes, que é sempre mais efetiva para essa finalidade e algum conserto de última hora no plenário.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, concordo com os Deputados João Magalhães e Pauderney Avelino. Quero fazer uma tentativa de entendimento, se possível, no sentido de suspendermos esta sessão e V.Exa. convocar reunião na sala da Presidência, agora, com todos os Líderes, para seleção das matérias. Amanhã de manhã votaríamos esses créditos todos acordados. O que apresentar problema deixaremos para a semana seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Gilmar Machado fez uma proposta evidente, não de entrave.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, não temos condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos votar o item 3 e, a seguir, suspenderemos a sessão. Reuniremos as lideranças no gabinete...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, sugiro que se suspenda a sessão. Não há condições de nos reunirmos agora. A Ordem do Dia está se iniciando e temos matéria importante para apreciar. Convoque reunião dos Líderes para amanhã de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Efetivamente o Deputado tem razão. Amanhã de manhã faremos reunião com as lideranças, às 10h30min no gabinete da Presidência para discussão dos projetos e, às 11h, reunião da Comissão para votação dos projetos que forem consenso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, não vamos votar, senão vou pedir verificação do projeto. Quero votar o relatório com Casa cheia. Vamos buscar entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Estamos discutindo o projeto.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Estamos trabalhando o entendimento há algum tempo e não estamos sendo ouvidos. Não queremos dificultar a votação. Queremos que haja entendimento, que seja estabelecido nesta Comissão o que sempre trabalhamos: a discussão, o acordo, no colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O entendimento está feito, nobre Deputado. Vamos apenas votar o seu parecer.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu gostaria que a votação começasse na próxima sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado não concorda que vote o parecer hoje?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Nada, a não ser com a Casa cheia.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERS - Só para entender, Sr. Presidente. S.Exa. não quer votar nem o projeto do qual é relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Exato.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Depois da reunião de amanhã, votaremos o projeto, ao qual sou favorável. Caso votássemos hoje, que o fizéssemos com prestígio, com Casa cheia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A reunião de lideranças será amanhã, às 9h30min e a da Comissão às 10h.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - De acordo com o acertado na reunião de Líderes, a reunião está encerrada.

Convoco reunião para terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Às 15 horas, teremos audiência pública com o Diretor-Financeiro da PETROBRAS para a análise dos PLs. n°s 5 e 6.

A seguir, será realizada reunião de Líderes para a discussão dos PLs em pauta.

A reunião será suspensa por 30 minutos.

Terminada a reunião de Líderes, daremos prosseguimento à reunião e passaremos à votação dos PLs constantes da pauta na terça-feira, a partir das 14 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2003.**

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Hélio, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Almeida, João Batista, João Castelo, José Pimentel, Kátia Abreu, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rogério Teófilo, Silas Brasileiro e Welinton Fagundes. Não foi registrada a presença de **Senadores suplentes**. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Benedito de Lira, Coriolano Sales, Elimar Máximo Damasceno e Pompeo de Mattos. Em virtude do disposto no art. 46, § 1º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, tiveram a ausência justificada os seguintes parlamentares: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Dr. Evilásio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Elaine Costa, Félix Mendonça, Gilberto Nascimento, Jorge Bittar, José Borba, Marcelino Fraga, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Professora Raquel Teixeira, Roberto Balestra e Rose de Freitas; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Fernando Bezerra, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino e Romero Jucá. **ABERTURA:** Às quinze horas e três minutos do dia dezenove de agosto, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Antes, anunciou que os trabalhos seriam reiniciados às dezoito horas, após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, convocada para a análise das matérias da pauta. Às dezoito horas e vinte e sete minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Pauderney Avelino reiniciou a reunião. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da realização simultânea da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme disposto no art. 46, § 1º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e um de agosto, às dez horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a décima segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número legal para deliberação na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal. Em face disso, convoco a continuação desta sessão às 18 horas de hoje, após reunião do colégio de representantes das Lideranças partidárias — que será nesta Comissão — para triagem das matérias da pauta.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) – Declaro reiniciada a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em razão de ter-se iniciado a Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, a presente reunião fica cancelada. Convoco outra para quinta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

TERMO DE REUNIÃO Nº 04, DE 2003

Deixou de ser realizada, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às dez horas do dia vinte e um de agosto de 2003, conforme disposto no *caput do art. 39, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. Foi registrada presença dos membros: - **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Eduardo Sciarra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Humberto Michiles, João Leão, José Carlos Elias, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Renato Casagrande e Wasny de Roure; **Senadores titulares:** Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Almir Moura, André Luiz, Ildeu Araujo, João Batista e Paulo Afonso. Não foi registrada presença de **Senadores suplentes**. O Deputado João Grandão e o Senador Sérgio Cabral justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlos Melles, Darcísio Perondi, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Jackson Barreto, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Chaves, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores Titulares:** Almeida Lima, César Borges, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá e Sérgio Guerra. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. **Xxxx**

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) – Não havendo número regimental para abertura da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, declaro que a mesma deixa de realizar-se.

Convoco os membros da Comissão para reuniões a serem realizadas no dia 26 de agosto, terça-feira próxima, nos seguintes horários: às 14 horas e 30 minutos, reunião ordinária; às 15 horas, reunião de audiência pública, com a presença do Diretor Financeiro da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 26 E 28 DE AGOSTO DE 2003.**

Aos vinte e seis e vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 21 e 22/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Roberto Saturnino, Romero Jucá e Sérgio Cabral; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alex Canziani, André Luiz, André Zacharow, Antonio Cambraia, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Ildeu Araujo, João Almeida, João Batista, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rogério Teófilo, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Telma de Souza, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando, Augusto Botelho, Sibá Machado e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros, Colbert Martins, Coriolano Sales, Elimar Máximo Damasceno, Gastão Vieira, Paes Landim, Robson Tuma e Romeu Queiroz. O Senador Sérgio Guerra justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Darcísio Perondi, Dr. Hélio, Gilberto Kassab, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Jackson Barreto, João Magno, José Rocha, Nárcio Rodrigues, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo e Professora Raquel Teixeira; - **Senadores titulares:** Efraim Morais, Fernando Bezerra, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti e Serys Shlessarenko. **ABERTURA:** Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de agosto, o Deputado Pedro Chaves, no exercício da Presidência conforme o disposto no art. 8º da Resolução nº 01/2001-CN, deu início à reunião, suspendendo-a em seguida, em face da realização simultânea da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e oito do mesmo mês, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reabriu a reunião e comunicou que ainda não havia *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. Continuando, informou que passaria à leitura do expediente e tão logo o *quorum* fosse atingido apreciaria as Atas e o Termo de Reunião constantes da pauta. O Presidente solicitou ao Deputado Carlito Merss que lesse o expediente. **EXPEDIENTE:** - Correspondência interna recebida: **1)** Ofício de 1º de agosto, do Deputado Paulo Bernardo, na qualidade de relator da LDO/2004, solicitando encaminhamento do pedido de retificação ao Congresso Nacional, referente ao Projeto de Lei nº 02, de 2003-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências”. **2)** Ofício nº 547, de 06 de agosto, do Deputado Francisco Turra em que encaminha correspondência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul referindo-se à alocação de recursos à Assistência Técnica e Extensão Rural para inclusão no Plano Plurianual 2004/2007. **3)** Ofício nº 86, de 19 de agosto, do

;

Deputado Wilson Santiago, solicitando retificação em emendas de sua autoria apresentadas ao Projeto de Lei nº 23/2003-CN. Cópia desse Ofício havia sido encaminhada ao relator do Projeto em questão, Senador João Ribeiro, em 21/08/2003. **4)** Ofício-circular 02, de 21 de agosto, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, informando da apresentação do Programa Carta-Resposta, realizado no dia 22 de agosto, às 10 horas, no auditório do Espaço Cultural. **5)** Ofício nº 1.090, de 26 de agosto, do Deputado Darcísio Perondi, em que solicita a retirada do Requerimento nº 13/2003, constante da Pauta nº 22, de sua autoria, que solicitava a convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para esclarecer a forma de elaboração do Orçamento da Saúde para o ano de 2004. O solicitante esclareceu que o assunto havia sido abordado em reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O Requerimento nº 13/2003 foi retirado da pauta. - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão: Ofício nº 97, de 13 de agosto, do Deputado Enéas Ferreira Carneiro, indicando o Deputado Amauri Robledo Gasques, como representante do PRONA. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 209, de 24 de junho, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 24 de junho e 08 de julho. A justificativa de falta foi indeferida pela Presidência, conforme o disposto no art. 11 do *Regulamento Interno*. **2)** Ofício nº 405, de 17 de julho, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 03 de julho. **3)** Ofício nº 07, de 21 de julho, do Deputado Osvaldo Coêlho, justificando ausências nos dias 06 de março a 29 de abril por motivo de licença médica; 07, 08, 15 e 22 de maio por estar em viagem de missão oficial; e 9 de junho a 05 de agosto por motivo de licença médica. A solicitação foi deferida excepcionalmente. **4)** Ofício nº 214, de 22 de julho, e 219, de 05 de agosto, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência nos dias 22 de julho e 05 de agosto para atendimento a compromissos político-partidários. **5)** Ofício nº 43, de 22 de julho, do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 22 de julho para atendimento a compromissos político-partidários. **6)** Ofício nº 213, de 23 de julho, do gabinete do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência no dia 24 de julho para atendimento a compromissos político-partidários. **7)** Ofício nº 88, de 25 de julho, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, justificando ausência no período de 25 de julho a 03 de agosto, por estar em viagem de missão oficial. **8)** Ofício nº 101, de 07 de agosto, do Deputado Zé Gerardo, justificando ausência no período de 06 a 13 de agosto, por estar de licença médica. **9)** Ofício nº 231, de 12 de agosto, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência nos dias 13 e 14 de agosto por estar ausente de Brasília. **10)** Ofício nº 201, de 18 de agosto, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 19 de agosto, por estar participando de compromissos partidários no Estado. **11)** Ofício nº 298, de 20 de agosto, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar cumprindo compromissos políticos. **12)** Ofício nº 130, de 21 de agosto, do Deputado Carlos Nader, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar participando de outra reunião. **13)** Ofício nº 293, de 21 de agosto, do Deputado João Grandão, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar participando de seminário em outro local. **14)** Ofício nº 252, de 21 de agosto, do Senador Sérgio Guerra, comunicando ausência no período de 22 de agosto a 02 de setembro, por estar em missão a Taiwan. **15)** Ofício nº 47, de 21 de agosto, do Deputado Júlio César, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar em reunião de outra Comissão. **16)** Ofício nº 92, encaminhado via fax no dia 22 de agosto, do Deputado José Chaves, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar cumprindo compromissos assumidos anteriormente. **17)** Ofício nº 236, de 25 de agosto, do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 26 de agosto, por estar cumprindo compromissos assumidos no Estado. **18)** Ofício nº 263, de 26 de agosto, do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar em outra reunião. - Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 670/2003, de 14 de julho, da Secretaria de Controle Externo do Estado de Pernambuco (SECEX/PE), encaminhando cópia do acórdão nº 750/2003-TCU-Plenário e de relatório de inspeção referentes a obras de implantação de projetos de irrigação em Serra Talhada. **2)** Ofício Circular nº 17, de 7 de julho, da Escola de Administração Fazendária – ESAF solicitando colaboração no sentido de divulgar concurso de monografias em finanças públicas - “VIII Prêmio Tesouro Nacional –2003”. **3)** Ofício 1.305, de 7 de agosto, do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, solicitando retificação de subtítulos

constantes do Projeto de Lei nº 24/2003-CN, referentes à Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Cópia desse Ofício foi encaminhada ao relator do Projeto de Lei nº 24/2003-CN, Deputado Pedro Novais, em 07/08/2003. **4)** Ofício nº 206, de 18 de agosto, do Governador do Estado de Roraima, Francisco Flamarion Portela, solicitando o remanejamento de recursos para o Estado contidos no Projeto de Lei nº 24/2003-CN. Cópia desse Ofício foi encaminhada ao relator do Projeto em questão, Deputado Pedro Novais, em 21/08/2003. **5)** Ofício nº 915, de 22 de agosto, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, pertencente à Controladoria-Geral da União, Dr. Waldir Pires, em que encaminha nota técnica sobre denúncia de eventuais irregularidades no convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Sobradinho, na Bahia. - Avisos/SGS, de 16 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.543 (Acórdão nº 901/2003): auditoria realizada nos contratos de manutenção do complexo de geração de energia termonuclear de Angra, no Estado do Rio de Janeiro. **2)** Aviso nº 1.545 (Acórdão nº 902/2003): auditoria na execução de obras relativas ao Programa de Trabalho “*Reforço no Sistema de Transmissão na Área do Estado de Goiás e do Distrito Federal*” **3)** Aviso nº 1.552 (Acórdão nº 904/2003): auditoria no Programa de Trabalho “*Apoio a Entidades de Ensino Superior não Federais*”, em Brasília-DF. **4)** Aviso nº 1.555 (Acórdão nº 907/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, em Brasília-DF. **5)** Aviso nº 1.557 (Acórdão nº 908/2003): auditoria nas obras de construção do Centro de Treinamento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, no município de Natal-RN. **6)** Aviso nº 1.564 (Acórdão nº 896/2003): auditoria nas obras de restauração de Rodovias Federais no Estado do Rio de Janeiro. **7)** Aviso nº 1.566 (Acórdão nº 897/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Ceará. **8)** Aviso nº 1.572 (Acórdão nº 900/2003): auditoria nas obras de construção da Adutora de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte. - Avisos/SGS, de 16 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.542 (Acórdão nº 894/2003): auditoria nas obras de construção do Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco – PROCAPE. **2)** Aviso nº 1.547 (Acórdão nº 903/2003): auditoria nas obras de estabilização das margens do Rio Sergipe em Aracaju (Molhes da Coroa do Meio e de Atalaia Nova). **3)** Aviso nº 1.567 (Acórdão nº 898/2003): auditoria nas obras de ampliação e recuperação das instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo. **4)** Aviso nº 1.569 (Acórdão nº 899/2003): auditoria nas obras de restauração das rodovias BR-101/ES (trecho Linhares – Divisa ES/BA, Km 0,0 – Km 149,0) e BR-259/ES (trechos: João Neiva - Colatina, Km 0,0 – Km 51,2; Colatina - Divisa ES/MG, Km 59 – Km 108,6; e Variante Provisória de Maria das Graças). **5)** Aviso nº 1.575 (Acórdão nº 909/2003): auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários no Corredor Leste – BR-381/MG, em Coronel Fabriciano, no Estado de Minas Gerais. - Aviso/SGS, de 18 de julho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: - Aviso nº 1.595 (Acórdão nº 1.146/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Sudeste – BR-359/MS -Trecho Coxim-Alcinópolis, no Estado do Mato Grosso do Sul. - Avisos/SGS, de 23 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.604 (Acórdão nº 938/2003): auditoria operacional no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) sobre a qualidade das obras rodoviárias custeadas com recursos federais. **2)** Aviso nº 1.613 (Acórdão nº 941/2003): auditoria nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape, no Estado de Pernambuco. **3)** Aviso nº 1.615 (Acórdão nº 942/2003): auditoria nas obras de construção da Sede Administrativa da Agência Nacional de Águas – ANA – no Distrito Federal. **4)** Aviso nº 1.618 (Acórdão nº 943/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Piauí, na cidade de Teresina. **5)** Aviso nº 1.621 (Acórdão nº 944/2003): auditoria nas obras de reforma do edifício anexo do TRF da 1ª Região, em Brasília-DF. **6)** Aviso nº 1.623 (Acórdão nº 945/2003): auditoria nas obras de revitalização da infra-estrutura de centros urbanos de médio e grande porte – revitalização da infra-estrutura em áreas urbanas da Capital (Zonas Norte e Oeste), em Natal/RN. **7)** Aviso nº 1.626 (Acórdão nº 947/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva,

;

rotineira e emergencial de rodovias no Estado de São Paulo. **8)** Aviso nº 1.632 (Acórdão nº 950/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Paraná. **9)** Aviso nº 1.637 (Acórdão nº 965/2003): auditoria nas obras de implantação dos Juizados Especiais Cíveis e criminais no Distrito Federal - reformas do Edifício Intercom. **10)** Aviso nº 1.642 (Acórdão nº 952/2003): auditoria nas obras de implantação da Usina Termelétrica de Candiota III (Fase C), com capacidade de 350MW, no Estado do Rio Grande do Sul. **11)** Aviso nº 1.645 (Acórdão nº 953/2003): auditoria nas obras de revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul. **12)** Aviso nº 1.646 (Acórdão nº 954/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre (Nutepe), de 24 para 75MW. **13)** Aviso nº 1.647 (Acórdão nº 955/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão associado à UHE Luiz Gonzaga – Etapa II (15 Km de linha de transmissão de 230 KV e cinco subestações com 300 MVA). **14)** Aviso nº 1.648 (Acórdão nº 956/2003): auditoria nas obras de reforma, ampliação e melhoria das instalações do Centro de Convenções de Brasília, no Distrito Federal. **15)** Aviso nº 1.654 (Acórdão nº 957/2003): auditoria nas obras do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, no município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina. **16)** Aviso nº 1.661 (Acórdão nº 958/2003): auditoria nas obras do Aeroporto Regional Sul de Santa Catarina, em Jaguaruna/SC. **17)** Aviso nº 1.664 (Acórdão nº 959/2003): auditoria nas obras de expansão do sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 Km de linha de transmissão de 600MVA). **18)** Aviso nº 1.665 (Acórdão nº 960/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício-Sede da Promotoria da Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. **19)** Aviso nº 1.667 (Acórdão nº 961/2003): auditoria nas obras da construção de ponte sobre o Rio Cocó, no acesso à CE-040, no município de Fortaleza/CE. **20)** Aviso nº 1.678 (Acórdão nº 962/2003): auditoria nas obras de expansão de sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de Mato Grosso. **21)** - Avisos/SGS, de 23 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.627 (Acórdão nº 948/2003): auditoria na Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR, vinculada à Companhia Docas do Pará – CDP. **2)** Aviso nº 1.630 (Acórdão nº 949/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas – Boca do Acre – Divisa AM/AC. **3)** Aviso nº 1.639 (Acórdão nº 966/2003): auditoria nas obras de construção do Hospital de Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás. - Avisos/SGS, de 30 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.696 (Acórdão nº 940/2003): inspeção nas obras de construção de pontes em rodovias federais em Rondônia. **2)** Aviso nº 1.722 (Acórdão nº 1.000/2003): auditoria nas obras de recuperação do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará. **3)** Aviso nº 1.724 (Acórdão nº 1.001/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Ceará. **4)** Aviso nº 1.728 (Acórdão nº 1.003/2003): auditoria nas obras civis para aprofundamento do cais comercial do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará. **5)** Aviso nº 1.729 (Acórdão nº 1.004/2003): auditoria nas obras de dragagem de aprofundamento no Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará. **6)** Aviso nº 1.730 (Acórdão nº 1.005/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco – BR-135/BA – Divisa PI/BA – Divisa BA/MG. **7)** Aviso nº 1.732 (Acórdão nº 1.006/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado da Paraíba. **8)** Aviso nº 1.733 (Acórdão nº 1.007/2003): auditoria nas obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Nordeste – construção e reconstrução do trecho ferroviário e ramal do Gesso – Ferrovia Transnordestina. **9)** Aviso nº 1.734 (Acórdão nº 1.008/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste – adequação de trechos rodoviários no Estado do Espírito Santo. **10)** Aviso nº 1.735 (Acórdão nº 1.009/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará – Fortaleza – Pacajus. **11)** Aviso nº 1.737 (Acórdão nº 1.017/2003): auditoria na Fundação Universidade de Brasília – FUB – obras de modernização e recuperação de infra-estrutura física de universidades federais e hospitais de ensino. **12)** Aviso nº 1.739 (Acórdão nº 1.018/2003): auditoria nas obras de contenção enchentes – controle de enchentes – no Estado do

;

Amazonas. **13)** Aviso nº 1.744 (Acórdão nº 1.020/2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes – construção e equipamento de ginásios poliesportivos –, no Rio de Janeiro/RJ. **14)** Aviso nº 1.758 e 1.761 (Acórdãos nºs 986 e 987/2003, respectivamente): recursos de revisão interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União referentes a obras de construção do Fórum Trabalhista da cidade de São Paulo/SP. **15)** Aviso nº 1.765 (Acórdão nº 1.025/2003): representação formulada pelo Sindicato da Guarda Portuária no Estado do Espírito Santo – SINDGUAPOR –, contra possíveis irregularidades praticadas nas obras e serviços de implantação de terminal portuário para graneis líquidos em Barra do Riacho, no Município de Aracruz/ES. **16)** Aviso nº 1.768 (Acórdão nº 1.010/2003): auditoria nas obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra III, de 1.309MW, no Estado do Rio de Janeiro. **17)** Aviso nº 1.769 (Acórdão nº 1.011/2003): auditoria nas obras de implantação de sistemas de transmissão de Cachoeira Paulista/SP a Adrianópolis/RJ, 3º circuito, com aproximadamente 177 Km de linha de transmissão em 500 KV, e subestações associadas. **18)** Aviso nº 1.770 (Acórdão nº 1.012/2003): auditoria nas obras de implantação do ciclo combinado da UTE São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, com acréscimo de 193 MW. **19)** Aviso nº 1.771 (Acórdão nº 1.013/2003): auditoria nas obras de implantação do ciclo combinado da UTE Roberto Silveira, em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com acréscimo de 80 MW. **20)** Aviso nº 1.772 (Acórdão nº 1.014/2003): auditoria nas obras de expansão do sistema de transmissão Acre/Rondônia - acréscimo de aproximadamente 1.300 Km de linha de transmissão e reforços de 1.963 MVA nas subestações associadas. **21)** Aviso nº 1.773 (Acórdão nº 1.015/2003): auditoria nas obras de revitalização do parque de geração térmica de energia elétrica da Companhia Energética do Amazonas – CEAM, de 71,2 KW. **22)** Aviso nº 1.774 (Acórdão nº 1.016/2003): auditoria nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e hospitais de ensino, no estado do Rio Grande do Norte. **23)** Aviso nº 1.779 (Acórdão nº 995/2003): auditoria nas obras de reforma do edifício-sede da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro/RJ. **24)** Aviso nº 1.784 (Acórdão nº 996/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação e aparelhamento de estabelecimentos penais no estado de São Paulo. **25)** Aviso nº 1.786 (Acórdão nº 997/2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. **26)** Aviso nº 1.788 (Acórdão nº 998/2003): auditoria nas obras de ampliação do edifício-anexo à Seção Judiciária da Justiça Federal em Manaus, no Estado do Amazonas. O Presidente solicitou a interrupção da leitura do expediente para informar que o *quorum* para deliberação havia sido atingido. Em seguida anunciou a apreciação das seguintes Atas e Termo: Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 12, 13 e 14/08/2003; Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 19/08/2003; e do Termo de Reunião nº 04/2003. O Presidente informou que havia sido feita correção na página 01 da Ata da 11ª Reunião Ordinária. Havendo acordo, foi dispensada a leitura das Atas e do Termo de Reunião. Não houve debate. O Presidente declarou as Atas e o Termo de Reunião **aprovados**, conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão. O Deputado Alberto Goldman teceu considerações sobre o Decreto de Contingenciamento, sendo seguido pelos Deputados Anivaldo Vale e Sérgio Miranda. **ORDEM DO DIA:** PAUTA Nº 21. O Presidente anunciou que as matérias a serem apreciadas na reunião foram pinçadas das Pautas nºs 21 e 22 e consensualmente acatadas pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, após reunião realizada no dia anterior. - Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de Lei: **Item 01 - Projeto de Lei nº 13/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 6.181.787,00 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O Presidente informou que o Relatório havia sido apresentado na reunião anterior. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 02 - Projeto de Lei nº 17/2003-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 24.770.920,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte reais),

;

para os fins que especifica". Relator: Deputado Dr. Rosinha. Foram apresentadas 159 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Parecer, informando que havia acatado sugestões. O Deputado Pauderney Avelino discutiu a matéria. O Deputado Cláudio Cajado não tendo sido esclarecido inicialmente, após manifestação do relator, informou haver sido atendido. Posicionaram-se favoravelmente os Deputados Anivaldo Vale, Roberto Balestra, José Borba e Sérgio Miranda. A discussão foi encerrada. Foram apresentados 45 destaques. Em votação, ressalvados os destaques, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente informou que o acordo firmado no Colegiado de Líderes não incluía apresentação de destaques. O Deputado Pauderney Avelino concordou com o Presidente. O relator deu parecer pela rejeição dos destaques. O Deputado Anivaldo Vale manifestou-se favorável à rejeição dos destaques, porém solicitou o registro da apresentação dos mesmos. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **Item 03 - Projeto de Lei nº 18/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de 139.900.000,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Jorge Bittar. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Carlito Merss fez a leitura do voto. Manifestaram-se favoráveis os Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Cajado, Eduardo Valverde, Anivaldo Vale e Roberto Balestra. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 04 - Projeto de Lei nº 19/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 54.028.297,00 (cinquenta e quatro milhões, vinte e oito mil, duzentos e noventa e sete reais), em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Pedro Chaves. Foram apresentadas 02 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator apresentou o Parecer. Posicionaram-se favoráveis os Deputados Pauderney Avelino e Anivaldo Vale. O Presidente encerrou os debates. Foram apresentados 10 destaques, todos de autoria do Deputado Anivaldo Vale. O Deputado Carlito Merss propôs a votação dos destaques em bloco. O relator deu parecer favorável ao acolhimento dos destaques. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 05 - Projeto de Lei nº 21/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 30.057.172,00 (trinta milhões, cinquenta e sete mil, cento e setenta e dois reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Pauderney Avelino. Foi apresentada 01 emenda, após publicação, retirada pelo autor. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator leu o voto do seu Parecer. O Deputado Roberto Balestra manifestou-se favorável. O debate foi encerrado. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 06 - Projeto de Lei nº 27/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal - CEF, crédito especial no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Cláudio Cajado. Foi apresentada 01 emenda. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator leu o voto. O Deputado Anivaldo Vale discutiu o assunto. A discussão foi encerrada. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 07 - Projeto de Lei nº 28/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal - CEF, crédito suplementar no valor total de R\$ 55.600.000,00, para os fins que especifica". Relator: Senador Luiz Otávio. Foi apresentada 01 emenda. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Pedro Novais fez a leitura do voto. Às onze horas e vinte e nove minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, retomando-a às onze horas e trinta e dois minutos. Iniciados os debates, os Deputados Anivaldo Vale, Colbert Martins, Pedro Chaves e Roberto Balestra discutiram a matéria. A

discussão foi encerrada. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 08 - Aviso nº 005/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso, (TC nº 005.958/2002-9) e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso TC nº 006.835/2002-3)”. Relator: Deputado Wellington Roberto. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Presidente esclareceu que a matéria constava novamente da pauta, pois deveria ter sido aprovada por votação nominal na época de sua apreciação pelo Plenário da Comissão. Porém, em virtude da aprovação do Projeto de Resolução nº 03 /2003-CN no dia 14 de agosto de 2003 pelo Plenário do Congresso Nacional, a votação da matéria seria pelo processo simbólico. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 10 - Aviso nº 007, de 2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 313, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de levantamento de auditoria realizado, no período de 09.05 a 27.06. 2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR - 163/PA - Divisa MT/PA - Santarém (TC nº 006.360/2002-9)”. Relator: Deputado Júlio César. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator fez a leitura do voto. O Deputado Roberto Balestra manifestou-se favorável. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 11 - Aviso nº 009/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 550, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe no Estado do Piauí (TC nº 004.076/2002-3)”. Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Roberto Balestra fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 12 - Aviso nº 011/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 587, de 2003-TCU(Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul – Divisa SC/RS - Osório (TC nº 004.031/2003-0)”. Relator: Senador Duciomar Costa. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Carlito Merss fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 13 - Aviso nº 026/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 636 de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras relativas ao programa de trabalho de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC-Divisa SC/RS (duplicação com restauração) (TC nº 006.516/2003-0)”. Relator: Senador Sérgio Guerra. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Carlito Merss fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 16 - Aviso nº 029/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 675, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de adequação de trechos rodoviários nas BR 101 e 376, entre Palhoça/SC e a divisa com o Estado do Paraná (TC nº 005.540/2003-0)”. Relator: Senador Sérgio Guerra. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Carlito Merss fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por

;

unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 18 - Aviso nº 081/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 822, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção das eclusas do Rio Tocantins, em consequência da Barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará (TC nº 004.068/2002-1)”. Relator: Deputado Olavo Calheiros. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado José Priante fez a leitura do voto. O Deputado Alberto Goldman formulou questionamento sobre o Relatório e o Deputado José Priante respondeu. A discussão foi finalizada. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 19 - Aviso nº 092-012/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002.” e o **Aviso nº 103/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1147, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na construção da adutora do Italuís no Estado do Maranhão - Sistema produtor do Itapecuru (TC nº 004.920/2001-9)”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Parecer. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 20 - Aviso nº 092-017/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”. Relator: Deputado José Borba. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Pedro Chaves fez a leitura do voto. Tendo sido detectada incorreção na distribuição do Relatório, os Deputados Alberto Goldman e Dr. Rosinha solicitaram o adiamento da apreciação da matéria. O Presidente concordou. **Item 22 - Relatório para Adequação do Regulamento Interno à Resolução nº 01/2001-CN**. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Favorável, nos termos do Projeto de Adequação apresentado. O relator apresentou a matéria. O Senador Roberto Saturnino propôs alterações e foi atendido pelo relator. Em votação, o Projeto de Adequação com as sugestões do Senador Roberto Saturnino foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 23 - Mensagem nº 59/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos dos artigos XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2001”; **Ofício nº 01/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Prestações de Contas, relativas ao exercício de 2001, do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar”; e **Ofício nº 04/2002-CN**, que “encaminha Relatórios das Contas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, referentes ao exercício financeiro de 2001, para apreciação pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”. Relator: Senador Romero Jucá. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo. Voto: Pela aprovação das Contas do Presidente da República, dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo – Senado Federal e Câmara dos Deputados – e Judiciário – Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – e do Chefe do Ministério Público, relativas ao exercício de 2001, na forma dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. O Presidente informou que o Parecer Prévio (Aviso nº 54/2002-CN) sobre as Contas do Governo Federal no exercício de 2001, encontrava-se disponível, para consulta, na Secretaria da Comissão. Em virtude da ausência do relator, o Senador Roberto Saturnino fez a leitura do voto. O Presidente esclareceu que as Contas do Presidente da República já haviam sido votadas no Plenário da Comissão em dezembro de 2002 e que restava apenas a

apreciação das Contas dos demais Poderes. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 24 - Mensagem nº 53/2003-CN** (Mensagem nº 231, na origem) que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Inciso I do artigo 101 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao Primeiro quadrimestre de 2003” (referente ao Poder Executivo Federal); **Ofício nº 13/2003-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, elaborado em conformidade com os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao primeiro quadrimestre de 2003”; **Ofício nº 14/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 5º, inciso I da Lei nº 10028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, instituído pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 54, inciso II – referente ao primeiro quadrimestre de 2003”; **Ofício nº 15/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do inciso I do artigo 101 da Lei nº 10524, de 25 de julho de 2002, (LDO/2003) e no inciso I do artigo 5º da Lei nº 10028, de 19 de outubro de 2002, o Relatório Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2002 a abril de 2003”; **Ofício nº 16/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2003”. Relator: Deputado Lael Varella. Voto: Pela aprovação das conclusões com recomendações. O relator fez a apresentação do Parecer. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 25 - Requerimento nº 10/2003**, que “solicita que sejam convidados os Senhores Jorge Amaral – Auditor da SEFAZ-PE, Marcos Mazoni – Corregedor do Contencioso Administrativo Tributário”, para debate sobre a situação da defesa do contribuinte e da defesa da tributação. Autor: Deputado Paulo Rubem Santiago. O Requerimento foi prejudicado pela ausência do autor. **Item 26 - Requerimento nº 12/2003**, que “Requer a criação de subcomissão temporária com a finalidade de examinar o Pacto Federativo”. Autor: Deputado Sérgio Miranda. O autor fez a apresentação do Requerimento. Manifestaram-se favoravelmente os Deputados Anivaldo Vale, Pauderney Avelino, Júlio César e o Senador Roberto Saturnino. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente informou que a composição da subcomissão seria de 04 Deputados e de 03 Senadores. PAUTA Nº 22. **Item 02 - Projeto de Lei nº 23/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 87.137.910,00 (oitenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e dez reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador João Ribeiro. Foram apresentadas 74 emendas. Voto: Favorável, na forma do Substitutivo apresentado. O relator fez a apresentação do Parecer. Iniciados os debates, o Deputado Pauderney Avelino solicitou alteração no Parecer do relator, sendo seguido pelo Deputado Anivaldo Vale. Discutiram, ainda, os Deputados Roberto Balestra, Amauri Robledo Gasques, Rose de Freitas e o Senador Duciomar Costa. O relator acatou a solicitação do Deputado Pauderney Avelino e respondeu aos questionamentos levantados pelos outros parlamentares. A discussão foi encerrada. Em votação ressalvados os destaques, o Parecer do relator foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Foram apresentados 06 destaques: Destaque 01, da Deputada Rose de Freitas, destaques 02 e 03, do Senador Duciomar Costa, destaques 04 e 05, do Deputado Zé Gerardo, e destaque 06, do Deputado Amauri Robledo Gasques. Os destaques foram **retirados** pelos respectivos autores. A seguir, o Presidente anunciou os seguintes requerimentos sobre a mesa: Requerimentos de autoria do Deputado Carlito Merss solicitando a inclusão dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 23 e 24/2003-CN e o Requerimento de autoria do Deputado Pedro Chaves, solicitando a inclusão do Relatório apresentado ao Aviso nº 50/2003-CN na ordem do dia da reunião. Em votação em bloco, os requerimentos foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: - Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos: **Projeto de Lei nº 22/2003-CN**, que “Altera a redação do item 4 do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003”. Relator: Deputado Carlito Merss. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator fez a

;

apresentação do Parecer. Discutiram o assunto os Deputados Anivaldo Vale, Eduardo Valverde, Roberto Balestra e José Borba. A discussão foi encerrada. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Projeto de Lei nº 24/2003-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 1.074.268.941,00 (um bilhão, setenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e um reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Pedro Novais. Foram apresentadas 187 emendas. Voto: Favorável, na forma do substitutivo apresentado. Fazendo uso da palavra, o Deputado Júlio Cesar solicitou a retirada da matéria da pauta. Os Deputados Cézar Silvestri e Eduardo Valverde discutiram o assunto. O Deputado Wasny de Roure e Roberto Balestra posicionaram-se favoravelmente à apreciação do Projeto. Em seguida, o Deputado Anivaldo Vale ressaltou que a inclusão da matéria havia sido objeto do acordo firmado na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Após manifestar-se o Deputado João Grandão, e não havendo consenso quanto à retirada da matéria de pauta, o Presidente solicitou ao relator que procedesse à leitura do Voto. Após, o Presidente anunciou o início da discussão, abrindo-se o prazo para a apresentação de destaques. Discutiram o Parecer os Deputados José Carlos Elias e o João Leão, que propôs a imediata votação do Relatório seguida da discussão dos destaques. Não houve acordo. Após, o Deputado Alberto Goldman solicitou esclarecimentos ao relator e foi atendido. Usaram da palavra os Deputados Roberto Balestra e Anivaldo Vale, que se posicionou favoravelmente ao Parecer, em função do acordo firmado na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Às treze horas e vinte e quatro minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, assumiu a Presidência e, às treze horas e trinta e um minutos, o Senador Gilberto Mestrinho retomou a condução dos trabalhos. Prosseguiram debatendo a matéria os Deputados Wasny de Roure, Claudio Cajado, Paes Landim, Welinton Fagundes e Júlio Cesar, que retirou a solicitação para o adiamento da votação, tendo em vista haver recebido esclarecimentos acerca do Projeto. Manifestaram-se, ainda, os Deputados Eduardo Sciarra, Colbert Martins, João Leão e Carlos Melles, que solicitou vista do Parecer. Em virtude do disposto no *art. 38, inciso V, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, o Presidente comunicou a impossibilidade de concessão de vista. Após, manifestou-se o Deputado José Borba. Em votação, o Parecer do relator, ressalvados os destaques, foi **aprovado** contra o voto do Deputado Carlos Melles na representação da Câmara dos Deputados e por unanimidade na representação do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Claudio Cajado solicitou esclarecimentos acerca do critério de votação de destaques. O Presidente informou que o relator necessitaria de um prazo de cerca de vinte minutos para a análise dos vinte e sete destaques apresentados. Comentaram o assunto os Deputados Sérgio Miranda, Anivaldo Vale, Pauderney Avelino, João Leão e o relator, Deputado Pedro Novais. Às quatorze horas e quatro minutos, os trabalhos foram suspensos. O Presidente reiniciou a reunião às quinze horas e vinte minutos do mesmo dia, suspendendo-a em seguida com a finalidade de aguardar o parecer do relator acerca dos destaques apresentados. Os trabalhos foram reiniciados às quinze horas e vinte e sete minutos, ao tempo em que o Deputado Pauderney Avelino solicitou esclarecimentos do relator quanto aos critérios adotados para a aprovação e rejeição dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 24/2003-CN. O relator proferiu parecer aos destaques. Em seguida, os Deputados João Leão e Olavo Calheiros propuseram a votação dos destaques em globo. O Deputado Pauderney Avelino concordou com a proposta, fazendo ressalvas quanto a prejuízos sofridos pelo Estado do Piauí. Com a aquiescência do Plenário, o Presidente procedeu à apreciação em bloco dos destaques. **I)** Destaques com parecer do relator pela aprovação integral: destaques nºs 01 a 04, 14, 20 e 21. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **II)** Destaques com parecer do relator pela aprovação parcial: destaques nºs 08, 10, 12, 16 a 19, 22 e 25. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **III)** Destaques com parecer do relator pela rejeição: destaques nºs 05 a 07, 09, 11, 13, 15, 23, 24, 26 e 27. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Os destaques rejeitados não foram

apreciados na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no § 1º do art. 43 da Regimento Comum. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 050/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 862, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam sobre Relatório do Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/GO, no período de 02 a 16/04/2003, objetivando verificar a execução das obras referentes à “Implantação de Projetos de Irrigação - Projeto Flores de Goiás”, (TC - 005.179/2003-3)”. Relator: Deputado José Borba. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, os Deputados João Leão, Roberto Balestra e Cezar Silvestri teceram comentários enaltecendo a condução dos trabalhos e ao relator do Projeto de Lei nº 24/2003-CN, Deputado Pedro Novais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e cinquenta e três minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária a ser realizada no dia dois de setembro às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**

Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 13ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, suspendo esta reunião e convoco sua continuação para o dia 28 de agosto, quinta-feira próxima, às 10 horas, no Plenário 02.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 21 e 22, de 2003.

Ainda não há *quorum* para deliberação na representação do Senado. Tão logo o *quorum* seja atingido, passaremos à apreciação das atas e do termo de reunião.

Solicito ao Deputado Carlito Merss que faça a leitura do expediente, para ganharmos tempo.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - "Expediente.

Correspondência interna recebida:

1) Ofício de 1º de agosto, do Deputado Paulo Bernardo, na qualidade de Relator da LDO de 2004, solicitando encaminhamento do pedido de retificação ao Congresso Nacional, referente ao Projeto de Lei nº 02, de 2003-CN, que *'dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências'*.

2) Ofício nº 547, de 6 de agosto, do Deputado Francisco Turra, em que encaminha correspondência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, referindo-se à alocação de recursos à Assistência Técnica e Extensão Rural para inclusão no Plano Plurianual 2004/2007.

3) Ofício nº 86, de 19 de agosto, do Deputado Wilson Santiago, solicitando retificação em emendas de sua autoria apresentadas ao Projeto de Lei nº 23/2003-CN. Cópia desse ofício foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 23/2003-CN, Senador João Ribeiro, em 21 de agosto de 2003.

4) Ofício-circular nº 02, de 21 de agosto, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, informando da apresentação do Programa Carta-Resposta, realizado no dia 22 de agosto, às 10 horas, no auditório do Espaço Cultural.

5) Ofício nº 1.090, de 26 de agosto, do Deputado Darcísio Perondi, em que solicita a retirada do Requerimento nº 13/2003, constante da Pauta nº 22, de sua autoria, que requer a convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para esclarecer a forma de elaboração do orçamento da Saúde para o ano de 2004. O solicitante esclarece que o assunto foi abordado em reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

O Requerimento nº 13/2003 está retirado da pauta.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão:

Ofício nº 97, de 13 de agosto, do Deputado Enéas Ferreira Carneiro, indicando o Deputado Amauri Robledo Gasques como representante do PRONA.

Expedientes encaminhando justificativa de faltas às reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 209, de 24 de junho, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 24 de junho e 8 de julho. A justificativa de falta foi indeferida pela Presidência, conforme o disposto no art. 11 do Regimento Interno.

2) Ofício nº 405, de 17 de julho, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 3 de julho.

3) Ofício nº 07, de 21 de julho, do Deputado Osvaldo Coelho, justificando ausências nos dias 6 de março a 29 de abril, por motivos de licença médica; 7, 8, 15 e 22 de maio, por estar em viagem de missão oficial; e 9 de junho a 5 de agosto por motivo de licença médica. Essa solicitação foi deferida excepcionalmente.

4) Ofícios nºs 204, de 22 de julho, e 219, de 5 de agosto, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência nos dias 22 de julho e 5 de agosto para atendimento a compromissos político-partidários.

5) Ofício nº 43, de 22 de julho, do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 22 de julho para atendimento a compromissos político-partidários.

6) Ofício nº 213, de 22 de julho, do gabinete do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência no dia 24 de julho para atendimento a compromissos político-partidários.

7) Ofício nº 88, de 25 de julho, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, justificando ausência no período de 25 de julho a 3 de agosto, por estar em viagem de missão oficial.

8) Ofício nº 101, de 7 de agosto, do Deputado Zé Gerardo, justificando ausência no período 6 a 13 de agosto, por estar de licença médica.

9) Ofício nº 231, de 12 de agosto, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência nos dias 13 e 14 de agosto, por estar ausente de Brasília.

10) Ofício nº 201, de 18 de agosto, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 19 de agosto, por estar participando de compromissos partidários no Estado.

11) Ofício nº 298, de 20 de agosto, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar cumprindo compromissos políticos.

12) Ofício nº 130, de 21 de agosto, do Deputado Carlos Nader, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar participando de outra reunião.

13) Ofício nº 293, de 21 de agosto, do Deputado João Grandão, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar participando de seminário em outro local.

14) Ofício nº 252, de 21 de agosto, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência no período de 22 de agosto a 2 de setembro, por estar em missão em Taiwan.

15) Ofício nº 47, de 21 de agosto, do Deputado Júlio Cesar, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar em reunião de outra Comissão.

16) Ofício nº 92, encaminhado via fax no dia 22 de agosto, do Deputado José Chaves, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar cumprindo compromissos assumidos anteriormente.

17) Ofício nº 236, de 25 de agosto, do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 26 de agosto, por estar cumprindo compromissos assumidos no Estado.

18) Ofício nº 263, de 26 de agosto, do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no dia 21 de agosto, por estar em outra reunião.

Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 670/2003, de 14 de julho, da Secretaria de Controle Externo do Estado de Pernambuco (SECEX/PE), encaminhando cópia do Acórdão nº 750/2003-TCU-Plenário e de relatório de inspeção referentes a obras de implantação de projetos de irrigação em Serra Talhada.

2) Ofício Circular nº 17, de 7 de julho, da Escola de Administração Fazendária — ESAF, solicitando colaboração no sentido de divulgar concurso de monografias em finanças públicas — VIII Prêmio Tesouro Nacional - 2003.

3) Ofício nº 1.305, de 7 de agosto, do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, solicitando retificação de subtítulos constantes do Projeto de Lei nº 24/2003-CN, referentes à Unidade Orçamentária 39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT. Cópia desse ofício foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 24/2003-CN, Deputado Pedro Novais, em 7 de agosto de 2003.

4) Ofício nº 206, de 18 de agosto, do Governador do Estado de Roraima, Francisco Flamarion Portela, solicitando o remanejamento de recursos para o Estado contidos no Projeto de Lei nº 24/2003-CN. Cópia desse ofício foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 24/2002-CN, Deputado Pedro Novais, em 21 de agosto de 2003.

5) Ofício nº 915, de 22 de agosto, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, pertencente à Controladoria-Geral da União, Dr. Waldir Pires, em que encaminha nota técnica sobre denúncia de eventuais irregularidades no convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Sobradinho, na Bahia.

Avisos/SGS, de 16 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 1.543 (Acórdão nº 901/2003): auditoria realizada nos contratos de manutenção do complexo de geração de energia termonuclear de Angra, no Estado do Rio de Janeiro.

2) Aviso nº 1.545 (Acórdão nº 902/2003): auditoria na execução de obras relativas ao Programa de Trabalho Reforço no Sistema de Transmissão na Área do Estado de Goiás e do Distrito Federal.

3) Aviso nº 1.552 (Acórdão nº 904/2003): auditoria no Programa de Trabalho Apoio a Entidades de Ensino Superior não Federais, em Brasília-DF.

4) Aviso nº 1.555 (Acórdão nº 907/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral — TST, em Brasília-DF.

5) Aviso nº 1.557 (Acórdão nº 908/2003): auditoria nas obras de construção do Centro de Treinamento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, no Município de Natal-RN.

6) Aviso nº 1.564 (Acórdão nº 896/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro.

7) Aviso nº 1.566 (Acórdão nº 897/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Ceará.

8) Aviso nº 1.572 (Acórdão nº 900/2003): auditoria nas obras de construção da Adutora de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte.

Avisos/SGS, de 16 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão, na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN):

1) Aviso nº 1.542 (Acórdão nº 894/2003): auditoria nas obras de construção do Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco — PROCAPE.

2) Aviso nº 1.547 (Acórdão nº 903/2003): auditoria nas obras de estabilização das margens do Rio Sergipe em Aracaju (Molhes da Coroa do Meio e de Atalaia Nova).

3) Aviso nº 1.567 (Acórdão nº 898/2003): auditoria nas obras de ampliação e recuperação das instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

4) Aviso nº 1.569 (Acórdão nº 890/2003): auditoria nas obras de restauração das rodovias BR-101/ES (trecho Linhares—Divisa Espírito Santo/Bahia, Km 0 ao Km 149) e BR-259/Espírito Santo (trechos: João Neiva—Colatina, Km 0 ao Km 51,2; Colatina—Divisa Espírito Santo/Minas Gerais, Km 59 ao Km 108,6; e Variante Provisória de Maria das Graças).

5) Aviso nº 1.575 (Acórdão 909/2003): auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários do Corredor Leste — BR-381/Minas Gerais, em Coronel Fabriciano, no Estado de Minas Gerais.

- Aviso/SGS, de 18 de julho, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 1.595 (Acórdão 1.146/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Sudeste — BR-359/Mato Grosso do Sul — trecho Cochim—Alcinópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.

- Avisos/SGS, de 23 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 1.604 (Acórdão 938/2003): auditoria operacional no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) sobre a qualidade das obras rodoviárias custeadas com recursos federais.

2) Aviso nº 1.613 (Acórdão nº 941/2003): auditoria nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape, no Estado de Pernambuco.

3) Aviso nº 1.615 (Acórdão nº 942/2003): auditoria nas obras de construção da Sede Administrativa da Agência Nacional de Águas — ANA — no Distrito Federal.

4) Aviso nº 1.618 (Acórdão nº 943/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Piauí, na cidade de Teresina.

5) Aviso nº 1.621 (Acórdão nº 944/2003): auditoria nas obras de reforma do edifício anexo do TRF da 1ª Região, em Brasília, DF.

6) Aviso nº 1.623 (Acórdão nº 945/2003): auditoria nas obras de revitalização da infra-estrutura de centros urbanos de médio e grande porte — revitalização da infra-

estrutura em áreas urbanas da Capital (Zonas Norte e Oeste), em Natal, Rio Grande do Norte.

7) Aviso nº 1.626 (Acórdão nº 947/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado de São Paulo.

8) Aviso nº 1.632 (Acórdão nº 950/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira emergencial de rodovias no Estado do Paraná.

9) Aviso nº 1.637 (Acórdão nº 965/2003): auditoria nas obras de implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Distrito Federal — reformas no Edifício Intercom.

10) Aviso nº 1.642 (Acórdão nº 952/2003): auditoria nas obras de implantação da Usina Termelétrica de Candiota III (Fase C), com capacidade de 350 megawatts, no Estado do Rio Grande do Sul.

11) Aviso nº 1.645 (Acórdão nº 953/2003): auditoria nas obras de revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul.

12) Aviso nº 1.646 (Acórdão nº 954/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre (NUTEPA), de 24 para 75 megawatts.

13) Aviso nº 1.647 (Acórdão nº 955/2003): auditoria nas obras de implantação de sistema de transmissão associado à Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga — Etapa II (15 quilômetros de linha de transmissão de 230 KV e 5 subestações com 300 MVA).

14) Aviso nº 1.648 (Acórdão nº 956/2003): auditoria nas obras de reforma, ampliação e melhoria das instalações no Centro de Convenções de Brasília, no Distrito Federal.

15) Aviso nº 1.654 (Acórdão nº 957/2003): auditoria nas obras do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.

16) Aviso nº 1.661 (Acórdão nº 958/2003): auditoria nas obras do Aeroporto Regional Sul de Santa Catarina, em Jaguaruna, Santa Catarina.

17) Aviso nº 1.664 (Acórdão nº 959/2003): auditoria nas obras de expansão do sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão (Acréscimo de aproximadamente 120 km de linha de transmissão de 600 MVA).

18) Aviso nº 1.665 (Acórdão nº 960/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

19) Aviso nº 1.667 (Acórdão nº 961/2003): auditoria nas obras da construção de ponte sobre o Rio Cocó, no acesso à CE-040, Município de Fortaleza, Ceará.

20) Aviso nº 1.678 (Acórdão nº 962/2003): auditoria nas obras de expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso.

- Avisos/SGS, de 23 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão, na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN):

1) Aviso nº 1.627 (Acórdão nº 948/2003): auditoria na administração das hidrovias do Tocantins e Araguaia, vinculada à Companhia Docas do Pará.

2) Aviso nº 1.630 (Acórdão nº 949/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários da BR-317 no Estado do Amazonas — Boca do Acre—Divisa Amazonas/Acre.

3) Aviso nº 1.639 (Acórdão nº 966/2003): auditoria nas obras de construção do Hospital de Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás.

- Avisos SGS, de 30 de julho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 1.696 (Acórdão nº 940/2003): inspeção nas obras de construção de pontes em rodovias federais em Rondônia.

2) Aviso nº 1.722 (Acórdão nº 1.000/2003): auditoria nas obras de recuperação do Porto de Fortaleza, Ceará.

3) Aviso nº 1.724 (Acórdão nº 1.001/2003): auditoria nas obras de restauração das rodovias federais do Estado do Ceará.

4) Aviso nº 1.728 (Acórdão nº 1.003/2003): auditoria nas obras civis para aprofundamento do cais comercial do Porto de Fortaleza, Estado do Ceará.

5) Aviso nº 1.729 (Acórdão nº 1.004/2003): auditoria das obras de dragagem de aprofundamento do Porto de Fortaleza, Estado do Ceará.

;

6) Aviso nº 1.730 (Acórdão nº 1.005/2003): auditoria das obras de construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, BR-135/ Bahia, divisa Piauí/Bahia e divisa Bahia/Minas Gerais.

7) Aviso nº 1.732 (Acórdão nº 1.006/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial no Estado da Paraíba.

8) Aviso nº 1.733 (Acórdão nº 1.007/2003): auditoria nas obras de construção de trechos ferroviários no Corredor Nordeste — construção e reconstrução do trecho ferroviário ramal do Gesso — Ferrovia Transnordestina.

9) Aviso nº 1.734 (Acórdão nº 1.008/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste — adequação de trechos rodoviários no Estado do Espírito Santo.

10) Aviso nº 1.735 (Acórdão nº 1.009/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários da BR-116, no Estado do Ceará — Fortaleza—Pacajus.

11) Aviso nº 1.737 (Acórdão nº 1.017/2003): auditoria na função Universidade de Brasília — FUB. Obras de modernização e recuperação de infra-estrutura física de universidades federais e hospitais de ensino.

12) Aviso nº 1.739 (Acórdão nº 1.018/2003): auditoria na sobras de contenção de enchentes, controle de enchentes, no Estado do Amazonas.

13) Aviso nº 1.744 (Acórdão nº 1.020/2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes. Construção e equipamentos de ginásios poliesportivos, no Estado do Rio de Janeiro.

14) Avisos nºs 1.758 e 1.761 (Acórdãos nºs 986 e 987/2003, respectivamente): recursos de revisão interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União referentes a obras de construção do Fórum Trabalhista da cidade de São Paulo.

15) Aviso nº 1.765 (Acórdão nº 1.025/2003): representação formulada pelo Sindicato da Guarda Portuária no Estado do Espírito Santo — SINDGUAPOR contra possíveis irregularidades praticadas nas obras e serviços de implantação de terminal portuário para granéis líquidos em Barra do Riacho, Município de Aracruz, Espírito Santo.

16) Aviso nº 1.768 (Acórdão nº 1.010/2003): auditoria nas obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra III, de 1.309 MW, no Estado do Rio de Janeiro.

17) Aviso nº 1.769 (Acórdão nº 1.011/2003): auditoria nas obras de implantação de sistemas de transmissão de Cachoeira Paulista a Adrianópolis, 3º circuito, com aproximadamente 177 km de linha de transmissão em 500 KV, e subestações associadas.

18) Aviso nº 1.770 (Acórdão nº 1.012/2003): auditoria nas obras de implantação do ciclo combinado da UTE São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com acréscimo de 193 MW.

19) Aviso nº 1.771 (Acórdão nº 1.013/2003): auditoria nas obras de implantação do ciclo combinado da UTE Roberto Silveira, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, com acréscimo de 80 MW.

20) Aviso nº 1.772 (Acórdão nº 1.014/2003): auditoria nas obras de expansão do sistema de transmissão Acre/Rondônia. Acréscimo de aproximadamente 1.300 km de linha de transmissão e reforços de 1.963 MVA nas subestações associadas.

21) Aviso nº 1.773 (Acórdão nº 1.015/2003): auditoria nas obras de revitalização do parque de geração térmica de energia elétrica da Companhia Energética do Amazonas, de 71,2 KW.

22) Aviso nº 1.774 (Acórdão nº 1.016/2003): auditoria nas obras de modernização e recuperação de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e hospitais de ensino, no Estado do Rio Grande do Norte.

23) Aviso nº 1.779 (Acórdão nº 995/2003): auditoria nas obras de reforma do edifício-sede da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

24) Aviso nº 1.784 (Acórdão nº 996/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado de São Paulo.

25) Aviso nº 1.786 (Acórdão nº 997/2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Belo Horizonte, Minas Gerais.

26) Aviso nº 1.788 (Acórdão nº 998/2003): auditoria nas obras de ampliação do edifício anexo à Seção Judiciária da Justiça Federal em Manaus, Amazonas.”

É só isso, Sr. Presidente.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria ao Deputado Carlito Merss que interrompesse a leitura dos avisos, porque é grande o acúmulo em virtude da falta de reuniões. O restante passaremos para as próximas reuniões.

Há número regimental nas duas Casas, Câmara e Senado. Em face disso, submeto à apreciação as atas da 11ª reunião ordinária, realizada em 12, 13 e 14 de agosto de 2003 — foi feita correção na página 1 da ata —, e da 12ª reunião ordinária, realizada em 19 de agosto de 2003. Em apreciação também o termo da reunião nº 4, de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas e do termo, por terem sido distribuídos antecipadamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, em fevereiro deste ano, um decreto do Presidente da República cancelava todos os empenhos de obras que não tinham sido iniciadas. Esses empenhos tinham sido feitos no final do ano passado — em setembro, outubro, novembro e dezembro —, quando as Prefeituras ainda não haviam feito sequer as licitações, pois não havia tempo para isso. Foram feitos os cancelamentos.

Em março, tivemos uma reunião aqui e o Deputado Sérgio Miranda, que eu gostaria que ouvisse isso, assumiu conosco o compromisso de obter do Governo a suspensão daquele decreto, até o final de abril, se não me engano, para que pudéssemos discutir a situação entre nós, aqui na Comissão.

Isso não aconteceu. Infelizmente, o Deputado Sérgio Miranda não pôde honrar a intenção de S.Exa., porque o Governo não se mostrou disposto a fazer isso.

Já levantamos o problema várias vezes, inclusive em reuniões de lideranças que temos tido com V.Exa. E eu queria levantá-la mais uma vez. Queria deixar consignado aqui que temos tido muita boa vontade no andamento dos trabalhos desta Comissão. O partido tem feito todo o possível. Entramos com uma ADIN com relação a esse decreto de fevereiro, mas ela não foi recebida pelo Ministério Público, tendo sido arquivada. Entendeu-se que não havia base legal para dar andamento a ela.

Hoje só há uma hipótese: voltar a discutir essa questão aqui nesta Comissão.

Quero dizer a V.Exa. que a nossa boa vontade está relacionada a um acordo que fizemos ontem, com nosso Líder, aqui representado pelo Deputado Anivaldo Vale. Aquilo que foi acordado será cumprido. Quero alertar V.Exa. para o fato de que não aceitamos que essa questão seja esquecida. São contratos, convênios que foram assinados pelas Prefeituras; muitas delas, inclusive, já tiveram despesas em função disso e depois tiveram os convênios cancelados. Se isso não foi ilegal, pelo menos foi politicamente errado, eticamente errado.

Por isso, chamo mais uma vez a atenção da Comissão, do Líder do Governo, Deputado Sérgio Miranda, e dos demais Líderes da base do Governo para que negociemos em cima de algo que já havia sido definido pelo outro Governo, pois muitos contratos foram feitos pelas Prefeituras, no exercício da sua responsabilidade, do seu dever, da sua competência.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o assunto abordado pelo Deputado Alberto Goldman foi amplamente discutido aqui nesta Comissão. Posteriormente, estivemos com um grupo de Prefeitos no Ministério das Cidades. Na ocasião, eles mostraram ao Ministro várias fotos de ruas abertas, obras que foram iniciadas e os recursos não foram liberados. Essas obras precisam ser concluídas.

Discutimos o assunto com o Líder do Governo, Deputado Sérgio Miranda, que prontamente se dispôs a buscar uma solução para evitar esse incômodo que os Prefeitos estão experimentando — isso não acontecesse só no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil, inclusive no Estado do Pará.

Gostaríamos que o assunto ficasse presente na pauta de prioridades de discussão aqui na Comissão de Orçamento, como forma de solucionar todas essas pendências.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

;

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nobres Deputados Alberto Goldman e Anivaldo Vale, chamo a atenção dos colegas para o fato de que quando houve o decreto de contingenciamento, fizemos um compromisso de esperar mais um período, algo em torno de 1 mês. De fato, isso foi cumprido, porque o SIAF ficou aberto, nesse período, para inscrição. Não houve reuniões aqui na Comissão, mas houve um prazo para permitir as reinscrições de Restos a Pagar.

A execução do orçamento deste ano, caro Deputado Alberto Goldman, tem sido feita basicamente com os Restos a Pagar do ano passado. Mesmo os créditos do Ministério das Cidades, que vamos aprovar depois desse longo debate, que é o PL nº 17, não são os Restos a Pagar de 2002, mas os Restos a Pagar de 2001 e anos anteriores, que foram cancelados a partir de uma interpretação da Lei nº 4.320, em dezembro de 2002. Então, o que está sendo executado pelo Ministério do Esporte e pelo Ministério das Cidades são basicamente programas de Restos a Pagar do Governo anterior. A execução propriamente dita do orçamento de 2003 ainda não começou no que diz respeito às nossas emendas, aos subtítulos aprovados pelo Congresso Nacional.

Quero frisar que o Líder do Governo na Comissão é o Senador Amir Lando. Eu sou um mero e modesto Vice-Líder, que estou aqui dando minha contribuição e buscando atuar levando em conta esses aspectos críticos levantados pela Oposição. Quando existe bom senso, quando existe razão, tenham a plena consciência de que me sensibilizo e me mobilizo para resolver o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esclarecido o assunto. Não havendo discussão sobre as atas das reuniões anteriores, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas e o termo de reunião aprovados.

Ordem do Dia.

Informo que a seleção de itens a seguir, constantes das Pautas nºs 21 e 22, decorrem de acordo firmado na reunião do Colegiado de representantes de Líderes partidários com assento na Comissão, realizada ontem na sala de reuniões da Presidência.

Pauta nº 21, de 2003.

Projeto de Lei nº 13, de 2003, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de 6 milhões, 181 mil, 787 reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

O Relator é o Deputado Anivaldo Vale.

Não foram apresentadas emendas.

O Relator é favorável ao projeto e, inclusive, já relatou a matéria na reunião anterior.

Já podemos passar à votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É exatamente isso, Sr. Presidente. Já relatamos a matéria na reunião anterior e já discutimos o projeto. É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação o parecer do Relator na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o parecer do Relator no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 17, de 2003, que *"Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de 24 milhões, 770 mil, 920 reais, para os fins que especifica"*.

O Relator é o Deputado Dr. Rosinha.

Foram apresentadas 159 emendas.

O voto é favorável.

Tem a palavra o Relator, o nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em função do grande debate sobre esse projeto ocorrido entre as Lideranças, em função de todo o debate que ocorreu em todas as bancadas sobre esse projeto de lei, consulto os demais pares desta Comissão se há necessidade de ler todo o parecer ou somente o voto do Relator.

;

No último debate que fizemos houve algumas sugestões, que este Relator acatou, retirando, inclusive, um dos itens e anexando, conforme solicitado, todas as obras que serão atendidas com os Restos a Pagar. São restos a pagar de 2001 e de 2002, cancelados, inclusive, por decreto do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e agora, na recomposição do Ministério das Cidades e na recomposição interna da questão orçamentária, esse projeto de lei veio para cá.

Analizamos todas as emendas apresentadas. Não deixamos uma sequer sem análise. Discutimos com vários Deputados e Senadores que apresentaram essas emendas e discutimos também com todas as Lideranças.

Em função de todo esse debate, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, uma vez que fizemos todos os debates e esclarecemos tudo. Talvez tenha sido esse o projeto de lei mais debatido da história desta Comissão — pelo menos desde que aqui estou, há 4 anos.

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2003, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, entendendo que esta matéria é extremamente controversa e por ter motivado a obstrução na Comissão, gostaríamos de elencar vários pontos aqui abordados.

O primeiro deles é que não é usual, por isso não vamos aceitar que após esse projeto de lei o Governo possa cancelar emenda de Parlamentares. Quero fazer aqui esse registro, em nome do nosso partido, o PFL, porque isso não é usual nesta Comissão. Entendemos que o Executivo tem que cumprir a Lei Orçamentária, fazendo os devidos pagamentos financeiros referentes às emendas parlamentares que aprovamos nesta Comissão.

Do acordo que fizemos ontem constou a retirada do item em que o Deputado Dr. Rosinha limitava as emendas dos Parlamentares em 2 milhões de reais. De acordo com a reunião de Líderes que fizemos ontem, o item “a” do parecer do Relator deveria ser retirado, porque aqui, Sr. Presidente, não podemos cercear o direito de o Parlamentar fazer as emendas que forem necessárias aos projetos de lei.

O terceiro ponto que abordamos era a anexação da lista dos convênios que seriam atendidos por esse projeto de lei. Os convênios e as cidades deveriam constar de uma lista anexa ao projeto de lei.

Como foram cumpridos esses requisitos, entendendo que o acordo que fizemos melhorou o projeto e que não se tornará usual a prática de cancelamento de emendas, limitando-se a esse projeto de lei, somos favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, participei da reunião das Lideranças, quando ficou claro o apoio dos Srs. Líderes para aprovação desse projeto. Contudo, quero manifestar que, ainda que tenha havido negociações em cima desse projeto de lei, temos claro que a Bahia sai prejudicada. Os recursos cancelados montam mais de 6 milhões e os que estão previstos para serem pagos nos Restos a Pagar de 2001 não chegam, salvo engano, a 600 mil. A Bahia, nesse particular, sai extremamente prejudicada.

Sr. Presidente, se V.Exa. permitisse, gostaria de certificar-me, nesse particular, quanto a essa diferença e conversar com o coordenador do PFL na Comissão, Deputado Pauderney Avelino, para que possamos, no caso da Bahia, ver claramente se não existe, efetivamente, impedimento.

A informação que tivemos ontem foi que não haveria prejuízo algum. Mas nossa assessoria nos indica que teremos, sim, grandes prejuízos. Portanto, gostaria que V.Exa. levasse em consideração este apelo que faço e, pelo menos, desse um tempo. Poderíamos passar para outro item da pauta e deixar mais para o final desta sessão a discussão desse projeto, para que possamos verificar se a Bahia sai ou não prejudicada, se existe ou não compromisso efetivamente de revermos essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha, Relator.

;

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero esclarecer ao nobre Parlamentar que parte do processo não veio para cá, porque foi atendido por ato administrativo. Quero esclarecer alguns pontos a V.Exa. Por exemplo, 360 mil reais, Ilhéus; Caldeirão Grande, 150 mil reais; São Sebastião do Passe, 225 mil; Juazeiro, 502 mil; Nilo Peçanha, 152 mil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já passou dos 600 mil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Passou, está muito acima. Está sendo contemplado, porque não enviamos para cá parte dos Restos a Pagar, porque atendeu por ato administrativo. O nosso Orçamento permite que por ato administrativo se faça 20% de alocação. Portanto, parte já foi feita por lá. Veio para cá aquela que superava 20%.

Estou esclarecendo V.Exa. que só o que falei já superou o que V.Exa. tinha dito. Posso, inclusive, entregar para V.Exa. conferir. Houve todo esse cuidado, e ontem os Deputados Machado e Pauderney Avelino trabalharam todos esses números conosco.

Conhecendo V.Exa., passo os Municípios que foram contemplados entre os que estão no projeto e os que estão no ato administrativo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, acredito nas palavras do Relator, Deputado Dr. Rosinha. O Deputado Pauderney Avelino está nos afiançando também. Acaba de passar uma lista dos Municípios que estão sendo atendidos. Portanto, acreditando nos meus companheiros, sinto-me contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse PL nº 17 traz no seu bojo cancelamento de emendas de Deputados não eleitos. Trazia também, no parecer do Relator, um fato inédito na Comissão de Orçamento, que era cercar o Deputado na apresentação de emendas, em créditos especiais ou adicionais, após o seu limite de 2 milhões.

Gostaria de agradecer a perfeita compreensão do Deputado Dr. Rosinha e dos demais Líderes desta Comissão. Em reuniões com a Presidência desta Comissão, ficou acordado que seria retirado do texto o cancelamento de emendas, permitindo aos Deputados continuarem a apresentar suas emendas.

Vejo isso como algo muito salutar, Sr. Presidente, porque é o Deputado que, ao receber o Orçamento ou um crédito, aprimora o Orçamento. Chega onde o Orçamento não chegou. Então, vai atender a solicitação de construção de um posto de saúde, de uma estrada, de uma ponte ou de uma escola. É esse o trabalho tradicional do Deputado nesta Casa.

Outro ponto que quero deixar destacado é que houve a nossa concordância quanto a esse cancelamento atingir emendas de Deputados não eleitos, mas é uma única vez, porque não vamos concordar com o cancelamento de emenda de Deputado daqui para a frente. E quanto às emendas de bancada que forem objeto de cancelamento ou de remanejamento, isso terá de ser feito mediante prévio entendimento com a bancada, sob pena de também não concordarmos.

Penso, Deputado Dr. Rosinha, que o Ministério deveria ter buscado outra fonte de recurso. O Ministério do Planejamento deveria ter dado uma fonte, seja o superávit, reserva de contingência, mas não as emendas de Parlamentares, mesmo dos não eleitos.

Em nome do bom entendimento e da agilização do trabalho da Comissão e da excepcionalidade de tratamento desse crédito, concordamos com a votação e somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, eu, particularmente, não concordo, porque nestes 13 anos que estou na Comissão de Orçamento nunca vi essa prática aqui dentro, mas como é um acordo de Lideranças, vamos ter que obedecer. A Casa trabalha, sobretudo, com respeito absoluto, principalmente no que diz respeito a acordo. Então, o PP vai concordar também, vai aprovar, não vai pedir verificação. Mas esperamos

;

que essa prática não volte a acontecer, porque entendo que isso é um desrespeito ao trabalho do Parlamentar.

Portanto, o PP encaminha favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado José Borba, do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, nobres companheiros, após uma série de reuniões, observando o posicionamento de todas as bancadas, alcançamos e chegamos ao acordo que entendemos bastante importante.

Esse acordo ficou pautado. Vale salientar que se aplica especificamente a este PL nº 17, até visando um risco bastante grande de não abirmos precedente dessa natureza, que adentre naquilo que temos, internamente, de mais sagrado, que são as emendas de Parlamentes, sejam as individuais, sejam as coletivas.

Portanto, frisando bem esses compromissos, o PMDB, aceitando e cumprindo o acordo, encaminha favoravelmente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O PMDB é favorável.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, do PT. *(Pausa.)*

Dispensou o uso da palavra o Deputado Carlito Merss.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer aos colegas sobre o debate que ocorreu em torno desse PL, com a constatação de que foi um dos debates mais transparentes a que esta Casa assistiu. Discutimos um total de Restos a Pagar que envolve 70 milhões, sendo o crédito de apenas 24 milhões, esclarecemos a aplicação dos 50 milhões, e todos esses remanejamentos vieram através da Caixa Econômica, que constatou a existência de obras realizadas e a necessidade de que o Poder Executivo fizesse o devido pagamento e inscrevesse em Resto a Pagar.

Houve um acordo, que se prende — e quero esclarecer os Deputados sobre isso — a uma alteração na LDO. O art. 61 da atual LDO, uma conquista de Parlamentares, obriga o Governo a esclarecer objetivamente onde estão sendo feitos os cancelamentos. Tivemos uma prática, nos 2 anos anteriores, que a fonte para esses PLs vinha de um superávit financeiro. Ora, o superávit financeiro é uma receita financeira, e posteriormente, dentro de cada Ministério, especialmente no Ministério do Planejamento, teria de haver o corte nas despesas não financeiras para cobrir essa receita financeira. Quando se faz o esclarecimento sobre o assunto, percebe-se que não eliminaram emenda parlamentar alguma, na sua totalidade. Fizeram um corte marginal nas emendas para chegar a esse montante destinado ao pagamento de emendas parlamentares.

Saliento que vamos discutir, de forma esclarecedora, o assunto. Quando não houver explicações, agiremos da mesma forma quando da análise do Projeto de Lei nº 19, discutido ontem: retiraremos o corte das emendas parlamentares, conforme aprovamos. Mas virão outros projetos com cortes de emendas. Podemos criar, na Comissão, esse ambiente salutar de nos reunirmos com o Executivo e buscarmos compromissos de execução, num debate transparente e democrático, valorizando este órgão e a ação do Poder Executivo.

Eram esses os esclarecimentos que gostaria de prestar aos colegas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram ressalvados.

Foram apresentados cerca de 40 destaques. Em face do acordo, peço aos Líderes que se manifestem, visto que suspender a votação dos destaques significa sair do acordo.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, ontem foi feito acordo para a votação dessa matéria. A lista dos convênios dos Municípios está anexa. Portanto, não estava prevista a votação dos destaques.

;

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, na condição de Relator da matéria, registro que, ontem, na reunião das Lideranças, analisamos o PL e fizemos o acordo baseado no seu conteúdo. Faço um apelo às Lideranças no sentido de que retiremos os destaques ou peço a V.Exa. que os coloque em votação em bloco. Conclamo as Lideranças a rejeitarem os destaques em função do acordo constituído ontem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, apresentamos 20 destaques e discutimos ontem um acordo. Estamos aqui para cumprir esse acordo. A única coisa que exigimos é o registro da apresentação dos destaques. Assim, retiraremos os destaques.

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, retiro os destaques, para cumprir o acordo. O PMDB estava presente à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado.

Não havendo mais manifestação do Plenário e de acordo com as Lideranças, os destaques foram rejeitados. São 45 destaques no total.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, em outros projetos, há destaques acordados que fazem parte do entendimento entre as Lideranças. Em alguns momentos, haverá votação de destaques, porque houve acordo em relação a alguns destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos votar, em globo, os Destaques de nºs 1 a 45.

O Relator já se manifestou pela rejeição.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o Líder do PSDB disse que retira os destaques desde que V.Exa. registre a apresentação deles. Então, não precisará ser votado. Foi isso que entendi, de acordo com a forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os do PFL e do PMDB serão registrados.

Em votação a proposta de rejeição, em globo, dos destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta de rejeição. Rejeitados os destaques.

A matéria não vai ao Senado Federal.

Projeto de Lei nº 18, de 2003, que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de 139 milhões e 900 mil para fins que especifica”*.

O Relator é o Deputado Jorge Bittar, que não está presente.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Solicito ao Sr. Deputado Carlito Merss que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Coloco-me à disposição para ser o leitor oficial desta Comissão.

Esse é o Projeto de Lei nº 18, de 2003, que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de 139 milhões e 900 mil”*.

Não foram apresentadas emendas.

O Deputado Jorge Bittar, na conclusão do seu voto, diz o seguinte:

“O exame da proposição quanto a sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que essa se ajusta ao estabelecido pelo Plano. Igualmente, observa-se que as

;

suplementações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as redações expressas na LDO vigente, nem quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos.

O detalhamento do projeto, por sua vez, se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Isto posto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2003, na forma apresentada pelo Executivo.

Deputado Jorge Bittar, Relator”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão a matéria.

Com a palavra Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, esse programa foi lançado pelo Presidente da República. Depois de algum tempo, foi enviado o projeto de lei que criava o Programa Primeiro Emprego para a Câmara dos Deputados. Não havia projeto de lei para a abertura no Orçamento Fiscal da União para contemplar com 139 milhões e 900 mil reais o Programa Primeiro Emprego.

Isso é lamentável, porque naquela altura não havia nenhum sinal de se encaminhar para esta Casa, depois da propaganda desse programa, projeto de lei que regulamentaria aquele programa. E, como também disse, não havia projeto de lei para abertura do crédito orçamentário.

Somos favoráveis a esse projeto de lei. Votamos pela aprovação, no plenário da Câmara dos Deputados, do projeto de lei que regulamentava a criação do Programa Primeiro Emprego, com algumas modificações. E fizemos as observações que entendíamos necessárias, porque no início da sua tramitação esse projeto atropelou o Regimento, não sendo anexado aos projetos que estavam em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Depois esse problema foi corrigido pelo Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, que avocou para o Plenário, que fez a devida anexação.

Sr. Presidente, que essas práticas não sejam duradouras e que, quando se lançar um programa, se faça primeiro a sua representação legal, a da respectiva lei e a da lei orçamentária.

Somos favoráveis a este projeto porque queremos que as empresas tenham vantagem em inserir e trazer os jovens para o mercado de trabalho. Portanto, como não poderia ser diferente, o PFL vota “sim” ao Projeto de Lei nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, na verdade, essa é uma bandeira nossa, do Partido da Frente Liberal. Sempre tivemos o compromisso, desde a época do Governo Fernando Henrique, de gerar emprego e fazer com que a economia pudesse crescer para dar aos mais jovens e aos inexperientes oportunidade de trabalho.

Esta suplementação tem por base o excesso de arrecadação, o superávit financeiro do Tesouro. É bom que possamos ver que efetivamente o Presidente Lula desce do palanque, pelo menos no particular, e objetivamente, com o apoio do Partido da Frente Liberal, inicia o Programa Primeiro Emprego, que não é novo e já foi discutido em várias oportunidades nesta Casa. Não é à toa que quando o votamos há pouco mais de 2 semanas na Câmara dos Deputados, mais de 20 projetos haviam sido propostos nos últimos anos.

Portanto, temos a oportunidade, nesta Comissão, de votarmos o Projeto de Lei nº 18, que permite ao Governo Federal implantar o Programa Primeiro Emprego. Nós queremos deixar marcado que, apesar de fazermos Oposição ao Governo, não fazemos oposição às jovens e aos jovens brasileiros. É uma Oposição responsável e comprometida com bons projetos, como vemos agora implantados pelo Governo do Presidente Lula. Daí porque faço questão de manifestar-me favoravelmente a este projeto, desejando que, no decorrer do exercício presente e futuro, não lhe falem recursos para que possa não apenas ocorrer na sua naturalidade, mas também e principalmente ser ampliado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

;

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, voto favoravelmente a este projeto, considerando que é uma medida emergencial que visa tentar sanear o grande índice de desemprego que atinge os jovens na faixa de 16 a 24 anos. Esse nível de desemprego que está ocorrendo no Brasil é fruto de um modelo econômico instaurado no País desde 1994 e que deixou a economia brasileira em condições de precariedade.

Estas ações afirmativas que estão sendo tomadas neste momento, com certa urgência e relevância, não têm o condão de resolver todos os problemas dos jovens brasileiros, mas podem minorar a situação de precariedade em que eles se encontram hoje, principalmente nos centros urbanos, onde hordas de jovens procuram oportunidade de ocupação e renda para dar continuidade a suas vidas. É um programa emergencial que não tem o condão de resolver os problemas, mas que pode minorar os efeitos de um modelo anterior que levou o País a esta estagnação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Relator por seu relatório e registrar que somos plenamente favoráveis ao crédito que tornará possível a implantação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens, mesmo porque precisamos ajudar este espetáculo do crescimento a sair para o espetáculo do emprego. São 700 mil desempregados até agora e a inclusão desses jovens pode atenuar o impacto desse processo.

Combater o desemprego juvenil é uma prioridade e tem todo o nosso apoio. Quero compartilhar minha preocupação com todos os colegas desta Comissão. Vai-se trazer estímulo financeiro para o empregador na qualificação dos jovens, na concessão de auxílio financeiro para o primeiro emprego e na qualificação de assistência técnica aos jovens.

Solicito ao Governo que não permita o desvirtuamento desse crédito. Que haja um acompanhamento firme e persistente, ou seja, que cada real aplicado tenha o seu retorno na parte social.

Ele tem todo o nosso apoio. Somos favoráveis à aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, ouvi atentamente as manifestações do PFL ao assumir a responsabilidade do projeto Primeiro Emprego. Somo-me a elas, só que com uma posição um pouco diferente, até porque, no ex-Governo, o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, era do PP. E, à época, o partido já tinha a responsabilidade de desenvolver um projeto do primeiro emprego, que foi assumido pelo Governo Lula.

Estamos satisfeitos. Aquilo que não foi possível realizar no Governo passado está sendo realizado agora.

Por isso o PP, que já assumiu essa bandeira no passado, por intermédio do Ministro Francisco Dornelles, agora também se soma a todos os demais líderes e é favorável à aprovação do PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo mais quem quera discutir, está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 19, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de 54 milhões, 28 mil, 297 reais, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente*”.

Relator, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Sr. Relator.

A esse projeto foram apresentadas duas emendas.

;

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os recursos necessários para abertura de crédito suplementar decorrerão de superávit financeiro da União, do excesso de arrecadação de receitas próprias não financeiras e também da anulação parcial de dotações orçamentárias.

A Exposição de Motivos nº 205, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito destina-se à Presidência da República, à Agência Nacional de Cinema, à RADIOBRÁS, à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, à Secretaria de Controle Interno do Gabinete da Presidência, ao SIPAM — Sistema de Proteção da Amazônia e às despesas relativas à Advocacia-Geral da União e também ao Ministério das Relações Exteriores.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas ao projeto, de autoria dos Deputados Edison Andriano e Alceste Almeida, objetivando restabelecer dotações inseridas na lei orçamentária em vigor por meio de emendas de Parlamentares e que ora estão sendo oferecidas pelo Executivo como fonte de recursos à suplementação do crédito.

As emendas, portanto, que visam à supressão de cancelamentos, tencionam também, em decorrência a esse objetivo, a redução de dotações propostas pelo Executivo, destinadas tanto à Presidência da República quanto ao Ministério das Relações Exteriores, em ações voltadas respectivamente ao sistema informatizado da Secretaria Federal de Controle e Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa.

Somos pela aprovação das referidas emendas na forma do substitutivo apresentado, reduzindo, assim, em 400 mil reais o projeto encaminhado pelo Executivo, o qual passará do total de 54 milhões, 28 mil, 297 reais para 53 milhões, 628 mil, 297 reais.

Voto:

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, não ferindo tampouco quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios de boa técnica orçamentária, somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2003, na forma do substitutivo apresentado.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto de lei, que usa os recursos da reserva de contingência para esse remanejamento na sua quase totalidade.

Não ferindo qualquer legalidade, somos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto, mas queremos relembrar alguns pontos acertados na reunião de Líderes.

O primeiro ponto que me estranhou neste projeto foi de o Governo, que diz ter um compromisso com o social, retirar recursos da parte social, 7 milhões, 511 mil, 697 reais. Foi esclarecido pela Liderança do Governo, não fiquei bem convencido, mas concordei.

O outro ponto é quanto às emendas parlamentares. Estamos apresentando destaque, conforme combinado, para manter as emendas parlamentares. De resto, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos aos destaques.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

;

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, são 10 destaques, e o próprio Relator sugere que sejam lidos e aprovados de uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os destaques de 1 a 9 referem-se à supressão do anexo de cancelamento referente às emendas parlamentares. O Destaque nº 10 trata do anexo de suplementação referente à unidade de gabinete do Presidência da República, em que funciona a administração da unidade, no valor de 750 mil reais.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, em conformidade com o acordo feito ontem na reunião de Líderes, somos pela aprovação dos destaques apresentados pelo Deputado Anivaldo Vale. Até sugerimos que fossem votados em bloco, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação, em bloco, os destaques de 1 a 10 na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre a aprovação desses destaques. A maioria das emendas eram de Deputados da Oposição, e estamos preservando as emendas desses Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto.

Projeto de lei nº 21, de 2003, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e da Defesa, crédito especial no valor global de 30 milhões, 57 mil, 172 reais, para os fins que especifica*”.

Relator, Deputado Pauderney Avelino. Foi apresentada uma emenda, que, após publicação, foi retirada pelo autor.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, este relatório é em homenagem aos pensionistas, bolsistas e todas as pessoas que dependiam deste projeto de lei para receber seus proventos, que, inclusive, estavam atrasados. Apresentei uma emenda que foi retirada por mim mesmo.

Desse modo e considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2003, não ferindo tampouco quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recurso e seu detalhamento acha-se conforme as exigência legais e os princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2003, do Congresso Nacional, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer do Relator, Deputado Pauderney Avelino.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o PP louva o Deputado Pauderney Avelino pelo brilhantismo com que fez o parecer. Somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira manifestar-se, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 27, de 2003, que “*Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal — CEF, crédito especial no valor de 300 mil reais, para os fins que especifica*”.

;

Relator, Deputado Claudio Cajado.

Foi apresentada uma emenda e o projeto obteve voto favorável.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, este é um projeto que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito especial no valor de 300 mil reais. As razões constam do relatório.

Voto.

Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Deputado João Caldas, que solicita a suplementação de 150 mil reais para a instalação de agências da Caixa Econômica Federal em Alagoas.

A instalação de uma agência bancária exige todo um processo de levantamento de viabilidade econômica e estimativa de custos que culmina com a inclusão dos recursos necessários à Lei Orçamentária anual. É importante lembrar que as dotações para esse tipo de projeto devem ser suficientes para a conclusão integral ou de etapas bem definidas do empreendimento, sob pena de o mesmo passar a integrar o rol de obras inacabadas.

Nesse sentido, entendemos que fracionar o crédito solicitado pela Caixa Econômica Federal pode redundar em efeitos negativos, inviabilizando a instalação de um novo ponto de atendimento, como, no caso, o Espírito Santo, sem garantir benefícios efetivos a outros Estados, a exemplo de Alagoas, solicitado pelo Deputado João Caldas.

No que se refere aos aspectos técnicos legais, ressaltamos que o projeto apresenta fonte viável, que seu detalhamento se acha realizado segundo princípios da boa técnica orçamentária e que não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000 (Plano Plurianual), à Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, e principalmente a Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 01, pelos motivos expostos, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2003, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, queremos registrar nosso voto favorável ao projeto, mesmo porque quando discutimos este projeto — e não temos nenhuma restrição a que se instale a agência no Espírito Santo — a preocupação que tínhamos no primeiro momento é que o recurso estava cancelando nos Estados do Ceará e de Sergipe e abrindo para o Estado do Espírito Santo. Na ocasião, o representante do Estado de Sergipe compreendeu perfeitamente que não há nenhum prejuízo para os Estados. A par disso, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo quem queira manifestar-se, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 28, de 2003, que “*Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor total de 55 milhões e 600 mil reais para os fins que especifica*”.

Relator, Senador Luiz Otávio, autor de emenda. Voto favorável.

Como o Senador Luiz Otávio está ausente, peço ao Deputado Pedro Novais que faça a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, passo a ler:

“Projeto de Lei nº 28, de 2003-CN, que ‘*Abre ao Orçamento de investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de 55 milhões e 600 mil reais para os fins que especifica*’.

O referido crédito encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente o art. 167, incisos V e VI da Constituição, e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

;

Cumpra observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório, não afeta a meta global de superávit primário para o corrente ano fixado para o conjunto das empresas estatais federais, conforme constante do Anexo X, do Decreto nº 4.708, de 28 de maio de 2003.

Análise da emenda.

Entendemos que a emenda deva ser, no mérito, rejeitada, tendo em vista que resultaria na perda de eficiência locativa dos recursos orçamentários propostos no presente projeto de lei.

É o relatório.

Voto.

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito do projeto de lei em exame votamos:

a - pela rejeição da Emenda nº 01;

b - pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2003-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo”.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, para discutir.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, registro que a fonte desse recurso é a própria Caixa. O objetivo era atender os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal e está sendo remanejado pela própria Caixa para o atendimento da manutenção da infra-estrutura de bens imóveis daquele órgão e também para a instalação de agências da Caixa nos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás e no Distrito Federal.

Somos favoráveis ao projeto. Entendemos que aumentar a capilaridade da Caixa Econômica Federal é salutar, principalmente neste momento em que se busca ampliar a assistência dos excluídos por meio do microcrédito, o programa do Governo que acho oportuno, mas para isso a Caixa precisa ter sua capilaridade aumentada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, em nome do PPS, quero dizer que concordamos com esse processo, pois entendemos quão importante é a ampliação das agências da Caixa pelas enormes filas em suas agências. Trata-se de entidade pública que pode prestar grandes serviços à população, mas é preciso que amplie seus serviços.

Somos favoráveis não apenas pelo que faz na Bahia e no Paraná, mas também em todas as unidades da Federação a que se destina essa suplementação. O PPS é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, manifesto meu voto favorável ao parecer do Senador Luiz Otávio, a quem parabeno pelo parecer apresentado. O Estado de Goiás está sendo contemplado com 400 mil reais para a instalação de novas agências. Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o PP é favorável a este projeto de lei, porém, não podemos deixar de usar da oportunidade para criticar o desempenho da Caixa Econômica Federal no que tange à execução das emendas orçamentárias, sobretudo àquelas transferidas para execução por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No exercício de 2002, uma infinidade de emendas foram canceladas exatamente em virtude do não-desempenho satisfatório da Caixa Econômica Federal. Estamos concordando com o Governo em distribuir recursos porque sabemos que aquela entidade tem função social muito maior do que econômica, mas ela precisa adequar-se também agora para

;

cumprir o Orçamento Geral da União para os Ministérios que lá depositarem seus recursos. Ela não está cumprindo corretamente ou não está tendo a celeridade que precisa, pois tem trazido muito desconforto aos Municípios, porque demora na execução e complica na solicitação de documentos. Quando isso acontece, finda o prazo para a execução orçamentária e os Prefeitos perdem os recursos.

Somos favoráveis. Queremos elogiar o Relator por ter prestigiado o Estado de Goiás com 400 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Aviso nº 5, de 2003, que “*Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269, de 2003, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso*”.

Relator é o Deputado Wellington Roberto.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Esta matéria retorna à pauta, pois teria que ter sido aprovada por votação nominal, na época de sua apreciação, pelo Plenário da Comissão. Porém, em virtude da aprovação do Projeto de Resolução nº 3, de 2003, no dia 14 de agosto último, pelo Plenário do Congresso Nacional, a votação desta matéria será pelo processo simbólico.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Aviso nº 007, de 2003-CN, que “*Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 313, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente ao Relatório de levantamento de auditoria realizado, no período do dia 09 de maio a 27 de junho de 2002, nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Oeste/Norte, BR-163/PA, divisa Mato Grosso/Pará—Santarém. TC nº 006.360/2002-9.*”

O Relator é o Deputado Júlio Cesar.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, em razão do relatório e do voto que apresentei e das conclusões do encaminhamento do Tribunal de Contas da União a esta Comissão, voto favoravelmente, pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, como o Deputado Júlio Cesar tem todo o cuidado possível na análise de um projeto como esse, o PP encaminha favoravelmente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, pelo final do relatório verifica-se que os indícios de irregularidade da obra ainda estão sendo apurados pelo Tribunal de Contas da União, com realização de audiência com os responsáveis. A obra não será paralisada, em vista do seu potencial prejuízo, mas é preciso que a Comissão esteja

absolutamente atenta no acompanhamento do que neste momento indicia-se de irregularidades, mas que não justificam uma paralisação.

É somente um alerta para que, mesmo aprovado, haja acompanhamento para que as irregularidades não se perpetuem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aviso nº 009/2003-CN, que “*Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 550, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção no Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí. (TC nº 004.076/2002-3)*”.

O Relator é o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Solicito ao Deputado Roberto Balestra o obséquio de ler o relatório.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, vou direto ao voto do Relator, para que se ganhe tempo:

“Conforme salientado pelo voto do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, Lincoln Magalhães da Rocha, acolhido pelo Plenário, os indícios de irregularidades graves foram sanados, tendo em vista o cumprimento da Decisão nº 1050/2000, Tribunal de Contas da União (Plenário).

Portanto, não permanecem os motivos que ensejaram a suspensão da obra constante da LOA/2003, o que permite à mesma receber recursos da União.

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão autorize o Poder Executivo a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2003 — Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 — no subtítulo 20.607.0379.1836.0173, Implantação de Projetos de Irrigação, Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí, bem como a execução dos recursos inscritos em Restos a Pagar no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, no subtítulo 20.607.0379.1836.01 — Implantação de Projeto de Irrigação, Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí, para a execução do contrato nº 42/87”.

Esse é o relatório.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Queria um esclarecimento da Presidência. Por que pularam o Aviso nº 7, já que ele consta do acordo dos representantes da Liderança partidária na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foi solicitada a retirada do Aviso nº 7.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Quando? Ele faz parte da pauta e está como acordado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CÉSAR - O Aviso nº 7 já foi aprovado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Aviso nº 7 está no item nº 10. Já foi aprovado.

;

Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Aviso nº 11, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 587, de 2003, do TCU, bem como dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de Adequação em Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul, Divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul — Osório”*.

O Relator é o Senador Duciomar Costa.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Peço ao Deputado Carlito Merss que leia o relatório.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do Aviso nº 11. O Relator é o Senador Duciomar Costa, que no seu voto diz o seguinte:

“Diante de todo o exposto, votamos pela exclusão da vedação da execução orçamentária e financeira do Programa de Trabalho nº 267.8202.3337.6601.01, que é a adequação de trecho rodoviário da BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul, divisa Santa Catarina e Rio Grande do Sul até Osório, constante do Quadro nº 7, anexo à Lei nº 10.640, de 2003, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Este é o relatório assinado pelo Senador Duciomar Costa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Aviso nº 26, de 2003, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 636, de 2003, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizada nas obras relativas ao programa de trabalho de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça, divisa de Santa Catarina com Rio Grande do Sul (duplicação com restauração).*

Relator: Senador Sérgio Guerra.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução na forma de projeto de decreto legislativo.

Solicito ao Deputado Carlito Merss que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do Aviso nº 26, de 2003. Relator: Senador Sérgio Guerra, que encaminha o voto e o relatório que fundamentam itens relativos ao levantamento de auditoria realizada nas obras do Programa de Trabalho de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, do Estado de Santa Catarina, Palhoça/Santa Catarina, divisa com o Rio Grande do Sul, que é uma duplicação que está em restauração.

O voto é o seguinte:

“Diante de todo o exposto, votamos pela exclusão da vedação da execução orçamentária e financeira referente ao programa de trabalho 26782023312080101, adequação de trecho rodoviário no corredor MERCOSUL, BR-101, de Palhoça, divisa Santa Catarina com Osório, constante do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 2003, sobre a funcional 26782023357270005, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.”

;

Esse é o voto do Relator, Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Aviso nº 29/2003-CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 675, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de adequação de trechos rodoviários nas BRs 101 e 376, entre Palhoça/SC e a divisa com o Estado do Paraná”.*

Relator: Senador Sérgio Guerra.

Não foram apresentadas emendas.

O parecer é pela autorização da execução na forma do decreto legislativo apresentado.

Tratando de matéria idêntica, peço ao Deputado Carlito Merss que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do Aviso nº 29, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 675, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que fundamentam o levantamento da auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários das BRs-101 e 376 entre Palhoça e a divisa com o Estado do Paraná.

O voto é o seguinte:

“Diante de todo o exposto, votamos pela exclusão da vedação da execução orçamentária e financeira do contrato PG 191/96-00, referente ao programa de trabalho 26782023357270001, que é a adequação de trechos rodoviários do corredor MERCOSUL, BR-101 e BR-376, Santa Catarina, divisa do Paraná com Santa Catarina, até a cidade de Palhoça, constante do Quadro VII anexo à Lei nº 10. 640, de 2003, dos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.”

Esse é o voto do Relator, Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Aviso nº 081/2002-CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 822, de 2002, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção das reclusas do Rio Tocantins, em consequência da Barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará”.*

O Relator é o Deputado Olavo Calheiros.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução da forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Peço ao Deputado Priante que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Voto do Relator:

“Conforme salientado pelo voto do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União Marcos Vilaça, os indícios de irregularidades graves apontados pela equipe de auditoria já foram saneados pelo DNIT em face do cumprimento das determinações do TCU. Portanto, não subsistem os motivos que ensejaram a suspensão da execução da obra constante da LOA 2003, podendo a mesma ser liberada e voltar a receber recursos

;

da União. Em face do exposto, voto pela autorização da execução do Contrato 009/98 do Ministério dos Transportes por meio de recurso eventualmente inscrito em Restos a Pagar, relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 e por meio de dotação consignada pela lei orçamentária para 2003 no subtítulo 26784023757500015, construção de eclusas de Tucuruí, no Estado do Pará, na unidade orçamentária 39252, DNIT, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.”

Deputado Olavo Calheiros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, queria entender melhor essa matéria.

A decisão do Tribunal de Contas, item 8.3, diz o seguinte:

“Dar ciência dessa decisão, bem assim do relatório e voto, que é fundamento, à Presidência e à Comissão Mista de Planos e Orçamentos, informando-as de que o Contrato 009/98, para construção de eclusas no canal de navegação no Rio Tocantins, incluindo no Quadro VII, mantém-se com irregularidades graves, devendo a sua execução ser liberada da soberana avaliação no Congresso Nacional apenas depois do cumprimento pelo Ministério dos Transportes das determinações constantes no subitem A-811-b, devidamente (...)”

Enfim, não sabemos se essas exigências foram cumpridas. Segundo orientação do Tribunal de Contas a execução só deve ser liberada, na soberana avaliação do Congresso Nacional, depois do cumprimento pelo Ministério dos Transportes das determinações constantes nos subitens tais e tais. Não sei se temos informação formal do Ministério dos Transportes de que isso foi cumprido. Não sei se alguém pode me dar alguma informação a respeito disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Deputado Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - O voto do Relator inicia fazendo uma citação do voto salientado pelo Ministro Marcos Vilaça, Relator do Tribunal de Contas, em que aponta, saneado pelo DNIT, as preocupações que o Tribunal de Contas havia indicado anteriormente. Exatamente por conta desse parecer do Ministro Marcos Vilaça é que o Relator apresenta o seu voto favorável ao desbloqueio desta obra. O voto do Relator já inicia fazendo essa citação. Exatamente por conta desta posição é que essa matéria foi objeto de acordo, de concordância de todos os partidos, para que fosse incluída na pauta, inclusive por concordância do PSDB.

Então, gostaria que V.Exa. pudesse aquiescer o voto do Relator, para que pudéssemos avançar nessa matéria, tendo em vista as pontuações feitas na manifestação do voto do Ministro Marcos Vilaça.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deputado José Priante, aqui diz o seguinte: *“exame das informações remetidas pelo Tribunal de Contas.”* O Tribunal encaminhou em anexo a documentação examinada, cópia do acórdão, em que são relatadas as irregularidades identificadas. Em decorrência das irregularidades, o TCU havia determinado providências a serem adotadas pelo Ministério dos Transportes. Fixaram prazo de 90 dias. Exatamente os itens 811-A e 811-B.

O Ministro Relator assim se pronuncia sobre o cumprimento das determinações. O termo de sub-rogação e rerratificação do contrato firmado entre o Ministério dos Transportes, com a anuência da Construtora Camargo Corrêa, comprova, afinal de contas, o cumprimento das determinações contidas na Decisão nº 822. Assim, encontra-se sanada a irregularidade verificada no presente processo, após sucessivos descumprimentos de determinações da Corte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Permite um aparte, Deputado Goldman?

;

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - O que o Relator libera é apenas o Contrato 009/98. Existem vários contratos para realização dessa obra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O.k. Sr. Presidente. Parece-me satisfeita a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Aviso nº 092-012/2002-CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”* e o Aviso nº 103/2002-CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.147, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na construção da adutora de Italuís, no Estado do Maranhão — sistema produtor de Itapecuru”*.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso 092-012/2002, do Congresso Nacional, nº 509/2002 na origem, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002 e o Aviso nº 103/2002, nº 2604/2002 na origem, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.147, de 2002, do Tribunal de Contas da União (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da adutora Italuís, no Estado do Maranhão (TC nº 004.920/2001-9).

Permita-me, Sr. Presidente, ler o voto.

Trata-se de obra que visa suprimir a carência de água tratada para o uso doméstico na Capital São Luís, uma vez que o sistema existente, Italuís 1, construído há mais de 20 anos, não consegue atender à atual demanda, bem como ampliar a oferta de água decantada para a parte industrial da Ilha de São Luís, próxima ao maior complexo portuário do País, Porto de Itaqui, a fim de torná-lo economicamente viável.

Foi realizada apenas 7% da obra, sendo estimado para sua conclusão o valor de 279.674.594,60 reais. Vale informar inicialmente que os presentes avisos foram encaminhados em cumprimento ao disposto no art. 83, LOA/2002, que determina que o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, em até 15 dias após a sua constatação, informações referentes aos indícios de irregularidades graves identificadas em procedimentos fiscalizatórios, contratos, convênios, parcelas ou subtrechos referentes a obras constantes do Orçamento de 2002, inclusive em meio magnético, cabendo a esta Comissão Mista e ao Congresso Nacional condicionarem ou não a execução orçamentária do contrato, convênio, parcela ou subtrecho irregular.

Verifica-se que as obras objeto do Aviso em exame já estão inclusas no Quadro VII, anexo à LOA/2002. Além disso, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003 foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo Tribunal de Contas da União, o que culminou com a elaboração do Quadro VII, anexo à LOA/2003.

Convém destacar que as obras objeto do presente aviso também estão incluídas nesse quadro. Por outro lado, há uma deliberação mais recente do Tribunal de Contas da União sobre essas obras, o Acórdão nº 727/2003, cuja análise é objeto do Aviso nº 34/2003, do Congresso Nacional, para o qual também fui designado Relator.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame dos presentes avisos quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade, decorrente da perda de oportunidade

;

para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam: a suspensão cautelar da execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos de obras em que foram identificados os indícios no âmbito da Lei Orçamentária Anual de 2002.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento dos Avisos nºs 92-012 e 103/2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala das sessões, 5 de agosto de 2003.

Deputado Anivaldo Vale, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento. Estamos votando o item nº 20 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item nº 19.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso, o nº 19. O relatório lido diz respeito à auditoria realizada na construção da adutora de Italuís, no Estado do Maranhão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado. Era somente esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 20.

Aviso nº 092-017/2002-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação de obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”.

Relator: Deputado José Borba.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Na ausência do Deputado José Borba, concedo a palavra ao Deputado Pedro Chaves, para fazer a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, eis o voto do Relator:

“Diante do exposto e considerando que foram encontrados indícios de graves irregularidades na obra ora em tela, que o Tribunal de Contas da União já tomou as medidas constantes do ordenamento jurídico para imputar responsabilidades e quantificar o débito e que a obra encontra-se inscrita no Quadro VII da Lei nº 10.640/2003, LOA/2003, opinamos para que esta Comissão: a) tome conhecimento da decisão; b) promova a juntada deste parecer ao do Aviso nº 001, de 2003 (nº 75, SGS/ TCU, de 5 de fevereiro de 2003, na origem), relativo ao da Decisão nº 074/2003 (TCU/Plenário); c) adote a proposta de decreto legislativo em anexo no sentido de deliberar a execução da obra e determinar aos seus executores o fiel cumprimento das medidas propostas pelo TCU e evitar os possíveis pagamentos a mais.”

Sr. Presidente, este é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, queria apenas uma informação, pois não estou entendendo bem. O item nº 20 diz o seguinte: “Aviso nº 092-017, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram

registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2002.”

O relatório se refere às obras de infra-estrutura de irrigação — Projeto Salangô — no Estado do Maranhão. Não está batendo. Alguma coisa está errada. Aliás, quando se refere ao aviso, o nobre Deputado usa o nº 092-117.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Alberto Goldman, realmente há um engano na cópia. Então, determino a suspensão da discussão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a retirada de pauta do item nº 20, porque o relatório distribuído é do Senador Jonas Pinheiro, e foi lido pelo Deputado José Borba um outro relatório.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Houve um embolamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O item está sendo retirado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A Oposição tem de estar sempre atenta, acompanhando. Não é a ex-Situação e agora Oposição. Estou aqui atendo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quero saber qual Situação, ou Oposição. Aqui somos oposição a esse aviso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Oposição, aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas nesse somos oposição.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Oposição.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas Oposição a qual aviso? A este somos oposição.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A Oposição de esquerda.

(Não identificado) - Deputado Alberto Goldman, está garantida a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continuando a discussão.

Item nº 22.

Relatório para adequação do Regulamento Interno à Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

O Relator é o Deputado Pedro Novais.

O voto é favorável nos termos do projeto de adequação apresentado.

Antes de passar a palavra ao Relator, informo que o assunto a ser debatido trata apenas de Adequação do Regulamento Interno da Resolução nº 1, de 2001, e que não há modificações propostas pelo Relator.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, vou ler o relatório, resumidamente.

O presente projeto visou ajustar as normas constantes do Regulamento Interno da Comissão Mista de Orçamento, de 21 de agosto de 1997, à nova realidade imposta pela Resolução nº 01, de 2001.

Nesses termos, sem que houvesse inovações às normas vigentes, foram implementados os seguintes ajustes: a) inclusão de dispositivos inseridos na Resolução nº 01/01; exame e emissão de parecer sobre documentos encaminhados por determinação da Lei Complementar nº 101/2000; constituição dos comitês de apoio às Relatorias do projeto da lei orçamentária, art. 11; regulamentação dos procedimentos acerca das obras com indícios de irregularidades encaminhados pelo TCU; ampliação do conteúdo previsto no parecer preliminar ao projeto de lei orçamentária, art. 18, § 3º; definição de regras para apresentação de emendas de Relator à despesa; definição de regras para admissão de emendas; ampliação do conteúdo dos relatórios; regras para admissão de destaques; b) exclusão e adequação de dispositivos constantes do Regulamento Interno conflitantes com as normas atualmente vigentes; menção de Relatores-Adjuntos, subcomissões temáticas e coordenadores das subcomissões, extintos pela Resolução nº 01/01; menção de subprogramas e subatividades, substituídos por subtítulos pela nova classificação das categorias de programação; possibilidade de apresentação de emendas coletivas por parte da extinta Comissão de Recursos Hídricos da Câmara dos Deputados; c) fixação de condições a serem observadas pelo parecer preliminar da definição das áreas temáticas a cargo das Relatorias-Setoriais, nos termos do art. 10 da Resolução nº 01/01.

Voto do Relator.

;

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do projeto de adequação do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que estamos apresentando.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, a Resolução nº 01, no art. 46, diz que a Comissão organizará reunião conjunta, de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em articulação com as demais Comissões Temáticas pertinentes das Casas do Congresso Nacional. O projeto de adequação não incluiu essa determinação da resolução. Peço ao Relator que esclareça as razões da não-inclusão.

Sr. Presidente, a periodicidade dos relatórios de acompanhamento e fiscalização financeira, de que trata o art. 59, § 1º, do atual Regimento Interno, foi alterada pelo projeto de adequação de bimestral para quadrimestral. Então, solicito também esclarecimentos sobre as razões que motivaram tal alteração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente Gilberto Mestrinho, Sr. Senador Roberto Saturnino, realmente não incluímos, porque achamos que, já estando na resolução, ele não precisaria constar do Regimento, uma vez que a matéria não é pertinente apenas à Comissão. Mas se V.Exa. exigir, posso incluir. Não fará a menor diferença. Incluirei com muito prazer.

Quanto ao segundo ponto, V.Exa. poderia repeti-lo, por favor?

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Diz respeito à periodicidade dos relatórios de acompanhamento e fiscalização financeira. Pelo atual Regimento Interno é bimestral, e no projeto de adequação passou a ser quadrimestral.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Quis adaptar essa periodicidade ao que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos relatórios são quadrimestrais. O relatório de execução orçamentária é bimestral, mas os demais são quadrimestrais. Quis fazer essa adequação. Parece-me que não há nenhum inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se manifestar, coloco em votação na Câmara dos Deputados, com a alteração sugerida pelo Senador Roberto Saturnino e aceita pelo Relator, Deputado Pedro Novais.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item nº 23.

Mensagem que encaminha ao Congresso Nacional contas relativas ao exercício de 2001 referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público.

Com relação ao Poder Executivo, a prestação de contas já foi votada no final do ano passado. O Relator é o Senador Romero Jucá. Como S.Exa. não está presente, solicito ao Senador Roberto Saturnino que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Trata-se, Sr. Presidente, de mensagem que encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2001. O Relator, Senador Romero Jucá, vota pela aprovação das contas do Presidente da República e dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo, Senado Federal e Câmara dos Deputados, e Judiciário — Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Chefe do Ministério Público — relativas ao exercício de 2001, na forma dos projetos de decreto legislativo em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Saliento que as contas do Presidente da República já foram aprovadas pelos Plenários da Câmara e do Senado no dia 19 de dezembro de 2002. Então, trata-se somente dos outros Poderes.

Em discussão o parecer.

;

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - V.Exa. está nos informando que as contas do Presidente da República já foram aprovadas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foram aprovadas em dezembro.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Referentes a 2001?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Neste momento, a discussão é do Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Essas contas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo mais quem queira se manifestar, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 24 se refere a Relatório de Gestão Fiscal.

Mensagem encaminhando gestão fiscal referente a quadrimestres do Ministério Público da União, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Poder Executivo Federal.

O Relator é o Deputado Lael Varella, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ler o voto:

Diante do exposto, voto pela aprovação das conclusões e recomendações expedidas neste parecer, destacando: a) a análise dos cumprimentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para as dívidas consolidadas imobiliárias para operação de créditos e para concessão de garantias fica prejudicada em razão de esses limites ainda terem sido fixados pelo órgão legislativo competente, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, com um percentual da receita corrente líquida, itens 5 e 6, da seção 11.6 deste parecer; b) esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização recomende ao Poder Executivo que, nos próximos relatórios, faça deles constar explicitamente o montante da Dívida Mobiliária Federal e da dívida consolidada e que os compare com aqueles propostos, ainda que não tenham sido definitivamente fixados, item 7, da seção 11.6 deste parecer; c) com relação aos limites para operações de créditos e concessão de garantias e Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, não foi revogada. De modo que propomos a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que encaminhe ao Poder Executivo pedido de esclarecimento sobre a observância dos limites disciplinados naquela resolução; d) quanto ao demonstrativo referente à despesa com pessoal, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo relativo ao primeiro quadrimestre de 2003 contém o comparativo determinado pela Lei Complementar nº 101, de 2000, exceto no que se refere à Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios, cujos gastos com pessoal não foram demonstrados no Relatório da Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2003, do item 2, da seção 11.6, propomos que sejam solicitados os esclarecimentos cabíveis ao Poder Executivo.

Sala das Comissões.

Deputado Lael Varella.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

;

Item nº 25.

Requerimento nº 10/2003, que “*solicita que sejam convidados os Srs. Jorge Amaral, Auditor da SEFAZ de Pernambuco, e Marcos Mazoni, Corregedor do Contencioso Administrativo Tributário*”, para debate sobre a situação da defesa do contribuinte e da defesa de tributação.

Autor: Deputado Paulo Rubem Santiago.

Não estando presente o autor, fica prejudicado o requerimento.

Item 26.

Requerimento nº 12, de 2003, que “*Requer a criação de subcomissão temporária com a finalidade de examinar o Pacto Federativo*”.

Autor: Deputado Sérgio Miranda.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o requerimento tem por objetivo criar, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, subcomissão temporária para tratar dos temas da Federação. Isso é necessário para mobilizar algumas pessoas das assessorias da Câmara e do Senado, a fim de que se voltem de forma prioritária para o tema.

Apresentamos um rol de questões, que está em debate. A recente discussão da reforma tributária trouxe esse tema ao centro do debate político nacional. Nosso debate envolve questões orçamentárias, como transferências constitucionais, partilha de impostos, transferências voluntárias, repartição dos encargos e das responsabilidades de gastos e uma série de assuntos.

Pessoalmente, acho que essa subcomissão é importante. Estaremos abertos à participação de qualquer Deputado ou Senador que queira se voltar para esse tema, tão relevante hoje ao cenário político brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, parabeno o Deputado Sérgio Miranda pela oportunidade do tema para discussão nesta Comissão. É extremamente louvável a iniciativa do Deputado, mesmo porque, como S.Exa. bem registrou, de acordo com os temas oferecidos, há um que se refere ao partilhamento. O Estado tem suas unidades federadas, os Municípios. A par de todo esse processo, realmente é tempo de se abrir uma discussão como forma de aprimoramento do Estado brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, faço voto de homenagem ao Deputado Sérgio Miranda em função da iniciativa de criar subcomissão para examinar o Pacto Federativo. Nada mais oportuno. Há muitas questões a serem tratadas, e o Pacto Federativo está indo por água abaixo. Precisamos refundar o Pacto Federativo, elaborado na Constituição de 1988.

Portanto, louvo a iniciativa do Deputado Sérgio Miranda. No momento oportuno, ao criar essa subcomissão, poderemos definir de imediato seus membros, seja da Câmara, seja do Senado, a fim de iniciarmos os trabalhos já com vista, inclusive, à reforma tributária, votada na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, também me associo ao sentimento do Deputado Sérgio Miranda, que está requerendo a criação de subcomissão para estudar o Pacto Federativo.

Durante a discussão da reforma tributária na Comissão Especial, fiz um profundo estudo de todas as Unidades da Federação, do PIB, da renda *per capita*, dos fundos constitucionais, do ICMS, e pude avaliar as disparidades existentes entre as Unidades da Federação, principalmente entre os Municípios brasileiros. Há Municípios que estão recebendo 2 mil reais por habitante/ano e outros que estão recebendo 5 reais por habitante/ano. Então, apóio a iniciativa e, se possível, desejo participar dessa subcomissão,

;

porque durante a discussão da reforma tributária levantei muitos dados e pude avaliar as disparidades existentes entre a União, os Estados e os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, também cumprimento o Deputado Sérgio Miranda pela iniciativa e manifesto meu interesse no assunto, em especial meu desejo de, se possível, participar dessa subcomissão, tendo em vista que no Senado participo de subcomissão que está analisando a questão da dívida dos Estados e dos Municípios, o que se encaixa perfeitamente na preocupação maior e mais abrangente do Deputado Sérgio Miranda, que pede o reexame do Pacto Federativo. Então, cumprimento S.Exa. e manifesto meu voto favorável e até o meu desejo de dela participar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

A Mesa, antes de colocar em votação, congratula-se com o Deputado Sérgio Miranda e com o Plenário pela magnitude da iniciativa, que interessa a todos nós.

A subcomissão será constituída de 7 membros — 3 Senadores e 4 Deputados — e terá a coordenação do autor do requerimento, Deputado Sérgio Miranda. Oportunamente, marcaremos a instalação da subcomissão, de acordo com as Lideranças desta Comissão.

Passo à votação do requerimento.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Pauta nº 22.

I) Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos:

Projeto de Lei nº 23/2003-CN, que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 87.137.910 para os fins que especifica”*.

Relator: Senador João Ribeiro.

Foram apresentadas 74 emendas.

O voto é favorável na forma do substitutivo apresentado.

Com a palavra o nobre Relator, Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do meu relatório, não sei se é de praxe nesta Casa, mas quero registrar a presença de 2 Prefeitos tocantinenses: Antônio Cayres, da cidade de Augustinópolis, e Amélio, de Esperantina, que estão assistindo à nossa reunião.

Com referência ao PL nº 23, Sr. Presidente, foram apresentadas 74 emendas. A nossa decisão foi atender 3 dessas emendas, rejeitando as demais. Isso foi consequência da diretriz adotada nesse parecer, que foi a de tentar recompor na maior extensão possível os recursos dos Estados que sofreram cancelamento de dotação, os que sofreram mais cortes, os que estavam perdendo mais dotação, ou seja, Acre, Amapá, Amazonas e Rio Grande do Sul. Nesse sentido, aprovamos parcialmente a Emenda nº 4, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, do Amazonas, com o valor 2 milhões 940 mil reais, e a Emenda nº 22, do Senador José Sarney, com o valor de 15 milhões de reais. A terceira emenda aprovada é a de nº 65, de autoria do Senador Tião Viana, no valor de 9 milhões e 200 mil reais, que tem como objetivo alterar o destino de uma suplementação já prevista para o Estado do Acre.

Não foi possível recuperar, ainda que parcialmente, os recursos cancelados do Estado do Rio Grande do Sul devido à ausência de emendas com esse objetivo. Os Parlamentares gaúchos não apresentaram emenda a esse PL.

Tendo em vista o exposto, optamos, por fim, por rejeitar, no mérito, as outras 71 emendas. Acho que não há necessidade de ler o quadro final. Mas quero apenas justificar, Sr. Presidente, antes de ler o meu voto final, que, como já foi discutido com os Líderes ontem, procuramos recuperar a maior quantidade possível de recursos para os Estados nos quais houve corte no meu PL, e procurei recompor isso dentro do que foi possível.

;

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2003, do Congresso Nacional, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões.

João Ribeiro, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, percebo que o Projeto de Lei nº 23 foi trazido a esta Casa para que o Governo pudesse dar prioridade a algumas das suas ações. Ocorre, Sr. Presidente, que houve o cancelamento de várias emendas de bancada, e algumas delas foram recompostas. No caso do Amazonas foram cancelados 15 milhões, 707 mil de 3 estradas federais. O Relator recompôs apenas 2 milhões, 940 mil reais. Ontem, apresentei essa questão no Colégio de Líderes e disse a V.Exa., que conversei com o Ministro, que S.Exa. iria recompor — inclusive, já recompõe 8 milhões e meio no PL nº 24. Entendo, Sr. Presidente, que ainda é insuficiente. V.Exa., como representante do Amazonas no Senado Federal, tem também a responsabilidade de buscar essa recomposição orçamentária. Estamos nos propondo a fazer isso juntos, este Parlamentar e V.Exa., pois representamos o Amazonas, a fim de que o Estado não fique no prejuízo de 12 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Seis milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Exatamente. Seis milhões de reais. E fazendo valer, Sr. Presidente, o compromisso da liberação desses recursos que estão sendo aprovados hoje e mais os recursos que, segundo consta, o Executivo, o Ministro dos Transportes, em reuniões com os Executivos Estaduais, com os Governadores, comprometeu-se a liberar.

Portanto, entendendo que V.Exa. conduz essa matéria pelo Estado do Amazonas. Concordo com a sua aprovação, mas antes quero fazer um registro: no relatório, o Senador João Ribeiro faz referência ao Aviso nº 202, que seria relatado pelo Deputado Anivaldo Vale na reunião de hoje, mas já consta no texto desse relatório. Esse aviso não foi relatado, iria entrar na pauta, mas não entrou, o que será objeto de uma reunião deste Parlamentar com o Deputado Anivaldo Vale para esclarecimento. Portanto, solicito ao Senador João Ribeiro que exclua do seu relatório esse texto que faz referência ao Aviso nº 202, relatado pelo Deputado Anivaldo Vale. A minha outra dúvida é de que, no projeto de lei substitutivo, não consta a emenda acatada pelo Relator no valor de 2 milhões, 940 mil reais. Gostaria que a assessoria nos explicasse por que não consta.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Só queria explicar para o ilustre Deputado Pauderney Avelino que na verdade foi suprimido do valor que havia sido cancelado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Suprimido do cancelamento, por isso não consta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero explicar ao Deputado Pauderney Avelino que o aviso do Tribunal de Contas já foi encaminhado à Comissão e já consta na Internet.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Quinze milhões, setecentos e sete, trezentos e...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está resolvido o problema.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já está na Comissão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Está na Comissão, mas não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim, mas não será objeto de votação. Na época própria não precisa para efeito de relatório.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Vou acatar a posição de V.Exa., mas fica o registro de que o aviso não foi votado, já consta de um PL, que está em votação e, com certeza, será aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Presidente, pela ordem.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Acho que o Relator deveria retirar esse parágrafo. *“Encontra-se na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização desde de junho, aguardando a inclusão na pauta o relatório do Deputado Anivaldo Vale, sobre o aviso tal, tal, tal.”* Fica muito desconfortável para nós, Presidente, votar um relatório para fazer referência — um relatório que está para ser votado. O nosso relatório pode não ser aprovado. É complicado. Como se trata de um assunto que acordamos — ninguém levantou isso na reunião do Colégio de Líderes —, creio que seja preferível retirar até como preservação da Comissão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Aditando o que o Deputado Anivaldo Vale diz, apesar do relatório do Parlamentar concluir pela manutenção da vedação da execução da obra, o Plenário da Comissão poderá concluir contrariamente. Portanto, é salutar que V.Exa. retire este texto ou peça para o Relator retirar, porque a decisão do Deputado Anivaldo Vale de incluir a manutenção da vedação poderá ser ou não a decisão do Plenário da Comissão.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, primeiro quero apenas informar que, na verdade, essas informações foram passadas pela Comissão de Orçamento e pela assessoria técnica. Segundo, não tenho objeção nenhuma e não quero prejudicar ninguém. Pelo contrário. Se a Comissão entender que devo retirar esse parágrafo do meu relatório, eu o retiro sem nenhum problema. Se a Comissão, a assessoria técnica assim entender — sobretudo solicito informação da Mesa —, posso retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Poderá ser feita uma pequena alteração no relatório: *“Encontra-se na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ...*

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Votamos com essa alteração, então.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - ... *o Aviso nº 202, do TCU, que trata do citado programa de trabalho.”*

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Desculpe-me, mas não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ele altera o relatório...

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Eu excludo esse parágrafo do meu relatório, sem nenhum problema. Na verdade, essa foi a orientação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - *“Encontra-se na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Aviso nº 202, TCU, 2003, que trata do citado programa de trabalho.”*

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O.k., assim dá para aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, é preciso reconhecer o trabalho e o esforço do Senador João Ribeiro, que teve o cuidado de recompor, mesmo que parcialmente, as dotações em favor dos Estados. Portanto, cumprimento S.Exa. pela cautela que teve com a matéria.

Ao mesmo tempo, aproveito para lembrar aos nobres colegas que o Governo poderia perfeitamente ter evitado tudo isso, afinal aprovamos a CIDE. Se o Governo tivesse utilizado os recursos da CIDE, nada disso estaria sendo discutido hoje.

Só para se ter uma idéia, os recursos que estão consignados na lei orçamentária vigente, comparando-os com os dados de execução do Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, até o mês de julho último, o valor alocado, conforme aquela lei, totaliza 10,7 bilhões. Deduzidos os 4,2 bilhões esterilizados na reserva de contingência, resta um programado de 5,7 bilhões. Confirma-se, no entanto, que foram empenhados somente 2,4 bilhões e pagos 1,1 bilhão, ou seja, apenas 10,3% do valor total dos recursos da CIDE consignados na lei orçamentária.

Então, se houver o cumprimento da lei, imagino que muita coisa, muita discussão e muito descontentamento, que hoje existe com os Governadores, também serão evitados.

Peço, então, aos representantes do Governo, aos Líderes, sobretudo do PT, que se empenhem para que a CIDE realmente seja usada para a finalidade para a qual foi aprovada.

;

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, queria fazer um registro sobre o PL nº 23, objeto de uma longa discussão na Comissão, justamente pelo procedimento.

Temos o entendimento de que em emenda individual e de bancada, o Executivo não pode tomar iniciativa de buscar como fonte de recurso para suplementação de créditos.

Ocorre que este foi um caso verdadeiramente interessante. Vou até ampliar minha fala quando o PL nº 24 for discutido, mas aplica-se aqui perfeitamente. Pela primeira vez, o Ministério dos Transportes foi competente nesta área, na medida em que convidou todos os membros da bancada para discutir. E discutiu essas alterações.

Então, acho que esse é um procedimento salutar, que objetiva o bom entendimento, e a ele damos total apoio. O que é estranho para nós são aqueles 2 princípios que coloquei: ter a iniciativa de buscar a emenda individual ou a de bancada. Nesse caso, foi acordado. Portanto, tem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. SENADOR DUCIOMAR COSTA - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a esta plenária para o PL nº 23, à qual apresentamos as Emendas nºs 7 e 8, excluídas do relatório do Senador João Ribeiro.

Gostaria de chamar a atenção para a real importância da recuperação desse corredor da restauração da BR-316 e solicitar ao Relator e a esta plenária que reconsiderassem a decisão, para que pudéssemos fazer com que esse recurso fosse aprovado neste momento crítico por que passam as estradas do Brasil. Acredito que seria muito oportuno aprovar esse recurso. Essa emenda de 2 milhões de reais, com certeza, vai ser muito bem aproveitada para o desenvolvimento do nosso País, já que é um corredor bastante importante para o nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sr. Duciomar, adotamos este critério para recompor aqueles Estados que estavam em prejuízo no meu relatório. Não houve nenhum corte nos recursos para o Estado do Pará no meu relatório, não aprovamos nenhuma emenda para abrir rubrica nova, porque se eu atendesse um Parlamentar teria que criar critério para atender os demais. Como isso não seria possível, não pude atender nenhuma emenda que criasse obra nova ou que atendesse outro interesse que não este do PL, segundo o critério que adotamos para tentar recompor o máximo possível os Estados que estavam perdendo. Foi esse o critério adotado. Por isso rejeitamos todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. SENADOR DUCIOMAR COSTA - Sr. Presidente, tendo a colaboração do Deputado José Priante e diante da explicação do Relator, retiramos a nossa solicitação, já que existe acordo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Amauri Robledo Gasques.

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, nossa questão é semelhante à do Senador, mas não entendemos por que o critério tenha que ser tão rígido em relação a esse assunto. Supostamente, São Paulo é um Estado que realmente tem tido recursos orçamentários para melhorar suas estradas, no entanto são insuficientes. Na semana passada, em conversa com o Governador, sentimos a problemática em que se encontram as estradas naquele Estado. Acreditamos que esse requerimento de destaque — também entramos com o requerimento de Destaque nº 23 — solicitará dotação, a fim de resolver um problema muito sério que se mantém no escoamento de várias produções à beira de estradas, que no momento se encontram em estado crítico.

Gostaríamos que esse fator fosse levado em consideração, que o Relator analisasse essa questão mais profundamente e revisse a deliberação desse orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

;

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, o Deputado Marcelino Fraga, da nossa bancada, tem defendido, ao longo dos anos, como Deputado Estadual, juntamente com os Senadores Magno Malta e Gerson Camata e o Deputado José Carlos Elias, recursos para terminar uma obra que, por incrível que pareça, demorou 22 anos para ser construída. Há um trecho sobre o qual o Presidente Lula foi abordado pelo Deputado Marcelino, no Estado do Espírito Santo, em que S.Exa. lhe perguntou quanto falta para terminar a obra. O Deputado responde que falta apenas 1 milhão de reais. Ao que S.Exa. respondeu que paga do próprio bolso, que o Deputado teria essa obra.

Diante desses PLs apresentados, o Deputado mostrou ao Ministro dos Transportes e ao Senador Relator desta matéria que com apenas 1 milhão de reais poderá concluir os 8 quilômetros do contorno de Colatina. A ponte já está pronta. Se não me engano, faltam apenas 600 metros para concluir essa obra.

Apresentei destaque, apesar de entender a argumentação do Relator, Senador João Ribeiro, sobre o que aconteceria se a emenda fosse atendida. Fiz o destaque com o propósito de sensibilizar S.Exa., porque acho um absurdo uma obra que demora 22 anos para ser construída e por apenas 1 milhão de reais ela não possa concluir o contorno que dá acesso à ponte por onde passa todo o trânsito de Colatina.

Por meio desse destaque, peço a aprovação do Relator e espero que se sensibilize com os apelos do Deputado Marcelino e de toda a bancada do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, não posso alterar o critério. O Estado do Espírito Santo não recebeu nem corte nem dotação neste relatório. Portanto, é o mesmo critério das outras emendas. Infelizmente, não pude atender os colegas Parlamentares. Eu tinha que criar um critério, e o critério adotado foi esse, de recompor os Estados que estavam perdendo receita. Por isso, infelizmente, não pude acatar a emenda da ilustre Deputada Rose de Freitas e do seu colega.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação, ressalvados os destaques, na Câmara dos Deputados.

Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora à votação dos destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, como há acordo em torno desse projeto, solicito às Lideranças dos vários partidos que retirem os seus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra os Srs. Líderes.

(Não identificado) - Estou de acordo, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Retiro os Destaques n°s 04 e 05, para que o acordo seja cumprido.

(Não identificado) - O PT está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Senador Duciomar, há os Destaques n°s 2 e 3. V.Exa. retira ou não os destaques?

O SR. SENADOR DUCIOMAR COSTA - Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputada Rose de Freitas, retira?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu, sob protesto, retiro, atendendo ao Deputado, porque realmente S.Exa. atendeu 3 emendas nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Amauri Robledo, mantém ou retira o destaque?

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, não concordo com o critério adotado. Sob protesto, retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado.

Está aprovado o parecer.

Há 3 requerimentos sobre a mesa, de inclusão de matéria na Ordem do Dia.

;

Requerimento do Deputado Carlito Merss para inclusão do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2003, do Congresso Nacional. Relatório aos Projetos nºs 24 e 23 também de autoria do Deputado Carlito Merss.

Relatório apresentado, pelo Deputado Pedro Chaves, ao Aviso nº 50/2003.

Vamos colocar em votação os requerimentos em bloco.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, apenas para esclarecer: o de nº 24 também está na pauta ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agora vai entrar na pauta. Nós acabamos de aprovar o requerimento.

Projeto de Lei nº 22, de 2003, que *“Altera a redação do item 4 do Quadro IV da Lei nº 10.640 de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003”*.

Relator: Deputado Carlito Merss.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço aos Deputados e Senadores que aprovaram esse projeto e essa pauta. É uma angústia da maioria das universidades. Esse projeto altera a redação do item 4 do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

Sr. Presidente, deveria constar da LDO, mas em função de não acontecer isso, o Sr. Presidente altera essa lei, passando de 772 milhões e 700 para 805 milhões e 698 mil e altera a redação dada à alínea “e” — infra-estrutura, cultura, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia —, que previa a ocupação de até 10.400 vagas. A partir de agora, ao votar esse projeto, as vagas passarão para 16 mil e 675.

A matéria não trata de previsão de receita, nem de fixação de despesa, tampouco é relativa a crédito suplementar ou a contratação de operação de crédito.

Não foi apresentada nesta Comissão nenhuma emenda. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, nos termos da proposta original encaminhada pelo Poder Executivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer do Relator.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, este é um excelente projeto, oferece à comunidade nacional a oportunidade de, por intermédio de concurso público, preencher 16 mil, 675 vagas em várias áreas do Governo: infra-estrutura, cultura, educação, meio ambiente e ciência e tecnologia.

Imagino que essa é a forma salutar de oferecer emprego, de ter acesso ao emprego, onde é valorizado sobretudo o conhecimento.

Penso que todos nós, homens públicos, devemos ter a preocupação de valorizar o concurso como forma ideal para o ingresso das pessoas no serviço público, porque é através desse saber que teremos, no futuro, a oportunidade de conviver com pessoas competentes, que zelarão pelo interesse do País, da Casa, dos órgãos e a quem estiver servindo. Essa oportunidade deve ser oferecida em outros tempos a outras pessoas como forma de ampliação do serviço público e da sua qualidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, cumprimento o Relator por ter feito essa peça de adequação. Votarei favoravelmente ao projeto, por entender que a carreira de auditoria e fiscalização deva ser ampliada. Essas 2 mil e 800 vagas autorizadas neste momento permitirão que o INSS e a Receita Federal possam combater fortemente a sonegação fiscal no Brasil.

Por essa razão, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Continua em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o Relator foi muito feliz, mas queria fazer advertência ao Governo. Aliás, todo Governo que está começando comete erros e, às vezes, omissões. Esse crédito deveria ter sido aberto antes de apresentar o projeto. De qualquer maneira, vamos salvá-lo, mas o Governo precisa ter o cuidado de abrir o crédito antes.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, cumprimento o nosso companheiro, o Relator Carlito Merres, que se saiu muito bem.

Portanto, o PMDB orienta e recomenda a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado José Borba.

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 24/2003-CN, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de 1 bilhão, 74 milhões, 268 mil, 941 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente*”.

Relator: Deputado Pedro Novais.

Foram apresentadas 187 emendas.

O voto é favorável, na forma do substitutivo apresentado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, esse PL cancelou do Estado do Piauí 46 milhões e só repôs 14. Há uma negociação em curso. Solicitaria a V.Exa. que, ouvido o Plenário, adiasse esta votação para a próxima reunião, para que possa concretizar os entendimentos havidos entre as Lideranças e o Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, a inclusão desse projeto na pauta foi fruto de um acordo de Lideranças, ontem, na Comissão. Então, se as Lideranças concordarem...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Veja bem, Sr. Presidente. No Estado do Piauí, por exemplo, de 46 milhões de emenda de bancada, foram cancelados 31,5 milhões, que correspondem a mais de 2 terços.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, esse assunto foi exaustivamente discutido ontem, e vários Estados foram prejudicados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas peço apenas o adiamento, para que possa processar esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, como foi acordo de Lideranças de bancada a inclusão do projeto de lei na pauta desta reunião, só posso retirá-lo se tiver anuência das Lideranças partidárias.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

;

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o PP entende que, como é uma matéria polêmica e existem muitos interesses nela, o projeto deve ser retirado de pauta, para que haja entendimento. Depois ele voltará para votação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, ontem, na reunião de Líderes, realmente foi acordado que votaríamos o PL nº 24. A única dúvida que tenho, e por isso pedi a palavra pela ordem, é de que no acordo não foi determinado que não apresentaríamos e não votaríamos destaques. Votaríamos o projeto, mas também votaríamos os destaques. Então, gostaríamos que fosse esclarecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O acordo foi pela inclusão na pauta.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Somente pela inclusão na pauta.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, essa decisão é fruto do acordo, o PMDB participou e é favorável que essa matéria seja votada nesta reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, o PL endossa as palavras do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, entendemos que essa matéria deva ser votada hoje, porque há várias dotações orçamentárias para a região amazônica, onde as estradas precisam ser recuperadas ainda neste período. As chuvas vão começar e vai ser muito difícil cumprir a meta de recuperação das estradas se esse projeto não for aprovado neste momento, para iniciar agora as obras de recuperação. Adiar essa votação vai atrasar ainda mais o processo licitatório, e este ano não vai se recuperar na região amazônica qualquer tipo de estrada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, adiar esse PL é um atentado aos caminhoneiros deste País, que estão trafegando por estradas esburacadas, e esta Comissão quer ajudar a consertar as estradas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já está claro que não há consenso. Não havendo consenso, não podemos retirar a matéria de pauta.

(Não identificado) - O PPS é contra a retirada também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, gostaria de registrar que esta suplementação tem um papel decisivo exatamente no momento que antecede o período de inverno no País. Quero chamar a atenção sobretudo para as suplementações concernentes aos Estados de Goiás e Distrito Federal pelo papel nevrálgico que isso tem sob o ponto de vista do escoamento da safra. Então, quanto mais rápido conseguirmos viabilizar esse projeto de suplementação orçamentária, melhor. Não adianta ir ao plenário fazer um discurso e na hora de viabilizar o projeto, viabiliza-se gargalo para poder resolver outras questões menores que não o projeto que interessa ao País. Isso é extremamente importante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, quero apenas saber do Relator se mesmo não retirando de pauta nossos destaques, se eles serão analisados. Sim ou não? Se sim, concordo com que mantenha em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Serão analisados sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Nós já temos a unanimidade da Comissão, Sr. Presidente. Vamos votar.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos votar então, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, é justamente isso. Eu queria chamar a atenção da Comissão, porque acordo para mim é para ser cumprido. Fizemos um acordo de Lideranças para colocar o projeto na pauta de hoje. Então, temos de apreciá-lo. Ele pode até não ser votado, mas tem de ser discutido, tem de entrar na pauta, porque foi objeto de acordo. Não podemos romper acordo. Compreendo, meu caro amigo Deputado Júlio Cesar, a insatisfação de o Piauí perder quase 40 milhões de reais. Se for discutir o projeto, tenho profundas restrições quanto a forma como foram feitas, mas fui voto vencido na mina bancada. Então, na oportunidade, falarei sobre isso. Mas o que está sendo discutido é a questão de pautar e discutir. Trata-se de um acordo feito entre as Lideranças e que tem de ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, acho que a questão levantada pelo Deputado Anivaldo Vale é importante. O acordo tem de ser cumprido. Particularmente, acho que vários Deputados devem ter percebido a forma como fiquei, porque meu Estado também teve cortes, pois a BR-267, que há tempo queremos concluir um trecho de apenas 11 quilômetros, teve cortes. Recebi ligação do Governador para conversar sobre isso. Fomos falar com o Relator, mas, como havíamos feito acordo, conversando com a Liderança do nosso partido e com representantes do Ministério, concordo que acordo é acordo. Meu Estado também foi cortado, mas acordo é acordo. Então, temos de votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação, ressaltados os destaques, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado ...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em votação o requerimento para inclusão de pauta ou já é o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não. Já é votação do projeto.

(**Não identificado**) - Ressaltados os destaques

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agora vamos discutir o projeto com o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, examinamos o projeto e verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular, no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2002/03, ou com sua revisão e a sua conformidade com as disposições na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003.

Consoante determinação do art. 30, da Resolução nº 1, de 2001, o Quadro I, em anexo, apresenta a execução orçamentária recente de cada subtítulo, cuja suplementação é proposta mediante projeto de lei analisado, comparada com os valores da suplementação submetida à apreciação.

O Quadro II apresenta os cancelamentos propostos à programação de suplementação com vistas a dar suporte às emendas acolhidas.

O Quadro III apresenta demonstrativo das decisões relativas às emendas propostas.

Das 187 proposições de Parlamentares, 5 foram aprovadas, 49 aprovadas parcialmente, 5 inadmitidas, por contrariarem a Resolução nº 1, 2001-CN. Quanto às demais emendas, não obstante o seu mérito e relevância, não foi possível o acolhimento, por insuficiência de recursos.

Durante o processo de análise do projeto em questão recebemos, por intermédio do Deputado José Priante, cópia do Aviso nº 1.305-GM-Ministério dos Transportes, dirigido à Presidência da Comissão, em conformidade com o art. 27, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001-CN, dos valores de cancelamento atribuídos aos subtítulos: 2678202361516.0101 — construção de trechos rodoviários na BR-230, no Estado do Pará, divisão Pará, Tocantins, Marabá, Altamira, Itaituba; e 2678202375730.0010 — adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia/Tocantins, BR-316, Pará; adequação do trecho entroncamento Km 0, Santa Maria, divisão Pará/Maranhão, nos termos de cópia da ata da reunião da bancada do Pará, realizada em 4 de junho de 2003.

;

Tendo em vista que as modificações solicitadas pelo Poder Executivo não implicam alteração do valor do crédito pleiteado, mas tão-somente remanejamento de valores entre 2 subtítulos constantes do Anexo II — cancelamento — destinados ao Estado do Pará, concordamos em proceder os ajustes necessários. Para tanto, foi necessária a elaboração da Emenda de Relator nº 01.

Comunica-se ao Presidente da Comissão a inadmissibilidade das Emendas nºs 031, 032, 044, 048 e 187, por contrariarem dispositivos da Resolução nº 01, de 2001-CN, conforme discriminado no Quadro III.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2003-CN, com as alterações decorrentes dos cancelamentos apresentados no Quadro II e das emendas apresentadas no Quadro III, demonstrativo de decisões, bem como da aprovação da Emenda de Relator nº 01, na forma do substitutivo em anexo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lido o relatório.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, apresentamos os Destaques nºs 016 e 014, do Estado do Espírito Santo, porque no PL nº 24 são recompostos os valores de vários trechos de obras. Para duas obras consideradas prioritárias pela bancada do Estado foram retirados recursos totais. Uma delas é no perímetro urbano de Linhares, que está com 80% da obra concluída. E a outra é a Ponte de Colatina, de 20 milhões, toda concluída há mais de 20 anos. Estão retirando recursos de onde falta apenas cabeceira para sua inauguração.

Então, peço ao nobre Relator o acatamento desses 2 destaques primordiais. Toda a bancada do Espírito Santo — os 3 Senadores e os 10 Deputados — aprova como obras prioritárias para o Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, na ocasião própria, vamos proceder à votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, declino usar da palavra para discutir o parecer do Relator. Naturalmente, aguardo para fazê-lo quando tratarmos dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de fazer uma proposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu gostaria de propor à Comissão que aprovássemos agora o projeto como está, da maneira como o Relator leu, e passássemos a discutir os destaques. Que cada um discutisse os destaques apresentados. Assim, aprovaríamos o projeto e a sessão andaria mais rápido. Há companheiros discutindo destaques. Então, que aprovemos o projeto, ressaltados os destaques, e discutamos tudo em cima dos destaques. Esta é a minha proposição. O Deputado Anivaldo Vale já concorda.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não, Sr. Presidente. Gosto muito do Deputado João Leão, mas não dá. Queremos discutir o projeto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço a palavra para discutir o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acho que tenho de reconhecer que o projeto está na direção correta, ainda que eu tenha objeção em relação a um problema que ocorre em São Paulo — uma ponte que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul. Já fizemos inclusive um acordo com o Relator a respeito da questão; será feita uma reposição através de um destaque acordado com o Relator e com o Líder do Governo, o Senador Amir Lando. Tenho de reconhecer que o projeto, no seu aspecto global, vai na direção correta, porque prioriza, em primeiro lugar, conservação e restauração. É fundamental. Foi exatamente o que eu fiz quando estava no Ministério. A falta de recursos nos obriga a eleger certas

;

prioridades. E a prioridade, qual é? Garantir que aquilo que existe não seja destruído, ou que aquilo que está sendo destruído seja mantido e restaurado. Esse é o primeiro passo diante da falta de recursos. O segundo passo importante, o que também o Ministério fez — e tenho de reconhecer isso, porque fiz exatamente da mesma forma —, é garantir recursos de contrapartida a financiamentos internacionais, porque eles custam recursos a cada dia que passa. Quando o Governo não utiliza os recursos internacionais, paga taxa de permanência. O recurso não é utilizado, mas é paga uma taxa de permanência, além das taxas normais que existem. Esse recurso internacional, além de tudo, ao se colocar uma contrapartida de um, obtém-se de 3 ou de 4 vezes. Portanto, o recurso nacional alavanca 2, 3, 4 vezes o recurso total de uma obra, porque se tem, sem dúvida, uma produtividade muito maior com recursos bem menores, gerando emprego e produção.

Então, a linha básica do projeto é correta, vai no sentido da melhor utilização do recurso público. Há divergências com relação a alguns pontos específicos, mas quero constatar e fazer justiça: a linha geral do projeto e a concepção geral das mudanças feitas são corretas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Srs. Parlamentares, as palavras do Deputado Goldmann me levam a fazer um esclarecimento. Não considerando a prioridade que o Ministério deu e que acho que todos devemos dar à conservação e restauração de estradas, não toquei nas suplementações feitas pelo Ministério no seu projeto. Também não mexi nas verbas relativas à contrapartida para atender a recursos externos. Isso beneficiou vários Estados: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, os Estados do Sul. Também não mexi nas verbas relativas à manutenção de concessão de rodovias. No entanto, mexi no seguinte ponto, porque não achei justo: o Ministério retirou recursos de investimento e colocou em diversos custeios. Então, anulei todos eles para atender às emendas dos Parlamentares. Também cheguei a reduzir alguns recursos de suplementação em estradas, que o Ministério havia colocado, porque os existentes no Orçamento passado ainda não tinham sido empenhados. Então, como é que se justificaria suplementar recursos que ainda não tinham sido empenhados, considerando que já estamos com dois terços do ano vencido?! Então, cortei alguma coisa também para atender às emendas dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Pedro Novais pelo cuidado que teve em apresentar seu relatório. No entanto, é preciso que se faça aqui, mais uma vez, uma crítica ao desempenho do Governo neste setor. Os recursos disponíveis da CIDE são no valor de R\$588,6 milhões. Até o início do mês de julho, sabem quanto foi utilizado desse total? Foram utilizados R\$2,7 milhões, ou seja, apenas 0,46%. Se o Governo tivesse utilizado o recurso que está a sua disposição, talvez não estivéssemos aqui com tantas lamentações. Mas parabeno o Deputado Pedro Novais, mais uma vez, pelo cuidado que teve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei nº 24 objetiva a suplementação de recursos de R\$1.074.268.941,00. Particularmente, Sr. Presidente, tenho profundas restrições à forma e ao conteúdo do acordo feito com a bancada. Fui voto vencido, e respeito a decisão da bancada, mas eu gostaria de explicitar nesta Comissão o meu sentimento. Ao discutir numa audiência pública com o Ministro, ele foi claro ao nos dizer que sua visão é a de que esse orçamento é uma peça de ficção. O que é emenda de bancada? É fruto do trabalho de entendimento por todos os Parlamentares de cada bancada. É uma reivindicação suprapartidária, que vem para o Orçamento Geral da União, e, a partir dali, ficamos alimentando a esperança quanto à realização dessas obras. Quanto à forma utilizada, foram retirados do Estado do Pará R\$80 milhões em obras de investimento; dinheiro que era da BR-163, que é a Santarém—Cuiabá, R\$33 milhões; da Transamazônica, R\$28 milhões; e da BR-316, R\$16 milhões. Foram dados ao Pará cerca de 17 milhões para custeio. É verdade, sim, que a BR-316 e a BR-010 estão com mais buracos do que tábua de pirulito. Isso é verdade. Mas não podemos permitir que se retire dinheiro de investimentos, colocados pela própria bancada, para

;

satisfazer essas obras emergenciais. Tivemos uma ampla discussão com o Ministro dos Transportes, que se comprometeu em trazer para o Congresso Nacional novos créditos que possam recuperar esse prejuízo, como também se comprometeu a pagar às Prefeituras pelas obras que foram realizadas para garantir a trafegabilidade das BRs-163 e 230, da Rodovia Transamazônica, obras essas realizadas em estradas federais, com dinheiro municipal, e que ainda não foram pagas.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que respeito a decisão da minha bancada do Estado do Pará, que concordou em colocar esses recursos na forma de custeio para o Pará (menos de 20%), sendo o restante para satisfazer as necessidades do Brasil em outros Estados. Tudo bem. Mas com o que não podemos concordar é que se continue com esse processo. Acho que, neste momento, é preciso que sejam realizadas as obras, principalmente na Transamazônica, no trecho Santarém—Cuiabá, e que seja dado acesso a Belém nessa única estrada, que é a BR-316.

Estamos sendo penalizados, um Estado distante mais de 2.000 quilômetros de centros desenvolvidos do País. Precisamos do apoio de todos os pares desta Casa e, principalmente, da sensibilidade do Poder Executivo.

Também, Sr. Presidente, em um momento anterior, em nome do bom andamento destes trabalhos e, sobretudo, para zelar os acordos cumpridos, ratifiquei o entendimento do PSDB de cumprir com o acordo para colocarmos esse projeto em pauta. Mas quero lembrar, sobretudo, ao Ministério dos Transportes que, quando da discussão da medida provisória que estadualizou as obras de Mato Grosso do Sul, aqui ficou firmado o compromisso, assumido inclusive pelo Líder do Governo, Senador Amir Lando, de se verificar a situação do Estado do Pará no que diz respeito à BR-222, já que a reivindicação do Pará registrou entrada no Ministério dos Transportes no dia 10 de janeiro, portanto, dentro do prazo da medida provisória. Mas até hoje ela não foi estudada pelo Ministério dos Transportes, e nós estamos aguardando o resgate desse compromisso — um compromisso assumido nesta Comissão — e o Pará precisa dos R\$36 milhões negados pelo Ministério dos Transportes. Vejam V.Exas.: R\$80 milhões nesse projeto de lei (o PL nº 24), mais R\$36 milhões com a medida provisória da estadualização da BR-222. São quase R\$120 milhões que estão tirando do Estado do Pará para investimento. Não podemos concordar com isso! Acreditamos, sim, que os entendimentos mantidos, nesta Comissão, com o Líder do Governo e com o Ministério dos Transportes, façam com que, até o próximo mês, obtenhamos o resgate desse débito com a sociedade paraense.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Portanto, sou favorável à aprovação do projeto porque é fruto de um acordo de Lideranças.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Há sobre a mesa uma lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Só gostaria de falar por 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Há uma lista de inscritos, nobre Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu seu, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vou dar a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado Wasny de Roure; depois, ao Deputado Claudio Cajado. Deseja V.Exa. inscrever-se?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Quero. Pode registrar a minha inscrição, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Então V.Exa. está inscrito.

Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - V.Exa. já está inscrito, nobre Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria inicialmente de registrar aqui meus cumprimentos ao nobre Deputado Pedro Novais, porque, pelo menos, S.Exa. foi bastante transparente no critério e método adotado. Até porque o nobre Relator demonstra, com isso, a compreensão de que, neste determinado momento do ano, não teremos condições de fazer uma programação com os devidos

;

processos subseqüentes de licitação e tudo mais, para que ainda este ano pudéssemos ter os contratos firmados. Então, creio que a postura do nobre Relator é sensata, séria e equilibrada. No nosso caso do Distrito Federal, quero, até como único representante do Distrito Federal nesta Comissão, registrar o significativo corte. Creio que não tenho sido bem ouvido pelo nobre Relator. Mas, como este é o meu primeiro ano nesta Casa, espero aprender com os profissionais do convencimento, como V.Exa., Sr. Presidente.

O Distrito Federal teve um corte significativo de aproximadamente 40% dos recursos orçados para efeito de restauração, pistas e investimentos novos.

Sr. Relator, particularmente, quero me referir a 2 cortes, que, para nós, têm um impacto muito grande, e que representam algo em torno de R\$2 milhões.

Em primeiro lugar, a EPIA, via que evita que os veículos mais pesados não passem por dentro da cidade e que faz a devida interligação das principais rodovias que cruzam o quadrilátero do Distrito Federal e que estão bastante deterioradas. Portanto, esse recurso teria papel fundamental na restauração dessa via e na manutenção do bom fluxo dos veículos pesados, evitando seu tráfego no interior da cidade. A cidade vai pagar um preço maior a longo prazo caso não se evite que o desvio ocorra. Esses R\$2 milhões representariam muito para a cidade, como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, no caso da Bahia tivemos a iniciativa de termos conversado com o Ministro dos Transportes. Em audiência com S.Exa., definimos quais seriam as prioridades para poder alocar os recursos já previstos no Orçamento para a liberação dos recursos financeiros. Optamos por privilegiar a manutenção da malha rodoviária federal, tendo a Bahia sido contemplada com R\$37.097.000,00. Cancelamos parte das dotações orçamentárias na construção do trecho da BR-116, ponte entre Petrolina e Juazeiro, e da BR-030, ponte que liga a cidade de Malhada a Carinhonha. Isso não significa que estamos anulando as dotações dessas obras, mas privilegiando a manutenção de trechos rodoviários federais intrafegáveis.

A Bahia sente-se contemplada e parabeniza o Relator Pedro Novais pelo relatório, e o Ministro dos Transportes pela iniciativa de receber toda a bancada baiana. Foi feita uma priorização que se revelou verdadeira no projeto apresentado.

Portanto, a Bahia honra o acordo feito e deseja ver votado logo o projeto, ressaltados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, quanto ao PL ora sob exame, o Ministério dos Transportes cometeu, infelizmente, grave engano ao cancelar todos os recursos previstos no Orçamento. O erro federal cancelou os recursos da emenda de bancada (cerca de R\$8,5 milhões), afora recursos para anéis rodoviários, para a BR-020, no subtrecho de São Raimundo Nonato e Picos, que circunda o Parque Nacional Serra da Capivara. Trata-se da BR-020, a famosa Fortaleza—Brasília, meta rodoviária que JK, em suas memórias, antes de morrer, lamenta ter sido a única não concluída — até hoje. Está pronta de Brasília a Barreiras, de Picos a Fortaleza. Mas há o grande vazio do sertão. O Deputado Júlio Cesar, oportunamente, já reclamou sobre essa injustiça feita com a BR-020, preconceito que vem do Ministério dos Transportes. A referida obra foi feita pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, que está com cerca de 400 homens parados por causa dessa medida. O Ministro dos Transportes prometeu-me providências, por intermédio de seu assessor parlamentar, Dr. João Agenor, e, agora, por intermédio de um telefonema ao Deputado Júlio Cesar, disse S.Exa. que vai recompor esse recurso de crédito suplementar, a fim de evitar procrastinação no processo de votação — e qualquer emenda de reposição auxilia a retirada de outros Estados. E, além do mais, vai adiantar, por conta de outra rubrica, R\$1,5 milhão para que as obras não parem no Estado do Piauí.

O Deputado Júlio Cesar vai aqui divulgar para todos o conteúdo do telefonema do Ministro, mas já tive garantido pessoalmente pelo assessor parlamentar do Ministro esse compromisso explícito de que esse equívoco vai ser corrigido através do Ministério dos

Transportes e que uma proposição vai ser enviada imediatamente a esta Casa. Faço questão de afirmar isto para que conste dos Anais da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, queremos registrar que esse relatório é fruto de uma negociação feita por todas as bancadas do Brasil, que o Ministério dos Transportes convidou todos os Parlamentares para participar da luta pela trafegabilidade das estradas brasileiras.

Estou aqui, Sr. Presidente, com uma pesquisa realizada pela revista *Guia Quatro Rodas Estradas*. Repórteres percorreram 250 mil quilômetros, analisando as condições das estradas do Brasil. Praticamente todas elas estão em condições precárias. Registro que, segundo a pesquisa, o Estado da Bahia lidera o *ranking* das rodovias precárias com 1.143 quilômetros de buracos, seguido por Mato Grosso, com 989 quilômetros; Minas Gerais, com 973 quilômetros; Paraná, com 832 quilômetros; e Goiás, com 629 quilômetros. Esses Estados fecham os 5 primeiros lugares em estradas precárias. Diz a mesma pesquisa da revista, uma edição de 2003, que os Estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que apresentavam juntos 233 quilômetros de pistas precárias, conseguiram zerar esse índice. Apenas Amapá, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Sergipe mantiveram as suas malhas viárias na mesma linha de conservação.

Então, Sr. Presidente, o objetivo principal desse PL é alocar recursos para conservação e restauração das nossas estradas. Queremos parabenizar a equipe do Ministério, porque ela pegou um orçamento extremamente enxuto diante de uma situação de precariedade das nossas estradas brasileiras.

É preciso, primeiramente, fazer esse mutirão pela conservação e pela restauração. A construção de estradas é algo muito necessário, mas não adianta ficarmos alocando todos os nossos recursos em construção de novas vias, se as nossas antigas estradas estão se acabando. Por isso queremos também parabenizar o Relator Pedro Novais, que teve a sensibilidade de ouvir primeiro os Parlamentares e as bancadas, atendendo a alguns remanejamentos que foram possíveis.

Quero registrar, Sr. Presidente, que nós de Mato Grosso poderemos estar aqui a reclamar porque perdemos alguns recursos nesse remanejamento feito pelo nosso Relator. Mas o mais importante, principalmente por ser o nosso o 2º Estado brasileiro em estradas mais precárias, é que, se o nosso Estado perdeu um pouco em construção de estradas, por outro lado ganhou recursos para conservação e restauração das estradas, o que constituía nossa maior preocupação.

Esperamos que os Parlamentares desta Comissão se sensibilizem para aprovarmos o mais rápido possível o projeto, dando condições de conservação e trafegabilidade às nossas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, quero fazer um registro por ocasião da elaboração desse PL no Ministério dos Transportes

Assessores do Ministro procuraram o coordenador da bancada do nosso Estado, Deputado Mussa Demes, para negociar o cancelamento dos valores que o Ministério queria cancelar naquela época. Ficou acordado, Sr. Presidente, que o cancelamento seria em torno de 20%. Mas, quando o PL chegou aqui, o cancelamento que veio foi de 68,39%. Então, de R\$46 milhões destinados ao Estado do Piauí, o Ministério cancelou R\$31 milhões. E o que é mais grave: tenho informação da assessoria de que parte desses recursos foi usada para financiar a recuperação de estradas no Estado de São Paulo — recursos preciosos foram retirados de um Estado pobre como o Piauí e levados para São Paulo.

Quero acreditar que o acordo feito pelo Governador com o Ministro seja cumprido.

Vou retirar meu pedido de vista, de adiamento da votação, porque recebi há poucos minutos uma ligação do Sr. Ministro dos Transportes, que se comprometeu a repor parte desses recursos cancelados, que serviriam para obras em estradas do Estado do Piauí. Segundo o Ministro, desse acordo agora também participou o Governador do Estado, Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Eduardo Seabra.

;

O SR. DEPUTADO EDUARDO SEABRA - Sr. Presidente, apresentei uma emenda com um destaque (Destaque nº 6).

Primeiro, quero cumprimentar o Relator, Pedro Novais, pelo trabalho e pela forma transparente com que conduziu os trabalhos para a elaboração de seu relatório.

O programa do Paraná ficou bastante comprometido com o corte de R\$22,6 milhões. Da soma de R\$1.074.000,00 há uma parte considerável representada pelo corte de emendas parlamentares, que têm a função de distribuir as obras regionalmente pelo País. Na realidade, esses recursos teriam de ter sido destinados através da CIDE e não o foram. Queremos registrar que esse corte representa um prejuízo muito grande ao Estado do Paraná.

Por isso, apresentamos o Destaque nº 6.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, esse projeto avançou com a discussão ampla de todas as bancadas. É um projeto de condução democrática. O Relator procurou abranger todos, e responsavelmente incluiu basicamente todas as situações em que era possível fazer modificações, haja vista a situação em que se encontra a maioria das estradas brasileiras, quase todas com grandes problemas.

Mas o projeto não se restringe apenas a essas questões. Estamos também atendendo, reativando e destinando recursos à Marinha Mercante do Brasil. Várias outras áreas serão contempladas, inclusive a parte de pessoal, com relação à própria ação dos Ministérios.

Na Bahia, Sr. Presidente, já participamos de várias audiências públicas com a presença do próprio Ministro e a do Diretor da UNIT. Estamos fazendo algo extremamente democrático, que queremos saudar. Somos absolutamente favoráveis à aprovação do PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no caso específico deste PL, ocorreu algo inédito na história do Ministério dos Transportes no Brasil. O Ministro Anderson Adauto peregrinou Estado por Estado; conversou, discutiu, reuniu bancadas e fez avaliações.

No caso específico do Piauí, temo que o meu companheiro Júlio Cesar cometeu um ligeiro engano. O Piauí tinha R\$81.388.612,00. O Piauí fica com R\$60.117.603,00. Está em torno de 20% realmente o que o Ministro garantiu a todas as bancadas. Está, pois, havendo um ligeiro engano. Eu tenho aqui todos os dados e mostro a V.Exas.

Parabenizo o Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Deputado, eu tenho os dados aqui e lhes mostro daqui a pouco. Sr. Presidente, dê-me a palavra, por favor!

Parabenizo o Relator, Deputado Pedro Novais, por ter acatado essa decisão do Ministério e das bancadas de todos os Estados brasileiros e por ter feito excelente relatório. O Sr. Presidente tinha-me designado para ser o Relator desta matéria. Mas, quando me disseram que o Relator Pedro Novais estava solicitando a relatoria, e sabedor da capacidade, da fidelidade, da fidalguia que tem o Deputado Pedro Novais, eu abri mão para que S.Exa. fosse o Relator.

Sr. Presidente, eu só tenho que parabenizar a V.Exa., ao Deputado Pedro Novais e, principalmente, ao Ministro Anderson Adauto pelo belo trabalho que fez pela recuperação das estradas brasileiras.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado e quero apenas fazer um esclarecimento. Os percentuais que estou usando me foram trazidos pelo assessor, Dr. Edson. Neste PL cancelaram exatamente 68,39%. Não inventei números; eles estão no PL e os estou usando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, regimentalmente estão me dizendo que não posso pedir vista. Consulto à Mesa para saber se posso.

Gostaria de falar da minha insatisfação.

Primeiro, cumprimento o meu Presidente.

;

Sei da competência do nosso Relator Pedro Novais, mas quero discordar frontalmente da forma com que o Ministro conduziu o processo com as bancadas. É uma coisa inexplicável: cortam R\$74 milhões destinados a estradas cujas pontes estão comprometidas devido a acidentes e realocam esses recursos para outras construções cujos interesses e interessados não vou declinar.

Agora, gostaria que continuássemos, obviamente, a ter uma clareza. Na realidade, poderia ter melhorado por meio da reserva de contingência. Sou Relator da CPI dos Combustíveis, que investiga a evasão de R\$4 bilhões da CIDE. A culpa é do Governo que não move ação de inconstitucionalidade sobre a CIDE. No entanto, estamos aqui nos digladiando por cortes, ficando todos insatisfeitos com as injustiças. Não posso entender como vamos aceitar esse tipo de procedimento.

As estradas estão ruins?! Todos sabemos que estão, mas não devemos tirar de cá para pôr lá. Devemos ir arrumando mais recursos e fazer valer o objetivo para o qual a CIDE se destina. Não sei se posso regimentalmente, mas, se pudesse, pediria vista.

Eu não concordo, não aprovo a forma como foi negociado, mas me inclino, sobretudo em função da seriedade do Relator Pedro Novais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Não há figura de vista a peça de orçamento.

Com a palavra o Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, queremos aqui reconhecer a lealdade, a capacidade, a eficiência que tem o meu e o nosso companheiro Pedro Novais. S.Exa. dispõe de alternativas...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, questão de ordem. Esqueci-me de mencionar que estou apresentando destaques em meu requerimento. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, resta ao Relator poucas alternativas, mas, no que diz respeito ao Estado do Paraná, eu me somo ao Deputado Carlos Melles, que se queixa da forma com que lançaram mão dos recursos dos Estados. Nós lutamos, com muita determinação e com todas as nossas grandes dificuldades, para garantir, para contemplar nosso Estado, por ocasião da elaboração do Orçamento. E, agora, realmente, apareceu um acordo. Foi uma sugestão, um acordo feito com caráter. Penalizou-se duramente a maioria dos Estados, e com o nosso não foi diferente.

A bancada do Paraná tem trabalhado de maneira bastante coesa, tanto é verdade que nós distinguimos uma emenda, que vamos defender até a última instância. De maneira conjunta, todos os Parlamentares que apresentaram destaques viram-se convergidos para um mesmo objeto, para a mesma obra, a exemplo dos Deputados Eduardo Sciarra, Cezar Silvestri e Ricardo Barros e este Parlamentar. Por isso, peço até os cuidados do nobre Relator, porque o que será dado para o Paraná, o atendimento que for feito, comunga com a demanda, com a necessidade premente que tem o Estado em defender as obras na BR-487.

Então, temos relacionados pontos aqui, como já fizeram os nobres Deputados Eduardo Sciarra e Cezar Silvestri, e estamos defendendo os Destaques n°s 134 e 146, conjuntamente com o nobre Deputado Ricardo Barros.

E atendendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, a um pedido do nosso Líder do PMDB, Deputado Eunício Oliveira, fizemos aqui um encaminhamento para o Destaque n° 140, do Deputado Romeu Queiroz. Este destaque também visa à aprovação do PL n° 24. Desses recursos, o que for possível será destinado à BR-251, em Minas Gerais — entroncamento com a MG-181, do Boqueirão; entroncamento com a MG-188, Cangalha —, sendo a obra de grande relevância socioeconômica para a região. Por isso, pedimos ao nobre Relator que observe também esse destaque do nobre Líder Eunício Oliveira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação, ressalvados os destaques, o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra o voto do nobre Deputado Carlos Melles.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

;

Passaremos agora aos destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, tive a informação, pela Secretária da Comissão, que temos 27 destaques apresentados. São 13h54min, pelo relógio da Comissão. Daqui a 6 minutos, às 14h, teremos sessão ordinária na Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, indago de V.Exa. se os destaques serão discutidos e votados individualmente ou se o serão em globo, tendo em vista que a partir das 14h estaremos iniciando uma sessão ordinária no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Feita a questão de ordem, o Sr. Relator vai pedir 20 minutos para a análise dos destaques.

Como a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados só começa às 16h, aguardaremos as conclusões do Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, é uma característica do Relator a busca de acordos. Agora, nós temos o compromisso do *bottom*. Não se deve aproveitar deste momento, desses 20 minutos, para fazer acordo quanto aos destaques, para, posteriormente, tentarem inviabilizar a reunião. Chamo atenção para isto porque temos o acordo dos Líderes. O Relator está aberto para negociação; negociou durante a tramitação e negocia agora nos destaques. Então, chamo a atenção dos Líderes para que nós possamos, após a negociação, ter o bom senso de aprovar a matéria, porque já está marcada sessão do Congresso hoje à noite para a aprovação desses PLs.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, parabeno o Relator pela paciência, pela sua serenidade e pela competência de administrar vários conflitos — e dentre eles está o referente ao Estado do Pará, que foi verdadeiramente prejudicado ao ver retirados seus recursos de investimento.

Eu tenho dificuldades de compreender, Sr. Presidente, por que o Ministério dos Transportes não buscou o entendimento, a exemplo do que buscamos aqui, junto ao Ministério do Planejamento, para conceder esses créditos através da reserva de contingência: R\$4.299.000.000 para reserva de contingência?! Acho que ele estava mais preocupado em sacrificar as emendas dos Parlamentares, que objetivaram sobretudo corrigir algumas distorções do Orçamento passado, mostrando à sociedade que o Governo, por mais competente que fosse, não tinha capacidade de chegar até aquela BR e colocar recursos para ela. Tirar esses minguados recursos de investimento... E parece que para o Governo isso é minguado, diante dos mais de R\$4 bilhões de reserva e de superávit primário. E tudo isso em detrimento da BR-316, da Transamazônica, da Santarém—Cuiabá. Entre ceder um pouco e sacrificar a bancada e o povo do Pará, ele achou melhor nos sacrificar, pegar o nosso dinheiro também e redistribuí-lo para todo o Brasil, e atendendo a interesse do FMI. Aí eu sou obrigado a querer ver se aquela carta do Alceu Collares realmente está presente num ato desses.

Então, eu não posso concordar com isto, que o Governo fique empapuçado de dinheiro, fazendo um superávit tão elevado, nunca visto na história deste País, sacrificando sobretudo o segmento produtivo, as nossas regiões, para atender a sua carta de compromissos, firmada durante a campanha eleitoral. Por que não renegociou esse processo? Que pegassem esses R\$4 bilhões que estão aqui de superávit! O Ministro falou para toda a sociedade brasileira que para o ano que vem ele vai ter R\$1.800.000.000,00 para investimentos, menos de 50% dessa reserva este ano. Então, meu Presidente, eu acho que é hora de começar a corrigir procedimentos nos Ministérios dos Transportes, do Planejamento, em todo o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero dizer que, com relação à questão do PL 24, deveríamos buscar resolvê-la logo. O Deputado Pedro Novais, a

;

meu ver, com essa parca margem que ele tem de manobra, não vai conseguir resolver essa situação, porque, quando se cancela uma emenda de R\$4 milhões, de R\$5 milhões, de R\$10 milhões ou de R\$15 milhões, ele não tem como recompor isso com os poucos recursos a sua disposição.

Então, eu sugeriria que o Deputado Pedro Novais fizesse a distribuição igualitária. Se são 20 destaques, como ele me disse, o total de R\$4 milhões permite conceder R\$200 mil para cada destaque. Porque não dá para atender mais do que isso. Ou, então, que se priorize o que é efetivamente necessário e votemos em globo, atendidos ou rejeitados os destaques. Devemos ver o que é realmente importante.

O Deputado Carlos Melles traz uma situação que a meu ver é importante. O Deputado levanta a situação de Minas Gerais, que poderia ser analisada pelo Relator e demais membros da Comissão. Retirar recursos de uma estrada onde estão ocorrendo mortes em decorrência de numerosos acidentes e repô-los em outra estrada onde não há necessidade de alocação de recursos, como dito pelo Deputado Carlos Melles, realmente é uma situação a ser observada.

Portanto, faço essas duas sugestões. Fica a critério do Relator, que pode acatá-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, apresento uma proposta a esta Comissão. Temos um excelente Relator. O Deputado Pedro Novais tem experiência, já sabe o que vai acatar. Então, proponho que S.Exa. acate os destaques. Que se possa fazer remanejamento exclusivamente pelas bancadas dos Estados, se for pedido de remanejamento, ou então que se acate de maneira global esses destaques. Aqueles destaques que S.Exa. não acatar, votaremos em bloco, para facilitar o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento. Existem alguns destaques em que os autores oferecem a fonte para atendê-los. Esses estou examinando para atender; depois, sobre o que faltar conversaremos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, há um detalhe que precisa ser esclarecido no que se refere a oferecimento da fonte do para o destaque. Então, se isso vai atender alguém, vai também desatender a outros. Que seja no mesmo Estado, tudo bem. Deveria haver uma reunião da coordenação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Deputado Pauderney Avelino, eu não cometeria uma injustiça dessas. Acontece que o Deputado, por exemplo, que está ao meu lado, pede que seja remanejado de uma emenda para outra. É só isso. Trata-se do mesmo Estado e do mesmo autor. Então não há prejuízo nenhum.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Pedro Novais, jamais esperaria de V.Exa. qualquer injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vou suspender a sessão, que será reconvocada às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro aberta a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *(Pausa.)*

Vamos aguardar um pouco, enquanto chega a documentação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, enquanto aguardamos, gostaria de fazer uma sugestão ao Relator e aos companheiros da Comissão. Os destaques não acatados pelo Relator deveriam ser votados em bloco. Os destaques acatados deveriam ser lidos, destaque por destaque, e também votados em bloco. O Líder do Governo e o Líder da Oposição — que agora é Oposição *light* — concordam.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Qual é a proposta?

;

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sou Líder da Oposição, *ad hoc*, pelo menos do PSDB.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Qual é a proposta, Deputado João Leão?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Os destaques que não foram acolhidos pelo Relator seriam votados em bloco. S.Exa. leria, destaque por destaque, os que não foram acatados, e votaríamos em bloco. Depois, S.Exa. leria os destaques acatados, e também votaríamos em bloco.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, queremos saber qual é o critério do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vamos transferir a palavra ao Relator, primeiro. Depois nós discutiremos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Mesmo tendo o Presidente me concedido a palavra, vou respeitar o pedido do Deputado e vou ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Perdoe-me, Deputado João Grandão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou informar à Comissão como ficaram os destaques.

Destaque nº 1, do Sr. Pedro Fernandes. Um mero remanejamento. Atendi parcialmente, dentro da fonte que S.Exa. me ofereceu, de 900 mil reais. O de nº 1 era sobre cancelamento e o de nº 2 era sobre a fonte. Então, juntados os 2, S.Exa. foi atendido.

Destaques nº 3 e 4, do Deputado Alberto Goldman. Preciso dar uma explicação. O Deputado Alberto Goldman conseguiu uma fonte de recursos não só para atender ao seu destaque, como também aos demais que serão atendidos agora. S.Exa. negociou com o Ministério dos Transportes e com Estado de Rondônia, que era o interessado e de onde foi tirado o recurso de 9 milhões. Então, o Deputado Alberto Goldman foi atendido em 4.

O Deputado Ricardo Barros não foi atendido, porque seu destaque vai ser atendido em uma outra emenda de interesse do Paraná.

O Deputado Eduardo Seabra, do mesmo jeito. O Deputado José Borba, também. O Destaque nº 8, do Deputado José Borba, foi atendido em 500 mil reais para restauração no Estado de Rondônia. Não era emenda de interesse do seu Estado. S.Exa. apenas assinou o destaque porque o interessado não era membro da Comissão.

O destaque do Deputado Carlos Melles foi rejeitado. O Deputado Cezar Silvestri foi atendido em 1 milhão, tendo em vista que o destaque corresponde a 4 Parlamentares — é como se fosse 250 para cada um.

O Destaque nº 11, do Deputado Zé Gerardo, foi rejeitado. Já o Destaque nº 12, também de S.Exa., foi aprovado. O Deputado Zé Gerardo ofereceu a fonte de cancelamento, 550 mil reais. O Destaque nº 13, igualmente do Deputado Zé Gerardo, foi rejeitado.

Deputado Marcelino Fraga, o Destaque nº 14 tratava de um remanejamento, foi atendido.

O destaque da Deputada Rose de Freitas trata de um cancelamento; está casado com o Destaque nº 16, que é uma supressão de cancelamento. Com esse remanejamento, S.Exa. teve o seu pleito atendido. Foi aprovado parcialmente, mas o pleito foi atendido, porque a fonte que ela tinha era de apenas 500 mil reais.

Deputado Lael Varella, Destaque nº 17. É bom dizer que o interessado não era o Deputado Lael Varella, mas o Deputado Mauro Lopes.

Atendidos os pleitos dos Deputados nos valores que desejariam, rateei o restante entre os que sobraram: Deputado Lael Varella, Deputado Roberto Balestra e Deputado Jorge Alberto, sendo que esses destaques correspondem a mais de um pleito

Deputado Anivaldo Vale, eu restaurei o seu valor pretendido, aprovando o destaque de 500 mil reais.

Deputado Welinton Fagundes, o Destaque nº 27 foi rejeitado, porque S.Exa. já tinha um outro atendido, o de nº 19.

Parece que houve um engano. Vou conversar com a assessora. (Pausa.)

;

Resumindo, os destaques foram atendidos com remanejamentos, salvo os 9 milhões, que foram atendidos com os recursos que o Deputado Goldman conseguiu, sendo que S.Exa. ficou com a parte do Leão, porque foi S.Exa. quem conseguiu.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - V.Exa. não se referiu ao meu destaque, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Perdão, Deputado João Leão. O Destaque de V.Exa., de 3 milhões e meio, foi um remanejamento e está atendido.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, fizemos grande esforço. Houve a demonstração de forte sensibilidade de todos os Líderes dos partidos que participaram dessa negociação.

Temos de parabenizar o Relator, Deputado Pedro Novais, por sua paciência, tolerância, serenidade, e sobretudo, por sua competência ao conciliar os desencontros. Tornar simples e de fácil visualização uma matéria complexa exige muita competência.

Sr. Presidente, gostaria que fosse feita recomendação por parte da Mesa da Comissão no sentido de que os acordos sejam cumpridos e que sejam liberados os projetos, com as alterações aqui relatadas e aprovadas pelo Relator, Deputado Pedro Novais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Gostaria de uma solução para o caso do Piauí. O Relator pode nos ajudar no que se refere à situação exposta pelo Deputado Júlio César.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, o caso do Piauí eu conheço desde que fui designado Relator deste projeto. O Ministério cortou recursos do Piauí. Mas os Deputados do Piauí não fizeram emenda. Então, desde o princípio eu disse a eles que não tinha condição de resolver. Sem emenda, estou proibido de corrigir qualquer pretensão no Orçamento. Todos sabem disso. Está na Resolução nº 1.

Muito bem. Haveria um recurso último aqui, caso houvesse um destaque oferecendo uma fonte para atender à pretensão do Piauí. Neste ínterim, entre as primeiras reclamações quanto ao PL e a apresentação do meu destaque, pelo que sei e o que me disse e repetiu o Deputado Paes Landim, assim como o Deputado Júlio César, eles entraram em contato com o Ministério para saber a solução. O Ministério prometeu que colocaria recursos para o Piauí no PL seguinte, que está sendo elaborado. Então, não tive culpa no caso do Piauí. Ao contrário, até gostaria de dar uma solução. Eu teria colocado algo aqui, mas não seria nada mais, nada menos, do que um valor — 800, 500, 600, 300 —, dentro da média do que está aqui, porque foi com essas importâncias que atendi a todos, a não ser no caso daqueles que ofereceram fontes de recursos. Eu poderia fazer isso agora, mas não há destaque. Sendo assim, peço desculpas ao Deputado Pauderney Avelino e ao Piauí, mas não posso fazer nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, baseado no art. 26, § 2º, faço um apelo ao Deputado Pauderney Avelino, pela sua grandeza, pelo trabalho que executa nesta Casa, grande líder do Amazonas, que vem engrandecendo os trabalhos da Comissão, no sentido de que S.Exa. aceite que votemos em bloco. Ganharemos algo em torno de 2 horas.

Sei que o nobre Deputado é compreensivo, forte e muito bem representa o PFL. Nós, Parlamentares desta Comissão, pedimos o seu apoio para votarmos em bloco. Só falta S.Exa. concordar. Todos os demais já concordaram.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Presidente, vejo que há impossibilidade técnica de o Relator contemplar o Estado do Piauí nessa matéria. O Estado do Piauí é pobre e necessita de recursos para investimentos. Mas há, infelizmente, essa impossibilidade. O novo Orçamento está chegando e fica aqui o compromisso, Sr. Presidente, de que todos nós envidaremos esforços no sentido de que o prejuízo que o Piauí

;

teve por conta desse projeto de lei seja superado por intermédio da votação e aprovação do Orçamento do ano que vem. Essa seria uma solução racional, para que pudéssemos votar em bloco os destaques.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, estou aqui tentando resguardar o direito dos Parlamentares do Partido da Frente Liberal, que têm interesses contrariados nessa proposta. Mas atendemos ao apelo, entendendo que estamos perto das 4 horas da tarde, e daqui a pouco terá início sessão do Congresso Nacional. O Ministro dos Transportes falou com o Deputado Júlio César, o Deputado Paes Landim conversou com o Ministro dos Transportes, o Governador do Piauí fez uma reunião e o Ministro assumiu compromisso com o Piauí.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É do PT, mas os Parlamentares são do PFL. E o Piauí é um Estado pobre. Portanto, não poderiam ter sido subtraídas quase 70% das emendas que estavam alocadas no Orçamento da União. Foram subtraídas. Realmente é uma questão grave, séria. E incluo Minas. Por mais que seja governado pelo PT, é um Estado pobre, que precisa da atenção de todos nós. E quero deixar registrado o nosso pleito e a nossa discordância com a forma com que foi isso feito. O nosso pleito é no sentido de que o Governo atenda dentro do que se comprometeu com os Parlamentares do PFL do Piauí aqui presentes.

Da mesma forma, o Deputado Carlos Melles, que já foi Relator da Comissão de Orçamento, teve retirados recursos por ele alocados para estradas, definidas no Orçamento da União. Foi feito um remanejamento, prejudicando o Deputado Carlos Melles.

Faço esse registro. Vamos concordar com essa votação em globo, mas deixamos claro que temos conversações e negociações para fazer mais à frente, para superar este momento e para corrigir o malfeito a esses 2 Estados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Passaremos à votação dos destaques, que será feita em globo. Primeiro, os Destaques, que tiveram parecer pela aprovação, de nºs 1, 2, 3, 4, 14, 20, 21.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. O Destaque nº 18 foi acolhido.

(Não identificado) - Destaque nº 12.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Destaque de minha autoria, de nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela aprovação total, Destaques nº 1, 2, 3, 4, 14, 20, 21. Depois, haverá as parciais e a rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, gostaria que constasse o nosso entendimento no sentido de que, muito embora tenha realizado o Relator, Deputado Pedro Novais, um bom trabalho, todos os destaques deveriam ter sido aceitos. Deveriam ter buscado a fonte de recursos no superávit para que não fosse necessária essa movimentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta foi uma exceção da Presidência, visto que no processo de votação não caberiam intervenções.

Pela aprovação parcial, Destaques nº 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 22 e 25.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

;

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Nos destaques parciais não ouvi o Destaque de nº 10, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já citei. Destaques nºs 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 22 e 25.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela rejeição, Destaques nºs 5, 6, 7, 9, 11, 13, 15, 23, 24, 26 e 27.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que rejeitem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques, não vão ao Senado.

Ainda constante do acordo, temos o Aviso nº 50, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 862, de 2003, bem como do respectivo relatório que fundamenta o relatório e o levantamento da auditoria, realizado pela SESEF, Goiás, no período de 12 a 16 de abril, objetivando verificar a execução de obras referentes à implantação de projetos de irrigação, Projeto Flores de Goiás. O Relator é o nobre Deputado José Borba, que vota pela autorização da execução na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Com a palavra o Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Srs. Deputados, como já foi exposto no encaminhamento, nós, do PMDB, somos favoráveis à aprovação e pedimos a compreensão dos pares desta Casa no sentido de que adotem o mesmo procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há requerimento do Deputado Carlito Merss. O autor está retirando o requerimento.

Agradecemos a todos a presença. Foi realizado magnífico trabalho hoje, quando tivemos grande avanço no esgotamento da pauta.

Vamos encerrar a reunião, desejando a todos um bom final de semana, convocando próxima reunião para terça-feira, às 14h.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, antes gostaria de parabenizar o Relator, Deputado Pedro Novais, grande figura desta Casa. Gostaria também de lembrar que, pela primeira vez na história desta Comissão, aprovamos um projeto de lei do Ministério dos Transportes sem brigas, sem desavenças, sem questionamentos. Parabéns ao Ministro Anderson Adauto por ter ouvido todas as bancadas dos Estados brasileiros.

Dou a V.Exa. também, Sr. Presidente, os meus parabéns pela maneira como vem dirigindo os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Muito obrigado, Deputado. É justo o elogio ao Deputado Pedro Novais.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, o Deputado João Leão foi muito feliz quando fez tantos elogios ao Deputado Pedro Novais. Realmente, o comportamento e a inteligência, sobretudo, do nobre Deputado estiveram à disposição da Comissão. Por isso foi realizado trabalho tão brilhante e de maneira tão consensual.

Esperamos que outros assuntos tão relevantes e complicados quantos esses sejam endereçados a Relatores com esse comportamento. Dessa forma, teremos a certeza de que a Comissão terá sempre assegurado um bom término dos trabalhos. Por isso, ao cumprimentar o Deputado Pedro Novais pelo brilhante trabalho realizado, estendo meus cumprimentos a V.Exa., Sr. Presidente, pela firmeza com que dirigiu os trabalhos e pela segurança que nos ofereceu durante todo o tempo.

Fica registrado o nosso reconhecimento ao seu trabalho, à assessoria, à Sra. Myrna e a todos que o ajudaram.

Muito obrigado.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Muito obrigado, Deputado Roberto Balestra.

Com a palavra o nobre Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Comissão, e o Relator, Deputado Pedro Novais. Estou no meu primeiro mandato e creio que a experiência do Deputado Pedro Novais foi fundamental para que chegássemos a esse acordo. Nem sempre um acordo nos atende plenamente, mas, de qualquer forma, o Deputado Pedro Novais e V.Exa. mostraram sensibilidade e procuraram, de uma forma ou de outra, contemplar a vontade dos Srs. Deputados na defesa de seus Estados. Então, dou os meus parabéns a V.Exa, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos, e ao Deputado Pedro Novais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convoco a próxima reunião para terça-feira, às 14h30.

Está encerrada a presente reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003.**

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 23/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Jackson Barreto, João Grandão, João Magno, José Borba, José Carlos Elias, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, César Borges, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio, Roberto Saturnino e Romero Jucá; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Almir Moura, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Rogério Teófilo, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Ana Júlia Carepa e Augusto Botelho. Registrou-se a presença do Deputado não membro Coriolano Sales. Justificaram ausência o Deputado Júlio César e os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Guerra. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Elaine Costa, Gilberto Kassab, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, João Leão, Jorge Bittar, José Chaves, José Priante, José Rocha, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Professora Raquel Teixeira, Renato Casagrande, Roberto Balestra e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko. **ABERTURA:** Às quinze horas e um minuto, o Presidente declarou aberta a reunião. Em virtude da ausência de número regimental na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que a Ata da 13ª Reunião Ordinária seria apreciada posteriormente. Em seguida, solicitou ao Deputado Carlito Merss que procedesse à leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício nº 319, de 28 de agosto, do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Simão Sessim, que encaminha cópia do expediente remetido pelo Vereador Rodolfo Cecílio, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba-MG, em que expõe a solicitação de recursos orçamentários para credenciamento de hospitais junto ao SUS com vistas a realização de cirurgia bariátrica em favor dos pacientes portadores de obesidade mórbida. O Presidente informou que esse expediente seria oportunamente encaminhado ao relator setorial da área de Saúde. **2)** Ofício nº 105, de 29 de agosto, do Deputado João Leão, em que convida os membros da Comissão para conhecer o Projeto Distrito Brejos da Barra, no Estado da Bahia. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 24, de 21 de agosto, do Deputado Edson Ezequiel, justificando ausência no dia 21 de agosto por estar em outro compromisso parlamentar. **2)** Ofício nº 271, de 22 de agosto, da Deputada Raquel Teixeira, justificando ausência no período de 11 a 23 de agosto, em virtude da licença médica apresentada. **3)** Ofício nº 263, de 26 de agosto, do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no dia 21 de agosto por estar participando da reunião da Comissão da Reforma Tributária. **4)** Expediente de 28 de agosto encaminhado via fax, do Deputado Josué Bengtson, justificando ausência nos dias 12 e 14

;

de agosto, por estar em viagem de missão oficial. - Correspondência externa recebida: **1)** Carta encaminhada pelo cidadão Charles da Silva Ferreira, de Morrinhos – Ceará, através do recém implantado projeto de carta-resposta da Câmara dos Deputados, em que solicita informações sobre a aplicação dos recursos federais nas áreas de educação, saúde e criação de emprego. O Presidente anunciou que a resposta, já elaborada pela Consultoria de Orçamentos da Câmara dos Deputados, seria encaminhada ao cidadão. - Avisos/SGS, de 30 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.711 (Acórdão nº 991/2003): auditoria nas obras de ampliação do sistema adutor do Alto Sertão e Sertaneja, no Estado de Sergipe. **2)** Aviso nº 1.727 (Acórdão nº 1.002/2003): auditoria nas obras de construção de eclusas de Tucuruí, no Estado do Pará. **3)** Aviso nº 1.746 (Acórdão nº 1.023/2003): auditoria nas obras de edificação do Complexo Prisional de Goiânia, no Estado de Goiás. **4)** Aviso nº 1.751 (Acórdão nº 1.024/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-242/TO – Peixe – Paranã – Taguatinga. **5)** Aviso nº 1.756 (Acórdão nº 1.022/2003): auditoria nas obras de reurbanização e canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba, em Goiânia/GO. **6)** Aviso nº 1.775 (Acórdão nº 1.021/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte - BR-319/AM – Divisa AM/RO. - Avisos/SGS, de 06 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.843 (Acórdão nº 1.043/2003): auditoria na Caixa Econômica Federal para avaliação da sistemática de avaliação, rateio, contabilização e recolhimento de recursos provenientes de concursos das loterias federais. **2)** Aviso nº 1.845 (Acórdão nº 1.044/2003): auditoria na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU sobre a implantação do Metrô do Rio de Janeiro – Linha 3. **3)** Aviso nº 1.848 (Acórdão nº 1.045/2003): auditoria referente à implantação do sistema de trens urbanos no Estado do Rio Grande do Sul. **4)** Aviso nº 1.873 (Acórdão nº 1.052/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado da Bahia, referentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. **5)** Aviso nº 1.876 (Acórdão nº 1.054/2003): auditoria realizada junto à Companhia Docas do Estado da Bahia – Codeba - obras e serviços de conservação preventiva e manutenção rotineira do Porto de Aratu-BA. **6)** Aviso nº 1.877 (Acórdão nº 1.055/2003): auditoria nas obras de realizada junto à Companhia Docas do Estado da Bahia – Codeba - obras e serviços de conservação preventiva e manutenção rotineira do Porto de Ilhéus – BA. **7)** Aviso nº 1.878 (Acórdão nº 1.056/2003): auditoria nas obras de eliminação de pontos críticos no Estado da Bahia referentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. **8)** Aviso nº 1.879 (Acórdão nº 1.057/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-163, no Estado do Pará, Divisa MT/PA – Santarém. **9)** Aviso nº 1.880 (Acórdão nº 1.058/2003): auditoria nas obras de implantação de sistema de transmissão no Nordeste – 2.833 Km de linha de transmissão em 230 KV e de 58 subestações com 6.889MVA. **10)** Aviso nº 1.881 (Acórdão nº 1.059/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Banabuiú – Fortaleza – Pici – 27,7 Km de linha de transmissão e subestações com 556MVA, totalizando 2.800 MVA – no Estado do Ceará. **11)** Aviso nº 1.882 (Acórdão nº 1.060/2003): auditoria nas obras de implantação de reforços na Subestação Boa Vista para repasse de energia elétrica ao sistema de transmissão de Roraima. **12)** Aviso nº 1.883 (Acórdão nº 1.061/2003): auditoria nas obras de adequação do Hospital Geral de Fortaleza (HGF), no Estado do Ceará. **13)** Aviso nº 1.884 (Acórdão nº 1.062/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Ouro Preto – Vitória e subestações associadas. **14)** Aviso nº 1.885 (Acórdão nº 1.063/2003): auditoria nas obras de modernização da UHE Mascarenhas de Moraes, com capacidade instalada de 600MW, no Estado de Minas Gerais. **15)** Aviso nº 1.886 (Acórdão nº 1.064/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão, subtransmissão e transformação da LT Manaus – Carriri – Itacoatiara – Rio Preto da Eva. **16)** Aviso nº 1.887 (Acórdão nº 1.065/2003): auditoria nas obras de ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em Manaus, no Estado do Amazonas. **17)** Aviso nº 1.888 (Acórdão nº 1.066/2003): auditoria nas obras de ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí. **18)** Aviso nº 1.889 (Acórdão nº 1.067/2003): auditoria nas obras de corredores exclusivos para transporte coletivo em Fortaleza, no

;

Estado do Ceará. **19)** Aviso nº 1.891 (Acórdão nº 1.068/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado do Rio de Janeiro. **20)** Aviso nº 1.892 (Acórdão nº 1.082/2003): acompanhamento das publicações dos relatórios de gestão fiscal previstos na Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referentes ao primeiro quadrimestre de 2003, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. **21)** Aviso nº 1.897 (Acórdão nº 1.074/2003): auditoria nas obras de construção, duplicação e restauração de anel rodoviário na BR-364 – Anel Rodoviário de Rio Branco, no Estado do Acre. **22)** Aviso nº 1.899 (Acórdão nº 1.034/2003): embargos de declaração referentes às obras de restauração e duplicação da BR-101/SE, trecho do KM 77,3 ao Km 91,6, no Estado de Sergipe. **23)** Aviso nº 1.907 (Acórdão nº 1.075/2003): auditoria nas obras de implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadorias do Pólo Industrial de Manaus, no Estado do Amazonas. **24)** Aviso nº 1.909 (Acórdão nº 1.073/2003): auditoria nas obras de construção da barragem do Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos do Piauí/PI a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI. **25)** Aviso nº 1.912 (Acórdão nº 1.072/2003): auditoria nas obras de construção da barragem de Castelo, no Município de Castelo do Piauí/PI. **26)** Aviso nº 1.916 (Acórdão nº 1.069/2003): auditoria na Universidade Federal de Goiás - obras de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado do Goiás. **27)** Aviso nº 1.918 (Acórdão nº 1.048/2003): auditoria nas obras de ação integrada de contenção de enchentes no Estado de São Paulo. **28)** Aviso nº 1.922 (Acórdão nº 1.086/2003): representação com vistas a apurar denúncias veiculadas na imprensa acerca de irregularidades na concessão de financiamento pelo Banco do Brasil S.A. à construtora ENCOL Engenharia, Indústria e Comércio. **29)** Aviso nº 1.928 (Acórdão nº 1.049/2003): auditoria nas obras de contenção de enchentes no Estado de São Paulo. - Avisos/SGS, de 06 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.869 (Acórdão nº 1.047/2003): auditoria na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF – obras do perímetro de irrigação do Projeto Pontal. **2)** Aviso nº 1.875 (Acórdão nº 1.053/2003): auditoria nas obras de recuperação da infra-estrutura no Porto de Salvador. **3)** Aviso nº 1.930 (Acórdão nº 1.050/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR 342/ES – Entroncamento BR 101/ES – Nova Venécia – Ecoporanga – Divisa ES/MG. - Avisos/SGS, de 13 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 1.968 (Acórdão nº 1.110/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte-BR-364/AC – Sena Madureira – Rio Liberdade. **2)** Aviso nº 1.971 (Acórdão nº 1.111/2003): auditoria nas obras de recuperação do sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro. **3)** Aviso nº 1.973 (Acórdão nº 1.112/2003): auditoria nas obras de implantação do metrô do Rio de Janeiro – Linha 4 (trecho Barra da Tijuca – Botafogo). **4)** Aviso nº 1.975 (Acórdão nº 1.113/2003): auditoria nas obras de implantação do metrô de Goiânia. **5)** Aviso nº 1.976 (Acórdão nº 1.115/2003): auditoria nas obras de construção da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco. **6)** Aviso nº 1.977 (Acórdão nº 1.116/2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação da unidade de saúde de Santa Maria, no Distrito Federal. **7)** Aviso nº 1.979 (Acórdão nº 1.117/2003): auditoria nas obras de recuperação e revitalização da região da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais. **8)** Aviso nº 1.981 (Acórdão nº 1.118/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado da Paraíba. **9)** Aviso nº 1.983 (Acórdão nº 1.122/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado de Minas Gerais. **10)** Aviso nº 1.984 (Acórdão nº 1.124/2003): auditoria nas obras de adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota no Estado do Rio Grande do Sul. **11)** Aviso nº 1.985 (Acórdão nº 1.125/2003): auditoria nas obras de ampliação da rede urbana de energia elétrica de Boa Vista no Estado de Roraima. **12)** Aviso nº 1.986 (Acórdão nº 1.126/2003): auditoria nas obras de ampliação da rede urbana de distribuição de energia elétrica de Boa Vista no Estado de Roraima. **13)** Aviso nº 1.987 (Acórdão nº 1.127/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Presidente Dutra /MA – Teresina/PI – Fortaleza II. **14)** Aviso nº 1.988 (Acórdão nº 1.128/2003): auditoria nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Estado

;

do Pará. **15)** Aviso nº 1.989 (Acórdão nº 1.130/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da UTE Camaçari no Estado da Bahia. **16)** Aviso nº 1.990 (Acórdão nº 1.131/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da Subestação Tijucu Preto, no Estado de São Paulo. **17)** Aviso nº 1.991 (Acórdão nº 1.129/2003): auditoria nos contratos para revitalização de turbinas a gás que equipam o parque de geração de energia termelétrica no Estado do Amazonas. **18)** Aviso nº 1.992 (Acórdão nº 1.132/2003): auditoria nas obras de melhoria da Universidade Estadual do Ceará. **19)** Aviso nº 1.993 (Acórdão nº 1.133/2003): auditoria nas obras de modernização dos Portos do Estado de Santa Catarina. **20)** Aviso nº 1.994 (Acórdão nº 1.135/2003): auditoria nas obras de contenção de enchentes em Manaus no Estado do Amazonas. **21)** Aviso nº 1.996 (Acórdão nº 1.136/2003): auditoria nas obras de recuperação e revitalização da região da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais. **22)** Aviso nº 1.997 (Acórdão nº 1.139/2003): auditoria referente à promoção do turismo sustentável local em municípios – infra-estrutura turística em Porto Velho, no Estado de Rondônia. **23)** Aviso nº 1.998 (Acórdão nº 1.140/2003): auditoria nas obras de contenção de enchentes – canalização de córrego – em município do Estado de Rondônia. **24)** Aviso nº 1.999 (Acórdão nº 1.141/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura urbana nos municípios do Estado da Paraíba. **25)** Aviso nº 2.001 (Acórdão nº 1.142/2003): auditoria referente à implantação, ampliação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana - ações de infra-estrutura urbana em João Pessoa no Estado da Paraíba. **26)** Aviso nº 2.003 (Acórdão nº 1.144/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul. **27)** Aviso nº 2.006 (Acórdão nº 1.145/2003): auditoria nas obras de implantação do Projeto de Irrigação PROPERTINS – Programa de Perenização das Águas do Tocantins. **28)** Aviso nº 2.026 (Acórdão nº 1.121/2003): auditoria nas obras de duplicação de trechos rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo – Divisa SP/PR. - Avisos/SGS, de 13 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **1)** Aviso nº 1.982 (Acórdão nº 1.120/2003): auditoria nas obras de relativas ao Cais de Capuaba e ao Terminal de Contêineres do Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo. **2)** Aviso nº 2.011 (Acórdão nº 1.114/2003): auditoria nas obras de construção de barragens em Poço Verde no Estado de Sergipe. **3)** Aviso nº 2.023 (Acórdão nº 1.119/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-230 no Estado do Pará – Divisa PA/TO – Marabá – Altamira – Itaituba. **4)** Aviso nº 2.038 (Acórdão nº 1.105/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte – BR-317/AC – trecho que liga os municípios de Brasília a Assis Brasil. - Precatórios Judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2004, conforme o art. 23 da *Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004*, referentes aos seguintes órgãos: - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Paraná, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Tribunal Superior do Trabalho. - Expediente encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos artigos 54 e 55, da *Lei de Responsabilidade Fiscal*, e artigo 5º da *Lei nº 10.028/2000*, referentes ao período de janeiro a abril de 2003, do seguinte órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. **ORDEM DO DIA:** O Presidente informou que havia *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, entretanto ainda não havia na representação do Senado Federal. O Deputado Gilmar Machado discutiu o assunto. O Deputado Carlito Meres informou que apresentaria requerimento para retirada da pauta dos itens nºs 01, 04, 07, 12 e 13 tão logo o *quorum* fosse atingido. O Deputado Alberto Goldman, no uso da palavra, informou que não estaria de acordo com a inclusão de matérias em extrapauta, especificamente referindo-se ao Relatório do Projeto de Lei nº 29/2003-CN. O Deputado Carlito Meres anunciou os itens iniciais da pauta poderiam ser apreciados primeiramente e, após, analisaria-se a possibilidade de apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2003-CN. Ratificando sua posição, o Deputado Alberto Goldman informou seu posicionamento contrário à inclusão da matéria na pauta. Em seguida, o Presidente anunciou a existência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Apreciação da Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 26 e 28/08/2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata. Não houve debate. O Presidente declarou a Ata

;

aprovada, conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação do Requerimento do Deputado Carlito Merss solicitando a retirada de pauta dos itens nºs 01, 04, 07, 12 e 13 da Pauta nº 23. O Deputado Machado apresentou requerimento solicitando a retirada de pauta dos itens nºs 05, 06, 08 e 15. Apreciação em bloco dos requerimentos de retirada de pauta dos itens nºs 01, 04 a 08, 12, 13 e 15, de autoria dos Deputados Carlito Merss e Machado. O Presidente anunciou a votação dos requerimentos. Após a proclamação do resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Alberto Goldman apresentou pedido de verificação de votação, com apoio dos Deputados Machado e Ricardo Barros, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01/2001-CN*. O Presidente solicitou ao Deputado Carlito Merss que fizesse a chamada nominal dos Senhores Deputados. Encerrada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação: total de votos SIM: 02; total de votos NÃO: 23; número total de Deputados votantes: 25. Em seguida, o Presidente informou a inexistência de *quorum* para deliberação no recinto, na representação da Câmara dos Deputados, nos termos do estabelecido no *art. 39 do Regulamento Interno da Comissão*. **ENCERRAMENTO:** Às quinze horas e cinquenta minutos, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia quatro de setembro de 2003, às dez horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro iniciada a décima quarta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 23.

Ainda não há *quorum* para deliberação no Senado Federal; tão logo seja atingido, passaremos à apreciação da ata.

Peço ao Deputado Carlito Merss que faça a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Correspondências internas recebidas:

Ofício nº 319, de 28 de agosto, do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Simão Sessim, que encaminha cópia do expediente remetido pelo Vereador Rodolfo Cecílio, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, Minas Gerais, em que expõe a solicitação de recursos orçamentários para credenciamento de hospitais junto ao SUS com vistas à realização de cirurgia bariátrica em favor dos pacientes portadores de obesidade mórbida — esse expediente será oportunamente encaminhado ao Relator setorial da área de saúde;

Ofício nº 105, de 29 de agosto, do Deputado João Leão, em que convida os membros da Comissão para conhecer o Projeto Distrito Brejos da Barra, no Estado da Bahia.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

Ofício nº 24, de 21 de agosto, do Deputado Edson Ezequiel, justificando ausência no dia 21 de agosto por estar em outro compromisso parlamentar; Ofício nº 271, de 22 de agosto, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando ausência no período de 11 a 23 de agosto, em virtude de licença médica apresentada;

Ofício 263, de 26 de agosto, do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no dia 21 de agosto por estar participando da reunião da Comissão da Reforma Tributária;

Expediente de 28 de agosto encaminhado via fax, do Deputado Josué Bengtson, justificando ausência nos dias 12 e 14 de agosto, por estar em viagem de missão oficial.

Correspondência externa recebida: carta encaminhada pelo cidadão Charles da Silva Ferreira, de Morrinhos, Ceará, através do recém-implantado projeto de carta-resposta da Câmara dos Deputados, em que solicita informações sobre a aplicação dos recursos federais nas áreas de educação, saúde e criação de emprego. A Consultoria de Orçamentos da Câmara dos Deputados elaborou a resposta que será encaminhada ao cidadão.

Avisos/SGS, de 30 de julho, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional: Aviso nº 1.711 (Acórdão nº 991/2003): auditoria nas obras de ampliação do sistema adutor do Alto Sertão e Sertaneja, no Estado de Sergipe; Aviso nº 1.727 (Acórdão nº 1002/2003): auditoria nas obras de construção de eclusas de Tucuruí, no Estado do Pará; Aviso nº 1.746 (Acórdão nº 1.023/2003): auditoria nas obras de edificação do Complexo Prisional de Goiânia, no Estado de Goiás; Aviso nº 1.751 (Acórdão nº 1.024/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Araguaia—Tocantins (BR-242/TO) Peixe—Paraná—Taguatinga; Aviso nº 1.756 (Acórdão nº 1.022/2003): auditoria nas obras de reurbanização e canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba, em Goiânia/GO; Aviso nº 1.775 (Acórdão nº 1.021/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte - BR-319/AM — Divisa AM/RR.

Aviso/SGS, de 6 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 1.843 (Acórdão nº 1.043/2003): auditoria na Caixa Econômica Federal para avaliação da sistemática de avaliação, rateio, contabilização e recolhimento de recursos provenientes de concursos das loterias federais; Aviso nº 1.845 (Acórdão nº 1.044/2003): auditoria na Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU sobre a implantação do Metrô do Rio de Janeiro, Linha 3; Aviso nº 1.848 (Acórdão nº 1.045/2003): auditoria referente à implantação do sistema de trens urbanos no Estado do Rio Grande do Sul; Aviso nº 1.873 (Acórdão nº 1.052/2003): auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado da Bahia, referentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT; Aviso nº 1.876 (Acórdão nº 1.054/2003): do Estado da Bahia, referentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT; Aviso nº 1.876 (Acórdão nº 1.054/2003): auditoria realizada junto à Companhia Docas do Estado da Bahia — CODEBA, de obras e serviços de

;

conservação preventiva e manutenção rotineira do Porto de Aratu-BA; Aviso nº 1.877 (Acórdão nº 1.055/2003): auditoria nas obras realizadas junto à Companhia Docas do Estado da Bahia — CODEBA, de obras e serviços de conservação preventiva e manutenção rotineira no Porto de Ilhéus; Aviso nº 1.878 (Acórdão nº 1.056/2003): auditoria nas obras de eliminação de pontos críticos no Estado da Bahia referentes ao DNIT; Aviso nº 1.879 (Acórdão nº 1.057/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários da BR-163, no Estado do Pará, Divisa MT/PA — Santarém; Aviso nº 1.880 (Acórdão nº 1.058/2003): auditoria nas obras de implantação de sistema de transmissão no Nordeste — 2.833 quilômetros de linhas de transmissão em 230KV e de 58 subestações com 6.889MVA; Aviso nº 1.881 (Acórdão nº 1.059/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Banabuiú—Fortaleza—Pici, 27,7 quilômetros de linhas de transmissão e subestações com 556MVA, totalizando 2.800MVA — no Estado do Ceará; Aviso nº 1.882 (Acórdão nº 1.060/2003): auditoria nas obras de implantação de reforços na Subestação Boa Vista para repasse de energia elétrica ao sistema de transmissão de Roraima; Aviso nº 1.883 (Acórdão nº 1.061/2003): auditoria nas obras de adequação do Hospital Geral de Fortaleza, no Estado do Ceará; Aviso nº 1.884 (Acórdão nº 1.062/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Ouro Preto — Vitória e subestações associadas; Aviso nº 1.885 (Acórdão nº 1.063/2003): auditoria nas obras de modernização da UHE Mascarenhas de Moraes, com capacidade instalada em 600MW, no Estado de Minas Gerais; Aviso nº 1.886 (Acórdão nº 1.064/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão, subtransmissão e transformação da LT Manaus—Cariri—Itacoatiara—Rio Preto da Eva; Aviso nº 1.887 (Acórdão nº 1.065/2003): auditoria nas obras de ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em Manaus, no Estado do Amazonas; Aviso nº 1.888 (Acórdão nº 1.066/2003): auditoria nas obras de ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí; Aviso nº 1.889 (Acórdão nº 1.067/2003): auditoria nas obras de corredores exclusivos para transporte coletivo em Fortaleza, no Estado do Ceará; Aviso nº 1.891 (Acórdão nº 1.068/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado do Rio de Janeiro; Aviso nº 1.892 (Acórdão nº 1.082/2003): acompanhamento das publicações dos relatórios de gestão fiscal previstos na Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referentes ao primeiro quadrimestre de 2003, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Aviso nº 1.897 (Acórdão nº 1.074/2003): auditoria nas obras de construção, duplicação e restauração de anel rodoviário na BR-364 — Anel Rodoviário do Rio Branco, no Estado do Acre; Aviso nº 1.899 (Acórdão nº 1.034/2003): embargos de declaração referentes às obras de restauração e duplicação da BR-101/SE, trecho do km 77,3 ao km 91,6, no Estado de Sergipe; Aviso nº 1.907 (Acórdão nº 1.075/2003): auditoria nas obras de implantação do Complexo de Armazenamento e Comercialização de Mercadorias do Pólo Industrial de Manaus, no Estado do Amazonas; Aviso nº 1.909 (Acórdão nº 1.073/2003): auditoria nas obras de construção da barragem do Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos do Piauí/PI a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Piauí — CODEPI; Aviso nº 1.912 (Acórdão nº 1.072/2003): auditoria nas obras de construção da barragem de Castelo, no Município de Castelo do Piauí/PI; Aviso nº 1.916 (Acórdão nº 1.069/2003): auditoria na Universidade Federal de Goiás - obras de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado de Goiás; Aviso nº 1.918 (Acórdão nº 1.048/2003): auditoria nas obras de ação integrada de contenção de enchentes no Estado de São Paulo; Aviso nº 1.922 (Acórdão nº 1.086/2003): auditoria nas obras de ação integrada, de contenção de incêndios do Estado de São Paulo, Aviso nº 1.922, (Acórdão nº 1.086, de 2003) representação com vistas a apurar denúncias veiculadas na imprensa acerca de irregularidades na concessão de financiamento do Banco do Brasil e a construtora *Encol Engenharia Indústria e Comércio*; Aviso nº 1.928, (Acórdão nº 1.049) auditoria nas obras de contenção de enchentes no Estado de São Paulo; Aviso, SGS, de 6 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetido à Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão da forma do aviso do Congresso Nacional; Aviso nº 1869, (Acórdão nº 1.047, de 2003) auditoria na Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e Parnaíba — CODEVASF, obras do perímetro de irrigação do Projeto Pontal; Aviso nº 1.875, (Acórdão nº 1.053, de 2003) auditoria nas obras de recuperação de infra-estrutura no porto de Salvador; Aviso nº 1.930, (Acórdão nº

;

1.050, 2003) auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste BR- 342, Espírito Santo, entroncamento BR-101, Espírito Santo/Nova Venécia/ Ecoporanga, divisa Espírito Santo/Minas Gerais.

Avisos de 13 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 1.968 (Acórdão nº 1.110): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Fronteira Norte BR-364, Acre, Sena/Madureira /rio Liberdade; Aviso nº 1971 (Acórdão nº 1.119, de 2003): auditoria nas obras de recuperação no sistema de trens urbanos no Rio de Janeiro; Aviso nº 1.973 (Acórdão nº 1.112, de 2003): auditoria nas obras de implantação do metrô do Rio de Janeiro, linha 4, trecho Barra da Tijuca/ Botafogo; Aviso nº 1.975, (Acórdão nº 1.113): auditoria nas obras de implantação do metrô de Goiânia; Aviso nº 1.976 (Acórdão nº 1.115, de 2003): auditoria nas obras de construção da adutora de Oeste do Estado de Pernambuco; Aviso nº 1.977 (Acórdão nº 1.116, de 2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação da unidade de saúde de Santa Maria, no Distrito Federal; Aviso nº 1.979 (Acórdão nº 1.117): auditoria nas obras de recuperação e revitalização da região da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais; Aviso nº 1.981 (Acórdão nº 1.118): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado da Paraíba. Aviso nº 1.983 (Acórdão nº 1.122): auditoria nas obras de restauração das rodovias federais do Estado de Minas Gerais; Aviso nº 1.984 (Acórdão nº 1.124): auditoria nas obras de adequação ambiental da usina termelétrica Presidente Médici, em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul; Aviso nº 1.985 (Acórdão nº 1.125): auditoria nas obras de ampliação da rede urbana da energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima; Aviso nº 1.986 (Acórdão nº 1.126): auditoria nas obras de ampliação da rede urbana de redistribuição de energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima; Aviso nº 1.987 (Acórdão nº 1.127): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão Presidente Dutra, Maranhão, Teresina, Piauí e Fortaleza 2. Aviso nº 1.988 (Acórdão nº 1.128): auditoria nas obras de construção do edifício- sede da Procuradoria da República do Estado do Pará; Aviso nº 1.989 (Acórdão nº 1.130): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da usina termelétrica de Camaçari, no Estado da Bahia; Aviso nº 1.990 (Acórdão nº 1.131): auditoria nas obras de ampliação da capacidade da subestação Tijuco Preto no Estado de São Paulo; Aviso nº 1.991 (Acórdão nº 1.129): auditoria nos contratos de revitalização de turbinas a gás que equipam o parque de geração de energia termelétrica no Estado do Amazonas; Aviso nº 1.992 (Acórdão nº 1.132): auditoria nas obras de melhoria da Universidade Estadual do Ceará; Aviso nº 1.993 (Acórdão nº 1.133): auditoria nas obras de modernização dos portos do Estado de Santa Catarina; Aviso nº 1.994 (Acórdão nº 1.135): auditoria nas obras de contenção de enchentes de Manaus, Estado do Amazonas; Aviso nº 1.996 (Acórdão nº 1.136): auditoria nas obras de recuperação e revitalização da região da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Aviso nº 1.997 (Acórdão nº 1.139): auditoria referente à promoção de turismo sustentável local em Municípios de infra-estrutura turística em Porto Velho, Estado de Rondônia; Aviso nº 1.998 (Acórdão nº 1.140): auditoria das obras de contenção de enchentes, canalização de córregos em Municípios do Estado de Rondônia; Aviso nº 1.999 (Acórdão nº 1.141): auditoria nas obras de infra-estrutura urbana nos Municípios do Estado da Paraíba; Aviso nº 2.001 (Acórdão nº 1.142): auditoria referente à implantação, ampliação ou melhoria das obras de infra-estrutura urbana no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba; Aviso nº 2003 (Acórdão nº 1.144): auditoria nas obras de conservação preventiva rotineira e emergencial nas rodovias do Estado do Rio Grande do Sul; Aviso nº 2006 (Acórdão nº 1.145): auditoria nas obras do projeto de irrigação do Programa de Perenização das Águas do Tocantins — Propertins; Aviso nº 2026 (Acórdão nº 1.121): auditoria nas obras de duplicação de trechos rodoviários da BR-116 do Estado de São Paulo.

Avisos SGS, de 13 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de aviso do Congresso Nacional: Aviso nº 1982 (Acórdão nº 1.120): auditoria nas obras relativas ao cais de Capuaba e ao terminal de contêineres do Porto de Barra do Riacho no Estado de Espírito Santo; Aviso nº 2011 (Acórdão nº 1.114): auditoria nas obras de construção de barragens em Poço Verde, no Estado de Sergipe; Aviso nº 2023 (Acórdão nº 1.119): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-230 no Estado do

;

Pará. Divisa Pará-Tocantins-Marabá-Altamira e Taiatuba; Aviso nº 2038 (Acórdão nº 1105): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte, BR-317 Acre, trecho que liga os Municípios de Brasília/Assis Brasil.

Precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2004, conforme art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, referentes aos seguintes órgãos: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Paraná, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Tribunal Superior do Trabalho.

Expediente encaminhado: relatório de gestão fiscal em atendimento ao disposto nos art. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, referentes ao período de janeiro a abril de 2003, do seguinte órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

Esse é o expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lido o expediente.

Há *quorum* apenas na Câmara. Ainda não há *quorum* no Senado. Em face disso, não poderemos realizar votações.

(Não identificado.) - Está computada a presença do Senador Jonas Pinheiro, Presidente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vamos dar continuidade, Sr. Presidente. Se há número, prossigamos; se não há número, vamos suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não há número para deliberação. Não há *quorum* no Senado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não havendo *quorum*, não podemos começar a Ordem do Dia. A Ordem do Dia só pode começar com número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então não poderemos cuidar da Ordem do Dia. Em face disso, vamos suspender a reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Faço um apelo a V.Exa. e aos demais membros da Comissão, como sempre fizemos aqui. Falta um Senador. Mas o Senador Aelton Freitas, por Minas Gerais, já está se dirigindo à Comissão para que possamos começar. Solicito a V.Exa. que possamos iniciar os trabalhos falando a respeito dos relatórios que já foram apresentados e também comentando a ata da reunião anterior, enquanto aguardamos a presença de mais um Senador para darmos início à Ordem do Dia.

Há alguns créditos extremamente importantes, entre eles um do Ministério da Educação. Nossas universidades aguardam essa votação de hoje porque necessitam desses recursos para continuem pagando as contas de água e luz, além de outras. Iríamos votá-lo na semana anterior, mas não conseguimos. Fizemos um acordo para votar hoje. Deixo, então, este apelo aos Srs. Deputados e Senadores: que aguardássemos mais 5 minutos para que possamos fazer a votação, como nós sempre fizemos. Nós estabelecemos esse acordo na semana anterior.

É o apelo que faço a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o nobre Deputado Carlito Merss e, depois, o Senador Roberto Saturnino.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, acabei de ter a informação de que a Senadora Ana Júlia Carepa está chegando, em 2 minutos. Assim, apelo a V.Exa. que espere mais um pouco.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, sugiro que comecemos com o item 2 até a Senadora Ana Júlia Carepa chegar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não pode haver discussão de matéria alguma enquanto não houver *quorum*.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, a pauta fundamental que temos em mãos hoje traz basicamente avisos. Na reunião anterior já havíamos solicitado que alguns avisos fossem retirados. Gostaria, novamente, de solicitar fossem retirados os itens 1, 4, 7, 12 e 23.

;

Além disso, anteriormente, o Deputado Machado, que está aqui, representante, na Comissão, da bancada do PFL, havia feito alguns solicitações no sentido de retirar alguns itens que entende precisam ser melhor analisados. Então, solicitamos que os itens 1, 4, 7, 12 e 23 fossem retirados e mais os solicitados por S.Exa. Gostaria de confirmar com o Deputado Machado, pois pelo meu levantamento seriam os itens 5, 6, 8 e 15. Gostaria que o Deputado Machado confirmasse para que, antes de iniciarmos a votação, retiremos esses itens da pauta.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, mesmo a retirada de itens da pauta tem de ser votada, e não há *quorum* para votarmos.

Quero dizer ao Sr. Presidente e aos meus companheiros que não temos nenhum interesse em fazer qualquer tipo de obstrução, mas a matéria que se pretende inserir hoje é extrapauta, sobre a qual não fomos comunicados durante o dia. A pauta que recebemos é a que está em nossas mãos e nas mãos de V.Exa. e não havia extrapauta. Não concordamos em que hoje seja colocada matéria extrapauta. Se houver insistência, vamos obstruir toda a Ordem do Dia. Portanto, não vai adiantar nada. Não vai resolver absolutamente nada. Sugiro, para entendimento, votarmos os avisos quando se completar o *quorum* — pelos sinais já há *quorum*. Podemos votar e esgotar todos os avisos, podemos esgotar a discussão e votação de todos os avisos, sem a introdução de extrapauta. Esse é o acordo que podemos fazer. Se houver insistência na introdução do extrapauta, vamos obstruir desde o primeiro item.

Solicito aos Líderes do Governo que aqui estão que acordem com essa forma de procedimento, que é tranqüila, para que posamos ter tempo de ler o Projeto de Lei nº 29, que se pretende entrar como extrapauta, ao qual ainda não tivéssemos acesso. Nós não recebemos até agora o PL nº 29. É importante que possamos recebê-lo e lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, entendo a preocupação do Deputado, sempre cioso nesta Comissão. Estivemos, durante 4 anos, em posições diversas, mas sempre tivemos essa preocupação de analisar os PLs com muita transparência.

Alerto o Deputado Alberto Goldman que o PL nº 29 poderia ter sido incluído na quinta-feira, mas a própria Relatora, Deputada Rose, solicitou mais tempo. Na mesma quinta-feira, contactou todos os Deputados que tinham emendas, inclusive os Deputados Anivaldo Vale, Pauderney Avelino, todos foram contactados, e ela esteve no início da reunião da bancada do Espírito Santo — e se coloca à disposição de voltar aqui para relatar —, colocando claramente que todas as dúvidas e os problemas que haviam em relação a emendas foram sanados.

Solicitamos esse auxílio do Deputado Goldman. Entendemos ser correto iniciar a pauta com os avisos, apesar de entendermos que alguns teriam se ser retirados, e votaríamos na sequência, solicitando que fossem incluídos na pauta no final, depois que todos os avisos fossem discutidos e votados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acho que o Deputado não entendeu a minha proposta — só pode ter sido isso. Se é para ler e votar e depois introduzir o PL nº 29, não se fez acordo nenhum. O acordo que estou propondo, explicitamente, é de que não se introduza hoje o PL nº 29. Estou recebendo esse PL somente agora. O Deputado Anivaldo Vale, que está vindo de um exame que foi fazer em São Paulo, no INCOR, não está de acordo com o relatório, mas, independentemente disso, os outros membros não o leram nem eu o li.

A minha proposta é esta: votemos os avisos, sim, esgotemos toda a Ordem do Dia hoje, mas que não se inclua nada fora da Ordem do Dia, caso contrário, seremos obrigados a obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa., principalmente, e às Lideranças da base do Governo, para que evitassem colocar esse requerimento extrapauta em votação. Só há poucos minutos tivemos acesso ao parecer da Relatora e o bom senso no diz que devemos ter tempo pelo menos para ler esse relatório.

Dito isso, faço um apelo para que votemos toda a pauta, excluindo naturalmente aqueles avisos cujos pedidos de retirada de pauta foram feitos pelo Deputado Carlito Merss. E faço apenas um adendo, porque, além do que ele pediu para retirar, o meu partido tem interesse também em algumas retiradas. Algumas de interesses comuns e outras, somente do partido.

Solicito de V.Exa. a retirada dos itens nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15. Acredito que, senão na sua totalidade, mas a grande parte já está no requerimento do Deputado Carlito Merss.

Renovo o apelo, Sr. Presidente, para que V.Exa. nos dê tempo, a fim de que analisemos o parecer referente ao Projeto de Lei nº 29, porque se a Base insistir com o requerimento extrapauta, o Partido da Frente Liberal vai acompanhar o PSDB e obstruir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira apresentou requerimento para retirar de pauta o Item nº 8. Trata-se do metrô de Belo Horizonte e está havendo entendimento. Ele gostaria, por meio do requerimento, que esse item fosse retirado de pauta. É um pedido que o Partido Progressista faz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria ainda vai ser submetida à votação.

Já há número regimental nas duas Casa.

Passaremos, então, à apreciação da ata da 13ª reunião ordinária de 26 e 28 de agosto de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada sua leitura por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão e, conforme o estabelecido na alínea “f”, do art. 9, do Regulamento Interno da Comissão, declaro a ata aprovada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A ata tem de ser votada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não, com base no estabelecido na alínea “f”, do art. 9, do Regimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não há necessidade de votação da ata. É isso que V.Exa. dizendo?! Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação para retirada de pauta, conforme requerimento do Deputado Carlito Merss...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quais são os itens que estão sendo propostos para serem retirados de pauta, Sr. Presidente? Gostaria que V.Exa. os lesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os Itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15.

Em votação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a retirada permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço verificação, Sr. Presidente. Solicito verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Alberto Goldman, V.Exa. precisa do apoio de 10% dos presentes.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Solicito o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Será feita a chamada nominal. Deputado Carlito Merss, venha ajudar a Mesa, fazendo a chamada nominal. *(Pausa.)*

Passaremos à chamada nominal.

Tem a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Carlito Merss: “sim” à sessão normal...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Estamos votando a retirada dos avisos, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Então, eu tenho a dizer “não”. Deputado Carlito Merss, “não”.

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Deputado Gilmar Machado.

;

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado João Grandão. (Pausa.)

Deputado João Magno. (Pausa.)

Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

Deputado Paulo Bernardo. (Pausa.)

Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Voto com meu Líder: “não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Virgílio Guimarães. (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Bancada do PFL.

Deputado Carlos Melles. (Pausa.)

Deputado Claudio Cajado. (Pausa.)

Deputado Eduardo Sciarra. (Pausa.)

Deputado Gilberto Kassab. (Pausa.)

Deputado José Rocha. (Pausa.)

Deputado Júlio Cesar. (Pausa.)

Deputado Lael Varella. (Pausa.)

Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - “Sim.”

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Osvaldo Coelho. (Pausa.)

Deputado Pauderney Avelino. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Esclareço ao Plenário que a votação é para retirada de itens. Quem vota “sim” concorda com as retiradas; quem vota “não”, não concorda.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO – Sr. Presidente, quais itens da pauta vão ser retirados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Bancada do PMDB:

Deputado Tarcísio Perondi. (Pausa.)

Deputado José Borba. (Pausa.)

Deputado José Priante. (Pausa.)

Deputado Marcelino Fraga.

O SR. DEPUTADO MARCELINO FRAGA – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Mauro Lopes. (Pausa.)

Deputado Olavo Calheiros. (Pausa.)

Deputado Pedro Chaves. (Pausa.)

Deputado Pedro Novais. (Pausa.)

Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Bancada do PSDB:

Deputado Anivaldo Vale. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (Pausa.)

Deputado Arnon Bezerra. (Pausa.)

Deputado Helenildo Ribeiro. (Pausa.)

Deputado Narcio Rodrigues. (Pausa.)

Deputada Professora Raquel Teixeira. (Pausa.)

Deputado Rafael Guerra. (Pausa.)

Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

Bancada do PP:

Deputado Herculano Anghinetti. (Pausa.)

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Ricardo Barros.

;

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – “Sim”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Roberto Balestra. (Pausa.)

Bancada do PTB:

Deputado Eduardo Seabra. (Pausa.)

Deputada Elaine Costa. (Pausa.)

Deputado Félix Mendonça. (Pausa.)

Deputado José Carlos Elias. (Pausa.)

Deputado José Chaves. (Pausa.)

Bancada do PL:

Deputado Humberto Michiles. (Pausa.)

Deputado João Leão. (Pausa.)

Deputado Milton Monti. (Pausa.)

Deputado Wellington Roberto. (Pausa.)

Bancada do PSB:

Deputado Dr. Evilásio. (Pausa.)

Deputado Gilberto Nascimento. (Pausa.)

Deputado Renato Casagrande. (Pausa.)

Deputado Edson Ezequiel.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Bancada do PPS:

Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Geraldo Resende. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Bancada do PDT:

Deputado Dr. Hélio. (Pausa.)

Deputado Mário Heringer. (Pausa.)

Bancada do PCdoB:

Deputado Sérgio Miranda. (Pausa.)

Deputados do PRONA:

Deputado Amauri Robledo Gasques. (Pausa.) Ausente.

Bancada do PV.

Deputado Leonardo Mattos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputados do PMN:

Deputado Jackson Barreto. (Pausa.)

Estamos chamando os Deputados do PMN ainda. Houve uma mudança...

Senadores :

Bloco PT/PCB/PTB/PL:

Senador Delcídio Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL – “Não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Senador Duciomar Costa. (Pausa.)

Primeiro os que eu solicitei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos ter a primeira apuração.

(Não identificado) – V.Exa. tem que concluir a votação na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Primeiro vem a apuração da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, o Deputado João Grandão, pelo PT, vota “não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Suplentes do PT:

Arlindo Chinaglia. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA– Sr. Presidente, registro que votei com a bancada. Meu voto é “não”.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Arlindo Chinaglia. (Pausa.) Ausente.

Deputado Devanir Ribeiro. (Pausa.)

Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.)

;

Deputado José Pimentel. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Deputado Tarcisio Zimmermann. *(Pausa.)*

Deputado Telma de Souza. *(Pausa.)*

Deputado Vander Loubet. *(Pausa.)*

Deputado Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO – Voto "não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Ary Vanazzi. *(Pausa.)*

Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – O Deputado João Grandão vota "não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Deputado João Magno. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Bittar. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – "Não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)*

Deputado Wasny de Roure. *(Pausa.)*

Suplentes.

Deputados do PMDB:

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Cleuber Carneiro. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado João Batista. *(Pausa.)*

Deputado José Roberto Arruda. *(Pausa.)*

Deputada Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carreira. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Abramo. *(Pausa.)*

Deputado Rogério Teófilo. *(Pausa.)*

Suplentes.

PMDB:

Deputado André Luiz. *(Pausa.)*

Deputado João Correia. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Afonso. *(Pausa.)*

Deputado... *(ininteligível.)*

Deputado Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Suplentes.

PSDB:

Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – "Não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Antonio Cambraia. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

Deputado João Castelo. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Rommel Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Dimas. *(Pausa.)*

Suplentes do PP:

Deputado Dr. Benedito Dias. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO TARCISIO ZIMMERMANN - O Deputado Tarcisio Zimmermann vota "não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Tarcisio Zimmermann, "não".

;

Continuando a bancada do PP:

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Vilela. *(Pausa.)*

Deputado Mário Negromonte. *(Pausa.)*

Suplentes da bancada do PTB:

Deputado Alex Canziani. *(Pausa.)*

Deputado Homero Barreto. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

Suplentes do PL:

Deputado Almir Moura. *(Pausa.)*

Deputado Heleno Silva.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA – "Não".

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)*

Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Suplentes do PSB:

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Jefferson Campos. *(Pausa.)*

Suplentes do PPS:

Deputado Agnaldo Muniz. *(Pausa.)*

Deputado Athos Avelino. *(Pausa.)*

Suplentes do PDT:

Deputado André Zacharow. *(Pausa.)*

Deputado Manato. *(Pausa.)*

O Deputado Manato está assinando a ata.

Suplentes do Pcdob.

O PCdoB confirmou.

Suplentes do PRONA:

Deputado Ildeu Araújo. *(Pausa.)*

Suplente do PV:

Deputado Edson Duarte. *(Pausa.)*

Suplente do PMN:

Deputada Lúcia Braga. *(Pausa.)*

Solicito agora ao Deputado... É que alguns ainda não votaram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos fazer agora a contagem, para ver se houve *quorum* na Câmara.

(Não identificado) – Chegou mais um, Sr. Presidente: Deputado Jorge Alberto.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O Presidente ainda não encerrou. Calma, há Deputados que ainda não marquei ali.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Questão de ordem do Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Voto com o PT, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Está registrado o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Votantes, 25; "sim", 2; "não", 23.

Não há número para deliberação na Câmara dos Deputados.

Encerro esta reunião, antes convocando nova reunião para quarta-feira, às 10 horas.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2003.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pauta n^{os} 23 e 24/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merz, César Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Geraldo Resende, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Mauro Lopes, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra; - **Deputados suplentes:** André Luiz, André Zacharow, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Eduardo Gomes, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ildeu Araujo, João Almeida, Jorge Alberto, José Pimentel, Leonardo Monteiro, Manato, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Walter Pinheiro, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho e Sibá Machado. Registrou-se a presença dos Deputados não membros: Coriolano Sales, Edson Ezequiel, Eduardo Cunha e Elimar Máximo Damasceno. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Carlos Melles, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Félix Mendonça, Gilberto Kassab, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, José Borba, Lael Varella, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nécio Rodrigues, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Renato Casagrande, Virgílio Guimarães e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, César Borges, Efraim Moraes, Hélio Costa, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Serys Slhessarenko. **ABERTURA:** Às onze horas e vinte e sete minutos, o Presidente declarou aberta a reunião. Apreciação da Ata da 14^a Reunião Ordinária, realizada em 02/09/2003. Com a aquiescência do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve debate. O Presidente declarou a Ata **aprovada**, conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno* da Comissão. Em seguida, solicitou ao Deputado Anivaldo Vale que procedesse à leitura dos avisos e do expediente. **AVISOS:** - Cronograma de tramitação do Projeto de Lei n^o 30/2003-CN - Plano Plurianual para o período 2004-2007: **1.** Leitura em Sessão do Congresso Nacional: 28/08/03. **2.** Publicação e distribuição de avulso: até 02/09/03. **3.** Realização de audiências públicas: até 16/09/03. **4.** Apresentação de emendas perante a Comissão: de 03/09 a 19/09/03. **5.** Publicação e distribuição dos avulsos das emendas: até 24/09/03. **6.** Apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer na Comissão: até 10/10/03. **7.** Encaminhamento do parecer final à Mesa do CN: até 17/10/03. - Cronograma de tramitação do Projeto de Lei n^o 31/2003-CN - Lei Orçamentária Anual para 2004: **01.** Leitura em Sessão do Congresso Nacional: 28/08/03. **02.** Publicação e distribuição de avulsos: até 02/09/03. **03.** Realização de audiências públicas: até 16/09/03. **04.** Apresentação do Parecer Preliminar perante a Comissão: até 21/09/03. **05.** Apresentação de Emendas ao Parecer Preliminar: até 24/09/03. **06.** Votação do Parecer Preliminar com Emendas pela Comissão: até 30/09/03. **07.** Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei: de 01 a 15/10/03. **08.** Publicação e distribuição de avulsos das Emendas: até 20/10/03. **09.** Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Pareceres Setoriais pela Comissão: até 10/11/03.

;

10. Apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do Parecer Final: até 30/11/03. **11.** Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional: até 05/12/03. **12.** Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo: até 10/12/03. O Deputado Anivaldo Vale informou que cópias dos cronogramas haviam sido encaminhadas a todos os Parlamentares em 04/09/2003 e também estavam disponíveis na página da Comissão na internet desde 03/09/2003. **EXPEDIENTE:** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício nº 470, de 3 de setembro, em que comunica a abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de 03 de setembro de 2003, para interposição de recursos aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9, de 2003. O Deputado Anivaldo Vale informou que o e-mail comunicando a abertura de prazo para interposição desses recursos havia sido encaminhado a todos os Parlamentares no dia 03/09/2003. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 53, de 02 de setembro, do Deputado Júlio César, justificando ausência do dia 02 de setembro por estar participando de outra reunião. **2)** Ofício nº 501, de 03 de setembro, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência do dia 02 de setembro por estar cumprindo compromissos político-partidários. Correspondência externa recebida: - Aviso/SGS, de 19 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **01)** Aviso nº 2.047 (Acórdão nº 1.071/2003): auditoria nas obras de drenagem do Tabuleiro dos Martins em Maceió, no Estado de Alagoas. - Avisos/SGS, de 20 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **01)** Aviso nº 2.063 (Acórdão nº 1.123/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Divisa AL/SE – Divisa SE/BA. **02)** Aviso nº 2.072 (Acórdão nº 1.173/2003): auditoria nas obras de adequação na BR-386/RS, subtrecho Estrela-Tabaí. **03)** Aviso nº 2.074 (Acórdão nº 1.174/2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação do Hospital Estadual Alberto Torres, no em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. **04)** Aviso nº 2.076 (Acórdão nº 1.175/2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação da Casa da Maternidade em Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro. **05)** Aviso nº 2.078 (Acórdão nº 1.176/2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS – aparelhamento de entidades filantrópicas no Estado do Rio de Janeiro. **06)** Aviso nº 2.080 (Acórdão nº 1.179/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Mato Grosso do Sul. **07)** Aviso nº 2.083 (Acórdão nº 1.182/2003): auditoria nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Nordeste – implantação de 4 subestações seccionadoras de 230KV. **08)** Aviso nº 2.085 (Acórdão nº 1.184/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão entre as localidades de Bateias/PR e de Ibiúna/SP. **09)** Aviso nº 2.086 (Acórdão nº 1.185/2003): auditoria nas obras de construção do Parque de Feiras e Exposições no Estado do Ceará. **10)** Aviso nº 2.087 (Acórdão nº 1.186/2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica entre as regiões Norte e Sudeste, mediante a instalação de bancos de capacitores na subestação de Samambaia, no Distrito Federal. **11)** Aviso nº 2.089 (Acórdão nº 1.187/2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede da Procuradora da República no Estado de Goiás. **12)** Aviso nº 2.090 (Acórdão nº 1.188/2003): auditoria nas obras de ampliação do Estádio Bezerrão, no Distrito Federal. **13)** Aviso nº 2.092 (Acórdão nº 1.190/2003): auditoria nas obras de recuperação do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. **14)** Aviso nº 2.096 (Acórdão nº 1.191/2003): auditoria nas obras de drenagem de Córregos, no município de Campina Grande, no Estado da Paraíba. **15)** Aviso nº 2.097 (Acórdão nº 1.192/2003): auditoria nas obras de drenagem em bairros carentes no município de Cabedelo, no Estado da Paraíba. **16)** Aviso nº 2.106 (Acórdão nº 1.178/2003): auditoria nas obras de construção do sistema adutor do Pajéu, no Estado de Pernambuco **17)** Aviso nº 2.107 (Acórdão nº 1.194/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-116, no Estado da Bahia. **18)** Aviso nº 2.108 (Acórdão nº 1.196/2003): auditoria nas obras de implementação de infra-estrutura básica do projeto piloto de colonização em grupo no distrito agropecuário de Manaus, no Estado do Amazonas. **19)** Aviso nº 2.112 (Acórdão nº 1.198/2003): auditoria nas obras de construção trechos

;

rodoviários no Corredor Fronteira-Norte – BR-210/RR – trecho São João da Baliza – Caroebe – Entre Rios. **20)** Aviso nº 2.133: cópia de requerimento do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministro da Fazenda informações relativas ao Ministério das Relações Exteriores acerca da liberação e previsão de recursos orçamentários, bem como da regularização de dívidas junto a credores e organismos internacionais. - Avisos/SGS, de 20 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **01)** Aviso nº 2.069 (Acórdão nº 1.172/2003): auditoria na expansão do sistema de trens urbanos – trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. **02)** Aviso nº 2.082 (Acórdão nº 1.180/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-319 no Estado do Amazonas – Divisa RO/AM – Manaus. **03)** Aviso nº 2.084 (Acórdão nº 1.183/2003): auditoria nas obras de reforço nas torres de linha de transmissão de energia elétrica entre Itaipu e São Paulo. **04)** Aviso nº 2.098 (Acórdão nº 1.193/2003): auditoria nas obras de construção de ponte rodoviária entre as cidades de Timon/MA e Teresina/PI. **05)** Aviso nº 2.102 (Acórdão nº 1.177/2003): auditoria nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica – perenização do rio Pajéu, no Estado de Pernambuco. **06)** Aviso nº 2.113 (Acórdão nº 1.201/2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 3º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal. **07)** Aviso nº 2.116 (Acórdão nº 1.197/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul. - Avisos/SGS, de 27 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **01)** Aviso nº 2.163 (Acórdão nº 1.230/2003): Solicitação de informações acerca dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º e 2º quadrimestres de 2002, publicados pelos titulares dos poderes e órgãos em obediência à Lei Complementar nº101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **02)** Aviso nº 2.169 (Acórdão nº 1.243/2003): auditoria nas obras de duplicação com restauração de trechos rodoviários no Corredor Leste, no segmento da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, compreendido entre Belo Horizonte e a Divisa MG/SP **03)** Aviso nº 2.170 (Acórdão nº 1.244/2003): auditoria nas obras de ampliação e modernização do Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Fundação Universidade Federal do Amazonas. **04)** Aviso nº 2.171 (Acórdão nº 1.245/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul. **05)** Aviso nº 2.174 (Acórdão nº 1.246/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, BR-222, no Estado do Pará – Construção do Trecho Dom Elizeu – Entrada da BR-158/PA. **06)** Aviso nº 2.176 (Acórdão nº 1.247/2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília-DF. **07)** Aviso nº 2.177 (Acórdão nº 1.249/2003): auditoria nas obras de implantação e ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário do Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. **08)** Aviso nº 2.182 (Acórdão nº 1.256/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de trens urbanos de Recife – Trecho TIP-Timbi, com melhoramentos na Linha Centro. **09)** Aviso nº 2.184 (Acórdão nº 1.253/2003): auditoria nas obras do Presídio Provisório de Trânsito de Campo Grande e do Presídio Federal de Segurança Máxima em Dois Irmãos do Buriti, no Estado do Mato Grosso do Sul. **10)** Aviso nº 2.187 (Acórdão nº 1.239/2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes no estado do Espírito Santo. **11)** Aviso nº 2.188 (Acórdão nº 1.241/2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura necessária ao Centro de Lançamento de Alcântara para a prestação de serviços de lançamento, no Estado do Maranhão. **12)** Aviso nº 2.189 (Acórdão nº 1.242/2003): auditoria nas obras de modernização da UHE de Furnas, no Estado de Minas Gerais. **13)** Aviso nº 2.191 (Acórdão nº 1.251/2003): auditoria nas obras de ampliação do edifício-sede do TRE do Estado do Piauí. - Avisos/SGS, de 27 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN): **01)** Aviso nº 2.165 (Acórdão nº 1.233/2003): auditoria nas obras de recuperação do sistema de trens urbanos de Salvador no Estado da Bahia. **02)** Aviso nº 2.166 (Acórdão nº 1.237/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários

;

no Estado de Minas Gerais. **03)** Aviso nº 2.179 (Acórdão nº 1.250/2003): auditoria nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/Projeto Salangô, no Estado do Maranhão. **04)** Aviso nº 2.196 (Acórdão nº 1.252/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-470, subtrecho divisa SC/RS e subtrecho entroncamento RS/477 (Pontão) – BR-285 (Lagoa Vermelha), no Estado do Rio Grande do Sul. **05)** Aviso nº 2.198 (Acórdão nº 1.236/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem Paula Pessoa no Estado do Ceará. - Aviso/GP, de 29 de agosto, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 1.517 (Acórdão nº 1.116/2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação de Unidades de Saúde em Santa Maria, no Distrito Federal. **ORDEM DO DIA:** O Presidente anunciou que somente seriam apreciadas as matérias consensuais constantes das pautas nºs 23 e 24, após análise prévia realizada pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, em reunião realizada às nove horas daquele dia. Com a palavra, o Deputado Sérgio Miranda solicitou a retirada de pauta dos itens 4, 7, 8 e 13, correspondentes respectivamente aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: Aviso nº 028/2003-CN, Aviso nº 035/2003-CN, Aviso nº 037/2003-CN e Aviso nº 92-117/2002-CN. O Senador Jonas Pinheiro, na qualidade de relator, ressaltou a necessidade de apreciação do Aviso nº 92-117/2002-CN. O Deputado Pauderney Avelino solicitou que fossem retirados os itens 1, 5, 6, 12 e 15, correspondentes respectivamente aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: Aviso nº 003/2003-CN, Aviso nº 030/2003-CN, Aviso nº 034/2003-CN, Aviso nº 092-017/2002-CN e Aviso nº 04/2003-CN. Em votação em bloco, o **Requerimento** de autoria do Deputado Sérgio Miranda solicitando a retirada dos itens nºs 4, 7, 8 e 13 da pauta da reunião e o **Requerimento** de autoria do Deputado Pauderney Avelino solicitando a retirada dos itens nºs 1, 5, 6, 12 e 15 da pauta da reunião foram **aprovados** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 - **Aviso nº 017/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 588, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente à inspeção realizada na implantação de hidrovias no corredor Araguaia-Tocantins, em cumprimento à Decisão nº 1020/2002-Plenário, inserida no Quadro VII da Lei nº 10.407/2002 (TC nº 004.214/2003-0)”. Relator: Deputado Pedro Chaves. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Gilmar Machado procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03 - **Avisos nº 025/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 631, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria acerca da execução do programa de trabalho orçamentário nº 26.783.0222.7625.0101, dos serviços e obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, no trecho Calçada-Paripe, (TC nº 009.008/2002-6)”, e **092-154/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”. Relator: Senador Hélio Costa. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela anexação do Aviso nº 25/2003-CN ao Aviso nº 92-154/2002-CN e pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Pedro Novais procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 09 - **Aviso nº 063/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1024, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam referente ao cumprimento do Plano Especial de Auditoria de Obras Públicas 2003, no que concerne à fiscalização da construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia - Tocantins - BR 242/TO - Peixe - Paranã - Taguatinga (TC nº 010.012/2003-0)”. Relator: Deputado José Carlos Elias. Voto: Pela manutenção da vedação. O relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 10 - **Aviso nº 092-025/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no

;

decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002.” Relator: Deputado José Carlos Elias. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 11 - **Aviso nº 092-053/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”. Relator: Deputado José Chaves. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Pedro Novais procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 14 - **Aviso nº 92-127/2002-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002”. (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC-Divisa SC/RS). Relator: Senador Sérgio Guerra. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Senador Geraldo Mesquita Junior procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 16 - **Aviso nº 033/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 130, de 2003-TCU (plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram referente ao acompanhamento das publicações e do envio ao Tribunal de Contas da União dos relatórios da Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal”. Relator: Deputado Pedro Chaves. Voto: Pela aprovação da matéria, com recomendações. Estando ausente o relator, o Deputado Gilmar Machado procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 17 - **Mensagem nº 198/2001-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional para exame as Contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2000”; **Ofício nº 02/2001-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de Contas, relativas ao exercício de 2000, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e respectivo Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Superior Militar”; **Ofício nº 04/2001-CN** que “encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas da Câmara dos Deputados do Exercício Financeiro de 2000, para que sejam encaminhadas à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas da União”; **Ofício nº 05/2001-CN** que “Encaminha ao Tribunal de Contas da União, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as contas do Senado Federal referente ao exercício de 2000”. Relator: Senador Luiz Otávio. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela aprovação da matéria, na forma dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. Estando ausente o relator, o Senador Roberto Saturnino procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino informou que ainda não havia recebido os avulsos referentes ao Projeto de Lei nº 30/2003-CN - Plano Plurianual para o período 2004-2007, e ao Projeto de Lei nº 31/2003-CN – Lei Orçamentária Anual para 2004. Tendo em vista a exigüidade do prazo para a apreciação dessas matérias, o Deputado Pauderney Avelino solicitou providências no sentido de alterar os prazos dos respectivos cronogramas. O Presidente informou que esse assunto havia sido objeto de debate durante a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquela manhã, e que os cronogramas poderiam ser alterados. Com a palavra, o Deputado Wasny de Roure solicitou cópias dos respectivos cronogramas. O Presidente esclareceu que eles estavam disponíveis. Em seguida, informou que estava prevista reunião de audiência pública com a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos acerca do Projetos de Lei do Plano Plurianual - período 2004 a 2007 - e da

;

Lei Orçamentária para 2004. Após, anunciadas seguintes reuniões a serem realizadas no dia nove de setembro: **1)** Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, às quatorze horas, para discussão do cronograma de tramitação dos Projetos de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e da Lei Orçamentária para 2004; e **2)** Reunião Ordinária da Comissão, às quatorze horas e trinta minutos. Em seguida, o Deputado Sérgio Miranda solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 29/2003-CN. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se favoravelmente à proposta, salientando que se houvesse polêmica, a apreciação do projeto poderia ser adiada. PAUTA Nº 24. **Projeto de Lei nº 29/2003-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 269.086.568,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente”. Relatora: Deputada Rose de Freitas. Foram apresentadas 51 emendas. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. A Deputada Rose de Freitas procedeu à apresentação de seu Relatório. Após, o Presidente anunciou o início da discussão e abriu-se o prazo para recebimento de destaques. O Deputado Wasny de Roure efetuou perguntas à relatora e foi atendido. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino questionou o Parecer e, após ter sido respondido, solicitou informações adicionais. Depois dos esclarecimentos da relatora, o Deputado Anivaldo Vale usou da palavra para manifestar-se contrário ao Parecer. O Deputado Gilmar Machado posicionou-se favoravelmente. Em seguida, a relatora prestou novos esclarecimentos ao Deputado Anivaldo Vale. Nos termos do art. 8º, alínea “o”, do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente declarou inadmitidas as seguintes emendas: 9, 16 a 19, 21 a 34, 36 a 38. Prosseguiram no debate os Deputados Machado, José Rocha e Roberto Balestra e o Senador Amir Lando, favoráveis ao Parecer. Em votação, o Parecer do relator, ressalvados os destaques, foi **aprovado** contra o voto do Deputado Anivaldo Vale na representação da Câmara dos Deputados e por unanimidade na representação do Senado Federal. Foram apresentados 03 destaques pelo Deputado Anivaldo Vale, que foram retirados pelo autor. O Deputado Claudio Cajado teceu considerações finais acerca do Parecer aprovado. **ENCERRAMENTO:** Às treze horas e treze minutos, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou os membros a participarem das seguintes reuniões: **1)** Dia nove de setembro, às quatorze horas: reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Assunto: análise prévia das matérias da pauta e discussão sobre a tramitação dos Projetos de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007 e da Lei Orçamentária para 2004. Local: sala de reuniões da Presidência da Comissão; **2)** Dia nove de setembro, às quatorze horas e trinta minutos: reunião deliberativa ordinária. Local: plenário 02 da Câmara dos Deputados. **3)** Dia onze de setembro, às dez horas e trinta minutos: previsão de reunião de audiência pública, com a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega. Tema: Esclarecimentos sobre os Projetos de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e da Lei Orçamentária para 2004. Local: plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs 23 e 24 de 2003.

Há número legal.

Passaremos à apreciação da ata da 14ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata por haver sido distribuída antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 9º do Regimento Interno da Comissão, declaro a ata aprovada.

Solicito ao Deputado Anivaldo Vale que faça a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Avisos.

1) Cronograma do Plano Plurianual para o período de 2004/2007 encaminhado pelo Poder Executivo:

1. Leitura em sessão do Congresso Nacional: dia 28 de agosto de 2003.
2. Publicação e distribuição de avulsos: até 2 de setembro de 2003.
3. Realização de audiências públicas: até 16 de setembro de 2003.
4. Apresentação de emendas perante a Comissão: de 3 de setembro a 19 de setembro de 2003.
5. Publicação e distribuição dos avulsos e das emendas: até 24 de setembro de 2003.
6. Apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer na Comissão: até 10 de outubro de 2003.
7. Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional: até 17 de outubro de 2003.

Cópia desse cronograma foi encaminhada a todos os Parlamentares no dia de hoje. O cronograma também está disponível, desde ontem, na página da Comissão na Internet.

2) Cronograma da proposta orçamentária anual para 2004 encaminhada pelo Poder Executivo:

1. Leitura em sessão do Congresso Nacional: em 28 de agosto de 2003.
2. Publicação e distribuição de avulsos: até 2 de setembro de 2003.
3. Realização de audiências públicas: até 16 de setembro de 2003.
4. Apresentação do parecer preliminar perante a Comissão: até 21 de setembro de 2003.
5. Apresentação de emendas ao parecer preliminar: até 24 de setembro de 2003.
6. Votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão: até 30 de setembro de 2003.
7. Apresentação de emendas ao projeto de lei: de 1º a 15 de outubro de 2003.
8. Publicação e distribuição de avulsos e das emendas: até 20 de outubro de 2003.
9. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela Comissão: até 10 de novembro de 2003.
10. Apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final: até 30 de novembro de 2003.
11. Sistematização do parecer sobre o projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional: até 5 de dezembro de 2003.
12. Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do autógrafa: até 10 de dezembro de 2003.

Cópia desse cronograma foi encaminhada a todos os Parlamentares no dia de hoje. O cronograma também está disponível, desde ontem, na página da Comissão na Internet.

Expediente.

Correspondência interna recebida:

- 1) Ofício nº 470, de 3 de setembro, em que comunica a abertura do prazo de 5 dias úteis, a partir de 3 de setembro de 2003, para interposição de recursos aos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9, de 2003.

E-mail comunicando a abertura de prazo para interposição desses recursos foi encaminhado a todos os Parlamentares no dia de ontem.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

;

1) Ofício nº 53, de 2 de setembro, do Deputado Júlio Cesar, justificando ausência do dia 2 de setembro por estar participando de outra reunião.

2) Ofício nº 501, de 3 de setembro, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência do dia 2 de setembro por estar cumprindo compromissos político-partidários.

Correspondência externa recebida:

Avisos/SGS, de 19 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN):

1) Aviso nº 2.047 (Acórdão nº 1.071, de 2003): auditoria nas obras de drenagem do Tabuleiro dos Martins, em Maceió, no Estado de Alagoas.

Avisos/SGS, de 20 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 2.063 (Acórdão nº 1.123, de 2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado de Sergipe — Divisa AL/SE — Divisa SE/BA.

2) Aviso nº 2.072 (Acórdão nº 1.173, de 2003): auditoria nas obras de adequação da BR-386, Rio Grande do Sul, subtrecho Estrela—Tabaí.

3) Aviso nº 2.074 (Acórdão nº 1.174, de 2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação do Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

4) Aviso nº 2.076 (Acórdão nº 1.175, de 2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação da Casa da Maternidade, em Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro.

5) Aviso nº 2.078 (Acórdão nº 1.176, de 2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação de unidade de saúde do SUS — aparelhamento de entidades filantrópicas, no Estado do Rio de Janeiro.

6) Aviso nº 2.080 (Acórdão nº 1.179, de 2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais, no Estado de Mato Grosso do Sul.

7) Aviso nº 2.083 (Acórdão nº 1.182, de 2003): auditoria nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Nordeste — implantação de 4 subestações seccionadoras de 230 KV.

8) Aviso nº 2.085 (Acórdão nº 1.184, de 2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão entre as localidades de Bateias, no Paraná, e de Ibiúna, em São Paulo.

9) Aviso nº 2.086 (Acórdão nº 1.185, de 2003): auditoria nas obras de construção do Parque de Feiras e Exposições no Estado do Ceará.

10) Aviso nº 2.087 (Acórdão nº 1.186, de 2003): auditoria nas obras de ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica entre as Regiões Norte e Sudeste, mediante a instalação de bancos de capacitores na subestação de Samambaia, no Distrito Federal.

11) Aviso nº 2.089 (Acórdão nº 1.187, de 2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

12) Aviso nº 2.090 (Acórdão nº 1.188, de 2003): auditoria nas obras de ampliação do Estádio Bezerrão, no Distrito Federal.

13) Aviso nº 2.092 (Acórdão nº 1.190, de 2003): auditoria nas obras de recuperação do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

14) Aviso nº 2.096. (Acórdão nº 1.191, de 2003): auditoria nas obras de drenagem de córregos, no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

15) Aviso nº 2.097. (Acórdão nº 1.192, de 2003): auditoria nas obras de drenagem em bairros carentes no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

16) Aviso nº 2.106. (Acórdão nº 1.178, de 2003): auditoria nas obras de construção do sistema adutor do Pajeú, no Estado de Pernambuco.

17) Aviso nº 2.107. (Acórdão nº 1.194, de 2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-116, no Estado da Bahia.

18) Aviso nº 2.108. (Acórdão nº 1.196, de 2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura básica do projeto piloto de colonização em grupo do distrito agropecuário de Manaus, no Estado do Amazonas.

;

19) Aviso n° 2.112. (Acórdão n° 1.198, de 2003): auditoria nas obras de construção dos trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte — BR-210/RR — trecho São João da Baliza — Caroebe — Entre Rios.

20) Aviso n° 2.133: cópia de requerimento do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministro da Fazenda informações relativas ao Ministério de Relações Exteriores acerca da liberação e previsão de recursos orçamentários, bem como da regularização de dívidas junto a credores e organismos internacionais.

- Avisos/SGS, de 20 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN):

1) Aviso n° 2.069. (Acórdão n° 1.172, de 2003): auditoria na expansão do sistema de trens urbanos — trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo —, no Estado do Rio Grande do Sul.

2) Aviso n° 2.082 (Acórdão n° 1.180, de 2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas — Divisa RO/AM — Manaus.

3) Aviso n° 2.084 (Acórdão n° 1.183, de 2003): auditoria nas obras de reforço nas torres de linha de transmissão de energia elétrica entre Itaipu e São Paulo.

4) Aviso n° 2.098 (Acórdão n° 1.193, de 2003): auditoria nas obras de construção de ponte rodoviária entre as cidades de Timon/MA e Teresina/PI.

5) Aviso n° 2.102 (Acórdão n° 1.177, de 2003): auditoria nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica — perenização do Rio Pajeú, no Estado de Pernambuco.

6) Aviso n° 2.113 (Acórdão n° 1.201, de 2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao terceiro quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal.

7) Aviso n° 2.116 (Acórdão n° 1.197, de 2003): auditoria nas obras de construção de trecho rodoviário no Corredor MERCOSUL, no Estado do Rio Grande do Sul.

- Avisos/SGS, de 27 de agosto, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso n° 2.163 (Acórdão n° 1.230, de 2003): solicitação de informações acerca dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao primeiro e segundo quadrimestres de 2002, publicados pelos titulares dos poderes e órgãos em obediência à Lei Complementar n° 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2) Aviso n° 2.169 (Acórdão n° 1.243, de 2003): auditoria nas obras de duplicação com restauração de trechos rodoviários no Corredor Leste, no segmento da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, compreendido entre Belo Horizonte e a Divisa MG/SP.

3) Aviso n° 2.170 (Acórdão n° 1.244, de 2003): auditoria nas obras de ampliação e modernização do Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Fundação Universidade Federal do Amazonas.

4) Aviso n° 2.171 (Acórdão n° 1.245, de 2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul.

5) Aviso n° 2.174 (Acórdão n° 1.246, de 2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-222, no Estado do Pará — construção do trecho D. Eliseu — Entrada BR-158, Pará.

6) Aviso n° 2.176 (Acórdão n° 1.247, de 2003): auditoria nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, Distrito Federal.

7) Aviso n° 2.177 (Acórdão n° 1.249, de 2003): auditoria nas obras de implantação e ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário do Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

8) Aviso n° 2.182 (Acórdão n° 1.256, de 2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de trens urbanos de Recife — trecho TIP-Timbi, com melhoramentos na Linha Centro.

9) Aviso n° 2.184 (Acórdão n° 1.253, de 2003): auditoria nas obras do Presídio Provisório de Trânsito de Campo Grande e do Presídio Federal de Segurança Máxima em Dois Irmãos do Buriti, no Estado de Mato Grosso do Sul.

10) Aviso nº 2.187 (Acórdão nº 1.239, de 2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes, no Estado do Espírito Santo.

11) Aviso nº 2.188 (Acórdão nº 1.241, de 2003): auditoria nas obras de implantação de infra-estrutura necessária ao Centro de Lançamento de Alcântara para a prestação de serviços de lançamento, no Estado do Maranhão.

12) Aviso nº 2.189 (Acórdão nº 1.242, de 2003): auditoria nas obras de modernização da UHE de Furnas, no Estado de Minas Gerais.

13) Aviso nº 2.191 (Acórdão nº 1.251, de 2003): auditoria nas obras de implantação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.

Avisos/SGS, de 27 de agosto, do Tribunal de Contas da União, remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional (AVN):

1) Aviso nº 1.265 (Acórdão nº 1.233, de 2003): auditoria nas obras de recuperação do sistema de trens urbanos de Salvador, no Estado da Bahia.

2) Aviso nº 2.166 (Acórdão nº 1.237, de 2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários, no Estado de Minas Gerais.

3) Aviso nº 2.179 (Acórdão nº 1.250, de 2003): auditoria nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/Projeto Salangô, no Estado do Maranhão.

4) Aviso nº 2.196 (Acórdão nº 1.252, de 2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-470, subtrecho divisa Santa Catarina/Rio Grande do Sul e subtrecho entroncamento Rio Grande do Sul/477 (Pontão) — BR-285 (Lagoa Vermelha), no Estado do Rio Grande do Sul.

5) Aviso nº 2.198 (Acórdão nº 1.236, de 2003): auditoria nas obras de construção da Barragem Paula Pessoa, no Estado do Ceará.

Aviso/GP, de 29 de agosto, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 1.517 (Acórdão nº 1.116, de 2003): auditoria nas obras de implantação, aparelhamento e adequação de Unidades de Saúde em Santa Maria, no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, nobre Deputado.

Temos a Ordem do Dia constante, primeiro, de avisos. Pergunto ao Plenário se há restrição quanto à votação de algum aviso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nós deveríamos buscar um acordo. Estamos retirando alguns avisos para poder negociar. Não temos de antemão uma posição, mas há observações que devem ser esclarecidas na reunião dos Líderes. Levando em conta esse aspecto, eu proponho a V.Exa. que retire, para serem negociados na reunião dos Líderes, os itens 4, 7 e 13, a fim de que possamos tratá-los de forma mais esclarecedora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão a retirada de pauta dos itens 4, 7 e 13.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, sou Relator do item 13. Estamos a quase um ano aguardando a votação dessa matéria. Até agora não chegamos a nenhuma conclusão. O assunto é complexo, porém se trata de uma obra, no Estado do Maranhão, que não pode continuar parada, porque faltam apenas 2% para sua conclusão.

Espero que os Líderes cheguem logo a uma conclusão. Vamos votar esse item ou perder uma grande obra, em que 98% já foram concluídos?

Peço ao eminente Deputado Pedro Novais, representante daquele Estado e membro do Colégio de Líderes, que analisemos esse procedimento do platô de Salangô, uma obra praticamente concluída. Como disse, faltam apenas 2%. Que punam o culpado pelas ações que estão prejudicando a obra e não a população que precisa dela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, proponho que, na reunião dos Líderes, na próxima terça-feira, de acordo com a conveniência de V.Exa., façamos essa discussão. Gostaria de agregar um tema mais ligado à minha região. Solicito também a

;

retirada do item 8, para discutirmos a matéria no Colégio de Líderes. Neste caso, é um pedido do Deputado Sérgio Miranda, de Minas Gerais, que mora em Belo Horizonte e quer tratar a questão de forma mais objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, também quero me somar ao Deputado Sérgio Miranda, pedindo a retirada de pauta do Aviso nº 38.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação a retirada de pauta dos itens 4, 7, 8 e 13.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. repetisse o que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Estamos votando a retirada de pauta dos itens 4, 7, 8 e 13.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, solicito ainda a retirada de pauta dos itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15, com acordo da Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, solicito que só sejam incluídos novamente na pauta depois da reunião dos Líderes, para que possamos esclarecer, porque já foram retirados na semana passada e voltaram para a pauta. Temos de fazer uma reunião para discutir a questão, como estamos negociando os PLs.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Sérgio Miranda solicita a retirada de pauta dos itens 4, 7, 8 e 13 e o Deputado Pauderney Avelino, dos itens 1, 5, 6, 12 e 15.

Em votação, em globo, a retirada de pauta das duas propostas.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, foram retirados de pauta os Itens nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15. Eles serão objeto de discussão na reunião de Líderes, na terça-feira, às 14h, quando discutiremos também a questão da rotina de tramitação do PPA.

Passaremos, então, à análise do Item nº 2.

Aviso nº 17, de 2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 538, de 2003, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada na implantação de hidrovias no corredor Araguaia—Tocantins, em cumprimento à Decisão nº 1.020, de 2002, do Plenário.

O Relator é o Deputado Pedro Chaves. Como S.Exa. não está presente, solicito ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, eis o voto:

“Em face do exposto, ressaltando a rescisão do Contrato nº 98/004/00, executado com recursos do Programa de Trabalho 26.782.0237.5749.0005, objeto do presente instrumento, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 17, de 2003, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item Nº 3.

;

Aviso nº 025, de 2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 631, de 2003, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria acerca da execução do Programa de Trabalho Orçamentário nº 26.783.0222.7625.0101, dos serviços e obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, no trecho Calçada—Paripe, e 092-154, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2002.

O Relator é o Senador Hélio Costa. S.Exa. não estando presente, peço ao Deputado Pedro Novais que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eis o voto:

“Diante do exposto e considerando que os indícios de irregularidades que ensejaram a inclusão da obra no PT nº 26.783.0222.7625.0101 no Quadro VII, Lei nº 10.640, de 2003, não mais subsistem e que o Tribunal de Contas da União informou não haver empecilhos à continuidade do empreendimento, determinando o arquivamento do processo, opinamos, nos termos do § 6º do art. 86 da Lei nº 10.524, de 2002 (LDO 2003), que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da matéria;*
- b) anexe, para tramitação em conjunto, o Aviso nº 025/2003-CN, de 2003, ao Aviso nº 92-154, de 2002-CN; e*
- c) adote a proposta de decreto legislativo em anexo no sentido de liberar a execução da obra.”*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 9.

Aviso nº 063, de 2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.024, de 2003, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e proposta de decisão que o fundamentam, referente ao cumprimento do Plano Especial de Auditoria de Obras Públicas, de 2003, no que concerne à fiscalização da construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia—Tocantins — BR-242 —Peixe/Paraná/Taguatinga.

O Relator é o Deputado José Carlos Elias.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, as obras objeto do presente aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontadas em fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União. A auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo, no Estado de Tocantins, que motivou a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2003, nos termos do art. 86.

O Tribunal de Contas da União identificou irregularidades graves nos Contratos nºs 2, 3, 4, 5 e 6.

Resolvemos encaminhar cópias das deliberações, acompanhadas do relatório e das propostas de decisão que o fundamentam.

Em face do exposto, voto pela manutenção da vedação da execução orçamentária, física e financeira das obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia—Tocantins — BR-242/Tocantins — Peixe/Paraná/Taguatinga.

Era o que tinha a opinar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

;

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 10.

Aviso nº 092-025, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2002.

O Relator é o Deputado José Carlos Elias.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, trata-se também de obras de construção do trecho rodoviário no corredor Araguaia—Tocantins — BR-242/Tocantins — Peixe/Paraná/Taguatinga.

Foram registrados indícios de irregularidades.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade, decorrente da perda de oportunidade para que gerasse os efeitos adequados, quais sejam, a suspensão cautelar da execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos da obra em que foram verificados os indícios, no âmbito da LOA/2002.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 092-025, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 11.

Aviso nº 092-053, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2002.

O Relator é o Deputado José Chaves. Como S.Exa. não está presente, solicito ao Deputado Pedro Novais que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lerei o final:

“Não há Restos a Pagar no programa de trabalho orçamentário referente à obra — construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte/ BR-163/MT — Santa Helena — Divisa MT/PA.

Nesse sentido, embora considere, com base nas informações apresentadas, que a obra não mais apresenta irregularidades graves que recomendem a suspensão cautelar de sua execução física e financeira, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade, decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução de recursos contidos na LOA/2002 ou os Restos a Pagar de anos anteriores.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 092-053, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.”

Sr. Presidente, este é o parecer.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 14.

Aviso nº 92-127, de 2002, que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2002. (Adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC — Divisa SC/RS).

O Relator é o Senador Sérgio Guerra.

Solicito ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que faça a leitura do voto.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, eis o voto:

“O programa de trabalho de que trata o Aviso nº 092-127, como se pode observar, foi incluído no Quadro VII da LOA/2003 e foi objeto do Aviso nº 26, de 2003. Este informa ter o DENIT cumprido as determinações feitas pelo TCU, por meio da Decisão Plenária nº 1.640, de 2002, razão pela qual pode ser dada seqüência à licitação das obras do programa de trabalho Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor MERCOSUL — BR-101, Santa Catarina — Palhoça — Divisa SC/RS. O Aviso nº 26, então, dá contornos finais à fiscalização iniciada em 2002 e que resultou no Aviso nº 092-127.

Em face do exposto, o meu voto é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 092-127, de 2002, e determine o seu arquivamento”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 16.

Aviso nº 033, de 2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 130, de 2003, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento das publicações e do envio ao Tribunal de Contas da União dos relatórios da Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2002 pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal.

O Relator é o Deputado Pedro Chaves.

Solicito ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura do voto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, eis o voto do Relator:

“Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, examinar e emitir parecer sobre os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, e a Lei Complementar nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

A análise dos relatórios de gestão fiscal dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário promovida pelo Tribunal de Contas da União e encaminhada para conhecimento

;

desta Comissão por meio do Aviso nº 33, de 2003, do Congresso Nacional, está inserida na competência acima mencionada e atende ao disposto no inciso III do art. 73 da Lei nº 10.266, de 2001 (LDO/2002).

Feitos esses registros e com a recomendação para que o Tribunal de Contas proceda à orientação necessária para corrigir a metodologia de apuração do montante da despesa com pessoal sujeito aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, voto pela aprovação do exame realizado pelo Tribunal de Contas da União, objeto do Acórdão nº 130, de 2003, do Tribunal de Contas da União (Plenário), encaminhado a esta Comissão por meio do Aviso nº 33, de 2003, do Congresso Nacional (nº 950-GP-TCU/2003, na origem), bem como das recomendações e determinações constantes do citado acórdão, como acima relatado."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Item nº 17.

Trata-se de prestação de contas, relativas ao exercício de 2000, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e respectivo Conselho de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Superior Militar.

O Relator é o Senador Luiz Otávio.

Solicito ao Senador Roberto Saturnino que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, após análise das prestações de contas encaminhadas, o Senador Luiz Otávio conclui pela aprovação das contas dos órgãos dos Poderes Legislativo (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) e ainda dos Chefes do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2000, na forma dos projetos de decreto legislativo que vêm em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, trago a este Plenário relevante questão. Estava presente, na última quinta-feira, no gabinete do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, quando da entrega da peça orçamentária de 2004. Acredito que no dia seguinte deva ter chegado também a peça do Plano Plurianual para os próximos 4 anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - No mesmo dia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, foi estabelecido um cronograma a respeito do PPA e do Orçamento de 2004, mas até o presente momento a única publicação do Orçamento de 2004 que chegou às minhas mãos foi um resumo entregue pela assessoria da Liderança do Governo. Não temos, até a presente data, a publicação dos avulsos. Já se passou uma semana e não temos ainda a publicação dos avulsos, nem do Orçamento de 2004, nem do PPA, para os próximos 4 anos.

;

Portanto, é de fundamental importância que tenhamos, o mais breve possível, esses avulsos tão importantes em nossas mãos, para análise mais detalhada. Também urge providência da Presidência desta Comissão para reestipular o cronograma que nos foi apresentado e está em vigor. Como não temos os avulsos, é de fundamental importância que esse cronograma seja refeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As observações feitas pelo Deputado Pauderney Avelino são pertinentes. Na reunião de Líderes, o assunto foi discutido e foi explicado que a imprensa só liberará os avulsos entre sexta-feira e segunda-feira. Somente nessa época eles serão entregues aos Parlamentares.

A segunda questão é que os prazos são estabelecidos na Resolução nº 1, mas acertamos que, tão logo tenhamos os avulsos conosco, faremos a solicitação de alteração dos prazos, compensando os dias perdidos nesse período.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, gostaria de saber, após ouvir a leitura do cronograma, se já foi distribuída cópia, para que tenhamos o espelho de todo o programa, da apreciação da peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Comissão distribuirá o cronograma. Está na página da Internet. Hoje irá para os gabinetes. Será alterado, de acordo com o que foi discutido agora.

Comunico também à Comissão que o Ministro do Planejamento se dispõe, em princípio, a vir a uma audiência pública desta Comissão, na quinta-feira, para falar sobre o Orçamento, o PPA e a orientação do Governo na elaboração desses documentos, de modo que tenhamos conhecimento do que foi pensado e do que será discutido por nós.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Na quinta-feira, na parte da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Na quinta-feira da próxima semana.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Na parte da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Na parte da manhã, às 10h30min.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convocamos também reunião dos Líderes para terça-feira, dia 9, às 14h, na sala da Comissão da Presidência, a fim de discutirmos não só a questão dos avisos que forem retirados de pauta, como também do PPA nº 29, para ver se chegamos a um acordo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ao mesmo tempo, vamos discutir com o Relator as normas a serem obedecidas na análise do PPA que está na Casa. E às 14h30min de terça-feira teremos reunião ordinária da Comissão. Não havendo acordo em relação ao PL nº 29...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu acho que há acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Acho que há acordo. Já que a Relatora está presente, poderia aproveitar para ler o seu relatório. O Senador Amir Lando está ali conversando com alguns Parlamentares. Se depois da leitura do relatório não houver decisão, suspenderemos a sessão. Mas vamos aproveitar o tempo pelo menos para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não há nada que obste a proposta do Líder Sérgio Miranda. Portanto, a Relatora pode fazer a leitura. Se houver algum problema para votação, obviamente comunicaremos *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convido a Relatora, Deputada Rose de Freitas, para ler o relatório do PL nº 29, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 269 milhões, 86 mil e 568 reais, para reforço de dotações orçamentárias.

;

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de ler o relatório do Projeto de Lei nº 29, do Ministério da Educação, que contempla crédito suplementar no valor de 269 milhões, 86 mil e 568 reais, para reforço de dotações consignadas na lei orçamentária, gostaria de esclarecer que esse PL chegou a esta Casa numa sexta-feira, para ser emendado até segunda-feira, o que foi objeto de protesto de vários Parlamentares.

Dialogamos tanto quanto foi possível com todos os Parlamentares e foram apresentadas 51 emendas. Dessas 51 emendas passíveis de aprovação, apenas cerca de 23 somavam o valor de 117 milhões, 467 reais e 45 centavos.

Então, gostaria de apresentar o relatório, atendendo aos Srs. Parlamentares que aqui estão, autores das emendas passíveis de aprovação. Tenho certeza de que S.Exas. entenderão o momento difícil por que passa o Ministério da Educação, o que foi explicado sucessivamente aos Líderes do Governo e da Oposição. Entendemos por não acatar as emendas passíveis tecnicamente de aprovação, diante de ampla conversa mantida com o Sr. Ministro e com os Parlamentares autores das emendas passíveis de aprovação. As que tecnicamente não estavam viáveis foram rejeitadas.

Passo a ler o relatório:

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, “b”, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 94, de 2003, do Congresso Nacional (nº 354, de 2003, na origem), o Projeto de Lei nº 29, de 2003, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 269 milhões, 86 mil e 568 reais, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

A Exposição de Motivos nº 250, de 2003, MP, de 17 de julho de 2003, do Ministro de Estado de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição informa que a abertura de crédito suplementar visa adequar o orçamento vigente do Ministério da Educação às suas reais necessidades de execução, conforme o quadro demonstrado abaixo.

Unidade Orçamentária. O Ministério da Educação, através da administração direta, uma suplementação de 5 milhões e um cancelamento de 176 milhões, 513 mil e 198 reais.

Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES: um cancelamento de 5 milhões e 300 mil.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE: 237 milhões, 991 mil e 387 reais de suplementação, com cancelamento da ordem de 82 milhões, 990 mil e 825 reais.

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior — FIES. Há uma suplementação de 21 milhões, 812 mil e 636 reais.

Demais unidades orçamentárias: 4 milhões, 282 mil e 545 reais de suplementação e um cancelamento no mesmo valor.

Somando a suplementação em 269 milhões, 86 mil e 568 reais e o cancelamento de 269 milhões, 86 mil e 562 reais.

Esclarecemos ainda que a suplementação visa atender as seguintes programações:

- 1) Na administração direta, prover o pagamento de despesa administrativa de energia elétrica, correios, telecomunicação, reprografia e serviços de manutenção, visando alcançar o desenvolvimento das políticas educacionais do Ministério, no valor de 5 milhões de reais.
- 2) Para atender as suplementações estão sendo canceladas dotações orçamentárias do Ministério da Educação destinadas ao Programa Bolsa-Escola para diversos Estados da Federação no valor de 148 milhões, 513 mil e 198 reais.
- 3) Serviços de concessão de manutenção do Bolsa-Escola, no valor de 21 milhões e 200 mil reais.
- 4) Funcionamento de residência médica nacional, no valor de 4 milhões e 100 mil reais.
- 5) Apoio ao desenvolvimento da educação profissional nacional, no valor de 1 milhão de reais.

;

- 6) Formulação de políticas de emissão de atos normativos para a educação nacional, no valor de 1 milhão e 700 mil reais.

Segundo informações do Ministério da Educação extraídas da Nota Técnica nº 9, de 31 de julho do corrente ano, o Programa Bolsa-Escola não sofrerá — peço a atenção dos Srs. Parlamentares para esses fatos, amplamente discutidos pelas Lideranças — prejuízos com os cancelamentos propostos, em face de ter sido realizada análise criteriosa, baseada na projeção da execução, até dezembro do corrente ano, a qual se concluiu que haverá sobra de recursos orçamentários na ordem de 485 milhões reais e que o cancelamento é inferior a essa cifra.

Quanto à suplementação no FNDE, no valor de 237 milhões, 991 mil e 387 reais, destina a atender às seguintes programações:

- 1) Executar 13 projetos especiais na área de apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental, com ênfase no Programa Escola Ideal, com vistas a beneficiar escolas de ensino fundamental e médio, através de ampliações, reformas e implantação de laboratórios de informática, com acesso à Internet, distribuição de uniforme escolar e reforço do transporte escolar e da merenda escolar.

- 2) Viabilizar a divulgação de ações estratégicas na área educacional; implementar o uso da tecnologia da informação do ensino fundamental; disponibilizar transporte escolar aos alunos matriculados no ensino fundamental e nas escolas que atendam crianças portadoras de necessidades especiais, principalmente aos residentes da zona rural; e distribuir coleções de literatura às escolas de 4ª a 8ª séries e aos alunos do segundo segmento do ensino de jovens e adultos.

- 3) Ampliar o atendimento de jovens e adultos no ensino supletivo e garantir o reajuste do valor *per capita* do benefício/Nação na assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, que majorou o seu valor de 24 reais para 27 reais e 90 centavos, assim como em decorrência do aumento do número de beneficiários, de 2.911 pessoas para 3.400 pessoas.

Os recursos necessários para o atendimento da suplementação do FNDE são decorrentes de cancelamento de dotações no valor de 82 milhões, 990 mil e 825 reais, nas programações abaixo relacionadas:

- 1) Dinheiro direto na escola para as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Distrito Federal.

- 2) Assistência médica e odontológica a alunos do ensino fundamental nacional; formação continuada de professores do ensino fundamental para a implantação dos parâmetros curriculares nacionais; correção do fluxo escolar; aceleração de aprendizagem; garantia de padrão mínimo de qualidade para o ensino fundamental de jovens e adultos — é o recomeço do Programa Supletivo para diversos Estados da Federação —: fomento a projetos especiais para oferta de ensino fundamental a jovens e adultos, no programa nacional; material didático-pedagógico para educação de jovens e adultos nacional; formação continuada de professores de jovens e adultos, também em programa nacional; capacitação de professores e profissionais da educação especial, também no âmbito nacional; formação continuada de professores de educação infantil para implementação dos referenciais curriculares nacionais e administração da unidade nacional. Cabe destacar que o restante dos recursos necessários à complementação da suplementação do FNDE, no valor de 155 milhões e 562 reais, é decorrente das anulações das programações já mencionadas no item 1, da Administração Direta.

- 3) A suplementação para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é destinada ao atendimento de despesas com taxas de administração do financiamento concedido aos estudantes do ensino superior não-gratuito e devida aos agentes financeiros e operadores de liberação de financiamento e disponibilidades financeiras. Para atender a programação do FIS estão sendo cancelados recursos da FUNCAP, no valor de 5 milhões e 300 mil reais, e da Administração Direta, no valor de 16 milhões, 512 mil e 636 reais, os quais, somados, totalizam o valor de 21 milhões, 812 mil e 636 reais.

- 4) As suplementações para as demais unidades orçamentárias visam a atender a Fundação da Universidade de Brasília — FUB, a execução de um novo plano de obras na Escola Agrotécnica Federal de Crato, despesa com veículo para transporte escolar na Escola

;

Agrotécnica Federal de São Luís, aquisição de material permanente e equipamentos no Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais, para ampliação do acervo bibliográfico. Os cancelamentos propostos decorrerão de remanejamento de dotações existentes nas próprias unidades orçamentárias.

Informa ainda a exposição de motivos que, segundo informação dos órgãos envolvidos, as programações objetos de cancelamento não sofrerão prejuízo na execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, assim como não afetam a obtenção da meta do resultado primário, estabelecido para o corrente exercício, e também se amoldam nas condições de limites previstos no art. 8º do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003.

Lida na sessão do Congresso Nacional de 4 de agosto, a mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º, da Constituição, de 10 de agosto a 17 de agosto, e designada esta Parlamentar para relatar a matéria na forma regimental.

Sobre as emendas ao PL nº 29, de 2003, foram apresentados 51 emendas, de autoria de diversos Parlamentares, visando suprimir os cancelamentos de emendas parlamentares, incluir subtítulo e subatividade novos e suplementar de dotações existentes na Lei Orçamentária em vigor.

Voto.

O exame da proposição, quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo plano. Quanto a conformidade com as disposições da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO de 2003, a percepção desta Relatora é de que a inclusão de programação pretendida por esse crédito adicional não contraria as redações expressas em tal lei. Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à locação de recursos e que o seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos pela rejeição das Emendas nºs 0001 a 00008, 00010 a 00015, 00020 a 00035, 00039 a 00051, e pela aprovação do PL nº 29, de 2003, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Embora reconheçamos a relevância e o caráter meritório das emendas, decidimos pela não aprovação, em face da exposição de motivos apresentada pela proposição.

Nos termos do art. 9º, alínea “q”, do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, estamos indicando ao Presidente da Comissão, pela inadmissibilidade, as Emendas nºs 0009, 00016 a 00019, 00021 a 00034, 00036 a 00038, por contrariarem o disposto no art. 47, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno da Comissão, onde estabelece que não poderão ser admitidas emendas ao projeto de lei de crédito suplementar, quando criarem subprojeto ou subatividade novos, em relação ao programa do trabalho constante da Lei Orçamentária anual, vigente no exercício.

Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que só foi possível chegar a esse consenso com a compreensão do PFL, que tinha inúmeras emendas apresentadas a esse PL e que foram retiradas pelo Deputado Pauderney Avelino e pelo coordenador da bancada, a pedido inclusive do Senador Amir Lando, Líder do Governo — e também do PTD, através do Deputado Roberto Jefferson.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Wasny de Roure e, em seguida, o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Pauderney Avelino por me deixar falar em primeiro lugar.

Eu estava na reunião do Congresso Nacional, quando houve o debate e a aprovação os projetos apreciados nesta Comissão. Os Líderes — particularmente o Líder José Carlos Aleluia — não deram a devida sustentabilidade às negociações que se processaram nesta Comissão. S.Exa. reclamou, dizendo que o que se acorda aqui não é, necessariamente, o que ele vai acolher lá.

;

Penso que, em primeiro lugar, isso precisa ficar esclarecido, porque, claro, depois da intervenção de vários Parlamentares e da própria atitude do Líder do Governo, o Deputado José Carlos Aleluia se convenceu e retomou...

Deputado Pauderney Avelino — com muito respeito, até pela minha inexperiência e por sua enorme experiência nesta Casa —, é preciso ficar muito claro que aquilo que se firma aqui... O Deputado Sérgio Miranda estava nesse debate. Naturalmente, eles gostariam de ter abordado outros temas, mas o local mais adequado seria aqui, quando se negocia. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, quero mais um esclarecimento da Deputada Rose de Freitas. Algumas emendas foram rejeitadas e outras consideradas prejudicadas. Em síntese, o que foi de fato acolhido, em matéria de emenda, nesse projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Sra. Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Deputado, na verdade não é bem assim. Houve emendas passíveis de aprovação. Se V.Exa. me permitir, vou ler os nomes dos autores e os valores correspondentes. E há emendas que tecnicamente não eram passíveis de aceitação. Tendo em vista a aflição do Ministério e o diálogo permanente estabelecido, o Sr. Ministro conversou com cada um dos autores das emendas passíveis de aprovação que estão nesse anexo, esclarecendo que qualquer corte dessa natureza prejudicaria seu plano de trabalho. Além do mais, toda a verba prevista nessas emendas é passível de atendimento no Ministério, porque existem recursos suficientes. Conforme V.Exa. pode ver — notei que prestava atenção —, não serão prejudicadas pelo Orçamento que ainda está em vigor, para ser aplicado pelo Ministério da Educação. Existe sobra de recursos para atendimento de todos os pleitos que estão viabilizados nessas emendas — por exemplo, do Deputado Anivaldo Vale, que pessoalmente conversou com o Ministro e expôs o problema da Universidade da Amazônia; dos Deputados Sandro Mabel, Pastor..., Laura Carneiro, do Senador Almeida Lima e de tantos outros que apresentaram emendas que são, vamos dizer, tecnicamente aceitáveis no relatório, porque não contêm nem erro de origem nem fundamentação na função programática. Elas seriam plenamente aceitáveis.

Eu disse ao Ministro, principalmente, que represento o Parlamento. Naquele momento eu não poderia fazer o papel do Executivo. Caberia ao Sr. Ministro convencer os Parlamentares de que, com seus pleitos mais legítimos e verdadeiros, deveriam ser atendidos no meu relatório, como ocorreu no relatório inicial que fiz, em que acatei as emendas tecnicamente viáveis. O Sr. Ministro conversou pessoalmente com cada um dos autores das emendas, além do PFL, que teria emendas em bloco para apresentar. Com certeza, ultrapassaria até o valor desse crédito suplementar. Por isso, o Ministro entendeu que deveria conversar com cada um, dizer a possibilidade de o Ministério ter recursos para o pleito existente, para que não fosse fatiado o seu projeto, o seu crédito suplementar. E todos, até o momento em que presenciei... E o fiz em todas as conversações. Pedi que fosse relatado num documento, para que amanhã esta Relatora não tivesse o desprazer de dizer que participou de um entendimento que não foi cumprido.

Por isso, quero dizer a V.Exa. que todas as emendas passíveis tecnicamente de aceitação foram por mim aceitas. E em relação a todas elas conversamos pessoalmente com o Sr. Ministro, para serem adotadas pelo Ministério, fora do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, esse projeto traz à tona uma questão que entendemos ser muito relevante. Em primeiro lugar, temos de verificar de fato o que tem importância na execução orçamentária, para que possamos tomar uma decisão. E acredito que o encaminhamento do Orçamento de 2004 vem nessa direção, por parte do novo Governo. Disse o futuro Relator, Deputado Jorge Bittar, que esse orçamento vai trazer a marca da sua executabilidade, digamos assim. É um orçamento que virá menor, mas o que estiver contido nele é prioridade do Governo.

Sr. Presidente, não posso entender como o Executivo cancela 148 milhões de reais do Programa Bolsa-Escola para fazer o remanejamento para outros projetos. Vou pedir à Relatora mais esclarecimentos sobre alguns desses projetos. Entendo que o Programa Bolsa-Escola é um dos mais meritórios do Governo. Na minha opinião, cancelar recursos desse projeto é um desserviço ao País. Entendendo que devemos dar prioridade àquilo que é

;

efetivamente urgente, desde já faço um apelo ao Líder do Governo nesta Comissão, Deputado Sérgio Miranda, para que possamos realmente ter prioridades na execução e não apenas no papel. Nessa linha de raciocínio, tivemos aqui o cancelamento de 269 milhões, e foram suplementados 269 milhões de reais. Quase que a totalidade dos recursos foi destinada ao FNDE: quase 238 milhões de reais.

Solicito à Deputada Rose mais esclarecimentos sobre esses projetos especiais a que estão sendo destinados esse recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Sra. Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Deputado, fiz as mesmas indagações que V.Exa. faz ao Ministro. Expliquei no início do relatório que pretendia acatar todas as emendas relativas aos programas regionais, por entender que eram importantes. O argumento técnico oferecido pelo Ministério demonstra que a Bolsa-Escola não sofrerá prejuízo, porque ainda detém para o orçamento deste ano um valor de 485 milhões de reais, que não será gasto, pois não existem projetos. Demonstra também que, do ano passado, no nosso Governo, sobraram cerca de 300 milhões, não utilizados para o Programa Bolsa-Escola, porque projetos não foram apresentados.

Então, nobre Deputado, entendo que não haverá prejuízo. Não está havendo cancelamento para se tirar do Bolsa-Escola nenhuma verba. Pelo contrário, existe verba suficiente e de sobra para ser utilizado nesse programa tão importante, que V.Exa. conhece e que contou com o seu apoio no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique.

V.Exa. pergunta sobre os novos programas da FNDE. Quero dizer que o Ministro apresentou o Programa Escola Ideal, ao qual deu bastante ênfase e foi convincente. Com esse programa, ele pretende beneficiar escolas. Parece-me que é um projeto piloto, pelo que entendi, com as escolas de ensino fundamental e médio, através de toda essa estrutura que será adotada: reformas, implantação de laboratórios de informática, com acesso inclusive à INTERNET, à distribuição de uniforme escolar. Pretende o Sr. Ministro, pelo seu relatório apresentado a mim tecnicamente, usar os recursos para implantação do Programa Escola Ideal. Parece-me que ele tem bom alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Ainda tenho indagação a fazer à Relatora.

Gostaria que S.Exa. me informasse sobre esse programa do FIES. Estão sendo destinados 21 milhões e 812 mil reais na suplementação do novo projeto de lei. Esse programa do FIES tem por objetivo obter vagas para os estudantes do ensino superior particular ou apenas fazer provimento de recursos financeiros para o número de vagas já existentes?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra à Sra. Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Deputado, o Ministro informou que queria apenas suplementar o projeto, a fim de conseguir operar um financiamento e ter disponibilidade financeira para continuar a sua implementação. Não disse nenhuma vez que haveria aumento de vagas. Inclusive, segundo o assessor técnico, esse recurso seria para administração do financiamento concedido aos estudantes do ensino superior não gratuito. Seria quase como a questão do crédito educativo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Gostaria que o Presidente e a ilustre Relatora nos informassem — talvez através de solicitação ao Ministério da Educação — sobre o número de vagas ou a suplementação ao FIES. Se há aumento do número de vagas ou é apenas para suplementar o que já existe. Gostaria de ter essa informação, que é importante.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A informação é que seria só para administrar a questão dos recursos financeiros, para a bolsa para o ensino superior. Não foi dito nenhuma vez que haveria aumento de vagas. Essa é a informação que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de, inicialmente, falar sobre o contato que tive com o Ministro, na semana passada,

;

quando da reunião do Congresso Nacional. S.Exa. estava atendendo a Deputada Rose, em audiência. Esse contato foi feito através de telefone. Afirmou S.Exa. a necessidade desses recursos e a disposição de liberá-los para a Universidade Federal Rural da Amazônia — emenda de bancada. Sua prioridade está sendo trabalhada junto com a bancada paraense, sob a coordenação do Deputado Paulo Rocha, com quem, inclusive, colaboramos.

Afirmar ao Sr. Ministro que não iria pedir verificação de *quorum* nesse projeto e que o PSDB iria votar a seu favor, mas que o Deputado Anivaldo Vale tem profundas restrições a ele.

Sr. Presidente, é difícil para nós assimilar a retirada de recursos. Em âmbito nacional, está muito bem justificado pela Deputada Rose de Freitas, Relatora do projeto, mas para o Estado do Pará, ao serem retirados cerca de 2 milhões e 400 mil reais para educação de jovens e adultos, ao ser retirado dinheiro da Bolsa-Escola de um Estado periférico como o nosso para atender ao projeto no seu todo... Inclusive, há uma suplementação de recursos para aquisição de veículo escolar que poderia até ser compensada com esses recursos que estão sendo retirados, já que inúmeros Prefeitos nossos pagam aluguel de ônibus, de carros, de voadeiras, de barcos para transportar alunos — projetos que não estão sendo vistos e com recursos que ainda não foram gastos.

O pior é que, na medida em que são retirados esses recursos de 50 milhões para aquisição de veículos e não se gasta esse dinheiro todo que já está disponibilizado, ficam prejudicadas a educação de jovens e adultos, a Bolsa-Escola para atendimento de uma demanda que podia ter sido atendida pelo Ministério da Educação, através das emendas parlamentares aprovadas pelo Orçamento Geral da União. É uma verba de 50 mil, 100 mil reais para compra de veículos escolares, que não foi liberada. Pedem mais dinheiro para serem autorizados a gastar, e ainda não foi gasto o que foi autorizado. Isso é complicado. Tirar dinheiro de um Estado como o Pará, para jogar numa dotação nacional, é complicado.

A discussão realizada no Orçamento passado foi fruto de um perfeito entendimento entre todos os Parlamentares e representa a reivindicação suprapartidária.

Sr. Presidente, não temos então como referendar, por meio do nosso voto, a aprovação deste projeto. O PSDB, solidário ao relatório da Deputada Rose de Freitas, que é do nosso partido, vota favorável. Agora, o Deputado Anivaldo Vale vota contra o princípio. Não se pode tirar dinheiro dessa área carente. O Presidente da República tem um discurso em relação ao social, mas sua ação é diferente, e ela está prejudicando o ensino.

Parece-me que o FIES substitui o crédito educativo e é operacionalizado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Ele oferece oportunidades, mas o Ministro poderia buscar outras fontes. Há um superávit violento, como o País nunca viu, porque o Ministro do Planejamento sentou em cima dele e não o libera para nenhum Ministro. Esse dinheiro tem de ser liberado para os Ministros dos Transportes, da Educação. Não dá para ficar nesse joguinho de retirar recursos que foram conseguidos com muito suor nesta Comissão, onde ficamos até altas horas da madrugada, para atender a esse segmento que precisa de assistência. E agora fazem o seu remanejamento.

Vou me dedicar muito a esse Orçamento. Dizem que o Orçamento do Governo de Fernando Henrique Cardoso prejudica e não é o mesmo do Governo Lula. Tudo bem. Não estamos aqui para atrapalhar, Presidente. Estamos aqui para ajudar a construir um Brasil melhor, dar continuidade às boas ações que foram implementadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique, mas, se estamos falando no social, como posso concordar em retirar dinheiro do Bolsa-Escola?

Um dia desses o SBT fez uma reportagem dizendo que alunos de escola no Pará estavam comendo pupunha com farinha, na merenda. Pupunha é uma fruta espetacular, que faz parte inclusive do cardápio, da dieta do povo paraense, do nortista. É muito gostosa. Mas creio que estão comendo isso justamente por falta de recursos. Retiram 85 mil, 2 milhões e 400 mil, 6 milhões.

Retirei minha emendas de recomposição nessas dotações — emendas tecnicamente ajustadas. Não havia por que retirá-las, Sr. Presidente. Eu o fiz por causa de um compromisso do Ministro conosco, no sentido de recompor todos esses recursos, de atender à Universidade Federal Rural da Amazônia — não é do Pará, mas da Amazônia; a primeira da Amazônia. Para sua instalação, ela precisa de recursos para recuperação da urbanização e sua interiorização.

;

Admiro muito o Ministro. S.Exa. é uma pessoa séria, correta. Certamente, afirmou que ia nos atender não com o objetivo de aprovação desse projeto, mas consciente de que poderia fazê-lo. Eu acreditei na palavra dele. Espero que S.Exa. não se esqueça disso, porque eu não vou me esquecer.

Sr. Presidente, o PSDB é favorável ao relatório e o Deputado Anivaldo Vale é contra o princípio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, vou ser breve.

Sra. Relatora, vamos votar de acordo com o relatório que V.Exa. apresentou.

Quero fazer duas observações aos Deputados Pauderney Avelino e Anivaldo Vale. Eles fazem parte da Comissão de Orçamento; portanto, sabem que, para conseguir o Bolsa-Escola, o Município tem de fazer um cadastro, que tem de ser aprovado. Depois, tem de ser autorizado, para se fazer o pagamento. Se o Município não especifica o número de alunos, não há como alocar recursos. O meu Município, por exemplo, podia atender a 5 mil alunos, mas só especificou 3 mil. O que o Governo Federal pode fazer? O que vai fazer com esse dinheiro que sobrou? Vai perdê-lo? Não, vamos pegar esse recurso e utilizar em outra... Portanto, o Governo não está prejudicando ninguém. O problema é que há uma sistemática a ser cumprida, mas às vezes o Município atrasa 1, 2 meses. O dinheiro extra é o que está sendo remanejado. Todo mundo pode ficar tranquilo de que não há perda.

O Deputado Pauderney Avelino pergunta quais são as ações. São para melhorar a merenda escolar. A merenda escolar, Deputado Pauderney Avelino, ficou 5 anos em 0,06%. Hoje, o MEC está pagando 0,13%, a fim de que as crianças possam comer melhor. Conforme foi dito aqui, são também para garantir transporte aos portadores de necessidades especiais. Espero que o nobre Deputado não seja contra e nem o PFL, a fim de que, agora, eles possam ser atendidos.

Então, são programas simples. E o FIES é apenas para complementar a parte administrativa, para que o Ministério possa cadastrar. Ao abrirmos a página do MEC, encontramos na página do FIES que foi feito o cadastramento dos 75 mil alunos que vão poder ter acesso ao crédito. Para que esses alunos possam, de fato, receber o crédito, é preciso acertar a parte administrativa. É só isso.

Queremos, neste momento, parabenizar a Deputada Rose de Freitas e dizer que vamos votar favoravelmente à matéria com muita tranquilidade, porque está sendo feito apenas um remanejamento — ninguém está sendo prejudicado — para que possam ser atendidos programas extremamente importantes na área da educação no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento ao nobre Deputado Gilmar Machado, porque conheço muito bem o Programa Bolsa-Escola. Acho que fui um dos Deputados que se dedicaram à sua implantação no Estado do Pará. Agora, o pior não é levar as informações para o Ministério, mas a burocracia que há para enfrentar esse projeto, que precisa ser desburocratizado. E o mais grave, Sr. Presidente, é que também não está recebendo a atenção do Governo — não é só da administração municipal, mas do Governo Federal. É a manutenção do programa. Há crianças que já passaram da idade de receber e outras que estão entrando.

Então, Sr. Presidente, penso, particularmente, que tem de haver nesse PL a disposição — até como exemplo — do Ministério de dedicar atenção toda especial à matéria e compreender que aquelas crianças do interior do meu Estado do Pará não podem continuar comendo pupunha com farinha na merenda — embora eu goste muito de pupunha com farinha. Devem ter o mesmo direito das crianças que moram nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Agora, devem ter à disposição essa manutenção do programa.

Quanto à questão do FIES, considero-a extremamente louvável. Devemos dar àquelas pessoas que não têm condições de pagar seus estudos a oportunidade de ter um financiamento e amanhã poder responder por isso.

;

Sr. Presidente, não se justifica tirar dinheiro do Bolsa-Escola, desses programas sociais. Temos de trabalhar no sentido de que haja desburocratização do projeto, para que isso chegue às famílias carentes.

Muito obrigado. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a nobre Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Nobre Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. tem razão nas suas observações. Mais uma vez, quero fazer um esclarecimento, porque senão todos vão pensar que fui conivente com a retirada de recursos do Bolsa-Escola, prejudicando o programa, o que não é o caso. Relatei sobre a sobra de recursos que não estão sendo aproveitados, e aí temos de levar em conta toda a burocracia, tão bem citada pelo nobre Deputado Anivaldo Vale. Acho que ficará como sugestão ao Ministério, para que diminua os entraves burocráticos e permita que os Municípios alcancem esses programas. Que eles não fiquem apenas como objetivos tão distantes da realidade do estudante carente e pobre do Brasil inteiro.

Faço, neste momento, coro com o Deputado Anivaldo Vale, mas, como Relatora, quero ressaltar que, quanto ao transporte escolar, houve remanejamento da ordem de 50 milhões de reais para atender ao programa no próprio FNDE e que também sobram recursos para o Programa Bolsa-Escola. Aí, poderemos até voltar a enfatizar que possivelmente os entraves burocráticos façam com que resultem ainda sobras de recursos para programas sociais tão importantes, que, com certeza, beneficiarão muito a população carente.

Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Anivaldo Vale, como coordenador da nossa bancada e também como Vice-Líder do PSDB, por seu espírito público e companheirismo. Entendo o seu protesto, mas quero dizer que sou testemunha do interesse do Ministro em relação ao seu Estado. Estarei ao lado de V.Exa. para cobrar o compromisso assumido com a sua proposta, em relação ao Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nos termos do art. 8º, alínea "o", do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as emendas apontadas pela Relatora.

Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Eu estava inscrito para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente, parabeno a Relatora pelo trabalho e pela oportunidade que nos dá de discutir, com o projeto, assuntos tão importantes. Apesar de o Partido da Frente Liberal, depois de várias reuniões com a base governista desta Comissão e depois de vários esclarecimentos dados pela Relatora, ter resolvido votar a favor do projeto, não posso deixar de fazer algumas considerações.

Na semana passada, nós discordávamos de alguns projetos aprovados por esta Comissão exatamente naqueles pontos que se renovam neste. O Governo, na semana passada, anulava dotações originárias de emendas individuais de Deputados e emendas coletivas e hoje, na minha avaliação, erra mais uma vez quando tem que estabelecer as suas prioridades. Não quero ensinar ao Presidente Lula a governar, mas S.Exa. anula a verba da bolsa-escola em aproximadamente 170 milhões de reais. Naturalmente, anula e estabelece novas prioridades para esse recurso.

Eu acho que o caminho era outro. S.Exa. tinha como fazer a suplementação sem anular a bolsa-escola. Alega o Governo que pode haver até o fim do ano um excesso, ou uma sobra de recursos do Bolsa-Escola, de aproximadamente 485 milhões de reais.

Depois desses dados, eu me permiti fazer uma análise do que ocorreu com o Bolsa-Escola no ano passado e pode ocorrer neste ano. No ano passado, o Bolsa-Escola tinha uma dotação originária de R\$ 1.835.000.000,00; foram pagos R\$ 1.535.000.000,00. Neste ano, para um orçamento de R\$ 1.837.000.000,00, o Governo só pagou, passados 8 meses, R\$ 800.000.000,00. Existe um saldo de R\$ 867.000.000,00. Se ele admite que pode haver uma sobra de R\$ 485.000.000,00, isso significa que o Presidente Lula neste ano vai aplicar no

;

Bolsa-Escola 200 milhões a menos do que foi aplicado no ano passado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. E olhe que o Presidente Lula é o Presidente que tem compromisso com o social.

É uma crítica, mas eu não quero com isso forçar a se tomar essa ou aquela decisão. Prioridade quem estabelece é o Presidente da República. Se eu fosse S.Exa., eu procuraria, já que há sobra de recursos, pelo menos orçamentários, no Bolsa-Escola... Se está deslocando 170 milhões para outros programas que vai procurar implementar também ou até incrementar, é porque tem disponibilidade financeira para isso. Cento e setenta milhões de reais S.Exa. está anulando no Bolsa-Escola. Eu admitiria... Dá para atender, durante 4 meses — outubro, novembro e dezembro —, sabem quantas crianças neste País todo? Pasmem os senhores: 3 milhões de crianças, que poderiam ser atendidas com esse dinheiro do Bolsa-Escola que está sendo desviado para outras atividades. Meritórias? Na minha avaliação, sim.

A sobra que pode ocorrer eu acho que o Presidente Lula não deveria permitir que ocorresse. É um programa que atinge a população mais baixa. Os 485 milhões de reais que poderão sobrar — não serão mais 485, porque 170 S.Exa. já está retirando — dariam para atender, pasmem os senhores, 8 milhões de crianças do Brasil todo. É uma coisa incomensurável. Isso teria um alcance social profundo.

Feitas essas observações, naturalmente quem terá que refletir sobre elas é a base governamental e, por consequência, o Governo. Prioridade quem estabelece é o Presidente. Eu, se fosse S.Exa., não faria essas anulações de verba do Bolsa-Escola e, em vez disso, readmitiria ou admitiria nesse programa, imediatamente, mais 8 milhões de crianças deste Brasil tão desigual, desta Federação tão desigual.

Eram essas as observações, Sr. Presidente.

Dito isso, quero reafirmar a posição do PFL de votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar a Relatora do projeto, Deputada Rose de Freitas, o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, e o coordenador de minha bancada, Deputado Machado, pelas observações feitas em relação ao projeto, entendendo que isso poderia contemplar o Bolsa-Escola, como também essa iniciativa do projeto de lei ora em discussão.

Entendemos, Sr. Presidente, a importância que tem essa suplementação para o ensino fundamental e médio para reformas e ampliações, implantações de laboratório de informática com acesso à Internet, distribuição de uniforme escolar, reforço do transporte, como também da merenda, e que isso venha realmente a beneficiar diversos Municípios muito carentes em nosso País.

Pelo acesso que eu tive a uma relação de Municípios do meu Estado que serão contemplados com esses recursos, não tenha dúvida de que eu, como Deputado do PFL, votarei favoravelmente, acompanhando a decisão do meu coordenador nesta Comissão, Deputado Machado.

Portanto, fico com o Relatório da Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo recomenda a aprovação, o voto “sim” ao parecer da Deputada Rose. O parecer considera sobretudo o interesse geral. Já foi dito que estamos remanejando recursos do Bolsa-Escola, e é evidente, isso está implícito, escrito no próprio projeto. Governar é eleger prioridades, fixar prioridades, e essas prioridades são escolhidas sobretudo quando o Governo verifica que está atendendo a contento a área social, porque outros programas se somaram, e ficaram programas superpostos. Agora cabe ao Governo racionalizá-los, e é por essa racionalização que se podem excluir do Programa Bolsa-Escola recursos previstos na ordem de 485 milhões.

É evidente que há compensações em outras ações de caráter social, porque é a preocupação número 1 do Governo no sentido de dar à população mais carente melhor condição de vida. Não estamos tirando de ninguém, estamos racionalizando aquilo que hoje vem sendo distribuído sobretudo no Programa Fome Zero.

;

Sr. Presidente, é nessa linha que temos que compreender os remanejamentos. A racionalização de recursos é importante, e nós não podemos deixar de executá-los. E, se executamos menos 200 milhões do Bolsa-Escola do que foi executado no ano anterior, é porque está sendo compensado em outras ações. Não vamos superpor ações porque isso também levaria àquilo que eu disse, à irracionalidade administrativa. Desse modo, o Governo o faz com muito critério.

O Governo Lula é transparente, é um governo em que a sociedade participa da elaboração do PPA, sobretudo fiscalizando, porque é um governo que coloca à disposição da população todos os dados referentes às ações governamentais. Nós queremos cumplicidade da população, que se verifica sobretudo na tentativa de tornar todas as peças orçamentárias, desde o PPA, a LDO, como também a lei orçamentária propriamente dita, legíveis, compreensíveis e fiscalizadas.

Isso é a essência da transparência que o Governo quer, e por isso assume claramente os remanejamentos feitos. Certamente, a sociedade será atendida, como um todo, com outras políticas que compensarão as mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, apenas queremos manifestar a posição do PP. Acompanhamos atentamente a apresentação do parecer da Deputada Rose de Freitas e não temos nenhum reparo a fazer. S.Exa. foi brilhante, fez o que era possível, esclareceu a todos nós com relação às dificuldades encontradas e satisfaz o Governo, de acordo com a filosofia que hoje estabelece como meta de atuação.

O PP vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está encerrada a discussão.

Em votação o parecer da Relatora ao Projeto de Lei nº 29, ressaltados os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um rápido registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, em consideração aos colegas Parlamentares, quero lembrar a história do Prof. Cristovam, atualmente Senador e Ministro da República, que se projetou na sociedade brasileira exatamente pela defesa do Bolsa-Escola.

Faço esse resgate porque S.Exa. foi, sim, o grande articulador, inclusive para o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, do resgate do Bolsa-Escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, há 3 destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há 3 destaques de sua autoria.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, primeiro, quero que faça o registro da apresentação dos 3 destaques.

O Destaque nº 1, quanto aos 85 mil reais, diz respeito ao cancelamento proposto pelo Executivo, lesivo ao Estado do Pará porque cancela recursos orçamentários no Programa 040 - Toda Criança na Escola, no subtítulo Participação do Programa de Garantia de Renda Mínima, associado e associações socioeducativas Bolsa-Escola, no Estado do Pará.

O outro destaque também é lesivo à Região Norte, porque cancela recursos orçamentários no mesmo título, Toda Criança na Escola, no valor de 6 milhões de reais, no FUNDESCOLA.

;

O terceiro destaque, Sr. Presidente, é aquele de 2 milhões, 394 mil 915 reais, também lesivo ao Estado do Pará, porque cancela recursos orçamentários que garantem a qualidade mínima do ensino fundamental de jovens e adultos.

Gostaria de deixar esses registros, Sr. Presidente, e mais uma vez dizer que sou contra a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, com todo o apreço que tenho por S.Exa., o Deputado Anivaldo Vale, quero dizer que vou indeferir seus destaques.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não, já estou retirando os destaques, Sr. Presidente. Quero que fique registrado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só posso dizer obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Anivaldo Vale retirou os destaques. Sendo assim, o projeto está aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, estamos em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já foi votado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Já foi votado. Apenas gostaria, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, ainda que se tenha feito acordo para aprovar o projeto, de deixar registrada minha insatisfação com o Governo Federal por não haver encontrado outras fontes de suplementação, a não ser a da bolsa-escola. Na verdade, o cancelamento se traduz numa diminuição de programa absolutamente necessário e vitorioso, porque tem contribuído para diminuição da evasão escolar e feito com que haja transferência de renda como nunca houve no País.

Fizemos o acordo, mas eu não poderia deixar de registrar nossa insatisfação com o cancelamento da dotação orçamentária para o Programa Bolsa-Escola, porque entendemos que tem sido um alavancador contra as desigualdades sociais, principalmente para as Regiões Norte e Nordeste. Entendemos que não se devem abrir outros precedentes como o que foi aberto nesse projeto. Ainda que tenhamos concordado com a aprovação, não abriremos precedentes em relação à transferência e ao cancelamento de dotação orçamentária de programa de transferência de renda, como os que consideramos fundamentais para a diminuição das desigualdades no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Registrada a insatisfação do Deputado Claudio Cajado.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco, para o dia 9 de setembro, terça-feira próxima, às 14h, reunião do Colégio de Líderes para análise do PPA e da lei orçamentária e, às 14h30min, reunião ordinária desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2003.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para prestar esclarecimentos sobre os Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e do Plano Plurianual para 2004-2007. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Hélio, Eduardo Sciarra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Chaves, José Priante, Júlio Cesar, Marcelino Fraga, Mário Heringer, Nârcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Shhessarenko; - **Deputados suplentes:** Alberto Goldman, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Valverde, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Almeida, João Castelo, José Pimentel, José Roberto Arruda, Kátia Abreu, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Mário Negromonte, Paulo Kobayashi, Pedro Fernandes, Telma de Souza, Walter Pinheiro, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho e Paulo Octávio. Foi registrado o comparecimento dos Deputados não-membros, Coriolano Sales, Gilberto Nascimento, Ivo José, José Carlos Aleluia, Mauro Passos, Tadeu Filippelli e Zé Geraldo. **ABERTURA:** Às dez horas e dezoito minutos, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, iniciou os trabalhos. No aguardo da chegada do Ministro Guido Mantega ao recinto do Plenário, passou a palavra ao Deputado Alberto Goldman, que solicitou informações acerca do prazo para apresentação de emendas à Proposta Orçamentária para 2004. O Presidente comunicou que o programa desenvolvido para o recebimento das emendas pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal- PRODASEN - estava em fase de definição, acrescentando que, em princípio, o prazo seria de 1º a 15 de outubro. Em seguida, o Presidente anunciou a presença do Ministro Guido Mantega, a quem chamou para compor a Mesa. Convidou também os Senhores Secretários do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Sebastião Soares, da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico, e o Dr. João Bernardo de Azevedo Bringel, da Secretaria de Orçamento Federal. Para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente comunicou que o Ministro disporia de 30 minutos para a exposição, não podendo ser apartado. Conforme o estipulado no mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, por 2 minutos. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate, acrescentando que seria rigoroso quanto ao prazo para uso da palavra. Após, apresentou escusas pela ausência do Senador Roberto Saturnino, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2004-2007, por estar sob cuidados médicos. Em seguida, o Ministro Guido Mantega discorreu sobre os temas utilizando-se de um projetor "data-show" instalado no plenário. Ao final da exposição, o Deputado Alberto Goldman usou da palavra para questionar a correção dos dados apresentados pelo Ministro. O Presidente informou ao Deputado que as dúvidas seriam dirimidas oportunamente durante a condução dos debates. Às onze horas e quatorze minutos o Deputado Jorge Bittar, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2004, teceu comentários acerca da exposição do Ministro. Em seguida, o Presidente anunciou o início dos debates, informando que, em virtude da grande

;

quantidade de debatedores, o Ministro responderia a blocos formados por 2 Deputados em 1 Senador. Informou, ainda, com a concordância do Ministro, que as eventuais divergências nos dados apresentados durante a exposição seriam apuradas pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal e pela assessoria junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em seguida, o Deputado Claudio Cajado questionou o tempo para uso da palavra, propondo que o Ministro respondesse a blocos de cinco Parlamentares, compostos de 4 Deputados e 1 Senador. O Presidente acatou a proposta ressaltando o tempo máximo de cinco minutos para o uso da palavra. Iniciaram o primeiro bloco de debates os Deputados Carlito Merss e Pauderney Avelino. Após, os Deputados João Magno e Telma de Souza solicitaram ao Presidente que fosse rigoroso com o tempo, tendo em vista o grande número de inscritos. Prosseguiram no uso da palavra o Deputado Darcísio Perondi, o Senador Paulo Octavio e o Deputado Rafael Guerra. O Ministro Guido Mantega respondeu ao primeiro bloco de oradores. Os Deputados Rafael Guerra e Darcísio Perondi e o Senador Paulo Octavio fizeram novas colocações, tendo sido atendidos pelo Ministro. Em seguida, manifestou-se o Deputado Claudio Cajado, primeiro orador do segundo bloco. Às doze horas e cinquenta e sete minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, assumiu a condução dos trabalhos. Após manifestar-se o Deputado Vignatti, às treze horas e cinco minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, tendo anunciado o seu reinício às treze horas e dez minutos. Em seguida, passou a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Valverde. Às treze horas e quinze minutos, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame assumiu a Presidência e, às treze horas e dezenove minutos, o Senador Gilberto Mestrinho retomou a condução dos trabalhos. Após, manifestaram-se o Deputado Alberto Goldman e o Senador Amir Lando, seguidos pelos esclarecimentos do Ministro Guido Mantega ao segundo bloco de oradores. O Deputado Alberto Goldman utilizou o direito de réplica e o Ministro respondeu ao Parlamentar. No terceiro bloco de oradores, manifestaram-se o Deputado Leonardo Monteiro, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado João Magno, a Senadora Lúcia Vânia, o Deputado Ricardo Barros, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e o Deputado Anivaldo Vale, que registrou a necessidade de aprimoramento na sistemática de inscrições para debate nas reuniões da Comissão. Manifestaram-se, em seguida, os Deputados Zé Geraldo, Júlio Cesar, Eduardo Sciarra e Amauri Robledo Gasques. O Ministro Guido Mantega respondeu ao terceiro bloco de oradores. Após, a Senadora Lúcia Vânia usou o direito de réplica, tendo sido atendida pelo Ministro. Os Deputados Anivaldo Vale e Amauri Robledo Gasques também efetuaram réplica. Em seguida, ao justificar sua ausência momentânea aos debates, a Deputada Professora Raquel Teixeira solicitou ao Presidente o uso da palavra e foi atendida. Após, o Ministro Guido Mantega prestou as informações solicitadas pelos Deputados Anivaldo Vale, Amauri Robledo Gasques e Professora Raquel Teixeira, que utilizou o direito de réplica, tendo sido atendida pelo Ministro. **ENCERRAMENTO:** Ao agradecer a presença do Ministro Guido Mantega, o Presidente encerrou a reunião, às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador GILBERTO MESTRINHO, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está aberta a reunião. Para melhor andamento dos trabalhos comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Ministro disporá de 30 minutos para sua exposição, não podendo ser apertado. Conforme estipulado no mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta Presidência pede silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Repito: conforme estipulado no mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica em 2 minutos.

Nós vamos cumprir rigorosamente esses prazos e pedimos a compreensão do Plenário, sabido que o número de inscritos é muito grande.

Em segundo lugar, pedimos desculpas pela não presença do Relator do PPA, Senador Roberto Saturnino, em virtude de uma cirurgia de emergência feita por sua esposa e que o impede de estar presente à reunião.

Peço, agora, silêncio ao Plenário e passo a palavra ao Sr. Ministro Guido Mantega para sua exposição.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é uma satisfação para mim estar nesta Casa para apresentar a Proposta Orçamentária de 2004 e a Proposta para o Plano Plurianual de 2004/2007. Como se trata de duas peças bastante complexas e longas, farei uma exposição sintética, de modo a termos mais tempo para a realização dos debates e das explicações a respeito desses dois Orçamentos.

Trouxe um *PowerPoint* para facilitar o entendimento das explicações.

Começo imediatamente falando sobre a Proposta Orçamentária de 2004. A Proposta Orçamentária de 2004 está inserida dentro da estratégia macroeconômica do Governo Lula, que tem por objetivo fundamental elevar o padrão de vida da população brasileira e, sobretudo, propiciar as condições para a retomada do crescimento, para a promoção do crescimento sustentado no País. Esses são os objetivos principais das duas peças orçamentárias e de toda a nossa estratégia macroeconômica.

O crescimento sustentado é importante porque é ele que nos permite resolver os principais problemas socioeconômicos que o País atravessa. Só com o crescimento sustentado nós estaremos gerando os empregos que são necessários para o País, estaremos gerando renda para aumentar o mercado consumidor, estaremos aumentando a receita do Estado de modo que ele possa realizar melhor os seus projetos.

A aplicação dessa estratégia macroeconômica já se iniciou em 2003. Porém, não era possível, no início de 2003, implementar um crescimento sustentado no País. Enfrentávamos uma crise de grandes dimensões, no início de 2003, e a política macroeconômica teve que tomar medidas urgentes para debelar esta crise. Com a crise não era possível crescer, não era possível colocar o pé no acelerador. Então, a primeira tarefa do Governo foi debelar a crise para, depois, criar as condições do crescimento sustentado que estão sendo estabelecidas nos dias de hoje. E para combater essa crise nós tivemos que, em primeiro lugar, fazer ajuste fiscal para aumentar a meta de superávit primário, que era de 3,75, para 4,25.

Uma das maiores ameaças que pairavam sobre o País nessa época era a suspeita da moratória, era a suspeita de que o Brasil não poderia pagar suas contas e solver seus compromissos. A dívida pública brasileira era crescente, tinha atingido patamar exponencial, no ano de 2002, ao ultrapassar a casa de 62% do PIB.

Então, essa era uma ameaça importante que fazia com que os créditos fossem fechados para o Brasil. O Brasil ficou totalmente sem crédito para rolar suas contas externas ao final do ano passado. Esse superávit primário era uma necessidade para estancar a escalada da dívida pública de modo que ela fosse mantida sob controle, que se tornasse solvável e pudéssemos pagá-la num prazo médio de tempo.

;

E para fazer esse ajuste fiscal, o Governo resolveu não fazer mais um pacote tributário, rompendo tradição de muitos anos. No Brasil ultimamente os ajustes fiscais sempre vieram acompanhados de pacotes tributários, aumento de tributos. O Governo resolveu não fazê-lo, não onerar mais a população com aumento de tributos. Fizemos ajuste fiscal por dentro do Governo, reduzimos gastos e custos do Governo. Evidentemente, é escolha dolorosa porque implica em reduzir a capacidade de gastos e de investimentos do Governo, mas infelizmente tivemos de fazê-lo.

Outra ameaça que pairava sobre a economia brasileira e que impedia imediatamente o crescimento sustentado era a inflação. Havia uma bolha inflacionária que se formara no ano de 2002 e que se estendia para 2003 e ameaçava provocar processo de indexação na economia brasileira. Nós brasileiros sabemos o quanto é perigoso uma economia que se reindexa, que começa a jogar para frente os índices de inflação do passado. Tivemos também de aplicar golpe mortal na inflação. E o que foi feito a partir do próprio ajuste fiscal, que mencionei também, uma política monetária mais rígida que implicou na elevação da taxa de juros.

A elevação da taxa de juros também é processo doloroso porque reduz o nível de atividade, mas tinha de ser feito porque sem estabilidade não é possível haver crescimento sustentado. É até possível obter-se surto passageiro de crescimento, poderíamos ter posto o pé no acelerador no início deste ano e produzir surto de crescimento, mas estaríamos acelerando também a inflação. E aí hoje estaríamos às voltas com dois problemas: crescimento capenga, que não iria para frente, e problema inflacionário de difícil solução, porque quanto maior a inflação mais difícil fica controlá-la.

Finalmente, essa estratégia macroeconômica implicou em tomar medidas para a redução da vulnerabilidade externa. Um dos problemas que assola o País há muitos anos está na base das perturbações financeiras que tivemos, nas crises cambiais e financeiras ao longo dos últimos anos, também um problema prioritário que tinha de ser enfrentado. E tomamos medidas também no sentido de reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira. Sem reduzir essa vulnerabilidade, não teremos crescimento sustentado no País porque, na primeira esquina, na primeira turbulência externa, um crescimento insipiente será posto por água abaixo.

Então, foi necessário também fazer uma política externa mais agressiva ao buscar novos mercados para os produtos brasileiros, abrir negociações com novos países e ampliar nossa capacidade de exportação.

A partir desse tripé de medidas, fiscal, monetário e de comércio exterior, depois de sete, oito meses de utilização desses instrumentos, já podemos verificar os resultados alcançados.

(Passa-se para a tela seguinte. Vou mostrar os resultados alcançados.)

A dívida que vinha num crescendo e tinha atingido 62,5%, em outubro do ano passado, passou a ter uma trajetória decrescente, fundamentalmente porque também o câmbio passou por um patamar de mais equilíbrio, o dólar tinha se valorizado, ele se desvalorizou, uma parte da dívida era em dólar e ela veio caindo, e hoje está num patamar em torno de 57%. Ainda não é um patamar ideal para a dívida, ainda não resolvemos o problema da relação dívida/PIB, por isso que, no Orçamento de 2004, estamos apresentando uma proposta de superávit primário de 4,25, superávit primário de 2003. É uma meta difícil porque implica em reduzir a capacidade de gasto em investimento, porém garante que a relação dívida/PIB estará sob controle. Perdemos em capacidade de investimento, mas ganhamos em credibilidade, poderemos baixar mais rapidamente as taxas de juros a partir disso, e dessa maneira estimular mais o setor privado.

Na outra tela temos o comportamento do investimento direto no País.

Na primeira parte, de 2003, tivemos uma queda do investimento direto externo no País. Na verdade, isso não foi um fenômeno só brasileiro, aconteceu em várias partes do mundo, houve uma retração geral dos investimentos externos, mas nos atingiu também.

A entrada de capital externo no primeiro semestre foi baixo, mas, a partir de junho, já detectamos uma recuperação dos investimentos externos, sendo que em julho, mostrando uma mudança nas tendências, houve o ingresso de 1 bilhão e 200 milhões. Na verdade, é 1 bilhão e 400 milhões, é mais do que está aí. Em julho, 1 bilhão e 400 milhões; em agosto, 1 bilhão e 200 milhões.

;

Então já estamos recuperando os investimentos externos que são importantes para dinamizar a economia brasileira, para acelerar o crescimento da economia brasileira, e, até o final do ano, ainda poderemos atingir a cifra de 10 bilhões de dólares de investimentos externos.

Na tela seguinte, observamos a variação das taxas de inflação. Tivemos um pico de inflação no final do ano passado. Temos aqui os 2 índices: O IPCA e o IGPM. Esse pico se deu entre novembro e dezembro, e a partir daí, com uma política econômica que pusemos em prática, a inflação perdeu força, foi caindo e chegamos até a ter um pequeno período de deflação, mostrando que o controle sobre a inflação está realizado. A missão, neste caso, está cumprida, o que nos permitirá a redução permanente das taxas de juros até encontramos um patamar adequado para a retomada dos investimentos.

No quadro seguinte temos a trajetória da rolagem dos empréstimos externos ao setor privado.

No final do ano passado, o setor privado não conseguia rolar as suas dívidas de empréstimos externos, houve um fechamento total do mercado de crédito para o Brasil. Várias empresas brasileiras que tinham dívidas em dólares tinham dificuldade em fazer a sua rolagem, estavam com a corda no pescoço. A partir deste ano, ao longo do semestre, essa situação foi se transformando, os créditos voltaram e podemos dizer que hoje já temos praticamente de 80% a 100% de créditos sendo rolados no mercado. Quer dizer, a empresa que tinha uma dívida consegue rolar essa dívida quase que na sua integralidade. Então retornamos a um patamar de 100% da dívida, desafogando uma boa parte das empresas brasileiras endividadas.

No quadro seguinte vemos o desempenho do balanço de pagamentos, o desempenho do setor comercial externo.

Então observamos o superávit comercial crescente a partir de junho do ano passado, ganhando força a partir deste ano, com um superávit comercial anualizado de 22,9 bilhões de dólares, a maior marca de superávit que o Brasil já conseguiu.

Este é um sucesso importante para diminuir a vulnerabilidade externa do País. Então, eu diria que estamos no caminho da redução da vulnerabilidade externa com esse desempenho do setor externo.

No quadro seguinte vemos o resultado do saldo de transações correntes. A conta de transações correntes é que mede a necessidade de recursos externos para fechar as contas brasileiras.

Essa necessidade de financiamento era elevada em 1999, chegou a 25 bilhões de dólares — é o primeiro quadro, de 1999. Depois veio caindo, caiu bastante em 2002. E nós, até julho de 2003, temos até uma conta positiva, o déficit se tornou superávit em transações correntes. Isso não quer dizer que vamos fechar o ano com superávit em transações correntes, deveremos estar próximos de um déficit de 1%, o que já é um grande avanço em direção a uma dependência menor de capitais externos para fechar as contas brasileiras e, portanto, menos riscos para o pagamento e rolagem da nossa dívida.

No quadro seguinte vemos a evolução do risco País, que atingiu o patamar de 2.400 pontos no final do ano passado. Ele passou por uma trajetória descendente e hoje se encontra no patamar de 655 pontos. Na verdade, esse era o índice ontem. Ele varia todo dia. Mas está abaixo dos 700 pontos, o que já é uma grande vitória da política que nós praticamos. O Brasil tornou-se um país menos arriscado. Aliás, ontem saiu nos jornais uma pesquisa mostrando que o Brasil voltou a ser procurado para investimento externo. É o 19º país em termos de investimento externo.

No quadro seguinte nós observamos a trajetória da taxa de câmbio, que havia chegado a um dólar de 4 reais no ano passado e agora se situa em torno de 2 reais e 93 centavos, inclusive numa trajetória muito estável. É importante não só o número alcançado, mas a trajetória de estabilidade. É importante estabilizar o câmbio porque isso gera estabilidade, confiança, maior facilidade para a realização das transações externas do País.

Além, portanto, desses resultados já obtidos ao longo desses 8 meses de Governo, ainda foi posto em prática um conjunto de medidas anticíclicas para ajudar na recuperação da economia brasileira. São fundamentalmente medidas de caráter creditício, de modo a aumentar a capacidade de consumo da população brasileira ou a capacidade financeira, principalmente das pequenas e médias empresas.

;

Várias ações foram praticadas nesse sentido, com destaque para a criação de contas especiais simplificadas para depósito à vista. São milhares de brasileiros que passaram a ter acesso à conta bancária e ao crédito, microcrédito simplificado, estimulando o auto-emprego, ampliação dos recursos do FAT para capital de giro de pequenas e microempresas, aquisição de material de construção.

Na lâmina seguinte: criação de linhas de crédito para a aquisição de eletrodomésticos, conforme foi anunciado recentemente, e o BNDES, até o presente momento, já liberou 3 bilhões de reais para crédito de pequena e média empresas. É um patamar muito mais elevado do que se praticava nos anos passados.

Finalmente, um plano safra para 2003/2004, que destinou para a agricultura 32,6 bilhões de reais para financiar esta que deverá ser uma das maiores safras da nossa história, e também para a agricultura familiar.

Então, o Orçamento Programa de 2004 procura dar continuidade a essa estratégia que já foi praticada em 2003, cujo objetivo é, fundamentalmente, o de viabilizar um crescimento econômico maior no País. O crescimento que esperamos promover para o ano de 2004 é da ordem de 3,5% do PIB. E esse crescimento se dará com a manutenção da estabilidade. Por isso, será um crescimento sólido, baseado em pilares sólidos, porque estará assentado sobre uma economia estável, sem uma inflação crescente, com uma inflação em torno de 5,5%.

Esse Orçamento prioriza a questão social, que é um compromisso assumido pelo Governo Lula desde o princípio. É o segmento que mais está recebendo aumento de recursos no Orçamento.

Então, temos aí um quadro geral com os principais números do Orçamento de 2004, comparados com os de 2003. Nós observamos, do ponto de vista da receita, um aumento da ordem de 40 bilhões de reais. Não é um aumento expressivo, é um aumento de cerca de 11% em relação ao patamar de 2003. É bom lembrar que o Orçamento de 2003 é extremamente apertado. Eu diria que em 2003 nós tivemos o Orçamento mais apertado dos últimos tempos. Eu o chamaria de raspa do tacho, o desembocar de vários problemas fiscais que foram deixados para serem resolvidos.

Portanto, o Orçamento de 2003 contou com muito poucos recursos, recursos bastante apertados, o que nos obrigou a fazer contingenciamentos e a tomar outras medidas de contenção de despesas.

O Orçamento de 2004 é melhor do que o de 2003. Ele tem um aumento de receita que nos possibilitará mais realizações do que o de 2003. Mas não é ainda, evidentemente, o Orçamento dos nossos sonhos. Continua havendo uma certa restrição fiscal que nos impede de realizar todas as ações de todos os projetos desejados. Portanto, ainda é um Orçamento apertado, apesar de ter havido uma melhoria.

Nós podemos observar como serão alocados esses 40 bilhões de acréscimo de receita que se verifica em 2004 em relação a 2003. A conta Pessoal e Encargos Sociais terá um aumento de 78,5 bilhões para 83,9 bilhões, portanto, de 5 bilhões de reais. Aqui estão todos os aumentos de despesa com encargos; aqui estão contidos todos os aumentos com a folha de pagamentos e com o funcionalismo — reestruturação de carreira, aumento de benefícios e aumento salarial também, que ainda não está definido porque depende de uma negociação salarial que já está em curso.

A segunda despesa importante é a dos benefícios da Previdência, que deverá subir de 106,7 bilhões para 124 bilhões, uma variação de 17,4 bilhões. Esta é uma despesa que vem afligindo as contas públicas ao longo de muitos anos. No ano passado também houve um aumento expressivo na conta Previdência, se não me engano, de 85 bilhões para os atuais 106,7 bilhões.

Então, aqui vemos que uma parte dos 40 bilhões de aumento de receita, mais da metade, já está sendo absorvida por essas despesas, que são obrigatórias, têm de ser feitas. Uma outra parte será absorvida pelo aumento do superávit primário, na verdade, a manutenção do superávit primário no patamar de 4,25% ao nível nacional e, ao nível das contas da União, de 2,45%, portanto, 3,4 bilhões para viabilizar a manutenção desse superávit primário.

Os demais recursos estão sendo alocados nas despesas discricionárias. Em 2003, o volume de despesas discricionárias deverá perfazer um total de 49 bilhões. Em 2004, temos

;

um aumento de 11,3 bilhões nas despesas discricionárias. Então, é um aumento razoável de recursos que está sendo canalizado para as despesas discricionárias.

Esse orçamento foi feito dentro do maior rigor possível. Procuramos estimar a receita de forma bastante realista. A alternativa teria sido para conseguir acomodar todas as pressões que existem. Nós sabemos que há pressões fortes para aumento de gastos. Trata-se de um País carente, que tem necessidades em várias áreas. Todas as áreas precisam de mais recursos. Portanto, há uma pressão forte para o aumento de despesas, aumento de recursos, desde a área social, da área de infra-estrutura, mas procuramos estimar a receita de forma realista. Teria sido fácil abrigarmos o aumento de despesas, sendo mais otimistas em relação à projeção de receitas para o próximo ano. Poderíamos ter colocado na receita, a partir de um otimismo, algo como 8 ou 10 bilhões de reais a mais, o que, evidentemente, acomodaria todas as pressões que estão sendo feitas pelos diversos setores. Optamos por fazer um orçamento mais realista, enfrentar o problema agora e dizer que não há recurso para acomodar todas essas demandas, que a realidade que nós temos é essa. Estimamos em 402 bilhões a possibilidade de receita. Isso vai restringir a possibilidade de despesa, mas é um orçamento mais realista, que tem mais condições de ser realizado sem interferência de contingenciamentos ao longo do ano.

Também estão colocados 2 bilhões e meio na reserva de contingência para acomodar as emendas parlamentares. Seria desejável que essas emendas fossem feitas no âmbito desses recursos, porque elas se tornam emendas realizáveis, o Governo pode assumir o compromisso de realmente realizá-las. Se forem feitas emendas dentro desses valores realistas, elas se tornam mais factíveis de serem realizadas.

Na lâmina seguinte, vou detalhar um pouco como foram alocadas as verbas das despesas discricionárias. Despesa discricionária é toda aquela que já exclui transferência para Estado e Município, despesas de pessoal, despesas com Previdência. Então, o que sobra são as despesas discricionárias. Do ano passado para este, há uma variação de 11 bilhões nas despesas discricionárias. Os Ministérios que estão classificados nesse item primeiro — Poderes do Estado, Administração e Economia — estão recebendo uma expansão de 2,3 bilhões. Daqueles 11 bilhões, estão recebendo cerca de 2 bilhões a mais. A área de produção está recebendo 500 milhões a mais. A área social, que é a prioritária, está recebendo um aporte adicional de 7 bilhões. Portanto, é aqui que se estabelece a prioridade do Governo: fazer mais gastos, fazer mais investimentos na área social, atribuindo à área social mais de 50% do aumento dos recursos discricionários. Finalmente, a área de infra-estrutura, que também é importante, recebe um acréscimo de 1,5 bilhão.

Evidentemente, todas as áreas são importantes. Para qualquer lado que o Governo olhe, há carências, há necessidade de aumentar recursos. Isso nos obriga a fazer um exercício difícil de priorização. Quando se deixa de priorizar uma área, aquela área também é importante. É preciso priorizar outra área que é mais importante do que aquela. Nós concluímos que era fundamental que se aumentassem as despesas com a área social nessa magnitude.

No segundo quadro, temos as despesas orçamentárias, que, na verdade, são aquelas despesas discricionárias acrescidas das despesas com pessoal e subsídios. Dá uma dimensão mais ampla daquilo que efetivamente está sendo despendido em cada uma das áreas. A classificação é a mesma. São 4 áreas, nas quais foram agrupados todos os Ministérios. Podemos ver que se confirma esse favoritismo da área social. A área social, que, em 2003, possuía 60 bilhões, vai para 69,9 bilhões. Portanto, um aumento de 9,8 bilhões dos 15 que estão sendo aumentados para esta área. As demais áreas também recebem aumentos, mas a que mais recebe é a área social.

Agora vou mencionar o Plano Plurianual. Aqui vai entrar um outro arquivo. **O**

SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Sr. Ministro falará agora sobre a filosofia que orientou o PPA.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não sei se o Ministro...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Bom, agora falarei rapidamente do Plano Plurianual de 2004/2007.

;

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vou deixar para depois, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - O Plano Plurianual, na verdade, foi o plano que orientou o Orçamento de 2004. Fizemos uma discussão concomitante de ambos os orçamentos, só que dando mais relevo à discussão do Orçamento Plurianual. Na verdade, fizemos um Plano Plurianual com uma ampla discussão com a sociedade brasileira. Buscamos discutir com todos os segmentos da sociedade civil organizada, com os representantes dos Governos estaduais. Os Secretários de planejamento vieram discutir conosco em várias ocasiões. Inclusive hoje de manhã eles estão no Ministério do Planejamento, onde eu estaria se não fosse o adiamento desta sessão.

O Plano Plurianual é um plano de desenvolvimento, que busca uma visão de longo prazo para o País: restabelecer o planejamento e o desenvolvimento de longo prazo. É um plano realista porque também foi feito nos mesmos moldes do Orçamento de 2004. Na verdade, o Orçamento de 2004 vem a ser o primeiro passo do Plano Plurianual. É a primeira etapa. Ambos os programas estão totalmente conectados e integrados. Buscamos fazer um Plano Plurianual realista, sem superestimação de receitas, colocando aquilo que realmente o Governo poderá fazer ao longo de 4 anos.

O volume total de recursos envolvidos no Plano Plurianual é da ordem de 1 trilhão e 850 bilhões. Parece um número grande, mas, na verdade, se os senhores multiplicarem o valor do orçamento anual de 400 bilhões, veremos que chegaremos a essa conta.

A elaboração do Orçamento Plurianual obedeceu rigidamente às normas legais. Foram colocados todos os programas continuados e de investimentos que deverão ser feitos ao longo de 4 anos.

Como é um plano muito complexo e longo, vou fazer alguns destaques das realizações que este Plano Plurianual nos permitirá entregar à população ao cabo de 4 anos.

O primeiro destaque é a eliminação do analfabetismo ao longo dos próximos 3 anos. É uma meta viável, para a qual o Governo conta com recursos e com o apoio da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria que mais uma fileira de bancada fosse desocupada porque há Parlamentares em pé.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Um segundo destaque importante é, a partir dos programas inclusão social e transferência de renda, a eliminação da fome no País. Não significa, evidentemente, a eliminação da pobreza. Existem hoje cerca de 50 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza. Essas são 11,4 milhões de famílias. Todas essas famílias, até 2007, estarão tendo algum tipo de atendimento. Estarão sendo beneficiadas por algum tipo de programa de inclusão social, sendo que a erradicação da fome será uma prioridade e poderá ser cumprida até esse período.

Outro destaque é a produção de água para o Nordeste. A região do semi-árido, região que secularmente enfrenta problemas de seca, de falta de água, finalmente, será contemplada com um projeto que se vai realizar, finalmente, pelo menos na sua primeira parte, de revitalização das bacias do Rio São Francisco, que poderá beneficiar 11 Estados que estão compreendidos por essa bacia, pelos desdobramentos que serão feitos a partir da construção de eixos e canais.

A interligação do sistema elétrico. Teremos, ao cabo de 4 anos, o Brasil totalmente interligado na sua rede elétrica, uma meta de mais de 12.000 quilômetros de redes de interligação, de transmissão, que farão com que o Brasil esteja totalmente interligado e possa racionalizar o uso da energia elétrica.

Ainda em 2006, nós alcançaremos auto-suficiência em petróleo. Os investimentos da PETROBRAS, que são fundamentais para o País, deverão proporcionar até 2006 a nossa auto-suficiência da produção de petróleo.

Estamos dando início também à mudança da matriz de transporte. Hoje, o transporte no Brasil é totalmente transporte rodoviário. Nós vamos estimular a ampliação do transporte ferroviário e hidroviário, porque isso vai criar uma matriz de transporte menos custosa para o Brasil, reduzindo o custo do País na sua matriz de transporte. Temos um programa intenso de recuperação das rodovias, que tem interligação com os outros intermodais de transportes.

Finalmente, um outro destaque é a meta de integração regional. O Brasil é um país grande, com regiões em situações bastante distintas, com pouca interligação. Então,

;

queremos ampliar essa interligação através da logística de transportes e outros meios, de modo que o Brasil seja um país mais integrado, onde haja menos desníveis, diminuição dos níveis regionais.

Essa integração será estendida também para a América do Sul, de modo a que possamos formar um bloco econômico, social e político da América do Sul para negociar condições mais vantajosas com os nossos outros parceiros comerciais. Vários projetos do Plano Plurianual atendem a esses objetivos da integração regional e da América do Sul, que são pontes, estradas, ferrovias, etc., que farão essa interconexão que está expressa no PPA.

Na lâmina seguinte, temos os 3 megaobjetivos que orientaram a elaboração do Plano Plurianual. O primeiro megaobjetivo, naturalmente, é o social. O social não é mais um subproduto do desenvolvimento, mas o desenvolvimento está voltado para a dimensão social, onde a inclusão social e a redução das desigualdades são os pontos fundamentais.

O segundo megaobjetivo é o objetivo do crescimento com geração de emprego. É importante inclusive para a realização do primeiro objetivo, um crescimento ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais.

Finalmente, o outro megaobjetivo do Plano Plurianual é a dimensão democrática, onde deverá haver a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia no País.

Na lâmina seguinte, vamos abordar os resultados esperados. Quais são as metas de crescimento que temos para os próximos 4 anos? A taxa de crescimento do PIB, nos próximos 4 anos, deverá acumular um crescimento de 18%. Se conseguirmos esse crescimento de 18%, que significa uma média de 3,5%, 4% por ano de crescimento, teremos conseguido um crescimento muito maior do que os últimos anos e a criação de 7,8 milhões de postos de trabalho.

Esse crescimento com criação de empregos consolidará a estabilidade. Portanto, não é uma estabilidade sem crescimento, é um crescimento com estabilidade, consolidando a estabilidade.

A taxa de inflação, que no ano de 2003 deve alcançar em torno de 9%, deverá atingir 4% até 2007.

No quadro seguinte, estão projetados os investimentos que viabilizarão o nível de atividade, o nível de crescimento do PIB que mencionei na lâmina anterior. Em 2003, estamos com o nível de investimentos relativamente baixo: 18,5% do PIB.

Aqui são os investimentos do setor privado e do setor público. Queremos estimular o aumento desses investimentos, de modo a atingir algo como 21%, em 2007. Repito: isso não é só investimento do Plano Plurianual. O Plano Plurianual vai viabilizar apenas boa parte desses investimentos, e boa parte deles será feita pelo setor privado.

Na lâmina seguinte, temos os números do Plano Plurianual divididos em cada um dos anos de sua execução. A cada ano, temos em torno de 400 bilhões, caminhando para 500 bilhões.

Na lâmina seguinte, temos as fontes de financiamento dos recursos do Plano Plurianual, para atingir aquele total de 1,857 trilhão.

A primeira fonte é o Orçamento Fiscal da Seguridade Social, com 1 bilhão e 300; as agências oficiais de crédito, como o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, deverão propiciar 195 bilhões; os investimentos das estatais deverão perfazer 143 bilhões, ao cabo de 4 anos; os fundos constitucionais, como o Fundo de Garantia, o FAT e outros, deverão proporcionar 79 bilhões; e parcerias com o setor privado, 55 bilhões.

Colocamos um número pequeno para as parcerias privadas. Ali também são parcerias público-privadas com o setor, com as estatais participando com parte desses recursos. Na verdade, desses 55 bilhões, os recursos esperados do setor privado são 36 bilhões.

A outra é a contraparte das estatais. É um número relativamente modesto. Poderíamos ter colocado um número maior, mas esse número é, por sua natureza, impreciso, depende da disposição e da disponibilidade que terá o setor privado para fazer aumento de investimentos.

Nesse sentido, estamos procurando criar as condições para que isto aconteça, para que se torne realidade, uma vez que o Estado não dispõe de recursos suficientes para fazer todos os investimentos necessários, principalmente na área de infra-estrutura, que é carente de investimentos. Há muitos anos não se fazem investimentos substanciais nessa

;

área. Portanto, temos que eliminar esse lapso, essa carência que foi acumulada, e ainda aumentar a infra-estrutura, de modo a viabilizar o crescimento do PIB num patamar desejável. Com isso, vamos estimular o crescimento dos investimentos do setor privado com um mecanismo que depois vou mencionar. O total dessas fontes é 1,857 trilhão.

No quadro seguinte, temos a forma como esses recursos estarão sendo alocados: cerca de 90% desses recursos serão alocados pelos programas finalísticos, aqueles que atendem diretamente à população, prestam serviços a ela, e cerca de 10%, para os serviços de apoio administrativo, etc. É desejável que os gastos com apoio administrativo sejam os menores possíveis, aumentando os recursos disponíveis para os programas finalísticos.

Aqueles 90% serão alocados da seguinte forma: 60% para a inclusão social e a redução das desigualdades, o conjunto de programas sociais — ali, evidentemente, está a Previdência, que também é um programa social; 36% para crescimento com geração de trabalho e emprego, para as atividades econômicas propriamente ditas, infra-estrutura, atividades de estímulo às atividades produtivas, e 4% para promoção e expansão da cidadania.

Na lâmina seguinte, temos o detalhamento dos programas de inclusão social. Estão aí colocados desde a Previdência — e diga-se de passagem que não somos obrigados a colocar esses gastos no Plano Plurianual — até Saúde, Educação, Assistência Social, Reforma Agrária, etc. Aí está o detalhamento dos gastos que se farão. Saúde, 133 bilhões, nos 4 anos do Plano Plurianual; Educação, 56 bilhões, e assim por diante.

Na planilha seguinte nós temos as ações na esfera do crescimento de geração de emprego. O setor produtivo estará recebendo 195 bilhões; Infra-Estrutura econômica, 189 bilhões; Apoio a Estados e Municípios, 108 bilhões; Apoio à Exportação, e assim por diante, perfazendo 594 bilhões.

Finalmente, na planilha Cidadania e Democracia temos um volume de recursos para Defesa Nacional e Segurança Pública, que também são prioridades do País. O total de recursos para estas áreas é de 70,5 bilhões.

Eu diria que, grosso modo, essas são as linhas mestras do Plano Plurianual. Procuramos colocar no Plano Plurianual os projetos estruturantes do País, aqueles que permitirão não só o enfrentamento das grandes questões sociais colocadas, mas a retomada do crescimento vigoroso e sustentado no País, projetos estruturantes que interessam a todas as regiões do País.

Os senhores receberam um Plano Plurianual detalhado, que especifica todos os projetos e programas que estão sendo feitos em várias regiões do País. Fizemos questão de detalhar esses projetos, principalmente projetos de infra-estrutura, de modo que os vários Estados pudessem identificar os projetos de seu interesse aí colocados, que resultaram das discussões que nós fizemos com os representantes dos Estados, da sociedade civil. Estão aí colocados, Estado por Estado, região por região do País, quais os projetos que serão realizados de modo a promover a dinamização dessas regiões e dos objetivos que estabelecemos.

Essas são as linhas gerais do Plano Plurianual e do Orçamento 2004 que poderemos, agora, detalhar a partir das questões que serão colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a explanação do Sr. Ministro, concedo a palavra ao Relator do Orçamento 2004, Deputado Jorge Bittar. Antes, pela ordem, tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quero apenas uma informação, Sr. Presidente. Na revisão que andamos fazendo aqui do PPA há uma série de números absolutamente inconsistentes. Só para citar um exemplo a V.Exa., temos aqui: Hidrovia Tietê—Paraná, previsão total estimada 60 milhões; deve ser 100%, de 2004 a 2007.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, há pessoas inscritas. O Deputado Alberto Goldman está entrando no mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não é mérito.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, há pessoas inscritas. Ele está entrando no mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não é mérito.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria ao Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu não estou entrando no mérito. Estou querendo fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Isso é mérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Constatam 24 milhões no período de 2004 a 2007.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O Deputado Alberto Goldman está inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ele está perguntando.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria de saber se essas inconsistências numéricas são de todo o projeto, porque os números não batem, ou se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está fazendo alguma revisão para que possamos recebê-la antes de...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Não é justo com os outros inscritos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Apenas pergunto se o Ministério do Planejamento está fazendo alguma revisão para que nós possamos, a partir do dia 1º de outubro, fazer as emendas em cima dos números corretos, porque há, de fato, uma série de erros. Esta questão não é política, é numérica. Parece-me que a proposta está cheia de erros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Alberto Goldman, ouvimos a explanação de V.Exa. e, na oportunidade, nós a debateremos. A seguir, discutiremos o Orçamento e o PPA.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes, em primeiro lugar, farei um pequeno comentário, em função da solicitação de informações do Deputado Alberto Goldman.

É perfeitamente possível que em um trabalho de tão grande dimensão, como um plano plurianual, surjam, eventualmente, algumas discrepâncias. Isso, evidentemente, será identificado pela Consultoria da Comissão de Orçamento e em diálogo com o Ministério do Planejamento, que também está fazendo sua revisão. Esses números poderão ser ajustados, o que não desfigura a essência do projeto, seus grandes números, suas grandes linhas, seja no Plano Plurianual, seja no Orçamento de 2004. Cabe a mim, na qualidade de Relator desta matéria na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fazer comentários sobre o Orçamento de 2004.

A receita do Orçamento para o ano que vem está estimada em 402 bilhões de reais, representando crescimento de 40 bilhões de reais em relação à receita do Orçamento de 2003. É um crescimento considerável, sobretudo quando se leva em consideração que este crescimento não está baseado numa perspectiva de crescimento inflacionário, já que, de forma vigorosa e eficaz, o Governo conseguiu domar a inflação, que apontava para um patamar anual, em janeiro, em torno de 40%, e hoje está com a perspectiva abaixo de 10 pontos percentuais, ou seja, uma inflação anual de um dígito, sinalizada para o próximo ano na faixa de 7%, o que é algo fundamental para que se possa promover o crescimento em um ambiente de estabilidade.

Parece-me que o resultado do ajuste realizado pelo Governo, com a adoção de uma política fiscal e monetária rigorosa, mais o enorme esforço realizado no setor externo da economia brasileira, com resultado muito positivo na balança comercial e nas contas correntes, como apontado pelo Ministro Guido Mantega, oferece-nos cenário de redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira, que é algo essencial para o processo de crescimento. E isso aponta para uma relação futura mais saudável com o Fundo Monetário

;

Internacional, até para que possamos nos livrar de alguns conceitos estabelecidos nas cartas-compromissos com o Fundo Monetário Internacional que acabam resultando em restrições excessivas no que diz respeito às possibilidades de investimentos na economia brasileira, sobretudo os investimentos das empresas estatais, na medida em que gastos das empresas estatais com recursos próprios em investimentos são classificados como despesas usuais e, como tais, agravantes do déficit público brasileiro em um conceito que hoje evidentemente é rejeitado não só pela sociedade como um todo, mas também, posso dizer, o próprio Governo evidentemente se empenha na direção de superar este conceito que criou amarras consideráveis para investimentos e, portanto, para a geração de empregos e para o crescimento econômico na sociedade brasileira.

Acredito que os resultados verificados neste momento nos dão a confiança de que poderemos trabalhar com um cenário verdadeiro de crescimento. Quer dizer, o cenário estimado no Orçamento para este ano não está se verificando pelas razões que são do conhecimento de todos. A economia brasileira deve crescer até o fim do ano algo na faixa de 1%, em função das enormes restrições macroeconômicas que vigeram neste País, mas os números apresentados no orçamento — isso acho que é importante, porque é em função desses números que são estimadas as receitas e se trabalham portanto as despesas — nos parecem bastante consistentes.

Ontem, o COPOM anunciou uma nova redução da taxa de juros básicos da economia, o que sinaliza também positivamente no sentido do reaquecimento da economia no último trimestre deste ano. Portanto, a meu ver, a estimativa de crescimento de 3,5% para o próximo ano é até modesta, talvez, se considerarmos que, em virtude de a economia ter passado os últimos 4 anos em uma situação de semi-estagnação econômica, com baixíssimas taxas de crescimento, herança que recebemos desse período passado, acredito que até em função da própria compressão da economia brasileira talvez seja possível que, dependendo do cenário no final deste ano, ela possa vir a crescer para além até dos 3,5% previstos pelo Governo.

E acredito que a estratégia de desenvolvimento apontada sinaliza corretamente o fortalecimento do mercado interno, o fortalecimento também do setor externo da economia, não só na balança comercial, mas também nas contas correntes e com os investimentos necessários na área de infra-estrutura econômica e urbana, fundamentais para que não haja gargalos no processo de crescimento sustentável de nossa economia.

O preço disso tudo a curto prazo é trabalharmos com o orçamento ainda extremamente apertado. No passado, nos últimos anos, trabalhamos com um crescimento do superávit primário que foi compensado sistematicamente pelo aumento da carga tributária na sociedade brasileira. Como é do conhecimento de todos, a carga tributária na sociedade brasileira cresceu, nos últimos 8 anos, de algo em torno de 22% do PIB para 36% do PIB, em função do crescimento enorme da dívida pública brasileira e da necessidade de geração de superávits para dar conta do crescimento dos gastos com juros.

Ainda no ano que vem teremos um superávit de 4,25%, que, no que diz respeito ao Orçamento da União, significa esforço de 42 bilhões de reais. É um esforço considerável e implica, portanto, manter algo que já vinha sendo praticado, ou seja, a necessidade de se reservar, de se contingenciar recursos vinculados no orçamento. Essa já é uma prática anterior em função das dificuldades enormes de fechamento do Orçamento. Ou seja, teremos ainda recursos da CIDE, do FAT, do FUST, dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, dentre outros, contingenciados no Orçamento do próximo ano. Teremos provavelmente que realizar, ao longo da apreciação desta matéria, algumas adequações na proposta orçamentária apresentada.

O Ministério do Planejamento e o Poder Executivo, quando nos enviaram a proposta orçamentária, enviaram-na considerando o projeto de reforma tributária encaminhado pelo Governo a esta Casa. Estão ali contidas receitas condicionadas, previstas no projeto de reforma tributária. O projeto de reforma tributária recebeu alterações na Câmara dos Deputados, como é do conhecimento de todos, gerando, inclusive, redução de receitas da União. É o caso da repartição de 25% da CIDE para os Estados; é o caso da ampliação dos recursos do fundo de compensação para desoneração das exportações nos Estados. Isso significa, evidentemente, novos dispêndios no Orçamento da União, ou, pelo menos, redução da receita líquida da União não prevista originalmente, porque foram modificações

;

realizadas pela Câmara dos Deputados que devem ser objeto de adequação por nós, Parlamentares da Comissão de Orçamento, evidentemente, em diálogo com o Ministério do Planejamento e com o Poder Executivo.

É natural — como costumamos fazer —, que, em função da evolução dos parâmetros macroeconômicos no final do processo de apreciação da matéria orçamentária, ou seja, em novembro, em dezembro, mais precisamente, deste ano, possamos avaliar precisamente a estimativa de receita, as perspectivas de gastos, como um todo, para que o Orçamento possa estar corretamente adequado.

O que me parece importante, Sr. Ministro, é a afirmação de V.Exa. no sentido de que se trabalhou a proposta orçamentária com absoluto rigor. O Poder Executivo fez uma opção por trabalhar com uma estimativa rigorosa de receita, o que implica, diante do ambiente de restrições fiscais, ainda, aperto em alguns gastos fundamentais no Orçamento.

Eu quero, na condição de Relator, e evidentemente com diálogo com nossos companheiros Parlamentares da Comissão de Orçamento, corresponder a esse rigor praticado pelo Poder Executivo, trabalhando o acolhimento das emendas parlamentares e a apreciação dessa matéria com o mesmo rigor que presidiu a elaboração da presente matéria pelo Ministério do Planejamento, esperando que a resultante desse processo, desse esforço de se trabalhar com rigor seja o de que possamos minimizar a possibilidade de contingenciamentos no Orçamento do ano que vem. Essa, talvez, poderia ser a perspectiva mais nova, porque minimizar a possibilidade de contingenciamentos significa a realização da proposta orçamentária e, particularmente, significa também a possibilidade de realização, ou seja, de execução plena das emendas parlamentares que venhamos a apresentar ao projeto de lei orçamentária.

É esse pacto, em função do rigor, que gostaria, na condição de Relator, que nós, Parlamentares, que o Congresso Nacional celebrasse com o Poder Executivo, para que nos livrássemos ano que vem desse problema do contingenciamento que causa tanta dificuldade na execução orçamentária, tanta insatisfação entre os Parlamentares e tanta insatisfação na sociedade brasileira também.

Acredito que seja possível trabalhar construindo esse pacto, Sr. Ministro. Gostaria inclusive de ouvir de V.Exa. uma apreciação mais precisa sobre essa questão, porque isso poderia sinalizar positivamente um Orçamento apertado, mas um Orçamento executado na sua plenitude também.

É isso que eu gostaria de expor nessa minha primeira apreciação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Cláudio Cajado, quero explicar que passaremos agora ao debate.

Há uma lista de inscrição com Deputados e Senadores. Três Senadores se inscreveram. Então, vamos fazer o debate da seguinte forma: ouviremos 3 debatedores, e o Ministro, então, responderá a esse grupo de 3, intercalando, na proporcionalidade, 2 Deputados e 1 Senador. Como são apenas 3 Senadores, termina logo.

Outra coisa: vamos obedecer rigorosamente ao tempo. Dado o número de inscritos, é fundamental. Terceira questão: o Deputado Alberto Goldman levantou uma questão aqui que tem, sob certo aspecto, procedência. Há discrepâncias de números e vamos entrar em contato com a Consultoria para contatar a Consultoria do Ministério do Planejamento, para que sejam corrigidas as possíveis incorreções e enviadas para a Comissão pelo Executivo antes do prazo das emendas.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu gostaria de fazer uma menção a essa questão apresentada pelo Deputado Alberto Goldman. Eu não sei onde estão esses erros. É possível que eles existam, porque essa é uma peça complexa, de 1 trilhão e 800 bilhões. Acredito que tenhamos cometido alguns erros, não esse que o Deputado indicou aqui, porque para a Hidrovia Tietê—Paraná a dotação é de 24 milhões para os 4 anos. Esses recursos serão suficientes para obras complementares, porque obras já estão sendo feitas. Essa será feita em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que colocará recursos nela. No Orçamento de 2004 estão alocados 10 milhões para essa obra.

Não vejo qual a incongruência que existe em relação a essa obra. Também não creio que o Plano Plurianual esteja eivado de erros. Não acredito nisso, mas acredito que erros

;

existam. Humildemente, reconhecemos a possibilidade de erros e os consertaremos tão logo forem identificados e avaliados pelas assessorias técnicas, mas aqui não há erro algum em relação à Hidrovia Tietê—Paraná.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É que o valor total é de 60 milhões. Isso é apenas um exemplo, na realidade. O valor total é de 60 milhões e ...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Vinte e quatro milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas o total da obra é de 60 milhões. Veja o total da obra.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Mas a parcela do Governo Federal é essa de 24 milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso precisa ser explicitado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Existe uma parte do Governo. Várias dessas obras que estão aqui são em parceria. Por exemplo, a Inclusa de Tocantins, parceria com o Governo do Estado do Tocantins. Temos de colocar no Plano Plurianual a parte do Governo Federal, não dá para colocar a parte do Governo Estadual.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso precisa ser explicitado, senão como vamos saber se...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós podemos até procurar explicitar ao lado para ajudar o entendimento, mas não faz parte da peça orçamentária.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas tem de haver uma explicitação disso.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Deverá estar no Plano Plurianual do Governo do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O assunto está mais ou menos esclarecido e vamos iniciar os debates.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pedi a palavra para uma questão de ordem. Eu gostaria de saber quantos inscritos foram à Mesa, Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputados, 28; 3 Senadores.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Vinte e oito Deputados e 3 Senadores. Indago a V.Exa. qual o tempo de cada Parlamentar para formular seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Regimentalmente, são 5 minutos. Mas 5 minutos vai levar...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Seguramente, mais de 3 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Duzentos e quarenta minutos, mais de 3 horas. Então, eu sugiro que o tempo seja reduzido para 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - E sugiro a V.Exa. que amplie de 3 questionamentos para blocos de 4 Parlamentares e 1 Senador, porque estamos em muito maior número do que o de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pode ser.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Ou 5 Deputados e 1 Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Aprovado. Está certo.

Iniciando os debates, com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, Ministro Guido Mantega, demais assessores, Sebastião, João, Sr. Relator, Deputado Jorge Bittar, acompanhei atentamente a exposição do Ministro. Comentava aqui com o Deputado Pauderney Avelino, quando, na sua exposição, o Ministro falava da estratégia que esse Governo teve de tomar no início do ano, sabendo que recebemos uma herança terrível para um País como o nosso — e é sempre importante registrarmos, a população tem de saber disso —, com uma inflação projetada de 40%; Risco Brasil acima de 2.500 pontos; dólar batendo a casa dos 4 reais; *C-bonds* (não foi mencionado aqui, mas é importante falarmos de um dos principais papéis negociados fora do Brasil) chegando a ser negociados a 47% do valor de face. Isso demonstra a desmoralização a que este País estava sendo submetido em termos de mercado em outros países.

Uma outra questão que é sempre importante resgatar. Durante anos, sempre reforçamos a discussão da nossa dívida externa, porém o grande problema causado pelo último dos pacotes a que o Brasil foi submetido, o Plano Real, levou a nossa dívida interna

de uma faixa de 60 bilhões para quase 800 bilhões de reais, muitos deles investimentos de curto prazo que até hoje causam problemas no caixa do País.

Além de que, um dos últimos acordos, e principalmente o último acordo com o FMI, traz cláusulas de submissão que praticamente nenhuma nação do mundo hoje aceita, nem os países africanos, imaginem, nem o restante da América Latina aceitam a submissão a cláusulas como essa que caracteriza como despesa os investimentos das estatais e, principalmente, proíbem tais investimentos. Hoje, mais de 2 mil Municípios brasileiros deixam de investir em saneamento, mesmo tendo capacidade de endividamento.

Quanto à questão da execução orçamentária, nós, desta Comissão, acompanhamos a execução orçamentária nos últimos anos. Isso se transformou numa verdadeira brincadeira. O Orçamento com valores astronômicos, e sua execução frustrando, não só, à época, os Deputados e Senadores da Oposição, mas principalmente os da Situação, no último Governo.

Então, acho que esse realismo que trazemos aqui é uma novidade. É verdade, é uma novidade, porque sempre se fez de conta na República. Com grandes números é mais fácil, inclusive, ludibriar não só a quem acompanha a execução, mas também as pessoas comuns que não têm noção daqueles números astronômicos que a mídia, muitas vezes, divulga.

Essa estratégia macroeconômica foi difícil, sim, sobretudo na questão de manter os juros elevados. Ontem assistimos a mais um exemplo de que é possível gradativamente, com responsabilidade, atingirmos patamar aceitável de juros na Taxa SELIC. Esperamos que agora os bancos também cumpram a sua parte, façam alguma coisa definitivamente por este País.

Tivemos pacotes e pacotes: Cruzado, Bresser 1, Bresser 2, Bresser 18 — não me lembro mais —, Plano Verão, Plano Real. Desta vez, queremos o Plano Brasil e é óbvio que isso incomoda, Sr. Presidente, Sr. Ministro, os empacotadores de sempre. Não queremos mais viver de pacotes. De uma vez por todas, temos de desnudar este País, mostrar a realidade e, a partir daí, é fundamental termos clareza, e o PPA aponta para isso em algumas metas que nunca fizeram parte de nenhuma estratégia dos últimos Governos, porque não é pouca coisa a eliminação do analfabetismo num País como o nosso, acabar com a fome, e isso incomoda a elite deste País, porque a fome sempre foi moeda de troca eleitoral e vai deixar de ser, se Deus quiser.

A questão da água para o Nordeste virou uma indústria, assim como a questão do sistema elétrico. É importante recuperarmos uma coisa; se tivermos um crescimento acentuado no ano que vem, poderemos ter, sim, um apagão, porque o crime que se cometeu no setor elétrico... Ontem esteve aqui o Presidente Carlos Lessa, do BNDES, que expôs a realidade daquele contrato criminoso que foi feito com a empresa americana AES e que hoje o povo está pagando. É fundamental a auto-suficiência em petróleo. Há 50 ou 60 anos, essa elite que governava o País até o final do ano achava que o Brasil não podia ter petróleo. Eu me lembro do que os comunistas, os socialistas e os nacionalistas passaram naquela época; estudei História para compreender isso.

E uma coisa que eu queria ressaltar, Sr. Ministro, é a mudança da matriz de transporte. É criminoso o que foi feito nos transportes ferroviários deste País. É fundamental iniciarmos uma recuperação das ferrovias. Eu comentava com o Deputado Pauderney Avelino: o que dá para fazer em ferrovia na Amazônia? Ele disse: *“Talvez, pouca coisa, por causa do relevo, mas a saída para o Caribe e até para o Pacífico...”*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Por último, queria fazer uma pergunta. Se nós nos deixássemos envolver pelos empacotadores, esses dos pacotes, e não tomássemos as medidas duras que tomamos, que tipo de País poderíamos ter hoje, Sr. Ministro, que realidade econômica teríamos hoje em setembro de 2003? Essa a pergunta que deixo no ar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, bom dia a todos. Quero ir objetivamente, Sr. Ministro, para as questões do PPA e do Orçamento, que é o que traz V.Exa. aqui. Em primeiro lugar, já começamos a discutir aqui o PPA enviado por V.Exa. Discutimos aqui a metodologia, já que o Governo decidiu fazer um PPA participativo.

;

Quanto a esse PPA participativo, nós até fizemos um protesto na Comissão de Orçamento, porque os Parlamentares não haviam sido convidados até àquela altura, e a partir dali começaram a convidar os Parlamentares. Mas lamento que o PPA Participativo do Governo tenha sido apenas a constituição da lei do PPA, já que as metas que foram traçadas nesse PPA não foram discutidas com a sociedade e nessas viagens feitas pelos Estados.

Depois, Sr. Ministro, o PPA, constitucionalmente, deve trazer as diretrizes, os objetivos e as metas administrativas do Governo. Chegamos a este ano, Ministro, com um nível de detalhamento tal que invadimos as ações, que não é objeto do PPA. Projetos, metas físicas, financeiras, atividades, operações especiais e chegou-se ao cúmulo, só faltou colocar o endereço do Município, do Estado onde vai ser realizada a obra.

Então, Sr. Ministro, em primeiro lugar, já tomamos uma decisão aqui de aglutinar as ações abaixo de 10 milhões de reais, mas nós entendemos que não está concluído o problema. Ele apenas se inicia, e nós precisamos discutir amplamente os objetivos do PPA.

Gostaria já de colocar aqui algumas premissas, para esse PPA. Por exemplo, no art. 3º do projeto de lei, o somatório das metas físicas dos projetos estabelecidos para o período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização, constitui-se em limite a ser observado pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Sr. Ministro, vou propor a supressão do art. 3º, porque entendo que esse art. 3º engessou de tal forma esse PPA que não é só ruim para o Congresso Nacional, é ruim em primeiro lugar para o Governo de V.Exa., porque engessa, fixa as metas físicas de tal forma, que ele só poderá ser corrigido por lei específica. E no art. 5º, § 2º, que eu modestamente também vou propor a supressão, porque como diz aqui o § 2º: “...cada projeto de lei de revisão anual acrescentará...”. Há aqui uma novidade, a título de informação. Não existe essa figura legal. A Constituição não prevê, para o PPA, no art. 165, essa figura. E há aqui, também a título de informação, um novo exercício. Quer dizer, mesmo não querendo, o Presidente Lula, que já disse que não é candidato à reeleição, está entrando, através do Ministério do Planejamento e desse PPA, nos anos de 2008, 2009, 2010, porque a cada revisão entra um ano a mais no mandato do próximo Presidente da República, que, como Lula não será, conforme S.Exa. diz, candidato à reeleição, poderá ser V.Exa. poderá ser o Deputado Carlito Merss ou qualquer outro membro do Partido dos Trabalhadores, ou de partido aliado. Mas não podemos, de forma nenhuma Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, permitir que este Plano Plurianual, dito participativo, adentre em ações pelas quais ele não tem competência. E a competência a que me refiro aqui é a competência constitucional. Portanto, modestamente, também vamos propor, no momento oportuno, a supressão deste § 2º.

Por enquanto estou no PPA, Sr. Presidente, por isso pediria a tolerância de V.Exa. para que eu entre agora na questão orçamentária. Antes de entrar nessa questão, falarei sobre a reforma tributária, porque há ligação direta entre a reforma tributária e o Orçamento anual, já que temos, Ministro, alguns vácuos, alguns problemas de origem neste orçamento. E um problema de origem a que me refiro são as sentenças judiciais. Sentença judicial, conforme está no Orçamento elaborado por V.Exas., está descumprindo a LDO. Porque não podemos manter a sentença judicial como despesa financeira, porque é para não fazer despesa. A sentença judicial, para dar o cumprimento constitucional, tem que ser — deveria ser, pelo menos — despesa obrigatória. Mas, voltando à reforma tributária, como é que vamos buscar 6 bilhões de reais para atingir os 8 bilhões da negociação do Governo com os Governadores Estaduais, que apoiaram a proposta do substitutivo da reforma tributária? Como vamos resolver um problema que acho extremamente grave, Ministro, o dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Conforme está no art. 159, letra “d”, da emenda aglutinativa do substitutivo do Relator, destina-se a financiamento de programas de desenvolvimento regional, por intermédio dos respectivos Estados. Como é que o Ministério do Planejamento vai sair dessa sinuca de bico? Porque financiamento de programa de desenvolvimento não é compatível com os investimentos que são destinados para Estados e Municípios a fundo perdido. Temos ainda outro problema grave. Estou aqui, Sr. Presidente, apontando problemas que entendo serem relevantes, por isso peço a tolerância de V.Exa. e dos companheiros Deputados e Senadores, porque essas questões que levanto são relevantes para a condução tanto dessa reforma tributária quanto para o País.

;

Quanto à COFINS, que o Ministro Guido Mantega aloca no Orçamento como receita condicionada, nós temos um problema: ou é um problema da reforma tributária ou é um problema do Orçamento. Se a COFINS sobre os produtos importados for não cumulativa, ela não vai arrecadar 4 bilhões e 400 milhões de reais, mas no máximo 1 bilhão de reais. E aí o Ministério do Planejamento, o Dr. João Bernardo e o Secretário vão ter um problema adicional, mas nós teremos mais: a CIDE, que deveria também já constar para cumprir os compromissos com os Governadores, não está também alocada para os Estados. E mais: 4 bilhões e 300 milhões reais ou algo mais do que isso, Sr. Presidente, estão na reserva de contingência, mas de 60% da CIDE estão esterilizados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As colocações de V.Exa. são pertinentes, relevantes. No entanto, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu vou concluir. Como me falta tempo para levar adiante, eu diria o seguinte: salário mínimo. Nós recebemos, Sr. Presidente, a proposta orçamentária e, segundo a previsão que tínhamos, fizemos um cálculo que um salário mínimo chegaria a 272 reais, com ganho efetivo de 5%. Fomos informados esta semana pelo Ministério do Planejamento de uma correção. Portanto, não haverá neste Orçamento aumento real para o salário mínimo. O salário mínimo deverá ficar em 259 reais e no PPA não há previsão, até 2007, de ganho real para o salário mínimo.

E já concluo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: com relação à nossa SUFRAMA...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço ao Deputado Pauderney Avelino que encerre.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...são tirados duzentos e alguns milhões de receitas que dos empresários que trabalham lá, dos funcionários das empresas industriais. Desses recursos o Governo está também condicionando, contingenciando 84 milhões 228 mil. Faço um apelo ao Ministro Guido Mantega para que reduza, pelo menos, essa reserva de contingência da SUFRAMA, porque esse dinheiro é distribuído aos Estados pobres da Região Norte, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem razão, mas vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É o pedido que faço a V.Exa., Presidente da Comissão, ao Ministro Guido Mantega e ao nosso Secretário João Bernardo, que também é amazonense.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de concluir pedindo esses esclarecimentos ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA - Questão de ordem, Sr. Presidente. Tenho muito apreço pelos companheiros, mas a lista de inscrição tem mais de 50 Deputados ansiosos de conversar com o nosso Ministro Guido Mantega. Então, pediria que, sob o comando de V.Exa., os colegas fizessem intervenções sucintas, para que todos pudessem falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - São 30 inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Solicito a V.Exa. que seja rigoroso, porque aqui não há Deputado ou Senador saiba mais do que os outros, ou ter direito de falar 10 minutos. Senão V.Exa. não vai dar conta de levar esta audiência de forma objetiva, precisa, em duas horas, como poderíamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Ministro pela exposição organizada, séria. S.Exa. possui um grupo de assessores preparadíssimo. Mas falo aqui das questões da seguridade, em especial, a assistência social e saúde.

;

O Orçamento da Saúde. V.Exa. está cumprindo parcialmente a Emenda Constitucional nº 29 e está misturando a Emenda Constitucional nº 31, que criou o Fundo da Pobreza, com a nº 29. Na prática estão sendo esterilizados 3 bilhões e 600 milhões de reais da Emenda nº 29, que foi uma conquista de todos desta Casa em 2000, com apoio direto da então Oposição. Três bilhões e seiscentos milhões! E mais: 900 milhões de reais não estão sendo cumpridos na Emenda nº 29, e quem diz isso não sou eu, é o Conselho Nacional de Saúde, é a Comissão de Seguridade, são os estudiosos que estão alimentando a Frente Parlamentar da Saúde e também a Frente Parlamentar das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos.

Veto a dispositivo da LDO, depois outro Parlamentar vai desenvolver o tema, permitiu que fossem retirados da Saúde em torno de 4,5 bilhões de reais, desmontando uma conquista do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, cabe a pergunta: a Saúde brasileira vai bem? Eu não preciso aqui discorrer sobre o que as Sras. e Srs. Deputados e Senadores sabem muito bem. Houve melhora com a Emenda nº 29, cuja aprovação a área econômica boicotou até o fim, mas que nós vencemos em 2000. Agora, as ameaças voltaram, e voltaram com peso. Há extrema dificuldade de financiamento das UTIs, há problemas de medicação em todo o Brasil, há problemas em relação ao aumento dos tetos, há problemas de internação. O SUS não vai bem.

Se o Orçamento for aprovado como está, Sr. Ministro, começará um desfinanciamento progressivo da Saúde brasileira, que não estava saneada antes, mas estava no caminho de sê-lo, e tenho certeza de que V.Exa. vai revisá-lo, porque isso gera constrangimento mesmo em Deputados da base aliada, Deputados do seu partido, porque a liderança do meu partido, o PMDB, que também está na base aliada, está preocupada. Tiraram 3 bilhões e 600 milhões de reais da Emenda nº 29 — um verdadeiro buraco — e colocaram a Emenda nº 31, do Fundo da Pobreza, que esta Casa votou em votação memorável.

Agora, estão fazendo ações de saúde? Infarto, pneumonia, diminuição da mortalidade, vacinação? Não. Eles colocaram o dinheiro do Fundo da Pobreza no orçamento da Emenda nº 29 para fazer na maioria dos casos ações de combate à pobreza, jogando maqueavelicamente — espero que não, mas estou supondo — pobreza contra doente. Aí esterilizaram 3 bilhões e 600 milhões da Emenda nº 29, conquista de todos os Deputados e Senadores desta Casa. Quem diz isso? É o Conselho. Quem diz mais? A área técnica da Saúde da Comissão de Orçamento, que é neutra. E quem diz mais? Técnicos da Comissão de Orçamento, que afirmam que estão nos tirando 4,5 bilhões de reais.

Ao longo dos 4 anos do PPA — depois eu posso passar os dados —, esta medida vai tirar dos doentes, porque estão jogando pobre contra doente, vai tirar dos hospitais e dos postos de saúde 21 bilhões de reais no PPA. Os Estados e os Municípios vão continuar com o exemplo da União, que mudou a LDO, sobre a qual o Líder da Frente Parlamentar vai falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Perondi, apenas para concluir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vou reduzir minha fala.

Se os Estados e os Municípios vão seguir essa decisão do Ministério do Planejamento, vão tirar mais 18 milhões dos Estados e dos Municípios. Isso precisa, com certeza, ser revisto, e com urgência.

Mas o que fizeram? Colocaram o Ministério das Cidades no Ministério da Saúde; colocaram um pouquinho do Ministério da Justiça no Ministério da Saúde; colocaram o Fundo de Garantia, mas sem o dinheiro, no Ministério da Saúde, para fazer ações de saúde, conforme a Constituição e a Lei nº 8.080.

Tenho certeza de que o Presidente Lula — quando eu o interroguei há 15 dias, em Porto Alegre, ele se surpreendeu — vai receber os Deputados, provavelmente nos próximos 15 dias, e nós vamos mostrar os fatos a ele. Isso, Sr. Presidente, precisa, sim, ser corrigido com urgência. Trata-se de um desfinanciamento progressivo da Saúde. É desmontar o que esta Casa construiu, Sr. Presidente.

Para encerrar, está aqui a documentação do Conselho Nacional para quem quiser verificar.

;

Agora, passo rapidamente às perguntas, Sr. Presidente: primeiro, quero saber do Ministro se o Fundo da Pobreza dentro da Saúde não está substituindo fonte, porque o Fundo da Pobreza é para suplementar área de saída. Segundo, porque V.Exa. colocou 828 milhões da CPMF de Saúde no Fundo da Pobreza? Fundo da Pobreza, V.Exa. entende como receita com despesa — e não é antiga, mas a nova, de 3 anos para cá. V.Exa. misturou. V.Exa. não está anotando, mas eu posso, depois de passado a limpo, encaminhar-lhe dos dados. Por que transformou o Ministério da Saúde num superministério? Em consequência, faltar para os doentes, para as crianças dos Municípios.

O SUS vai bem? Não vai bem, Sr. Presidente. Para o ano que vem, o Sistema Único de Saúde tem apenas 600 milhões para reajuste. Resultado: não vai ter reajuste. Esses 600 milhões só dão para o crescimento vegetativo de atendimento. V.Exa. sabe que esses 600 milhões só dão para o crescimento vegetativo?

Segundo, V.Exa. tem noção do desgaste político que o Lula vai sofrer? Na área de assistência social, por exemplo, onde está no Orçamento do ano que vem o dinheiro do agente jovem e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil? Não vou nem falar sobre a importância desse programa. Eu tenho material para isso, mas outros colegas vão falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, podemos fazer uma observação de fogo amigo, não é. Nós estamos lutando pela Saúde, pela Assistência Social, e isso não pode acontecer.

Sr. Ministro, os próprios Deputados do Partido dos Trabalhadores estão constrangidos com essa ação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, eu me reservo para falar mais ao final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, são apenas 3 as questões que tenho a apresentar. V.Exa. colocou energia e educação como prioridades no PPA. Realmente, energia é prioridade do Brasil; se queremos desenvolver, temos de investir em energia, porque estamos já chegando no limite da capacidade instalada. Sucede que orçamento de 2004 houve um corte de 69% em energia. Em educação, ocorre o mesmo. Educação é fundamental. Entendo que o Governo deve investir prioritariamente em educação, mas houve uma queda de 19 bilhões, em 2003, para 15 bilhões, em 2004, no orçamento, o que representa 10%.

Temos também o caso do salário mínimo, uma prioridade para o PFL. O Brasil deveria ter um salário mínimo hoje de 100 dólares, é a proposta do nosso partido. O PT gostaria que tivéssemos um salário mínimo maior, mas não vejo recursos para o aumento do salário mínimo.

Para concluir, Sr. Ministro, aprovamos no ano passado o Fundo Constitucional do Distrito Federal e temos um aumento de acordo com a receita corrente líquida da União — essa discussão já foi travada em seu gabinete pela Bancada de Brasília. No entanto, o cálculo que veio do Ministério tomou por base a receita líquida de janeiro a janeiro de 2004, não de julho a julho, o que dá uma diferença a menor de aproximadamente 200 milhões. Isso prejudica muito a cidade, inclusive esses recursos seriam importantes para o Plano de Cargos e Salários dos professores, que é uma promessa do Governo.

Então, são essas três questões que coloco a V.Exa., querendo entender melhor qual é efetivamente a proposta do Orçamento de 2004 e se esse erro no que se refere ao Fundo Constitucional de Brasília vai ser corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Rafael Guerra, para concluir o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro Guido Mantega, abordo mais ou menos o mesmo tema levantado pelo Deputado Darcísio Perondi, em nome da Frente Parlamentar da Saúde, que, presentes Deputados de todos os partidos, se reuniu ontem definir um posicionamento suprapartidário.

;

Estivemos com V.Exa. há questão de 30 dias com a Comissão de Seguridade Social e Família, com representação de Parlamentares de todos os partidos. Levamos a preocupação do Setor Saúde em relação ao veto ao § 2º do art. 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse parágrafo e esse artigo estão na LDO desde a aprovação da Emenda nº 29, sendo repetido anualmente. Neste ano estavam presentes inclusive na proposta enviada pelo Executivo.

Fomos surpreendidos com o veto, e, na oportunidade, V.Exa. e seus assessores nos disseram que a intenção era não tirar recursos da Saúde, mas acrescentar-lhe os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Saímos satisfeitos com essa informação, porém o projeto que chegou à Comissão de Orçamento, do qual sou Relator, não correspondeu à informação que tínhamos. Na verdade, foram retirados das ações e serviços de saúde 3 bilhões e 571 milhões.

Naquela oportunidade, Sr. Ministro, nós dissemos a V. Exa. que, mesmo acreditando que o Governo, comprometido com o social, não iria retirar recursos da saúde, estávamos preocupados com o efeito cascata. Isso poderia representar um mau exemplo para Estados e Municípios.

E eu trago aqui matéria publicada pela imprensa — provavelmente vários dos presentes a esta reunião leram ontem essa matéria — segundo a qual o Governo do Rio de Janeiro está copiando esse posicionamento do Governo Federal. Tramita na Assembléia Legislativa do Rio projeto considerando ações de saúde o cheque-cidadão, programa de distribuição de leite em pó, programa de distribuição de sopas, atenção a idosos, doentes, trabalhadores rurais, merenda escolar. Quer dizer, exatamente o efeito em cascata que naquela reunião nós prevíamos que pudesse acontecer já começou a acontecer.

Isso representa, Sr. Ministro, para não me alongar muito, uma perda em 2004 de mais de 4 bilhões de reais — 4,5 bilhões aproximadamente. Se incluirmos Estados e Municípios, chega perto de 10 bilhões. Se aceitamos isso na LDO — e fica também como parâmetro para o PPA —, a perda do setor saúde será de 40 bilhões nos próximos 4 anos, somando-se recursos do PPA, da União, mais recursos dos Estados e dos Municípios.

Para concluir, eu queria, neste momento, em nome, como eu disse, da Frente Parlamentar da Saúde, fazer um apelo mais uma vez ao Governo, a V. Exa., aos Líderes da base do Governo nesta Casa, para que possamos construir um acordo, encontrar as fontes e garantir os recursos da Saúde. Isso certamente irá evitar, como já foi dito em vários documentos que chegaram às nossas mãos — do Conselho Nacional de Saúde, da própria assessoria da Casa —, que sejamos obrigados talvez até a tentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque estaria havendo uma dupla contabilidade de mesmos recursos para cumprimento de dois dispositivos constitucionais. Nós estaríamos usando duas vinculações da Emenda nº 29, para a mesma aplicação final.

Deixo, portanto, esse apelo. Gostaria de ouvir mais uma vez o posicionamento de V. Exa. E certamente, como Presidente da Frente Parlamentar, tenho inclusive o compromisso, que é também, volto a dizer, suprapartidário, de realizar toda mobilização que se fizer necessária —no Congresso Nacional e na sociedade civil —, para que a Saúde não perca recursos que levou 12 anos para alcançar no Orçamento da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro para responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar respondendo uma indagação do Deputado Carlito Merss, que perguntou o que estaria acontecendo no País, caso não tivéssemos tomado essas medidas duras no início deste ano, de ajuste fiscal, de política monetária. Não posso traçar um quadro preciso, porque isso pertence à esfera da adivinhação, mas diria que estaríamos numa situação muito difícil, porque teríamos mantido a desconfiança que pairava sobre a capacidade de solvência da nossa dívida, portanto, sem nenhum crédito adicional.

As empresas brasileiras, com dívidas em dólares, estariam com a corda no pescoço. E grandes empresas, inclusive sólidas, de setores importantes, estariam também com a corda no pescoço. O dólar poderia estar a 5 reais, o que causaria uma bolha inflacionária imensa, maior do que os 40% que o senhor mencionou. Estaríamos com 50% ou 60%. A inflação se tornaria incontrolável. Imaginem a taxa de juros que teríamos de praticar para

;

tentar segurar essa situação. Então, sem crédito, Risco País acima de 2 mil pontos, sem nenhuma confiança dos credores, todo mundo dizendo que iríamos entrar em moratória, aí a moratória viria. Estaríamos entrando num processo de “argentinização”. Estaríamos cumprindo a moratória prevista por alguns analistas internacionais.

É claro que as medidas não são suaves. Elas têm um custo, têm um ônus. Mas a crise econômica em que o País estaria talvez nos levasse a uma crise política de repercussões inimagináveis. Acho que conseguimos debelar todos aqueles problemas, que saímos do aperto, que apagamos o incêndio. E agora o País está pronto para crescer. Os juros estão caindo — caíram 6,5% ao longo dos últimos meses. Então, estão numa trajetória cadente. Há uma gradativa reconstituição do crédito.

É claro que a economia sofreu bastante nesse período, mas ela já dá sinais de recuperação. Saímos do sufoco. Saímos até melhor do que outros países que passaram por processo semelhante, porque não foi só o Brasil que sofreu crise nos últimos tempos. Tomemos o exemplo da Coreia, país emergente considerado eficaz. Em 1997, a Coreia teve uma crise financeira e levou um ano para sair dela, e, em 1998, quando assumiu o novo Presidente, teve que fazer acordo com o Fundo Monetário. E 1998 foi um ano de ajuste. A Coreia teve um PIB negativo de quase 6%. Agora, já saiu da crise. O México, para sair da crise de 94, levou mais de um ano, no primeiro ano pós-crise, teve um PIB negativo de 4%. Eu poderia citar outros exemplos aqui.

Mas o Brasil vai fazer esse ajuste com o mínimo desgaste, com PIB positivo. Este ano não será um PIB magnífico, mas será um PIB positivo. Significa com um sacrifício menor. Saímos bem da situação em que estávamos no ano passado. Eu diria que isso constituiu até uma surpresa. Vários analistas ficaram surpresos com a capacidade de reação que tivemos, o que significa o acerto da política adotada — política dura, que causou sacrifícios, principalmente do Estado, que teve de reduzir investimentos e gastos. Não baixamos nenhum pacote fiscal, como o senhor mencionou, o que, aliás, era muito fácil: “*Bom, estamos precisando 13 bilhões ou 14 bilhões, fazemos um pacotinho e arrecadamos 14 bilhões*”. Seria muito mais cômodo; para o Ministro do Planejamento seria uma beleza.

A coisa mais difícil para o Ministro do Planejamento é fazer um contingenciamento, ter que reduzir despesas importantes. Então, seria muito mais cômodo, mas não praticamos isso, porque o País não aguenta mais aumento de tributos. A sociedade está exaurida. A produção não pode mais continuar sendo castigada. Optamos por esse caminho. Difícil para o Governo cortar na própria carne, reduzir custos e aumentar eficiência.

O Deputado Pauderney Avelino me fez um conjunto longo de questões que eu levaria...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não tanto longo quanto eu gostaria, que ainda ficou muita coisa.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Eu percebi, Deputado. Vou tentar respondê-las todas, na medida do possível.

Quanto à participação popular na elaboração do Plano Plurianual, posso lhe assegurar, Deputado, que foi a mais ampla possível. Não foi mais ampla porque tínhamos o limite de tempo. Tínhamos que entregar essa peça orçamentária até o final de agosto e, portanto, tivemos de limitar o período de discussão. Mas nunca houve, na história deste País, um plano plurianual tão discutido como esse. Fizemos 27 fóruns regionais, dos quais participaram mais de duas mil entidades da sociedade civil. E todas elas, depois de participarem, discutirem as diretrizes e as prioridades, mandaram-nos um relatório dizendo que estavam contempladas na definição das prioridades que estão aqui.

Consultamos também os Governos Estaduais. Todos os Governadores mandaram seus Secretários de Planejamento, por mais de 4 vezes. Fizemos 4 fóruns aqui em Brasília com os Secretários de Planejamento. Fizemos discussões regionalizadas. Na Região Norte, com os Ministros que tinham a ver com aquela região; o mesmo nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Procuramos contemplar todas as demandas. Fui 4 vezes ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um fórum representativo, discutir o Plano Plurianual. E uma infinidade de vezes tivemos discussões com entidades da sociedade civil, na FIESP, na ABDIB. Fui pessoalmente a diversas reuniões.

;

Nos fóruns regionais, os Srs. Deputados tinham de ser convidados pelas bancadas. A idéia é que os Governadores chamassem os Deputados para aqueles fóruns regionais e eles fossem contemplados. Se não houve uma participação plena, procuraremos corrigir isso. Por isso mesmo, estamos estabelecendo que haja uma revisão anual do Plano Plurianual, para que ele continue tendo a participação da sociedade, a fiscalização e a correção de rota que se fizerem necessárias.

O detalhamento excessivo se deu porque ficam mais claros os projetos escolhidos pela sociedade. Talvez eu concorde com V.Exa. em que há um detalhamento excessivo. Do meu ponto de vista, poderíamos simplificar, embora assim fique mais claro o que a sociedade escolheu.

O Brasil é um país muito grande, há demandas de todas as regiões. Mas podemos estudar em conjunto uma maneira de promover a aglutinação dessas demandas. Então, teremos até as duas versões. A sociedade vai poder se encontrar e fazemos uma aglutinação para que ele se torne mais fácil de manejar. E aí eu concordo com V.Exa.

Não há nenhuma intenção do Governo de interferir nas gestões do próximo Governo, embora o Plano Plurianual preveja a definição de metas para 2007. Então, inevitavelmente, ele entra. É a lei que assim o determina. A rigor, esse plano tem como horizonte um período muito maior do que os 4 anos; é um projeto de longo prazo, mas que não precisa ser necessariamente realizado pelo Governo Lula. Um plano de longo prazo tem que ter 10 anos, 15 anos, 20 anos de perspectiva. E ele foi feito com essa perspectiva.

Na Exposição de Motivos está dito que se trata de um plano de longo prazo. Agora, caberá aos próximos Governos dar continuidade ou não a ele, não é responsabilidade do nosso Governo. As revisões periódicas previstas são no sentido de, a cada ano, podermos aperfeiçoar esse instrumento, com sua discussão na sociedade. Porém, o aperfeiçoamento se dará apenas para o ano seguinte e o nosso limite é 2007, ou seja, a última revisão a ser feita será em 2006 e terá validade para 2007. Não há nenhuma propósito de intromissão ou de engessamento para os anos vindouros. Esse é o sentido da revisão anual.

O senhor pergunta quais são as conseqüências da reforma tributária. Quando foi elaborado o projeto de lei orçamentária, a reforma tributária ainda não tinha tramitado. Portanto, tivemos de nos basear no projeto que estava sendo enviado pelo Executivo, levar em consideração as matérias ali presentes, as receitas condicionadas. Não poderíamos adivinhar quais seriam as emendas a serem feitas, emendas que até este momento ainda não estão efetivadas. Então, o projeto do Executivo não contém essas emendas.

Em relação às sentenças judiciais, colocamos o valor de 1 bilhão e 800 milhões a título de despesas financeiras, pelo seguinte: estamos questionando a grande maioria dessas sentenças judiciais. Só para dar um exemplo, numa análise preliminar, detectamos a inclusão de precatórios já pagos: 144 milhões de precatórios pagos. Pretendemos derrubar essas decisões, porque elas não têm fundamento. Seria como ocupar um espaço precioso da despesa orçamentária com um gasto que, eventualmente, não vai realizar-se, porque vamos questionar tudo, porque achamos que são indevidas. Seria um esbulho ao interesse público permitir que essas ações prosperassem.

Então, se colocássemos 1 bilhão e 800 milhões a título de despesa, teríamos de retirar de alguma despesa importante. Esse é o dilema na feitura do Orçamento. Os recursos são escassos. Se colocarmos 1 bilhão e 800 milhões para pagar precatórios, como despesa — uma despesa que, provavelmente, não vai realizar-se —, retirariamos de onde? Iríamos ter de retirar de despesas importantes: área social, área de infra-estrutura. Aí seria uma situação mais apertada ainda.

O Fundo de Desenvolvimento Regional foi concebido, como V.Exa. disse, para financiar o desenvolvimento. Financiar significa uma despesa financeira. Portanto, alocamos no Orçamento apenas o impacto em termos de custo e não toda a despesa. O Fundo de 2 bilhões e 100 milhões produzirá uma despesa de 350 milhões, que é o que foi previsto no Orçamento.

Na ocasião em que elaboramos o projeto de lei orçamentária, não estava consignado, na redação original proposta de reforma tributária, que esse fundo seria repassado aos Estados. Isso foi acrescentado depois. Vamos ter de aperfeiçoar, ver como funciona.

;

Na verdade, é um fundo financeiro, vai financiar o desenvolvimento regional, mas terá de haver uma devolução e vai haver um subsídio, que será de 350 milhões. É o que está consignado no Orçamento.

Em relação à COFINS, foi estimada, no Orçamento, uma receita de 4,4 bilhões de reais. Eu sustento que essa receita pode ser auferida mesmo com a transformação da COFINS em tarifa não cumulativa, porque será usado o procedimento semelhante ao que foi usado com o PIS.

O PIS também foi transformado em uma receita não cumulativa. Porém, a alíquota a ser definida terá de permitir que a arrecadação seja neutra, ou seja, no caso, a mesma arrecadação que se teria se houvesse uma receita em cascata aplicada de forma diferente. Não sabemos ainda qual vai ser a alíquota. A questão está em estudo. E, inclusive, poderemos ter alíquotas diferenciadas por setores.

Em relação à CIDE, também ela não estava no projeto original; portanto, não podíamos considerar seu impacto no Orçamento. De qualquer maneira, temos uma válvula de escape: o Congresso Nacional já autorizou a utilização de alíquotas diferenciadas para a CIDE. O objetivo da CIDE é criar um certo equilíbrio de preços no setor de combustíveis. Então, quando o preço do petróleo cair, poderemos aumentar a alíquota da CIDE, e o Congresso Nacional já autoriza-nos a fazer isso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então V.Exa. está dizendo que o Governo pretende aumentar a alíquota da CIDE?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Estou dizendo que o Governo poderá aumentar, caso a queda do preço do petróleo assim o permita. Porque usamos a CIDE desta maneira: a alíquota pode subir se o preço do petróleo cair, de modo que não cause ônus à sociedade. Nesse caso, teremos aumento de arrecadação e poderemos acomodar esse aumento de despesas. Mas isso, como disse, é algo que vai ser definido ao longo do tempo. Temos a autorização congressual. E a perspectiva é a de que o preço do petróleo venha a cair, e, nesse caso, poderemos aumentar a alíquota sem causar ônus à sociedade.

Em relação ao salário mínimo, tenho repetido que o aumento do salário mínimo ainda não está definido. O Presidente Lula tem o compromisso de elevar substancialmente o valor do salário mínimo. Temos tido dificuldades, neste primeiro momento de Governo, pelas restrições fiscais e orçamentárias, de dar aumentos maiores.

Esse aumento será definido apenas em abril, depois de verificarmos a dinâmica da receita — a receita pode aumentar mais ou menos — e à medida que forem verificados esses parâmetros que utilizamos para o reajuste dos gastos da Previdência Social.

Está havendo uma expansão dos gastos da Previdência Social de 17 bilhões, o que equivale a 16,2%. Dentro desses recursos, poderemos encontrar uma parte para aumentar o salário mínimo. Como? Caso não haja o aumento vegetativo, projetado em quase 4% — aumento expressivo — e com a inflação menor. Estamos projetando uma correção de 7,92%. Se a inflação for menor e o aumento vegetativo for menor, teremos um espaço para o aumento do salário mínimo.

É claro que vamos precisar de recursos de outras áreas, como fizemos em 2003, quando houve o mesmo procedimento. Havia um volume de recursos insuficiente para o aumento expressivo do salário mínimo, mas o Presidente resolveu; o Congresso Nacional tinha colocado, salvo engano, 4 bilhões e 800 milhões, que não eram suficientes, porque o aumento da Previdência Social foi de 9 bilhões. Faltavam então 5 bilhões, e o Governo inteirou essa conta. Vamos ter de retirar de alguma outra área, mas quando houver a decisão.

Em relação à SUFRAMA, ela sofre do mesmo mau de outros fundos que, em parte, têm de ser contingenciados por falta de recursos. Tudo vai recair na falta de recursos. Por que tem de haver contingenciamento de uma parte do fundo da CIDE, que são 8 bilhões? Não é por prazer sadomasoquista da área de orçamento, mas porque faltam recursos. Se liberarmos todos os recursos da SUFRAMA, vamos ter de retirar esse dinheiro de algum gasto. É tudo assim. Vamos liberar o FUST, a CIDE, todos os fundos... Libera-se 10 bilhões, 15 bilhões, e vai retirar-se 15 bilhões das despesas orçamentárias, porque isso se transforma em despesa orçamentária.

;

O que fazemos? Mantemos contingenciados, porém, caso a receita venha a permitir, liberamos. Liberamos este ano, salvo engano, 28 milhões dos recursos da SUFRAMA para os Estados do Norte do País. Se houver aumento de recursos, faremos novas liberações.

Quando ao fundo da CIDE, a idéia é de que a parte que está contingenciada possa ser transformada em fundo de financiamento para as ações na área de transporte. Não é um gasto orçamentário, mas pode financiar-se ações na área de transporte, de modo a potencializar o uso da CIDE.

A vida é dura e a realidade orçamentária é mais dura ainda. O cobertor é curto, se se puxa para um lado, ele falta do outro.

Aliás, queria dizer que não sou candidato a nenhum cargo eletivo, porque V.Exa. mencionou essa possibilidade.

Com referência às considerações do Deputado Darcísio Perondi, quero dizer que estamos, sim, cumprindo a Emenda Constitucional nº 29 em sua íntegra. Essa emenda estabelece uma forma de reajuste dos recursos da Saúde.

Em 2003, os gastos da Saúde terão de perfazer, com exceção da folha de salários, 23 bilhões 950 milhões de reais. Esse é o total que vai ser gasto em 2003. Em 2004, os gastos da Saúde, feita a correção pelo PIB nominal, serão da ordem de 29 bilhões e alguns quebrados. E serão gastos 29 bilhões na esfera da saúde.

Quando há algum tempo tive o prazer de receber o nobre Deputado Darcísio Perondi, o Deputado Rafael Guerra e outros integrantes da bancada da Saúde esclareci quais eram os propósitos do Governo ao vetar determinado dispositivo da LDO, de modo a poder colocar uma parte do Fundo de Combate à Pobreza nos gastos de saúde. O Fundo de Combate à Pobreza é apenas fonte e podemos colocar esta fonte em vários gastos. Então, disse naquela ocasião: a nossa intenção não é colocar gastos de Previdência ou gastos de dívida dentro da Saúde. O propósito é colocar gastos do Fundo de Combate à Pobreza dentro da Saúde, porém gastos de saúde. Os 29 bilhões que estão sendo alocados na Saúde são gastos da área da Saúde, eles contêm parte desse Fundo de Transferência de Renda. Nos gastos tipicamente da área de Saúde, como o saneamento, a Saúde tem um organismo chamado FUNASA para o trabalho de saneamento, e esse é um gasto de saúde. Estamos aumentando os gastos da área de saneamento; são ações importantes de prevenção a moléstias e a outros problemas sérios, e esses gastos já na Saúde.

Estamos colocando também ações ligadas à alimentação de famílias desnutridas. Até já existe na área da Saúde um programa para nutrízes. Estamos aumentando esse programa, colocando dentro dele bolsas-alimentação. Essas bolsas serão alocadas de acordo com critérios da Saúde para atingir famílias que estão tendo problemas de saúde por falta de alimentação. Essas bolsas têm uma condicionalidade de saúde, ou seja, as famílias abrangidas por esses programas terão de comparecer a postos de saúde; os filhos terão de ser vacinados; as nutrízes terão de passar por exames médicos e, portanto, haverá uma compatibilidade plena com as despesas da Saúde. Não está sendo colocada em uma despesa que não seja da área de Saúde.

As despesas do Fundo de Transferência de Renda que não dizem respeito à Saúde estão em outro Ministérios. Por exemplo, despesas que dizem respeito à educação, como a bolsa-escola, estão no Ministério da Educação, e assim por diante.

O SUS está tendo um aumento de recursos de 2003 para 2004. Na dotação de atendimento, tivemos 13,4 bilhões em 2003 e vamos ter 14,07 bilhões em 2004. Na área de medicamentos: 713 milhões em 2003 e 1,76 bilhão em 2004.

Então, existe uma expansão. Talvez não seja a expansão desejada pelos senhores da Bancada da Saúde. Gostaria até de poder colocar mais recursos na área da Saúde, porém é o que se pode fazer diante das dificuldades.

O Ministério das Saúde é o que está sendo aquinhado com maior expansão de recursos, mais de 5 bilhões, e, portanto, está abrigando também essas ações da área de inclusão social, mas, repito, sempre com ações típicas da área de saúde. Portanto, não há nenhuma incompatibilidade ao usar a fonte criada pela Emenda nº em diversos Ministérios. Então, as despesas, pela natureza do gasto, estão sendo alocadas no Ministério da Saúde.

Para os próximos 4 anos, não está definido o destino do Fundo de Combate à Pobreza. Então, essa conta que está sendo feita é imprópria, indevida; não está definido com

;

serão compostos os gastos da Saúde para os 3 anos consecutivos a 2004. Essa é uma decisão que ficará para depois.

Uma das preocupações que os senhores me trouxeram, o Deputado Guerra e o Deputado Perondi, naquela reunião, foi a de que Estados e Municípios pudessem se utilizar do veto que estávamos fazendo àquele dispositivo e usassem gastos de pessoal e de previdência na Saúde. Prontamente, nós nos dispusemos a fazer um projeto de lei que proibisse essa utilização. O nosso objetivo é não permitir o pagamento de inativos e de dívida com recursos da Saúde. Não me parece adequado usar merenda escolar como gastos na Saúde, não é um gasto de saúde. No Governo Federal, isso não vai ser feito, porque merenda escolar é um gasto de educação, alocado no Ministério da Educação. Não nos cabe julgar as ações, mas fizemos essa emenda impedindo que Estados e Municípios pudessem introduzir nos gastos constitucionais de saúde despesas que não fazem parte deste conceito.

Quanto às despesas dos programas: Gente Jovem e Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, eles estão alocados no Ministério de Assistência Social, são típicos do Ministério e nele estão alocados.

Na verdade, estamos fazendo uma mudança importante em todos esses programas de inclusão social. Amanhã será anunciado pelo Presidente da República uma integração desses programas que antes estavam dispersos e tinham um alto grau de irracionalidade. Serão integrados, racionalizados, de modo a ter uma eficácia maior, aumentando o volume de recursos que estão sendo despendidos nessa área. Então, de 2,6 bilhões em 2002, 4,3 bilhões em 2003, teremos 5,3 bilhões em 2004, nesses programas de inclusão social, que serão muito mais racionais e muito mais eficazes. Os programas Gente Jovem e Erradicação do Trabalho Infantil estão incluídos nesse bolo de 5,3 bilhões.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Ministro. Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, quero...

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Ainda não cheguei à parte do nobre Deputado; estou respondendo na seqüência...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - V.Exa. respondeu várias questões que suscitei.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Respondi porque era em conjunto com a interpelação...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Só quero lembrar a V.Exa. que acabamos de votar a prorrogação por 4 anos da CPMF. O Líder do meu partido até me liberou para eu votar favoravelmente, e votei pela Saúde. Da alíquota da CPMF, 0,20% vai para a Saúde e 0,08% para o Fundo de Erradicação da Pobreza. Não podemos misturar as duas coisas. Faço um apelo a V.Exa. — estou ouvindo a resposta — para que leve a questão ao exame da sua equipe, a fim de que possamos estudá-la em vista até tudo o que já foi votado na Casa relativamente à reforma da Previdência e à reforma tributária e encontrar uma solução. Na verdade, a própria CPMF separa o que é para o Fundo de Combate à Pobreza e o que é para a Saúde. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, esses valores todos poderão ser remodelados a partir da discussão que se faça no Congresso. A única questão é que as contas têm de fechar e os limites estão estabelecidos. Colocar mais recursos para determinado setor significa tirar de outro. É isto que temos de avaliar: os efeitos no conjunto do Orçamento. Melhor do que eu, os senhores sabem que temos de olhar para todas as áreas ao mesmo tempo. A Saúde é importante; a Educação é importante; a Assistência Social é importante, assim como a Infra-estrutura, e as contas têm de fechar. Se conseguirmos desembocar numa equação que satisfaça melhor, então o Executivo estará aberto a essas discussões, mas não podemos desequilibrar as contas.

Repito: procuramos fazer o Orçamento de 2004 da forma mais realista possível. Como lhes disse no início, poderíamos ter colocado 10 bilhões a mais de receita. Não teria nenhum conflito agora, mas depois, quando tivéssemos de contingenciar porque não dispúnhamos do recurso, teríamos o conflito. Preferimos usar essa estratégia. Vamos discutir claramente quais são os problemas e as dificuldades e ver como podem ser acomodadas.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Ministro, um minutinho. A Emenda nº 31 é fundo, não é fonte, e se destina a ações específicas na área da pobreza, ações

;

suplementares (art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Houve mistura de duas emendas com atividades distintas, suplementares. Isso é inconstitucional. Haverá ações do Ministério Público no Supremo, Sr. Ministro. Peço que V.Exa. revise para não haver esse problema. Isso está gerando constrangimento na sua própria base. V.Exa. misturou, numa jogada que não acredito diabólica, pobreza contra o doença, Sr. Ministro. O legislador foi sábio: ele votou a Emenda nº 29, ações específicas da Saúde, e a Lei Orgânica definiu o que eram ações condicionantes — estou falando de condicionalidades. Posteriormente, este Congresso, de forma sábia, generosa e inteligente, criou o Fundo da Pobreza, como ação suplementar. O senhor não o fez, o senhor e a sua equipe estão esterilizando cerca de 3,5 bilhões de reais. Nem mesmo complementou o PIB nominal, falta ainda 1 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, consultamos detalhadamente a Constituição, e a modalidade que utilizamos é perfeitamente constitucional, temos pareceres jurídicos que mostram isso. A Emenda nº 31, fundo ou fonte, pode ser alocada em vários Ministérios, desde que atenda à finalidade social. Estamos utilizando uma modalidade permitida pela lei, não está havendo nenhuma violação constitucional. Eu posso lhe passar os pareceres jurídicos para que V.Exa. os avalie. Não pretendemos cometer nenhuma irregularidade constitucional.

Passo agora a responder às indagações do Senador Paulo Octávio, que abordou a questão da energia, mencionando um possível corte nessa área. Senador, não houve nenhum corte. Os recursos que o senhor mencionou são recursos a serem gastos pelo Ministério em ações de custeio. As ações de investimentos não estão colocadas aqui, porque todas elas são ações de investimentos do capital privado. A esmagadora maioria da construção de hidrelétricas, termelétricas e linhas de transmissão são feitas pelo setor privado, com financiamento do BNDES. Para os próximos 4 anos, 30 bilhões de reais serão despendidos nessa modalidade, mas é tudo recurso do setor privado ou financiamento do setor público.

A diferença que o senhor identificou no Ministério de Minas e Energia diz respeito vale-gás, que foi colocado nesse programa de transferência de renda. Então, o recurso está lá, só que agrupado no programa de transferência de renda, que consideramos mais adequado, porque é uma ação eminentemente de inclusão social, que não diz respeito exatamente a uma ação do Ministério de Energia.

Por outro lado, os gastos com educação não estão caindo, estão subindo. Os gastos do Ministério da Educação em 2003 deverão perfazer, até o final do ano, 13,2 bilhões de reais e em 2004, 14,8 bilhões. Portanto, há um aumento, e aí temos inclusive que cumprir uma obrigatoriedade constitucional. A área de educação é protegida constitucionalmente, e temos de gastar até 18% de toda a receita resultante de impostos no setor.

Em relação ao salário mínimo, acredito que já respondi à pergunta: ainda não existe uma definição, e, quando for tomada, o Governo vai encontrar os recursos necessários para o aumento real do salário mínimo.

Quanto ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, ainda não chegamos a uma conclusão, se estamos cumprindo ou não o dispositivo constitucional, mas acreditamos que, em breve, chegaremos a uma conclusão. E, se houver uma irregularidade, será sanada, com o acréscimo de recursos que serão repassados ao Distrito Federal.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Sr. Ministro, é importante, com referência à questão do Fundo Constitucional do DF, termos uma resposta o mais cedo possível, porque envolve salários. E estamos agora justamente construindo o Plano de Cargos e Salários dos professores. Por isso, é importante a resposta do Ministério o quanto antes.

Queria também entender um ponto relativo à energia. Sei que para a concessão do auxílio-gás, que recebeu 711 milhões no ano passado, não existem verbas para 2004. E o senhor disse uma coisa importante: 30 bilhões de investimentos privados para os próximos anos. Foi o que entendi. Esses investimentos privados já estão consolidados, já há as empresas que vão fazê-los, ou são simplesmente suposições? E esse dinheiro todo é do BNDES?

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - A situação é a seguinte: uma parte das hidrelétricas já foi licitada, a outra ainda está em licitação; uma parte das linhas de

;

transmissão já foi licitada, as obras já começaram, e a outra ainda será licitada. O BNDES vai entrar com 24 bilhões e um consórcio de bancos deverá financiar a outra parte.

São projetos com alta possibilidade de implantação, não se trata de mera projeção subjetiva. Houve detalhada análise dos projetos em andamento, no interesse das empresas: uma parte dessas hidrelétricas já está até começando a ser feitas em 2003 e as termelétricas vão ser concluídas este ano.

Estamos também com investimentos na área de gás, o que vai permitir aporte de energia elétrica para regiões carentes do País. Então, é uma conta bastante precisa, eu diria, que vai eliminar a possibilidade de apagões e de falta de energia. Nos próximos anos não teremos esse problema, mesmo porque hoje a energia está sobrando, mas com essas novas hidrelétricas e termelétricas teremos um acréscimo de cerca de 14 mil megawatts, o que corresponde a uma Itaipu inteira. E temos mais uns 12 mil megawatts, por causa dessas linhas de transmissão que poderão remanejar energia das regiões onde há excesso para as regiões carentes. A questão energética está equacionada no País para os próximos 8 anos ou 10 anos.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Fico muito feliz com a notícia, mas o senhor falou, em sua exposição, que serão construídos 14 mil quilômetros de redes de transmissão. Também é investimento privado?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso não pode, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Exatamente, investimento privado. Uma parte das linhas de transmissão já foi licitada. Há grande interesse do setor privado em linhas de transmissão. Fizemos uma concorrência recentemente e 45 empresas se inscreveram. Um lote de linhas de transmissão já foi licitado e outros serão licitados; tudo investimento do setor privado, com financiamento do BNDES e outras agências de financiamento.

O SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO - Agradeço a V.Exa. a resposta.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Já respondi as observações do Deputado Rafael Guerra em relação ao veto na LDO: buscamos eliminar a possibilidade de Estados e Municípios fazerem mau uso das verbas da Saúde; os recursos que estão sendo alocados na Saúde são recursos de saneamento e ações típicas dessa área e não há dupla contabilidade. Repetindo: a Emenda nº 31 é uma emenda fonte, de um fundo que nos permite fazer alocação em diversos Ministérios, e uma parte deles foi alocado no Ministério da Saúde, e não há qualquer incompatibilidade. Para os próximos 4 anos, não está definido como serão alocados os recursos do fundo; portanto, não está definido se será desta ou de outra maneira. Essa é uma discussão que será feita no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, saúdo V.Exa., o Ministro Guido Mantega, o nosso Relator, Deputado Jorge Bittar, o Dr. João Bernardo, o Dr. Sebastião, e os demais colegas desta Comissão.

Sr. Presidente, tenho rápidas indagações a fazer ao Ministro. Início afirmando que a estratégia de desenvolvimento a longo prazo do Governo Federal estabelece um horizonte, tanto para os orçamentos, quanto para o Plano Plurianual. Se considerarmos, Sr. Ministro, o plano em grandes números, ele faz a seguinte distribuição: orçamento fiscal e da seguridade, 1 trilhão, 367 bilhões; investimentos das estatais, 143 bilhões.

Porém, o Governo Federal estipulou na Lei Orçamentária para 2004 apenas 7 bilhões de investimentos. Aí eu pergunto, Sr. Ministro, como se pretende executar o previsto no PPA diante do que está colocado como previsão? Acerca desses 7 bilhões, ainda faço a seguinte pergunta: no tocante à complementação dos recursos pela iniciativa privada, quais as garantias que temos? Na verdade, essa abordagem fica muito solta em função de que o próprio PPA não tem ainda critérios estabelecidos de implantação.

Eu queria que V.Exa. discorresse um pouco mais sobre como se darão esses investimentos previstos e de que forma, não havendo, digamos assim, um Plano B.

De igual forma, a lei orçamentária projeta um aumento de 7% nas despesas da área social. Eu pergunto, Sr. Ministro, se esse aumento é nominal ou é real. Sete bilhões. Está descontada a perspectiva de inflação?

;

Uma terceira indagação. Foi perguntado sobre o possível reajuste do salário mínimo — eu não ouvi a resposta — mas eu queria ter informação a respeito do salário do servidor público federal. Como o Governo está prevendo o gasto com o aumento do salário do servidor público. Eu li uma projeção de, pelo menos, 2,5% para o salário mínimo, que poderá vir a ser de 259 reais, o que, adianto desde logo, nós, do PFL, achamos muito pouco.

Sr. Ministro, algumas perguntas que eu iria formular V.Exa. já as respondeu. Inclusive no que diz respeito ao Fundo de Combate à Pobreza, eu divirjo do Deputado Darcísio Perondi do Deputado Rafael Guerra. V.Exa. está certo em assegurar que os recursos oriundos do Fundo não são especificamente para, digamos assim, serem investidos na Saúde, excluindo a parte, por exemplo, da FUNASA.

Na verdade, tivemos no passado o Projeto Alvorada, que aplicou recursos do Fundo de Combate à Pobreza na construção de sanitários e sistemas de abastecimento de água em comunidades carentes. Então, o recurso do Fundo de Combate à Pobreza pode sim, ser utilizado para despesas como foi feito e como está sendo feito, inclusive, com relação ao Projeto Alvorada, com restos a pagar, e nós pedimos a V.Exa. que proceda a estudos para ver se, ao final do ano, atingido o superávit, esses serem recursos liberados.

Por outro lado, Sr. Ministro, não ficou claro para mim como será tapado o rombo previsto com a reforma tributária. Quando o orçamento e o PPA foram enviados, a reforma estava em discussão, foi aprovada em primeiro turno na Câmara, deverá sê-lo no segundo turno e seguirá para o Senado. Porém, Sr. Ministro, não estamos vendo claramente de onde virão os recursos em razão das emendas que foram introduzidas, recursos da CIDE, Fundo de Compensação, etc.

Eu gostaria de saber como V.Exa. objetivamente analisa essa questão, e não sei se é em virtude disso que o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, já anda declarando em entrevistas à imprensa que só interessa ao Governo aprovar a DRU, a CPMF e diminuir as alíquotas de ICMS, talvez, antevendo — quem sabe? — uma situação irresolúvel. Portanto, V.Exa. nos dá a oportunidade de saber como o Governo analisa essa questão.

Para concluir, Sr. Presidente. Confrontando, Sr. Ministro, em termos reais, os valores da lei orçamentária de 2003 com a de 2004, observamos uma redução de quase 30% no orçamento para a Região Nordeste, e se levarmos em consideração os valores relativos a investimentos, a redução percebida no orçamento é de 22%. Ainda em relação a investimentos, a Região Norte perde 21% comparativamente à lei orçamentária de 2003.

Eu gostaria, então, que V.Exa. desse algumas explicações com referência à redução de investimentos no Norte e no Nordeste, regiões que precisam, sim, de mais investimentos e não de corte de investimentos.

Faço essas indagações a V.Exa. e agradeço à Mesa a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Passo a palavra agora ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Srs. Secretários, Sr. Relator Jorge Bittar, sobre o questionamento aqui levantado em relação à Saúde, é claro que temos de discutir, mas, nesta oportunidade, quero só fazer um breve comentário. A Saúde no Brasil não pode ser vista apenas pela ótica hospitalar. Precisamos, de fato, de ações básicas de saúde no Brasil e pensar, em saúde de forma universal, através do Sistema Único de Saúde.

E, pensando dessa forma, o Fome Zero é um instrumento eficiente para fazer saúde no Brasil. Precisamos fazer esse debate com concepções ideológicas. Há um novo Governo, há um novo jeito de administrar, há uma nova estratégia de investimentos social e de concepção social neste País.

Sr. Ministro, eu quero, em primeiro lugar, elogiar o detalhamento do PPA, fazer uma espécie de contraditório com aquilo que foi levantado aqui. Sou Deputado Federal pela primeira vez, e, analisando o detalhamento do PPA anterior, vejo que este discrimina investimentos de recursos e as metas de uma forma extraordinária e fica muito mais fácil para nós, inclusive, organizar orçamento e a acompanhar a sua futura aplicação. Então, elogio V.Exa. pelo detalhamento feito no PPA.

;

A segunda questão diz respeito à consulta qualificada. Apesar de ser um sonho um dia poder fazer uma espécie de orçamento participativo federal, a participação trouxe para o bojo do orçamento debates sociais diferentes, demandas sociais diferentes e demandas reprimidas de regiões e Estados brasileiros que não eram consultados. Isso tudo está na proposta orçamentária, no planejamento futuro do Governo e vem ao encontro de um projeto popular de governo que qualifica essa ação no seio da sociedade brasileira.

Nesse sentido, não tenho dúvida de que ela propõe um Estado forte e o reorganiza, propõe um Estado propositivo, fiscalizador e investidor em áreas sociais. Quando elege a saúde como prioridade número 1, quando elege a educação como prioridade número 2 ou quando investe nas áreas estruturantes, o Governo pensa num novo marco econômico, porque pensar um novo modelo econômico é pensar também no desenvolvimento social humano.

Não dá para continuarmos com 20 milhões de analfabetos no Brasil se quisermos repensar um novo marco econômico. Precisa alfabetizar, sim, a fim inclusive de qualificar a mão-de-obra para o futuro. Para a mão-de-obra ter acesso ao mercado de trabalho no futuro precisa se alfabetizar, o Brasil precisa, de fato, pôr em prática o Fome Zero, o Fundo de Combate à Pobreza e todas as ações possíveis para que o cidadão se sinta incluído nesse processo.

Vivemos nos últimos anos sob uma política monetarista que buscou construir um Estado mínimo, que buscou enxugar a máquina administrativa para fazer face ao endividamento interno e externo brasileiro. Basta ver que nossa balança comercial, nos últimos anos, foi extremamente negativa. Esse saldo positivo neste primeiro ano traz também, de certa forma, uma preocupação para o Governo brasileiro, é claro, porque o setor produtivo nacional foi desmantelado. Temos, a partir daí, uma capacidade excedente na nossa produção interna. E parece-me que a preocupação do Governo é aumentar o consumo ano que vem. Algumas ações são importantes, como a geração de emprego, a distribuição de renda — ontem inclusive houve o lançamento de linha de financiamento para a linha branca — o próprio Programa Fome Zero, a desoneração dos produtos da cesta básica, por meio da reforma tributária, o microcrédito e várias outras iniciativas. Nesse sentido, Sr. Ministro, há uma contradição que eu gostaria de entender melhor, e com certeza V.Exa. tem a resposta. Estamos construindo um novo marco econômico, saindo desse modelo monetarista e, digamos assim, entrando num modelo que proporciona o crescimento econômico da Nação brasileira. Nosso sistema produtivo está desmantelado? Será que vamos dar conta do aumento do consumo com o crescimento econômico e o controle da inflação em 5,5%, proposto para o próximo ano? Temos segurança nesse índice inflacionário? Estamos construindo uma transição desse modelo. E o crescimento econômico, para o próximo ano, é ousado e positivo. Creio que isso é possível. Mas temos o controle efetivo?

Outra questão importante, pensando no fortalecimento do Estado, é o aumento da arrecadação. Se a proposta da reforma tributária não aumenta a carga tributária proporcional, em âmbito nacional, desde que exonere alguns setores, isso leva ao equilíbrio. Quanto podemos ter seguro, com crescimento de 3,5%, na arrecadação no País? A meu ver, é preciso um incremento de receita na busca de um Estado forte, ou seja, dispor de recursos para fazer políticas públicas destinadas à sociedade e atender à demanda apresentada no PPA. E o incremento de receita, no meu entendimento, vem prioritariamente do crescimento econômico. Parece-me, então, que devemos entender isso melhor. Se a equipe do Ministério do Planejamento tem seguro essa arrecadação em relação ao crescimento econômico, o que representa hoje para Estados, Municípios e o Brasil como um todo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vou suspender por 3 minutos a reunião. O Ministro precisa dar um telefonema e, logo em seguida, retornará.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Reiniciando a reunião, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, vou extrapolar esse tempo, até porque ouvi atentamente V.Exa. manifestar-se por 17 minutos. Como sou disciplinado e quero que todos participem, inicio cumprimentando o Ministro e sua equipe e destacando a importância de o Estado brasileiro voltar a fazer planejamento de longo prazo. O modelo adotado no passado desarticulou o Estado que confiou muito no mercado —

;

inclusive o Presidente anterior sabe muito bem que o resultado dessa falta de planejamento levou ao apagão, ao crescimento da dívida pública a um valor absurdo que impõe muitas restrições fiscais ao crescimento econômico que se tem tentado, a muito custo, implementar.

Outra questão elogiável é o fato de que essa é a primeira vez, pelo que ouvi dos nossos colegas mais antigos, que a discussão do PPA está sendo feita de forma democrática nesta Casa, com a presença do Ministro, pois, no passado, a maioria não permitiu que fizesse um profundo debate sobre o PPA.

Estou ouvindo críticas ao PPA de Deputados que eram da Situação e hoje estão na Oposição. No passado, os que hoje estão Situação não tiveram a oportunidade de sentar *tête-à-tête* com o Ministro do Planejamento e fazer uma crítica democrática. Portanto, é elogiável essa nova situação, que aponta para um outro tipo de relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo.

A discussão preliminar do PPA, da qual participei, em Rondônia, envolveu quase 40 entidades da sociedade civil organizada, inclusive o MST, a FETAG, a CPT, as quais tiveram a oportunidade de saber, dentro do princípio de ampla discussão democrática, o que o Governo pensa em fazer no que se refere à reorganização do Estado brasileiro e de aplicação correta dos recursos públicos.

Ouvi atentamente observação feita por um colega Parlamentar acerca da Saúde no Brasil. Nesse ponto, concordo com a opinião de que não se pode pensar na saúde de maneira compartimentalizada, como se a saúde fosse simplesmente a saúde curativa, hospitalar. Boa parte das pessoas que procuram os hospitais públicos assim o fazem em virtude de desnutrição, ou porque não têm acesso à água tratada, ou porque não têm acesso a saneamento básico, situações que as levam a adquirir doenças.

Quando, porém, passamos a pensar na saúde de maneira integrada, ampliada, envolvendo outros valores e serviços de natureza pública, reduz-se muito o acesso ao hospital e, em consequência, diminui-se o gasto com a saúde curativa, passando o foco da ação governamental à saúde preventiva, que é, na verdade, a finalidade de uma política correta de Governo.

Há ainda uma outra questão muito importante no PPA que merece ser destacada. Eu li a peça apresentada com relação ao detalhamento. Aquilo que poderia ser uma crítica, eu, na verdade, elogio, porque ao se detalhar o PPA e compatibilizá-lo com o Orçamento, tira-se, e muito, o poder discricionário que poderia ter o Presidente, os Governos de não aplicar corretamente a verba pública.

Nós sabemos como é pesado nesta Casa o *lobby* na escolha de prioridades. Sabemos que, muitas vezes, devido a esses *lobbies* não se perpassa o interesse público. Muito dos interesses corporativos se manifestam nas leis que saem desta Casa, e nem sempre as leis que saem desta Casa atendem ao interesse público; na verdade, elas atendem ao interesse do grupo mais poderoso, do *lobby* mais forte que transmuda a vontade política em leis, e muitas vezes a lei não atende ao interesse da sociedade brasileira.

Sr. Ministro, a pergunta que eu faço neste momento é se no tocante à poupança interna — que do período de 2004 a 2007 aponta para o percentual de 19,26% em 2004 e permanece em 19,29% em 2007 — levou-se em consideração o aumento que poderia ter essa poupança interna com os fundos de pensão. Ou seja, caso se conclua a reforma da Previdência, esse fundo de previdência complementar não elevaria a poupança interna? Como no PPA não se aponta para uma variação da poupança interna, pergunto se foi levado em consideração a possibilidade de haver um crescimento da poupança interna em função do fundo complementar de previdência, previsto na reforma da Previdência.

A outra indagação que eu faço, como membro da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, é com relação aos recursos previstos para o setor. As diretrizes da área social contemplam a ampliação de recursos para a proteção das populações indígenas, principalmente para o fortalecimento da FUNAI? Hoje está ocorrendo na Câmara dos Deputados um seminário organizado pela Comissão da Amazônia em que se discute não só o fortalecimento da legislação de proteção aos povos indígenas, como também a ampliação das verbas públicas para garantir política efetiva na promoção e na sustentabilidade dos povos indígenas. Gostaria de saber se existe essa diretriz no programa.

;

Outra questão que levanto é sobre a sustentabilidade da Amazônia. Venho de uma região onde o desenvolvimento tem de estar pautados, porque não há harmonia entre a melhoria da qualidade de vida da população amazonense com respeito ao meio ambiente. Assim, gostaria de saber se as ações propostas no PPA apontariam no sentido dessa harmonização entre a melhoria da qualidade de vida, o crescimento econômico e uma ação integrada com o meio ambiente.

São as considerações que eu faço e aguardo, de maneira atenta, a resposta do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários, meus cumprimentos a todos. Devo confessar, Sr. Ministro, que quando V.Exa. iniciou sua exposição sobre a política macroeconômica, apresentando o quadro que aí está, em um primeiro momento pareceu-me que eu estava vendo o Ministro Malan. Mas também devo confessar que, no momento seguinte, percebi que não era o Ministro Malan. O Ministro Malan e o Ministro Martus eram muito mais ousados.

O que vi foi que V.Exas. atacaram o efeito Lula, que aumentou a inflação, o Risco Brasil, o dólar. Mas isso foi efeito eleitoral. A postura que o PT adotava historicamente levou a esse fato de repercussão econômica. E V.Exas. atacaram esse efeito de forma muito ortodoxa, a ponto de estarmos chegando a uma Taxa SELIC de 20% para outubro deste ano, quando, um ano atrás, mesmo no pico da campanha eleitoral, ela era menos de 20%. Mas essa é a estratégia macroeconômica que V.Exa. adotou e já expôs aqui.

Em um segundo momento, V.Exa. fez a exposição sobre o PPA. Enquanto estava fazendo tal exposição, eu me lembrei da escritora americana Eleanor Porter, que lançou uma novela em 1912, intitulada Pollyanna. Essa novela relata a história de uma menina, cujo pai encomendou para o Natal uma boneca que ela estava pedindo há muito tempo. Ao receber o presente e abri-lo, ela verificou que não era uma boneca, mas um par de meias. Ela chora e reclama. O pai disse: *“Por que você está reclamando, Pollyanna?”* Ela responde: *“Porque eu esperava uma boneca.”* O pai disse: *“Mas você deve ficar satisfeita, porque não precisa usar o par de meias.”* Cria-se, a partir daí, a figura de Pollyanna como o jogo do contente.

Quando vi V.Exa. fazer a exposição, lembrei-me de Pollyanna. Neste momento, diria que V.Exa. parece a Pollyanna, fazendo o jogo do contente. Ora, no início do seu período de Ministro, V.Exa. disse que o valor de 1,1 trilhão do PPA anterior era uma fantasia, não existia, era uma brincadeira. Mas agora apresenta um PPA de 1,85 trilhão, que deve corresponder, aproximadamente, a 1,1 trilhão, aplicado algum índice de inflação.

Mas V.Exa., fazendo o jogo da Pollyanna, disse: *“nesses 4 anos vamos eliminar a fome e o analfabetismo, vamos dar água ao Nordeste e fazer a mudança da matriz de transporte”*. V.Exa. não disse que vamos eliminar parte da fome, que já é um percentual expressivo. Isso tudo é o jogo da Pollyanna, Sr. Ministro. Isso não existe, é uma fantasia. Vamos aplaudir, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Goldman, V.Exa. está imitando o Presidente Lula, que faz metáforas e usa as figuras dessa maneira. Eu preferiria que V.Exa. se limitasse ao assunto ora em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, nunca admiti censura na minha vida, nem no período da ditadura, nem vou admitir. Não estou ofendendo ninguém. Estou fazendo uma exposição que no Parlamento é muito comum, sem nenhuma ofensa, com todo respeito ao Ministro, que é um homem sério. Aliás, conheço S.Exa. muito antes de ser Ministro. Como economista há muito tempo leio seu material. Li inclusive debates por ele coordenados, com a participação de economistas conhecidos, como o Ministro Serra, por exemplo. Eu o respeito muito, mas acho que, neste momento, está fazendo um jogo, que a mim lembrou o jogo do contente, que é a história da Pollyanna.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, no Orçamento existe uma série de despesas sem recursos correspondentes, e não são poucos. A compensação pela constitucionalização da Lei Kandir, além dos 3,9 bilhões, que estão no Orçamento deste ano e que no do próximo ano não aparecem, há o acordo feito neste Congresso, aprovado já. V.Exa. diz: *“Mas, quando fiz o Orçamento, não sabia.”* Ora, mas V.Exa. colocou nesse mesmo Orçamento 4,4 de

;

COFINS sobre importação, que também foi aprovado recentemente. O acordo feito no Congresso, pelo levantamento da Assessoria, obriga-nos a ter 6 bilhões de compensação da Lei Kandir ou pelo menos 3,9 bilhões, que já existiam no Orçamento deste ano, e não há nenhuma razão para não existirem.

A partilha da CIDE é de 1,66 bilhão; a do financiamento do desenvolvimento regional, de 1,75; a do Fundo Constitucional do Distrito Federal, de 0,20. As emendas da saúde e do fundo da pobreza são constitucionais. V.Exa. utilizou o mesmo recurso para cobrir duas emendas constitucionais, duas destinações constitucionais, isto é, 3,57, e diz que isso não é inconstitucional! Então, cria-se uma emenda constitucional para atacar a pobreza. Na realidade, utilizamos recursos, sim, para a saúde, mas como adicionais à emenda da saúde, não como um cobrindo o outro, utilizando o mesmo cobertor para duas atividades.

A sentença judicial é transitada em julgado. Como entrar com uma ação contra isso depois de transitado em julgado? Qual a perspectiva de vencer? Isso não consta? Somando tudo, dá 15,27 bilhões. Eu não sei como o Deputado Jorge Bittar vai se virar para fechar 15,27 bilhões, levando em conta 4,4 de receita consignada da COFINS.

E o salário mínimo, Sr. Presidente? O Presidente Lula reafirmou este ano que vai dar 100% de aumento real — repito: 100% de aumento real — até o final do seu governo. Já deu menos de 2%. Neste Orçamento, com o novo valor do salário mínimo, a repercussão na Previdência é de 7,8%. Provavelmente será o próximo índice de inflação. Portanto, o aumento real previsto é zero, e ainda há o compromisso do Presidente de dar 100% de aumento real. Não somos nós que estamos prometendo isso.

Como o Deputado Jorge Bittar vai conseguir esse percentual no meio dessa dificuldade? E como o Presidente assume esse compromisso perante a população? S.Exa. reafirmou isso este ano: 100% de aumento real. E agora, no Orçamento, vem zero! São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Amir Lando) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, já falaram 4, agora o Ministro teria de falar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Deputado João Magno, trocando com o Leonardo, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para fechar o primeiro bloco, concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de maneira didática, tivemos a oportunidade de assistir à exposição do Ministro Guido Mantega. S.Exa. analisou os aspectos, os detalhes, explicitou eventuais dúvidas seja na área do Orçamento, da lei orçamentária, seja do Plano Plurianual de Investimentos.

S.Exa. mostrou com realismo a disponibilidade nas atuais circunstâncias. Ninguém pode fazer milagres em termos de orçamento. Temos uma receita que está visível como fonte e que chega a um valor global de 400 bilhões. Desses, 60 bilhões são repasses obrigatórios aos Estados e Municípios. O que nos resta? Trezentos e quarenta bilhões. Desses, 124 estão comprometidos com a Previdência e mais 117 como amortização e pagamento de juros da dívida. São 2 pontos que, de certa forma, encurtam a capacidade de investimento. Mais que isso: encurtam o Orçamento. Os demais Ministérios não dispõem de todas as ações de governo mais de 100 bilhões.

Vamos ter capacidade de inventar ou até de visionar? Como podemos alvitrar novas fontes de receita? Isso é impossível. Não vamos aumentar a carga tributária nem criar um imposto novo, nem, de maneira escamoteada, aumentar 1% da carga tributária ao ano.

Como Relator-Geral do Orçamento tive oportunidade de trabalhar diretamente com o Deputado Alberto Goldman. Eficientíssimo na condução da Comissão de Orçamento, rigoroso, muito rigoroso, como quer o nobre Deputado, na condução, sobretudo do tempo, na tramitação. Aquele foi o momento em que realizamos inclusive inovações importantes: pela primeira vez, consignamos recursos para o salário mínimo com previsão no Orçamento. Acho que o grande ganho naquele momento, nobre Deputado Goldman, foi conseguirmos o uso dos dados da movimentação financeira da pessoa física e jurídica para fins fiscais.

;

É preciso que se registre que não houve qualquer abuso, qualquer desvio, nem perseguição política, nem uso indevido desses elementos que a Receita conquistou para controle da correta aplicação da lei tributária, principalmente verificar se estavam ou não sendo cumpridas as obrigações tributárias.

Entendo que fizemos essa inovação. Mas vejo que V.Exa. hoje, nobre Deputado Goldman — cito-o pessoalmente para elogiá-lo —, com veemência, exige mais do que se possa dar. E V.Exa. sabe mais do que ninguém das restrições que temos em termos de Orçamento, sobretudo neste momento em que vivemos uma crise — não vou repetir os indicadores macroeconômicos, porque tanto V.Exa. como esta Casa o conhecem.

Há um esforço brutal do Governo, inclusive um pedido de sacrifício à Nação, para retomarmos o desenvolvimento econômico e social. Neste momento há um esforço, um apelo, e não podemos, diante das necessidades da Pátria, negar nossa contribuição. E o Governo está exigindo que olhemos o Brasil para a frente, a fim de recuperar o desenvolvimento econômico e social, talvez no próximo exercício ou ainda no curso deste, com geração de emprego e renda, o que proporcionará a felicidade da população. Falo não de um sonho nem de nenhum espetáculo, mas da necessidade imperiosa do desenvolvimento.

Por isso, saliento que este é um PPA participativo. Foram realizadas 27 audiências, uma em cada Estado da Federação, onde a sociedade civil, os Governos Estaduais, as Assembléias, as instituições públicas, os Prefeitos foram ouvidos.

Estão aí as particularidades do PPA que fogem um pouco das generalizações a que estávamos acostumados. É evidente que podemos alterar a quantidade, é uma demanda geral, para facilitar a execução. Há artigos neste particular que precisamos estudar, para desobstruir o caminho do PPA e torná-lo mais flexível. Vamos examinar tudo isso. É essa a soberania absoluta do Congresso representada nesta Comissão Mista.

Nobre Presidente, não estamos aqui no espetáculo do jogo do contente que se imagina. Pelo contrário. Estamos no jogo do sacrifício, do realismo, das dificuldades que assombram o País. Nesse esforço geral, todos nós, da Oposição e do Situação, usando inclusive a grande imantação popular, buscamos um país que realmente olhe para dentro, que conquiste o mercado interno, enfim, que seja do povo brasileiro. Somos mais de 175 milhões de pessoas. Na medida em que incluirmos os que formam essa grande massa de exclusão social, vamos, com absoluta certeza, aumentar nossa capacidade de mercado, de gerar bens, de gerar o futuro, proporcionando felicidade a todos. Será, sobretudo, um sonho realizado. Planejar é inventar o futuro. Todos juntos temos de sonhar, para que o sonho se torne realidade. E vamos, inventando o futuro, buscar a felicidade, o idealismo, que é o que tanto o PPS como a lei orçamentária fazem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Começarei respondendo às indagações do Deputado Claudio Cajado, que não está mais na sala.

Indaga S.Exa. sobre a questão do horizonte estabelecido no Plano Plurianual. De fato, procuramos estabelecer uma estratégia de longo prazo, um horizonte de longo prazo, e coordenar as ações de governo nessa direção.

O País não pode viver pensando somente no curto prazo, como viveu durante muito tempo, pensando apenas no dia-a-dia. Temos de ter perspectiva de longo prazo, para orientar a Nação, os investimentos, os esforços do setor privado, do setor público, para obtenção de determinados objetivos de longo prazo. E procuramos reintroduzir isso no País com o Plano Plurianual.

O Plano Plurianual é um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Estamos reintroduzindo o planejamento que há muito tempo estava afastado do País.

O Deputado diz que os recursos próprios que estão alocados no Plano Plurianual para o ano de 2004 são de 7 bilhões de investimentos. De fato, S.Exa. tem razão. É uma cifra pequena em termos de capacidade de investimentos, mas ao longo dos próximos anos do Plano Plurianual esses recursos estão crescentes porque a situação fiscal vai melhorar, a partir do próprio crescimento do País e não a partir de aumento de tributos. É o crescimento que cria um círculo virtuoso, aumenta os recursos que o Estado tem disponíveis para fazer investimentos nas áreas de infra-estrutura e social.

;

Além disso, nesse plano de longo prazo estão previstos investimentos e atração de investimentos do setor privado, diante da escassez de recursos do setor público. E essa escassez vai melhorar, mas nunca poderemos chegar à situação do passado, como, por exemplo, do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, quando o Estado se dava ao luxo de responder por 13% de toda a formação bruta de capital fixo, ou seja, 13% dos mais de 20% de investimentos. Não há mais essa possibilidade. Então, o Estado tem de desenvolver mecanismos para atrair o setor privado.

Quando colocamos no Plano Plurianual a possibilidade de parcerias com o setor privado, a idéia não saiu da nossa fértil imaginação, nem dos nossos técnicos. Fizemos contatos com o setor privado, consultamos entidades de classe — a ABDIB, a FIESP e outras —, que demonstraram interesse, sim, em participar de projetos como construção de rodovias, construção de hidrelétricas e obras de infra-estrutura.

Então, não é apenas o que os ingleses chamaram de *wishfull thinking*, um desejo de que haja investimento do setor privado, mas é a partir da consulta e do interesse de setores que hoje estão estagnados. O setor de construção está parado, assim como o de bens de capital. Eles recebem com grande alegria a possibilidade de realizar, em conjunto, projetos de grande magnitude. E nesse sentido estamos desenvolvendo instrumento que será muito útil para viabilizar essas parcerias: o projeto PPP — Parcerias Público-Privadas. Esse instrumento será encaminhado a esta Casa, em breve, e possibilitará um raio maior de parcerias com o setor privado. As obras, os projetos que não têm rentabilidade própria no primeiro momento, e o Estado tem de viabilizá-las, adquirirão capacidade de rendimento próprio e passarão a caminhar com seus próprios pés.

Com isso, poderemos atrair o setor privado, ampliar o raio de ação do Estado, indicar projetos — em áreas em que o mercado não faz essa indicação, será um instrumento muito útil.

Quanto à questão do salário do servidor público, estamos prevendo no Orçamento de 2004 um aumento de gastos na folha de pagamento da ordem de 5 bilhões e 400, se não me engano, que servirão para cobrir as despesas adicionais. Isso já engloba reestruturação de carreiras, aumento salarial, outros benefícios que estão sendo negociados com os próprios servidores.

Neste ano, instituímos uma comissão permanente, um canal permanente, composta de representantes dos trabalhadores e dos sindicatos. Pela primeira vez há um diálogo entre Governo e trabalhadores. Outros governos não abriam nenhum tipo de diálogo. Os servidores sentam-se com uma comissão de representantes dos Ministros e discutem os benefícios que poderão ser-lhes concedidos, tais como reestruturação de carreiras, realização de concursos, fortalecimento da profissão. É nesse fórum que será discutido o aumento dos servidores. Então, não posso antecipar nada e queimar uma discussão muito produtiva, que já está sendo realizada. Há recursos para conceder aumento aos servidores, mas depende da alocação entre benefícios de fortalecimento da carreira, área de saúde, de alimentação e o aumento de salários propriamente dito.

“Há uma suposta redução de investimentos no Nordeste?” Não há essa redução. O Deputado tomou como base a lei orçamentária de 2003 e não os recursos efetivamente disponíveis. S.Exa. comparou 2004 com 2003, tomando como base a lei orçamentária de 2003, cujos recursos não existem, porque uma parte foi contingenciada. Então, os recursos disponíveis são os da lei menos o contingenciamento. Esses são os recursos realmente despendidos no Nordeste neste ano — não só no Nordeste, como em outras áreas. É esse o parâmetro que tem de ser comparado com os gastos a serem efetivados em 2004, que são superiores para o Nordeste e outras áreas carentes do País.

O Deputado Vignatti menciona a importância do detalhamento do PPA, de forma a permitir visualizar mais facilmente as demandas da sociedade. De fato, Deputado, posso afirmar que foi mais ampla possível essa consulta à sociedade brasileira, que, pela primeira vez, encontrou canais de participação, o que é difícil. V.Exa. imagina realizar consultas, num país como o Brasil, que é continental, enorme. Realizamos 27 fóruns regionais, dos quais todos os Ministros participaram, todos foram escalados para participar. Portanto, o Governo participou. Em outros Planos Plurianuais o próprio Governo não participava. Os Ministros do Planejamento e da Fazenda faziam os planos e os outros ficavam sabendo

depois. Os Ministérios participaram de todos os fóruns, discutiram intensamente. Portanto, estão envolvidos.

O importante de se fazer uma consulta ampla é que não é um plano do Governo. É um planejamento da sociedade, que vai participar, cobrar a aplicação dos recursos. É, portanto, um grande avanço nos instrumentos democráticos de participação do País.

As prioridades sociais são nítidas no programa. Mesmo que haja poucos recursos, eles foram alocados prioritariamente na área social, na área de saúde, educação, etc.

Se a nossa estratégia econômica for bem-sucedida, teremos mais recursos ainda no futuro. Estamos fazendo todo esforço para viabilizar um crescimento vigoroso da economia brasileira. Há uma preocupação de aumentar a nossa participação no mercado externo para diminuir a nossa vulnerabilidade, que é o nosso flanco, o nosso ponto frágil, ao longo de todos esses anos, que nos submeteu a crises internacionais.

Mas isso não exclui o fortalecimento do mercado interno. Pelo contrário. Criar um mercado de massa no País é uma meta muito importante. Estamos fazendo um conjunto de ações de governo, de modo a criar um mercado de massa, que dará vigor a um novo modelo econômico. E nós já estamos tomando medidas para fortalecer o consumo das famílias de baixa renda, da pequena e média empresa e assim por diante.

De fato, estamos tentando um novo marco econômico no País, que vai viabilizar, sim, a compatibilização entre estabilidade e crescimento. Não há incompatibilidade. A questão de que não se pode crescer muito senão vem a inflação foi apresentada pelos liberais. Depende da situação. Há situação em que não se cresce, gerando-se somente inflação. Então, não há nenhuma incompatibilidade. É claro que, para isso, é preciso tomar as medidas certas, fazer o saneamento adequado, controlar a inflação em bases sólidas. Com isso, será possível crescer e ao mesmo tempo manter a inflação sob controle.

O Deputado Eduardo Valverde também mencionou a importância de reintroduzir o planejamento de longo prazo. O Brasil é um país de longa tradição de planejamento, que no período neoliberal foi abandonada, o que trouxe prejuízos ao País. Foi o período em que houve menos crescimento. Podemos questionar o planejamento passado, dizendo que era intervencionista, que os militares faziam um monte de besteiras e tudo o mais. De fato, há várias críticas a serem feitas. Mas foi muito mais eficaz do que o período posterior, em que o País deixou de fazer planejamento, deixou de crescer, deixou de se desenvolver.

O novo planejamento é moderno, tem a participação da sociedade, é descentralizado, respeita a natureza federativa do País, tem a participação dos vários níveis de governo. Isso significa, sim, reorganização do Estado. Estamos reorganizando, reestruturando o Estado, que se havia deteriorado no passado, havia sofrido um processo de esvaziamento. O Estado tem que ser forte. Ele não precisa ser grande, mas tem de ser forte, de modo a exercer o seu papel: fazer planejamento, combater as desigualdades sociais e as desigualdades regionais, porque isso o mercado não faz. Tem que haver a mão do Estado para fazer isso.

Em relação à poupança interna, o senhor examinou a série de poupança interna que apresentamos. Concordo que é até meio conservadora, e que se pode ter um nível de poupança interna maior do que a que os técnicos colocaram na mensagem, e que a meu ver é modesta. Procuramos ser mais comedidos. É melhor ser mais modesto para depois conseguir um patamar maior. Temos a possibilidade, sim, de aumentar consideravelmente a poupança interna. Os fundos complementares são importantes para isso. Outras ações também estão sendo pensadas no âmbito do mercado de capitais, como a criação de fundos específicos de financiamento. Vamos dinamizar o mercado de capitais e amplificar a poupança interna. A poupança interna tem que predominar em relação à poupança externa, invertendo o modelo que predominou no passado. Isso é perfeitamente possível.

Quanto à questão dos povos indígenas e da sustentabilidade da Amazônia, vários fundos estão sendo criados no Orçamento para beneficiar essa região do País. Para atendimento aos povos indígenas, há recursos de 188 milhões previstos no Orçamento. E para demarcação e meio ambiente, 63 milhões. Além disso, essas áreas serão beneficiadas pelas ações que o Governo está planejando. Para a área norte do País, que possui muitos povos indígenas ainda, e para a região amazônica, há várias ações. Não tenho tempo para descrevê-las, mas nessa região muitos habitantes não têm energia elétrica. Há o plano de eletrificação, que vai levar energia elétrica para a maioria dos domicílios ao longo de 3 ou 4 anos. Haverá também o fornecimento de água, de meios de comunicação, etc. Várias

;

rodovias e ferrovias serão construídas nessa região, o que beneficiará esses povos que o senhor mencionou.

O Deputado Alberto Goldman fez algumas ponderações, dizendo que o Ministro Pedro Malan era mais ousado do que eu ou o nosso Governo. Devo reconhecer, Deputado, que o senhor tem razão. Ele era mais ousado. Precisou de muita ousadia para manter o câmbio fixo no País engessado ao longo de 4 anos. Precisou de muita ousadia para duplicar a dívida pública brasileira, que saiu de 30% para 60% do PIB, quase quebrando o Estado brasileiro. Em relação à taxa de juros, então, nem há comparação. A ousadia dele era muito maior do que a nossa. Dou mãos à palmatória aqui, porque ele praticava taxas de juros de 40%, 50% e 60%. Foi o período em que o Brasil praticou os maiores juros da terra. Ele nos deixou ainda, de saída, um...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Agora já estão ganhando.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não estamos ganhando não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, V.Exa. terá direito a falar depois.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Recebemos de presente uma situação de quase moratória. O Brasil estava, no ano passado, à beira da moratória. Não fomos nós que criamos a moratória. Então, diria que realmente me curvo à ousadia dele, que foi muito maior. Ele fez ouvidos moucos a todas as críticas da Oposição sobre essas questões.

A respeito do câmbio fixo, nós nos cansamos de dizer que era um equívoco, desde 1994, quando essa modalidade foi adotada. Dissemos que isso ia nos levar a crises sucessivas. E, no Brasil, houve pelo menos 5 crises em razão dessa ousadia cometida por um governo que voltou as costas para a questão da vulnerabilidade externa. Naquele tempo, dizia-se que quanto maior o déficit de transações correntes, melhor para o País. É um absurdo, um disparate dito com ousadia por ele e por aquele outro, Presidente do Banco Central, que também era tão ousado quanto o Ministro Pedro Malan. Talvez mais ousado ainda, porque às vezes o Ministro Pedro Malan se escondia atrás do Presidente do Banco Central.

Não queria olhar para o passado. Não fiz nenhum comentário a respeito aqui. O senhor percebeu. Não tratei de 2002. Temos que olhar para a frente. Erros foram cometidos. Vamos deixar isso para lá, porque não resolve nada ficarmos relembrando esse passado, aliás de triste memória, em que a economia brasileira cresceu à taxa baixíssima. Foram 8 anos de taxas ridículas de crescimento, talvez as menores da história do País, graças a essas ousadias cometidas, que estamos tendo de consertar.

Tivemos, sim, a coragem de aumentar a taxa de superávit primário. Não é algo fácil de fazer. Precisou de ousadia sim. E não foi o Fundo Monetário Internacional que nos impôs isso. Decidimos fazê-lo, para poder dar um fim a esse desequilíbrio que estava se formando na economia brasileira.

Mas nem o combate à inflação foi bem-feito neste País. Todo mundo dizia: "*Não, pelo menos conseguiu estabilizar*". Conseguiu estabilizar coisa nenhuma. Estávamos com 30% de inflação no fim do ano passado. Que estabilidade é essa? Então, nem crescimento nem estabilidade.

Realmente não gostaria de olhar pelo retrovisor. Vamos olhar para a frente. Os erros foram cometidos — repito —, mas vamos tentar saná-los e criar as condições para que este País retome o crescimento em bases sólidas, sem inflação.

E o senhor me desculpe. Fomos muito ousados sim. Houve as taxas de juros elevadas que tivemos de praticar para poder apagar esse incêndio com o aumento do superávit primário. São medidas evidentemente impopulares que tivemos de tomar e que deram um resultado surpreendente. Mostramos os dados em relação à essa questão.

Quanto ao Plano Plurianual, que ele é um conto de Pollyanna, acho que o senhor deve ter lido esse conto durante o Avanço Brasil. Então, está confundindo os planos. Durante o Avanço Brasil, de fato havia um conto de Pollyanna, porque foram apresentados projetos que não foram realizados. Então, garanto a V.Exa. que fizemos um programa mais modesto. Embora o número seja de 1,87 trilhão, é preciso deflacionar. Afinal, esse plano Avanço Brasil é de 2000. Os números são de 1999 e de 2000. Então, é preciso deflacionar. Quando o senhor olhar projetos de infra-estrutura e de participação no setor privado, verá que os nossos números são menores do que os que estavam no Avanço Brasil.

;

Garanto aos senhores, e verificaremos isso ao longo dos próximos anos, que boa parte do que está posto é exequível. Não colocamos nada que não possa ser executado. Podemos nos encontrar futuramente e dizer que há cerca de 20 milhões de analfabetos, que serão beneficiados por programas que já se estão iniciando. Com os recursos que existem, temos condição de realizar educação. Quando falamos em 100% de erradicação significa que se atingirmos 97%, há uma margem de 3% que será impossível ser atingida. Essa porcentagem está dentro dos conceitos internacionais em relação a países emergentes. É possível, sim, erradicar ou eliminar mais de 90% do índice de analfabetismo.

Existem programas de erradicação do analfabetismo que contam com o apoio da iniciativa privada, que está sendo chamada e é responsável pela execução de parte desses programas. Não é nenhuma meta ilusória que estamos estabelecendo.

A erradicação da fome também é possível. Não é possível a erradicação da pobreza. Não se pode tirar 50 milhões de pessoas da linha de pobreza, que corresponde à população de todo um país. Daremos atendimento a 50 milhões de pessoas com algum tipo de programa social que elevará o padrão de vida e garantirá a alimentação. O básico é a alimentação. As pessoas terão recursos para se alimentar. Se será 100% ou 99% não sei. Existe margem de erro. Mas o Programa de Transferência de Renda e Inclusão Social terá recursos para atender a 11 milhões e 400 mil pessoas. As contas já estão feitas. Poderá haver frustrações. As metas serão atingidas, se conseguirmos promover o crescimento sustentado e se a taxa de crescimento for da ordem de 3,5%, 4,5%. Projetamos taxa menor do que o Avança Brasil. Podem verificar que a projeção era maior no Avança Brasil.

Acreditamos que isso seja possível. Não é obra de ilusionismo. É realista. Teremos de ter um pouco de ousadia para estabelecer essa meta e persegui-la. E vamos persegui-la de todas as maneiras.

A auto-suficiência em petróleo é perfeitamente possível com os investimentos que a PETROBRAS está fazendo. São favas contadas. A PETROBRAS tem capacidade de investimento de 7 bilhões de dólares anuais. Fará novas unidades de refino. Esse plano é bastante realista. Foi modesto. Poderíamos ter incluído novas cifras. Conversamos com o setor privado, que está disposto a participar. É parceiro no crescimento e está interessado que o plano dê certo e que o crescimento seja implantado no País.

Quanto a eventuais despesas que não dispõem de recursos, posso dizer que fizemos o Orçamento com base no projeto de reforma tributária que conhecíamos, não com dispositivos criados e adicionados ao longo do tempo. De fato, o Fundo de Compensação dos Estados não está posto.

A COFINS já estava prevista no substitutivo. A CIDE não estava prevista. Procuramos, na medida do possível, colocar no projeto de lei as receitas condicionadas à reforma, mas que eram conhecidas. As que não eram conhecidas teremos de alocar agora. É um trabalho conjunto do Parlamento com o Executivo. Faremos esforço para a acomodação dessas receitas.

Com relação às sentenças judiciais, que na verdade são ações, nós já temos ações contrárias a elas. Já há ações nossas em curso para anulá-las, porque elas não têm efeito. Por isso há possibilidade de anulá-las. Precatórios já foram pagos. Então, é fácil anular esse tipo de questão.

No que diz respeito ao salário mínimo, o Presidente cumprirá sua promessa. S.Exa. não disse que a iria cumprir nos 2 primeiros anos. Portanto, ainda há 4 anos para cumpri-la. Não vamos nos antecipar.

Nos primeiros anos tivemos menos possibilidade de aumento, pelas dificuldades que todos sabem. Nos próximos anos, os aumentos serão maiores. Não há nada que nos faça acreditar que isso não será cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa me confirma a figura da Pollyanna. O salário mínimo foi confirmado agora. Realmente não foi em 4 anos. Não precisava ser nem no primeiro nem no segundo ano. O primeiro ano 2, segundo ano zero, terceiro e quarto anos teremos aumento real de 100%. Só pode ser efeito de Pollyanna. Esse efeito está confirmado até no Orçamento, que afirma que este ano teremos aumento do PIB de 1,8%.

;

Era a imagem que se tinha. O IPEA anunciou a previsão de 0,5% do aumento do PIB para este ano. Os números estão aí e demonstram o irrealismo disso.

O PT passou 4 anos atacando o Governo anterior, porque o superávit primário era de 3,25%, 3,5%, 3,75%. Ouvimos esse ataque durante 4 anos. Os senhores agora apresentam 4,25%. Fomos atacados não porque estávamos com números baixos, mas porque estávamos com números altos, porque o superávit era muito grande. V.Exa. chega e impõe número mais alto. O mínimo que se pode exigir é coerência com o discurso de todos esses anos que ouvimos dia e noite, de todos os Parlamentares, genericamente.

O Orçamento é uma suposição, é uma previsão. Não vejo como é possível sequer fechar o Orçamento este ano. Como nós, da Comissão, fecharemos o Orçamento diante dos compromissos assumidos pelo Governo na reforma tributária com o aumento de despesas? O Deputado Gilmar Machado disse que é para o ano que vem. Mas não foi esse o acordo feito aqui. A previsão da aprovação da reforma tributária é para este ano e para aplicar o ano que vem. Não é para aplicar em 2005, mas em 2004. A Lei Kandir estabelece 3,9%. Ela não é de hoje e estará em vigor, salvo engano, até 2005. Há 3,6 bilhões ou 3,9 bilhões que não foram incluídos. Como será possível fazer esse Orçamento? Ele não existe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Deputado Alberto Goldman, em relação ao superávit primário praticado pelo Governo anterior ele era inútil. O Governo praticava superávit primário alto, mas depois quebrava as contas do Estado com juros fantásticos. Era inútil, era um esforço que o País estava fazendo. Criticávamos o Governo por isso. Agora, sim, fazemos superávit primário e ajuste fiscal rigoroso para libertar a política monetária. O Governo anterior fazia política fiscal mais ou menos rigorosa, que não segurava a situação e, ao mesmo tempo, fazia uma política monetária rígida. Atirava em várias direções. Uma coisa anulava a outra.

Este Governo começou fazendo política fiscal rigorosa, tendo em vista o quadro dramático em que se encontrava o País, a fim de mudar a política monetária. Temos de diminuir a taxa de juros até um nível compatível com o crescimento. Dessa forma, ficará evidenciada a diferença de estratégia de política econômica que estávamos fazendo. A nossa política de superávit primário não impede o crescimento econômico. A política anterior impedia, colocava um freio no crescimento econômico, o que não haverá agora.

Quanto ao salário mínimo, havia 4,8 bilhões, e a despesa da Previdência com o aumento de 20% cresceu 9 bilhões. Portanto, não eram suficientes. Posso garantir que haverá aumento de salário real este ano sim. Não deverá ser expressivo, porque existem limites, claro, mas encontraremos os recursos no momento adequado, tendo em vista o comportamento da receita e da inflação, o que poderá facilitar. O Presidente Lula vai cumprir essa promessa.

No que se refere à Lei Kandir, de fato continua em vigor, mas não estabelece valores. Então, o valor pode ser zero. O valor até 2003 é de 3,9 bilhões, para 2004 pode ser zero. Não foi estabelecido valor.

As emendas da reforma tributária colocaram de fato o problema, que vamos ter de absorver, de aumento de despesas. Em conjunto com o Parlamento vamos encontrar uma maneira de melhor adequá-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento e parabenizo o Ministro Guido Mantega e toda a equipe econômica do Governo Lula pelo controle da crise, pela queda da inflação e pela confiança nos setores da sociedade.

Assumimos o Governo com o País em uma crise profunda, mas houve queda no Risco Brasil. Isso demonstra a diferença e a proposta do nosso Governo de acertar tanto na política econômica como no planejamento.

Destaco a forma como foi elaborado o Plano Plurianual — PPA: permitiu a participação popular. Houve realização de seminário no INESC com a participação de mais de 300 entidades do movimento social e popular; houve plenárias estaduais. No meu Estado, Minas Gerais, tivemos oportunidade de participar tanto da plenária geral como de

;

plenárias específicas setoriais, nas quais discutimos e demos contribuição para elaboração do Plano Plurianual.

No início da reunião, na parte da manhã, elaborei pergunta relacionada à reforma tributária. Minha preocupação era a influência da reforma tributária no Orçamento que estamos discutindo e iremos aprovar até o fim do ano. Das perguntas dos Deputados que me antecederam e das explicações de V.Exa. tirei várias dúvidas. A minha pergunta está respondida. Mas, se V.Exa. quiser, poderá completá-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento V.Exa. pelo empenho na realização deste debate, enriquecido pelas explicações do Ministro Guido Mantega.

Sr. Presidente, estava questionando a posição do PSDB e do PFL em criticar este Governo. O que é um período de 8 meses diante de uma realidade de 8 anos?

Não vou citar a questão crônica do câmbio e endividamento do País, tanto interno quanto externo. O mais crônico foi que este País não foi governado, não conseguiu resolver seus problemas. Foi presidido nos eventos internacionais. Este País conheceu seu Presidente nos eventos internacionais, através da televisão. Não o conheceu andando pelo interior do Nordeste, sobretudo do Piauí, e pelas regiões que vivem problemas crônicos. O PSDB e o PFL terão de fazer mea-culpa perante a população e não para nós.

Sr. Ministro, não estou aqui para bajulá-lo, até porque tenho algumas considerações críticas.

Quero saber qual é o real Orçamento. Não um orçamento ilusório. O extremamente importante para esta Comissão é começar pelo debate do PPA.

Espero que a proposta orçamentária para o próximo ano passe por amplos debates com a sociedade, sobretudo no que se refere à área de investimento.

Nós, do PT, valorizamos o Orçamento Participativo. Sabemos que não é um Município, não é um Estado, mas a União, e que cabe, ainda assim, o debate com a sociedade, a fim de captar seu anseio.

A equipe de V.Exa. tem desenvoltura, capacidade para se sentar com a população para explicar-lhe a técnica de formulação de um orçamento. A sociedade tem anseios e problemas diários.

Gostaria de fazer um apelo a V.Exa. em relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Tive de ausentar-me quando o Senador Paulo Octávio usava da palavra, porque fui dar uma entrevista fora da Câmara.

Na reunião entre V.Exa. e a bancada do Distrito Federal foi entregue uma planilha. Não sei se ela está correta, porque foi feita outra planilha e identificada variação da receita corrente líquida na faixa de 18,82, se não me engano, quando foi corrigido em 13%. Nos meus cálculos, confere com o relatório preliminar da Comissão, é na ordem de 200 milhões. Para o senhor ter idéia, havia sindicalistas ouvindo a sua exposição. Hoje os professores têm uma assembléia para deliberar sobre a greve. Então, o posicionamento, o mais rápido possível, do Ministério do Planejamento será decisivo para nós.

Sr. Ministro, diante da recente crise que a Argentina viveu de restabelecimento de relações com o Fundo Monetário Internacional, há possibilidade de essa negociação refletir nos próximos entendimentos do Brasil com o FMI?

O Governo, neste momento, retoma a valorização das suas empresas estatais não apenas no que diz respeito aos números de investimento, mas a uma política voltada à soberania nacional, sobretudo nos setores energético e petrolífero do País. Como o Ministério focaliza a retomada dos investimentos das empresas estatais brasileiras?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Sr. Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acompanhei atentamente a exposição do ilustre Ministro e vi que, pela primeira vez, temos, como já era esperado, inovações precisas, um orçamento caracterizado por um modelo de governo, por uma opção de governo, pela qual a sociedade brasileira trabalhou tantos anos para conquistar. Tanto o Orçamento quanto o PPA têm sido trabalhados numa linha

;

realista. Tive uma pequena experiência no Poder Executivo e sei o que é trabalhar com planejamento. Todo e qualquer planejamento tem uma rota, mas não se pode prever as tempestades que ocorrerão nela. Portanto, trata-se de peça que demanda margem adequada de flexibilidade.

Lamento que o Deputado Alberto Goldman, do PSDB, não se encontre neste plenário, porque S.Exa. tomou um tempo grande com o jogo da Pollyanna. Parece que S.Exa. desistiu de si próprio, no tempo do Governo do PSDB, para tentar colocar no Governo que estamos construindo. Buscamos precisar essa história do jogo do contente dentro de uma realidade, tanto no Orçamento quanto no PPA, trabalhar num espaço de terra arrasada — podemos dizer dessa maneira —, apontar um rumo para tirar o País dessa situação caótica, a curto prazo, e apontar, para médio e longo prazo, soluções concretas para os problemas que herdamos, que não são tão simples.

Sr. Presidente, lamento que alguns Deputados tenham usado 10 minutos do tempo e, inclusive, que tenham reapartado fora de hora e de ordem. Fiz uma questão de ordem, pedindo rigor. Serei breve, para não nos afastar da ordem adequada.

Ao Deputado Alberto Goldman, gostaria de dizer que essa história da Pollyanna deve ser aplicada ao que o Governo anterior fez nos últimos 8 anos em termos de infra-estrutura. Peguemos, por exemplo, as estradas federais, a situação de estrangulamento, precariedade, abandono e ausência de investimentos. Minas Gerais, que tem a maior malha rodoviária do Brasil, hoje está numa situação de perigo constante por falta de investimentos em infra-estrutura. A dívida, nesse período, saiu de 50 bilhões de dólares e foi para 700 bilhões. É ela que joga o Brasil no desemprego, na recessão. Agora, estão querendo que em 8 meses, 9 meses resolvamos tudo, num passe de mágica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deputado, ainda são reais, não são dólares.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. ainda está aqui. V.Exa. falará no horário adequado.

Inclusive observei o tom sarcástico com que foram feitas as considerações, porque, na verdade, elas encobrem o que está dentro, o conteúdo verdadeiro daquela história. Estamos na outra rota e não temos a presunção de dizer que estamos fazendo tudo certinho. Sabemos que vamos fazer algumas coisas que muitas vezes têm a ver com a limitação da mão humana, mas o que importa é que o rumo que estamos adotando é coerente. Se examinarmos a repercussão desse rumo diante do povo brasileiro, se avaliarmos a pessoa do Presidente Lula e o seu governo, veremos que o povo está sendo generoso conosco nas pesquisas de opinião e nos resultados concretos apontados.

Por isso quero dizer que, além da questão da dívida há a adequação do Estado brasileiro à exigência neoliberal, cuja responsabilidade é de autoria do PSDB. Vejamos pelo crivo moral a bandalheira que foi o resultado dos processos de privatização...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Magno, vamos nos ater ao tema da reunião, ou então seremos Pollyannas aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite, este é um debate interessante. Temos que mostrar a outra face da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado, trabalhamos pensando no amanhã. O que passou, acabou, não volta mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Mas é importante não perdermos a referência da história, Sr. Presidente. Senão, anula-se tudo o que aconteceu 8 anos atrás e passamos uma responsabilidade que não tivemos. Também cometemos erros quando éramos Oposição. Não quero eximir-me de eventuais falhas cometidas pelo Partido dos Trabalhadores, mas quero apontar para o fato de que o caminho que estamos desenvolvendo, o planejamento que o Dr. Guido Mantega está apresentando é realista, preciso e inovador; tem a participação do povo nas discussões, o que coroa, neste exato momento, a força de um governo, a força de um modelo. Isso é uma conquista da sociedade brasileira.

A aprovação que se está apresentando não é artificial, não é simplesmente retórica ou resultado de algum esforço de *marketing*. O povo brasileiro sente a segurança de um novo rumo no Governo Lula ao acompanhar a cotação do dólar, como foi dito nessa exposição. O dólar, que hoje está cotado a 2,90 reais, estava cotado a 4 reais. O Risco

;

Brasil, que alcançou 2.500 pontos, desceu para 655 pontos. O ilustre Deputado Alberto Goldman tenta nos responsabilizar pela bancarrota do processo eleitoral que tentou eleger o Serra, o que era uma química impossível porque o modelo do candidato do PSDB estava exaurido pelas próprias contradições e falhas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado João Magno, o tempo de V.Exa. está se esgotando.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, faço minhas considerações finais e agradeço a V.Exa. pela paciência. Esperei 4 horas para ter esse direito.

Ilustre Ministro, é importante estarmos atentos à questão da infra-estrutura. Talvez seja esta, depois da recessão e do desemprego, uma das questões mais graves que o Brasil está enfrentando hoje.

É urgente construir e reparar as estradas brasileiras. Minas Gerais tem 22% de toda malha rodoviária brasileira, a situação é gravíssima. Peço-lhe atenção especial para a duplicação da BR-381, que vai de Belo Horizonte a Governador Valadares. O Ministro Anderson Adauto anunciou o edital de licitação para elaboração do projeto técnico e é essencial que este eixo seja integrado, ligando Belo Horizonte à rodovia Rio/Bahia. Hoje essa é a estrada que mais mata e inibe o desenvolvimento econômico não só em Minas, mas em todo o Brasil.

Notei um crescimento muito modesto na parte de infra-estrutura, embora saiba que corresponde à realidade. É preciso olhar esse problema com muito carinho, especialmente para o ano de 2004, de forma a alavancar os recursos necessários. Pesquisas de vários órgãos que lidam com estradas federais demonstram que essa estrada é vital para o desenvolvimento econômico do Brasil e é onde mais ocorre acidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, Sr. Ministro, cumprimento V.Exa. pela exposição. É uma satisfação estarmos aqui para interpelá-lo sobre alguns assuntos que nos afligem.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não falarei do passado, mas do presente. Espero que esse superávit de 4,25% do PIB, que gerou a queda da produção industrial e do consumo e a perda de postos de trabalho, todo esse grave quadro que vivemos hoje, não se repita e não se agrave no futuro.

Minha maior preocupação neste momento é a intenção do Governo de unificar os programas sociais. O Governo tem manifestado reiteradas vezes a necessidade de integrar e estabelecer uma coordenação para esses programas. Além disso, V.Exa. diz que não podemos comparar o Orçamento deste ano com o do próximo ano, porque grande parte dele está contingenciada. Fica difícil fazer comparação com outro ano. Sabemos que, embora contingenciado o orçamento, e espero que esta não seja a norma, ao chegar ao fim do ano este Governo, que se diz inovador, atropelará esta Comissão com um conjunto de projetos de leis para ser votado, levando-nos a perder a perspectiva do que realmente foi gasto neste ano.

O Programa Fome Zero, que na minha opinião vem substituir o Projeto Alvorada, integra assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento e organização agrária. Chama a atenção o fato de que 51% desses recursos não estão regionalizados em 2004, e o partido de V.Exa., nesta Comissão, sempre teve essa preocupação. Entendemos que a descentralização é vital para a eficácia dos programas. Comparada ao ano passado, houve expressiva concentração desses recursos, que era de 37%, não permitindo dessa forma a regionalização tão reivindicada. Paralelamente, percebemos nesse conjunto de ações uma queda no Nordeste da ordem de 15%; no Sudeste, de 8,7%; e no Sul, de 8,8%; exceção feita ao Centro-Oeste, que permanece da mesma forma.

A segunda pergunta diz respeito ao Programa Fome Zero. Fica difícil para todos nós Senadores e para mim especialmente, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, acompanhar o desempenho do Programa Fome Zero, uma vez que nem no PPA nem na peça orçamentária existe qualquer indicação ou rubrica que se refira aos programas que o integram. A propósito, auditoria recente do TCU recomenda a necessidade de o Poder Executivo identificar no PPA 2004/2007, em rubrica orçamentária própria ou em quadro

;

anexo, cada uma das ações que mantêm correlação com o programa. Gostaria de saber se V.Exa. conhece essa recomendação do TCU e se a mesma foi atendida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho algumas observações a fazer sobre as diferenças citadas das verbas sem cobertura no Orçamento. Sei que V.Exa. já respondeu, vou deixar de mencioná-las, para não ser repetitivo.

O § 2º, do art. 5º, do texto da lei do PPA diz o seguinte: *“Cada projeto de lei de revisão anual acrescerá, a título de informação, um novo exercício físico financeiro à projeção plurianual”*. O que isso quer dizer? Que vamos votar o PPA do futuro mandato? O PT pretende fazer um PPA para o segundo mandato e já deixá-lo votado no Congresso? Gostaria de obter um esclarecimento sobre essa questão.

Há uma referência à distribuição de 2,4 milhões de uniformes para alunos carentes do ensino fundamental. É uma meta interessante. Gostaria que V.Exa. explicasse a lógica dessa nova proposta que se agrega às tarefas do Governo.

Em relação à questão da saúde, também já amplamente debatida, não vou insistir. A meta de redução do déficit habitacional em 25% para 2007 significa financiar 1,2 milhão de habitação. Regularização fundiária para população de baixa renda de 780 mil títulos. Não estou entendendo essas metas como compatíveis com as dos próprios Ministérios. O Ministério das Cidades não tem, na sua projeção própria, viabilização de recursos necessários para isso. Eventualmente, V.Exa. poderá estar pretendendo usar as companhias estaduais de habitação, mas gostaria de um esclarecimento sobre essa meta apresentada.

Quando V.Exa. fala de micro e pequenas empresas menciona *“apoio e incentivo a arranjos locais de 66 para 124. Aumenta a participação das micro e pequenas empresas na exportação de 10% para 20%”*. Está lógico. Isso é possível dentro de uma ação efetiva de financiamento dessas empresas. *“Aumento da oferta de crédito da microempresa em 2%, corresponde a 42 bilhões”* também é lógico. V.Exa. já comprovou que o BNDES agora está agindo com mais atenção. Não consegui entender o que se pretende dizer com *“apoio e incentivos a arranjos locais de 66 para 124”*. A meta da agricultura, safra de 150 milhões de toneladas de grãos, também considero possível de ser atingida, em função dessa capacidade de abrir novas fronteiras, mas não vejo, correspondentemente, investimentos em infraestrutura suficientes para sustentar o transporte de uma safra de 150 milhões de toneladas. A meta é incompatível com a crise advinda da atual pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, porque eles também vão exigir investimentos para seus assentamentos. Preocupa-me muito a questão da infra-estrutura. Não consegui ver recursos necessários para viabilizá-la. A área de transporte está mais razoável, embora eu também tenha diferenças, mas, devido ao adiantado da hora, não quero sobrecarregar V.Exa. com perguntas.

Faço uma consulta sobre a proposta de execução na área de auxílio à família na condição de pobreza, 2.645.500.000 reais, isso representa 8% do investimento da saúde, ou seja, 8% do investimento proposto na função saúde destina-se a combate à pobreza, a auxílio à família na condição pobreza extrema. Parece-me que há uma superposição, porque há recursos do Fundo da Pobreza alocados na área da saúde. Então, queria entender com clareza se o que se pretende é não agregar valores para não investir o percentual que a lei determina, ou se realmente o Ministério da Saúde vai tomar conta dessa questão do Fundo da Pobreza.

Em relação ao saneamento, a proposta do Executivo vem com 48 milhões para saneamento para 2004. Acho um valor extremamente pequeno, sendo que 29 milhões são para outros encargos e apenas 16 milhões para saneamento básico urbano. Então, tirei o extrato, estou realmente espantado. É um valor extremamente pequeno. Tínhamos 224 milhões no Orçamento de 2003 para saneamento, caiu para 16 milhões, o resto é para pagamento de encargos dos valores já assumidos.

Sr. Ministro, já havia consultado V.Exa. anteriormente sobre a publicação *Fundamentos da Política Econômica do Governo Lula*. V.Exa. fez uma palestra, e temos os dados desta palestra, que estamos usando sempre para comparação. Como isso foi falado

;

depois da eleição, imaginamos que já havia o desconto do entusiasmo da campanha eleitoral.

Então V.Exa. diz: *“Com relação às metas de inflação, um dos equívocos é determinar números rígidos, mirando muito baixo e achando que o Brasil pode ter taxas parecidas com as da Suíça, Alemanha ou Estados Unidos. Acontece que como País emergente ele tem mais pólos de estabilidade do que nações ricas. O próprio desequilíbrio das contas externas faz com que a taxa cambial tenda a oscilar mais do que a taxa dos países mais avançados”*.

Aqui há uma crítica que V.Exa. faz às tentativas que fizemos no Governo de Fernando Henrique, de baixar a inflação, de ter índices que chamamos civilizados de inflação abaixo de um dígito, mas V.Exa. diz que *“é um equívoco o Brasil determinar números rígidos mirando muito baixo”*.

Há uma incompatibilidade nesta visão em relação ao que está colocado no Plano Plurianual, que me parece são números de inflação civilizados.

Também quero voltar a discutir a questão dos miseráveis. O senhor diz: *“Ou seja, aproximadamente 44 milhões de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia. Essa é a população que vive abaixo da linha de pobreza”*.

Todos esses receberão um novo cartão, não lembro como se chama. *“Vamos extinguir o bolsa-escola, bolsa-alimentação, PET etc. e vamos criar um novo cartão”*.

Não sei a marca de propaganda desse cartão que os senhores pretendem implementar.

Esses 44 milhões receberão esses benefícios? Há suporte no Orçamento para isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Ministro, queria fazer rápidas perguntas, mas me sinto no dever — como primeiro Deputado a falar logo em seguida a essa magna intervenção do Deputado João Magno, que teve um tempo privilegiado e que o aproveitou bem para assacar uma série de acusações ao Governo anterior — de responder algumas dessas indagações. Peço a V.Exa. que me conceda uma pequenina parcela do tempo dado ao Deputado João Magno.

Os gráficos apresentados hoje pelo Sr. Ministro mostram com clareza que essa intervenção na economia, que precisou ser feita este ano, que fez com que as exigências do FMI fossem consideradas como frouxas, porque eles pediam 3%, 3,5% de superávit primário e foi dado 4,25%.

O compulsório obrigatório dos bancos retido foi altíssimo e a taxa de juros também chegou a valores muito altos, como preço pago não por herança maldita recebida. Os gráficos mostram muito bem que esses índices que agora estão voltando ao normal eram os dos anos de 2001 e 2002, no primeiro semestre.

O que ocorreu? No segundo semestre houve efeito em função das perspectivas de vencer as eleições um partido que durante toda a sua vida pregou o rompimento com o FMI, a moratória, a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, esse preço teve de ser pago agora para readquirir a confiança; é preço pago e não herança recebida do Governo anterior.

Portanto, ouvir hoje que receberam o Governo na antessala da moratória é algo que não tem nenhuma base científica e desmerece quem faz essas ponderações.

Temos tido sempre o cuidado de fazer crítica, pode ser até ácida, mas baseada sempre em fundamentos, no conhecimento sistematicamente adquirido. Pode ser que por isso a nossa crítica seja menos retumbante do que a do Deputado Darcísio Perondi, chamada belo brilhante Deputado Carlito de fogo amigo muito pior do que o fogo dos oposicionistas. Mas a realidade é que não podemos deixar passar críticas que não têm nada a ver com a economia desenvolvida no Governo anterior. Aliás, os gráficos mostram. Agora que se está retornando aos níveis de taxas de juros praticados no primeiro semestre do ano passado. Agora que se está retornando aos níveis de taxa de câmbio praticadas no primeiro semestre do ano passado. O câmbio explodiu no segundo semestre em função da perspectiva de ganhar o Governo, um partido que tinha feito todas essas promessas e que os brasileiros acreditavam que iriam cumprir as suas promessas, e os estrangeiros também pensaram que iria haver grande ruptura, que não houve afortunadamente.

;

Por isso, agora, que se volta aos patamares que eram praticados, não podemos admitir que seja dado como culpa do Governo anterior, inclusive dizer que foram pacotes amaldiçoados do Governo passado, foram embrulhos. Não houve nada disso.

Estamos hoje vivendo essa adequação e preparando-nos para o crescimento, em função, primeiro, de herança bendita da política agrícola praticada no Governo anterior, que permitiu essa explosão de passarmos, em poucos anos, de 70 milhões de toneladas de grãos para mais de 120, fruto de plantios dos governos anteriores. Este ano, não se plantou nenhum pé, a não ser a safrinha, e o Governo vai colher os louros de uma safra recorde.

Então, gostaria que as coisas fossem feitas com muita seriedade, sem imputar culpa a quem não tem. E acima de tudo baseando-se em dados, para que possamos elogiar quando o Governo merecer os elogios e criticar com base em números, em dados objetivos, aritméticos, matemáticos e não em subjetividades.

Quanto às perguntas, são muito rápidas, Sr. Ministro. O Orçamento Geral da União prevê um aumento de receita de 41 bilhões. Como vai se dar esse aumento de receita? É via crescimento da economia? Não bate com a revisão feita do crescimento do PIB deste ano, que vai ficar em menos de 1%. De menos de 1%, vamos dar um salto para 3,5% no ano que vem ou esse aumento virá de aumento da carga tributária?

Em todos os momentos, o Presidente da República e o Ministro Palocci negam que haverá aumento da carga tributária. Diz que votamos aqui autorizações para aumentar a carga tributária, que é o que foi feito nessa malfadada reforma tributária, que ganhou esse nome, mas, na verdade, é uma reforma do ICMS, e uma autorização para prorrogar indefinidamente, por todo o tempo do Governo do PT, a DRU e a CPMF, que também ficou permanente durante o Governo do PT. Vai haver aumento dessa carga tributária? Parte desses 41 bilhões advém de aumento da carga ou vem de aumento da atividade econômica?

Estou tirando a terceira hipótese, imaginando que nenhum bilhão venha de aumento da inflação. Essa hipótese, pelas suas explicações claras, está afastada. Ao que tudo indica, o Governo vai batalhar firmemente para que não haja aumento da receita via inflação.

Novamente, quero reforçar a questão de não aparecer os 3,9 bilhões da compensação pela Lei Kandir. A justificativa de que isso não tinha ainda sido votado na reforma tributária, neste caso, não é viável, não é uma justificativa que possa ser aceita, porque essa compensação já vinha sendo feita.

Agora, a justificativa que o Sr. Ministro deu de que não poderia colocar o que estava para ser votado, que seria um arroubo de otimismo já colocar no Orçamento algo que os Deputados ainda não haviam votado tem procedência e precisa ser respeitado. Não poderia se dar a essa petulância de já colocar na sua peça orçamentária algo que ainda não foi votado. Mas, em função disso, pergunto: não valeria a pena, em função de tudo que foi votado, retirar esse projeto por 15 dias, pegar toda a sua equipe, em tempo integral, ganhando hora extra até, revê-lo e nos mandar com as essas correções? Há muita coisa equivocada, que não bate. O trabalho vai ser insano para conseguir corrigir todas essas impropriedades.

Ouvimos as suas afirmações, muito ponderadas, equilibradas, sobre o que se pretende e os megaobjetivos. Um desses megaobjetivos é incentivar o setor produtivo a ganhar competitividade, a ter capacidade de aumentar a sua produção, estimular a sua capacidade de gerar empregos e renda. Mas quando se olha os números, quando passa do âmbito das idéias e aterriza no mundo das coisas, não bate. Vejam: para a nanotecnologia, a previsão é de apenas 77 milhões; para aumentar a competitividade das cadeias produtivas, 15 milhões, com “m” de milho, não é com “b” de bola.

Ora, é muito pouco. Será que vamos ficar esperando que o crescimento seja acima dos 13,5%? O que está aqui é com base em que vai crescer 3,5%. Vamos esperar 4% ou 4,5% para ter esse superávit, esse excesso de arrecadação, para poder destinar mais recursos a esses setores?

O que estamos vendo? Que não há políticas industriais, que não haverá setor estimulado, que a economia vai crescer apenas com a manipulação das variáveis básicas.

Será que vamos alcançar isso? O exemplo do agronegócio mostra que o caminho é outro. Foram dados maciços recursos para securitização das dívidas, recursos da modernização no MODERFROTA; uma fortuna investida para desapropriar 20 milhões de hectares, uma área maior do que o Uruguai, para fazer reforma agrária. Pode não ter sido

;

muito bem feita, será aprimorada, mas tudo isso para desafogar a pressão daqueles que querem terra, para que aqueles que estão produzindo, que são agricultores tradicionais, pudessem produzir. Portanto, fico imaginando que não vai haver nada de políticas industriais.

Para encerrar, Sr. Presidente, a última pergunta. Aqui os enganos são tantos que selecionei apenas um, porque tenho certeza de que é um equívoco, é uma coisinha de nada, pontual, depois de ter passado por esses grandes assuntos que apresentamos, como política industrial e outros assuntos.

Olhem que interessante. O PPA prevê mais recursos para fazer um anexo aqui na Câmara e um anexo no Senado do que para políticas industriais. Mais recursos para fazer o anexo V da Câmara e mais recursos para fazer o anexo III do Senado do que para nanotecnologia e para aumentar a competitividade das cadeias produtivas.

E olhem que é coisa feita certamente sem muito cuidado, mas que deverá ser corrigida. O metro quadrado de construção do prédio aqui da Câmara ficará em 360 reais; é algo modesto. O metro quadrado de construção no Senado, 1.150 reais — aqui ao lado.

Esse privilégio para o Senado é casual? Acho que essas coisas, às vezes, desmoralizam. São pequenos detalhes que acabam dando idéia equivocada de uma peça que é fundamental. Não há nada mais importante para nós, Deputados, do que nos debruçarmos sobre estas duas peças: o Orçamento e o PPA.

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, antes de fazer a minha intervenção no que diz respeito a esta audiência pública, queria fazer um registro para aprimorar nossos trabalhos. Já que não consta do Regimento da Casa, gostaria que, na próxima reunião da Comissão de Orçamento, discutíssemos e estabelecêssemos uma norma para as inscrições. A forma como está sendo feita a inscrição é injusta e precisa ser mais civilizada. De nada adianta chegarmos aqui às 14h, nesse atropelo a que assisti hoje na Comissão. Esse é um ponto para aprimorarmos o nosso trabalho.

Sr. Ministro, depois de 4 horas de debate, parabênizo V.Exa. pela capacidade de ouvir e de debater de forma serena esses assuntos. Mas confesso que fiquei preocupado. Estou preocupado já há algum tempo com essa peça orçamentária. V.Exa. apresenta como inovação a meta e a discussão nas audiências públicas, que é salutar, sim; trata-se de uma inovação nesse processo. Na minha visão, o PPA tornou-se um orçamentão, e nos restará colocar no Orçamento Geral os valores do subtítulo. Se pudéssemos — queria ouvir a opinião de V.Exa. — fazer um agrupamento por programa, talvez fosse mais oportuna essa discussão na Casa, mesmo porque V.Exa. mesmo reconhece que é uma peça complexa, longa e extremamente detalhada, e o prazo para discussão é curto.

Tenho e cultivo a visão de que o Presidente Itamar Franco deixou para Fernando Henrique um Brasil bem melhor do que aquele que recebeu de Collor; Fernando Henrique, por sua vez, deixou para Lula um Brasil melhor do que recebeu de Itamar Franco. E eu, como brasileiro pertencente a um partido de Oposição, o PSDB, torço, luto aqui nesta Casa, apresento minhas posições, mas quero que o Presidente Lula deixe para o próximo Presidente um Brasil bem melhor do que o que recebeu de Fernando Henrique.

A par disso, vejo uma coisa que diz respeito à minha região, uma preocupação que V.Exa. trouxe para nós: a questão do modelo, da matriz de transporte. Na nossa área, os principais meios de transporte são os dois mais caros do mundo: o aéreo e o rodoviário. E quando V.Exa. fala em transporte hidroviário e ferroviário, isso vem ao encontro de nosso interesse. Mas, por incrível que pareça, não vi ação no PPA nem no Orçamento que compatibilizasse nossa necessidade com nossa realidade. Há mais de 20 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia, e até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há 25 mil quilômetros.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Há 25 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia, e até hoje não vi preocupação do Governo em induzir ou modernizar esse sistema de transporte, que cultivamos através de uma tecnologia até centenária.

;

Outro aspecto, Ministro, diz respeito a abrir-se uma janela para o mundo. Prestei muita atenção à questão da forma de crescer. Precisamos ter poupança interna ou poupança externa. Já que exaurimos nossa capacidade externa de captar recursos, temos que estimular nossas exportações, até para gerar poupança interna, oportunidade de emprego, renda e melhor qualidade de vida para toda a nossa sociedade.

A par disso, temos uma situação interessante, agora, na reforma tributária. Trouxemos para esta Casa, em 1999, um reclamo, quando da discussão da PEC nº 175, referente à compensação financeira sobre o saldo positivo das exportações. Nós, do Pará, por exemplo, exportamos recursos não-renováveis, exportamos recursos naturais e contribuímos com mais de 10 bilhões de reais, nos últimos 5 anos, para a balança comercial deste País, em divisas líquidas. A proposta foi aprovada na PEC nº 175, quando o Deputado Mussa Demes era Relator e o então Deputado Germano Rigotto era Presidente da Comissão, e não foi votada em plenário.

Agora, ao se discutir, fala-se no fundo para compensar a Lei Kandir. Já tivemos a experiência de perder 500 milhões de reais com a Lei Kandir e mais 100 milhões no Ministério dos Transportes em recursos que ele cortou do Orçamento. Muito embora esteja com um superávit de quase 4 bilhões e 300 milhões de reais, preferiu o mais fácil: cortar as emendas parlamentares e de bancada.

Então, Ministro, no final de uma madrugada — inclusive com a colaboração de meu partido, sem ouvir nossa bancada do Pará —, quando se atendeu ao reclamo de desonerar os bens de capital, jogou-se no fundo de compensação financeira das exportações 1 bilhão e 350 milhões de reais, fruto do resultado do Estado de São Paulo. É continuar sangrando uma região periférica, pobre, menos desenvolvida em benefício de um Estado desenvolvido. E fico pensando: como vamos mudar essa matriz de crescimento dentro de uma economia globalizada? Eu, a cerca de 4 mil quilômetros do Brasil rico e desenvolvido, tendo que competir e produzir lá para vir competir aqui! Não temos condições, Ministro, de fazer isso. É preciso mudar essa matriz e abrir uma janela para o mundo, a fim de gerar emprego e renda.

Não vou falar sobre a questão de herança, já amplamente discutida, nem de outros casos. Prefiro olhar o passado com a visão do futuro; olhar pelo pára-brisa e não pelo retrovisor, mas não posso esquecer as coisas boas que foram aqui abordadas. Quero perguntar ao Ministro sobre a questão da PPP, um assunto que não foi abordado aqui, muito embora quero dizer *en passant* que os 36 bilhões de reais constituem-se em uma alternativa de financiamento de obras de infra-estrutura no Plano Plurianual de 2004 a 2007. Pelos cálculos do Ministério, o Governo deixará de comprometer cerca de 36 bilhões de reais do superávit primário dos 4 anos. A pretensão do Governo é garantir a remuneração do capital investido pelas empresas privadas que participarão da parceria, inclusive com a promessa de que tais recursos não serão alvo de contingenciamento, cortando, se necessário, outras despesas.

Pergunto: como pode garantir que tal despesa não afetará o resultado primário, visto que os recursos serão para pagamento de despesa essencialmente primária? Como pode o Governo garantir, diante de um nível de investimento de 7,8 bilhões de reais, previsto na Lei Orçamentária para o próximo ano, que cortará outras despesas, no caso de contingenciamento, frente a uma remuneração da PPP, que seria uma despesa de 9 bilhões de reais? E está anunciando agora, por meio da imprensa, um novo contingenciamento de cerca de 600 bilhões de reais — é a imprensa que está dizendo.

Aliás, Ministro, a imprensa também está dizendo que o Governo vai substituir os Ministros dos Transportes, da Educação, de Segurança Alimentar e da Integração Nacional e que V.Exa. vai para o BNDES. Pergunto, já que estamos com quase 10 meses de Governo: V.Exa. irá para o BNDES, segundo a imprensa, por que não deu certo no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por que o Presidente do BNDES não conseguiu administrar o órgão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos esgotar o número de inscritos para, então, o Ministro responder.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

;

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Ministro, quero dizer aos membros da Mesa e aos Deputados que ainda se encontram presentes que tinha a plena certeza de que este ano iríamos comer o pão que o diabo amassou, principalmente o amassado nos últimos 8 anos. Ontem, Ministro, participei do encontro realizado pelo Presidente Nacional do INCRA com todos os superintendentes daquele órgão. Eles afirmaram a preocupação com o contingenciamento dos recursos da reforma agrária no Brasil. Disse o seguinte para um superintendente: *“Olha, o INCRA está praticamente sem dinheiro. Mas diante do que já fizemos neste ano, mesmo sem dinheiro, imagine se estivéssemos administrando o INCRA nos últimos 10 anos”*.

Quero dizer com isso que temos o desafio de aplicar, nos próximos 4 anos, o dinheiro que está previsto no PPA, mas precisamos fazer uma boa aplicação desses recursos. Falo com a experiência de quem está há 22 anos na região oeste do Estado Pará, uma das mais difíceis. Só o trecho que tráfego normalmente, mil quilômetros de Rodovia Transamazônica, que vai de Marabá a Itaituba, fica intrafegável durante 6 meses. Essa é a situação. Às vezes até de moto, como faço no inverno, é difícil trafegar. Por que isso acontece? Muitas vezes, Ministro, o dinheiro aprovado no orçamento para a região Amazônica, mais precisamente para o Estado do Pará, é liberado em dezembro. E na região Amazônica há diferença também: enquanto o Estado do Pará está-se acabando em chuva, Roraima está queimando.

Gostaria de registrar — e já entreguei um documento a V.Exa. — que estou solicitando audiência para que possamos conversar mais profundamente sobre esse assunto. Penso que precisamos liberar esses recursos levando em consideração os aspectos climáticos.

Veja bem: no Pará, Estado onde há duas superintendências do INCRA e o maior número de assentamentos do Brasil, os recursos ainda estão contingenciados. Se esses recursos forem liberados só em dezembro, não será possível fazer obras em janeiro e fevereiro, porque em janeiro inicia-se o período de chuvas. Por isso, grande parte do dinheiro tem ido para o ralo naquela região.

Lembro-me de que, na posse, o Presidente Lula falou uma coisa com a qual concordei: a corrupção não é só desviar o dinheiro, é também aplicar mal o dinheiro. Talvez não seja possível para o nosso Governo aplicar esse método de liberação de recursos este ano, mas acredito que a partir do próximo ano poderemos levar em consideração essa realidade. Na Amazônia, por exemplo, são 6 meses de chuva; no Pará, Amapá e outros Estados, 6 meses de sol. Então, o dinheiro deve ser liberado mais cedo, a partir de julho. Se liberarmos os recursos em dezembro, parte dos mesmos não será aplicada e parte será mal aplicada.

Levanto esse problema porque já há esse debate na região amazônica entre vários Parlamentares. Sempre chamarei atenção para essa questão, a fim de que possamos aplicar bem os recursos do PPA. Para o trecho de rodovia entre Marabá e Itaituba há 210 milhões de reais no PPA, sendo 28 milhões de reais para este ano que podem ser gastos nessa recuperação. Se os recursos forem investidos até dezembro, com certeza essa população que está sofrendo há 20 anos não sofrerá mais no próximo inverno.

Estamos mostrando à população um PPA que garante recursos para investimentos em obras estruturais importantes. Pretendo discutir isso em audiência com V.Exa., Sr. Ministro, e equipe, para que possamos em situações como essa liberar os recursos em tempo hábil para que possam ser bem aplicados.

Volto a dizer: tenho certeza absoluta de que no nosso Governo os recursos vão render muito mais, porque não serão desviados, como o foram na região amazônica. E falo porque tenho acompanhado. Por exemplo, quanto aos recursos da SUDAM tenho certeza de que, além de não serem desviados, serão muito bem aplicados, inclusive com a participação popular, com controle social, conforme o novo modelo que também estamos discutindo na implantação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Parlamentares, por ocasião da reforma tributária, aprofundei-me muito nos dados do Brasil. Fiz um perfil socioeconômico — é uma tabela que chamo de A a Z — de todos os Estados brasileiros, com os indicativos econômicos e sociais, o PIB *per capita*, ICMS, FPE, FPM.

;

Passarei à mão de V.Exa., Sr. Ministro, para uma avaliação. Pelo que mostro aqui, as grandes disparidades estão concentradas em duas regiões, a Norte e a Nordeste, tanto é que elas aparecem aqui em vermelho, porque estão muito abaixo da média nacional. Com base nisso, apresentei emendas para diminuir as desigualdades regionais, porque é um compromisso do Presidente Lula, reiterado também na mensagem presidencial que ele encaminhou no dia 17 de fevereiro deste ano. Apesar de todos os nossos esforços, lamentavelmente, a emenda por nós apresentada na Comissão foi rejeitada. Eu propunha uma distribuição das contribuições, diminuindo o percentual, evidentemente, para que fosse compartilhado com todos os Estados um aumento real em torno de 30%, uma vez que o FPE é distribuído pelo inverso da renda *per capita*. Sr. Ministro, só posso entender de diminuição quando se tratar os desiguais desigualmente. Enquanto se tratar desiguais igualmente, ou desigualmente, em favor dos mais poderosos, a tendência é aprofundar desigualdades regionais.

Estamos apreensivos com o que foi aprovado na reforma tributária no Congresso Nacional. O Orçamento do DNIT destina 123 milhões para o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem apenas 2 milhões e 140 mil habitantes; para o Piauí, destina 24 milhões, que correspondem a mais ou menos dois terços, tanto da área, quanto da malha rodoviária dos dois Estados.

Então, Sr. Ministro, também vim ver a proposta. Não a comparei com o orçamento, até porque os Deputados fazem crescer o orçamento para cada Estado. Comparei a proposta de 2003 com a de 2004. Veja o que deu. A Região Centro-Oeste aumenta 31%; a Região Nordeste cai 1,19%; a Região Norte cai 0,07%; a Região Sudeste, no todo, em todas as obras, sobe 37,39%; e a Região Sul sobe 21,69%.

A proposta de V.Exa., Sr. Ministro, aumenta em torno de 6,43% o orçamento para investimentos, mais ou menos a inflação projetada para 2004, que é em torno de 5,5%. Agora, onde estão as disparidades? Na Região Centro-Oeste, a que mais subiu foi Mato Grosso do Sul, que teve um aumento de 70%; na região Nordeste, a que mais subiu foi a Bahia, com um aumento de 65%, e a que mais decresceu foi o Piauí, do Governador Wellington, que é do PT, partido do Governo, com uma redução de 30,49%. Em 2003, a proposta original era de 139, enquanto a proposta de V.Exa. propõe 97.

Na região Norte, as propostas que mais cresceram foram para o Amazonas, Estado mais rico da região, com um aumento de 31%, e o Amapá, não sei nem por quê, com um aumento de 101%. Os Estados que mais decresceram foram Tocantins, com 35,03% de redução, Roraima, que caiu 44%, e o Acre, também governado pelo PT, com uma queda de 37%.

Na Região Sudeste, Sr. Ministro, as que mais cresceram foi o Estado mais rico de todos, São Paulo, com 62%, a própria região, com obras não definidas por Estado, com 48%, e o Rio de Janeiro, com 208%. Na Região Sul, a que mais perdeu foi Santa Catarina, com 60%, e a que mais cresceu foi o Paraná, com 20%.

Essas são disparidades que não entendo. Questionando o Sr. Ministro dos Transportes hoje a respeito da disparidade existente entre o Mato Grosso do Sul e os outros Estados de regiões pobres, como o Nordeste, S.Exa. disse que esse foi um erro do Planejamento. Se foi ou não erro, não sei, mas está publicado e são esses os dados de que dispomos aqui na Comissão de Orçamento.

No PPA, Sr. Ministro, V.Exa. elege como grandes metas diminuir o analfabetismo, atender ao Programa Fome Zero e dar água ao Nordeste. Mas quando se refere à água para o Nordeste, não define qualquer meta. Queria saber qual a meta para o Nordeste, principalmente para o semi-árido nordestino.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve, dado o adiantado da hora.

Indago, inicialmente, sobre uma questão que me parece de difícil entendimento, relativa às metas prioritárias: a expansão do PIB, em 2004, para 3,5% e a redução da taxa anual de inflação de 9,1% para 4%. Se este ano não se reduzir a taxa de inflação para 4%,

;

provoca-se uma recessão e devemos fechar o ano com um crescimento de aproximadamente 0,5%. Para caminharmos de 0,5% de crescimento este ano de 2003 para 3,5% em 2004, entendo como inalcançável a redução da meta anual de inflação, IPCA, de 9,1% para 4%.

Com isso, parece que o Governo pretende evitar que o Congresso Nacional reestime a receita do Orçamento Geral da União de 2004. Essa é uma pergunta que deixo ao Sr. Ministro.

Foi abordada pelo Parlamentar que me antecedeu a questão da incoerência entre o crescimento do agronegócio e o gargalo da infra-estrutura.

O que observamos até agora no espetáculo do crescimento foi única e exclusivamente por intermédio do agronegócio. Temos metas ousadas. Torcemos para que isso aconteça, para que, em 2007, possamos ter safras de grãos de 150 milhões de toneladas/ano, aumento de exportação de carne de 1 milhão de toneladas/ano, sendo 3 milhões em 2007, erradicação de febre aftosa etc. Essas metas parecem-nos incompatíveis com a situação da infra-estrutura e os recursos alocados para a área de infra-estrutura — conservação, restauração de estradas, supra-estrutura do setor ferroviário, portos. Entendemos que há uma incoerência. Gostaríamos de ouvir a opinião do Ministro a esse respeito, haja vista que a grande preocupação é que nos próximos anos haja uma crise de abundância, ou seja, termos crescimento efetivo no agronegócio, na produção do País — grãos, carnes —, mas, por outro lado, não dotamos nossa infra-estrutura das condições mínimas necessárias para acompanhar esse crescimento.

Sou do Estado do Paraná, que lidera a produção de grãos no País e também a exportação de carnes, estando em segundo lugar. Temos dificuldades nos portos, nas estradas e nada consta para o setor rodoviário paranaense no PPA. Comparando com os Estados da Região Sul, com o Orçamento Geral da União, PPA com recursos do Tesouro e PPA com recursos não-governamentais, o Paraná tem estado em desvantagem, inclusive em relação aos Estados da Região Sul.

Gostaria que o Ministro nos desse um panorama a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Amauri Robledo Gasques.

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, serei breve, porque precisamos ter alguns esclarecimentos em cima de algumas dúvidas.

O Ministro disse de forma bem clara que o cobertor é curto. Sabemos que todo esse contingenciamento a que está sendo submetido o País neste Governo tem a ver com a geração de um superávit, que, em última instância, serve para que se pague o serviço da dívida, que chega a 10 bilhões por mês.

Gostaria de saber de S.Exa. se não houve por parte da sua Pasta, no mínimo, um estudo ou uma sugestão para que houvesse alguma mudança na política de pagamento da dívida. Como qualquer pessoa de bem, o Ministro deve se ver angustiado em ter de executar um orçamento onde se retira dinheiro da saúde. Gostaria de saber se o Ministro, parte integrante e vital na formação desse orçamento, não sentiu a obrigação de sugerir a mudança do pagamento da dívida para que pudesse respirar de uma forma mais tranqüila. O Governo conseguiu, passando seu rolo compressor aqui, aprovar a reforma tributária, que procura aumentar impostos e promover esse superávit que dessangra, promove uma saída do País de recursos que poderiam ter sido melhor equacionados e acabariam com a angústia que certamente existe no nosso Ministro quando esses recursos são retirados da Saúde, em especial.

Obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Vou começar respondendo às questões levantadas pelos Deputados Leonardo Monteiro e Wasny de Roure. O Deputado Monteiro fez menção à participação da população na elaboração do Plano Plurianual e pergunta de que maneira a reforma tributária influencia na definição do Plano Plurianual e do Orçamento anual.

Já havia dito aqui que certamente a reforma tributária vai influenciar. A parte conhecida foi absorvida e incorporada à proposta e a parte não conhecida deverá ser incorporada agora, em conjunto com o Congresso. Não há alternativa. Vamos ter que fazer uma adaptação, de modo que as contas possam fechar.

;

O Deputado Wasny pergunta sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Já havia dito aqui que está sob estudo e não temos uma posição. Devemos cumprir o preceito constitucional. Então, assim que tivermos uma posição, avisarei rapidamente, pelos desdobramentos que V.Exa. mencionou com os professores etc.

Quanto ao reflexo da negociação da Argentina com o Fundo Monetário diria que reflete até certo ponto. O que refletiria era o não-pagamento por parte da Argentina. Sabemos que a situação da Argentina afetou muito o Brasil nos últimos tempos. Desde que a Argentina entrou em *default*, ano passado, aumentou a desconfiança em relação à dívida brasileira. Isso, evidentemente, nos afetou.

Uma outra coisa que nos afetou foi a queda das atividades na Argentina, o que prejudicou o comércio bilateral Brasil/Argentina. Diria que isso está em superação. A Argentina está-se recuperando. Mas o Brasil hoje goza de uma posição privilegiada em relação ao Fundo Monetário. Não estamos com o pires na mão, como estávamos no ano passado, quando precisávamos dos recursos para fechar as contas, do contrário o País poderia quebrar. Nossa situação hoje é outra. Isso é reconhecido por todos os analistas. Já podemos negociar com soberania. Estamos negociando com soberania e olhando para os interesses do País. Nem sei se vamos ou não prorrogar esse acordo. Isso ainda está em discussão. Mas se for feita a prorrogação, será em condições favoráveis, que não impeçam o crescimento do País dentro de regras que interessem ao Brasil. Os interesses do Brasil estão colocados em primeiro lugar. Não sei se a Argentina pode fazer uma negociação dessa natureza, porque sua situação é completamente diferente da nossa.

Diria que é bom que a Argentina consiga um caminho para os seus problemas. Torcemos para que isso seja bem-sucedido, porque formamos um bloco, o MERCOSUL, que, aliás, se está fortalecendo, que está sendo reforçado por novos membros. O Peru já está entrando no MERCOSUL. O Presidente Lula está trabalhando para que a Colômbia, a Venezuela e outros países ingressem no MERCOSUL de forma a formar um forte bloco regional, comercial, que vai ser bom para todo mundo. Então, é claro, interessa que a Argentina consiga equacionar seus problemas, que ainda são bastante delicados.

A política de investimento das empresas estatais é muito importante para o Governo, porque elas hoje detêm uma boa parte da capacidade de investimento do Estado. Enquanto o Governo Federal possui uma capacidade de 7 bilhões de investimentos em projeto, as empresas estatais chegam a mais de 25 bilhões no próprio ano. Temos que somar os 2 valores para termos o nível de investimento do Governo Federal. Nossa política é de fortalecimento dessas empresas. Não há nenhum plano de privatização, como eventualmente houve no passado, em outros Governos. E elas têm desempenhado um papel estratégico e fundamental.

Hoje, todos conhecem o papel da PETROBRAS, que, em breve, nos vai levar à auto-suficiência em petróleo. Aliás, essa é uma conquista importante para o País, pois estaremos menos sujeito às oscilações do mercado internacional.

No campo energético, a ação da ELETROBRÁS também é importante, porque há capacidade de investimento de uns 4 bilhões por ano, que são essenciais para a nossa auto-suficiência no setor elétrico.

O Deputado João Magno ressaltou as inovações introduzidas na elaboração desses orçamentos. O fato foi que definimos antes um projeto de desenvolvimento, ou seja, nesse processo orçamentário foi precedida a definição de um projeto de longo prazo: definição das prioridades, das diretrizes estratégicas e depois foram elaborados os orçamentos perseguindo as diretrizes estabelecidas. Portanto, foi uma metodologia programada. Existe um projeto estratégico orientando esses orçamentos.

S.Exa. menciona a infra-estrutura brasileira, que é uma preocupação do Governo. Sabemos que para viabilizar o crescimento econômico, precisamos ter uma infra-estrutura, uma logística de transporte, energia etc. à altura deste crescimento. E há risco, sim, de gargalos na área de infra-estrutura, não vou negar, porque há mais de 10 anos que se fazem investimentos precários nesse segmento. Por isso o Governo está muito preocupado com o setor de infra-estrutura e está dando-lhe uma atenção especial. É claro que os investimentos do setor público não são suficientes, porém, contamos com investimentos do setor privado. O setor privado está sendo mobilizado, e os mecanismos que temos viabilizarão a sua maior participação.

;

Os instrumentos que temos são regime de concessões para as rodovias. Esse regime está sendo retomado. É uma lei que já existe, tinha sido paralisada e está sendo retomada.

O regime de concessões também na área de energia elétrica é perfeitamente eficiente; com a definição do modelo de energia elétrica que está sendo finalizado vamos ter mais investimentos no setor de energia.

Um marco regulatório está sendo definido no setor de transporte rodoviário e no setor de saneamento. Vamos finalizar esse marco regulatório e estimular as concessões no setor de saneamento.

Digo mais uma vez: o setor público tem recursos limitados e não pode realizar todos os projetos, porém, o setor privado está interessado e fará os investimentos que são necessários se lhes forem dadas as condições para isso.

Concordo com o Deputado João Magno quando disse que o Estado de Minas Gerais possui um conjunto de rodovias em péssimo estado de conservação. Aliás, uma das prioridades do Governo é um plano de recuperação das rodovias federais. Esse plano já começou a ser posto em prática em 2003. São recursos consideráveis para os próximos 4 anos, em torno de 1 bilhão e 300 por ano. De modo que ao cabo de 4 anos, 70% da malha rodoviária brasileira, que representa cerca de 56 mil quilômetros de pavimentação, serão recuperados. Esse programa já começou. Certamente o Estado de Minas Gerais será beneficiado. E a rodovia BR-381, Governador Valadares—Belo Horizonte, consta no Plano Plurianual como rodovia a ser realizada.

A Senadora Lúcia Vânia mencionou a questão da integração dos programas sociais do Governo que buscam uma melhor eficácia. Hoje eles estão dispersos, usam um cadastro questionável, não atingem, objetivamente, a população necessitada, já que muitas vezes são redundantes.

Esses cadastros estão sendo refeitos. Os programas estão sendo unificados para ser uma ação mais completa. Ao mesmo tempo, o Governo vai estabelecer uma ação junto às famílias carentes, uma ação integrada de saúde, de educação e contra a fome. Isso dá mais resultado, dá uma sinergia a esses programas e com mais recursos.

O Programa Fome Zero não está regionalizado ainda porque o cadastro está sendo todo redefinido. As cidades contempladas estão sendo definidas agora, porque estamos inutilizando o cadastro anterior e fazendo um novo cadastro. Creio que mil cidades já estão identificadas. A cada mês novas cidades são introduzidas, as cidades mais carentes do País. Portanto, beneficia em cheio as Regiões Norte e Nordeste, que são as regiões que possuem mais cidades carentes. A regionalização está garantida em função disso.

Esclareço a V.Exas. que a resolução do TCU foi publicada no dia 18 de agosto, no que diz respeito ao PPA.

Serei breve, pois tenho de responder dezenas de questões que me foram feitas.

O Deputado Ricardo Barros questionou a previsão anual do Plano Plurianual. Não é uma invasão do próximo Governo, é uma revisão anual deste Plano Plurianual de 2004 a 2007. A última revisão será em 2006.

Parece-me que esta revisão é um instrumento que vai melhorar a gestão do Plano Plurianual. Em vez de se definir um programa rígido agora em 2003, válido para os 4 anos, nós, em conjunto, poderemos fazer revisões. A revisão não é do Ministério do Planejamento, é do Congresso. Portanto, se o Congresso não quiser fazer revisão, não faz; se quiser referendar, confirmar tudo o que já estava, não faz revisão. Mas me parece extremamente oportuno fazer revisões para ajustes de rotas, para adaptação da situação planejada no Plano Plurianual para a realidade que estará ocorrendo.

S.Exa. pergunta sobre os uniformes. O Ministério da Educação está introduzindo um programa de concessão de uniformes para alunos carentes, começando com 2,5 milhões de uniformes. A idéia é atingir o maior número possível de alunos carentes e garantir que os alunos brasileiros das famílias carentes possam ter um uniforme para irem à escola.

Déficit habitacional. Um dos objetivos do Plano Plurianual é reduzir em 25% o déficit habitacional. Diria que é uma meta perfeitamente factível, que significa a construção de 1 milhão e 200 mil habitações. Para V.Exas. terem uma idéia, no ano de 2003, já estamos construindo 340 mil habitações com recursos do Ministério das Cidades e financiamento da Caixa Econômica Federal. Só este ano, 340 mil habitações já estão em construção, portanto, é perfeitamente factível, ao cabo de 4 anos, completarmos 1 milhão e 200 mil habitações.

;

Diria até que é modesta esta meta, que está respaldada em números concretos de capacidade de financiamento da Caixa Econômica Federal.

Outra questão dele é em relação aos arranjos produtivos locais, 66 arranjos. Na verdade são os *clusters* regionais, arranjos produtivos locais dedicados a algum tipo de atividade que estão espalhados pelo Brasil. Estamos prevendo o aumento da cobertura do Governo de 66 para 124, se não me engano, ou 127 *clusters* regionais, que terão apoio do Governo com infra-estrutura, com crédito, de modo que eles se viabilizem. O aumento das exportações é importante e continuará sendo promovido pelo Governo, assim como o crédito para a agricultura.

Gostaria de assinalar que o volume de crédito atribuído à agricultura na safra 2003/2004 é o maior da história do País: 32 e meio bilhões de reais, que vão viabilizar esse aumento da safra de grãos e permitirá que, ao cabo de alguns anos, o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do mundo. Essa é uma meta perfeitamente factível, se houver apoio do Governo com essas ações de concessão de crédito e outras facilidades para a agricultura.

Um Deputado questionou a questão da Saúde. Reitero que o Fundo de Combate à Pobreza pode ser alocado em várias atividades sociais, inclusive nas atividades de Saúde, e ao ser alocado para uma atividade da Saúde, torna-se um gasto da Saúde, sendo perfeitamente compatível com a Constituição.

Em relação aos gastos de saneamento, estamos evoluindo de um gasto de 224 milhões, não para 16 milhões de reais, conforme o Deputado mencionou, mas para 671 milhões de gastos de saneamento, quase 700 milhões, só com recursos diretos do Governo, sem contar os gastos em saneamento que serão feitos com recursos da Caixa Econômica Federal, que são da ordem de um bilhão e 400 milhões, somente este ano. Continuaremos ampliando esses recursos para saneamento. Os recursos de saneamento estão sendo ampliados, de 2003 para 2004, de forma expressiva.

O Deputado fez referência a uma palestra que dei no ano passado, em que mencionava que as metas de inflação que o Governo vinha adotando nos seus vários programas eram muito rígidas. Queria dizer ao Deputado, que, infelizmente, não está aqui, que confirmo aquilo que disse; e, ao contrário, não esqueçam o que falei. Confirmo que o Governo passado praticava metas de inflação excessivamente rígidas, que tiveram que ser alteradas. Aliás, nos últimos anos, todas as metas que o Governo estabeleceu foram revistas para cima, e as metas que estamos estabelecendo são realistas. A meta de inflação de 5,5% para 2004 é realista. A meta do Governo anterior era menos de 3% para 2004. Aumentamos a meta para 5,5%, e ainda temos uma margem de tolerância de 2,5% para cima e para baixo. Portanto, alargamos a meta de inflação e a tornamos realista. Em 2007, daqui a 4 anos, a meta será de 4%, perfeitamente realista.

Confirmo aquilo que disse no passado. Estamos tendo metas que permitem trabalhar com a perspectiva de uma inflação baixa em termos de país em desenvolvimento, mas que não impeça o crescimento do País.

Dizia também, naquela ocasião, que havia 44 milhões de brasileiros que recebiam menos de um dólar por dia. Portanto, estavam abaixo da linha de pobreza. Indagava se os programas de transferência de renda dão cobertura. Digo que sim. Estamos trabalhando com a perspectiva de que até 2006, não 2007, com o programa de transferência de renda, sejam atendidas 11,4 milhões de famílias, que perfazem mais de 44 milhões de habitantes, até o ano de 2006. Portanto, essas famílias receberão algum tipo de bolsa, algum tipo de benefício, serão retiradas da miséria absoluta. De que forma? Com o cartão unificado. Estamos tendo um cartão unificado. Por exemplo, naquele cartão estão os benefícios ligados à saúde, educação e outros benefícios de inclusão social.

O Deputado Antônio Carlos Thame faz um comentário sobre os gráficos que apresentamos, dizendo que em 2001 e 2002 a situação era muito melhor, portanto, esse quadro se agravou em 2002 e melhorou agora, em 2003.

Gostaria de lembrar ao Deputado que em 2001 tivemos a crise energética, a situação era de crise e não era uma situação confortável. Em 1999, tivemos uma crise cambial aguda, com desvalorização, perda de divisas, o dólar subiu consideravelmente. Não é responsabilidade do novo Governo essa situação atribulada da economia brasileira que se deu ao longo do tempo. Sofremos 5 crises ao longo desses anos. Portanto, não posso dizer

;

que era numa situação confortável. Houve um único ano tranqüilo, o ano 2000, no segundo Governo, mas os demais anos formam atribulados. Diria que hoje estamos caminhando para uma normalidade, que todos desejam, inclusive V.Exa., com certeza. Não vamos ficar discorrendo sobre a herança, porque a herança já foi. Agora, vamos olhar para a frente.

De fato, a agricultura já vinha demonstrando um dinamismo no ano passado. Reconheço, porém, que o Governo demorou para lembrar da agricultura. A produção de grãos ficou estacionada durante muitos anos. O potencial, sempre tivemos; o Brasil tem um grande potencial, que não estava sendo aproveitado. O Governo passado acordou num certo momento, começou a estimular, e estamos colhendo os frutos disso e ampliando. Vamos apostar na agricultura, que será cada vez mais produtiva e mais competitiva. Isso é bom para o País.

V.Exa. pergunta como a Receita vai aumentar 40 bilhões a partir dos dados. Esse dado foi obtido com uma prudente análise do desempenho de cada receita. É assim que calculamos; não é com base no crescimento do PIB. Qual vai ser o comportamento do IPI? Qual vai ser o comportamento do Imposto de Importação? Qual vai ser o comportamento do Imposto de Renda de pessoa física ou jurídica? É calculado criteriosamente o desempenho de cada tributo, e chegamos nesse valor, que eu diria que é modesto, que é 11% a mais que 2003, e não é um crescimento elevado. Nada mais é do que o crescimento do PIB de 3,5%, mais 5,5% do crescimento da inflação, porque isso está em valor nominal, e mais um pouco de eficiência arrecadatória. Diria que esse número é bastante realista, Deputado. É um número bastante realista para a Receita no próximo ano.

Evidentemente, com as emendas na reforma tributária precisaremos fazer adaptações, que faremos em conjunto, de modo que esse orçamento continue coerente, consistente e executável, da forma mais tranqüila possível, para o próximo ano.

Também temos uma preocupação muito grande com as cadeias produtivas, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Em relação a isso, estamos finalizando uma política industrial, que não está no corpo do Orçamento, mas será apresentada à opinião pública em breve. Está na sua fase final e vai definir uma série de medidas, fortalecendo as cadeias produtivas brasileiras, medidas de caráter fiscal, como, por exemplo, redução do IPI para segmentos de bens de capital, só para dar-lhe um exemplo, crédito maior, facilidades de crédito para esse setor.

A ciência e a tecnologia têm recursos sim. O Ministério da Ciência e Tecnologia terá, em 2004, 2 bilhões de reais. Não é pouco; é uma dotação expressiva. A nanotecnologia faz parte das pesquisas da EMBRAPA. A EMBRAPA, que se vinha deteriorando nos últimos anos, está recebendo uma injeção de recursos: 85 milhões a mais do que determina a lei. Portanto, é uma preocupação do Governo estimular e dar suporte à EMBRAPA, que é uma empresa de primeira linha, uma empresa de pesquisa que muito contribuiu para a produtividade do setor agrícola. O papel da EMBRAPA, V.Exa. sabe melhor do que eu, foi fundamental para desenvolver pesquisas que ampliaram a produtividade do setor agrícola brasileiro. Portanto, está dentro da nossa preocupação e está recebendo 85% a mais de recursos em 2004 em relação a 2003.

O Deputado Anivaldo Vale faz um comentário dizendo que cada Governo acrescentou em relação ao outro. Concorro com V.Exa. Penso que cada Governo deu algum tipo de contribuição. Não sou daqueles que fazem tábula rasa do passado. Cada um deu o que pôde, e torço para que V.Exa. tenha razão e que o nosso Governo possa trazer ao País melhorias em relação ao Governo anterior. Isso será bom para todos nós.

A matriz de transporte deve ser mudada no País, porque trabalhamos com a matriz mais cara do mundo. V.Exa. mencionou transporte aéreo e transporte rodoviário. Talvez o transporte rodoviário seja mais fácil e barato de implantar e mais custoso para operar. Essa é a explicação por que todos optam pelo transporte rodoviário, mas queremos mudar essa matriz, é claro que sem abandonar o transporte rodoviário, porque é o que fundamentalmente existe hoje. Temos que recuperar a malha rodoviária e, ao mesmo tempo, estimular a malha ferroviária e hidroviária. Estamos fazendo isso.

Está contemplada no Plano Plurianual a melhoria de 10 mil quilômetros de malha hidroviária. Temos vários rios navegáveis no País, temos que construir eclusas, temos que fazer desassoreamento de rios e várias obras estão sendo contempladas: eclusa de Lajeado, eclusa de Tocantins, desassoreamento do rio São Francisco. Enfim, existem várias obras. A

;

par disso, temos que recuperar a Transamazônica, que está deteriorada. Temos várias rodovias totalmente deterioradas, como a rodovia Manaus—Porto Velho, enfim, toda a malha rodoviária precisa ser recuperada.

Portanto, vamos fazer ações nas várias frentes. Na frente ferroviária, Ferrovia Norte-Sul e Transnordestina, trechos importantes dessas ferrovias serão construídos de modo a estabelecer uma malha ferroviária mais eficiente. E fazer a conexão, porque em várias partes do País temos rodovias; depois, o transporte segue hidroviário; depois, segue ferroviário; e assim vamos construindo uma malha de modo a reduzir os custos.

Não faltam ações do PPA na Amazônia, Deputado. Diria que há várias ações aqui. Algumas, sei de cabeça, como, por exemplo, no campo da energia, a construção de gasodutos: Urucu—Manaus, Coari—Manaus, Urucu—Porto Velho. Há linhas de transmissão que vão levar energia elétrica. Sabemos que hoje essa região consome óleo *diesel*. A energia mais cara do mundo é a queima de óleo *diesel* e é até poluidora. Temos o compromisso de levar energia para a região amazônica. A estrada que mencionei, a Manaus—Porto Velho, é a única via de comunicação rodoviária que existe. Vamos fazer também a BR-163, de baixo para cima. A Cuiabá—Santarém também é uma rodovia que vai beneficiar essa região. Enfim, existem várias iniciativas nessa região que vão beneficiá-la.

V.Exa mencionou a questão do financiamento de obras de infra-estrutura via PPP, se isso entra no gasto primário. Quando estão colocados o Plano Plurianual, parceria não é só PPP, parceria abrange também regime de concessões. Quando mencionamos a palavra parceria no Plano Plurianual é num sentido mais abrangente, não é só esse novo instrumento do PPP.

O regime de concessões não aumenta o primário e o regime de concessões que já existe aprovado pelo Congresso vai ser utilizado para rodovias, fundamentalmente. Pode ser usado para ferrovias. O setor energético já existe, pode ser usado, não impacta gasto primário, porque o Governo simplesmente está dando uma concessão para o setor privado, não está pondo dinheiro nenhum, não há ônus para o Governo. O ônus é do setor privado, que, depois, vai cobrar uma tarifa e vai se ressarcir daqueles gastos que realizar.

Existe, sim, a idéia de aprovar-se um projeto para um tipo de obra que não tenha uma rentabilidade imediata. Por exemplo: a duplicação da BR-101, de Natal até Salvador. É uma rodovia muito importante para seis Estados do País, vai fomentar o turismo, o transporte de carga, mas num primeiro momento não tem a rentabilidade convidativa para grupos privados irem lá implantar. Não dá para dar uma simples concessão. Diria que daqui a 5 ou 10 anos haverá um potencial de rentabilidade. Enquanto isso não acontece, fazemos um contrato de PPP. Significa que o Governo se compromete em complementar a rentabilidade daquela rodovia. Digamos que se possa estabelecer um pedágio, mas o pedágio consegue suprir apenas 50% do retorno necessário para garantir os investimentos de capital. A União faz um contrato dizendo que complementa aqueles 50% até que essa rodovia se torne auto-suficiente, rentável e não precise mais colocar dinheiro. O que entra no Orçamento é a projeção do dispêndio que o Governo terá ao longo desse tempo. Isso é despesa primária, mas não o investimento para duplicação da estrada.

Essa modalidade de PPP não é uma novidade, vem sendo praticada na Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal com muito sucesso. De modo que esses gastos respeitarão a Lei de Responsabilidade Fiscal e todos os limites legais estabelecidos para os gastos no setor público.

Em relação ao volume de superávit que vamos produzir nos próximos 4 anos, não sei quanto vai ser o superávit primário, porque mencionamos que a partir de 2005 teremos um instrumento anticíclico, que provavelmente vai alterar o volume de superávit primário a ser realizado. Então, o que podemos garantir: 4,25, em 2003/2004. A partir de 2005, vamos introduzir o mecanismo anticíclico ainda não definido pelo Governo, que poderá alterar o volume do superávit. Portanto, não está garantido, não dá para dizer que vamos ter um volume de superávit de tantos bilhões nos próximos 4 anos. Pode ser por uma medida incorreta.

Em relação às mudanças ministeriais feitas pela imprensa, V.Exa. disse bem, é ela que está fazendo a reforma ministerial. Só falta ocupar o cargo do Presidente da República. Felizmente, é preciso dar o mandato para a imprensa, porque é ela que está fazendo as mudanças ministeriais; o Presidente da República não se manifestou até agora e é S.Exa.

;

quem tem o mandato, é o único que pode fazer. É tudo especulação. Há interesses de grupos específicos que estão alimentando, insuflando. Diria que isso pode ser tomado como algo folclórico e não é algo sério. Muito menos séria é minha ida para o BNDES. É especulação. Agradeço a lembrança, mas estou bem no Ministério do Planejamento, enquanto merecer a confiança do Presidente da República.

O Deputado Zé Geraldo falou no contingenciamento de recursos para a reforma agrária. Infelizmente, em 2003, todos os setores sofreram alguma forma de contingenciamento por falta de recursos, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário está recebendo um reforço para 2004. Vai de 700 e poucos milhões para um bilhão de recursos. Temos que ter criatividade, em primeiro lugar, para mudar a qualidade da reforma agrária no País. Temos que dar um salto de qualidade, porque a reforma que vinha sendo feita era quantitativa, vamos chamar assim. Colocava-se um conjunto de cidadãos numa terra improdutiva, sem a condição de produzir, e dizia-se: assentamos. Mas assentamos o quê? Então, estamos caminhando para um novo tipo de reforma agrária, que dê realmente condições dos assentados produzirem, tornarem-se cidadãos produtivos, terem auto-suficiência, e estamos pensando em outras modalidades, como utilização maior de terras do Governo. Estamos garimpando todas as terras disponíveis que podem ser alocadas com gasto zero, porque não precisa emitir TDA e outras saídas para fazer uma boa reforma agrária.

Concordo com V.Exa. no sentido de que há várias rodovias intrafegáveis. A Transamazônica é uma delas. Está nos nossos planos a recuperação dessa rodovia e outras que desaparecem durante uma parte do ano. Não é só a Transamazônica, várias desaparecem. Estamos cientes de que as chuvas atrapalham muito a execução de obras.

Sabemos que, a partir de outubro, certas rodovias não podem mais ser objeto de obras, porque a chuva impede isso. Só que, infelizmente, no ano de 2003, não temos tanto controle sobre a disponibilidade orçamentária. V.Exa. sabe que temos que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nos obriga fazer um relatório, a cada 2 meses, e informar: *“Olha, subiu a receita, então, podemos descontinuar”*. Mas se caiu a receita, temos que contingenciar mais e diminuir a disponibilidade.

Então, dependemos um pouco dessa dinâmica. No ano que vem, teremos um pouco mais de recursos e procuraremos fazer essa sintonia da capacidade de investimento com o regime de chuvas da região — aliás, as equipes do Plano Plurianual, gerenciadas pelo Secretário Sebastião, estão à disposição para que possamos fazer esse ajuste e, depois, fazer um acompanhamento.

O Plano Plurianual, uma vez aprovado pelo Congresso, será monitorado *pari passu* e, na sua execução, terá correção de rotas que forem necessárias.

O Deputado Júlio Cesar me passou aqui um conjunto de indicadores com perfil socioeconômico dos Estados brasileiros, indicando que as Regiões Norte e Nordeste são as que possuem maiores disparidades em relação ao restante do País. Por outros caminhos, temos também esse diagnóstico. De fato, V.Exa. tem toda a razão, existem essas disparidades. O Governo está criando mecanismos para que elas sejam reduzidas. Criando regionais da SUDENE e da SUDAM as recuperações serão feitas nessas regiões.

Esse fundo constitucional agora deverá objetivar principalmente as regiões mais carentes do País. Essa obra será feita no São Francisco e beneficiará toda a região do semi-árido — vai pegar em cheio uma das regiões mais pobres do País: os Estados do polígono da seca e do semi-árido.

Só nessa obra do São Francisco, ao longo de 4 anos, serão despendidos 4, 5 bilhões de reais. Isso ainda não está na regionalização. V.Exa. mencionou aqui dados de regionalização. Acredito que citou apenas os projetos. Isso não leva em consideração despesas de recuperação de estradas que, no final das contas, são também investimentos em infra-estrutura, mas que não aparecem como projetos. É uma questão de classificação no Orçamento.

Em geral, na recuperação de estrada, não está definido o destino dela. É um dado global, mas posso garantir-lhe que todas as estradas das Regiões Norte e Nordeste estão incluídas nesse programa de recuperação, que é o que tem maior volume de recursos.

Agora, além desses recursos, também não estão previstos os da iniciativa privada. Por exemplo, a BR-101, na Região Norte, deverá ter aportes do setor privado que não estão

;

nesta conta. Além disso, temos uma parte dos recursos que não está regionalizada no próprio Orçamento.

Então, só uma parte dos recursos está regionalizada, o restante aparece como dotação geral não regionalizada. Posso garantir-lhe que uma parte importante desses recursos estará sendo alocada nessas regiões, porque é objetivo do Governo reduzir disparidades regionais — meta importante do Presidente da República que deverá ser cumprida.

O Deputado Eduardo Sciarra menciona uma possível incoerência entre uma meta de PIB de 3,5% e redução da inflação, supondo que a meta de 5,5% de inflação para o próximo ano seja inalcançável. Ela é alcançável. Aliás, já está sendo alcançada. Pelas nossas projeções de inflação, isso já está garantido. É claro, não vou jurar aqui, de pé junto, porque em economia existem muitos fatores intervenientes. Podemos ter um tufão, como o Isabel, que está indo aos Estados Unidos, de repente; uma catástrofe ambiental inesperada. Felizmente o Brasil está fora das rotas de tufões e não deveremos ter maiores surpresas. Existe grande possibilidade de, em 2004, a inflação que o País terá, em função dos instrumentos que estamos pondo em prática, não ultrapassar a marca dos 5,5%. Essa meta é perfeitamente alcançável, factível, viável e não colide com a meta de crescimento de 3,5%.

Em relação ao agronegócio, V.Exa. tem razão quando diz que devemos dar uma atenção especial à infra-estrutura, porque sem ela não conseguiremos aumentar a produção de grãos e o transporte. Há um problema em Paranaguá, que é um porto que está congestionado justamente pela produção de grãos. Os caminhões chegam a fazer filas de 50, 60 quilômetros para poder embarcar os seus produtos. Temos consciência, e a reforma do porto de Paranaguá está no Plano Plurianual, devendo ser feita.

V.Exa. disse que não há obras na região do Paraná. Temos a rodovia Tietê, temos a construção do contorno ferroviário de Curitiba, a construção da variante ferroviária Ipiranga—Guarapuava e a ampliação do cais do porto de Paranaguá. São 3 obras rodoviárias.

Na verdade, diria que a BR-116 vai beneficiar esse conjunto de Estados. A parte da Régis Bittencourt deverá ser completada ao longo de 4 anos, é o corredor MERCOSUL, e mesmo essa parte Florianópolis—Osório vai completar essa rodovia, que vai beneficiar todos estes Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, diria que também está contemplado.

O Deputado Amauri Robledo Gasques menciona que devo estar angustiado por retirar da Saúde. Não estou angustiado, porque não estou retirando dinheiro da saúde, que vai ter 29 bilhões de reais de custeio, mais 3 ou 4 bilhões de pessoal que serão gastos no próximo ano. Posso dizer que tenho angústia, sim, porque outros setores terão menos recursos e gostaria que outros setores tivessem mais recursos para poderem realizar o conjunto de projetos, que também são importantes. Realmente estaria menos angustiado se houvesse mais recursos disponíveis, mas a tarefa, a sina do administrador público é administrar recursos escassos. O dia em que o administrador tiver que administrar recursos abundantes será outro mundo. Nunca vi essa situação e acho que não viverei para vê-la.

Certamente o objetivo do Governo não é aumentar tributos. Para nós, lutaremos até o último homem para que essa reforma tributária seja neutra, para que não onere a sociedade. Esse é um compromisso que temos e vamos tentar levá-lo até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem e, disciplinadamente, fiquei aguardando.

Quero mencionar que a questão dos cadastros nada tem a ver com a regionalização.

Em relação ao Tribunal de Contas da União, gostaria apenas que o Ministro — é claro que S.Exa. não tem a obrigação de saber tudo o que sai no *Diário Oficial* — afirmasse, por escrito ou oralmente, se vai ser possível caracterizar no Orçamento, no PPA e na peça orçamentária o Programa Fome Zero.

Era a indagação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

;

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - É possível, sim, Senadora. Será feita a discriminação do Programa Fome Zero, que é mais abrangente do que os recursos que estão na dotação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Isso ainda está em curso no Governo. Eles vão ser anunciados amanhã. Então, essa racionalização, essa unificação está em curso. Não houve tempo, mas será detalhada e constará do Plano Plurianual na sua forma final.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Eu gostaria de obter isso um pouco mais detalhadamente, que os técnicos pudessem oferecer à Comissão de Assuntos Sociais, para que eu pudesse colocar no site da Comissão.

Obrigada.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Nós forneceremos a V.Exa. o programa de transferência de renda completo, com todos os seus detalhes, todas as suas dotações, todas as suas ações. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria fazer uma pergunta ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pediria que fosse breve, pois já estamos aqui há 6 horas e 9 minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O objetivo da nossa réplica, justamente levando em consideração esse grande esforço que estamos fazendo aqui e a disposição do Ministro em esclarecer, é esclarecer uma pergunta que ficou meio no ar. Queria saber a opinião do Ministro sobre a proposta de agregação dessas ações, preservando as características do subtítulo e preservando inclusive a finalidade dos programas, como forma de agilização do nosso trabalho.

Sr. Ministro, quando analisamos a questão da buracada em nossas estradas também temos que levar em consideração que elas foram planejadas há 40, 50 anos e a carga de cada caminhão era de no máximo 15 toneladas; hoje, está em 60, 70, 80 toneladas. Tem que haver um tratamento diferenciado para isso também.

Quanto à eclusa, Sr. Ministro, eu estou vendo que até o final do Governo Lula, de acordo com o que está planejado e explicitado em valores aqui, também não vai ficar concluída. Nosso rio vai continuar fechado, porque ela custa 360 milhões e estão previstos 210 milhões, nos 4 anos do Governo Lula.

Na questão do transporte fluvial da Amazônia, eu queria uma contribuição da inteligência do Governo para modernizá-lo levando em consideração o potencial que temos, de 25 mil quilômetros de rios navegáveis, como disse o nosso Presidente.

Quanto à BR-163, no PPA só vieram recursos dentro do Estado do Mato Grosso, de Cuiabá a Santarém; na área do Pará, fala-se inclusive em um processo de parceria com a iniciativa privada, mas também há recursos do Governo Federal e do Governo Estadual que não estão previstos aqui. Eu queria esses esclarecimentos.

Obrigado, Ministro.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputada, em breve. Aguarde um pouco.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO AMAURI ROBLEDO GASQUES - Sr. Presidente, pedi a palavra apenas porque o Ministro não respondeu integralmente à minha pergunta. A questão é que sou membro da Frente Parlamentar da Saúde. Não falo nem posso falar por ela, mas lhe garanto que seus membros não têm a mesma opinião de V.Exa. com relação a isso. Nós acreditamos, sim, que recursos estão saindo da Pasta da Saúde.

Mas eu queria que V.Exa. respondesse, por gentileza, se a sua Pasta não sugeriu, em nenhum momento, que houvesse alguma mudança na política de pagamento da dívida. Porque isso, sim, aumentaria esse cobertor, que é curto. Então, pergunto se não foi, em nenhum momento, de nenhuma forma aventada por este Governo ou por sua Pasta a possibilidade de não promovermos esse sacrifício a que o povo está sendo submetido.

Muito obrigado.

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputada, tem V.Exa. a palavra. Peço apenas que seja breve.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu havia me inscrito e precisei sair, de modo que sei que passou a minha vez, mas conto com a boa vontade desta Mesa. Amanhã cedo irei para Goiânia. Vai haver uma audiência pública sobre financiamento da educação na Assembléia Legislativa e eu sei que serei questionada sobre algumas coisas simples do Orçamento da Educação. Rapidamente, gostaria que o Ministro pudesse responder algumas indagações.

Em primeiro lugar, com certeza eles vão querer saber por que o investimento em Educação caiu 22% e como vamos cumprir um orçamento se na verdade este ano, já nestes primeiros 8 meses, decorridos 66% do ano, só gastamos 10.16 por ano. Como é que fica essa compatibilização orçamentária. Eu quero muito esse esclarecimento, para que eu possa esclarecer as pessoas.

E em relação ao Programa Brasil Alfabetizado, há uma dúvida que não é só econômico-financeira, mas é também conceitual. Sabemos o que é alfabetizar uma pessoa durante 6 meses. Ensina a decodificação mecânica de algumas letras, mas ninguém com menos de 3 anos de escolaridade deixa de ser um analfabeto funcional. Preocupa-me muito, no PPA e no Orçamento de 2004, os recursos alocados para o Programa Brasil Alfabetizado. Temos 16 milhões de analfabetos, segundo o IPEA, e 13 milhões, segundo o IBGE, não interessa, mas temos alocados mais ou menos 184 milhões por ano, o que dá um total de 750 milhões. Ninguém alfabetiza por menos de 100 reais por semestre, contando todos os custos. Não vejo também, no PPA, perspectiva ou previsão orçamentária para que essas pessoas alfabetizadas ingressem nos cursos de Educação de Jovens e Adultos — EJA para que tenham, pelo menos, 2 ou 3 anos de escolaridade. No Programa Brasil Escolarizado há previsão de cobertura de 10 milhões de pessoas para o EJA, mas temos 46 milhões de potenciais candidatos ao EJA. Assim, haverá suplementação? Está-se pensando em como realizar o atendimento completo do programa de alfabetização? Como será sua continuidade através dos cursos de jovens e adultos?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Começando pelo Deputado Anivaldo Vale, quanto à questão da agregação que ainda não está definida, penso que podemos constituir uma comissão técnica, porque houve posicionamentos favoráveis e contrários. É uma questão a ser discutida. Não tenho maiores ressalvas a uma eventual modificação. Há prós e contras nas duas situações. Se você agregar, talvez fique mais fácil visualizar e menos detalhado. Há implicações de operacionalidade. Podemos formar uma comissão para resolver.

Quanto às hidrovias, a eclusa de Tocantins pode ser realizada, sim, porque seu custo está estimado em cerca de 300 milhões, e o Governo do Pará está disposto a entrar com 50%. A verba que estipulamos este ano é de 70 milhões e corresponde a um quarto entre o próximo ano e o seguinte, dando para realizar neste Governo, porque o Governo do Pará se prontificou a colocar parte dos recursos faltantes. A eclusa de Lajeado é um pouco mais difícil, mas também dá para realizar.

Realizando a eclusa de Tocantins, já se permite a navegação do Rio Tocantins na sua parte até a eclusa de Lajeado, o que, portanto, é um avanço para a região.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Até Marabá, Sr. Ministro, porque depois temos as corredeiras de Santa Isabel.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Certo, até Marabá. Mas já há uma melhoria no local, e essa pode ser feita. Concorro com V.Exa. no sentido de que a natureza do transporte rodoviário se modificou ao longo dos anos e que certas rodovias são tecnicamente obsoletas. Tenho certeza de que o Ministério dos Transportes, que está elaborando um grande plano de recuperação, de ampliação e de construção de novas rodovias está atento para esse problema, de modo a recuperá-las em condições a dar vazão ao fluxo atual de tráfego.

Com relação à observação do Deputado Amauri Robledo Gasques, insisto no fato de que a Saúde terá os recursos que estão definidos na Emenda Constitucional nº 29. É 29? A esta altura já está... É porque coincide com o volume de recursos orçamentários deste ano,

;

que são 29 bilhões. Portanto, serão gastos esses recursos e todas as ações terão de ser voltadas para a Saúde, do contrário estaremos violando o preceito constitucional. Posso garantir a V.Exa. que estarão, do contrário vamos discuti-las e ver se há alguma que não está e que tenha de ser substituída por uma ação de saúde.

Quanto ao pagamento da dívida, nosso objetivo não é fazê-lo, evidentemente. Tivemos de desafogar a situação crítica em que nos encontrávamos, onde a dívida subia de forma exponencial. Aí não tem jeito, temos que dar uma brecada, mas não significa que vamos ficar 4 anos pagando a dívida. Queremos estabilizar essa relação dívida/PIB num patamar razoável, fazer o alongamento dela a partir do mercado e, então, não nos preocuparmos mais com a questão. Isso virá à medida que a taxa de juros caia para um patamar mais baixo do que o de atualmente. Assim, a dívida vai parar de crescer. A equação é esta: o PIB cresce mais, os juros ficam menores, a dívida pára de crescer e está estacionada. Portanto, não é que vamos ficar pagando a dívida. O objetivo é que a dívida estacione em torno de 50% do PIB. A partir disso, os recursos que forem disponibilizados serão utilizados em investimentos e em tudo o mais.

Em relação às questões da Educação, Deputada, temos de fato que distinguir o analfabeto funcional. São duas categorias. Temos até os números: 16 milhões de uma categoria; 30 milhões de outra. Nós sabemos que não dá para resolver o problema dos 30 milhões, mas já estaremos dando um avanço com os 16 milhões de analfabetos totais.

Vamos fazendo aos poucos, não dá para resolver todos os problemas. Os outros 30 milhões também serão alvo de ações do Ministério da Educação, de modo que a alfabetização atinja os patamares que eu considero mais civilizados. Acho que, no mínimo, são necessários 3, 4 anos de formação para atingir uma boa média, porque a média de escolaridade do trabalhador brasileiro é muito baixa, em torno de 6 anos de escolaridade, se não me engano. Na Coreia, ela é de 12, 13 anos. Temos de atingir esses patamares.

É um trabalho que vai sendo realizado em etapas, mas o Governo estabeleceu um objetivo. Assim como a educação fundamental foi privilegiada no período anterior, agora estamos voltados para a educação secundária. De certa forma, a educação fundamental possui hoje quase todas as matrículas necessárias — são 97%. Nós queremos caminhar para 100% e dar atenção ao ensino secundário. Agora, deslocou-se a deficiência para o ensino secundário, que também tem de ser alvo das ações do Ministério.

Portanto, é um conjunto de ações. Acho que o Ministério da Educação terá, no total, um pouco mais de recursos no próximo do que neste ano, de modo a poder dar conta dos objetivos.

Quanto à discriminação que a senhora menciona, serão fornecidas pela área técnica, em cada um dos investimentos, em cada segmento, todas as informações que forem requeridas, o mais breve possível.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Ministro, corremos o risco de perder o esforço inicial da alfabetização se não dermos seqüência ao processo. Ninguém aqui quer repetir o MOBIL. Se não nos preocuparmos com o que ocorrerá depois desses 6 meses, será uma perda de investimento financeiro e de expectativa criada.

Rapidamente, em relação à queda de 22% — talvez seja até uma questão de fundo ideológico —, eu realmente quero esclarecer as dúvidas que surgirão amanhã. Os únicos aumentos significativos foram para a dívida: 30% a mais para pagar débitos e 20% para amortização e juros. Houve queda de 22% em investimentos. Isso é complicado quando a questão é educação.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA - Não, há aumento de custeio. É preciso tomar cuidado com a classificação de investimento. Quando se trata de infra-estrutura, ela é muito clara; contudo, quando se trata da área de saúde e educação, ela fica um pouco dúbia. Então, é preciso ver o conjunto dos recursos. Prometo-lhe um detalhamento depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero agradecer ao Ministro Mantega a maneira democrática e transparente com que se comportou nesta reunião. S.Exa. atendeu os Srs. Parlamentares, respondeu todas as perguntas e forneceu instrumentos à Comissão para a análise do Orçamento e do PPA da melhor forma possível. Muito obrigado, Sr. Ministro.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada a reunião.

;

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 09 E 11 DE SETEMBRO DE 2003.

Aos nove e onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 25/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Antonio Cambraia, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ildeu Araujo, João Almeida, João Batista, João Tota, José Pimentel, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rogério Teófilo, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Amir Lando e Augusto Botelho. Registrou-se a presença dos Deputados não membros Coriolano Sales, Elimar Máximo Damasceno e Romeu Queiroz. O Deputado João Grandão e o Senador Sérgio Guerra justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Dr. Rosinha, Herculano Anghinetti, Jackson Barreto, Lael Varella, Mauro Lopes, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo e Roberto Balestra; - **Senadores titulares:** César Borges, Duciomar Costa, Fernando Bezerra e Jonas Pinheiro. **ABERTURA:** Às dezessete horas e treze minutos do dia nove de setembro, o Deputado João Leão, nos termos do *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em virtude da ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. O Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reiniciou os trabalhos às doze horas e vinte minutos do dia onze do mesmo mês e informou que havia *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, procedeu à apreciação da Ata da 15ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de setembro de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. O Presidente declarou a Ata **aprovada**, conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno* da Comissão. Após, informou que não seriam apreciadas as matérias constantes da Pauta nº 25. Acrescentou, ainda, que seriam apreciadas somente as Normas para Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, após reunião realizada pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Usaram da palavra para debater a matéria, os Deputados Ricardo Barros, Anivaldo Vale, Machado e Pedro Novais. Às doze horas e trinta minutos, o Presidente suspendeu a reunião para aguardar a nova redação do texto referente às Normas sob apreciação. Os trabalhos foram reiniciados às doze horas e trinta e três minutos, ao tempo em que o Senador Roberto Saturnino, na qualidade de relator do Projeto de Lei do Plano

;

Plurianual para o período 2004-2007, prestou esclarecimentos sobre as modificações ocorridas no texto referente às Normas. Em votação, as Normas para Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e seis minutos. Antes, convocou os membros para as reuniões a serem realizadas no dia dezois de setembro, no plenário 02 da Câmara dos Deputados, nos seguintes horários: às quatorze horas e trinta minutos, reunião deliberativa ordinária; às quinze horas, reunião de audiência pública com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para prestar esclarecimentos sobre os Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e do Plano Plurianual para o período 2004-2007. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo *quorum* no Senado Federal, suspendo a reunião e convoco sua continuação para quinta-feira, dia 11 de setembro, às 10h.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciados os trabalhos da 16ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 25, de 2003.

Há número regimental nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A apreciação da ata da 15ª reunião ordinária, realizada em 4 de setembro de 2003, havendo concordância do Plenário, fica dispensada sua leitura, por ter sido distribuída antecipadamente. *(Pausa.)*

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, conforme estabelecido na alínea f do art. 8º do Regimento Interno desta Comissão, declaro-a aprovada.

Passa-se à Ordem do Dia.

Em face do acertado na Comissão, não serão votados itens constantes da Pauta nº 25, de 2003. Votaremos apenas as normas para apreciação do Plano Plurianual para 2004/2007.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, houve bom entendimento sobre a proposta de normas para apreciação do PPA. Acredito que avançamos no sentido de democratizar a discussão: há Parlamentares encarregados das áreas setoriais — não se trata de Relatores, porquanto não são permitidos pelo Regimento Interno —, de encaminhar os temas.

Tenho certeza de que teremos do Relator, Senador Roberto Saturnino, a boa vontade de acatar a idéia de que o PPA, na verdade, é um plano de programas e não de temas específicos, o que nos obrigaria a ter previsão orçamentária de 2005/2006, que não temos, por isso não poderíamos consolidar despesas que não têm previsão orçamentária segura.

Comemoro o avanço e considero que temos uma boa norma para a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, essa discussão, ainda que muito pesada e demandado várias horas, avançou bastante. Mas deixo consignado que o projeto do PPA, apresentado pelo Executivo, muito detalhado, sugeriu verdadeiro orçamentão prevendo limites para metas físicas dos projetos, respeitando a regionalização a ser observada na LDO e seus critérios adicionais, no art. 3º.

Dessa forma, sem maiores considerações, a LDO passa a ser mero detalhamento de subtítulos que indicam a localização de cada ação, salvo se a mesma já não estiver detalhada.

Assim, a apreciação do PPA, no nosso entendimento, e nesse ponto reconhecemos que avançou bastante, deveria ter começado pelo texto como se fosse o parecer preliminar da Lei Orçamentária, definindo a metodologia a ser seguida no processo de alocação dos recursos orçamentários.

A Resolução nº 1, de 2001, não sistematiza o trâmite do PPA, como faz a Lei Orçamentária. E os critérios para a constituição dos comitês não são claros, e foi objeto de ampla discussão na Comissão, sem definir a ordem de escolha dos comitês, dos coordenadores ou até mesmo de um sub-relator.

;

Ao que parece, Sr. Presidente, os comitês somente farão recomendações escritas, sem nenhum parecer formal aprovado e respeitado pelo Relator geral.

O comitê de avaliação das emendas poderia ser subdividido por áreas temáticas, em número de 5, como foi discutido com o próprio Relator do Orçamento, tal como a Lei Orçamentária, para agilizar o processo, tendo inclusive maior representatividade dos partidos.

O art. 4º prevê que o Relator do PPA atuará em conjunto com o Relator-Geral do Orçamento, para promover os ajustes necessários a fim de compatibilizar especialmente o projeto de investimentos plurianuais e as prioridades e metas. É muito bom esse intercâmbio dos 2. No seu parágrafo único define como projeto de investimento plurianual o que tem a previsão de execução superior ao custo de 10 milhões — que ficou acertado. Isso também é bom.

Se o PPA fosse aprovado antes da LOA, ele prevaleceria na hora da compatibilização, não podendo os Relatores fazerem os ajustes necessários, o que ficou acertado de caminhar paralelamente.

Diante disso, Sr. Presidente, realmente houve avanços. Acho que tem de ser valorizado outro ponto inquestionável do inciso IV do art. 7º, que prevê que somente será admitida emenda com objetivo de abrangência regional e nacional, ressaltando o detalhamento das ações do mesmo nível constante da proposta observada no respectivo programa.

Por outro lado, o parágrafo único do art. 8º, que foi alterado em proposição do Deputado Ricardo Barros, faculta ao Relator a apreciação de emendas de Parlamentares que promovam a agregação de ações que objetivem enxugar um pouco, desde que preservem as características das ações nos âmbitos de cada programa. Ou seja, o Relator poderá acatar emenda de Parlamentar só em termos de detalhamento e posteriormente agregá-la a nível superior.

Acho essa valorização interessante, apesar de nosso registro pesado. Mas chegamos a um texto conciliatório, que é o objeto desta reunião.

Estamos de acordo com a votação.

O SR. PRESIDENTE.(Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Tem a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, tenho uma dúvida, que, acredito, assim que chegar o texto será esclarecida, sobre o inciso VII, que precisa ser acrescentado. Desejo ter conhecimento antes de me manifestar. Se eu tiver de discordar, não poderei votar antes de ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Assessoria está compondo a redação ideal para o inciso VII.

Está franqueada a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, gostaria que o Relator do Orçamento, que está saindo, me ouvisse. Mas o Deputado Jorge Bittar vai me escutar.

Não quero ofender o Governo anterior, nem desculpar o atual. Mas quero que o Deputado Jorge Bittar e o Senador Roberto Saturnino prestem atenção em um ponto.

Toda essa celeuma de aprovar PPA antes da LOA poderia estar resolvida, se o Governo anterior — não quero ofendê-lo — não tivesse vetado o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determinava que o Plano Plurianual deveria estar aqui muito antes do Orçamento anual. Se tivesse ocorrido isso, há 2 ou 3 meses já o teríamos. Mas na lei aprovada no plenário, que foi para o Presidente sancionar, dizia até 30 de junho. Se ela não tivesse sido sorrateiramente vetada, não estaríamos tendo o problema de agora.

Segundo ponto, Senador Roberto Saturnino. Estamos preparados para votar a LOA antes do PPA. Se V.Exa. não tiver muito cuidado, vamos repetir 1999. Integro esta Comissão há 13 anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

Vamos aguardar a redação sugerida pelo Deputado Machado por 5 minutos, tempo previsto para o documento ser trazido a esta Mesa. (Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já temos a redação.

Concedo a palavra ao Relator Roberto Saturnino.

;

**“NORMAS PARA APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DO PLANO
PLURIANUAL 2004 - 2007**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, em reunião de 11.09.2003, às 12:30 horas, realizada no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados,

Considerando que a Resolução nº 01/2001-CN estabelece normas gerais ordenadoras para a tramitação e processo de apreciação dos projetos de leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual,

Considerando a complexidade e a importância do projeto de lei do Plano Plurianual 2004 - 2007,

Considerando a ausência de regulação exaustiva e necessidade de se estabelecer normas específicas para ordenar o processo de apreciação do projeto de lei do Plano Plurianual 2004 - 2007,

DECIDE estabelecer normas específicas ordenadoras do processo de apreciação do projeto de lei do plano plurianual para o período de 2004-2007, conforme segue:

**Capítulo I
Dos Comitês e do Relator**

Art. 1º Na apreciação do projeto de plano plurianual serão constituídos os seguintes comitês:

I - de Avaliação da Consistência Fiscal e da Receita;

II - de Avaliação das Orientações Estratégicas, Megaobjetivos e Desafios, dos Programas e do Texto do Projeto de Lei; e

III - de Avaliação das Emendas às Ações Orçamentárias.

§ 1º Os comitês atuarão sob a coordenação do Relator do projeto de lei do plano plurianual e serão compostos de:

I - cinco integrantes cada, os comitês identificados nos incisos I e II deste artigo;

II - dez integrantes, o comitê previsto no inciso III deste artigo.

§ 2º Os vinte integrantes dos comitês serão designados pelo Relator, de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares, observado o critério de proporcionalidade partidária na Comissão.

§ 3º Os critérios para o estabelecimento da composição dos Comitês observarão:

I - o partido ou bancada majoritária que obtiver o maior número de integrantes de acordo com parágrafo anterior indicará um dos seus representantes para ocupar a primeira das vinte vagas dos comitês;

II - a escolha da segunda vaga será feita pelo segundo partido ou bancada com maior representação numérica, e assim sucessivamente;

III - após a escolha feita pelo partido ou bancada de menor representação nos comitês, repetir-se-á o processo até o total preenchimento das vagas dos comitês.

§ 4º As lideranças partidárias deverão encaminhar as indicações dos integrantes dos comitês no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação destas Normas.

§ 5º Esgotado o prazo definido no § 4º sem que haja pronunciamento das lideranças, o Relator fará, de ofício, a designação dos integrantes dos comitês.

Art. 2º Os comitês avaliarão as matérias afetas às suas atribuições e concluirão por recomendações escritas, aprovadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As recomendações dos comitês estarão disponíveis na Comissão e subsidiarão o Relator.

;

§ 2º *Compete ao Comitê de Avaliação da Consistência Fiscal e da Receita avaliar os parâmetros macroeconômicos e a receita orçamentária do projeto e propor as adequações que julgar necessárias.*

§ 3º *Compete ao Comitê de Avaliação das Orientações Estratégicas, Megaobjetivos e Desafios, dos Programas e do texto do Projeto de Lei avaliar as emendas apresentadas a esses elementos no projeto e propor seus pareceres.*

§ 4º *Compete ao Comitê de Avaliação das Emendas às Ações Orçamentárias avaliar a admissibilidade e propor critérios de atendimento das emendas apresentadas.*

Art 3º *Compete ao Relator elaborar o Relatório Final, que será submetido à apreciação do Plenário da Comissão.*

Parágrafo único. O Relator, na apresentação de seu Relatório Final, explicitará as decisões por ele tomadas em relação às recomendações dos comitês.

Art 4º *O relator do projeto de lei de plano plurianual atuará em conjunto com o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual, de modo a promover os ajustes necessários para compatibilizar os citados projetos de lei, em conformidade com o inciso I do § 1º do art. 166 e com o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, especialmente no que se refere aos projetos de investimentos plurianuais e às prioridades e metas para o exercício financeiro de 2004.*

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, projeto de investimento plurianual é aquele cuja previsão de execução seja superior a um ano e cujo custo total seja superior a cinco vezes o valor previsto no § 1º e uma vez o estabelecido no §2º do art. 17 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004).

Capítulo II

Das Emendas

Art. 5º *Ao projeto de lei de plano plurianual e seu anexo de prioridades e metas poderão ser apresentadas emendas na Comissão de acordo com o disposto na Resolução nº 1, de 2001 – CN.*

Parágrafo único. As emendas serão oferecidas sobre as seguintes partes do projeto:

I - Orientações Estratégicas, Megaobjetivos, Diretrizes e Desafios (Anexo I do Volume I);

II - Programas (Anexo II do Volume II);

III - Anexo de Ações Orçamentárias (Anexo II do Volume II);

IV - Anexo de Metas e Prioridades (Anexo III do Volume II);

V - Texto do projeto de lei de plano plurianual;

VI - Cancelamento integral ou parcial de ações orçamentárias constantes do projeto de lei.

VII - Alterações dos projetos não-oriundos dos orçamentos da União.

Art. 6º *Para efeito destas Normas, são consideradas emendas de texto as que proponham alterações do projeto de lei que não impliquem mudança da finalidade ou da destinação espacial dos recursos orçamentários alocados a uma ação específica, assim entendidas aquelas direcionadas:*

I - ao texto da lei do plano plurianual (Volume I);

II - ao conteúdo do Anexo I do Volume I, relativo às Orientações Estratégicas, Megaobjetivos e Desafios;

III - ao conteúdo do Anexo II do Volume II, no que se refere ao objetivo e público-alvo dos programas, seus indicadores e respectivas referências e os descritores dos produtos das ações, sem que resulte na criação de novo programa;

IV - a alterações dos projetos que não sejam oriundos dos orçamentos da União.

§ 1º *Não se aplicam as limitações relativas ao número de emendas por parlamentar às emendas previstas neste artigo, bem como às de cancelamento integral ou parcial de ações constantes do projeto de lei.*

;

§ 2º A aprovação de emendas de que trata este artigo e que impliquem, indiretamente, alteração de valor ou custo financeiro dependerá do atendimento das correspondentes emendas às ações orçamentárias, apresentadas pelo mesmo autor.

Art. 7º Aplicam-se as seguintes disposições às emendas de que tratam os incisos do parágrafo único do art. 5º :

I - cada emenda deverá referir-se a uma única orientação estratégica, megaobjetivo, desafio, programa, ação, prioridade, artigo ou parágrafo;

II - a emenda que resulte na criação de programa novo somente será admitida se preenchidos, pelo autor, todos os campos que compõem a estrutura do programa, e se

for apresentada com a respectiva fundamentação técnica;

III - a emenda que resulte na inclusão de nova ação, ou no aumento de recursos para ação existente, somente será aprovada com a indicação de cancelamentos compensatórios, de forma a reduzir, na mesma magnitude, valores alocados em outras ações existentes no projeto de lei;

IV - não serão objeto de cancelamento compensatório, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, os recursos alocados para os gastos previstos no art. 166, § 3º, da Constituição Federal, bem como aqueles destinados a atender programação à conta de benefícios previdenciários e as despesas obrigatórias de caráter continuado previstas no anexo da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004);

V - somente será admitida emenda ao anexo de Ações Orçamentárias cujos valores de suplementação ou cancelamento sejam oriundos dos orçamentos da União;

VI - somente será admitida emenda cujo objetivo tenha abrangência regional ou nacional, ressalvado o detalhamento das ações no mesmo nível constante da proposta, observados os respectivos programas.

Art. 8º É vedada a apresentação de emendas de Relator que impliquem o aumento de dotação ou a inclusão de novos programas ou novas ações, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, devidamente justificadas.

§ 1º. O Relator poderá apresentar emendas objetivando agregar ações orçamentárias, sobretudo, a que detalham simultaneamente, produto e localização, com características se subtítulos, porém, preservando as suas finalidades no âmbito de cada programa.

§ 2º As ações agregadas de que trata o parágrafo anterior deverão ser devidamente discriminadas no Relatório, segundo cada ação resultante.

Capítulo III **Do Relatório Final**

Art. 9º . O relatório final do projeto de lei do plano conterá Parte Geral e Parte Orçamentária.

I – A Parte Geral conterá:

a) texto da lei;

b) exame crítico e prospectivo da conjuntura econômica e da consistência fiscal do período de aplicação do plano;

c) avaliação das fontes de financiamento, com ênfase nas estimativas de receita dos orçamentos da União;

d) avaliação da proposta encaminhada pelo Poder Executivo do ponto de vista do atendimento às disposições constitucionais e legais;

e) avaliação das orientações estratégicas, megaobjetivos e desafios;

f) demonstrativos dos pareceres às emendas relativas à parte geral, por autor e número de emenda.

g) Quadro das dotações não orçamentárias.

II – A Parte Orçamentária conterá:

a) análise dos programas e ações;

;

- b) critérios e parâmetros utilizados para o acolhimento de emendas;
- c) demonstrativos dos acréscimos e cancelamentos efetuados na programação;
- d) demonstrativos dos pareceres às emendas apresentadas à Parte Orçamentária, por autor e número da emenda;
- e) demonstrativos dos acréscimos e cancelamentos efetuados, por Região;
- f) anexo de prioridades e metas para 2004.

Capítulo IV **Das Disposições Gerais**

Art. 10 As regras previstas para apreciação do projeto de lei do plano plurianual aplicam-se, no que couber, aos projetos de lei de sua revisão.

Art. 11 Aplicam-se ao projeto de lei do plano plurianual, no que couber, as demais normas que regem a apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2003”.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Bem, o que importa é a redação do inciso VII, novo, inserido no art. 5º, parágrafo único, “alterações dos recursos não oriundos dos Orçamentos da União”, e no art. 6º foi inserido o inciso IV “alterações dos recursos que não sejam oriundos dos Orçamentos da União”. É só acrescentar aquela outra hipótese.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Relator, não seria “alteração dos projetos” em vez de “dos recursos”? O texto correto não seria “alteração dos projetos” e não “dos recursos”? Essa seria a solução correta para o texto.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Art. 5º.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Peço a V.Exa. que releia para nós a alteração proposta.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Acho que o Deputado tem razão: “alterações dos projetos”.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, também desejo esclarecimento do Relator, aliás, para toda a Comissão.

Senador Roberto Saturnino, ao estipularmos o limite de 10 milhões, na proposta do Executivo há vários programas que vamos ter que detalhar, mesmo que agregados, no Orçamento. Eles podem ser inferiores a esse montante. Então, essa decisão certamente não deve alcançar o projeto. É esse o entendimento?

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Acho que sim, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Isso deve ficar claro, para que depois não seja dito que não pode, porque vai transcrever para o Orçamento e, mesmo que agregue, pode ficar inferior. Então, não pode haver esse corte no âmbito do Executivo.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a provam permaneçam como se encontram.

APROVADA.

Fica convocada reunião ordinária para terça-feira, às 14h30min, e audiência pública, às 15h, com a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, que falará sobre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 23 E 25 DE SETEMBRO DE 2003.**

Aos vinte e três e vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pautas nºs 25-A, 26 e 27/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Bismarck Maia, Carlito Merz, Carlos Melles, César Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, André Luiz, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Eduardo Valverde, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Tota, José Pimentel, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Mário Negromonte, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Silas Brasileiro, Waldemir Moka e Wilson Santiago; - **Senadores suplentes:** Amir Lando e Augusto Botelho. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Coriolano Sales, Dr. Heleno e Gilberto Nascimento. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Cabral justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Ary Vanazzi, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Elaine Costa, Herculanô Anghinetti, Jorge Bittar, José Borba, José Priante, Lael Varella, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros e Osvaldo Coêlho; - **Senadores titulares:** Duciomar Costa, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otávio e Magno Malta. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia vinte e três de setembro, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em razão da ausência de número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes, anunciou a continuação dos trabalhos para às dezoito horas do mesmo dia, após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, prevista para às dezessete horas. O Presidente reiniciou os trabalhos às dezoito horas e cinquenta minutos informando que havia *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, em face da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário Câmara dos Deputados, a reunião foi suspensa. Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e cinco do mesmo mês, reiniciaram-se os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da ausência de número regimental para deliberação no recinto do Plenário, o Presidente encerrou a reunião, às dez horas e trinta e dois minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária a realizar-se no dia trinta de setembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Realizaremos reunião com os Líderes para tratar de assuntos importantes às 17 horas na Presidência e teremos a continuação desta reunião às 18 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Suspendo a realização desta reunião, em virtude de estar havendo votação nominal no plenário da Câmara dos Deputados.

Convoco reunião para a próxima quinta-feira, às 10 horas.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apesar de haver número no registro, não há na Casa presença de Parlamentares suficientes para a abertura desta reunião.

Em face disso, encerro a presente reunião e convoco outra para terça-feira, 30 de setembro, às 14 horas e 30 minutos. Comunico ainda a realização de uma reunião do Colégio de Líderes, às 14 horas, para definir alguns problemas de pauta e discussão de relatórios e emendas.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 08 E 14 DE OUTUBRO DE 2003.**

Aos oito e quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pautas nºs 29 e 30/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Antonio Carlos Mendes Thame, Bismarck Maia, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Geraldo Resende, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, João Grandão, João Leão, João Magno, José Carlos Elias, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nelson Meurer, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Almir Moura, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Correia, José Pimentel, Josué Bengtson, Kátia Abreu, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Manoel Salviano, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Welinton Fagundes e Wilson Santiago; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas e Eduardo Suplicy. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros, Benedito de Lira, Elimar Máximo Damasceno e Pompeo de Mattos. O Senador Geraldo Mesquita Júnior justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Dr. Hélio, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jorge Bittar, José Borba, José Chaves, José Priante, José Rocha, Jovair Arantes, Lael Varella, Machado, Mauro Lopes, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Wellington Roberto; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia oito de outubro, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em razão da ausência de número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes, anunciou a continuação dos trabalhos para às dezesseis horas, após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, prevista para às quinze horas. O Presidente reiniciou a reunião, às dezesseis horas e trinta e quatro minutos do mesmo dia, informando que havia *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, em face da realização simultânea da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou sua continuação para o dia nove de outubro de 2003. **ENCERRAMENTO:** Às quinze horas e um minuto do dia quatorze do mesmo mês, o Presidente reiniciou os trabalhos anunciando que não havia sido possível dar continuidade à reunião no dia nove de outubro em virtude do incidente ocorrido no prédio do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Em seguida, às quinze horas e dois minutos, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

;

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo número regimental para deliberação nas duas Casas, convoco a continuação da reunião para as 16 horas.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude da realização simultânea da reunião de Líderes, que ocorre neste momento na Presidência, suspendo esta reunião e convoco sua continuação para amanhã, quinta-feira, 9 de outubro, às 10 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude do incidente ocorrido no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados não foi possível realizar a reunião marcada para o dia 9 de outubro, às 10 horas.

Declaro, portanto, encerrada a 1ª Reunião Extraordinária.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 14 E 15 DE OUTUBRO DE 2003.

Aos quatorze e quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs 30 e 31/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, César Silvestri, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Guerra e Serys Shhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Eduardo Paes, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Almeida, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Vander Loubet, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Benedito de Lira, Coriolano Sales, Elimar Máximo Damasceno e Pompeo de Mattos. O Senador César Borges justificou a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, José Priante, Jovair Arantes, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Ricardo Barros e Roberto Balestra; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Romeu Tuma e Sérgio Cabral. **ABERTURA:** Às quinze horas e dois minutos do dia quatorze de outubro, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em virtude da inexistência de número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os trabalhos foram reiniciados às dezessete horas e trinta e um minutos do mesmo dia. Entretanto, tendo em vista a persistência da falta de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente suspendeu a reunião. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia quinze de outubro, o Presidente anunciou a reabertura dos trabalhos informando que ainda não havia *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal e, por este motivo, adiaria a apreciação da Ata da 18ª Reunião Ordinária. Em seguida, solicitou ao Deputado Pauderney Avelino que procedesse à leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Correspondência interna recebida: **1)** Ata da Bancada do Estado do Rio de Janeiro em que comunica a eleição dos Deputados Luiz Sérgio e José Divino como coordenadores da respectiva bancada. **2)** Ofício n.º 267, de 08 de outubro, do Deputado César Borges, comunicando que não consta irregularidade quanto às obras do metrô da cidade de Salvador, conforme expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo. - Cópia desse expediente foi encaminhada ao Senador Almeida Lima, relator do Aviso n.º 91/2003-CN, em 09 de outubro. **3)** Ofício CD-

;

306, de 22 de setembro, do Deputado Edmar Moreira, solicitando a alteração do nome do município na emenda nº 782, apresentada ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN. - A solicitação foi indeferida, conforme o exposto no Ofício Técnico nº 15/2003, de 10 de outubro, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Expediente encaminhado via fax em 03 de outubro, do Deputado Jovair Arantes, justificando ausência no período de 30 de setembro a 07 de outubro, por estar em missão oficial. **2)** Ofícios nºs 203 e 205, de 02 e 03 de outubro, do Senador Romero Jucá, justificando ausência às reuniões dos dias 02 de outubro e 30 de setembro de 2003, respectivamente. **3)** Ofício nº 277, de 03 de outubro, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 02 de outubro, tendo em vista atestado médico apresentado. **4)** Ofício nº 87, de 02 de outubro, do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 02 de outubro, tendo em vista participação em reunião do Partido. **5)** Ofício nº 680, de 02 de outubro, do Senador Magno Malta, justificando ausência no dia 02 de outubro, tendo em vista participação na comemoração dos 50 anos da Petrobras. **6)** Ofício nº 284, de 06 de outubro, do Senador Leomar Quintanilha, justificando ausência no dia 30 de setembro e 01 e 02 de outubro, em virtude de compromissos político partidários. **7)** Ofício nº 134, de 07 de outubro, do Senador João Ribeiro, justificando ausência nos dias 02 e 09 de setembro, tendo em vista participação em reuniões político-partidárias. A solicitação foi indeferida, conforme o estabelecido no *art.10 do Regulamento Interno da Comissão*. **8)** Ofício nº 355, de 07 de outubro, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 30 de setembro, em virtude de compromissos políticos agendados anteriormente. **9)** Ofício nº 72, de 14 de outubro, do gabinete do Deputado Leonardo Monteiro, justificando ausência no dia 14 de outubro, tendo em vista afastamento para missão oficial. **10)** Ofício nº 226, de 14 de outubro, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no período de 06 a 10 de outubro, tendo em vista afastamento para missão oficial. **11)** Ofício nº 164, de 13 de outubro, do Deputado César Silvestri, justificando ausência no período de 30 de setembro a 02 de outubro, tendo em vista compromissos político-partidários. - Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 2.675, de 02 de setembro, encaminhado via fax, da assessoria parlamentar do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, informando sobre o seu comparecimento perante a Comissão no dia 07 de outubro, às 15 horas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. - As reuniões marcadas para o dia 07 de outubro foram canceladas pela Presidência da Câmara dos Deputados. **2)** Ofício nº 507, de 29 de setembro, do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Dr. Jerson Kelman, que na qualidade de órgão responsável pela gestão orçamentária de verbas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, manifesta-se quanto às limitações impostas à aplicação destes recursos em decorrência do que está proposto nos Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e do Plano Plurianual para o período de 2004-2007. **3)** Ofício nº 555, de 02 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba, Antônio Edwaldo Costa “Dunga”, que encaminha cópia do Requerimento nº 634/2003, de autoria do Vereador Pastor José de Jesus, aprovado em 29 de setembro, em que manifesta apoio às emendas apresentadas pelo Deputado João Batista ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN, para aquisição de 4 veículos para transporte escolar e para aquisição de material didático para escolas municipais de Araçatuba. – O Deputado Pauderney Avelino informou que cópia desse expediente havia sido encaminhada ao Senador Amir Lando, relator do Projeto de Lei nº 32/2003-CN, em 09 de outubro. **4)** Aviso nº 1.824, de 09 de outubro, do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que encaminha cópia da Nota Técnica nº 16, de 03 de outubro, com finalidade de detalhar os valores a serem incluídos nos Projetos de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e da Proposta Orçamentária para 2004 para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil nos contratos de financiamento externo. **5)** Expediente de 08 de outubro, da Camargo Corrêa S.A – Construções e Comércio, que encaminha cópia de certidão expedida pela Secretaria da Presidência do Tribunal de Contas da União, cujo teor é sobre o Acórdão 1.002/2003-TCU-Plenário e não estabeleceu restrições à execução orçamentária sobre as obras de implantação do sistema de transposição de desnível de Tucuruí. **6)** Ofício nº 4.415, de 10 de setembro, do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhando informações sobre procedimentos adotados para sanar as questões levantadas pelo Tribunal de Contas da União, em aditamento ao Ofício nº

;

3.918/2003 TSE enviado anteriormente à Comissão, sobre os Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio Grande do Norte e do Piauí. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos artigos 54 e 55, da *Lei de Responsabilidade Fiscal*, referente ao 2º quadrimestre de 2003, dos seguintes Tribunais: **1)** Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 9ª, 18ª, 19ª, 21ª, 22ª e 24ª. **2)** Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rondônia, Sergipe, Piauí, Roraima, Minas Gerais e Pernambuco. **3)** Tribunal Superior do Trabalho, Justiça do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral. - Aviso de 26 de setembro encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: . Aviso nº 1.943-GP/TCU, informando da decisão de alertar o Congresso Nacional quanto à importância de se aferir a adequação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, no âmbito de cada Poder, após exame dos relatórios de gestão fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2002. - Avisos/SGS, de 1º de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: **1)** 2.506 (Acórdão nº 1.455/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR-330/PI – Bom Jesus – Divisa PI/MA: esse Aviso foi apensado ao Aviso nº 30/2003-CN, por tratar-se da mesma obra. **2)** 2.507 (Acórdão nº 1.456/2003): inspeção nas obras de reforço no sistema de transmissão na Área do Estado de Goiás e do Distrito Federal. **3)** 2.510 (Acórdão nº 1.457/2003): auditoria no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim do Sul, no Estado do Rio de Janeiro. **4)** 2.511 (Acórdão nº 1.458/2003): auditoria no Programa de Trabalho de Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini no Estado do Rio Grande do Sul. **5)** 2.512 (Acórdão nº 1.460/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-402, no Estado do Maranhão, trecho Barreirinhas – Divisa MA/PI. **6)** 2.514 (Acórdão nº 1.461/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Amazonas. **7)** 2.533 (Acórdão nº 1.465/2003): auditoria para avaliação da situação financeira e patrimonial do sistema de previdência social dos servidores públicos. - Aviso-SGS de 06 de outubro encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: . Aviso nº 2.545 (Acórdão nº 1.361/2003): Relatório de análise de documentação obtida em auditoria no Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima e Governo do Estado de Roraima, referentes a obras realizadas nas Rodovias BR-401 e RR-319. – Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 88/2003-CN, por tratar-se da mesma obra. - Aviso de 07 de outubro encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: . Aviso nº 2.042-GP/TCU, referindo-se ao Aviso nº 2.477-SGS-TCU, que encaminhou o Relatório de Levantamento das fiscalizações realizadas em obras públicas no exercício de 2003, comunica que encaminhará mensalmente a relação das obras que tiverem parecer pela não necessidade de paralisação cautelar de repasse dos respectivos recursos – Esse Aviso foi apensado ao Projeto de Lei nº 31/2003-CN (Proposta Orçamentária para 2004). - Avisos-SGS, de 08 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: **1)** 2.571 (Acórdão nº 1.494/2003): tomada de contas especial sobre as obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e Passagem em desnível, no Município de Brusque, em Santa Catarina. **2)** 2.579 (Acórdão nº 1.502/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro. **3)** 2.580 (Acórdão nº 1.505/2003): auditoria nas obras de restauração das rodovias federais no Estado do Pará – BR-158 (Trecho Casa de Tábua/Santana do Araguaia) e BR-316. **4)** 2.587 (Acórdão nº 1.484/2003): pedido de reexame de deliberação que imputou multa ao Diretor de Operações Rodoviárias do então DNER, em virtude de irregularidades na condução de certame licitatório. **5)** 2.608 (Acórdão nº 1.485/2003): auditoria nas obras de ampliação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. **6)** 2.609 (Acórdão nº 1.492/2003 e Decisões nºs 1.084/2001, 1.099/2002 e 1.649/2002 e Acórdãos 130/2003 e 476/2003): Informações sobre o exame dos Relatórios de Gestão Fiscal de que tratam os arts. 54 e 55 da *Lei Complementar nº 101/2000*. **7)** 2.610 (Acórdão nº 1.503/2003): auditoria nas obras de implantação do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará. **8)** 2.611 (Acórdão nº 1.504/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus/AM. **9)** 2.613 (Acórdão nº 1.508/2003): auditoria nas obras do Projeto de Irrigação do 3º Rio Sampaio, em Tocantins. - Aviso-GP, de

10 de outubro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: . Aviso nº 2.070: Refere-se ao Relatório do Senador Magno Malta, que solicita informações sobre as obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco – BR-101/SE, Divisa entre AL/SE e SE/BA e informa que foram tomadas as providências pertinentes ao assunto. - Precatórios Judiciários a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2004, conforme o *art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004*, referentes aos seguintes órgãos: **1)** Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: Precatório/Requisitório nº 2002.0009.7461-4, em 20/12/2002. **2)** Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: Precatório/Requisitório nº 2003.0005716-7, em 16/05/2003. Após a leitura do expediente, o Presidente anunciou que o *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal havia sido atingido. A seguir, o Deputado Pauderney Avelino solicitou que fosse feita a compatibilização do Projeto de Lei Orçamentária para 2004 ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e que as correções constassem do Parecer Preliminar a ser aprovado pelo Plenário da Comissão. O Deputado Gilmar Machado apresentou requerimento oral para inversão de pauta no sentido de que as matérias constantes da Pauta nº 31 fossem apreciadas inicialmente. O Presidente anunciou que primeiramente passaria à apreciação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30/09 e em 01 e 02/10/2003. O Presidente propôs que fosse dispensada a leitura da Ata. Em votação, a dispensa da leitura da Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente declarou aprovada a Ata, conforme estabelecido na *alínea "f" do art.8º do Regulamento Interno da Comissão*. Os Deputados Alberto Goldman, Pauderney Avelino, Luiz Carreira e Anivaldo Vale não se manifestaram favoráveis à declaração de aprovação de Ata feita pelo Presidente e solicitaram que anunciasse a sua votação ao Plenário. O pleito dos parlamentares foi atendido. O Presidente anunciou a votação da Ata. Ao proclamar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Anivaldo Vale pediu verificação de votação, com apoio dos Deputados Alberto Goldman, Pauderney Avelino, Júlio César, Eduardo Sciarra e Luiz Carreira, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01/2001-CN*. **ENCERRAMENTO:** Sendo visível a inexistência de número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, o Presidente encerrou a reunião, às quinze horas e dezoito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há número regimental para abertura da 19ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Convoco, assim, a continuação desta reunião para hoje, às 17 horas.

Convido os Líderes para a reunião na Presidência.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31 de 2003.

Ainda não há número regimental no Senado Federal. Falta 1 Senador e o Senado Federal está na Ordem do Dia. Em face disso, a reunião fica suspensa.

Convoco reunião para amanhã às 14h30min.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 19ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30 e 31, de 2003.

Como ainda não há número regimental no Senado para deliberação, não podemos apreciar a ata da sessão anterior, razão pela qual passaremos à leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Expediente.

Correspondência interna recebida:

1 - Ata da bancada do Estado do Rio de Janeiro, que comunica a eleição dos Deputados Luiz Sérgio e José Divino como coordenadores da respectiva bancada.

2 - Ofício nº 267, de 8 de outubro, do Deputado César Borges — do Senador César Borges, creio — comunicando que não consta irregularidade quanto às obras do metrô da cidade de Salvador, conforme expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Cópia desse expediente foi encaminhada ao Senador Almeida Lima, Relator do Aviso nº 91/2003-CN, em 9 de outubro.

3 - Ofício CD-306, de 22 de setembro, do Deputado Edmar Moreira, solicitando a alteração do nome do Município na emenda nº 782, apresentada ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN.

A solicitação foi indeferida, conforme o exposto no Ofício Técnico nº 15/2003, de 10 de outubro, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1 - Expediente encaminhado via fax em 3 de outubro, do Deputado Jovair Arantes, justificando ausência no período de 30 de setembro a 7 de outubro, por estar em missão oficial.

2 - Ofícios nºs 203 e 205, de 2 e 3 de outubro, do Senador Romero Jucá, justificando ausência às reuniões dos dias 2 de outubro e 30 de setembro de 2003, respectivamente.

3 - Ofício nº 277, de 3 de outubro, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 2 de outubro, tendo em vista atestado médico apresentado.

4 - Ofício nº 87, de 2 de outubro, do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 2 de outubro, tendo em vista participação em reunião do partido.

5 - Ofício nº 680, de 2 de outubro, do Senador Magno Malta, justificando ausência no dia 2 de outubro, tendo em vista participação na comemoração dos 50 anos da PETROBRAS.

6 - Ofício nº 284, de 6 de outubro, do Senador Leomar Quintanilha, justificando ausência no dia 30 de setembro e 1º e 2 de outubro, em virtude de compromissos político-partidários no meu Estado — no dele.

7 - Ofício nº 134, de 7 de outubro, do Senador João Ribeiro, justificando ausência nos dias 2 e 9 de setembro, tendo em vista participação em reuniões político-partidárias.

Informo que a solicitação foi indeferida, conforme o estabelecido no art. 10 do Regulamento Interno da Comissão.

8 - Ofício nº 355, de 7 de outubro, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 30 de setembro, em virtude de compromissos políticos agendados anteriormente.

9 - Ofício nº 72, de 14 de outubro, do gabinete do Deputado Leonardo Monteiro, justificando ausência no dia 14 de outubro, tendo em vista afastamento para missão oficial.

10 - Ofício nº 226, de 14 de outubro, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no período de 6 a 10 de outubro, tendo em vista afastamento para missão oficial.

11 - Ofício nº 164, de 13 de outubro, do Deputado César Silvestri, justificando ausência no período de 30 de setembro a 2 de outubro, tendo em vista compromissos político-partidários.

Correspondência externa recebida:

1 - Ofício nº 2.675, de 2 de setembro, encaminhado via fax, da assessoria parlamentar do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, informando sobre o seu comparecimento perante a Comissão no dia 7 de outubro, às 15 horas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

As reuniões marcadas para o dia 7 de outubro foram canceladas pela Presidência da Câmara dos Deputados.

2 - Ofício nº 507, de 29 de setembro, do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Dr. Jerson Kelman, que, na qualidade de órgão responsável pela gestão orçamentária de verbas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, manifestasse quanto às limitações impostas à aplicação desses recursos, em decorrência do que está proposto nos Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e do Plano Plurianual para o período de 2004-2007.

3 - Ofício nº 555, de 2 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba, Antônio Edwaldo Costa "Dunga", que encaminha cópia do Requerimento nº 634/2003, de autoria do Vereador Pastor José de Jesus, aprovado em 29 de setembro, em que manifesta apoio às emendas apresentadas pelo Deputado João Batista ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN, para aquisição de 4 veículos para transporte escolar e para aquisição de material didático para escolas municipais de Araçatuba.

Cópia desse expediente foi encaminhada ao Senador Amir Lando, Relator do Projeto de Lei nº 32/2003-CN, em 9 de outubro.

4 - Aviso nº 1.824, de 9 de outubro, do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que encaminha cópia da Nota Técnica nº 16, de 3 de outubro, com finalidade de detalhar os valores a serem incluídos nos projetos de lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007 e da Proposta Orçamentária para 2004, para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil nos contratos de financiamento externo.

5 - Expediente de 08 de outubro, da Camargo Corrêa S.A – Construções e Comércio, que encaminha cópia de certidão expedida pela Secretaria da Presidência do Tribunal de Contas da União, cujo teor é sobre o Acórdão 1.002/2003/TCU/Plenário e não estabeleceu restrições à execução orçamentária sobre as obras de implantação do sistema de transposição de desnível de Tucuruí.

6 - Ofício nº 4.415, de 10 de setembro, do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhando informações sobre procedimentos adotados para sanar as questões levantadas pelo Tribunal de Contas da União, em aditamento ao Ofício nº 3.918/2003/TSE, enviado anteriormente à Comissão, sobre os Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio Grande do Norte e do Piauí.

Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos art. 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2003, dos seguintes Tribunais:

Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 9ª, 18ª, 19ª, 621ª, 22ª e 24ª.

Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rondônia, Sergipe, Piauí, Roraima, Minas Gerais e Pernambuco.

Tribunal Superior do Trabalho, Justiça do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.

Aviso de 26 de setembro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 1.943-GP/TCU, de 26 de setembro, informando da decisão de alertar o Congresso Nacional para a importância de se aferir a adequação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, no âmbito de cada Poder, após exame dos relatórios de gestão fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2002.

Avisos/SGS, de 1º de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

1 - Aviso nº 2.506 (Acórdão nº 1.455/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste — BR-330/PI — Bom Jesus — Divisa PI/MA.

Este Aviso foi apensado ao Aviso nº 30/2003-CN, por tratar-se da mesma obra.

2 - Aviso nº 2.507 (Acórdão nº 1.456/2003): inspeção nas obras de reforço no sistema de transmissão na Área do Estado de Goiás e do Distrito Federal.

3 - Aviso nº 2.510 (Acórdão nº 1.457/2003): auditoria no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

4 - Aviso nº 2.511 (Acórdão nº 1.458/2003): auditoria no Programa de Trabalho de Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini no Estado do Rio Grande do Sul.

5 - Aviso nº 2.512 (Acórdão nº 1.460/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-402, no Estado do Maranhão, trecho Barreirinhas — Divisa MA/PI.

6 - Aviso nº 2.514 (Acórdão nº 1.461/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Amazonas.

7 - Aviso nº 2.533 (Acórdão nº 1.465/2003): auditoria para avaliação da situação financeira e patrimonial do sistema de previdência social dos servidores públicos.

Aviso-SGS, de 6 de outubro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 2.545 (Acórdão nº 1.361/2003): Relatório de análise de documentação obtida em auditoria no Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima e Governo do Estado de Roraima, referentes a obras realizadas nas Rodovias BR-401 e RR-319. Este expediente foi anexado ao Aviso nº 88/2003-CN, por tratar-se da mesma obra.

Aviso de 7 de outubro encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 2.042-GP/TCU, referindo-se ao Aviso nº 2.477/SGS/TCU, que encaminhou o Relatório de Levantamento das fiscalizações realizadas em obras públicas no exercício de 2003, comunica que encaminhará mensalmente a relação das obras que tiverem parecer pela não necessidade de paralisação cautelar de repasse dos respectivos recursos. Este Aviso foi apensado ao Projeto de Lei nº 31/2003-CN (Proposta Orçamentária para 2004).

Avisos-SGS, de 8 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

1 - Aviso nº 2.571 (Acórdão nº 1.494/2003): tomada de contas especial sobre as obras de prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e Passagem em desnível, no Município de Brusque, em Santa Catarina.

2 - Aviso nº 2.579 (Acórdão nº 1.502/2003): auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro.

3 - Aviso nº 2.580 (Acórdão nº 1.505/2003): auditoria nas obras de restauração das rodovias federais no Estado do Pará — BR-158 (Trecho Casa de Tábua/Santana do Araguaia) e BR-316.

4 - Aviso nº 2.587 (Acórdão nº 1.484/2003): pedido de reexame de deliberação que imputou multa ao Diretor de Operações Rodoviárias do então DNER, em virtude de irregularidades na condução de certame licitatório.

5 - Aviso nº 2.608 (Acórdão nº 1.485/2003): auditoria nas obras de ampliação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.

6 - 2.609 (Acórdão 1.492/2003) e Decisões nºs 1.084/2001, 1.099/2002 e 1.649/2002 e Acórdãos 130/2003 e 476/2003: informações sobre o exame dos Relatórios de Gestão Fiscal de que tratam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000.

7 - 2.610 (Acórdão nº 1.503/2003): auditoria nas obras de implantação do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará.

8 - 2.611 (Acórdão nº 1.504/2003): auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus/AM.

9 - 2.613 (Acórdão nº 1.508/2003): auditoria nas obras do Projeto de Irrigação do 3º Rio Sampaio, em Tocantins.

Aviso GP, de 10 de outubro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

Aviso 2.070. Refere-se ao relatório do Senador Magna Malta, que solicita informações sobre as obras de adequação de trecho rodoviário no Corredor São Francisco, BR-101, Sergipe, divisa Alagoas/Sergipe e Sergipe/Bahia e informa que foram tomadas providências pertinentes ao assunto.

Precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2004, conforme o artigo 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, referentes aos seguintes órgãos:

1 - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: Precatório Requisitório nº 2002.0009.7461-4, em 20/12/2002.

2 - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: Precatório Requisitório nº 2.003.0005716-7, em 16/05/2003.

Era esse o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já existe *quorum* completo na Comissão.

Apreciação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de setembro, e 1º e 2 de outubro de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Solicito dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, informei ao Relator do Projeto de Lei Orçamentária, Deputado Jorge Bittar, que não se encontra presente no momento, que nós, do Partido da Frente liberal, não poderemos votar esse relatório preliminar em função de termos encontrado muitas irregularidades entre o PPA e a Lei Orçamentária.

Portanto, solicitamos ao Relator que faça constar nesse parecer preliminar o registro sobre as obras que estão no PPA, iniciadas com dotações orçamentárias até 2003 e que sumiram do Projeto de Lei Orçamentária de 2004.

Nós, Sr. Presidente, não nos sentiremos à vontade para votar esta matéria, se não houver essa correção. Vou saber qual é a destinação que o Executivo pretende dar a esses projetos.

Portanto, peço a V.Exa. que me informe se foi feita essa correção a pedido do Partido da Frente Liberal. Se não foi feita, eu solicitaria a V.Exa. que suspendesse a sessão, porque não temos condições de votar essa matéria.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, quero, em primeiro lugar, dizer que o nobre Relator, Deputado Jorge Bittar, encontra-se em reunião solicitada pelas Lideranças do Senado, para debater a questão tributária, e que tem também relação com o Orçamento, já que as alterações que o Senado provocar na questão tributária evidentemente terão reflexo no Orçamento. Por isso que S.Exa. ainda não chegou, mas está se dirigindo para cá.

A proposta que eu gostaria de fazer é que pudéssemos inverter o Item 1 da pauta. Em vez do Item 30 da pauta, que passássemos para o Item 31. Quando o nobre Deputado Jorge Bittar chegasse, entraríamos no debate dessa solicitação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Pela ordem, Sr. Presidente. Vamos ler a ata, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Há a leitura da ata, Presidente.

(Não identificado) - Já foi lida.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Já foi dispensada a leitura da ata? Não ouvi isso ser mencionado.

(Não identificado) - Foi lida.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A ata não foi lida.

(Não identificado) - Foi lido o expediente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Queremos a leitura da ata, porque coloca a ata em pauta, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apreciação da ata da 18ª reunião ordinária, realizada no dia 30 de setembro e 1 e 2 de outubro de 2003.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Proponho que seja dispensada a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Se houver concordância do Plenário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Podemos dispensar a leitura da ata? Proponho que seja dispensada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Solicitei dispensa.

(Não identificado) - Gostaria que fosse lida, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Proponho que seja dispensada a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - O PFL gostaria que fosse lida a ata.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Peço a dispensa também. É só colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O.k., vamos dispensar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria de tomar conhecimento a respeito de qual reunião esta ata está tratando, porque temos tantas reuniões suspensas que, de repente, não sabemos que ata estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Atas dos dias 30 de setembro, 1º e 2 de outubro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Refere-se àquela última reunião que tivemos aqui e votamos 2 créditos?

(Não identificado) - Isso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

(Não identificado) - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, V.Exa. ainda não decidiu sobre a questão do relatório preliminar, se vai inverter pauta, sobre o que foi sugerido pelo Deputado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, não começamos a Ordem do Dia. Estamos cuidando da ata, que é anterior ao item do relatório.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Então, vamos solicitar a dispensa da leitura da ata, já que V.Exa. esclareceu ao nobre Deputado as datas das respectivas atas e das respectivas sessões, senão não teremos condição...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara a dispensa de leitura da ata.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que aprovam...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Está V.Exa. votando a dispensa da leitura da ata?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Agora vamos votar a ata?

(Não identificado) - A ata.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Colocou V.Exa. em votação a dispensa da leitura da ata, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É isso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agora colocará em votação a ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão a ata, que foi distribuída antecipadamente.

Não havendo quem queira se manifestar, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do regulamento interno da Comissão, declaro aprovada a ata.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ninguém quis discutir, nem votou contra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A discussão foi dispensada. Não queremos discutir. Na votação, nós somos contra e queremos verificação de *quorum*.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, o meu voto é contrário.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - *(Ininteligível)* no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Foi dispensada a leitura.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O meu voto é contrário. Eu pedi a dispensa da leitura, mas meu voto é contrário à ata.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A verificação é na votação. Na leitura, está tudo o.k.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não ouvimos quando V.Exa. colocou em votação a ata.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não é vencida, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, colocamos a ata em discussão. Ninguém quis se manifestar quando a coloquei em votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Na votação, sim. Somos contra e queremos verificação de *quorum*. Temos o apoio do PFL.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O meu voto é contra a ata. Sr. Presidente, solicito ao Presidente verificação de votação.

(Não identificado) - Verificação no Senado também.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem.

(Não identificado) - Só pedimos verificação depois de votar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Houve votação da dispensa de leitura.

(Não identificado) - Quanto à dispensa da leitura, tudo o.k., nós somos favoráveis. Agora, com respeito à aprovação da ata, nós somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como não houve discussão, eu

...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Está aí, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Eu estou com o braço levantado, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sim, nós não queremos discutir não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu estou votando contra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas o PFL se coloca contra, não é favorável à aprovação da ata. Fica aqui o nosso voto discordante.

(Não identificado) - Registrar o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pelo regulamento interno, não sendo discutida a ata, o Presidente a considera aprovada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não estou entendendo o que V.Exa. está dizendo. Por favor, fale mais perto do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Discutimos primeiro a dispensa da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - E colocamos em votação, aprovada a dispensa. Coloquei em discussão. Como ninguém quis se manifestar, conforme alínea "f" do Regimento Interno, declarei a ata aprovada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, posso não discutir uma matéria, mas ser contra ela. Não há necessidade de eu discutir uma matéria sendo contra ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem todo o direito de discordar e não discutir.

(Não identificado) - Sr. Presidente, mesmo que tenha votado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agora, tem-se que reformar o regulamento interno para que o Presidente não possa decidir.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, diga-me em que ponto do Regimento está, se eu não falar contra, que eu não tenho o direito de pedir verificação. Onde é que consta isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Na alínea "f".

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A dispensa de leitura não tem nada a ver, porque ela está escrita aqui, portanto, posso pedir dispensa. Não há necessidade de ler a ata. Ela está escrita. Ora, não sou obrigado a discutir, mas o meu voto é contra e eu quero verificação. Não há nada de novo nisso, sempre foi assim, Sr. Presidente. Não há outra forma, outra interpretação. Não sou obrigado a discutir uma ata, mas posso votar contra ela e pedir verificação. Tenho direito de votar contra uma matéria mesmo sem discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem, na hora da votação.

(Não identificado) - Exatamente, perfeito.

(Não identificado) - Eu votaria contra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - O Deputado Alberto Goldman, Sr. Presidente, está falando que sempre foi assim. Estou nesta Casa há 4 anos, e nunca foi assim. Pelo menos não tenho lembrança disso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não dá para tocar esta Comissão dessa forma. Se a maioria quer tocar do que jeito que quer, que ponha número aqui, não pode ser no golpe. E V.Exa. não pode ser avalista de golpe; não é da história de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, não é hora de o Parlamentar vir dar lição de moral e ética nesta Comissão. Por favor, aqui há pessoas eleitas, que têm um passado sério, para querer receber aula.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não estou falando com V.Exa.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Mas estou ouvindo e estou nesta Comissão, portanto, quero respeito.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O respeito está garantido, o que não está garantido é o golpe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nós colocamos em votação a dispensa da ata, que foi aprovada.

(Não identificado) - A leitura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Coloquei em discussão. Ninguém quis se manifestar.

(Não identificado) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Segundo a alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno, a Comissão declara a ata aprovada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu não tenho obrigação de discutir uma matéria. Eu posso votar contra ou favor sem discuti-la. O meu voto não tem nada a ver com a minha discussão. Eu posso discuti-la ou não. Meu voto independe da discussão, senão não precisaria votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. tem direito de propor a votação da ata. Isso (*ininteligível*) o plenário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, por proposta do Deputado Alberto Goldman, coloco em votação a ata referida

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu sou contra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Quero verificação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Voto contra e solicito verificação de *quorum*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Verificação é depois.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sim. Voto contra e solicito verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Antes disso, quero dizer que acabei de receber uma ligação do Deputado Jorge Bittar. S.Exa. está tentando, junto à Liderança do Senado e à Casa Civil, uma saída tanto para as propostas colocadas ontem, de aumentar eventualmente o valor da emenda nominal, como também para essa discussão das emendas de Senador, com carimbo e paternidade de Senador.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - E a questão da saúde, porque o dinheiro não chegou lá.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Se quiser mais um tema, mas acho que os problemas devemos tentar resolver um de cada vez, Deputado Anivaldo Vale. Dois problemas por semana está bom?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu gostaria que não houvesse nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Vamos tentar resolver primeiro a paternidade das emendas coletivas e individuais dos Senadores.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Queria que não houvesse nenhum problema, Deputado, para continuarmos votando. Vamos resolver.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Então, Sr. Presidente, solicitamos, se possível, com a anuência dos Deputados e Senadores, a inversão de pauta. E voltaríamos depois, porque temos o maior interesse na discussão da ...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vamos fazer a verificação. Depois, vamos discutir.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vamos, lá, Presidente, a verificação.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Anivaldo, estou sugerindo que se faça isso anteriormente porque, se houver verificação, acabou a sessão. V.Exa. sabe disso. Se possível, se ainda tiver sobrado um pouco de sensibilidade à Oposição, vamos, pelo menos, ouvir uma tentativa de saída, que é o que estamos tentando nesse período todo. E o Deputado me solicitou ...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu pediria que V.Exa. também tivesse sensibilidade nas declarações públicas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vamos ouvir o Presidente proclamar o resultado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados a aprovação da ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Contra. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Aprovada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Verificação, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Com apoio do PFL, dos Deputados Gilmar Machado ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apoiamiento ...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - PFL e PSDB.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Apoiamiento, por favor companheiros, levantem as mãos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem o apoiamiento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tem mais do que o suficiente, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Tem número para Casa cheia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É evidente que não há número na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)* Trinta e três Srs. Deputados não estão presentes. E também na bancada do Senado estão presente apenas 4 Senadores.

Em face disso, está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 21 E 23 DE OUTUBRO DE 2003.**

Aos vinte e um e vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 30, 31 e 32/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, César Silvestri, Dr. Evilásio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculanô Anghinetti, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Nelson Meurer, Pedro Chaves, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães e Wilson Santiago; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Antonio Cambraia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Laura Carneiro, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Tarcísio Zimmermann, Walter Pinheiro, Welinton Fagundes, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro; - **Senador suplente:** Augusto Botelho. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Arnon Bezerra, Coriolano Sales e Elimar Máximo Damasceno. O Deputado Wellington Roberto e o Senador César Borges justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlito Merz, Carlos Mello, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Hélio, Humberto Michiles, José Borba, José Priante, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Marcelino Fraga, Milton Monti, Nécio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Professora Raquel Teixeira, Roberto Balestra e Wasny de Roure; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Duciomar Costa, Efraim Morais, Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Romeu Tuma, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e um de outubro, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em virtude da inexistência de número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezoito horas e vinte e nove minutos do mesmo dia, conforme o disposto no *art. 8º, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, o Deputado Machado reiniciou os trabalhos. Entretanto, em virtude da realização simultânea da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o *art. 46, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, a reunião foi suspensa. Naquele momento, não havia sido atingido o *quorum* mínimo para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de outubro, o Presidente anunciou a reabertura dos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em razão de persistir a ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, conforme o disposto no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, o Presidente encerrou a reunião, às dez horas e trinta e quatro minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e oito de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ainda não há número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em face disso, convoco a continuação desta reunião para hoje, às 18 horas.

A reunião está suspensa.

Convoco os Líderes partidários para reunião no gabinete da Presidência.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Machado) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, suspendo esta reunião e convoco sua continuação para quinta-feira, dia 23, às 10h, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. Em face disso, convoco os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia 28 de outubro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2003.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano dois mil e três, às onze horas e nove minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho. A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que impossibilitado de comparecer foi substituído pelo Senhor Almério Cançado de Amorim, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. O Secretário discorreu acerca da *avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2003, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Elaine Costa, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Jackson Barreto, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nário Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Almir Moura, André Luiz, Antonio Cambraia, Arlindo Chinaglia, Athos Avelino, Carlos Nader, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ildeu Araujo, João Correia, João Tota, Jorge Alberto, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Fernandes, Ronaldo Dimas, Silas Brasileiro, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas e Augusto Botelho. Foi registrado o comparecimento dos Deputados não-membros, Benedito de Lira e Coriolano Sales. **ABERTURA:** O Presidente declarou iniciada a reunião anunciando a presença, junto à Mesa de trabalhos, do Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Ariosto Antunes Culau. Continuando, esclareceu que de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Senhor Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, que discorreu sobre o tema em apreço. Encerrada a exposição, às onze horas e trinta e oito minutos, o Presidente deu início aos debates. O Deputado Virgílio Guimarães solicitou esclarecimentos ao Senhor Almério Cançado de Amorim, tendo sido atendido. Em seguida o Deputado Júlio Cesar efetuou questionamentos, que foram respondidos pelo Senhor Ariosto Antunes Culau. Manifestaram-se, em seguida, os Deputados Anivaldo Vale, Márcio Reinaldo Moreira e Sérgio Miranda. O Senhor Almério Cançado de Amorim prestou os esclarecimentos solicitados, complementados pelo Senhor Ariosto Antunes Culau. Em seguida, o Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional teceu suas considerações finais ressaltando que complementaria por escrito os esclarecimentos solicitados pelos Deputados Sérgio Miranda e Anivaldo Vale. **ENCERRAMENTO:** Às doze horas e nove minutos, o Presidente agradeceu a presença dos Secretários e encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após

a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta é uma reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Viera Ferreira Levi, que, impossibilitado de comparecer a esta reunião, por participar da reunião do COPOM, será substituído pelo Sr. Almério Cançado Amorim, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

O Secretário irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2003, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença também do Dr. Ariosto Antunes Culau, Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser apartado. Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazer estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, sendo que o interpelado tem igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição está aberta.

Com a palavra o Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Dr. Almério Cançado de Amorim.

O SR. ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente, Senador João Ribeiro, Exmo. Sr. 3º Vice-Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Sras. e Srs. Parlamentares membros da Comissão, senhoras e senhores, é com satisfação que comparecemos a esta Comissão Mista para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos termos do disposto no § 2º do art. 15 da Lei n.º 10.524, de 25 de julho de 2002, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, e no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria inicialmente de contextualizar os esforços e medidas adotadas ao longo dos primeiros 9 meses deste ano com vistas a assegurar o cumprimento da meta de resultado primário, elemento fundamental para a estabilidade macroeconômica do País.

Como é do conhecimento de V.Exas., a avaliação do resultado primário requerido para a estabilização da relação dívida líquida e PIB resultou no estabelecimento da meta de 3,75% do PIB, em 2003, para o conjunto do setor público consolidado — o Governo Federal, os Governos Estaduais e suas respectivas estatais não financeiras.

Compatível com essa proposta, a meta de resultado primário do Governo Federal para o exercício foi fixado na LDO em 2,80% do PIB (39,8 bilhões), dos quais 2,25% (32 bilhões) relativos ao orçamento fiscal e da seguridade social, aqui denominado Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e 0,55% (7,8 bilhões) relativos às empresas estatais federais não financeiras.

Contudo, após reavaliação do cenário econômico em janeiro deste ano e, em vista do objetivo maior de estabilização da relação dívida líquida/PIB, a meta de resultado primário proposta para o setor público consolidado foi alterada para 4,25% do PIB.

Com esse novo cenário, o Decreto n.º 4.591, de 10 de fevereiro de 2003 — decreto de programação orçamentária e financeira — aumentou o superávit primário do Governo Federal para 3,15% do PIB (50,3 bilhões), dos quais 2,45% (39,1 bilhões) para o Governo Central e 0,7% (11,2 bilhões) para as empresas estatais federais.

Em atendimento ao art. 8º da LRF e ao art. 15 da LDO, de 2003, o Decreto n.º 4.591, de 2003, estabeleceu o cronograma de desembolso mensal e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo.

Preventivamente, o decreto limitou o pagamento e a movimentação e empenho das despesas discricionárias do Poder Executivo a 48 bilhões, resultando em contingenciamento efetivo de 14,1 bilhões. Ressalte-se que, do limite total de pagamento autorizado, 700

milhões foram destinados para alocação futura em despesas associadas às ações prioritárias.

Em março, em observação ao disposto no art. 9º da LRF e no § 5º do art. 67 da LDO, de 2003, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o relatório bimestral de avaliação das estimativas das receitas não financeiras e das despesas obrigatórias da União.

Confirmou-se, na oportunidade, a manutenção para o Poder Executivo dos limites constantes do Decreto nº 4.591, de 2003. Adicionalmente, cumprindo-se o disposto no § 3º do art. 67 da LDO, os demais Poderes e o Ministério Público da União foram informados dos montantes atribuídos a cada um na limitação do empenho e na movimentação financeira necessária para a obtenção da meta estabelecida na LDO, obedecendo à seguinte distribuição: 61,5 milhões ao Poder Legislativo; 195,1 milhões ao Poder Judiciário e 17,8 milhões ao MPU, totalizando 274,4 milhões.

Em maio, a revisão do segundo bimestre sinalizou a perspectiva de maior arrecadação no ano, o que permitiu a compensação de aumentos nos gastos obrigatórios e possibilitou a ampliação das despesas discricionárias do Tesouro Nacional. Com efeito, por meio da publicação do Decreto nº 4.708, de 28 de maio de 2003, foi estabelecido novo cronograma de desembolso mensal e novos limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo. Os limites de pagamento de movimentação e empenho de despesas passaram para 48,7 bilhões, sendo que, no limite de pagamento, 700 milhões foram mantidos em reserva técnica para alocação em gastos com ações prioritárias.

Dada a ampliação das despesas discricionárias do Poder Executivo, também se procedeu a aumento proporcional dos limites de pagamento e de movimentação e empenho dos demais Poderes e do MPU, fixados após a avaliação do primeiro bimestre. Com esse aumento, reduziu-se a limitação àqueles órgãos de 274,4 milhões para 240 milhões.

Em julho, encerrado o terceiro bimestre e apuradas as receitas não-financeiras e as despesas obrigatórias, procedeu-se à reavaliação para o restante do ano. Visto que as estimativas indicavam o cumprimento da meta anual do Governo Central, foram mantidos os limites estabelecidos no Decreto nº 4.708, de 2003.

Na reavaliação, houve aumento da previsão do déficit da Previdência Social compensado pela expectativa de elevação das receitas administradas líquidas das transferências constitucionais, pequena redução nas demais despesas obrigatórias e redução do valor nominal da meta, tendo em vista previsão de redução do valor do PIB.

Com efeito, embora mantida a meta de 2,45% do PIB para o Governo Central, em termos nominais, essa foi reduzida, conforme destacado no relatório bimestral de julho, de que trata o § 5º do art. 67 da LDO/2003. Em setembro, mediante publicação do Decreto nº 4.841, de 17 de setembro de 2003, e nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, e §§ 1º e 2º do art. 100 da LDO/2003, foram incluídas no Anexo de que trata o citado art. 100 as obrigações constitucionais e legais criadas ou reconhecidas após a publicação da LDO.

Nesse mesmo normativo, para flexibilizar a execução orçamentária e financeira das ações a cargo de cada órgão, foram distribuídos os limites referentes às programações com gerenciamento intensivo para demais conteúdos nos Anexos do Decreto nº 4.591, de 2003, e alterações posteriores.

Ainda no mês de setembro, a reavaliação bimestral das contas do Governo Federal ensejou a publicação do Decreto nº 4.847, de 25 de setembro de 2003. Houve redução de 4 bilhões nas estimativas de arrecadação do Tesouro Nacional para este ano em função da melhora da evolução da inflação, especialmente o IGP, e da desaceleração da economia no segundo trimestre. Além disso, persistem fatores que vêm influenciando negativamente a arrecadação das receitas federais, como liminares para o não-pagamento do IPI e da CIDE sobre combustíveis.

Comparando ao previsto no Decreto nº 4.708, de 2003, a estimativa de arrecadação das receitas administradas foram reduzidas em 3,6 bilhões, com destaque para o IPI, cuja previsão anual caiu 1,9 bilhão, a COFINS, 1,8 bilhão, a CPMF, 829,7 milhões, e o Imposto de Importação, 502,3 milhões.

Por outro lado, manteve-se a expectativa de aceleração da economia no quarto bimestre e espera-se aumentar a arrecadação federal ao longo dos últimos meses do ano em função do Parcelamento Especial (PAES), no montante de 857,3 milhões e da Contribuição

Social sobre Lucro Líquido em 788,2 milhões. Neste último caso, a estimativa se deve à aprovação da elevação, a partir de outubro, da base de cálculo de 12% para 32% para as empresas prestadoras de serviço (Lei nº 10.684/2003.)

Entre as receitas não administradas, as principais mudanças ocorreram na quota-parte de compensações financeiras, *royalties* e participação especial e nos dividendos da União. No primeiro caso, a previsão da receita foi reduzida em 718 milhões devido à revisão dos parâmetros econômicos, nível de atividade, preço do barril de petróleo e câmbio em direção contrária ao resultado obtido no primeiro quadrimestre, quando essa receita superou as expectativas do início do ano.

Por outro lado, a receita com dividendos da União foi revista para cima em 665,9 milhões, em face da realização, até agosto, acima do esperado e da expectativa de maior distribuição nos primeiros meses por parte de determinadas empresas.

A projeção das transferências a Estados e Municípios foi reduzida em 1,7 bilhão, dos quais 1,1 bilhão em decorrência da revisão das receitas partilhadas, em especial o IPI, base de cálculo para os Fundos de Participação dos Estados e Municípios — FPE e FPM, e 669,3 milhões pela diminuição da quota-parte de compensações financeiras repartida por força de lei com outras esferas de Governo.

Excluídas as transferências aos demais entes, houve a redução de 2,2 bilhões na estimativa das receitas líquidas do Tesouro Nacional. Além disso, prevê-se aumento do déficit do Regime Geral da Previdência Social. De um lado, a estimativa para o ingresso das contribuições previdenciárias caiu 1,3 bilhão, diante do comportamento do nível de emprego formal e do rendimento médio, base de cálculo para a estimativa do pagamento do RGPS. De outro, prevê-se que as despesas com benefícios devem aumentar 539 milhões devido ao reajuste dos benefícios superiores ao salário mínimo.

Com isso, a expectativa atual é de que o déficit previdenciário seja de 27,6 bilhões no ano, 1,9 bilhão acima da previsão apresentada anteriormente.

A expectativa de realização das despesas obrigatórias do Tesouro Nacional no ano foi revista para baixo em 2 bilhões. Os principais itens alterados em relação ao Decreto nº 4.708/2003 foram subvenções econômicas e subsídios, este último em função do alongamento do perfil da dívida agrícola securitizada do Tesouro com os bancos no âmbito da Lei nº 9.138/1995.

Por outro lado, a previsão das despesas com sentenças judiciais, abono e seguro desemprego, FAT e benefícios assistenciais (LOAS) superam a programação anterior.

Destaque-se, no processo periódico de reavaliação dos parâmetros econômicos relacionados à execução da política fiscal, que a meta de resultado primário, em termos nominais, foi, como no bimestre anterior, ajustada para refletir a nova estimativa do PIB à luz da expectativa de menor aumento dos preços internos ao longo do ano e da desaceleração da atividade econômica observada no segundo trimestre. Assim, a meta de 2,45% do PIB para o resultado primário do Governo Central passou a corresponder a 38,2 bilhões, tendo sido reduzida em 1 bilhão em relação ao Decreto nº 4.708/2003. Vale salientar que as projeções de crescimento real da economia e de deflação, apresentadas no decreto anterior, de 2,25% e 18,24%, respectivamente, passaram para 0,98% e 16,76% na nova estimativa.

Essa alteração no valor nominal da meta somada às variações dos itens de despesas obrigatórias não foram suficientes para compensar a redução das estimativas das receitas não financeiras, indicando a necessidade de redução do volume total de recursos orçamentários e financeiros em 319,3 milhões.

O Decreto nº 4.847, de 2003, apresentou novo cronograma de desembolso mensal e novos limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo. Os limites de pagamento e de movimentação e empenho passaram para 48,4 bilhões e 48,5 bilhões, respectivamente, sendo que 554,7 milhões do limite de pagamento e 142,3 bilhões do limite de movimentação e empenho foram alocados para a margem de expansão dos gastos em ações prioritárias.

Aos demais Poderes e ao MPU foi comunicada a necessidade de ajuste nas despesas discricionárias da ordem de 26,3 milhões, sendo 5,3 milhões para o Poder Legislativo, 19,3 milhões para o Poder Judiciário e 1,7 milhão para o MPU. Com isso, o montante contingenciado para esses entes passou de 240,4 milhões para 266,7 milhões.

No que se refere especificamente ao resultado fiscal atingido ao final do segundo quadrimestre de 2003, ressalta-se que o Governo Federal apresentou superávit primário de 36,6 bilhões, 700 milhões acima da previsão apresentada no Decreto nº 4.708, de 2003. Esse resultado reflete, por um lado, o superávit primário referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social de 35,3 bilhões, 4,7 bilhões acima do esperado, e, por outro, o superávit primário de 1,3 bilhão das empresas estatais federais não financeiras, quando a expectativa para o período era de 5,3 bilhões.

Cabe destacar, por oportuno, que o § 1º do art. 15 da LDO/2003 prevê compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para as empresas estatais federais.

Portanto, é comprovado o efetivo cumprimento da meta de superávit primário estabelecido para o Governo Federal no período em avaliação. Não obstante o resultado atingido de superar a meta legal, a revisão das receitas e despesas, ao final do quarto bimestre, identificou a necessidade de contingenciamento adicional dos recursos da ordem de 319,3 milhões.

Nesse contexto, o excedente acumulado nos primeiros 8 meses deste ano deverá ser absorvido ao longo do restante de 2003 na execução de despesas obrigatórias do Tesouro Nacional e da Previdência Social, contribuindo, assim, para o estrito cumprimento da meta do exercício.

Quanto às estatais, apesar de o resultado observado até agosto ter se situado abaixo do montante inicialmente estimado, foi mantida a perspectiva de superávit de 0,7% do PIB, o que equivale, em face da última expectativa do valor nominal do PIB, a 10,9 bilhões para o corrente exercício.

Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Federal nesse segundo quadrimestre, relativamente às estimativas constantes do Decreto nº 4.708/2003, são os seguintes:

- a) as receitas do Tesouro Nacional, incluindo o Banco Central, líquidas de restituições e de transferências a Estados e Municípios foram inferiores a 2,7 bilhões, com desvio de 1,4%;
- b) as despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em 6 bilhões, com desvio de 5,8%;
- c) o déficit da Previdência Social ficou em 623,8 milhões acima do projetado, com desvio de 4,7%; e
- d) o superávit primário das empresas estatais federais foi inferior a 4 bilhões, com desvio de 75%.

As receitas do Tesouro líquidas de restituições e de transferências totalizaram 184,1 bilhões até agosto ante a estimativa de 186,8 bilhões. As receitas administradas e as demais receitas foram inferiores à previsão em 1,5 bilhão, (desvio de 1%) e 1,1 bilhão, (desvio de 4,8%), respectivamente. As contribuições do FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110, de 2001, foram inferiores em 21,7 bilhões, com desvio de 2%.

A frustração da receita do Tesouro Nacional no segundo quadrimestre está associada às liminares para o não-pagamento do IPI e da CIDE sobre combustíveis e aos reflexos do cenário econômico sobre os parâmetros mais utilizados na previsão da Receita Federal, sobretudo a redução do nível de preços e da atividade econômica. Entre os índices de preço utilizados na projeção, o IGP-DI, que, no período de maio a agosto, estava previsto atingir 4,08%, apresentou deflação de 0,95%. O PIB do segundo trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior, que estava previsto crescer 2,45% em termos reais, apresentou retração de 1,4%.

Entre as receitas administradas, os principais tributos que apresentaram ingressos inferiores às projeções no segundo quadrimestre foram a COFINS em 1,9 bilhão (desvio de 4,8%), o IPI em 1,4 bilhão (desvio de 10,7%), a CPMF em 618,8 milhões (desvio de 3,9%), o Imposto de Renda sobre as remessas para o exterior em 613,2 milhões (desvio de 15,6%), o Imposto sobre Importação em 550,1 milhões, (desvio de 9,3%), entre outros.

Por outro lado, a arrecadação do IRPJ e da Contribuição sobre Lucro Líquido foi maior em 1,6 bilhão (desvio de 7,8%), e de 741,9 milhões (desvio de 7,5%), respectivamente, devido, em grande medida, ao pagamento atípico desses tributos por parte de empresa federal. Da mesma forma, a receita do IRRF sobre rendimentos do trabalho superou a

previsão de 1,2 bilhão (desvio de 10%), devido à reprogramação do cronograma de desembolso das restituições.

Vale ressaltar que esse comportamento não configura redução do repasse no ano, fato sustentado na reavaliação do 4º bimestre, em que a expectativa de restituição aos contribuintes aumentou 640 milhões.

Outro destaque no período foi a arrecadação do REFIS, que foi maior em 231 milhões de reais em relação ao esperado (desvio de 23,3%), devido ao número de adesões de empresas ao Regime de Parcelamento Especial (PAES) acima do estimado.

Por sua vez, as receitas não administradas atingiram o montante de 21,7 bilhões até agosto, inferior em 1,1 bilhão de reais à projeção expressa no Decreto nº 4.708/2003 (desvio de 4,8%).

A receita com cota-parte de compensações financeiras ficou 822,4 milhões de reais aquém da estimativa (desvio de 9,6%), devido à diferença entre os parâmetros econômicos realizados e os previstos, em particular a taxa de câmbio, o preço do petróleo no mercado *brent* e o volume interno de produção de petróleo.

Em decorrência da frustração das receitas partilhadas — IPI e cota-parte de compensações financeiras —, e apesar do aumento do Imposto de Renda, as transferências a Estado e Municípios ficaram 1 bilhão abaixo do previsto (desvio 2,5%). A maior parte desse desvio é explicada pelo item “demais”, basicamente pela frustração da receita com cota-parte. No caso das transferências constitucionais, a diferença foi de 99,1 milhões de reais (desvio de 0,3%).

As despesas do Tesouro Nacional, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de 96,8 bilhões de reais, situando-se 6 bilhões de reais abaixo do previsto no decreto em referência (desvio de 5,8%). Os dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram 51,1 bilhões de reais até agosto, superiores à previsão em 325 milhões de reais (desvio de 0,6%). As despesas com custeio e capital, por sua vez, atingiram 45,7 bilhões de reais, apresentando redução de 6,3 bilhões de reais em relação ao estimado (desvio de 12,2%).

Entre as despesas de custeio e capital, ressalta-se o aumento do nível de execução das despesas discricionárias do Poder Executivo em relação à última avaliação quadrimestral. Esse movimento fica evidenciado pelo fato de até abril as unidades gestoras dos gastos terem executado 78,6% do limite estabelecido na programação orçamentária e financeira, ao passo que até agosto a realização foi de 85,4%.

Esse nível de realização das despesas do Poder Executivo pode ser considerado perfeitamente normal, devendo acelerar-se no último quadrimestre, em função do cronograma de execução dos projetos do Governo. Cabe destacar que os Ministérios da área social — Saúde, Educação, Assistência Social e Previdência Social — utilizaram cerca de 92,8% dos limites de pagamento estabelecidos na programação financeira para os 2 primeiros quadrimestres, enquanto os demais Ministérios apresentaram, no mesmo período, percentual de realização de despesas em torno de 72,9%.

As despesas não discricionárias de custeio e capital ficaram 1,4 bilhão de reais abaixo do estimado para o período (desvio de 8,9%), igualmente em função da dinâmica da execução dos órgãos, além de aspectos específicos relacionados ao comportamento de determinadas rubricas, tais como sentenças judiciais, subvenções econômicas, subsídios à habitação de interesse social e à exportação, entre os principais componentes das despesas de caráter obrigatório. Ressalte-se que os recursos não desembolsados até agosto deverão ser plenamente absorvidos ao longo próximos meses, por tratar-se de despesas de caráter obrigatório.

A Previdência Social apresentou déficit de 14 bilhões de até agosto, 623,8 milhões acima da previsão para o período (desvio de 4,7%). A arrecadação líquida com contribuições foi inferior a estimativa em 1,2 bilhão (desvio de 2,4%), devido à evolução da massa salarial — rendimento nominal e emprego formal — abaixo do esperado quando da elaboração do decreto em avaliação. Por outro lado, o montante de despesas previdenciárias pagas ficou 578,8 milhões de reais abaixo da previsão (desvio de 0,9%).

Por fim, o conjunto das empresas estatais federais não financeiras encerrou o quadrimestre com o resultado primário 4 bilhões de reais aquém da previsão do Decreto nº 4.708/2003, não tendo corrida a recuperação esperada entre maio e agosto. No entanto, a

retomada do crescimento econômico prevista para o último quadrimestre do ano sinaliza melhora da situação das empresas e, dessa forma, permite pressupor o cumprimento da meta anual, o que preserva o Governo Central de eventual compensação, de acordo com o disposto no § 1º do art. 15 da LDO 2003.

Fica assim demonstrado, Srs. Parlamentares, o cumprimento da meta fiscal do Governo Federal aprovada pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, além de reafirmado o compromisso do Governo com a obtenção da meta de resultado primário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a exposição do Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, vamos dar início aos debates.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, em torno desse relatório, bastante técnico e descritivo, cabe uma discussão, pois ele se limita, até corretamente, ao dispositivo legal. Entretanto, sinto que precisamos fazer também, Sr. Presidente, uma discussão sobre o significado desse resultado para a economia brasileira. O relatório é um tanto frio desse ponto de vista.

Esse debate é importante, porque o novo Governo recebeu o País atolado em uma crise estrutural e de credibilidade, com endividamento elevado, taxas de juros elevadas, falta de financiamento, alto índice de desemprego, crescimento do PIB inexistente. Tivemos, portanto, que tomar certas medidas que se refletem nos números do relatório.

Precisamos discutir essas medidas tomadas acertadamente, com determinação, firmeza e que gerou os resultados expressos nesse relatório. Isso se conjuga também com a construção de um novo modelo econômico e vem ao lado de medidas adotadas no âmbito de vários Ministérios, de forma que o resultado primários consignado não seja o elemento central da nossa política macroeconômica. Esse é um aspecto importante, mas não devidamente considerado.

A principal discussão que o Congresso Nacional deve fazer é sobre quais são as perspectivas da macroeconomia, para que a discussão deixe de ser focada nos elementos de política monetária, e se passe a discutir quais mudanças devemos fazer nas políticas de investimento, de microcrédito, de distribuição de renda, de reforma agrária, na agricultura familiar, enfim, nos elementos do novo modelo econômico que queremos construir baseado na distribuição de renda e no desenvolvimento sustentável. Essa é a grande preocupação nacional.

Quero elogiar o relatório, mas dizer que ele fica muito preso em si mesmo. Precisamos fazer essa grande discussão sobre a política econômica e a inserção dessas metas nesse projeto maior não só de arrancada do País para índices sustentáveis e fortes de crescimento econômico, mas, sobretudo, acerca que tipo de crescimento queremos.

Sou daqueles que entendem que as medidas tomadas são emergenciais, necessárias, e que precisamos aprender a conviver com elas em vez de esperar para um futuro incerto a construção de novos parâmetros. É preciso começar agora. Por isso temos o Programa Fome Zero, programas de reforma agrária, programas para o desenvolvimento econômico em todos os setores, programas de obras públicas, de casas populares, da construção civil, de saneamento básico, para gerar emprego. Já temos os primeiros sinais da retomada da economia. Teremos um ano ainda com resultados muito modestos, mas o último trimestre já mostra resultados animadores. Tenho certeza de que já passamos o período das vacas magras, como diz o Presidente Lula, e teremos sem dúvida alguma, já em 2004, a tão esperada e cada vez mais reafirmada retomada do crescimento, ou seja, o espetáculo de crescimento já começa a acontecer agora, mas desabrochará inteiramente no ano que vem.

Deixo essas considerações e peço ao Secretário, se puder, depois de ter apresentado com tanta precisão e transparência o relatório, que faça alguma consideração a respeito das perspectivas da economia brasileira para este trimestre e para o início do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM - Agradeço a intervenção do Deputado Virgílio Guimarães e a menção que fez à qualidade técnica do relatório. Sua intervenção

enriqueceu esse debate, porque S.Exa. se referiu à criação das condições fundamentais para iniciar um processo de desenvolvimento econômico.

Era isso o que eu tinha a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados e Senadores, no item 28, o documento traz uma menção *“à frustração da receita partilhada — o IPI e a cota-parte das compensações financeiras”*. Ainda diz que, *“apesar do aumento do Imposto de Renda, as transferências a Estados e Municípios ficaram 1 bilhão abaixo do previsto”*. Entendo que somente as transferências. Continuando, diz que *“a maior parte desse desvio é explicada pelo item “demais”, basicamente pela frustração da receita da cota-parte. No caso das transferências constitucionais, a diferença foi 99,1 milhões.”*

Quero entender por que V.Sa. fala em 1 bilhão a menos para Estados e Municípios e, no final, em 99,1 milhões, que corresponde a desvio de 0,3%?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sr. Deputado, o valor de 1 bilhão de redução na expectativa de transferências, que está citado acima, refere-se somente à repartição de tributos. Os 99 milhões de reais em seguida, no final do parágrafo, é o caso da repartição da cota-parte exclusivamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Cota-parte de quê?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - De compensações financeiras. São basicamente *royalties* de petróleo, compensações de recursos hídricos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas as receitas partilhadas são o IPI e o Imposto de Renda. Pelo que eu entendi da exposição, a perda do IPI foi compensada pelo ganho adicional do Imposto de Renda. Por que, no geral, ocorreu uma redução de 1 bilhão que corresponde a 2,5%?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As respostas estão sendo dadas pelo Dr. Ariosto Culau, Secretário-Adjunto da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Deputado, essa compensação do acréscimo do Imposto de Renda não foi proporcionalmente suficiente para cobrir o volume de transferências previsto. Essas transferências são baseadas estritamente em critérios técnicos e legais de distribuição. Não houve nenhum atraso ou nenhum tipo de postergação de pagamento aos Estados e Municípios. Essa redução não foi espontânea ou discricionária.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Isso quer dizer que a queixa dos Prefeitos e dos Governadores é precedente. Ouve-se falar que não diminuiu, mas diminui, sim. Constatamos isso pelo relatório.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Diminuiu em função de aspectos relacionados estritamente ao comportamento da arrecadação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E aqui não está contabilizada a inflação no período. Esses são números absolutos.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sim, mas corresponde estritamente ao que foi arrecado pelo Governo Federal e distribuído na forma do que prevê a legislação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, ilustre representante do Secretário do Tesouro Nacional, meus colegas Deputados e Senadores, cultivo o entendimento de que devemos apoiar as boas ações e trabalhar determinadamente em benefício de um Brasil melhor. Não sou daqueles que pregam o quanto pior melhor.

Entretanto, não devemos ter memória curta. O que era o Brasil há 12 anos? Como era o Brasil entregue pelo Sarney ao Collor, pelo Collor ao Itamar, pelo Itamar a Fernando Henrique, e o Brasil que Fernando Henrique entregou ao Presidente Lula? Há dificuldades? Sim, mas é preciso ver os avanços que este País experimentou nas suas instituições.

O que era o Banco do Brasil no passado? O que era a Caixa Econômica Federal? O BNDES, a PETROBRAS? E o que era o setor produtivo? E o que era preocupação dos produtores rurais, que tiveram no Governo anterior um apoio muito forte para acalmar o campo?

Naquela ocasião foram criados os programas de securitização das dívidas do produtor rural, o PRONAF, o Pronafinho, o RECOOP, foram criadas linhas de crédito que objetivavam sobretudo trazer para o campo trabalho, tranquilidade e serenidade. E foi, sim, o setor agrícola a principal âncora de crescimento deste País.

Vejo agora uma palestra técnica, com dados técnicos que evidenciam que este é um ano perdido. Esse relatório mostra que o segmento produtivo não respondeu. Tivemos quedas na arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados, na COFINS. Vemos um país que parou, com reflexo significativo nas transferências para os Municípios, que estão em extrema dificuldade. O segmento produtivo precisa ser alavancado como forma de possibilitar o crescimento do País e o bem-estar da sociedade.

O primeiro contingenciamento de 14,2 bilhões foi originado principalmente pelo aumento do superávit primário para 4,25% do PIB e pelo acréscimo das despesas obrigatórias de pessoal, encargos sociais e previdenciárias. Quanto a receita, tem havido um comportamento bem próximo do previsto pela lei orçamentária de 2003. Pergunto, então: por que estão cancelando as emendas Parlamentares, principalmente nos créditos que chegam ao Congresso Nacional? Gostaria de saber também qual é o valor do superávit financeiro que está sendo utilizado por decreto. Estamos vendo que a Saúde está com contingenciamento de 1,5 bilhão para 2003. Que reflexos isso causa aos recursos previstos nas Emendas Constitucionais nº 29 e 32, já que a proposta orçamentária encaminhada para o Congresso Nacional traz uma redução de recursos para a Saúde de quase 4 bilhões?

Ratificamos a nossa disposição de trabalhar e ajudar no que for preciso. Não estamos atrás do quanto pior, melhor. Estamos querendo, sim, que o País cresça.

O novo Governo chegou com um discurso, dizendo que taparia os buracos das estradas, mas até hoje eles não foram tapados. Mas o Ministério dos Transportes está experimentando o maior superávit na história deste País. Por que o Ministério do Planejamento não libera o dinheiro para tapar os buracos já que não estão construindo novas estradas?

Presidente, é este o registro que faço. Trata-se de um relatório técnico. Creio que tenha de haver observações políticas, sim, com o objetivo sobretudo de termos um Brasil melhor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional e o Sr. Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal.

Quero-me referir-me ao relatório apresentado, no qual senti falta de considerações acerca dos projetos previstos no Orçamento da União e que não estão sendo executados. Creio que mereceria, nesse relatório, uma análise real.

Consultando a nossa assessoria do Congresso Nacional, Sr. Presidente e ilustres representantes do Ministério da Fazenda e do Planejamento, fomos informados de que há 14 bilhões de recursos orçados para investimento neste ano. Pelo Decreto nº 4.847, só 4 bilhões e 300 milhões foram autorizados. Desse valor, nem 1 bilhão foi realizado, ou seja, menos de 7%. E já estamos no final do ano. Qual o reflexo disso na economia e da infraestrutura pública? É o caos que estamos vivendo: desemprego, desativação de órgãos públicas de primeira linha, estradas, como disse o Deputado que me antecedeu, em petição de miséria, matando gente a todo momento. Nem tapar buraco dá mais para fazer. O atual Ministro dos Transportes diz que o valor liberado para o Ministério mal dá para tapar buraco. Há rodovias que precisam ser readequadas, ajustadas. A todo o momento, ocorrem mortes, acidentes e engarrafamentos nas estradas, por essa paralisia que estamos vivendo no setor público. É muito importante poupar, termos superávit necessário para equilibrar algumas contas públicas, mas não o Governo desprezando que seu papel é acima de tudo servir a sociedade. Para isso, cobram-se impostos. Há recursos, como o da CIDE, que estão totalmente contingenciados, paralisados, sem nenhuma liberação efetiva, servindo só para o superávit primário.

Essas análises não fazem parte do relatório, mas elas estão angustiando toda a Nação brasileira, e nós, Parlamentares, toda vez que usarmos desta tribuna e dos

mecanismos disponíveis, temos o dever de demonstrar essa indignação e inquietação, que não é só nossa, mas de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, último Parlamentar inscrito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, caros colegas, sem dúvida o relatório apresentado pelos representantes dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda é bastante consistente. Ele demonstra a clareza com que se pretende travar o debate sobre finanças públicas.

Vou fazer 3 perguntas bastante objetivas. Em relação ao superávit primário das estatais, a meta anual é de 10,9 bilhões. De janeiro a agosto se cumpriu uma meta de apenas 1,3 bilhão. Julgam V.Sas. que o restante, 9,6 bilhões, será cumprido nesses 4 últimos meses ou que haverá excesso de superávit, por parte dos orçamentos fiscal e da seguridade, para compensar a não-realização desse superávit por parte das estatais?

A segunda questão, mais geral, é sobre o colchão de liquidez. De janeiro até agosto, o Tesouro Nacional emitiu, liquidamente, acima da necessidade de refinanciamento, 71 bilhões, fazendo com que a conta única, depositada no Banco Central, alcance hoje algo em torno de 130 bilhões. Qual é a autorização legal para a emissão desses títulos do colchão de liquidez? Argumenta-se que isso está contido na autorização do refinanciamento da dívida, mas isso não é refinanciamento, porque estamos emitindo além da necessidade de refinanciamento. Qual é o custo fiscal desses títulos que compõem essas reservas na conta única? São emitidos títulos que remuneram os seus adquirentes com valor percentual e, em compensação, a conta única é remunerada pelo valor médio do conjunto de títulos que o Banco Central tem. De certa forma, o Banco Central está remunerando o Tesouro Nacional através dessa média de remuneração? A da conta única é maior do que a emissão do título?

O terceiro ponto é também uma questão objetiva: qual é a avaliação que V.Sas. fazem sobre a relação dívida/PIB? Cumprimos estamos cumprindo a meta, mas a relação dívida/PIB não vem cedendo. Ao contrário, vem se ampliando. Saímos de 56,5% no final de 2002 e já estamos em 57,7%. Houve queda em abril, maio, principalmente devido ao câmbio. Um jornal publicou que, se levarmos em conta a reavaliação do PIB, já devemos estar em agosto em torno de 58,5%. Qual é a avaliação que V.Sas. fazem sobre essa queda da relação dívida/PIB?

A nossa despesa com juros nominais vem sendo de 10,20% do PIB de janeiro a agosto, e fazemos um superávit primário de 4,91%. Então, estamos com déficit nominal de 5,29% no PIB. Por mais que façamos superávit, a relação dívida/PIB vem crescendo, já que o PIB não cresce a uma velocidade que poderia proporcionalmente diminuir a relação, e os custos dessa dívida são cada vez mais opressivos.

Então, são essas as 3 perguntas — última mereceria por parte dos convidados uma avaliação mais geral: superávit das estatais, colchão de liquidez (autorização legal e custo) e avaliação em relação ao crescimento da relação dívida/PIB, apesar de termos obtido superávits acima das metas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra o Secretário Ariosto Culau.

O SR. ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM - Houve várias perguntas.

Sobre a referência do Deputado Márcio Reinaldo Moreira de que faltam considerações sobre projetos que não estão sendo executados, quero dizer que o Tesouro Nacional, juntamente com a Secretaria de Orçamentos e Finanças, publica periodicamente relatório resumido da execução orçamentária — bastante completo — e relatório de gestão fiscal. Creio que S.Exa. encontrará nessas publicações, disponíveis na Internet, as informações requeridas.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sobre a questão dos transportes, lembro ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira que os limites hoje distribuídos ao Ministério dos Transportes, por opção do próprio Ministério e do Governo, priorizaram basicamente a restauração e a manutenção de rodovias. Prova disso são os créditos em tramitação no Congresso Nacional, nos quais é clara a prioridade de remanejamento de projetos, de novos projetos ou projetos que estavam previstos no Orçamento, justamente para priorizar o setor de manutenção e restauração de rodovias.

Os limites de movimentação e de empenho atribuídos às atividades do Ministério dos Transportes têm demonstrado também o grau de prioridade concedido à manutenção e à restauração de rodovias. Sabemos a magnitude do problema, mas, dentro das possibilidades do orçamento os recursos estão sendo liberados para essa finalidade. A opção do Governo foi justamente investir na manutenção e conservação de rodovias.

Relativamente à questão do superávit financeiro para a abertura dos créditos adicionais que estão no Congresso Nacional, não tenho comigo o volume de recursos do superávit financeiro que estão sendo utilizados, mas todos esses créditos encontram-se compensados por cancelamento de despesas, nos termos do que dispõe o art. 161, § 11, da LDO. Os que não se encontram compensados por cancelamento de despesas primárias, possuem o devido espaço fiscal, principalmente as despesas de natureza obrigatória, como o caso do crédito encaminhado ao Congresso para o atendimento de despesas com pagamento de benefícios previdenciários. Encaminhamos um crédito volumoso, cujos recursos já estavam previstos nas avaliações fiscais realizadas, inclusive nessa avaliação do quarto bimestre. Então, a fonte de superávit financeiro usada está compensada por redução de despesas ou, quando não está, possui a margem fiscal necessária para esse atendimento, constante das estimativas apresentadas agora.

Relativamente ao superávit das estatais, Deputado Sérgio Miranda, acreditamos que — essa é a avaliação técnica — atingiremos isso até o final do exercício. O Departamento de Supervisão das Estatais, no âmbito do Ministério do Planejamento, está envidando os esforços necessários para que venhamos a atingir esse superávit. Esperamos não haver necessidade de que os orçamentos fiscal e da seguridade sejam comprometidos em maior proporção para atendimento dessa parcela do superávit. Também temos de levar em conta que o resultado dos Estados e Municípios pode, de certa forma, amenizar o não-cumprimento, o que esperamos não seja necessário. A posição da área técnica é a de que vamos obter esse resultado até o final do ano em razão do comportamento e da melhora dos parâmetros econômicos.

O SR. ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM - Eu só gostaria de complementar a observação feita em relação ao cumprimento das metas fiscais *vis-à-vis* à necessidade de recursos no setor público.

Estamos construindo as bases para o crescimento do País. Já podemos observar melhora substancial no risco do País, nas expectativas de inflação. Os indicadores da dívida pública estão bem positivos, porque há alongamento de prazos, redução de custos médios e de deságios e retorno de emissões no mercado internacional.

O Deputado Sérgio Miranda fez várias perguntas complexas. Confesso que nem consegui anotar todos os aspectos. Peço a S.Exa. que as encaminhe, para que eu possa responder com algo mais bem trabalhado e com mais elementos do que possa dar neste momento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, o convidado não respondeu às minhas perguntas.

O SR. ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM - Deputado Anivaldo Vale, peço a V.Exa. compreensão no sentido de que eu possa também responder depois, por escrito.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não havendo mais inscritos, agradeço o comparecimento ao Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Federal, Dr. Almério Cançado de Amorim, ao Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Dr. Ariosto Culau, e aos Srs. Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2003, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de outubro do ano dois mil e três, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema *“avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.”* - 1º semestre de 2003, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: - **Deputados:** Agnaldo Muniz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Alberto Goldman, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Alex Canziani, suplente da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO /CN; Almir Moura, suplente da CMO/CN; Amauri Robledo Gasques, titular da CMO/CN; André Luiz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; André Zacharow, suplente da CMO/CN; Anivaldo Vale, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Arlindo Chinaglia, suplente da CMO/CN; Ary Vanazzi, titular da CMO/CN; Athos Avelino, suplente da CMO/CN; Beto Albuquerque, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Bismarck Maia, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Carlos Nader, suplente da CMO/CN; Coriolando Sales, titular da CFT/CD; Darcísio Perondi, titular da CMO/CN; Dr Evilásio, titular da CMO/CN; Dr Hélio, titular da CMO/CN; Dr Rosinha, titular da CMO/CN; Eduardo Gomes, titular da CMO/CN; Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN; Eduardo Seabra, titular da CMO/CN; Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF; Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Eliseu Resende, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Fernando Lopes, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Geraldo Resende, titular da CMO/CN; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Mota, titular da CFT/CD; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; Herculano Anghinetti, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Humberto Michiles, titular da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Ildeu Araújo, suplente da CMO/CD; Jackson Barreto, titular da CMO/CN; João Batista, suplente da CMO/CN; João Grandão, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Leão, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Tota, suplente da CMO/CN; José Borba, titular da CMO/CN; José Carlos Elias, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Josué Bengtson, suplente da CMO/CN; Jovino Cândido, titular da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CMO/CN; Lael Varella, titular da CMO/CN; Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CEIC/CD; Leonardo Mattos, titular da CMO/CN; Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN; Leonardo Vilela, suplente da CMO/CN ; Luiz Carreira, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Machado, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, suplente da CFT/CD; Manato, suplente da CMO/CN; Marcelino Fraga, titular da CMO/CN; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Marcos Abramo, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Mário Heringer, titular da CMO/CN; Mauro Lopes, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular da CFT/CD; Pastor Francisco

Olímpio, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Professor Irapuan Teixeira, titular da CFT/CD; Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Renato Casagrande, titular da CMO/CN; Ricardo Barros, titular da CMO/CN; Rodrigo Maia, suplente da CFT/CD; Ronaldo Dimas, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Sandro Mabel, suplente da CMO/CN; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Tarcísio Zimmermann, suplente da CMO/CN; Virgílio Guimarães, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Waldemir Moka, suplente da CMO/CN; Wasny de Roure, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Wellington Roberto, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Wilson Santiago, titular da CMO/CN; Zé Gerardo, suplente da CMO/CN; Zezéu Ribeiro, suplente da CMO/CN. **Senadores:** Aelton Freitas, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Amir Lando, titular da CMO/CN; Augusto Botelho, suplente da CMO/CN; Delcídio Amaral, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Fernando Bezerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Geraldo Mesquita Júnior, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN; João Ribeiro, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, titular da CFC/SF, suplente da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Sérgio Guerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Serys Shessarenko, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Deputados não-membros: Benedito de Lira, Elimar Máximo Damasceno e Murilo Zauith. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou para a composição da mesa o Dr. Henrique Meirelles e os Presidentes de Comissões envolvidas presentes no recinto do Plenário: Deputado Eliseu Resende, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Senador Ney Suassuna, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *data show* sobre o tema em questão. Às onze horas e dois minutos, o Presidente convidou para compor a mesa o Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio da Câmara dos Deputados. Finalizada a explanação, iniciaram-se os debates. O Presidente propôs que o Dr. Henrique Meirelles respondesse após a intervenção de três parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. Solicitou, ainda, que os parlamentares respeitassem o tempo concedido para interpellação. Como primeiro debatedor, o Deputado Pauderney Avelino formulou questionamentos ao palestrante. Prosseguiram no uso da palavra os Deputados Wasny de Roure e o Senador Eduardo Suplicy. O Dr. Henrique Meirelles respondeu ao primeiro bloco de Parlamentares. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino usou o direito de réplica, tendo sido atendido pelo Presidente do Banco Central. Manifestaram-se no segundo bloco de oradores os Deputados José Pimentel, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Beto Albuquerque. Às doze horas e cinco minutos, assumiu a condução dos trabalhos o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Pauderney Avelino. O Dr. Henrique Meirelles prestou esclarecimentos aos debatedores do segundo bloco. Em seguida, fizeram uso da palavra os Deputados Renato Casagrande, Eduardo Valverde, Gilmar Machado e Alberto Goldman. Às doze horas e trinta e seis minutos o Deputado Rodrigo Maia assumiu a Presidência, de acordo com o disposto no *art 8º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Presidente do Banco Central respondeu aos parlamentares do terceiro bloco. Às doze horas e cinquenta e seis minutos, o Deputado Murilo Zauith assumiu a Presidência e, às treze horas e cinco

minutos, retomou a condução dos trabalhos o Senador Gilberto Mestrinho. O Deputado Alberto Goldman efetuou réplica e foi respondido pelo Dr. Henrique Meirelles. No quarto bloco de oradores inscritos, manifestaram-se os Deputados Rodrigo Maia, Gonzaga Mota, Anivaldo Vale, Machado, Ricardo Barros, Murilo Zauith e Carlito Merss. O Presidente do Banco Central respondeu ao último bloco de parlamentares. Em seguida, utilizaram o direito de réplica os Deputados Murilo Zauith e Carlito Merss, que concedeu aparte ao Deputado Sandro Mabel. **ENCERRAMENTO:** Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Gilberto Mestrinho. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Xxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a ser realizada com a participação das seguintes Comissões, da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização e Controle; do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Fiscalização e Controle do Senado; Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando um impacto, cujas operações e resultados estão demonstrados nos balanços do 1º semestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º, art. 9, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que já se encontra na Mesa, e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o Deputado Eliseu Resende, que já se encontra à Mesa; à Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido o seu Presidente, Deputado Léo Alcântara, a tomar assento à Mesa, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Presidente Deputado Simão Sessim, se estiver presente; à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o Presidente Senador Ramez Tebet, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, o Presidente Senador Ney Suassuna, que já se encontra à Mesa; e o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que lhes fala nesta hora.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Para mim é uma honra comparecer mais uma vez ao Congresso Nacional. Em primeiro lugar, pelo respeito e reconhecimento ao papel fundamental que o Congresso tem exercido na discussão e na proposição de soluções para os grandes problemas nacionais. Guardo como um dos orgulhos de minha vida o diploma de Deputado Federal que me foi dado pelo voto popular. É aqui, na Casa da democracia, que a sociedade brasileira debate os grandes temas que vamos desenhar para o futuro do País, é aqui que nasce o Brasil que todos desejamos.

Em segundo lugar, porque nós, do Banco Central, atribuímos grande importância a reuniões como esta. Eventos como este são exercícios importantes de interação entre o Banco Central e os representantes democraticamente eleitos pela sociedade. Transparência e comunicação são ferramentas fundamentais para o sucesso da política monetária. Um Banco Central moderno deve estar sempre aberto para a sociedade, e seus representantes, reunidos no Congresso. Não há mais lugar para caixas pretas ou torres de marfim.

Nesta apresentação inicial, farei uma exposição sobre o comportamento recente da economia brasileira e suas perspectivas para o futuro, centrando nos principais aspectos e parâmetros da política monetária, creditícia e cambial. Farei também um balanço dos resultados do Banco Central.

Na minha apresentação existe uma atualização recente de alguns últimos dados da economia; portanto, existem algumas diferenças de pequena monta em relação ao material que foi distribuído anteriormente — mas são coisas apenas de atualização.

Começo com uma constatação importante: a economia brasileira já iniciou o processo de retomada do nível de atividade. O pior já ficou para trás. As perspectivas para o futuro próximo da economia são muito mais positivas do que no final do ano passado. Debelada a crise por que passou o País, já se percebem sinais da retomada do crescimento

em diversos setores. Muito em breve, esses sinais estarão ainda mais claros e disseminados por todos os segmentos da economia.

Em apenas 10 meses, conseguimos debelar a crise econômica e a ameaça de volta da hiperinflação. Recuperamos a confiança através de um processo determinado de ajuste interno e externo, baseado na responsabilidade fiscal, na manutenção da estabilidade macroeconômica, com o regime de meta de inflação e câmbio flutuante.

A rápida reversão das expectativas abriu o caminho, para que a retomada da atividade se iniciasse antes do que muitos imaginavam. A economia brasileira tem todas as condições para crescer 3%, ou mais, no ano que vem, e ainda mais nos anos seguintes.

Esse quadro favorável ao crescimento é resultado do compromisso permanente do Governo com o processo de construção responsável do futuro, fundado no equilíbrio das contas públicas, no cumprimento das metas de inflação e na consolidação do ajuste em nossas contas externas. O sucesso das políticas implementadas reduz as incertezas sobre a economia e cria um clima favorável à recuperação do investimento. O investimento depende de estabilidade e previsibilidade; e o crescimento depende da retomada do investimento.

Os fundamentos da economia brasileira hoje são sólidos. Há muitos anos o Brasil não reunia condições tão favoráveis para ingressar em um processo de crescimento sustentado, sem gerar, como no passado, desequilíbrio nas contas externas ou pressões inflacionárias. Chamo atenção para alguns indicadores que atestam o bom momento da economia.

A ameaça de volta da espiral inflacionária foi debelada. A inflação, que no final do ano passado se aproximava dos 40% anualizados, voltou a patamares próximos à média dos países emergentes. Nos últimos 6 meses, tivemos uma inflação média de 0,45% ao mês, o que equivale a uma taxa anualizada de 5,7%. A expectativa de mercado, 12 meses à frente, aponta um índice de 6,1%, em linha com a trajetória das metas de inflação. Para 2004, as expectativas convergem para o cumprimento da meta.

A melhora do Risco País também é significativa. O Risco Brasil passou dos mais de 2.400 pontos, registrados em setembro de 2002, para oscilar em torno de 600 pontos, o menor índice desde 1998. Como se sabe, o Risco País indica o grau de confiança dos investidores nacionais e internacionais em uma economia. A queda do Risco País provoca a redução no custo de financiamento e, conseqüentemente, representa um estímulo adicional ao investimento.

As taxas de juros de longo prazo também estão caindo. O que realmente determina o comportamento da economia real é a curva de juros de médio e longo prazo, pois é ela que determina as taxas praticadas nos contratos de empréstimo. O que melhor representa essas taxas é a estrutura a termo das taxas de juros, os *swaps* negociados no mercado de 180 a 360 dias. É o juro a termo. E os juros de longo prazo estão caindo de forma consistente no Brasil. De novembro de 2002 a outubro de 2003, a taxa de longo prazo caiu pela metade e já está pouco acima de 17%. Esta queda já está impulsionando a retomada do ritmo de atividade econômica. Vou me aprofundar sobre esta questão dos juros mais à frente.

Componente importante do ajuste da economia brasileira é a evolução da taxa de câmbio. Refletindo as incertezas que pairavam sobre o cenário brasileiro, o câmbio se aproximou, como todos sabemos, de 4 reais por dólar, com forte pressão inflacionária. Hoje o câmbio está estabilizado, e, além de não representar pressões sobre a inflação, tem viabilizado excelente resultado na balança comercial. Vamos nos referir a isso posteriormente.

Mais importante ainda: a relatividade do câmbio tem se reduzido de forma sistemática, contribuindo em muito para o clima de estabilidade e para a retomada de investimentos produtivos. Um ambiente de baixa volatilidade cambial é fundamental para estimular exportações e a entrada de investimentos externos, por reduzir o risco e o custo das operações cambiais.

O impacto da aceleração inflacionária, no ano passado, teve efeitos graves sobre o poder de compra da população brasileira. A massa real de salários sofreu uma queda de 7% entre o 2º trimestre de 2002 e o 2º trimestre de 2003. Desde maio, no entanto, com o sucesso da política antiinflacionária, a massa de salários voltou a se recuperar; inicialmente, de forma tênue, e desde julho de maneira mais vigorosa.

O principal efeito da recomposição da massa salarial foi a recuperação da atividade, via consumo, a partir do 3º trimestre deste ano. A produção industrial já mostra, desde junho, sinais de recuperação. Em termos dessazonalizados, o produto industrial cresceu 2,5% nos últimos 2 meses.

A retomada do nível de atividade fica evidenciada por diversos indicadores, como o crescimento da produção de bens duráveis, o aumento da venda de automóveis e eletroeletrônicos, o aumento da demanda por crédito e o número de consultas aos serviços de proteção ao crédito, entre outros.

Pois bem. Outro índice que merece destaque é o comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo, que se encontra atualmente no seu maior nível desde 2000. Aqui e ali, no entanto, ouve-se a crítica de que os mercados financeiros estão eufóricos enquanto vigora o pessimismo no setor real da economia. Faço apenas uma ressalva: por sua própria natureza, os mercados financeiros são mais sensíveis a oscilações da economia e se antecipam aos resultados. Assim, no 2º semestre do ano passado, por exemplo, os mercados financeiros já refletiam as incertezas sobre a economia, bem antes da indústria, por exemplo, que ainda não demonstrava a desaceleração que a atingiria mais tarde. É função do mercado tentar antecipar o movimento; às vezes erra, mas, na maior parte das vezes, acerta. No ano passado, por exemplo, o mercado antecipou a crise que se aproximava, reagindo antes da economia real.

A alta do índice da Bolsa reflete uma expectativa de melhora nos resultados das empresas, o que a médio prazo se traduzirá no crescimento da taxa de investimento e da capacidade produtiva.

Para se ter uma noção mais clara do sucesso das políticas adotadas na reversão do panorama econômico brasileiro, é importante ter a dimensão exata da crise que atingiu o Brasil no 2º semestre do ano passado. A economia brasileira passou por um choque de grandes proporções. O País perdeu cerca de 28 bilhões de dólares — ou quase 6% do PIB — em 2002, refletindo a deterioração das contas de investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, capitais de curto prazo e ativos.

A crise de confiança interna, aliada à crescente aversão global ao risco, teve impactos relevantes sobre a economia. A percepção de risco teve alta considerável, como já mencionei, atingindo 2.400 pontos. E aqui é importante ressaltar que a elevação da percepção de risco, no ano passado, inibiu o investimento agregado, com sérias conseqüências para a nossa economia. O impacto, no entanto, foi sentido este ano com a desaceleração econômica. Ou seja, a incerteza leva ao aumento do risco; o aumento do risco leva a uma queda do investimento, gerando uma defasagem; e isso acarreta, portanto, um efeito negativo na atividade econômica.

É evidente que as dificuldades se refletiram na taxa de câmbio. Como eu já mencionei, a cotação se aproximou de quase 4 reais por dólar. E a depreciação do real e a deteriorização das expectativas levaram ao descumprimento da meta de inflação para 2002.

A crise gerou um forte impacto inflacionário. A inflação quintuplicou entre o 2º e o 4º trimestre do ano passado. Como disse, no último trimestre a inflação mensal de preços ao consumidor chegou a mais de 40%, anualizados.

Agora vou dar um dado importante. No passado, altas inflacionárias dessa magnitude levaram anos para se materializar. Desta vez foi muito rápido, pela história de inflação do Brasil. Como a sociedade já está vacinada contra os efeitos da inflação, reage, portanto, com muita rapidez. Para muitos observadores, a inflação estava definitivamente reinstalada no País. Para eles, os instrumentos clássicos de política monetária não funcionariam nunca no Brasil, pois seriam supostamente ineficazes contra uma inflação de custos ou restrita a preços indexados, ou generalizadamente inercial.

É evidente que o quadro dramático não se concretizou. Em 10 meses o Governo conseguiu debelar a crise e a ameaça do retorno da aceleração inflacionária. Recuperou a confiança através de um processo determinado de ajuste baseado na responsabilidade fiscal (com a fixação e o cumprimento de uma meta de superávit fiscal de 4,25% para 2003 e anos seguintes) e na estabilidade macroeconômica (com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante).

O Brasil passa por um importante ajuste das contas públicas. A partir de 1998, o Governo brasileiro entrou numa rota de superávits primários. Esse processo está sendo

consolidado pelo Governo Lula, que estabeleceu — e está cumprindo — a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. E com a uma mudança qualitativa importante: o ajuste está concentrado no corte de gastos públicos, sem receitas extraordinárias computadas, para efeito da fixação da meta.

Esse processo permitirá a diminuição consistente da relação da dívida pública sobre o PIB. Temos como meta estar próximos a 40%, no final da década. No auge da crise da confiança, por exemplo, essa relação superou a margem de 60%.

Um ajuste importante das contas externas é outro pilar fundamental para a recuperação da economia brasileira. A melhora do nível de confiança tem permitido uma recuperação consistente da taxa de rolagem da dívida externa brasileira privada. No 2º semestre do ano passado, as empresas brasileiras tinham dificuldade para rolar, mesmo parcialmente, suas dívidas no exterior. Nos últimos meses, a taxa de rolagem tem se mantido sistematicamente acima de 100%.

Um componente importante no ajuste externo é a mudança estrutural verificada no comportamento da balança comercial. No valor acumulado nos últimos 12 meses, a balança comercial brasileira registrou, em setembro, um superávit superior a 23 bilhões de dólares. É o maior superávit comercial já registrado na história do Brasil. Para comparar, vale recordar que o saldo comercial brasileiro representava, há poucos anos, um déficit anual de mais de 6 bilhões de dólares.

Gostaria de reiterar, no entanto, que o saldo comercial está sendo alcançado graças a um processo de mudança estrutural da economia brasileira, com ganhos de eficiência e produtividade, sem os artificialismos que muitas vezes marcaram esse processo.

De janeiro a setembro deste ano, a conta corrente do balanço de pagamentos registra um superávit de 3,8 bilhões de dólares. Assim, o mais provável é que fechemos o ano com um superávit em transações correntes, o que não ocorre desde 1994.

Tivemos, num certo momento, o pico de déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares. Este ano, por exemplo, de janeiro a setembro, no acumulado, temos um superávit de 3,8 bilhões de dólares.

Outra sinalização da reconquista da confiança internacional é dado pelo índice de investimento estrangeiro direto. Nos últimos 3 meses, o investimento estrangeiro foi em média de 900 milhões de dólares/mês. Esses números refletem uma retomada do investimento externo após o período de retração provocado pela crise do ano passado.

Os investimentos externos que estão ingressando agora no País são resultado de um longo processo de tomada de decisão. Tudo indica que se trata de um processo consistente de retomada que estará se prolongando no futuro próximo. Para 2004 a estimativa é de que esses recursos somarão 13,5 bilhões de dólares.

Ainda no setor externo, os dados revelam uma queda consistente da dívida externa total, dela excluídos os empréstimos do Fundo Monetário Internacional. No conceito de liquidez internacional, as reservas brasileiras totalizaram, em setembro, 52 bilhões de dólares, um nível confortável para regime de câmbio flutuante.

Além disso, como é sabido, o Governo brasileiro está mantendo conversação com o FMI, tendo em vista a possível renovação do acordo. Uma coisa é certa: independentemente da decisão a ser tomada em relação ao Fundo, nossa posição atual é muito confortável e não teremos dificuldades para financiar nossas contas externas em 2004.

A aceleração inflacionária gerada pelo choque do ano passado não foi nada trivial. Reverter acelerações inflacionárias daquela magnitude não é tarefa fácil; exige um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. Uma vez que os agentes econômicos passem a incorporar em sua expectativa uma inflação mais alta, é nesse patamar que a inflação tende a estabelecer o seu piso. Somente a atuação da política monetária — tanto controlando a demanda agregada, como coordenando de forma eficaz as expectativas de inflação mais baixa — fará com que ela se reduza.

O combate à inflação exige uma rápida e decidida ação por parte da autoridade monetária. Exigiu um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. É esse compromisso determinado que convence os agentes privados de que a política econômica terá como foco o crescimento sustentado e como requisito um ambiente econômico que preserve a estabilidade dos preços.

É inequívoco o sucesso da política monetária no combate à inflação. Em apenas 10 meses conseguimos debelar a ameaça do retorno da inflação crônica. Numa avaliação 12 meses à frente, como mostramos, o mercado espera uma inflação em torno de 6%, em linha com a trajetória de metas ajustadas definidas para conduzir a inflação de volta à meta de longo prazo, depois do choque de 2002. Para 2004, como já disse, as expectativas convergem para o cumprimento da meta de 5,5%.

Outro fator importante no processo da reconquista da confiança foi a adoção de uma política de alongamento do perfil da dívida e de redução da exposição da dívida pública atrelada ao câmbio. O perfil da dívida do Governo Federal continua a melhorar, com o aumento da participação de papéis com correção prefixada, redução dos títulos atrelados à variação cambial e alongamento dos prazos de vencimento.

Senhoras e Senhores, as condições para retomada do crescimento já estão dadas. Os primeiros sinais já começam a aparecer. A flexibilização da política monetária iniciada em junho e intensificada nos meses seguintes, o aumento da oferta de crédito e o aumento dos rendimentos reais, possibilitados pela queda da inflação, permitirão um aumento progressivo do consumo e a retomada do nível de atividade.

O que determina a atividade econômica é o nível da taxa de juros de médio e longo prazo no mercado. Além disso, é importante notar que os efeitos de uma determinada estrutura de juros sobre a atividade não são sentidos imediatamente. Há uma defasagem nesse efeito. Assim, a atividade da economia brasileira, no 1º semestre deste ano, estava sendo determinada pelas taxas de juros de médio e longo prazo vigentes no final do ano passado.

Em novembro passado, por exemplo, a taxa *swap* de 360 dias (que é como o mercado determina as taxas de juros de médio prazo) se aproximava de 33%. E, nesse momento, a Taxa SELIC estava muito abaixo disso. A razão de as taxas de mercado estarem tão altas foi a incerteza, com a expectativa de uma inflação crescente. Agora, em outubro de 2003, essa taxa caiu pela metade; está pouco acima de 17%, abaixo, portanto, do índice vigente antes da crise do ano passado.

Em termos reais (ou seja, a taxa futura de médio prazo, descontada a inflação esperada para o período), os juros reais de médio prazo no Brasil estão em cerca de 10,5% — isto é, a taxa de mercado de médio prazo descontada da inflação esperada pelo mercado a médio prazo. Esse foi o nível que prevalecia no início de 2000, quando a economia cresceu a taxas elevadas. Os efeitos positivos dessa redução sobre o nível de atividade estarão cada vez mais visíveis ao longo dos próximos meses.

É a estrutura a termo da taxa de juros que determina o curso do crédito aos tomadores. A queda das taxas longas se iniciou em março, quando o mercado antecipou em 3 meses a flexibilização monetária promovida pelo Banco Central e a queda nas expectativas de inflação. Em consequência, as taxas de juros para as pessoas físicas começaram a cair no fim do 1º trimestre, e já mostram uma redução de cerca de 18 pontos percentuais.

É claro que as taxas ainda estão muito altas, mas a queda já é sentida pelos consumidores e começa a impulsionar o ritmo de atividade. A retomada está sendo impulsionada pela demanda de bens duráveis, justamente aqueles que mais dependem das condições de crédito da economia.

Portanto, a reversão do nível de atividades já é observada em vários setores. Nós podemos verificar que diversos segmentos da indústria já mostram crescimentos importantes em termos da média trimestral sobre o trimestre anterior.

Eu gostaria também de mencionar que o número de consultas a serviços de proteção ao crédito também comprova a retomada do nível de atividade. Esse dado, que se refere à 1ª quinzena de outubro, mostra que as consultas ao SPC, no Estado de São Paulo, apresentaram uma significativa expansão de 9,1% no período.

As vendas internas de automóveis indicam a mesma tendência, favorecidas pela facilitação do crédito e pelo estímulo fiscal via redução do IPI.

Gostaria de mencionar aqui um ponto muito importante: o processo de combate à crise tem um preço. No entanto, é importante enfatizar que, no Brasil, estamos conseguindo superar a crise, preservando taxas positivas de crescimento. Como mencionei, nós perdemos, no ano passado, cerca de 28 bilhões de dólares de linhas externas. Países que foram forçados a ajustes semelhantes em suas contas correntes tiveram contrações de 5% a

12% do PIB. Apesar da dimensão excepcional da crise por que passou, temos a estimativa de que o Brasil conseguirá fechar este ano difícil com crescimento positivo de 0,6%. Crescimento pequeno, é verdade, mas crescimento. Ainda não é o crescimento que queremos. Ainda estamos longe dos índices que, com certeza, teremos condições de alcançar nos próximos anos. Mas toda construção duradoura exige bases sólidas, e essas bases foram criadas ao longo deste ano. Sobre elas estaremos construindo, de forma responsável, o caminho que nos levará, a partir do ano que vem, ao desenvolvimento e ao crescimento sustentado.

Eu gostaria de enfatizar, pelos dados já mostrados, que, na margem, a economia já volta a crescer, e os dados da indústria paulista de setembro, divulgados ontem, confirmam esse fato — a indústria paulista já cresceu no mês anterior cerca de 6% e, como mostrei claramente, a atividade industrial já está puxando a atividade econômica.

Vamos passar agora ao resultado do Banco Central.

O resultado do Banco Central considera as receitas e despesas de todas as suas operações. Caso o resultado seja positivo, após ajuste de reservas, é transferido ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Vamos começar pela área externa. Os resultados com operações na área externa totalizaram 7 bilhões de reais negativos e decorreram, principalmente, da valorização do real frente ao dólar (16, 72% no semestre); ou seja, no caso dos ativos, por exemplo, tivemos, portanto, uma despesa de 25 bilhões de reais, e a razão disso é exatamente o valor do dólar. Portanto, o valor dos ativos diminuiu. Por outro lado, o passivo em dólares também diminuiu, gerando uma receita, que é o efeito contrário do que houve, por exemplo, no ano passado, com a desvalorização do real. Portanto, o resultado líquido foi cerca de 7 bilhões de reais.

Por outro lado, como todos sabem, o Banco Central, durante todo esse período tem oferecido proteção cambial ao mercado, e o mecanismo usado nos últimos anos tem sido operações de *swap*, instrumento financeiro oferecido ao mercado como *hedge* — ou seja, como proteção contra variação cambial. Eu vou mostrar isso depois em outro quadro.

O Banco Central apresentou neste semestre um índice positivo, um ganho de 15 bilhões de reais como resultado das operações de *swap* no 1º semestre. Portanto, o ganho com as operações de *swap*, no 1º semestre de 2003, foi maior do que toda a perda com *swap* verificada no 2º semestre de 2002, que foi de 14 bilhões de reais; isto é, este ano já compensamos e já ganhamos mais com as operações de *swap* do que o Banco Central tinha perdido no 2º semestre do ano passado.

Esse resultado, evidentemente, decorreu da apreciação do real. Em valores nacionais, somente para referência, o Banco Central apresentava a posição comprada líquida de 105 bilhões de reais em contratos de *swap*, pagando a variação cambial mais cupom e recebendo a variação da taxa de depósito interbancário.

Mostramos aqui um dado muito importante, que é o ajuste de mercado da carteira do Banco Central, isto é, a carteira de títulos públicos que o Banco Central tem. Isso reflete as melhoras do fundamento da economia brasileira e a melhora de confiança, melhorando, portanto, o valor dos títulos emitidos pelo Brasil.

No mercado de títulos, apurou-se um resultado positivo de 19 bilhões de reais. Nesse resultado, destaca-se a marcação, a mercado, dos títulos públicos existentes na carteira do Banco Central, como já mencionei, no gráfico anterior, de 12 bilhões de reais. Essa valorização é importante sinal da recuperação da credibilidade.

Agora vamos apresentar o resultado consolidado do Banco Central no 1º semestre de 2003. O Banco Central apresentou, no 1º semestre de 2003, um resultado positivo de 24 bilhões de reais. O fator determinante desse resultado foi a recuperação da economia brasileira ao longo do ano, como tive a oportunidade de descrever. E nós vamos ver que temos os diversos resultados — o resultado positivo na receita do mercado aberto, das operações de *swap*; negativo da área externa; despesas, conforme mostradas, e o perfil na área externa. Tudo isso, portanto, gerou um resultado líquido de 24 bilhões de reais. E esse processo foi importante, porque permitiu ao Banco Central reverter o prejuízo registrado em 2002, que foi de cerca de 17 bilhões de reais.

Portanto, este é o resultado mensal do Banco Central de junho de 2002 até junho de 2003. Os senhores podem acompanhar a evolução.

De acordo com a lei, o resultado positivo apurado pelo Banco Central foi transferido ao Tesouro Nacional no último dia 4 de setembro.

Sras. e Srs. Parlamentares — terminando, portanto —, falei no início sobre o papel fundamental que o Congresso Nacional tem desempenhado no encaminhamento das grandes questões nacionais. O grau de confiança de uma economia depende também da capacidade que tem o País de fornecer respostas adequadas aos seus problemas. Felizmente para o povo brasileiro, o Congresso Nacional tem estado à altura dos desafios. Entre outros projetos, as reformas da Previdência e a tributária são exemplos concretos de exercícios democráticos que têm tido boas repercussões sobre a economia.

As idas e vindas normais no processo democrático de negociação não devem nos impedir de reconhecer os avanços que o País está conquistando nessas áreas. A aprovação das reformas, em tempo recorde, poderia ter impactos positivos sobre o crescimento.

Para terminar, eu gostaria de reiterar o que disse no início: a transparência é um dos instrumentos básicos do Banco Central. Por isso, sempre considerei fundamental o diálogo constante entre o Banco Central e o Congresso Nacional. Como não poderia deixar de ser, o Banco Central estará sempre aberto a prestar contas à democracia.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de iniciar os debates, convido o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, o Deputado Léo Alcântara, para tomar assento à Mesa.

Vamos dar início aos debates.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Srs. Presidentes de Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique MEIRELLES, essa explanação que V.Sa. faz realmente é uma explanação sobre recuperação, digamos assim, que já tínhamos ouvido na semana passada, a convite de V.Sa., e com um grupo de Parlamentares, na sede do Banco Central.

Entendemos que realmente a política monetária do País está domada. Mas entendemos que podemos, como diz V.Sa., estar criando as condições para que possamos crescer a partir do ano que vem. Lamentavelmente, a expectativa de crescimento, que foi projetado para este ano em 3% do PIB, não aconteceu nem vai acontecer, é claro, havendo a expectativa de crescimento de apenas 0,6%.

Entendemos que o País vivia uma crise causada pela falta de confiança no novo Governo que se instalava no País, que ganhou as eleições no ano passado; daí aquele turbilhonamento que aconteceu na política brasileira com a eleição do Lula, e, depois, as conseqüências no início do ano e nos meses seguintes.

Temos, Sr. Presidente, algumas questões que considero primordiais para que possamos tratar do crescimento do nosso País e sobre as quais gostaria de ouvi-lo. Em primeiro lugar, a expectativa de crescimento. O Governo exprimiu uma expectativa de crescimento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no projeto de lei orçamentária e no Plano Plurianual, de 3,5% para o ano, sem falar nos anos seguintes: 3,5%, 4%, 5%. Mas, a meu ver, para que isso aconteça, a política monetária não é suficiente. Sendo assim, qual é o nível de crédito que o Banco Central, que os bancos colocam à disposição do mercado? Como disse V.Sa., é um número pequeno. Mas gostaria de saber de quanto é em relação ao PIB e a outros países. É essa a minha primeira pergunta.

Outra questão é a queda dos investimentos. No ano de 2000, tivemos o maior nível de investimentos externos na história do Brasil, que chegou a quase 33 bilhões de dólares. Daí foi caindo: em 2001, 22 bilhões 457 milhões; em 2002, um pouco mais de 16 bilhões; e chegamos a agosto de 2003 com apenas 5 bilhões 727 milhões. Não devemos chegar ao final do ano nem com 10 bilhões de dólares em investimentos no País. Sendo assim, a que se deve essa queda dos investimentos externos em nosso País?

O discurso de V.Sa. é bastante confiante e espero ardentemente que se concretize, porque, como disse a V.Sa. na semana passada, e repito hoje, independentemente de partidos, esta é uma questão brasileira. Queremos o crescimento do Brasil. Queremos empregos. Queremos a atividade econômica voltando a crescer e gerando empregos. V.Sa. falou que os jornais dizem que o crescimento da indústria está consolidado e há crescimento de 6%. Realmente, os jornais dizem que há crescimento de 6% na indústria. Mas não há

crescimento de empregos. Obviamente, havia uma demanda reprimida dentro das indústrias, que, com certeza, estão desovando estoques, trazendo de volta operários que eventualmente estariam em férias, mas não fazendo contratação de novos empregados.

Concluo, dizendo que todos falam que o governo passado era pródigo, voltado para os banqueiros e para os bancos. Os bancos realmente ganharam muito dinheiro nos 8 anos de Fernando Henrique. Mas temos aqui um levantamento realizado pela consultoria Austin Asis, com base nos balanços semestrais publicados por 12 grandes bancos, em que vemos que, no 1º semestre, esses bancos tiveram lucro de 4 bilhões 290 milhões, resultado superior ao mesmo período de 2002, que foi de 4 bilhões. E mostra também que esse lucro é maior do que o havido em todos os primeiros semestres do Governo Fernando Henrique.

Vou solicitar a V.Sa., através de requerimento, que nos informe qual o lucro dos bancos nos 9 primeiros meses deste ano.

No mais, quero me congratular com V.Sa. pelos números positivos da economia do Brasil. Torço ardente para que o crescimento aconteça a partir do ano do que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos ouvir 3 Parlamentares e, a seguir, o Presidente do Banco Central, com as respostas.

Pediria que todos os intervenientes da discussão usem apenas os 3 minutos regulamentares, uma vez que é grande o número de inscritos.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta Comissão; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acredito que V.Sa. retrata, de maneira sintética e objetiva, variáveis relevantes que apontam a gravidade em que o País se encontrava e o esforço que tem sido feito para reconstrução da atividade econômica no País. Infelizmente, há aqueles que não conseguiram superar a capacidade simplista de analisar a crise tão-somente pelo processo político que o País vivenciou no ano passado. No entanto, um dos dados apresentados aponta o histórico dos últimos 3 anos, acerca da entrada de capitais, e este demonstra que, pelo menos nessa área, a crise foi bem mais longa do que simplesmente uma crise do 2º semestre do ano passado; ou seja, um deslocamento de 62 bilhões, em 2000, para 25 bilhões, em 2002, representando uma perda de 28 bilhões de dólares em entrada de capitais. Assim, perguntaria: qual é o ritmo, do ponto de vista da entrada de capitais propriamente ditos, do capital de curto prazo e o de longo prazo, para o mercado? O Banco Central já tem a percepção da diferença da entrada desses 2 tipos de capitais na economia brasileira?

A segunda colocação que gostaria de fazer refere-se a uma outra tabela, que é o déficit em contas correntes. Parece que a economia brasileira vivia, do ponto de vista do desempenho do balanço de pagamentos, uma situação extremamente salutar e que somente no ano passado teve problemas. Parece-me não ser isso o que revelam os dados aqui apresentados por V.Sa., que, em primeiro lugar, apontam o declínio do déficit em conta corrente. Mas, se o associarmos à queda da atividade econômica, observa-se também que há queda nas importações de insumos — provavelmente associada à queda da atividade econômica, o que deve explicar parte dessa diminuição do déficit em conta corrente. Mas gostaria de indagar quais são, de fato e objetivamente, além do possível efeito da queda das importações para diminuição do déficit em conta corrente, os fatores pelos quais o Banco Central entende essa melhora do desempenho das contas correntes brasileiras, hoje?

Por último, quero fazer uma indagação sobre a avaliação que faz o Banco Central da capacidade de internalização da economia brasileira com relação à queda da Taxa SELIC. Qual é a rapidez que isso reproduz nas operações menores de créditos, vamos assim dizer, ou seja, aquelas que ocorrem na ponta do sistema financeiro propriamente dito?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Deputado Eliseu Resende; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acho muito importante que a política econômica esteja dando bons frutos no que se refere ao controle da inflação, com sinais de recuperação da economia. Entretanto, no que diz respeito à taxa de crescimento da economia, com o objetivo de se criar mais empregos, estamos ainda muito aquém do desejado.

Sr. Henrique MEIRELLES, eu vejo que em 53 parágrafos inseridos nos relatórios das reuniões do COPOM, que define as taxas de juros, 2 são para reflexão sobre a taxa de desemprego, que está em níveis excepcionalmente altos para o histórico da economia brasileira: cerca de 13% nas 6 regiões metropolitanas e pouco acima de 20% na região metropolitana de São Paulo, segundo a Fundação SEADE e o DIEESE.

Sugiro a V.Sa. que considere profundamente as questões do desemprego e da atividade econômica. Observo que nas suas informações sobre atividade econômica não está inserida a evolução da taxa do desemprego. Ainda que V.Sa. considere extremamente importante o objetivo da estabilidade de preços, nunca deixe de colocar como objetivo igualmente importante este, qual seja, o de a atividade econômica atingir, o mais breve possível, a meta de pleno emprego. Inclusive, uma recomendação exposta aqui, recentemente, pelo ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, laureado um nobre da economia, quando observou que as autoridades econômicas e monetárias devem, sim, levar em conta esses objetivos da atividade acelerada, o pleno emprego, assim como a melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

É importante que o Presidente do Banco Central nos apresente, inclusive do ponto de vista do Orçamento para o próximo ano, os instrumentos de política econômica, não apenas monetária e cambial, que melhorarão a atividade e o emprego, bem como a distribuição da renda e a erradicação da pobreza. Por outro lado, que também nos informe precisamente por que nas tabelas isso não veio explicitado. Ou seja, qual o peso no ano de 2003, e a perspectiva para 2004, do pagamento do serviço das dívidas públicas interna e externa? Gostaria de saber se é correta a informação de que, em 2002, a quantia foi da ordem de 116 bilhões de reais; e de que, este ano, até setembro, já ultrapassou mais de 100 bilhões, e até dezembro poderá ser maior do que a de 2002. Qual parte do serviço da dívida pública que pagamos para os credores internos e externos, e por que essa questão é relevante e referente à questão da distribuição da renda e da riqueza?

Caro Presidente Henrique Meirelles, se transferimos este ano mais de 100 bilhões de dólares em serviços da dívida, ou somente em juros pagos, quem recebeu interna e externamente? Talvez seja difícil termos uma resposta precisa. Mas para que todos compreendamos, para quem o Governo brasileiro, o Tesouro nacional paga juros e serviços? Alguns imaginam que são para as instituições financeiras e para aqueles que compram títulos. Quem são os proprietários dos títulos da dívida no exterior e aqui no Brasil? Normalmente, são pessoas que detêm maior riqueza e renda. Quando a sociedade brasileira se empenha em reservar o necessário para pagar o serviço da dívida, que estará previsto no Orçamento, tem de pensar nesta quantia e em outras, como, por exemplo, as que vão para os programas de transferência de renda, agora unificados nos programas Bolsa Família. Uma quantia pode estar relacionada a outra para que tenhamos consciência.

Prezado Presidente Henrique Meirelles, o Ministro Antonio Palocci disse que o controle da inflação é importante, porque ela prejudica, sobretudo, os mais pobres. Porém, em contrapartida, temos de ter consciência de que pagamos grande parte do serviço da dívida às pessoas que detêm muita riqueza. Peço a V.Sa. que nos apresente os beneficiários e os dados, mesmo que aproximadamente, do serviço das dívidas interna e externa durante 2003 e para 2004.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Com relação à pergunta do Deputado Pauderney Avelino, eu diria que o nível de crédito da economia brasileira, em setembro, está em torno de 25,3% do PIB, *versus* uma média de 24% do primeiro trimestre e 24,3% em dezembro do ano passado, dos quais cerca de 14% em crédito livre. Esse número é até um pouco superior em relação aos demais países emergentes, que têm números de créditos relativamente baixos se comparados aos dos países industrializados, de economias amadurecidas, que têm um nível de crédito superior, como, por exemplo, Japão e Estados Unidos, com níveis superiores até ao PIB. Portanto, esses valores se situam numa faixa de 250 milhões de reais, no nível total de crédito agregado.

Portanto, é importante mencionar que esse nível, na realidade, pode ser inclusive um pouco maior, dependendo da variação dos números, talvez atingindo, em alguns momentos,

até números superiores. Mas o importante é dizer que é baixo, o índice é baixo. E vamos ter, portanto, a necessidade, claramente, como desafio da economia brasileira, nos próximos anos, de aumentar esses números.

O Governo tem tomado algumas medidas importantes nessa área, como, por exemplo, o desconto, a consignação em folha de pagamentos. É algo da maior importância, porque isso disponibiliza para o trabalhador um acesso ao crédito mais barato. Estamos vendo pelas divulgações, inclusive, dos próprios jornais, que os acordos firmados entre as instituições financeiras, as centrais sindicais e as empresas têm dado um nível de custo para esse tipo de crédito fundamentalmente inferior ao que prevalece no mercado. Além do mais, temos outros projetos nesse sentido, e o nível de crédito em geral começa a crescer, como mostrei, pelos serviços de consulta ao crédito. Em resumo: à medida que a atividade econômica começa a ser retomada, vamos, claramente, ter também uma retomada paulatina do crédito.

É importante também mencionar que o nível de crédito é muito vinculado ao nível geral de atividades da economia. Também, isso é importante no âmbito de estabilidade econômica: quanto mais estável a economia, tende a ser maior a oferta e demanda por crédito. Porque os agentes econômicos, sejam investidores, sejam tomadores, têm mais confiança em fazer seus planos e tomar créditos.

Portanto, a estabilidade macroeconômica é fundamental para que possamos expandir o nível de crédito na economia.

Em relação ao nível de investimento, a pergunta de S.Exa. é no sentido de quais são as razões da queda do nível geral de investimento. A queda do nível geral de investimento está muito relacionada à previsão de inflação, à previsão do nível de atividade econômica. Portanto, a incerteza, que foi refletida pelos diversos índices que mostramos, no ano passado, claramente teve um efeito depressor sobre o nível de investimento, porque o investimento pressupõe uma previsibilidade, pressupõe um retorno. Na medida em que há uma incerteza sobre o futuro, o nível de investimento cai. Isso é um sumário da questão.

Em relação ao crescimento do emprego — isso também se relaciona à pergunta do Senador Eduardo Suplicy e já vou antecipar um pouco da resposta a S.Exa., uma vez que as perguntas estão interrelacionadas —, diria que o crescimento da massa de salário já mostrou sinais de recuperação; quer dizer, a massa de salário já está crescendo. Sobre a pergunta de S.Exa., de a economia estar dando sinais de reaquecimento, por um lado, mas o emprego ainda não mostrar sinais claros, o que mostra a teoria econômica é o seguinte. Na retomada da atividade industrial, principalmente os bens duráveis e alguns outros tipos de produtos intermediários são os que aparecem primeiro; em segundo, a massa de salário — isto é, o total de salários pagos na economia reage em segundo lugar. E, depois, os outros índices e os níveis gerais de emprego virão como consequência. Esse é o processo normal de retomada.

O que quero dizer é o seguinte. Não há dúvida de que a economia brasileira passou por uma crise muito séria e não há dúvida de que pagamos o preço dessa crise nos últimos semestres. Então, realmente, isso sinaliza — já mostrei os dados dos demais países — que outros países tiveram uma contração no PIB. O Brasil não teve uma contração no PIB; o Brasil teve um crescimento ainda positivo este ano. Mas não há dúvida de que houve uma baixa dessa taxa de crescimento. Mas agora todos os indicadores já mostram uma retomada desse crescimento.

Em relação à questão do Deputado, S.Exa. menciona a questão dos lucros dos bancos e, certamente, vamos fornecer, em resposta ao requerimento de S.Exa., o lucro total dos bancos.

Temos aqui dados preliminares, até junho de 2003: lucro total de 6,4 bilhões de reais, que é cerca de 5,5% do patrimônio líquido.

O Deputado menciona a evolução dos lucros no 1º trimestre de 4,2 *versus* 4 no trimestre anterior. Portanto, à primeira vista, no segundo trimestre houve uma queda desses lucros, na medida em que o lucro do semestre foi de 6,4 bilhões.

Diria o seguinte: o importante, Deputado, é que a economia esteja crescendo e o resultado das empresas em geral, no Brasil, melhorem. E, se olharmos, por exemplo, os resultados das empresas cotadas em bolsas de valores, vamos ver que os resultados das empresas têm melhorado muito no Brasil, em comparação ao passado recente.

Então a questão é não só o lucro dos bancos, mas o resultado geral das empresas e, claramente, o crescimento da massa salarial, que, em última análise, é o mais importante vetor.

Passando agora às perguntas do Deputado Wasny de Roure. Em relação à questão da entrada de capitais líquidos, de curto, médio e longo prazos, se olharmos, por exemplo, 2002, veremos que tivemos uma saída líquida de capitais, não só de curto como de médio prazo. E tivemos, por exemplo, de médio e longo prazos, uma saída líquida de cerca de 6,7 bilhões de dólares, e também uma saída de capitais de curto prazo importante. Se tomarmos o número de setembro de 2003 como exemplo, tivemos uma entrada, de médio e longo prazos, de 2,2 bilhões, e de prazo menor, de 1,2 bilhão; isto é, está claramente demonstrado que os capitais de longo prazo hoje são a maioria do fluxo de entrada. Portanto, cerca de 2/3 do fluxo de entrada, se tomarmos setembro como base. Inclusive, no perfil da dívida brasileira, nos papéis emitidos pela República no exterior, S.Exa. vai notar que tem havido um aumento paulatino dos prazos da dívida; o último, por exemplo, foi de 7 anos, enquanto o primeiro foi com um prazo menor. Além do mais, temos também exemplos das empresas. O prazo médio das empresas está crescendo paulatinamente. Nos primeiros lançamentos das empresas, tínhamos um prazo médio de cerca de 8, 9 meses. Em resumo: existe claramente um aumento dos prazos médios de entrada.

Em relação à sua pergunta quanto aos fatores do desempenho nas contas correntes, o déficit em conta corrente foi revertido. E o fator mais importante, não há dúvida, foi o desempenho da balança comercial. Quando passamos, em anos recentes, de um déficit comercial de 6 bilhões para um superávit comercial de 23 bilhões de dólares, vemos apenas uma mudança líquida de cerca de 29 bilhões de dólares. Existem outros fatores, como remessas, viagens e outras coisas. Mas o fator mais importante, não há dúvida, foi o superávit da balança comercial, principalmente o desempenho do setor exportador. Mas também o desempenho do setor industrial em substituir importações; isso também foi muito importante porque, às vezes, o país não consegue substituir a importação. Então a única maneira de fazer cair a importação é ir gerando uma grande recessão, uma contração da atividade, como existiu, inclusive, em alguns países vizinhos. O país, para fazer esse ajuste, tem de contrair a atividade, diminuir o produto. Isso não foi necessário ser feito no Brasil, porque a indústria brasileira foi capaz de reagir positivamente.

Em relação à rapidez da reação do crédito às Taxas SELIC, diria ao Deputado que a Taxa SELIC é um dos fatores, como mostrei, em relação ao crédito e ao custo do crédito. Por exemplo: se olharmos aqueles números que mostrei, vamos ver que, mesmo em outubro do ano passado, quando a SELIC ainda estava a 18% — um pouco antes do mês de setembro ela subiu —, a taxa de mercado já estava acima de 30%. Por quê? Por causa da incerteza futura. Isto é, o que determina o custo crédito não é só a SELIC, mas também a incerteza ou a confiança. Hoje, por exemplo, o senhor está vendo que, inclusive, o mercado se antecipou à própria queda da Taxa SELIC. Portanto, saiu à frente, no sentido de que o mercado confia na eficácia da política monetária do Banco Central.

Esses são os diversos fatores que mostram essa evolução.

Acredito que esse é o sumário da questão do crédito. O que influencia, de fato, as taxas de juros do mercado nos empréstimos e na tomada de recursos é bem refletido, claramente, segundo os estudos do Banco Central, por essas taxas de *swap*, que são negociadas nas bolsas, porque a estrutura a termo de taxas de juros é o que reflete melhor isso. Não há, necessariamente, uma correlação direta com a SELIC. Há uma correlação na medida em que o senhor vai ver que o mercado se antecipou a essa queda da SELIC, que eventualmente ocorreu.

Passando às questões do Senador Suplicy, digo que as anotei e vamos levar muito à sério a sua sugestão de endereçar, com maior extensão, sobre a questão do desemprego na ata e no relatório de inflação.

Em relação aos serviços da dívida pública, vamos ver que, em 2003, a projeção é de cerca de 153,9 bilhões de reais, dos quais 137,1 bilhões da dívida interna e 16,8 bilhões da dívida externa. É importante notar que a dívida externa teve um componente positivo, em função exatamente da questão cambial, e que a projeção para 2004 é de 105,4 bilhões de reais da dívida interna e de 15,6 bilhões de reais da dívida externa, dando um total,

portanto, de 121 bilhões de reais. Espera-se, portanto, uma melhora nesse quadro no ano de 2003.

Com relação à questão do Senador, referente a quem são pagos os juros, quem são os proprietários dos títulos etc., eu diria que hoje a estrutura de mercado mudou muito, principalmente com os fundos de investimentos. Quer dizer, hoje os fundos de investimentos congregam milhares de aplicadores, que são gerenciados apenas por uma instituição, aqueles porta-fólios. É muito importante mencionar que não há registro dos individuais, de quem são os proprietários de cada título público, em particular. São milhões de pessoas, se considerarmos que também nesse quadro estão envolvidas aplicações de varejo, não só de títulos públicos diretos do Governo, mas indiretamente fundos que têm aplicações nos títulos ou até nas aplicações de instituições financeiras, captadas, por exemplo, na Caderneta de Poupança, enquanto parte dos recursos podem ser aplicados em títulos do Governo Federal. Portanto, na dívida interna, tal qual na dívida externa, hoje, há uma capilaridade muito maior do que havia no passado. Quer dizer, hoje qualquer poupança, em última análise, tem uma grande possibilidade de estar sendo capitalizada para títulos públicos.

O mesmo processo ocorreu no mercado internacional. Quer dizer, aquele quadro que tínhamos na década de 1970, começo da década de 1980, em que grande parte da dívida soberana, a maior parte, estava concentrada nas mãos de grandes instituições financeiras, isso já mudou; transformou-se substancialmente e, hoje, temos uma grande dispersão de títulos que estão na mãos de investidores, que estão congregados, por meio de fundos de investimentos ou mesmo investidores individuais. Particularmente na Europa, países como a Itália e Alemanha, vimos grandes dispersões de títulos de países emergentes. Temos um grande vizinho negociando e que está enfrentando exatamente esse tipo de problema, porque há uma massa de pessoas nesses países, trabalhadores que têm títulos de países emergentes e, portanto, de dívida.

Enfim, não há um registro específico de nomes porque são milhões de pessoas que são proprietárias dos títulos públicos.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria, apenas, para complementar e aditar o meu questionamento ao Presidente do Banco Central, de pedir que ele nos explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio de 9%, porque entendemos a incompatibilidade desse decréscimo ou do crescimento negativo da dívida pública ao longo do tempo, conforme está previsto no Plano Plurianual, inclusive no que foi mostrado na projeção até o ano de 2007, o que para mim não está bem explicado.

S.Sa. se refere, no documento do Banco Central, a esse juro real de equilíbrio. Gostaria que explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Vamos entrar no detalhe contra este conceito do juro real de equilíbrio. Qual o conceito macroeconômico do juro real de equilíbrio, Deputado? Esse é um exemplo teórico. Esse é um conceito teórico e de difícil medida prática precisa. Imagine um país que tenha uma taxa de inflação constante, durante vários anos, de 10%. Vou usar um exemplo hipotético, na faixa de 10%. Imagine também que tenha tido uma taxa de juros constante, durante vários anos, de 21%. Portanto, não podemos dizer, a grosso modo, que a taxa de juros real, isto é, a taxa de juros acima da inflação, foi um pouco abaixo de 11%, um pouco acima de 10% em taxa composta. Vamos usar 10,5%. Como a inflação não mudou nesse período, podemos dizer que essa taxa de juros não foi expansionista nem contracionista; isto é, ela não aumentou nem diminuiu a inflação. Portanto, é uma taxa de equilíbrio. Temos uma inflação estável com a taxa de juros estável. Esse é o conceito teórico. Isto é, em tese, a taxa de equilíbrio é aquela taxa que não altera a atividade econômica nem altera o comportamento da inflação. Não é uma taxa expansionista nem é uma taxa contracionista. Portanto, o que há são taxas de equilíbrio diferentes, dependendo de cada país.

Uma outra maneira de olhar o mesmo assunto, porque há algumas inter-relações, porque a taxa de equilíbrio é um conceito basicamente interno, é olhar externamente, por meio das taxas de Risco País, que mostra, em última análise, o risco macroeconômico de um

país, o que é necessário pagar para financiar sua dívida soberana e para financiar sua atividade econômica. Em última análise, é isso o que mostra a taxa de juro real de equilíbrio.

Este é um conceito, obviamente, teórico e muito difícil de medida, portanto, para se saber *a priori* qual será a taxa de equilíbrio ou qual é hoje a taxa de equilíbrio. Isso é uma coisa que se testa na prática.

Em relação aos números apresentados, o que mostramos é a evolução da taxa de juros real *ex ante*, que é medida através da expectativa do mercado para a inflação nos próximos 12 meses *versus* a expectativa do mercado para os juros dos próximos 12 meses. Essa é a taxa que forma as expectativas e, portanto, condiciona os investimentos e a atividade econômica no futuro. Mostramos como essa taxa está caindo. Mas essa taxa que mostramos não foi da evolução da taxa de equilíbrio, mas, sim, da evolução das taxas de juros reais *ex ante*, segundo medidas ou segundo previstas pelo mercado a taxa de juros dos próximos 360 dias, segundo a previsão no mercado, que é a taxa de inflação dos próximos 360 dias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Dando continuidade aos debates, com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Srs. Presidentes da Comissão de Finanças e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Sr. Presidente do Banco Central, quero começar registrando que de 1994 para cá este ano é o melhor resultado positivo do nosso Banco Central.

Quero também registrar, Srs. Presidentes, que o grande prejuízo do Banco Central em 2002 se deu no 1º semestre, e não no 2º semestre. No 1º semestre de 2002 tivemos um prejuízo de 10 bilhões, 900 milhões de reais. No 2º semestre, de 6 bilhões de reais, o que deixa claro que a questão, em 2002, não era risco político da eleição, porque, se isso fosse verdade, o grande prejuízo teria ocorrido no 2º semestre. A certeza da sociedade brasileira e dos organismos internacionais da vitória de um novo projeto para o Brasil contribuiu para essa confiança. Na hora em que abrimos esses números, vemos com clareza onde estava a desconfiança no projeto político que havia no Brasil.

É bom registrar também que, comparado com a década de 1990, o ano de 2002 apresentou o 3º maior prejuízo; houve apenas 2 outros exercícios com prejuízo do Banco Central maior do que o havido em 2002. Esses dados são importantes para que possamos refletir sobre o perfil da dívida brasileira, porque esses resultados negativos causavam impacto em nossa dívida.

Outra questão que também quero registrar, Sr. Presidente, é que a dívida pública hoje, principalmente a interna, como muito bem falou V.Sa., está distribuída nas mãos de vários credores, vários investidores, principalmente pessoas físicas. Entidades que estão levantando esses dados indicam que há entre 10 milhões e 12 milhões de credores internos, proprietários desses fundos de investimentos. Portanto, os credores da dívida interna brasileira mudaram muito, particularmente da década de 1980 para cá. O que isso implica? É bom lembrar àqueles que defendem o calote na dívida pública interna, ou seja, simplesmente o não-pagamento, que o Brasil já fez isso no Governo Collor, e sabemos o desdobramento que teve em nossa economia. Nosso País já fez isso, assim como a Argentina fez o curralito. E sabemos as consequências por que passou a Argentina.

Nesse aspecto, parabeno a direção do Banco Central e a área econômica, que, embora sabendo que as medidas tomadas são muito duras para nossa economia, sabem também que são necessárias para criar esse novo ambiente.

Nesse item, é bom registrar que temos 2 taxas de contribuições, 2 tipos de tributos que, de certa forma, retratam nossa economia formal e informal. Uma é a CPMF, o imposto do cheque — porque o dinheiro da ampla maioria da sociedade brasileira termina transitando por dentro de bancos. No ano de 2003, nossa arrecadação da CPMF cresceu 0,86%, um pouco próximo da previsão do crescimento econômico para 2003. A outra é a COFINS, que tem efeito cascata e transita pelos vários ramos de nossa economia. Sua arrecadação, em 2003, até setembro, cresceu 1,84%.

Portanto, esses fatores deixam claro que o efeito na economia está muito próximo do planejamento, já que esses fatores, aqui para nós, são importantes nesse acompanhamento.

Outro item que também chama nossa atenção é o crescimento, em 2003, da produção agrícola no Brasil. Estamos saindo de uma produção média de 97 milhões de toneladas, em 2002, para 122 milhões de toneladas em 2003, crescimento significativo, que repercute na nossa balança comercial. No setor da indústria, esse crescimento está se dando particularmente na indústria, que tinha capacidade ociosa. Num primeiro momento, isso não reflete em emprego direto, mas reflete em emprego indireto, que é exatamente o crescimento do consumo e das vendas nesse último trimestre, a que estamos começando a assistir. Portanto, Sr. Presidente, acho que esses fatores, para nós, são muito importantes.

O item relativo ao Banco Central que nos causa certa preocupação é este: embora tenhamos mantido a Taxa SELIC, num primeiro momento, relativamente abaixo da inflação oficial, e, em seguida, numa taxa real, junto aos consumidores não tem havido a mesma queda. É verdade que a política do Governo, que estimula o oferecimento de crédito de bancos oficiais e particulares, têm contribuído, mas, nos bancos privados, essa queda não tem acontecido na mesma proporção.

Pergunto a V.Sa. que medidas mais agressivas poderíamos ter para que os bancos privados também tivessem uma redução nas suas taxas de juros compatível com a queda que o mercado está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente; nobre Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, antes de mais nada, congratulo-me com V.Exa. pela exposição em detalhes e pelo cumprimento da exigência da LDO de enviar com antecedência suas informações para esta Comissão.

Mas queria frisar o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando decidiu que haveria esta audiência pública, é explícita na busca do esclarecimento do chamado impacto e custo fiscal das operações do Banco Central. Considero que o custo fiscal não é apenas um resultado do Banco Central. Podemos dizer que nesse primeiro semestre de 2003 o custo fiscal foi positivo porque o resultado foi positivo? Acho que não. E, no § 5º, há uma recomendação: que V.Exa. prestaria contas dos objetivos e métodos da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal. Que aumento da dívida, por exemplo, que é custo fiscal, resultou da política monetária no primeiro semestre?

Há, então, Sr. Presidente, a necessidade de debate mais claro por parte do Banco Central. Sempre levantamos este ponto: que entendimento o Banco Central tem do custo fiscal das suas políticas, das suas operações? Qual o custo fiscal? Identificamos, já no artigo anterior, a necessidade de algumas demonstrações, que vêm nos balanços, mas que deveriam ficar explicitadas na intervenção de V.Exa. O custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, a manutenção das reservas cambiais, a rentabilidade de suas carteiras de títulos, todos esses elementos compõem uma parte do chamado custo fiscal.

Além do custo fiscal, poderíamos argumentar o custo da política econômica, em função, como levantou o Senador Eduardo Suplicy, do desemprego e de outras questões, o custo econômico da queda da economia. Vencemos a inflação. O Ministro Palocci chega a dizer que a inflação alta já foi derrotada. Textualmente, ele diz: *"A inflação é uma batalha vencida; estão criadas as condições para a retomada do crescimento"*. Essa era a primeira questão que queria colocar a V.Exa.

A segunda questão, envolvendo esses temas, diz respeito ao balanço do Banco Central, balancete patrimonial. Ali há algo sobre o qual eu queria uma explicação de V.Exa. A Nota 9, "Operações com o Tesouro Nacional; Depósitos à ordem do Governo Federal", fala da remuneração da conta única. Tal remuneração é calculada diretamente e capitalizada no último dia do decênio posterior. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 3,95%. O que significa isso? A taxa de remuneração da conta única no semestre foi de 3,95%. Por quê? E diz que no primeiro semestre de 2002 foi 18,61%, quando a taxa de emissão dos títulos era muito menor; se não me engano, a SELIC, a taxa média, era menos de 18%. Por quê?

Faço essa pergunta, Sr. Presidente do Banco Central, porque há uma política do Tesouro de emissão líquida de títulos, no primeiro semestre, que já aumentou a conta única em mais de 70 bilhões de reais. Ora, o Tesouro emite títulos que devem pagar uma taxa

média de quanto? Para colocar a Taxa SELIC, varia-se a qualidade dos títulos, retira-se esse dinheiro do mercado, diminui-se, enxuga-se a liquidez do mercado, e é remunerado por 3,95%? Então, o Tesouro está tendo enorme prejuízo. O que justifica essa emissão de títulos liquidamente? Argumenta-se que é para a criação de um colchão de liquidez. Mas qual o montante desse colchão de liquidez? E qual a finalidade? Para momentos de crise? Não há limites? Isso não gera um custo fiscal para o Tesouro? Emite títulos pela SELIC e é remunerado pela taxa média de 3,95%?

A terceira questão, Sr. Presidente, é o problema da relação dívida/PIB. Esse é o grande debate. A relação dívida/PIB apresentada por V.Exa. — é o quadro... não sei o número — cai a partir de 2003. Os dados não são esses. Mesmo na nota do Orçamento, para 2004 estamos prevendo a relação dívida/PIB em 58,5% do PIB, e ela foi de 56% em fins de 2002. O que estamos observando a partir de maio? Que houve uma desvalorização: a relação taxa dívida/PIB foi para 53%, 54%. Depois de maio, até junho, julho e agosto, a relação dívida/PIB vem crescendo e já superou a do ano passado. Então, a pergunta que faço é esta: tivemos a contribuição do câmbio para manter estável a relação dívida/PIB. O pico de 60%, que ocorreu em setembro do ano passado, foi em função da desvalorização brutal daquele mês. Mantendo-se o câmbio estável, mesmo fazendo superávit de 4,40% ou 4,50%, isso eleva a relação dívida/PIB? Esta é a questão que a sociedade quer discutir: qual o peso da política cambial e monetária na elevação da dívida? É possível compensar a liberdade dessas políticas monetária e cambial com a política fiscal ou vamos precisar de um superávit maior? Há proposta de aumento de superávit primário? Quanto à liberdade da política monetária e cambial, vários críticos argumentam que essa diminuição dos juros já poderia ter sido feita pelo Banco Central antes. Demorou. Isso tem um custo fiscal, que aparece nessa relação dívida/PIB.

A última questão que queria levantar a V.Exa. é sobre essa tabela PIB *versus* choque de confiança. V.Exa. mostra que, no ano da crise, tivemos, no Brasil, um crescimento baixo, enquanto outros países em crise tiveram crescimento negativo. O fenômeno envolve principalmente Coréia, Rússia, Malásia e Tailândia. Elas tiveram crescimento negativo, é verdade, mas, logo após a crise cambial, principalmente nesses países que tinham uma política de câmbio fixo, quando criaram o câmbio flexível o crescimento foi muito acentuado, compensando inclusive essa queda na crise. Todo o Sudeste Asiático, a Coréia, em especial, é um exemplo de crescimento do PIB. Por quê? Qual a explicação para o fato de que nossa economia, após a crise de 1999, quando se introduziu a nova política de câmbio, teve crescimento razoável em função das médias de 4% em 2000? Posteriormente, nos anos de 2001, 2002 e 2003, as taxas de crescimento foram extremamente modestas. Qual a razão? Isso não estaria influenciado, de acordo com V.Exa., pela taxa de juro de equilíbrio?

Na política do Banco Central americano, geralmente é introduzida a taxa de desemprego de equilíbrio para acelerar ou conter a inflação. Qual é a taxa de desemprego de equilíbrio na economia brasileira? Será que não seria mais importante acentuar a ótica do desemprego, que está ausente no debate macroeconômico? Nos Estados Unidos, o Banco Central tem a obrigação, além de tratar da questão da inflação, de discutir também o crescimento da economia e de assumir outras metas.

Pergunto, então, a V.Sa. se, de fato, esse número de taxa de juro de equilíbrio, quando se examina o PPA e a taxa de juro real, vem em queda, quando a média proposta de juro real é de 4% a 6%. Há uma contradição. Hoje, a sociedade e o mundo acadêmico debatem o assunto de vários modos. Um deles é através de artigos publicados pelos Drs. Pérsio Arida, ex-Presidente do Banco Central, e Luiz Carlos Bresser Pereira. Será que a nossa economia se viciou de tal forma e apresenta um problema congênito de exigir taxa de equilíbrio de juros de 9% ao ano, inviabilizando qualquer política de crescimento?

Essas são as indagações que faço ao Dr. Henrique Meirelles, antes pedindo ao Sr. Presidente da Comissão as minhas desculpas por ter ultrapassado o tempo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente Gilberto Mestrinho, cumprimento o Sr. Presidente Henrique Meirelles e a sua equipe, aqui presentes, pelo

trabalho que vêm fazendo no Banco Central, inserindo-o como instrumento de construção de um novo país.

É preciso entender, em primeiro lugar, para avaliar a atuação do Banco Central, que os objetivos nacionais, como a política macroeconômica e a construção de um novo modelo econômico no Brasil, não são definidos pela instituição. O Banco Central é um instrumento importantíssimo, mas é localizado, direcionado, e assim deve ser. Por isso mesmo, devemos discutir as políticas de emprego, de crescimento econômico e de distribuição de renda sabendo que temos um Banco Central do Brasil como instrumento eficaz de guarda da moeda, de controle da inflação e de fixação de elementos essenciais, mas não exclusivo para aquilo que queremos: a construção do conjunto da política macroeconômica.

Portanto, cumprimento o Dr. Henrique Meirelles, pois o Banco Central do Brasil vem encontrando o seu devido lugar e a sua eficácia naquilo que o País precisa, ao contrário do que ocorria no passado, quando impôs ao País prejuízos e uma série de circunstâncias que, felizmente, estão superados. Hoje, o Banco Central mostra transparência e absoluto afinamento com a construção do novo modelo econômico brasileiro.

Aos nobres colegas devo dizer que, dentre os instrumentos legislativos importantes para a restauração da confiança no Brasil, está o empenho em conseguir orçamento equilibrado, transparente e verdadeiro. Mas é preciso que o aproveemos ainda este ano. Inclusive, para minha alegria, vi o Senador Eduardo Suplicy na nossa Comissão.

Aproveito o momento para fazer um apelo aos nobres Senadores no sentido de que estejam juntos no momento da aprovação do Orçamento. Precisamos ter a nossa base coesa, a fim de que o País tenha o Orçamento que espera. Faremos a nossa parte na aprovação das reformas tributária e previdenciária. Já avançamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional, com a mudança do art. 192.

É justamente nestes pontos que centrarei o meu questionamento ao Presidente do Banco Central: a redução no *spread*, que é um flagelo neste País, o cooperativismo de crédito e o microcrédito.

O Banco Central, sabidamente, entrou na cultura distante da idéia do cooperativismo de crédito. Ao mesmo tempo em que flexibilizamos esse importante instrumento de microcrédito, de democratização do crédito, temos de manter a confiança no sistema. Não podemos permitir que eventuais problemas nesse segmento levem à quebra da confiança. Portanto, o Banco Central é um instrumento fundamental na construção desse caminho de redução do *spread*, de aumento da concorrência. Ou seja, nas questões de cooperativismo de crédito, de microcrédito, de concorrência bancária para a redução do *spread* bancário e do aumento da oferta, qual a ação que o Banco Central está tendo junto ao sistema bancário para levar ao aumento da oferta e, conseqüentemente, à redução do *spread*?

Sobre as metas apresentadas, pelas quais o Brasil inteiro cumprimenta V.Sa., o Ministro Antonio Palocci e toda a sua equipe, estamos abrindo caminho. É preciso que se entenda isso. Os números apresentados aqui são meios importantes e seguros para o crescimento sustentável da economia e a recuperação do emprego no Brasil. Isso é política macroeconômica. O emprego, por exemplo, será o resultado da nossa política industrial, para o turismo, para os serviços que cada Ministério tem de desenvolver, para as obras públicas, através do Ministério das Cidades, para a política de habitação. Portanto, são fundamentais os indicadores expostos por V.Exa. Eles são os instrumentos para que o Brasil volte a crescer.

Para tratar dessa questão, procurei pessoalmente a Direção do Banco Central, já que estávamos ultrapassando a fase dos acordos com o FMI. Falei, em nome de dezenas de Prefeitos, sob a possibilidade de as nossas Prefeituras, que já fizeram o seu dever de casa, já estão dentro dos limites, cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderem aumentar o endividamento de forma saudável. Chega de endividamento irresponsável. Sobre aqueles que estão dentro dos seus níveis, o Banco Central, o ano que vem, através do Conselho Monetário, saberá o momento de partir para a execução dos projetos.

Para finalizar, indago acerca da questão da nova lei do Banco Central, sobre a qual o Deputado Pauderney Avelino e eu temos nos debruçado. Para o próximo ano, o Banco Central deverá ter novo ordenamento legal, pois o atual não corresponde às necessidades do

Brasil. Com a nova lei, o Banco Central terá estabilidade de metas, controle social e estrutura adequada ao novo País.

Como V.Sa. vê, então, esse novo ordenamento legal que o mundo e o Brasil tanto esperam, até para a diminuição do Risco País e o aumento da credibilidade e do investimento produtivo, que, sem dúvida, será reforçado, com um Banco Central mais confiável, adequado e transparente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente dos trabalhos, nobre Deputado Pauderney Avelino, primeiro, permita-me registrar a competência com que o nobre Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vem conduzindo o Banco Central brasileiro, mais uma vez ressaltando o gesto cidadão de optar por renunciar a um mandato que o seu Estado havia lhe constituído para poder emprestar ao Brasil a sua experiência e competência no comando do Banco Central brasileiro. Realmente, foi elogiável a sua decisão.

Caros companheiros Deputados, os números trazidos a esta Comissão Mista de Orçamento deixam incontestável a forma responsável, séria e previsível — o que é muito importante — com que o Governo Lula, através da sua equipe econômica e, obviamente, da gestão no Banco Central, vem enfrentando a questão que recebemos no começo deste ano, que é de muita dificuldade, dos pontos de vista econômico e monetário, no sentido mais amplo da reflexão.

O Governo Lula, que por vezes foi criticado neste ano por adotar medidas até ortodoxas, do ponto de vista econômico, prova que assim agiu porque, diante da responsabilidade com o gigante chamado Brasil, era imprescindível que nos conduzíssemos. Se tivéssemos agido como alguns segmentos, inclusive dentro da nossa base do Governo, aos solavancos, sem responsabilidade, teríamos jogado este País na amargura das incertezas e não na possibilidade indiscutível da retomada do crescimento. O Governo Lula e a sua equipe econômica agem de acordo com o princípio de responsabilidade fiscal. Por isso, sem dúvida nenhuma, podemos ver nos números, não nos discursos ou na conversa fácil, o caminho da reversão do processo de estagnação.

Sobre esses números trazidos pelo Presidente do Banco Central, nobres Deputados, não há apenas resultados advindos de políticas monetárias. Não são as políticas monetária e fiscal que justificam os números, que nos deixam bastante convictos da retomada do crescimento. Há embutida a decisão política deste Governo de fazer o dever de casa. As reformas aprovadas nesta Casa, como a previdenciária e tributária, a alteração do Código Tributário Nacional, uma nova Lei de Falências para o País, tudo isso concorre com as medidas econômicas e monetárias para que estejamos nesse patamar de credibilidade.

É uma pena que não esteja mais aqui o Senador Eduardo Suplicy, pois é preciso que o Senado Federal também responda com agilidade as reformas processadas nesta Casa. É preciso que encerremos este ano com todas as reformas concretizadas, para que a credibilidade deste País fique, indiscutivelmente, inabalável. É muito importante questionarmos os rumos e os resultados dos números, mas é fundamental que não permitamos que se encerre o ano sem a votação do PPA e o Orçamento Geral da União de 2004, sem concluirmos as reformas, sem qualquer fatiamento. O Orçamento Geral da União para 2004 e o PPA ainda em 2003 são elementos que, somados à política monetária que estamos praticando, serão decisivos na consolidação dessa credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço que conclua em 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, aqui não há discursos, mas números que deixam alguns perplexos pelo tom das críticas que estão habituados a fazer, ao longo desses 10 meses, a este Governo extremamente responsável.

Sr. Presidente Meirelles, a grande solução dos problemas que nos angustiam está no crescimento. Se crescermos, teremos melhor orçamento, maior capacidade de investir, menos desemprego, enfim, mais prosperidade. Estamos, sem dúvida nenhuma, tocando os rumos do País no caminho certo, com uma conduta firme.

Por fim, gostaria de saber, dada a sua sensibilidade e experiência, se V.Sa. prevê, com esses números e com o dever de casa que estamos fazendo, melhores condições para o

País realizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que seja capaz de tocar no superávit, que incomoda, mas que é necessário. Com os resultados apresentados por V.Sa., temos condições de fazer um grande acordo favorável ao Brasil, que inclusive permitirá discutir a questão do superávit primário junto ao Fundo Monetário Internacional.

Cumprimento V.Sa. pelo competente trabalho que vem realizando, juntamente com sua equipe e com a equipe econômica do Governo, nessa área decisiva para a prosperidade do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, solicitando que seja breve em suas respostas, dado que ainda temos um grande número de Parlamentares que querem questioná-lo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares para a brevidade das respostas, já que não poderemos nos estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mesmo porque ainda teremos uma sessão deliberativa na Comissão, depois da audiência pública.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em relação à pergunta do Deputado José Pimentel, sobre medidas para diminuir os juros de mercado, existe um conjunto de medidas. Mencionarei as mais importantes. Em primeiro lugar, por exemplo, a consignação da folha de pagamentos tem permitido uma redução drástica das taxas de juros que serão cobradas do trabalhador. Portanto, trata-se de medida fundamental, que terá enorme impacto sobre a atividade econômica e também sobre o custo, para o trabalhador, das operações financeiras.

Para quem não está no mercado formal, foram dirigidos 2% do total do depósito à vista para as operações de microcrédito, com um custo máximo para o trabalhador de 2% ao mês. Essa também é uma outra medida que endereça diretamente esse aspecto.

Quanto à questão geral do custo de crédito, eu diria que o aumento total do crédito ofertado no mercado e a diminuição das taxas de juros, da estrutura a termo, conforme sinalizado, também vão, claramente, aumentar a concorrência e, com isso, gerar uma diminuição dos *spreads*. Mencionarei apenas um aspecto importante: a evolução do crédito total e do crédito livre. Fizemos menção ao assunto na resposta à primeira pergunta, mas farei agora um quadro preciso da evolução. Tivemos, por exemplo, de crédito total, em dezembro de 2002, 378 bilhões de reais; no primeiro trimestre, 380 bilhões de reais; e em setembro, 390 bilhões de reais. Quer dizer, temos um crescimento paulatino. Em relação a créditos livres, conforme já havia dito, temos 202 bilhões em dezembro; no primeiro trimestre, 214 bilhões; e em setembro já temos 216 bilhões.

O Deputado Sérgio Miranda indaga sobre os objetivos e metas do Banco Central. Dentro da estrutura definida hoje, da missão do Banco Central, Deputado, a meta trabalhada é de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central aplica essa meta em consequência da política monetária, visando atingir a meta de inflação. Essa tem sido a experiência mais bem-sucedida nos diversos países, porque na medida em que a inflação tende para a convergência de meta e existe estabilidade de preço e macroeconômica, a história mostra que as taxas de juros reais caem, no correr do tempo. Isso mostra claramente que os países que têm economia mais estável são aqueles que têm taxas de juros mais baixas. Em consequência, ao longo do tempo, o custo de financiamento do Tesouro também baixa; isto é, instabilidade, imprevisibilidade etc. geram custos elevados de financiamento das dívidas pública e privada.

O Deputado fez uma pergunta referente à remuneração da conta única do Tesouro, do Banco Central, e o fato de ela ter sido sinalizada em termos de 3,95%. S.Exa. estranhou exatamente a remuneração da conta única do Tesouro. Trata-se de questão contábil relativamente simples. Como a conta única do Tesouro é resultado de uma série de operações diferentes, tem como norma a remuneração fixada pelo rendimento da carteira de títulos do Tesouro Nacional que o Banco Central tem no seu ativo; isto é, a remuneração do passivo do Banco Central com o Tesouro tem a mesma taxa da remuneração do ativo do Banco Central com título do Tesouro. Esse ativo, Deputado, de fato, teve, nesse período, uma remuneração de 3,95% apenas pelo fato de boa parcela — cerca de 25% do total dos ativos do Banco Central, constituídos de títulos do Tesouro — ser constituída de NTND, o que significa títulos indexados ao câmbio. Como o câmbio teve uma valorização de 18,72% neste semestre, na realidade houve um rendimento negativo da parte cambial, e isso se

refletiu na taxa média, que é a usada para remunerar o passivo, que é a conta única do Tesouro. Essa é a resposta técnica à primeira pergunta.

Em relação à contribuição do câmbio para a relação dívida pública sobre produto, devo mencionar que, claramente, não há dúvida de que o câmbio teve uma função importante no aumento da dívida sobre o produto, durante o correr do ano passado. Agora, é importante dizer que, nas previsões que nós mostramos, a longo prazo, aquela indicação não se refere a previsões específicas de curto prazo, mês a mês. Trata-se de demonstração de tendência segundo as melhores estimativas disponíveis hoje, no sentido de que, de um lado, se espera um câmbio que vá se manter relativamente estável dentro das condições previstas pelo mercado, mas, por outro, esperamos, conforme V.Exa. mencionou, inclusive no próprio PPA, um crescimento da economia em patamares cada vez mais elevados, nos próximos anos. Isso altera certamente o denominador da equação dívida sobre produto. Espera-se também um comportamento de juros reais, como definido no PPA, que com o resultado da estabilização da economia brasileira, com o passar do tempo, possa ter um patamar de Risco País decrescente, o que deve ter impacto direto no financiamento da dívida externa, com um risco macroeconômico decrescente. Isso também deve ter um impacto na dívida interna. Não há, portanto, previsão de aumento de superávit primário, que foi a outra pergunta.

Quanto à questão dos países asiáticos, V.Exa. tem toda razão, houve um decréscimo muito importante na atividade econômica, com a contração de produto e o crescimento posterior. Certamente, o crescimento veio nos anos seguintes. A nossa comparação diz, exatamente no ano posterior à crise, qual foi o resultado. Comparamos o ano posterior à crise daqueles países todos que sofreram esse tipo de ajuste em conta corrente, não só os asiáticos, com o Brasil. O ano posterior à crise no Brasil é este, 2003. Certamente também esperamos e é nossa previsão que nos anos seguintes, após a crise, o País também cresça substancialmente, como está previsto inclusive nas diversas projeções do Governo. No ano seguinte à crise, este ano, repito, o Brasil teve um crescimento positivo *versus* uma contração importante de produtos dos demais países.

Quanto à questão das taxas de juros — o Deputado pergunta quais são as razões de o Brasil ter, historicamente, uma taxa de juro real alta —, de fato, nossa taxa de juro real é realmente alta, fazendo um jogo de palavras. De 1994 até 1998, a taxa de juro real no Brasil, medida pela Taxa SELIC, foi de cerca de 19,27%. De 1998 até o começo de 2003 ficou acima de 10%. Esses são os dados históricos. Por quê? No fundo, existem diversos motivos, e como o Deputado mencionou, e muito bem, esse é o grande debate da comunidade de economistas hoje no País. Não é uma resposta trivial, mas podemos dizer que isso reflete, em última análise, o risco macroeconômico e uma certa instabilidade. Na medida em que a economia caminhe rumo à estabilidade... Temos agora a estabilidade de preços, de indicadores fundamentais da economia, com uma política fiscal disciplinada e sólida. Tudo isso, como indica a história de outros países e a do próprio Brasil, deve sinalizar o decréscimo da taxa de juros reais ao longo do tempo, o que significa na prática a queda do Risco País.

Em resumo, a taxa de juros, em última análise, reflete a incerteza macroeconômica, o custo de financiar o País, da mesma maneira que, do ponto de vista externo, o Risco País reflete o risco macroeconômico. Portanto, o caminho, Deputado, na nossa visão, é o da estabilidade de preços e macroeconômica, do equilíbrio fiscal e da política monetária responsável.

Em relação à pergunta do Deputado Virgílio Guimarães, sobre a concorrência para a redução do *spread* bancário já tive oportunidade de falar quando respondi a pergunta do Deputado José Pimentel. A expansão do crédito, como mencionamos, não só o total como o livre, e ao mesmo tempo a flexibilização da política monetária; a questão, por exemplo, da consignação na folha de pagamento do microcrédito e outras medidas em andamento; inclusive há um projeto muito importante, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, a Lei de Concordata e Falência — que é um outro dado da maior importância, porque visa viabilizar a diminuição do risco e portanto a eliminação da incerteza de crédito; a aprovação e a regulamentação da questão das cooperativas, que também já foram regulamentadas pelo Banco Central; em resumo, existe um conjunto de medidas adotadas pelo Governo que visam, no longo prazo, à diminuição do *spread* bancário. Isso já está em

andamento. Trata-se de um processo paulatino, que, porém, dependerá de uma série de medidas.

Anotaremos, com seriedade, a sugestão de V.Exa. sobre o endividamento, a postura geral em relação ao endividamento público. Isso certamente está entre as nossas prioridades.

Em relação à última pergunta, referente ao novo ordenamento legal do Banco Central, eu diria, Deputado, que de fato é extremamente pertinente o Congresso Nacional discutir uma atualização do ordenamento jurídico do Banco Central do Brasil, na medida em que o conceito e a estrutura dos bancos centrais no mundo todo têm evoluído muito nos últimos anos, com a maior flexibilização e abertura dos mercados. Portanto, é bem vindo, do nosso ponto de vista, que o Congresso Nacional discuta e chegue a um ordenamento do Banco Central que reflita o que existe de mais moderno e adequado para o Brasil hoje.

Em relação à pergunta do Deputado Beto Albuquerque sobre a melhora do País e o que isso pode significar em termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional, diria que o Deputado está correto. A melhora dos fundamentos econômicos brasileiros tem permitido uma outra discussão, isto é, a maior parte dos países que discutem com o Fundo Monetário, inclusive o Brasil em situações anteriores, fazem-no numa situação de crise. Trata-se de uma ajuda para tentar sair, para prevenir uma crise. O Brasil hoje já saiu da crise e tem fundamentos macroeconômicos sólidos. A discussão com o Fundo Monetário dá-se em outros termos. É construtiva.

Como criar uma parceria para o crescimento? Evidentemente, trata-se de uma discussão que ainda está seus estágios iniciais. Como mencionou ontem o Ministro Palocci, espera-se que dentro de 10 dias, aproximadamente, possamos anunciar uma decisão sobre um possível acordo com o Fundo Monetário Internacional e em que termos ele se daria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Casagrande. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, primeiro, é necessário reconhecermos o avanço que o Governo Lula obteve com a sua política econômica. Os indicadores econômicos anunciados e hoje apresentados por V.Sa. demonstram efetivamente que a situação de descontrole que tínhamos no final do ano passado e início deste ano hoje está de certa forma sob controle. Estamos preparando o País para o crescimento econômico, que é o que estamos buscando, efetivamente, para diminuirmos as desigualdades e o sofrimento de muitas pessoas.

É fato que alguns indicadores sociais nos últimos anos melhoraram, como os da área de saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água, mas não melhoramos o Índice de Desenvolvimento Humano, porque temos uma elevada concentração de renda. O Brasil está no topo do mundo no que se refere à concentração de renda. Está claro também que o endividamento do nosso País impede o investimento em obras de infra-estrutura e a distribuição de renda, porque quem ganha com o nosso endividamento são os que já têm um nível de patrimônio elevado. Há muitos anos não temos, efetivamente, um percentual de investimento que possibilite recuperarmos a infra-estrutura nacional, assim como também não temos recursos para aplicar em programas de distribuição de renda e sociais.

Sr. Presidente, entendemos que o nosso grande desafio hoje é retomarmos o crescimento. Até para que possamos reduzir a relação dívida/PIB, precisamos crescer efetivamente, e mais que a dívida. Ou pagamos nossa dívida ou crescemos. A saída que temos de fato é o crescimento. O Banco Central e o Governo brasileiro têm de atuar no sentido de, como já foi esclarecido, diminuir o *spread* bancário. Isso é fundamental.

Gostaríamos de saber, primeiro, se nessa renegociação com o Fundo Monetário Internacional pode haver alguma discussão sobre a taxa e o percentual do nosso superávit primário; segundo, se temos condições, nessa visão de redistribuição, de combate à concentração de renda, na visão e no caminho que o Deputado Virgílio Guimarães apontou, de obter uma regulamentação pelo Banco Central no sentido de que haja um fundo de aval para possibilitar uma melhor captação de recursos através das pequenas e microempresas neste País.

Existe uma proposta de criação de bancos cooperativos regionais. Por meio desses bancos, poderemos viabilizar a busca e a aquisição de recursos pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte, que muitas vezes não têm capacidade e condições de buscar esse investimento?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente do Banco Central pela exposição e pelo resultado alcançado, conforme demonstra aqui a nota técnica que a equipe técnica do Congresso apresentou, mostrando uma reversão de expectativa, uma reversão de conduta.

Minha pergunta é sobre as conversações com o FMI que estão sendo encaminhadas pela equipe econômica. Como o suposto acordo com o FMI poderia melhorar o resultado macroeconômico do Brasil e o desempenho do Banco Central?

Eu, como muitos militantes de esquerda, sempre levantei bandeira contra o FMI. Empunhamos essa bandeira. Fomos às ruas contra essa instituição financeira. E hoje os fatos demonstram que, conforme foi o acordo feito com o FMI, conforme forem as condições estabelecidas, isso poderia ser útil a nossa economia, para atingirmos o equilíbrio e, conseqüentemente, impulsionarmos nosso desenvolvimento, que é aquilo de que nós precisamos neste momento. Precisamos que o Brasil cresça, até para que se cumpram os diversos objetivos sociais. Por isso, a pergunta que faço é em relação aos termos do suposto acordo com o FMI. O que isso poderia melhorar no nosso cenário macroeconômico, e o que isso poderia representar para impulsionar nossa economia e para atingirmos as metas estabelecidas no Orçamento e no Plano Plurianual?

A segunda pergunta é relacionada ao crédito. Nosso sistema financeiro é constituído de poucas instituições bancárias. As oficiais — a Caixa Econômica Federal, o Banco Econômico, o BASA, o Banco do Nordeste do Brasil —, que concentram as principais operações destinadas ao crédito rural, agora começam a destinar crédito para operações urbanas, para o consumo. No entanto, o setor financeiro privado ainda direciona boa parte da sua linha de crédito para compra de títulos do Governo, uma operação normal, enxugando a poupança interna, priorizando a compra de títulos do Governo, mas deixando muito pouco volume, mesmo com essa isenção do depósito compulsório de 7%, destinando ainda muito pouco crédito para o consumo, para as operações normais, correntes, da classe média. Isso eu estou imputando a uma concentração. Mesmo com a abertura ao capital financeiro, às instituições de crédito internacionais, mesmo assim, mesmo com essa abertura não se conseguiu no Brasil democratizar e ampliar a rede bancária privada e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o público. Na sua visão, o que poderia ser feito ainda para popularizar as redes bancárias, para facilitar o acesso da classe média e das classes populares ao crédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente do Banco Central, eu vou ser breve, porque algumas questões que me interessavam já foram aqui equacionadas. Mas eu queria voltar à questão relativa ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, já que, em relação ao valor principal que nós tínhamos solicitado no acordo anterior, de US\$ 86 bilhões, nós praticamente fizemos só o recolhimento, não tendo sido necessária a sua utilização. Isso não sinaliza que nós não precisamos agora, da mesma forma, do aporte de um valor tão grande quanto o que foi estabelecido anteriormente? Vamos fazer essa captação para alguma outra forma de investimento, apenas para ficar com um seguro? Ou nós vamos realmente fazer investimentos para a produção, para estimular a nossa indústria nacional, ou alguma coisa desse tipo? Qual é a perspectiva desse trabalho?

A segunda questão é uma grande preocupação que eu tenho debatido aqui, sobre as pesquisas no Brasil e os indicadores que temos relativamente ao desemprego. A pesquisa é feita nos grandes centros, certo? Não há um cálculo geral. O cálculo, quando é feito, refere-se às regiões metropolitanas, não se levando em consideração o que está acontecendo, por exemplo, no interior do Brasil. Eu digo isso porque eu sou do interior. Sou lá do nariz de

Minas, do Triângulo Mineiro. Lá, só este ano, um grupo econômico da área de telecomunicações abriu 1.385 empregos diretos. Inaugurou-se em Itumbiara, menos de um mês atrás, uma grande empresa do setor de couros, que está gerando 2.850 empregos diretos. E esses dados não aparecem nas estatísticas. Nós não estamos em região metropolitana e portanto estamos fora das estatísticas.

O Banco do Brasil fechou, em termos de apoio, no ano passado, 75 mil empréstimos para a agricultura familiar em Minas Gerais. Desses, 15 mil são no Triângulo Mineiro. Este ano nós estamos fechando 225 mil empréstimos da agricultura familiar, e no Triângulo Mineiro estamos fechando 92 mil empréstimos. Com isso, nós vamos conseguir aumentar a safra em Minas Gerais, que foi de 8 milhões de toneladas. Este ano vamos colher mais de 15 milhões de toneladas. Só que esses dados não aparecem nas estatísticas, porque nós somos do interior. Os dados que são levados em consideração mês a mês são os dados das regiões metropolitanas. Toda vez que vem alguém aqui eu me pergunto: por que o interior não aparece? Só aparece depois de quase 10 anos, quando o IBGE faz algumas atualizações e nós voltamos a aparecer no mapa do Brasil. Por que o interior não aparece nesses levantamentos de dados mais gerais, feitos regularmente?

E, finalmente, quero reforçar aqui o pedido do Deputado Virgílio Guimarães. Por que as Prefeituras que cumprem corretamente os acordos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não podem pegar dinheiro emprestado para fazer investimento? Por que nós não podemos voltar a ter um processo de crescimento? Eu digo isso porque em Uberlândia nós temos cumprido tudo. Está tudo certo. Queremos continuar desenvolvendo-nos, mas temos dificuldades. Só para dar uma idéia, as máquinas estão chegando agora a Uberlândia. Nós estamos lançando o pólo moveleiro. E quero aqui já fazer o convite a todos os membros. O pólo moveleiro de Uberlândia tem o apoio inclusive da Prefeitura Municipal, e nós vamos conseguir produzir móveis de couro para exportar para os Estados Unidos, e vamos conseguir gerar, com a sede da empresa em Uberlândia e com o apoio de mais 10 empresas em consórcio, em 10 outros Municípios do entorno, quase 3.000 novos empregos diretos. Mas nós precisamos de apoio, precisamos de investimento. Estamos cumprindo todo o processo, mas na hora em que precisamos de mais capital para continuar crescendo, para melhorar a balança, para continuar gerando empregos, esbarramos nas decisões lá do Conselho Monetário Nacional.

Então, esta é a solicitação que eu venho fazer aqui: deixem que o interior do Brasil continue crescendo! Esse é o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Henrique Meirelles e dizer que o Presidente substituto honra a todos nós. Os nossos Presidentes não estão aqui no momento.

Dr. Henrique Meirelles, eu acho que alguns dos índices apresentados aqui fazem com que verifiquemos uma volta à situação do primeiro e do segundo trimestre de 2002. Não são todos, mas alguns fazem com que se perceba que nós estamos, depois desse período que passamos, voltando ao primeiro e segundo trimestres de 2002. Não são todos ainda, repito, mas boa parte deles.

Foi exatamente a partir do segundo trimestre de 2002 que nós começamos aquilo que se chamou, que aqui tem sido chamado publicamente de herança maldita, que é o efeito PT. É o efeito PT, repito, porque é o efeito da política que o PT defendeu durante décadas, desde a sua formação. A partir do momento em que ficou visível a possibilidade de o candidato petista vencer, evidentemente pelas posturas adotadas historicamente pelo PT, nós começamos a sentir o efeito na economia nacional, que produziu o período de uma herança difícil, com taxas elevadas de inflação, com o dólar lá em cima, com o Custo Brasil elevado. Isso foi chamado aqui — como o PT sempre faz questão de enfatizar — de herança maldita.

Quero lembrar também, Dr. Henrique Meirelles, que o que sustentou, este ano, a superação mostrada aqui, exatamente nesse período dessa herança, foi a herança bendita, foi a herança da base da exportação que nós temos hoje. O aumento de exportação é produto exatamente de ações do Governo anterior.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fez com que se pudesse pensar em equilíbrio, em fazer um ajuste fiscal, que foi feito. Portanto, eu diria que o Governo do PT, o Governo do

Lula, este ano, tomou o antídoto para o próprio veneno que tinha destilado durante décadas. E, ao adotar esse antídoto, que foi o que nós produzimos, ele conseguiu fazer voltarmos, em parte, pelo menos, aos índices do primeiro e segundo trimestres de 2002, conforme V.Sa. nos apresenta aqui.

Mas o otimismo que V.Sa. expressa aqui, o mesmo otimismo que está sendo expresso pelo Ministro Antonio Palocci, o mesmo otimismo que foi expresso outro dia pelo Ministro Guido Mantega, o mesmo otimismo que está sendo expresso por todo o mundo aí, por todos os dirigentes públicos, eu diria que me lembra um pouco a obra *Candide*, de Voltaire, em que ao lado do protagonista há o personagem Dr. Pangloss, que sempre lhe mostra tudo que é bom; o que é ruim ele não mostra. O que é ruim não existe. Nós passamos a manter sempre essa visão cor-de-rosa, como que utilizando os óculos do Dr. Pangloss. V.Sa. parece-me, neste momento, o Dr. Pangloss, utilizando seus óculos e vendo em cor-de-rosa o nosso futuro e o nosso crescimento sustentado. E faz isso até em coro com aquele que até ontem era o diabo. O Fundo Monetário Internacional até pouco tempo era o diabo aqui, e agora, não; agora, nós estamos fazendo um belo acerto, felizes. Estamos fazendo um acerto com o FMI, e não é um acerto por vários anos, não, mas um acerto por um ano só! É um cheque especial! Será que é como o cheque especial do Banco do Brasil, que eu não costumo usar, exatamente porque ele não é tão bom assim?

Voltamos, então, ao período anterior, e voltamos com alguns daqueles fundamentos. No passado, dizia-se que o Brasil tinha fundamentos para o crescimento econômico. Esses fundamentos estão aí. Este País não foi destruído pelo Governo anterior. Tanto é que o Governo de hoje diz que a partir de agora temos a possibilidade do crescimento sustentado. Mas há alguns elementos que são preocupantes. Nossa taxa de juros reais ainda é muito elevada. Se não me engano, se não é a mais elevada do mundo, perde apenas para a da Turquia. Se não é a primeira, talvez seja a segunda taxa de juros reais. Essa taxa de juros reais inviabiliza os investimentos externos e internos. Por isso nós não temos investimentos. Podemos ter neste momento um crescimento da nossa economia, um crescimento da indústria, puramente conjuntural. Não vamos enganar-nos, Dr. Pangloss — desculpe, Dr. Henrique Meirelles. (*Risos.*) Trata-se de um momento conjuntural da história, em que há uma atividade muito baixa; o final do ano aproxima-se; temos uma capacidade ociosa da indústria, existente de fato, e portanto a possibilidade de mobilização de um estoque um pouco maior, no próximo período. E há o fato de julho e agosto terem sido meses de produção muito baixa, embora normalmente em julho e agosto a economia já se prepare para o final do ano.

V.Sa. mostra-nos aqui também uma recuperação da massa salarial, que, porém, é muito lenta em relação à que havia um ano atrás. Esse é um dos índices que não se recuperaram. Nós não temos a mesma massa salarial.

Nós temos uma grande preocupação com a dívida. O Deputado Sérgio Miranda disse muito bem: a relação dívida/PIB não decresceu de maio para cá; ela veio — isto, sim — crescendo de maio para cá, e a perspectiva ainda é de crescimento.

E, ao lado de tudo, o ponto fundamental para o crescimento sustentável são exatamente os investimentos. Em relação a isso, nós temos de pensar no que está acontecendo com as regras da economia. As regras não estão definidas. O Governo continua discutindo a questão de agências agora em novembro. Continua discutindo a questão das regras para os investimentos internos e externos. O Governo vem agora discutindo um novo processo, um tal de PPP, que ninguém ainda sabe direito o que é; por enquanto, é uma sigla. Na minha avaliação, pelo que estou vendo, pode ser que no futuro, muito mais adiante, quando as regras de fato estiverem definidas, o PPP possa funcionar. O que me preocupa, Dr. Henrique Meirelles, é que não temos ainda a perspectiva desse crescimento sustentado, pois não há ainda os elementos para isso. Os elementos fundamentais para isso são os investimentos de médio e longo prazos. Não há nada que faça gerar produção e empregos senão investimentos. Este é um sistema capitalista, mas em qualquer outro sistema seria a mesma coisa. Qualquer sistema depende de investimentos. Não há investimentos internos. Não há investimentos externos. São lentos.

O Deputado Gilmar Machado mostra o potencial que temos no País, e nós temos. Não vamos dizer que não vamos ter investimento algum. Seria até inocência até dizer isso. Seria olhar, talvez, com óculos contrários àqueles do Dr. Pangloss. Também não pretendo

ser pessimista em relação a isso. Mas o fato é que o Governo não sabe exatamente qual é o seu caminho. O Governo soube o que não devia fazer, e realmente não fez; com isso, permitiu que nós voltássemos, em parte, aos índices do ano passado. Mas não sabe exatamente para onde ir. E nessa questão dos investimentos do setor elétrico isso está muito claro. Já foi para um lado, já voltou, já foi para o outro lado e já voltou. Em outros setores da infra-estrutura é a mesma coisa. Portanto, dessa forma, enquanto não houver uma definição política clara, uma definição do rumo que o Governo quer tomar, se quer ir para a frente, mudando a sua postura do passado, ou quer ficar no meio do caminho, como está ficando até agora, não andando nem para cá nem para lá, não haverá investimento nem crescimento sustentado.

Gostaria que V.Sa. fizesse observações críticas relativamente a esta minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pela pergunta do Deputado Renato Casagrande.

Eu diria, em primeiro lugar, quanto à questão do percentual de superávit, que a previsão que existe no momento é de manutenção desse limite, em função não de acordos com o Fundo Monetário, mas de uma decisão soberana do Governo visando, exatamente melhorar as condições gerais de risco macroeconômico do País, de solvência do setor público e principalmente de melhora das condições macroeconômicas gerais. Evidentemente, é importante dizer que, numa relação de superávit primário sobre o produto, existe um numerador e um denominador. Portanto, é muito importante o crescimento do denominador. As taxas de crescimento nos próximos anos, segundo a nossa previsão, serão crescentes e portanto trarão um alívio para o setor público, com o correr do tempo.

No que se refere à questão das microempresas, eu diria que certamente existe um trabalho importante sendo feito nesse sentido. Por exemplo, existe todo um projeto de microempréstimos para microempresários; inclusive na semana passada ocorreu, na sede do Banco Central do Rio de Janeiro, um seminário juntamente com o UFC, uma instituição do Banco Mundial, que discutiu como melhorar ainda mais a estrutura de financiamento das microempresas no Brasil. Claramente esse foi o assunto em foco, e abordamos ainda não só a questão do microempresário em geral, mas também a dos microempréstimos e das microfinanças. Existe todo um projeto, seja via destinação, como já mencionei, de 2 pontos percentuais à vista para empréstimos, com taxas máximas de 2% ao mês, seja via consignação na folha de pagamentos, além outras propostas que vou mencionar nas perguntas posteriores, de disseminação do crédito no Brasil.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Valverde e do Deputado Gilmar Machado, que dizem respeito à questão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. A Missão do Fundo chegou ao Brasil esta semana e começamos, evidentemente, as conversas há pouco tempo. Portanto, é um pouco prematuro dizer quais seriam as conclusões dessas discussões. Elas estão meramente iniciando-se, e, como o Ministro Antonio Palocci mencionou ontem, haveremos de ter uma conclusão nos próximos 10 dias, com o que, aí, sim, poderemos dizer algo de mais concreto sobre o acordo. Mas existe, conforme já mencionamos, uma postura inicial: qualquer acordo só será assinado se nos for favorável e beneficiar as condições de crescimento sustentado do Brasil.

Gostaria de fazer alusão a uma experiência que tivemos nesta semana, no domingo e na segunda-feira, num outro fórum, porém exatamente sobre o mesmo assunto: a reunião dos Ministros da Fazenda e de Presidentes dos Bancos Centrais do G-20, as 20 maiores economias mundiais, na cidade de Morelia, no México. Lá discutiram-se várias propostas, e uma delas foi exatamente essa questão de financiamento dos países em desenvolvimento, além da necessidade de prevenção e resolução de crises. A discussão estava muito focada na redução de crises, em como fazer para resolvê-las. Discutiu-se um código de conduta para os países devedores e credores, a questão das cláusulas de ação coletiva nos contratos, sempre sob o enfoque da resolução de crises. Entretanto, apresentamos uma proposta nova ao G-20, sem muita esperança no início, confesso, de que ela pudesse ser endossada. Mossa

proposta era focalizar-se a atenção do grupo, em vez de na resolução, na prevenção de crises, em como criar condições para evitá-las.

Uma das propostas foi exatamente no sentido de criar mecanismos que dessem a países com fundamento econômico sólido uma garantia contra crises externas, crises que sejam importadas, apesar do desempenho sólido do país. Mencionei inclusive que existe uma decisão nesse sentido do Conselho do Fundo Monetário Internacional, a chamada Linha de Crédito Contingente, que entretanto nunca foi usada, porque não era priorizada nem de fato operacionalizada de forma objetiva. Eu então fiz uma proposta no sentido de repensarmos e reorganizarmos essa estrutura preventiva, principalmente por parte dos organismos multilaterais, particularmente o Fundo Monetário. Essa proposta foi debatida e no final inclusive aprovada, entrando no Comunicado Geral do G-20, o que foi uma grande vitória para o Brasil, que representava os demais países emergentes. Estou mencionando isso exatamente para mostrar o enfoque que demos às discussões gerais.

Esse projeto do G-20 é mais de médio prazo, uma vez que envolve inclusive a reestruturação do sistema financeiro internacional.

Quanto às questões do crédito, da concentração bancária e da pouca distribuição, quais foram as medidas tomadas no sentido da disseminação do crédito bancário? Eu diria que existem algumas medidas já tomadas e outras em análise. Uma medida já tomada, da maior importância, é a que regulamenta as cooperativas abertas, aquelas que não são apenas para os membros de determinado setor ou segmento. Isso é algo que vai, ao longo do tempo, propiciar uma grande democratização do acesso ao crédito. Essa é uma medida da maior abrangência que já está regulamentada e em andamento. Outro ponto que menciono é a proposta do Banco Popular do Banco do Brasil, em análise pelo Banco Central, algo muito importante, que também se refere à disseminação do crédito.

Sobre a questão dos correspondentes bancários, até um ano atrás cerca de 30% dos Municípios brasileiros não tinham acesso ao crédito. Existe todo um trabalho, incluindo correspondências bancárias e mudanças importantes, visando exatamente à disseminação do crédito para todos os Municípios brasileiros, e estamos chegando lá. Portanto, existe uma série de medidas em andamento.

Em relação aos questionamentos do Deputado Gilmar Machado sobre o Fundo, ao qual já nos referimos, e à questão dos dados do interior, penso que não existe nenhuma discriminação seja do interior de Minas Gerais e de Goiás, seja de outros Estados, mas se trata aqui de uma questão de facilidade de coleta de dados, por parte de instituições como o IBGE ou outras, nos grandes centros urbanos, em primeiro lugar. No entanto, acredito que a observação de V.Exa. é extremamente válida, uma vez que também é uma preocupação do Banco Central, porque, diante do comportamento externo, inclusive agora, com o desempenho da agricultura, é muito importante podermos captar os dados do interior. Ao mesmo tempo, esse de fato é um trabalho da maior importância.

Sobre a questão do empréstimo para as Prefeituras, eu diria que essa obviamente é uma decisão maior, no sentido exatamente do total de endividamento do setor público. Certamente a solicitação de V.Exa. bem como as dos demais Parlamentares serão endereçadas ao Conselho Monetário Nacional.

Agora, respondendo as perguntas do Deputado Alberto Goldman, eu diria que de fato alguns índices mostram já um retorno ao primeiro trimestre ou primeiro semestre do ano de 2002, mas existem outros — por exemplo, o Risco País — que já mostram níveis melhores do que os de desde 1998. O Balanço de Contas Correntes, por exemplo, mostra índices que já se equiparam aos melhores de 1994, e existem outros índices, como, por exemplo, os valores dos títulos do Governo brasileiro, no caso o C-Bonds, que mostram a melhor cotação da História do Brasil. Portanto, não há dúvida de que temos uma melhora consistente e de que os índices estão melhorando paulatinamente, alcançando uma situação melhor do que a do ano passado ou igual à de 1998 ou 1994.

Quanto à questão da taxa de juros reais, digo-lhe que de fato essas taxas de juros no Brasil têm sido historicamente altas. Isso não é um fenômeno recente. De 1994 a 1998, como mencionei, a taxa de juros reais no Brasil estava acima de 19%, e de 1998 a 2002 acima de 10%. Portanto, é um desafio nosso exatamente fazer com que o País tenha capacidade, no futuro, de conviver com juros reais menores sem inflação. Para isso, é importante a estabilidade de preços, a estabilidade macroeconômica, as reformas

fundamentais que estão sendo aprovadas pelo Congresso, a disciplina fiscal e uma política monetária sólida. Portanto, essa é a direção que estamos caminhando nesse trabalho de longo prazo.

Em relação à simbologia do excesso, ou à visão de um viés otimista *versus* realista, eu diria, Deputado, que, como V.Exa. lembra muito bem, em qualquer situação sempre se pode ter uma visão apenas dos aspectos positivos ou dos negativos, e que o grande desafio é conseguirmos uma visão equilibrada do processo. Permita-me lembrar-lhe um pouco da história recente dessa discussão. Como estávamos com uma inflação ainda muito alta e com uma previsão de inflação que não iria cair durante o correr deste ano, houve muita discussão sobre se a política monetária funcionava no Brasil. Muitos analistas argumentavam que ela não funcionava, que isso iria apenas penalizar a economia e a inflação não cairia durante o correr do ano. Inclusive tivemos, logo depois da Carta Aberta do Banco Central ao Ministério da Fazenda, por exemplo, finalizando uma meta ajustada de inflação cadente para os próximos anos, uma previsão, pelo mercado, de subida da inflação, segundo os dados capturados pela GERIN do Banco Central. No entanto, a história mostra que essas avaliações pessimistas estavam erradas, isto é, a inflação está convergindo para a trajetória de metas.

Houve analistas que duvidavam também do sucesso de uma diminuição da exposição cambial, o que significa uma diminuição do percentual da dívida indexada ao câmbio. Quando o Banco Central anunciou que diminuiria o percentual de rolagem da dívida cambial, nesse dia houve um nervosismo muito grande. Gostaríamos de mencionar que esse percentual está caindo fortemente e que nas duas últimas negociações o Banco Central rolou 3% do total principal da dívida dolarizada, e a rolagem anterior havia sido de zero, com o mercado estando absolutamente calmo. De novo, uma previsão extremamente pessimista e catastrófica não ocorreu.

Outro dado que mencionaria é o seguinte: alguns analistas diziam, além de escreverem nos jornais ou em outros locais, ainda em março/abril/maio, que com uma política de câmbio flutuante o Brasil iria ter um déficit comercial em setembro e uma crise cambial. Nós tivemos em setembro o maior superávit comercial da História do País, e, em relação à questão cambial, um superávit de conta corrente acumulado cujo resultado foi o melhor desde 1994. Portanto, minha avaliação é de que temos razões sólidas, muitas delas já demonstradas, para acreditar que estamos caminhando para o crescimento sustentado.

Havia muita discussão sobre a retomada da atividade econômica e muita dúvida sobre até que ponto se retomaria a atividade industrial. Nós já dizíamos há mais de 60 dias que a atividade industrial já estava no caminho da recuperação e que as condições haviam sido dadas. Os dados de julho/agosto já indicavam isso, e os dados preliminares de setembro, particularmente da atividade industrial de São Paulo, expressam claramente a confirmação das nossas previsões.

Além disso, é importante dizer que de fato o caminho para o crescimento passa pela retomada dos investimentos, não há dúvida, só que há uma defasagem entre o processo de desempenho da economia, a estabilização, a retomada do crescimento e o investimento. Certamente o investimento segue a produção industrial. A produção industrial começa a aumentar em função da atividade ociosa, e a partir daí começam a ser retomados os investimentos. Existem dados preliminares nesse sentido que mostram a retomada, por exemplo, do investimento produtivo, que mudou nos últimos 90 dias, atingindo, portanto, a média...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Investimento produtivo?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Investimento produtivo é o investimento direto na produção, que está em cerca de R\$ 900 milhões. Não é um investimento em porta-fólios ou em empréstimos, mas um investimento direto, em capital de risco, nas empresas. Portanto, também está havendo um comportamento favorável nesse sentido.

Além do mais, para sumariar, gostaria de dizer o seguinte: uma forma de se constatar o que está acontecendo é verificar que há listas independentes e principalmente agentes econômicos que têm, digamos, de tomar posição em função das suas avaliações. Portanto, é preciso ver como eles estão avaliando o País. Um dos índices importantes é o Risco País, índice econômico do mundo inteiro, isento, que não traz nenhum interesse ou viés específico em relação ao País, mas simplesmente avalia sob a perspectiva de risco.

Nesse aspecto, temos tido uma melhora substancial, na medida em que o Risco País tem caído do patamar que atingiu no ano passado para os entre 600 e 650 pontos de hoje.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só uma observação, Sr. Presidente; permita-me a réplica, por alguns segundos. A queda não foi só do Risco Brasil. Há uma queda generalizada em todos os países que tinham riscos muito elevados, tanto é que o Brasil, que estava em terceiro ou quarto lugar, continua mais ou menos na mesma posição. Ele não melhorou no *ranking*, se é que podemos dizer assim. O País realmente teve uma queda expressiva, assim como também outros países que tinham índices de risco muito elevados. Do ponto de vista relativo, essa situação não se modificou muito. Simplesmente nós passamos todo o período de turbulência eleitoral e de incertezas. Ainda estamos com 600 e poucos pontos, números muito elevados em relação aos outros países. Portanto, nossa posição no *ranking* ainda não é boa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, é importante, então, que façamos algumas comparações. Existem países que não tiraram partido dessa melhora da liquidez internacional. Nós temos um vizinho, por exemplo, cujo risco se manteve num patamar muito elevado, cerca de 5 mil pontos nesse período, independentemente de qualquer melhora do cenário internacional. Esse é um dado importante. O segundo é o fato de que a recuperação relativa do índice geral de risco melhorou; isto é, o Brasil, que atingiu um pico de 2.400 pontos, caiu para um pouco acima de 600 pontos, enquanto o índice médio variou de 700 pontos para um pouco acima de 500 pontos. Em resumo, houve, sim, uma melhora geral, e a melhora do Brasil foi proporcionalmente maior, durante esse período.

Além do mais, gostaria de mencionar também que houve um aumento da taxa de juros, por exemplo, dos títulos dos Estados Unidos, porque houve uma deterioração de expectativa de médio prazo. A outra forma é haver uma melhora de expectativa em função de uma maior atividade econômica. Mas o fato é que houve um aumento das taxas de juros de médio e longo prazo nos Estados Unidos, o que poderia ter significado, se tivéssemos fundamentos econômicos piores, uma deterioração do Risco Brasil.

Em resumo, a nossa avaliação, portanto, é de que a situação da economia do Brasil teve uma melhora relativa. Claramente nós teremos oportunidade de voltar a esta Comissão, daqui a 6 meses, quando teremos condições de avaliar essas previsões que estamos fazendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, desculpe-me. Só para uma questão de ordem. Temos de definir o horário da próxima reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A próxima reunião ordinária será às 15 horas.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Presidente Henrique Meirelles, estou a par desse tipo de planilhas feitas, de forma competente, pela assessoria do Banco Central. No Governo passado era assim, e fiz parte dele. Usam-se os dados que interessam ao Governo. Se a base é ano a ano, os dados são favoráveis a essa base. Se é mês a mês, segue-se essa base. Claro que agora é mês a mês. A economia brasileira está numa recessão tão profunda que mês a mês sempre dará alguma melhora, apesar de a Pesquisa Censo, que depois vou mostrar para V.Sa., não mostrar isso em relação ao que a população pensa do atual Governo.

Começo, Sr. Presidente, falando do último parágrafo da primeira página do seu texto, que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Partido dos Trabalhadores acabou de enterrar nesta semana, com 2 atos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro foi o de aprovar ontem, na Assembléia Legislativa do Rio, as contas da Governadora Benedita da Silva, que de forma clara não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não pagou o 13º, não há nenhuma condição de ter cumprido a LRF. O PT fez um acordo com o ex-Governador Garotinho, por intermédio do Palácio, do Ministro José Dirceu, para aprovar essas contas, que foram aprovadas ontem. Esse foi um dos atos. O outro foi o de aprovar, também ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado — e o Governo vai tentar aprovar hoje no Plenário — o *impeachment* para a Governadora Marta Suplicy. Um escândalo!

Estamos acompanhando e vivenciando um escândalo de grandes proporções no Congresso Nacional. A cidade com os piores índices de endividamento do País vai receber um presente, porque é do PT. E outras Prefeituras e outros Estados que cumprem a LRF, como bem disse um Deputado, até da base do Governo, não conseguem nem aval para empréstimo externo. O Ministro Palocci segura. É a política.

Então, Sr. Presidente, peço a V.Sa. que da próxima vez não tratemos de LRF, porque o PT conseguiu nesses 2 atos, junto com Garotinho no Rio e com a sua base de apoio no Senado, destruir o que fizemos na Legislatura passada, a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois vem a questão do FMI. Não é verdade que o Brasil pode negociar de qualquer jeito. Infelizmente, não é verdade. Todos os bancos apresentaram relatórios mostrando que as reservas líquidas de fato não viabilizam que o Brasil negocie o acordo da forma como quiser, infelizmente. Queremos que o Brasil não necessite do FMI, mas essa não é a realidade; tanto é que quando o Ministro Palocci anunciou ontem que vai fazer o acordo é claro que o mercado se acalmou, porque o mercado tem dados. O Banco Suíço apresentou seu relatório ao Brasil mostrando a realidade das reservas brasileiras. Então, Sr. Presidente, o que falta são números verdadeiros.

Vou mostrar a V.Sa. a Pesquisa Censo de outubro. V.Sa. vem dizendo pela imprensa: *“Vamos esperar os dados de setembro”*. Míriam Leitão disse hoje: *“Vamos esperar os dados de setembro”*. Vou mostrar a opinião da população para o mês de outubro, 1 mês à frente:

- Questão econômica — a renda mensal nos últimos 6 meses do trabalhador diminuiu: 32%; aumentou: 12%. É a opinião da população.
- Compra de bens duráveis — hora boa: 8%; hora ruim: 76%.
- Compra de carro — hora boa: 4%; hora ruim: 87%.
- Questão social, a grande bandeira dos Partido dos Trabalhadores. A pobreza nos últimos 6 meses — melhorou: 10%; piorou: 60%.
- A violência — melhorou: 4%; piorou: 79%.

Esses são os índices do Brasil. O que a população está vendo é uma recessão profunda. V.Sa. daqui a pouco vai começar a ser chamado de “o homem-recessão”. A taxa de juros está aqui. Projeção para os próximos 60 dias: 17,34%. Estamos, porém, numa recessão tão profunda que a inflação, como V.Exa. mesmo disse, vai ser de 5%, com taxa de juros de mais de 10%. Ninguém agüenta! E não era esse o discurso do PT, Sr. Presidente.

Quanto à questão que o Deputado Sérgio Miranda levantou, a relação dívida/PIB, que é sustentada pelo superávit fiscal, está aumentando. Vamos continuar fazendo um esforço. E os investimentos, por incompetência do Governo do PT, que não dá regras claras às agências reguladoras...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, o assunto aqui é Banco Central ou é PT? Quero saber qual é o assunto desta discussão. Se for o PT, vamos discutir também o PSDB, o PFL...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O orador tem o direito de falar e fazer comparações.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Entendo a angústia de um nobre Deputado que carregou a bandeira anti-FMI e agora tem que defender o FMI em todos os plenários, inclusive no plenário da Casa. Entendemos muito bem essa angústia. Teríamos a mesma angústia, Deputado Eduardo Valverde, se estivéssemos na sua situação. Felizmente somos coerentes, e não estamos. Estamos na Oposição a um sistema que foi...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Mas ninguém se calou durante 8 anos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não sou do PSDB, nobre Deputado, sou do PFL.

Então, Sr. Presidente, vivemos a maior recessão. Cobrei de V.Sa. na Comissão de Finanças a questão dos investimentos diretos, que é grave. O Brasil depende da poupança externa para crescer. Como disse, o que o Governo do PT vem fazendo de forma clara é afugentar os investidores estrangeiros. Sr. Presidente, gostaria mais uma vez que V.Sa. explicasse essa tal relação dívida/PIB, com um superávit de 4,25, porque ela não cai. Isso é grave, porque consome a poupança para investimentos no Brasil. Nem quero entrar,

Deputado Valverde, no lucro que os papéis estrangeiros deram ao mercado, a banco internacional. Valeria até uma CPI. Foram lucros nunca vistos no mercado financeiro, dados pelo partido de V.Exa., Deputado, de forma inacreditável — um partido que sempre criticou o sistema financeiro brasileiro!.

É claro que o Governo apresenta os dados que interessam, mas a recessão é profunda. A taxa de juros reais continua extorsiva para o setor produtivo. O que esperamos é que o Governo possa administrar essa relação dívida/PIB de forma mais competente, para que esse superávit fiscal possa diminuir e a população brasileira possa ter da parte do Governo investimentos e regras claras, para que os investimentos estrangeiros também possam voltar a entrar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados, por defender a independência do Banco Central, desde que entrei nesta Casa, em 1991 — fui Relator, Sr. Presidente, da reforma do Sistema Financeiro, da alteração do art. 192 —, sempre defendi a independência do Banco Central. E não vou fazer observações partidárias; vou fazer observações eminentemente técnicas, perdoe-me.

São 3 as indagações que faço a V.Sa. Tenho aqui dados de 2002 do Banco Central que não diferem muito dos de hoje. No Brasil, a relação entre o volume de recursos que vai para o setor privado e o que vai para o setor público gira em torno de meio a meio, 50% a 50%, isso no sistema financeiro global. Acho que é um índice bastante elevado. O setor público absorve praticamente a mesma quantidade de recursos que o setor privado. Então, a primeira pergunta seria esta: como reduzir um pouco ou substancialmente a participação do setor público, elevando, evidentemente, a participação do setor privado? Evidentemente, existem variáveis, efeitos colaterais com que o administrador tem de tomar muito cuidado.

A segunda indagação, Sr. Presidente, é quanto à formação do *spread* bancário. Não se falou muito em *spread*; umas 2 pessoas, no máximo, falaram em *spread*. Tenho dados do Banco Central de 1999 e 2002, e mais ou menos continuam nesse nível, em que o lucro dos bancos dentro do *spread* — fiz uma *pizza* — passou de 18% para 40%, de 1999 a 2002, e deve estar em torno disso, ou mais, agora em outubro. As despesas administrativas caíram de 22% para 14%; os impostos indiretos e a CPMF caíram de 14% para 8%; a inadimplência caiu de 35% para 17%; e o outro lado da cunha fiscal, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, subiu de 11% para 21%. Então, a parte fiscal ficou mais ou menos equilibrada, a inadimplência caiu substancialmente e o lucro dos bancos subiu substancialmente. Esta é a outra pergunta que faço a V.Sa.: qual seria a maneira de reduzir ou tornar mais racional a distribuição dessa *pizza* formada por lucro, cunha fiscal, despesas administrativas, inadimplências? Porque o lucro passar de 18% para 40% em 3 anos é um negócio que nos deixa preocupados.

A terceira indagação, Sr. Presidente, diz respeito também ao *spread* das operações bancárias. Todos sabem que a taxa de juros final é a SELIC mais o *spread*, certo? Se hoje a SELIC for zero, não vai adiantar muita coisa, Sr. Presidente. Adianta, é claro, mas não vai ser a grande salvação da lavoura. SELIC zero ou 1, como nos Estados Unidos, não vai acontecer, porque o problema está no *spread*: só para dar uma idéia a V.Exa. — são dados do BACEN —, em caso de descontos de duplicatas, os juros giram em torno de 32%. Se adicionarmos 20% de *spread*, a soma dá 52%. No caso de capital de giro são 14% — pessoa jurídica, sem *spread*, isto é, sem SELIC. Na aquisição de bens são 13%. No caso da pessoa física, o cheque especial, sem SELIC, são 142,2%. E por aí vai. Então, realmente, é claro, é importante baixar a SELIC de 20% para 19%, um ponto percentual, mas com um *spread* desses isso pouco vai adiantar lá na ponta, para o tomador final. Então, só para consolidar, gostaria de repetir: o que fazer?

Quero dizer defendendo um Banco Central independente; isto é fundamental. Há 12 anos sou partidário dessa tese.

Minhas perguntas, em resumo, são: primeiro, o que fazer para melhorar essa participação do setor privado no crédito total? Segundo, o que fazer para melhorar a distribuição do *spread* bancário, que em 3 anos obteve aumentos substanciais, como é o caso do lucro bancário, e quedas substanciais, como é o caso das receitas aditivas? O que

devemos fazer? E a terceira pergunta é sobre a realmente pouca efetividade da SELIC diante de um *spread* desse tamanho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, meus colegas Deputados, quero inicialmente parabenizar o Presidente do Banco Central por sua fala, por seu esforço, por sua dedicação à causa de um Banco Central melhor. A propósito do pronunciamento feito pelo nosso colega Gonzaga Mota, particularmente, sou favorável à autonomia do Banco Central; à independência, não.

V.Sa. falou do aumento do consumo. Gostaria que falasse um pouco mais sobre isso. Aliás, gostaria que V.Sa. falasse mais sobre os pontos relevantes desse aumento de consumo, já que a classe trabalhadora perdeu, nos últimos 12 meses, quase 15% de seu poder aquisitivo. Além disso, quantos foram os postos de trabalhos perdidos nesse período, e quais as medidas que serão implementadas pelo Governo para recuperar esses postos de trabalhos, além da promessa da geração de 10 milhões de empregos?

Segunda pergunta: qual é a taxa ociosa que está sendo verificada neste momento no parque industrial brasileiro, levando-se em consideração a retomada do chamado crescimento para 2004, já que 2003 foi um ano perdido?

Terceira pergunta: qual a taxa de juros reais a ser praticada no próximo ano para o chamado crescimento 2004?

Tenho ainda uma indagação sobre a dependência externa que estamos vivenciando. Qual é a competitividade do nosso setor produtivo, com a atual taxa de câmbio, mesmo levando em consideração o processo de exportação, a balança comercial, com esse superávit? Não estaria o setor produtivo exportando prejuízo? Não estaria o setor produtivo com dificuldade para honrar seus contratos, diante do grau de endividamento também desse setor?

Não quero ser repetitivo. Vou centrar minha fala nessa objetividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Deputados, os números, o otimismo do Presidente do Banco Central e o entusiasmo do Deputado Beto Albuquerque levam-me a pensar que realmente estamos no início da recuperação da economia brasileira.

Meu questionamento, Sr. Presidente, tem a ver com o questionamento feito pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Deputado Sérgio Miranda. Refere-se sobretudo a qual será a resposta do Governo aos milhões de desempregados. V.Sa. pode até dizer que o Banco Central não é responsável pela política de geração de empregos; entendo também que não é. Mas não podemos desprezar a capacidade que o Banco Central tem de influenciar qualquer política que se pretenda implementar neste País.

Ao analisarmos os índices que medem o desempenho da economia brasileira — a avaliação é minha —, penso que eles significam muito para poucos brasileiros e muito pouco para a grande maioria dos brasileiros. A grande maioria inclui aqueles que têm empregos e sobretudo aqueles que não têm. Diga-se a um cidadão, empregado até, um cidadão que tem renda, que os juros no País estão baixando; não é isso, Sr. Presidente, o que ele percebe. Até os bancos oficiais — Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste — entregam ao cidadão comum aquela conta garantida, e ele, se tiver de lançar mão daquilo, é obrigado a pagar juros acima de 7%. É difícil para esse brasileiro entender que, se for a esse banco fazer uma poupança, o banco paga-lhe por ano o que cobra dele por mês. A realidade é essa.

Diz-se para o desempregado que o risco de hiperinflação não existe. Ora, ele convive com uma inflação que está acima da estratosfera, uma inflação próxima do infinito, porque ele não tem renda. Então, Sr. Presidente, sei que V.Sa. não tem responsabilidade pela condução dessa política. Impuseram à maioria dos brasileiros 10 meses de sacrifício. Pergunto quantos meses mais serão necessários: 2, 4, 6, 8, 10? De forma direta, quando teremos realmente a retomada do crescimento, com geração de empregos, para diminuir

esse índice tão alarmante? Podemos abrir, Ministro — e isso vai em tom de brincadeira — mão do espetáculo. Queremos na verdade a retomada do crescimento. Quando isso ocorrerá?

No entanto, fiquei satisfeito com o lucro do Banco Central, apresentado no último semestre, de R\$ 24 bilhões. É um valor significativo, principalmente se compararmos com a luta de mais de 15 Governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste por um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que representa menos de R\$ 2,5 bilhões. Esse dinheiro foi transferido para o Tesouro. Tenho a seguinte curiosidade: o que o Governo faz com tanto dinheiro? Ele transfere esses recursos para a conta única, ou esses recursos são mantidos no porão do Banco Central para garantir o superávit primário? Não estava na hora de o Governo destinar — são R\$ 25 milhões; ninguém previa esse lucro de forma tão extraordinária — uma parte desses recursos para os investimentos públicos tão necessários num País tão carente? Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não é da tradição da Comissão de Orçamento realizar estas audiências, especialmente debater com a autoridade máxima monetária do Brasil as questões que afetam o cidadão comum, o combate à agiotagem, que esperávamos fosse muito intenso no Governo Lula. Vimos algumas medidas serem tomadas, mas, na prática, o juro na ponta continua ainda muito alto — até o famoso desconto em folha não tem risco; o juro é de cerca de 3%, 3,5% e 2,5%. Quer dizer, emprestar dinheiro com absoluta segurança do retorno a taxas bastante elevadas está totalmente fora de qualquer parâmetro. A matemática elementar é a seguinte: o Brasil agora está em 600 e poucos pontos no Risco País. Portanto, 600 pontos, juro americano, mais a inflação prevista no nosso Orçamento para o próximo ano, de 5,5%, isso significa que a taxa de juro no Brasil deve chegar a cerca de 12%, 13%. Essa é a matemática dos monetaristas que aprendemos a entender; ou seja, é assim que se faz a conta. Gostaria de que o Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, explicasse, para o cidadão comum entender, como isso funciona, se é mesmo assim que se faz a conta: se a taxa de juros de um país é a inflação, mais o juro americano, mais o Risco País, na proporção de 1 para 100 da pontuação de Risco País. Sendo assim, temos uma diferença significativa entre o que deveria ser e o que é o juro real no Brasil.

Gostaria também que o Presidente do Banco Central explicasse quais são as efetivas medidas de combate aos juros extorsivos no Brasil. Não vou dizer agiotagem, porque é um empréstimo informal que não provém da instituição financeira. E no Brasil caro não é o juro do agiota, mas o da instituição financeira. Portanto, gostaria de que S.Sa. nos explicasse quais as medidas que estão sendo tomadas para o combate a esse juro elevado, que consideramos extorsivo. Aliás, isso é quase endêmico no sistema financeiro nacional. Apesar dos altíssimos resultados das instituições financeiras, há sempre dificuldade em favorecer a tomada do capital e do crescimento, e a geração de emprego.

Sr. Presidente, a SELIC média, acumulada para 2004, está prevista em 15,17% no Orçamento de 2004. Consulto também o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, se há alguma previsão de mudança nesse cenário apresentado na Comissão do Orçamento: crescimento real de 3,5%, câmbio na faixa dos 3,40%, taxa média de 3,37% e crescimento da massa salarial em 12%. Em relação aos índices macroeconômicos que nos foram enviados e que sustentam a nossa proposta para o Orçamento de 2004, quero saber quais o Presidente entende que já podem ser revistos desde o início da discussão do Orçamento, em função da diferença entre a apresentação da proposta orçamentária e o atual momento em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Ivan Valente não está presente. Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH - Dr. Henrique Meirelles, já estivemos juntos pela manhã na sala do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira. V.Sa., no comando do Banco Central, fez a opção, neste ano, de debelar a inflação. Logicamente, tomou as medidas econômicas, valorizando o real — uma forma de abaixar o dólar e diminuir a inflação. No entanto, não vejo um crescimento do Brasil, um projeto de desenvolvimento, quando temos uma dívida em 2 moedas. Devemos em torno de R\$ 700

bilhões praticamente para 6 bancos, sendo 4 internacionais. Vamos pagar uma média de 20% ao ano de juros, a metade desses juros de mais R\$ 100 bilhões, e rolar a metade. E no próximo ano temos juros em dólares, em torno de US\$ 400 bilhões, a uma média de 5% a 6% ao ano. Fizemos as contas: os juros da nossa conta em dólares são muito mais baixos do que em reais. Devemos ter uma provisão de mais de US\$ 20 bilhões por ano. Mas, no momento em que V.Sa. quer a estabilidade da economia e faz com que o País este ano passe por uma recessão, não vejo como vai sair desse processo econômico em que se encontra o Banco Central, tendo que pagar juros em 2 moedas. A dívida interna vai continuar subindo e a dívida externa vai continuar pagando juros.

Quero saber também se quando o Risco País cair lá fora se isso vai refletir na renegociação dessa dívida externa, porque os Estados Unidos pagam 1% de juro ao ano, pois o papel deles não tem risco. Será que o PT não tem a obrigação, em função do que sempre pregou e da relação que sempre achou que poderia ter com o FMI, de negociar condições melhores de pagamento de juros para o País? Será que não faz parte da história do PT renegociar os juros? Será que essa dívida interna vai continuar subindo porque não conseguimos criar superávit que dê para pagar pelo menos os juros da dívida interna? Como o País vai ter dinheiro para investimento, se todo investimento precisa de recursos?

Não damos conta. Fizemos a reforma previdenciária, que tem um custo alto para o País, mas os juros são muito maiores. Além disso, estamos presos na mão desses bancos nacionais e internacionais. Quero entender como o Governo pretende sair desse quadro de instabilidade para um projeto de crescimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, demais servidores do Banco Central, não pretendia inscrever-me para falar, mas a fala do Deputado Alberto Goldman me estimulou. S.Exa., que está ausente, além de transmitir muita cultura, destilou também muito veneno e mágoa. Usou um exemplo e esqueceu-se de dizer que a expressão *“o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde”* ficou muito popular no Brasil, mas com certeza não por causa do personagem, parece-me que francês, que ele citou. Em 1994, essa frase ficou quase famosa com a Lei Ricupero, atendendo à época aos interesses do maior acordo conservador que a República brasileira havia conseguido entre a Extrema Direita, a Direita e o PSDB, acordo que se utilizou fartamente desse modelo de esconder o que era ruim, os números difíceis, e mostrar o que era bom. Então, é importante dizer toda a verdade: no Brasil, essa frase ficou famosa dessa forma.

É lógico que alguns sentem saudades do modelo de investimentos que tivemos nos últimos anos, com as privatizações do jeito que vimos. A conta está aí. É impressionante: não ouço ninguém reclamar do cano que a empresa americana AES deu a este País, o que praticamente inviabiliza os investimentos hoje e a possibilidade de o BNDES ajudar algumas empresas. É sempre importante repetir que a empresa americana que comprou a ELETROPAULO, que precisa de investimentos e terá problemas de infra-estrutura se crescer acima de 3,5%, simplesmente não pagou US\$ 1,2 bilhão. E não vejo nenhum Deputado de Oposição reclamar disso. Talvez sintam falta dessa forma de investimento, com esse tipo de privatização predatória. Chegam a temer o modelo em discussão para as parcerias públicas e privadas, com transparência. Nós não tememos dessa discussão; sabemos que o Estado brasileiro não tem condições de investir e não tem a infra-estrutura necessária. Nossas rodovias foram dizimadas, mais de 80% de nossas estradas estão destruídas, nossos portos precisam de investimento; enfim, toda a infra-estrutura está hoje desmontada por uma lógica privatista que atendeu a interesses de um modelo que alguns querem de volta — refiro-me àqueles com estilo *yuppie*, que usam Glostora, semelhantes aos “boyzinhos” americanos e europeus dos anos 80. O modelo acabou, mas alguns sentem sua falta, talvez preocupados com o fato de que, com a reforma tributária, os donos de iate e de jatinhos serão obrigados a pagar o IPVA. É lógico que essa gente está assustada, que o PFL está assustado. Vão pagar IPVA, sim. Se quem tem um carro de 10 anos, caindo aos pedaços, paga IPVA, por que esses não vão pagar?

Não entendo por que alguns partidos defensores dos bancos estão tão preocupados, já que os bancos continuam ganhando muito dinheiro, infelizmente. Gostaria muito de nos livrar dessa armadilha que o capitalismo especulativo mundial armou para o mundo — não para o Brasil, mas para o mundo. Essa é uma luta mundial, e precisamos de ter a capacidade de dizer claramente que temos de enfrentar isso.

A sensação que tenho é de que o PFL defende calote ou moratória, e deve dizer isso claramente. Esta é uma discussão antiga no Partido dos Trabalhadores: não ao pagamento, calote, auditoria. Vamos continuar discutindo, esperando encontrar uma postura conseqüente do PFL. Que ele diga claramente que entende que não devemos pagar essas dívidas, que não temos de pagá-las, que temos de fazer uma auditoria, de rediscutir o assunto. Vamos lá, precisamos da ajuda de todos os brasileiros em relação a isso.

Por último, Sr. Presidente do Banco Central, há uma questão em que o BACEN pode ter um papel fundamental. Sabemos que não há relação direta entre Taxa SELIC, muito usada na discussão de nossos títulos, e o *spread* bancário. Na verdade, é o *spread* bancário que inviabiliza o investimento. Queria saber, bem objetivamente, qual é a diretoria que hoje trata especificamente da ampliação do microcrédito e principalmente da facilitação das cooperativas de crédito, com a regulamentação do art. 92 — outra grande questão, porque durante anos os defensores dos bancos, que defendem o sistema financeiro aqui, não permitiram a regulamentação do art. 192, e estão assustados, porque essa discussão não é só sobre a autonomia do Banco Central, mas também sobre a criação e a facilidade de cooperativas. Então, quero saber qual o departamento, ou diretoria, porque é um tema que me é caro, pois há muitos setores querendo efetivamente ampliar as cooperativas de crédito, e tenho certeza de que essa pode ser uma das principais ferramentas, além da utilização dos bancos oficiais no sentido de baixar o *spread* bancário. A pulverização de cooperativas de crédito no Brasil pode ser uma ferramenta importante, ao baixarmos o *spread*, e talvez uma grande aliada do setor produtivo.

Peço, portanto, a V.Exa. mais informações sobre isso para que possamos efetivamente popularizar a discussão, permitindo a todos os setores existentes do empresariado, médias, pequenas e microempresas, terem cada vez mais fortalecidas as suas cooperativas e assim forcem os bancos privados a baixar o *spread* bancário.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, permita-me rapidamente perguntar ao Presidente do Banco Central quando o Governo vai encaminhar os projetos de regulamentação do art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado.

Começo pelas perguntas do Deputado Rodrigo Maia.

Quanto à observação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo ser privilégio do Parlamentar comentar decisões de outros órgãos legislativos, mas não compete ao Banco Central opinar sobre decisões soberanas de órgãos do Legislativo.

Quanto à pergunta referente às reservas líquidas e, portanto, às condições de solvência do País, visando às negociações com o Fundo Monetário Internacional, eu diria que o País tinha, no início, durante o primeiro semestre, cerca de US\$ 14 bilhões de reservas líquidas — o Deputado mencionou exatamente os números das reservas líquidas como medidor desse nível de solvência. Chamo a atenção para o fato de que relatório do balanço de pagamentos do Banco Central e a previsão do balanço de pagamentos para 2003 e 2004 sinaliza uma previsão de US\$ 16,9 bilhões de reservas líquidas para o final de 2003 e também de cerca de US\$ 20 bilhões de reservas líquidas para o final de 2004. E havia uma série de previsões, dentre as quais destaco a de que iríamos captar, no mercado internacional, cerca de US\$ 5 bilhões em 2004, ou de setembro de 2003 até 2004.

Portanto, em primeiro lugar, o relatório já prevê uma melhora substancial do índice de reservas líquidas do País; em segundo lugar, como é do conhecimento de V.Exa., o Brasil já antecipou uma parte da captação de 2004 nos mercados internacionais, captando US\$ 1,5 bilhões, o que significa que os números de projeção de reserva muito possivelmente serão antecipados em relação às reservas líquidas, que hoje no Brasil já estão em patamares próximos aos previstos para o final do ano, o que nos dá hoje a expectativa de que

estaremos acima do patamar previsto pelo relatório para o final do ano. Em resumo, no que diz respeito a reservas líquidas, estamos inclusive à frente, a esta altura, das previsões.

Gostaria, contudo, de chamar a atenção para que o fato de que, embora o acordo com o Fundo Monetário tenha tido várias finalidades, uma das razões pelas quais foi firmado no passado, pelo Governo anterior, era exatamente obter acesso aos créditos do Fundo Monetário e um sistema de pagamentos que gerasse fluxo de caixa mais confortável ao País. Portanto, o que devemos olhar hoje são as reservas totais, e essas estão num patamar muito confortável.

As reservas líquidas são evidentemente importantes, na medida em que sinalizam canal de saída do acordo com o Fundo Monetário. Elas têm de crescer nos próximos 3 anos, de maneira que, quando o Brasil terminar de pagar ao Fundo Monetário Internacional, estejam em condições de garantir um patamar de conforto ao País e aos investidores internacionais. Portanto, temos de olhar, de um lado, não só as reservas líquidas hoje, mas sua trajetória nos próximos anos, que, segundo já indiquei, é crescente. Hoje, as reservas totais do País, incluído o FMI, são muito confortáveis, razão pela qual, juntamente com a estabilidade macroeconômica e o bom desempenho da contas externas, o Risco País está caindo.

Em relação à Pesquisa Censo INED, a avaliação da população é evidentemente muito importante. Certamente é responsabilidade da classe de liderança dos políticos do País ver claramente como pensa e como sente a população. Agora, o Banco Central, por regras de boa governança, não se pode basear em pesquisas de opinião pública; ele tem de se basear em avaliações macroeconômicas, em dados de realidade, e os dados são de que a atividade industrial está crescendo.

Como mencionamos, divulgaram-se ontem dados indicadores do crescimento da produção industrial em São Paulo nos meses de julho e agosto, dados que são indicadores de todo o País. Se a atividade industrial está crescendo, cresce a massa salarial, e com isso vêm os investimentos. Em resumo, o Banco Central tem de se focar nos índices claros de atividade.

Quanto à relação dívida/produto, não há dúvida de que a postura que devemos assumir é a de administração responsável dessa dívida. É essa a razão principal da existência dos superávits primários, exatamente fazendo com que essa relação tenha, através do tempo, uma trajetória de estabilidade ou cadente.

Em relação ao art. 192, evidentemente não compete ao Banco Central definir a apresentação ou até a inclusão de projetos na pauta de discussão do Congresso. Sabemos que V.Exa. tem um projeto nessa direção, mas o Banco Central certamente não tem, nesse aspecto, nenhum tipo de gerência direta, porque isso é privilégio da liderança política do Governo e dos demais partidos no processo legislativo.

Quanto às perguntas do Deputado Gonzaga Mota, sobre como reduzir a participação do setor público no crédito total, eu diria que é seguindo a linha do mercado de trabalho, da consignação de folha de pagamento e do aumento da concorrência.

Responderei à pergunta anterior, referente ao lucro dos bancos, no período de 1999 a 2002, e sobre as medidas tomadas visando à queda dos *spreads*. Mencionei o microcrédito e o aumento da competição. Exemplo disso é o aumento da estrutura de aprovação de cooperativas, que antes eram focadas em segmentos. Agora, as cooperativas de acesso geral estão regulamentadas.

A Lei de Concordata e Falência é outro dado muito importante e prova exatamente a consignação da folha de pagamentos — os *spreads* são muito menores do que a média do mercado. Portanto, com a melhoria da estrutura de garantias, teremos *spreads* menores.

Sintetizando — e respondo também as perguntas relativas à pouca efetividade da SELIC —, diria que para aumentarmos a concorrência, no fundo, o problema se resume a uma questão de estabilidade macroeconômica. Países com instabilidade macroeconômica têm, entre outros problemas, tendência a ter *spreads* maiores, pela concentração de crédito, pela imprevisibilidade etc. No entanto, países que tendem a ter mais estabilidade de preço, macroeconomia e diversos índices, inclinam-se, ao longo do prazo, a ter maior competição no sistema, maior abertura, transparência e, em consequência, quedas dos *spreads* bancários. Em resumo, o caminho que o País deve seguir é o da estabilidade.

Passo às perguntas do Deputado Anivaldo Vale. Em primeiro lugar, tratarei do aumento do consumo. Como vamos endereçar o aumento do consumo, dentro do quadro atual de atividade econômica? A inflação, na medida em que sobe rapidamente, retira poder de compra do trabalhador. Isso é real. No momento em que a inflação cai e se estabiliza, há tendência de recuperação do poder de compra do trabalhador. Esse é o primeiro dado.

Em segundo lugar, na medida em que a atividade econômica se recupera, como estamos vendo na atividade industrial, isso também se reflete na massa salarial total, o que, em última análise, também se refletirá no aumento do consumo. Alguns índices de consumo mostram pequena retomada, mas os indicadores antecedentes — como vimos no índice de produção de bens duráveis — informam que o consumo está numa trajetória de retomada.

Em relação à taxa de ociosidade da indústria, tem havido pequena queda. A utilização da capacidade instalada, de dezembro para agosto, subiu um pouco menos de 1% da capacidade total. Portanto, o nível de ociosidade caiu um pouco menos de 1% nesse período.

É importante dizer que, devido à instabilidade da economia brasileira nos anos passados, o hiato de produto, aquela possibilidade de crescimento sem aportes adicionais de investimento, é de difícil medida no momento, porque podemos ter gargalos de produção em setores específicos. Um bom exemplo disso é o que aconteceu no ano 2000 com a crise de energia. Em resumo, tínhamos um gargalo de investimento nessa área.

O uso da capacidade instalada está subindo levemente, mas esperamos que, de acordo com todos os indicadores, essa recuperação, a partir de setembro, se faça de forma importante.

Em relação à taxa de juros real a ser praticada no próximo ano, evidentemente não compete ao Banco Central anunciar decisões futuras, inclusive porque não temos dados da economia que nos permitam fazer isso. E é exatamente essa a razão pela qual o Comitê de Política Monetária se reúne a cada mês, faz uma avaliação de toda a situação macroeconômica e toma sua decisão. Não temos condições de decidir com antecedência.

Se analisarmos as taxas de juros de mercado só por 360 dias e a inflação projetada pelo mercado para o mesmo período, veremos a evolução da taxa real, conforme mostramos no gráfico.

Em relação à competitividade da taxa de câmbio ou da nossa capacidade exportadora, tendo em vista essa taxa de câmbio, de novo só há uma possibilidade de medir isso: por meio do desempenho da balança comercial. Existem outros critérios, como o nível de atividade, que evidentemente também influencia a balança comercial, mas certamente o meio mais efetivo é olharmos a nossa capacidade de exportar e de substituir importações. O resultado da balança comercial é extremamente positivo, e há outros índices de competitividade, baseados principalmente em ganhos de produtividade etc. Os indicadores que temos é o de que a economia brasileira está ganhando em produtividade, portanto, aumentando sua capacidade competitiva.

Passo às perguntas do Deputado Machado sobre quantos meses são necessários para gerar novos empregos e quando haverá retomada do crescimento. A retomada do crescimento já está ocorrendo, e os dados de produção industrial mostram isso. A produção industrial é um indicador de retomada de crescimento. Mostramos o dado de indústria geral e alguns dados específicos. A massa salarial está crescendo, o que indica que o número de horas trabalhadas já está aumentando na indústria e que essa retomada já está em andamento. Esperamos que isso se reflita nos níveis gerais de emprego e de renda nos próximos meses e nos próximos trimestres.

Com relação à destinação dos lucros do Banco Central e o assunto mencionado dos fundos regionais, os lucros do Banco Central são dirigidos ao Tesouro, que usa esses recursos para evitar um crescimento maior ainda da dívida pública. Em última análise, esses recursos servem para abater a dívida e evitam, por exemplo, que a relação dívida/produto cresça além do desejado. Certamente é positivo que o Banco Central possa dar essa contribuição.

A pergunta do Deputado Ricardo Barros estabelece alguns pontos referentes à estrutura das taxas de juros internacionais. Entendo que S.Exa. deseja perguntar quanto deveriam ser as taxas de juros reais no Brasil. A Economia, como toda ciência, tem alguns modelos teóricos, mas, na realidade, eles são testados na prática. Nos últimos anos, as

taxas de juros reais têm sido altas no Brasil. Já mencionei taxas que caíram de 19%, de 1994 a 1998, para algo um pouco acima de 10%, de 1998 a 2002. Portanto, a taxa de juros real reflete o nível de risco macroeconômico nacional e a taxa de retorno demandada pelos investidores para, em última análise, financiar o país, particularmente o setor público. Isso é algo que vamos avaliar e descobrir a cada momento. É este exatamente um dos maiores trabalhos no Banco Central: avaliar, a cada momento, o patamar de taxa de juros necessário. Portanto, não é uma ciência exata decidirmos *a priori* qual deveria ser a taxa de juros real do País.

Até que ponto as mudanças de situação macroeconômica poderiam justificar mudanças no Orçamento? Acredito que isso não é algo sobre o que necessariamente caiba ao Banco Central opinar. É um ponto para a Comissão de Orçamento discutir. No entanto, diria que é muito importante para o equilíbrio macroeconômico do País que o superávit primário seja cumprido, que as metas estejam mantidas e que o Brasil possa sinalizar estabilidade e crescimento. Com a economia crescendo, a receita pública crescerá e, conseqüentemente, haverá maior flexibilidade no uso do Orçamento.

O Deputado Murilo Zauith pergunta até que ponto representa problema o pagamento de juros em duas moedas. Essa é uma das questões mais básicas e fundamentais das dívidas soberanas. Existem poucos países capazes de apenas emitir dívida na própria moeda. Certamente são capazes disso os países do Mercado Comum que têm moeda forte. Entre outros, cito a Suíça, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão. O Brasil está seguindo esse caminho. Não há dúvida de que esta é uma meta extremamente desejável.

Estamos fazendo também grande esforço no sentido de desindexar a dívida interna do câmbio. É exatamente como mencionei: a rolagem da dívida indexada ao câmbio está em patamar cadente, o que significa que cada vez mais a dívida do setor público estará denominada na nossa moeda, o real. Não há dúvida de que isso é desejável, e o País vai ganhando flexibilidade, ao longo do tempo, como resultado de sólida política fiscal e monetária.

Quanto a negociar com o Fundo Monetário Internacional melhores condições de pagamento da dívida externa, não é necessariamente ele que as define, elas são decididas pela cotação de mercado. A taxa de juros que o Brasil tem pago no mercado internacional está caindo na medida em que as condições estão melhorando, e a cada emissão pagamos menos. Na realidade, as condições dos empréstimos do Fundo são predeterminadas. O acordo com o Fundo visa dar um aval aos mercados de que o País está indo na direção certa.

No que diz respeito a até que ponto temos ou não capacidade de pagar juros, diria que temos, sim, tanto que nossa conta corrente está mostrando superávit, o que demonstra exatamente nossa possibilidade de pagar os juros.

V.Exa. tem mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH - Sr. Henrique Meirelles, seguindo seu raciocínio, pergunto se o Brasil perdeu oportunidade, quando do lançamento do Plano Real, uma vez que nossa dívida em dólar era em torno de 100 bilhões, com a venda das estatais, de fazer uma opção por uma dívida em uma moeda só.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em alguns momentos, é muito difícil julgar o passado. Particularmente, acredito que a autoridade monetária não se deve ater a esse tipo de julgamento nem entrar nessa controvérsia. A indexação cambial foi resultado de toda uma situação e todo um programa de estabilização que o Brasil implementou e que estava vivendo naquela época. Na realidade, os dados são muito complexos, e o que aconteceria se essa ou aquela atitude tivesse sido adotada é sempre um exercício um pouco arriscado de avaliação macroeconômica. Gostaria de focar nossa avaliação no que estamos fazendo e como vai, de fato, caminhar a evolução do perfil da dívida.

Quanto à sua última pergunta sobre as condições para o crescimento do Brasil, diria que elas estão sendo criadas à medida que a economia está se estabilizando, o Risco País está caindo, e a estabilidade de preços sendo conquistada gradualmente. Tudo isso, juntamente com disciplina fiscal, superávit primário e as reformas fundamentais sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, nos dá condição de entrar em rota de crescimento sustentado.

Esperamos ter oportunidade de voltar a discutir com V.Exas. no próximo semestre, para que possamos testar isso.

Com relação à pergunta do Deputado Carlito Merss sobre o que é bom mostramos e o que é ruim escondemos, frase que, segundo S.Exa., ficou célebre na História do Brasil, diria que não há dúvida de que a crise que a economia brasileira passou foi muito séria. Abordamos o tema com toda a clareza e mostramos na primeira parte da nossa apresentação a evolução dos índices brasileiros, inclusive a dos negativos. Estamos trabalhando no sentido de reverter esse item. Fizemos opção por mostrar a parte negativa, isto é, de onde tivemos de partir. Não há dúvida de que temos de encarar com muito realismo as dificuldades.

Com relação à pergunta sobre que diretoria é responsável pelo microcrédito, diria que, pela área que regulamenta o mercado financeiro, é a Diretoria de Normas, hoje sob responsabilidade do Dr. Sérgio Darcy.

Quanto a eventuais propostas de calote, evidentemente, quanto maior o risco de calotes, tal como percebido pelos investidores, maiores os juros, o risco e o que se demanda para financiar o País. Não há dúvida — e isso me parece uma observação que não precisa de muita demonstração — que quanto mais se discute a idéia de um possível calote, mais difícil se torna continuarmos a política de baixar taxas de juros real no País, de baixar o Risco País.

Sem fazer um julgamento, apenas diria que uma das razões que faz com que a taxa de juros real no Brasil seja alta são as propostas de calotes de tempos em tempos. O Deputado empresário concorda comigo, porque na sua vida empresarial experimenta isso, suponho, com muita clareza.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Na verdade, meu pronunciamento foi no sentido de que alguns setores radicais do PFL e PSDB estão agora com esse discurso. Não é, porém, o Presidente do Banco Central quem teria de responder, as pessoas é que têm de ser mais claras em suas propostas. Durante muito tempo fizemos esse debate no nosso partido, e a ampla maioria decidiu que temos de refazer os acordos em condições melhores para o País.

Gostaria que a Oposição dissesse com clareza o que quer, porque a sensação que temos é a de que ela não quer que o Brasil melhore, mas que continue nessa incerteza e que o Risco País esteja lá em cima. Assim, claro, os bancos, que muitos defendem aqui, vão ganhar muito mais dinheiro.

Os bancos têm hoje uma preocupação, pois sabem que se conseguirmos reduzir o *spread* e ampliar o crédito para a população, eles ganharão menos, mas trabalharão mais e integrarão mais pessoas ao sistema. A Caixa Econômica Federal no movimento de 3, 4 meses registrou mais de 500 mil novos correntistas — e temos de incluir muitos mais.

Faço essa referência para que as pessoas digam com clareza o que querem e não insinuem que o atual Governo agora está defendendo os bancos. Ao contrário, queremos que os bancos tenham o seu papel, que ganhem menos, sim, até porque ganham muito, e permitam a mais brasileiros ter dinheiro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Deputado Carlito Merss, permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Com prazer, Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Não podemos mais falar em calote. A visão do Presidente da República, do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central é no sentido de mantermos a posição de país sério, que quer ser do Primeiro Mundo e que tem tudo para isso. As exportações e a produção estão crescendo. É preciso seguir essa política de seriedade que marcou a vida de Henrique Meirelles e lhe deu todo o crédito que tem perante as instituições internacionais que ocupou. Boa parte dessa tranquilidade se deve à sua presença no Banco Central do Brasil.

É importante o Governo permanecer com essa tranquilidade no mercado. Vamos negociar, baixar os juros e tudo o mais, pois isso trará maior segurança.

Parabéns pela condução da política econômica. O Brasil está entrando nos eixos. Repito o que V.Sa. disse ontem: *“Vamos colocar gasolina nos automóveis, do contrário, não haverá tempo de abastecer na hora em que o mercado der uma arrancada.”*

Parabéns a V.Sa. pelo trabalho.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado.

Certamente o Brasil não tem motivo algum para discutir problemas relacionados à insolvência econômica — isso é passado. Já saímos da crise, o Risco País está caindo, e as condições macroeconômicas estão estabilizadas. Em resumo, o setor externo brasileiro está com um desempenho extraordinário, há superávit em contas correntes.

Disse algo importante no qual devemos pensar. Houve muitas perguntas sobre o motivo de a taxa de juros real e o Risco País terem sido altos no Brasil nos últimos anos. Uma das razões, além de outras como a estabilidade macroeconômica, é a discussão periódica sobre o assunto. Concorde com o Deputado, esperamos que esse termo saia do dicionário do Brasil nos próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, aos Presidentes de Comissões e aos Srs. Parlamentares, o comparecimento à reunião.

Todos estamos integrados nesse processo de esclarecimento e de conhecimento das causas e efeitos das políticas na vida nacional.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 04 E 06 DE NOVEMBRO DE 2003.**

Aos quatro e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 34/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Bismarck Maia, Carlito Merss, Darcísio Perondi, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Francisco Dornelles, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Luiz Carreira, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Wilson Santiago; - Senadores titulares: Almeida Lima, Amir Lando, César Borges, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko; - Deputados suplentes: Alberto Goldman, Almir Moura, André Luiz, Athos Avelino, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Paes, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Gonzaga Patriota, Ildeu Araujo, Jorge Alberto, José Pimentel, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Mário Negromonte, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Welinton Fagundes e Zé Gerardo; - Senador suplente: Augusto Botelho. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros, Coriolano Sales e Elimar Máximo Damasceno. Os Deputados Geraldo Resende e Osvaldo Coêlho e o Senador Leonel Pavan justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - Deputados titulares: Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Carlos Melles, Cezar Silvestri, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Elaine Costa, Jorge Bittar, José Priante, Mauro Lopes, Olavo Calheiros, Roberto Balestra e Wellington Roberto; - Senadores titulares: Duciomar Costa, Efraim Moraes, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Romeu Tuma e Sérgio Cabral. ABERTURA: Às dezesseis horas e dez minutos do dia quatro de novembro, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida em virtude da inexistência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Ao reiniciar a reunião às dez horas e vinte e nove minutos do dia seis do mesmo mês, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos para reiniciá-los após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Às onze horas e cinquenta e sete minutos do mesmo dia e havendo *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente deu continuidade à reunião procedendo à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 21ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2003; e 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 29 de outubro de 2003. Foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente declarou as Atas aprovadas. EXPEDIENTE: O Presidente solicitou ao Deputado Gilmar Machado que lesse o expediente: - Correspondência interna recebida: . Ofício nº 774, de 04 de novembro, do Deputado Francisco Turra, com apoio das Bancadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, solicitando a inclusão de 40 milhões de dólares no PRODETUR-SUL – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil no Orçamento para 2004. - Cópia desse expediente foi

encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: 1) Ofício nº 759, de 23 de outubro, do Senador Magno Malta, justificando ausência no dia 21 de outubro, tendo em vista o atendimento a compromissos político-partidários no Estado. 2) Ofício nº 42, de 27 de outubro, do Deputado Osvaldo Coêlho, justificando ausência no período de 06 de outubro a 06 de novembro, tendo em vista atestado médico apresentado. 3) Expediente de 29 de outubro, da Deputada Telma de Souza, justificando ausência no período de 14 de outubro a 14 de novembro, tendo em vista encontrar-se de licença médica. 4) Ofício nº 358, de 30 de novembro, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, justificando ausência no período de 23 de outubro a 01 de novembro, tendo em vista viagem de missão oficial. 5) Ofício nº 110, de 31 de outubro, do gabinete do Deputado José Rocha, justificando ausência no período de 27 a 31 de outubro, tendo em vista viagem de missão oficial. 6) Ofício nº 339, de 03 de novembro, do gabinete do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no período de 03 a 07 de novembro, tendo em vista viagem de missão oficial. - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: . Ofício nº 180, de 29 de outubro, do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José Agripino, indicando o Senador Cesar Borges, em substituição ao Senador Romeu Tuma. - Expedientes encaminhando indicação para as relatorias setoriais da Proposta Orçamentária para 2004: 1) Ofício nº 153, de 23 de setembro, do Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Fernando Bezerra. 2) Ofício nº 179, de 29 de outubro, do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José Agripino, indicando o Senador João Ribeiro. 3) Ofício nº 982, de 04 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado Humberto Michiles. - Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007: 1) Ofício nº 153, de 23 de setembro, do Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando os Senadores Delcídio Amaral e Magno Malta. 2) Ofício nº 1.215, de 22 de outubro, do Líder do PTB, Deputado José Múcio Monteiro, indicando o Deputado Eduardo Seabra. 3) Ofício nº 982, de 04 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado João Leão. - Ofício nº 605, de 04 de novembro, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, informando da abertura do prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso ao seguinte Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional: Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2003, que dispõe sobre as obras de construção de trechos rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul (Parecer nº 100/2003 e Aviso nº 85/2003-CN). - Correspondência externa recebida: 1) Ofício nº 37, de 29 de outubro, do Diretor-Presidente da VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, solicitando que seja avaliada a proposta de suplementação dos recursos orçamentários previstos para custeio das despesas com pessoal alocados na Proposta Orçamentária para 2004. 2) Aviso nº 1.984, de 30 de outubro, do Ministro de Estado dos Transportes, Anderson Adauto, encaminhando, em aditamento ao Aviso nº 1.824, de 09 de outubro, a Nota Técnica nº 17, que apresenta proposta de revisão dos Projetos de Lei nºs 30 e 31/2003-CN. - Cópia desse expediente foi encaminhada às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004 e ao relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007. 3) Ofício nº 932, de 31 de outubro, do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, encaminhando expediente do Diretor-Geral da Polícia Federal, que solicita inclusão de valores no orçamento da Polícia Federal – Departamento de Polícia Federal. - Cópia desse expediente foi encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar. 4) Carta nº 397, de 03 de novembro, do Diretor-Presidente da CODERN-Companhia Docas do Rio Grande do Norte, solicitando a exclusão das obras de ampliação da Bacia de Evolução do Porto de Natal do Anexo VII da Lei Orçamentária para 2003, tendo em vista os motivos apresentados. - Cópia desse expediente foi encaminhada ao Relator dos Avisos nºs 13 e 52/2003-CN, Deputado João Grandão. 5) Expediente do Presidente da Fundação Zerbini – INCOR DF, prestando informações

sobre a publicação de matéria divulgada na imprensa sobre obras com possíveis indícios de irregularidades naquela Fundação. - Avisos/SGS/TCU, de 22 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: 1) Aviso nº 2.719 (Acórdão nº 1.575/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem de Congonhas no Estado de Minas Gerais. 2) Aviso nº 2.722 (Acórdão nº 1.565/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080/GO – trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves. - Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 38/2003-CN por tratar-se da mesma obra. - Avisos/SGS/TCU, de 29 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: 1) Aviso nº 2.755 (Acórdão nº 1.611/2003): auditoria nas obras de implantação do metrô do Distrito Federal. 2) Aviso nº 2.758 (Acórdão nº 1.612/2003): auditoria nas obras de revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica no Estado do Amazonas. 3) Aviso nº 2.759 (Acórdão nº 1.613/2003): auditoria nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no Estado do Rio de Janeiro 4) Aviso nº 2.762 (Acórdão nº 1.614/2003): auditoria nas obras de implantação da Estação Terrena de Rastreo e Controle de Satélites em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. 5) Aviso nº 2.766 (Acórdão nº 1.623/2003): acompanhamento da realização da receita da União no primeiro semestre de 2003, com vistas à verificação do cumprimento das metas de resultado fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 6) Aviso nº 2.768 (Acórdão nº 1.597/2003): embargos de declaração contra o Acórdão 679/2003-Plenário sobre inspeção realizada no DNIT e no DER/MG. 7) Aviso nº 2.770 (Acórdão nº 1.600/2003): pedido de reexame contra o Acórdão nº 159/2003-TCU Plenário sobre a adoção de procedimentos administrativos para anulação da concorrência relativa às obras da adutora do Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe. 8) Aviso nº 2.772 (Acórdão nº 1.608/2003): auditoria nas obras de implantação na Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos no Estado de São Paulo. - Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 14/2003-CN por tratar-se da mesma obra. 9) Aviso nº 2.784 (Acórdão nº 1.609/2003): auditoria nas obras de construção do sistema de trens urbanos de Fortaleza-CE – Linha 1 – trecho Caucaia-Vila das Flores. 10) Aviso nº 2.786 (Acórdão nº 1.618/2003): auditoria nas obras de construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira, sob responsabilidade do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, em Urimatã-RR. - Aviso/GP, de 31 de outubro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: . Informa o recebimento do Ofício nº 424/2003, da Presidência da Comissão, em que solicita informações sobre as obras de expansão do sistema Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo da TRENSURB, tendo solicitado as providências pertinentes ao assunto. ENCERRAMENTO: Após a leitura do expediente, o Presidente encerrou os trabalhos em virtude da ausência, no recinto, de número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Antes, convocou reunião ordinária a ser realizada no dia onze de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.

xxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como não há número regimental para deliberação na representação do Senado, a sessão está suspensa e convocada sua continuação para às 10 horas do dia 6, quinta-feira.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reaberta a 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Suspendo esta reunião e convoco sua continuação para após a reunião do Colégio de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, que se realizará às 10h30 no gabinete da Presidência.

Está suspensa a sessão e convocados os Líderes partidários para a reunião no gabinete da Presidência, após continuarmos a sessão.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matéria constante da Pauta nº 34, de 2003.

Há número regimental para deliberação na Câmara e no Senado.

Apreciação das atas das seguintes reuniões: 21ª ordinária, realizada no dia 28, 29 e 30 de outubro de 2003; reunião conjunta de audiência pública realizada em 29 de outubro.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Passaremos à leitura do Expediente.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Correspondência interna recebida:

- Ofício nº 774, de 4 de novembro, do Deputado Francisco Turra, com apoioamento das bancadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, solicitando a inclusão de 40 milhões de dólares no PRODETUR-SUL — Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil, no Orçamento para 2004. Cópia desse expediente foi encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

- Ofício nº 759, de 23 de outubro, do Senador Magno Malta, justificando ausência no dia 21 de outubro, tendo em vista o atendimento a compromissos político-partidários no Estado;

- Ofício nº 42, de 27 de outubro, do Deputado Osvaldo Coelho, justificando ausência no período de 6 de outubro a 6 de novembro, tendo em vista atestado médico apresentado;

- Expediente de 29 de outubro, da Deputada Telma de Souza, justificando ausência no período de 14 de outubro a 14 de novembro, tendo em vista encontrar-se de licença médica;

- Ofício nº 358, de 30 de novembro, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, justificando ausência no período de 23 de outubro a 1º de novembro, tendo em vista viagem de missão oficial;

- Ofício nº 110, de 31 de outubro, do gabinete do Deputado José Rocha, justificando ausência no período de 27 a 31 de outubro, tendo em vista viagem de missão oficial;

- Ofício nº 339, de 3 de novembro, do gabinete do Deputado Geraldo Resende, justificando ausência no período de 3 a 7 de novembro, tendo em vista viagem de missão oficial;

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- Ofício nº 180, de 29 de outubro, do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José Agripino, indicando o Senador Cesar Borges, em substituição ao Senador Romeu Tuma.

Expedientes encaminhando indicação para as relatorias setoriais da Proposta Orçamentária para 2004:

- Ofício nº 153, de 23 de setembro, do Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Fernando Bezerra;

- Ofício nº 179, de 29 de outubro, do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José Agripino, indicando o Senador João Ribeiro;

- Ofício nº 982, de 4 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado Humberto Michiles.

Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004/2007:

- Ofício nº 153, de 23 de setembro, do Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando os Senadores Delcídio Amaral e Magno Malta;

- Ofício nº 1.215, de 22 de outubro, do Líder do PTB, Deputado José Múcio Monteiro, indicando o Deputado Eduardo Seabra;

- Ofício nº 982, de 4 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado João Leão.

Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, informando da abertura do prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso ao seguinte Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional (Ofício nº 605, de 4 de novembro): Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2003, que dispõe sobre as obras de construção de trechos rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul (Parecer nº 100/2003 e Aviso nº 85/2003-CN).

Correspondência externa recebida:

- Ofício nº 37, de 29 de outubro, do Diretor-Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, solicitando que seja avaliada a proposta de suplementação dos recursos orçamentários previstos para custeio das despesas com pessoal alocados na Proposta Orçamentária para 2004;

- Aviso nº 1.984, de 30 de outubro, do Ministro de Estado dos Transportes, Anderson Adauto, encaminhando, em aditamento ao Aviso nº 1.824, de 9 de outubro, a Nota Técnica nº 17, que apresenta proposta de revisão dos Projetos de Lei nºs 30 e 31/2003-CN. Cópia desse expediente foi encaminhada às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004 e ao Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007;

- Ofício nº 932, de 31 de outubro, do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, encaminhando expediente do Diretor-Geral da Polícia Federal, que solicita inclusão de valores no orçamento da Polícia Federal — Departamento de Polícia Federal. Cópia desse expediente foi encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar;

- Carta nº 397, de 3 de novembro, do Diretor-Presidente da CODERN — Companhia Docas do Rio Grande do Norte, solicitando a exclusão das obras de ampliação da Bacia de Evolução do Porto de Natal do Anexo VII da Lei Orçamentária para 2003, tendo em vista os motivos apresentados. Cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator dos Avisos nºs 13 e 52/2003-CN, Deputado João Grandão;

Expediente do Presidente da Fundação Zerbini — INCOR-DF, prestando informações sobre a publicação de matéria divulgada na imprensa sobre obras com possíveis indícios de irregularidades naquela Fundação;

Avisos/SGS/TCU, de 22 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 2.719 (Acórdão nº 1.575/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem de Congonhas no Estado de Minas Gerais;

- Aviso nº 2.722 (Acórdão nº 1.565/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços

complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo-Uruaçu-São Miguel do Araguaia-Luiz Alves. Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 38/2003-CN por tratar-se da mesma obra.

Aviso/GP, de 31 de outubro, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União: informa o recebimento do Ofício nº 424/2003, desta Presidência, em que solicita informações sobre as obras de expansão do sistema Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo da TRENSURB e que solicitou as providências pertinentes ao assunto.

Avisos/SGS/TCU, de 29 de outubro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 2.755 (Acórdão nº 1.611/2003): auditoria nas obras de implantação do metrô do Distrito Federal;

- Aviso nº 2.758 (Acórdão nº 1.612/2003): auditoria nas obras de revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica no Estado do Amazonas;

- Aviso nº 2.759 (Acórdão nº 1.613/2003): auditoria nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, no Estado do Rio de Janeiro;

- Aviso nº 2.762 (Acórdão nº 1.614/2003): auditoria nas obras de implantação da Estação Terrena de Rastreo e Controle de Satélites em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, por questão de economia de processo, os Senadores estão presentes em número suficiente para pedir verificação de *quorum*. Seria sensato suspender esta sessão, e mais lógico, para que o entendimento sobre a reivindicação dos Senadores nesta Comissão se dê no âmbito devido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Senador, vamos apenas terminar a leitura do Expediente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Aviso nº 2.766 (Acórdão nº 1.623/2003): acompanhamento da realização da receita da União no primeiro semestre de 2003, com vistas à verificação do cumprimento das metas de resultado fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Aviso nº 2.768 (Acórdão nº 1.597/2003): embargos de declaração contra o Acórdão 679/2003 (Plenário), sobre inspeção realizada no DNIT e no DER/MG;

- Aviso nº 2.770 (Acórdão nº 1.600/2003): pedido de reexame contra o Acórdão nº 159/2003-TCU (Plenário), sobre a adoção de procedimentos administrativos para anulação da concorrência relativa às obras da adutora do Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe;

- Aviso nº 2.772 (Acórdão nº 1.608/2003): auditoria nas obras de implantação na Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos no Estado de São Paulo. Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 14/2003-CN por tratar-se da mesma obra;

- Aviso nº 2.784 (Acórdão nº 1.609/2003): auditoria nas obras de construção do sistema de trens urbanos de Fortaleza-CE, Linha 1, trecho Caucaia-Vila das Flores;

- Aviso nº 2.786 (Acórdão nº 1.618/2003): auditoria nas obras de construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira, sob responsabilidade do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, em Urimatã, Roraima.

Essa a leitura do Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lido o Expediente, teríamos que passar à Ordem do Dia. No entanto, é evidente a falta de *quorum* no Senado e na Câmara. Em face disso, a reunião está encerrada e convocada nova reunião para terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 11, 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2003.**

Aos onze, doze e treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Sérgio Guerra e Serys Shessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Almir Moura, André Luiz, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Paes, Eduardo Valverde, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Homero Barreto, Ildeu Araujo, João Almeida, João Batista, Jorge Alberto, José Divino, José Pimentel, Josué Bengtson, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Sandro Mabel, Suas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Augusto Botelho e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros, Elimar Máximo Damasceno e João Tota. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Jackson Barreto, Machado, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho e Paulo Bernardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Duciomar Costa, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Cabral. **ABERTURA:** Às quinze horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de novembro, o Presidente declarou iniciada a reunião, suspendendo-a em seguida em razão da ausência de número regimental para deliberação, no recinto, na representação do Senado Federal. Antes, convocou os membros para as seguintes reuniões no dia 12 de novembro, no plenário 02 da Câmara dos Deputados: 1) Às 14:30, reunião de audiência pública com a presença de representante da PETROBRAS para prestar esclarecimentos sobre os Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. 2) Após a reunião de audiência pública: continuação da reunião ordinária. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos do dia doze do mesmo mês, o Presidente reiniciou os trabalhos anunciando a presença de número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, anunciou a apreciação da Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 04 e 06 de novembro de 2003. Foi dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **ORDEM DO DIA:** PAUTA Nº 34 - Item 01 - **Projeto de Lei nº 34/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado João Magno.

Foram apresentadas 14 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Senador Amir Lando fez a leitura do voto. Em discussão, manifestaram-se contrários ao Relatório os Deputados Machado e Anivaldo Vale. Os Deputados Virgílio Guimarães e Roberto Balestra posicionaram-se favoravelmente. Em votação, o Parecer do Relator foi **aprovado contra** os votos dos Deputados Anivaldo Vale, Machado, Claudio Cajado, Alberto Goldman e Eduardo Sciarra na representação da Câmara dos Deputados, e por unanimidade na representação do Senado Federal. O Presidente anunciou que os Relatórios apresentados aos Avisos do Congresso Nacional não seriam apreciados, conforme decisão do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. PAUTA Nº 35 - Item 01- **Projeto de Lei nº 06/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e treze reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Júlio Cesar. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos propostos no Projeto. O relator informou que havia alterado o voto após a realização da reunião de audiência pública com o Diretor Financeiro da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli. Em discussão, o Deputado Pauderney Avelino manifestou-se contrário ao Relatório. Em seguida, o Presidente anunciou que a alteração na *Resolução nº 01, de 2001-CN* ainda não havia sido apreciada pelo Plenário do Congresso Nacional. Informou também que o prazo para apresentação de emendas à Proposta Orçamentária para 2004 estava prorrogado até o dia dezoito de novembro de 2003. No uso da palavra, o Senador Sérgio Guerra comunicou que os trabalhos da Comissão seriam obstruídos pela representação do Senado Federal enquanto não houvesse manifestação explícita favorável à aprovação da alteração da *Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, por parte da Presidência da Câmara dos Deputados. O Deputado Jorge Bittar esclareceu que os entendimentos junto à Mesa estavam bem encaminhados e fez um apelo aos Senadores para que desobstruíssem os trabalhos na Comissão. O Deputado Pauderney Avelino anunciou que poderia haver certo desconhecimento por parte dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados quanto ao teor da matéria. O Senador Fernando Bezerra usou da palavra para informar que já havia consenso, favorável à matéria, entre as Lideranças na Câmara dos Deputados. O Deputado Alberto Goldman comentou que a competência para a alteração da referida Resolução seria do Plenário do Congresso Nacional e não da Comissão, ao tempo em que o Presidente esclareceu que não estava em discussão a competência da Comissão. Comunicou também que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados havia solicitado vistas à matéria e que a proposta de alteração da *Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional* poderia ser votada até o dia dezoito de novembro. O Deputado João Leão apresentou proposta no sentido de que um grupo de Deputados e Senadores, juntamente com o Relator-Geral, se dirigissem ao Presidente da Câmara dos Deputados para prestar os esclarecimentos necessários sobre o assunto. O Senador Leonel Pavan concordou com a proposta, solicitando ao Presidente que a reunião fosse suspensa. O Senador Amir Lando, na qualidade de representante da Liderança do Governo na Comissão, bem como o Senador Sérgio Guerra, também manifestaram-se favoravelmente. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, em face do consenso acerca da proposta apresentada pelo Deputado João Leão, e, iniciada a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente suspendeu os trabalhos. Às dez horas e trinta minutos do dia treze do mesmo mês, o Presidente deu continuidade à reunião. Em seguida, anunciou a designação dos relatores setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2004: I - Poderes do Estado e Representação: Senador Hélio Costa (PMDB/MG); II - Justiça e Defesa: Senador João Ribeiro; III — Fazenda e Desenvolvimento: Deputado Gilmar Machado (PT/MG); IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Deputado Humberto Michiles (PL/AM); V - Infra-estrutura: Deputado José Borba (PMDB/PR); VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Deputado Nécio Rodrigues (PSDB/MG); VII - Saúde: Senador Fernando Bezerra (PTB/RN); VIII - Trabalho, Previdência e Assistência Social: Deputado Roberto Balestra (PP/GO); IX - Integração Nacional e Meio Ambiente: Deputado Júlio Cesar (PFL/ PI); e X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Deputado José Carlos Elias (PTB/ES). A seguir, o Deputado Virgílio Guimarães comunicou que assumiria, interinamente, o cargo de

representante da Liderança do PT na Comissão, em substituição ao Deputado Carlito Merss, temporariamente afastado. **EXPEDIENTE:** O Presidente solicitou ao Deputado Pedro Chaves que lesse o expediente. Correspondência interna recebida: Ofício nº 495, de 05 de novembro, do Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado José Janene, comunicando a decisão de solicitar à Comissão que faça constar no Projeto de Lei do Orçamento para 2004 a dotação orçamentária da Unidade Orçamentária 32.226 — ANEEL. - Atas encaminhando a eleição dos Coordenadores de Bancada Estadual da Proposta Orçamentária para 2004: **1)** Ata da Bancada do Estado de Alagoas, que comunica a indicação do Deputado Benedito de Lira. **2)** Ata da Bancada do Estado de Rondônia, que mantém a coordenação do Deputado Confúcio Moura. **3)** Ata da Bancada do Estado de Goiás, que comunica a indicação do Deputado Jovair Arantes. **4)** Ata da Bancada Gaúcha, que comunica a indicação do Deputado Mendes Ribeiro Filho. **5)** Ata da Bancada do Estado do Tocantins, que comunica a indicação do Senador Eduardo Siqueira Campos. **6)** Ata da Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul, que comunica a indicação do Deputado Antônio Carlos Biffi. **7)** Ata da Bancada do Estado de Roraima, que comunica a indicação do Deputado Alceste Almeida. **8)** Ata da Bancada do Estado do Rio de Janeiro, indicando os Deputados Luiz Sérgio e José Divino; e suplentes: Deputada Elaine Costa, e Deputados Simão Sessim e Almir Moura, como 1º, 2º e 3º suplentes, respectivamente. **9)** Ata da Bancada do Estado do Espírito Santo, indicando o Senador Magno Malta. **10)** Ata da Bancada do Estado do Mato Grosso, indicando a Senadora Serys Slhessarenko. **11)** Ata da Bancada do Estado do Maranhão, indicando o Deputado Pedro Novais como Coordenador e o Deputado Pedro Fernandes como Coordenador Substituto. **12)** Ata da Bancada do Estado do Acre, indicando o Deputado Sibá Machado como Coordenador e a Deputada Perpétua Almeida como Coordenadora-adjunta. **13)** Ata da Bancada do Estado da Paraíba, indicando o Deputado Wellington Roberto. -Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 127, de 30 de outubro, do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência na mesma data, tendo em vista participação de reunião do Partido. **2)** Ofício nº 227, de 31 de outubro, Senador Romero Jucá, justificando ausência nos dias 14, 22, 28 e 29 de outubro. A ausência do 14 de outubro foi indeferida tendo em vista o disposto no art. 10 do Regulamento Interno da Comissão. **3)** Ofício nº 193, de 06 de novembro, do Deputado Vignatti, justificando ausência no período de 24 de outubro a 03 de novembro, tendo em vista viagem de missão oficial. - Expedientes encaminhando indicação para relator setorial das Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2004: **1)** Ofício nº 1.224, de 11 de novembro, do Líder do PTB, Deputado José Múcio Monteiro, indicando o Deputado José Carlos Elias (PTB/ES) como relator setorial da Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **2)** Ofício nº 1.731, de 11 de novembro, do Líder do PSDB, Deputado Jutahy Júnior, indicando o Deputado Nárcio Rodrigues (PSDB/MG) como relator setorial da Área Temática VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. **3)** Ofício nº 152, de 11 de novembro, do Líder do PT, Deputado Nelson Pellegrino, indicando o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) como relator setorial da Área Temática III — Fazenda e Desenvolvimento. **4)** Ofício nº 1.013, de 12 de novembro, do Líder do PMDB, Deputado Eunício Oliveira, indicando o Deputado José Borba (PMDB/PR) como relator setorial da Área Temática V — Infra-estrutura. **5)** Ofício nº 1.382, de 12 de novembro, do Líder do PP, Deputado Pedro Henry, indicando o Deputado Roberto Balestra (PP/ GO) como relator setorial. -Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007: Ofício nº 1.688, de 06 de novembro, do Líder do PSDB, Deputado Jutahy Júnior, indicando os Deputados Eduardo Gomes e Antônio Carlos Mendes Thame. -Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 492, de 04 de novembro, da Secretaria Coordenadora de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas, que presta informações sobre a situação do contrato entre o Estado de Alagoas e a Construtora Gautama, em resposta ao Ofício nº 420, de 22 de outubro, desta Presidência. Esse expediente foi anexado ao Aviso nº 75/2003-CN e cópia foi encaminhada ao relator, Deputado Alexandre Cardoso, solicitante das informações. **2)** Ofício nº 1.458, de 03 de novembro, da Prefeitura Municipal de Pirajuí, no Estado de São Paulo, referindo-se ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN destinado à aquisição de viaturas para patrulhamento escolar. - Avisos SGS/TCU de 05 de novembro encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo,

Presidente do Tribunal de Contas da União: **1)** Aviso nº 2.810 (Acórdão nº 1.655/2003): auditoria realizada nas obras de construção e pavimentação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais. **2)** Aviso nº 2.818 (Acórdão nº 1.658/2003): auditoria realizada nas obras do Projeto Beira-Rio, em Porto Velho, Rondônia. **3)** Aviso nº 2.824 (Acórdão nº 1.657/2003): auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais em Santa Catarina. Em seguida, o Presidente retornou à apreciação das matérias constantes da ordem do dia. PAUTA Nº 35: **Item 01-Projeto de Lei nº 06/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e treze reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Júlio Cesar. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O Presidente informou que o relator havia modificado o voto após a reunião de audiência pública, realizada em 12/11/2003, com o Diretor Financeiro da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli. A discussão já havia sido realizada no dia anterior. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 02-Projeto de Lei nº 36/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 4.379.611,00 (quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e onze reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado João Magno. Foram apresentadas 06 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Ausente o relator, o Deputado Virgílio Guimarães apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 03-Projeto de Lei nº 37/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 598.042.465,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, quarenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Carlito Merss. Foram apresentadas 32 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em face da ausência do relator, o Deputado Leonardo Mattos fez a apresentação do Relatório. A seguir, o Presidente declarou inadmitidas as emendas elencadas pelo relator, conforme o estabelecido no *art. 8º, alínea “o” do Regulamento Interno* da Comissão. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 04-Projeto de Lei nº 39/2003-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.213.024,00 (trinta e oito milhões, duzentos e treze mil, vinte e quatro reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Darcísio Perondi. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Não havia consenso para apreciação da matéria e foi **retirado** de pauta. **Item 05-Projeto de Lei nº 47/2003-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 10.635.667.636,00 (dez bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Foi apresentada 01 emenda. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em face da ausência do relator, o Deputado Claudio Cajado fez a leitura do Relatório. A seguir, o Presidente declarou inadmitidas as emendas elencadas pelo relator, conforme o estabelecido no *art. 8º, alínea “o” do Regulamento Interno* da Comissão. O Deputado Ricardo Barros solicitou ao Presidente que aguardasse o comparecimento do relator no plenário, que se daria em poucos instantes. O Presidente acatou a solicitação. Pouco tempo decorrido, o relator adentrou o recinto e fez a apresentação do Relatório. Os Deputados Anivaldo Vale e Claudio Cajado discutiram o assunto. Após o debate, o relator questionou a razão do seu parecer constar da pauta, tendo em vista que o mesmo havia sido entregue à Secretaria da Comissão e depois havia sido retirado. O Presidente esclareceu que havia sido solicitada urgência desse Projeto para votação no Plenário do Congresso Nacional, porém não chegou a ser apreciado. Tendo em vista a entrega na Secretaria da Comissão, em 04 de novembro, o Relatório foi colocado na

pauta da reunião da Comissão. Esclarecido o assunto, o Presidente colocou em votação o Parecer do relator, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Wellington Roberto solicitou a apreciação do Relatório ao Aviso nº 40/2003-CN, tendo em vista que o mesmo já havia sido votado anteriormente pelo Plenário da Comissão. Continuando, informou que a votação havia sido realizada pelo processo simbólico e que deveria ter sido nominalmente, conforme estabelecido no Regimento Interno do Senado Federal. Finalizando, o Deputado Wellington Roberto informou que, após a votação da alteração do *art. 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, ocorrida em agosto, o processo de votação para essa matéria seria regido pela referida Resolução e que passaria a ser pelo processo simbólico. O Presidente respondeu que a matéria seria apreciada após os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei. **Item 06-Projeto de Lei nº 50/2003-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 98.007.454,00 (noventa e oito milhões, sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Foram apresentadas 08 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Senador Roberto Saturnino leu o voto constante do Relatório. A seguir, o Presidente declarou inadmitidas as emendas elencadas pelo relator, conforme o estabelecido no *art. 8º, alínea “o” do Regulamento Interno da Comissão*. Os Deputados Ricardo Barros e Virgílio Guimarães e o Senador Amir Lando discutiram a matéria. O Deputado Claudio Cajado manifestou-se contra. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, ressalvado o destaque, o Parecer do relator foi **aprovado contra** o voto do Deputado Claudio Cajado na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Foi apresentado 01 destaque, de autoria do Deputado Ricardo Barros, à emenda nº 04, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra. Em votação, o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Ricardo Barros e Claudio Cajado. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, tendo em vista o estabelecido no *§1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Deputado Pauderney Avelino usou da palavra para tecer considerações sobre a atuação do Poder Executivo quanto à execução orçamentária e financeira, enfatizando o Projeto de Lei nº 42/2003-CN. Tendo sido encerrada a apreciação de Relatórios aos Projetos de Lei de créditos adicionais, o Presidente passou à apreciação do Relatório solicitado pelo Deputado Wellington Roberto. PAUTA Nº 34: **Item 05-Aviso nº 040/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 790, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de Auditoria realizado nas obras relativas ao programa de trabalho - Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias - No Estado de Mato Grosso (TC 005.443/2003-7)”. Relator: Deputado Wellington Roberto. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução dos recursos inscritos em restos a pagar no Orçamento de 2002 e pela suspensão da execução dos recursos consignados no Orçamento de 2003, na forma dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. O relator fez a apresentação. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Deputado Humberto Michiles solicitou a apreciação dos itens 02 e 07 da Pauta e foi atendido pelo Presidente. **Item 02-Aviso nº 003/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 168, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a representação formulada pela Secex/AM, sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os Km 606 e 640, objeto do Convênio celebrado entre a Prefeitura de Humaitá/AM e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (TC Nº 007.330/1999-5)”. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Voto: Pela manutenção da vedação. O relator fez a apresentação do Parecer. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 07-Aviso nº 067/2003-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1.021, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre o levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos

[illegible]

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro suspensa a reunião.

Convoco audiência pública para amanhã, às 14h30min, com os Diretores da PETROBRAS. A seguir haverá continuidade dessa reunião para discutir os projetos de leis pendentes e constantes da pauta.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35.

Há número regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apreciação da ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 4 e 6 de novembro de 2003.

Havendo a concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada.

Passaremos à Ordem do Dia.

Pauta nº 34, item 1: Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34/2003-CN, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), para fins que especifica"*.

O Relator é o Deputado João Magno, que deu voto favorável aos termos do projeto.

Solicito ao Senador Amir Lando que faça a leitura do relatório.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Trata-se do Projeto de Lei nº 34, de 2003, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 17 milhões para os fins que especifica.

Sr. Presidente, a Comissão, por meio do Colegiado de Líderes, discutiu longamente o assunto, debate que se prolonga por 3 ou 4 sessões.

O voto é favorável, rejeitadas todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer está em discussão.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, para eu me situar bem, a discussão é sobre o Projeto de Lei nº 34, não é isso? E o parecer foi pela aprovação.

Sr. Presidente, já me posicionei diversas vezes na Comissão a respeito desse assunto. Até apresentei minhas dúvidas à Comissão de Orçamento, e V.Exa. encaminhou-as ao Relator. Naturalmente, o Relator teve o máximo de boa vontade, mas lamentavelmente, não sei se por falta de tempo, as informações que me chegaram deixaram-me ainda em dúvida. Minha posição neste momento permanece igual à do dia anterior, exatamente quando houve a reunião de Liderança. Então, em nome do PFL, encaminho o voto contrário à abertura do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua a discussão do relatório.

Com a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, esse projeto mereceu, por parte da Liderança dos partidos, na Comissão de Orçamento e no Colégio de Líderes, uma discussão profunda. E pairou sobre ele uma dúvida levantada pelo colega Machado no que diz respeito ao processo de avaliação do imóvel, bem como quanto à sua localização. O imóvel fica um pouco distante, o que não permite facilidade de acesso ao público a ser atendido.

Da nossa parte, num primeiro momento, estávamos dispostos a não votar esse projeto, mesmo porque nós já tivemos um episódio lamentável na história deste País, que envolveu um tribunal de São Paulo. E para comprar esse imóvel precisamos abrir um crédito no valor de R\$ 17 milhões. Certamente a construção desse imóvel também não vai

ficar barata. Se considerarmos o preço que costumeiramente se pratica, talvez isso possa representar 20% ou 30% do valor da obra concluída.

A par disso, Sr. Presidente, nós vamos votar o projeto. Não vamos obstruir a votação, no entendimento de que devem ser levadas em conta as considerações que foram apresentadas pelos técnicos do Tribunal à Comissão de Orçamento. Nosso voto continua sendo contra esse processo, mas não vamos pedir verificação de *quorum*. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, apenas para esclarecer que o Deputado João Magno, o Relator do projeto, não pôde estar aqui no momento, mas já nos passou os dados e reforçou a idéia da aprovação. Portanto, o PT vai seguir o Relator e o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, esse assunto já foi por demais discutido, e em boa hora o Deputado Machado apresentou um requerimento de informações mais detalhadas etc., mas foi também esclarecido que apenas se abre o crédito; isso não significa que o valor do terreno terá de ser R\$ 17 milhões. Essa é uma responsabilidade do Tribunal, e não nossa; a nossa é a de aprovar ou não o crédito. Se ele vai ser bem gasto ou não é problema do Tribunal.

Então, em razão disso, o PP encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, também sou contra a abertura do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos nobres Deputados Machado, Claudio Cajado, Anivaldo Vale e Alberto Goldman.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos agora à Pauta nº 35.

Como foi combinado na reunião dos Srs. Líderes, os avisos não serão objeto de votação ainda nessa reunião.

Pauta nº 35, item 1: Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2003-CN, que "*Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00, para os fins que especifica*".

O Relator é o Deputado Júlio Cesar. Não foram apresentadas emendas. O voto é pelo desmembramento do projeto, na forma dos 2 projetos apresentados.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a demora na tramitação desse projeto de lei deu-se em função da vinda a esta Comissão de uma autoridade da PETROBRAS para prestar esclarecimentos relativos a expressivos cancelamentos, por parte da empresa, de investimentos ocorridos em nosso País. Os investimentos que seriam feitos aqui foram cancelados e feitos no exterior.

O diretor da PETROBRAS, que acabou de fazer sua explanação, já prestou esclarecimentos, embora não convincentes, sobre o assunto. Pela exigüidade do tempo, uma vez que esse projeto de lei chegou aqui no mês de junho, nós apresentamos o relatório por ocasião do término do prazo concedido para a sua elaboração e confirmamos o voto dado. Então, em função disso, votamos favoravelmente ao projeto, conforme a proposta do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero aqui fazer uma homenagem ao Deputado Júlio Cesar, que soube avaliar a importância desse projeto de lei.

Particularmente, não tenho como votar favoravelmente a ele, e já expus minhas razões ao Deputado Júlio Cesar, companheiro de partido. Não tenho como votar “sim”. Eu votarei contra esse projeto pelo fato de que o Governo Federal não está honrando nem executando o Orçamento das empresas de energia elétrica subsidiárias da ELETROBRÁS no meu Estado e no Estado de V.Exa.

Sr. Presidente, nesse Projeto de Lei nº 6 estão sendo cancelados R\$ 91 milhões que o Governo Federal deixou de executar, R\$ 180 milhões da Manaus Energia e R\$ 140 milhões da Companhia Energética do Amazonas. Não posso deixar isso passar em branco. A Ministra de Minas e Energia assumiu o compromisso de executar R\$ 30 milhões, R\$ 15 milhões em cada uma das empresas, até o final do ano. Oxalá isso aconteça! Nossos conterrâneos, nossos eleitores, a população em geral não pode mais continuar sofrendo com a falta de energia em Manaus e principalmente no interior do Estado do Amazonas.

Portanto, votaremos contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de prosseguir a discussão, quero informar ao Plenário, especialmente aos Srs. Senadores, o seguinte: o Deputado Jorge Bittar comunicou oficialmente que conversou com o Presidente da Câmara e S.Exa. concordou em assinar a resolução que vai permitir as 3 emendas a mais por bancada. Assim, espero que seja modificada a posição dos Senadores na terça-feira. Quanto ao prazo para apresentação das emendas, em face disso e também dos problemas do PRODASEN, vamos prorrogá-lo até a meia-noite de quarta-feira.

Vamos continuar a discussão.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, os Senadores, como é do conhecimento de todos, vêm pleiteando do Congresso e da Comissão Mista de Orçamento autorização para as bancadas de maior número de Parlamentares — acima de 18 Parlamentares — indicarem 3 emendas de caráter estruturante. Acordo com essa finalidade já foi várias vezes construído, acordo entre Líderes, envolvendo personalidades políticas relevantes. Mas por mais de 4 vezes sucessivas a resolução nesse sentido não foi encaminhada à votação do Congresso, conforme o acordo. Ainda ontem, e ao longo da semana passada, os Senadores estiveram dispostos a pedir verificação de *quorum* e impedir a votação do Orçamento da União ou de qualquer outro crédito nesta Comissão de Orçamento. Eles querem deixar muito claro que sua reivindicação é extremamente modesta. Não estamos pautados em qualquer forma de arrogância ou autoritarismo, ao contrário; entendemos, porém, que a subestimação do nosso esforço e da nossa palavra não é atitude democrática nem construtiva. Várias vezes os compromissos não foram cumpridos.

Quero sugerir, Sr. Presidente, não apenas no meu nome, mas no dos Senadores aqui presentes, que uma decisão seja tomada agora pelo Presidente da Câmara. Essa decisão — já consultei alguns companheiros, Deputados Federais inclusive — poderia ser rápida. Tomada essa decisão, voltaria a ter consistência a palavra dada, e voltaríamos aqui para cumprir os cronogramas que o Brasil precisa ver cumpridos. Todavia, negamo-nos a votar agora qualquer matéria antes de uma explícita e concreta manifestação do Sr. Presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ouvi com atenção as observações do Senador Sérgio Guerra, falando em nome do conjunto de Senadores. Recebi com surpresa, hoje, a informação de que a mudança na Resolução nº 1 do Congresso Nacional, objeto de amplo e longo processo de discussão no interior da Comissão, envolvendo Lideranças da Câmara e do Senado, não havia ainda sido homologada pela Mesa da Câmara e portanto não pode ser votada na sessão do Congresso marcada para as 12h. A partir dessa notícia, dirigi-me ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado João Paulo Cunha, com quem mantive longa conversa, e pude esclarecer-lhe os termos da proposição que deverá ser votada pelo Congresso Nacional. Mostrei de que forma o processo de discussão evoluiu nesta Casa por um longo período. Manifestei minha preocupação com relação ao cronograma, já extremamente apertado para a votação do Orçamento este ano, e dispus-me a dialogar com a Mesa da Câmara, porque o

Deputado João Paulo Cunha disse que havia membros da Mesa que não se opunham frontalmente à resolução, mas tinham dúvidas sobre a natureza da proposição e suas conseqüências para o processo orçamentário brasileiro.

O Deputado João Paulo Cunha dispôs-se a convocar nova reunião da Mesa da Câmara dos Deputados com o objetivo de apreciar a matéria, porque houve pedido de vista em relação a ela por parte de integrantes da Mesa. Assim, propus ao Presidente, e S.Exa. acolheu, a prorrogação do prazo limite para apresentação de emendas, com o objetivo de que neste período, até quarta-feira da semana que vem, possamos submeter o processo à Mesa da Câmara, para que, portanto, a matéria possa ser apreciada também no plenário do Congresso Nacional. E, acreditando que o processo esteja bem encaminhado, apelo para os Srs. Senadores e Deputados no sentido de que continuemos a examinar as matérias nesta Comissão, porque elas terão de ser apreciadas também na sessão do Congresso Nacional que deverá ser realizada na terça-feira da semana que vem, a fim de que possamos pôr um ponto final nesta etapa de entendimentos e progredir na apreciação da peça orçamentária.

De minha parte, na condição de Relator, falando em nome de grande conjunto de Parlamentares, não só do meu partido, mas desta Comissão, que participaram de todo o processo de discussão, declaro que os entendimentos estão absolutamente de pé, foram mantidos, e estamos empenhados no sentido de que a Mesa da Câmara acolha a proposta de resolução com a máxima rapidez possível.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço a palavra pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Questão de ordem ou pela ordem?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa. tem prioridade, pela idade.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado. Então, os mais novos primeiro.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a peroração do Deputado Jorge Bittar e do Senador Sérgio Guerra. Está havendo um certo equívoco e falta de esclarecimento por parte dos membros da Mesa da Câmara. Nesse sentido, esclareço aos Parlamentares, aos Deputados e aos Senadores, alguns aspectos sobre a proposta apresentada para modificar a Resolução nº 1, o Regimento Comum. A resolução vai manter o *status quo* e acrescentar 3 emendas de bancada para todas as bancadas, as pequenas e as grandes. A aprovação das emendas dependerá do voto de 2/3 dos Senadores e 2/3 dos Deputados. Os Senadores cujas bancadas tenham acima de 18 Parlamentares terão a iniciativa de apresentar as 3 emendas — a bancada do Estado —, que serão aprovadas por 2/3 dos Deputados e 2/3 dos Senadores. Tal ponto já era consenso de todas as Lideranças. Mesmo que considerem ruim, mesmo que torçam o bigode ou a barba, os Deputados e Senadores do PT que estavam resistentes, os demais Deputados e eventualmente algum Senador da base do Governo, todos já tinham acordado em relação a isso.

Fomos pegos de surpresa, porque a convocação da reunião do Congresso Nacional para hoje era especificamente para votar a resolução e também corrigir o Crédito nº 56.

Ora, Sr. Presidente, digo, com toda a clareza e sinceridade, que deve haver um desconhecimento por parte dos integrantes da Mesa da Câmara, porque a resolução não agride a Câmara dos Deputados. Ao contrário; nas bancadas maiores, os Parlamentares, que antes tinham que trazer para o concerto da bancada um número menor do que está sendo proposto — 3 emendas —, agora terão de 18 a 23 emendas, sendo 3 para os Senadores das bancadas acima de 18 Parlamentares, e os Deputados indicarão o restante. Ora, em relação à Câmara dos Deputados e ao Senado, nós cuidamos da questão para que não houvesse confronto, para que não houvesse perdedor nem ganhador. A saída que a resolução permite é salomônica e atende tanto à Câmara quanto ao Senado.

Assim, acato a propositura do Deputado Jorge Bittar. Há, repito, um certo desconhecimento por parte da Mesa da Câmara, e poderíamos esclarecer seus integrantes; poderíamos fazer uma reunião, seja na sala do Vice-Presidente, seja na Sala de Reuniões da Mesa, para que pudéssemos dar fim ao mal-estar que está sendo gerado entre as 2 Casas do Congresso Nacional.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, ouvi com atenção a fala do Deputado Jorge Bittar. S.Exa. participou, como eu, de uma reunião ontem na Casa Civil, em que Líderes da Câmara e do Senado chegaram a um entendimento em torno da resolução, que não diminui em absolutamente nada a Câmara dos Deputados, e dá a oportunidade de que, nas bancadas maiores, de forma compreensível, os Senadores indiquem para apreciação da bancada emendas estruturantes em seus Estados. Há uma resolução em vigor, no sentido de que quaisquer emendas de bancada somente serão aceitas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se vierem respaldadas por 2/3 terços dos Parlamentares da Câmara e do Senado.

Havia hoje, no Senado, uma certa indignação da parte dos Srs. Senadores. Foi cogitado até que os Senadores desistiriam definitivamente das emendas de bancada e não aporiam suas assinaturas ao documento, de modo que não haveria emendas de bancada.

Tenho feito gestões, até com desgaste pessoal, sem qualquer interesse particular, porque faço parte de uma bancada de apenas 11 Parlamentares, que, portanto, tem apenas a elevação do número de emendas, sem que caiba a qualquer dos Senadores dessas bancadas a indicação sequer das emendas que vão ser apresentadas. Elas terão de ser fruto do consenso. As emendas não devem ser divididas, fracionadas, embora aqui as tenhamos denominado de "rachadinhas". Seriam emendas estruturantes, capazes de alavancar o desenvolvimento dos Estados.

Fico pasmo, Sr. Presidente, quando verifico que sobre um acordo de Líderes desta Casa, de Líderes do Senado, respaldado pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ainda paire dúvida sobre de que forma devemos proceder. E é por isto: tantas e tantas vezes vi nesta Casa a aprovação de negociações que fizemos seguidamente. Os Líderes diziam: "*É o Líder do PFL*". Fomos ao Deputado José Carlos Aleluia, que nos disse: "*Não, não há nenhuma objeção da parte do PFL*". Então diziam: "*É o Líder do PSDB*". Fomos, com o companheiro Sérgio Guerra, conversar com o Deputado Alberto Goldman. Não havia obstáculos. E cada vez que nós achamos que há determinado entendimento, ele não se verifica. É por isso, Srs. Deputados, que lamentavelmente se constrói, dentro de diferença dessa natureza, o conflito entre Casas que devem trabalhar pelo interesse do Brasil.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está parada. Não haverá progresso nas negociações e nas votações da Comissão enquanto não ficar definitivamente resolvida essa questão. Seria muito mais digno que se dissesse "*a Mesa da Câmara vota contra*" do que "*a Mesa da Câmara adia a votação*", quando se sabe que dentro de 2 dias se esgota o prazo para apresentação de emendas.

Seria importante ouvir as bancadas de cada Estado. Estive agora com vários Deputados do meu Estado. Houve já um entendimento relativo ao acréscimo das 3 emendas discutidas entre as bancadas. E agora nós estamos diante de uma situação de conflito, porque essas emendas não existem. Consultem as bancadas dos Deputados de cada Estado e anotem suas posições. Tenho certeza absoluta de que os Deputados de cada uma das bancadas vão pronunciar-se favoravelmente, enquanto a Mesa da Câmara reluta em assinar decisão que vem do consenso das Lideranças da Câmara e do Senado.

Era isso que eu tinha a informar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, estranho este tipo de discussão da matéria aqui, para mudar um projeto de resolução. Não é matéria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Não é competência desta Comissão discutir, nem votar, nem dar parecer sobre o tema, que absolutamente nada tem a ver com a Comissão de Orçamento. Essa matéria é do Plenário do Congresso Nacional, a ser resolvida, evidentemente, na negociação política entre as Lideranças dos diversos partidos da Câmara e do Senado.

Há uma forma muito fácil de resolver a questão: apreciar o projeto de resolução, que existe e está em andamento, no Congresso Nacional, a quem compete a análise da matéria. Lá o projeto deve ser discutido, votado, aprovado ou rejeitado, conforme o processo democrático normal. Esse procedimento nada tem a ver com esta Comissão.

Vejam bem, falo apenas do ponto de vista formal, da formalidade. Do ponto de vista político, há o seguinte problema, que se expressa, que pode manifestar-se em qualquer Comissão, em qualquer lugar de ambas as Casas, mas ocorre com mais força nesta Comissão: a obstrução. Os Srs. Senadores estão obstruindo a votação. É um direito deles. É um direito de quem quer que seja obstruir. Se houver número, a matéria é votada; se não houver número, não é. Também nesta Casa, nesta Comissão, a obstrução é um instrumento. Mas quando há a presença, o *quorum* normal de Deputados e Senadores, também se vota; quem ganha ganha, quem perde perde. Isso em relação aos PLs, que são competência desta Comissão. Mas o projeto de resolução, Sr. Presidente, não é matéria desta Comissão.

Vamos dar andamento aos trabalhos normais. Se os Senadores julgarem que neste momento eles não devem caminhar e quiserem fazer obstrução, é um direito de S.Exas. Mas vamos dar andamento ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, não se discute a competência da Comissão. Buscamos, numa atitude democrática, discutir com a Comissão para encontrar um caminho no sentido de que os Senadores e Deputados tenham efetiva e proporcional participação na apresentação de emendas ao Orçamento, levando em conta a desproporcionalidade existente entre Câmara e Senado. A proporção entre Câmara e Senado é de mais de 6 Deputados para 1 Senador. Naturalmente, nos grandes Estados, essa proporção causa dificuldades aos Deputados Estaduais, que têm tanta importância e tanta responsabilidade quanto os Deputados Federais. Por isso, discutiu-se e chegou-se a um consenso. A proposta de alteração da resolução foi então apresentada às Mesas do Senado e da Câmara. A Mesa do Senado aprovou-a integralmente logo que apresentada; a Mesa da Câmara alegou, na primeira reunião, que não havia tido conhecimento do texto. Na reunião de ontem pediu vistas, e em consequência não foi votada a resolução.

Agora o Relator, o Deputado Jorge Bittar, manteve um entendimento com o Presidente da Câmara para tentar dirimir essa questão. Segundo S.Exa., o Presidente da Câmara comprometeu-se a reunir a Mesa da Casa para votar e aprovar a resolução na próxima reunião do Congresso Nacional, na próxima terça-feira. Em face disso, o prazo de emenda que estava correndo será prorrogado até meia-noite de quarta-feira. Acredito que o impasse será superado e não haverá maiores problemas. Diante disso, solicito aos meus colegas Senadores que meditem um pouco sobre a questão. Como temos vários PLs em discussão, vamos votá-los.

Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, quero dizer aos membros desta Comissão que, no meu entender, os Senadores estão cobertos de razão. Isso foi acordado e acertado, e tem de ser cumprido. Trata-se de uma questão de consenso. Quero esclarecer à imprensa aqui presente e ao telespectador que nos acompanha pela *TV Câmara* e pela *TV Senado* o seguinte: neste País, muitas pessoas julgam ser absurdo um Deputado fazer uma emenda parlamentar ao Orçamento. Quero dizer que muitas dessas estradas, dessas rodovias, desses portos, muito do que se está construindo no Brasil se deve às emendas dos Parlamentares da Câmara e do Senado. O conserto de estradas, por exemplo, é oriundo de emendas nossas.

Tenho uma proposição a fazer aos Senadores. O Deputado Jorge Bittar está comprometendo-se a sair daqui agora com um grupo de Líderes — pelo meu partido, o PL, comprometo-me a acompanhá-lo — e resolvermos essa questão com o Presidente João Paulo, e a Comissão continuaria trabalhando. Voltaríamos imediatamente para cá e resolveríamos essa questão de uma hora para outra. É a nossa proposição. Eu gostaria de que o ilustre Senador Sérgio Guerra concordasse em dar-nos meia hora, e a Comissão continua trabalhando.

O SR. SENADOR LEONEL PAVAN - V.Exa. está coberto de razão na questão do direito tanto dos Senadores quanto dos Deputados Federais. Temos tido inúmeras surpresas aqui, porque se combina algo que depois não se cumpre. Não podemos, em hipótese alguma,

correr o risco de sair daqui para falar com o Presidente da Câmara e de repente a Comissão proceder à votação. Então, peço ao Presidente que suspenda a sessão por 20 minutos para que uma comissão formada por Deputados Federais e Senadores se dirija até o gabinete do Presidente da Câmara, a fim de resolver essa questão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Meu caro Senador Leonel Pavan, continuando o seu raciocínio, nós temos aqui em torno de 10 PLs para votar. O que pode acontecer é a votação de 1 ou 2 PLs, o que não vai matar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de deixar a palavra do Governo, que não se opõe a essas modificações que serão introduzidas na Resolução nº 1, art. 25, alíneas e incisos. É importante dizer que isso é consenso no Governo, que quanto a isso está absolutamente unificado. Não há o que questionar. O Governo não descumpriu coisa alguma. O procedimento dessa modificação passa pela Mesa da Câmara, que está apreciando o assunto; não opôs veto nem embargo definitivo, está apenas no processo de análise e julgamento, e deverá concluí-lo até a próxima reunião.

Entendo que a Comissão dirigir-se — com ou sem a minha presença, mas com a presença das Lideranças — imediatamente à Mesa da Câmara, para tentar dar-lhe um cenário da situação crítica em que se encontra a Comissão de Orçamento, é urgente. Concordo plenamente com essa proposta. Em nome do entendimento, apelo para os Srs. Congressistas no sentido de que tenham bom senso. É claro que quero ouvir a opinião da maioria.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, quero dizer apenas 4 palavras. Os Senadores não desejam contradições nem confrontos com os Deputados Federais e suas bancadas ou a Mesa da Câmara dos Deputados. Como já é de conhecimento de todos, essa questão não foi resolvida nem tem sido tratada. Desejamos uma solução, seja qual for, mas que se dê de acordo com as normas legais da Casa. Segundo, é impossível manter a situação como está, até porque as bancadas estão reunindo-se para definir um número de emendas, se são mais 3 ou menos 3; muitas bancadas já se definiram por mais 3, outras ainda não, mas o fato é que há um impasse concreto.

Quanto ao que disse o Deputado Alberto Goldman, do ponto de vista formal esse assunto pode não ser matéria desta Comissão, mas do ponto de vista real é impossível haver outra matéria que seja mais desta Comissão do que essa, tanto que a Resolução nº 1, da qual fui Relator, foi discutida aqui exaustivamente. Esta Comissão é a principal responsável pelo encaminhamento das emendas e pelo parecer sobre a sua qualidade.

Dessa forma, Sr. Presidente, consideramos a proposição de suspender agora a reunião para um entendimento com o Presidente da Câmara, para que S.Exa. tenha consciência dos fatos que preside, absolutamente necessária e indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esta sessão já está ocorrendo no mesmo período da Ordem do Dia da Câmara. Em face disso, suspendemos a reunião para que uma comissão constituída de Senadores e Deputados vá ao Presidente da Câmara para proceder a essa discussão. Os Senadores indicariam 3 ou 4 e os Deputados outros 4.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, os Líderes já estão indicados pelos seus partidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Os Líderes partidários deverão ir à Câmara para buscar esse entendimento.

Começou a Ordem do Dia.

Fica convocada reunião para amanhã, às 10h da manhã, para continuarmos a discussão da matéria.

Está encerrada a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 23ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35, de 2003.

Já foi feita a nomeação dos Relatores setoriais. A composição é a seguinte: Poderes de Estado e Representação, Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais; Justiça e Defesa, Senador João Ribeiro, do PFL de Tocantins; Fazenda e Desenvolvimento, Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais; Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Deputado Humberto Michiles, do PL do Amazonas; Infra-Estrutura, Deputado José Borba, do PMDB do Paraná; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB de Minas Gerais; Saúde, Senador Fernando Bezerra, do PTB do Rio Grande do Norte, por indicação do PT; Trabalho, Previdência e Assistência Social, Deputado Roberto Balestra, do PP de Goiás; Integração Nacional e Meio Ambiente, Deputado Júlio Cesar, do PFL do Piauí; Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Deputado José Carlos Elias, do PTB do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, faço uma comunicação informal. Estou assumindo a Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Comissão Mista. Naturalmente, haverá um rito, tanto para formalizar a indicação quanto para os nossos Líderes, Deputados Tião Viana e Nelson Pellegrino, comunicarem à Comissão.

Contudo, a partir desta reunião — e no momento adequado farei a comunicação formal —, o nosso Líder, Deputado Carlito Merss, estará se dedicando a outras atividades no partido, assumindo outras funções. S.Exa. pediu-me que o substituísse interinamente durante esses dias, até que houvesse definição formal a respeito do assunto. Portanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro, para não passar a impressão de que o nosso partido está de alguma maneira inadimplente com as reuniões ou deixando de contar com a sua Liderança.

Farei, oportunamente, referência mais completa a respeito do nosso Líder, Deputado Carlito Merss, mas não posso deixar de acentuar o trabalho que S.Exa. realizou aqui — e todos o acompanharam —, com dedicação, competência e fidelidade ao partido. Enfim, S.Exa. foi uma peça importante e continuará sendo, em qualquer função que assumir. S.Exa. tem missão importante em sua terra natal, Joinville, onde lidera todas as pesquisas para a Prefeitura local. Quem sabe não tenhamos condições de tê-lo entre nós com a intensidade que gostaríamos no ano que vem. Seguramente, segundo a nossa vontade, do PT e do povo de Joinville, com certeza, também não o teremos a partir de 2005.

Gostaria de agradecer muito ao Deputado Carlito Merss a indicação do meu nome e colocar-me à disposição de V.Exa., Sr. Presidente, e dos demais Líderes partidários para uma tentativa de substituir à altura o nosso Líder, Deputado Carlito Merss.

Creio que na semana que vem estará formalizada a substituição. Apenas para que não haja a aparência de vácuo, faço esse comunicado informal neste momento a V.Exa. e aos demais membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Virgílio Guimarães, a Mesa registra o comunicado de V.Exa. e aguarda que a indicação seja formalizada.

Solicito ao Deputado Pedro Chaves que faça a leitura do Expediente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Expediente.

Correspondência interna recebida:

Ofício nº 495, de 5 de novembro, do Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado José Janene, comunicando a decisão de solicitar à Comissão que faça constar no Projeto de Lei do Orçamento para 2004 a dotação orçamentária da Unidade Orçamentária nº 32.226-ANEEL.

Atas encaminhando a eleição dos coordenadores de bancada estadual:

1) Ata da bancada do Estado de Alagoas, que comunica a indicação do Deputado Benedito de Lira.

2) Ata da bancada do Estado de Rondônia, que mantém a coordenação do Deputado Confúcio Moura.

3) Ata da bancada do Estado de Goiás, que comunica a indicação do Deputado Jovair Arantes.

4) Ata da bancada gaúcha, que comunica a indicação do Deputado Mendes Ribeiro Filho.

5) Ata da bancada do Estado do Tocantins, que comunica a indicação do Senador Eduardo Siqueira Campos.

6) Ata da bancada do Estado Mato Grosso do Sul, que comunica a indicação do Deputado Antônio Carlos Biffi.

7) Ata da bancada do Estado de Roraima, que comunica a indicação do Deputado Alceste Almeida.

8) Ata da bancada do Estado do Rio de Janeiro, indicando os Deputados Luiz Sérgio e José Divino; e suplentes: Deputada Elaine Costa, Deputado Simão Sessim e Almir Moura como 1º, 2º e 3º suplentes respectivamente.

9) Ata da bancada do Estado do Espírito Santo, indicando o Senador Magno Malta.

10) Ata da bancada do Estado do Mato Grosso, indicando a Senadora Serys Slhessarenko.

11) Ata da bancada do Estado do Maranhão, indicando o Deputado Pedro Novais Coordenador e o Deputado Pedro Fernandes Coordenador Substituto.

12) Ata da bancada do Estado do Acre, indicando o Deputado Sibá Machado Coordenador e a Deputada Perpétua Almeida Coordenadora-Adjunta.

13) Ata da bancada do Estado da Paraíba, indicando o Deputado Wellington Roberto. Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 127, de 30 de outubro, do Deputado Wellington Roberto, justificando a ausência no dia 30 de outubro, tendo em vista participação em reunião do partido.

2) Ofício nº 227, de 31 de outubro, do Senador Romero Jucá, justificando ausência nos dias 14, 22, 28 e 29 de outubro.

- A ausência de 14 de outubro foi indeferida tendo em vista o disposto no art. 10 do Regulamento Interno da Comissão.

3) Ofício nº 193, de 6 de novembro, do Deputado Vignatti, justificando ausência no período de 24 de outubro a 3 de novembro, tendo em vista viagem em missão oficial.

Expedientes encaminhando indicação para relator setorial das Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2004:

1) Ofício nº 1.224, de 11 de novembro, do Líder do PTB, Deputado José Múcio Monteiro, indicando o Deputado José Carlos Elias, do PTB do Espírito Santo, relator setorial da Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

2) Ofício nº 1.731, de 11 de novembro, do Líder do PSDB, Deputado Jutahy Junior, indicando o Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB de Minas Gerais, relator setorial da Área Temática VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

3) Ofício nº 152, de 11 de novembro, do Líder do PT, Deputado Nelson Pellegrino, indicando o Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, relator setorial da Área Temática III - Fazenda e Desenvolvimento.

4) Ofício nº 1.013, de 12 de novembro, do Líder do PMDB, Deputado Eunício Oliveira, indicando o Deputado José Borba, do PMDB do Paraná, relator setorial da Área Temática V - Infra-Estrutura.

5) Ofício nº 1.382, de 12 de novembro, do Líder do PP, Deputado Pedro Henry, indicando o Deputado Roberto Balestra, do PP de Goiás, relator setorial.

Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o Período 2004/2007:

Ofício nº 1.688, de 6 de novembro, do Líder do PSDB, Deputado Jutahy Junior, indicando os Deputados Eduardo Gomes e Antonio Carlos Mendes Thame.

Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 492, de 4 de novembro, da Secretaria Coordenadora de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas, que presta informações sobre a situação do contrato entre Estado de Alagoas e a Construtora Gautama, em resposta ao Ofício nº 420, de 22 de outubro, desta Presidência.

Este expediente foi anexado ao Aviso nº 75/2003-CN, e cópia foi encaminhada ao Relator, Deputado Alexandre Cardoso, solicitante das informações.

2) Ofício nº 1.458, de 3 de novembro, da Prefeitura Municipal de Pirajuí, no Estado de São Paulo, referindo-se ao Projeto de Lei nº 32/2003-CN, destinado à aquisição de viaturas para patrulhamento escolar.

Avisos SGS/TCU, de 5 de novembro, encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União:

1) Aviso nº 2.810 (Acórdão nº 1.655/2003): auditoria realizada nas obras de construção e pavimentação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais.

2) Aviso nº 2.818 (Acórdão nº 1.658/2003): auditoria realizada nas obras do Projeto Beira-Rio, em Porto Velho, Rondônia.

3) Aviso nº 2.824 (Acórdão nº 1.657/2003): auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais em Santa Catarina.

Ordem do Dia

Pauta nº 34

Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes avisos:

Item 2

Aviso nº 3/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 168.

O item da Pauta nº 34 que já teve acordo foi votado ontem, de modo que devolvemos a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Muito obrigado, Deputado Pedro Chaves.

Passa-se à Ordem do Dia.

Pauta nº 35

Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos:

Item 1

Projeto de Lei nº 6/2003-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Júlio Cesar.

Não foram apresentadas emendas.

O relatório e o voto favorável foram apresentados ontem.

Em face da audiência realizada com o Diretor da PETROBRAS, o Relator alterou o relatório, votando favoravelmente, nos termos do projeto. Houve a discussão ontem, e agora haverá a votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Item 2

Projeto de Lei nº 36/2003-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 4.379.611,00 para os fins que especifica”.

Relator: Deputado João Magno.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.

Uma vez que o Deputado João Magno não está presente, solicito ao Deputado Virgílio Guimarães que leia o relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, já que o relatório foi distribuído com antecedência e todos têm conhecimento da matéria, farei a leitura do voto.

“Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2003, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu

detalhamento acha-se conforme as exigências legais e os princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 36, de 2003-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, novembro de 2003.

Deputado João Magno, Relator”.

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3

Projeto de Lei nº 37/2003-CN que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 598.042.465,00, para os fins que especifica”.

Relator, Deputado Carlito Merss.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.

O Relator se encontra ausente. Peço ao Deputado Leonardo Mattos que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Sr. Presidente, também ficarei restrito ao voto do Relator.

“Do exame do projeto, concluímos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000/2003, com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, entendemos pertinentes as alterações propostas por meio do projeto, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo.

No que se refere às Emendas de nºs 00001 a 00031, embora meritórias, a natureza das ações propostas (eletrificação rural) impossibilita o seu atendimento por meio de inclusão de projetos no programa de trabalho da PETROBRAS, empresa que, apesar de lançar-se no campo da geração de energia elétrica, não atua no ramo de distribuição.

Quanto à Emenda de nº 00032, entendemos que esta seja incompatível com o art. 21, inciso III, da Resolução nº 1, de 2001-CN, por ser constituída de várias ações, que deveriam ser objeto de emendas distintas. Portanto, somos pela sua inadmissibilidade

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 37, de 2003, como apresentado pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 00001 a 00031.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2003.

Deputado Carlito Merss, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório.

Declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4.

O Projeto de Lei nº 39/2003-CN ainda está em discussão, porque houve problema com a bancada do Paraná. Então, vou retirá-lo de pauta.

Item 5.

Projeto de Lei nº 47, de 2003, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

O Relator: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.

Vou pedir ao Deputado Claudio Cajado que leia o relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Faço a leitura:

"Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 47, de 2003, do Congresso Nacional, que 'Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.635.667.636,00 (dez bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente'.

Execução orçamentária até 24/10/2003

Dos recursos que financiarão essa suplementação, cerca de R\$ 3.906.420.144,00 (três bilhões, novecentos e seis milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e quatro reais) viriam do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, do exercício de 2002; cerca de R\$ 4.078.123.575,00 (quatro bilhões, setenta e oito milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais) do excesso de arrecadação, sendo R\$ 1.658.712.118,00 (1 bilhão, seiscentos e cinqüenta e oito milhões, setecentos e doze mil, cento e dezoito reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, R\$ 1.939.480.627,00 (1 bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e sete reais) das Contribuições Previdenciárias para o RGPS, R\$ 288.651.621,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e cinqüenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais) de recursos próprios financeiros e R\$ 191.279.209,00 (cento e noventa e um milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e nove reais) de recursos próprios não financeiros, e R\$ 2.651.123.917,00 (dois bilhões, seiscentos e cinqüenta e um milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e dezessete reais) viriam do cancelamento de recursos da Reserva de Contingência."

Foram oferecidas emendas.

"Voto do Relator.

A emenda apresentada pelo nobre Deputado Machado propõe que a ação 'Pagamentos de Auxílios - Nacional' seja financiada com outras fontes e que os recursos em questão sejam utilizados para aumentar o salário mínimo. A ação em questão, 'Pagamentos de Auxílios - Nacional', objetiva o pagamento dos benefícios previdenciários identificados como auxílios, tais como o auxílio doença e o auxílio reclusão. O aumento do salário mínimo acima do inicialmente previsto afetou o gasto com os referidos benefícios, devendo, portanto, ser recomposta a dotação da ação. Essa recomposição deve ser feita

com recursos da reserva de contingência, reservados para despesas com reajuste do salário mínimo. Sendo assim, resolvemos não acatar a emenda apresentada.

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO/2003), a percepção deste Relator é de que as programações pretendidas por este crédito suplementar não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Em consequência, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 47, de 2003, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório, sendo prejudicada a emenda indicada pelo Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, para início da discussão do relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame tem ainda dúvida sobre o relatório. Peço ao Presidente que essa matéria seja votada por último, a fim de que S.Exa. possa se manifestar. O Deputado chegará daqui a poucos minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, a solicitação de V.Exa. é procedente. No entanto, o relatório está assinado pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sei, mas S.Exa. disse que surgiu uma dúvida e pede apenas que o item em questão seja discutido por último. **O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - O problema é que este é o penúltimo PL.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É sobre o Item 5. Sou Relator do Aviso nº 40 e gostaria que V.Exa. o submetesse à apreciação do Plenário. Esse Aviso foi votado simbolicamente anteriormente.

Na verdade, peço a V.Exa. que aprecie a matéria, a fim de que seja ratificada aquela votação simbólica, porque a resolução já foi votada. Peço a V.Exa. que consulte o Plenário a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em primeiro lugar, vamos ler os avisos após a votação dos PLs. Em segundo lugar, vamos atender ao Deputado Ricardo Barros, suspendendo a discussão do PL nº 47, e passando a discutir sobre o último item, PL nº 50. Se o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame não chegar até lá, daremos início à votação.

Item 6.

Projeto de Lei nº 50, de 2003, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 98.007.454,00 (noventa e oito milhões, sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências*”.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que leia o relatório.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO -

“As emendas cujo objetivo é reverter os cancelamentos efetivados na proposta do Poder Executivo (Emendas nºs 3, 4 e 5), não há como serem acolhidas, tendo em conta que sua aprovação implicaria a inviabilização do crédito.(...)”

Em relação às demais emendas, não obstante reconhecermos os meritórios propósitos dos nobre autores, entendemos devam ser rejeitadas, tendo em vista que o seu acolhimento resultaria por desfigurar a programação dos órgãos beneficiários, bem como na perda de eficiência alocativa, em face da pulverização dos recursos orçamentários.

Voto do Relator

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido:

1) da aprovação do Projeto de Lei nº 50, de 2003, do Congresso Nacional, nos termos propostos pelo Poder Executivo, e conseqüente rejeição das emendas apresentadas, conforme consta do Anexo I a este Parecer;

2) de que esta Comissão, por economia processual, recomende ao Ministério do Planejamento a estrita observância das disposições constantes do art. 61, § 4º, da LDO/2003, com vistas a oferecer os elementos indispensáveis à apreciação dos créditos adicionais submetidos ao exame desta Casa.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório.

O voto é favorável, com rejeição das emendas. Portanto, declaro inadmitidas as emendas apontadas pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado e, depois, ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o PL nº 50 trata de várias ações dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

O Ministério de Minas e Energia pretende pagar a concessão de auxílio-transporte a servidores e empregados, assim como proteção ambiental etc. Isso é extremamente justo.

Em relação ao Ministério das Comunicações, de igual forma, pagamento de passagens e diárias para o deslocamento de técnicos. Mas esperamos que não sejam deslocamentos a exemplo do que tem ocorrido com alguns titulares de Ministérios do Governo do Presidente Lula, que viajam com fins não inerentes à função que ocupam. Entretanto, vamos conceder o crédito, uma vez que aguardamos a resposta do Governo Federal, especificamente de alguns Ministérios, ao questionamento de alguns Parlamentares sobre quais os trechos e quais os objetivos das viagens feitas Brasil afora por seus funcionários.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 50 propõe o pagamento de assistência médica, auxílio transporte e administrativo. O objetivo final da proposta é bastante justo, mas os recursos da CIDE devem ser aplicados nas estradas federais que são motivo de dissabor para o povo brasileiro, aumentam o Custo Brasil, prejudicam sensivelmente o setor de transporte do País e causam inúmeras mortes.

É absurdo que a CIDE seja aplicada no pagamento de assistência médica, auxílio transporte e administrativo. Não se pode contemplar um objetivo nobre, como o de dar assistência médica aos funcionários, com recursos que não podem ser utilizados com finalidade distinta da de dar manutenção às estradas do País. Se continuarmos aceitando esse tipo de procedimento do Governo de atender a causas nobres com meios inadmissíveis, nunca teremos eficácia na legislação.

Sr. Presidente, voto contra o projeto em função desses procedimentos, ainda que haja justiça na apresentação do pleito. Não se pode utilizar a CIDE para outros fins, mesmo

que em benefícios de funcionários e da proteção ambiental. Isso, Sr. Presidente, lastimavelmente este Parlamentar não pode aceitar. Daí porque me manifesto contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, esse projeto cancela recursos da rodovia Goioerê—Iporã, importante região do Estado do Paraná. O Deputado Eduardo Sciarra elaborou emenda que propõe a recolocação desses recursos da rodovia, e estou apresentando o Destaque nº 1 no mesmo sentido.

Entendemos as dificuldades apresentadas, e até entendidas pelo Senador Jonas Pinheiro e pelo Governo, mas o Paraná não pode abrir mão desses recursos. Então, estou apresentando destaque para reposição dos recursos da ordem de 1,2 milhão de reais, que se referem a esse trecho rodoviário da BR-272, no Estado do Paraná.

Gostaria que o Relator repusesse esses recursos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Lembro ao Deputado Ricardo Barros o crédito suplementar já votado neste final de ano. Reconheço a diligência de S.Exa. em defesa do Estado que tão bem representa aqui, mas se trata de viabilidade de execução.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. alguns minutos para tentar fazer um acordo com o Deputado Ricardo Barros. Se S.Exa. concordar, poderemos chegar a um ponto ou outro de entendimento, a fim de que não haja obstáculo à continuação de nossa reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não tenho nada contra. Quero apenas registrar que o Líder do PMDB na Comissão, Deputado José Borba, também apresentou emenda nesse sentido. Portanto, temos duas emendas propondo a reposição dos recursos da BR-272, uma do Deputado Eduardo Sciarra, do PFL, e outra do Deputado José Borba, Líder do PMDB. Isso demonstra a importância da discussão. Se o Deputado Virgílio concordar, podemos discutir uma solução para o problema, enquanto os outros itens estão sendo votados.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Quero lembrar a este Plenário, especialmente ao Deputado Ricardo Barros, que discutimos essa matéria no Colégio de Líderes e houve um acordo que devemos honrar neste momento. É claro que não sou contra a reabertura da discussão, mas será muito difícil se a cada momento reabirmos discussão sobre matérias previamente decididas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apenas a discussão e aceitação do destaque do Deputado Ricardo Barros.

Emenda nº 04, do Deputado Eduardo Sciarra, e Destaque nº 1, do Deputado Ricardo Barros.

Como o Relator não está presente, peço ao Relator *ad hoc*, Senador Roberto Saturnino, que se manifeste sobre a matéria.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, pelo relatório do Senador Jonas Pinheiro, tenho de me manifestar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto do Relator é contrário ao destaque.

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu votei contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O destaque tem o parecer contrário do Relator.

Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, inicialmente devo dizer a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Houve um erro da Mesa. Só o autor do destaque e o Relator da matéria poderão usar a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Exatamente. Quero apenas dizer que está presente o Deputado Ricardo Barros, autor de um destaque. Os demais ficam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação na Câmara dos Deputados o destaque, com parecer contrário do Relator.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*.

Rejeitado, contra os votos do Deputado Claudio Cajado e Ricardo Barros.

A matéria não vai ao Senado Federal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, votei contra o PL nº 50.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto contrário de V.Exa. foi registrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O voto não foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Claudio Cajado, fica registrado em ata o voto contrário de V.Exa., como proposto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Votei contra em função da utilização da CIDE para fins alheios à manutenção de estradas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como está presente o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, vamos voltar ao Item 5.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, os partidos de oposição, em especial PFL e PSDB, têm dado seguidas demonstrações de boa vontade. Todos querem ver o Governo executando o Orçamento da União, saindo dessa letargia, enxugando os recursos orçamentários e fazendo superávit primário. Ajudamos nesse sentido, mas não podemos permitir que nossa boa vontade seja entendida de outra forma.

Nesta Comissão e no plenário do Congresso Nacional temos feito sugestões e questionamentos a respeito do cancelamento de dotações orçamentárias e conseqüente recomposição orçamentária por meio de créditos suplementares e créditos especiais.

O Governo tem se comprometido com as bancadas de alguns Estados e não tem cumprido essa recomposição orçamentária e financeira.

A nossa boa vontade tem limite. Não podemos continuar aceitando que acordos sejam descumpridos. Não podemos continuar aceitando ações como a do PL nº 42, que retira recursos e desequilibra o valor *per capita* do SUS para todo o Brasil, que havíamos conseguido equilibrar. Não podemos permitir que esse tipo de ação predatória continue acontecendo em detrimento do bem-estar da sociedade e do que entendemos ser patrimônio da população brasileira.

Queremos uma resposta à altura da ação que estamos empreendendo em favor do Brasil, não em favor do Governo. Não podemos, por exemplo, permitir o remanejamento de recursos, desequilibrando o SUS, como propõe o PL nº 42, e que se retire 63 milhões de reais do atendimento básico ambulatorial do Amazonas; 120 milhões do Pará; 37 milhões da Bahia, e mais de 20 milhões do Maranhão, Estados menos desenvolvidos, e que esses recursos sejam transferidos para os mais desenvolvidos.

Na Bahia e em outros Estados ditos periféricos, temos procedimentos de média e alta complexidade, não apenas atendimento ambulatorial. Precisamos da equalização do SUS, da execução orçamentária, não desse desmando que o Governo vem realizando nessa ação do Ministério da Saúde.

No ano passado, a Comissão de Orçamento fez constar a equalização do SUS para todo o País. O Governo não executou a Lei Orçamentária. Agora, por meio do PL nº 42, causará completo desequilíbrio, remanejando esses recursos para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tirando desses Estados que citei, dos mais pobres da Federação. Remaneja recursos até do pequeno Estado de Roraima, além dos Estados do Amapá, Acre e Rondônia, para levar para as Unidades mais ricas da Federação.

Portanto, registro o meu protesto. Não se trata de ameaça, mas de um aviso: precisamos continuar nesse clima de bom entendimento, mas que os acordos sejam cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O protesto de V.Exa. será registrado em ata.

Voltemos ao item 5.

Projeto de Lei nº 47, de 2003. Relator: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. O voto foi favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, não vamos ser um óbice à execução do orçamento da Seguridade Social. Portanto, o nosso parecer é favorável.

Quanto às outras pendências, os outros questionamentos, estamos em tratativa com o Senador Amir Lando, que tem dirigido as reuniões, procurando acordar a matéria da melhor forma possível. Se realmente acontecer algum fato superveniente, voltaremos a questionar o andamento do projeto específico, que é o de nº 49.

Quanto a este projeto, somos favoráveis. No entanto, é preciso mencionar situação que nos causou muita estranheza: o fato de já ter sido lido hoje uma cópia do meu relatório, com data 4 de novembro e com a minha assinatura. Entreguei o projeto em outubro, como havia um engano, nós o retiramos. O parecer estava aos meus cuidados. É estranho. Como a Comissão já tem, com data diferente, uma outra cópia com a minha assinatura? É muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado, repita, por favor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Estamos de acordo. Como houve um problema na primeira página do parecer, nós o retiramos a pedido da Assessoria. Não devolvi mais esse parecer. Estou surpreso, porque, com data de 4 de novembro, foi entregue uma cópia. Perguntei à minha Assessoria se havia entregue alguma cópia, e ela disse que não. A assinatura é minha. Gostaria que, posteriormente, para não atrasar a discussão, o fato fosse apurado com mais calma. Não quero atrasar a votação, porque estamos de acordo com a essência do projeto. Esse é um detalhe superveniente que quero deixar registrado, para que seja averiguado. Não afeta em nada a nossa disposição de colaborar para a aprovação da matéria, mas faço o registro e espero uma resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto é de extrema importância. Os aposentados estão aguardando o recebimento. Talvez esse crédito de 10 milhões de reais seja um dos maiores. E só foi apresentado à Comissão no dia 17 de outubro.

Para evitar esse incômodo para o funcionalismo, seria interessante que o Governo despendesse esforço no sentido de, com tempestividade e oportunidade, encaminhar o projeto à Comissão de Orçamento, como forma de evitar esses comprometimentos tão reclamados pela imprensa, pelo funcionalismo e por órgãos como a própria Polícia Federal, que esteve desestruturada, e o Itamaraty. E nosso Relator, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, ao se manifestar favorável ao atendimento desse projeto, demonstra que esses recursos precisam chegar o mais rapidamente possível para satisfazer as necessidades do funcionalismo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esclarecendo, o parecer foi entregue na Comissão pelo Gabinete do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, no dia 4 de novembro. Como havia sessão do Congresso Nacional e para o parecer havia requerimento de urgência e, por um equívoco, a data não veio preenchida, foi colocada a data de 4 de novembro para o requerimento, que coincide com a da entrega do projeto. Não houve nenhuma alteração no processo na Comissão.

O parecer é favorável.

Em discussão.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero apenas registrar o fato de que recentemente presenciamos, na mídia televisiva, escrita e radiofônica, o que ocorreu com os idosos em nosso País em função da atabalhoada decisão do Ministério da Previdência de promover o cadastramento dos aposentados e pensionistas com mais de 90 anos de idade. Vimos o sofrimento desses idosos e, principalmente, a atitude precipitada do Ministro da Previdência em não dar sequer prazo para que esses aposentados pudessem demonstrar que efetivamente estão vivos e, portanto, aptos ao recebimento de sua aposentadoria.

Vemos agora este projeto de lei que demonstra claramente que, dos recursos de 10 bilhões e 700 milhões de reais, quase 4 bilhões são oriundos do superávit financeiro, do balanço patrimonial da União, e mais 4 bilhões, de excesso de arrecadação. São quase 8 bilhões de recursos advindos de superávit e excesso de arrecadação.

Ora, Sr. Presidente, é uma incoerência que o Ministério promova superávit, excesso de arrecadação e tente elevar mais ainda esses excessos às custas dos idosos, que tiveram seus proventos suspensos, sem aviso, até o cadastramento.

Quer dizer, no momento em que a Comissão de Orçamento se depara com essa situação, reforça o estado de perplexidade do povo brasileiro em função dessa injusta atitude, que, diante de suas danosas consequências, foi revista. Ficamos ainda mais perplexos quando constatamos que quase 75% da suplementação advém do excesso de arrecadação e dos seus superávits.

Medidas como essa demonstram a falta de sensibilidade do Governo e que, muitas vezes, o que ele disse no passado não está praticando no presente.

De modo, Sr. Presidente, que quero deixar registrada a observação no sentido de que o Governo tenha mais paciência e atenção, principalmente ao tomar atitudes destemperadas e inoportunas, como fez recentemente em relação aos aposentados do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A ata registrará a observação de V.Exa.

A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem a queira discutir, vou colocá-la em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Esgotada a pauta, concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, a votação do Aviso nº 40, de 2003, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 790, de 2003 –TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras relativas ao programa de trabalho — Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias — no Estado de Mato Grosso”*, já havia ocorrido simbolicamente — Aviso nº 5. A matéria foi aprovada e agora volta ao Plenário.

Solicito a V.Exa. que submeta a matéria à apreciação novamente. Já votamos a resolução, e agora a votação vai ser novamente simbólica. Se V.Exa. quiser, posso ler o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como já consta da pauta, peço a V.Exa. que proceda à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos recursos inscritos em Restos a Pagar, no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, nos Programas de Trabalho 26.782.0220.2834.0051 — Restauração de Rodovias Federais no Estado do Mato Grosso, e 26.782.0220.2841.0051 — Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo anexo, e pela suspensão cautelar de qualquer repasse financeiro das dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União de 2003, na classificação funcional/programática 26.782.0220.2841.0051 — Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial das Rodovias do Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o voto. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Humberto Michiles

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, os itens n°s 3 e 7 da Pauta n° 34, correlatos, relatados pelo Deputado Anivaldo Vale...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sobre Humaitá?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então é o item n° 2.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sim, itens n° 2 e 7.

Solicito a V.Exa. que os coloque em votação, porque não há razão para não serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Trata-se do Aviso n° 003, de 2003, CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão n° 168, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à representação formulada pela SECEX/AM, sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os km 606 e 640, objeto de convênio celebrado entre a Prefeitura de Humaitá e a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.”*

Com a palavra o Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, permita-me ler apenas o voto do Relator.

Voto do Relator.

Conforme salientado pelo voto do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, Marcos Bemquerer Costa, os indícios de irregularidades graves apontados pela equipe de auditoria ainda não foram sanados, tendo em vista que a citação dos responsáveis foi determinada no acórdão em exame.

Portanto, permanecem os motivos que ensejaram a suspensão da obra constante da LOA/2003, devendo a mesma continuar impedida de receber recursos da União. Como a obra se encontra incluída no Quadro VII do anexo à LOA/2003, entendo cabível apenas o arquivamento da matéria em análise.

Em face do exposto, voto pela manutenção da vedação de execução, nos termos da Lei Orçamentária para 2003, para as obras de construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste—Norte, BR 319 — divisa Rondônia/Amazonas — Manaus, bem como pelo arquivamento da documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2003. Deputado Anivaldo Vale, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pela manutenção da vedação.

Em discussão na Câmara. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Conforme solicitação também do Deputado Humberto Michiles, vamos colocar em votação o item n° 7, Aviso n° 067/2003-CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão n° 1.021, de 2003 — TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre o levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste—Norte BR 319/AM, Divisa AM/RO.”*

O Relator é o Deputado Anivaldo Vale, e o parecer é pela manutenção da vedação para o Orçamento de 2003 e pela autorização da liberação dos Restos a Pagar constantes do Orçamento para 2002, na forma do projeto do decreto legislativo anexo.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, na última reunião, eu li todo o relatório. Então, peço autorização para ler apenas a parte final do voto:

Em face do exposto, voto pela continuidade da vedação da execução das obras de melhoramento e pavimentação da rodovia BR-319, trecho do km 166 ao km 877,4, no Estado do Amazonas, no âmbito da LOA/2003, porém autorizando a liberação dos restos a pagar do Subtítulo nº 26.782.0236.5709.0015 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste—Norte, BR-319/AM — Divisa RO/AM — Manaus, na forma do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

Nós recebemos uma emenda e somos pela sua rejeição.

“Projeto de Decreto Legislativo

Autoriza a execução de recursos consignados no Orçamento Fiscal da União para 2002 no Subtítulo 26.782.0236.5709.0015 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste—Norte — BR-319/AM, Divisa RO/AM — Manaus, da Unidade Orçamentária 39.252 — DNIT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407/2002) no Subtítulo nº 26.782.0236.5709.0015 — Construção de Trechos Rodoviários do Corredor Oeste—Norte - BR-319/AM — Divisa AM/RO — Manaus, da Unidade Orçamentária nº 39.252 — DNIT, referentes estritamente ao pagamento dos serviços executados até 30 de novembro de 2002, desde que, somados os pagamentos efetuados anteriormente, não ultrapassem o valor total do respectivo contrato.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando o relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o relatório.

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está sendo solicitada a inclusão, nesta sessão, do Projeto de Lei nº 5, mas respectivo relatório ainda não foi entregue à Comissão. Em face disso, não podemos colocá-lo em discussão e votação.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, sobre o PL 5, concordo com sua inclusão na pauta, mas estou conversando com o nosso consultor para que seja aprovado nos termos do projeto de lei, sem o acatamento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O problema, Deputado, é que a Comissão precisa do parecer por escrito.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Comissão a colaboração e o espírito público.

Ouvi, com atenção, as observações feitas por diversos Parlamentares, todos empenhados em prol do interesse do País. É verdade: o espírito público tem dominado nesta Comissão. Aqui não há Oposição, mas representantes de todos os recantos do País que estão buscando a governabilidade. Não há dúvida de que a colaboração — porque esta Comissão sempre funcionou buscando o entendimento —, faz-se em nível de tal forma elevado, que ninguém fica preso a questões pessoais, mas, sim, aos interesses coletivos.

Por isso, Sr. Presidente, passamos por momentos traumáticos, dificuldades e impasses, mas sempre o interesse maior desta Nação presidiu e haverá de presidir a Comissão no sentido de levarmos adiante a solução das questões orçamentárias essenciais para a execução de políticas públicas. Costumamos receber críticas, observações, às vezes contrárias, às vezes injustas, às vezes sem fundamento e até amargas, mas o importante é que possamos dar continuidade a esse trabalho, porque a Nação precisa dos recursos das alterações da Lei Orçamentária que se fazem por intermédio dos diversos PLNs submetidos a esta Comissão e remetidos ao Plenário.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu diria que passamos uma semana produtiva. Apesar do impasse na alteração da Resolução nº 1, art. 25, incisos e parágrafos, o importante é que, ao final, novamente o entendimento e o interesse maior se uniram e amalgamaram todos.

Essa é a função do Parlamentar, que tem a responsabilidade de dar ao País leis que possam realizar o bem comum. No Orçamento, a lei realmente realiza as políticas públicas e as ações que vêm ao encontro dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

Por isso, neste momento, quero mais uma vez registrar que aqui sempre encontramos a compreensão e o espírito público no sentido mais alto da sua concepção. O interesse geral predominou durante todo esse embate, todas as dificuldades foram superadas, às vezes, com todos os conflitos, fundamentados ou não, que acontecem nesta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, vejo a disposição da Comissão em aprovar crédito tão fundamental para a PETROBRAS. Estamos aguardando que o relatório seja distribuído. Isso tudo mostra a dedicação e, sobretudo, o despojamento de cada um para entregar à Nação recursos importantes para aquela empresa, que orgulha a todos nós e que haverá de orgulhar as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, sou Relator do PL nº 40, cujo valor é pequeno. Gostaria, se a Comissão aceitar, que ele fosse colocado em pauta, uma vez que há amplo acordo em relação à matéria.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, estamos discutindo um PL que não está na pauta. Além disso, não temos dados para saber pelo menos o necessário.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Esse PL poderia entrar extrapauta. Não há problema nenhum. Há anos fazemos isso aqui.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Deputado, estou me referindo ao anterior a esse que V.Exa. solicita seja inserido na pauta. Concordamos, logicamente, que se antecipem os PLs urgentes, mas pedimos ao menos que tenhamos as informações para saber do que estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado Wilson Santiago, o problema é que o relatório não foi entregue à Comissão, está sendo elaborado. Então, não poderá entrar em pauta e não poderá ser votado ainda.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço ao nobre Deputado Wilson Santiago que não crie caso nesta Comissão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, estamos atendendo ao apelo do Líder do Governo, Senador Amir Lando, do Relator, Deputado Jorge Bittar, e de inúmeros outros no sentido de que a PETROBRAS tenha esse remanejamento orçamentário, que representa investimentos na ordem de 18 bilhões de reais, conforme os dados que nos trouxe ontem o diretor financeiro da empresa.

Há incremento nesse remanejamento dos PLs nº 5, que vou apresentar agora, nº 6, aprovado ainda há pouco, e nºs 37 e 38, de 1 bilhão e 700 milhões de reais aproximadamente. Gostaria, então, de submeter à apreciação da Comissão o PL nº 5, que está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - As cópias estão sendo providenciadas e serão distribuídas. A seguir, colocaremos em votação a matéria. O mesmo acontece com o PL nº 40, do Deputado João Leão, de que está sendo distribuído o parecer, enquanto chegam as cópias do parecer do PL nº 5.

Consulto a Comissão sobre se aprova a inclusão na pauta do parecer do PL nº 40, de 2003, que trata da Seguridade Social, do Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, V.Exa. se refere ao Parecer nº 40?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - É o de nº 40. Foram apresentadas 142 emendas.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - A versão que recebi, Sr. Presidente, não tem um voto completo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, enquanto não for resolvida a questão do Pará, não vamos votar nada para a saúde.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Temos de saber o que está e o que não está sendo acolhido.

Sr. Presidente, peço a compreensão do meu caro Líder do PSDB, a quem todos admiram pelos anos de belo trabalho que tem realizado nesta Comissão e no Congresso Nacional. Peço urgência para este caso, porque o PL visa à implantação e à ampliação de uma unidade de saúde no Ceará, à ampliação e à equipagem do Hospital Manoel Jaime, no Município de Marco. Essa obra está paralisada e está precisando da compreensão e da grande alma do grande Líder do PSDB, para ajudar aquele povo sofrido e pobre.

O Ceará não é meu Estado, mas tenho certeza de que se trata de uma unidade de saúde cujo valor é muito pequeno. Essas emendas não foram acatadas porque se referem a recursos do Banco Mundial. Os recursos estão disponíveis, e o Governo está pagando juros em cima deles.

Portanto, peço a compreensão do Líder do PSDB. Tenho certeza de que S.Exa. vai ajudar o povo sofrido do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, associe-me ao Deputado Anivaldo Vale, e peço que esperemos, que retiremos o projeto de pauta, porque, se entrar, teremos de votar contra, o que prejudicará o sofrido povo do Ceará. Não queremos isso. Mas também não desejo prejudicar o sofrido povo da Bahia, como manifestou o Deputado João Leão, porque acredito haver recursos, inclusive de emendas que não foram ainda aplicadas.

Realizamos acordo com o Ministério da Saúde, Sr. Presidente, e estamos esperando seu cumprimento. Assim, apelo para que esse projeto não entre agora, porque, sem entendimento prévio, como tem sido regra na Comissão, teremos dificuldade tanto para sua aprovação e deliberação como para a de outras matérias. Normalmente estamos acordando os projetos. Quando não há consenso, apelamos, para que não haja deliberações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, sempre fui um admirador do Deputado João Leão, bravo governista, que sempre esteve ao lado desta Comissão, discutindo os interesses da Bahia e de todo o Brasil.

Gostaria que S.Exa. voltasse seus esforços para sensibilizar o Governo, na medida em que o povo sofrido do Pará está perdendo 121 milhões na área da Saúde. Se não há sensibilidade para diminuir as dificuldades vivenciadas pelo povo paraense, certamente não

podemos ter sensibilidade para discutir projeto extrapauta, tradicionalmente discutido no Colégio de Líderes, no plenário.

Peço ainda ao Presidente que suspenda a reunião, para evitar que eu tenha de pedir verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria está suspensa. Vamos procurar o entendimento no Colégio de Líderes, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Estamos apenas aguardando cópia do PL nº 5, que será a última matéria da pauta.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Recebi o voto do Relator incompleto, embora tenha ficado esclarecido no corpo do texto. Ao se ler o conjunto do relatório, porém, inclusive o anexo com a relação das emendas rejeitadas, fica claro que as emendas não foram acolhidas. Portanto, o relatório corresponde ao texto enviado pelo Governo.

Mas, Sr. Presidente, na reunião passada, houve nova fixação de prazo para as emendas: a meia-noite da quarta-feira, em função dos atrasos na definição dos critérios de emenda, que está agora acertada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Há também o problema do PRODASEN.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Portanto, como houve muitas propostas de alteração de data, gostaria de esclarecer se a antecipação do acordo não levaria à nova marcação de data, pois me parece que, apesar das muitas conversas, na formalidade a que está prevalecendo é quarta-feira, à meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A data definitiva é quarta-feira à meia-noite, com ou sem aprovação da resolução.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, queria apenas espantar a dúvida, porque, apesar do acordo — e V.Exa. deve ter tomado conhecimento disso —, houve várias idéias para fixar a data talvez num prazo mais curto. Assim, para que não haja dúvida alguma, a data é quarta-feira à meia-noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A data é quarta-feira mesmo, e depois houve o problema do PRODASEN, que também atrasou. Mas até quarta-feira tudo estará regularizado.

Foi distribuído o parecer do Deputado Pauderney Avelino ao PL nº 05, de 2003, que abre ao orçamento de investimentos em favor de diversas empresas estatais e federais o crédito total de 3 bilhões, 895 milhões, 8 mil e 955 reais, para os fins que especifica. O Relator é o Deputado Pauderney Avelino; o relatório já foi distribuído e o voto é pela aprovação do projeto, com rejeição da Emenda nº 1.

Temos de votar a inclusão da matéria na pauta.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

(Não identificado) - Sr. Presidente, solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Apoioamento para verificação. *(Pausa.)*

Não houve apoioamento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - PFL e PSDB somam mais de 10%, não há 20 Deputados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem de haver a manifestação do Parlamentar.

(Não identificado) - Por Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não houve apoioamento, um só não é suficiente.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

!

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, para relatar a matéria.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem. Quantos Deputados estão presentes na sessão? Dois são mais de 10%. Portanto, teve apoio. E não há nenhum Senador. É preciso mais de 10% dos presentes para pedir a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale, só houve apoio de um Deputado, o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mais eu, 10%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não, V.Exa. é o requerente. Tem de ter pelo menos 2 apoiadores, e não teve. E quanto à verificação do Senado, só os Senadores podem pedir.

Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, vou fazer o relatório sob protesto, porque não percebo a presença de nenhum Sr. Senador nesta sessão, com exceção do Presidente, claro, e do Líder que acaba de se fazer presente.

Vou passar direto ao voto.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000/2003, Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, ou com sua revisão, Lei nº 10.297, de 26 de outubro de 2001, e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003, LDO/2003, Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002.

Quanto à Emenda nº 1, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, não obstante o mérito da iniciativa, deve se observar que a PETROBRAS Netherlands BV, empresa objeto da emenda, é subsidiária da PETROBRAS International Finance Company, tendo sido constituída e registrada na Holanda, em maio de 2001, com o objetivo de operar, entre outras atividades, as relacionadas ao REPETRO, regime aduaneiro especial de exportação e importação, tais como a compra, venda, aluguel e fretamento de materiais e equipamentos para exploração e produção de petróleo e gás. Assim sendo, trata-se de empresa subsidiária do grupo PETROBRAS, constituída exclusivamente com o propósito de desenvolver atividades no exterior, razão pela qual opinamos pela rejeição da emenda.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 05, de 2003, CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório, com a rejeição da Emenda nº 1, que a Presidência considera inadmitida.

Tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Pauderney Avelino por, junto com o Líder do Governo, Senador Amir Lando, ter propiciado a esta Comissão ampla discussão com o diretor financeiro da PETROBRAS, ocasião em que tivemos oportunidade de observar, mesmo que de forma *en passant*, a disposição da PETROBRAS em deflagrar planejamento estratégico que possa corrigir principalmente as diferenças que experimentamos na Amazônia. Foi excelente essa oportunidade que tivemos e devemos agradecer ao Deputado Pauderney Avelino e ao Líder do Governo, Senador Amir Lando.

Deixo o registro de que existe, como bem dito pelo Dr. Sérgio, um processo altamente centralizado numa base produtiva em Campos. E essa centralização tem, de certa forma, prejudicado as regiões periféricas, como a Amazônia, na medida em que lá o preço do gás é o mais caro do Brasil, assim como o preço do combustível. A par disso, temos de levar em consideração que o Governo e a PETROBRAS devem servir de indutores de processo de correção desses rumos.

Entendo que não devemos votar esse projeto hoje. Devemos passá-lo para a semana que vem e discuti-lo com mais Deputados e Senadores presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua a discussão.

Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, diante do exposto no relatório do Deputado Pauderney Avelino, podemos perceber de igual forma, pela exposição

de motivos do Sr. Ministro, que a empresa remaneja dotações para priorizar investimentos que lhe são próprios.

Daí porque me manifesto favoravelmente ao projeto, nada me opondo ao seu mérito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Continua a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir o relatório, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Peço verificação, Sr. Presidente, com o apoio dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Claudio Cajado.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo.

Sabemos que a PETROBRAS é uma empresa, não executa orçamento público, não é Ministério de Ação Social. Ela tem urgência de executar estratégia no sentido de promover investimentos. Os investimentos não promovidos hoje ou amanhã poderão gerar brutal prejuízo.

São nessas circunstâncias que faço apelo muito especial ao Deputado Anivaldo Vale. Razões talvez S.Exa. tenha de sobejo, mas não podemos mais esperar. Tivemos de trazer aqui o diretor financeiro da PETROBRAS, que, com humildade, disponibilidade e despojamento, esclareceu tudo aquilo que lhe foi pedido — embora em certos momentos não tivesse como esclarecer pontos técnicos. Não se tratava exatamente do projeto submetido, mas de questões estranhas aos remanejamentos propostos.

Deputado Anivaldo Vale, 1, 3, 4 dias, para uma empresa que cresce e que é orgulho desta Nação, é muita coisa. Faço um apelo. Não há razão para que, neste momento, suspendamos nossos trabalhos, não há razão para derrubar a sessão, porque sabemos que aqui sempre se faz tudo pelo entendimento. O espírito de público de V.Exa. há de falar mais alto. A PETROBRAS não pode esperar, ela tem pressa, o Brasil e V.Exa. também, para a solução desse problema.

Dirijo esse apelo muito especial a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero agregar-me ao apelo feito, porque, apesar de o argumento do nobre Deputado Anivaldo Vale ter tido sentido, agora temos presença maciça de Senadores. Deputado Anivaldo Vale, creio que sua reivindicação, uma vez satisfeita, não mais permanece, não mais sobrevive.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, creio que o Senador Amir Lando foi muito lúcido, quando comentou sobre a relevância desses recursos para o processo de investimento da PETROBRAS. E não é fato comum a frequência ...

(Tumulto no plenário. O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, creio que esta Comissão não está tratando só de Orçamento. Há outros temas relevantes sendo tratados aqui.

Quero fazer um apelo ao Deputado Anivaldo Vale. Tenho o maior respeito por S.Exa., assim como aos demais Parlamentares desta Comissão, pela sua persistência e qualidade de intervenção. Convivemos com permanente aprendizado aqui.

É muito claro o compromisso da PETROBRAS, e o diretor financeiro da empresa qualificou o debate aqui. Naturalmente, a prorrogação da votação desse projeto só prejudica o interesse público. Tenho certeza de que não é essa a intenção. E não só a presença dos Senadores e dos Deputados que têm interesse nesta Comissão, porque, aí, o que vale é a qualidade do debate. Não é simplesmente a votação.

Faço um apelo ao Deputado Anivaldo Vale, pela importância da PETROBRAS, empresa cujos recursos públicos têm sido insuficientes diante da necessidade do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, recebi com muita simpatia o apelo feito pelo Senador Amir Lando, pelo Deputado Virgílio Guimarães, por todos os meus colegas, mas já demos fantástica contribuição hoje — inclusive votamos crédito de mais de 3

!

milhões para a PETROBRAS, projeto de caráter extrapauta, que não era para ser votado hoje, mas com o qual concordamos.

Mantenho o pedido de verificação de *quorum*, e, na próxima semana, votamos esse outro projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Inicialmente, já há apoio válido dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Claudio Cajado.

Antes de encerrar a reunião, dirijo apelo às Lideranças. A Câmara dos Deputados não indicou ainda os representantes para os comitês do PPA — os 2 do PT, os 2 do PMDB, 1 do PP, 1 do PTB, 1 do PSB, 1 do PPS e 1 do PDT. Quanto ao Senado, faltam PMDB, PFL e PSDB, 1 de cada. Essas indicações precisam ser feitas logo, ou haverá atraso na aprovação do PPA.

Em face da evidente falta de *quorum* e em consequência do pedido de verificação do Deputado Anivaldo Vale, declaro a sessão encerrada.

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

**ATA DA OITAVA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2003.**

Aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e três, às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada em decorrência do Requerimento nº 11/2003, de autoria do Senador Amir Lando, com a finalidade de ouvir o Diretor Financeiro da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, acerca da redefinição de prioridades de investimentos das empresas do Grupo PETROBRAS, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Humberto Michiles, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Virgílio Guimarães, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Fernando Bezerra, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Leonel Pavan e Roberto Saturnino; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, André Luiz, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Dr. Heleno, Eduardo Paes, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, João Almeida, Jorge Alberto, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Mário Negromonte, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senador suplente:** Augusto Botelho. Foi registrado o comparecimento dos Deputados não-membros, Elimar Máximo Damasceno, João Tota e Max Rosenmann. **ABERTURA:** O Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciada a reunião e solicitou ao Deputado Pauderney Avelino, relator do Projeto de Lei nº 05/2003-CN, que apresentasse seus questionamentos ao Diretor Financeiro da PETROBRAS. O Deputado Pauderney Avelino sugeriu que inicialmente o convidado procedesse à apresentação acerca do tema em debate. O Presidente informou que a exposição seria breve, tendo em vista a reunião ordinária convocada para iniciar após a realização da audiência pública. Em seguida, apresentou escusas por ter de ausentar-se dos trabalhos por alguns instantes visto que sua presença estava sendo solicitada em outra reunião. Às quinze horas, o Senador João Ribeiro assumiu o exercício da Presidência. O Dr. José Sérgio Gabrielli discorreu sobre o tema em questão fazendo uso de um equipamento "datashow". Após, o Presidente em exercício passou a palavra ao autor do requerimento nº 11, Deputado Amir Lando, que deu preferência aos demais parlamentares presentes no recinto. Dessa forma, fez uso da palavra o Deputado Pauderney Avelino, na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 05/2003-CN. O Diretor Financeiro da Petrobrás prestou os esclarecimentos solicitados. O relator acrescentou outros questionamentos e foi atendido pelo convidado. Em seguida, o Presidente transferiu a palavra ao Deputado Júlio Cesar, relator do Projeto de Lei nº 05/2003-CN. O Dr. José Sérgio Gabrielli

!

respondeu aos questionamentos do relator. O Deputado Júlio Cesar solicitou novas informações e foi atendido. O Presidente acrescentou que as dúvidas remanescentes poderiam ser dirimidas ao final da reunião, quando estariam disponíveis as informações solicitadas à assessoria da PETROBRAS. Propôs, ainda, que o Diretor respondesse a grupos de três parlamentares. O Plenário assentiu. Dessa maneira, fizeram uso da palavra os Deputados João Leão, Anivaldo Vale e Virgílio Guimarães. O Diretor Financeiro da PETROBRAS respondeu ao primeiro bloco de parlamentares. O Deputado Anivaldo Vale usou o direito de réplica e foi respondido pelo convidado. Pelo segundo bloco, efetuaram questionamentos os Deputados João Almeida e Jovair Arantes. Às dezesseis horas e dezessete minutos, o Deputado Pauderney Avelino assumiu o exercício da Presidência. Os Deputados Ricardo Barros e Max Rosenmann fizeram uso da palavra, finalizando o bloco. O Dr. José Sérgio Gabrielli respondeu ao segundo grupo de parlamentares. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, o Senador Gilberto Mestrinho reassumiu a condução dos trabalhos, concedendo réplica ao Deputado Max Rosenmann. Em seguida, usou da palavra o Senador Amir Lando. O Deputado Ricardo Barros solicitou o direito de réplica e foi atendido. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e quarenta e um minutos, o Presidente agradeceu a presença do Dr. José Sérgio Gabrielli e encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO.** **Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a 8ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em face de alguns PLs suscitarem dúvidas nos Relatores, o Senador Amir Lando requereu a presença nesta Comissão do Dr. José Sérgio Gabrielli, Diretor da PETROBRAS. Assim, não estando presente o Senador Amir Lando, mas estando presente um dos Relatores de PL pertinente, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, que poderá solicitar os esclarecimentos que julgar necessários.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o Diretor da PETROBRAS trouxe uma exposição sobre esses investimentos. Talvez seja mais proveitoso ouvir sua exposição e depois fazer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Como temos pressa, porque vamos ter reunião da Comissão e dos Relatores Setoriais com o Relator-Geral, haverá breve exposição do Dr. José Sérgio Gabrielli.

Peço desculpas ao convidado e à Comissão, pois terei de me ausentar por alguns instantes para participar de outra reunião.

Concedo a palavra ao Dr. José Sérgio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI - Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, vou tentar fazer uma rápida apresentação, mudando um pouco o que pretendia. Vou focar um pouco mais detalhadamente os 4 projetos de lei em discussão.

O orçamento da PETROBRAS deste ano foi elaborado em junho de 2002, usando parâmetros da taxa de câmbio e do crescimento da economia brasileira daquele momento, projetados para 2003.

Em função das modificações nas taxas de câmbio, das grandes descobertas, do sucesso exploratório da companhia e de algumas alterações da sua estrutura de funcionamento, particularmente fora do País, os Projetos de Lei nºs 5, 6, 37 e 38, aqui apresentados, visam ajustar a peça orçamentária à realidade do funcionamento da empresa no momento. Ajustam, portanto, os valores em reais à nova taxa de câmbio efetiva do País e as unidades orçamentárias decorrentes da reestruturação da companhia no final do ano passado.

Esses projetos de lei não envolvem nenhum recurso adicional do Tesouro. Eles têm como fonte recursos próprios da empresa; portanto, não causam impacto ao Tesouro Nacional. Todos os recursos são próprios, gerados portanto pela empresa.

O quadro mostra o efeito total dos 4 projetos de lei. O nosso investimento, aprovado pela Lei nº 10.640, é de 16 bilhões e 379 milhões de reais para 2003. Estamos propondo, no Projeto de Lei nº 6, de 2003, suplementação de orçamento e crédito suplementar no valor de 3 bilhões e 154 milhões de reais e cancelamento de crédito de 5 bilhões e 338 milhões. Portanto, o projeto de lei reduz o volume de crédito suplementar em 2 bilhões e 184 milhões de reais, em relação ao projeto aprovado.

No que se refere ao Projeto de Lei nº 5, de 2003, que trata da criação de crédito especial, na verdade a maior parte desses 3 bilhões e 889 milhões de reais decorre da modificação das unidades orçamentárias. Não envolve essencialmente modificação no volume de recursos do conjunto das atividades da PETROBRAS.

O crédito suplementar do Projeto de Lei nº 38 é um ajuste que ocorre — detalharei sobre isso um pouco mais adiante — em função de alterações ocorridas durante 2003. Isso envolve a suplementação de 1 bilhão e 73 milhões de reais e o cancelamento de 991 milhões de reais. Portanto, a proposta implica incremento líquido total da autorização de investimentos, utilizando recursos próprios da

empresa, de 1 bilhão e 705 milhões, o que faz o limite proposto para o investimento da PETROBRAS atingir 18 bilhões e 764 milhões.

Grandes programas serão afetados, como a oferta de petróleo e gás natural. As principais alterações que fazemos, referentes basicamente aos Projetos de Lei nº 5 e 6, são no Programa de Oferta de Petróleo e Gás Natural e no refino de petróleo, de 639 milhões.

Os demais programas envolvem alterações de 56 milhões de reais. Nossa meta no Programa de Oferta de Petróleo e Gás Natural é atingir a auto-suficiência da produção de petróleo no País, em 2006. Temos 2 grandes programas, que são a exploração de petróleo e gás natural e nacional, com alterações de 566 milhões, e o desenvolvimento da produção de petróleo no País, de 444 milhões.

Os motivos que levam à modificação são os que estão listados. Tivemos variação cambial, decorrente do dólar utilizado em junho de 2002. Tivemos extraordinário sucesso exploratório, no final do ano passado e no início deste ano, com a intensificação de nossas atividades de exploração nas áreas que teríamos de devolver no dia 6 de agosto de 2003. De acordo com a legislação da Lei Nacional de Petróleo, teríamos de devolver as áreas da chamada Rodada Zero (BID Zero), da criação do sistema de leilões de áreas de petróleo. E houve intensificação das atividades exploratórias em decorrência das descobertas que tivemos, particularmente das que resultaram em enormes potenciais de gás natural na Bacia de Santos, enormes potenciais de desenvolvimento de reservas de óleo leve nas Bacias de Santos, do Espírito Santo, de Sergipe e de Alagoas. Portanto, isso envolveu aumento e modificação dos investimentos, no início do ano, para cumprir o prazo de entrega das áreas da PETROBRAS em agosto deste ano.

Na área de refino, temos, como os senhores sabem, grande produção de petróleo pesado. Hoje, 85% das nossas reservas estão concentradas na Bacia de Campos, com produção de petróleo pesado. A nossa última refinaria foi construída em 1980. São refinarias preparadas para processar e refinar óleo leve, importado. Nessa época, o Brasil era grande importador de petróleo. Felizmente, hoje o País caminha para a auto-suficiência. A PETROBRAS pode dizer que já é exportadora líquida de petróleo em 2003 — o Brasil ainda não é, mas a PETROBRAS, sim. Para processar mais ainda o nosso petróleo — a melhor atividade que podemos fazer —, é investir nas refinarias para ajustá-las no processamento do óleo pesado, gerando o produto necessário para o mercado brasileiro, que é essencialmente um produto de destilados leves, que envolve o GLP, o *diesel* e a gasolina.

Para isso, portanto, tivemos alterações e intensificações nos nossos investimentos. Além disso, precisamos atender crescentemente aos novos requisitos ambientais de emissões dos derivados de petróleo. Isso significa também investimento na área de refino para melhorar a qualidade do produto e diminuir os impactos ambientais da atividade de refino na PETROBRAS.

No caso do refino, tivemos impactos na área de câmbio, que levam à alteração dos investimentos previstos. Estamos propondo alterações de 285 milhões de reais para a REFAP; de 142 milhões para a REPLAN; e de 212 milhões, para outras refinarias da PETROBRAS.

Do ponto de vista da reorganização societária, no final do ano passado, 2002, a PETROBRAS incorporou uma empresa que possuía fora do Brasil, a BRASPETRO Internacional.

Na medida em que a PETROBRAS incorpora essa subsidiária internacional, suas empresas subsidiárias passam a ser subsidiárias da PETROBRAS. Portanto, precisam ser incluídas no Orçamento como novas unidades orçamentárias, que não existiam antes de 2003. Elas foram incorporadas no final de 2002. Portanto, parte

dos programas que estavam alocados à BRASPETRO, agora estão alocados a outras empresas como a BOC, a PIBBV, a 5283 e a PNBV, na Holanda.

Conseqüentemente, precisamos realocar os projetos que tínhamos em outras unidades para as novas unidades, que eram subsidiárias da BRASPETRO e agora passam a ser parte do grupo PETROBRAS e precisam estar no orçamento de investimentos da empresa. Não envolve novos recursos, mas basicamente uma realocação de unidades orçamentárias para essas empresas.

Isso também ocorre com as empresas PFICO, BRASOIL e PNBV que têm projetos estruturados para as plataformas que a PETROBRAS utiliza para produzir no Brasil. No entanto, precisam ser reconhecidas como unidades orçamentárias para formalizar uma mudança que ocorreu na estrutura societária no final de 2002.

A PETROBRAS, atualmente, está passando por um processo de planejamento estratégico. Há hoje uma possibilidade de crescimento da produção de óleo leve, gás natural e de continuar a produção de óleo pesado e desenvolvimento das suas reservas.

O plano estratégico em vigor atualmente na PETROBRAS tem como meta, para 2007, uma produção de 2 milhões e 720 mil barris/dia, muito acima da necessidade do mercado interno brasileiro, o que vai implicar também um crescimento das exportações da PETROBRAS e das vendas internacionais da empresa, em 2007, auxiliando o País na geração de reservas internacionais e, portanto, da balança de pagamentos.

No primeiro semestre deste ano, a PETROBRAS foi uma exportadora líquida de produtos derivados de petróleo e de óleo, ou seja, até junho deste ano, a PETROBRAS exportou mais do que importou de petróleo e de produtos derivados.

Essa situação de exportadora líquida é inédita na história da empresa. Esperamos que isso cresça ainda mais, contribuindo para a balança comercial brasileira.

Essas são as idéias gerais do conteúdo, digamos, operacional dos 4 projetos de lei que estão em discussão.

Srs. Deputados, estou à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Amir Lando, o primeiro a se manifestar, depois, ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, cedo a preferência aos que têm dúvidas. Nós não as temos porque os esclarecimentos foram devidamente feitos. Ao final, eu me manifestarei, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Diretor José Sérgio Gabrielli as prestimosas explicações. Sem dúvida nenhuma, sua presença, decorrente do convite formulado pelo Senador Amir Lando e pelo Relator Jorge Bittar, é muito importante para nos esclarecer algumas questões a respeito dos investimentos ou da recomposição orçamentária da PETROBRAS. Fui autor do requerimento, aprovado nesta Comissão, para a vinda do Presidente da PETROBRAS, que também virá aqui expor as questões políticas e as perspectivas da empresa, obviamente em função desse remanejamento orçamentário para o ano de 2004, bem como dos ganhos obtidos em 2003.

Em primeiro lugar, Sr. Diretor, V.Sa. apresenta um investimento na ordem de 16 bilhões 379 milhões, em 2003, quanto efetivamente foi investido pela PETROBRAS? Se V.Sa. tem o número até outubro, gostaria de saber até este mês, senão até setembro.

!

Outra questão: quanto a PETROBRAS investiu — claro, esta pergunta eu já fiz —, até o mês de setembro ou outubro? Se V.Sa. já tiver o número. E o excedente do acordo feito com o Fundo Monetário Internacional, de 9 bilhões e 600 milhões de reais, poderia ser utilizado para abater do superávit primário, ou para investimento da estatal, ou das estatais, ou ainda para reduzir este rigoroso aperto fiscal da União, do Governo Federal, com relação à política de superávits primários? A exemplo do que está sendo feito com o saneamento, 2 bilhões e 900 milhões deixaram de ser executados, e isso vai fazer com que o superávit primário do ano de 2003 seja recorde no mundo inteiro. Não existe nenhum país com superávit de 4.25%, muito menos de 4.40%, como deverá ser o superávit de 2003.

A outra questão é sobre os cancelamentos de recursos orçamentários. O Governo deixou de executar no Orçamento de 2003 os PLs n°s 5 e 6, cujos Relatores são o Deputado Júlio Cesar e eu, e o PL n° 38, do qual também sou Relator, no valor de 113 milhões de reais, que cancelam geração de energia no Estado do Amazonas. Sabidamente, o Estado do Amazonas é um dos mais mal servidos de geração e distribuição de energia. Somos hoje o único Estado brasileiro fora do Sistema Integrado Nacional de geração e distribuição de energia. Somos um sistema isolado. O Governo de Manaus, uma Capital de quase 2 milhões de habitantes, para que não houvesse agora, no mês de setembro, um apagão, a exemplo do que ocorreu há 6 anos, em 1997, teve que, às pressas, remanejar máquinas sem qualidade de geração de 1.500 kVA, no Nordeste, para fazer um conjunto de máquinas, a fim de gerar 45 megawatts, numa Capital com quase 2 milhões de habitantes, repito.

Então, Sr. Presidente, seria necessário fazer esses cancelamentos, incluindo também o da CEPISA — Companhia Energética do Piauí, com valores enormes? Entendo que nós realmente precisamos reavaliar essa questão. Se ainda não entregamos o relatório, é exatamente em função dessas anomalias, que detectamos e precisamos corrigir.

Por fim, quero perguntar a V.Sa. se, no ano de 2004, o Brasil se tornará auto-suficiente na produção de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Ribeiro) - Com a palavra, para responder os questionamentos do Deputado Pauderney Avelino, o Dr. José Sérgio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Deputado Pauderney Avelino, quanto à primeira pergunta, sobre quanto investimos até 2003, a PETROBRAS, hoje, em seu investimento contábil, que é registrado, tem investimentos no Brasil e fora do Brasil. A PETROBRAS atualmente investe na Argentina, na Nigéria, em Angola, no México, no Golfo do México, portanto, tem investimentos no Brasil e fora do Brasil.

Vou responder às outras perguntas, depois volto aos números do investimento. Quanto à questão dos cancelamentos, o Projeto de Lei n° 5 envolve a PETROBRAS, a ELETROBRÁS e outras empresas de energia. Os projetos da PETROBRAS no Amazonas — basicamente os gasodutos para Manaus —, não são voltados para energia, porque não temos, neste momento, projetos de energia em Manaus. Nós simplesmente os adiamos. Não tiramos a meta de realizar esses projetos, mas em 2003 eles foram adiados. Então, este é o motivo pelo qual nós os estamos tirando do plano estratégico deste ano. Por várias razões, ocorreu o adiamento. Por algumas indefinições na área regulatória de elétricas, por dificuldades na parte física ambiental, por dificuldade das águas, do transporte. Precisamos de momentos adequados para fazer o investimento no Amazonas, e a parte ambiental precisa ser discutida um pouco mais detalhadamente para minimizar os impactos ambientais de um projeto de gasoduto na região.

!

Estamos retomando essa discussão neste final de ano; compreendemos que a situação de Manaus é dramática: ficar fornecendo óleo combustível para gerar energia é uma situação insustentável a longo prazo. Hoje produzimos gás em Urucu e o reinjetamos. Portanto, a viabilização de saída do gás para Manaus é um projeto com todo sentido estratégico, só que neste ano não seria possível realizá-lo. Como tínhamos outros projetos mais importantes, que deveriam ser feitos este ano, particularmente a exploração dos blocos que tínhamos de devolver em 6 agosto deste ano, optamos por esta prioridade.

Então, esta é a explicação. Não há uma posição de cancelamento dos projetos em relação ao Amazonas, há uma decisão de adiamento do projeto para este ano de 2003, retomando em 2004, e daí em diante.

Em relação a 2004, quanto à auto-suficiência do petróleo, a nossa meta é atingir uma produção que atenda à demanda nacional de petróleo e derivados em 2006.

A PETROBRAS, enquanto empresa, já é exportadora líquida, mas o País tem aumentado a importação por intermédio de outras empresas, particularmente na área de nafta, de óleo *diesel* e de GLP. Então, há outras empresas importando no País. Portanto, a auto-suficiência com produção brasileira não será em 2004, mas nossa meta estratégica é atingir essa auto-suficiência em 2006.

Os nossos investimentos totais realizados são em torno de 13 bilhões de reais. No entanto, isso não pode ser computado no cálculo dos investimentos do FMI, porque esses investimentos envolvem...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Esses 13 bilhões são até quando?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Setembro. Mas isso não pode ser computado no cálculo do FMI, porque esses investimentos envolvem investimentos no Brasil e fora do Brasil, e não tenho neste momento a decomposição de um e de outro. Então, não posso usar esse número em relação ao teto do investimento do acordo do FMI. Ou seja, não tenho esse excedente de investimento e, se tivesse, seria o contrário do que aconteceu com o primário. Quer dizer, temos investimentos adicionais ao que o FMI dizia e não a menos, mas não é esse o volume todo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pelo que percebo, pelos números fornecidos por V.Sa., vamos ter com esse remanejamento orçamentário 18 bilhões de reais, que é o novo limite para os investimentos da PETROBRAS e não mais os 16 bilhões. Então, restariam, de 13 bilhões para 18 bilhões, 5 bilhões de reais que deverão ser realizados de setembro até dezembro, aliás, de outubro até dezembro, no último trimestre do ano.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Para esclarecimentos, no entanto, esse valor de 18 bilhões também envolve investimentos fora do País.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sim, mas pelo que percebo, no Projeto de Lei nº 5, há uma destinação de pouco mais de 500 milhões de reais para a PETROBRAS. *(Pausa.)* Não, deixe-me ver. A BRASPETRO Oil Service é brasileira? *(Pausa.)* Estrangeira. PETROBRAS Netherlands é holandesa, não é? *(Pausa.)* A PETROBRAS International BRASPETRO também?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O total de investimentos no projeto fora do País é alguma coisa em torno de 4 bilhões e 100 milhões. Portanto, dos 18 dentro do Brasil, são alguma coisa em torno de 14.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Dentro do Brasil é de 14. Então, é exatamente aí que entra a flexibilidade do FMI, quando concedeu uma exceção para a PETROBRAS. Ou seja, a partir dos 9,6 bilhões de reais, chegando aos 14

bilhões de reais. Teríamos 4 bilhões e 400 milhões de reais, que poderiam ser utilizados, sem pesarem, digamos assim, sobre o superávit primário.

Como a PETROBRAS vai tratar disso?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A PETROBRAS não tem autoridade para interferir na gestão do superávit primário da Nação. Ela é uma empresa pública que trata do seu investimento e da sua geração de primário. A geração de primário nacional é competência do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então, vamos deixar registrado que, além dos 2,9 bilhões de reais do excedente da área de saneamento, temos 4,5 bilhões de reais de investimentos da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Posso clarificar um pouco mais esse ponto. Na verdade, esse investimento é previsto pela PETROBRAS em operações, como disse, dentro e fora do Brasil. Envolve projetos estruturados e corporativos, portanto, fontes diferentes de crédito e de receita própria. O cálculo não pode ser tão simples conforme menciona o nobre Deputado. Não são exatamente 4 bilhões acima de 9 bilhões que estão disponíveis para o primário. É preciso fazer o cálculo específico da receita que não gera dívida e que gera primário. Então, não estão livres 4 bilhões, exatamente, para serem adicionados ao primário. Envolve um pouco de dívida também, que não gera primário.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Quero apenas esclarecer que deixamos correr um pouco o debate para que seja bem elucidada a questão, sobretudo para os 2 Relatores dos PL.

Com a palavra o ilustre Relator do PL nº 6, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Diretor, fizemos a análise dos PL nº 5 e nº 6. No primeiro houve o cancelamento de 5 bilhões e 993 milhões de reais e a suplementação de 3 bilhões e 600 milhões de reais, com saldo cancelado de 2 bilhões e 365 milhões.

Para onde foi esse dinheiro? Foi para o PL nº 5. Não sei por que não vieram juntos. Seria um só PL. Cancelaram um para suplementar o outro.

No PL nº 5, Sr. Diretor, houve a suplementação de 3 bilhões e 895 milhões de reais. Na soma das suplementações com os cancelamentos dos 2 PL, houve suplementação de 1 bilhão e 526 milhões de reais.

Para onde foi esse dinheiro? Por incrível que pareça, a PETROBRAS investiu até agora 13 bilhões, segundo afirmação de V.Sa., Sr. Diretor, e tem previsão de investir no ano que vem mais de 30 bilhões. Se compararmos os números da PETROBRAS com os de investimentos do Governo Federal, sentimos até inveja daquilo que a empresa é capaz de fazer.

O que quero combater, Sr. Diretor? Os cancelamentos foram feitos para ensejar investimento no exterior. Cancelaram no País para investir no exterior. E onde estão investindo? Na BRASPETRO Oil Service Company, PETROBRAS Netherlands — acho que é da Holanda —, BRASPETRO Oil Company e International BRASPETRO.

Deixaram de gerar emprego e arrecadação de tributos no País para fazê-lo no exterior. Como V.Sa. explica, no momento em que o Brasil tanto precisa de investimentos, o cancelamento de investimento previsto e aprovado no Orçamento da PETROBRAS para 2003, para investir principalmente na manutenção da geração de energia no exterior?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Nobre Deputado, farei 2 esclarecimentos. O cancelamento é em um projeto, e a adição em outro.

O cancelamento ocorre em unidades orçamentárias preexistentes. Há um pedido de crédito suplementar em um projeto; em outro há o pedido de crédito especial. Por que essa diferença? Porque em um são canceladas unidades previamente existentes. No entanto, como mencionei no início desta reunião, no final de 2002 a PETROBRAS passou por reestruturação, incorporando a BRASPETRO, empresa atuante no exterior. As subsidiárias da BRASPETRO passaram a ser incorporadas às da PETROBRAS. E não estavam no projeto orçamentário de 2002. Portanto, exigiram a criação de um crédito especial em 2003. Não que exista adicional de despesas, mas apenas a realocação: qual unidade vai realizar essa operação?

Isso do ponto de vista orçamentário. Do ponto de vista da geração de emprego no Brasil e fora dele, é importante destacar que algumas dessas empresas são proprietárias de plataformas da PETROBRAS que operam no País. Elas têm sede no exterior, mas operam, fazem compras e geram emprego no Brasil. São, portanto, importantes estímulos ao crescimento e aos investimentos da economia brasileira. Apesar de estarem situadas no exterior, atuam no Brasil. Muitas delas se enquadram num regime aduaneiro especial chamado REPETRO, que viabiliza a sede de plataformas no exterior, embora funcionem e atuem no Brasil.

A PNBV e a BOC estão situadas fora do Brasil, mas aqui desenvolvem sua atividade operacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Diretor, houve cancelamento também do exterior. Por que esses cancelamentos não ocorreram apenas em relação aos investimentos no exterior, para suplementar fora do País? Foi preciso cancelar no Brasil, para levar para o exterior?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O objetivo não é cancelar no Brasil para enviar o dinheiro para fora. O objetivo é ajustar a lei orçamentária à realidade de funcionamento da empresa.

Há duas grandes licitações de plataforma em andamento, é público e notório: a P-51 e a P-52. Iniciamos a licitação da P-54. São plataformas gigantescas, que vão produzir 180 milhões de barris de petróleo por dia e envolvem recursos da ordem de 1 bilhão de dólares, com conteúdo nacional exigido.

A PETROBRAS não tomaria decisão contrária à expansão da atividade no Brasil. Ela está apenas, nesse projeto de lei, ajustando a forma da lei orçamentária à sua realidade de operação, para tornar explícita a sua atuação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E a manutenção da geração de energia elétrica no exterior, em que se está investindo 1 bilhão e meio de dólares?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - De que programa de geração de energia elétrica no exterior V.Exa. fala, especificamente?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Manutenção da infra-estrutura operacional de geração de energia elétrica.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É da PETROBRAS ou da ELETROBRÁS?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Da PETROBRAS Netherlands, aquela da Holanda.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Da PNBV? Deve ser a situação de plataformas. Não existe atuação operacional da PNBV fora do Brasil; ela não tem nenhum ativo operacional no exterior. Todos os ativos operacionais da PNBV estão no Brasil. Ela é sediada na Holanda, mas tem todos os seus ativos no País. Não existe nenhum ativo operacional na Holanda, nenhuma plataforma. Todos os ativos da PNBV estão no Brasil, na Bacia de Campos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E para que servirá a energia elétrica gerada?

!

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Eu vou pedir ao meu assessor que identifique o programa. Pode ser o próprio funcionamento da plataforma. As plataformas têm unidades geradoras. Não há nenhuma atividade de geração de energia no exterior. Existem termoeletricas no Brasil; fora dele não há atividade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - É investimento no exterior, na Netherlands da Holanda, de 1 bilhão e meio de dólares, totalizando 3.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Sugiro que falem, enquanto S.Sa. responde a essa questão, 3 Parlamentares inscritos. O Sr. José Sérgio Gabrielli voltaria à questão no final da reunião, até para que se informe com sua assessoria.

Concederei a palavra aos Deputados João Leão, Anivaldo Vale e Virgílio Guimarães. O Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo responderá a um grupo de 3 Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, meu caro Dr. José Sérgio Gabrielli, inicialmente quero parabenizar a sua empresa, a PETROBRAS. Chamo-a de sua porque S.Sa. é um dos diretores. Não se preocupe, Deputado João Almeida, também lhe dou um pedaço dela. *(Risos.)*

A produção média da PETROBRAS vem crescendo assustadoramente nos últimos anos, com a profissionalização de seus funcionários, da equipe que dirige a empresa. Aliás, houve mudança na Diretoria recentemente. A PETROBRAS continua nesse ritmo de crescimento superimportante para o Brasil.

Há pouco tempo ouvi dizerem que a decadência das jazidas de petróleo no mundo começaria em 2025; agora já é em 2075. Isso nos preocupa. Outro dia eu tinha 10 anos, hoje estou com 57.

Temos alguns modelos alternativos de sucesso no Brasil, inclusive com previsão de parceria com a PETROBRAS. Por exemplo: a empresa não investe no setor alcooleiro. Existe também o *biodiesel*, tecnologia que está avançando. Nesta semana houve na Câmara excepcional exposição sobre o *biodiesel*. Enfim, o Brasil avança em relação às tecnologias alternativas ao petróleo.

Sr. José Sérgio Gabrielli, faço apenas uma sugestão: que a PETROBRAS passe a fazer alguns investimentos na área do álcool e do *biodiesel*. Sr. Diretor, navios trazem petróleo para o País; o mundo quer comprar álcool do Brasil. A PETROBRAS poderia capitanear a venda de álcool para outros países, uma vez que compra 20% a 25% de álcool por litro de gasolina. Mas dá um “até logo” para o setor.

A empresa, com a organização de que dispõe e com a experiência que tem de negociar com o exterior, poderia fazer uma *joint venture* para começar a comercializar esse combustível. Não podemos continuar nesse ritmo, pois japoneses e suíços já estão vindo comprar álcool. Algumas regiões do País têm aptidão sem limites para a produção de álcool, a exemplo do Vale do São Francisco, que está adormecido, deitado eternamente em berço esplêndido.

Então, se um órgão do quilate da PETROBRAS procurasse trabalhar e ajudar esse setor, traria imenso retorno para o País, inclusive na geração de empregos, que o Presidente Lula procura cada vez mais incentivar.

Acredito piamente na viabilidade deste País. Uma usina de açúcar pode gerar em torno de 5 mil empregos diretos, além de muitos indiretos, chegando a 10 mil empregos ao final. Portanto, a PETROBRAS poderia capitanear esse processo, que realmente seria de grande envergadura para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

!

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Diretor Financeiro da PETROBRAS, nosso partido, após a devida análise, está de acordo com a aprovação dos Projetos de Lei n°s 5 e 6. Mas gostaria de registrar algumas questões que provocam forte inquietação na população.

Dr. José Sérgio Gabrielli, na sua brilhante exposição sobre planejamento estratégico, V.Sa. registra, *en passant*, que a base produtiva está na Bacia de Campos, com 85% da produção. A minha preocupação é com a Amazônia, distante e com poucos habitantes. Se não houver por parte do Governo ou das empresas que o ajudam o desejo de desimpactar nossas dificuldades do dia-a-dia, certamente vamos continuar como estamos.

Sr. Diretor, tínhamos em relação ao combustível equalização de preços que não mais existe. Em muitas regiões paga-se, certamente, o mais alto preço do Brasil pelo botijão de gás, além desse combustível, que também é caro.

No planejamento estratégico da PETROBRAS está presente, até para assegurar o bem-estar das comunidades periféricas, a preocupação de descentralizar esse processo produtivo, seja por meio do beneficiamento, seja por meio de sistema mais palatável à sociedade? Vi, no grupo da ELETROBRÁS, a preocupação com a garantia de recursos para a segunda etapa da Usina de Tucuruí e a melhor estruturação do Porto de Belém. Ao lado dele está o Porto da Sotave, com o qual a Companhia Docas do Pará — CDP se preocupa, mas cuja estrutura nem a sociedade brasileira, nem o Governo podem se dar ao luxo de manter improdutivo. Há bem pouco tempo ele estava servindo de estribo, de apoio ilícito a narcotraficantes daquela região. É um porto que, em linguagem técnico, draga-se naturalmente e que poderia ser base de contêineres da própria PETROBRAS, numa parceria com empresa nacional ou internacional.

Então, já que existe a disposição de fortalecer o planejamento estratégico, preocupa-me o fato de que nele não esteja explicitada a vontade de descentralização de um processo produtivo e também de beneficiamento, visto que cabe ao Governo ou às empresas governamentais atenuar as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. José Sérgio Gabrielli, inicialmente, gostaria de cumprimentar o representante da PETROBRAS pelo belíssimo trabalho que tem feito nesse curto período do novo Governo, sobretudo em relação às plataformas. Trata-se de investimento importante que envolve grande volume de recursos e demonstra a atitude patriótica de incorporar à indústria brasileira as encomendas do País. É também efetiva contribuição para o desenvolvimento tecnológico do País, já tão marcante na PETROBRAS, gerando efeito multiplicador na geração de emprego. Então, louvo esse esforço empreendido em tão boa hora pela empresa.

Sr. Presidente, gostaria de abordar duas outras questões relativas a investimento. A primeira delas refere-se às refinarias. Há previsão de retomada do crescimento econômico e de crescimento sustentável do PIB brasileiro, o que acarretará maior demanda de energia e de combustível. Essa situação gerará gargalos no segmento produtivo. As áreas de energia térmica e de combustíveis líquidos, foco da PETROBRAS e que já apresenta utilização bastante elevada, vão demandar investimentos. Não temos dados sobre a idade média de nossas refinarias, mas sabemos que também é muito alta.

Enfim, a questão básica não se refere a investimento de curto prazo. Já sabemos do investimento para as plataformas. Mas e as refinarias, os oleodutos, a estrutura portuária? Há um estudo equilibrado sobre isso, levando-se em conta o esgotamento de nossa infra-estrutura e o crescimento sustentável do PIB? Os investimentos são compatíveis com qual percentual de crescimento do PIB? Poderíamos sonhar em crescer 5,5% durante uma década? Esse será um crescimento moderado diante do padrão da China, por exemplo, sobretudo diante das necessidades brasileiras?

Segunda questão: saindo da situação macro, a preocupação agora já é bastante micro, Sr. Presidente. A PETROBRAS faz importante investimento social, ou seja, mantém programas nas áreas de assistência social e cultura, mas não percebo investimento mais sólido, com discussão maior. Às vezes me surpreende um pouco as parcerias que ela tem em alguns setores, aparentemente não necessárias porque já estão contemplados com recursos próprios. É muito louvável a iniciativa da PETROBRAS, mas não conheço nenhuma maneira de democratizar esse processo e até de amplificá-lo ou acentuá-lo.

A empresa tem condição de manter, a exemplo do Banco do Brasil, uma fundação especificamente voltada para a área social, que beneficie a comunidade, a sociedade como um todo. Ela poderia, com muito mais razão, desenvolver esse lado. Não digo que deveria copiar o modelo do Banco do Brasil, mas pelo menos fazer algo que se torne mais visível, de preferência que tenha um conselho para direcionar, discutir prioridades, investimentos e — quem sabe? — estimular a sensibilidade social da empresa quanto à destinação de mais recursos para programas de assistência.

Vejo a PETROBRAS participar intensamente do combate à fome, contribuindo com Programa Fome Zero, mas há tantos outros programas dos quais também participa. Em decorrência dessa nova mentalidade da empresa, poderia haver neste particular estrutura mais adequada à sua vocação social e cultural mais aguda.

Enfim, eu apresento 2 problemas: os grandes investimentos voltados para o crescimento do Brasil e a expectativa da PETROBRAS em relação a isso; e os investimentos nas áreas social e cultural, que, da maneira como são feitos, parecem-me um tanto acanhados diante da expectativa do País em relação à PETROBRAS do novo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o Dr. José Sérgio, para responder aos questionamentos dos Deputados João Leão, Anivaldo Vale e Virgílio Guimarães.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - O Deputado João Leão apresentou 2 problemas. Sobre o primeiro, a estratégia para substituição do petróleo por combustíveis alternativos, considerando a possibilidade de esgotamento das reservas, informo que a PETROBRAS tem hoje 11 bilhões de barris de óleo equivalente de reserva provada. Se considerarmos o ritmo de crescimento da produção atual, de 8% ao ano, essas reservas terão vida útil garantida de 16 anos, sem as novas descobertas. Evidentemente, as novas descobertas significam aumento da capacidade e, portanto, essa taxa de reposição é móvel no tempo.

Além disso, ela investe, sim, em energias alternativas. A PETROBRAS foi muito importante, em vários momentos, no programa alcooleiro brasileiro, o maior do mundo para redução de emissões poluentes na atmosfera, com a substituição de gasolina por combustível orgânico.

A empresa também investe em *biodiesel*. Atualmente desenvolvemos a tecnologia de produção do *diesel* a partir da mamona. Há uma planta experimental no Rio Grande do Norte de produção de *diesel* a partir da mamona.

Investimos também na área de energia eólica, em novas utilizações do gás natural. Portanto, investimos fortemente em fontes energéticas alternativas.

Participamos de discussões com o Governo e empresas do Japão sobre necessidades e demandas que este País passou a ter desde que decidiu autorizar a combinação de até 3% de álcool etanol com gasolina. O aumento da demanda de álcool no Japão provavelmente causará impacto no Brasil. A PETROBRAS participa desses debates, embora não tenha ainda definição precisa sobre a nossa forma de intervenção.

O Deputado Anivaldo Vale mencionou a Amazônia, uma preocupação da empresa. Temos com muito orgulho uma área produtora extremamente importante no seio da Floresta Amazônica, a região do gasoduto de Urucu, que tem desempenho extremamente positivo. Sua produção ocorre em condições excepcionais, no meio da floresta, o que minimiza ao máximo os impactos ambientais da atividade.

Como disse ao Deputado Pauderney Avelino, apenas adiamos para o próximo ano a construção dos gasodutos que viabilizarão alternativas energéticas para a região amazônica, com a utilização do gás para geração de energia térmica, que substituirá o óleo combustível. Tal adiamento se deu pela necessidade de implantarmos projetos com prazos definidos para este ano de 2003. No entanto, a preocupação com a expansão da atividade da empresa na região amazônica é constante para a empresa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, permita-me fazer uma intervenção, para evitar a utilização do direito de réplica.

Quero só acrescentar uma preocupação. Quando fala sobre energia alternativa, Sr. José Sérgio, V.Sa. cita o álcool, que é um programa vitorioso. Muito me incomoda o fato de a base produtiva do álcool estar localizada em terras boas aqui de São Paulo, na região centro-sul, quando poderíamos utilizar terra barata. O Projeto de Vila Pacal foi implantado há 30 anos, no Governo da Revolução, mas é uma obra inacabada até hoje, e não vejo nenhum setor do Governo ou da PETROBRAS se preocupar com a revitalização desse programa. Muito pelo contrário: tomei conhecimento de que o Japão está interessado em utilizar 100 mil hectares do Estado de Tocantins, num sistema de parcerias, para produção de álcool a ser exclusivamente destinado ao seu programa.

Pelo seu tamanho, pela importância e pelo respeito que tem na comunidade, a PETROBRAS deve ser também indutora do processo de desenvolvimento. É isso que reclamo para uma região menos desenvolvida. Certamente a participação da PETROBRAS no processo pode estimular outras empresas nacionais ou internacionais a aliviar as dificuldades por que passamos.

Era esse o registro. Espero que V.Sa. tome nota de nossas preocupações.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É uma crítica que consideramos. Não temos ainda definição clara sobre a maneira de intervir, mas é um aspecto que estamos discutindo.

O Deputado Virgílio Guimarães levanta 3 pontos que me parecem extremamente importantes. No que se refere ao conteúdo nacional das plataformas, há previsão de investimento, no nosso plano estratégico, de 34,3 bilhões de dólares nos próximos 5 anos. Pretendemos investir 85% desses 34,3 bilhões de dólares no Brasil, dos quais 65% terão conteúdo nacional. Significa que prevemos um impacto

sobre a indústria brasileira, de demanda da PETROBRAS, em torno de 19 bilhões de dólares nos próximos 5 anos.

Estão associados ao programa de investimentos da PETROBRAS aproximadamente 141 mil empregos. Para isso, junto com o Ministério de Minas e Energia, no âmbito do PPA, participamos do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural — PROMINP, que viabilizará a expansão da capacidade de produção dos fornecedores da PETROBRAS e, portanto, causará impacto extremamente importante, expandindo nossas atividades relativas a plataformas e a investimentos.

No que se refere à expansão de refinarias, prevemos para os próximos 5 anos investimento de 5 bilhões de dólares. A palavra “expansão” é usada, no caso, no sentido da adaptação das refinarias ao processamento em maior quantidade do óleo pesado que produzimos. Isso significará, no período, aumento da capacidade atual da nossa estrutura de refino.

Nossa última refinaria foi construída em 1980. Portanto, nossas refinarias são velhas, mas estão sendo adaptadas. Com investimentos em torno de 1 bilhão de dólares por ano, sua capacidade produtiva aumentará em aproximadamente 200 mil barris. Nossa capacidade de refino hoje é de cerca de 1 milhão e 600 mil barris/dia. A demanda do Brasil está em torno de 1 milhão e 800 mil barris/dia. Com a expansão de nossas refinarias, expandiremos nossa capacidade de produção em aproximadamente 200 mil barris/dia.

Entretanto, o mercado também crescerá até 2007. No nosso plano estratégico prevemos crescimento médio de 3,5% do PIB até 2007, incluindo 2003, o que significará expansão da demanda de derivados de petróleo no Brasil em torno de 2,8% ao ano. A demanda prevista por nós para 2007 está em torno de 2 milhões e 100 mil barris de petróleo/dia. Nossa demanda, que poderá ser atendida por importação ou por uma nova refinaria, será em torno de 200 mil barris/dia em 2007.

No entanto, existem 2 novos fatos que podem afetar seriamente a situação. O primeiro deles é a descoberta de óleo leve. Se houver descoberta de óleo leve, e este for produzido, a necessidade de investimentos na área de refino se altera: maior quantidade de óleo leve será produzido no Brasil pelas refinarias. Pode haver alterações na estrutura de refino do País nos próximos 10 anos. Portanto, os investimentos devem se adaptar melhor à estrutura de demanda.

O segundo elemento importante é a expansão da produção de gás e a massificação do seu uso. Também pode haver substituição de óleo combustível e de óleo *diesel* por gás, o que altera a necessidade de construção de uma refinaria, que tem de ser definida em um contexto mais complexo do que simplesmente de projeção da demanda e da oferta neste momento.

Estamos debruçados sobre o nosso plano estratégico, discutindo e avaliando os diversos impactos. Não temos ainda decisão sobre isso, mas é importante considerar que o País pode voltar a crescer. E, caso isso ocorra, vai haver aumento da demanda de produtos derivados.

No que se refere a investimentos sociais e culturais, a PETROBRAS tem hoje 2 movimentos na direção apontada pelo Deputado. O primeiro movimento é de constituição de um programa chamado Fome Zero PETROBRAS, que tenta unificar os diversos programas sociais da empresa e maximizar o impacto que eles têm nas comunidades, além de tornar mais visível a atividade da empresa na área social.

No que se refere à área cultural, acabamos de aprovar e devemos lançar brevemente um programa de editais para apoio a atividades culturais no País. Em vez de darmos apoio pontual, vamos divulgar editais com datas, critérios e transparência, de tal maneira que democratizaremos o acesso aos recursos da

!

PETROBRAS para a área cultural, o que permitirá abrangência nacional, não atingindo apenas grupos consolidados.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, não sou membro da Comissão, mas na condição de Deputado da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Temos de obedecer à lista de oradores inscritos, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu não sabia que havia lista de inscrição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Nós vamos inscrever V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Há muitos oradores inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Um grupo de 3.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, é só uma pergunta sobre solvente.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Não podemos abrir exceção, em respeito aos outros Parlamentares.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Está bem. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, meus caros companheiros Parlamentares, ilustre Dr. José Sérgio Gabrielli, baiano que agora desempenha a função de Diretor Financeiro da PETROBRAS com grande competência, zelo e dedicação. A sua dedicação à universidade e às causas públicas assegura-lhe trajetória muito proveitosa naquela empresa, focada no interesse público e no desenvolvimento da empresa.

Quero saudar a Comissão Mista de Orçamento, que pela primeira vez em 12 anos teve a iniciativa de convidar um representante da PETROBRAS para discutir seus programas e o remanejamento das suas verbas, o que não ocorreu em outros momentos.

Já que estamos aqui a fazer saudações e celebrações, aproveito a exposição do Dr. José Sérgio Gabrielli para tratar do planejamento estratégico e da geração de energia de forma global.

No Governo passado — cito-o, mas o fato já vinha sendo verificado um pouco antes —, o planejamento, próprio do Ministério de Minas e Energia, que deveria levar em conta todas as fontes energéticas e os diversos atores que produzem energia no País para traçar caminhos e diretrizes, ficou por conta da PETROBRAS e da ELETROBRÁS. Penso que, de certo modo, esse foi um dos motivos que levaram ao apagão ocorrido no Governo anterior.

Parece-me que desde então se compreendeu a necessidade de o Ministério de Minas e Energia retomar essa posição de planejador de estratégias. E este Governo agora também caminha nesse sentido.

Mas ao ouvir a exposição do Dr. José Sérgio Gabrielli fiquei preocupado, porque percebi que relativamente ao petróleo e ao gás a PETROBRAS continua com domínio absoluto. E não falo do domínio da produção, o que vai continuar por muito tempo até que os outros atores se qualifiquem. Refiro-me ao planejamento.

O planejamento a que se refere o Dr. Gabrielli é do País. Tive a sensação de que ainda era aquele velho hábito monopolista da PETROBRAS, pois era ela que planejava e definia os rumos de tudo isso. Então, ao ouvir o Diretor da empresa falar sobre esse planejamento estratégico para os próximos 10 anos, percebi que são pontuais as preocupações com o gás, com o álcool e outras fontes de energia.

É muito importante que a PETROBRAS continue a trajetória que iniciou, quando abriu mão do monopólio, de reconhecer, incentivar e estimular os outros

agentes econômicos privados, que vão dar grande colaboração à produção, à distribuição e à comercialização de energia no País.

Em determinado momento, tive certo receio de que eles não estivessem sendo levados em consideração de forma adequada, de que a PETROBRAS tivesse ainda, usando termo um pouco gasto, o velho cacoete do passado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Ribeiro) - Com a palavra o ilustre Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Sr. Sérgio Gabrielli a respeito do esporte nacional, área em que a PETROBRAS tem investido, diga-se de passagem, com muita qualidade. Uma série de modalidades esportivas são apoiadas pela empresa, inclusive o Clube de Regatas Flamengo.

Sou Relator de um projeto que tramita na Comissão de Trabalho e que versa sobre a proibição de investimento publicitário da PETROBRAS no exterior. Consta que a empresa faz investimentos muito altos, milhões de dólares, na equipe Williams de Fórmula 1, no piloto colombiano Juan Pablo Montoya, bem como no Racing Clube ou em um clube de futebol da Argentina, cujo nome me foge à memória agora. Esse projeto busca exatamente proibir a PETROBRAS de fazer investimentos externos.

Se V.Sa. tiver alguma informação importante sobre esse assunto que possa nortear o nosso relatório definitivo na Comissão do Trabalho, peço-lhe que nos remeta, pois se trata de matéria que depende muito da sua explicação. Tentei falar com o Presidente da empresa, mas não consegui. Designaram alguém para vir falar em nome da PETROBRAS. Na minha opinião, se o Presidente não está interessado, a empresa também não está, senão teria ao menos perdido tempo numa ligação ao Deputado. Na verdade, não acho que seja perda de tempo, mas um ganho para a empresa. Estou preocupado com a pouca importância que o Presidente da PETROBRAS deu ao tema.

Também sou membro desta Comissão Mista de Orçamento, na qual tratamos de PL importante sobre as empresas brasileiras, principalmente a PETROBRAS. Acredito que suas palavras nos servirão de orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta sobre as obras contratadas pela PETROBRAS e que depois são transferidas a *players* outros para efetivação.

Especialmente na área de gasodutos, durante os 4 anos em que presidi o Grupo Parlamentar Brasil/Ucrânia, em comitiva com Diretores da PETROBRAS e com o Ministro de Minas e Energia visitamos várias empresas da Ucrânia, fornecedoras de compressores e tubos, que poderiam ser parceiras da PETROBRAS. Lá assinamos convênios para exploração de petróleo no Mar Negro e no Mar de Azov.

Acontece que, quando o fornecedor ucraniano de tubos ganhou a concorrência na PETROBRAS, a empresa decidiu anular o processo e dar a uma empresa japonesa ou a um outro sócio do empreendimento a autonomia para contratar. Esse era um fato comum, verificado em vários processos onde esse fornecedor procurou trabalhar com a PETROBRAS. No único contrato em que foi vencedor e não houve cancelamento da concorrência, posteriormente foi dado ao sócio privado da PETROBRAS o direito de contratar quem bem entendesse. E aí sempre contratava o concorrente. A empresa ucraniana acabou pagando multa por razões não legítimas.

!

Então, há sempre a tentativa de prejudicar o fornecedor que tem preços muitos competitivos e que seria um bom colaborador para a redução de custos da infra-estrutura de gás que devemos instalar no Brasil.

Então, Sr. Diretor, gostaria que V.Sa. nos explicasse exatamente qual é a base legal de que a PETROBRAS se utiliza para, em licitando determinadas compras e não gostando do resultado final da concorrência, poder cancelá-la simplesmente e passar ao seu sócio privado no empreendimento o direito de contratar quem ele bem entenda, suprimindo o processo que aconteceu anteriormente. Foram vários os episódios em que isso ocorreu. Eu queria que V.Sa. nos explicasse com clareza que critério é esse de que a PETROBRAS se utiliza para delegar ao seu sócio privado autonomia para executar as obras que seriam de sua responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o último orador, o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Diretor da PETROBRAS, eu gostaria de aproveitar o fato de estar neste momento na Comissão para esclarecer uma dúvida, e é um assunto que, se for verdadeira a informação que recebi, passa a ser muito importante; se não for, seu esclarecimento ajudaria muito. Deram-me a informação de que a utilização de solventes no combustível não é danosa ao motor. Ora, trata-se de um crime econômico, porque se usa o solvente com a intenção de ganhar dinheiro com a mistura. É um crime econômico em que há dolo; o motor do automóvel, porém, não sofre danos em decorrência da utilização do solvente, e existem mais de mil fórmulas em que se utiliza a mistura de combustíveis e solventes no mundo todo; cada país tem uma ou várias fórmulas, uma diferente da outra.

Ora, se for verdade que um solvente, “n” vezes mais barato, seja a solução, por que a PETROBRAS não usa mais solvente e baixa o preço do combustível? Em vez de deixar os outros fazerem essa mistura de forma criminosa, por que a PETROBRAS não a faz legalmente, com base na octanagem e com uma fórmula química que não seja danosa para o automóvel?

Nós consumidores nunca sabemos nada sobre os males ou as benesses dos produtos para o motor dos nossos carros. Por exemplo, até hoje, na condição de consumidor, não sei se a utilização do álcool é boa ou ruim, nem sei qual é o limite, se seria possível colocar mais ou menos álcool, se a dosagem poderia ser de 30%. Então, eu gostaria de saber se é verdade que no mundo todo se usa muito o solvente para reduzir o preço dos combustíveis e às vezes até melhorar a qualidade. Dizem que nos carros da Fórmula 1 é muito comum a utilização de solventes em altíssima quantidade misturado ao combustível. Eu só gostaria de saber se isso é do seu conhecimento, uma vez que se trata de matéria técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar também o Deputado João Almeida, meu conterrâneo e amigo de muitos anos.

Quando falei de planejamento da PETROBRAS, quis dizer exatamente isso: planejamento da PETROBRAS. Não falei de planejamento do Governo. O problema é que a PETROBRAS é muito grande mesmo.

Quanto ao gás, a PETROBRAS descobriu as reservas, que pertencem a ela, enquanto tiver a concessão para explorar. Mas elas pertencem à PETROBRAS e foram descobertas graças ao esforço da empresa na área de exploração.

A PETROBRAS está investindo esse ano na área de gasodutos. Firmamos com financiadores japoneses um contrato de US\$ 1 bilhão para desenvolver a malha de gasodutos no Nordeste e no Sudeste. Isso está sendo feito.

Quanto às alternativas de intervenção na área do álcool, dissemos que não temos clareza acerca de como fazer. Não vamos substituir órgão algum de Governo e provavelmente não vamos entrar na produção de álcool, mas hoje misturamos à gasolina o álcool na proporção de 25%. Portanto, isso afeta o nosso negócio de gasolina — e é da PETROBRAS que estou falando. Além disso, a Presidenta do nosso Conselho de Administração é a Ministra Dilma Rousseff, e fazem parte dele o Ministro Antonio Palocci e o Ministro Jaques Wagner; portanto, temos 3 Ministros do Governo no Conselho de Administração da empresa. Dessa forma, evidentemente parte das definições estratégicas do Governo e da PETROBRAS estão associadas, mas por meio da ação do Conselho de Administração da empresa.

A empresa não pretende não ter competidores nem ser exclusiva. Hoje, temos na área de exploração e produção mais de 60 contratos de *joint ventures* com empresas internacionais para produzir no Brasil, para explorar petróleo no Brasil. Somos sócios da Repsol no Rio Grande do Sul. Então, temos hoje a visão de que a competição e a abertura vão viabilizar a presença da PETROBRAS. O que nós achamos que não é correto é que ela abra mão dos seus investimentos do passado e da sua *expertise*, da sua capacidade gerencial, da sua capacidade produtiva. Essa é uma outra questão. Em função disso é que estamos falando em planejamento. Mas não pretendemos impedir a competição, não pretendemos impedir que outros participem das atividades de petróleo. Ao contrário, o nosso é um planejamento estratégico da empresa, e não um planejamento estratégico do Governo.

O Deputado Jovair Arantes levanta duas questões que me parecem bastante importantes, e eu queria dar a visão da empresa sobre as duas questões. A primeira questão é a Fórmula 1. Por que a PETROBRAS investe na Fórmula 1? Ela é a fornecedora de gasolina da BMW Williams. Nossa gasolina hoje é considerada, no âmbito da Fórmula 1, a melhor do mundo. A empresa fez muitos investimentos em termos de desenvolvimento tecnológico e de combinação de diversos tipos de solventes, e a Fórmula 1 usa 200 mil litros dessa gasolina por ano. O desenvolvimento tecnológico associado ao investimento na Fórmula 1 deu vários resultados para a empresa, inclusive um produto novo no Brasil, que é a gasolina Podium. A gasolina Podium, gasolina especial, considerada uma das melhores, se não a melhor do mundo no mercado consumidor, é resultante dos investimentos e do desenvolvimento tecnológico associados à Fórmula 1. Então, a idéia é apenas a da propaganda com a Fórmula 1; o investimento que fazemos aí é relativo ao desenvolvimento tecnológico, à associação do desenvolvimento da produção de gasolina numa área em que, digamos, a expansão tecnológica do motor à combustão está no limite do conhecimento humano, a área de Fórmula 1, em que há grandes empresas investindo na fronteira do desenvolvimento tecnológico dos motores à explosão. E a empresa produz um combustível de motor à explosão — essa é a razão por que se investe na Fórmula 1.

No Racing, na Argentina, a PETROBRAS, em outubro do ano passado, adquiriu o controle de uma empresa chamada Perez Compan, que é a segunda empresa de petróleo da Argentina. Essa empresa, repito, foi adquirida pela PETROBRAS. Em maio deste ano os órgãos reguladores na Argentina autorizaram a incorporação dessa empresa, que hoje se chama PETROBRAS Energia S.A. E essa empresa na Argentina tem acionistas minoritários. A PETROBRAS detém 58% das ações, e os acionistas minoritários, que são vários, detêm 42%. E é a PETROBRAS argentina quem financia o Racing, e não é a PETROBRAS do Brasil. É a PETROBRAS argentina, na Argentina, o que, aliás, é o motivo por que o projeto de

!

geração de energia está incluído em R\$ 68 milhões. Como a PETROBRAS argentina a partir de maio deste ano passou a ser controlada pela PETROBRAS, ela precisa ser incluída no Orçamento nacional, garantindo-se o investimento. E ela atua, na Argentina, na geração e na distribuição de energia. É essa a razão, respondendo à pergunta do Deputado sobre a geração de energia no exterior. Ela é da PETROBRAS — a PETROBRAS Energia S.A. na Argentina.

O Deputado Ricardo Barros menciona a situação das licitações da empresa em relação a tubos. A estrutura de investimentos da PETROBRAS tem vários tipos de arranjos operacionais. Primeiramente, temos financiamentos chamados corporativos, em que a empresa capta os recursos e com base nesse financiamento faz o seu investimento. Mas existem outros tipos de financiamento, os chamados financiamentos estruturados — *project finance*. Esses projetos são criados por meio de sociedades de propósito específico, que são responsáveis por eles. O investimento é feito pela sociedade, e o financiamento é dessa sociedade. Por isso, há possibilidade de existir o que se chama de “epecista”, que é o *engineering, procurement and constructive contractor*, o operador que pode fazer os contratos com os fornecedores.

No que se refere a tubos — e não gostaria de entrar nos detalhes específicos sobre os fornecedores ucranianos —, os elementos de qualidade e de atendimento a padrões são muito importantes, por causa dos impactos ambientais que pode haver com o gasoduto. Portanto, o cuidado com os elementos técnicos são muito importantes na escolha do fornecedor de tubos.

Deputado Max, eu havia mencionado que há um conjunto de solventes e componentes distintos utilizados na gasolina da Fórmula 1. Não sou engenheiro químico nem mecânico, portanto não tenho condições de responder sua indagação quanto ao efeito no motor; mas, como economista, posso falar de um problema específico: há uma importante diferença tributária que afeta a mistura do solvente com a gasolina. A gasolina tem uma determinada tributação, e o solvente tem outro tipo. Isso faz com que a utilização do solvente tenha um impacto, economicamente, sobre o preço final, que é distinto porque a estruturas tributárias são diferenciadas. Do ponto de vista do custo e do volume de produção necessária há um problema, porque o volume de produção dos solventes não segue a mesma proporção do volume de produção de gasolina. No caso da gasolina e do petróleo, os coeficientes técnicos são pouco rígidos; não dá para modificar muito a composição do produto da refinaria, e os lubrificantes e os solventes são partes pequenas desse produto.

O problema é que alterar completamente a estrutura do refino da gasolina que será lançada no mercado depende da capacidade de produção do solvente, do custo relativo e tributário do solvente e da gasolina e do efeito sobre os automóveis. Eu nada sei sobre o efeito; portanto, não posso responder a uma parte da pergunta.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu sei que o senhor é economista, e é Diretor Financeiro da empresa, portanto não poderia assumir uma questão técnica; mas, como Deputado, vou pedir uma informação. Eu soube que o solvente não prejudica e é mais barato; então, poderíamos pensar em um combustível mais barato para o brasileiro. Tecnicamente, descobriram um combustível formidável, o Podium, por exemplo, que pode ser até mais barato, mas pela novidade e pelos bons préstimos que ele traz, por ser melhor, estão cobrando muito caro, quando poderiam cobrar até mais barato.

Refiro-me não à capacidade tecnológica da nossa querida PETROBRAS, da qual temos tanto orgulho, mas à capacidade de chegarmos a um entendimento sobre como baixar o preço. Essa fórmula tributária não é do nosso conhecimento. Eu trabalho na Comissão de Finanças e Tributação e também não conheço essa

fórmula do tributo. Vou pedir essas informações e depois poderemos chegar a alguma conclusão. Só quero dizer que suspeito que é possível baixar o preço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Amir Lando.

O último orador é o Sr. José Sérgio Gabrielli.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu tenho direito a uma réplica e gostaria de fazê-la.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Em primeiro lugar, Dr. Gabrielli, gostaria de agradecer a V.Sa. a presença nesta reunião. V.Sa. conseguiu, num relâmpago, dar-nos aqui informações importantes. Na minha avaliação sua palestra foi absolutamente satisfatória. Sabemos que às vezes decifrar alguns dados do Orçamento, como cancelamentos e relocações de recursos, depende de informações, e elas vieram.

Em primeiro lugar, é preciso que o Congresso Nacional saiba que a PETROBRAS é uma empresa pública que funciona como se de caráter privado. A concepção das empresas públicas brasileiras foi perfeita, bifronte. De um lado elas são privadas para ter mobilidade e competitividade, para poder atuar no mercado, inclusive com o sigilo que às vezes é exigido; de outro lado são públicas. De repente veio a camisa-de-força, submeteu-se a empresa à licitação, a tudo isso. E como uma empresa pode ser competitiva, como pode manter segredos para o sucesso se tem de deixar às vezes tudo em aberto, tudo previamente estabelecido? Realmente, só a PETROBRAS soube superar essas dificuldades e mostrou, pela sua grandeza, pela sua evolução patrimonial e tecnológica, ser uma empresa que apesar de todas as amarras pôde sobreviver e progredir.

É claro que mecanismos como a BRASPETRO e as empresas sediadas no exterior que hoje fazem parte da *holding* foram a fórmula encontrada, exatamente para fugir de todo esse processo de dominação legal a que se submeteu a PETROBRAS. Engenho e arte, parece-me que foram essas as grandezas da empresa, muita imaginação e sobretudo espírito de corpo, sempre pensando no seu sucesso, no seu desenvolvimento e no seu progresso. Temos orgulho da PETROBRAS, mas ela sobretudo deve ter ainda mais orgulho de si própria.

Nessa linha, V.Sa. deu-nos todas as informações. É claro que alguns poderão ter dúvidas, mas não há de que duvidar. Sabemos que, diante das dificuldades, as definições estratégicas de uma empresa muitas vezes fazem-se em razão das possibilidades. Empresa não é simplesmente execução orçamentária, embora muitas vezes se tente dar esse cunho aos debates nesta Comissão.

Se não deu para investir este ano no gasoduto, na Amazônia, porque houve inclusive uma ação civil pública que impediu essas operações, temos de buscar mudar com urgência o investimento para outra área, estrategicamente, para não perdermos eficiência. Está correta a ação da PETROBRAS. Ela tem que continuar assim. Temos que soltar as amarras de toda a legislação. A demora na apreciação de um projeto como o que já tramita no Congresso Nacional há alguns meses atrapalha a vida da empresa, o seu sucesso, o seu avanço tecnológico, científico, econômico-financeiro e, mais do que isso, atrapalha o Brasil. Não podemos de maneira alguma atrapalhar este País demorando para aprovar projetos dessa natureza.

Agradeço a V.S. Até outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nesta réplica, Diretor, gostaria de pedir informações sobre a compra de tubos. Entendo suas justificativas, mas,

!

sendo uma sociedade de propósito específico, não deveria a PETROBRAS anteriormente ter licitado a compra desses equipamentos ou a compra desses oleodutos, aquedutos ou gasodutos. Se ela tinha uma sociedade de propósito específico, deveria ter imediatamente iniciado daquela forma, mas não abrir uma concorrência e ao final decidir cancelar ou definir que a compra fosse feita de outra forma. É essa questão que levanto. Não vou discutir a questão da sociedade de propósito específico, que está amparada pela lei.

Gostaria de pedir também ao Sr. Diretor, uma vez que o fornecedor ucraniano foi auditado e qualificado para o fornecimento — entendi sua ressalva quanto à qualidade, mas acompanhei o processo de qualificação do fornecedor; portanto, essa justificativa não seria adequada —, que a PETROBRAS enviasse a esta Comissão explicações sobre esses cancelamentos de concorrências e transferências para compra por outro parceiro comercial, especialmente no caso do Japão, da Toyo, que é uma parceira grande e representa um investimento grande. Quanto é a participação da PETROBRAS nesse investimento junto com o financiador japonês? Desse US\$ 1 bilhão, quanto era da PETROBRAS?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Esse valor de US\$ 1 bilhão refere-se ao financiamento externo, dos japoneses, dos europeus e do BNDES, da PETROBRAS. São todos investimentos externos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sei, mas há um projeto a ser executado que tem um financiamento de US\$ 1 bilhão de dólares. Qual é a participação da PETROBRAS nesse empreendimento?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - A PETROBRAS recebe esses recursos, que vão ser executados por SPEs.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A PETROBRAS não tem nenhuma participação na SPE?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não, diretamente não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nessa sociedade de propósito específico?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - Não. Ela é independente, porque é um projeto próprio de sociedade de propósito específico.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ela é concessionária, então?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO - É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Muito bem. Eu gostaria, Sr. Diretor, que V.Sa., por favor, encaminhasse à Comissão informações sobre esse procedimento de abrir concorrências e cancelá-las antes da homologação, passando para terceiros o direito de adquirir os equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Após as explicações prestadas pelo Dr. José Sérgio Gabrielli, a sessão de audiência pública está encerrada.

A seguir, teremos a sessão ordinária da Comissão para a votação de projetos.

Muito obrigado, Dr. José Sérgio Gabrielli, pela presença e pelos esclarecimentos prestados.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 18 E 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Aos dezoito e vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, César Borges, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Alberto Goldman, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Heleno Silva, Homero Barreto, João Batista, José Pimentel, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Mário Negromonte, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Sibá Machado e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos parlamentares não-membros, Coriolano Sales, Ildeu Araujo, João Tota. O Deputado Pedro Chaves e o Senador Magno Malta justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Amauri Robledo Gasques, Carlito Merss, Cezar Silvestri, Eduardo Gomes, Jackson Barreto, José Priante, Lael Varella, Machado, Mauro Lopes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho e Paulo Bernardo; - **Senadores titulares:** Almeida Lima, Duciomar Costa, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Lúcia Vânia, Romeu Tuma, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às quinze horas e dois minutos do dia dezoito de novembro, o Presidente declarou iniciada a reunião. Em seguida, informou haver sido publicada na Revista *Época*, na edição de 16 de novembro de 2003, nota com o título "Orçamento da União está sob suspeita" e, em seguida, leu a resposta encaminhada ao referido semanário. Os Deputados Gilmar Machado e Antônio Carlos Mendes Thame discutiram o assunto. A seguir, O Deputado Ricardo Barros teceu considerações sobre o teor da *Resolução nº 02/2003-CN*, aprovada em 13 de novembro de 2003 pelo Plenário do Congresso Nacional, que dá nova redação ao *art. 25 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, especificamente quanto às emendas coletivas indicadas pelos senadores. Em seguida, leu o pronunciamento do Senador Amir Lando na referida sessão, que propunha pequena alteração, resultante de acordo, no texto da Resolução e que não havia sido aprovada. Prosseguindo, o Deputado Ricardo Barros comunicou que, em virtude do descumprimento do acordo, estava marcada audiência com o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para às dezessete horas e trinta minutos daquele dia, oportunidade em que iria entregar o texto com as alterações a serem propostas. Finalizando, solicitou o encerramento dos trabalhos, conforme o estabelecido no *art. 29, § 1º do Regimento Comum*. O Deputado Gilmar Machado propôs que os trabalhos fossem interrompidos naquele momento e que retornasse às dezenove horas, após a audiência com o Presidente do Senado Federal. O Deputado Claudio Cajado

!

solicitou esclarecimentos sobre a referida audiência, sendo seguido pelo Deputado Pauderney Avelino. O Presidente solicitou aos representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão que acompanhassem o Deputado Ricardo Barros. Discutiram o assunto os Deputados Virgílio Guimarães e Wilson Santiago. Questionado pelo Deputado João Leão, o Deputado Ricardo Barros explicou que sua intenção era de assegurar a igualdade de tratamento a todos os parlamentares. O Deputado Walter Pinheiro discutiu o assunto e manifestou-se pelo prosseguimento dos trabalhos, tendo em vista a proximidade do encerramento da sessão legislativa, sendo seguido pelo Deputado Anivaldo Vale. O Deputado Roberto Balestra solicitou ao Deputado Ricardo Barros que retrocedesse com o seu pedido. O Deputado Claudio Cajado solicitou ao Presidente que respondesse à questão de ordem levantada pelo Deputado Ricardo Barros. Em seguida, o Presidente propôs ao Deputado Ricardo Barros que retirasse o pedido de encerramento da reunião, ao tempo em que informou que o *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional já havia sido atingido. O Deputado Ricardo Barros solicitou o apoio dos representantes das Lideranças para o cumprimento do acordo. O Presidente pediu aos representantes que se manifestassem. Posicionaram-se favoráveis os Deputado Virgílio Guimarães, pelo PT, Deputado Pauderney Avelino, pelo PFL; Deputado Roberto Balestra, pelo PP; Deputado Renato Gasagrande, pelo PSB; Deputado Anivaldo Vale, pelo PSDB; Deputado José Borba, pelo PMDB; Deputado Humberto Michiles, pelo PL; e Deputado Leonardo Mattos, pelo PV. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros pediu licença para retirar-se do recinto. **ORDEM DO DIA: Item 01 - Projeto de Lei nº 05/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$ 3.895.568.955,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Pauderney Avelino. Foi apresentada 01 emenda. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O Relator procedeu à leitura do Voto. O Deputado Anivaldo Vale discutiu a matéria, seguido pelos esclarecimentos do relator. O Deputado Pauderney Avelino informou que solicitaria informações complementares à Petrobras através de ofício. Após, usou da palavra o Deputado Virgílio Guimarães. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 02 - Projeto de Lei nº 08/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 36.338.239,00 (trinta e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Sérgio Cabral. Foram apresentadas 165 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Às dezesseis horas e dezoito minutos, tendo em vista a ausência do relator, o Deputado Anivaldo Vale solicitou inversão de pauta no sentido que o relatório fosse apreciado posteriormente. O Plenário assentiu. A matéria voltou a ser apreciada após o item 07 da pauta por solicitação do Deputado Virgílio Guimarães, que procedeu à leitura do Voto. Os Deputados Claudio Cajado, Anivaldo Vale e Virgílio Guimarães usaram da palavra para debater a matéria. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 03 - Projeto de Lei nº 40/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado João Leão. Foram apresentadas 142 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Deputado Gilmar Machado procedeu à leitura do Voto. Às dezesseis horas e vinte minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, assumiu o exercício da Presidência. No uso da palavra, o Deputado Wilson Santiago solicitou o adiamento da apreciação em virtude da ausência do relator naquele momento. O Deputado Virgílio Guimarães propôs que a matéria fosse apreciada ao final da pauta. O Plenário assentiu. Por solicitação do Deputado Virgílio Guimarães, a matéria voltou a ser apreciada após o item 02, que também havia sofrido inversão de pauta. Não havendo mais quem quisesse discutir, o Presidente procedeu à votação da matéria. O Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 04 - Projeto de Lei nº 48/2003-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 1.544.000,00

!

(um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências." Relator: Senador Leonel Pavan. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Estando ausente o relator, o Senador Roberto Saturnino procedeu à leitura do Voto. O Deputado Claudio Cajado discutiu a matéria manifestando-se favoravelmente ao Relatório. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 05 - Aviso nº 008/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó (TC nº 004.904/2003-1)". Relator: Senador João Ribeiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Claudio Cajado procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 06 - Aviso nº 018/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário) bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás - Divisa DF/GO - Entroncamento BR-153/GO (TC nº 004.264/2003-1)". Relator: Deputado Ricardo Barros. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator procedeu à apresentação do Relatório. Ao debater a matéria, o Deputado Claudio Cajado solicitou esclarecimentos ao Deputado Ricardo Barros e foi atendido. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Renato Casagrande, na qualidade de relator do **Item 21 - Aviso nº 083/2003-CN**, solicitou adiamento de sua apreciação, tendo em vista que o respectivo Relatório sofreria alterações. Com a concordância do Plenário, o Presidente em exercício declarou a **retirada de pauta** da matéria. **Item 07 - Aviso nº 021/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de Auditoria realizada junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins - BR-060/DF - Distrito Federal - Divisa DF/TO- (TC-004.556/2003-6)" Relator: Deputado Roberto Balestra. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Wasny de Roure procedeu à apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, o Senador Gilberto Mestrinho retornou à condução dos trabalhos. **Item 08 - Aviso nº 028/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 684, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras relativas à construção de hospital em Itapipoca, Estado do Ceará (TC nº 007.210/2003-4)". Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente a relatora, o Deputado Wasny de Roure procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 09 - Aviso nº 035/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 751, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Relatório de Inspeção realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica da Adutora do Oeste no estado de Pernambuco (TC nº 008.072/2003-0)". Relator: Senador Mozarildo Calvacanti. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Gilmar Machado solicitou adiamento da apreciação. Com a concordância do Plenário, o Presidente anunciou a **retirada de pauta** da matéria, para ser apreciada na reunião seguinte. **Item 10 - Aviso nº 037/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 753, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Relatório de levantamento de

!

auditoria realizado nas obras de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG referente a linha 1 do metrô, trecho São Gabriel - Via Norte (TC nº 004.630/2003-5)." Relator: Deputado Ary Vanazzi. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela vedação da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Wasny de Roure procedeu à leitura do Voto. Ao debater a matéria, o Deputado Wilson Santiago solicitou o adiamento de sua apreciação, tendo em vista a ausência do relator. O Deputado Virgílio Guimarães concordou. Com a aquiescência do Plenário, o Presidente anunciou a **retirada de pauta** da matéria, para ser apreciada na reunião seguinte. Em seguida, o Deputado Claudio Cajado solicitou inversão de pauta no sentido de que fosse apreciado o item 22. O Plenário assentiu. **Item 22 - Aviso nº 091/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1290, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre auditoria realizada nas obras do Metrô de Salvador (BA), trecho Lapa-Pirajá (TC nº 011.360/2003-8)". Relator: Senador Almeida Lima. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Wilson Santiago procedeu à leitura do Voto. Ao debater a matéria, às dezessete horas e nove minutos, o Deputado Wasny de Roure propôs o adiamento de sua apreciação, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos adicionais por intermédio do Tribunal de Contas da União. Nesse momento, o Presidente informou que a Comissão já havia recebido as informações daquela Corte de Contas. Não havendo mais quem quisesse discutir, o Presidente procedeu à votação da matéria. O Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 11 - Aviso nº 041/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5)". Relator: Deputado Lael Varella. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, a Deputada Professora Raquel Teixeira procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 12 - Aviso nº 092-007/2002**, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002." (*construção de Ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí*). Relator: Deputado Lael Varella. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Presidente informou que se tratava da mesma obra do Aviso nº 41/2003. Estando ausente o relator, a Deputada Professora Raquel Teixeira procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Anivaldo Vale solicitou inversão de pauta no sentido de que fossem apreciados os seguintes requerimentos de sua autoria: **item 29 - Requerimento nº 16/2003, item 30 - Requerimento nº 17/2003, item 31 - Requerimento nº 18/2003 e Item 32 - Requerimento nº 19/2003**. O Deputado Wasny de Roure, com o apoio do Deputado Claudio Cajado, propôs que a apreciação desses itens fosse realizada posteriormente. Com a aquiescência do Plenário, o Presidente declarou **adiada** a apreciação dos itens 29, 30, 31 e 32. **Item 13 - Aviso nº 052/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 866, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada pela Secex/RN com vistas a apurar possíveis irregularidades em obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC - 005.814/2002-9)". Relator: Deputado João Grandão. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Deputado Roberto Balestra procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 14 - Aviso nº 013/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 592, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº

004.906/2003-6)". Relator: Deputado João Grandão. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Roberto Balestra procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 15 - Aviso nº 092-030/2002**, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002", (*obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte*). Relator: Deputado João Grandão. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Roberto Balestra procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 16 - Aviso nº 058/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 949, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado, no período de 19/05 a 13/06/2003, nas obras de "Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas - Boca do Acre - Divisa AM/CM" (TC - 009.430/2003-7)". Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela suspensão da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. A matéria foi **retirada de pauta** por solicitação do Senador Gilberto Mestrinho, para ser apreciada na reunião seguinte. **Item 17 - Aviso nº 072/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1114, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre levantamento de auditoria realizada nas Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Construção da Barragem de Poço Verde/SE (TC nº 010.848/2003-6 e TC nº 010.847/2003-9)". Relator: Deputado Gilberto Kassab. Voto: Pela manutenção da vedação. Estando ausente o relator, o Deputado Wilson Santiago procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 18 - Aviso nº 092-011/2002**, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002". (*Construção da Barragem de Poço Verde/SE*). Relator: Deputado Gilberto Kassab. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Wilson Santiago procedeu à leitura do Voto. O Presidente informou que se tratava da mesma obra do item 17 - Aviso nº 072/2003-CN, já aprovado. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 19 - Aviso nº 082/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1197, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam sobre Levantamento de Auditoria realizada nas obras referentes à Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul - Construção de Trechos Rodoviários no Rio Grande do Sul (TC nº 008.412/2003-4)". Relator: Deputado Pedro Chaves. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela suspensão da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Às dezessete horas e trinta e três minutos, estando ausente o relator, o Deputado Bismarck Maia procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 20 - Aviso nº 092-104/2002-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002". (*Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul - no estado do Rio Grande do Sul*). Relator: Deputado Pedro Chaves. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Presidente informou que se tratava da mesma obra do item 19 - Aviso nº 082/2003-CN, já aprovado. Estando ausente o relator, o Deputado Bismarck Maia procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 23 - Aviso nº 092/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1371, de 2003 - (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria em obra de ampliação dos molhes do porto de Rio Grande e dragagem de aprofundamento do canal de acesso, no Estado do Rio Grande do Sul - (TC nº 011.252/2003-0)". Relator:

!

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Voto: Pela manutenção da vedação. Estando ausente o relator, o Deputado Claudio Cajado procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, o Deputado Wilson Santiago propôs o adiamento da apreciação o item 27 - Aviso nº 04/2003-CN. O Presidente informou que a solicitação do Parlamentar seria apreciada após o item 24. **Item 24 - Aviso nº 092-157/2002-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002". (*ampliação dos molhes do porto de Rio Grande e dragagem de aprofundamento do canal de acesso, no Estado do Rio Grande do Sul*). Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Após o Presidente realizar a leitura da ementa do Aviso, os Deputados Wasny de Roure e Anivaldo Vale manifestaram-se pelo adiamento da apreciação dos itens 25 (Aviso nº 92-117/2002-CN) e 26 (Ofício nº 249/03), respectivamente. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação do item 24, solicitando ao Deputado Claudio Cajado que procedesse à leitura do Voto, tendo em vista a ausência do relator. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 25 - Aviso nº 92-117/2002-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades grave no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002". (*Perímetro de Irrigação Salangô no Estado do Maranhão*). Relator: Senador Jonas Pinheiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela juntada deste parecer ao do aviso nº 001/2003 e pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Presidente anunciou a **retirada de pauta** da matéria para ser apreciada na reunião seguinte, por solicitação do Deputado Wasny de Roure. **Item 26 - Ofício nº 249/03** apresentado pelo Deputado Bismark Maia, relator do Projeto de Lei nº 51/2003-CN, que abre Crédito Suplementar aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, propondo sobrestamento do andamento do mesmo (Art. 63 do Regulamento Interno desta Comissão) e solicitando informações adicionais ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que seja produzido o respectivo relatório. O Presidente anunciou a **retirada de pauta** da matéria, para ser apreciada na reunião seguinte, por solicitação do Deputado Anivaldo Vale. **Item 27 - Aviso nº 04/2003-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, referente ao exercício de 2002, de acordo com o artigo 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989". Relator: Deputado João Leão. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Presidente anunciou a **retirada de pauta** da matéria, para ser apreciada na reunião seguinte, por solicitação dos Deputados Anivaldo Vale e Wilson Santiago. **Item 28 - Aviso nº 19/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Atividades, referente ao 1º trimestre do exercício de 2003". Relator: Deputado Carlito Mess. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Deputado Wasny de Roure procedeu à leitura do Voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Anivaldo Vale propôs a suspensão dos trabalhos, solicitando que os requerimentos de sua autoria - itens 29 a 32 - fossem apreciados inicialmente no prosseguimento da reunião. O Presidente assentiu e às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos. Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte do mesmo mês, o Presidente deu continuidade à reunião e informou que adiará a apreciação das Atas. Em seguida, solicitou ao Deputado Wilson Santiago que lesse o expediente. **EXPEDIENTE:** - Correspondência interna recebida: **1)** Ofício nº 160 de 12 de novembro, do Deputado Wellington Roberto, solicitando correção de erro material na emenda de sua autoria apresentada ao Projeto de Lei nº 49/2003-CN. **2)** Ofício sem número, de 18 de novembro, do Deputado Aracely de Paula, comunicando sua reassunção ao cargo de Deputado Federal, na condição de titular, ao tempo em que solicita providências urgentes junto à Secretaria da Comissão no sentido de autorizar a confecção da senha de acesso ao sistema de elaboração das emendas à Proposta Orçamentária para 2004. **3)** Ofício nº 1.335, de 19 de novembro, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, solicitando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei Orçamentária para

2004 e ao Plano Plurianual para o período 2004-2007. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Memorando nº 183, de 13 de novembro, do Deputado João Correia, justificando ausência às reuniões realizadas na semana de 10 a 14 de novembro, tendo em vista a participação em atividades parlamentares. **2)** Ofício nº 204, de 14 de novembro, do Deputado Pedro Chaves, justificando ausência às reuniões realizadas na semana de 14 a 24 de novembro, em virtude de viagem de missão oficial. - Atas encaminhando a eleição dos Coordenadores de Bancada Estadual: **1)** Bancada do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenador: Deputado Álvaro Dias. **2)** Bancada do Estado do Paraná. Coordenador: Deputado José Borba. **3)** Bancada do Estado do Ceará. Coordenador: Deputado Inácio Arruda. **4)** Bancada do Estado da Bahia. Coordenador: Deputado José Rocha; subcoordenador: Deputado Josias Gomes. **5)** Bancada do Estado de Minas Gerais. Coordenador: Deputado Virgílio Guimarães. **6)** Bancada do Estado de Sergipe. Coordenador: Deputado Machado. **7)** Bancada do Estado do Amazonas. Coordenador: Deputado Virgílio Guimarães. - Atas encaminhando a eleição dos Coordenadores de Bancada Regional: **1)** Bancada da Região Nordeste. Coordenador: Deputado Roberto Pessoa. **2)** Bancada da Região Centro-Oeste. Coordenador: Senador Jonas Pinheiro. - Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007: **1)** Ofício nº 1.302, de 12 de novembro, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando os Deputados Claudio Cajado e Pauderney Avelino. **2)** Ofício nº 1.023, de 18 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado João Leão. **3)** Ofício nº 410, de 18 de novembro, do Líder do PPS, Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Geraldo Resende. **4)** Ofício nº 427, de 19 de novembro, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Leomar Quintanilha. - Expediente indicando representante das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício nº 160, de 18 de novembro, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Virgílio Guimarães (PT/MG) em substituição ao Deputado Carlito Merss (PT/SC). - Ofício nº 662, de 18 de novembro, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal informando da abertura de prazo para interposição de recurso aos seguintes Projetos de Decreto Legislativo do Congresso Nacional: **1)** Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2003-CN: autoriza a execução da restauração de rodovias federais no Estado do Mato Grosso - conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Mato Grosso (Aviso nº 40/2003-CN - Parecer nº 109/2003-CN), constante do Orçamento de 2002. **2)** Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2003-CN: suspende a execução da obra de restauração de rodovias federais no Estado do Mato Grosso - conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Mato Grosso (Aviso nº 40/2003-CN - Parecer nº 109/2003-CN), constante do Orçamento de 2003. **3)** Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2003-CN: autoriza a execução da obra de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR-319/AM - Divisa RO/AM - Manaus, constante do Orçamento de 2002. - Ofícios de 18 de novembro, encaminhados pelo Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria, Senador Heráclito Fortes, encaminhando autógrafos dos Decretos Legislativos-CN: **1)** Ofício nº 657: Decreto Legislativo nº 10/2003-CN: suspensão de contratos da obra de construção de trechos rodoviários na BR-470, no Estado do Rio Grande do Sul. **2)** Ofício nº 659: Decreto Legislativo nº 11/2003-CN: suspensão do contrato da obra de restauração de rodovias federais no Estado de Mato Grosso do Sul. **3)** Ofício nº 661: Decreto Legislativo nº 12/2003-CN: exclui do Quadro VII anexo à Lei Orçamentária para 2003 a obra de construção do Hospital de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás. - Correspondência externa recebida: **1)** Expediente enviado por correio eletrônico, encaminhado pelo Economista José Aírton Castelo Branco, ex-chefe de Relações Públicas Regional do DNOCS, ex-Vice-Presidente da Associação dos Funcionários do DNOCS e Coordenador de Imprensa e Divulgação da Sociedade dos Amigos do DNOCS, que expõe sobre a situação atual da execução dos projetos desse Departamento. Esse e-mail também foi encaminhado pelo cidadão ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar, ao Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, Senador Roberto Saturnino e ao Presidente da Comissão. **2)** Ofício nº 388, de 07 de novembro, do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, informando sobre as dificuldades de recursos orçamentários para desenvolver suas atividades. **3)** Ofício nº

!

712, de 13 de novembro, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, que encaminha cópia do pedido de reexame de decisão do Tribunal de Contas da União nos termos do Acórdão nº 1.456/2003-TCU-Plenário. - Expediente encaminhado em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 - obras acima de 8 milhões de reais: Ofício nº 322, de 14 de novembro, do Ministério dos Transportes. A seguir, o Presidente retomou a apreciação das matérias remanescentes da pauta. O Presidente comunicou, conforme acordado na última reunião, que os itens referentes aos Requerimentos do Deputado Anivaldo Vale seriam os primeiros a serem apreciados. **Item 29 - Requerimento nº 16/2003**, solicitando o comparecimento do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre as fontes de recursos que financiam o Ministério da Saúde, em especial as relativas ao Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Autor: Deputado Anivaldo Vale. O autor fez a apresentação do Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, os Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Roberto Saturnino solicitaram o registro do voto contrário à matéria. **Item 30 - Requerimento nº 17/2003**, solicitando o comparecimento do Ministro da Educação, Dr. Cristovam Buarque, perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre o *Programa Toda Criança na Escola*. Autor: Deputado Anivaldo Vale. O autor fez a apresentação do Requerimento. O Senador Amir Lando manifestou-se favorável, ao tempo em que expôs sua preocupação com a exiguidade do prazo para apreciação dos Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e do Plano Plurianual para o período 2004-2007. O Deputado Wasny de Roure discutiu a matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 31 - Requerimento nº 18/2003**, solicitando o comparecimento do Ministro dos Transportes, Dr. Anderson Adauto Pereira, perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a recuperação e manutenção da malha rodoviária federal constantes do Orçamento 2003 - Lei nº 10.640, de 14.01.2003, e do projeto de Orçamento 2004, objeto do Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, do Poder Executivo. Autor: Deputado Anivaldo Vale. O autor propôs o sobrestamento da matéria. **Item 32 - Requerimento nº 19/2003**, solicitando o comparecimento do Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre os parâmetros macroeconômicos constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2004, objeto do Projeto de Lei nº 31, de 2003 - CN, do Poder Executivo". Autor: Deputado Anivaldo Vale. O autor propôs a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e foi atendido pelo Presidente. **Item 33 - Requerimento nº 20/2003**, que solicita a realização de reunião de audiência pública para avaliar e debater os resultados da iniciativa do Poder Executivo de instituir os Fóruns de Desenvolvimento, Participação e Inclusão, com o objetivo de estimular a participação e ao controle social na formulação do PPA 2004-2007. Solicita, ainda, que sejam convidados o Srº Luiz Soares Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, e um representante da Inter Redes de Direitos e Política, organização responsável pela mobilização em todos os estados. Autor: Senador Sibá Machado. O Requerimento foi **retirado** para ser apreciado na reunião seguinte. **Item 34 - Requerimento nº 21/2003**, que solicita a realização de reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para prestar esclarecimentos sobre a incorporação do enfoque de gênero e raça, de maneira transversal, no processo de elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e Plano Plurianual 2004-2007. Autor: Deputado Paulo Bernardo. O Requerimento foi **retirado** para ser apreciado na reunião seguinte. **Item 35 - Requerimento nº 25/2003**, que solicita esclarecimentos ao Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, sobre as razões de notável lucratividade das instituições financeiras comerciais nos três primeiros trimestres do ano e sobre seu recolhimento de tributos. Autor: Deputado Pauderney Avelino. O Requerimento foi **retirado** para ser apreciado na reunião seguinte. **Item 36 - Requerimento nº 26/2003**, solicitando o comparecimento do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a Medida Provisória nº 135, de 2003, que alterou a legislação tributária federal, tornou não cumulativa a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade

!

Social (COFINS) e elevou alíquota da citada contribuição para 7,6%. Autor: Deputado Pauderney Avelino. O Requerimento foi **retirado** para ser apreciado na reunião seguinte. O Presidente solicitou aos relatores dos projetos de lei em tramitação que entregassem os respectivos Pareceres na Secretaria da Comissão com a maior brevidade possível. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às dez horas e cinquenta e quatro minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e convocou reunião ordinária a ser realizada no dia 25 de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente. xxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na representação do Senado Federal.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Ricardo Barros, gostaria de ler para a Comissão carta que fiz à revista *Época*, que, na edição de domingo último, publicou nota, sem nenhum fundamento, acusando esta Comissão.

“Prezado Sr. Jornalista Aluizio Falcão Filho, fiquei surpreso ao ler, como faço habitualmente, na edição de domingo desta conceituada revista, sob o título ‘Orçamento de 2004 está sob suspeita’, uma nota a respeito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que presido, sobre a existência de supostas irregularidades nos trabalhos da Comissão. Felizmente, a notícia não traz nenhuma justificativa.

Resta dizer que a fase para apresentação de emendas só terminará a zero hora do próximo dia 19, quarta-feira, quando as emendas passarão a ser publicadas e a seguir encaminhadas aos Relatores setoriais. Somente quando esses Relatores terminarem seus trabalhos é que apresentarão seus relatórios ao Relator-Geral, que fará uma revisão e adequação das emendas ao Orçamento de que dispõe, que por sinal é mínimo. Assim, como haveria irregularidades num trabalho que sequer foi iniciado?

Em face disso, pediria que esses esclarecimentos fossem dados aos leitores dessa respeitável revista.

Atenciosamente, Gilberto Mestrinho.”

E isso é consequência de uma conversa desinformada havida no Senado Federal e ouvida por um repórter da *Época*. É possível que membros da própria Comissão trabalhem contra ela.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, já é conhecida nossa posição contrária à tão falada emenda de Senador, que vinha sendo proposta a esta Comissão, ao Congresso Nacional. Eu já havia me posicionado contrariamente, inclusive protocolei há 3 semanas, na Mesa do Congresso Nacional, um requerimento que dispõe:

“Nos termos regimentais, venho requerer a V.Exa. que qualquer alteração do Projeto de Resolução nº 1, do Congresso Nacional, siga o tramite regimental, respeitando-se o que se refere à publicação de prazos de emendas e convocação do Congresso Nacional.”

Já era evidente que não iríamos concordar sobre o assunto da emenda de Senador. A Mesa da Câmara dos Deputados reuniu-se na quarta-feira para deliberar sobre a matéria. Estive na reunião da Mesa, pude argumentar com os Srs. Deputados. Evidentemente, a Câmara não têm de se submeter a essa vontade do Senado Federal. A Mesa da Câmara dos Deputados, por unanimidade, pediu vistas do processo, postergando para dezembro, depois da apreciação do Orçamento, sua próxima reunião.

Por forças ocultas, vamos dizer assim, na tarde daquele mesmo dia, todos os membros da Mesa haviam assinado aquela matéria. Pude acompanhar uma reunião na sala do Presidente João Paulo Cunha, em que um grupo de Senadores ouviu de S.Exa. que era contra, que o texto dessa forma estava errado, mas que assinaria pelas razões já conhecidas pelos Srs. Senadores.

Fui ao encontro do Presidente José Sarney na quinta-feira, para lhe dizer que não concordaria com a realização da sessão para homologar tal matéria. Depois de horas de reunião, da qual S.Exa., o Presidente da Comissão participou, juntamente com o Líder do Governo, Senador Amir Lando, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Sérgio Guerra e o próprio Presidente José Sarney e atendendo a diversos apelos que recebi, acabamos chegando a um entendimento que foi lido pelo Líder Amir Lando na sessão do Congresso Nacional realizada na última quinta-feira. Disse o Líder Amir Lando:

!

“Sras. e Srs. Parlamentares, essa matéria, a alteração da Resolução nº 1, foi objeto de longa discussão. Nos termos de Lideranças, chegamos ao entendimento do texto final, um pouco diverso do encaminhado. Por isso, solicito a V.Exa. que nomeie Relator ad hoc, para que se dê ao texto final o objeto do entendimento. O texto acordado foi encaminhado. Gostaria de fazer leitura ao Sr. Presidente.”

O Presidente Inocêncio Oliveira concedeu a palavra ao Líder Amir Lando.

O Líder Amir Lando disse:

“O texto altera apenas o § 1º do art. 25. Onde se lia ‘nas bancadas estaduais integradas por mais de 18 Parlamentares’, agora passa-se a ler ‘a representação do Senado Federal de cada Estado proporá 3 emendas de caráter estruturante’, no lugar do texto anterior, que dizia ‘fica assegurada a iniciativa de Srs. Senadores de proporem 3 emendas, cabendo aos Deputados a iniciativa da apresentação do restante das emendas a serem apreciadas nos termos do Inciso II.’”

Substituímos esse texto por outro que apenas dizia “a representação do Senado Federal de cada Estado proporá 3 emendas de caráter estruturante”, na verdade, tema de todas as discussões na Liderança.

A segunda alteração no art. 2º:

“A Resolução nº 1, de 2000, do Senado Federal, em suas alterações, perderão a eficácia em 30 de maio de 2004.”

Fizemos essa concessão aos Srs. Senadores, mas haveria a revogação da Resolução nº 1, um verdadeiro Frankenstein, devido a tantos aconchegos que sofreu. Portanto, a partir do ano que vem, poderíamos iniciar do zero toda a tratativa de tramitação no Congresso, que já está bastante desvirtuada.

Disse o Líder Amir Lando:

“Esse foi o entendimento das Lideranças, inclusive o do Presidente do Congresso, Senador José Sarney.”

O Presidente Inocêncio Oliveira concedeu a palavra ao Deputado Rodrigo Maia — aliás, só estavam presentes no plenário o Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente da sessão; o Líder Amir Lando, e o Deputado Rodrigo Maia —, que foi contrário. O Deputado Inocêncio Oliveira disse que não aprovaria as alterações, e houve o descumprimento do acordo.

Em função disso, pedi uma audiência. Estarei hoje com o Presidente José Sarney. Convido os Líderes da Câmara e desta Comissão para participarem da audiência, a fim de que as Mesas da Câmara e do Senado enviem novamente esta matéria para ser deliberada pelo Congresso e o nosso acordo seja cumprido.

Sr. Presidente, até que isso aconteça, com base no art. 29, vou requerer o encerramento da presente reunião por falta de *quorum*.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela carta resposta à revista *Época*. Particularmente, não consigo compreender crítica em cima de trabalho não concluído. Relator-Setorial, fico em situação delicada. Amanhã se encerrará o prazo para concluirmos as emendas e ainda não temos o relatório para que possamos trabalhar. Como podemos fazer alguma alteração?

Realmente, são extraordinárias a criatividade e a competência de alguns jornalistas para interpretarem o que nem começou a ser feito.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela rapidez da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, cumprimento V.Exa. pela carta resposta, que expressa o sentimento de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, ouvi, do meio para o fim, a leitura da carta resposta. A notícia foi publicada na revista *Época* ou o jornalista a publicou em algum jornal? Não entendi em que veículo de comunicação foi noticiada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A revista *Época* publicou nota no sentido de que havia problema na Comissão de Orçamento, com um Parlamentar que cuida do Orçamento, que poderia ser objeto até de uma CPI e que o assunto havia sido muito comentado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Na resposta, registro a surpresa. Como pode haver irregularidade num trabalho que nem começou?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas ele se reporta à Comissão ou aos seus integrantes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - À Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - À Comissão de Orçamento. Logicamente, aos integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Por isso estou respondendo. Quando se refere à Comissão, todos são abrangidos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Não li a matéria, mas quero solidarizar-me com V.Exa., que foi primoroso na resposta. Não se pode ter dúvidas de algo que ainda não aconteceu. Não se pode colocar em suspeição Orçamento ao qual sequer foi apresentado emendas.

Diante do que V.Exa. respondeu e do raciocínio lógico de que não se pode colocar em suspeição algo que ainda não existe de fato, quero dizer que V.Exa. tem conduzido a Presidência nesta Comissão com absoluta transparência, só colocando matérias a serem deliberadas depois da reunião no Colégio de Líderes, consensualmente, e permitindo a todos os Parlamentares — inclusive este que não é Líder, mas que participa —, ter voz e possibilidade de manifestar sua opinião.

Sr. Presidente, V.Exa. conduz os trabalhos desta Comissão com absoluta transparência, competência e de forma absolutamente democrática. Portanto, quero dizer que me solidarizo com V.Exa. Reportagens como essa têm que citar nomes. Se há suspeição de algum Parlamentar, deve-se indicar o nome e o fato que o colocou sob suspeita. Não podemos aceitar que se generalize e se coloque em dúvida o trabalho que está sendo realizado com transparência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Ricardo Barros está pedindo a suspensão da reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou pedindo o encerramento da reunião, Sr. Presidente, por falta de *quorum*, conforme o art. 29 do Regimento comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - É evidente a falta de *quorum*. Nesse caso, a reunião será suspensa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, reporto-me ao Deputado Ricardo Barros. Essa resolução aprovada na última quinta-feira pelo plenário do Congresso Nacional visa permitir, primeiramente, que se acresçam em cada bancada estadual 3 emendas e que os Senadores possam indicar, a partir de mais de 18 Parlamentares, uma emenda, não indicando qualquer emenda remanescente que seria da indicação dos Srs. Deputados. Entendemos que essa matéria realmente gerou muita controvérsia e estamos tentando solucionar o problema dessa forma. Ou seja, a solução aprovada não agride a Câmara dos Deputados ou os Srs. Deputados, porque as emendas remanescentes serão de iniciativa da bancada dos Deputados dos respectivos Estados. E as 3 emendas acrescentadas, das bancadas acima de 18 Parlamentares, serão de iniciativa dos Srs. Senadores.

Portanto, entendendo ser essa a melhor forma de traduzir o problema criado entre Câmara e Senado, poderíamos progredir, já que essa matéria passou com muita dificuldade pela Mesa da Câmara dos Deputados.

Não li a nota da revista *Época*, mas me solidarizo com o Senador Gilberto Mestrinho e com os demais membros, com um voto de repúdio, por entender que estamos fazendo

!

uma discussão transparente e clara da questão orçamentária. E não há segunda intenção, a não ser dar transparência aos trabalhos realizados.

Portanto, por entender que todos os objetivos migram para a solução de problemas urgentes, nós nos associamos ao Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, que tem conduzido os trabalhos com rigor, com transparência e sobretudo com bastante equilíbrio e senso de justiça. Queremos aqui fazer esse desagravo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o Deputado Pauderney Avelino fez uma ponderação. Quero alertar o seguinte ao senhor, que participou da negociação: evidentemente, se não houvesse acordo, não haveria sessão. Como não se cumpriu o acordo, não há possibilidade de continuarmos. Não tenho nenhum problema quanto à questão.

Distribuirei aos membros da Comissão, aos Srs. Líderes cópia do que foi acordado. As cópias estão aqui para quem tiver interesse em ver o acordo firmado. O Presidente José Sarney nos receberá às 17h30min. Gostaria que os Parlamentares que têm interesse na matéria acessem ao gabinete do Presidente do Senado, para que possamos tentar o entendimento.

Não há nenhuma possibilidade de, não sendo cumprido o acordo, deixarmos a obstrução. É impossível. Acordo nesta Casa é para ser cumprido. Não há cabimento o Líder do Senado afirmar, numa sessão do Congresso, que foi feito acordo, e esse acordo não ser votado. Isso não vai acontecer.

Estou deixando clara a posição, pedindo apoio dos Srs. Deputados, até porque a alteração no texto é para valorizar esta Casa. Senadores não têm o direito de serem diferentes dos Deputados. Serão iguais. Concedemos essa alteração no texto, numa versão bastante tranquila e que diz o seguinte: "*a representação do Senado Federal, de cada Estado, proporá 3 emendas de caráter estruturante.*" Não existe esse negócio de assegurar ao Senado 3 emendas e o restante para a Câmara. Que restante? Desde quando somos resto aqui na Câmara? Não somos!

Sou contra esse entendimento de emenda de Senador desde o início e não serei traído pela confiança que dei aos Srs. Senadores para que a sessão fosse realizada na quinta-feira. Não serei traído.

Sr. Presidente, deixo claro que temos de cumprir o acordo. Irei ao Presidente José Sarney pedir justamente que promova nova resolução da Mesa para que seja votada em sessão do Congresso Nacional e o acordo seja cumprido.

O acordo prevê também que a Resolução nº 1, de 2000, do Congresso Nacional, e suas alterações, perderá eficácia em 30 de maio de 2004. Esse foi o acordo. Ou seja, essa "Resolução Frankenstein", que tinha 10 emendas, passou para 15, passou para 18, e agora tem emenda de Senador, deixará de existir.

Iniciaremos no ano que vem um debate. Criaremos uma Comissão e faremos nova resolução que reflita o interesse do País na confecção do Orçamento da União.

Sr. Presidente, peço o apoio dos nobres colegas. Que comparecerem à reunião para defender a Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero argumentar com o Deputado Ricardo Barros e com V.Exa. Ainda temos vários créditos para aprovar. Concorde que não há *quorum*. Mas há reunião marcada com o Presidente José Sarney. Já existe entendimento. Não houve, no entendimento, no acordo proposto pelo Senador Amir Lando e na sessão realizada, nenhuma tentativa de diminuir ou aumentar a Câmara ou o Senado.

Solicito que a reunião seja suspensa. Depois da reunião com o Presidente José Sarney, se não houver resolução, reabriremos a reunião e faremos o encerramento. Solicito seja a reunião adiada, prorrogada até às 18 horas. Retomaremos depois para votar os créditos ainda hoje. Entre alguns Ministérios e entre todos aqui já há entendimento de que eles são fundamentais inclusive para fazer alguns pagamentos essenciais para a manutenção da máquina.

Esta é a solução que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Ricardo Barros, o Deputado Gilmar Machado fez uma observação que parece procedente e racional. Em vez de encerrarmos a reunião, como solicitado por V.Exa., ela seria suspensa e aguardaríamos entendimento. A reunião ficaria convocada para às 19 horas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não tenho nenhuma dificuldade em depositar nos Deputados a mesma confiança que depus nos Senadores. Não poderia ser diferente. Por meus pares eu teria de ter essa mesma consideração. Não tenho nenhuma dificuldade nessa proposição. Informo apenas que, não havendo acordo para o cumprimento do que foi entendido, farei o pedido de verificação às 19 horas. Pedirei a dispensa do apoio. Estamos combinados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ou solicitarei aos colegas, que estão me pedindo a gentileza, que me dêem o apoio às 19 horas. Está bem, Deputado Gilmar Machado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Combinando, podemos até fazer apoio automático.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Agradeço o apoio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Havendo concordância, sem dúvida alguma. Mas V.Exa. está abrindo mão de pedir verificação, neste momento?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou abrindo mão do encerramento da reunião, porque não há *quorum*, para que ela fique suspensa. Acreditamos que o acordo feito na presença do Presidente José Sarney, do Presidente desta Comissão e de outros colegas Parlamentares deverá ser cumprido. As Mesas da Câmara e do Senado deverão enviar nova alteração, com o texto combinado. Não havendo essa decisão, retornaremos às 19 horas e encerraremos a reunião.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Pois não. Retornaremos. E evidentemente, se V.Exa. precisar de apoio, estaremos prontos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Agradeço a confiança aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros levanta questão, e creio que temos de ver se há consenso na Comissão, na Câmara e no Senado. Alega S.Exa. que foi feito acordo para alteração da Resolução nº 1 e que deveria constar no texto da alteração que as emendas dos Senadores seriam de caráter estruturante.

Ora, na reunião que o Deputado Ricardo Barros terá com o Presidente do Senado, Senador José Sarney, S.Exa. falará sozinho, em nome pessoal, em nome do PP ou falará em nome dos partidos com assento na Câmara dos Deputados e nesta Comissão?

Acho importante esclarecer a questão. Lembro-me de que, quando houve a discussão dessa alteração, a palavra estruturante foi citada e acordada, mas não sei se esse é o entendimento dos demais.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Permite-me um aparte, Deputado Claudio Cajado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É claro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Deputado Claudio Cajado, foi omitida a palavra "estruturante" exatamente porque a emenda só poderá ser estruturante. Não caberá outro tipo de emenda. Isso já está definido.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, Sr. Presidente, se já está implícito, segundo afirma o Deputado Pauderney Avelino, Vice-Presidente da Comissão, gostaria de ouvir o Deputado Ricardo Barros para ver se S.Exa. tem esse entendimento também. Talvez tenhamos adiada a deliberação desta tarde, em virtude de interpretação que não está sendo clareada.

Levanto essa questão para ver se tentamos encontrar o apoio ou não. Parece-me que existe o entendimento de que já é estruturante. Nesse caso, perderia o objeto suspendermos a reunião para haver entendimento entre o Deputado Ricardo Barros e o Presidente do Senado.

!

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney Avelino.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
Solicito a V.Exa. o prazo de 10 minutos para que possamos fazer uma tentativa de entendimento. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de suspender a reunião, peço às Lideranças que acompanhem o Deputado Ricardo Barros à audiência com o Presidente do Senado Federal, para tentarem um acordo.
Deputado Ricardo Barros, peço às Lideranças que acompanhem V.Exa. à audiência com o Senador José Sarney, para que efetivamente se chegue a um resultado e a um acordo que prevaleça.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, Sr. Presidente, se os Líderes da Câmara desejarem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Até porque o prazo termina amanhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, a sessão do Congresso Nacional aconteceu; a resolução já foi alterada; já existem as 3 emendas a mais e isso não vai mudar. Posso pedir a anulação da sessão do Congresso, mas não é esse o caso. Estamos discutindo o cumprimento de um acordo. Como o Presidente José Sarney ficou conosco por mais de uma hora na reunião de quinta-feira, não tenho nenhuma dúvida de que vamos conseguir o cumprimento do acordo. Não tenho dificuldade.

Se o Srs. Deputados têm dúvidas quanto ao que está sendo proposto, estou à disposição, podemos fazer uma reunião na sala da Presidência da Comissão para nos entendermos e chegarmos ao Presidente José Sarney com consenso em relação à Câmara dos Deputados. Se a Câmara não desejar nos apoiar nas alterações combinadas, não ficaremos discutindo na frente do Presidente José Sarney. Vamos saber se teremos ou não o apoio da Câmara para as alterações. A Mesa Diretora terá de emitir essa nova combinação. Se não tivermos, vamos, às 17h30min, informar: "*Presidente Sarney, há uma divisão.*" Porém, havendo divergência, a sessão não deveria ter ocorrido. É isso que V.Exa. sabe que deveria ter acontecido.

Estou aqui, com razão, reclamando da falta de cumprimento do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Ricardo Barros, não sou defensor do Líder do Governo, mas não foi o Governo o responsável. Sou testemunha do acordo, e V.Exa. tem razão, mas o Governo não tem culpa nenhuma da alteração havida.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Senadora, pediria a atenção do Deputado Ricardo Barros.

Sabemos que a reunião realizada no Congresso Nacional na quinta-feira à noite foi convocada na mesma tarde — no meio da tarde ainda não havia definição —, talvez até porque essa discussão ainda estava em curso. O Líder do Governo, Senador Amir Lando, levou ao plenário do Congresso Nacional os termos da emenda, no sentido de dar acolhida ao que havia sido acertado com o Deputado Ricardo Barros.

Pediria atenção ao Deputado Ricardo Barros.

No entanto, Sr. Presidente, não foi por falta de esforço do Senador Amir Lando. Quem estava lá sabe da tentativa que foi feita. Não foi a Câmara dos Deputados nem o Presidente José Sarney nem as Lideranças. Todos sabem que há grande movimentação na base do Senado — isso é público —, que não acolheu aquelas sugestões. Se tivesse havido o cancelamento da reunião do Congresso Nacional, isso causaria danos irreparáveis ao nosso cronograma, o que não era o desejo do Deputado Ricardo Barros. Portanto, alguma coisa tinha que sair diferente.

Uma vez o Relator está afinado com esses princípios, para este ano, para o Orçamento em tela, poderemos ter entendimento com o Relator-Geral, Deputado Jorge Bittar, no sentido de que no seu parecer, e nos dos Relatores-Setoriais, seja dado o formato desejado, mesmo que a Resolução nº 1 permita que seja diferente. Basta que o Relator não acolha valores superiores às demais, enfim, nenhuma proposta que não seja estruturante,

etc. Podemos fazer isso sem prejuízo de mérito e em outro momento poderemos apresentar emenda à Resolução nº 1, para produzir efeitos nos anos posteriores.

A sugestão do Deputado Ricardo Barros de convocar reunião do Colégio de Líderes desta Casa é correta, mas desde já adianto que existem fórmulas de solução sem necessidade de se interromper todo o processo de elaboração orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, acompanhamos de perto a maioria das discussões em relação a esse caso. Particularmente, estava consciente de que a redação que votamos na sessão do Congresso Nacional, revisada por vários Deputados e Senadores, com ajuda do Deputado Pauderney Avelino, estava correta e representava o pensamento da maioria, ou da totalidade, já que era acordo dos representantes no Congresso. Ou seja, que se acrescentariam 3 emendas em todos os Estados e 3 destas seriam apresentadas pela bancada, no Senado Federal.

Havia também o compromisso do Relator-Geral de que não existiriam grandes diferenças no valor dessas emendas, tanto do Senado, como da Câmara dos Deputados. Entendi exatamente isso. Pelo que li na resolução, não há grandes alterações, a não ser que esses compromissos não sejam cumpridos, logicamente a partir da aprovação dessas emendas.

Repito: pelo que entendi até então, respeitado ou cumprido o acordado, não haverá distorção, nem divergência, nem falta de compromisso de ninguém até o final da votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, estou ouvindo a opinião dos companheiros, mas já combinamos que a reunião retornará às 19 horas. No caso do não-entendimento entre o Presidente José Sarney e a Câmara sobre o cumprimento do acordo, terei apoio dos companheiros para verificação. Isso já ficou acordado, não há mais o que discutir. Estou à disposição de todos e espero que o acordo da Comissão seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Ricardo Barros, grande figura de Parlamentar desta Casa, fosse mais explícito naquilo que deseja. Gostaria que nos ajudasse, pois uma série de Deputados tem dúvidas a respeito do que S.Exa. deseja. Assim sendo, peço a S.Exa. que nos explique, com toda a boa vontade que lhe é característica, para que possamos colaborar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado João Leão, quero assegurar a igualdade de tratamento entre Parlamentares, sejam Deputados, sejam Senadores, no Congresso Nacional, em especial nesta Comissão. O Senado Federal, há a 60 dias, vem obstruindo os trabalhos em busca de que Senadores tenham um direito a mais do que nós, Deputados, com a tal emenda de Senador, que é uma excrescência. Por isso, coloquei-me em obstrução.

Fui ao Presidente do Senado, na quinta-feira, e disse a S.Exa. que não há acordo para votação desse texto, que diz: "*fica assegurado aos Senadores*", pois não há nada assegurado a Senador, mas, sim, aos Parlamentares. Portanto, elaboramos redação alterando a resolução aprovada, "*cabendo o restante das emendas*", pois não há "restante", aqui é tudo igual, Deputado João Leão, e V.Exa. sabe disso.

Assim, estou apenas procurando elaborar redação que não ofenda a Câmara dos Deputados. É justo que o Governo tenha de ceder ao Senado Federal, porque lá se encontram as reformas que o Governo deseja aprovar, mas a Câmara não tem nada a ceder ao Senado Federal, e o Governo não pode impor à Câmara essa subjugação ao Senado só porque os Senadores estão com outros interesses, que não vamos agora discutir. Não vou concordar, em nenhum momento, com essa história de emenda de Senador.

Com todos os apelos que recebi, depois de 3 horas de reunião na quinta-feira com os Srs. Senadores, chegamos ao texto que considero adequado: "*A representação do Senado Federal, de cada Estado, proporá três emendas de caráter estruturante*". Foi isso que

!

combinamos, apesar de não estar escrito. Depois, para compensar a Câmara pela concessão feita aos Senadores, inserimos: “A Resolução nº 1, de 2000, do Congresso Nacional e suas alterações perderão eficácia em 30 de maio”. Ou seja, essa resolução frankenstein, com emenda de Senador, com 18 emendas de bancada, enfim, com tudo o que foi feito em seu trâmite, deixará de existir. Realizaremos uma comissão e elaboraremos nova resolução para decidir novamente como os Estados e as bancadas se apresentarão para proporem emendas ao Orçamento da União.

Portanto, Deputado João Leão, posso repetir quantas vezes forem necessárias, até porque já tenho o entendimento dos Srs. Deputados de que vamos ao Senador José Sarney. Seria bom que a Câmara se entendesse sobre a matéria. Ainda vejo resistência de alguns Parlamentares no sentido de alterar o texto, não sei por que, pois isso não prejudicará o andamento do Congresso, não atrasará a votação do Orçamento, não acarretará nada, apenas fará cumprir texto mais adequado à Câmara dos Deputados, que não nos subjugam em relação ao Senado e nos permite iniciar, desde já, debate sobre como devemos nos apresentar, as bancadas e os Estados, para o Orçamento do próximo ano.

Estou à disposição de todos para debate, mas creio que devemos tratar esse assunto com pragmatismo para evitar que acordos não sejam cumpridos nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pedi explicações ao Deputado Ricardo Barros, mas quero dizer que a proposição de S.Exa. é muito justa. Não vejo qualquer incoerência. Mas não é preciso parar a reunião para resolver esse tipo de situação. Podemos continuar trabalhando enquanto o Deputado Ricardo Barros defende a Câmara dos Deputados, o que é muito justo.

Essa alteração não prejudicará absolutamente em nada os trabalhos da Comissão, a não ser que o Deputado Ricardo Barros queira simplesmente obstruir os trabalhos. Aí são outros quinhentos mil réis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, o Leão, de vez em quando, fica manso.

Na realidade, o que está em discussão é a votação do Orçamento. Enfrentamos a dificuldade de posicionamento entre duas Casas. Portanto, não vamos tentar dizer que há ou não interesse dessa ou daquela matéria que tramita aqui ou acolá, porque a matéria que está tramitando na Casa chama-se orçamento. Portanto, envolve querela de duas Casas.

Independentemente de Governo e de Senadores de todos os partidos, desde os que dão sustentação ao Governo até os da Oposição, tínhamos o enfrentamento efetivo da concepção de como iríamos tratar as emendas ao Orçamento da União de 2004. Ponto. Esqueçamos a questão que foi debatida.

Há divergências, Deputado Ricardo Barros, eu também as tenho, mas fomos derrotados, e prevaleceu no acordo que Senadores passariam a ter emendas apresentadas ao Orçamento da União. Esse é um acordo fechado; foi o entendimento.

Deputado João Leão, talvez o Deputado Ricardo Barros tenha razão quanto a esse debate no que se refere a julgar ou subjugar. Mas é óbvio que não dá para continuarmos a debater sobre estruturante ou concepção de apresentação das emendas. Não vou aceitar que algum Senador diga que dá para incluir 18 emendas, pois enquanto membro da bancada da Bahia tenho como opinar. Não posso me submeter ao desejo e ao capricho de Senadores, como também não posso impor aos Senadores meus desejos e caprichos com relação às emendas que S.Exas. apresentar.

O contexto de estruturante e o contexto de emenda de bancada é um debate que não foi levantado somente agora, mas polêmica que até levou nome público de “rachadinha”, “dividida”, etc. Sinceramente, na maioria dos casos acabamos indo para dez estruturantes, para uma divisão de bancada das emendas. Na realidade, se fixarmos o parâmetro da estruturante e a impusermos ao Senado, vamos nos utilizar de instrumento para tentar impedir que aquilo que eu era contra e que terminou acontecendo possa continuar tendo seu curso, que é o acordo para que Senadores tenham possibilidade de apresentar.

Senador Mestrinho, concordo com o Deputado Ricardo Barros em que, ano que vem, poderemos até promover modificações nessa estrutura. Não consta que, sem conversar com o Sarney, não posso modificá-las no próximo ano. Claro que posso! Para o ano são mais

!

outros quinhentos. Faremos outra discussão e outra resolução pode ser produzida. Assim, não necessariamente a conversa com o Sarney vai me engessar, e, para o ano, em maio, farei nova resolução. Se esta Comissão, para o ano, decidir que está mantida a resolução firmada agora, nada será alterado, Deputado Pauderney. A Comissão conversa com o Sarney e vamos discutir, em maio, outra resolução.

Ainda que represente o Congresso Nacional, o que temos aqui é uma reunião separada de duas Casas. Concretamente, é isso. Às vezes, apreciamos matérias com objeto comum entre as bancadas, mas votamos em Casas separadas. Essa é a realidade.

Portanto, faço um apelo ao Deputado Ricardo Barros no sentido de — podemos até conversar com o Presidente José Sarney — darmos curso natural à apreciação de matérias nesta Comissão. Não vejo como alterar o curso natural das coisas em relação à essa filigrana sobre o que será ou não resto em 2004. As emendas dos Senadores estão asseguradas. Precisamos discutir as matérias que já estão na Comissão e ir em frente a partir do que já foi votado pelo Plenário do Congresso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra aos Deputados Roberto Balestra, Anivaldo Vale e Claudio Cajado...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem. Chegamos a um acordo com o Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra aos inscritos, esclareço à Casa que o Relator já declarou seguidamente que há apenas 2,5 bilhões de reais para as emendas, sendo 1,5 bilhão para emendas parlamentares e 1 bilhão para emendas de bancada, regionais e de Comissões.

Pelo que eu soube, há Comissões com emendas no valor de 2 bilhões, outras com 1 bilhão e tanto. Então, será muito difícil, porque, aritmeticamente falando, 1 bilhão dividido por 26 Estados e o Distrito Federal daria pouco mais de 30 milhões para cada — incluindo emendas de Comissões, de bancada, regionais, etc.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Essa conta vai dar uns 10 mil réis.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o companheiro Anivaldo Vale usar da palavra, quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, deveríamos olhar com mais objetividade a matéria. Todos têm direito de apresentar emendas, mas que ninguém se frustre com as posições dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral, se não houver recurso.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, faço um apelo ao Deputado Ricardo Barros no sentido de que reexamine sua posição, até porque, embora esse assunto tenha merecido profunda discussão nesta Comissão e no Colégio de Líderes, essa emenda está carimbada como emenda de Senador. Mas, em virtude de a emenda na Câmara ter de ser respaldada por dois terços dos Deputados e no Senado por dois terços dos Senadores, acho que ela continuará a ser emenda de bancada.

Dito isso, chamo a atenção do Deputado Ricardo Barros para a proposta apresentada pelo Deputado Virgílio Guimarães, que considero interessante. Mesmo porque trata-se de tema objeto de profunda discussão nesta Comissão, de vários desencontros. Chegou-se a um acordo, embora com alguns reparos do Deputado Ricardo Barros, e a matéria foi discutida e votada no Congresso Nacional. Então, a meu ver, trata-se de matéria vencida. Não convém reabrir o debate, visto que a matéria já mereceu calorosa discussão na Comissão.

Então, o chamamento que faço é no sentido de atendermos ao apelo do Deputado Virgílio Guimarães, até porque para a imprensa, para o Congresso Nacional a emenda está carimbada como de Senador. Mas, da forma colocada, ela é uma emenda de bancada. Porque emenda de Senador tem de ser aprovada por dois terços da bancada de Senadores e, a de Deputado, por dois terços dos Deputados. Então, tem de haver entendimento entre os Parlamentares para chegarmos a uma proposta que represente as duas Casas.

Se acolhermos essa observação feita pelo Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Virgílio Guimarães, certamente no ano que vem poderemos aprimorar essa resolução. Acho que não devemos voltar a essa discussão calorosa. Esse é o apelo que faço

!

ao Deputado Ricardo Barros, considerando a proposta do Deputado Virgílio Guimarães, que acho extremamente interessante.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não peço a palavra pela ordem. Há preferência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, louvo a atitude de V.Exa., o equilíbrio com que tem conduzido esta discussão. Até porque, nós, que conhecemos esta Comissão, sabemos que assunto como esse normalmente termina sempre numa discussão mais acalorada. Mas, como disse, o equilíbrio de V.Exa. tem permitido que avancemos na discussão no sentido de encontrar uma solução.

Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha, como todos os colegas que fazem parte da Liderança da Comissão, de que, desde o primeiro momento, nós, do PP, éramos contra essa propositura dos Senadores. V.Exa. conduziu os trabalhos — muitos até achavam que V.Exa. estava sendo muito complacente — com sabedoria e experiência, permitindo que o assunto avançasse e se chegasse a uma solução. Mesmo tendo-se chegado a um quase consenso na Comissão, posteriormente participamos de uma reunião no Palácio do Planalto com todos os Líderes partidários.

Naquela oportunidade, o único partido ainda contrário à proposta era o PP. Mas, diante da posição dos demais Líderes, diante do apelo do Governo sobre a necessidade de buscarmos o entendimento para podermos começar a aprovar o Orçamento, em nome do partido, concordei com a proposta dos Senadores, conforme resolução recentemente aprovada, mas apenas com uma ressalva, a de que o valor das emendas propostas pelos Senadores não poderia ultrapassar a média do valor das emendas dos Parlamentares como um todo. Então, essa foi a única questão levantada, que também foi aprovada.

Todos sabemos, Sr. Presidente, e V.Exa. mais do que ninguém, que esta Casa só trabalha na base de acordo. Apesar de concordar com o colega do meu partido, Deputado Ricardo Barros, Líder da bancada na Comissão, quero aqui fazer um apelo a S.Exa. — o que não impede que S.Exa. exerça seu legítimo direito de questionar, até de pedir verificação —, tendo em vista que, em nome do partido, já havíamos assumido o compromisso com as demais bancadas de aprovar essa resolução. Portanto, bem ou mal, temos um compromisso assumido. Como esta Casa só trabalha na base de acordo, se ele não for cumprido, a Casa pára e o trabalho na Comissão não avança.

Então, faço tal apelo para que possamos dar seqüência aos trabalhos. Repito que isso não quer dizer que estejamos capitulando, que S.Exa. não tenha o direito de discutir, de divergir. E S.Exa. terá, nos momentos oportunos, o apoio do partido e também o meu. Mas, nesse caso específico, há um acordo firmado, o partido participou da reunião e deu sua palavra. Portanto, solicito a S.Exa. que compreenda a posição assumida pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, minha questão de ordem tem como base o art. 131 do Regimento comum. Inclusive o próprio artigo diz claramente que há precedência em relação a pedidos pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço desculpas a V.Exa., mas já havia dito que passaria a palavra ao Deputado Roberto Balestra. Por isso pedi que aguardasse.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não. Sr. Presidente, estou levantando essa questão de ordem para dizer que o Deputado Ricardo Barros fez um pedido, com base no Regimento comum, art. 29, §§ 1º e 2º, de encerramento da sessão por falta de *quorum*. Mas houve o entendimento para que ela não fosse encerrada, e sim suspensa. Então, fiz um apelo ao Deputado Ricardo Barros e aos demais Deputados da Comissão, principalmente aos líderes, no sentido de nos reunir na sala da liderança para saber se essa postura era unicamente do Deputado Ricardo Barros ou se ela tinha o respaldo dos Deputados que compõem a Comissão de Orçamento. E S.Exa. concordou.

Portanto, Sr. Presidente, apelo a V.Exa. para que delibere sobre a proposição do Deputado Ricardo Barros e suspenda a sessão para que possamos fazer a reunião. Dessa maneira, estaremos objetivando a questão. Se ficarmos aqui facultando a palavra aos Deputados, não chegaremos a lugar algum. Há um pedido claro do Deputado Ricardo Barros de encerramento da sessão por falta de *quorum*. Essa questão tem de ser deliberada por V.Exa. Como disse, fiz um apelo a S.Exa. e houve concordância — acredito até que dos demais Líderes na Câmara dos Deputados — em irmos às 17h30min, se for o caso, até o Presidente do Senado para estabelecermos um acordo.

É o apelo que faço a V.Exa., no sentido de objetivarmos a questão. Já são 16 horas e ainda não discutimos nem votamos nenhuma matéria da pauta. Quer dizer, não avançaremos na discussão porque estamos rodando em círculos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero apenas comunicar à Comissão que acabei de conversar com o Relator-Geral, Deputado Jorge Bittar, e S.Exa. me autorizou a transmitir, em seu nome, que o entendimento aqui expresso pelo Deputado Roberto Balestra será acolhido pelo Relator, mesmo que não esteja no texto. Ou seja, S.Exa. observará rigorosamente os limites combinados para as emendas dos Senadores.

Independentemente de qualquer coisa, caso haja o entendimento da reunião das 19h, estarei mantendo minha posição, caso o Deputado Ricardo Barros precise de apoiantes para verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de atender à solicitação do Deputado Ricardo Barros de encerramento da sessão, apelo a S.Exa. para que retire o pedido, pois já há *quorum* na Casa. Todos têm direito de se manifestar. Jamais cercearia o direito de qualquer Parlamentar. Mas a quantidade de PLs que temos para apreciar, os avisos do Tribunal de Contas exigem de nós esforço para que as sessões se realizem e se aprove as matérias.

Se o Deputado Ricardo Barros estivesse de acordo, continuaríamos a sessão normalmente e, na hora do encontro com o Presidente José Sarney, a sessão seria suspensa e aguardaríamos o resultado para continuarmos ou não a reunião.

Pergunto ao Deputado Ricardo Barros se concorda com a sugestão.

SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, é evidente que a reunião com o Presidente José Sarney não terá resultado se não houver decisão da Câmara dos Deputados sobre a alteração que estou propondo ao texto. E considero que essa alteração valoriza a Câmara dos Deputados. Havendo a manifestação dos Líderes partidários de apoio a essa alteração que vamos solicitar à Mesa da Câmara e à do Senado, não vejo impedimento para a continuidade da sessão. Agora, se os Líderes não apoiarem, acredito que discutir a matéria na sala do Presidente Sarney não é a melhor solução. Havendo a manifestação, como a do Líder do PL, Deputado João Leão, continuaremos com os trabalhos. Se os partidos derem apoio à solicitação, para que seja feita nova resolução a ser apreciada pelo Congresso Nacional, com o texto acordado, podemos continuar a reunião sem qualquer problema.

Do contrário, estou de novo na mão dos Srs. Parlamentares por conta do acordo. A suspensão vai depender da vontade de V.Exa. Não havia *quorum* quando fizemos o acordo, mas agora há.

Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, espero que possamos nos entender. Quero ouvir os Líderes partidários sobre o assunto. Se houver necessidade de mais debate, sugiro uma reunião de Líderes na sala da Presidência da Mesa. Estou percebendo que a Câmara pretende continuar deixando o assunto para depois. Posso garantir a todos que essa não será uma boa estratégia.

Lembro que, quando o Senador Edson Lobão decidiu presidir sessões do Congresso Nacional, na licença do Senador Jader Barbalho, movi ação no Supremo Tribunal Federal que nos deu, de nove a zero, o direito de o Vice-Presidente do Congresso, que é Deputado, na época Deputado Efraim Moraes, presidir as sessões do Congresso. Não é de hoje que defendo a Câmara dos Deputados.

Não estou inventando nada. A correspondência protocolada na Mesa do Congresso data de três semanas. Portanto, ninguém pode ignorar que não havia a concordância quanto ao texto para assegurar emendas de Senador.

Espero que os Líderes manifestem apoio ao cumprimento desse acordo. Acredito que isso poderia adiantar o trabalho. E já me deslocaria para o Senado, a fim de negociar com os Srs. Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quero ouvir a manifestação da Liderança do PT, Deputado Virgílio Guimarães.

O Deputado propõe a continuidade da sessão, se as Lideranças concordarem em apoiar essa alteração.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sim, mas a alteração da resolução implicaria reabertura de prazos para emendas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não. As emendas estão asseguradas, o que se discute é redação de texto.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Que teria de ser novamente apreciado pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, sem problema, a sessão do Congresso vai acontecer como a de quinta-feira. Assim que o Presidente Sarney marcar, nos reuniremos. A sessão durou 14 minutos exatamente, Deputado Walter Pinheiro.

Sabe V.Exa. que, quando há boa vontade, os problemas são resolvidos; quando não, passamos horas aqui e não chegamos a lugar algum. Peço apenas o cumprimento de um acordo e o apoio dos Líderes da Câmara. V.Exa., que presenciou os acordos, poderia me ajudar no convencimento de S.Exas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A Liderança do PT concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - E o PFL, Deputado Luiz Carreira?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Pelo PSB, Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - O PSB também, desde o primeiro momento, posicionou-se contrariamente às emendas dos Senadores. Mas cedemos em relação ao acordo. Agora estamos apertados no que diz respeito ao prazo de emendas.

Nada mais natural do que, juntamente com o Deputado Ricardo Barros, buscarmos o cumprimento do acordo feito entre os Senadores e os Deputados, mesmo que não tenha sido o ideal, para que possamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, já que o PT, partido do Governo, concorda, vamos acompanhá-lo para que se possa chegar a um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado José Borba, do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, acompanhamos a base do Governo. Damos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Humberto Michiles, pelo PL.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, o PL está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Leonardo, pelo PP.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Todas as lideranças concordaram. De acordo com a proposta do Deputado Ricardo Barros, vamos dar prosseguimento à reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Obrigado, Sr. Presidente. Peço licença aos nobres colegas para ir ao Senado tentar adiantar o entendimento para a reunião das 17h30min com o Senador José Sarney. Peço a todos os Líderes que compareçam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ordem do dia.

Pauta nº 36.

Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos.

!

Item 1.

Projeto de Lei nº 05/2003-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$3.895.568.955,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Pauderney Avelino. Foi apresentada 01 emenda. Voto: Favorável, nos termos do Projeto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o parecer foi lido e a discussão foi feita.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o parecer já foi lido e o voto proferido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o parecer. Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 5, de 2003, foi objeto de pedido de verificação de *quorum*, em nome da Liderança do PSDB nesta Comissão.

Faço dois registros. Primeiro, esse projeto foi discutido no Colégio de Líderes e ficou acertado que seria ouvido o Diretor-Presidente da PETROBRAS — e aqui esteve o Diretor Financeiro da PETROBRAS. Em momento algum nos comprometemos a votar o projeto, e sim a ouvi-lo.

Embora parecer favorável do nobre Deputado Pauderney Avelino, pairava sobre a audiência pública dúvida sobre os investimentos, principalmente sobre os da Amazônia, levantados pelos Deputados Pauderney Avelino e Anivaldo Vale, pedindo à PETROBRAS que reexaminasse inclusive a descentralização, porque cerca de 95% dos investimentos estão na Bacia de Campos.

Além de serem registrado na ocasião, os cortes no remanejamento de recursos também foram atingidos, principalmente no Estado do Amazonas. Essa foi a razão que nos levou a pedir a verificação de *quorum*, depois de ponderar, por duas vezes, que a reunião fosse suspensão para continuar a discussão. Como não fui atendido, pedi a verificação de *quorum*.

Segundo. Hoje procurei o Deputado Pauderney Avelino, que concordou, embora 100% dos seus propósitos em relação aos investimentos e ao remanejamento dos recursos não tenham sido atingidos, razão pela qual concordamos em aprovar o projeto.

Estou no Congresso Nacional há nove anos e há algum tempo nesta Comissão. Um dos Deputados que mais pediu verificação de *quorum* nesta Comissão foi Deputado Giovanni Corrêa Queiroz, meu adversário político, meu amigo. Eu integrava o Governo e ele, a Oposição. S.Exa. pedia verificação de *quorum* com o apoio do PT.

Sempre respeitamos a posição política do Deputado Giovanni Corrêa Queiroz. O fato de o Relator Jorge Bittar querer me agredir, depois de encerrada a reunião, fere o bom relacionamento, a ética e a conduta parlamentar.

V.Exa. é testemunha de que, nesta Casa e no Colégio de Líderes, tenho defendido os interesses do meu Estado. O PSDB ajudou o Governo a corrigir uma distorção na área da saúde, os 4 milhões, objeto inclusive de reivindicação suprapartidária no plenário, de todos irem ao plenário para reclamar. Então, o papel da oposição é criticar, sim, e o do Governo é conseguir número para votação da matéria.

Agora, temos que continuar mantendo um bom relacionamento, como forma de engrandecimento do Congresso Nacional. E o pior é usar o meu ombro ou as minhas costas para dar satisfação ao Planalto ou à imprensa. Essa é uma forma equivocada de relacionamento com os Parlamentares desta Casa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Pauderney Avelino, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero deixar registrado que o Deputado Anivaldo Vale tem-se comportado não só com rigor oposicionista, mas também com uma vontade de colaborar muito grande, para solucionar alguns problemas, a fim de que o Governo não alegue que não pode executar o Orçamento por causa da obstrução da Oposição.

!

O argumento do Deputado Anivaldo Vale é legítimo. Ainda não estou satisfeito com as informações trazidas, mas, mesmo assim, concordei em proferir o relatório e o voto para desobstruir a sessão e, portanto, a pauta, para que a PETROBRAS possa ter este projeto de lei aprovado.

Sr. Presidente, ainda quero solicitar de V.Exa. informações que não nos foram prestadas aqui, para sanar dúvidas sobre pontos importantes, como os investimentos da PETROBRAS até o mês de setembro.

Aguardamos a presença do Presidente da PETROBRAS no dia 26. Antes dessa data, gostaríamos de obter essas informações, a fim de usá-las quando formos questionar o Presidente da empresa.

Prestamos total solidariedade ao Deputado Anivaldo Vale pela postura adotada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, concordo com o Deputado Pauderney Avelino. Apreendi a admirar o Deputado Anivaldo Vale, tornei-me seu amigo desde a Legislatura passada. S.Exa. encerra o episódio expressando seu ponto de vista e estendendo as mãos quando fala do clima que pretende e que, com certeza, vai estabelecer na Comissão.

Até por questão de companheirismo e por convicção, não poderia deixar de dizer que o Deputado Bittar, independentemente da avaliação que se possa fazer de determinados episódios, tem primado pelo bom relacionamento, pela maneira politizada e elevada como se tem comportado. S.Exa. merece nossa inteira confiança como Relator da Lei do Orçamento.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, se S.Exa. estivesse aqui, não teria postura diferente da do Deputado Anivaldo Vale, que faz um apelo para que o clima de cordialidade, de entendimento e de discussão elevada seja permanente nesta Comissão.

Com essas palavras, Sr. Presidente, voto pela aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Item 2.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, solicito inversão de pauta. Estou chamando um Deputado do Ceará, para aproveitar a presença da Assessoria do Governo. O projeto sobre corte linear de 20% nas emendas, que atinge o Estado do Ceará, já foi objeto de discussão com a bancada do PSDB. Se possível, queremos discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Compreendemos a situação de V.Exa. O projeto será retirado de pauta.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - V.Exa. retirou o projeto da pauta ou acolheu o pedido de inversão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Acolhi o pedido de inversão de pauta.

Projeto de Lei nº 40, de 2003, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 2.500.000,00, para os fins que especifica”.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Leão *(Pausa)*. Ausente.

Em virtude da ausência do nobre Relator, peço ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura do relatório.

Peço ainda ao Deputado Pauderney Avelino que assuma a Presidência, pois tenho de ir à Comissão de Infra-Estrutura, votar em Aroldo Lima, que está sendo indicado para cargo no Executivo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO -

“Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva

!

incluir nova categoria de programação ao orçamento vigente (Lei nº 10.640, de 14.1.2003) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17.3.64, e a Lei nº 10.524, de 25.7.2003 (LDO de 2003).

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 40, de 2003, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo”.

Era o que tinha a ser relatado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, levando em consideração que foram apresentadas várias emendas a este projeto, inclusive por mim, e que o Relator não está presente para discutirmos o assunto e chegarmos a entendimento em relação às emendas apresentadas, solicito a V.Exa. que retire o projeto de pauta, para que na sessão posterior possamos discuti-lo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Wilson Santiago, foi solicitada inversão da pauta quanto ao item 2.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Item 3, PL nº 40.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu solicitei quanto ao 2.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não há problema algum na inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Nobre Deputado, com relação a este projeto, já estão definidos 2,5 milhões para a ampliação de unidades de saúde no Estado do Ceará. O Governo já tinha feito esse compromisso. Se nós o retirarmos para atender a uma emenda, não cumpriremos o acordo que havia sido feito com os companheiros do Ceará. Há necessidade de ampliação do hospital que atende a Municípios do Estado do Ceará. São apenas 2,5 milhões. Se pegarmos qualquer recurso desses, o Governo não conseguirá cumprir o compromisso que havia assumido com o Governador do Ceará e com a sua bancada.

Solicito aos Deputados que atendamos à solicitação. Por isso, não foi possível acatar nenhuma emenda.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, o Relator da matéria não está presente. O Deputado Gilmar Machado foi indicado por V.Exa. para relatar o projeto. Anteriormente, o nosso entendimento com a relatoria levava em consideração certo equilíbrio e certa porcentagem desses recursos para a Paraíba, que é o nosso Estado. Os recursos foram todos destinados ao Estado do Ceará. É pouco, mas queremos uma parte para o nosso Estado. Por isso, apresentamos algumas emendas.

O Relator da matéria não está presente. Logicamente, se estivesse, daria continuidade aos entendimentos anteriormente iniciados. Por essa razão, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a retirada de pauta da matéria, para votá-la posteriormente — um dia a mais não alteraria nada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, requeiro a inversão da pauta.

Poderíamos discutir agora o item 4. Paralelamente, conversaríamos com o Deputado Wilson Santos sobre a possibilidade de atendimento deste PL, e outros — quem sabe? — poderiam ser atendidos também.

Em lugar da retirada de pauta, solicito a inversão da pauta, ou seja, que essa matéria passe a ser a última.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Houve inversão de pauta, atendendo à solicitação da Liderança do PT, requerida por Virgílio Guimarães.

Item 4.

Projeto de Lei nº 48, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 1.544.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”. Relator, Senador Leonel Pavan. (Pausa.) Ausente.

!

Para fazer a leitura da matéria, designo o Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente,

“O Projeto de Lei nº 48, de 2003 (PL 48/2003), abre crédito especial de R\$ 1.544.000,00, em favor do Ministério dos Transportes. O crédito em tela tem por objetivos: financiar as atividades de regulação e supervisão de rodovias federais delegadas pela União à administração e exploração dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; custear as atividades de fiscalização da concessão de rodovias nas BR-392/RS, Rio Grande—Pelotas—Santana da Boa Vista, BR-293/RS, Pelotas e Bagé, e BR-116/RS, Camacuã—Jaguarão; e a realização dos estudos para estruturação organizacional da Agência Nacional dos Transportes — ANTT, adequando seu parque tecnológico e quadro funcional às necessidades de fiscalização das concessões.

O presente crédito é viabilizado pelo excesso de arrecadação, mediante operação de crédito externa e de anulação parcial de dotações, cujas programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, segundo a Exposição de Motivos nº 321, que acompanha a Mensagem nº 539/2003, do Exmo. Sr. Presidente da República. (...)

À vista do que se viu e relatou, assim como das considerações feitas quanto à constitucionalidade, adequação orçamentária e financeira e à legalidade do PL 48/2003 e considerando ainda que não foram apresentadas emendas pelos ilustres Parlamentares, não restam óbices que se lhe possam opor. As providências dadas pelo PL 48/2003, acertadas do ponto de vista da legislação, são plenas de mérito, seja porque promovem a regulação e fiscalização das rodovias concedidas e o correto funcionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres, seja porque garantem a boa administração da malha rodoviária nacional. Bem por isso, somos pela aprovação do PL 48/2003, exatamente nos termos em que foi publicado e encaminhado ao Congresso Nacional”.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - A matéria está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, ao analisar o texto do Projeto de Lei nº 48, verificamos que existe anulação parcial de dotações referentes a algumas rodovias, basicamente no Estado do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para aplicação em fiscalização da concessão de rodovias transferidas. Entendemos que não há óbice à aprovação da matéria. Portanto, opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, vou passar à votação.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 5.

Aviso nº 8, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó”. Relator Deputado João Ribeiro. *(Pausa.)* Ausente.

Designo o ilustre Deputado Cláudio Cajado para ler o parecer.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 8, de 2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003, do TCU, bem como dos respectivos

!

Relatório e Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó.

Sr. Presidente, o § 10º do art. 10º da Lei nº 10.524, a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2003, combinado com os arts. 86 e 87 da mesma lei, estabelece a exigência de que componha a Lei Orçamentária Anual de 2003 a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços cuja execução tenha indícios de irregularidades, conforme encaminhamento do TCU.

Voto do Relator.

Diante do exposto, considerando que o tema é de competência terminativa, com base no § 6º do art. 86 da LDO de 2003, da Comissão Mista de Orçamento, e de acordo com a conclusão a que chegou o Tribunal de Contas da União no seu Acórdão nº 509/2003, por intermédio de deliberação do seu Plenário, no sentido de que as irregularidades encontradas não recomendavam a paralisação da obra, voto por que esta Comissão exclua do Quadro VII da LOA a obra de construção do Hospital Terciário de Natal, Rio Grande do Norte, Contrato 10/89, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36901 — Fundo Nacional de Saúde, na forma do projeto de decreto legislativo anexo, que diz, Sr. Presidente:

“Art. 1º Fica excluído do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 — LOA/2003), a obra de construção do Hospital Terciário de Natal — RN — Contrato 010/89, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36901 — Fundo Nacional de Saúde”.

Este é o voto do Relator, o nobre Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vou passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com os termos do parecer permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senador Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Aviso nº 18/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás — Divisa DF/GO — Entroncamento BR-153/GO”. Relator: Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, no tocante ao item 9.3.1 do Acórdão, há um equívoco, pois o subtítulo referente às obras em análise está incluso no Quadro VII, anexo à LOA 2003. Quanto às condições para deliberação da execução dos contratos PG-059/98 e PG-198/99, tendo em vista já ter expirado o prazo estipulado pelo TCU para o DNIT efetuar os ajustes nesse contrato, convém solicitar àquela Corte informações acerca do seu atendimento.

Em face ao exposto, o voto é o seguinte: pela exclusão do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, do Contrato nº PG-058/98, referente à parte das obras adequação de trechos rodoviários na BR-060, trecho da divisa DF/GO até o entroncamento BR-153/GO, no Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo; e para que esta Comissão solicite ao TCU, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 86 da LDO 2003, que se pronuncie conclusivamente, até 30 de novembro de 2003, acerca da adoção

pelo DNIT das providências constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 1.414/2003-TCU (Plenário).

Segue em anexo o projeto de decreto legislativo que exclui esse trecho da BR-060 do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, e diz que o Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico e financeiro da execução das obras mencionadas, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, solicito um esclarecimento ao Relator. No voto do nobre Deputado Ricardo Barros, o item b estabelece: para que esta Comissão solicite ao TCU, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 86 da LDO 2003, que se pronuncie conclusivamente, até 30 de novembro de 2003. É esse o prazo mesmo, Deputado?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, porque o acórdão do TCU determinava providências. Uma delas está no item 9.1, comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre a ocorrência de irregularidades graves nas obras objeto desse processo, recomendando o não prosseguimento dos serviços, tendo em vista a constatação de superfaturamento das obras, além da existência de irregularidades graves nos contratos de execução e supervisão das obras.

Então, propomos que o Tribunal se manifeste. Já discutimos muito essa matéria, Deputado, de o Tribunal levantar suspeitas de irregularidades, que, depois, não se confirmam, e, pior, durante esse período a obra fica paralisada. Por isso, propomos as providências constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão, que passo a ler:

“9.1.1 - Condicione junto à CMC Engenharia e Construções S/A a continuidade do contrato PG-059/98 à formalização de termo aditivo a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 30 (trinta) dias...”

9.1.3 - Faça gestões junto à Empa S/A — Serviços de Engenharia no sentido de que, comprovada a existência de jazidas na região que atendam aos requisitos da obra, a construtora passe a produzir brita e extrair areia, condicionando, neste caso, a continuidade do contrato à formalização de termo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 30 (trinta) dias, estabelecendo a repactuação dos preços do contrato no que concerne a esses insumos”.

Portanto, a empresa utilizaria jazidas próximas à obra, e o preço seria reduzido proporcionalmente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Ricardo Barros, entendemos que o voto de V.Exa., no item b, é para que esta Comissão solicite que o TCU, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 86 da LDO, se pronuncie conclusivamente até o dia 30 de novembro de 2003, sem embargo do item a.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Exatamente. Até porque o voto do Tribunal de Contas da União, em função de questionamentos feitos, levantava a possibilidade de a empresa utilizar jazidas próximas à obra, em vez de pagar pelo transporte mais longo, reduzindo-se assim o preço da obra.

Logo, o Tribunal deve tomar providências, deve decidir se empresa pode ou não utilizar aquela jazida em benefício da obra. Se puder, o Tribunal exigirá, e nós também, que a obra tenha preço menor, em face do transporte com custo menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com o esclarecimento prestado pelo Relator, continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

!

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, sou Relator do item 21, Aviso nº 83. Elaborei meu relatório com base no do Tribunal de Contas da União. Hoje, porém, alguns Deputados de Minas Gerais me informaram que há um novo relatório. S.Exas. me pediram que verificasse a existência desse relatório. Por isso, solicito a retirada de pauta do item 21.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vou atender à solicitação de retirada de pauta do item 21, do Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito que o item 7 seja apreciado ainda hoje, porque se trata de liberação de obra de extrema importância para o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - É o próximo item da pauta, Deputado.

Item 7.

Aviso nº 21, de 2003, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado junto ao Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes — DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins — BR-060/DF — Distrito Federal, Divisa DF/TO”. Relator Deputado Roberto Balestra, a quem concedo a palavra. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., designo o Deputado Wasny de Roure para ler o parecer.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Trata-se de obra que visa à duplicação de 18,5 quilômetros e à restauração de outros 31,5 quilômetros, dos quais 13 já se encontram duplicados. A duplicação do trecho da BR-060, compreendido entre o Distrito Federal e a divisa DF/GO, irá melhorar o fluxo de veículos num local onde o tráfico é muito intenso e a pista existente já não o suporta mais. O estado de conservação da pista existente é ruim. Esse fato, associado à inexistência de duplicação nesse trecho da BR-060, tem ocasionado vários acidentes, muitos com vítimas fatais. Mais da metade da obra — 65% — foi executada. Estima-se para sua conclusão verba de 25 milhões, 701 mil, 979 reais e 15 centavos.

Na Lei Orçamentária Anual de 2003 há uma dotação de 12 milhões de reais, com o subtítulo Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-060/DF, divisa DF/GO. Não há restos a pagar inscritos.

Na fiscalização realizada pelo TCU em 2000, foram encontrados indícios de fraudes no processo licitatório, de superfaturamento na contratação do projeto e de inconsistências entre o Projeto Básico e o Projeto Executivo. Por meio da Decisão nº 299/2001-Plenário, foi requisitada ao Comando do Exército Brasileiro a prestação de serviços técnicos para aferição das irregularidades constatadas. Após a confirmação das irregularidades pelo Exército, a Decisão nº 858/2001-Plenário converteu os autos em tomadas de conta especial, tendo sido autorizada também a suspensão de transferência de recursos para conclusão de serviços de pavimentação e a execução de obras de caráter emergencial.

A tomada de contas especiais foi julgada na sessão plenária de 14 de agosto de 2002, tendo sido prolatado o Acórdão nº 293/2002-TCU-Plenário, que concluiu pela comprovação de superfaturamento nos serviços, pela responsabilização solidária dos agentes pelo débito de R\$ 885.980,53 e pela imputação de multa aos responsáveis.

A obra encontra-se paralisada desde dezembro de 2000, em virtude de graves irregularidades apontadas pelo TCU. No tocante aos contratos e convênios, o TCU aponta para a ocorrência das seguintes irregularidades graves: superfaturamento nos Contratos nºs 21/2000 (DER/DF) e 53/2000; irregularidades no processo licitatório nos Contratos nºs

!

21/2000 (DER/DF), 102/2000 (DER/DF), 090/2000 (DER/DF) e 53/2000; e alterações indevidas nos projetos e especificações do Convênio nº 317.628. Foram verificadas também outras irregularidades menos graves nos Contratos nºs 53/2000 e 102/2000, concernentes às impropriedades na documentação daquele e impropriedades na celebração deste. Houve, ainda, impropriedades na celebração do convênio acima mencionado.

Ainda assim, o Tribunal de Contas da União sugere a continuação das obras, uma vez que sua paralisação pode gerar deterioração dos serviços já executados, com conseqüente dano ao Erário, não havendo prejuízo à administração pública a continuidade das obras e a concomitante avaliação pelos diversos órgãos acerca das irregularidades já apuradas.

Em função disso, o TCU deliberou:

“9.1 - Comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre a necessidade de se dar prosseguimento às obras objeto desta fiscalização, retendo-se nas futuras liberações o valor relativo ao débito apurado na Tomada de Contas Especiais (TC 010.471/2000-8) até que este Tribunal se manifeste de forma terminativa acerca deste débito”.

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins, BR-060/DF, Distrito Federal, Divisa DF/GO, na forma de projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala das Comissões, outubro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, vou colocá-la em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Passo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, percebo a presença do Deputado Bismarck Maia, do Ceará, que havia nos pedido que aguardássemos a sua chegada para a votação de PL. Se não for pedir demais, solicito mudança na inversão que fizemos, na qual colocamos no final da pauta os 2 projetos de lei. Podemos apreciá-los neste momento, para aproveitar a presença de S.Exa. em plenário.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. O PSDB está de acordo com a proposição do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Os 2 PLs poderiam voltar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. concorda com a inversão?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Voltamos ao item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 8, que abre no Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de 36 milhões.

O Relator, Senador Sérgio Cabral, não está presente.

Solicito ao Deputado Virgílio Guimarães que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído. Portanto, lerei apenas a conclusão e o voto.

O referido crédito encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente o art. 167, inciso V, da Constituição, e os art. 41, inciso II, e 43, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Cumpramos observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório.

!

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8, de 2003, do Congresso Nacional, nos termos propostos no substitutivo em anexo.

Sala de Comissão, 17 de novembro de 2003.

Senador Gilberto Mestrinho, Presidente; Senador Sérgio Cabral, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, ao Relator, o nobre Senador Sérgio Cabral, apenas queremos registrar que o projeto não foi muito feliz ao apresentar uma previsão de gastos para a Conferência Nacional de Saúde no valor de R\$ 10 milhões. Eu acho que, num momento em que estamos vivendo uma enorme restrição financeira, é um despropósito o Ministério da Saúde encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de remanejamento, de suplementação, de crédito especial para realizar a Conferência Nacional de Saúde, com previsão de R\$ 10 milhões. O nobre Relator corrige esse equívoco, diminuindo esses gastos para R\$ 2 milhões, o que consideramos minimamente razoável; daí por que votamos favoravelmente, levando em consideração também o fato de que o Ministério da Saúde haverá de conversar com os Parlamentares sobre as anulações propostas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, logo no início da sessão pedimos a inversão de pauta para apreciar esse projeto. Ouvimos o colega Bismarck Maia, do Ceará, e também o reclamo do Deputado Machado, do PFL. E a assessoria do Ministério da Saúde, além do Líder do Governo nesta Comissão, o Deputado Virgílio Guimarães, trazem ao nosso conhecimento o acordo que foi realizado, acordo esse que satisfaz o interesse do Estado do Ceará, aqui representado pelo Deputado Bismarck Maia, e também o Estado de Sergipe e a bancada do PFL. Então, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, a Conferência Nacional de Saúde vem realizando-se de forma muito dinâmica, fortemente participativa. Tive a oportunidade de comparecer à plenária estadual de Minas Gerais. Foi um evento espetacular: 3 dias de atividade, contando-se a noite da abertura e mais 2 dias inteiros. Portanto, houve uma intensa mobilização.

A emenda visa uma adequação à realidade nacional. Evidentemente, os recursos são insuficientes, mas até nos ajudam a buscar parcerias. O custo, evidentemente, já vai ser coberto por R\$ 2 milhões — é o custo da realização de uma conferência dessa dimensão. Quem assistiu às conferências nos Estados pôde constatar a magnitude desses eventos, que mobilizam todos os Municípios, uma belíssima movimentação, que tem o seu custo.

Recebemos a emenda com alegria, até porque nos obriga a trabalhar. É apertado que o carro canta. Então, vamos trabalhar apertados, buscando outras parcerias, públicas e privadas — quem sabe? —, para ajudar a financiar a conferência, que precisa ser realizada inteiramente.

Agradecemos a oportunidade e esclarecemos que os R\$ 10 milhões iniciais não eram muito. De fato, talvez poucos sejam os recursos nacionais. A emenda também vem em boa hora, porque aprovamos o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Eu pergunto ao Plenário se o item 3 pode voltar à pauta. *(Pausa.)*

!

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Nobre Senador, da minha parte, sim. Eu pedi a inversão. Mas, como o nobre Deputado Wilson Santiago havia pedido a retirada, creio que tem maior legitimidade para responder sobre isso.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, considerando as justificativas apresentadas pelo Ministério da Saúde, tratando-se de um volume de recursos que não é tão grande e tem destinação específica, concordamos com a aprovação do projeto de lei e retiramos o pedido de adiamento.

(Não identificado) - Esse aqui já foi apresentado pelo Deputado Gilmar Machado. Então, agora o senhor abre só a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório, já que o Deputado Gilmar Machado o leu. *(Pausa.)*

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 8.

Aviso nº 028/2003-CN, que “encaminha cópia ao Congresso Nacional do Acórdão nº 684, do TCU, e respectivos Relatório e Voto, referente ao levantamento de auditoria realizada nas obras relativas à construção de hospital em Itapipoca, no Estado do Ceará”.

A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, e o parecer é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Aviso nº 028/2003-CN é o seguinte:

“Sr. Presidente, diante do exposto e considerando que a obra objeto deste parecer, embora constasse no Quadro VII (obras com indícios de graves irregularidades) da Lei nº 10.407, de 2002, teve a sua execução liberada; que a mesma obra não consta do Quadro VII da Lei nº 10.640, de 2003; e que a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos no sentido de que esta Comissão: a) dela tome conhecimento; b) delibere pelo envio dos autos ao arquivo.”

Este é o parecer da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é pelo arquivamento?

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 9.

Aviso nº 035/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 751, do TCU, referente ao relatório de inspeção realizada nas obras de construção e recuperação da estrutura básica da Adutora do Oeste, no Estado de Pernambuco”.

O Relator foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem. Nós estamos querendo que o Aviso nº 35 seja retirado de pauta, até que haja uma posição do TCU em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Aviso nº 035?

!

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Exatamente.

(Não identificado) - Ele está pedindo que se retire de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Que se retire de pauta?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A matéria será apreciada na próxima reunião, quinta-feira.

Item 10.

Aviso nº 037/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 753, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de implantação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, Minas Gerais, referentes à linha 1 do metrô, trecho São Gabriel — Via Norte”.

O Relator é o Deputado Ary Vanazzi, que não está presente. O voto é pela vedação da execução, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Vou ler o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 037, de 2003:

“Voto do Relator.

Conforme salientado pelo Voto do Relator, o Ministro Adylson Motta, acolhido pelo Plenário, há indícios de irregularidades graves suficientes para suspender a execução dos referidos acordos. Tal possibilidade está prevista no art. 86 da Lei nº 10.524/2002 (LDO/03).

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão determine ao Poder Executivo suspender a execução dos Contratos nºs 23/2002-DA e 35/2002-DA, financiados com recursos do Programa de Trabalho nº 26.783.0222.5753.0101 (Implantação do Sistema de Trens Urbanos — Belo Horizonte), mediante a respectiva inclusão no rol das obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640/2003.”

Assinado: Deputado Ary Vanazzi

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pela vedação.

Em discussão na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, tratando-se de uma obra que não deixa de ter grande importância para o Estado de Minas Gerais, apesar de não ser mineiro, entendo que devemos aprofundar o conhecimento em relação ao assunto no que se refere aos dados técnicos e aos valores mal aplicados que impedem a alocação de novos recursos para essa obra. Portanto, sugiro a V.Exa. a retirada desse PL de pauta, para melhor conhecermos o parecer e votarmos na próxima sessão. É muito importante a decisão desta Comissão em relação a esse assunto, por se tratar de uma obra, com certeza, de grande significação para a população de Minas Gerais. Repito: apesar de eu não ser mineiro, minha sugestão é voltarmos a discutir esse assunto na próxima sessão. Mas, se for essa a decisão da Comissão, logicamente votaremos pela suspensão dos recursos para essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado Wilson Santiago, o Relator, o Deputado Ary Vanazzi, havia pedido a retirada de pauta e posteriormente pediu a reinclusão. Agora, pelas informações que S.Exa. colheu, fica difícil adiar a votação.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, o Relator da matéria não se fez presente hoje. Volto a repetir que, particularmente, tenho algumas dúvidas em relação a esse assunto; não custaria nada à Comissão adiarmos essa decisão para a próxima reunião para tirarmos as dúvidas. É só uma ponderação a V.Exa. Se a Presidência achar conveniente, poderíamos adiar a votação. Se as justificativas do Relator nos convencerem, ou seja, se forem bem fundamentadas, votaremos a matéria na quinta-feira que se aproxima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

!

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, na Legislatura passada, a minha luta pelo metrô de Belo Horizonte, em especial pelo ramal Barreiro, já se havia tornado uma espécie de folclore nesta Comissão. A cada vinda de um Ministro a esta Casa este Parlamentar tinha de fazer um pronunciamento sobre o assunto. Portanto, todos sabem do meu compromisso com a conclusão do metrô. Apesar de essa obra dizer respeito a uma parte específica da linha-tronco, a aprovação seria da maior importância para a região de Barreiro, que represento aqui.

Aproveito para fazer também uma saudação àquela importante região de Belo Horizonte, lamentando a perda do nosso Líder, o ex-Deputado Federal Álvaro Antônio, que tanto lutou pela construção do metrô. Deixo registrado nesta Comissão nosso pesar pelo seu passamento.

Portanto, para que possamos verificar melhor essa questão, creio que esse prazo de uma semana pode ser bastante útil, e concordo com a sugestão do Deputado Wilson Santiago de retirada de pauta. Teremos outras oportunidades ainda este ano. E aproveito para deixar meu apelo ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Planejamento no sentido de liberarem os recursos da linha Calafate-Barreiro, pois já estamos em novembro e ainda não foram liberados os R\$ 31 milhões que temos consignados no Orçamento, apesar de uma boa parte já ter sido gasta.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço permissão para retirar-me. Passo a Liderança para o Deputado Wasny de Roure, porque preciso comparecer à reunião da bancada de Minas Gerais, que se inicia agora, às 17h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Em face das razões apresentadas pelos Deputados Wilson Santiago e Virgílio Guimarães, retiramos de pauta a matéria para que seja votada na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, gostaria de pedir a inversão da pauta para podermos deliberar sobre o Aviso nº 091, item 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Aviso?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Item 22, Aviso nº 091, sobre o Metrô de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Perguntamos ao Plenário se há alguém contrário a inversão. *(Pausa.)* Se não há, está aprovada.

Item 22.

Aviso nº 091/2003-CN, que “encaminha cópia do Acórdão nº 1.290, de 2003, do TCU, referente à auditoria realizada nas obras do metrô de Salvador, trecho Lago-Pirajá”.

O Relator é Senador Almeida Lima. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela execução, na forma do projeto de lei e do decreto legislativo.

Não estando presente o Relator, peço ao Deputado Wilson Santiago que leia o relatório. É o item 22, Aviso nº 091.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Eis o relatório:

“Análise: Em razão das irregularidades graves apuradas, as obras do metrô de Salvador encontram-se listadas no Quadro VII da Lei Orçamentária do corrente exercício de 2003, bem como constam da relação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União para orientar o processo de apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2004, conforme prevê o art. 94 da LDO de 2004.

Todavia, a decisão constante do Acórdão nº 1.546, de 2003, do TCU (Plenário), encaminhado a esta Comissão por intermédio do Aviso nº 2.688, TCU, acima mencionado, torna insubsistente a motivação de inclusão das obras do metrô de Salvador no Quadro VII da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2003.

Com efeito, se os vícios de irregularidades apurados residiam no contrato firmado para a concessão pública, a operação, o fornecimento e a implantação de sistema de material rodante para o sistema metroviário de Salvador, Bahia, resulta

!

evidente que esses vícios não mais persistem, ante a rescisão do mencionado contrato. E, não mais persistindo, é perfeitamente cabível a liberação da execução orçamentária, física e financeira das obras sob alusão, conforme determinam os citados §§ 6º e 7º do art. 86 da LDO de 2003.

Voto do Relator.

Diante do exposto, e considerando o Acórdão nº 1.546, de 2003, TCU (Plenário), datado de 15 de outubro de 2003, nosso voto é no sentido da liberação da execução orçamentária, física e financeira das obras do metrô de Salvador, no trecho especificado no próprio projeto de decreto legislativo em anexo.”

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, é contraditória a posição do TCU, porque de um lado libera a obra, por assim dizer, mas ao mesmo tempo a mantém na relação de obras que apresentam irregularidades.

Esta Comissão solicitou, por meio de ofício, informações complementares sobre uma posição final do Tribunal de Contas, mas parece que até o momento não recebeu resposta. O mais adequado seria votar neste momento ou aguardar a resposta do Tribunal de Contas? Considero mais correta a última atitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Mestrinho) - A Comissão recebeu a resposta e encaminhou-a ao Senador Almeida Lima, que com base nela fez o Relatório. Já foi liberada a obra.

Está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltamos ao Item 11.

Aviso nº 041/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5)”.

O Relator é o Deputado Lael Varella. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela autorização da execução na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Solicito à Deputada Professora Raquel Teixeira o obséquio de ler o relatório.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Eis o relatório:

“Trata o presente parecer do Aviso nº 041, de 2003-CN (nº 1.354/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003-TCU (Plenário)”.

Passo à leitura do voto do Relator, dispensando a leitura do relatório completo, com a permissão do Sr. Presidente.

“Voto do Relato.

Trata-se de ponte sobre o Rio Poty, que será construída em tecnologia estaiada, com extensão de 363.000 metros e largura de 28,90 metros, oferecendo 3 faixas de tráfego em cada sentido, ciclovia e passeio para pedestre, visando melhorar a interligação das zonas centro e leste de Teresina, Piauí, atualmente com o nível de saturação de tráfego esgotado, ocasionando constantes congestionamentos nos horários de pico.

Em complementação à ponte será construído um mirante, com elevador e escadas, além de áreas para eventos. A obra não foi iniciada, sendo estimado para a sua realização o valor de R\$ 39.246.547,99. Em exercícios anteriores foram liberados para a

!

obra os montantes de R\$ 12.310.000,00 da União e R\$ 24.110,28 de contrapartida da Prefeitura Municipal de Teresina, no âmbito de contratos de repasse entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano — SEDU e a Caixa Econômica Federal — CEF. Esses valores estão aplicados na Caixa, apresentando um saldo, em 14 de maio de 2003, de R\$ 14.164.093,44. Na LOA/2003, há uma dotação de R\$ 12 bilhões, no subtítulo 15451080519510672 — ações de reestruturação urbana, interligação de áreas urbanas e de adequação de vias, construção de obras de infra-estrutura urbana Teresina/Piauí. Não há restos a pagar inscritos.

As irregularidades graves identificadas pelo TCU, que recomendaram a suspensão cautelar da obra, foram sobrepreço no projeto básico e restrição ao caráter competitivo da licitação. Após nova fiscalização, o TCU constatou que as irregularidades inicialmente apontadas como graves em relação à Concorrência nº 1/2001 foram saneadas, tendo sido cumpridas fielmente as determinações contidas no item 9.2 do Acórdão 308/2003.

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII, anexo à Lei n. 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Deputado Lael Varella, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pela autorização de execução da obra.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, acompanhamos o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão na Câmara.

Encerrada a discussão, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara e no Senado.

Item 12.

Aviso nº 092/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, na relação de obras com indícios de irregularidades, a construção da ponte sobre Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí” — é a mesma obra. O Relator, o Deputado Lael Varella, votou pelo arquivamento, em razão da autorização anterior. Peço a Deputada que apenas leia o voto final.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Passo à leitura do voto do Relator, Sr. Presidente:

“Trata-se de ponte sobre o Rio Poty, com extensão de 363 mil metros e largura de 28,90 metros, oferecendo 3 faixas de tráfego em cada sentido, ciclovia e passeio para pedestre, visando melhorar a interligação da zona centro e leste de Teresina/Piauí. Em complementação à ponte, será construído um mirante com elevador e escadas, além de áreas para eventos. A obra não foi iniciada, sendo estimado para sua realização o valor de R\$ 39.246.547,99.

Em exercícios anteriores foram liberados para a obra os montantes de R\$ 12.310.000,00 da União e R\$ 24.000,00 de contrapartida da Prefeitura municipal. Esses valores estão aplicados na Caixa, apresentando um saldo, em 14 de maio de 2003, de R\$ 14.164.093,00. Na LOA/2003, há uma dotação de R\$ 12 milhões no subtítulo 15415080519510672 — ações de reestruturação urbana, interligação de áreas urbanas e de

!

adequação de vias, construção de obras de infra-estrutura urbana. Não há restos a pagar inscritos.

A auditoria do TCU encontrou as seguintes irregularidades: sobrepreço do Projeto Básico da Concorrência nº 01/2001 e restrição ao caráter competitivo da licitação.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade, decorrente da perda de oportunidade para que gerasse efeitos adequados, quais sejam, a suspensão cautelar, no âmbito da LOA/2002, da execução orçamentária, física e financeira do subtítulo no qual foram localizados os indícios de irregularidades graves.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 092/2003-CN e determine o seu arquivamento.

Deputado Lael Varella, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria saber se podemos ouvir o Plenário da Casa sobre a possibilidade de inversão de pauta para votarmos os itens nºs 29, 30, 31 e 32, que estão pendentes desde agosto. Pergunto se seria possível. São de minha autoria esses requerimentos, e estou aqui aguardando. O que estou pedindo é de interesse de toda a Casa. O Requerimento nº 16 é para convidarmos o Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos inclusive sobre essa composição dos recursos que ficaram da Emenda nº 29. O item nº 30 diz respeito ao Requerimento nº 17...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Já foram localizados, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vou ser atendido, Sr. Presidente? Se vou, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eu pergunto ao Plenário se todos concordam com a inversão da pauta para apreciação desses itens.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, eu pediria ao Deputado Anivaldo que, em razão de nossas bancadas estarem reunidas nas Comissões — e o próprio Deputado Virgílio acabou de se retirar para comparecer à reunião da bancada de Minas Gerais —, apreciássemos esses 4 itens na próxima reunião desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, estou fazendo a política da boa convivência, do bom relacionamento. A apreciação a que ora me refiro já foi prorrogada 5 ou 6 vezes atendendo a esse mesmo apelo, sem qualquer fato novo. Minha bancada está...

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não, absolutamente. É item da pauta. Eu concordei; aliás, queria até que retirassem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Asseguro-lhe, Deputado Anivaldo, que na quinta-feira o requerimento vai estar na pauta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Como primeiro item, Sr. Presidente? Se for o primeiro item da pauta, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Será solicitada a inversão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Se o senhor concordar com a inversão agora, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Se for o primeiro item da pauta... Então, peço a inversão para a próxima.

!

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Regimentalmente, a oportunidade para apreciação do requerimento é a abertura.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas trata-se de acordo das Lideranças que estão presentes. Requeiro que desde já o requerimento seja incluído como primeiro item da pauta de quinta-feira, e peço que todos aqui aprove.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu acho que o Deputado que está representando o PT concordaria em votar a inversão, e na quinta-feira esses itens já entrariam na pauta nessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado concorda?

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Concorde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Então, por acordo de Lideranças, está aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Muito obrigado. Vamos continuar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item 13: Aviso nº 52/2003-CN, que encaminha acórdão do TCU sobre possível irregularidade das obras do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte.

O Relator é o Deputado João Grandão. Não foram apresentadas emendas, e o voto é pela autorização da obra.

O Deputado Balestra vai ler o relatório de maneira a mais sucinta possível. É o item 13.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - O voto de S.Exa. é muito longo, mas vou fazer a leitura só do final, e o mais rapidamente possível:

“Voto do Relator.

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, condicionada à obtenção da licença de operação, conforme determinado pela Resolução CONAMA nº 237/97, art. 8º, inciso III, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pela continuidade da obra.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Item 14.

Aviso nº 13/2003-CN. Trata-se da mesma matéria. O Relator é o Deputado João Grandão. O voto é pelo arquivamento da matéria. Peço ao Deputado Balestra que leia a parte final desse relatório, já que é pelo arquivamento da matéria.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Voto do Relator, Deputado João Grandão:

“Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 13/2003-CN e determine o seu arquivamento”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 15 refere-se também ao Aviso nº 92.030/2002-TCU, sobre as obras no Porto de Natal. O Relator é o Deputado João Grandão e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Balestra.

!

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Eis o relatório:

“Sr. Presidente, em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 92.030/2002-CN e determine o seu arquivamento.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17.

Aviso nº 72/2003, do TCU.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O item 16, Aviso nº 58, não será votado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O item 16 foi retirado de pauta.

Trata-se de levantamento de auditoria realizada nas obras de infra-estrutura e construção de barragem em Poço Verde, Sergipe. O Relator é o Deputado Gilberto Kassab, e o voto é pela manutenção da vedação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wilson Santiago.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Eis o relatório:

“Voto do Relator.

O TCU identificou as seguintes irregularidades: construção de canteiro de obra em propriedade particular, levantamento planimétrico da bacia hídrica e cadastramento das propriedades e desapropriações. Outras irregularidades graves identificadas neste e em outros levantamentos realizados neste exercício reforçam a convicção de que a continuidade do empreendimento poderá causar dano ao Erário, permanecendo, portanto, situação similar fundamentadora da Decisão nº 537/2002 do Plenário.

Portanto, como as irregularidades graves constatadas pelo TCU ainda não foram saneadas, voto pela manutenção da vedação da execução orçamentária, física e financeira das obras de construção da barragem de Poço Verde em Sergipe.”

É o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pela manutenção da vedação.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação da na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 18.

Aviso nº 092.011/2002-CN. Trata-se da mesma obra: construção da barragem de Poço Verde. O Relator é o Deputado Gilberto Kassab. O voto é pelo arquivamento da matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Eis o relatório:

“Voto do Relator.

A auditoria do TCU encontrou as seguintes irregularidades: construção de canteiro de obras em propriedade particular e outras relatadas anteriormente pelo próprio órgão.

Nesse sentido, além de outras irregularidades, em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 92.011/2002-CN e determine o seu arquivamento.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O relatório é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado.

Item 19: Aviso nº 82/2003-CN, que encaminha cópia do Acordo nº 1.197, do TCU, referente. Levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trecho rodoviário do Corredor MERCOSUL, construção de trecho rodoviário no Rio Grande do Sul. Relator: Deputado Pedro Chaves.

Não foram apresentadas emendas e o relatório é pela suspensão da execução da obra.

Peço ao Deputado Bismarck Maia que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Passo a ler o voto, Sr. Presidente.

“Em face do exposto, voto pela suspensão cautelar de qualquer repasse financeiro para os contratos PD 10.015/2001, PD 10.049/2001, PD 10.004/97, PD 10.024/2000, PG 129/97-00, PD 10.017/2001 e PD 10.018/2001, das dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União de 2003, na classificação funcional programática 26782023357070012, construção de trechos rodoviários no corredor MERCOSUL — construção de trecho rodoviário no Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto do decreto legislativo anexo.

Deputado Pedro Chaves, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara o relatório.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O item 20 trata da mesma obra. Gostaria que o Deputado Bismarck Maia também fizesse a leitura do relatório, que é pelo arquivamento da matéria.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Eis o relatório:

“Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 92.104/2002-CN e determine o seu arquivamento.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pelo arquivamento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 21.

O Deputado Renato Casagrande, Relator da matéria, pediu sua retirada de pauta por ter recebido novas informações.

Item 23.

Aviso nº 92/2003-CN, referente ao levantamento de auditoria sobre obra de ampliação dos moles do Porto de Rio Grande e dragagem e aprofundamento do canal de

!

acesso ao Rio Grande do Sul. O Deputado Márcio Reinaldo Moreira é o Relator, e o voto é pela manutenção da vedação.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, para leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, apresento o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 92/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.371, de 2003-TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto com o fundamento, referente ao levantamento de auditoria em obra de ampliação dos moles do porto de Rio Grande e dragagem e aprofundamento do canal de acesso no Estado do Rio Grande do Sul.

O voto é pela manutenção da vedação da execução orçamentária, física e financeira das obras de ampliação dos moles do Porto de Rio Grande e dragagem e aprofundamento do canal de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pela manutenção da vedação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, quero solicitar a V.Exa. a inversão da pauta para a retirada do item 27, pois se trata de assunto de grande relevância para o Nordeste. Gostaria, particularmente, de ter maior conhecimento sobre a questão dos recursos desse fundo, que de fato é de grande valia para o Nordeste brasileiro. É o item 27 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de colocar em votação a solicitação de V.Exa., quero informar que o item 24 trata da mesma matéria anteriormente relatada, e o voto é pelo arquivamento. Solicito ao Deputado Claudio Cajado que faça a sua leitura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Item 24, Aviso nº 92...

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Trata-se da retirada do item 25. É um aviso bastante complicado, com várias nuances; portanto, peço a V.Exa. a sua retirada de pauta para que pudéssemos apreciá-lo melhor.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Também peço a retirada do item 26, atendendo um pedido do Governo, por intermédio da Assessoria do Ministério, que está providenciando uma resposta à solicitação feita pelo Deputado Bismarck Maia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ficam retirados de pauta os itens 25 e 26. O Deputado Claudio Cajado fará a leitura do item 24.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, foram retirados os itens 25, 26 e 27.

Item 24.

Eis o relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 92.157-2002/CN, que *“Encaminha ao Congresso Nacional a relação das obras nas quais foram registradas irregularidades graves no decorrer da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União em 2002”*.

“Voto do Relator.

Trata-se de uma obra de ampliação de 400 metros no mole leste e 900 metros no mole oeste, para viabilizar o futuro aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de permitir a operação de navios de maior porte. Foram executados 28% das

!

obras, sendo estimado que R\$ 242.396.012,60 seriam necessários para a sua conclusão. Na Lei Orçamentária Anual de 2003, há uma dotação de R\$ 40 milhões no subtítulo 26.784.0233.5019.0043 — Ampliação dos Moles do Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e canal de acesso. Não há restos a pagar inscritos.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente Aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade, decorrente da perda de oportunidade para que gerasse efeitos adequados, quais sejam, a suspensão cautelar, no âmbito da Lei Orçamentária Anual, de 2002, da execução orçamentária, física e financeira do subtítulo no qual foram localizados os indícios de irregularidades graves.

Por conseguinte, em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 92.157/2002-CN e determine o seu arquivamento.”

São as palavras do nobre Relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara e no Senado.

Os itens 25, 26, 27, 29, 30, 31 e 32 foram retirados de pauta.

Item 28. Relatório de atividades do primeiro trimestre — atividades do Congresso Nacional.

O Relator, o Deputado Carlito Merss, é pelo arquivamento da matéria.

O Deputado Wasny de Roure fará a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Eis o relatório:

“Voto do Relator.

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais no período em exame, primeiro e segundo trimestre de 2003. Ademais, aquela Corte de contas tem adotado medidas para aperfeiçoar sua atuação no cumprimento de sua missão institucional. Entre elas pode-se citar a capacitação do seu corpo técnico, a celebração de acordos para intercâmbios com outras instituições e a participação em eventos internacionais.

Dessa forma, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos relatórios de atividades do primeiro e segundo trimestre de 2003 do Tribunal de Contas da União e determine os respectivos arquivamentos.

Deputado Carlito Merss, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O voto é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encerre a sessão, mantendo a ordem desses requerimentos para a próxima sessão, mesmo porque os Requerimentos de nºs 35, 36 e 34 guardam sintonia com os itens 29, 30, 31 e 32.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Suspendo a presente reunião e convoco os Srs. Parlamentares para quinta-feira, às 10 horas, a fim de votarmos o restante da matéria.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sim, Sr. Presidente, mas com o início da pauta, conforme acordado, com apreciação dos itens 29 e 30, bem como dos Requerimentos nºs 16, 17, 18, 19 e 20. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O combinado será cumprido. Está encerrada a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Havendo número legal, declaro reiniciada a 24ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matéria constante da Pauta nº 36/2003.

Não faremos neste instante a apreciação das atas, já que no plenário não há *quorum* para votação.

Passaremos à leitura do expediente.

Peço ao Deputado Wilson Santiago que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Expediente.

Correspondência interna recebida:

1) Ofício nº 160, de 12 de novembro, do Deputado Wellington Roberto, solicitando correção de erro material na emenda de sua autoria apresentada ao Projeto de Lei nº 49/2003-CN.

2) Ofício sem número, de 18 de novembro, do Deputado Aracely de Paula, comunicando sua reassunção ao cargo de Deputado Federal, na condição de titular, ao tempo em que solicita providências urgentes junto à Secretaria da Comissão no sentido de autorizar a confecção da senha de acesso ao sistema de elaboração das emendas à Proposta Orçamentária para 2004.

3) Ofício nº 1.335, de 19 de novembro, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, solicitando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei Orçamentária para 2004 e ao Plano Plurianual para o período 2004-2007.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1) Memorando nº 183, de 13 de novembro, do Deputado João Correia, justificando ausência às reuniões realizadas na semana de 10 a 14 de novembro, tendo em vista a participação em atividades parlamentares.

2) Ofício nº 204, de 14 de novembro, do Deputado Pedro Chaves, justificando ausência às reuniões realizadas na semana de 14 a 24 de novembro, em virtude de viagem de missão oficial.

Atas encaminhando a eleição dos Coordenadores de Bancada Estadual:

1) Ata da Bancada do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenador: Deputado Álvaro Dias.

2) Ata da Bancada do Estado do Paraná. Coordenador: Deputado José Borba.

3) Ata da Bancada do Estado do Ceará. Coordenador: Deputado Inácio Arruda.

4) Ata da Bancada do Estado da Bahia. Coordenador: Deputado José Rocha. Subcoordenador: Deputado Josias Gomes.

5) Ata da Bancada do Estado de Minas Gerais. Coordenador: Deputado Virgílio Guimarães.

6) Ata da Bancada do Estado de Sergipe. Coordenador: Deputado Machado.

7) Ata da Bancada do Estado do Amazonas. Coordenador: Deputado Virgílio Guimarães.

Atas encaminhando a eleição dos Coordenadores de Bancada Regional:

1) Ata da Bancada da Região Nordeste. Coordenador: Deputado Roberto Pessoa.

2) Ata da Bancada da Região Centro-Oeste. Coordenador: Senador Jonas Pinheiro.

Expedientes encaminhando indicações para o Comitê de apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007:

1) Ofício nº 1.302, de 12 de novembro, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando os Deputados Cláudio Cajado e Pauderney Avelino.

2) Ofício nº 1.023, de 18 de novembro, do Líder do PL, Deputado Valdemar Costa Neto, indicando o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado João Leão.

3) Ofício nº 410, de 18 de novembro, do Líder do PPS, Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Geraldo Resende.

4) Ofício nº 427, de 19 de novembro, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Leomar Quintanilha.

Expediente indicando representantes das lideranças partidárias com assento na Comissão:

- Ofício nº 160, de 18 de novembro, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais, em substituição ao Deputado Carlito Merss, do PT de Santa Catarina.

Ofício nº 662, de 18 de novembro, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, informando da abertura de prazo para interposição de recurso aos seguintes projetos de decreto legislativo do Congresso Nacional:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2003-CN;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2003-CN;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2003-CN.

Ofícios de 18 de novembro, encaminhados pelo Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria, Senador Heráclito Fortes, encaminhando outorga dos Decretos Legislativos CN:

- 1) Ofício nº 657: Decreto Legislativo nº 10/2003-CN;
- 2) Ofício nº 659: Decreto Legislativo nº 11/2003-CN;
- 3) Ofício nº 661: Decreto Legislativo nº 12/2003-CN.

Correspondência externa recebida:

1) Expediente enviado por correio eletrônico, encaminhado pelo economista José Airton Castelo.

Este e-mail também foi encaminhado pelo cidadão ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar, ao Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, Senador Roberto Saturnino, e ao Presidente da Comissão.

2) Ofício nº 388, de 7 de novembro, do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

3) Ofício nº 712, de 13 de novembro, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Expediente encaminhado em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 — obras acima de 8 milhões de reais:

- Ofício nº 322, de 14 de novembro, do Ministério dos Transportes.

Está lido o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Conforme acordado, os requerimentos de autoria do Deputado Anivaldo Vale serão os primeiros itens a serem apreciados nesta reunião.

Pauta nº 36.

Apreciação dos seguintes requerimentos:

Item 29.

Requerimento nº 16/2003, que *“solicita seja convidado o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, a comparecer a esta Comissão Mista para prestar esclarecimentos sobre as fontes de recursos que financiam o Ministério da Saúde, em especial as relativas ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000”*.

Autor: Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Requerimento nº 16, de nossa autoria, objetiva a presença nesta Comissão do Ministro da Saúde, Humberto Costa, a fim de que S.Exa. traga esclarecimentos a toda a Comissão a

!

respeito de assunto objeto de participação ativa de vários Parlamentares, em especial do nosso Relator, o Deputado Rafael Guerra. Trata-se do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

A presença do Ministro seria verdadeiramente interessante, na medida em que há vários remanejamentos de recursos, inclusive no PL nº 42. Seria uma oportunidade de discutirmos o assunto em profundidade nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão...

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, pela rejeição, pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Voto pela rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vota contrariamente.

Em votação no Senado.

Aprovado, com o voto contrário do Senador Geraldo Mesquita Júnior e do Senador Roberto Saturnino.

Item 30.

Requerimento nº 17/2003, que "*solicita seja convidado o Ministro da Educação, Dr. Cristovam Buarque, a comparecer a esta Comissão Mista para prestar esclarecimentos sobre o Programa Toda Criança na Escola*".

Autor: Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o requerente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Requerimento nº 17/2003, de nossa autoria, objetiva ouvir do Ministro alguns esclarecimentos a respeito de vários programas, dentre eles o Programa Toda Criança na Escola.

Durante a tramitação de vários créditos nesta Comissão, tivemos como fonte de cancelamento recursos do Bolsa-Escola, com a explicação da assessoria do Ministro. Como estamos com o Orçamento para 2004, seria verdadeiramente interessante a participação do Ministro nesta Comissão, até como forma de nos dar esclarecimentos profundos a respeito dos programas que serão implementados a partir de 2004.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em discussão...

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento com relação à votação anterior. Dois Senadores votaram pela rejeição do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - E 2 Senadores o aprovaram. Está aqui.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de esclarecer um detalhe ao autor desse requerimento. Estamos com um cronograma muito apertado. É evidente que temos toda a boa vontade para que os Ministros venham. De nossa parte, como Governo, não há nenhum motivo para preservar Ministro que venha à Comissão prestar esclarecimentos.

Estamos nos aproximando do Dia D, 15 de dezembro, e há uma série de audiências públicas propostas. Por exemplo, somos favoráveis à vinda do Ministro da Fazenda. Por quê? Porque esse setor diz respeito diretamente ao Orçamento, é coração do Orçamento — tanto o Ministério do Planejamento quanto o Ministério da Fazenda. Não há dúvida de que,

todas as vezes em que os Ministros dessas Pastas vierem aqui, alguns esclarecimentos importantes serão feitos.

Também já temos alguns convidados. Como poderemos realizar tantas reuniões? Sabemos das dificuldades em relação à presença. Temos também, neste final de ano, projetos importantes tramitando sobretudo no Senado Federal, onde as PECs estão num momento decisivo de votação em plenário, com prolongadas discussões. E a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação ainda vai apreciar a reforma tributária.

Por isso, apelo para o Deputado Anivaldo Vale no sentido de discutirmos a possibilidade de conciliar a pressa, as audiências e o funcionamento desta Comissão. É uma honra para nós a presença, por exemplo, do Ministro da Educação, pois é um quadro dignificante do Governo. S.Exa., certamente, mais uma vez, propiciará a esta Comissão uma aula com esclarecimentos de toda ordem, com lisura e absoluta transparência. Quero deixar claro que o Governo não tem medo da verdade e de responder a qualquer indagação. Não há nenhuma restrição.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Vou aceitar a vinda do Ministro da Educação. Educação e Fazenda — seriam esses dois? O nobre Deputado Anivaldo Vale entende que satisfaz? Isso não significa que não quero os demais, mas o problema é que não teremos tempo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, requerimento que convida o Ministro da Fazenda a comparecer à Comissão de Finanças e Tributação já está aprovado naquela Comissão. Nesse sentido, sugiro realizarmos audiência conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação para ouvir S.Exa. Em relação ao convite ao Ministro da Educação, queremos ajudar nosso Líder. A imprensa falada, escrita e televisada divulgou as mudanças de meta e de prioridade desse Ministério. Diante disso, a vinda do Ministro a esta Comissão seria uma oportunidade para esclarecer a questão, contribuindo para votarmos de forma consciente o Orçamento para 2004.

Portanto, deixo sobrestado o meu requerimento. Não vou retirá-lo, mesmo porque houve prazo suficiente. Esses requerimentos de minha autoria estão aqui desde 9 de setembro. O requerimento que convida o Ministro dos Transportes fica sobrestado, o que convida o Ministro da Educação fica aprovado, e o que convida o Ministro da Fazenda, também, sendo a audiência, neste caso, realizada em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação. E o requerimento que convida o Ministro da Saúde já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, é motivo de orgulho para o Governo contar com pessoas da envergadura do Prof. Cristovam Buarque, que tem vindo a esta Casa com frequência.

Como havia sido mencionado anteriormente, o Ministro Antonio Palocci já tem um compromisso com a Comissão de Finanças e Tributação. Creio que podemos conciliar as 2 audiências, realizando uma só nesta Comissão, que tem um auditório maior. Não haverá dificuldade.

O problema é que as audiências com a presença de Ministros são esvaziadas em função do volume de trabalho que temos pela frente. Creio que isso não fica bem para a Comissão. Mas sigo o entendimento da nossa Liderança e do Deputado Anivaldo Vale.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Em votação o Requerimento nº 17/2003, que solicita seja convidado o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, para se fazer presente na Comissão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Com a retirada do Requerimento nº 18/2003, de autoria do Deputado Anivaldo Vale, passaremos ao Requerimento nº 19/2003, que solicita seja convidado o Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, para comparecer a esta Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O item 33, requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, será retirado da pauta, porque S.Exa. não está presente.

O item 34, Requerimento nº 21/2003, de autoria do Deputado Paulo Bernardo, será retirado de pauta. S.Exa. está ausente.

Retiro de pauta o item 35, Requerimento nº 25/2003, do Deputado Pauderney Avelino, já que S.Exa. está ausente.

Retiro igualmente de pauta o item 36, Requerimento nº 26/2003, também de autoria do Deputado Pauderney Avelino, pelo mesmo motivo.

Não havendo mais matéria a tratar, faço um apelo aos 16 Relatores que ainda estão com PLs para relatar para que entreguem os relatórios na Comissão, a fim de que possamos votá-los. Se fizerem isso até amanhã, ao meio-dia, na terça-feira já poderemos votá-los.

Convoco nova reunião para terça-feira, dia 25, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2003.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e três, às onze horas e quarenta e três minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada em decorrência do Requerimento nº 09/2003, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, com a finalidade de ouvir o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, acerca da redefinição de prioridades de investimentos das empresas do Grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Bismarck Maia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Nelson Meurer, Osvaldo Coêlho, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Luiz Otávio, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; - **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Almir Moura, André Zacharow, Antonio Cambraia, Carlos Nader, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Dr. Heleno, Eduardo Valverde, Fernando de Fabinho, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, João Batista, José Pimentel, Josué Bengtson, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Neuton Lima, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Silas Brasileiro, Welinton Fagundes e Wilson Santiago; - **Senadores suplentes:** Fátima Cleide e Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento dos Deputados não-membros, Coriolano Sales, Fernando Ferro, Ildeu Araujo, João Caldas e Luiz Sérgio. **ABERTURA:** O Primeiro Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, declarou iniciada a reunião e anunciou a presença, junto à Mesa de trabalhos, do Sr. Gerente Geral de Gestão e Desempenho Empresarial da PETROBRAS, Dr. Celso Fernando Lucchesi. Continuando, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o convidado disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente em exercício comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Presidente da PETROBRAS, que discorreu sobre o tema em apreço utilizando-se de um projetor "datashow". Encerrada a exposição, às doze horas e vinte e sete minutos, em razão de pretender fazer uso da palavra na condição de autor do Requerimento nº 09/2003, o

!

!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Declaro iniciada a 9ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em decorrência do Requerimento nº 9, de 2003, de minha autoria, com a finalidade de ouvir o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, que discorrerá acerca da redefinição de prioridades de investimentos das empresas do Grupo PETROBRAS, objeto dos Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2003.

Anuncio também a presença do Sr. Gerente-Geral de Gestão e Desempenho Empresarial da PETROBRAS, Dr. Celso Fernando Lucchesi.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser apartado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, a quem agradeço o esforço que fez para vir à Comissão prestar esclarecimentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Pauderney Avelino, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero manifestar minha satisfação e minha honra por voltar a esta Casa, particularmente a esta Comissão.

Início pedindo desculpas pelo atraso, já que este compromisso estava agendado para as 10h. Por motivo de força maior, já que saí do Rio de Janeiro às 7h da manhã, ficamos passeando sobre o céu de Brasília algum tempo, até aterrissarmos em Goiânia. Portanto, em função do atraso, vou procurar fazer a minha exposição da forma mais expedita possível, até para possibilitar um tempo maior para as perguntas dos Srs. Deputados e Senadores.

Peço um pouco de paciência aos Srs. Congressistas, pois estamos preparando a apresentação.

Estão sendo distribuídas cópias desta apresentação a todos os Srs. Congressistas, a fim de facilitar seu acompanhamento.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro *slide* expressa a missão e a visão da PETROBRAS estabelecidas no atual planejamento estratégico da companhia. A missão enfatiza a segurança, a rentabilidade, a qualidade de produtos e serviços, o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento do País.

Em relação à visão para 2010, destacamos os aspectos de uma empresa integrada de energia, com forte presença nacional, buscando a liderança na América Latina, mantendo pilares de rentabilidade e responsabilidade social.

O segundo *slide* procura mostrar um rápido retrato do que é a PETROBRAS hoje: uma companhia integrada de energia, com uma receita bruta da ordem de 34 bilhões de dólares. Alguns dados devem ser destacados, como as reservas provadas de 11,3 bilhões de barris de óleo equivalente. Ressalto que essa reserva provada é equivalente à de dezembro de 2002, não estando incluídas, portanto, as novas descobertas feitas neste ano — ainda estamos definindo o quanto vai ser apropriado enquanto reserva provada.

!

A PETROBRAS é uma empresa que está verticalmente integrada no Brasil e está presente em outros 11 países que conduzem atividade, exploração, produção, refino, transporte, comercialização de óleo, gás e derivados. Tem também ramificações na distribuição, na petroquímica e no segmento de energia elétrica.

Este quadro mostra alguns dos dados relativos ao refino, transporte e comercialização. São 16 refinarias, com a capacidade total de processar 2 milhões e 84 mil barris por dia, mais de 22 mil quilômetros de dutos e mais de 7 mil postos de serviços. Enfim, esses dados refletem a grandeza da companhia hoje.

Este *slide* procura mostrar com dados e números a importância que teve a PETROBRAS nesses 50 anos e a contribuição que deu para o desenvolvimento do Brasil. Ressalto que a PETROBRAS hoje é a 15ª maior empresa de petróleo do mundo. Se considerarmos apenas as que possuem ações negociadas em bolsa, ela é a oitava.

Fazendo uma atualização que leva em conta a inflação americana e os valores de investimento da PETROBRAS ao longo de 50 anos, com dados de 2002, a companhia investiu 135 bilhões de dólares, dos quais 95% no Brasil.

Para fazermos um paralelo a respeito da grandiosidade desses números, basta registrar que o total de investimentos estrangeiros diretos no Brasil nesse mesmo período, em todas as áreas da economia, atingiu 220 bilhões de dólares.

Portanto, a PETROBRAS, apenas no setor petróleo/energia, investiu no País o equivalente a mais da metade de todo o investimento externo direto acumulado nesses 50 anos, o que comprova, mais uma vez, a importância que têm e tiveram os investimentos dessa companhia na história do Brasil.

Este próximo quadro procura mostrar os planos de investimentos da companhia até o ano de 2007. Estes são os dados que estão no plano estratégico atual da empresa, que abrange o período de 2003 a 2007. É uma meta bastante ambiciosa de investimentos, equivalente a 34,3 bilhões de dólares. Esta primeira *pizza* mostra as fontes de financiamento desse investimento, ressaltando que, desse total, 57%, ou seja, 19,7 bilhões de dólares, serão feitos a partir de geração própria de recursos por parte da companhia. Outros dados: 9,3 bilhões, ou 27% de financiamentos convencionais, um percentual de *project finance*, também está previsto, embora sem data definida, pois dependerá do valor das ações. Já existe uma autorização do Conselho de Administração para emissão de ações equivalentes a 2 bilhões de dólares. Naturalmente, isso não será feito neste ano, e não há definição de quando será.

Em relação à localização dos investimentos, este dado mostra o grande mercado da PETROBRAS, embora ela venha ampliando sua atuação internacional. Esse é um desdobramento natural da modificação da legislação da indústria de petróleo no Brasil, aprovada por esta Casa em 1995, quando se acabou com o monopólio estatal do petróleo. É natural que, com a perspectiva de perda de mercado no Brasil e a possibilidade da vinda de outras empresas para o País, a PETROBRAS tenha de buscar também mercado no exterior. Mesmo com essa expansão internacional, os dados de investimento mostram que o grande mercado da PETROBRAS ainda é e continuará sendo, por muito tempo, o Brasil. E indicam que, quanto melhor estiverem o País e a economia, melhor para a PETROBRAS.

Portanto, do total de 34 bilhões de dólares, 85%, ou 29,2 bilhões de dólares, serão investidos no País. Em relação à distribuição desse investimento por área de negócio, ressalta-se que a grande maioria dos investimentos, ou seja, 65%, são investidos nas áreas de exploração e produção de petróleo.

Posteriormente, veremos que, com relação às metas de produção de petróleo no País, esses investimentos se destinam a garantir a auto-suficiência, para qual

apontam aquelas metas, e aumentar a exploração e produção de petróleo. Neste caso, estão incluídos investimentos em exploração e produção no exterior.

A seguir, em termos de volume de investimentos, há 7,9 bilhões de dólares, ou 23%, investidos em *downstream*, refino, transporte e comercialização, e percentuais menores investidos em gás, energia, distribuição e área corporativa.

Desses 29,2 bilhões que serão investidos em projetos no Brasil, esperamos que, no mínimo, 65% sejam destinados aos fornecedores nacionais. Esse foi um tema que inclusive acabou sendo politizado, por ocasião da campanha eleitoral. Particularmente, entendo que não há dicotomia entre a exigência de conteúdo nacional nas encomendas e a de qualidade, preços menores e prazo para as entregas.

Como é público, modificamos os editais de licitações da P-51 e da P-52, introduzindo exigência de conteúdo nacional. Esse processo está sendo aperfeiçoado. No edital da P-58, essa exigência é ainda maior.

Sem abordar nenhuma questão de natureza política, ideológica ou “nacionalista” — entre aspas —, do ponto de vista estratégico e empresarial da PETROBRAS, é importante que cada vez mais empresas nacionais se capacitem a participar das nossas licitações. Isto porque o resultado será, conseqüentemente, maior concorrência, menores preços, maior qualidade e menores prazos. Além disso, não podemos deixar de considerar que o Brasil tem problemas históricos com a sua balança de pagamentos. Portanto, quanto mais fizermos encomendas com pagamento em real, melhor para a PETROBRAS e para o País.

Este quadro mostra com números, dentro do plano de investimentos, os setores que serão beneficiados com esses investimentos. E ainda que o setor de construção, montagens e aquisição de materiais vai responder por cerca de 81% do valor total. Registra-se inclusive que, se considerarmos uma média anual de 3,8 bilhões de dólares de investimentos, esse plano da PETROBRAS demandará, segundo cálculos da UNIP, até 141 mil empregos diretos e indiretos, no período de 2003 a 2007. Isso demonstra que esse plano de investimentos tem contribuição significativa e material para o crescimento e o desenvolvimento do País.

Este é um ponto que fizemos questão de destacar: o programa de renovação da nossa frota, que demandará investimento de 1,25 bilhões de dólares, incluindo a renovação da frota nacional de petroleiros, que abrange 500 milhões de dólares. Está prevista a construção de 11 navios petroleiros até 2007. Além disso, há um plano bastante arrojado para embarcações de apoio na extração e produção, particularmente na Bacia de Campos. São 411 milhões de dólares na contratação de 22 embarcações. É um projeto que está em andamento, com final previsto para 2005. Seis embarcações já estão em operação, todas construídas no Brasil; 285 milhões de dólares serão empregados na contratação de 18 embarcações de apoio até 2007, que serão operadas por empresas prestadoras de serviço e construídas em estaleiros nacionais; 52 milhões serão destinados ao *upgrade* de 20 mil embarcações. Ressalta-se também que, na contratação dessas embarcações, serão respeitados os índices de conteúdo nacional que vale para as plataformas.

Quer dizer, é um processo que, sem dúvida alguma, vem possibilitando e vai possibilitar a revitalização da indústria naval brasileira, que, em décadas passadas, chegou a índices bastante significativos. Depois, essa indústria acabou sendo totalmente sucateada, mas agora começa a ressurgir, graças, entre outros, aos investimentos da PETROBRAS, que tem papel fundamental nesse aspecto.

Esses investimentos estão distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Os Srs. Deputados verão que, naturalmente, o maior volume de investimentos está na Região Sudeste. Isso é decorrente da própria natureza. Apresentei dados relativos aos investimentos da PETROBRAS por área de negócio e mostrei que a maior parte

!

dos investimentos está em exploração e produção. Portanto, como hoje as maiores reservas brasileiras ainda estão na Bacia de Campos, é natural que grande percentual desses investimentos esteja na Região Sudeste, mas veremos que há também investimentos significativos nas Regiões Nordeste e Sul.

Enfim, a PETROBRAS é uma empresa nacional e, naturalmente, os seus investimentos estão relacionados à área de negócio, mas ela está presente em todo o território nacional.

Em termos de dados de crescimento de produção, esse plano estratégico prevê que a produção de petróleo da empresa crescerá, em média, 8% ao ano até 2007, atingindo, portanto, 2 milhões e 200 mil barris por dia. A meta de crescimento de 8% ao ano é compatível com o crescimento anual no período de 1998 a 2002, que foi da ordem de 10% ao ano. Ressalto que as empresas de petróleo de porte similar ao da PETROBRAS têm tido aumento de produção médio de 1% ao ano. E isso está relacionado ao plano de investimentos que a companhia fez num passado recente e continuará fazendo nos próximos anos.

Sabemos que a meta é ambiciosa, mas a história dos 50 anos da PETROBRAS é de superação de desafios, e acreditamos que também esse também será superado. Queremos manter a meta de custo de extração em 2,80 dólares por barril — hoje esse custo está em torno de 3 dólares. Apenas o de extração de petróleo, ressalto, não estão incluídos aí a parte de refino e, principalmente, impostos, participações especiais e *royalties*, que abordaremos posteriormente.

Quando mostrei o quadro relativo às atuais reservas, referia-me às reservas provadas em dezembro de 2002. Nele não estavam incluídas as recentes descobertas. Os últimos 12 meses foram muito positivos para a PETROBRAS em termos de novas descobertas de petróleo e gás. As reservas ainda não provadas estão sendo objeto de estudos, e a previsão é de que até o final do ano venhamos a definir o que vai ser incorporado como reserva provada da PETROBRAS. Mas os volumes descobertos a partir do grau de estudos que temos até hoje chegam a 6,5 bilhões de barris de óleo — incluindo, naturalmente, petróleo e gás. Isso corresponde a cerca de 60% do total das atuais reservas provadas, como eu disse, algo próximo a 11 bilhões.

Deve-se destacar a descoberta de 14 TCF (trilhões de pés cúbicos) de gás, o que corresponde a cerca de 400 bilhões de metros cúbicos de gás, na Bacia de Santos. Para termos de comparação, hoje o Brasil tem reservas provadas da ordem de 8 TCF de gás. Essas descobertas correspondem a 14 TCF, o que é praticamente o dobro da atual reserva provada de gás. Ressalto também que essa reserva está a cento e poucos quilômetros do maior mercado consumidor, a Região Sudeste. Esse, inclusive, é um dos pontos sobre os quais nos debruçaremos na revisão do nosso plano estratégico, qual seja, o de como viabilizar a monetarização dessas reservas.

Entre essas descobertas de petróleo, estão 1 bilhão de barris de óleo leve. As últimas descobertas da PETROBRAS tinham sido todas de óleo pesado, em torno de 17 graus API. As novas descobertas incluem 1 bilhão de barris de óleo em torno de 40 graus API. São aproximadamente 150 milhões no nosso querido Estado do Sergipe, Deputado José Carlos Machado; 450 milhões na Bacia do Espírito Santo e 435 milhões na Bacia de Santos, além da descoberta de gás, como já fiz questão de ressaltar.

Esse outro *slide* procura mostrar uma peculiaridade da infra-estrutura da PETROBRAS que nenhuma outra empresa de petróleo no mundo tem: conciliar, a uma distância de cento e poucas milhas, reservas, produção, infra-estrutura de transporte, de dutos e 6 refinarias. Essa é uma explicação para o fato de existir hoje quase uma barreira natural em termos de competitividade no Brasil, uma vez que a PETROBRAS conseguiu, ao longo desse período, construir infra-estrutura que,

!

como eu disse, envolve toda uma logística que nenhuma outra empresa de petróleo no mundo tem.

Apenas para efeito de comparação, o golfo americano está a 4.900 milhas desse mercado, e o Porto de Roterdã a 6.080 milhas.

O gráfico à direita mostra o fluxo de produção de óleo em 2007. Se todas as nossas metas forem atingidas, a PETROBRAS terá um volume de vendas no mercado internacional da ordem de 1 milhão de barris por dia, dos quais 365 mil barris correspondem à produção internacional de petróleo da PETROBRAS, na Argentina, na Colômbia, no Equador, no Peru, na Nigéria, na Angola e em outros países, aliados a 640 mil barris de petróleo da produção doméstica que serão exportados.

Quando falamos em auto-suficiência de petróleo, é bom lembrar que, mesmo quando atingirmos a auto-suficiência, estamos falando em termos de volume de petróleo produzido no Brasil e volume de derivados consumidos no Brasil. Mesmo em 2007, ainda estaremos importando petróleo e derivados, exportando petróleo e alguns derivados, em função do próprio tipo de petróleo produzido no Brasil e da configuração das nossas refinarias, que estão sendo modernizadas e convertidas para aumentar o processamento de petróleo nacional. Ainda assim, porém, vamos continuar tendo necessidade de importar um percentual de petróleo leve para misturar com o petróleo pesado nacional, a fim de que possa vir a ser refinado nas nossas refinarias.

Esse gráfico, como disse, mostra o aumento da carga processada do óleo nacional, decorrente de investimentos que vêm sendo feitos na modernização e adaptação das nossas refinarias ao tipo de petróleo produzido no Brasil, o que tem possibilitado significativo aumento. Se observarmos a carga processada entre 1997 e 2007, valor projetado, veremos que o percentual de óleo nacional nesse total da carga processada tem crescimento ainda mais significativo. O gráfico da direita mostra a relação entre produção, demanda e carga processada até 2006.

Em relação às novas descobertas, como já mencionado, muito importante foi a de gás na Bacia de Santos. Esse é um dos temas sobre os quais vamos nos debruçar no processo de revisão do nosso plano estratégico. Estamos iniciando a revisão do plano estratégico da PETROBRAS, que manterá, a exemplo dos anteriores, um plano de investimentos previsto para 5 anos, mas procurará fazer uma projeção com um horizonte mais avançado. Até agora, os nossos planos estratégicos procuraram estabelecer a visão da companhia para 2010. Vamos, nesse plano estratégico, procurar prolongar o horizonte dessa visão, tentando ver quais são as perspectivas da PETROBRAS, da economia brasileira, da indústria de petróleo e de energia no mundo, fazendo uma projeção para o ano de 2015, embora o plano de investimentos da PETROBRAS seja mantido por cerca de 5 anos, como nos planos anteriores.

No que se refere a essa descoberta de gás na Bacia de Santos, tenho dito que estamos diante de um bom problema. Temos de nos debruçar sobre essa nova realidade. No Brasil, ao contrário de outros países, o gás ainda tem percentual muito pequeno na matriz energética, em torno de 5% ou 6%, enquanto na vizinha Argentina, por exemplo, chega a quase 50%. É lógico que o clima lá é diferenciado, mas vislumbramos a perspectiva de que essa participação do gás na nossa matriz energética possa ser bastante ampliada. E estamos apresentando essa perspectiva dentro desse plano — quero ressaltar isso —, antes da descoberta atual, que poderá vir a ser revista.

Hoje temos um consumo de gás natural de 30 milhões de metros cúbicos, gás nacional; 17 milhões do gás da Bolívia, e uma previsão de consumo para o ano de 2007 da ordem de 73 milhões de dólares. Naturalmente, isso demandará

!

investimentos em transporte de gás. Para colocar gás no mercado, é preciso viabilizar seu transporte. Já temos contrato assinado com o Projeto Malhas, que visa ampliar a malha de gasoduto nas Regiões Sudeste e Nordeste, com financiamento da ordem de 1 bilhão de dólares. Existe projetado um gasoduto ligando a Região Sudeste à Região Nordeste. Há escassez de gás na Região Nordeste, em função da demanda existente, e excesso de gás na Região Sudeste. Portanto, é fundamental viabilizar essa interligação.

Esse gasoduto está em estudo, além de 2 outros na Região Norte: o Gasoduto de Urucu a Porto Velho e o Gasoduto de Coari a Manaus. Naturalmente, esses gasodutos envolvem uma série de questionamentos e discussões de natureza ambiental, e o processo está em curso. Acreditamos que será possível, talvez até o final deste ano, conseguir pelo menos a licença ambiental preliminar para investimentos, o que é importantes para a PETROBRAS e para aquela região, que tem problemas graves de energia que poderão vir a ser supridos a partir da construção desses gasodutos.

Falando um pouco das nossas atividades internacionais, a PETROBRAS tem ampliado sua atuação internacional, o que é uma decorrência natural da quebra do monopólio de petróleo no Brasil. No entanto, procuramos escolher algumas áreas foco de atuação da companhia. Uma delas está relacionada à localização geográfica. Estamos na América Latina, e existe intenção cada vez maior de integrar economicamente a região. Essa é uma política do próprio Governo Federal, e a PETROBRAS, acreditamos, pode ter papel importante nessa integração.

Com o novo contrato de serviço que assinamos agora com o México para a exploração de gás, a PETROBRAS, além do Brasil, já está em 8 países da América Latina, cuja posição geopolítica e geográfica é um dos nossos focos. Outro foco é procurar utilizar aquilo que é a maior vantagem tecnológica da PETROBRAS: a liderança em tecnologia de exploração e produção em águas profundas. Daí escolhermos o Golfo do México e a costa oeste da África, particularmente Angola, Guiné Equatorial e Nigéria. O fato de elegermos como foco a América Latina, Golfo do México e costa oeste da África não significa, porém, que estejamos com os olhos fechados para outras oportunidades que surjam em termos de atuação internacional.

Nesse sentido, participamos de licitação de blocos no Irã. Apresentamos proposta e estamos aguardando o resultado da licitação. É para o Oriente Médio que toda companhia de petróleo que se preze tem voltar os olhos, embora aquela seja uma região de instabilidade política. Como o Irã está iniciando processo de abertura, estamos participando dessa licitação, e temos a expectativa de ganhar esse bloco.

O próximo *slide* mostra os investimentos da PETROBRAS em meio ambiente, setor que merece cada vez mais a preocupação por parte da comunidade, da sociedade e de todas as empresas de petróleo, haja vista os episódios recentes dos vazamentos na Baía da Guanabara e no Estado do Paraná.

Logo que assumi a Presidência da PETROBRAS, em meu discurso de posse, afirmei que iríamos intensificar ainda mais a preocupação com essa área. Deve-se registrar que esse processo de investimento é anterior à nossa chegada e, portanto, não há mudança de visão da PETROBRAS.

A PETROBRAS foi a empresa que mais investiu nessa área nos últimos 2 anos. Foram 5,2 bilhões de reais em investimentos de 2001 a 2003; 4 mil projetos; implementação de 9 centros de defesa ambiental; 100% das unidades certificadas em relação ao meio ambiente; 10 mil quilômetros de dutos automatizados e 6 mil quilômetros de dutos reabilitados. Esse investimento já tem propiciado resultados bastante significativos. Até setembro deste ano, houve vazamentos de 190 metros

cúbicos, incluindo a atuação no Brasil e no exterior. Se compararmos com o índice de vazamentos de 2001, de 5 mil metros cúbicos, notaremos que os resultados são bastante significativos.

Queremos ressaltar que, embora os números sejam muito expressivos em comparação com um passado recente, ainda não estamos satisfeitos com o índice de vazamentos. Efetivamente, a meta é vazamento zero. Sabemos que a atividade de petróleo é naturalmente agressiva ao meio ambiente, mas é obrigação de todas as empresas de petróleo, particularmente da PETROBRAS, investir cada vez mais em meio ambiente para evitar acidentes e ações agressivas à natureza.

Esse é um ponto que também fiz questão de ressaltar no meu discurso de posse: a PETROBRAS continuaria sendo uma empresa lucrativa, eficiente, competitiva. Queremos ressaltar ainda a responsabilidade social como um dos seus pilares, tão importante quanto a competitividade, a lucratividade e a eficiência. E essa responsabilidade social se expressa através de diversos, mais de mil, programas sociais, esportivos e culturais, em todas as regiões onde a PETROBRAS atua; programas com as comunidades circunvizinhas; parcerias com Municípios, Estados e organizações não governamentais.

Recentemente, aderimos ao Global Compact, organização não governamental ligada à ONU, que estabelece claras diretrizes de responsabilidade social, em função de princípios fundamentais de direitos humanos, trabalhistas e ambientais. Estamos também, a partir da integração de programas já existentes e de mobilização voluntária da força de trabalho da PETROBRAS, participando desse grande programa do Governo Federal, que já tem a adesão de diversas empresas: o Programa Fome Zero, que aplicará 100 milhões de dólares nos próximos 2 anos, beneficiando 4 milhões de pessoas.

Esse quadro procura mostrar os tributos pagos pela PETROBRAS, tanto federais quanto estaduais e municipais. Pegamos exemplos de alguns Estados. Em 2002, a PETROBRAS pagou 42 bilhões e 613 milhões de reais em tributos e, até setembro deste ano, 43 bilhões e 186 milhões de reais. Considerando apenas a distribuição do ano de 2003, do total, o Estado de São Paulo arrecadou 10%; o Rio de Janeiro, 14%; Minas Gerais, 4%; Bahia, 3%; Paraná, 3%; Santa Catarina, 2%; Goiás, 2%; os demais Estados, 11 %, e a União, com os tributos federais, naturalmente, 51%.

O próximo *slide* mostra a distribuição em termos de tributos: ICMS, tributos retidos por terceiros, tributos retidos de terceiros e participações governamentais, que são os *royalties*, e participações especiais. Temos uma previsão para 2003 de um total de 56 bilhões de reais pagos em tributos pela PETROBRAS.

Esse gráfico mostra a recuperação das ações da PETROBRAS este ano. A partir da melhoria da situação econômica do País, houve a queda do Risco Brasil e a percepção por parte dos investidores de que os fundamentos econômicos da economia brasileira estão no caminho certo. Na Bolsa de Nova Iorque a PETROBRAS teve as suas ações valorizadas em 64%.

O valor de mercado da PETROBRAS, que era de 15,7 bilhões de dólares em 31 de dezembro de 2002, chega, em 24 de novembro, a 26,2 bilhões de dólares. Se compararmos as ações da PETROBRAS com a média das ações das 500 maiores empresas, veremos que, em 2003, subiram significativamente.

Esse programa é bastante ambicioso. Nenhuma outra empresa de petróleo do mundo tem concentração de projetos desse vulto e nesse espaço de tempo. São 13 grandes projetos, nos próximos 5 anos, que vão desde a P-51, a P-52, chegando até a P-55.

Como eu disse, é uma meta bastante ambiciosa, mas acreditamos — e a própria história da PETROBRAS tem demonstrado — que esses desafios são superados pela capacidade da empresa.

Essas metas e esse programa de projetos — caso venha a ser efetivamente efetuado — propiciarão ao Brasil chegar em 2006 à auto-suficiência em petróleo; portanto, a uma produção de 1 milhão e 925 mil barris. Em 2007 chegaremos a 2 milhões e 220 mil barris. Essa é a produção no Brasil, o que possibilitará aumento da exportação de petróleo — está em torno de 200 mil barris por dia e chegará, em 2007, a 600 mil barris por dia.

Por último, reafirmo que a PETROBRAS, maior empresa brasileira, continuará investindo prioritariamente no Brasil, estimulando a indústria nacional, com rentabilidade, responsabilidade ambiental e social e contribuindo para o desenvolvimento do País.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço ao Presidente José Eduardo Dutra.

Autor do requerimento, serei o primeiro a fazer uso da palavra. Portanto, convido o Deputado Jorge Bittar a assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Deputado Jorge Bittar, Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS, os números que V.Sa. traz são extremamente importantes para o País.

Há alguns dias esteve aqui o diretor financeiro da PETROBRAS, que nos trouxe algumas informações, entre elas a de que os investimentos no Brasil estariam na ordem de 13 bilhões de reais até setembro. Vimos, pelas notícias dos jornais, que o lucro da PETROBRAS este ano será recorde, atingindo quase 19 bilhões de reais, o que é bastante salutar e promissor para o nosso País.

Há um acordo com o FMI em que a PETROBRAS está limitada ao investimento de 9 bilhões e 600 milhões de reais até setembro. Com muito esforço, consegui os números dos investimentos da PETROBRAS até setembro, que não são os 13 bilhões de reais. Compras no exterior representariam algo em torno de 1,5 bilhão de reais. Portanto, teríamos um resultado líquido de investimento no Brasil da ordem de 11,5 bilhões de reais — uma diferença de aproximadamente 1,9 bilhão de reais.

A primeira pergunta que faço a V.Sa. é se essa diferença será descontada da meta do superávit primário, segundo acordo com o FMI, para que possamos utilizar recursos que seriam úteis para a flexibilização, para investimentos tão caros e necessários ao Brasil. O Relator, Deputado Jorge Bittar, realmente está com dificuldades de encontrá-los.

V.Sa. falou das plataformas P-51 e P-52. Percebo, até pelo gráfico mostrado no final, que, ao atingir o ano de 2006, estaríamos produzindo algo em torno de 1,9 milhão de barris. Pergunto se já foi resolvido o problema da licitação da P-51 e da P-52. Já se passou quase um ano e ainda não há o resultado dessa licitação.

Entendemos — não sei se o mercado entende assim — que a PETROBRAS, sendo empresa de mercado, poderia ter um limitador ou um piso para as compras no Brasil, sendo que a importação seria muito mais barata, digamos assim, para determinados componentes que seriam inseridos nessas plataformas. É claro que todos queremos geração de emprego. Ninguém é contra isso. Quanto custa para a

PETROBRAS gerar empregos no Brasil, tendo esse limitador de 65% das compras efetuadas em nosso País? Os acionistas minoritários concordaram com isso?

V.Sa. disse no início da gestão que contrataria as plataformas visando sempre às melhores condições de preço, prazo de entrega. Caso o Governo decidisse fazer políticas de empregos, acarretaria prejuízo para a PETROBRAS — e o Governo deveria cobrir esse prejuízo. Continua com esse mesmo pensamento? Haverá prejuízo para a PETROBRAS? O Governo cobriria realmente os prejuízos com essas compras no País?

Por fim — depois, obviamente, vou fazer a tréplica —, gostaria de saber se esse prazo até 2006 é de entrega ou de entrada em operação dessas duas plataformas, já que o fato de não estarem em operação acarreta prejuízo diário de 360 mil barris, o equivalente a 10 milhões de dólares por dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Com a palavra o Presidente da PETROBRAS, Sr. José Eduardo Dutra, para responder ao autor do requerimento. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino reassumirá a presidência dos trabalhos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino, pelas perguntas.

Em relação à primeira pergunta, não cabe ao Presidente da PETROBRAS respondê-la. Não somos nós que definimos o superávit primário.

Gostaria de levantar outro aspecto. Quando eu era Senador e V.Exa. era Deputado, na Legislatura passada, votamos a LDO. É verdade que o acordo com o FMI prevê a possibilidade de que o que fosse investido pela PETROBRAS acima de 9 bilhões de reais até o mês de setembro não contaria para o superávit da empresa. Mas não foi isso que votamos na LDO, aprovada por esta Casa com o meu voto e o de V.Exa.

Presidente da PETROBRAS, não tenho nada a dizer sobre a decisão de modificar o primário. Apenas registro que há efetivamente texto previsto no acordo do FMI, mas há também texto previsto na LDO, que não prevê essa cláusula de abater acima dos 9 bilhões de reais.

Em relação à P-51 e à P-52, é preciso, em primeiro lugar, esclarecer alguns motivos do seu atraso. A entrega das propostas estava prevista para ocorrer em novembro do ano passado. Foi adiada duas vezes ainda pela gestão anterior a pedido dos concorrentes. Antes da modificação das regras do edital, que passaram a exigir o controle nacional, já havia ocorrido 2 adiamentos — o primeiro de um mês e pouco e o segundo de quase 2 meses —, a pedido das empresas convidadas, já que o projeto é bastante complexo. Depois, houve adiamento em virtude da modificação do edital.

Não posso falar ainda sobre os números, porque o processo de negociação com as empresas está em curso, mas estou à disposição para, logo que se assine o contrato, seja de uma plataforma seja de outra, vir a esta Casa dizer que a previsão de perda da PETROBRAS era “x”, com um percentual variando de “- x” a “+ x”, e foi assinado por “y”.

Posso garantir a V.Exa. que as modificações introduzidas no edital não impuseram, por exemplo, que o casco fosse construído no Brasil, porque avaliamos que isso poderia implicar atraso significativo, mas passamos a exigir que a montagem dos *top sides* e dos módulos de compressão e de geração fosse feita no País. Essas estações não tiveram impacto significativo no preço.

O problema do atraso é de natureza tributária, pois na época em que o projeto foi formatado não existiam alguns impostos previstos na legislação estadual do Rio de Janeiro. O que está encarecendo a plataforma são, por exemplo, os 160 milhões que teremos de pagar só de ICMS. Às vezes os jornais fazem comparação

entre a P-51, que está orçada em 700 milhões, e uma outra plataforma que custou 500 milhões. Não levam em consideração essa modificação. O encarecimento, portanto, não é decorrente das modificações feitas.

Posso garantir a V.Exa. que os acionistas minoritários não estão tendo nem terão nenhum prejuízo com as modificações que estamos fazendo. O próprio resultado da PETROBRAS mostra isso. Insisto: essas modificações advêm de visão de política industrial e não têm caráter de natureza ideológica ou nacionalista. Do ponto de vista estratégico eminentemente empresarial, é bom que cada vez mais as empresas nacionais se capacitem a participar da nossa licitação. Agora, posso garantir a V.Exa. que esse índice de conteúdo nacional de forma alguma vai sobrepor-se a outra exigência que também é basilar: qualidade, preço, prazo.

Em relação ao prejuízo, nunca falei que ia ocorrer e que o Governo teria de arcar com ele. Essa entrevista foi em relação às refinarias. Quando perguntado, disse literalmente — e mantenho a posição — que a obrigação de se fazer política industrial é do Governo Federal, que tem instrumentos para isso, através do BNDES. Já disse inclusive, nesta Casa, numa discussão sobre refinaria, o seguinte: se o Governo Federal e o Congresso Nacional entendem que, do ponto de vista estratégico, é necessário construir refinaria na região A ou na região B, essa decisão é de natureza estratégica, de natureza de política industrial, que legitimamente pode vir a ser tomada pelo Governo Federal ou pelo próprio Parlamento. Se essa não for a decisão, do ponto de vista meramente econômico e financeiro, mais adequada para a companhia, é natural que o Governo ou o Parlamento encontrem alternativas para evitar que os acionistas da companhia sejam prejudicados.

Cheguei a citar um exemplo concreto: esta Casa aprovou legislação que propiciou a instalação da Ford na Bahia. É uma decisão de política industrial, de descentralização, que pode vir a ser tomada também em relação às refinarias. Foi nesse sentido que falei sobre os acionistas minoritários, que serão sempre preservados. Reafirmo que a política de conteúdo nacional de forma nenhuma vai acarretar prejuízos para a PETROBRAS, para os acionistas majoritários e principalmente para os minoritários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, para a réplica.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado. Primeiro, registro que a PETROBRAS retirou do mapa que trouxe para nós o Estado de Rondônia. Lamentavelmente, parece que, para a PETROBRAS, Rondônia não existe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O mapa está por região, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Suprimiu. Está aqui o mapa do Brasil inteiro. Suprimiu o Estado de Rondônia. Apenas para deixar registrado que Rondônia ainda pertence ao Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Realmente é uma falha imperdoável, do ponto de vista...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O Acre está aqui. Só faltou Rondônia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V.Exa. pode ter certeza de que, do ponto de vista de investimentos, a PETROBRAS não se esqueceu de Rondônia. Tanto é que está trabalhando para viabilizar o gasoduto de Urucu a Porto Velho.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não sou do Estado de Rondônia. Só estou fazendo um registro.

Gostaria ainda, a título de esclarecimento, que V.Sa. nos informasse o que a PETROBRAS está fazendo com os lucros sucessivos. Este ano haverá lucro extraordinário. O que a PETROBRAS fará, já que a empresa tem ação internacional

!

crescente e os investimentos no exterior não contam para o superávit primário, para essa limitação de superávit primário? Esse lucro está sendo investido no exterior? O que a PETROBRAS está fazendo com esse lucro operacional?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Poderia colocar a transparência que tem os investimentos e as fontes de financiamentos? É a primeira, a que tem as *pizzas*.

Naturalmente, parte do lucro reverte para os acionistas sob a forma de dividendos. Aprovamos o pagamento de juros sobre capital próprio, correspondentes a 3 reais por ação, o que vai fazer com que, por exemplo, a União receba em janeiro 1,2 bilhão de reais, sob a forma de juros sobre capital próprio e dividendos. Temos um plano de investimentos de 34,3 bilhões, dos quais 19 bilhões de dólares são com geração própria. Aí está um percentual significativo desse lucro. Esse programa de investimentos só é viável se a PETROBRAS for uma empresa lucrativa; se não for, objetivamente não é viável. Mais da metade desse total de investimentos será efetuada através de geração própria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Sa. não vê aí certa incompatibilidade com o arrocho que o FMI traz para as políticas de investimentos no Brasil, uma vez que temos 19 bilhões de reais no quadriênio 2003 e 2007?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em 5 anos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obviamente, V.Sa. não está computando a autoridade do FMI em relação aos investimentos. Está jogando-a de lado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, de jeito nenhum. Nesse programa de investimentos que estamos fazendo cumpriremos as metas e os superávites estabelecidos por esta Casa. V.Exa. não tenha dúvida disso. Faremos investimentos, mas cumpriremos o superávit estabelecido pelo Congresso Nacional. Porém, cabe a V.Exas. discutir se deve haver ou não superávit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Solicito ao Deputado Pauderney Avelino que reassuma a presidência dos trabalhos.

Peço brevidade nas exposições para que possamos garantir a agilidade dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Carlos Santana, primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sr. Presidente, tenho o maior orgulho de estar nesta reunião com o Presidente da PETROBRAS, empresa que é orgulho nacional nesses 50 anos. Metalúrgico que sou, sei da importância que a PETROBRAS tem no meu Estado. Ela é responsável pela maior geração de emprego nos estaleiros, área em que milito há muitos anos. Se não fosse a PETROBRAS, hoje a fome no meu Estado poderia estar ainda maior.

Nacionalista que sou, acredito que a meta de 65% ainda é pequena. Vários Parlamentares desta Casa sempre lutaram para aumentar cada vez mais a indústria nacional. Ao firmarmos a necessidade da indústria nacional, estaremos gerando emprego.

Não tenho a preocupação de saber como o acionista minoritário ficará nessa transação internacional, porque acho que ele quer andar no meio da rua. Se a PETROBRAS não gerar emprego no Brasil, não adianta o acionista receber recursos, porque terá de tirar férias no exterior. Queremos que ele tire férias no Brasil, com o dinheiro nacional. O número de desempregados neste País será tanto, como já é, que, se formos nos preocupar com a compra de insumos da indústria internacional, aumentaremos cada vez mais a miséria.

O Presidente da PETROBRAS não pode passar sua posição política. Mas eu, Deputado, tenho obrigação, porque sou um nacionalista e quero que todas as obras sejam feitas com a visão social cada vez mais forte. Temos de gerar empregos em nosso País e parar de gerar emprego no exterior. Várias plataformas feitas no

!

exterior tiveram de ser reparadas em nossos estaleiros, internamente. Tivemos de mandar operários nossos ao exterior para construírem várias plataformas. Eles ganhavam toda concorrência e depois tínhamos de mandar alguns funcionários para o exterior.

Sr. Presidente, quero ressaltar que esta é uma bandeira pela qual lutamos há vários anos: diminuir cada vez mais o afretamento internacional e construir nossas embarcações.

Tenho uma preocupação. Estão em curso há mais de 2 anos os 4 navios do EISA. Gostaríamos de saber do Presidente quando se começará a cortar o aço. Quem está falando é um metalúrgico. Interessa-me saber quando o aço será cortado, porque a partir daí vamos gerar empregos. A fase de licitação já acabou, existe um processo de negociação junto ao banco, mas queremos saber quando será cortado o aço.

Gostaria que os cascos da P-51 e da P-52 fossem construídos no Brasil, pois é o casco que gera empregos. Temos uma empresa estatal, a NUCLEP, que pode fazer isso. O problema é que fica amarrada pela legislação. A NUCLEP tem todas as condições de fazer o casco e gerar milhões de empregos.

Parabenizo o Dr. José Eduardo Dutra, que deve estar feliz, porque é um botafoguense, e os botafoguenses voltarão à 1ª divisão. O meu Vasco, coitado, tem de trabalhar para se manter na 1ª divisão.

Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, tenho o maior orgulho em dizer que toda a direção da PETROBRAS está de parabéns pelo trabalho que vem realizando. Pegamos um abacaxi e os senhores o estão descascando, com a clareza de que a meta central da nossa empresa é a geração de empregos.

Temos um problema sério: o gás de cozinha não pode custar mais do que 10% do salário mínimo. Aqui está um defensor dessa idéia, um bom mineiro, com quem estamos trabalhando arduamente. O gás de cozinha é uma necessidade básica, como a água, para qualquer cidadão brasileiro. Precisamos de uma política para diminuir cada vez mais o preço do gás de cozinha, que não pode custar mais de 10% do salário mínimo. Sei que este não é o momento, mas precisamos discutir juntos a questão e ver o que pode ser feito para que haja uma política que diminua o valor do gás de cozinha para a população necessitada deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, ouvi atentamente a palestra.

Gosto muito de números. O Presidente da PETROBRAS iniciou sua palestra falando em responsabilidade social e terminou falando em responsabilidade ambiental e social.

Sr. Presidente, quero falar do compromisso do Presidente Lula de fazer redistribuição compensatória de renda neste País, visando diminuir as desigualdades sociais, mas acima de tudo as regionais.

Por ocasião da reforma tributária, preparei um perfil socioeconômico dos Estados brasileiros. Está demonstrado que o Norte e o Nordeste, acima de tudo, são campeões em miséria neste País. Dos 46 milhões de habitantes brasileiros pobres, a metade está no Nordeste, que tem quase a metade da população brasileira.

Na proposta orçamentária encaminhada a esta Casa em agosto último, o Presidente Lula, em vez de procurar diminuir as desigualdades regionais existentes nos investimentos, aprofundou-as. Aumentou em 31% o investimento da Região Centro-Oeste; diminuiu em 1% o da Região Nordeste; diminuiu em 0,7% o da

Região Norte; aumentou em 37% o da Região Sudeste e em 21% o da Região Sul. São dados do orçamento de investimento.

O Presidente da PETROBRAS trouxe este livrinho muito interessante, de que gostei muito. Estou procurando memorizar os números. De 135 bilhões investidos, de 54, 95% no Brasil.

O Deputado Carlos Santana falou muito bem: está em 65% a nacionalização dos equipamentos feitos pela PETROBRAS. Mas vejam bem: os 35% restantes, Sr. Presidente, representam 10 bilhões e 200 milhões de dólares, num espaço de 5 anos, que é o PPA da PETROBRAS (2003/2007). Então são 10 bilhões, com média de 2 bilhões de dólares em investimentos por ano. Pela proposta do Governo, o investimento seria de apenas 7 bilhões de reais, pouco mais de 2 bilhões de dólares. Essa é a proposta, mas o investimento efetivamente feito deve ser de 1 ou 1,5 bilhão de dólares.

O índice de nacionalização é, portanto, de 65%. O Deputado Carlos Santana está protestando aqui. Acho que o maior orgulho do Brasil é a PETROBRAS; em segundo lugar, a EMBRAER. Fico orgulhoso quando vejo na Europa ou nos Estados Unidos um avião brasileiro voando, como fico orgulhoso do BR da PETROBRAS. Mas, Sr. Presidente, não dá para entender 10 bilhões e 200 milhões de dólares serem gastos com empresas estrangeiras.

Quanto aos tributos, investimento de caráter nacional, registrados na oitava página, 4 bilhões e 80 milhões são de caráter nacional, do total de 18 bilhões de reais. Aqui está em reais. Sr. Presidente, não entendi bem essa conta de tributos. Aqui consta que foram pagos 12 bilhões brutos de CIDE, mas o Tesouro Nacional só registra 7 bilhões efetivamente arrecadados. A projeção para 2004 é de 10 bilhões de reais, mas aqui estão projetados 15 bilhões somente em valores pagos da CIDE ao Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, eu anotei outros pontos.

O Deputado Carlos Santana falou sobre o preço do botijão. Este País tem 178 milhões de habitantes. Com uma média de 3,5 pessoas por família, temos mais de 50 milhões de famílias consumidoras de gás, a preço superior a 10% do salário mínimo — que é o quanto recebe a maioria das famílias brasileiras que têm renda. Sem contar os 46 milhões de pobres que há no Brasil.

Gostaria de perguntar a V.Exa., Sr. Presidente, sobre o gasoduto que passa pelo Maranhão e pelo Piauí.

Outra coisa: o valor do seguro que a PETROBRAS recebeu em decorrência daquele conhecido acidente da P-36 realmente pagou os investimentos feitos pela empresa?

Até hoje não me convenci de que o *biodiesel* é viável. Faço todas as contas. Sou agricultor, sei o preço da soja e da mamona e não sei como se vai viabilizar o *biodiesel* para competir com o *diesel*, que, segundo informações de que disponho, tem custo de produção de 50 centavos por litro.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de saber quanto o País gasta do gás importado da Bolívia. Segundo eu soube, 20 bilhões de metros cúbicos são importados, mas, de acordo com V.Exa., apenas 17 bilhões são vendidos. Quem é que paga essa diferença?

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Para concluir o 1º bloco, passo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, apesar de mineiro, sou botafoguense. Então, quero saudá-lo. É uma alegria ver à frente da PETROBRAS um grande botafoguense — sinal de que a estrela vai brilhar também naquela empresa.

!

Sr. Presidente, vou abordar 3 aspectos. Primeiro quero elogiar o trabalho que a PETROBRAS vem desenvolvendo, tornando-se uma grande empresa nacional, mas com visão internacional. Isso é fundamental. Como Parlamentar negro, devo ressaltar também a importante atuação da PETROBRAS na África. Angola é um país com enorme potencial na área do petróleo, e o estreitamento dessa relação vai ser fundamental para nós.

Em segundo lugar, quero comentar um ponto que o Deputado Carlos Santana já levantou: nossa preocupação com o preço do botijão de gás. Precisamos fazer um esforço para baratear o preço do botijão de gás, fundamental para que as famílias possam cozinhar. Para que o Fome Zero dê certo, é fundamental que o preço do gás seja acessível. É verdade que existe o Vale-Gás — programa de que eu não gosto muito —, mas deveríamos tentar baratear o preço do gás pelo menos para as famílias de baixa renda. Gostaria de saber se a PETROBRAS ou o Ministério das Minas e Energia tem algum projeto nesse sentido, alguma sugestão.

Em relação ao gasoduto, gostaria de dizer que para nós, do Triângulo Mineiro, o estudo que está sendo feito é de fundamental importância. Quero saber se existe prazo para a conclusão dos estudos sobre o gasoduto que vai sair da região de Ribeirão Preto e, passando pelo Triângulo Mineiro, chegar a Goiânia e Brasília. O gasoduto é fundamental tanto para veículos quanto para o desenvolvimento industrial. O Triângulo Mineiro tem enorme potencial de crescimento. Temos lá indústrias principalmente do agronegócio, que crescem muito.

Finalmente, contraditando o nobre Deputado, quero dizer que o *biodiesel* é fundamental. A PETROBRAS está correta em estimular esse estudo. Na nossa região, o uso do *biodiesel* vem crescendo, e com sucesso. Vamos mostrar que também somos fortes nisso. Parabenizo a PETROBRAS.

A PETROBRAS também está de parabéns pelo programa social que abraçou em parceria com o Ministério dos Esportes, o Construindo e Pintando a Cidadania, cujo objetivo é a confecção de bolas e equipamentos esportivos. A iniciativa vai gerar emprego para adolescentes e vai ampliar outro programa, o Pintando a Liberdade, um sucesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Muito obrigado, Srs. Deputados.

Primeiro vou abordar um tema comum da intervenção dos Deputados Carlos Santana e Júlio Cesar: o conteúdo nacional. O Deputado Júlio Cesar fez as contas e constatou que 10 bilhões de dólares são gastos com encomendas de fora do País.

Como brasileiro, gostaria que pudéssemos comprar 100% no Brasil, mas objetivamente é impossível. Vejamos o exemplo da P-51 e da P-52, 3 licitações: uma do casco e *top side*, aquilo que está em cima da plataforma; uma dos módulos de compressão; outra dos módulos de geração. Nós elidimos conteúdo nacional nos módulos, excluindo tanto os compressores como as turbinas, porque eles não são feitos no Brasil.

Infelizmente, o Brasil não fabrica uma série de equipamentos e produtos da indústria de petróleo. Quando falamos em chegar a 65% de conteúdo nacional, já estamos prevendo avanço em relação à situação de hoje. E aí entra a importância da PETROBRAS. Sempre faço questão de dizer que a obrigação de fazer política industrial é do Governo, mas a PETROBRAS, enquanto maior empresa do Brasil, não vai abdicar do seu papel de indutora desse desenvolvimento.

Quando estabelecemos essa obrigação de conteúdo nacional, desempenhamos nosso papel de indutor e contribuímos para que empresas se instalem no Brasil e aqui produzam bens que hoje não fabricamos.

V.Exa. pode ter certeza de que esse índice, do ponto de vista de um país em desenvolvimento, é alto — não por decisão ou vontade nossa, mas porque existe um grande volume de máquinas e equipamentos que o Brasil não fabrica.

Com relação ao casco, devo dizer que a indústria naval brasileira tem condições de construir o casco do navio, sim. Só que, especificamente com relação à P-51 e P-52, como V.Exa. inclusive sabe melhor do que eu, isso não foi possível, porque os estaleiros brasileiros estiveram sucateados e hoje estão passando por um processo de reestruturação e de recuperação. Tenho dúvidas, inclusive, se o plano de encomendas da PETROBRAS poderá ser viabilizado no Brasil, em razão da atual realidade dos estaleiros nacionais. V.Exa. mesmo confirma que não vai.

Por isso, em breve será lançado o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo — PROMINP, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e do qual participam a PETROBRAS, o BNDES, o IBP. O programa visa exatamente a detectar todos os gargalos hoje existentes na indústria de petróleo — isso vale para a indústria naval e para as áreas de refino de petróleo e de exploração de gás —, a fim de desenvolver mecanismos que viabilizem o incentivo à indústria nacional e assim suprir a nossa demanda.

Quanto aos dados relativos à CIDE, Deputado Júlio Cesar, eles se referem à CIDE arrecadatória, à CIDE bruta, portanto. O valor a que V.Exa. se referiu — 7 bilhões —, é relativo à CIDE líquida, depois de desmembrada, quando uma parte fica com o Governo. Os 12 bilhões representam a CIDE arrecadatória, a qual temos obrigação de incorporar e repassar e que depois é desmembrada.

No que diz respeito ao biodiesel, hoje ele não é visto como alternativa para concorrer com o diesel — todos sabemos que isso já vem acontecendo em diversos países do mundo e também acontecerá no Brasil.

As especificações com relação aos combustíveis estão sendo — e é bom que isso aconteça — cada vez mais rigorosas, no que diz respeito aos poluentes e ao seu grau de agressividade ao meio ambiente. Por isso, o programa de produção de biodiesel que se está vislumbrando visa estabelecer um percentual de mistura no diesel. As nossas projeções mostram que deveremos alcançar, em 2008, se não me engano, o índice de 3%. A PETROBRAS já vem participando de parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para desenvolver e viabilizar a produção e utilização do biodiesel feito a partir da mamona.

Além disso, há outro aspecto — neste ponto vou me permitir falar um pouco como político: o biodiesel desempenha importantíssimo papel relativo à distribuição de renda, principalmente na Região Nordeste. É lógico que a PETROBRAS não vai fazer a política de distribuição de renda. Mas, à medida que ela incentivar a produção do biodiesel e investir no produto, para que ele seja cada vez mais competitivo e possa ser misturado no diesel, dará também sua parcela de contribuição para que isso aconteça e demonstrará sua responsabilidade social.

Sobre o GLP, o gás de cozinha, concordo plenamente que o seu preço esteja acima da capacidade de compra da família de baixa renda.

Tenho aqui o esquema relativo aos custos de um botijão de gás, o qual foi montado a partir de pesquisa da ANP realizada entre 9 e 15 de novembro, no Rio de Janeiro. O preço médio de um botijão de gás é de 26,68 reais. No entanto, a PETROBRAS recebe pelo produto apenas 11,29 reais. Quer dizer, considerando um preço médio de 26,68 reais por botijão de gás, 11,29 reais é o que a PETROBRAS recebe para fazer com que o produto exista — porque, em última instância, o responsável pela existência do GLP é a PETROBRAS, seja porque o produz, seja

!

porque o importa. Esta é a parcela que ela recebe para remunerar seus investimentos, que vão desde a sísmica, passam pela perfuração de poços — muitos deles são secos —, pelo refino, pelo transporte e se estendem até a comercialização. Cinco reais e cinquenta e um centavos são impostos federal e estadual. E 9,8 reais é o valor referente à margem de distribuição e revenda.

O assunto já foi tema de reuniões entre a PETROBRAS, o Ministério de Minas e Energia e representantes dos distribuidores e revendedores — inclusive o Presidente Lula disse publicamente que queria que o preço do gás baixasse. Nessas reuniões, dissemos que, se houvesse um conjunto de ações entre os diversos elos da cadeia, a PETROBRAS estaria disposta a contribuir para a redução do preço do gás.

Mas esses números, por si só, não...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sr. Presidente, pela ordem.

É preciso dizer que a sociedade não sabe disso. Quem recebe essas informações é apenas a PETROBRAS.

Desculpe-me, mas o lucro dos distribuidores e revendedores está excessivo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Não sei se o lucro está excessivo, mas sei que o custo do produto é 17% maior no Brasil do que nos Estados Unidos, em dólar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Alguém está botando dinheiro no bolso. E não é minha mãe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Aproveitarei o ensejo para rebater a observação feita pelo Presidente, Deputado Pauderney Avelino.

Volta e meia saem nos jornais opiniões de especialistas — aliás, alguns especialistas são arroz-de-festa — no sentido de que a PETROBRAS está cobrando 10% acima do que se paga no golfo americano.

Em primeiro lugar, temos de registrar que esta Casa — não vou entrar no mérito da questão — decidiu soberanamente pela extinção do monopólio estatal e instituiu, portanto, o regime de livre mercado para o petróleo, em todas as áreas: exploração, produção, refino, distribuição, comercialização, importação.

Ora, em regimes assim, o sistema de preços funciona de acordo com o mercado. E o preço competitivo, de acordo com a regra de mercado aberto, não é estabelecido simplesmente mediante a consideração do preço *spot* no Golfo do México, até porque o que é vendido no mercado *spot* é o que sobra — são feitos diversos contratos com a refinaria, e o que sobra é vendido para o mercado *spot*, onde o preço é, por natureza, mais baixo.

Portanto, é errado querer comparar o preço *spot* praticado no Golfo do México ao praticado no Brasil e dizer que a PETROBRAS está cobrando valor acima do atribuído ao produto naquela região. É errado não levar em consideração as tarifas de importação. Elas têm de ser computadas também, já que se trata de preço de mercado aberto.

Mas o engraçado é que quando nosso preço está abaixo do valor de mercado ninguém reclama. Sempre dissemos que o objetivo da política de preços da PETROBRAS é fazer com que, ao longo do ano, os preços praticados pela empresa tenham coerência com os praticados no mercado internacional, o que não significa que reajustaremos diariamente para baixo ou para cima o preço de nossos produtos.

Em janeiro e fevereiro, o petróleo chegou a custar 40 dólares. No entanto, não reajustamos seu preço no Brasil porque sabíamos que aquela era uma situação conjuntural e não adiantava aumentar o preço do produto, se depois teríamos que voltar a reduzi-lo.

!

Neste ano, a PETROBRAS não promoveu nenhum aumento do preço do GLP, nem do óleo diesel, nem da gasolina. No caso da gasolina e do diesel, ao contrário, houve redução, no dia 29 de abril, de 10%.

Hoje posso afirmar que nossos preços estão equiparados aos preços competitivos praticados em um regime de mercado aberto.

Mas concordo em que a sociedade não conhece essa realidade. Por isso, toda as vezes que venho ao Congresso Nacional, mostro esta tabela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - V.Sa. gostaria de distribuir cópias da tabela?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Claro, farei isso. Esta é uma oportunidade ímpar para falar com os representantes da sociedade, com os representantes do povo brasileiro.

Temos aqui a composição do gás de cozinha e também a da gasolina, por exemplo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O senhor poderia deixar uma cópia para nós?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu vou tirar uma cópia para os Srs. Deputados.

No Rio de Janeiro, na bomba, o preço médio da gasolina C, que é misturada com o álcool, é de 1,9830, e a PETROBRAS recebe 51 centavos por litro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E o *diesel*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Solicito a V.Sa. esse material para tirar cópia e distribuir aos Deputados, e passaríamos a outro assunto, porque já são 13h15min e há inúmeros...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sobre o gasoduto no Piauí, estou esperando, ansioso, pela resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Vamos dar celeridade, por favor. Falta o gasoduto do Piauí, depois passaremos para o próximo assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não só o gasoduto do Piauí, como o gasoduto que passa por Brasília e pelo Triângulo Mineiro.

Sobre essa malha que apresentei, que inclui o gasoduto que passa pelo Triângulo Mineiro, a nossa expectativa é de que até 2006 ou 2007 esteja pronto.

Acerca do gasoduto do Piauí e do Maranhão, objetivamente, hoje existe escassez de gás na Região Nordeste. Não adianta falar em gasoduto, porque a demanda atual de gás da Região Nordeste já é maior que a oferta. Portanto, antes de se pensar na expansão da malha, além do que já estamos fazendo, é fundamental, até para garantir uma expansão posterior para outra região que não esteja prevista aqui, para outros Estados, como é o caso do Piauí e do Maranhão, fazer primeiro esse gasoduto interligando a Região Sudeste à Região Nordeste. Do contrário, vamos ter o gasoduto, mas não o gás.

Primeiro vamos ter de fazer o que eles chamam de GASENE, gasoduto que interliga as Regiões Sudeste e Nordeste. Esses gasodutos na região do Maranhão e do Piauí estão dentro do programa de malhas de gasoduto da PETROBRAS, mas o que estou apresentando aqui é o programa de 2003 a 2007 e, nesse intervalo, eles não estariam contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Os próximos a inquirir são os Deputados Alexandre Cardoso, Virgílio Guimarães, que trocou com Paulo Bernardo, Anivaldo Vale e Alberto Goldman.

Com a palavra o Deputado Alexandre Cardoso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Presidente José Eduardo Dutra, é um prazer tê-lo na Comissão de Orçamento. Li o requerimento produzido

pelo Deputado Pauderney Avelino, que embasou esta audiência pública, tendo como convidado o Presidente da PETROBRAS.

Antes de entrar efetivamente nas minhas questões, gostaria de solicitar à PETROBRAS que encaminhasse a esta Comissão os estudos que tem a respeito da ALCA. Faço parte da Comissão que está estudando a ALCA na Câmara e até o momento não me disponibilizaram estudos que a PETROBRAS tenha em relação à Área de Livre Comércio das Américas. Gostaria de receber da PETROBRAS as propostas e os estudos sobre essa questão.

Sr. Presidente, ouvi de V.Sa. que um dos mecanismos que gerou atraso na construção da P-51 e P-52 foi a insegurança tributária. Também gostaria de receber os estudos que a PETROBRAS dispõe sobre essas incidências e as mudanças na legislação que produziu ou que pode produzir esse aumento de 160 milhões no custo das plataformas. É fundamental esse posicionamento.

Segundo, a PETROBRAS tem investido na modernização das suas refinarias para que possamos avançar.

Todo mundo fala em auto-suficiência na produção de petróleo em 2006, mas para isso penso que é preciso resolver o problema da modernização das refinarias. Gostaria que esta Comissão fosse informada sobre os investimentos necessários no prazo de 5 anos para que venhamos a ter uma verdadeira auto-suficiência. No meu entendimento, a auto-suficiência de petróleo em 2006 é abstrata. Pode-se criar um sentimento que não é verdadeiro. Por isso, gostaria de saber qual a necessidade de investimentos para a modernização das refinarias para que possamos ter uma verdadeira auto-suficiência.

Outra questão é sobre o investimento que será feito no oleoduto do Estado do Rio de Janeiro. O processo de construção desse oleoduto tem sido meio político, e queríamos ter clareza em 3 aspectos. Primeiro: o que será efetivamente transportado pelo oleoduto já está sendo transportado a custo maior, por navios ou por outra forma? Segundo: quais são os custos e impedimentos que pesam sobre esse oleoduto, neste momento, devido a questões políticas ou de outra ordem? Terceiro: que vantagem a PETROBRAS teria com a construção desse oleoduto?

Precisamos dar conhecimento dessas questões à sociedade.

Por último, Sr. Presidente, analisei a nacionalização e vi que talvez o maior problema esteja na construção e na montagem. Temos uma indústria no Rio de Janeiro, chamada NUCLEP, deixada para este Governo com uma receita entre 9 a 10 milhões por ano e uma despesa de 40. Parece-me que essa empresa, com aquela capacidade, foi deixada para ser privatizada a qualquer título. Conheço a filosofia do atual Governo e sei que temos compromisso com o patrimônio nacional. Entendo ser fundamental a aproximação da PETROBRAS com a NUCLEP. Não podemos deixar um parque industrial daquela magnitude desvinculado da construção dessas plataformas. Assim, gostaria de saber da PETROBRAS se existe algum estudo ou entendimento nesse sentido.

Dr. José Eduardo Dutra, quero deixar registrada a admiração que tenho pela gestão de V.Sa., principalmente pela transparência. Acho fundamental que possamos integrar a NUCLEP na construção das plataformas.

Eram estes os questionamentos. Sei que, quanto a alguns, a PETROBRAS terá de recorrer a consultas internas, como é o caso da ALCA e da questão tributária que levou ao novo atraso na construção das plataformas e, efetivamente, a integração da NUCLEP na construção dessas plataformas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães, que havia trocado com o Deputado Paulo Bernardo. *(Pausa.)* Ausente.

!

Os Deputados seguintes vão fazer as perguntas e, depois, o Presidente José Eduardo Dutra responderá a cada Parlamentar, em função do adiantado da hora.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, antes de fazer meu questionamento, queria que o Presidente me explicasse a respeito do resultado da recente exploração constante do mapa do Brasil que foi mostrado, onde se falou de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Bacia de Campos. Há um sinal lá em cima, entre o Pará e o Amapá, e queria saber o seu significado. Ele é parecido com os outros, mas a seu respeito nada foi falado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Está onde?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Destaques exploratórios; quadro Resultados Recentes na Exploração.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - É a marca do PT.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É a marca do PT? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Está na costa do Amapá.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É, na costa do Amapá e do Pará. Quero saber o que significa o sinal que está no mapa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Respondo agora?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Por favor, antes de eu fazer as perguntas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Na verdade, destacamos neste mapa as descobertas. Os sinais verdes e vermelhos são os blocos já licitados pela ANP. O bloco verde é operado pela PETROBRAS e o vermelho é operado por outras empresas. Não são descobertas, mas blocos existentes.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Dr. José Eduardo Dutra, ouvi atentamente a sua explanação. No meu entendimento, tanto na empresa privada como na pública, o lucro isoladamente é especulativo e nefasto ao interesse da sociedade. Vejo que há uma preocupação, externada por V.Sa., de que nesse lucro exista um componente social, o que para nós é importante. Mas preocupo-me com a empresa, que está ocupando a 13ª posição em resultados financeiros na América Latina, e o preço da gasolina está 10% acima do praticado no mercado internacional. Esse é um ponto.

Outro ponto é o gás de cozinha, que no Rio de Janeiro, como dito por V.Sa., está em 26 reais, sendo que mais de 30% desse valor se refere ao processo de distribuição e comercialização. Ocorre que em Belém do Pará o preço do gás é de 31 reais. Quando nos aprofundamos no interior da Amazônia e do Pará, o preço chega a 40, 45 reais.

Sou dos que acreditam que a PETROBRAS, uma empresa forte, é orgulho nacional e tem como missão ser indutora, reguladora e até moderadora desse processo. Refiro-me à política de preços na Amazônia, razão da última audiência pública que tivemos com o Dr. Sérgio, diretor da PETROBRAS. Nossos questionamentos foram nesse sentido, mesmo porque não vejo, no planejamento estratégico da PETROBRAS, algo que diga respeito ao fortalecimento do processo na Amazônia.

Gostaria que V.Sa. falasse sobre a construção e o reparo de embarcações. Também quero saber se a capacidade plena dos estaleiros está sendo atendida e se no processo de licitação existe algo que direcione ou dê tratamento diferenciado à empresa nacional. Na Amazônia, tanto em Manaus como em Belém, há estaleiros sucateados e em dificuldades em função desse quadro.

Por último, quero me referir à política de investimentos. Particularmente, sobre o gasoduto para Manaus e Porto Velho, V.Sa. destacou que a maior barreira que estamos experimentando na Amazônia é ambiental e sanitária, que isso inibe nosso desenvolvimento. A par disso, quero saber como a PETROBRAS poderia ser parceira nesse processo, como forma de alavancagem do desenvolvimento da Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de saber a opinião do Presidente da PETROBRAS — ex-Senador, ex-Líder do PT, que votou contra a emenda constitucional para a flexibilização do monopólio e que, imagino, deve ter votado contra o projeto que modificou a Lei nº 2.004, que permitiu à PETROBRAS fazer *joint ventures* — sobre a participação de capital estrangeiro e nacional da exploração do setor e também a empresas privadas, isoladamente, na exploração dos vários blocos licitados. É evidente que V.Sa. não tem obrigação política a respeito disso neste momento em que é Presidente da PETROBRAS, mas peço sua opinião como ex-Parlamentar, Líder do seu partido nesta Casa, que teve uma posição tão marcante contra as modificações do setor e que hoje está à testa da maior empresa deste País, ainda que quase monopolista. Sabíamos que haveria um tempo muito largo para que esse monopólio, de fato, fosse abrandado, flexibilizado. Gostaria de saber a opinião política, hoje, de V.Exa. sobre essa questão.

Em segundo lugar, temos esse embate sobre a as plataformas, que vem desde o ano passado, desde a campanha eleitoral. Se tivéssemos, já naquele momento, realizado as licitações, teríamos em algum momento, não sei se agora, aumento de produção de petróleo; hoje estamos numa situação ainda atrasada em relação a isso, com um novo conceito de construção de plataformas. Poderíamos ter feito isso antes, da forma proposta, ou como está sendo feita? Quais foram as vantagens ou as desvantagens econômicas que tivemos em relação a isso, sem levar em conta os aspectos de política industrial, já que eles não competem à PETROBRAS?

Não é a PETROBRAS que faz a política industrial. Ela pode ser um instrumento dessa política, cujas decisões devem se dar no âmbito do Ministério. É o Ministério de Minas e Energia que elabora as políticas e, em conjunto com outros Ministérios, uma política industrial mais global.

Em terceiro lugar, quero chamar a atenção para um fato e fazer alguns esclarecimentos. A PETROBRAS aporta recursos para uma série de projetos, patrocínios, parcerias e apoios a projetos sociais, esportivos, culturais, de vários tipos. Neste ano, já aportou quase 120 milhões de reais em projetos desse tipo. O número é muito expressivo, se levarmos em conta a realidade que estamos vivendo, as contenções orçamentárias. Ontem, o Ministro Ciro Gomes esteve aqui e nos informou que o Ministério da Integração Nacional até agora aportou para investimentos 90 milhões. Portanto, a PETROBRAS já deu, nos patrocínios deste ano, mais do que o Ministério da Integração Nacional. Se fizermos a comparação em termos de despesas por função, no Orçamento já executado este ano, veremos aspectos interessantes. Na área de projetos esportivos, a PETROBRAS aportou 32 milhões de reais dos quase 120 milhões de reais. O Ministério do Esporte já gastou, este ano, 713 mil reais. Todos os investimentos na função social — trabalho, educação, direito, cidadania, organização agrária, previdência, cultura — totalizaram, há poucos dias, 297 milhões de reais no Orçamento. Com relação à cultura, foi despendido 1,6 milhão de reais, o que é interessante. Nos projetos

!

culturais, a PETROBRAS aportou 46 milhões de reais, mais do que o Orçamento da União.

Preocupa-me, além disso, a qualificação de alguns desses investimentos. Um deles, de 22 milhões e 434 mil reais, é para desenvolvimento e fornecimento de combustível para a equipe Williams. Para o Clube de Regatas do Flamengo, foram 4 milhões e 410 mil reais.

Muitos desses aportes de recursos não são feitos diretamente a Prefeituras, mas a ONGs. Parece uma mania de agora, pois foi criada uma série de ONGs. Uma delas, a Trilha Verde, de Campinas, recebeu 187 mil e 967 reais para conscientização dos moradores para preservação e melhoria das condições ambientais e sociais daquela área. Essa ONG é chamada Trilha Verde. Posteriormente, ela recebeu mais 80 mil reais, se não me engano.

A Associação dos Amigos de Bairro do Parque Residencial da Vila União, coincidentemente, também em Campinas — não posso afirmar que isso seja porque o Prefeito de Campinas é do PT —, recebeu 710 mil e 660 reais para implementação de ações que promovam seu desenvolvimento sustentável. Um bairro da cidade de Campinas, o Parque Residencial da Vila União, recebeu 710 mil reais!

Temos informações de que está para ser aprovada pela Diretoria da PETROBRAS, nesta fase, a liberação de recursos para várias Prefeituras, algumas, também coincidentemente, do PT. Uma delas é a Prefeitura de Piracicaba, que, segundo informações, receberá 4 milhões de reais — não tenho certeza de que esse número esteja correto. Às vezes, os recursos não vão diretamente para a Prefeitura, mas para ONGs com que ela trabalha.

Então, gostaria de algumas informações a respeito dessas questões que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Solicito aos Srs. Parlamentares que ainda não fizeram uso da palavra que sejam breves, porque já são quase 13h40min.

Como é do conhecimento de todos, a reunião começou com grande atraso, em virtude das dificuldades no voo do Presidente José Eduardo Dutra. Portanto, em consequência da agenda que temos pela frente, peço agilidade a todos.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Inicialmente, cumprimento o Sr. Presidente desta reunião, Deputado Jorge Bittar; o Sr. Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, as Sras. e os Srs. Parlamentares presentes.

Sr. Presidente José Eduardo Dutra, V.Sa. falou sobre os investimentos na área de gás. Na Bahia, a oferta desse combustível é bem menor do que a demanda. Lá são ofertados 6 milhões de metros cúbicos de gás, sendo 4 milhões distribuídos pela Companhia de Gás da Bahia — BAHIAGAS, e 2 milhões diretamente pela PETROBRAS. Precisamos de mais 3,5 milhões de metros cúbicos de gás, sendo 1,5 milhão no presente momento, somente para a instalação de termelétricas.

Também queria que V.Sa. falasse sobre a descoberta de gás na Baía de Camamu, o projeto Manati, com uma previsão de mais ou menos 6 milhões de metros cúbicos. V.Sa. não falou sobre isso, que também não consta do gráfico que apresentou sobre fontes recentes de suprimento de gás. Qual a previsão da PETROBRAS para que esse gás de Manati esteja disponível para a Bahia e, certamente, outros centros?

Já que V.Sa. falou sobre os 19 bilhões de lucro da PETROBRAS e a responsabilidade social da empresa, o que ela está realizando em relação à socialização do transporte urbano? Houve, recentemente, várias manifestações em diversas Capitais do País, inclusive Salvador, em razão das tarifas do transporte urbano. O Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, e diversos colegas de outras

!

Capitais estiveram com V.Sa., buscando uma maneira de socializar a tarifa do transporte urbano por meio de subsídio de combustível, a ser dado pela PETROBRAS. A situação tem originado diversos movimentos por parte dos habitantes, principalmente os mais carentes e os estudantes.

São esses os meus questionamentos, Presidente José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado José Rocha.

O próximo a usar da palavra é o Deputado Wasny de Roure, a quem peço brevidade na intervenção.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria inicialmente de indagar acerca do custo da extração de petróleo no território nacional. A meta prevista, segundo informações da PETROBRAS, registra algo em torno de 2,80 dólares por barril. Gostaria de saber do comparativo internacional.

A segunda questão, já abordada pelo Deputado Alexandre Cardoso, é sobre a previsão do equilíbrio entre consumo e oferta. Parece-me que, segundo o gráfico, isso ocorreria próximo do ano de 2005. Qual é, de fato, a possibilidade de alcançarmos esse equilíbrio?

Em terceiro lugar, com relação aos 13 grandes projetos para os próximos 5 anos, qual o percentual já efetivado pela PETROBRAS em termos de licitação ou contratação, conforme previsto no quadro dos principais projetos de produção? Infelizmente, não tenho a numeração da página.

A última indagação é acerca das indenizações às famílias das vítimas do acidente de grande proporção ocorrido em um desses terminais da PETROBRAS.

Registro meus cumprimentos a V.Sa., extensivos a todos os trabalhadores da PETROBRAS, não apenas pelo sentimento de orgulho nacional, mas pela capacidade de transparência que demoramos tanto a alcançar, mas que felizmente alcançamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde, a quem também peço rapidez na intervenção.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, vou ser sucinto.

Mas antes quero afirmar que a Oposição perdeu a oportunidade de construir um projeto de País, no qual existia a questão da auto-suficiência de petróleo. Hoje, isso é retomado pelo atual Governo.

A falta de rumo durante 10 anos fez com que atitudes muito drásticas fossem tomadas pelo Governo Lula, e agora o País começa a construir um projeto. Na próxima semana, o Presidente da República deve lançar a política industrial brasileira — que deixou de existir por muito tempo —, a qual passa a ser uma política de orientação do capital privado, e vai orientar o País em direção ao crescimento sustentável.

Presidente José Eduardo Dutra, meu xará, por muito tempo a PETROBRAS terceirizou seus serviços de plataforma e, com isso, o número de acidentes de trabalho nas plataformas, nas instalações da PETROBRAS, foi muito elevado. Quais são hoje as ações da PETROBRAS para reduzir a terceirização e garantir a segurança de trabalho para os petroleiros?

Também faço um convite à PETROBRAS. Estaremos realizando em Porto Velho, Rondônia, um seminário sobre biodiesel, e convidamos a comunidade, os trabalhadores rurais e as empresas de energia elétrica para tratar da matéria. Há grande demanda na região amazônica quanto ao crescimento sustentável, e o

!

biodiesel pode oferecer às comunidades rurais, à agricultura familiar, a condição de melhorar a renda da população à medida que se considera o biodiesel como um insumo estratégico e essencial ao crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Tem a palavra o Deputado Fernando Ferro, a quem também peço agilidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Serei rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela apresentação. Inclusive, gostaria de ter a presença de algumas Lideranças do PFL.

Vi algumas manifestações grosseiras, de qualificação discutível, sobre a nova direção da PETROBRAS, cuja composição foi questionada, particularmente pelo fato de um ex-sindicalista ter assumido a direção da empresa. Sempre concordei em que era necessário experimentar um sindicalista, porque já conhecíamos a experiência de ter um Diretor do JP Morgan. O fato de um sindicalista assumir a empresa mostra que o País e o regime democrático dão oportunidade às pessoas. Então, a direção da PETROBRAS dá uma resposta que aniquila o tipo de discurso limitado e preconceituoso do Líder.

Lamentavelmente, o Líder José Carlos Aleluia não está aqui, mas vi duas ou 3 manifestações de S.Exa. nas quais estrebuchava, como dizemos no Nordeste, gemendo, reclamando, porque a direção da empresa estava sendo partidarizada e politizada, como se todos os outros diretores da PETROBRAS tivessem sido indicados por competência técnica na área de petróleo, a exemplo do Diretor do JP Morgan e outros que por lá passaram.

Então, a própria realidade e a expressão da empresa hoje respondem ao preconceito lastimável de uma oposição que precisa fazer festa para comemorar 1 ano. Nunca vi ninguém comemorar derrota. Mas eles estão comemorando. Até respeito essa nova fase.

Minha primeira pergunta refere-se à PETROAMERICA. O que existe sobre a discussão da PETROBRAS com a Petróleo de Venezuela? Isso foi anunciado. Há perspectiva de *joint ventures*, de algum tipo de associação quanto aos negócios do petróleo na América do Sul e em outros países? Há outras possibilidades?

Algo sempre me causou curiosidade: podemos comprar gasolina, óleo diesel, gás natural e outros no posto de gasolina, mas não o botijão de gás. O que impede a PETROBRAS de vender o gás de cozinha? É uma pergunta até ingênua, mas gostaria de saber o porquê.

Por último, quero saber quais são as perspectivas da PETROBRAS em relação às fontes alternativas. Foi citado aqui o biodiesel. E quanto às outras fontes? Outras empresas de petróleo, em escala mundial, também estão desenvolvendo pesquisas e fazendo investimentos na área de fontes alternativas.

Se não for possível me dar a resposta agora, que seja apresentado algum documento da PETROBRAS que sinalize para investimentos e desenvolvimento de pesquisas em fontes alternativas.

Qual a participação da PETROBRAS, como empresa energética, no processo de geração e produção de energia para o País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, para sua rápida intervenção.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, primeiro, parabenizo o Deputado Fernando Ferro e quero me somar a S.Exa. por suas palavras, porque nós do Partido dos Trabalhadores, ao longo da nossa história, temos sido vítimas de vários preconceitos. Quando o Sr. José Eduardo Dutra foi nomeado Presidente da

!

empresa acabou sintetizando um pouco esse preconceito, que infelizmente ainda existe em nossa sociedade, relacionado a muitos que estão mostrando efetiva competência. E esse mérito não é só seu, mas evidentemente extensivo a todo o excelente quadro de funcionários da PETROBRAS.

Estamos aqui hoje numa audiência pública para debater com o Presidente da maior empresa brasileira, que teve lucro extraordinário, mas o plenário se encontra vazio, porque infelizmente alguns querem apenas encontrar defeitos e talvez torçam para que tudo dê errado. No entanto, a empresa presidida por S.Sa. continua numa linha de excelência e de lucratividade.

Parabenizo V.Sa. pela excelência dos trabalhos desenvolvidos à frente da PETROBRAS e também pela iniciativa relacionada à determinação do percentual para o conteúdo nacional na construção das plataformas, o que aqui também foi objeto de muitas críticas. É preciso evidenciar que nenhuma das 16 plataformas de petróleo encomendadas no exterior pelas administrações anteriores foram entregues no prazo e no preço estabelecido. Isso quer dizer que tivemos problemas. E algumas plataformas foram canceladas pela PETROBRAS e hoje são objeto de pendências do ponto de vista jurídico. Isso, sim, leva a empresa a enormes prejuízos.

Sou metalúrgico de profissão e por 11 anos ajudei a construir muitos navios e plataformas para a PETROBRAS. Durante 22 anos, trabalhei no que hoje é o estaleiro Bras Fels. E ainda resido em Angra dos Reis em uma área cheia de metalúrgicos: nos bares, na pelada e na praia.

Quero saber como está hoje o processo de licitação do grande programa de investimento de projetos para os próximos 5 anos. Também o cronograma das licitações para os petroleiros dentro do programa de renovação da frota de petroleiros e o programa de apoio às embarcações, de apoio às plataformas de petróleo. Os trabalhadores estão ansiosos, porque o primeiro programa eleitoral da Campanha Lula Presidente foi gravado em Angra dos Reis, tendo como tema as plataformas de petróleo, o que foi objeto de grande polêmica. O Presidente tem manifestado seu desejo de retornar a Angra dos Reis, ao estaleiro onde filmou seu primeiro programa. Evidentemente, quer fazer isso já com a decisão final das licitações da P-51 e P-52, e temos enorme expectativa de que uma delas seja construída em Angra dos Reis.

Então, quero saber como está o desenrolar desses programas de investimentos e de licitações, acima de tudo, para organizar a gestão do Presidente e de todo o corpo técnico de profissionais da PETROBRAS, que, longe do pessimismo de alguns, continuou em sua linha de eficiência, para nosso orgulho, sendo indutora de desenvolvimento para nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Luiz Sérgio.

O último orador inscrito é o Senador Amir Lando, Líder do Governo.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Presidente da PETROBRAS, ex-colega que deixou tantas saudades naquela Casa chamada Senado e que hoje está à frente de missão talvez maior.

Segundo o jornal *O Globo*, a PETROBRAS inclui-se entre as maiores empresas da América. Não sei se é a terceira, a segunda ou a primeira. É evidente que a informação não é completa, mas V.Sa. certamente a esclarecerá.

O importante é que ela é uma das grandes empresas não apenas do Brasil nem das Américas, mas certamente do mundo. Sobretudo do ponto de vista de eficiência, de performance empresarial, ela se inclui entre as que estão em tecnologia de ponta, o que é invejável para todos nós.

Sr. Presidente José Eduardo Dutra, somos orgulhosos da PETROBRAS, como brasileiros, como cidadãos. Por todos os recantos deste País, a PETROBRAS é

!

símbolo da nacionalidade. Isso nos engrandece e nos deixa ufanos, porque precisamos acreditar no Brasil. E uma empresa como a PETROBRAS faz a propaganda do Brasil e nos enche de orgulho e admiração. O brasileiro pode, tem capacidade e há de superar as dificuldades em todos os setores da administração pública. Há uma empresa nacional que está a demonstrar ao mundo inteiro que ocupa o 12º lugar — exatamente fazendo a retificação. É este ponto que queremos ressaltar.

Quero deixar neste cenário que a PETROBRAS é uma empresa que atua de forma segura e rentável na indústria do petróleo, gás e energia, nos mercados nacional e internacional. É evidente que a PETROBRAS executa políticas públicas, mas sobretudo dentro do objetivo empresarial tem que atuar de maneira rentável, para crescer, desenvolver-se, competir. Parece-me que, apesar de todas as amarras, as empresas públicas sofreram no Brasil um processo de engessamento muito forte, a partir da submissão a todo processo licitatório comum a qualquer outro ente público. É importante dizer que encontramos mecanismos, com inteligência, com arte, com engenho, para que nossa empresa, PETROBRAS, se tornasse competitiva no Brasil e no mercado internacional.

Sr. Presidente, como autor de requerimento para atender uma demanda que se criou nesta Comissão — sem poder mais assistir à reunião em decorrência de compromissos superiores que me levam ao Senado, quando se vota a reforma da Previdência —, senti um ambiente de satisfação pelas respostas dadas com presteza, com inteligência, com sabedoria e sobretudo com a verdade e a simplicidade de quem conhece, atua e atuou no setor e que demonstra absoluta segurança.

Quero parabenizá-lo por ter aceito este convite, por ter esclarecido esta Casa em todos os detalhes. Empresa como a PETROBRAS não tem medo da verdade, embora tenha seus segredos empresariais, porque nem tudo pode ser dito, já que faz parte do planejamento estratégico do desenvolvimento da empresa.

O Congresso aqui representado por esta Comissão sente-se satisfeito. Não há dúvidas de que iremos esclarecer todos os pontos. O Governo Lula é da transparência, da decência, da eficiência e sobretudo do diálogo. E é esse diálogo que se estabelece com a sociedade e com o Congresso Nacional.

Agradeço a presença a V.Exa. Teremos que avançar em termos institucionais, deixar mais livre a PETROBRAS, mais ágil para competir ainda mais e não ocupar o 12º lugar, mas o primeiro lugar. Queremos que a empresa, além de desempenhar políticas públicas de interesse desta Nação, tenha condições de competir, para mostrar ao mundo que o Brasil não é grande apenas em território, mas em tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, onde estamos na ponta, e também que a nossa empresa orgulha a todos nós brasileiros.

Parabéns a V.Sa. pela administração tão eficiente, demonstrando que, apenas no primeiro trimestre, trabalhando certo, de maneira correta e com padrões éticos hígidos, é possível obter um lucro de quase 15 bilhões.

Parabéns à PETROBRAS, símbolo do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Senador Amir Lando.

Com a palavra o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra, para responder às indagações dos Srs. Parlamentares e para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Primeiro, quero fazer um registro. Na intervenção de um dos Srs. Deputados, se não me engano do Deputado José Rocha, foi dito que eu afirmei que o lucro da PETROBRAS seria de 19 bilhões. Quero dizer que em momento algum fiz projeção sobre o lucro deste ano da PETROBRAS. Esse número foi dito, se não me engano,

!

pelo Deputado Pauderney Avelino. Não faço nenhuma projeção nem previsão sobre o lucro da PETROBRAS neste ano. O número com o qual trabalhamos é de 14 bilhões, 774 milhões até setembro, como já foi divulgado. É bom deixar claro para não sair no jornal que o Presidente da PETROBRAS disse que o lucro será de 19 bilhões.

Em relação à primeira pergunta do Deputado Alexandre Cardoso, a PETROBRAS não tem estudo específico e particular sobre o impacto da ALCA. Nós participamos dos grupos de trabalho montados pelo Governo Federal. Nesse processo de revisão do plano estratégico, estamos traçando alguns cenários e, naturalmente, estarão à disposição dos Srs. Parlamentares.

A respeito da questão da plataforma P-52, está pronta. Não tenho aqui no momento, mas posso passar para V.Exa. os impactos da P-51.

Quero registrar, até por questão de justiça, que existe uma comissão de trabalho da PETROBRAS e do Governo do Estado do Rio Janeiro que está tentando buscar alternativas, caminhos e soluções para a questão da P-51, até já disse isso publicamente.

Quanto à P-52, tocamos o processo, até porque, mesmo se mantendo as modificações tributárias, a P-52 é um projeto que mantém sua viabilidade econômica. Por isso, classificamos a Fel Setal, o que está em processo de negociação. Acreditamos que isso será fechado. Talvez, Deputado, assinemos esse contrato em Angra dos Reis. Estamos ultimando o processo de fechamento de negociação com a Fel Setal na P-52.

A P-51 é um projeto menos robusto, já que é a segunda unidade do mesmo campo, portanto, as participações especiais são maiores. Então, mantida a atual política tributária, é um projeto que não se paga. O Conselho de Administração da PETROBRAS recomendou à Diretoria que revisse a P-51. Estamos tentando buscar alternativas no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Acerca do plano de escoamento, chamado PDET, primeiro, o problema não é de custo do transporte marítimo. Hoje, a produção da Bacia de Campos é de 1,3 milhão e vai passar para 1,9. Atualmente, 80% do escoamento é por navios e 20% por oleoduto. A PETROBRAS fica muito dependente de um modal de transporte. Daí o projeto PDET, que é o plano de escoamento de petróleo na Bacia de Campos, que envolve a construção de uma plataforma de rebombeio, chamada PRA-1, e construção de gasoduto até São Paulo.

É lógico que esse assunto acabou sendo politizado. Tenho ouvido argumentos dizendo que vão transportar a Bacia de Campos para São Paulo, o que vai inviabilizar a refinaria no Rio de Janeiro. Acho que isso faz parte da luta política, mas, do ponto de vista técnico, não é verdade. O que estamos fazendo é modificar o modal, de forma que a PETROBRAS não seja dependente de um único modal. Além do que, objetivamente, se houver um problema no terminal de São Sebastião semelhante ao que ocorreu em Angra dos Reis, por exemplo... Não quero nem pensar nessa hipótese.

Tem sido levantada a questão ambiental. Se verificarmos o histórico dos vazamentos em navios e oleodutos, veremos que, embora em oleodutos haja risco ambiental, em navios esse risco é maior.

Esse projeto não tem a intenção de inviabilizar a refinaria no Rio de Janeiro, o que seria outra discussão. Não queremos transportar a Bacia de Campos para São Paulo. Mesmo na hipótese de ser instalada uma refinaria no Rio de Janeiro, ela processaria em torno de 200 mil barris, e Campos vai produzir 1,9 milhão. Então, teremos que levar não só para o exterior, como para o terminal de São Sebastião, onde há 6 refinarias. Essa é uma questão objetiva, de natureza técnica.

Investimentos em refino. A PETROBRAS tem hoje capacidade...

!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Sr. Presidente, queremos receber esses dados de forma mais pedagógica. Porque nós, que somos da base do Governo, às vezes somos atacados por defender determinadas posições. Considero importante receber isso detalhadamente, para me posicionar tecnicamente sobre a questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Já está anotado aqui, e V.Exa. receberá esses estudos.

Investimentos. As refinarias da PETROBRAS hoje têm capacidade nominal, autorizada pela ANP, de refinar 1 milhão e 900 mil barris por dia. Não é o que a PETROBRAS faz hoje. Atualmente, estamos refinando entre 1 milhão e 600 e 1 milhão e 700 mil. Estamos investindo em refino. Esse plano de investimentos que apresentei, de 34 bilhões de dólares, inclui 5 bilhões de dólares para investimento em refino. Aí está incluído valor para um novo refino, modernização e ampliação das atuais refinarias, para possibilitar, inclusive, conforme gráfico que mostrei, que o percentual de processamento de petróleo nacional dentro da carga bruta processada continue cada vez mais crescente. Apenas esse investimento nas refinarias já existentes vai significar, em 2008, ampliação da capacidade de refino da PETROBRAS em 220 mil barris, praticamente uma refinaria nova. Mesmo com essa ampliação, nossos estudos apontam para a necessidade de um novo refino entre 150 e 200 mil barris por dia por volta de 2008.

Não vou entrar na discussão sobre refinaria, senão não sairemos daqui. Quero apenas ressaltar que investimentos já estão sendo feitos em modernização e melhoria de qualidade do produto, até porque estamos em processo de diminuição de enxofre tanto na gasolina quanto no óleo *diesel*, visando atender às especificações que serão exigidas pela Europa em 2005, pelos Estados Unidos em 2006 e fatalmente também pelo Brasil, porque se trata de tendência mundial.

Quanto à aproximação da PETROBRAS com a NUCLEP, objetivamente não existe hoje nada nesse sentido. Essa questão foi abordada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Roberto Amaral. Existe um programa de desenvolvimento de parceria com aquele Ministério, e foi levantada a necessidade de uma interação com a NUCLEP. Nós sabemos da capacidade de tecnologia daquela empresa.

Deputado Anivaldo Vale, a PETROBRAS já fez investimentos significativos na Amazônia e no Estado do Amazonas em particular. De investimentos em exploração de petróleo e gás na Bacia do Solimões, foram 6,6 bilhões de dólares; investimentos em desenvolvimento da produção, 630 milhões; Pólo Arara, de processamento e compressão do gás natural, 220 milhões; Gasoduto Urucu—Coari, 115 milhões. Temos projetos de 2 gasodutos, Coari—Manaus e Urucu—Porto Velho. Ainda estão no portfólio, e temos intenção de fazer.

Existem questões de natureza ambiental que consideramos justas. A PETROBRAS não quer destruir a natureza, nossos investimentos devem ser feitos respeitando a natureza. E as ações da PETROBRAS estão aí para quem quiser ver, como o caso do investimento em Urucu, do gasoduto Urucu—Coari, que foi feito respeitando o meio ambiente.

A respeito da licitação, há a perspectiva de que esses navios de apoio sejam construídos no Brasil. Não estamos escolhendo estaleiro, se será no Rio de Janeiro, na Bahia, no Paraná ou no Pará. Há a expectativa de que esses navios sejam encomendados no Brasil. Minha avaliação, corroborada pelo Deputado Carlos Santana, que conhece a área, é que, se fôssemos implantar esse programa agora, se fôssemos abrir licitação para todos esses navios e para as plataformas, a indústria naval brasileira não teria capacidade de atender.

É preocupação do Governo Federal e do BNDES o PROMINP, a que me referi e que será lançado ainda neste ano e coordenado pelo Ministério de Minas e

!

Energia, com a participação da PETROBRAS e de todas as empresas privadas de petróleo, por intermédio do Instituto Brasileiro de Petróleo — IBP, que congrega as diversas companhias.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Presidente, para evitar a réplica, quero dizer que quando fiz o questionamento sobre estaleiros não foi com o propósito de escolher o estaleiro, mas sim com o propósito de definir o modelo de desenvolvimento para os estaleiros, para que a PETROBRAS pudesse ser indutora e moderadora desse processo.

A PETROBRAS, nos seus contratos, poderia ser indutora de um processo de modernização desse parque, para dar competitividade nacional e internacional. Na Amazônia, por exemplo, temos uma grande preocupação de cunho ambiental em relação às balsas que transportam petróleo, muitas das quais não são de casco duplo. Já tivemos acidentes horríveis na Amazônia por causa disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A existência do programa, as encomendas da PETROBRAS e as exigências de conteúdo nacional que, como disse, também vão recair sobre os navios por si sós são indutores dos estaleiros e da indústria nacional, que têm de se capacitar para participar das licitações.

Deputado Alberto Goldman, essa pergunta já me foi feita e já respondi em uma entrevista por ocasião dos 50 anos da PETROBRAS. Apenas uma ressalva, a possibilidade de a PETROBRAS fazer parcerias, *joint venture*, foi objeto de emenda que apresentei no Senado à emenda constitucional aprovada pela Câmara dos Deputados. Infelizmente, com aquela lógica de que todos nos lembramos, o Senado não poderia modificar, porque voltaria para a Câmara dos Deputados e atrasaria. Na ocasião, consta nos Anais do Senado, apresentei emendas permitindo à PETROBRAS estabelecer *joint venture*.

Em relação à PETROBRAS, não tenho dúvida de que a modificação da legislação foi positiva. Já respondi e não tenho nenhum problema em responder a essa questão. A PETROBRAS teve que se capacitar para enfrentar a competição, e os números são eloquentes.

Em relação ao Brasil, sinceramente não sei, penso que não há ainda o necessário distanciamento histórico para fazer uma avaliação sobre a decisão tomada soberanamente por esta Casa.

Em relação aos patrocínios, o orçamento de comunicação com que estamos trabalhando neste ano, que inclui patrocínios, foi aprovado na gestão anterior e está sendo seguido. A única novidade em patrocínio esportivo da PETROBRAS é o das Seleções Brasileiras de Handebol masculina e feminina, que, aliás, ganharam medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos. Isso demonstra que somos também pés-quentes. O mesmo não vale para o Flamengo, porque, embora a PETROBRAS seja especialista em águas profundas, milagre ainda não está entre as nossas especialidades.

Quanto a patrocínios, não tenho a relação de toda as Prefeituras com as quais fizemos convênio. Campinas é uma cidade onde a PETROBRAS está presente. Temos uma refinaria em Paulínia, cidade vizinha a Campinas que sofre influência bastante grande da PETROBRAS, até porque a grande maioria dos empregados de Paulínia moram em Campinas. Esse é um dos critérios.

Há parcerias com Municípios administradas pelos mais diversos partidos. Por exemplo, não há ainda nenhuma assinatura — espero até que venha a existir, dentro da lógica da PETROBRAS — de convênio com a Prefeitura de Aracaju. Se fosse levar para a questão político-partidária, seria lógico, dentro da linha que V.Exa. está procurando dar à sua pergunta, que houvesse, por exemplo, convênio assinado entre a PETROBRAS e a Prefeitura de Aracaju, minha cidade, que também é administrada pelo PT. Mas não há.

Com relação ao volume, é lógico que o orçamento da PETROBRAS é efetivamente maior do que o orçamento de diversos Ministérios, mas essa é uma realidade boa. O ideal não seria rebaixar a PETROBRAS, mas que os Ministérios todos tivessem orçamento suficiente para investir de acordo com as necessidades do País.

O que posso garantir a V.Exa. é que nessa questão de patrocínios e convênios não tem havido modificações nos critérios aprovados nas gestões anteriores. Como disse, tudo isso está dentro do orçamento que foi aprovado pela gestão anterior da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só uma observação: o orçamento sim, mas os projetos em si evidentemente foram aprovados este ano. O orçamento é uma coisa, os projetos são outra. Em Aracaju, há várias coisas, sim. Não quis citar Aracaju, porque iria parecer que eu estava fazendo uma acusação pessoal, e não quis fazer isso. Mas que em Aracaju há muita coisa, há, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Existem, Deputado, convênios dos mais diversos matizes e com Municípios dos mais diversos portes. Um dos critérios é fazer convênios com Municípios que sofram a influência da PETROBRAS. Se V.Exa. pegar a relação dos Municípios, verá que na imensa maioria dos Municípios com convênio há unidades da PETROBRAS, até porque é onde a PETROBRAS tem um atuação mais direta com o conjunto da sociedade.

Porém, tenho certeza de que V.Exa. não está reclamando desses convênios com Campinas, até porque V.Exa. é Deputado por São Paulo e deve defender que a PETROBRAS venha a fazer convênios com os mais diversos Municípios. Insisto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não conheço, mas pretendo conhecer pessoalmente a Vila União e o Jardim Santa Lúcia, que receberam dinheiro. Vou lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Também não tenho detalhes de cada um desses convênios, até porque são centenas de convênios com os mais diversos Municípios.

(Não identificado) - Sr. Presidente, se São Paulo não quer convênio, Rondônia está carente e tem Municípios doidos para fazer convênio com a PETROBRAS.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V.Exa. citou a questão da Williams, por exemplo. É um patrocínio anterior que, particularmente, defendo. Isso não foi dito aqui, mas questionar patrocínio da PETROBRAS em ações internacionais sinceramente é uma visão um pouco provinciana. Gostaria que a PETROBRAS estivesse na camisa do Real Madrid ou do Chicago Bulls. A Fiat pode estar na camisa do Cruzeiro; a Pepsi, na camisa do Corinthians; a Parmalat, na camisa do Palmeiras...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Fico muito feliz com a adesão de V.Exa. à globalização.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A PETROBRAS é uma empresa que quer transformar-se numa multinacional brasileira.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Já é.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estamos trabalhando para que seja cada vez mais. Não podemos ter uma visão provinciana, até porque a Fórmula 1 é o esporte em que se dá por excelência a disputa de tecnologia. E a PETROBRAS, como produtora de gasolina, naturalmente não poderia estar ausente disso. A Shell patrocina a Ferrari não por diletantismo, mas para fazer promoção.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com grandes brasileiros, escrevendo a história do automobilismo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Em relação ao Deputado José Rocha...

(

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só um esclarecimento. É verdadeira a informação que nos chega sobre Piracicaba?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não tenho essa informação, mas posso até verificar e repassá-la a V.Exa. Posso garantir que, se houver convênio com Piracicaba ou com qualquer Município, ele é feito dentro dos princípios norteadores que procuramos implementar na direção da PETROBRAS, princípios éticos...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Lá não há refinaria, Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Deputado José Rocha, o Projeto Manati está em fase de estudos de viabilidade técnica e econômica. Há a perspectiva de que ele venha a ser implantado realmente, com a produção de 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia, até o final de 2006. Só que, como se introduziu agora na discussão do plano estratégico da PETROBRAS esse gasoduto ligando o Sudeste ao Nordeste, estamos fazendo um estudo para verificar a conciliação entre os 2 projetos, já que, objetivamente, do ponto de vista macro, para solucionar de uma vez por todas o problema do Nordeste, o GASENE tem muito mais importância. O Manati não resolve o problema do Nordeste. O caso da Bahia, citado por V.Exa., prejudica inclusive a nós. A FAFEN, da Bahia, está abaixo da sua capacidade normal de produção exatamente por falta de gás.

Quanto ao transporte urbano, recebi essa notícia pelos jornais. Tenho acompanhado a questão e ouvi a entrevista do Prefeito de Salvador. A política de subsídio é praticada pelo Governo. Já houve subsídio para gás, para gasolina e para óleo *diesel* ao longo da história do Brasil. Não se trata de uma política a ser feita pela empresa.

Naturalmente sei que esse é um tema que hoje está preocupando os Prefeitos de um modo geral, mas a companhia PETROBRAS não tem uma política de dar subsídio, até porque tão justo ou até mais justo do que dar subsídio para o óleo *diesel* para transporte é o tema que foi levantado aqui sobre gás de cozinha para a população carente. Então, é um assunto que está no âmbito do Governo, e não da companhia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente José Eduardo Dutra, V.Exa. tem algum programa de suprimento desse gás na Bahia, em função de indústrias termoeletricas que querem se instalar lá e não estão podendo em face da oferta de gás? Há algum programa da PETROBRAS para aumentar essa oferta na Bahia?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, o que vai viabilizar o aumento da oferta são esses 2 projetos que, como falei, estão em fase de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Digo a curto prazo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O prazo mais curto é final de 2005, com a entrada em operação de Manati, com 6 milhões de metros cúbicos por dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Se a questão ambiental correr bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sim, é lógico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sabemos que existem todos esses percalços ainda a serem vencidos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É claro. Estou dizendo do ponto de vista técnico da PETROBRAS. Essas questões de natureza ambiental, da mesma forma que atrasaram um projeto na Amazônia, poderão atrasar também na Bahia, até porque sei que existem questionamentos ambientais relativos àquele projeto, mas essa é uma questão que temos procurado contornar. Temos que considerar que elas existem.

Deputado Wasny, quanto ao custo de extração, atualmente estamos com custo de extração de 3 dólares por barril. Naturalmente, esse custo de extração tem que ser comparado com o de empresas em situações semelhantes, do ponto de vista das suas reservas. É lógico que no Oriente Médio, por exemplo, onde os campos são

(

em terra, o custo de extração é bem menor. Hoje, a média internacional de custo de extração em condições semelhante às da PETROBRAS está em 3,3 dólares por barril, quer dizer, já estamos um pouco abaixo dessa média internacional.

Com relação às famílias da P-36, esse é um ponto emblemático de diferenciação. Na gestão passada, as viúvas dos empregados da P-36 foram barradas na porta do Edise. Nesta gestão, já foi assinado o acordo, e todas as famílias foram indenizadas.

Isso é obrigação. Sempre fiz questão de dizer que o pagamento dessas indenizações de forma alguma supre a perda desses trabalhadores para os seus familiares e amigos, mas era obrigação da PETROBRAS viabilizar a assinatura do acordo — que foi assinado em maio, se não me engano. Todas as viúvas já receberam as indenizações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com relação a esse fato, eu e o Deputado Luciano Zica estávamos com as viúvas dos operários. A direção da empresa disse que só receberia uma comissão e que não estivesse acompanhada dos advogados. Por essa razão, preferiram retornar. Foi um episódio lamentável.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ainda com relação à pergunta do Deputado Wasny sobre o que já foi licitado dentro do cronograma de investimentos, informo que a P-51 e a P-52 estão na fase a que já me referi. Quanto à P-52, já se estão ultimando as negociações; a P-51 está dependendo da negociação que está sendo feita com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Quanto à P-54, a licitação já está na rua, e estamos aguardando as propostas.

As próximas licitações seriam a P-53, para o Campo de Marlim Leste, uma plataforma para 150 mil barris diários; a P-55, para o Módulo 3 de Roncador, 180 mil barris diários; e a P-53, Módulo 3 de Marlim Sul, também para 180 mil barris diários. Todas essas devem entrar em licitação no mercado no ano que vem.

Deputado Eduardo Valverde, a terceirização tem nos preocupado. Deve ser registrado que a PETROBRAS ficou 10 anos sem fazer concurso. Espero que isso não venha a trazer problemas mais graves no futuro, porque há um *gap* bastante grande entre profissionais da empresa. Espero que isso não venha a ocasionar problemas gerenciais na medida em que se tenha de, em função de aposentadorias, fazer com que pessoas que não tenham ainda a necessária experiência venham a assumir gerências mais importantes. Felizmente, esse processo já vinha sendo revertido. Foi aberto concurso no ano passado, e estamos na expectativa de abrir um concurso ainda neste ano. Entre o concurso novo e o preenchimento de cadastro de reserva de concursos já existentes, há perspectiva de que talvez em torno de 2 mil empregados, tanto de nível superior quanto de nível médio, venham a ser contratados até os 3 primeiros meses do ano que vem.

Por ser objeto de acordo coletivo feito com os sindicatos, estamos instituindo uma comissão formada pela empresa, com representantes dos sindicatos, para fazer um diagnóstico rigoroso da situação de terceirização na PETROBRAS hoje, definir quais são as áreas-fim da empresa, onde não possa haver terceirização, e apontar para a primeirização, definindo o que é viável de terceirização. Felizmente, está sendo revertida aquela panacéia, aquele modismo que houve em termos de terceirização alguns anos atrás, até porque mesmo empresas privadas estão vendo que o modelo de terceirização, embora a curto prazo possa ser mais barato, a médio e longo prazo pode acabar ficando mais caro para a companhia.

Com relação ao *biodiesel*, logo que recebermos o convite, com certeza mandaremos alguém para o seminário em Porto Velho.

Deputado Fernando Ferro, quanto à PETROAMERICA, nada há de concreto. Particularmente, acho que é uma situação muito difícil de vir a acontecer, porque são empresas com culturas diferentes. A PETROBRAS é uma empresa que tem

capital aberto e ação em bolsa, diferentemente da PEDEVESA. Enfim, não acredito muito que isso venha a acontecer.

Assinamos um protocolo de intenções com a PEDEVESA instituindo um grupo de trabalho para verificar a possibilidade de parceria com aquela empresa para produção em águas profundas, refino de óleo pesado e setor de gás, o que é uma forma de estreitar relações com aquela companhia.

Em relação a energias alternativas, além do *biodiesel*, temos estudos sobre energia eólica no Ceará. Comprometo-me a mandar para V.Exa. todos os dados que temos em relação a isso e ao desenvolvimento já existente.

Em relação à distribuição de GLP, objetivamente não há impedimento de natureza legal para participar. A BR participa desse setor apenas com um percentual muito pequeno de distribuição a granel de GLP e não participa objetivamente da área de distribuição. É uma área que a PETROBRAS não descarta. Pode vir a entrar, mas ainda nada há de concreto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - A entrada da PETROBRAS não poderia ser um instrumento de regulação de preços nessa área? Não poderia propiciar a regulação? Um pouquinho de capitalismo, de concorrência e competição não faria mal a ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Também pensamos assim, Deputado.

Deputado Luiz Sérgio, acho que já respondi a seus questionamentos em linhas gerais. Quero reforçar que, como falei, a P-52 está em fase final de negociação. Acreditamos que até o final do ano possamos assinar o contrato.

O Senador Amir Lando não fez nenhuma pergunta. Quero lhe agradecer as palavras carinhosas, que reputo como mais relativas à nossa amizade do que propriamente a merecimento.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estar conversando nesta Casa, à qual sempre tive muito orgulho de pertencer.

Levantando algumas questões de preconceito, quando fui indicado à Presidência da PETROBRAS, um deles se dava pelos dizeres: "*É um político à frente da PETROBRAS*". Devo dizer e reafirmar sempre que tenho muito orgulho de ter representado o Estado de Sergipe no Senado Federal por 8 anos. Tenho muito orgulho de ser político e não encaro essa acusação como demérito, muito pelo contrário.

Muito obrigado a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Nossos agradecimentos ao Dr. José Eduardo Dutra pela exposição. Conhecedor que sou de sua trajetória como sindicalista e Parlamentar e agora na Presidência da PETROBRAS, tenho certeza de que sua gestão à frente dessa empresa terá êxito.

Agradeço também a presença ao Dr. Celso Fernando Lucchesi, Gerente-Geral de Gestão de Desempenho Empresarial da PETROBRAS.

Antes de encerrar nossos trabalhos, esclareço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que a reunião ordinária desta Comissão que estava marcada para após a audiência pública não será realizada, tendo em vista que o Senado Federal encontra-se na Ordem do Dia.

Nova reunião desta Comissão deverá ocorrer amanhã, às 10h.

Está encerrada a reunião.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 606 PÁGINAS